TIA EN

No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios

Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais

Volume 1

Marcelo Magalhães Godoy

NA E CAS

IOS

Coleção População e Economia

UFMG Cedeplar



Nas últimas décadas, a publicação de teses e dissertações no Brasil revelou grande fortuna editorial. Comumente publicações chanceladas por recomendações e premiações acadêmicas. No campo da História, a pesquisa em pós-graduação representou, adicionalmente, a mais ampla e fecunda contribuição em termos de produção de conhecimento novo.
Em sendo assim, será natural afirmar que a historiografia brasileira contemporânea é fortemente tributária da pesquisa que se assenta em longo e acerbo processo de construção de documentos sob a tutela das universidades. Construção sob a égide de fronteiras da Heurística a se ampliarem enormemente, de instrumentos de erudição histórica crescentemente mais complexos e de meios técnicos que simplificaram a circulação e sistematização dos dados. Uma das consequências virtuosas da combinação desses fatores é a ampliação das possibilidades de socialização do corpus documental inédito habitualmente associado ou subproduto da pesquisa em História.

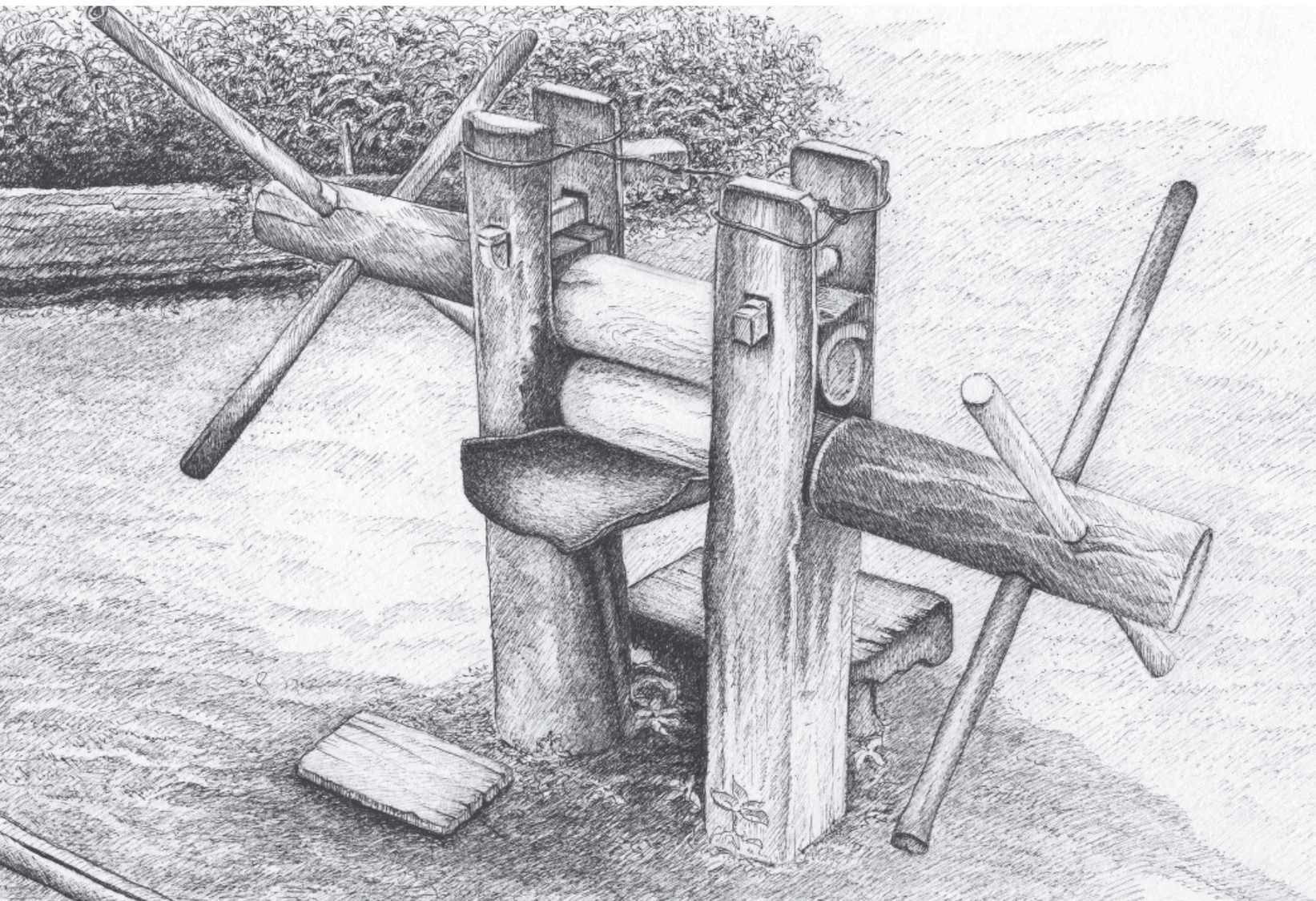
A publicação aqui apresentada encontra seu primeiro enquadramento geral nessas assertivas, se insere perfeitamente nos marcos que presidiram o trabalho do historiador no último quarto de século, embora guarde singularidade.
Ao objetivo de conferir ampla divulgação de tese em versão aperfeiçoada, foi acrescido o escopo de publicação crítica da fonte primária que fundamentou à demonstração do que se acredita as contribuições potencialmente mais relevantes de pesquisa que se estendeu por aproximadamente uma década e meia.

A publicação de instrumentos de pesquisa, repertórios de fontes primárias e de documentos conforma tradição da historiografia brasileira. Atestada a relevância, definida por múltiplos critérios isolados ou sobrepostos – pelo alcance informativo, pela raridade do registro, pela notabilidade da autoria e pela excepcionalidade do conteúdo –, incontáveis documentos referentes à formação histórica do Brasil foram publicados, em especial, por editoras universitárias e congêneres.

No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios

Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais

Volume 1



Coleção
População e Economia

Desde 2003, a *Coleção População & Economia* vem servindo como veículo para divulgação dos estudos e pesquisas realizados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), em linha com a missão da UFMG de gerar e difundir conhecimento científico, tecnológico e cultural que possa servir como insumo para intervenções transformadoras na sociedade, orientadas para o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.

A partir de 2018, em parceria com a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, a Coleção População & Economia toma novos rumos com a adoção de um modelo editorial mais moderno e flexível. Voltada para a produção de conteúdo em formato eletrônico, com acesso universal aberto e gratuito, essa nova etapa na história da coleção permitirá que os resultados do nosso trabalho sejam colocados ao alcance do público de maneira mais ágil, transparente e democrática. Reforçamos, assim, nosso compromisso com a relevância social da atividade acadêmica, abrindo as portas para um diálogo mais fértil com o mundo ao nosso redor.

Marcelo Magalhaes Godoy

No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios

Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais

Volume 1

Belo Horizonte
Cedeplar
2019

UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Reitora Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor Alessandro Fernandes Moreira

FACE

Faculdade de Ciências Econômicas
Diretor Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira
Vice-Diretora Kely César Martins de Paiva

CEDEPLAR

Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional
Diretor Frederico Gonzaga Jayme Jr.
Vice-Diretor Gustavo de Britto Rocha

COMITÊ EDITORIAL

Carlos Eduardo Suprinyak
Bernardo Lanza Queiroz
Eduardo da Motta e Albuquerque
Leonardo Vasconcelos Renault

FINANCIAMENTO

COLABORAÇÃO

G589n
2019

Godoy, Marcelo Magalhães

No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais / Marcelo Magalhães Godoy. – Belo Horizonte: FACE – UFMG, 2019.

2 v. (1233p.):il – (População e economia)

ISBN: 9788560500093 (v. 1)

Inclui bibliografias.

1. Minas Gerais – Condições econômicas – História. 2. Indústria açucareira – Brasil – Séc. XIX – XX. 3. Cana-de-açucar – Comércio. I. Godoy, Marcelo Magalhães. II. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 330.98151

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – FPS/085/2019

Publicação sob a licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Aos meus pais

Apresentação

Nas últimas décadas, a publicação de teses e dissertações no Brasil revelou grande fortuna editorial. Comumente publicações chanceladas por recomendações e premiações acadêmicas. No campo da História, a pesquisa em pós-graduação representou, adicionalmente, a mais ampla e fecunda contribuição em termos de produção de *conhecimento novo*. Em sendo assim, será natural afirmar que a historiografia brasileira contemporânea é fortemente tributária da pesquisa que se assenta em longo e acerbo processo de *construção de documentos* sob a tutela das universidades. Construção sob a égide de fronteiras da Heurística a se ampliarem enormemente, de *instrumentos de erudição histórica* crescentemente mais complexos e de meios técnicos que simplificaram a circulação e sistematização dos dados. Uma das conseqüências virtuosas da combinação desses fatores é a ampliação das possibilidades de socialização do *corpus* documental inédito habitualmente associado ou subproduto da pesquisa em História.

A publicação aqui apresentada encontra seu primeiro enquadramento geral nessas assertivas, se insere perfeitamente nos marcos que presidiram o trabalho do historiador no último quarto de século, embora guarde singularidade. Ao objetivo de conferir ampla divulgação de tese em versão aperfeiçoada, foi acrescido o escopo de publicação crítica da fonte primária que fundamentou à demonstração do que se acredita as contribuições potencialmente mais relevantes de pesquisa que se estendeu por aproximadamente década e meia.

A publicação de instrumentos de pesquisa, repertórios de fontes primárias e de documentos conforma tradição da historiografia brasileira. Atestada a relevância, definida por múltiplos critérios isolados ou sobrepostos – pelo alcance informativo, pela raridade do registro, pela notabilidade da autoria e pela excepcionalidade do conteúdo –, incontáveis documentos referentes à formação histórica do Brasil foram publicados, em especial, por editoras universitárias e congêneres. Um exemplo talvez inexcedível seja o *Códice Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis,* editado pela Fundação João Pinheiro em 1999, e que apresenta, provavelmente, todos os fatores constitutivos que se pode desejar em uma publicação crítica.

Os *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836* estão na origem da conformação de linha de investigação e se constituíram em base empírica essencial a sustentar a demonstração da validade dos resultados principais da pesquisa que resultou em tese. Os *Mapas* compreendem *corpus* extenso, complexo e original. Desconhece-se a existência de documentação nominal semelhante, quanto à cobertura e representatividade dos dados, para todo o período pré-industrial brasileiro. Outrossim, a originalidade decorre da excepcional possibilidade de cruzamento com outras fontes estatísticas coevas, dada a sobrevivência de dois grandes conjuntos de *listas nominativas de população,* para o início e o final da década de 1830, a permitir a sobreposição e composição de considerável universo de variáveis econômicas e sócio-demográficas. Ao conjunto empírico forte da década de 1830, com os *Mapas* a desempenhar as funções de núcleo da identidade e base de integração do dilatado universo de dados compendiados, foram acrescentadas outras fontes primárias, que cobrem o século e meio seguinte, a permitir abordagem que perseguiu a compreensão de estruturas da mais vigorosa indústria rural de transformação do Brasil oitocentista, bem como do caráter de *longa duração* que a produção para mercados internos ensejou.

Dar a conhecer uma tese acadêmica, cujos resultados ganharam ampla divulgação prévia, ainda que de forma fragmentária e apenas parcial, e foram submetidos à ampla crítica dos pares, daqueles que compuseram a banca examinadora e outros tantos no âmbito de eventos científicos e conselhos editoriais, constitui o primeiro objetivo do livro que aqui se apresenta. Substantivamente, a justificativa para a publicação da tese encontrará sua melhor formulação nas *Primeiras considerações* que se seguem, conquanto se possa avançar que a tese guarda evidente *caráter revisionista,* por suas implicações mais amplas para a História do Açúcar no Brasil, e esteja inserida em campo temático ainda uma *fronteira historiográfica,* pela incipiência dos estudos sobre o mercado interno pré-capitalista brasileiro. O segundo objetivo do livro é a ampla divulgação crítica dos mencionados *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836,* documentação que, afirma-se mais uma vez, se credencia perfeitamente a receber atestado de relevância.

Créditos e agradecimentos

Da longevidade e complexidade da pesquisa resultou número dilatado de pessoas e instituições a que se devem atribuir créditos e a que se quer agradecer. Por decorrência, não se pode olvidar a relativa responsabilidade dividida, ou caráter coletivo, que esse trabalho implicou de seu nascedouro, no começo da década de 1990, até a conclusão de tese de doutoramento, defendida em 2004, além dos desdobramentos dos anos posteriores, que permitiram retificações e ampliações necessárias, todas incorporadas à presente publicação. Ao longo de mais de duas décadas, a permanente sobreposição de outros tantos compromissos acadêmicos, notadamente incursões em temáticas pertinentes ao mesmo espaço, Minas Gerais, e ao mesmo tempo, o século XIX, determinaram que a experiência de pesquisa histórica consubstanciada nesse livro não ficasse imune a influências múltiplas e, dessa forma, ampliadas devem ser consideradas as contribuições recebidas. Posto nesses termos, é possível aquilatar o elevado risco de omissão inerente ao reconhecimento do universo daqueles que são merecedores de agradecimento, para além dos créditos que se pode consignar com objetividade.

O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, assegurou a estrutura física imprescindível à pesquisa. Ao diretor do Centro, entre 1995 e 2006, professor José Alberto Magno de Carvalho, o agradecimento pela cobertura institucional. Ao corpo de funcionários, eficientes e prestimosos, o reconhecimento pela prontidão no atendimento de múltiplos requerimentos indispensáveis ao trabalho acadêmico. O Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar foi o âmbito primordial de desenvolvimento das atividades, abrigou a maior parte dos colaboradores e se constituiu em lugar privilegiado de reflexão e discussão em torno do tema e objetos investigados.

Se o Cedeplar sempre foi o espaço por excelência da pesquisa na matriz acadêmica, o Arquivo Público Mineiro sempre representou o espaço referência da pesquisa histórica no campo arquivístico. Ocioso sobrelevar a importância dos acervos da instituição para essa e todas as outras pesquisas que no Oitocentos mineiro encontram o tempo de eleição. Necessário reconhecer a competência de seus quadros de funcionários, associada ao tratamento solícito dispensado aos consulentes. A Pedro de Brito Soares, diretor de conservação de documentos, pela prontidão e deferência que convívio alargado no tempo arraigaram. A Edilane Maria de Almeida Carneiro, superintendente do APM entre 1999 e 2005, o agradecimento pelo privilégio de partilhar de sua rara gentileza e brandura. A duas outras instituições, a Hemeroteca Pública Estadual e a Biblioteca Pública Estadual, também o agradecimento pelo pronto acesso a acervos, condições favoráveis de consulta e, em alguns casos, reprodução de documentos.

Em outros campos, nas pesquisas que resultaram no riquíssimo acervo de depoimentos orais e registros fotográficos, fez-se imprescindível o amplo e diligente apoio de técnicos e extensionistas rurais da EMATER/MG. Colaboraram decisivamente na apuração de informações indispensáveis à definição das unidades produtivas a serem contempladas, orientaram o deslocamento, tantas vezes difícil, até as propriedades visitadas, assumiram a fundamental apresentação dos pesquisadores, assegurando a receptividade essencial à concessão das entrevistas e permissão para a observação e registro fotográfico das atividades de produção e/ou das instalações e equipamentos, e acompanharam o recolhimento dos depoimentos, inclusive com intervenções de elevado valor, adicionando questionamentos ao roteiro de entrevista e explanando sobre temas os mais variados. Um reconhecimento em particular a José Rodrigues Pereira que, para além de depoimento valioso pela precisão informativa e larga experiência acumulada, proporcionou acolhimento fraterno quando da realização da pesquisa de campo nos municípios de Brasília de Minas e Januária.

Os recursos necessários à realização da pesquisa provieram de várias instituições de fomento. No início da década de 1990, recursos recebidos da Fapemig, notadamente para a constituição de grupo de bolsistas que, embora envolvidos prioritariamente com investigações pertinentes a outros temas, participaram do recolhimento de dados no Arquivo Público Mineiro e da pesquisa de campo no meio rural. Entre os últimos anos da década de 1990 e os primeiros do decênio seguinte, apoio do IPEA, especificamente para a manutenção de bolsistas que, além de outras atividades atinentes a pesquisas paralelas, envolve-

ram-se na coleta de dados no APM e posterior processamento no Cedeplar. A partir de 2003 e até a conclusão da tese de doutorado, bolsa concedida pelo CNPq assegurou a continuidade da pesquisa em momento de consolidação dos progressos obtidos nas etapas anteriores.

Muitos foram os colaboradores diretos no longo e acerbo processo de recolhimento, sistematização e processamento dos dados. Nas instituições arquivísticas emprestaram diligentes préstimos Patrícia Maria de Oliveira Valadares, Leonardo Viana da Silva, Wagner Ricardo do Santos, Elber Santiago Flores e Elzi Santiago Flores. Nas pesquisas de campo contribuíram Patrícia Maria de Oliveira Valadares, Wagner Ricardo do Santos, Tarcísio Rodrigues Botelho, Érika de Faria e Nívia Célia de Melo. Na sistematização de informações recolhidas em instituições arquivísticas e montagem de bancos de dados desempenharam relevante cooperação Elber Santiago Flores e Elzi Santiago Flores. Cláudia Resende Silva procedeu à revisão da transcrição paleográfica e auxiliou na consolidação das convenções paleográficas e normas de edição. Para além dos nomes mencionados, outros tantos participaram nas etapas referidas e em diversas outras atividades, como na prestação de serviço de transcrição de fitas magnéticas de áudio e na revelação e cópia de fotografias analógicas. Aos muitos que cooperaram, pela competente dedicação, o agradecimento e a certeza de que os resultados alcançados falam a todos que um dia se defrontaram com a documentação compulsada na pesquisa.

Outros importantes colaboradores: Almir Costa respondeu por todos os desenhos (bicos-de-pena) e criação das fontes iconográficas dos mapas e das marcas d'água; Ronaldo F. Silva na realização de parte dos registros fotográficos (Brasília de Minas e Januária); Ivan Sergei Matos B. Santos, Alisson Luiz Prata Amorim e Bernardo Palhares Campolina Diniz desenvolveram os trabalhos de cartografia eletrônica; André de Amorim Oliveira é co-autor do projeto gráfico, criou a capa, realizou a maior parte da revisão e definiu a diagramação de várias subseções. Wellington Alves de Castro e Ricardo Rodrigo Magno da Silva Vilela responderam pela diagramação. Mario Marcos Sampaio Rodarte estabeleceu profícua parceria no estudo sobre o comércio provincial, especificamente na exploração de dados do Censo de 1831-32.

A Márcio Ferreira, que o rápido convívio não impediu entrever promissora parceria interrompida por sua ausência repentina, a memória da confiança depositada nas possibilidades que a oralidade e iconografia abrem a pesquisa histórica. A Maria do Carmo Salazar Martins pela localização dos *Mapas* de 1836 no APM, inventário inicial da documentação remanescente e socialização com os então integrantes do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar. A Nelson Nozoe, orientador percuciente e experiente, a gratidão pelo acolhimento, a confiança e o estímulo recebidos nos quatro anos de convívio regular.

Três referências acadêmicas ocuparam posição de relevo na trajetória de pesquisa e deixaram fortes impressões a perpassar parte significativa dos resultados. Aos professores Clotilde Andrade Paiva, João Antônio de Paula e Roberto Borges Martins, expoentes da mais fecunda tradição da Faculdade de Ciências Econômicas e do Cedeplar, muito se deve pelas oportunidades de pesquisa abertas, pela formação profissional adquirida, pela influência recebida de suas produções acadêmicas, pela incitação ao trabalho histórico e pela confiança depositada.

Aos *engenheiros de cana* de Minas Gerais, protagonistas de uma *história viva,* hospitaleiros no tratamento e generosos na sensível exposição de suas emblemáticas trajetórias canavieiras, o reconhecimento da obrigação moral contraída e a expectativa de que os resultados da pesquisa possam, ao menos, representar tributo a lhes conferir alguma visibilidade e a ressaltar a importância histórica do universo das atividades agroaçucareiras tradicionais desenvolvidas fora dos grandes espaços canavieiros do litoral.

Por último, um alerta ao leitor. O inventário daqueles que, em formas e intensidades distintas, criaram as condições, ou colaboraram, ou ainda influenciaram a pesquisa aqui consubstanciada não deve ser entendido como garantia para os resultados obtidos. Nem tão pouco se quer dividir responsabilidades intransferíveis. Considere-se assim, que a referida "relativa responsabilidade dividida", situada no plano do recebido e partilhado, não pode ser ofuscada pelo texto que se segue, que reflete as limitações no plano do realizado.

Volume I

Sumário

Apresentação / 7

Créditos e agradecimentos / 9

Sumário / 11

Índice de tabelas / 19

Índice de quadros / 22

Índice de mapas / 23

Índice de figuras / 24

Primeiras considerações / 29

1. A singularidade de Minas Gerais / 37

1.1. Civilizações da cana-de-açúcar / 41

Dois paradigmas de cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Novo Mundo, séculos XVI a XIX / 41

Economia canavieira nordestina, paradigma agroexportador / 42

Periodização: o peso de determinações externas / 43
O complexo açucareiro / 44
Trabalhadores do açúcar /63
A hegemonia da grande produção / 65
Rentabilidade da produção açucareira / 66

Outros espaços agroexportadores das Américas: São Paulo, Rio de Janeiro e Antilhas (colônias inglesas, francesas e holandesas; Cuba) / 68

São Paulo / 68
Rio de Janeiro / 71
Antilhas / 73

Economia canavieira mineira, paradigma mercados internos / 75

Periodização: a persistência da produção tradicional / 76
Interiorização da colonização, interiorização da cana-de-açúcar / 76
"Fazendas mistas": produção diversificada e espacialmente desconcentrada / 77
Diversidade de padrões técnicos e tendência a estagnação / 82
Trabalhadores polivalentes, organização artesanal do trabalho / 86

Outros espaços canavieiros orientados para mercados internos / 88

Síntese dos dois paradigmas de evolução histórica do setor canavieiro do Brasil, séculos XVI a XIX / 90

O processo de modernização do setor canavieiro do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas / 92

Do artesanato a grande indústria, da técnica a tecnologia: as fases da modernização do setor canavieiro do Brasil / 94

O Instituto do Açúcar e do Álcool: modernização econômica e tecnológica, preservação de estruturas sociais e a desagregação da pequena produção canavieira / 103

O arcaico e o moderno: as relações da persistente produção tradicional de derivados da cana com o capital / 108

1.2. Negócios das Minas / 113

Tropas e vendas no comércio de abastecimento do Setecentos / 113

Formação do mercado interno e processo de substituição de importações / 113

Comércio de abastecimento com base em importações / 114

Alguns atributos do comércio interno / 116

Tipologias de comerciantes e de formas de comércio / 117

Tropeiros, comboieiros, boiadeiros e mascates / 118

Presença feminina no pequeno comércio urbano /119

Elite mercantil e diversificação dos investimentos / 120

Formas creditícias e endividamento / 121

Regulação das atividades mercantis: atravessadores e especuladores / 123

A herança do comércio colonial mineiro / 124

O comércio do Oitocentos como fator de integração econômica e diferenciação regional / 124

O setor mercantil nos quadros dos modelos de interpretação da economia mineira oitocentista / 125

Malha mercantil: circuitos intra-regionais, inter-regionais e inter-provinciais / 126

Comarca do Rio das Mortes: associação entre capitais agropecuário e mercantil e o abastecimento do mercado do Rio de Janeiro / 140

Tropas, boiadas e porcadas no corredor comercial Minas-Rio / 141

Praça de São João del-Rei: controle do crédito e prestígio social; preços e conjunturas econômicas / 142

2. Fiscalismo e os Mapas de 1836 / 147

2.1. Políticas tributárias para o setor canavieiro / 151

Século XVIII – Ilegalidade dos engenhos de cana e origens do fiscalismo / 151

Século XIX – Evolução das políticas tributárias / 153

Tributos incidentes sobre a produção de derivados da cana / 153
Tributos incidentes sobre a circulação de derivados da cana / 164
Tributos municipais / 165
Tributos sobre as exportações / 167
Tributos incidentes sobre a comercialização de derivados da cana / 170
Opressão fiscal, sonegação e clandestinidade/ 172

2.2. Origem, elaboração e estrutura dos Mapas de 1836 / 175

Da solicitação à produção da documentação fiscal de 1836 / 176
Omissões e lacunas informativas / 180
Acréscimos interessados e zelo diferenciado / 180
Distribuição do ofício e envio dos mapas / 183
Funcionários públicos distritais / 186
Outras solicitações / 186
Estrutura informativa e gráfica dos Mapas de 1836 / 187
Termo de abertura / 188
Listagens de engenheiros e negociantes / 188
Fechamento e destinatário / 189
Variáveis solicitadas / 189
Universo informativo para os engenhos aguardenteiros / 190
Nome dos engenheiros / 190
Força motriz dos engenhos / 191
Tração animal / 191
Força hidráulica / 191
Identificação e características dos engenheiros / 192
Identificação dos engenhos / 193
Derivados da cana produzidos / 194
Localização do engenho/ 194
Porte, produção e capacidade produtiva / 195
Engenhos em construção / 196
Forma de aquisição do engenho / 196
Engenhos desativados / 196
Dificuldades estruturais e operacionais / 197
Outras atividades consorciadas / 198
Dados de produção / 198
Destino da produção / 199
Força de trabalho / 199
Calendário agrícola / 199
Matéria-prima / 199
Técnica: equipamentos e processos produtivos / 200
Sociedades, heranças, arrendamentos e proprietários de mais de um engenho / 202
Universo informativo para as casas de negócio / 202
Nome dos negociantes / 202

Tipo de estabelecimento comercial / 203
Mercadorias comercializadas / 203
Aguardente nacional / 203
Espíritos importados / 204
Fazenda seca / 204
Fazenda molhada / 204
Gêneros da terra / 204
Gêneros de fora / 204
Outras mercadorias / 204
Localização dos estabelecimentos comerciais / 205
Sentido da estrada / 205
Identificação e características dos negociantes / 205
Porte dos estabelecimentos comerciais / 205
Estabelecimentos comerciais inativos / 206
Origem das mercadorias comercializadas / 206
Dados de comércio / 207
Formas de comercialização / 207
Negociantes com duplo ou triplo arrolamento / 209
Representatividade dos Mapas de 1836 / 211

3. O complexo mercantil da província de Minas Gerais / 219

3.1. Negociantes e tropeiros em um território de contrastes / 221

As atividades mercantis na década de 1830, um estudo exploratório com base em fontes censitárias e fiscais / 222

As fontes: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836 / 222

A informação de ocupação no Censo de 1831-32 / 223

O espaço: regionalização da província de Minas Gerais, níveis de desenvolvimento econômico das regiões e níveis de centralidade urbana / 224

Atributos sócio-demográficos dos comerciantes / 226

Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões / 236

Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos de paz / 241

Características dos domicílios dos comerciantes / 247

Estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais / 248

Estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais / 253

Negociantes dos Mapas de 1836 reconstituídos no Censo de 1831-32, outras variáveis para o estudo de atributos sócio-demográficos e características dos domicílios / 261

Resumo dos resultados / 270
Atributos sócio-demográficos dos comerciantes / 270
Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões / 271

Atributos sócio-demográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos de paz / 271
Características dos domicílios dos comerciantes / 271
Estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais / 271
Estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais / 272
Negociantes dos Mapas de 1836 reconstituídos no Censo de 1831-32, outras variáveis para o estudo de atributos sócio-demográficos e características dos domicílios / 272

Ainda os Mapas de 1836 e o comércio estabelecido / 273

3.2. A visão do outro: uma antologia de extratos de literatura de viagem sobre o comércio provincial / 281

Os buliçosos ranchos e vendas de beira de estrada; O sonolento comércio dos pequenos centros urbanos / 282

O predomínio do modelo empório; A freqüente associação do comércio com a prestação de serviço de alojamento / 286

A geografia das casas de negócio; A organização espacial interna dos estabelecimentos comerciais / 290

Vendas e tabernas: espaços de sociabilidades / 292

As casas de negócio e suas relações com os espaços urbano e rural / 293

As formas do comércio: itinerante, varejista e atacadista / 294

As exportações provinciais e o comércio de retorno; Os sortidos e guarnecidos entrepostos de distribuição de importados / 295

Heterogeneidade dos padrões de consumo; Os grandes centros urbanos e o consumo conspícuo / 297

Mercados regionais e a diferenciação dos preços / 299

O crédito e a formação de redes de dependência econômica; Acumulação mercantil e prestígio social / 301

3.3. Os negociantes apresentam-se ao mercado consumidor, o comércio nos periódicos oitocentistas / 303

Tempo, espaço, orientação editorial e longevidade dos jornais / 303

Representatividade, circulação e freqüência dos anúncios / 304

Os nomes das casas de negócio / 305

Os nomes dos proprietários das casas de negócio / 306

Casas de negócio especializadas / 309

Origem das mercadorias/ 313

O padrão empório / 314

Sistemas de venda / 315

Recursos de publicidade / 324

Concorrências / 333

O complexo mercantil da província de Minas Gerais, uma síntese / 337

4. As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais / 345

4.1. Atributos econômicos e sócio-demográficos de engenhos e engenheiros / 347

Distribuição regional dos engenhos de cana / 347
Atributos sócio-demográficos dos engenheiros de cana / 351
Estrutura da posse de escravos do setor canavieiro / 352
Estrutura ocupacional dos proprietários de engenho / 357
Força motriz dos engenhos / 357

4.2. Presente e passado iluminam-se com luz recíproca, iconografia e oralidade de uma atividade de longa duração / 361

Dinossauros de madeira e ferro fundido: os centenários engenhos de cana de Minas Gerais / 363
As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais no final do Novecentos: uma viagem por imagens e depoimentos orais / 377
Organização espacial dos complexos canavieiros tradicionais / 380
Força motriz e base técnica dos engenhos / 385
Rapadura, do canavial ao mercado / 402
Açúcar de engenho, crepúsculo de um derivado / 418
Aguardente, da fermentação ao envelhecimento / 421
Fabricação e manutenção de equipamentos / 428
Engenheiros de cana, trajetórias canavieiras / 432

4.3. Um século de proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais / 439

Estimativa do número de engenhos de cana / 440
Estimativa do número de escravos empregados no setor canavieiro / 447
Estimativa da produção de açúcar, rapadura e aguardente / 452
Calambau / 453
Estimativa / 458
Comércio externo de derivados da cana / 465
Comércio interno de derivados da cana / 466
Um século de proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais / 469

As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais, uma síntese / 476

Fontes e referências bibliográficas / 481

Fontes arquivísticas manuscritas e impressas / 481

Referências bibliográficas / 487

Volume II

5. Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836 / 517

Apêndice 1 – Fac-símiles e transcrições de alguns documentos exemplares / 1013

Apêndice 2 – Vocabulário e glossário / 1109

Apêndice 3 – Estimativa populacional para 1831-35 / 1127

Apêndice 4 – Convenções paleográficas e normas de edição / 1149

Índice Toponímico / 1155

Índice Antroponímico / 1163

Índice de tabelas

Tabela 1 – Exportações de açúcar (branco e mascavado), melaço e aguardente de alguns dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1796-1811 / 72

Tabela 2 – Comércio internacional de açúcar em 1760 e 1791 e produção açucareira mundial em 1815-19 e 1838-40 / 75

Tabela 3 – Distribuição espacial dos engenhos de Minas Gerais, 1922-25 e 1995-96 / 109

Tabela 4 – Composição dos carregamentos de escravos em registros de fronteira, Minas Gerais, 1715-1775 / 119

Tabela 5 – Evolução do número de vendas e participação feminina, Vila Rica e Mariana, 1716-96 / 119

Tabela 6 – Estrutura da posse de escravos de comerciantes, Minas Gerais, primeira metade do século XVIII / 121

Tabela 7 – Origem dos comerciantes, Minas Gerais, primeira metade do século XVIII / 121

Tabela 8 – Valor e objeto das dívidas, processos de "ações de almas", termo de Vila Rica, 1730-70 / 122

Tabela 9 – Composição segundo a condição social dos trabalhadores na circulação mercantil, província do Rio de Janeiro, dezembro de 1829 / 141

Tabela 10 – Composição da fortuna de negociantes grossistas da praça de São João del-Rei, 1835-1891 / 143

Tabela 11 – Registros de contratos de dívidas, São João del-Rei, 1831-40 e 1861-70 / 143

Tabela 12 – Dívidas passivas de grandes fazendeiros, São João del-Rei, 1831-88 / 144

Tabela 13 – Orçamento da receita dos dízimos para a província de Minas Gerais, 1835-40 / 154

Tabela 14 – Arrecadação do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836-1881 / 159

Tabela 15 – Dívida ativa da província de Minas Gerais, 1851 e 1879/ 162

Tabela 16 – Arrecadação do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836 e 1844-45 / 163

Tabela 17 – Arrecadação do imposto sobre a aguardente, recebedoria do Taquaral, Ouro Preto, província de Minas Gerais, 1853-55 e 1863-65 / 166

Tabela 18 – Arrecadação do imposto sobre as exportações, açúcar e rapadura, província de Minas Gerais, 1821-78 / 168

Tabela 19 – Arrecadação do imposto sobre as casas de negócio, província de Minas Gerais, 1836-78 / 171

Tabela 20 – Distribuição regional dos distritos e população da Estimativa Populacional para 1831-35 e dos Mapas de 1836 / 212

Tabela 21 – Distribuição municipal dos Mapas de 1836 recebidos e por receber pela Secretaria de Governo e localizados e não localizados no Arquivo Público Mineiro / 213

Tabela 22 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, Minas Gerais, 1831-32 / 228

Tabela 23 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831-32 / 230

Tabela 24 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e faixa etária, Minas Gerais, 1831-32 / 232

Tabela 25 – Idade média da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831-32 / 233

Tabela 26 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e cor/origem, Minas Gerais, 1831-32 / 234

Tabela 27 – Distribuição da população por setor ocupacional e estado conjugal, Minas Gerais, 1831-32 / 236

Tabela 28 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) – Minas Gerais, 1831-32 / 237

Tabela 29 – Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) – Minas Gerais, 1831-32 / 239

Tabela 30 – Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE) – Minas Gerais, 1831-32 / 240

Tabela 31 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, distritos por nível de centralidade (NC) – Minas Gerais, 1831-32 / 242

Tabela 32 – Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, distritos por nível de centralidade (NC) – Minas Gerais, 1831-32 / 243

Tabela 33 – Distribuição da população por setor ocupacional e faixa etária, distritos por nível de centralidade (NC) – Minas Gerais, 1831-32 / 244

Tabela 34 – Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, distritos por nível de centralidade (NC) – Minas Gerais, 1831-32 / 246

Tabela 35 – Distribuição dos comerciantes segundo a posição no fogo, Minas Gerais, 1831-32 / 247

Tabela 36 – Distribuição dos fogos com comércio segundo a posição dos comerciantes no domicílio, Minas Gerais, 1831-32 / 248

Tabela 37 – Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e presença de escravos, Minas Gerais, 1831-32 / 250

Tabela 38 – Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos proprietários de escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831-32 / 251

Tabela 39 – Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831-32 / 235

Tabela 40 – Distribuição da população por setor ocupacional, posição no domicílio e tipo de fogo com comerciante, Minas Gerais, 1831-32 / 259

Tabela 41 – Distribuição dos negociantes pelos espaços urbano e rural, segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836 / 262

Tabela 42 – Distribuição dos negociantes pelos tipos de estabelecimento comercial, segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836 / 264

Tabela 43 – Distribuição dos negociantes segundo as mercadorias comercializadas, por múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836 / 267

Tabela 44 – Distribuição dos negociantes pelos espaços urbano e rural, segundo a posição no fogo e setor ocupacional, Minas Gerais, 1831-32 e 1836 / 268

Tabela 45 – Distribuição dos negociantes pelos tipos de estabelecimento, segundo a posição no fogo e setor ocupacional, Minas Gerais, 1831-32 e 1836 / 269

Tabela 46 – Distribuição dos negociantes segundo as mercadorias comercializadas, pela posição no fogo e setor ocupacional, Minas Gerais, 1831-32 e 1836 / 270

Tabela 47 – Casas de negócio nos Mapas de 1836, estimativa dos estabelecimentos comerciais e número médio de casas de negócio por mil habitantes, Minas Gerais / 274

Tabela 48 – Distribuição dos negociantes/casas de negócio segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, Mapas de 1836 / 277

Tabela 49 – Distribuição dos negociantes segundo o sexo, por múltiplas variáveis, Minas Gerais, Mapas de 1836 / 278

Tabela 50 – Distribuição das casas de negócio segundo a localização, por múltiplas variáveis, Minas Gerais, Mapas de 1836 / 278

Tabela 51 – Distribuição das casas de negócio segundo a comercialização de múltiplas mercadorias, por tipo de estabelecimento, Minas Gerais, Mapas de 1836 / 279

Tabela 52 – Engenhos nos Mapas de 1836, número médio de engenhos por mil habitantes, relação entre o percentual de engenhos e o percentual da população regional, Minas Gerais / 349

Tabela 53 – Distribuição dos proprietários de engenho segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, Censo de 1831-32 e Mapas de 1836 / 352

Tabela 54 – Médias de livres, escravos e total dos fogos com engenho, Minas Gerais, Censo de 1831-32 / 353

Tabela 55 – Estrutura da posse de escravos dos fogos com engenho, Minas Gerais, 1831-32 / 354

Tabela 56 – Estrutura ocupacional dos chefes dos fogos com engenho, Minas Gerais, Censo de 1831-32 / 357

Tabela 57 – Distribuição regional dos engenhos de cana segundo a força motriz, Minas Gerais, 1836 / 358

Tabela 58 – Distribuição dos engenhos segundo os derivados fabricados, Mapas de 1836 selecionados, Minas Gerais / 441

Tabela 59 – Estimativa regional do número de engenhos de cana, Minas Gerais, 1836 / 444

Tabela 60 – Participação da força de trabalho escrava na fabricação de derivados da cana, Censo de 1831-32 e Relações de Fábricas, Minas Gerais, 1831-32 / 448

Tabela 61 – Estimativa regional do número de escravos empregados nos engenhos, Minas Gerais, 1836 / 449

Tabela 62 – Distribuição dos engenhos de Calambau, da região Mineradora Central Oeste e de Minas Gerais segundo a força motriz, 1836 / 456

Tabela 63 – Distribuição dos proprietários de engenho de Calambau e de Minas Gerais segundo variáveis demográficas, 1831-32 e 1836 / 457

Tabela 64 – Estrutura da posse de escravos de Calambau, dos fogos com engenho e de Minas Gerais, 1831-32 / 457

Tabela 65 – Estimativa regional da produção e produção *per capita* de derivados da cana, Minas Gerais, 1836 / 462

Tabela 66 – Produção de açúcar em usinas e engenhos, Brasil, 1925-26 – 1941-42 / 470

Tabela 67 – Produção de açúcar em usinas e engenhos por estado, Brasil, 1937-38 – 1941-42 / 471

Tabela 68 – Área, produtores e produção de cana-de-açúcar por estado, Brasil, 1920 / 472

Tabela 69 – Usinas e engenhos por estado, Brasil, 1920 / 473

Tabela 70 – Produção de açúcar em usinas e engenhos por estado, Brasil, 1920 / 474

Tabela 71 – Produção de aguardente em usinas/destilarias e engenhos por estado, Brasil, 1920 / 475

Índice de quadros

Quadro 1 – Atividades e operações básicas da fabricação do açúcar, engenho Sergipe do Conde, Bahia, 1711 / 47

Quadro 2 – Principais características dos dois paradigmas de evolução histórica do setor canavieiro do Brasil, séculos XVI a XIX / 91

Quadro 3 – Relação das principais mercadorias distribuídas por postos fiscais, Minas Gerais, segunda metade do século XVIII / 117

Quadro 4 – Herança do comércio colonial de Minas Gerais / 124

Quadro 5 – Sinopse da *Guerra dos Engenhos* em Minas Gerais, 1714-1827 / 152

Quadro 6 – Sinopse dos tributos incidentes sobre o setor canavieiro de Minas Gerais, século XVIII / 153

Quadro 7 – Evolução das fórmulas tributárias do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836-1881 / 155

Quadro 8 – Classificação das ocupações do Censo de 1831-32 em setores e subsetores / 224

Quadro 9 – Preços de gêneros de produção interna e importados, Minas Gerais, 1824 / 299

Quadro 10 – Depoimentos orais selecionados para o cotejo com as crônicas de Costa Matoso / 364

Quadro 11 – Temário dos documentos do códice Costa Matoso relativos ao cultivo e transformação da cana-de-açúcar / 365

Quadro 12 – Matéria-prima / 365

Quadro 13 – Cultivo / 366

Quadro 14 – Engenho / 368

Quadro 15 – Moagem / 370

Quadro 16 – Açúcar / 371

Quadro 17 – Aguardente / 375

Quadro 18 – Depoimentos orais pertinentes ao ensaio sobre as atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais no final do século XX / 378

Quadro 19 – Número de engenhos de cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836-1852 / 446

Quadro 20 – Número de escravos empregados nos engenhos de cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836-1852 / 452

Quadro 21 – *Rellação das Fabricas de Engenho de cana que há no Destrito da Capella de Santo Antonio do Calambão Freguezia de Guarapiranga, Termo da lial Cidade de Marianna a 7 de Janeiro de 1832* / 454

Quadro 22 – Produção média por engenho e por escravo, Santo Antônio do Calambau, Minas Gerais, 1831 / 458

Quadro 23 – Produção e exportação de derivados da cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836 – 1857 / 464

Quadro 24 – Exportações de derivados da cana-de-açúcar, Minas Gerais, 1842 – 1851 / 465

Quadro 25 – Importações de derivados da cana-de-açúcar, Recebedoria de Campanha de Toledo, Minas Gerais, 1824 – 1832 / 466

Índice de mapas

Mapa 1 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – agricultura, Minas Gerais / 127

Mapa 2 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – pecuária, Minas Gerais / 128

Mapa 3 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – transformação de gêneros da agropecuária, Minas Gerais / 129

Mapa 4 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – extrativismo mineral e outras atividades, Minas Gerais / 130

Mapa 5 – Comércio intrarregional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais / 131

Mapa 6 – Comércio interregional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais / 132

Mapa 7 – Comércio interprovincial de importação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais / 133

Mapa 8 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – agricultura, Minas Gerais / 134

Mapa 9 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – pecuária, Minas Gerais / 135

Mapa 10 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – transformação de gêneros da agropecuária, Minas Gerais / 136

Mapa 11 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – extrativismo mineral e outras atividades, Minas Gerais / 137

Mapa 12 – Regionalização da província de Minas Gerais / 225

Mapa 13 – Número médio regional de casas de negócio por 1.000 habitantes, Minas Gerais, 1836 / 275

Mapa 14 – Estimativa regional do número de casas de negócio, Minas Gerais, 1836 / 276

Mapa 15 – Número médio regional de engenhos por 1.000 habitantes, Minas Gerais, 1836 / 350

Mapa 16 – Engenhos de cana com plantéis de 1 a 10 escravos, Minas Gerais, 1831-32 / 355

Mapa 17 – Engenhos de cana com plantéis de mais de 10 escravos, Minas Gerais, 1831-32 / 356

Mapa 18 – Força motriz dos engenhos de cana, Minas Gerais, 1836 / 359

Mapa 19 – Estimativa regional do número de engenhos de cana, Minas Gerais, 1836 / 445

Mapa 20 – Estimativa regional do número de escravos empregados nos engenhos de cana, Minas Gerais, 1836 / 450

Mapa 21 – Estimativa regional da produção *per capita* de derivados da cana, Minas Gerais, 1836 / 463

Índice de figuras

Figura 1 – Manufatura linear, engenho de açúcar / 48
Figura 2 – O Engenho Real Sergipe do Conde / 50
Figura 3 – Moenda de três rolos movida à água / 51
Figura 4 – Moagem da cana / 51
Figura 5 – Roda d'água / 52
Figura 6 – Casa das caldeiras / 52
Figura 7 – Terno (assentamento) / 53
Figura 8 – Terno (assentamento) / 53
Figura 9 – Terno (assentamento) / 53
Figura 10 – Na casa das fornalhas. Metedores de lenha / 54
Figura 11 – Armar / 54
Figura 12 – Retirada das cinzas / 54
Figura 13 – Decoada / 54
Figura 14 – Guindadeira / 55
Figura 15 – Ajudar o caldo / 55
Figura 16 – Repassar / 55
Figura 17 – Transferir / 55
Figura 18 – Bater / 56
Figura 19 – Desafogar/ 56
Figura 20 – Têmperas / 56
Figura 21 – Casa de purgar/ 57
Figura 22 – Andainas / 57
Figura 23 – Furar as fôrmas/ 58
Figura 24 – Levantar as fôrmas / 58
Figura 25 – Cavar as fôrmas / 58
Figura 26 – Entaipar as fôrmas / 59
Figura 27 – Barrear as fôrmas / 59
Figura 28 – Lavar, borrifar ou umedecer o barro / 59
Figura 29 – Fôrma ou pão-de-açúcar / 60
Figura 30 – No balcão de mascavar / 60
Figura 31 – Mascavar / 60
Figura 32 – Cortar "cabucho" ou "pé-de-fôrma" / 61
Figura 33 – Quebrar em torrões / 61
Figura 34 – Repartições do pão-de-açúcar / 61
Figura 35 – Padiola / 62
Figura 36 – Balcão de Secar /62
Figura 37 – Balcão de secar / 62
Figura 38 – Silverio Augusto de Lima; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 14/05/1855, n.° 314 / 304

Figura 39 – Loja Nova Barateira; *Correio do Norte*, Montes Claros, 23/03/1884, n.° 5 / 305
Figura 40 – Carlos da Silva Pinheiro; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 08/01/1867, n.° 159 / 305
Figura 41 – Exposição; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 20/12/1874, n.° 384 / 306
Figura 42 – Hotel Alliança; *A Província de Minas*, Ouro Preto, 14/08/1884, n.° 219 / 306
Figura 43 – Manoel José de Simas; *Colombo*, Campanha, 15/06/1873, n.° 23 / 306
Figura 44 – Hotel Ouropretano; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 21/11/1858, n.° 300 / 307
Figura 45 – Gervase Desvignes; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 18/04/1853, n.° 120 / 308
Figura 46 – Maretz Mayer Sohn; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24/07/1869, n.° 131 / 308
Figura 47 – Raymundo Moreira da Silva; *O Jequitinhonha*, Diamantina, 20/06/1869, n.° 43 / 308
Figura 48 – João Ignacio da Silva Araujo; *Colombo*, Campanha, 08/01/1881, n.° 262 / 309
Figura 49 – Saturnino Dias Pereira; *O Sul de Minas*, Campanha, 31/03/1860, n.° 37 / 309
Figura 50 – S. de Oliveira; Colombo, *Campanha*, 08/02/1878, n.° 105 / 309
Figura 51 – Açougue Progresso; *Minas Ativa*, Ouro Preto, 12/06/1887, n.° 11 / 310
Figura 52 – Revelli e Solari; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 25/05/1858, n.° 143 / 310
Figura 53 – Vitorino Moreira Coelho; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 19/10/1874, n.° 129 / 310
Figura 54 – Rezende e Azevedo; *Colombo*, Campanha, 01/01/1880, n.° 201 / 311
Figura 55 – Antonio Pinto Mascarenhas; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 04/12/1874, n.° 371 / 312
Figura 56 – Silverio Garcia Lopes; Colombo, *Campanha*, 02/10/1880, n.° 246 / 312
Figura 57 – Botequim Restaurant Leonel; *O Movimento*, Ouro Preto, 11/03/1889, n.° 8 / 312
Figura 58 – José Antonio da Silva Midões; *O Sul de Minas*, Campanha, 15/04/1860, n.° 39 / 313
Figura 59 – Albino da Costa Guimarães; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 22/10/1855, n.° 356 / 313
Figura 60 – Henrique Thiebaut e Cazemiro Miran; *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 03/06/1829, n.° 9 / 314
Figura 61 – Nova Exposição; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 24/01/1856, n.° 377 / 314
Figura 62 – Casa do Relogio; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24/04/1869, n.° 100 / 315
Figura 63 – Antonio Januario Gomes; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 22/10/1868, n.° 26 / 315
Figura 64 – Casa da Estrella; *A Conjuração*, Campanha, 22/05/1888, n.° 70 / 316
Figura 65 – Gustavo Gonçalves Lopes; *Valle-Sapucah*, Pouso Alegre, 13/02/1886, n.° 19 / 316
Figura 66 – Casa da Barateza; *A Província de Minas*, Ouro Preto, 22/02/1883, n.° 140 / 316
Figura 67 – Manoel da Rocha Fiuza de Mattos; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 08/07/1858, n.° 157 / 317
Figura 68 – Ao Preço Fixo; *O Movimento*, Ouro Preto, 06/09/1889, n.° 33 / 318
Figura 69 – José Joaquim Fiuza da Rocha; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 15/07/1858, n.° 159 / 319
Figura 70 – Joaquim Lourenço de Godoy Monteiro; *O Movimento*, Ouro Preto, 01/06/1889, n.° 20 / 320
Figura 71 – Silverio Pereira da Silva Lagoa; *O Conciliador*, Ouro Preto, 07/02/1851, n.° 178 / 320
Figura 72 – Luiz Morek John; *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 17/07/1829, n.° 21 / 320
Figura 73 – Torres e Aleixo; *O Movimento*, Ouro Preto, 22/07/1889, n.° 27 / 321
Figura 74 – Ricardo Rodrigues de Figueiredo; *Colombo*, Campanha, 27/07/1873, n.° 29 / 321
Figura 75 – Paris na America; *O Leopoldinense*, Leopoldina, 07/11/1880, n.° 51 / 322

Figura 76 – Antonio de Souza Pinto Barros Cachapuz; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 24/01/1867, n.° 169 / 322
Figura 77 – João Eustaquio da Costa; *Colombo*, Campanha, 01/01/1879, n.° 150 / 323
Figura 78 – Marcilino Rodrigues Tito; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 05/08/1858, n.° 165 / 323
Figura 79 – Ignacio José de Alvarenga; *O Sul de Minas*, Campanha, 04/02/1860, n.° 29 / 324
Figura 80 – Caza da Exposição; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 18/02/1858, n.° 113 / 325
Figura 81 – Loja Barateira; *O Jequitinhonha*, Diamantina, 19/12/1869, n.° 8 / 325
Figura 82 – Claudionor Quites; *A União*, Ouro Preto, 23/03/1889, n.° 242 / 326
Figura 83 – José Maria de Campos; *O Sul de Minas*, Campanha, 26/11/1859, n.° 19 / 326
Figura 84 – Soares e Vasques; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 03/02/1874, n.° 199 / 327
Figura 85 – Oliveira e Soares; *O Vinte de Agosto*, Ouro Preto, 01/03/1886, n.° 61 / 327
Figura 86 – Domingos José Alves Penna; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 10/08/1870, n.° 220 / 328
Figura 87 – Barateza; *O Movimento*, Ouro Preto, 02/03/1889, n.° 7 / 328
Figura 88 – Carlos Gabriel d'Andrade; *O Bem Público*, Ouro Preto, 22/11/1860, n.° 40 / 329
Figura 89 – José Marques Nogueira Guerra; *O Jequitinhonha*, Diamantina, 02/05/1869, n.° 36 / 329
Figura 90 – Albino da Costa Guimarães; *O Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 15/12/1868, n.° 47 / 330
Figura 91 – Theophilo M. C. Drumond; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 30/04/1874, n.° 247 / 330
Figura 92 – Manoel Rodrigues Fernandes; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 16/06/1874, n.° 271 / 331
Figura 93 – Rua Direita n.379; *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 12/06/1829, n.° 11 / 332
Figura 94 – Rua de S. José 37; *Constitucional*, Ouro Preto, 25/05/1867, n.° 39 / 332
Figura 95 – Lemos e Lemos; *Colombo*, Campanha, 01/03/1879, n.° 159 / 333
Figura 96 – Barateza Sem Igual; *Colombo*, Campanha, 15/03/1879, n.° 161 / 334
Figura 97 – Antonio Coelho de Araujo; *Propaganda*, Diamantina, 02/10/1888, n.° 12 / 335
Figura 98 – Grande Emporio do Norte; *Propaganda*, Diamantina, 06/10/1888, n.° 9 / 336
Figura 99 – Sede e engenho da Fazenda Ribeirão, município de Dom Joaquim / 380
Figura 100 – Engenho da Fazenda Cachoeira, município de Dom Joaquim / 381
Figura 101 – Engenho e "tenda de rapadura" da Fazenda São Lourenço, município de Brasília de Minas / 383
Figura 102 – "Tenda de rapadura" e engenho da Fazenda dos Poções, município de Salinas / 384
Figura 103 – "Engenhoca", município de Oliveira / 385
Figura 104 – "Engenho de pau", município de Minas Novas / 387
Figura 105 – Detalhe das moendas de "engenho de pau", município de Minas Novas / 388
Figura 106 – "Engenho de pau", município de Salinas / 390
Figura 107 – "Engenho de pau", município de Salinas / 391
Figura 108 – "Engenho de pau", município de Salinas / 392
Figura 109 – Inscrição em engenho com "bolandeira", município de Martinho Campos / 393
Figura 110 – Engenho com "bolandeira", município de Martinho Campos / 394
Figura 111 – Engenho com "bolandeira", município de Martinho Campos / 394
Figura 112 – Cruzeiro de engenho d'água, Fazenda Três Córregos, município de Oliveira / 395
Figura 113 – Engenho d'água, Fazenda Três Córregos, município de Oliveira / 396

Figura 114 – Engenho d'água, Fazenda Cachoeira, município de Dom Joaquim / 398
Figura 115 – Detalhe da moenda e "rodetes" de engenho d'água, Fazenda Cachoeira, município de Dom Joaquim / 399
Figura 116 – Engenho d'água, Fazenda Ribeirão, município de Dom Joaquim / 400
Figura 117 – Engenho d'água, Fazenda Ribeirão, município de Dom Joaquim / 401
Figura 118 – Corte da cana, município de Salinas / 402
Figura 119 – Transporte da cana em lombo de animal, município de Turmalina / 403
Figura 120 – Transporte da cana em carro de boi, município de Carmópolis / 404
Figura 121 – Abastecimento da fornalha com bagaço de cana, município de Cambuquira / 405
Figura 122 – Preparação de lixívia com a casca da mutamba, município de Turmalina / 407
Figura 123 – Escumação do caldo, município de Cambuquira / 408
Figura 124 – Escumação do caldo, município de Turmalina / 408
Figura 125 – Engrossamento do melado, município de Salinas / 408
Figura 126 – Tirada do ponto, a "puxa", município de Salinas / 409
Figura 127 – Transporte do melado, município de Turmalina / 410
Figura 128 – Batimento do melado, município de Turmalina / 411
Figura 129 – Enchimento da fôrma, município de Salinas / 412
Figura 130 – Desenformação, município de Carmópolis / 413
Figura 131 – Embalagem da rapadura, município de Cambuquira / 414
Figura 132 – Embalagem da rapadura, município de Cambuquira / 415
Figura 133 – Comercialização da rapadura, Mercado Municipal de Turmalina / 416
Figura 134 – Comercialização da rapadura, Mercado Municipal de Salinas / 417
Figura 135 – "Tendal" e fôrmas de açúcar, município de Martinho Campos / 418
Figura 136 – Fôrma de açúcar, município de Carmópolis / 420
Figura 137 – Fermentação do caldo da cana, município de Turmalina / 421
Figura 138 – Fermentação do caldo da cana, município de Conceição do Mato Dentro / 422
Figura 139 – "Alambique de capelo", município de Martinho Campos / 423
Figura 140 – "Alambiques de coluna", município de Salinas / 424
Figura 141 – Destilação do caldo fermentado em "alambiques de capelo", município de Salinas / 425
Figura 142 – "Parol" para armazenagem e envelhecimento da aguardente de cana, município de Martinho Campos / 426
Figura 143 – Dorna para armazenagem e envelhecimento da aguardente de cana, município de Salinas / 427
Figura 144 – Fabricação de peças e equipamentos para engenhos de cana, preparação de fôrma de alça de tacho, município de Minas Novas / 428
Figura 145 – Fabricação de peças e equipamentos para engenhos de cana, enchimento da fôrma com bronze fundido, município de Minas Novas / 429
Figura 146 – Fabricação de peças e equipamentos para engenhos de cana, "batimento do cobre" e "levantamento do tacho", município de Minas Novas / 430
Figura 147 – Seu Rodolfo, município de Carmópolis / 433
Figura 148 – Seu André e meninos, município de Turmalina /434
Figura 149 – Seu Antônio, município de Salinas / 437

Primeiras considerações

> *E contudo, entre o passado, mesmo longínquo, e o presente nunca há ruptura total, descontinuidade absoluta ou, se se preferir, uma não-contaminação. As experiências do passado prolongam-se incessantemente na vida presente, alargam-na. (...) Enfim, esta dialética constantemente resposta em questão – passado, presente; presente, passado – é, com certeza, pura e simplesmente, o coração, a razão de ser da própria história* (Braudel, 1986: 53).

As origens da pesquisa se fundam na combinação de exuberante revelação com pertinente intuição, convites indeclináveis à investigação histórica. Os *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836* descortinaram o vigor insuspeitado da produção de derivados da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais. Os traços estruturais que caracterizavam o setor canavieiro nos séculos XVIII e XIX sugeriram a incomum vigência temporal de formas tradicionais de fabricação de açúcar, rapadura e aguardente em Minas Gerais. Vislumbrou-se perspectiva de dimensionar a importância de uma das principais expressões da diversificada indústria rural oitocentista mineira e, um salto para o presente, compreender aspectos da evolução histórica do setor canavieiro de Minas que responderam por impressionante persistência de formas não-capitalistas de produção.

Desde os desdobramentos iniciais, percebeu-se a inserção do tema em problema historiográfico de importância transcendente. Fatores geográficos, demográficos e econômicos determinaram a convivência, desde as primeiras décadas do Setecentos, de duas fontes abastecedoras do mercado interno de Minas Gerais. Fontes externas, inicialmente mais vigorosas, foram progressivamente suplantadas e, depois, em parte substituídas por fontes internas. Complementaridade transmudou-se, gradualmente, em exclusão. No longo e continuado processo de substituição de importações a produção de origens animal e vegetal ocupou posição destacada. O suprimento de dinâmicos mercados mineradores urbanos estimulou a mobilização de recursos para a montagem de engenhos de cana e, por conseqüência, a constituição de um novo espaço canavieiro no interior do Brasil.

O açúcar, rapadura e aguardente produzidos em Minas sempre estiveram precipuamente orientados para o atendimento das necessidades do mercado interno. A constatação de que no século XVIII surgiu e rapidamente desenvolveu-se vigoroso espaço canavieiro desvinculado de mercados externos ao Brasil e com características distintas, quando não antagônicas, às dos espaços canavieiros exportadores pressupõem o reconhecimento da convivência, desde, pelo menos, o início do Dezoito, de dois paradigmas de cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Brasil.

Nos primeiros lustros do Oitocentos, salvo pequenas importações que atendiam parte das necessidades de algumas localidades do sul da capitania, os engenhos de cana de Minas respondiam integralmente pelo abastecimento do maior mercado consumidor do Brasil, além de exportarem quantidades significativas de açúcar, aguardente e, principalmente, rapadura. Conquanto já discerníveis na centúria anterior, no século XIX alcançaram expressão definitiva alguns atributos essenciais à conformação da identidade do setor canavieiro de Minas: i. produção espacialmente desconcentrada, ii. heterogênea base técnica, iii. não especialização produtiva, ou a invariável inserção em unidades rurais economicamente diversificadas.

Na direção da produção, abastecimento de mercados internos, se encontra a chave para o entendimento da atípica longevidade de determinadas formas produtivas de Minas Gerais. A persistência, na atualidade, de produção tradicional de auto-consumo ou geradora de excedentes destinados a mercados locais está estreitamente vinculada à justaposição de isolamento geográfico e desigualdades regionais. Arraigados regimes alimentares, rebaixado nível de renda de populações camponesas e os custos dos transportes incidentes sobre a produção industrial são fatores fundamentais à explicação do ritmo relativamente mais lento de modernização do setor canavieiro de Minas. A sobrevivência de padrões técnicos arcaicos e a persistência de relações sociais de produção não-capitalistas são expressões inequívocas de uma história de longa duração. Esse particular encontro entre passado e presente legitimou aproxi-

mação do universo remanescente de equipamentos e ferramentas de produção, bem como dos processos técnicos vigentes no setor tradicional de fabricação de derivados da cana de Minas Gerais. A demonstração da continuidade no tempo dessas formas produtivas tradicionais reitera a fortuna de método que se assenta na perspectiva de que "presente e passado iluminam-se com luz recíproca".

Vislumbrado o vigor temporal da produção tradicional de derivados da cana buscou-se estabelecer a posição relativa dos grandes espaços canavieiros do Brasil antes e no decurso do processo de modernização do setor. A expansão da produção mineira de açúcar, rapadura e aguardente, fortemente estimulada por regular crescimento demográfico e assente em hábitos de consumo vincados pelo excesso na ingestão de açúcares e destilados da cana, assegurou que, durante aproximadamente um século, Minas Gerais ocupasse posição de liderança na produção brasileira. As evidências empíricas reunidas e os confrontos estatísticos realizados convergem para a demonstração da proeminência mineira na maior parte do século XIX e primeiros anos da centúria seguinte, superando inclusive todos os grandes espaços canavieiros do litoral. Acredita-se que a demonstração da centenária pujança de Minas Gerais representa a escrita de um novo e, ao mesmo tempo, revisionista capítulo da História Econômica do Brasil.

Da cana-de-açúcar ao comércio. Desdobramento resultante de histórica associação tributária e da importância que se atribuí as atividades mercantis para o deslindamento da natureza da economia mineira do século XIX. Ademais, em consonância com movimento geral em que o Setecentos sempre suscitou interesse sobremaneira maior do que o Oitocentos, verificou-se a pronunciada desigualdade resultante do confronto do estágio de desenvolvimento dos estudos históricos referentes ao comércio da capitania em contraposição ao da província.

Os referidos Mapas de 1836 estavam inscritos em tradição tributária que, desde meados do século XVIII, tendia a associar as imposições fiscais que recaíam sobre os produtores de derivados da cana, mormente aguardente, com as que oneravam comerciantes em geral. Se o volume de negociantes arrolados, características das informações prestadas e cobertura espacial da documentação conformavam por si só forte apelo ao estudo do tema, a possibilidade de cruzamento da documentação fiscal de 1836 com dados censitários da década de 1830 ampliava consideravelmente as perspectivas de produção de conhecimento historicamente novo e que se acredita relevante.

Ainda que no primeiro momento, quando do reconhecimento das fontes, já se intuía que os *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836* representariam o suporte documental para a abertura de promissora linha de investigação, foi somente no transcurso da pesquisa que se pode aquilatar a fortuna de documentação que forneceria relevantes subsídios para a proposição da existência de uma outra "civilização da cana-de-açúcar", assim como dados decisivos à demonstração do vigor do espaço canavieiro de Minas Gerais, pela disseminação do cultivo e transformação da cana, pela insuspeitada magnitude da produção e pela longevidade de formas produtivas tradicionais. Além disso, o exame que se realizou dos Mapas de 1836, a contemplar as determinações inscritas em suas origem e destinação, a crítica exaustiva de seus elementos constitutivos e a filiação histórica decorrente de sua natureza fiscal e de congênito fiscalismo, forjaram a percepção da singular importância da documentação. Os Mapas de 1836 são, ao mesmo tempo, fontes imprescindíveis para o estudo da História do Açúcar em Minas e para a investigação da fração tradicional e de mercado interno da História do Açúcar no Brasil. Por tudo, sustenta-se a convicção da relevância da publicação integral dos Mapas de 1836.

Dividido em dois volumes e cinco seções, o livro compreende versão revista e em parte ampliada de tese, com o mesmo título, defendida em 2004, acrescida da transcrição paleográfica dos Mapas de 1836. O primeiro volume abrange quatro seções dedicadas precipuamente ao estudo de dois temas que, para além das evidentes interfaces mais amplas que apresentam, encontram-se ligados pela referida tradição fiscal e fiscalismo. No segundo volume, a quinta seção destina-se a reprodução integral dos Mapas de 1836, seguida de conjunto de apêndices e índices que lhe são complementos e acessórios.

A primeira seção volta-se para a construção de amplo painel a compendiar os processos históricos nos quais se inscrevem os objetos investigados. Embora atividades agroaçucareiras e mercantis sejam apresentadas com a intenção de destacar traços inerentes à evolução que lhes é específica, ampla intercessão espacial e temporal sobreleva fortes conexões históricas. O objetivo primordial é lançar os mar-

cos fundamentais que permitam, no desdobramento das seções subseqüentes, a compreensão do contexto que informa os objetos analisados e, principalmente, a percepção da longevidade e força de traços estruturais indispensáveis ao dimensionamento da importância dos resultados alcançados.

Com a elaboração de síntese da evolução histórica das atividades agroaçucareiras do Brasil nos séculos XVI a XIX, segmentados os espaços canavieiros segundo a direção da produção, pretende-se a demarcação da vigência de dois paradigmas distintos. Salientar as diferenças, quando não oposições, entre os grandes espaços canavieiros voltados para mercados externos, notadamente os do litoral do Nordeste, e os espaços canavieiros orientados para mercados internos, especialmente o de Minas Gerais, é condição indispensável para atestar a relevância do estudo de amplo e complexo segmento econômico tradicionalmente relegado pela historiografia à condição de objeto menor, quando não genericamente incluído em categorias como "economia de autoconsumo" ou "economia de subsistência". O contraponto proposto quer ressaltar a existência de universo distinto àquele que se identifica com a "perspectiva do colonizador", que exclusivamente vislumbra a exuberância dos grandes engenhos açucareiros visceralmente dependentes do trabalho escravo, da especialização produtiva, da expansão extensiva que reitera o latifúndio e da submissão ao capital mercantil que apropria e transfere para o exterior a maior parte do excedente.

No desenvolvimento diferenciado dos espaços canavieiros do Brasil estão as raízes do assimétrico processo de modernização que se inicia de forma mais incisiva no último quartel do século XIX, acelera-se sobremaneira a partir da década de 1930 e, dada à persistência de formas produtivas tradicionais, ainda se encontra inconcluso. O estudo da evolução do setor canavieiro no século XX privilegia a demonstração da existência de ritmos diferenciados de modernização tecnológica, de estabelecimento da grande produção industrial e de desestruturação de relações de produção não-capitalistas. A sobrevivência da pequena produção artesanal em determinados espaços canavieiros é iluminada por longa trajetória histórica e que pode ser resumida no pertencimento aos referidos paradigmas.

Indissociável do mencionado problema do abastecimento das Minas, o universo do comércio setecentista é apresentado em suas estreitas conexões com o provimento dos centros urbanos mineradores. O aludido processo de substituição de importações transformou rede mercantil fortemente concentrada em grandes corredores de importação em capilarizada e crescentemente desconcentrada malha comercial que se espraiava por extenso território. A complexidade crescente das atividades mercantis ensejou o surgimento de variado universo de agentes comerciais, impôs o desenvolvimento de múltiplos mecanismos de crédito, estimulou a ação de especuladores e permitiu a consolidação de elite mercantil.

Apesar de substantivas transformações econômicas, muitos dos atributos do comércio no século XVIII não sofreram solução de continuidade na centúria seguinte. Na província, as atividades mercantis permaneceram pronunciadamente desconcentradas, embora a expansão das exportações mineiras, crescimento demográfico e dilatação da fronteira de ocupação tenham ampliado às possibilidades de atuação do grande capital comercial. O pequeno negociante varejista convivia com elite mercantil que respondia por parcela significativa do comércio de exportação, concentrava a distribuição de mercadorias importadas, participava ativamente do tráfico de escravos, enfeixava a liquidez do mercado e controlava o crédito.

A segunda seção destina-se a ampla contextualização e apresentação dos *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836*. Documentação fundamental, suporte empírico chave para os desenvolvimentos essenciais propostos, os Mapas de 1836 são submetidos à minuciosa crítica interna e externa. A necessidade da exaustiva compreensão do potencial, bem como limites, desse que é, muito provavelmente, o mais extenso e rico repositório de informações sobre atividades agroaçucareiras no século XIX, explica-se pela desenvoltura que essas fontes assumem no transcurso das investigações e, sobretudo, pelas repercussões que os resultados alcançados projetam.

Inicialmente são traçados os aspectos considerados mais relevantes das relações do Estado com o setor canavieiro de Minas Gerais no transcurso dos séculos XVIII e XIX. Procura-se demonstrar a persistência de tensões geradas por exacerbada preocupação fiscal. A progressiva consolidação de divórcio entre a proposição e a efetiva implementação de legislação fiscal resultava da insensibilidade em reconhecer as características do setor, especialmente a heterogeneidade da base de contribuintes em potencial. Assim,

os Mapas de 1836 são entendidos no quadro de longa e conflituosa relação do Estado com o setor canavieiro de Minas.

Contextualizada a documentação, passa-se ao exame do dispositivo legal e ofício que determinaram o arrolamento de engenheiros e negociantes, assim como se procede a circunstanciada apreciação da estrutura e conteúdo dos Mapas de 1836. Realiza-se exegese dos Mapas com vistas ao estabelecimento do padrão informativo dominante, ou as variáveis regularmente contempladas, bem como o universo de dados menos freqüentes, ou as variáveis eventualmente consideradas.

Por fim, é avaliada a representatividade regional. Dimensiona-se o significado dos mapas remanescentes no quadro do universo de unidades administrativas existentes em meados da década de 1830.

Dedicada ao estudo do comércio provincial, a terceira seção é composta de três partes, cada uma estruturada em suporte empírico específico. Conquanto segmentadas, as fontes compulsadas permitiram a composição de imagens convergentes das atividades mercantis de Minas Gerais. Dentre as muitas características reveladas destacaram-se: 1. dinamismo comercial vincado por ampla diversidade regional, que por sua vez era determinada por diferenciados níveis de desenvolvimento econômico; 2. pronunciada desconcentração espacial das atividades mercantis resultante das características de mercado consumidor diverso e espacialmente disperso; 3. composição heterogênea dos agentes comerciais, expressão das múltiplas possibilidades de inserção em setor que abrigava desde o pequeno varejista cingido a limitado comércio local até elite mercantil responsável por parte significativa do comércio de longa distância, pelo controle do crédito e com tendência a ampla diversificação dos investimentos.

Conhecer atributos sócio-demográficos dos agentes mercantis com atuação no comércio estabelecido e de tropas e deslindar traços gerais dos domicílios com atividades mercantis, inclusive o exame das estruturas da posse de escravos e ocupacional, sintetizam os objetivos de estudo com base em censo do início da década de 1830 e nos Mapas de 1836. A referida diversidade regional evidencia diferenciados níveis de desenvolvimento econômico e corrobora contrastes estruturais internos à sociedade e economia de Minas Gerais do século XIX. O dinamismo das atividades mercantis estava intimamente relacionado com o vigor do comércio interregional e, principalmente, interprovincial. A heterogênea composição de negociantes e tropeiros reafirma complexidade que começou a ser forjada no Setecentos e que se apresentou consolidada na centúria seguinte.

Antologia de extratos de relatos de viajantes estrangeiros sobre o comércio provincial possibilitou o conhecimento de atributos não passíveis de mensuração estatística. O caráter impressionista das observações não impediu a apreensão de imagem que claramente converge para atividades comerciais marcadas pela pluralidade de expressões, especialmente discerníveis na eclética composição de tipos de estabelecimentos e variados padrões de consumo. Muitas características do comércio setecentista são reiteradas pelos viajantes, como, por exemplo, a ampla vigência do crédito, endividamento e constituição de redes de dependência social e econômica.

Os pródigos anúncios de estabelecimentos comerciais nos periódicos mineiros do século XIX permitiram o conhecimento de aspectos raramente encontráveis em outras fontes, notadamente aqueles que compunham a auto-imagem que os negociantes procuravam transmitir de suas atividades. Assim, constatou-se, por exemplo, a vigência de múltiplas práticas comerciais, inclusive aquelas definidas como estratégias voltadas para a concorrência em mercados locais ou regionais. A dimensão iconográfica dos anúncios mostrou-se reveladora de comércio que, na segunda metade do Oitocentos, alcançara sofisticação compatível com as exigências do incipiente processo de integração do mercado interno de Minas Gerais.

Na quarta seção as atividades agroaçucareiras são consideradas em duas dimensões integradas em um único e contínuo processo histórico. Do presente ao passado, busca-se a demonstração da persistência de formas produtivas não-capitalistas e apresenta-se ensaio em que iconografia e oralidade compõem imagem das técnicas atualmente vigentes na produção artesanal de açúcar, rapadura e aguardente. Do passado ao presente, elaboram-se estimativas que implicam em revisão historiográfica e alçam

Minas Gerais à condição do mais importante espaço canavieiro do Brasil no último século de hegemonia das formas tradicionais de produção de derivados da cana.

Dados constantes nos Mapas de 1836 e em censo do início da década de 1830 permitem a reiteração daqueles traços gerais do setor canavieiro da província, apresentados na primeira seção, e acrescentam características novas, especialmente as que informam sobre a importância do escravismo nas unidades produtivas com cultivo e transformação da cana. Ampla segmentação espacial dos resultados permite aferir diferenciação no vigor da produção de derivados da cana e discernir a existência de semi-especializações regionais. Sobretudo a geografia e demografia interferiam no desenvolvimento das atividades agroaçucareiras e contribuíam decisivamente na constituição de malha de circuitos mercantis com importante participação da comercialização de açúcar, rapadura e aguardente.

O cotejo de documento de meados do século XVIII com entrevistas e fotografias do final do século XX atesta a persistência, transcorridos quase que 250 anos, de técnicas tradicionais de fabricação de derivados da cana. Fontes iconográficas e orais salientam a longevidade de padrões técnicos arcaicos e permitem a composição de quadro geral de equipamentos e processos que sobreviveram na pequena produção artesanal de açúcar, rapadura e aguardente. Trajetórias canavieiras integram-se por meio de tradições orais e sobrelevam a força do universo sócio-cultural da cana-de-açúcar.

Inseridas em unidades rurais economicamente diversificadas, as atividades agroaçucareiras de Minas Gerais desenvolveram-se em consonância com o crescimento do mercado interno. Dispersão demográfica, desconcentração espacial da produção e custos dos transportes combinavam-se com a insularidade de Minas e definiam ampla disponibilidade de derivados da cana a partir de uma miríade de unidades produtivas. A tendência a autarquização nos níveis micro e macroeconômico induziam a singulares padrões de consumo assentes em larga e acessível oferta de açúcar, rapadura e aguardente. O maior mercado consumidor do Império era inteiramente suprido com base em produção local e/ou regional, conquanto excedentes fossem exportados, especialmente para o sertão nordestino. Esta configuração da economia canavieira de Minas Gerais permitiu rápido crescimento do número de engenhos, demandou o emprego de grandes contingentes de trabalhadores escravos e projetou a produção de derivados da cana a patamares superiores aos dos grandes espaços canavieiros voltados para mercados externos. Assim, buscou-se a demonstração da proeminência do espaço canavieiro de Minas no último século de hegemonia da produção tradicional de derivados da cana no Brasil. Constatada a posição mineira de inequívoco destaque nas décadas iniciais do século XX, estertores de quase quatro séculos em que os engenhos de cana dominaram a paisagem dos espaços canavieiros do Brasil, partiu-se para a elaboração de estimativas para a década de 1830, período para o qual sobejam evidências estatísticas. Pouco mais de uma década depois da definitiva quebra do estatuto colonial, portanto menos de um século e meio após a montagem do primeiro engenho de cana em território mineiro, o principal espaço canavieiro orientado para o atendimento do mercado interno superava os espaços canavieiros voltados para o exterior quanto ao número de engenhos, o volume de escravos empregados e o tamanho da produção. Os dados apresentados, os procedimentos metodológicos adotados e as ilações propostas, implicam na necessidade de revisão historiográfica que não apenas dilate a percepção da evolução histórica das atividades agroaçucareiras do Brasil, pressupondo a reconfiguração da posição relativa dos principais espaços canavieiros, mas também que incorpore compreensão nova do evolver de atividades produtivas integradas ao abastecimento do mercado interno.



Loja de carne seca. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1834). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

1

A singularidade de Minas Gerais



Transporte de cana para engenho de pau. Fazenda Córrego Grande. Município de Turmalina, Minas Gerais. Fotografia de Marcelo Godoy (1993). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

1 – A singularidade de Minas Gerais

Minas Gerais e sua singularíssima trajetória, matriz da modernidade no Brasil, dotada de insuspeitadas sintonias, em variados campos, com o sentido geral da modernidade ocidental, e síntese das contradições essenciais que marcaram a formação histórica brasileira. Acompanhar as vicissitudes da formação histórica de Minas Gerais é atualizar uma discussão necessária, a busca do entendimento de nossas raízes, de nossas especificidades, para que possamos ser sujeitos de nossa emancipação. É este o sentido fundamental dos estudos históricos. O olhar retrospectivo que é promessa do novo, a memória que é resgate e superação, a busca da cor local para compor-compartilhar o cromatismo da cultura universal (Paula, 2000: 8).

A particular evolução histórica de Minas Gerais determinou contornos específicos aos desenvolvimentos das atividades agroaçucareiras e mercantis. A economia mineradora ensejou a formação de amplo mercado consumidor no interior do Brasil para produtos da agropecuária e impulsionou sobremaneira o comércio colonial. Desde os primórdios da ocupação de Minas, estavam delineadas características que distinguiriam as atividades orientadas para o abastecimento dos novos mercados. O cultivo e a transformação da cana-de-açúcar e o comércio moldaram-se às peculiares necessidades de sociedade fortemente urbanizada e economia especializada. Na segunda metade do século XVIII, as transformações sociais e econômicas concomitantes ao declínio da extração mineral convergiram para reestruturação produtiva e mercantil, bem como nova inserção de Minas na Colônia. Conquanto se impusesse maior integração a processos externos ao território mineiro, notadamente o crescimento demográfico e ampliação das expressões econômica e político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro e o surgimento e rápido desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba do Sul, Minas conservou relativa insularidade e autonomia econômica frente a determinações externas. Livres dos constrangimentos coloniais e impulsionadas pelo crescimento demográfico, as atividades econômicas direcionadas para o mercado interno conheceram novo dinamismo no Oitocentos. Minas Gerais projetou-se como espaço canavieiro de grande expressão e com atividades mercantis integradoras de território cingido por pronunciados contrastes regionais. Ao mesmo tempo, a província consolidou inserção relativamente independente na economia brasileira.

Três objetivos primordiais orientaram o desenvolvimento dessa seção: 1. caracterizar as atividades agroaçucareiras nos séculos XVI a XIX, com intuito de demonstrar a vigência de dois distintos paradigmas de evolução histórica do setor canavieiro do Brasil; 2. ressaltar alguns marcos do processo de modernização da agroindústria da cana e comprovar as estreitas conexões entre os ritmos diferenciados das transformações econômicas e tecnológicas e o evolver histórico dos principais espaços canavieiros; 3. compendiar os atributos fundamentais das atividades mercantis de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, com ênfase nos aspectos que evidenciam continuidades no tempo.

A primeira parte da subseção 1.1 apresenta amplo painel a sintetizar aspectos considerados essenciais ao entendimento da evolução das atividades agroaçucareiras do Brasil no transcurso de quase cinco séculos de história. Considerada a segmentação dos espaços econômicos segundo a direção da produção, destaca-se a economia canavieira nordestina como modelar do paradigma agroexportador e salienta-se a economia canavieira mineira como exemplar do paradigma mercados internos. Os demais espaços canavieiros das Américas são alinhados segundo o pertencimento a um ou outro paradigma.

As propostas de periodização da evolução histórica da economia canavieira do Nordeste pautaram-se por conjunturas externas, portanto são reveladoras da dependência externa do setor. A especialização produtiva do complexo açucareiro induziu o desenvolvimento de atividades subsidiárias e complementares. A produção estruturada em bases manufatureiras desenvolveu a cooperação como princípio articulador do processo produtivo e estimulou crescente especialização e divisão do trabalho nos engenhos nordestinos. Conquanto inovações técnicas fossem lentamente introduzidas, as etapas básicas da fabricação do açúcar permaneceram inalteradas até o princípio do século XIX. A princípio, indígenas submetidos a relações de trabalho semicompulsórias, depois, populações africanas reduzidas à escravidão

responderam pela maior parte das atividades dos setores agrícola e industrial dos engenhos do Nordeste. A orientação para mercados externos e a subordinação ao grande capital mercantil criavam restrições à pequena empresa açucareira, favoreciam a grande exploração e ensejavam o estabelecimento de hierarquia entre proprietários de unidades industriais e fornecedores de matéria-prima. A simbiótica relação entre Metrópole, capital mercantil e agentes da produção estabelecia múltiplas formas de compensação econômica, social e política para aqueles que se envolviam com os negócios do açúcar no Nordeste colonial. Sem desconsiderar as especificidades decorrentes de injunções geográficas, conjunturas econômicas e diferenciais de política colonial, pondera-se que os outros espaços canavieiros das Américas orientados para mercados externos apresentavam os mesmos traços estruturais observados para o Nordeste.

Traçados os aspectos que conformavam a identidade da produção açucareira para mercados externos, transita-se para a economia canavieira de Minas Gerais, a mais exuberante expressão do paradigma mercados internos. Já na proposição de periodização, sobressai a independência diante de determinações externas e vigência de traços estruturais de longa duração. Inseridos no movimento de interiorização da colonização, o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar desenvolveram-se associados às necessidades de abastecimento dos centros mineradores. Desconcentração espacial dos mercados consumidores, isolamento geográfico das unidades produtivas, elevados custos de transporte e consorciação com outras atividades econômicas em fazendas diversificadas combinavam-se como importantes fatores a definir específica identidade para as atividades agroaçucareiras de Minas Gerais. Somada a estas características, a ausência de concorrência em torno de preços e qualidade dos derivados da cana contribuía decisivamente para a diferenciação técnica dos engenhos mineiros. A estagnação técnica assegurou a base material para as continuidades econômicas e socioculturais associadas à longevidade da pequena produção artesanal de Minas Gerais. Polivalência profissional e versatilidade ocupacional eram atributos indispensáveis ao trabalhador das unidades produtivas com engenho de cana. A convivência de múltiplas atividades, consorciadas em complexo calendário a combinar agricultura, pecuária, atividades de transformação, tropeirismo e comércio estabelecido, criava obstáculos à especialização e divisão do trabalho nos engenhos mineiros. Os demais espaços canavieiros que atendiam a mercados internos do Brasil, ou de países de colonização não-portuguesa, apresentavam as mesmas características estruturais ressaltadas para Minas Gerais.

Como síntese dessa primeira parte da subseção 1.1, são compendiados, segundo múltiplos aspectos, os principais traços a conferir identidade aos espaços canavieiros do Brasil alinhados aos paradigmas agroexportador e mercados internos.

Ao perquirir o processo de modernização do setor canavieiro do Brasil, que se iniciou incisivamente na última quadra do século XIX e estendeu-se pela primeira metade da centúria seguinte, conclui-se que os ritmos diferenciados de transição de formas tradicionais de produção para a grande indústria capitalista foram precipuamente determinados pela evolução histórica anterior, portanto ao pertencimento aos paradigmas propostos. Dividida em duas etapas, a modernização econômica e tecnológica sustentou-se em decidida participação do Estado. Até as primeiras décadas do século XX, preponderaram iniciativas que beneficiaram sobremaneira as áreas agroexportadoras, promovendo a quebra da hegemonia da produção tradicional em quase todos os grandes espaços canavieiros do litoral. A partir da década de 1930, sobretudo com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), aceleraram-se as transformações que praticamente tornaram redundantes as formas tradicionais de produção no litoral ocidental do Nordeste, no norte do Rio de Janeiro e em São Paulo. Os espaços canavieiros orientados para mercados internos, mormente Minas Gerais, conheceram outro ritmo de modernização, com a hegemonia da produção tradicional estendendo-se até o início da segunda metade do século XX. O caráter conservador da modernização do setor canavieiro do Brasil é definido pela convivência da promoção de transformações econômicas e tecnológicas e a manutenção ou deterioração de estruturas sociais. A partir da criação do IAA, o Estado reiterou sua subordinação aos interesses do grande capital e empreendeu intervenção no setor canavieiro que acelerou o processo de desestruturação da pequena produção agroaçucareira. Minas Gerais, caso emblemático do paradigma produção para mercados internos, apresen-

tou evolução ao longo do último século e meio que culminou em exuberante continuidade ou persistência da produção tradicional de derivados da cana. A sobrevivência de formas não-capitalistas de produção nos interstícios do hegemônico modo de produção capitalista resulta de profundas desigualdades regionais e do desenvolvimento de atípica relação entre o moderno que se quer exclusivo e o arcaico que se configura como alternativa à completa destituição econômica, social e cultural.

A segunda parte desta seção volta-se para as atividades mercantis de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Salientam-se os aspectos considerados imprescindíveis à caracterização que sobreleve o essencial do evolver do comércio em cada período, sem descurar dos traços de continuidade que convergem para processo histórico único.

Na passagem para o Setecentos, as descobertas auríferas em Minas Gerais lançaram as bases para significativa expansão do mercado interno da Colônia. O acelerado crescimento demográfico, forte urbanização e a especialização produtiva na extração mineral estimularam o desenvolvimento de atividades mercantis direcionadas para o abastecimento. A grande circulação de ouro e as dificuldades decorrentes dos elevados custos dos transportes constituíram-se em poderosos estímulos a processo de substituição de importações. O comércio de abastecimento das Minas a partir de vários mercados da Colônia, Europa e África sofreu crescente concorrência de atividades produtivas desenvolvidas no território mineiro. Embora gradualmente, em algumas décadas, a maior parte do provimento dos centros mineradores realizava-se independente de mercados externos e estruturava-se em capilarizada rede mercantil centrada em fluxos campo-cidade. Ainda assim, Minas Gerais capitaneou o primeiro movimento de integração do mercado interno colonial, desencadeou efeitos que se multiplicaram em espaços econômicos distantes e sustentou continuados fluxos de importações de mercadorias insubstituíveis, como escravos, sal e artigos europeus não produzidos internamente. A complexidade do comércio mineiro setecentista pode ser aferida na multiplicidade de agentes mercantis e de formas de comércio. Algumas expressões das atividades mercantis coloniais alcançaram destacada projeção em Minas Gerais, como o tropeirismo responsável por portentosa circulação de mercadorias e o pequeno comércio urbano controlado por mulheres. Conquanto a participação em atividades mercantis estivesse franqueada a quase todos que dispusessem de algum recurso, larga fração do comércio colonial mineiro era controlada por elite mercantil com interesses que transpunham o território da capitania e que comumente desdobravam-se em outras atividades. O grande capital mercantil tendia à associação com atividades agropecuárias, mineração, tráfico de escravos e concessão de crédito. O disseminado recurso às muitas formas creditícias vigentes em Minas gerava amplo endividamento, dependência econômica e social e tensões entre credores e devedores. A dimensão e importância das atividades mercantis compeliram o Estado à intervenção que se diferenciou na fiscalidade e na repressão a ilícitos associados ao comércio e a práticas especulativas geradoras de desabastecimento e elevação do custo de vida nos centros mineradores. As atividades mercantis setecentistas de Minas Gerais geraram repercussões econômicas, sociais, políticas e culturais que ultrapassaram as fronteiras coloniais, bem como transbordaram para a centúria seguinte.

Considera-se que o comércio ocupa posição central nos modelos historiográficos de interpretação da economia mineira oitocentista. O conhecimento da estrutura, dinâmica e direção das atividades mercantis é imprescindível para a compreensão das lentas transformações que se seguiram ao declínio da mineração e que conformaram a estrutura econômica de Minas Gerais no século XIX. Pronunciados contrastes regionais estavam na base de distintos desenvolvimentos do comércio provincial. Variados padrões de relacionamento com mercados internos e externos estavam associados com as características das economias regionais de Minas. No desenvolvimento econômico das regiões meridionais mineiras, estreitamente ligado ao crescimento da cidade do Rio de Janeiro e a formação da cafeicultura no Vale do Paraíba, o capital mercantil ocupou posição proeminente. A desenvoltura da elite mercantil da comarca do Rio das Mortes respondia por investimentos em atividades produtivas, negócios urbanos, vasta rede de concessão de crédito e lucrativa intermediação comercial das exportações e importações realizadas por regiões do interior de Minas Gerais.

1.1 – Civilizações da cana-de-açúcar

> *Em verdade, novos focos de produção açucareira e, principalmente, de aguardente, não tardaram muito a aparecer, como vimos, ao lado das minerações, no mesmo âmbito das terras do ouro e dos diamantes, às vezes em fazendas que possuíam ao mesmo tempo engenho e minas ou engenho, minas e criação de gados ou engenho e criação. A introdução da agroindústria da cana-de-açúcar no território do atual Estado de Minas Gerais, a sua rápida propagação, a sua difusão pela região das minas e pelos sertões da capitania, nos primeiros decênios do século XVIII marcam, pois, uma fase nova na história da economia canavieira da colônia brasílica. Era a interiorização de uma indústria que pouco avançara até então no sentido ocidental, limitada que ficara à zona litorânea ou pouco mais além. O povoamento de Minas Gerais, em conseqüência da descoberta do ouro, na última década da centúria anterior, acarretou, repitamos, a princípio a formação de novos mercados de açúcar e aguardente no interior do Brasil e não tardou a provocar a criação de nova indústria açucareira e aguardenteira a algumas centenas de quilômetros da costa. (...) Se marcássemos no mapa de Minas com alfinetes os lugares em que foi sendo introduzida a cana e instalado um engenho ou engenhoca, por mais pequenina que fosse, poderíamos pensar na ocupação levada a efeito por um exército irresistível, avassalador. (...) A cana-de-açúcar e o engenho de cana participaram indiscutivelmente em posição de certa importância nesse movimento ocupacional, nesse movimento civilizador, logo depois da extração das minas e da cultura de "mantimentos", expressão aliás, usada ainda hoje* (Costa Filho, 1963: 82-83).

Do litoral ao interior, a cana-de-açúcar conformou paisagens econômicas, sociais e culturais com distintas identidades. A monotonia de extensos canaviais desdobrou-se na convivência da gramínea com outros cultivos, com criações, outras atividades de transformação rural e com a extração mineral. O monopólio do engenho açucareiro converteu-se em engenhos rapadureiros e aguardenteiros imersos em consórcios fundados na complementaridade e interdependência de múltiplas atividades. O sentido fortemente determinado a partir do exterior da Colônia diferenciou-se na autonomia e plasticidade que o isolamento geográfico e a desconcentração dos mercados internos conformavam. Trajetórias canavieiras diferenciadas forjaram paradigmas distintos e definiram múltiplos ritmos de passagem do arcaico ao moderno. A civilização do açúcar do litoral, com herança monolítica e densa, alargou-se na pluralidade das civilizações da cana-de-açúcar do interior, com legados fragmentários e difusos.

Dois paradigmas de cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Novo Mundo, séculos XVI a XIX

Até o século XIV, a produção de açúcar por europeus esteve restrita ao Mediterrâneo. A partir da centúria seguinte, verificou-se acelerado processo de expansão geográfica do cultivo e transformação da cana[1]. Os portugueses praticamente controlaram o mercado mundial de açúcar por quase três séculos, primeiro com o estabelecimento de engenhos nas ilhas do Atlântico, sobretudo na Madeira, depois com a implantação e rápida disseminação de atividades agroaçucareiras no Brasil, principalmente no litoral nordestino[2].

1 "Originária das Índias Orientais, donde foi trazida por mulçumanos e venezianos para o mundo mediterrâneo (Sicília, Valência, Motril, Marrocos), daqui passou a cana-de-açúcar ao mundo atlântico por intermédio dos portugueses que a introduziram e cultivaram com assinalável êxito na Madeira. (...) Seja como for, o fato é que a cana doce e as técnicas de fabricação do açúcar chegaram à Madeira, aqui foram aperfeiçoadas daqui irradiaram para todo o mundo atlântico. Primeiro, para o Atlântico Oriental (Açores, Canárias, Cabo Verde, São Tomé, Angola) e, depois, para o Atlântico Ocidental (Brasil e Antilhas)" (Silva, 1995: 262. vol. 1).

2 "É o açúcar um dos vetores da construção do mundo atlântico, e isto desde cedo, sobretudo atendendo à lentidão com que este espaço vai sendo definido. Mesmo em zonas da sua borda onde era tradicional, desenvolve-se a cultura e o fabrico com a abertura do oceano à navegação: é o caso do Suz marroquino. Mas os focos principais de irradiação vão ser as ilhas: a Madeira antes de todas as outras, um meio século volvido São Tomé, Santiago de Cabo Verde e o grupo central das Canárias. Trata-se de verdadeiros laboratórios insulares do que vai ser a colonização do Novo Mundo" (Godinho, 1983: 101).

Conquanto no século XVI a produção de açúcar nas Antilhas, notadamente em São Domingos, tenha alcançado ponderável expressão, foi somente a partir do final do século XVII, com a implantação da grande manufatura açucareira em colônias francesas e inglesas do Caribe, que o Brasil perdeu, progressivamente, a hegemonia no mercado internacional de açúcar[3].

Os milhares de engenhos espalhados pelas colônias portuguesas, inglesas, francesas, holandesas, espanholas e dinamarquesas empregaram milhões de escravos africanos, exploraram imensas áreas agricultáveis, proporcionaram elevados lucros para suas metrópoles e imprimiram traços indeléveis nas sociedades coloniais que se configuraram em torno da produção açucareira.

Duas são as trajetórias da cana-de-açúcar nas Américas. A grande manufatura nordestina definia paradigma de produção de açúcar para mercados externos. Sua origem e desenvolvimento até o final do século XIX estiveram estreitamente vinculados ao capital mercantil e suas determinações: produção açucareira em larga escala, organizada em bases manufatureiras, apropriação de vastas extensões de terra, emprego de volumoso contingente de trabalhadores escravos e produção orientada para mercados externos[4].

Os engenhos mineiros conformaram paradigma de produção de derivados da cana para o atendimento de mercados internos. Nos séculos XVIII e XIX, a implantação e desenvolvimento de atividades agroaçucareiras em Minas Gerais independeu de determinações externas: autonomia ante o grande capital mercantil, fabricação de múltiplos derivados da cana em uma miríade de unidades produtivas, preponderância de organização artesanal da produção, consorciação do cultivo e transformação da cana com largo espectro de atividades agropecuárias, variadas configurações fundiárias, múltiplas combinações de trabalho escravo e trabalho livre e produção precipuamente orientada para mercados locais e regionais.

Economia canavieira nordestina, paradigma agroexportador

Na primeira metade do século XVI, a combinação dos imperativos de povoamento e defesa do litoral brasileiro com a necessidade da implantação e desenvolvimento de estrutura econômica sintonizada à lógica do sistema colonial confluiu para a produção comercial de açúcar. Portugal inclinou-se para caminho em que lhe sobrava experiência. Em meados do Quinhentos, quando do efetivo estabelecimento e disseminação de engenhos canavieiros no Brasil, havia transcorrido mais de um século desde o início do cultivo e transformação da cana nas ilhas portuguesas do Atlântico, nomeadamente na Madeira. Assim, estavam asseguradas as principais condições prévias: 1. domi-

3 "A manufatura do açúcar teve nas ilhas do mar dos Caraíbas o seu mais antigo centro de expansão na América. Trazidas ao principiar do século XVI as primeiras mudas de cana-de-açúcar das Canárias para São Domingos, onde se fundou o núcleo pioneiro de colonização espanhola na América, esta ilha tornou-se, desde essa época, centro de dispersão da nova cultura e de seu complemento, o engenho. (...) Os motivos de ordem religiosa, assim como os de natureza política e econômica, que no século XVII fomentaram as rivalidades entre Espanha, França e Inglaterra, não representaram fatores favoráveis à expansão da manufatura do açúcar nas Pequenas Antilhas. Estas ilhas, deixadas à margem pelos conquistadores espanhóis, foram ocupadas pelos franceses e ingleses a partir de 1623. Convém salientar as dificuldades advindas dos caracteres próprios da produção do açúcar, a qual depende de máquinas, de numerosos utensílios e de técnicos experimentados. A esta produção rural, a mais complexa que conheceu nosso mundo colonial, não bastava a terra; dependia em larga escala do capital e mão-de-obra especializada. Todos estes fatores explicam porque foi necessário um século e meio para que a manufatura do açúcar, na forma mais aperfeiçoada atingida na época, se difundisse pelas ilhas do mar dos Caraíbas" (Canabrava, 1981: 33-34).

4 "A grande propriedade açucareira escravista fundamentou durante três séculos a exploração colonial do Brasil. Forma adequada aos interesses da Coroa Portuguesa, podia satisfazer às necessidades fiscais do Reino, ordenar-se à dinâmica mercantil e garantir a ocupação e defesa do território. Escravos e terras, a sua base – a concentrar renda e poder, a estabelecer liames de compromisso entre o rei, os mercadores e os senhores de escravos. Escravos e terras a configurar na Colônia ordem social reprodutora da exploração metropolitana, reservando a poucos a vinculação direta ao Estado e seus benefícios. (...) A estruturação manufatureira do engenho organizou trabalhadores dentro de atividades contínuas e seqüenciais, caracterizando rudimentar sistema de comando do trabalho pela produção, tendendo a dispensar o labor artesanal" (Ferlini, 1988: 246-247).

navam-se as técnicas do fabrico do açúcar; 2. estavam consolidados os contatos comerciais para a distribuição do produto na Europa; 3. dispunha-se de crédito junto a importantes centros financeiros (Ferlini, 1988: 14-15).

Produção em larga escala, especialização produtiva e exploração de extensos tratos fundiários impuseram o emprego de grande contingente de trabalhadores[5]. De um lado, contingência demográfica, a inexistência de excedentes de população livre em Portugal. De outro, forte "condicionamento histórico-econômico", o surgimento do escravismo moderno ligado "às atividades mercantis de larga escala". Ademais, à dinâmica do capital mercantil interessava a concentração da produção, somente possível com o recurso ao trabalho compulsório (Ferlini, 1988: 17-24).

Periodização: o peso de determinações externas[6]

O evolver da economia açucareira colonial, de sua fração orientada para o mercado externo, pode ser segmentado em cinco períodos. Proteção e incentivos estatais "permissores da utilização da mão-de-obra indígena (pelo menos até 1618), favoráveis às isenções tributárias, às franquias de transporte e à flexibilização dos preços" foram fundamentais à implantação e rápido desenvolvimento do setor no período 1550-1650[7]. O crescimento do número de engenhos e da produção acompanhou a "franca tendência ascensional" dos preços até 1620. A partir da terceira década do século XVII, sobrevieram oscilações nos preços, em parte associadas às invasões holandesas, "embora a inflexão negativa da conjuntura açucareira só se daria, realmente, após 1650". Na segunda quadra do Seiscentos, aos conflitos militares com os flamengos somaram-se a insegurança nos transportes marítimos e a elevação dos preços dos escravos acima das variações do preço do açúcar (Ferlini, 1988: 60-70).

"O declínio inexorável dos preços" inaugurou novo período. Múltiplos fatores combinaram-se para o desequilíbrio que se instaurou no setor agroaçucareiro brasileiro nas décadas de 1650 a 1690: 1. a fase final do processo de expulsão dos holandeses repercutiu na redução da produção brasileira; 2. crise da economia mundial deprimiu a demanda; 3. o surgimento da concorrência antilhana quebrou o regime de monopólio português, ampliou a oferta de açúcar e elevou os preços de escravos; 4. "crise geral do Império

5 "Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da Colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora, que reúne num mesmo e conjunto trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. Opõe-se assim à pequena exploração parcelária realizada diretamente por proprietários ou arrendatários" (Prado Júnior, 1962: 37).

6 A periodização proposta por Vera Ferlini estruturou-se, sobretudo, no acompanhamento da evolução dos preços do açúcar na Bahia. Considerado que a maior parte dos dados utilizados foi emprestada de levantamentos realizados por Stuart Schwartz, constata-se a concordância geral dos dois autores com relação à segmentação da evolução do setor canavieiro baiano em períodos. A estreita relação com determinantes externos permite considerar a periodização válida para toda a economia açucareira brasileira orientada para mercados exteriores.

7 Para Schwartz, "foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção estabeleceu-se em bases sólidas no Brasil. (...) Plantou-se cana-de-açúcar, na verdade, em todas as capitanias, de São Vicente, no sul, até Pernambuco, no norte". Na segunda metade do século XVI, "a atividade concentrava-se solidamente no Nordeste. (...) Pernambuco suplantava todas as outras regiões, com mais da metade dos engenhos brasileiros. A única capitania que podia fazer-lhe frente era a da Bahia, onde na década de 1580 havia em torno de 40 engenhos. As duas capitanias eram responsáveis provavelmente por cerca de três quartos de toda a produção brasileira de açúcar" (Schwartz, 1988: 31 e 34). Segundo Godinho, os engenhos implantados na costa brasileira nas primeiras décadas do século XVI constituíram experiências instáveis e isoladas, "o arranque da industrialização açucareira do Brasil data porém da década de 1540. Os anos precedentes devem ter sido ocupados sobretudo na plantação de canaviais; então começa a montagem em cascata dos engenhos. Lembremos que pela mesma altura se dá o segundo surto açucareiro dos Açores, em relação com a crise que começa a afligir a Madeira. Além disso, está-se no que cabe designar por grande viragem de estrutura do império português, e o impulso industrializador brasileiro afigura-se-nos que constitui em boa parte resposta à depressão mercantil geral" (Godinho, 1983: 103).

português, agravada desde a Restauração", desdobrou-se em reforço fiscal na Colônia; 5. o peso do exclusivo manifestou-se em restrições ao comércio, dada a irregularidade das "frotas" (Ferlini, 1988: 70-80).

Curta "recuperação conjuntural", na última década do século XVII e primeira da centúria seguinte, resultou de conflitos político-militares na Europa. A substantiva elevação dos preços estimulou o crescimento do número de engenhos e da produção, apesar do aumento dos preços dos escravos e gêneros de abastecimento, resultantes do início da mineração aurífera (Ferlini, 1988: 80-84).

Entre 1710 e 1770, o setor canavieiro esteve imerso em estagnação. Dentre os fatores adversos enfrentados pela produção nordestina, sobressaiu "o encarecimento dos custos de produção", decorrente da drenagem de população e de gêneros de abastecimento pelos espaços mineradores em fase de expansão. A concorrência intracolonial por fatores de produção elevou os preços, sobretudo dos escravos, e repercutiu negativamente no cultivo e transformação da cana-de-açúcar, mesmo quando os preços sofreram ligeiras elevações. A esse quadro, somou-se a depressão dos preços internacionais nas décadas de 1720 a 1740, conseqüência do fim dos conflitos na Europa. Entretanto, nos decênios seguintes, sobrevieram novas conflagrações político-militares na Europa que estimularam flutuações positivas nas exportações de açúcar em ciclos de elevação dos preços. As reformas pombalinas tiveram conseqüências contraditórias para as atividades agroaçucareiras. As Mesas de Inspeção, que deveriam regular os preços e evitar a especulação, não foram bem recebidas, gerando protestos contra "os altos custos dos novos procedimentos legais e os incômodos para o embarque do produto". A abolição do monopólio do "sistema de frotas" em alguns portos teve acolhimento positivo e a substituição por Companhias Privilegiadas em outros resultou em queixas (Ferlini, 1988: 84-93).

Conjuntura externa favorável, com "o início da Guerra de Independência na América do Norte, e o conflito generalizado no Caribe e Atlântico", combinou-se com a inflexão da mineração a ensejar "renascimento agrícola" a partir da década de 1770. A última quadra do Setecentos e a primeira da centúria seguinte caracterizaram-se por aumento dos preços do açúcar, crescimento do número de engenhos e expansão da produção. Os preços dos escravos declinaram acompanhando o aprofundamento da crise da mineração e a desorganização da produção antilhana. Os espaços canavieiros do Rio de Janeiro e São Paulo expandiram consideravelmente o número de unidades produtivas e o volume da produção[8] (Ferlini, 1988: 93-95).

O complexo açucareiro

A especialização no cultivo e transformação da cana determinou o desenvolvimento de atividades complementares e/ou subsidiárias. O complexo açucareiro era composto por dois setores fundamentais, perfeitamente articulados: o agrícola ou as lavouras de cana e o industrial ou a fábrica do engenho. O tamanho das áreas agricultáveis, reservas florestais e nível de especialização do engenho determinavam o grau de dependência de provimentos externos de matéria-prima, combustível e gêneros básicos

8 Schwartz reconheceu a especificidade do período inaugurado em meados do século XVIII e que se estendeu até as primeiras décadas da centúria seguinte, entretanto considerou que a recuperação econômica e as transformações políticas características desse tempo não alteraram as estruturas econômicas e sociais do Brasil: "No mundo luso-brasileiro, a segunda metade do século XVIII foi um período de amplas reorientações – de novos líderes, novas idéias sobre economia política e de um contexto internacional em transformação que forçou os portugueses de ambos os lados do Atlântico a reconsiderar o relacionamento tradicional entre a Metrópole e sua principal colônia, o Brasil. Mudanças na organização política e, por fim, nas expectativas políticas, reformas nas esferas fiscal e econômica e uma população colonial em crescimento, tudo isso contribui para modificações no relacionamento colonial, o que por sua vez alterou as posições e interesses de grupos, classes e facções no Brasil. Contudo, embora inegáveis a reorientação e mudanças, em certa medida elas tenderam a reforçar e intensificar características essenciais da sociedade e economia brasileiras. A despeito da inovação, do crescimento e de progressiva maturidade política, por volta de 1808 o Brasil permanecia como fornecedor de gêneros tropicais (ainda que alguns deles fossem novos na Colônia) produzidos pelo suor dos escravos. Esse fato básico refletia-se em todos os níveis da sociedade e estabelecia as fronteiras das expectativas e os horizontes da esperança" (Schwartz, 1988: 337).

de abastecimento. Conjunturas internacionais favoráveis, que resultavam em alta dos preços e maior concentração dos fatores produtivos na fabricação de açúcar[9], e o esgotamento de recursos naturais próprios, terras para cultivo e matas para a extração de lenha, eram as principais determinantes do nível de dependência com relação a outras unidades agrícolas e/ou extrativas[10]. Além dessas unidades subsidiárias e/ou complementares, o setor canavieiro impulsionou o desenvolvimento da pecuária sertaneja, fornecedora de alimento e animais de tração[11], e estimulou a agricultura de tabaco, notadamente o de baixa qualidade que era utilizado no escambo por escravos na África[12]. No caso do Recôncavo baiano, atividades agroaçucareiras, fumicultura e agricultura para o abastecimento interno dividiam o mesmo espaço geográfico[13] (Schwartz, 1988: 83, 88-89 e 204-206; Ferlini, 1988: 102-104).

A produção açucareira do Nordeste estruturou-se em bases manufatureiras. As múltiplas atividades necessárias ao fabrico do açúcar foram "organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização,

9 "A existência de um mercado rural no Recôncavo para a farinha e outros mantimentos essenciais indica o alto grau de especialização que caracterizava os engenhos baianos no final do século XVIII e na primeira metade do Oitocentos. Estreitamente ligados a uma economia mundial emergente, os senhores de engenho e também os lavradores de cana tendiam a concentrar todos os seus recursos no cultivo da cana e no fabrico de açúcar e seus subprodutos. Passavam, como conseqüência, a depender do mercado interno para assegurar a reprodução diária dos plantéis de escravos que trabalhavam em suas propriedades. (...) Portanto, a produção e o comércio de víveres para o mercado interno, tão freqüentemente desprezados como atividades 'marginais', 'periféricas' ou apenas 'subsidiárias', revelam-se como indispensáveis e até fundamentais na economia regional mais ampla, dominada pela agricultura de exportação. (...) A demanda rural e urbana de farinha incentivou centenas de roceiros no sul do Recôncavo e ao longo de todo o litoral baiano a cultivar mandioca. Longe de serem camponeses isolados, só tenuemente ligados a uma economia monetária, esses pequenos lavradores freqüentemente possuíam escravos e os usavam para produzir excedentes consideráveis de farinha" (Barickman, 2003: 307-308).

10 "As fornalhas realmente tragaram florestas inteiras. Em meados do século XVII, alguns engenhos mais antigos já não tinham matas próprias; todo ano, quando chegava a época da safra, seus proprietários tinham de desembolsar somas consideráveis na compra de lenha. A recuperação da produção de açúcar no fim do período colonial não só acelerou o desmatamento como reduziu a quantidade de terra não cultivada disponível no norte do Recôncavo. À medida que os engenhos se multiplicavam e os canaviais se espalharam em todas as direções, a falta de lenha generalizara-se" (Barickman, 2003: 170-171).

11 "Foi a zona do açúcar, porém, que deu origem à primeira fase da grande criação de gado. Os antigos cronistas, Gandavo, Gabriel Soares, Fernão Cardim, Frei Salvador, e outros, são acordes em constatar a atenção que ia despertando a criação no centro-nordeste brasileiro. É que a indústria do açúcar era importante consumidora de gado. Os trapiches e engenhos, movidos por bois, faziam grande desgaste; as carretas para lenha e para o açúcar exigiam número considerável de cabeças, em porção, talvez, igual ao da escravatura ocupada. A alimentação de carne era necessária para os que se dedicavam aos intensos trabalhos dos engenhos" (Simonsen, 1978: 151).

12 "O refugo tinha amplo mercado no Brasil; porém, muito mais importante que a venda local desse fumo de baixa qualidade era sua exportação para a África ocidental, onde negociantes baianos o trocavam pelos escravos tão necessários a toda a economia da Colônia. (...) A produção de ouro em Minas Gerais e outras capitanias durante essas décadas exigia quantidades cada vez maiores de escravos, que comerciantes baianos adquiriam na África em troca de fumo. Assim, entre 1700 e 1750, enquanto as exportações anuais de fumo para Portugal se mantiveram em torno de 170 mil arrobas, aquelas destinadas à África ocidental aumentaram de menos de 30 mil arrobas para mais de 200 mil. (...) Nas últimas décadas do século XVIII, quando o ressurgimento da agricultura de exportação na Bahia e em todo o Brasil resultou na expansão da demanda de mão-de-obra escrava, os lavradores de fumo e os comerciantes tiveram novas oportunidades de aumentar a produção e as exportações" (Barickman, 2003: 64-65).

13 Para Bert Barickman, as atividades econômicas orientadas para o mercado interno – notadamente a produção de farinha de mandioca – dividiam o mesmo espaço geográfico com as atividades agroexportadoras, açúcar e fumo, e conformavam "economia regional" em que relação de "mútua dependência" articulava seus setores produtivos. Barickman nega o caráter subsidiário da produção de farinha de mandioca para o abastecimento da cidade de Salvador e das unidades agroaçucareiras especializadas do Recôncavo, embora admita relação de causalidade em que "a economia escravista de exportação fomentou e até exigiu o desenvolvimento no Recôncavo de um mercado urbano e rural significativo de farinha e de outros gêneros essenciais". Verifica que parcela considerável dos engenhos baianos não era auto-suficiente no provimento de alimentos e dependia da compra regular, em mercados locais, da imprescindível farinha de mandioca que, juntamente com a carne-seca, constituía a base do regime alimentar dos escravos. Os senhores de engenho e lavradores de cana dispunham de múltiplas "estratégias" quanto ao abastecimento de suas unidades produtivas: 1. produção integral da alimentação dos escravos; 2. concessão de terra e tempo para que os escravos assumissem a responsabilidade por sua subsistência; 3. dependência integral de mercados locais para o abastecimento. Situações intermediárias combinavam duas ou três estratégias em matizes variados. A produção interna ou o recurso ao mercado eram fortemente influenciados pelos preços do açúcar e da farinha de mandioca. (Barickman, 2003: 30, 92, 107, 116-117, 120-122, 126-127).

seqüência e disciplina". A mobilização e repartição de grande contingente de trabalhadores em largo espectro de operações engendraram especialização e divisão do trabalho. As conexões entre as diversas etapas do processo produtivo pressupuseram a cooperação como "princípio articulador" e a contigüidade entre os espaços de trabalho. Obtinha-se economia de tempo com o estabelecimento de interdependência entre os trabalhadores dispostos em linha de produção, com a determinação do "tempo estritamente necessário" para cada função. A ampliação da escala da produção realizava-se pela multiplicação do número de unidades por etapa do processamento da cana. Portanto, crescimento extensivo. A necessidade de assegurar o fluxo contínuo da produção orientava a concentração dos trabalhadores nos pontos de estrangulamento e estimulava o surgimento de inovações técnicas nesses gargalos da produção. A manufatura do açúcar caracterizou-se por desdobramento em "duas frações de manufatura" e constituição de divisão internacional do trabalho. Açúcares brancos e/ou brutos e melado fabricados nas colônias. Açúcar refinado, a partir de melado e/ou açúcares brutos coloniais, produzido nas metrópoles[14] (Gama, 1983: 55-59 e 338-342; Ferlini, 1988: 104-106).

Especialização produtiva pressupunha safras longas. "A duração da safra no Brasil variava conforme a região, mas na Bahia era comum começar em fins de julho ou em agosto e terminar em maio do ano seguinte". Estudo do ciclo açucareiro do engenho Sergipe do Conde evidenciou "que a safra se estendia por um período de 270 a 300 dias e era limitada apenas pela chegada das fortes chuvas de inverno que dificultavam imensamente o corte e o transporte da cana". Durante a safra, vários fatores podiam ocasionar a interrupção das atividades do engenho: manutenção de eventual avaria no equipamento de moagem ou cozimento, intempéries climáticas, suspensão no suprimento de matéria-prima ou combustível e em função do calendário religioso, que prescrevia a guarda de domingos e dias santos (Schwartz, 1988: 97-101).

Na mesma medida em que sobejam depoimentos e iconografia coevas sobre a transformação da cana, escassas são as impressões e ilustrações coetâneas relativas ao cultivo da gramínea[15]. Técnicas rudimentares, ferramentas simples, ausência de sistemas de irrigação e adubação caracterizavam a agricultura canavieira[16]. A produtividade dos canaviais estava intimamente relacionada com a fertilidade do solo. O cultivo da cana-de-açúcar dividia-se nas seguintes etapas: 1. desflorestamento; 2. plantio, no início do período chuvoso, geralmente com a distribuição de pedaços de cana em covas ou trincheiras; 3. por volta de dois meses após o cultivo, início da mondadura, normalmente três capinas até a colheita; 4. corte 14 a 18 meses após o plantio e 12 meses para os cortes subseqüentes (socas), vigência de divisão sexual do trabalho; 5. transporte da cana para o engenho. A programação do corte estava orientada pela preocupação com o fluxo contínuo de matéria-prima para o setor industrial, assim como com o equilíbrio no atendimento da necessidade de transformação das canas do próprio engenho e canas de unidades agrícolas exclusivamente produtoras de matéria-prima (Schwartz, 1988: 101-108).

Nenhuma descrição da grande unidade agroexportadora colonial alcançou maior repercussão do que a legada por Antonil. Publicada no começo do século XVIII, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* é a principal fonte de informações sobre a organização espacial, equipamentos, processos produtivos, composição e distribuição dos trabalhadores, além de uma série de outros aspectos do engenho nordestino (Andreoni, 1969). Em incisivo estudo da técnica das atividades agroaçucareiras, Ruy Gama sistematizou os dados apresentados por Antonil, referentes ao provavelmente mais importante engenho do Recôncavo Baiano.

---

14 "A manufatura do açúcar deixa de ter a forma típica, tecnicamente possível de manufatura orgânica, linear ou concentrada e passa a ter a forma de duas manufaturas lineares justapostas. (...) Pois bem, considerada a ruptura, a manufatura do fabrico de açúcar passa a ser uma espécie de manufatura dispersa e afluente das refinarias. Essa ruptura que se faz inicialmente em termos de cidade e campo – com a fabricação no campo e a refinação na cidade e se transporta para o quadro colonial em termos de Colônia (extensão do campo) e Metrópole (reafirmação da cidade) e, portanto, como divisão internacional do trabalho" (Gama, 1983: 58).

15 "Curiosamente, em comparação com as numerosas e pormenorizadas descrições das fases industriais da produção açucareira deixadas por observadores contemporâneos, os aspectos agrícolas receberam pouca atenção. Talvez fosse porque aqueles homens da era pré-industrial se impressionassem com o complexo processo técnico na moenda, preocupando-se menos com a etapa agrícola, mais corriqueira e familiar" (Schwartz, 1988: 101).

16 "A administração dos campos e as técnicas agrícolas permaneceram essencialmente inalteradas durante todo o período em discussão (1550-1830)" (Schwartz, 1988: 116).

Quadro 1 – Atividades e operações básicas da fabricação do açúcar, engenho Sergipe do Conde, Bahia, 1711

1. Limpeza prévia e preparação da cana.
2. Moagem da cana, compreendendo:
   - 2.1. Primeira passagem da cana pela moenda.
   - 2.2. Repasse do bagaço pela moenda para nova expressão.
3. Armazenamento do caldo no "parol", que fazia o papel de reservatório de regularização e de onde era o caldo conduzido, por gravidade ou guindado para a cozinha.
4. Cozimento, compreendendo tudo o que se fazia ao fogo, bem como o trabalho de manutenção do fogo nas fornalhas. Esta atividade compreende as atividades de:
   - 4.1. Limpeza do caldo cru.
   - 4.2. Evaporação do caldo limpo.
   - 4.3. Purificação do caldo evaporado.
   - 4.4. Cozimento do caldo purificado.
   - 4.5. Levado o xarope à consistência adequada, inicia-se a formação dos cristais de açúcar.
   - 4.6. Batedura: quando a massa era batida e repartida para enchimento das fôrmas.
   - 4.7. Enchimento das fôrmas.
5. Purga. Colocada nas fôrmas, parte do mel e do material não-cristalizado escorria pelo furo existente no fundo da fôrma. Esta atividade compreendia as seguintes operações:
   - 5.1. Furação dos pães pelo orifício inferior das fôrmas e colocação em purga por alguns dias.
   - 5.2. Quebra da cara dos pães ainda enformados.
   - 5.3. Entaipamento, que consistia em igualar, com macetes, as caras quebradas nas fôrmas.
   - 5.4. Barreamento, que era a cobertura das caras, já igualadas, com argila saturada de água. A água ia percolando a massa de açúcar contida na fôrma e assim ia lavando o açúcar. A primeira purga faz-se sem argila, durante cerca de 15 dias. O mel que escorre pelos furos interiores das fôrmas é recolhido para reaproveitamento.
   - 5.5. Umedecimento da argila. A argila era umedecida com freqüência, a fim de assegurar a lavagem do açúcar. Esta operação durava, às vezes, mais de 30 dias.
   - 5.6. Retirada dos pães das fôrmas.
6. Retirados das fôrmas, os pães eram quebrados para separação das camadas de diferentes qualidades.
   - 6.1. Mascavar, cortar cabuchos e pés de fôrma.
   - 6.2. Quebrar em torrões.
   - 6.3. Repartição do açúcar. Essa operação era feita no balcão de mascavar. O açúcar era a seguir conduzido, em padiola, para o balcão de secar.
   - 6.4. O açúcar era ali quebrado em pequenos torrões e estendido sobre toldos para secar ao sol. Sucedem-se operações de amontoamento e novo espalhamento, para expor igualmente ao sol todo o lote de açúcar.
7. Pesagem, repartição e encaixotamento, que é quando o açúcar é pesado, classificado em tipos e distribuído aos proprietários de cana trazida ao engenho e separada a parcela do senhor do engenho. O encaixotamento e a marcação das caixas concluíam o processo de fabricação.

Fonte: Gama, 1983: 72-73.

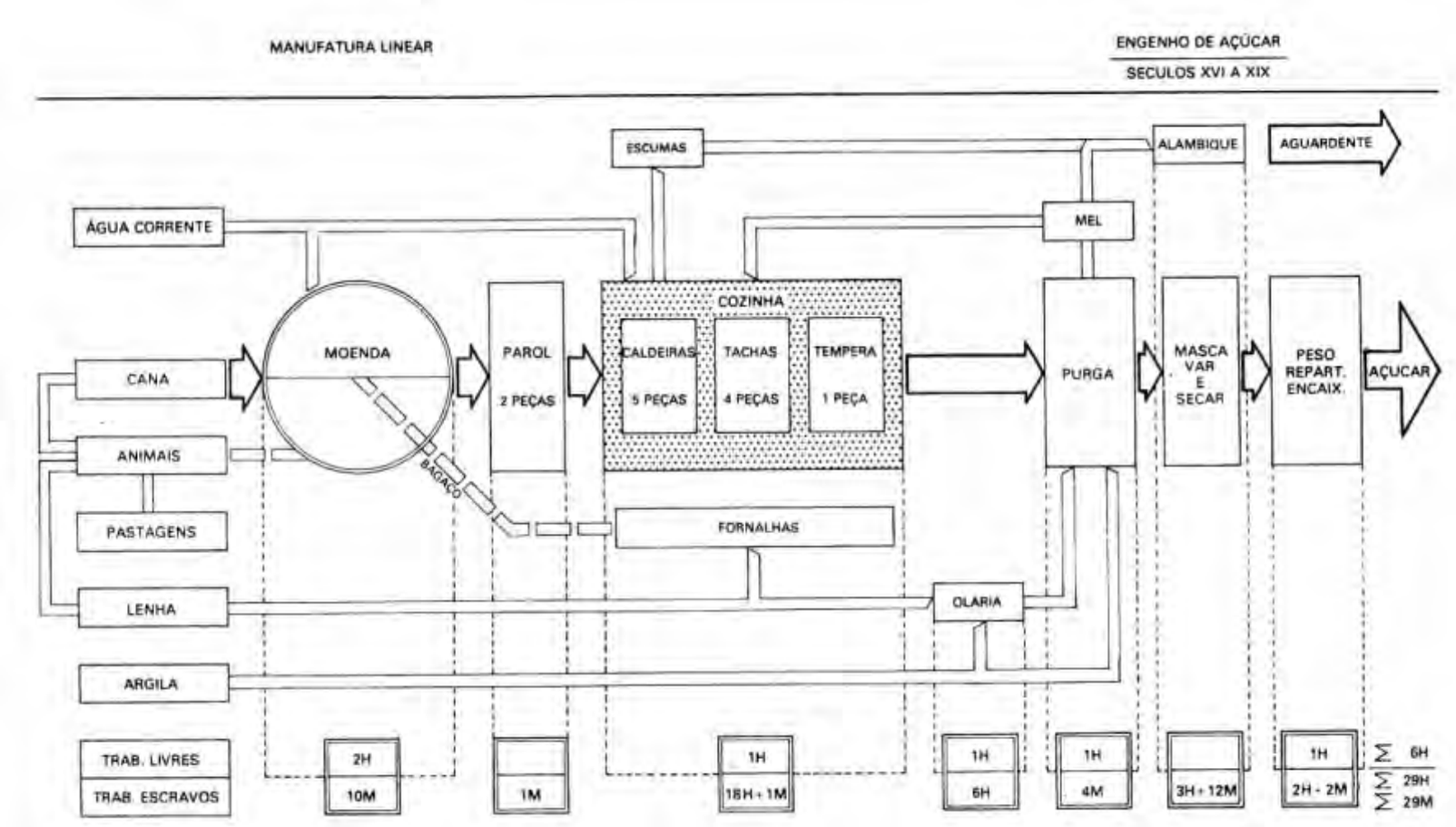


Figura 1 – Manufatura linear, engenho de açúcar

Fonte: Gama, 1983: 75.

As etapas essenciais e a seqüência das operações do processo de fabricação de açúcar permaneceram praticamente inalteradas durante aproximadamente 350 anos. Do início do século XVI ao final do século XVIII, as diversas zonas produtoras de açúcar das Américas compartilharam de uma mesma base técnica[17]. As inovações introduzidas no transcurso desse longo período, ainda que tenham resultado em substantivos ganhos de produtividade, ampliação da produção, economia de trabalho, melhoria da qualidade dos produtos e otimização do gasto de combustível, não alteraram as etapas básicas do processamento da cana-de-açúcar. As inovações técnicas estiveram orientadas para as "atividades críticas" da seqüência produtiva: 1. séculos XVI a XVIII, progressiva diferenciação dos equipamentos e ferramentas utilizadas no cozimento do caldo da cana[18]; 2. século XVII, surgimento do primeiro equipamento especificamente concebido para a extração do caldo, "engenho de entrosas"[19]; 3. século XVIII, desenvolvimento de fornalha de fogo direto com uma única boca de alimentação, "trem da Jamaica"[20]. Ao longo do século XIX e início da centúria seguinte, as revolucionárias inovações tecnológicas incorporadas na mo-

17 "As técnicas da produção do açúcar foram essencialmente as mesmas em todas as colônias americanas, como se pode constatar a partir das clássicas e aproximadamente contemporâneas descrições do padre Labat para as Antilhas Francesas, de Richard Ligon para Barbados e de André João Antonil para o Brasil. Diferiram, porém, nos detalhes, em resposta às distinções regionais e às condições locais (...) O processo que acabamos de descrever, do canavial até a caixa de açúcar pronta, permaneceu essencialmente o mesmo no Brasil, desde fins do século XVI a fins do XVIII, com pouquíssimas modificações. (...) O sistema brasileiro foi considerado o melhor no século XVI, como se evidencia pelo desejo de outras potências coloniais em copiá-lo. (...) Foi apenas em meados do século XVIII, quando a economia açucareira brasileira estava em crise e os concorrentes das Antilhas desenvolveram algumas técnicas novas, que a indústria açucareira do Brasil começou a adquirir a reputação de ser tradicionalista e atrasada; mesmo então a acusação era imerecida" (Schwartz, 1988: 95-116).

18 Com as conseqüentes parcelarização das atividades e especialização dos trabalhadores. Os progressos técnicos incorporados na moagem repercutiam na "cozinha", que deveria responder com a ampliação da capacidade de processamento de caldo. Para Ruy Gama, "pode-se dizer, com certeza, que é possível fabricar açúcar utilizando uma única tacha. (...) Mas operando com uma única tacha o ritmo da manufatura fica determinado e escalonado pelo tempo total de cozimento. (...) Nessas condições pode-se admitir que um trabalhador, sozinho, faça açúcar, empenhando-se, sucessivamente, nas operações de moagem, preparação do fogo, cozimento do caldo e enchimento das fôrmas de rapadura. Essa seria uma situação de baixa divisão e especialização do trabalho e, portanto, de baixo rendimento. Haveria um único trabalhador presente, em momentos sucessivos, em todas as operações da fabricação, acompanhando *pari passu* o produto em elaboração. Caracterizaria assim uma produção artesanal e às vezes familiar" (Gama, 1983: 74-78 e 164-165; também Ferlini, 1988: 124-128).

19 Antes do "engenho de entrosas", eram utilizados equipamentos emprestados de outras atividades agrícolas. Essas máquinas apresentavam precária extração do caldo da cana, baixa produtividade e demandavam grande quantidade de mão-de-obra. A nova moenda reduziu os custos de produção, otimizou a extração do caldo da cana, acelerou a velocidade da moagem, economizou trabalho e aumentou a produtividade. A aceleração do ritmo da moagem desencadeou mudanças nos setores de armazenagem do caldo e, principalmente, no cozimento. A moenda de três cilindros verticais disseminou-se por todas as áreas produtoras da América, sendo substituída por equipamento mais eficiente somente no século XIX. A passagem do predomínio dos engenhos movidos por força hidráulica – "engenhos d'água" – nos séculos XVI e XVII, para os engenhos de tração animal – "almanjarras" – no século XVIII esteve intimamente associada ao surgimento do "engenho de entrosas". A montagem de "engenhos d'água" pressupunha grandes investimentos iniciais e elevados custos de manutenção. A expansão do número de pequenos engenhos no Setecentos relaciona-se com a redução da produção dos grandes engenhos e a conseqüente recusa em processar matéria-prima produzida pelos lavradores de cana. A interiorização da produção nordestina como decorrência da falta de terras apropriáveis no litoral e o afastamento das regiões ribeirinhas ocasionada pela redução da fertilidade dos solos e escassez de lenha também devem ser consideradas como determinantes desse processo de declínio relativo dos "engenhos d'água". O surgimento do "engenho de entrosas" criou as condições técnicas para essa transformação, na medida em que esse equipamento era de custos relativamente reduzidos, de montagem e manutenção menos complexas e bem adaptado à utilização de tração animal (Castro, 1980; Gama, 1983: 125-126 e 131; Schwartz, 1988: 117-118; Ferlini, 1988: 111-117).

20 Desenvolvimento técnico surgido nas Antilhas e rapidamente difundido pelas outras zonas produtoras das Américas, o "trem da Jamaica" ou "forno inglês" exigia menor número de trabalhadores, proporcionava grande economia de combustível e permitia melhor controle da regularidade e intensidade do fogo. Para Ruy Gama, esse novo sistema de aquecimento distinguia-se dos anteriores pelos "seguintes pormenores: A. existência de uma única boca de fogo para atender a um conjunto de tachas. Quando, anteriormente, eram utilizadas várias bocas de fogo, as tachas eram colocadas em alinhamento paralelo e contínuo a uma das paredes externas do edifício. As bocas de fogo eram assim alimentadas pelo lado de fora (...) B. o uso de chaminé. O calor é conduzido em direção à chaminé de tiragem, aquecendo todas as tachas. Os sistemas anteriores não utilizavam chaminé única. C. ajustamento mais preciso das tachas aos orifícios da mesa de alvenaria em que se assentavam, diminuindo as perdas de calor (e, conseqüentemente, de combustível) pelos interstícios, em benefício também das condições de trabalho nesses locais. D. a transferência do caldo de uma para outra tacha, na seqüência de fabricação, era mais fácil, pela proximidade entre elas" (Gama, 1983: 162-165; também Ferlini, 1988: 122-125).

agem, cozimento, purga e secagem resultaram na completa modernização da atividade, que entrou na fase industrial (Gama, 1983: 71-82 e 338-339).

Até o século XIX, o complexo processo de cozimento caracterizou-se pelo empirismo, pela dependência da capacidade subjetiva do "mestre-de-açúcar". Esse "engenheiro de produção" coordenava todas as operações de cozimento e purga, determinava os tempos de cada etapa do processamento industrial e supervisionava os trabalhadores do setor. Somente no século XIX, com a introdução da tecnologia na cozinha, completa-se o longo processo de destituição do saber desses oficiais da manufatura do açúcar (Gama, 1983: 73-76; Schwartz, 1988: 134-135; Ferlini, 1988: 121, 128-129 e 134-140).

Na seqüência, são reproduzidos os desenhos e os respectivos textos que Hamilton Fernandes elaborou para inestimável compêndio das técnicas de fabricação de açúcar segundo processos tradicionais e modernos. Foram selecionadas as ilustrações atinentes às descrições de Antonil do referido Engenho Sergipe do Conde. Sempre que considerou pertinente, Hamilton Fernandes reproduziu extratos dos textos originais de Antonil, que serão destacados em itálico. São também da autoria de Hamilton Fernandes as legendas das figuras (Fernandes, 1971: 32-103).

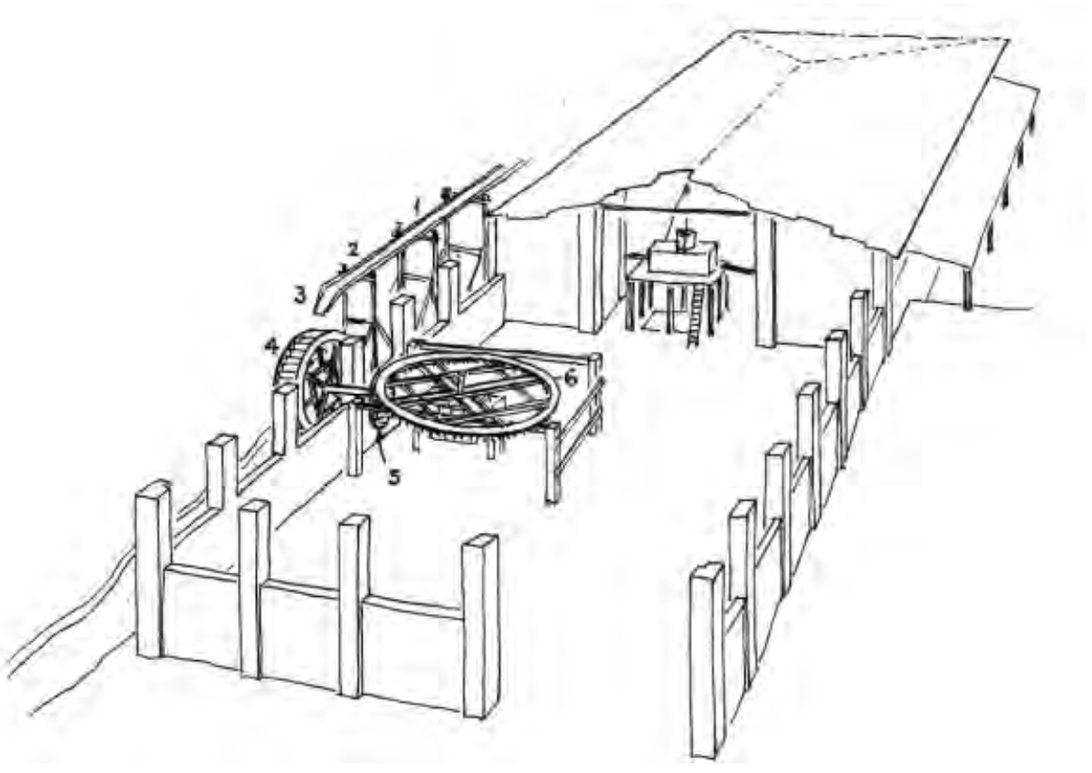


Figura 2 – O Engenho Real Sergipe do Conde

"O engenho, propriamente dito (a fábrica), contava com dois edifícios: uma casa de moendas, dos cobres e das fornalhas e um outro onde funcionava a casa de purgar com o seu balcão de mascavar. *Ainda que o nome de engenho compreenda todo o edifício com as oficinas e casas necessárias para moer a cana, cozer e purgar o açúcar, contudo, tomado mais em particular, o mesmo se há de dizer casa de engenho, a casa de moer a cana com o artifício que engenhosamente inventaram. E tendo nós chegado a esta casa com a cana conduzida para a moenda, daremos alguma notícia do que ela é e do que nela se obra, para espremer o açúcar da cana, valendo-se do que vi no Engenho Real Sergipe do Conde, que entre todos da Bahia é o mais afamado"* (Fernandes, 1971: 32-33).

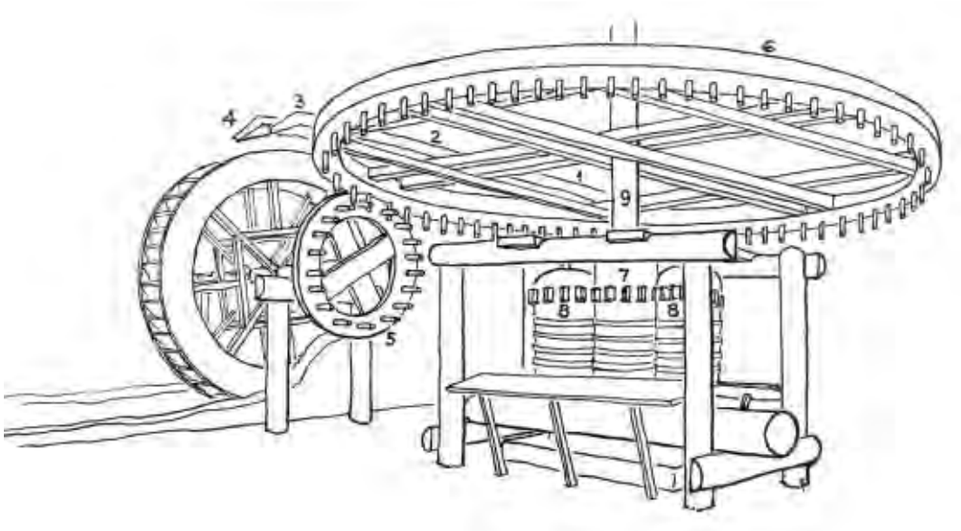


Figura 3 – Moenda de três rolos movida à água

"Tomam para mover a moenda a água do rio acima, aonde faz a sua queda natural a que chamam levada (1) ... e com declividade moderada, por um rego vai a entrar no calix (2) cujo extremo se chama feridor (3) por onde vai a água ferir os cubos da roda, donde se origina e continua o seu moto. O eixo da roda grande (4) – roda d'água, tem um rodete (5) e este apanha, na volta que dá, com seus dentes, outros de outra roda, que chamam volandeira (6) porque se parece com o voar de um pássaro, quando dá no ar seus rodeios. E porque as aspas da volandeira passam pelo pescoço (9) do eixo grande (7) – rolo do meio da moenda, por elas se lhe comunica o impulso e este, por meio de entrosas e dentes se comunica a dois outros menores (8) – rolos laterais e se causa o moto que os acompanha" (Fernandes, 1971: 34-35).

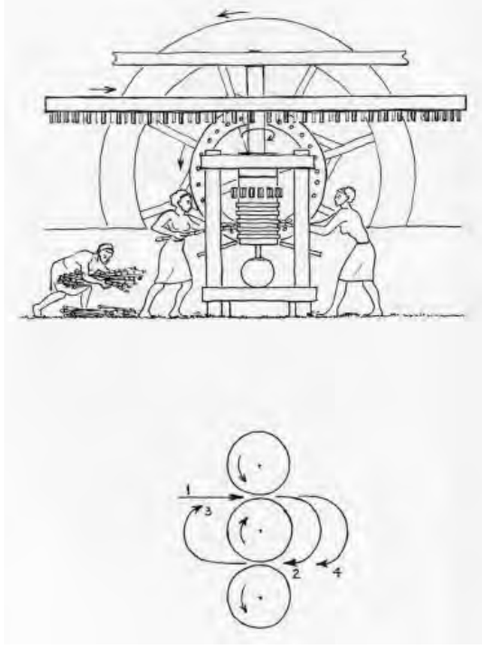


Figura 4 – Moagem da cana

"Moem-se as canas metendo-se algumas delas, limpas, entre os dois eixos... e depois torna-se, de outra parte, a passar o bagaço, para que se esprema mais de todo o sumo ou licor (caldo)... e este sumo cai em um cocho de pau, sob a moenda e daí corre por bica a um parol metido na terra, donde se guinda para cima (parol da guinda) e daí passar para a casa das caldeiras. O diagrama mostra como as canas eram passadas entre os rolos e repassadas pelo outro lado e assim sucessivamente, 1, 2, 3, 4, ..." (Fernandes, 1971: 36-37).

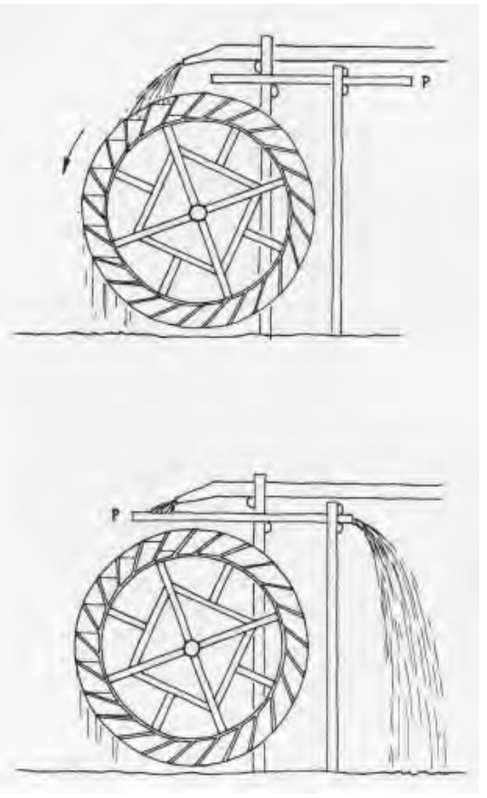


Figura 5 – Roda d'água

"O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda porque, se por desgraça, a escrava que mete a cana entre os seus eixos meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso, junto da moenda um facão... ou não foram tão ligeiros em fazer parar a moenda divertindo com o pejador (P) água que fere os cubos da roda" (Fernandes, 1971: 38-39).

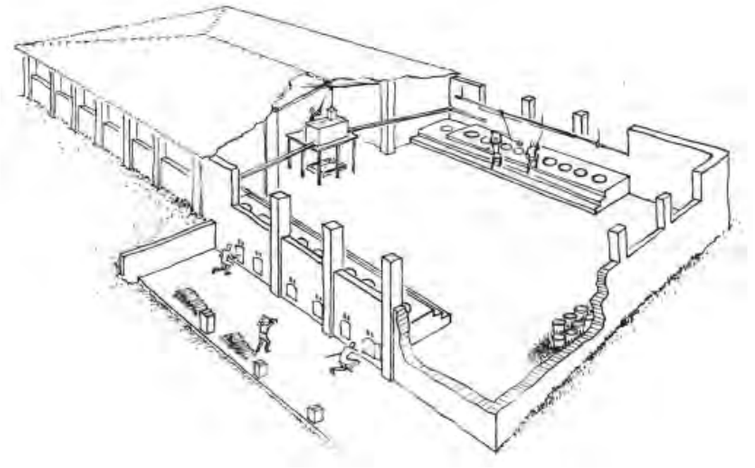


Figura 6 – Casa das caldeiras

"Junto à casa da moenda que chamam casa do engenho, segue-se a casa das fornalhas. Nos engenhos reais costuma haver seis fornalhas e nelas outros tantos escravos assistentes que chamam metedores de lenha. O alimento do fogo é a lenha. A terceira parte deste edifício, superior às fornalhas é a casa dos cobres ainda que a esta se chame comumente casa das caldeiras. Têm lugar nesta parte mais outros vasos de cobre e destes vasos têm os engenhos reais dois ternos sempre em obra... e ao redor de toda a parede dianteira está o tendal das fôrmas em que se bota o açúcar já cozido a coalhar" (Fernandes, 1971: 40-41).

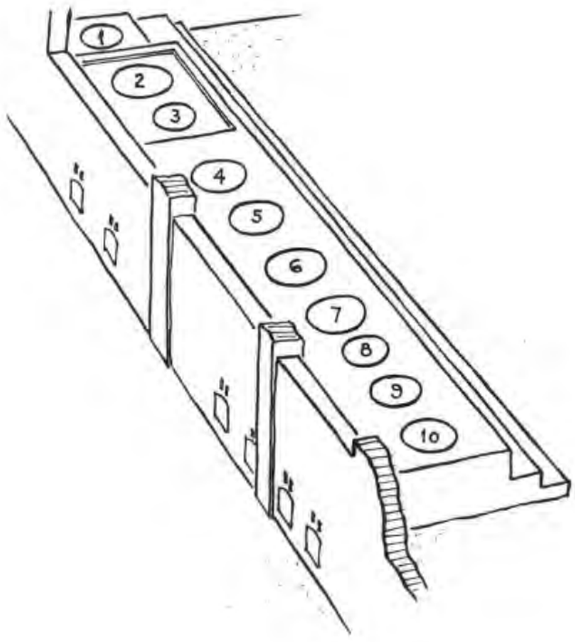


Figura 7 – Terno (assentamento)

"Consta um terno ou ordem de cobre, além do parol e do parol da guinda, na casa da moenda, de duas caldeiras, de um parol de escuma, de um parol de melado, de outro de coar, de um terno de tachas que são quatro". 1. parol da escuma; 2. caldeira do meio; 3. caldeira de melar, tanto que a meladura está limpa, o caldeireiro bota o mel no; 4. parol de melado, donde coam para o; 5. parol de coar, donde passa a cozer-se nas tachas e corre por cada uma destas, ordenadamente e para em cada uma o quanto necessária...; 6. tacha de receber; 7. tacha da porta; 8. tacha de cozer; 9. tacha de bater e; 10. bacia de repartir (Fernandes, 1971: 42-43).

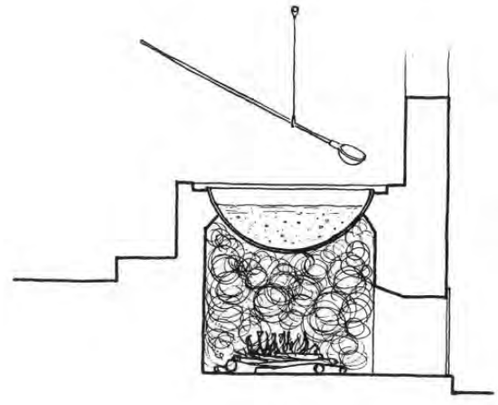


Figura 8 – Terno (assentamento)

Num corte transversal do assentamento dos tachos verifica-se a diferença de nível entre os pisos da casa dos cobres e o das fornalhas, casa das fornalhas (Fernandes, 1971: 44-45).

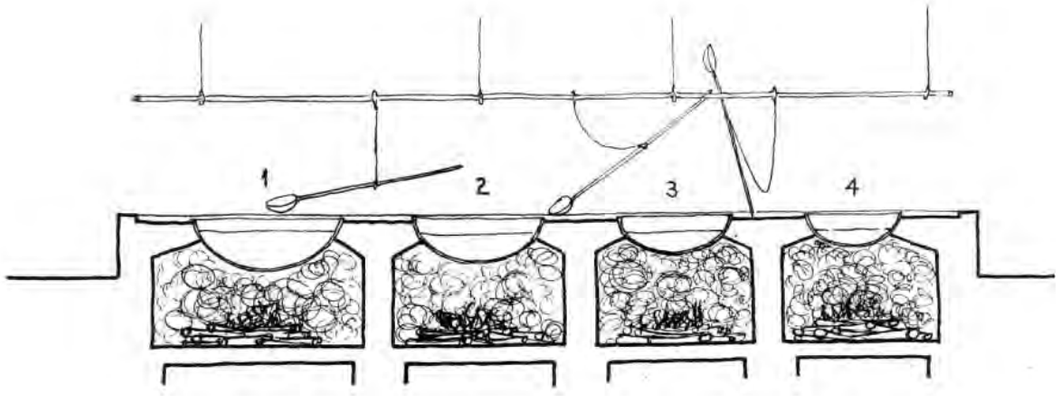


Figura 9 – Terno (assentamento)

O número de tachos sobre um assentamento variava de engenho para engenho. No caso do Engenho Sergipe do Conde, quando era de dez em cada uma das ordens, certamente relacionava-se com a sua capacidade de produção e facilidades outras no trabalho. Entretanto, tendo-se em vista as operações essenciais na casa dos cobres, ou seja, as fases do processo, bastariam quatro tachos, conforme um corte longitudinal: 1. primeiro tacho: para a purificação do caldo que aí chegava da moenda; 2. segundo tacho (do xarope): onde o caldo, por evaporação, tomava a consistência de xarope; 3. terceiro tacho (de cozimento): onde o xarope era concentrado até a consistência de mel e quando, também, tinha início a formação dos cristais de açúcar; 4. quarto tacho (de bater): onde a massa de cristais e mel era batida e daí repartida em têmperas para o enchimento das fôrmas. Nessa ordem os tachos iam diminuindo de tamanho e a cada um correspondia uma fornalha independente (Fernandes, 1971: 46-47).



Figura 10 – Na casa das fornalhas. Metedores de lenha

"Nem faltam perto destas fornalhas seus condenados que são os escravos metedores de lenha. Vêem-se aí, também, outros escravos facinorosos que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos de sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda" (Fernandes, 1971: 48-49).

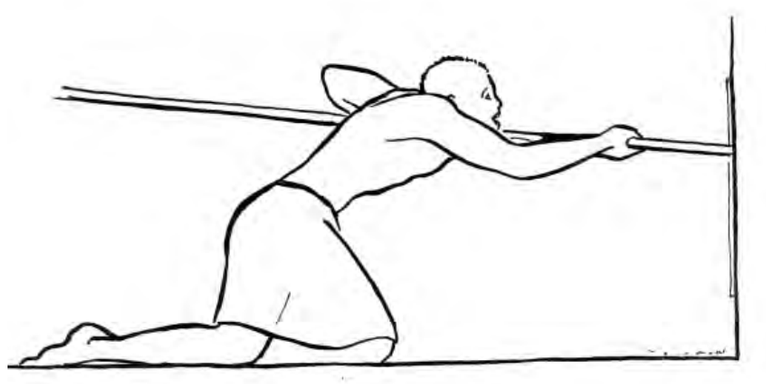
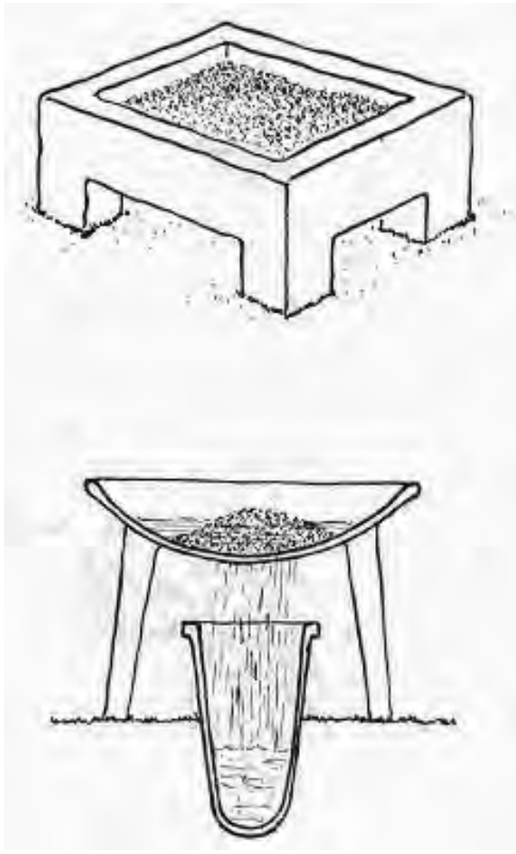


Figura 11 – Armar

"São os escravos metedores de lenha que fazem o primeiro aparelho da lenha, para se botar fogo à fornalha, que chama-se armar e este vem a ser empurrar rolos e estendê-los no lastro, o que se faz com varas grandes que chamam trasfogueiros e sobre eles cruzar travessos e lenha miúda" (Fernandes, 1971: 50-51).



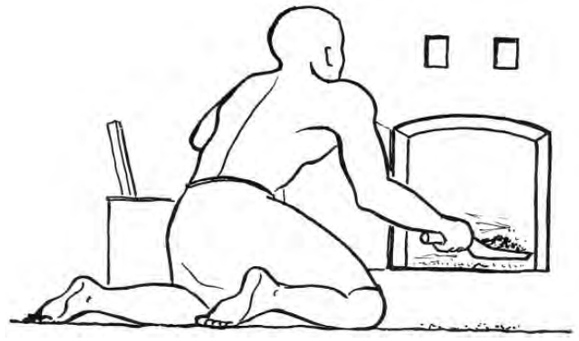


Figura 12 – Retirada das cinzas

"A cinza das fornalhas serve para fazer a decoada e esta para limpar o caldo nas caldeiras e para que saia o açúcar mais forte. Para isso arrasta-se a cinza e borralho e daí, com uma pá de ferro se tira..." (Fernandes, 1971: 52-53).

Figura 13 – Decoada

"... e se leva a cinza para o cinzeiro que é um tanque de tijolo sobre pilares de pedra e cal... e assim quente se põem nas tinas que estão levantadas da terra. Aí, depois de bem caldeada e arrumada se lhe bota água que está fervendo e, coando esta água pela cinza toma o nome de decoada que vai cair nas fôrmas ou vasilhas enterradas até a metade. A decoada serve para ajudar (limpar) o caldo nas caldeiras" (Fernandes, 1971: 54-55).

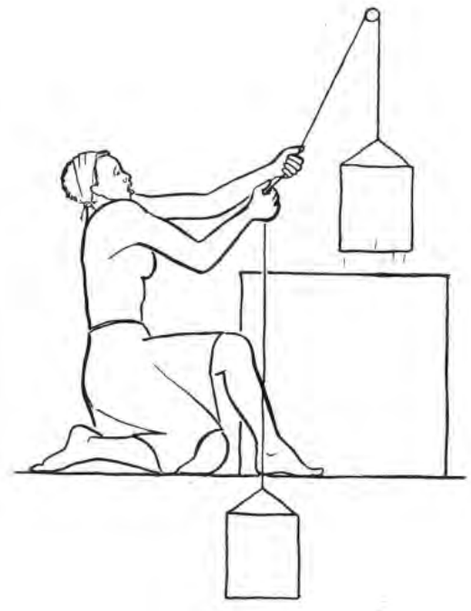


Figura 14 – Guindadeira

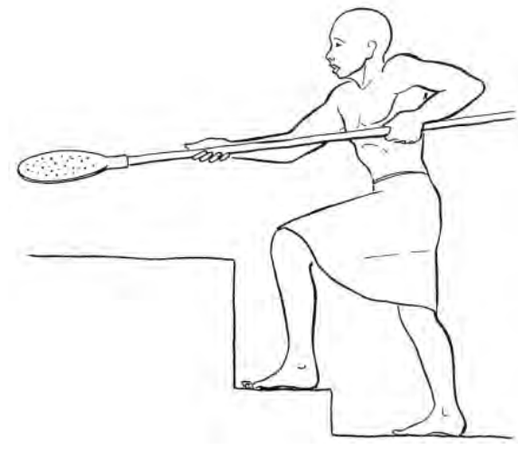


Figura 15 – Ajudar o caldo

Quando o caldo vem do parol sob a moenda, por uma bica, chega a um outro, debaixo do parol da guinda. *"Guindando-se o caldo para o parol da guinda daí vai por uma bica e cai na caldeira do meio (número 2 do assentamento) para nela ferver e botar fora a imundice com que vem da moenda, e que chamam cachaça..."*. A escrava incumbida dessa operação chama-se guindadeira (Fernandes, 1971: 56-57).

"Saída a primeira escuma por si mesma, começam os caldeireiros, com grandes escumadeiras de ferro, a escumar o caldo e ajudá-lo com decoada e água" (Fernandes, 1971: 58-59).



Figura 16 – Repassar



Figura 17 – Transferir

"A segunda escuma se guarda e cai para o parol da escuma (número 1 do assentamento) e, com cubo e tacho torna a botá-la a negra calcanha na mesma caldeira e vai por uma bica de pau a que chamam viola..." (Fernandes, 1971: 60-61).

"E tanto que o caldo aparece bem limpo, com uma grande pomba o botam na segunda caldeira (seguinte). A escuma vai para o parol da escuma". A operação vai se repetindo, de tacho em tacho, a seu tempo (Fernandes, 1971: 62-63).



Figura 18 – Bater

"Na tacha de bater (a última do assentamento) se mexe com uma batedeira... e bate-se para se não queimar o açúcar" (Fernandes, 1971: 64-65).

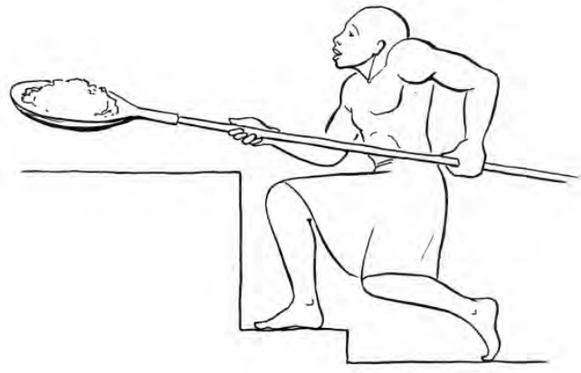


Figura 19 – Desafogar

"E quando o tem bem batido e com bastante cozimento, o levantam sobre a tacha, ao alto, e a isso chamam desafogar. Antes de passar o melado para as fôrmas, ainda na tacha de bater, se há de ajustar o cozimento às têmperas" (Fernandes, 1971: 66-67).



Figura 20 – Têmperas

"E três são as têmperas e entre si diferentes e cada uma leva cozimento diverso. Este benefício é tão necessário que sem ele o açúcar posto nas fôrmas não se poderia branquear e purgar" (Fernandes, 1971: 68-69).

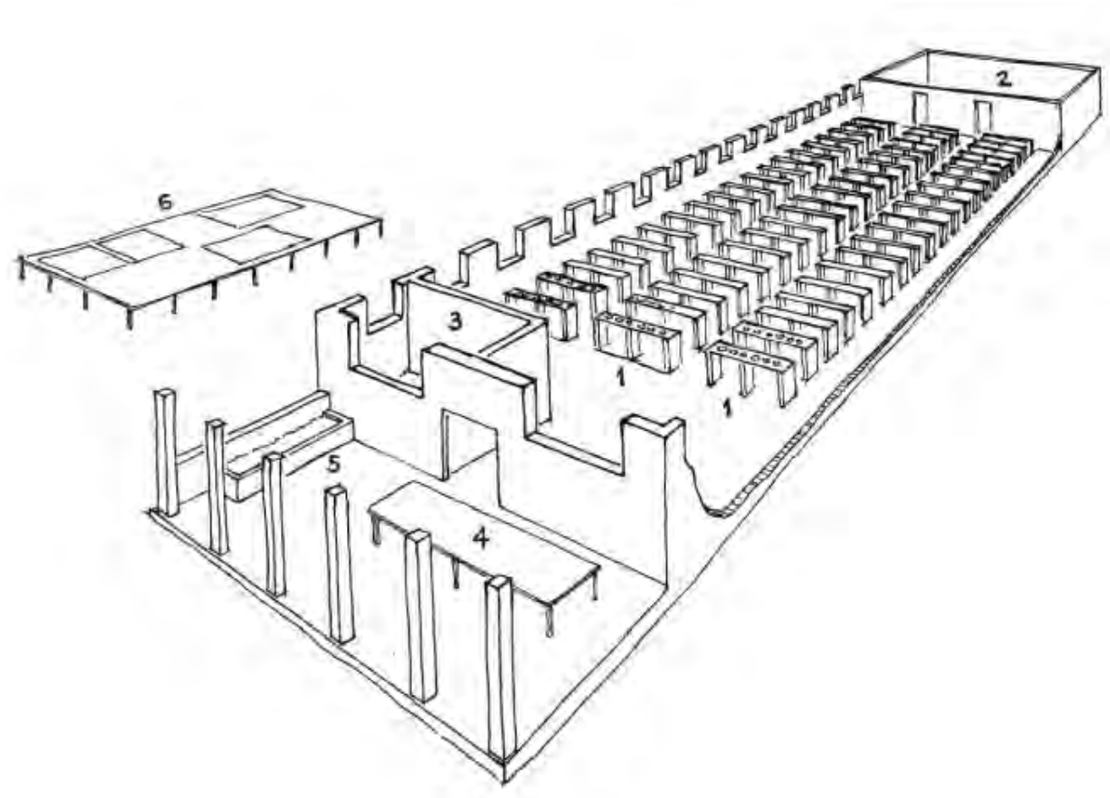


Figura 21 – Casa de purgar

"A casa de purgar é, comumente, separada do edifício do engenho e a melhor de quantas há no Recôncavo da Bahia é, sem dúvida, a do Engenho de Sergipe do Conde, com três carreiras de 'andainas' (1 – suporte das fôrmas). Há, no fim da casa, uma fornalha (2) para cozer o mel que cai dos furos das fôrmas e tornar a dele fazer açúcar, com seu tendal... Há, também, na entrada, à esquerda da porta, uma cazinha (3) para nela guardar o açúcar que sobejou ao encaixar e quantos instrumentos são necessários aos trabalhos. O primeiro espaço da casa de purgar, antes de chegar às andainas das fôrmas serve de caixaria (antigamente, o açúcar não era acondicionado em sacos, mas em caixas). Diante da porta da casa de purgar levanta-se sobre seis pilares um alpendre debaixo do qual está o balcão de mascavar (4) e da outra parte está o cocho para amassar o barro (5) que se bota nas fôrmas. Mais adiante, separado da casa, o balcão para secar (6) sustentado por pilares" (Fernandes, 1971: 70-71).

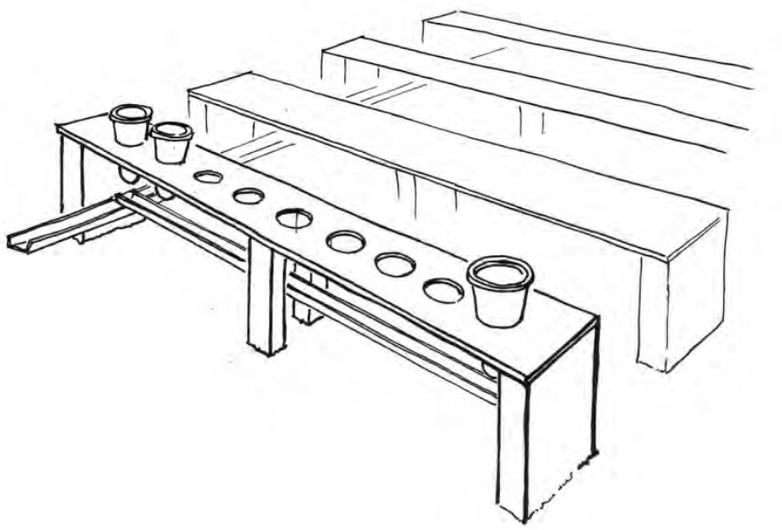


Figura 22 – Andainas

"Repartem-se as 'andainas' por quartéis de tábuas, abertas em redondo, sobre pilares de tijolos, para receber as fôrmas com os pães de açúcar (pão de açúcar era o conteúdo, em açúcar, das fôrmas). Debaixo das ditas tábuas, assim abertas, há outras tantas, de mesmo comprimento, inclinadas, que servem de bicas por onde corre o mel que cai dos buracos das fôrmas em que se purga o açúcar para tornar a dele fazer açúcar" (Fernandes, 1971: 72-73).



Figura 23 – Furar as fôrmas

"Entrando as fôrmas na casa de purgar se deitam sobre as andainas e se lhes tira o taco que lhe meteram no tendal e logo, com um furador agudo, de ferro, se furam os pães a força de pancadas, usando para isso um macete..." (Fernandes, 1971: 74-75).



Figura 24 – Levantar as fôrmas

"E furando os pães se levantam e endireitam as fôrmas sobre as tábuas e assim se deixam por 15 dias, sem barro, começando logo a purgar e pingando pelo buraco que tem, o primeiro mel, o qual é recebido debaixo nas bicas e corre até dar no seu tanque" (Fernandes, 1971: 76-77).



Figura 25 – Cavar as fôrmas

"Passados os 15 dias, daí por diante se pode barrear seguramente, o que se faz deste modo. Cavam primeiro, as escravas purgadeiras, com cavadores de ferro no meio da cara da fôrma, que é a parte superior, o açúcar já seco..." (Fernandes, 1971: 78-79).



Figura 26 – Entaipar as fôrmas

"E logo o tornam a igualar e entaipar muito bem, com macetes..." (Fernandes, 1971: 80-81).



Figura 27 – Barrear as fôrmas

"Botam-lhe, então, o primeiro barro e, com a palma da mão, o estendem sobre toda a cara da fôrma" (Fernandes, 1971: 82-83).



Figura 28 – Lavar, borrifar ou umedecer o barro

"Ao segundo ou terceiro dia botam em cima do mesmo barro uma cuia e meia d'água e para que não caia no barro de pancada e caindo faça covas, recebem-na sobre a mão esquerda" (Fernandes, 1971: 84-85).

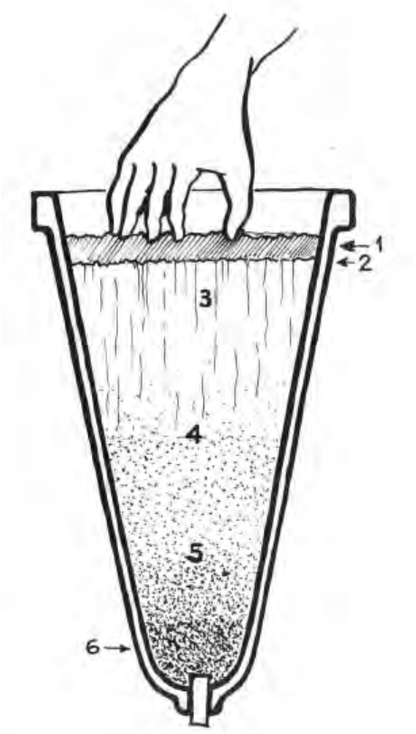


Figura 29 – Fôrma ou pão-de-açúcar

"Chegada ao barro (1) a água que botam com a direita sobre toda a superfície, e logo, com a mão direita, mexem levemente ao barro de sorte que os dedos não cheguem a bulir na cara do açúcar (2). A este benefício chamam umedecer, borrifar e dar lavagem ou, também, dar umidades e destes o primeiro barro não leva mais que uma e está na fôrma seis dias donde se tira já seco e cava-se, outra vez, o açúcar, no meio, como se fez a princípio e entaipa-se e com a mesma diligência se lhe bota o segundo barro, o qual está na fôrma 15 dias e leva seis, sete e mais umidades conforme a qualidade do açúcar". Purgar. "Como o açúcar vai purgando assim se vai branqueando, indo por seus graus, a saber, mais na parte superior (3 – branco*), menos na do meio (mascavado), pouco na última e quase nada nos pés das fôrmas aos quais chamam cabuchos (6) e este menos purgado é o que se chama mascavado (4 e 5). O mel que cai das fôrmas depois de lhes botarem barro torna a cozer-se e a bater-se nas tachas e se faz dele açúcar que chamam branco batido e dá, também, seu mascavado que chamam mascavado batido ou se destila dele aguardente, que eu nunca aconselharia ao senhor de engenho para não ter uma contínua desinquietação na senzala dos negros e para que seus escravos não sejam, com a aguardente, mais borrachos do que os faz a cachaça (garapa azeda feita com a escuma da primeira fervura do caldo)"* (Fernandes, 1971: 86-87).



Figura 30 – No balcão de mascavar

Tirar os pães das fôrmas. *"Chegando o tempo de tirar o açúcar das fôrmas se passam as mesmas, da casa de purgar para o balcão de mascavar... se aventam as fôrmas o que vem a ser bater nelas devagar com as bocas viradas para baixo, para que saiam bem os pães"* (Fernandes, 1971: 88-89).



Figura 31 – Mascavar

"Por mão de uma negra, a qual chamam 'mãe do balcão', se lhes tira, com um facão, todo aquele açúcar mal purgado e de cor parda que tem na parte inferior e isto se diz mascavar e ao tal açúcar chamam depois 'mascavado'". No pão, o açúcar mascavado está logo abaixo da cara, ou seja, do açúcar branco (Fernandes, 1971: 90-91).



Figura 32 – Cortar "cabucho" ou "pé-de-fôrma"

"Outra sua companheira, que é das mais práticas, tira com um machadinho, do mesmo mascavado, o mais úmido, que chamam 'pé-de-fôrma' ou 'cabucho' e este torna para a casa de purgar, em outras fôrmas, até acabar de se enxugar" (Fernandes, 1971: 92-93).



Figura 33 – Quebrar em torrões

"E logo outras negras quebram, com toletes, os torrões do mascavado sobre um toldo que também há de ir ao balcão de secar" (Fernandes, 1971: 94-95).

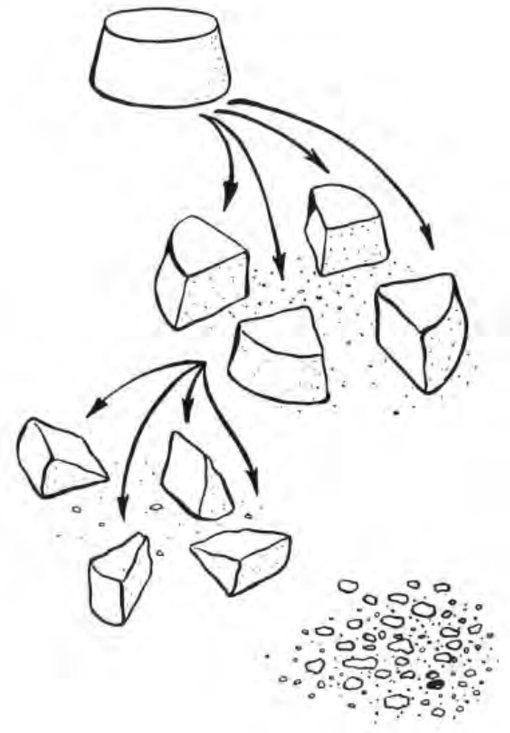


Figura 34 – Repartições do pão-de-açúcar

"A perfeição dos pães consiste em terem pouco mascavado... Se quiserem fazer 'caras' de açúcar, para mimos, o caixeiro cortará com um facão a primeira parte do pão, ... e vão para o Reino. Também, se quiserem fazer 'lascas', cortará o pão, depois de se lhes tirar o mascavado, em seis ou oito partes, para irem tão vistosas como doces. E querendo fazer 'fechos' ou 'caixas-de-encomendas', escolherá da parte do açúcar que couber a quem as manda, fazer o fino que é o das 'caras' das fôrmas ... agora se entenderá bem o que querem dizer estes nomes que significam várias repartições de açúcar, a saber: 'caixa', 'fecho', 'cara', 'lasca', 'torrão' e 'migalhas'" (Fernandes, 1971: 96-97).

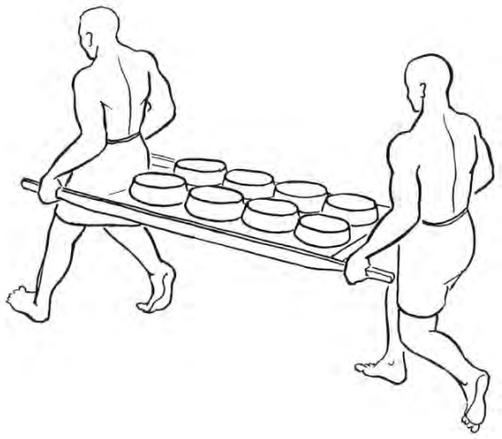


Figura 35 – Padiola

"O açúcar é passado do balcão de mascavar para o balcão de secar em padiolas" (Fernandes, 1971: 98-99).

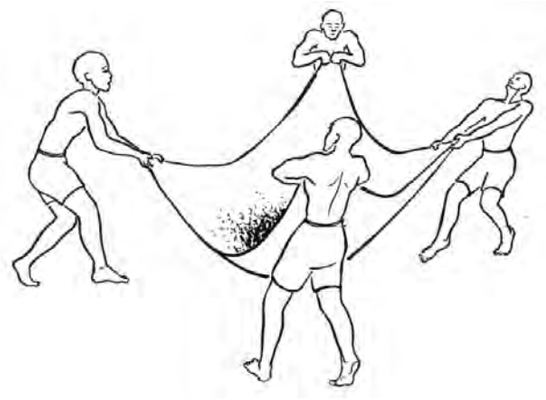


Figura 36 – Balcão de Secar

"Para o Balcão de Secar levam-se, em primeiro lugar, tantos toldos quantos são necessários para o açúcar que naquele dia se há de secar... quebrados em quatro partes os pães e cada uma destas em outras quatro, logo outros, com facões dividem as mesmas em torrões e estes, sucessivamente se tornam a partir com toletes em outros torrões menores e, finalmente, depois de estarem já por algum tempo ao sol, acabam-se de quebrar em torrõezinhos menores. Estando assim estendidos, pegam nas pontas do toldo e levantando-as fazem em cada toldo um montão" (Fernandes, 1971: 100-101).

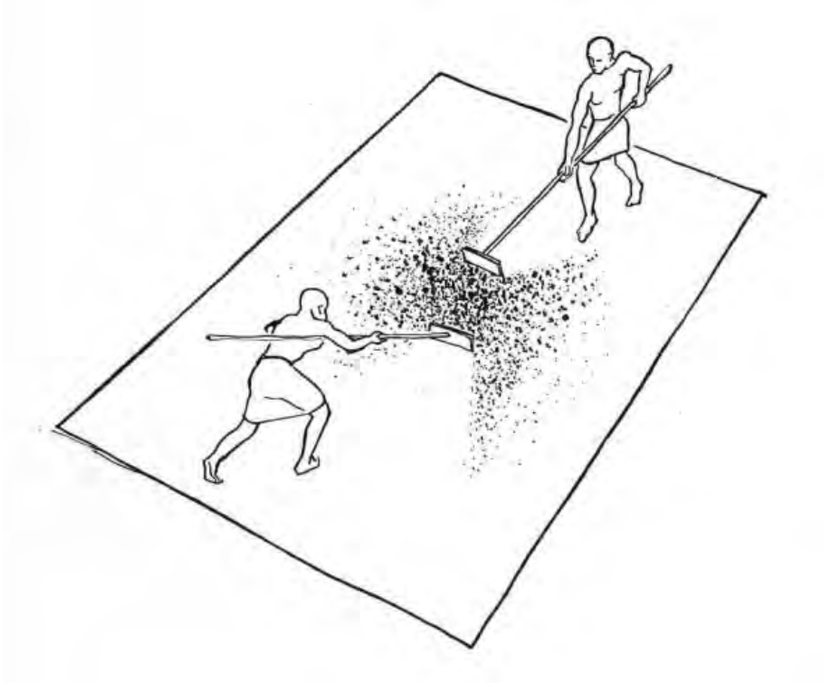


Figura 37 – Balcão de secar

"E logo tornam a abrir aqueles montes com rodos e desta sorte as partes que eram interiores ficam expostas ao sol. Espalhado, torna-se a mexer com rodos, de 'camboãm' como eles dizem, a saber, um de uma banda outro da outra" (Fernandes, 1971: 102-103).

Trabalhadores do açúcar

Até o início do século XVII, a força de trabalho dos engenhos era preponderantemente indígena. Nos primórdios das atividades agroaçucareiras no Brasil, dois fatores combinaram-se na determinação da opção pelo recurso ao trabalho dos nativos. À baixa capitalização dos empreendedores e ausência de crédito para a importação massiva de escravos correspondia larga disponibilidade e reduzido custo da mão-de-obra indígena[21]. Somente no final do primeiro quartel do século XVII, estabeleceu-se definitivamente o predomínio dos escravos africanos na composição da força de trabalho. Ao longo de aproximadamente um século, foram justapondo-se múltiplos aspectos a inviabilizar, progressivamente, a possibilidade de estruturação da produção de açúcar baseada no trabalho indígena: 1. resistência ao trabalho compulsório; 2. inadaptabilidade sociocultural ao trabalho na agricultura, incompatibilidade do trabalhador aborígine do sexo masculino ao exercício de atividades sedentárias; 3. familiaridade com o território e a alternativa da fuga como forma de resistência à sujeição ao trabalho; 4. baixa resistência e resposta imunitária deficiente dos indígenas ante agentes infecciosos com os quais não haviam tido contato anterior; 5. crescente redução da oferta de mão-de-obra em realidade de crises epidêmicas e elevada mortalidade; 6. forte oposição dos jesuítas à escravização dos índios; 7. posição ambígua do Estado, convivência de legislação que protegia os autóctones da escravização e permissividade da sujeição do indígena a trabalhos compulsórios via brechas legais[22] (Schwartz, 1988: 40-67).

À medida que avançava a acumulação proveniente das atividades agroaçucareiras e expandia a disponibilidade de crédito na Colônia, cresciam os investimentos na aquisição de escravos africanos. Inicialmente, privilegiou-se a compra de cativos especializados, com o deslocamento gradual dos indígenas para atividades não-especializadas. Em um segundo momento, os africanos foram alocados indistintamente em todas as atividades do cultivo e transformação da cana-de-açúcar. Os escravos adquiridos na África eram mais resistentes a doenças, não possuíam predisposição sociocultural contrária ao exercício de atividades agrícolas, detinham habilidades úteis aos trabalhos nos engenhos e apresentavam elevada produtividade no desempenho das atividades do setor industrial dos engenhos[23] (Schwartz, 1988: 68-73).

---

21 "O período de 1540 a 1570 marcou o apogeu da escravidão do gentio nos engenhos do litoral brasileiro em geral e, em especial, nos da Bahia. (...) Durante as décadas de 1550 e 1560, a indústria açucareira do Nordeste entrou em uma fase de rápida expansão, acompanhada de crescimento semelhante do número de trabalhadores cativos. Em 1570, Pernambuco possuía 23 engenhos e tantos escravos índios que o excedente podia ser exportado para outras capitanias. Em 1583, ainda em Pernambuco, havia 66 engenhos e cerca de 2 mil escravos africanos. Dado que cada engenho provavelmente explorava o trabalho de cem cativos, os índios ainda perfaziam dois terços da força de trabalho nos engenhos dessa capitania, mesmo durante o período de transição para a mão-de-obra africana" (Schwartz, 1988: 46).

22 "O emprego da mão-de-obra indígena esteve sujeito a várias restrições e limitações. A tríade mortífera – guerra, doença e fome –, que seguiu na esteira da conquista portuguesa, limitou a natureza e a disponibilidade da força de trabalho indígena. As estratégias concorrentes de jesuítas e colonos com respeito à forma e controle do sistema de trabalho determinaram em grande medida a história das relações entre portugueses e índios, todavia essa rivalidade não deve mascarar o consenso básico entre senhores de engenho e missionários quanto a ser o trabalho indígena vital para o êxito da Colônia. Cada lado justificava sua posição à Coroa argumentando que seu controle conduziria mais rapidamente os índios aos padrões europeus de religião, moralidade e costumes, incluindo a integração dos aborígines ao mercado de trabalho. Porém os indígenas, em sua maioria, rejeitaram a ambos. Recusaram-se a ser moldados consoante políticas e processos históricos alienígenas, por mais que isso parecesse inexorável. As ações e respostas dos nativos variaram da resistência armada à acomodação e aculturação e, desse modo, limitaram e definiram a natureza do regime colonial" (Schwartz, 1988: 56).

23 "Uma discussão da lucratividade em termos econômicos estritamente neoclássicos não bastará para explicar a transição da força de trabalho. Estiveram sempre presentes também determinantes culturais e políticos. Nem todos no Brasil estavam convencidos da sensatez da mudança. Os colonizadores portugueses em geral não se sentiam propensos a renunciar ao controle dos índios, especialmente quando podiam ser obtidos por uma ninharia, e demonstraram essa relutância com protestos e manifestações políticas, particularmente em 1609 e 1640. (...) Nos primórdios do século XVII, tais solicitações e opiniões já eram muito menos freqüentes. A transição para o braço africano já progredira consideravelmente, em especial na região açucareira do Nordeste, onde o capital se acumulava e os padrões de comércio internacional estavam solidamente estabelecidos. A escravidão colonial emergia como o modo de produção dominante, em um processo que fora imposto menos pelo mercado do que pela organização da produção. O regime de trabalho e a natureza da mão-de-obra foram determinados não só pela Corte, em Lisboa, ou pelos estabelecimentos financeiros de Amsterdã e Londres, mas também nas florestas e canaviais da América" (Schwartz, 1988: 73).

O recurso à instituição da escravidão negra possibilitou a constituição de uma das mais eficientes formas de acumulação primitiva de capitais: o tráfico atlântico de escravos. A demanda estava assegurada pela crescente necessidade de mão-de-obra para os espaços agroexportadores e de mineração, baixa expectativa de vida produtiva dos escravos africanos e regular alargamento das fronteiras de efetiva colonização[24]. A oferta estava garantida pelo crescimento do número de centros fornecedores de escravos na costa africana e expansão do contingente de traficantes de várias nacionalidades européias. O lucrativo comércio de seres humanos garantiu farta e, em geral, barata mão-de-obra para os engenhos[25].

O trabalho escravo era o principal responsável pelo funcionamento da manufatura do açúcar. Longa jornada de trabalho, superexploração, completa submissão ao ritmo da produção e relações de trabalho marcadas pela violência eram as condições sob as quais os cativos labutavam nos engenhos. A precariedade das condições de alojamento, vestuário e alimentação repercutiam na baixa expectativa de vida produtiva dos escravos em atividades agroaçucareiras (Schwartz, 1988: 122-127; Ferlini, 1988: 105 e 146).

No setor agrícola, concentrava-se a maior parte dos escravos do engenho[26]. O padrão técnico das atividades do campo pressupunha o emprego de grande número de trabalhadores, especialmente nos picos do calendário agrícola. O crescimento extensivo do cultivo determinava a constante incorporação de novas terras e escravos. Homens e mulheres cativos trabalhavam de forma cooperada, em turnos longos, com pesadas cotas de produção diária e debaixo de estreita supervisão e vigilância de feitores (Schwartz, 1988: 127-130; Ferlini, 1988: 141-142 e 144).

Nacionalidade, sexo, idade, cor e capacidades subjetivas para aprendizado e desempenho dos trabalhos da manufatura definiam a inserção dos escravos nas diversas atividades do setor industrial do engenho. Predominava o trabalhador do sexo masculino, embora às mulheres escravas coubesse parte significativa das atividades. Assim como nos canaviais, no engenho o trabalho escravo era permanentemente supervisionado e feitorizado. A fábrica funcionava em dois turnos com pequenas interrupções interturnos para limpeza e manutenção regular dos equipamentos. Freqüentes acidentes de trabalho resultavam do caráter repetitivo das operações especializadas, mormente nas moendas, e do ritmo geral da produção (Gama, 1983: 73-75; Schwartz, 1988: 130-134, 137-138 e 286-291; Ferlini, 1988: 142-146).

Não apenas a coerção respondeu pela sujeição dos escravos ao trabalho. Complexo sistema de incentivos e recompensas desempenhou poderoso estímulo a garantir a regular e eficiente subordinação dos cativos. Alimentação suplementar, retenção de parte da produção, compensação monetária, perspectiva de mobilidade social, concessão de acesso a tratos de terra combinada com tempo livre para cultivos e criações autônomas, direito à acumulação de pecúlio e alforria compunham o universo de incentivos mobilizados pelos senhores para assegurar o funcionamento da manufatura do açúcar. Assim, aos incentivos negativos, como a coerção e punições, acrescentavam-se incentivos positivos. Os escravos valiam-se desses expedientes para

---

24 A elevada taxa de mortalidade estava intimamente associada ao fato de que "a produção de açúcar submetia os escravos às mais implacáveis e brutais condições de trabalho. O corte da cana, uma tarefa opressiva e perigosa, e as longas horas de trabalho noturno nas casas de moenda e especialmente nas casas das caldeiras durante os nove meses da safra não tinham equivalente nem na produção de fumo nem na da mandioca. Como nas Antilhas, a cana era na Bahia a mais mortífera das culturas. Para manter ou aumentar o número de escravos que utilizavam na produção do açúcar, os senhores de engenho e lavradores de cana, ano após ano, importavam milhares de africanos; em outras palavras, valiam-se de uma estratégia 'extensiva' de recrutamento de mão-de-obra" (Barickman, 2003: 264).

25 "Em síntese, durante toda a era colonial, o tráfico permaneceu relativamente aberto e atendeu às necessidades dos senhores de engenho, apesar das vicissitudes da guerra e da política no Atlântico. Assim, esses proprietários puderam, em geral, contar com reposição suficiente de mão-de-obra a preços acessíveis, embora às vezes houvesse períodos de alta muito acentuada. Abastecendo-se em portos diversos, da Senegâmbia a Angola e, ocasionalmente, Moçambique, o tráfico negreiro para a Bahia introduziu uma variedade de povos, de modo que, mesmo sendo sempre predominantemente africana, a população cativa da capitania apresentou grande diversidade de culturas" (Schwartz, 1988: 286).

26 "O trabalho nos canaviais foi o aspecto central da escravidão nos engenhos. A maioria dos cativos passava quase todo o tempo no campo; apesar de outros aspectos da produção açucareira e do escravismo terem recebido mais atenção de observadores contemporâneos e, mais tarde, de historiadores modernos, foram sempre os trabalhadores dos canaviais os que definiram a essência da produção" (Schwartz, 1988: 127).

assegurar melhores condições de existência e trabalho, ciosos de suas prerrogativas para negociar adaptações ou perspicazes para construir acomodações no sistema escravista (Schwartz, 1988: 137 a 143).

Trabalhadores livres e brancos assumiam as funções de coordenação e supervisão do setor industrial do engenho, especialmente as atividades especializadas dos oficiais do açúcar, bem como controle e repressão em geral, notadamente a feitorização dos escravos. A convivência de trabalhadores especializados com a massa de trabalhadores desqualificados resultava do próprio processo produtivo do engenho, exigente de diferentes graus de formação ou força física para complexo universo de atividades agrícolas e industriais. A tendência à progressiva subdivisão das operações e etapas do fabrico do açúcar, com a crescente divisão e especialização do trabalho, resultou no gradual aprofundamento da alienação do trabalhador em relação ao conjunto da produção (Schwartz, 1988: 138-139; Ferlini, 1988: 129-134).

Além dos trabalhadores livres empregados nas atividades industriais e agrícolas do engenho, outras três categorias de assalariados "sempre estiveram presentes no processo do fabrico do açúcar": 1. prestadores de serviços, como profissionais liberais e religiosos, "forneciam periodicamente suas habilidades, conhecimentos ou serviços aos engenhos"; 2. artesãos, como carpinteiros e ferreiros, "prestavam serviços em base constante e periódica"; 3. trabalhadores não-especializados, contratados para tarefas ocasionais como a derrubada de matas ou a captura de escravos fugidos (Schwartz, 1988: 261-264).

A hegemonia da grande produção

A economia canavieira nordestina, baseada no escravismo e no latifúndio, direcionada pelo Estado para atender às determinações do capital mercantil, criou restrições ao pequeno engenho. A produção em larga escala, a requerer apreciáveis capitais para a montagem das unidades produtivas, estabeleceu hierarquia em que, aos empreendedores de menores posses, cabia posição subsidiária de fornecimento de matéria-prima[27] (Ferlini, 1988: 156-159).

O monopólio da concessão de terras nos espaços canavieiros viabilizou ao Estado português o controle sobre a estrutura fundiária, vinculando a ocupação das terras à produção de açúcar. O sistema sesmarial, instituto jurídico quatrocentista, foi transplantado e adaptado à realidade colonial subordinado às determinações do capital mercantil (Ferlini, 1988: 162-166).

Subordinação, compromisso e interdependência presidiam as relações entre produtores de matéria-prima, os "lavradores de cana", e proprietários das unidades de transformação da cana-de-açúcar, os "senhores de engenho". Os lavradores vinculavam-se aos engenhos pela necessidade de processamento de suas canas e os senhores dependiam das canas dos lavradores pela impossibilidade e/ou inconveniência de produzirem toda a matéria-prima. Os "senhores de engenho" tendiam a auferir dois tipos de renda de suas relações com os "lavradores de cana". Renda da terra, no caso do rendimento transferido pelos arrendatários como remuneração do proprietário da terra, e renda industrial, no caso do pagamento do processamento pelos "lavradores de cana" em geral (Ferlini, 1988: 170-171 e 186-192).

A produção de matéria-prima dividia-se em dois tipos básicos de lavouras: 1. "terras de cana livre", casos em que o lavrador era livre para processar suas canas em qualquer engenho; 2. "terras de cana obrigada", casos em que contrato de venda ou arrendamento estipulava a obrigação de processamento em determinado engenho. Comum a ambos os casos: a divisão do produto processado entre lavradores e senhores. Em geral, cabia ao proprietário do engenho metade do açúcar produzido a partir da cana do lavrador, como pagamento pelos custos de transformação. No caso do arrendatário, que produzia em terras pertencentes a determinado engenho, acrescia-se, normalmente, mais um terço ou um quarto da metade que lhe cabia, que entrava

27 "O grande engenho, sabemos, requeria capitais de vulto, e o empreendimento colonial associava ao Estado homens de largos recursos aos quais interessava a produção em grande escala, capaz de remunerar altamente seus investimentos. Era preciso, ainda, atrair empreendedores de menores cabedais que se responsabilizassem pelo cultivo da cana, abastecendo os engenhos de sua matéria-prima, provedores, ao mesmo tempo do substrato populacional básico da dominação portuguesa. Vê-se pois que, na colonização do Brasil, não se tratava de impedir a pequena propriedade em si, mas de impedir a pequena propriedade desvinculada ao processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil" (Ferlini, 1988: 157).

como pagamento pelo arrendamento. A "obrigação", sempre presente nos arrendamentos e na maior parte dos contratos de venda, criava o compromisso do comprador de só processar a cana no engenho a quem pertencia anteriormente a terra adquirida (Schwartz, 1988: 249-253; Ferlini, 1988: 171-186 e 215-219).

A existência dos lavradores era extremamente conveniente para os engenhos, na medida em que diminuía os custos de manutenção dos escravos, especialmente onerosos em conjunturas adversas. A redução do número de escravos do setor agrícola correspondia a uma significativa redução geral do plantel do engenho. Transferiam-se para os lavradores as despesas de manutenção de grande escravaria ociosa nos momentos de crise, bem como rebaixava os custos de produção em conjunturas favoráveis (Ferlini, 1988: 213; Barickman, 2003: 200-201).

Assumindo variadas formas, as relações entre os lavradores e senhores persistiram ao longo de todo período colonial, ainda que a participação das canas de partido tenha diminuído por volta de 1650. No primeiro período, que se estende até meados do século XVII, as canas dos lavradores responderam pela maior parte da matéria-prima transformada nos engenhos, com a produção própria dos senhores limitada à parte menor. Na segunda metade do Seiscentos, crises de preço do açúcar e queda da produção contribuíram para a diminuição da importância dos lavradores, passando a ser dos próprios engenhos a maior parte das canas processadas. A contrapartida foi a proliferação de pequenos engenhos, montados pelos lavradores para o processamento das canas recusadas pelos engenhos (Schwartz, 1988: 257-260; Ferlini, 1988: 213-214 e 220).

Rentabilidade da produção açucareira

Dentre as variáveis a intervir no resultado econômico da empresa açucareira sobressaíam: 1. os níveis da oferta e demanda de açúcar no mercado internacional, fortemente condicionados por conjunturas coloniais e européias; 2. os preços internos e externos do açúcar, resultantes de múltiplos fatores, mormente as referidas conjunturas; 3. os custos de produção, sobretudo a permanente necessidade de reposição de escravos; 4. o grau de endividamento resultante do regular recurso ao crédito e do habitual adiantamento do pagamento da safra, assim como o ônus do serviço da dívida; 5. o peso da carga fiscal colonial; 6. fatores naturais, notadamente climáticos (Schwartz, 1988: 170).

Variaram sobremaneira as relações entre os produtores e o capital mercantil que controlava a circulação, principalmente como decorrência das flutuações dos preços internacionais que, como referido, determinavam em larga medida a rentabilidade da agroexportação açucareira. De um lado, os níveis de acumulação interna oscilaram no tempo e espaço, de outro, a extração da maior parte do excedente pelo capital mercantil foi uma constante. Nesse quadro adverso, os produtores exerceram regular e incisiva pressão política nas instâncias coloniais que lhes abriam perspectivas de proteção perante a posição hegemônica do capital mercantil. O estrutural endividamento dos engenhos ensejava tensões e confrontos entre produtores e comerciantes, especialmente nos momentos de crise do setor. A intervenção do Estado sempre objetivou equilíbrio a permitir a continuidade da produção colonial e a manutenção das receitas da Coroa. Dentre os confrontos que opunham produtores e comerciantes, destacavam-se aqueles atinentes ao estabelecimento dos preços coloniais do açúcar. Também nas disputas interprodutores foram determinantes as medidas legais que disciplinavam a expansão da atividade[28] (Schwartz, 1988: 171-176).

28 "Os senhores de engenho, independentemente de seu *status* e prestígio, dirigiam empresas familiares e prestavam muita atenção a lucros e prejuízos. Agiam de modo coeso como uma classe com interesses e objetivos próprios, assumindo papéis políticos e procurando influenciar a política régia e municipal. Sua busca de soluções para sua situação financeira em declínio nos séculos XVII e XVIII demonstra sua capacidade de influenciar o governo régio e o local, mas também sua relativa fragilidade como produtores coloniais no mercado açucareiro do Atlântico. Com tão poucas condições de controlar o comércio internacional de que participavam, os senhores de engenho voltaram sua atenção para os problemas imediatos com que se defrontavam" (Schwartz, 1988: 176).

As atividades agroaçucareiras voltadas para o mercado externo sempre mantiveram elevado grau de dependência do crédito[29]. Na formação de canaviais, na montagem de engenhos e no custeio das safras eram essenciais os empréstimos originários de múltiplos fornecedores de crédito. Da inicial preponderância de capitais e créditos estrangeiros e metropolitanos no século XVI, passou-se ao predomínio de fontes creditícias internas. Instituições religiosas e comerciantes constituíam os principais credores do setor canavieiro. O acesso ao crédito era tanto mais facilitado quanto mais proeminente a posição dos produtores. A concessão de empréstimos dividia-se em recursos monetários e mercadorias, mormente importadas. O pagamento das dívidas com o comprometimento antecipado da produção gerava tensões entre senhores de engenho e comerciantes fornecedores de crédito, dada a tendência à subestimação do preço do açúcar por parte dos segundos. As restrições legais à execução de engenhos tornavam as hipotecas procedimentos bastante complexos. Arrendamentos e empréstimos em formas variadas eram concedidos por senhores de engenhos e conformavam mecanismos eficientes de vinculação de lavradores de cana ao processamento na unidade industrial do credor (Schwartz, 1988: 179-185).

O exame de alguns inventários de engenhos e propriedades de lavradores de cana do século XVIII e início do XIX possibilitou avaliar a distribuição relativa dos ativos do setor canavieiro baiano. Para os engenhos, observou-se a tendência de forte concentração do capital em terras, seguida da posição secundária de escravos e instalações industriais, cabendo posição menor a animais, equipamentos e cana. No caso dos lavradores de cana, destacou-se a pronunciada concentração dos ativos em escravos, acompanhados de terras em posição secundária, restando importância relativamente reduzida para cana, animais, edifícios e equipamentos (Schwartz, 1988: 186-189).

Conquanto escassos, incompletos e vincados por particularismos, os raros registros contábeis de engenhos baianos coloniais ensejaram aproximações da rentabilidade das atividades agroaçucareiras do Recôncavo. Os resultados inclinam-se muito mais para especulações do que para sólidas constatações. As poucas evidências remeteram para quadro de "baixos retornos", embora Schwartz conclua que "ponderadas as flutuações da indústria açucareira, esta revelou-se, em essência, um negócio lucrativo para os senhores de engenho"[30] (Schwartz, 1988: 189-206).

Ferlini interpretou de forma distinta os registros contábeis das atividades agroaçucareiras. Entendeu que as bases da grande produção escravista, já delineadas nos primórdios da economia canavieira nordestina, sustentavam-se na efetiva intervenção e proteção do Estado português. Através do controle das concessões de terra, de isenções fiscais, de privilégios jurídicos e, principalmente, de mecanismos que conferiam aos "senhores de engenho" posição de grande destaque na hierarquia administrativa e social da Colônia, forjou-se forte associação entre a Metrópole e seus agentes da produção. A contrapartida da reduzida lucratividade da atividade para os produtores foi o estabelecimento de compensações na forma de prestígio e poder na sociedade e economia coloniais[31] (Ferlini, 1988: 193-197).

---

29 "O crédito, portanto, fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil, como já fizera e faria mais tarde com outras agriculturas de exportação" (Schwartz, 1988: 179).

30 "Qual foi, então, o retorno sobre o capital da indústria açucareira baiana? A resposta deve ser: um retorno que variou amplamente entre os diversos períodos e entre os engenhos individualmente. Tudo indica que os baixos retornos verificados para os engenhos Sergipe e Santana não caracterizaram a indústria ao longo de períodos prolongados. Fossem quais fossem as vantagens sociais trazidas pela posse de um engenho, os proprietários não teriam permanecido no negócio por muito tempo sob tais condições. Embora houvesse restrições sobre a flexibilidade e a modalidade do capital na economia açucareira, que às vezes obrigavam os senhores de engenho a operar com prejuízo, a situação não era tão ruim como eles apregoavam. Por outro lado, apesar de ter havido períodos de grandes lucros que trouxeram crescimento e fortunas à indústria, a imagem de vida luxuosa e inacreditável riqueza é também errônea. A indústria açucareira provavelmente não foi nem tão rica nos bons tempos, nem tão pobre nas épocas difíceis como o descrito por contemporâneos e historiadores" (Schwartz, 1988: 204).

31 "Em suma, a organização fundiária colonial estava estreitamente ligada às determinações mais gerais da política metropolitana. A atividade agrícola não constituía, para o colono, fator de acumulação de capitais, mas de riquezas, no sentido de resultar na ampliação do fundo de terras e de escravos. O nobre negócio do açúcar, sob a tutela do Estado, dele recebia, como favor, as condições de realização e reprodução. A exploração, grande compromisso entre a Coroa, os comerciantes e a classe proprietária colonial, não era uma exterioridade imposta pela Metrópole, mas presença totalizante, a fazer da terra a base de superlucros

Outros espaços agroexportadores das Américas: São Paulo, Rio de Janeiro e Antilhas (colônias inglesas, francesas e holandesas; Cuba)

As especificidades geográficas, demográficas, econômicas e políticas que imprimiram traços diferenciados aos diversos espaços agroaçucareiros orientados para mercados externos estiveram subordinadas a características estruturais comuns. Os espaços canavieiros das colônias do Novo Mundo que produziram para o atendimento de mercados europeus estruturaram-se na grande exploração, especialização produtiva, escravismo, organização manufatureira do trabalho e compartilharam, até o início do século XIX, de uma mesma base técnica[32]. O capital mercantil determinou os ritmos de desenvolvimento e a acumulação realizou-se fundamentalmente no exterior.

A produção de derivados da cana-de-açúcar no Rio de Janeiro e São Paulo remonta às primeiras décadas da presença portuguesa no Brasil. Entretanto, até o terceiro quartel do século XVIII, estava praticamente limitada à pequena produção para autoconsumo ou para mercados locais, no caso de São Paulo, e a posição de espaço exportador secundário, no caso do Rio de Janeiro[33]. Na conjuntura internacional favorável do final do Setecentos, caracterizada por crises nas áreas produtoras do Caribe e elevação dos preços do açúcar, os dois espaços canavieiros passaram a ocupar posição relevante no mercado mundial de açúcar.

São Paulo

Em sintonia com o espírito das reformas pombalinas, o governo do Morgado de Mateus (1765-1775) representou ponto de inflexão na história administrativa de São Paulo. Na esfera econômica, foram empreendidas mudanças com intuito de retirar a capitania de situação de estagnação e promover o desenvolvimento de atividades primário-exportadoras. Nesse contexto, o setor canavieiro projetou-se como a principal expressão econômica de São Paulo, posição sustentada até meados do século XIX. A promoção da agricultura, mormente de atividades orientadas para mercados externos, constituiu-se em preocupação permanente dos administradores da capitania na segunda metade do Setecentos e início da centúria

realizáveis no mercado externo e fonte de perpetuação de poder interno" (Ferlini, 1988: 197). Schwartz não nega a simbiótica relação entre a Metrópole e os agentes da produção colonial, embora procure matizar no tempo e espaço as configurações desse relacionamento. "Ao mesmo tempo, também é possível que possa ser permitido a certos grupos na Colônia controlar recursos econômicos e sociais e ser, de fato, dominantes, desde que seu bem-estar beneficie os interesses da Metrópole. Os senhores de engenho baianos tinham pretensões ao status de nobreza que nunca foram completamente satisfeitas pela Coroa portuguesa. Porém, durante longos períodos em que os elementos mercantis na própria Metrópole foram importantes na formulação da política do Estado, os grandes proprietários do Brasil foram mimados e protegidos. Neste caso, parece ter havido uma unidade de interesses entre uma classe colonial ansiosa por transformar-se em um estado feudal e uma classe mercantil na Metrópole que almejava eliminar o poder da nobreza em Portugal. Contanto que o valor da Colônia brasileira fosse gerado primordialmente pelo investimento privado no setor agrícola, o Estado dispunha-se a permitir aos senhores de engenho um domínio irrestrito na Colônia" (Schwartz, 1988: 220).

32 "Na Bahia e em outras regiões das Américas, a arte de fabricar açúcar no final do século XVIII pouco mudara desde que os colonizadores europeus haviam transplantado a cana para o Novo Mundo no século XVI. As diferenças entre um engenho no Nordeste do Brasil, um *sugar works* em Barbados ou um *ingenio* em Cuba não passavam de variações insignificantes. Em toda parte, o processo era essencialmente o mesmo: moagem, cozimento em caldeiras e tachas abertas sobre o fogo direto e purgação. Foi só na primeira metade do século XIX que se desenvolveu uma tecnologia fundamentalmente nova. A tacha a vapor, o aparelho de cozimento a vácuo, centrífugas, e uma série de outras inovações, que modificaram por completo os antigos processos de fabricação do açúcar, permitiram o surgimento dos primeiros engenhos totalmente mecanizados" (Barickman, 2003: 285).

33 "Para o sul finalmente, a produção de açúcar se concentrará na vizinhança do Rio de Janeiro e em São Vicente. Também estes centros, devido sobretudo à sua posição excêntrica e afastamento dos mercados europeus onde se consumia o açúcar brasileiro, não gozarão nesta primeira fase da história brasileira de grande prosperidade. Até o século XVIII permanecerão num apagado segundo plano" (Prado Júnior, 1962: 39).

seguinte[34]. Crescimento populacional, alargamento da fronteira agrícola, forte expansão da produção, surgimento de importante embrião de infra-estrutura de transportes e inserção definitiva em mercados externos foram as mais relevantes conseqüências das transformações iniciadas em meados do Dezoito e que se estenderam pelo Dezenove (Petrone, 1968: 12-21).

O espaço canavieiro paulista dividia-se em três áreas com distintas características. No litoral norte, na faixa costeira entre Santos e a província do Rio de Janeiro, especialmente em Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela, o cultivo e transformação da cana direcionavam-se para a produção de açúcar e, sobretudo, aguardente. Os derivados fabricados nessa estreita porção de território, entre o mar e a serra, sempre foram precipuamente orientados para mercados cariocas, dadas as predisposições geográficas que possibilitavam a rápida conexão, por navegação de cabotagem, com a cidade do Rio de Janeiro[35]. As outras duas áreas localizavam-se em "serra acima". No Vale do Paraíba, caminho para o Rio de Janeiro, o desenvolvimento canavieiro sempre esteve associado com outras atividades agropecuárias e estreitamente vinculado com o mercado da cidade do Rio de Janeiro. No Vale do Paraíba paulista, com predomínio da policultura de abastecimento conjugada com atividades agroaçucareiras, o café encontrou seu primeiro espaço de expansão ainda na primeira quadra do século XIX[36]. Na segunda metade do Setecentos e primeira do Oitocentos, a principal área canavieira de São Paulo estava compreendida "no quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí", conquanto se destacassem as subáreas de Itu e Campinas. No "quadrilátero do açúcar", a grande disponibilidade de terras e a fertilidade dos solos forneceram a base do expressivo desenvolvimento da lavoura canavieira[37] (Petrone, 1968: 24-52)[38].

Larga extensão de terras apropriáveis e pequena dimensão dos engenhos caracterizaram os primeiros desenvolvimentos do setor canavieiro do planalto. Investimento produtivo dos capitais acumulados e entrada de recursos oriundos de outras atividades permitiram a subseqüente ampliação das unidades

34 "O Morgado de Mateus, assumindo o governo da Capitania, que assim readquiria sua autonomia administrativa, procurou por todos os meios incrementar a vida econômica que jazia numa grande pobreza. (...) Datam, portanto, do período de Morgado de Mateus, as primeiras tentativas de produção de açúcar destinado a exportação. (...) Assim vemos que um produto, que em meados do século XVIII não tinha importância comercial, foi adquirindo valor à medida que se aproximava o fim do século. Foi durante o governo de Bernardo José de Lorena, que o açúcar transformou a vida econômica do paulista. (...) A partir de Melo Castro e Mendonça, o açúcar vai adquirindo importância sempre maior, transformando-se num dos fatores do progresso pelo qual a capitania, depois província de São Paulo, passou na primeira metade do século XIX" (Petrone, 1968: 12-15).

35 "A população do litoral Norte estava acostumada a exportar seus produtos diretamente para o Rio de Janeiro, onde eram facilmente vendidos, e onde os preços eram favoráveis. (...) Dessa maneira, com o correr do tempo, a cultura da cana no litoral Norte foi perdendo sua importância, comparada à que se processou nas áreas de 'serra acima', apesar de ser ali tradicional e de serem as condições ecológicas ainda favoráveis pelo menos a um incremento modesto. A cana-de-açúcar continuou sempre a ser plantada no litoral Norte, mas nunca mais teve tanta importância para a capitania como quando Marcelino Pereira Cleto escreveu sua Memoria (1782). A produção de aguardente será sempre mais importante do que a do açúcar, que em alguns casos vai até desaparecer como aconteceu em Ubatuba" (Petrone, 1968: 27 e 34).

36 "Na realidade, a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro nunca foi grande produtora de açúcar. Já na época do florescimento da cultura da cana no 'quadrilátero', tinha encontrado sua verdadeira vocação no cultivo do café" (Petrone, 1968: 41).

37 "O 'quadrilátero', onde os canaviais se disseminaram mais ou menos densamente por toda parte, era a área mais importante. É ela a responsável pelo 'ciclo do açúcar' que marca uma fase da evolução econômica paulista" (Petrone, 1968: 53).

38 Amplo estudo regionalizado da população e atividades econômicas permitiu aferir a geografia da produção de derivados da cana em São Paulo. Em 1804, a fabricação de açúcar estava pronunciadamente concentrada no oeste paulista (Campinas, Itapeva, Itu, Jundiaí, Mogi-Mirim e Porto Feliz), com 64,7% dos proprietários de engenho, embora o Vale do Paraíba paulista (Areias, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba e São Luís Paraitinga) e litoral (Cananéia, Iguape, Santos e São Sebastião) detivessem percentuais expressivos, 14,4 e 15,4% respectivamente. Para o mesmo ano, a produção de aguardente destacava-se na região da capital (Atibaia, Cotia, Guarulhos, Mogi das Cruzes e São Paulo), com 60,3% dos proprietários de engenho, seguida do litoral, com 21,3%. Em 1829, portanto um quarto de século depois, a fabricação de açúcar estava ainda mais concentrada no oeste paulista, com 82,8%, cabendo ao Vale do Paraíba 10,4%. No caso da aguardente, observou-se a perda da importância das regiões da capital, que detinham 31,0% dos proprietários de engenho, e litoral, com 9,4%, e forte ascensão da participação relativa do Vale do Paraíba, com 49,9% (Luna, 1998: 139).

industriais e crescimento do número de trabalhadores empregados[39]. Assim como no Nordeste, em São Paulo predominou a grande propriedade canavieira, dadas as necessidades de expansão extensiva da produção e de permanente apropriação de recursos naturais utilizados como insumos[40]. No Planalto Paulista, os lavradores de cana, especializados no fornecimento de matéria-prima para os engenhos, eram muito menos freqüentes do que no litoral nordestino. Como no Recôncavo Baiano, os engenhos de São Paulo conviviam, no mesmo espaço geográfico, com unidades voltadas para a produção de alimentos para o mercado interno. Entretanto, a grande propriedade canavieira paulista tendia a desenvolver, concomitantemente, expressivas atividades voltadas para a produção de mantimentos e, dessa forma, dependia em menor escala do recurso ao mercado interno de abastecimento (Petrone, 1968: 58-78).

Assim como nos demais espaços canavieiros orientados para mercados externos, em São Paulo predominavam técnicas agrícolas rudimentares, indutoras da permanente incorporação de novas terras. Normalmente, os ganhos de produção não resultavam de aumento da produtividade da terra ou do trabalho[41]. Como referido, as etapas fundamentais da fabricação de açúcar no Sudeste eram as mesmas das vigentes no Nordeste. Entretanto, no caso de São Paulo, a distância entre o planalto e Santos, porto de exportação, e a decorrente necessidade de vencer longo percurso terrestre em precárias condições de transporte concorria para o rebaixamento da qualidade do açúcar. Outro traço distintivo da produção paulista do planalto frente o Nordeste era a maior freqüência de unidades especializadas no fabrico de aguardente ou da elaboração desse derivado nos engenhos açucareiros. Em ambos os casos, preponderava a produção para autoconsumo e/ou atendimento de mercados locais[42]. Do menor porte relativo dos engenhos de São Paulo, resultava produção média inferior à dos engenhos nordestinos, conquanto a produção média dos engenhos paulistas tenha apresentado pronunciado crescimento ao longo do tempo (Petrone, 1968: 85-109).

Ao surgimento e desenvolvimento da grande lavoura comercial, esteve associado pronunciado crescimento da população escrava de São Paulo[43]. Como em todos os demais grandes espaços canavieiros orientados para mercados externos, em São Paulo o desenvolvimento do setor canavieiro estruturou-se na grande propriedade, especialização produtiva e escravidão. As condições de trabalho e existência dos cativos empregados no espaço canavieiro paulista pouco diferiam das vigentes no Nordeste. A superex-

39 "A organização da fazenda em terra obtida por posse ou sesmaria, instalações modestas e pequeno número de escravos teriam possibilitado o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e o acúmulo de capitais que permitiram a expansão dessa atividade. Dessa maneira teriam aumentado a área cultivada e o número de engenhos. O acúmulo de capitais, pela primeira geração que se dedicou à cultura da cana, além de permitir melhoramentos na agroindústria do açúcar, teria possibilitado aos filhos, que eram sempre numerosos, a instalação de novos engenhos em terras, às vezes, ainda adquiridas a título gratuito e, outras, já compradas, com escravos mais numerosos e com instalações melhores. (...) Outras atividades, tais como o comércio, talvez tivessem fornecido algum capital para a economia canavieira. Gente enriquecida com o comércio ou com a arrematação da cobrança de rendas públicas, empregaria seu capital na organização de uma fazenda de cana" (Petrone, 1968: 58-59).

40 "A pequena propriedade não era muito freqüente para a lavoura de cana. Para o sistema de cultura empregado, a pequena fazenda não devia apresentar terras suficientes. Como veremos depois, métodos destrutivos acabavam com as matas, causando a falta de lenha; a ausência de preocupação com a preservação da qualidade do solo tornava o canavial quase itinerante dentro da fazenda, exigindo rotação de terras. O mesmo acontecia com as roças de mantimentos. Dessa maneira, a porcentagem de terras cultivadas com cana ou mantimentos devia ser relativamente pequena, tornando a pequena propriedade menos satisfatória" (Petrone, 1968: 76).

41 "As técnicas agrícolas empregadas na fazenda de cana, em São Paulo, eram das mais primitivas, como acontecia também nas outras áreas canavieiras do Brasil. Mesmo quando a lavoura canavieira em São Paulo alcançou seu maior desenvolvimento, as mesmas técnicas atrasadas e primitivas do começo do ciclo continuaram: derrubada, queimada e cultivo da terra, sem nenhuma preocupação com melhorias para aumentar o rendimento" (Petrone, 1968: 85).

42 "A produção de aguardente também sempre teve bastante importância em São Paulo, devido ao seu grande consumo. Praticamente em todas as fazendas de cana, se produzia, além do açúcar, a aguardente. Às vezes, a produção era pequena, apenas em quantidade suficiente para o consumo interno da fazenda. Havia também plantações de cana, pequenas e grandes, especializadas no fabrico de aguardente. Isso acontecia principalmente no litoral Norte, onde, depois do surto canavieiro em 'serra acima', os senhores de engenho se dedicaram a essa produção" (Petrone, 1968: 105).

43 "Dentro das condições da época, a mão-de-obra escrava e a cultura canavieira eram indissolúveis. Com o crescente interesse pela cultura da cana, aumentou o número de escravos e a sua conseqüente importação. O escravo, com a cultura da cana, torna-se cada vez mais imprescindível aos paulistas que, antes, poucas necessidades tinham do braço escravo" (Petrone, 1968: 110).

ploração do trabalho contribuía para a baixa expectativa de vida dos escravos e em atitudes individuais e coletivas de resistência e rebeldia[44] (Petrone, 1968: 110-125).

Fatores conjunturais internos e externos combinados com variáveis estruturais determinaram a relativa fugacidade do "ciclo do açúcar" paulista e a conversão, na primeira metade do século XIX, da maior parte das lavouras canavieiras em cafeeiras[45]: 1. mercado internacional em que os preços do açúcar apresentavam comportamento geral declinante contra tendência ascendente dos preços do café; 2. expansão da cafeicultura fluminense, Vale do Paraíba acima, atingindo o território paulista ainda na primeira quadra do Oitocentos[46]; 3. plena adaptação da rubiácea às características dos solos e climas do Vale do Paraíba de São Paulo e, especialmente, Planalto Paulista; 4. maior resistência do café às condições adversas do transporte terrestre através de tropas de muares[47]; 5. impossibilidade das atividades agroaçucareiras concorreram por fatores produtivos (terra, trabalho, capital) com a cafeicultura em expansão; 6. progressiva defasagem do padrão técnico dos engenhos paulistas *vis-à-vis* os engenhos dos outros espaços canavieiros voltados para mercados externos; 7. a qualidade inferior dos açúcares paulistas frente os congêneres nordestino e fluminense (Petrone, 1968: 162-165).

Rio de Janeiro

Na primeira metade do século XVIII, a disseminação de engenhos e engenhocas pelo território da capitania do Rio de Janeiro respondeu precipuamente à crescente necessidade de aguardente para o escambo por escravos na África. A formação e rápido desenvolvimento da economia mineradora conformara grande demanda por cativos estimulando o crescimento do comércio de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro[48]. Na segunda metade do Setecentos, com a expansão canavieira na região de

---

44 "O grande número de escravos nos canaviais e as suas condições de trabalho e de vida, que em São Paulo não eram melhores do que nas outras zonas açucareiras, deram origem, não raro, a revoltas. A população livre, nas principais áreas canavieiras, vivia em eterno estado de temor de levantes de escravos dos engenhos e dos quilombos. A grande mortalidade, a escassa reprodução que chamou a atenção de Spix e Martius, são conseqüências das más condições de trabalho e de vida imposta aos escravos nas fazendas de cana. (...) Desde que começou a desenvolver-se a lavoura canavieira e conseqüentemente aumentar o número de escravos, temos notícias de rebeliões de escravos e do aparecimento de numerosos quilombos em toda a zona canavieira. (...) Apesar das revoltas e ameaças, os senhores não mudaram a maneira de tratar os escravos, ferindo seus próprios interesses com a pequena duração de vida do escravo e com uma produção, às vezes, não satisfatória" (Petrone, 1968: 119-120 e 125).

45 "Depois de 1850-1851, temos uma exportação de café sempre maior do que a de açúcar. Essa tendência acentua-se cada vez mais e, em 1854-1855, o açúcar, com 184.049 arrobas e dez libras, excede de pouco os totais de 1816. O café, entretanto, chega no mesmo ano a 773.892 arrobas, tendo duplicado sua exportação num quadriênio. O destino da lavoura canavieira já está decidido, portanto, a partir de 1846-1847, mas torna-se mais patente a começar a segunda metade do século. O 'quadrilátero do açúcar' deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café" (Petrone, 1968: 163).

46 Estudo dos "primórdios da acumulação fundada na atividade cafeeira", entre os anos de 1799 e 1829, em Bananal, localidade paulista do Vale do Paraíba, evidenciou a progressiva passagem de estrutura produtiva assente na policultura de alimentos consorciada com a produção de derivados da cana para a hegemonia do cultivo da rubiácea. O acompanhamento retrospectivo de cafeicultores de 1829 nas três décadas anteriores evidenciou a gradativa perda de importância da produção de derivados da cana e a ascensão da cafeicultura. Em 1818, eram produzidas 2.594 arrobas de café para 5.326 arrobas de açúcar e 1.073 pipas de aguardente. Em 1829, para 47.130 arrobas de café correspondiam apenas 1.300 arrobas de açúcar e 13 pipas de aguardente (Motta e Nozoe, 1994).

47 "A inexistência de um sistema de comunicações satisfatório sempre constituiu empecilho para o comércio de açúcar. Como artigo facilmente perecível, o açúcar perdia para o café que, exposto às intempéries, mesmo em péssimas estradas, dificilmente perdia seu valor comercial" (Petrone, 1968: 164).

48 "O Rio de Janeiro estava firmemente estabelecido como importante região açucareira em fins do século XVIII. A região vinha produzindo açúcar desde o final do século XVI, especialmente nas imediações da Baía de Guanabara, mas no século XVIII a indústria expandiu-se em certa medida devido ao tráfico de escravos de Angola. A aguardente produzida no Rio de Janeiro tornou-se artigo fundamental no comércio com a costa africana, desempenhando o mesmo papel que o fumo baiano no comércio com a Costa da Mina. No século XVIII, a indústria açucareira expandiu-se na região de Campos de Goytacazes, ao norte da cidade do Rio, e em direção ao sul, ao redor de Parati e Angra dos Reis" (Schwartz, 1988: 347).

Campos dos Goytacazes[49], a produção carioca passou a ocupar lugar de destaque nas exportações brasileiras de açúcar. Na passagem do século XVIII para o XIX, o Rio de Janeiro era o segundo maior exportador de açúcar do Brasil, com remessas anuais inferiores apenas às da Bahia, e o primeiro de aguardente, com saídas muito mais expressivas do que as baianas e pernambucanas. Apenas em Pernambuco as exportações de melaço alcançavam volumes significativos.

Tabela 1 – Exportações de açúcar (branco e mascavado), melaço e aguardente de alguns dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1796-1811

Ano	Rio de Janeiro			Bahia			Pernambuco		
	Açúcar (toneladas)	Aguardente (mil litros)	Melaço (mil litros)	Açúcar (toneladas)	Aguardente (mil litros)	Melaço (mil litros)	Açúcar (toneladas)	Aguardente (mil litros)	Melaço (mil litros)
1796	8.103	512	2	17.481	50	3	8.591		4
1797	4.007	393	2	6.344	1		3.635	17	2
1798	14.594	1.247	3	11.383	12	73	5.906		159
1799	9.499	937	11	10.192	226	184	7.310	30	644
1800	4.593	1.219		9.124	102	77	6.420	138	453
1801	18.001	1.663		14.835			10.770	105	
1802	12.894	1.445		9.078			7.329	590	127
1803	9.360	1.780		13.597	1.603	108	5.155	213	351
1804	7.595	890		9.796	343	39	7.972	218	
1805	8.955	1.993		13.631	410		9.742	147	372
1806	11.665	874		13.397	247		10.994	86	172
1807	11.042	2.247		14.301	815		7.118		207
1808	329			1.529	119				
1809	2.275	225		6.967	293		6.208	105	93
1810	3.812	787		4.016	1.070		3.609	602	210
1811	855	1.825		797	698		3.250	1.395	348
Total	127.579	18.037	18	156.470	5.988	484	104.008	3.647	3.142
Média	7.974	1.127	1	9.779	374	30	6.501	228	196

Fonte: Arruda, 1980: 360-361, 375-376, 407-408 e 454-455. Os dados apurados por José Jobson Arruda para o Maranhão, Pará, Paraíba, São Paulo e Ceará não foram reproduzidos por apresentarem-se excessivamente lacunosos.

49 "Habitada inicialmente pelos índios goitacás, a planície fazia parte da capitania de São Tomé, doada em 1536 a Pero de Góis da Silveira. Para dar início à colonização, este donatário mandou vir gado e mudas de cana da capitania de São Vicente, levantando o primeiro engenho, com que contava produzir, já em 1547, 'um par de mil arrobas de açúcar nosso'. (...) Em 1619, a capitania passou para o domínio da Coroa, permanecendo abandonada até que, em 1627, sete capitães que haviam lutado contra os franceses e índios, alguns deles senhores de engenho na Guanabara e Cabo Frio, requereram sesmarias na região para a criação de gado a fim de abastecer os engenhos cariocas. (...) Em 1648, dois remanescentes dos sete capitães, Miguel Aires Maldonado e Antônio Pinto, associaram-se ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá Benevides, e às ordens dos jesuítas e beneditinos para a exploração da capitania. No mesmo ano, Salvador Correia partiu para restaurar Angola, onde permaneceu até 1651. Voltando ao Rio de Janeiro, em 1652, mandou levantar um engenho em Campos dos Goytacazes, com moendas de madeira, tração animal e escravos de suas fazendas no recôncavo do Rio de Janeiro e outros, que trouxera da África. (...) Ainda que, desde 1656, houvesse algumas engenhocas em terras arrendadas, e que jesuítas e beneditinos se dedicassem também à lavoura açucareira, predominava a atividade criatória e a produção de alguns gêneros de subsistência, que eram também exportados para o Rio de Janeiro. (...) E, se inicialmente na capitania predominava a atividade criatória, pouco a pouco desenvolveu-se a cultura da cana-de-açúcar, multiplicando-se o número de engenhos. Em 1737, 34 engenhos pagavam direitos ao Visconde e, quando a capitania foi definitivamente incorporada à Coroa, somavam por volta de 50 estabelecimentos". Para os anos seguintes, Sílvia Lara apurou, com base em diversas fontes, uma série de dados sobre o número de engenhos e volume da produção de derivados da cana dos Campos dos Goytacazes, dos quais foram selecionados os seguintes: 1769, 15 engenhos e 50 engenhocas; 1779, 177 engenhos e 13 engenhocas, com produção de 1.125 toneladas de açúcar e 612 hectolitros de aguardente; 1785, 288 engenhos e 9 engenhocas, com produção de 1.929 toneladas de açúcar e 1.488 hectolitros de aguardente; 1790, 308 engenhos; 1799, 378 engenhos. "Com base nos dados oferecidos pela documentação consultada podemos afirmar que a segunda metade do século XVIII é, seguramente, um período de grande desenvolvimento da cultura açucareira na região, com o número de fábricas multiplicando-se aproximadamente por seis" (Lara, 1988: 127-134).

Crônica de meados do século XVIII sobre o cultivo e transformação da cana-de-açúcar em Minas Gerais apresentou evidência inequívoca de que, no Rio de Janeiro, as relações entre "senhores de engenho" e "lavradores de cana" eram as mesmas que vigoravam no Nordeste. Essa característica comum deve ser considerada como forte indício de que os dois espaços canavieiros se assemelhavam em outros tantos traços estruturais.

> *Não é assim nos povoados – povoados chamamos nós cá, os das Minas, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, etc. Nestas terras, há muitos anos que há engenhos, e cada engenho tem partidos de cana, e tudo são vargas. E há partido que só uma vez se plantou, e a terra sempre o sustenta boa, porque corta-se quando é tempo, que não é sempre. E desbastada a cana, fica aquela terra limpa da cana, só coberta de palha empeçando; bota-se o fogo, e torna a brotar como de novo. É por acaso se se planta alguma falta que tem. Os senhores de engenho são os que menos cana conservam: há partidos de cana que fabricam lavradores de fora e moem a cana nos engenhos, com o negócio que fazem, que ambos ficam bem; engenhos há que dão as terras aos lavradores para estes as fabricarem; e outros lavradores há que são as terras suas. E não podem os engenhos viver sem lavradores, porque os engenhos têm muitas ocupações que fazer com os escravos e não lhes sobra tempo para fabricarem cana que lhes baste para suas fábricas por muitos escravos que tenham* (Costa Matoso, 1999: 771-772).

Também no tocante ao grau de especialização produtiva, os engenhos do Rio de Janeiro assemelhavam-se aos nordestinos. Dados do inquérito agrícola realizado pelo Marquês de Lavradio, em 1778, salientam que "as áreas mais envolvidas com a agroexportação do açúcar, como, por exemplo, o distrito de Campos, eram as que menos produziam alimentos". A pequena produção per capita de alimentos por escravo empregado nos engenhos campistas evidencia que "em relação ao abastecimento, as áreas exportadoras eram caudatárias de regiões não-exportadoras" (Fragoso, 1992: 83-84).

O acelerado desenvolvimento das atividades agroaçucareiras na capitania do Rio de Janeiro, na última quadra do século XVIII e primeira metade da centúria seguinte, estimulou o rápido crescimento da população escrava empregada no setor[50]. Em meados do século XIX, a distribuição geográfica dos engenhos fluminenses reiterava a importância do norte da província como principal zona canavieira, seguido do entorno da Baía de Guanabara. A distribuição dos engenhos da província do Rio de Janeiro em 1852, segundo Sebastião Ferreira Soares, afirmou a pronunciada concentração nos municípios setentrionais (Campos, com 431, e São João da Barra, com 24, respondiam juntos por 57,7% dos engenhos), seguidos pelos municípios adjacentes à Baía de Guanabara (Corte, com 58; Iguassu, 32; Itaboraí, 38; Magé, 3; Maricá, 13; Niterói, 25; e Santo Antônio de Sá, com 11, perfaziam 22,8% dos engenhos). No Vale do Paraíba, litoral sul e comarca de Cabo Frio estavam os 153 engenhos restantes, que totalizavam 19,4% (Lobo, 1978: 265).

Antilhas

> *A análise das condições de produção dos engenhos antilhanos nos anos que decorrem entre 1697 e 1755 e o conhecimento das condições vigentes no Brasil, na mesma época, põem em evidência a unidade do sistema colonial praticado pelas metrópoles produtoras de açúcar. Se é verdade que o engenho, como latifúndio escravocrata, condiciona em grande parte a estrutura social das áreas açucareiras, verifica-se que a semelhança dos processos de trabalho, da organização da produção, prende-se ao sistema colonial. Este conjunto de instituições que dá as linhas diretrizes à produção colonial é o mesmo nos seus*

50 Segundo regionalização econômica para a capitania – depois, província – do Rio de Janeiro, as regiões em que as atividades agroaçucareiras se destacavam apresentavam 31 mil cativos em 1780, 53 mil em 1821 e 102 mil em 1840 (Marcondes, 1995: 19).

> *elementos essenciais na América portuguesa como nas Antilhas. O caráter fundamental da manufatura açucareira nas Antilhas, como no Brasil, é o da produção extensiva para os mercados do exterior, subordinada estreitamente à economia européia, donde resulta sua extrema debilidade. Em ambas as áreas, o engenho se revela como empresa de exploração de um produto tropical de grande valor comercial, graças ao trabalho dos escravos africanos. As diferenças existentes nas duas áreas quanto à técnica de preparo são apenas adaptações necessárias da manufatura às condições do meio natural, das quais está em estreita dependência* (Canabrava, 1981: 245).

Após mais de um século e meio de atividade dos engenhos brasileiros, momento em que estava consolidada a base técnica desenvolvida pelos portugueses[51], assim como equacionados todos os problemas relacionados às estruturas produtiva e mercantil do açúcar, inicia-se a expansão da grande produção comercial de açúcar nas Antilhas. No final do Seiscentos, o espaço canavieiro nordestino apresentava-se solidamente estruturado na especialização produtiva, grande propriedade territorial e escravidão. Da mesma forma, a circulação oceânica e a distribuição do açúcar na Europa encontravam-se consolidadas, em ponto avançado do processo de vulgarização e crescente massificação do consumo do derivado da cana. Nesse contexto e em moldes estruturais definidos no Nordeste do Brasil[52], ingleses e franceses, a partir de conhecimentos difundidos por portugueses e holandeses[53], montaram, sobretudo a partir do final do século XVII, grandes unidades manufatureiras nas ilhas antilhanas[54]. Pouco mais de 50 anos depois, em meados do século XVIII, as colônias inglesas, francesas, holandesas, espanholas e dinamarquesas das Antilhas respondiam, conjuntamente, por quase 85% do açúcar comercializado no mercado internacional.

O último grande movimento de expansão da manufatura do açúcar nas Américas projetou a economia açucareira de Cuba entre os grandes espaços canavieiros do mundo. Embora a produção cubana tenha crescido de forma permanente ao longo da segunda metade do século XVIII[55], foi somente no século XIX que a colônia espanhola assumiu a liderança mundial na fabricação de açúcar. No início da década de 1840, Cuba respondia por quase um quarto da produção mundial de açúcar. Duas décadas depois, os engenhos cubanos perfaziam mais de um terço da produção mundial de açúcar de cana e mais de um quarto da produção total de açúcares (cana e beterraba)[56].

---

51 "Quando se compara o processo de manufatura do açúcar adotado nas Antilhas, com o do Brasil na primeira metade do século XVIII, à luz dos textos de Andreoni, de Labat, de Sloane e de Oldmixon, o fato mais característico apresentado pelo seu desenvolvimento nessas áreas açucareiras é a estabilidade da técnica de feitura" (Canabrava, 1981: 155).

52 "É inegável a semelhança entre as áreas açucareiras na América, seja na vida econômica e social, como na paisagem geográfica, em virtude da produção única do açúcar, da predominância do latifúndio e da escravidão africana" (Canabrava, 1981: 13).

53 "A introdução da cana-de-açúcar nas Antilhas Inglesas e de métodos mais aperfeiçoados de cultivo e preparo de açúcar nas Pequenas Antilhas em geral foi obra de vigorosa iniciativa particular, graças ao concurso de holandeses e portugueses procedentes de Pernambuco" (Canabrava, 1981: 36).

54 "Pela extensão da área territorial dominada pela manufatura açucareira nas ilhas, pelo seu predomínio econômico, pelo que condicionou quanto à estrutura social, enfim, pelo valor comercial da produção, o século XVIII, na história das possessões inglesas e francesas do mar dos Caraíbas, é bem o século da antiga manufatura açucareira. A paisagem rural é dominada pela casa do senhor, senzalas dos negros e edifícios indispensáveis aos trabalhos de preparo do açúcar, que os extensos canaviais circundavam" (Canabrava, 1981: 24-25).

55 "Na realidade, do ponto de vista produtivo, as Antilhas inglesas, francesas, holandesas e dinamarquesas eram ilhas açucareiras. Apenas as Antilhas espanholas e, em especial, Cuba, embora fosse a maior de todas e reunisse as condições ideais para o cultivo da cana, viveram até meados do século XVIII à margem da economia de plantação" (Fraginals, 1988: 3. vol. 1).

56 Em 1861, Cuba produziu 533.800 toneladas de açúcar, o correspondente a 28,2% da produção mundial de açúcares (cana e beterraba) e 36,1% da produção mundial de açúcar de cana (Fraginals, 1988: 348. vol. 2).

Tabela 2 – Comércio internacional de açúcar em 1760 e 1791 e produção açucareira mundial em 1815-19 e 1838-40

Zonas Produtoras	1760		1791		1815-1819*		1838-1842*	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Colônias francesas	80.646	39,3	97.421	36,9	39.279	10,7	84.414	13,1
Colônias inglesas	70.593	34,4	106.193	40,2	173.822	47,4	160.046	24,8
Brasil	34.000	16,6	21.000	7,9	75.000	20,4	82.000	12,7
Colônias holandesas	10.070	4,9	13.500	5,1	8.140	2,2	64.256	10,0
Cuba	5.550	2,7	16.731	6,3	44.734	12,2	150.603	23,4
Colônias dinamarquesas	4.535	2,2	9.429	3,6	26.000	7,1	9.000	1,4
Estados Unidos							51.712	8,0
França (açúcar de beterraba)							30.536	4,7
Alemanha (açúcar de beterraba)							11.688	1,8
Total	205.344	100,0	264.324	100,0	366.975	100,0	644.255	100,0

Fonte: Fraginals, 1988: 37-38 - vol. 1; 170 e 233 - vol. 2.

(*) média.

Economia canavieira mineira, paradigma mercados internos[57]

O contraponto à vastidão da literatura pertinente aos espaços canavieiros voltados para o exterior é a exigüidade dos estudos históricos respeitantes aos espaços canavieiros orientados para o abastecimento de mercados internos. A historiografia brasileira, seduzida pela aparatosa manufatura açucareira, cingida à hegemonia do grande capital mercantil, relegou o estudo da silenciosa produção de derivados da cana responsável pelo provimento das populações do interior e das zonas litorâneas à margem das economias primário-exportadoras. Excetuadas raras incursões em aspectos específicos da temática ou abordagens restritas a espaços locais, a economia canavieira de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX recebeu a atenção de um único pesquisador. Uma longa série de artigos no *Brasil Açucareiro* (1953-1962), longeva revista do Instituto do Açúcar e do Álcool, e posterior sistematização em *A cana-de-açúcar em Minas Gerais* (1963) alçaram Miguel Costa Filho a referência obrigatória para o estudo do setor canavieiro de Minas. A vasta base empírica consultada, a abrangência das questões contempladas e a sensibilidade na proposição de fronteiras de investigação conferem caráter seminal à obra de Costa Filho.

Até o final do século XIX, as atividades agroaçucareiras de Minas Gerais apresentavam pronunciado contraste em relação à produção de açúcar para exportação. Desconcentração espacial da produção, reduzida dimensão média dos engenhos, heterogênea base técnica, variável composição da força de trabalho, ausência de especialização produtiva, complexa agenda agrícola e produção preferencialmente destinada ao autoconsumo e mercados locais são atributos que conferiam identidade ao espaço canavieiro mineiro e contrastavam com as características dos grandes espaços canavieiros exportadores do litoral.

57 A caracterização do espaço canavieiro de Minas Gerais aqui apresentada será retomada na quarta seção, quando vários aspectos apenas delineados nesta subseção serão objeto de estudo incisivo, fundamentado na incorporação de múltiplas evidências empíricas.

Periodização: a persistência da produção tradicional

Miguel Costa Filho propõe segmentação da evolução histórica das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, em quatro períodos. O primeiro caracterizou-se pela fugacidade. Trata-se do curto espaço de tempo entre a implantação do primeiro engenho, por volta de 1705 e 1706, e o surgimento de medida legal com o objetivo de inibir o livre curso do desenvolvimento do nascente setor canavieiro de Minas[58]. O período subseqüente compreendeu pouco mais de uma centúria e caracterizou-se pela ilegalidade da produção de derivados da cana, mormente a aguardente[59]. A abolição das remanescentes restrições ao desenvolvimento de atividades agroaçucareiras inaugurou novo período, que se prolongou até o advento da primeira unidade propriamente industrial[60]. Para Costa Filho, a montagem do primeiro engenho central (1884-1885) fundou período que se estenderia até a contemporaneidade (1963)[61].

Como se intentará demonstrar, o surgimento das primeiras grandes indústrias canavieiras inaugurou longo período de transição. O processo de modernização dos grandes espaços canavieiros do Brasil caracterizou-se por pronunciada assimetria. Nas transformações que se iniciaram na última quadra do século XIX e se prolongaram até meados da centúria seguinte, Minas Gerais distinguiu-se pela relativa lentidão na passagem da produção exclusivamente com base em engenhos para a hegemonia da produção usineira. Em assim sendo, propõe-se que o quarto período de Costa Filho se estenda até 1957, ano em que as usinas superaram, definitivamente, a produção dos engenhos, e sugere-se um quinto período, que alcançaria a atualidade. No quarto período, iniciou-se a desestruturação dos engenhos mineiros, no quinto, a produção tradicional caminhou, a largos passos, para posição estatisticamente irrelevante.

Interiorização da colonização, interiorização da cana-de-açúcar

Nos últimos anos do século XVII e ao longo das primeiras décadas da centúria seguinte, Minas Gerais recebeu expressivo contingente de imigrantes do Reino e de diversos espaços da Colônia. A associação das perspectivas criadas pela rentável mineração em expansão com a crise que projetou na estagnação a produção açucareira, mormente a partir de 1710, ensejou vigorosos fluxos migratórios do litoral, sobretudo nordestino, para o interior. A passagem de trabalhadores dos engenhos para as Minas representou a interiorização dos conhecimentos técnicos essenciais ao estabelecimento de atividades agroaçucareiras nos territórios em processo de ocupação[62].

---

58 "Depois de escoado o tempo em que os moradores das minas, no fim do século XVII e nos primeiros anos do seguinte, tinham de importar açúcar e aguardente das regiões vizinhas, isto é, de São Paulo, da Bahia e do Rio de Janeiro, inicia-se, cerca de 1705, a primeira fase da economia canavieira de Minas Gerais: é o período de sua implantação" (Costa Filho, 1963: 15).

59 "Acreditamos poder identificar uma segunda fase a partir de 1714, quando o governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro toma a primeira providência contra os engenhos de cana ou, mais particularmente, contra os engenhos de aguardente. Essa perseguição a tais engenhos, ora mais ora menos aparente, mas ao que se nos afigura, pouco frutífera, não obstante tantos casos individuais em que se fez sentir duramente, atravessou todo ou quase todo o século XVIII e, ao menos, teoricamente, queremos dizer, na letra da lei, entrou pela centúria seguinte, até que foi liberada a construção de engenhos em todo o Brasil, em 1827" (Costa Filho, 1963: 15).

60 "A fase seguinte ou terceira fase é a da liberdade da indústria e conseqüente e ponderável aumento quantitativo. Não tendo ocorrido em Minas alterações apreciáveis nas práticas agrícolas e na técnica da indústria açucareira durante muitos decênios do regime monárquico, essa nova fase chega até o advento dos engenhos centrais, caracterizando-se principalmente pelo aumento do número de engenhos" (Costa Filho, 1963: 15-16).

61 "A montagem dos engenhos centrais inaugura a fase ou a época mais importante da economia canavieira, marcada por uma verdadeira reforma tecnológica, que se acentua com a transformação dos engenhos de novo tipo em usinas, em virtude do malogro da idéia da completa separação entre o setor agrícola e o setor industrial, a qual visava a defender e estimular os fornecedores de cana, muito dos quais donos de pequenos sítios ou fazendolas" (Costa Filho, 1963: 16).

62 "Pessoas livres e escravos empregados nos serviços agrícolas ou industriais dos engenhos, das lavouras de tabaco, etc. arremetiam ou fugiam para as minas ou, no segundo caso, às vezes eram vendidos aos mineiros; restringiam-se ou desapareciam lavouras, diminuíam as fainas das fábricas de açúcar, e até senhores de engenhos, em dificuldades e endividados, ou dominados pela cobiça abandonavam-nos, na esperança de fazerem fortuna rápida e grossa na loteria das catas, no jogo estonteante dos descobertos" (Costa Filho, 1963: 25).

O abastecimento foi o mais importante problema estrutural da exploração de ouro no interior da Colônia. Na passagem do Seiscentos para o Setecentos, a formação de mercado fortemente urbanizado, concentração dos fatores produtivos nos trabalhos de extração, precariedade dos suprimentos externos e o crescimento demográfico acelerado resultaram em sucessivas crises de abastecimento. A fragilidade do provimento baseado em alimentos importados de outras capitanias e exterior e, principalmente, a percepção de que as atividades agrícolas se constituíam em empresa rentável em conjuntura de grande disponibilidade de metais preciosos, preços elevadíssimos e oferta insuficiente resultaram, já nas primeiras décadas do século XVIII, no surgimento e rápida expansão da agricultura, pecuária e indústria rural em Minas Gerais. Inseridas nesse movimento, as atividades agroaçucareiras estabeleceram-se orientadas para o mercado interno da capitania[63]. Essa direção prioritária da produção dos engenhos mineiros jamais se alterou.

Assim, paralelamente à própria expansão geográfica da extração de ouro e, depois, diamantes, processou-se a disseminação de engenhos e engenhocas de cana pelo território mineiro[64]. Conclui-se que a interiorização do cultivo e transformação da cana-de-açúcar inscreve-se no amplo movimento de ocupação de novos territórios com base na exploração aurífera[65]. Ao longo de todo o período colonial e à revelia de restrições criadas pela Coroa portuguesa, a economia canavieira de Minas Gerais experimentou pronunciado desenvolvimento[66]. Inserida que estava nos quadros do abastecimento das zonas mineradoras, a fabricação de açúcar, rapadura e aguardente apresentou-se como empresa longeva e rentável.

"Fazendas mistas": produção diversificada e espacialmente desconcentrada

Diante de documentação a revelar habitual consorciação da mineração aurífera com a agropecuária e indústria rural, Costa Filho formulou o conceito de "fazenda mista". Entre as atividades associadas com a extração de ouro, era bastante freqüente a produção de derivados da cana[67]. Comuns no século XVIII, essas

63 "Um aspecto importante a assinalar nos magnos acontecimentos da última década do século XVII e primeira do seguinte, dos quais nos temos ocupado, no concernente ao açúcar e a outros produtos dos engenhos, foi a criação de novo ou novos mercados, formando, aliás dentro em breve, em conjunto, o maior mercado da Colônia, nas profundezas do interior, em sertões remotos até onde algum tempo antes nada havia que tivesse nexo com a civilização. (...) O povoamento de Minas Gerais, em conseqüência da descoberta do ouro, na última década da centúria anterior, acarretou, repitamos, a princípio a formação de novos mercados de açúcar e aguardente no interior do Brasil e não tardou a provocar a criação de nova indústria açucareira e aguardenteira a algumas centenas de quilômetros da costa" (Costa Filho, 1963: 79 e 82).

64 "É certo que não tem nenhuma importância a questão da primazia deste ou daquele ponto da terra de Minas na questão do nascimento de sua indústria açucareira. O que importa é saber que, desde algum tempo depois de iniciada a exploração de ouro em grande escala, começaram a brotar aqui e acolá, nas vizinhanças das lavras e catas, engenhos de açúcar, rapadura e aguardente. (...) Atente-se, contudo, desde já, para o fato de que esses dados, aos quais se poderiam juntar muitos outros, provam que a indústria da cana-de-açúcar, iniciando-se relativamente cedo no centro das minas, expandiu-se, irradiou-se, rapidamente, pelo território mineiro, praticamente acompanhando a sua ocupação, o seu povoamento, a disseminação dos primitivos moradores, por todos os lados da capitania" (Costa Filho, 1963: 65 e 77).

65 "A introdução da agroindústria da cana-de-açúcar no território do atual estado de Minas Gerais, a sua rápida propagação, a sua difusão pela região das minas e pelos sertões da capitania, nos primeiros decênios do século XVIII, marcam, pois, uma fase nova na história da economia canavieira da colônia brasílica. Era a interiorização de uma indústria que pouco avançara até então no sentido ocidental, limitada que ficara à zona litorânea ou pouco mais além" (Costa Filho, 1963: 82).

66 Considerada a importância da questão fiscal para o entendimento do evolver da economia canavieira de Minas Gerais, nomeadamente no século XIX, assim como para a necessária contextualização do mais importante conjunto documental compulsado, os Mapas de 1836, destinou-se a subseção 2.1 para o estudo das políticas tributárias respeitantes ao setor canavieiro.

67 O conceito proposto e demonstrado por Miguel Costa Filho foi sobejamente reiterado por inúmeros pesquisadores. Trinta anos depois da publicação de *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*, foram anotadas as seguintes observações: "Raro foi o minerador que ao lado de sua lavra não cultivava também uma roça. Mesmo com '20 escravos com suas bateias e almocrafes', João Vieira Campos não se descurara de estabelecer uma roça no Ribeirão das Abóboras, onde mantinha também um rancho e 'um quintal com suas bananeiras'. Mas é das freguesias à roda da vila, depois Leal Cidade de Mariana, que dispomos dos mais completos exemplos dos sítios de roças, de engenho e de lavras. Os exemplos podem ser à farta garimpados cada vez que se visite um inventário de algum proprietário rural, ou sejam compulsados os livros dos tabelionatos de notas. Nos

unidades produtivas tenderam a progressivamente desaparecer da paisagem econômica de Minas Gerais[68]. Dentre os muitos exemplos apresentados para o Setecentos, ressalta propriedade localizada no norte de Minas. Situada fora da região Mineradora Central, portanto além do principal espaço econômico da capitania, a fazenda mista de Bonifácio Pereira Veloso destacava-se pela diversificação produtiva e alta rentabilidade.

> *Digna de citação, entre outras, era a fazenda de Bonifácio Pereira Veloso, sita no Ribeirão de Itanguá, na comarca de Serro Frio, termo de Minas Novas, a qual se compunha, segundo alegou o proprietário, de toda a espécie de engenhos que havia na terra: engenho de cana, engenho de farinha, engenho de milho, engenho de mandioca, engenho de fazer azeite de mamona, além de um curtume de curtir sola, paiol, casa de telhas, tenda de ferreiro, de carpintaria, estrebaria de cavalos da casa e da tropa, cobertas de telhas. Menciona-se mais um moinho e, entrando em certos pormenores, fala-se em tachos grandes e pequenos e dois alambiques, de cobre, uma tropa de bestas, carros e bois, pomares de toda qualidade de frutas, com muita abundância, roças, canaviais, matos virgens, além das casas de residência, com sobrado, dos proprietários; registram-se também senzalas dos escravos, formando os respectivos terreiros um arraial. Considerada uma das melhores da capitania houve quem oferecesse 90 mil cruzados por essa fazenda, cujo dono, no entanto, a avaliava em 140 mil cruzados. Tendo-a desfrutado o seu feitor, durante quatro anos e oito meses, quando Veloso se encontrava em Lisboa, este lhe pedia 47 mil cruzados pelo seu rendimento. Havia na fazenda lavras e gados, o que mostra que era uma típica fazenda mista, isto é, era ao mesmo tempo agrícola, pecuária e mineral ou agropecuária-industrial* (Costa Filho, 1963: 162-163)[69].

Testamento e inventário do início da última quadra do século XVIII relacionam os bens do coronel Antônio Gonçalves Torres e revelam característico caso de fazenda mista com engenho de cana. Os altos rendimentos de conjunto de propriedades situadas na região Mineradora Central originavam-se da consorciação da mineração com a agricultura, pecuária e indústria rural. O dilatado plantel de escravos e a elevada avaliação dos bens inventariados inseriam o coronel entre as maiores fortunas da capitania.

> *Em seu testamento declarava: "o monte de minha fazenda [dos Gualaxos] se compõe desta em que moro com todos os seus pertences de terras lavradias e minerais, águas metidas, trastes de casa que existir, cria-*

anos iniciais da ocupação das regiões mineradoras centrais, o padrão de propriedade rústica que seria quotidianamente reproduzido já estava assente. Em 1711, o capitão Inácio da Costa Toledo vendera ao mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, por seis arrobas de ouro, '1 engenho moente e corrente, com sua fábrica e terras', 15 reses, 16 cavalos, fornos, canaviais, mandiocais, criações diversas, 41 escravos e as benfeitorias todas: casas, senzalas e as olarias de telhas e louças" (Carrara, 1997: 151).

68 "O que nesse documento se contém, segundo a transcrição feita, significa que a maioria das fazendas estabelecidas em Minas Gerais possuía conjuntamente roças e lavras; eram essas fazendas, simultaneamente, de agricultura e mineração. Os mesmos escravos que mineravam também roçavam e plantavam no devido tempo. Podemos acrescentar, baseado em outros documentos, que fazendas havia em grande número ainda mais complexas, com plantações de feijão, milho e outros 'mantimentos', canaviais, engenho de cana, moinhos, de farinha, fubá, etc., gados e mineração. A essas fazendas que possuíam minas e lavouras ou criações chamamos fazendas mistas. Estabelecidas no século XVIII, desde que a extração do ouro no centro do Brasil provocou a formação de arraiais e povoados sem conta, essas fazendas caracterizaram a paisagem econômica de Minas, assinalando uma diferença nítida com a de outras regiões ou capitanias como as de Pernambuco e Bahia, com os seus engenhos de açúcar e, mais tarde, nos sertões, as suas fazendas de criação e os seus currais (...) É bem de ver, porém, que à medida que decresceu a faina mineradora, já no meado do século XVIII, acentuada no último quartel dessa centúria, e mais ainda e cada vez mais na seguinte, as fazendas mistas realmente típicas da capitania, como aliás das outras que se descobriram, integraram e formaram depois, as de Goiás e Mato Grosso, foram desaparecendo ou perdendo tipicidade, passando a ser exceções, até sumirem completamente" (Costa Filho, 1963: 160 e 164-65).

69 Em abril de 1817, Saint-Hilaire visitou a fazenda de Itanguá, próxima ao arraial de Nossa Senhora da Penha, termo de Minas Novas. Muito provavelmente, trata-se da mesma propriedade referida por Costa Filho, a partir de manuscrito da última quadra do século XVIII. Decorridas algumas décadas, a fazenda de Itanguá parece ter conservado a mesma estrutura produtiva, ainda que o eminente viajante francês não tenha mencionado todas as atividades descritas por Costa Filho, mormente a mineração (Saint-Hilaire, 1975: 198-199).

> *ções, gados, cavalos, bestas muares e escravatura. Como também uma boa roça da outra banda do Rio Piranga abaixo (...) e na mesma uma fazenda e seus pertences que em pagamento de dívida tomei do casal de meu irmão falecido o capitão Domingos Gonçalves Torres compreendendo-se na mesma a metade dos mais bens que ele possuía na fazenda de São Sebastião". Ao invés de um sítio, os inventariantes lançaram a avaliação de uma "fazenda de engenho real (raríssima a portar essa denominação em Minas) de cana em terras de planta e seus canaviais, com [a]lambique, uma caldeira grande, quatro tachas de fazer açúcar, três remunholos, três escumadeiras, um forno de fazer farinha, tudo de cobre, uma tenda de ferreiro, outra de ferrador (...) com sua fábrica de mineirar que consta de duas rodas com seus caixões (...) com todos os mais pertences do engenho, pilões, moinho e seus pertences, roda de mandioca, casa de vivenda com seus pertences e senzalas (...) tudo coberto de telhas". Para o transporte dos frutos das lavouras a fazenda dispunha de quatro carros ferrados e dois carretões. O inventariado possuía ainda a Fazenda dos Oratórios, às margens do Rio Piranga, formada de matos, capoeiras, terras de planta, paiol "e mais coisas adjuntas". A escravatura chegava a 118 escravos, e o monte atingiu a cifra de Rs 37:873.678. No triênio de 1751 a 1753, os dízimos dessa propriedade montaram a 250 oitavas, os mais elevados da freguesia de Furquim no período. Nos dois anos anteriores ao da sua morte, manifestara 190 e 110 barris de cachaça, respectivamente. Em 1776, a produção montou a 157 barris* (Carrara, 1997: 153-154).

No Oitocentos, conquanto a mineração retivesse pouca expressão, a estrutura produtiva das fazendas mineiras permaneceu diversificada. A redução das perspectivas de rentável exploração aurífera seria compensada pelo crescimento de outras atividades. A grande unidade rural do século XIX seguramente era mais complexa do que na centúria anterior. Dentre os setores econômicos que passaram a figurar com maior freqüência nas fazendas de Minas Gerais, destacavam-se a indústria têxtil artesanal doméstica, a siderurgia de pequenas forjas, ampla gama de atividades de beneficiamento e transformação rural e variado universo de atividades manuais e mecânicas. Não obstante, na paisagem rural de Minas, ainda existiam fazendas mistas tal como Costa Filho conceituou. Em 1831, o juiz de paz de Santo Antônio da Tapera, pequeno distrito do município de Vila do Príncipe, informou a existência de engenho de cana em unidade produtiva diversificada. Joze Antonio de Oliveira registrou que a única fábrica de aguardente de seu distrito funcionava apenas metade do ano e que os escravos utilizados na fabricação do derivado da cana também se empregavam na agricultura e mineração.

> *Desta forma asima, se acha devedido em quarteiroens, os fogos*[70] *do Destricto da minha jurisdição; não exestindo no mesmo, Fabricas de qualquer genero, ou coalidades, axsessão de huma de fabricar agoardente de cana, da qual hé Proprietário Antonio de Madureira e Souza em sossiedade com seos Irmans; Esta só trabalha ceis mezes no anno com o numero de Escravos constantes da rellação asima aonde lhe hé aplicavel; sendo estes tão bem devedidos no trabalho da Culctura, e Mineração; e estes sossios são Brazileiros Naturaes deste Curato e Freguezia* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 49, documento 4).

Dos 13 engenhos de cana arrolados, em 1831, na Relação de Fábricas de São Gonçalo do Rio Abaixo, distrito do município de Caeté, dois estavam inseridos em fazenda mista. A localização desses proprietários de engenho nas respectivas lista nominativa, também de 1831, e mapa de 1836, permitiu aferir algumas características adicionais. O português Joze Gonsalves Moreira era proprietário de 105 escravos e de unidade produtiva diversificada em que estavam associadas mineração, agricultura, pecuária e indústria rural. Na sede do distrito, Joze Gonsalves estabelecera casa de negócio que comercializava mercadorias importadas e fazenda seca, além de possuir tropa de muares empregada no comércio com o

70 O termo "fogo" é recorrente em fontes históricas primárias referentes a Minas Gerais, notadamente em documentação de caráter demográfico. Conquanto de difícil conceituação, predomina compreensão do vocábulo "fogo" como sinônimo de domicílio, em acepção definida por unidade espacial de coabitação, e/ou como sinônimo de família, em acepção definida por unidade de parentesco. Entretanto, são bastante incidentes os casos em que a palavra "fogo" designa ou se refere a unidade produtiva ou a unidade de subordinação sócio-econômica, portanto irredutíveis à coabitação e/ou ao parentesco (Paiva, 1996: 57-61).

Rio de Janeiro. A viúva Dona Carlota Pinto Fernandes foi arrolada na lista nominativa como Coleta Ferreira Pinto e no mapa de 1836 como Culeta Antonia Ferreira Pinto. Além de um dos dois engenhos de água de São Gonçalo do Rio Abaixo, era proprietária de 114 cativos e fazenda diversificada em que se combinavam mineração, agricultura, pecuária e indústria rural[71].

O então presidente da província, Manoel Ignacio de Mello e Souza, era, em 1831, proprietário absenteísta de fazenda mista no distrito de Furquim, município de Mariana. Além de empregados em engenho de cana movido a energia hidráulica, os 143 escravos da unidade produtiva trabalhavam na mineração e agricultura[72]. Depreende-se que, na primeira metade do século XIX, ainda eram comuns as fazendas mistas nos antigos espaços da mineração setecentista. Os exemplos coligidos, referentes a distritos da região Mineradora Central, sustentam a longevidade desse tipo de organização produtiva em que à extração mineral estavam articuladas atividades agropecuárias, inclusive a produção de derivados da cana-de-açúcar.

Muito mais abundantes são os casos a ilustrar a associação da fabricação de açúcar, rapadura e aguardente com a agricultura, pecuária e outras atividades de transformação rural, sem a presença da mineração. Francisco de Paula Silveira, juiz de paz de São José do Barroso, distrito do município de Mariana, arrolou, em 1831, sete proprietários de engenho de cana e acrescentou observação sobre o regime de policultura de suas fazendas.

> *Estas Fabricas cada hum destes Agricultores, não se empregão susivivamente, porque trabalhão nas plantas de Milho = Feijão = Arós = Mamono = Algodão = Café = e Fumo, por isso, que não se pode conheser o tempo dos empregados, e quais são; por ser empregarem em hum so tempo, em todas as plantas mencionadas* (Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 2, documento 22).

A propriedade do deputado Custodio Joze Dias, no distrito de São José e Dores, município de Jacuí, caracterizava-se por ampla diversificação produtiva. Além de engenho de cana movido a força hidráulica para fabricação de açúcar e aguardente, engenho de serrar madeiras, engenho de pilões para fazer farinha, moinho para extração de azeite da mamona e olaria para fabricação de telhas e tijolos, sua fazenda possuía tendas de ferreiro e carpinteiro, oficinas de alfaiate e sapateiro e trabalhos de fiação, tecelagem e costura. Os 73 escravos da propriedade distribuíam-se ainda por atividades agrícolas, de transporte e domésticas. Custodio Joze Dias também estava estabelecido com casa de negócio na sede do distrito[73].

Sobejam evidências de que, no século XIX, a produção de derivados da cana estava fortemente consorciada com outras atividades econômicas. Na complexa agenda agrícola da fazenda mineira vigorava regime marcado pela sazonalidade. Conquanto o tamanho das safras canavieiras fosse determinado pela direção da produção, pela expectativa de geração de excedentes destinados a mercados locais ou regionais, a integração de distintas atividades sempre foi traço estrutural do calendário agrícola das fazendas com cultivo e transformação da cana. Em 1831, Manuel Joze Martins da Silva, juiz de paz de Barra Longa, município de Mariana, observou que os 26 engenhos de cana de seu distrito estavam inseridos em unidades produtivas caracterizadas pela consorciação de atividades, bem como salientou o caráter sazonal da fabricação de derivados da cana em Minas Gerais.

> *Estes proprietários alem das Fabricas de Engenhos uzão todos de cultura como he constante nesta Provincia e nella ocupão muito mais tempo do que com os Engenhos e nenhum me deo numero de individuos certo nellas ocupados actualmente, porem conferenciado com alguns asentamos que se devia fazer pouco mais ou menos a tersa parte do anno em moagins, em vista da Relação que cada hum deo de sua Família, e escravos, e mais pessoas livre* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 17, documento 19).

71 Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 12, documento 3 e SPPP1/6, caixa 6, documento 28.

72 Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 17, documento 11 e SPPP1/6, caixa 3, documento 44.

73 Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 14, documento 1 e SPPP1/6, caixa 2, documento 42.

Em Minas Gerais, a monocultura canavieira era praticamente desconhecida antes do século XX. Pode-se dizer que somente com o advento da grande indústria do açúcar e do álcool surgiram as primeiras unidades especializadas no cultivo e transformação da cana. Três fatores, combinados, estavam na base desse longevo e essencial traço a conferir identidade ao espaço canavieiro de Minas, como de resto, provavelmente, a todos os outros espaços canavieiros não orientados para mercados externos: dispersão demográfica ou dos mercados consumidores, limitado desenvolvimento dos transportes e desconcentração da produção. O evolver do processo de ocupação de Minas Gerais caracterizou-se por inicial concentração populacional nos espaços mineradores, seguiu-se progressiva incorporação de espaços contíguos, destinados a atividades voltadas para o abastecimento dos centros de mineração, e, em terceiro momento, vigorosa ampliação da fronteira da agropecuária, notadamente com o declínio da extração aurífera. Na primeira metade do século XIX, a população mineira estava dispersa por vastas extensões territoriais e apenas parcialmente integrada. O ônus dos custos dos transportes conjugado à morosidade dos deslocamentos praticamente inviabilizava a constituição de fluxos mercantis de abastecimento de longa distância. Excetuado o suprimento dos centros urbanos de maior expressão, que respondiam por parcela minoritária da população, os derivados da cana eram consumidos nas próprias unidades produtivas ou alcançavam mercados locais[74]. Até as primeiras décadas do século XX, vigorou quase que perfeita simetria entre as distribuições regionais da população e produção de derivados da cana.

Elevados custos dos transportes, isolamento geográfico, reduzidos custos de montagem de pequenas unidades transformadoras da cana e arraigados hábitos de consumo, mormente de rapadura e aguardente, estimularam ampla disseminação de engenhos e engenhocas pelo território mineiro. Por mais de 200 anos, quase todo o comércio e transportes de Minas Gerais basearam-se em tropas de muares. Os elevados custos incorporados aos gêneros importados, decorrentes do ônus do transporte, constituíam-se no mais eficaz e duradouro fator protecionista para a produção dos engenhos mineiros, assim como para as demais atividades econômicas desenvolvidas em Minas Gerais. Por outro lado, se o transporte em lombo de burro conformava intransponível barreira à penetração da produção dos engenhos do litoral, ao mesmo tempo e na mesma medida, estabelecia limite praticamente incontornável a qualquer pretensão de produção em larga escala dos engenhos mineiros com orientação para mercados externos[75].

---

74 "Aqui se percebe até onde a dificuldade, quando não a falta de transporte, entravava o desenvolvimento econômico da província. A indústria açucareira, por exemplo, tinha de se contentar com produzir para o consumo do próprio município; quando o mercado local se saturava de seus produtos, era forçoso limitar a sua fabricação, fazer outras plantações, isto é, cultivar outras plantas industriais ou alimentícias que teriam o mesmo destino, sofreriam o mesmo restrito ciclo econômico, mal podendo os seus produtos em excesso atingir algum município vizinho" (Costa Filho, 1963: 278).

75 Em 1846, na *Fala dirigida à Assembléia Legislativa* pelo presidente Quintiliano José da Silva, foi observada a estreita relação entre os custos dos transportes e a insularidade da produção de açúcar de Minas Gerais. "Huma das causas que no meu modo de pensar influe poderosamente sobre o atraso da nossa riqueza, he a pouca renda dos capitaes empregados na nossa economia rural, e este grande mal tem a sua origem na imperfeição dos systemas seguidos pelos nossos agricultores, na falta de calculo sobre o genero, em cujo cultivo se devem empregar, e sobre tudo na falta de meios de transporte, o que faz que alguns generos excellentes, que se preparão em Minas, não possão ser levados ao nosso unico mercado, que he a Corte do Imperio, sem gravames taes que os excluão da concorrencia com outros semelhantes, que se fabricão na Provincia do Rio de Janeiro, e em outras Provincias do Brasil. Estas verdades são tão comesinhas, que não precisão demonstrar-se. Do que serve ter o agricultor mineiro as melhores terras, bom número de trabalhadores livres, ou escravos, se os processos por elle seguidos na confeição de seus productos são todos imperfeitos? Que importa mesmo que elle seja caprichoso, e intelligente, se o bom assucar que fizer demanda tantas despezas para ser transportado, que a final absorverá todo o seu custo, e ainda mais? D'aqui vem que a nossa primeira necessidade consiste não só na abertura de boas estradas para a Corte do Imperio, como na cultura de objectos que sendo pouco volumosos, sejão com tudo de grande valor" (Silva, 1846: 16-17). Pouco menos de 30 anos depois, o engenheiro de ferrovias James Wells percebeu a estreita relação entre o isolamento geográfico das propriedades interioranas e a inviabilidade econômica da exportação de excedentes para mercados distantes. "É sempre a mesma história em todo o interior distante do Brasil, não há mercado para nenhuma produção acima da demanda local, exceto por meio de uma longa, cansativa e dispendiosa viagem para o litoral. (...) Entretanto, apesar das ricas matas circundantes, do rico solo e de suas 150 casas de porta e janela, Coração de Jesus está situada tão longe de qualquer mercado compensador que o valor de toda a sua produção supérflua seria necessariamente absorvido em grande parte pelo custo e dificuldade de transporte" (Wells, 1995: 288 e 292 - vol.1).

Diante dos elevados custos dos transportes e desconcentração espacial das atividades agroaçucareiras, somente a existência de espraiada e vigorosa rede urbana poderia ensejar a constituição de fluxos mercantis de média e longa distância, nomeadamente de aguardente e açúcares brutos. No século XVIII, os mercados dos centros mineradores geravam poderosos estímulos à produção de gêneros básicos de abastecimento, entre eles os derivados da cana, e vitalizavam importantes circuitos campo/cidade. Em movimento centrífugo, as atividades econômicas estruturadas na policultura, pecuária e indústria rural foram, gradualmente, comprimindo a fronteira em busca de novas terras. Entretanto, no caso de excedentes destinados ao mercado, o movimento era claramente centrípeto, em demanda dos espaços mineradores especializados, que em geral eram insuficientemente abastecidos pela produção agropecuária vicinal.

A documentação dos postos fiscais internos da capitania é pródiga em registros da circulação de açúcar, rapadura e aguardente. Embora, na maior parte das vezes, o volume não fosse muito expressivo, os derivados da cana figuravam recorrentemente nos quadros das mercadorias que pagavam tributos internos. Tratava-se da produção de espaços econômicos relativamente afastados da região Mineradora Central, geradores de excedentes realizáveis apenas em mercados de média e longa distância (Carrara, 1997: 117-133; Chaves, 1999: 83-161).

Diversidade de padrões técnicos e tendência à estagnação[76]

A inexistência em Minas Gerais de concorrência em torno de preços e qualidade dos derivados da cana – bem como a predominância de produção voltada para autoconsumo ou para mercados locais, visto que as grandes unidades que participavam de comércio inter-regional ou mesmo interprovincial ocupavam posição numericamente secundária – impediu o surgimento da necessidade de regular incorporação de inovações nos equipamentos e técnicas produtivas, ensejando a coexistência de diversos padrões técnicos e confluindo para progressiva estagnação e defasagem ante os espaços canavieiros orientados para mercados externos.

Na produção de autoconsumo, principalmente a de caráter camponês, impunha-se a opção pelo mais reduzido custo de montagem de engenhos e engenhocas. Larga disponibilidade de materiais para a construção das instalações e para a montagem dos equipamentos, reduzido custo da mão-de-obra especializada necessária à confecção das máquinas de moagem e, sobretudo, a possibilidade de irrestrito recurso ao trabalho familiar permitiam que indivíduos de poucas posses se tornassem pequenos produtores de derivados da cana. Excetuado o cobre necessário à confecção de recipientes de cozimento e destilação, todos os materiais empregados na montagem de fábricas de cana tendiam a estar disponíveis àqueles que dominassem os conhecimentos para a montagem das instalações e equipamentos ou que possuíssem algum recurso para remunerar profissionais habilitados[77]. No século XIX, sobretudo em sua segunda metade, a redução dos custos dos transportes e a crescente integração do Brasil a mercados fornecedores de produtos industrializados, que ampliou a oferta e reduziu o preço do cobre importado, permitiu substancial expansão do número de engenhos e engenhocas em Minas Gerais. A pequena produção de derivados da cana sempre foi responsável pela vigência, ou sobrevivência, de padrões técnicos rudimentares e defasados.

---

76 Pormenorizada descrição dos equipamentos e processos técnicos da produção tradicional de derivados da cana-de-açúcar de Minas Gerais será apresentada na subseção 4.2.

77 Com base em documentação fiscal, Miguel Costa Filho reuniu, para o final do século XVIII e início do XIX, significativo volume de evidências da importação de equipamentos para engenhos. Tachos e alambiques de cobre, importados da Europa, foram lançados na documentação dos registros de fronteira com o Rio de Janeiro. "No 'Livro de Entradas' de 1823, existente no Registro do Caminho Novo, fizeram-se diversos lançamentos de pagamento de direitos por 'lambiques de cobre', sendo o primeiro em 7 de julho e o último em 8 de dezembro. Ao todo, entraram 18 alambiques no segundo semestre de 1823. Pontos de Minas para onde foram trazidos: Rio das Mortes, Sabará, Ouro Preto, Serro e outros não mencionados" (Costa Filho, 1963: 219/221).

Os engenhos de maior porte e com padrões técnicos relativamente sofisticados e atualizados habitualmente estavam integrados em grandes fazendas. Nesses casos, a geração de excedentes programados, comercializados em mercados regionais, permitia regular incorporação de inovações técnicas. Entretanto, até o final do Oitocentos, os referidos isolamento geográfico e custos dos transportes inviabilizavam o estabelecimento de competição a estimular o surgimento de diferenciais nos custos de produção. Os melhoramentos técnicos tendiam muito mais a ampliar a capacidade produtiva do que permitir a diferenciação dos preços em função de desníveis nos custos de produção e qualidade dos produtos. Apenas os mercados urbanos de maior expressão, com vigência de cultura material relativamente complexa e sofisticada, assim como hábitos de consumo alimentar mais refinados, eram capazes de sustentar demanda por derivados da cana de qualidade diferenciada.

Entre as engenhocas voltadas para o autoconsumo e as grandes fábricas inseridas em circuitos mercantis de média e longa distância, figuravam os engenhos de porte médio, geradores de excedentes que raramente ultrapassavam mercados locais. Nesses estabelecimentos, prevalecia situação intermediária entre as tendências à defasagem técnica das engenhocas e a da regular incorporação de inovações pelas grandes fábricas. Os engenhos de porte médio combinavam padrões técnicos rudimentares e avançados. De um lado, a inércia imposta pela introversão e infreqüente participação no mercado, de outro, o movimento resultante da extroversão e regular inserção em mercados locais e regionais. Conquanto faltem evidências empíricas a permitir precisa mensuração estatística da importância relativa dessas três modalidades de unidades produtivas com cultivo e transformação da cana, são expressivos os indícios de que os engenhos de porte médio foram numericamente majoritários até, pelo menos, o final do século XIX.

Não obstante tenha reconhecido a exigüidade das "indicações técnicas sobre as fábricas e lavouras" canavieiras de Minas Gerais, Miguel Costa Filho reuniu – com base, sobretudo, em documentos de transferência de imóveis rurais – algumas informações sobre os equipamentos dos engenhos mineiros do século XVIII. A habitual presença de recipientes de cozimento (tachos e tachas) junto a aparelhos para destilação (alambiques) revelou a não-especialização na fabricação de derivado da cana único. Menos freqüentes foram os arrolamentos de utensílios empregados nos processos de limpeza, redução por evaporação e cozimento do caldo da cana (escumadeiras e rominhóis) e recipientes para a armazenagem de aguardente (pipas). A fabricação de melado ou de açúcar bruto na forma de rapaduras era bem mais comum do que a elaboração de "açúcar de fôrma". Nos aprestos de poucos engenhos foram encontrados fôrmas e tendal para a purga de açúcar (Costa Filho, 1963: 123-133).

Dentre as relações dos bens das propriedades examinadas por Costa Filho, destaca-se, mormente pela riqueza descritiva, a referente à fazenda de Santa Ana do Capão Grosso, do capitão Manuel Soares Pereira, vendida em 1782. Como era habitual, a produção de derivados da cana estava consorciada com múltiplas atividades.

> *Existiam nela engenho de cana, de pilões e de moer mandioca, moinho de mamona, moinho de milho, monjolo, paióis, pombal, currais, chiqueiros, árvores de espinho, bananal, casas de vivenda de sobrado, com pomar e todos os mais pertences e logradouros, pastos de criar gados vacum e cavalar, um pasto enfezado ("fezado"), pastos largos, matos virgens, capoeiras e campos (...) descrição dos bens pertencentes à fábrica do engenho: um galeão com nove rodas de levar açúcar ao sol, três caixões grandes de açúcar com repartimentos no meio, um tanque grande que levava 400 barris de cachaça com seus repartimentos, duas pipas grandes para cachaça, uma pequena para mel, três cochos ("coexis") de azedar garapa, um cocho de apurar para açúcar, um cocho de guardar milfeno (milho?) com repartimentos, dois cochos de aparar espumas ("pumas") da caldeira, três cochos de aparar mel que sai das fôrmas, uma caldeira grande que levava 28 ou 30 barris, três tachas grandes da mesma serventia de açúcar, dois alambiques grandes aparelhados, um cocho grande de botar a calda do açúcar, três reminhóis, duas escumadeiras de serventia de açúcar, dez funis dos alambiques, um funil grande de pau, sete foicinhas de cortar cana, uma balança com conchas de pau de pesar açúcar, outra com conchas ("coexos") de cobre de pesar açúcar, com seus pesos de ferro até 16 libras, um ferro de furar fôrmas, um caixão grande de deitar açúcar em tijuco, 20 fôrmas de açúcar que estavam purgando, um canavial grande e muitas socas* (Costa Filho, 1963: 128-129).

Três décadas depois da publicação de *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*, registros cartoriais de transferência de imóveis rurais do século XVIII foram novamente compulsados tencionando o conhecimento das características das propriedades com engenho de cana da comarca do Rio das Velhas (Campos, 1995). Em 1745, na documentação da venda do engenho do Alferes André Francisco Braga a José Telles de Anchieta, apresentou-se rica descrição do equipamento de fábrica com grande capacidade produtiva de açúcar e aguardente. Conquanto as atividades agroaçucareiras ocupassem posição proeminente, tratava-se de fazenda diversificada, muito provavelmente inserida em circuitos de abastecimento de centros mineradores.

> *O engenho era moente e corrente "com quatro juntas de bois e cavalos cazas de vivenda de sobrado cobertas de telhas com payol e senzallas, caza de hospedes, hum lambique que leva vinte e cinco barris, uma caldeira que leva dezanove barris, tres tachos grandes tudo de cobre asentados em huma fornalha, sete pipas de aduellos de ter agoa ardente coatro couxos de azedar, coatro juntas de boys manssos com suas cangas e mais um touro por capar, hum carro ferrado, dois coarteis de cana que poderão dar mil barris cada hum dois coarteis de mandioca, hum tanque feito de (?) para guardar agoa ardente, trinta e oito formas de pau de fazer assucar trinta de barro coatro cabeças de porcos, oito ovelhas, hum pilão de sucar milho com roda de mandioca que rela com a mesma agoa, tres masseiras grandes fornos de cobre, hum caixão grande de deitar farinha e assim mais trezentos barris de agoa ardente da terra feita que se acha no tanque de maquiné" Foi vendida tambem 1 roça nas Macaúbas com uma casa de farinha coberta de telha com roda e prensa, 1 forno grande de cobre, 1 tacho grande e outro mais pequeno, 1 paiol de guardar milho coberto de telha, com sua cozinha de sobrado, com milho no campo já vingado que poderia dar mil alqueires, 1 feijoal no campo que poderia dar 90 alqueires, 4 quartéis de mandioca. A venda inclui, ainda, 7 machados, 16 foices, 20 enxadas, 9 cavalos com suas cangalhas, 1 alavanca de ferro, 1 serradeira, 3 catres rasos, 6 tamboretes pequenos, 2 caixões grandes de deitar açúcar, 1 tulha grande de guardar farinha, 2 espingardas compridas, 1 bacamarte curto, 1 par de pistolas, 1 bufete, 2 gamelas, 1 prensa, 1 frasqueira com 10 frascos, 2 caixões com suas coberturas, 1 canastra de couro, 32 escravos, 20 corpos de barris, 1 morada de casas, 2 caixões grandes de farinha* (Campos, 1995: 227-228).

As escrituras de compra/venda são pródigas na demonstração da consorciação da produção de derivados da cana com outras atividades. Policultura e pecuária combinavam-se com variegada indústria rural e definiam, ainda na primeira metade do século XVIII, longevos traços estruturais do setor canavieiro de Minas Gerais. Em 1750, Antônio Barbosa de Magalhães Coelho vendeu unidade produtiva com engenho a Lucianno José da Silva e Souza e seu irmão Francisco Soares Barbosa. A presença de capela e seus pertences indiciavam a importância da propriedade. A associação da mineração com a agricultura, pecuária e indústria rural conferia-lhe o caráter de fazenda mista.

> *Constava de "huma fazenda de Ingenho moente e corrente de moer cana com todos os seus preparos e aviamentos necessários todo coberto de telha, dous lambiques de cobre hum grande e outro mais piqueno, tres tachos de cobre de fazer assucar hum tacho de cobre remonholo e escumadira, e dous fonis, hua roda de rellar mandioca chapiada de cobre hum forno de cobre de torrar farinha, e coatro pipas grandes com arcos de ferro, tres couxos para a garapa hum couxo para guardar feijão hua capella da vocação da Santíssima Trindade (...) hum paiol grande coberto de telha soalhado mitade com coatro tulhas dous cateres e hum cortinado tres tamboretes huma caixa hums bancos e hua meza tres colxas coatro colxoens toalhas de meza duas de algodão guimaraens e tres de mãos coatro espingardas duas bacias de barba hua de arame outra de estanho com seu jarro do mesmo hua chicolateria de cobre e hum bulle coatro pratos de estanho grandes duas duzias de pratos razos e fundos, hum talher de estanho seis pratos da India oyto colheres e onze garfos de cobre hua bacia de arame de urinar hum tronco e hua corrente de ferro, duas canoas hua serra brassal, huma de mão e os mais preparos de ferramenta de carapina que se achar, hua tenda de ferreiro com sua safra e bigorna e torno e todos os mais aviamentos do officio de ferreiro. Huma bomba e roda de tirar ouro com cayxam e corrente e todos os seus aprestos (...) todo o gado vacum asim mansso como de campo que se achar tirando porem o dito comprador Luciano José*

da Silva deste o coarto dos bezerros de tres annos a esta digo annos que findarão em trinta de agosto de mil setecentos e corenta e nove que lhe pertenssem por ser criador no dito tempo como também os caballos que se achão na dita fazenda que são tres ou coatro duas sellas jeronimas e os freyos que se acharem como também as cangalhas e bruacas que se acharem e todo o milho e feijão e todas a plantas que se achão na fazenda". A venda incluía 21 escravos, entre eles alguns ainda crianças (Campos, 1995: 232-233).

Quase um quarto de século depois, outra fazenda economicamente diversificada era escriturada no Cartório do Primeiro Ofício de Notas da comarca do Rio das Velhas. A fabricação de derivados da cana convivia com distintas atividades de beneficiamento e transformação rural, pequenas criações, oficinas de carpinteiro, ferreiro, ferrador e telheiro. A presença de bateias na descrição dos bens evidencia tratar-se de fazenda mista.

Constava de "cazas de vivenda de tres lages, engenho de cana que moe com bois, engenho de pilões com roda de mandioca e prensa, moinho com sua maceira e picões, dois paóis, uma casa com dois quartos, mais outra casa com dois quartos, tudo isto coberto de telha". As senzalas eram cobertas de capim. Havia na dita propriedade 400 alqueires de milho no paiol, 25 alqueires de milho para colher e mamona por entre ele, 5 alqueires de feijão para colher, 1 quartel de mandioca que se estava desfazendo, outro quartel plantado, 1 forno de fazer telha, 6 juntas de bois, 6 cavalos, porcos e galinhas que se achassem, 70 barris de aguardente no tanque, 2 carros, 1 carretão velho, 5 cangas e seus aparelhos, 8 cangalhas aparelhadas, 6 pares de bruacas e outras ditas velhas, 3 carros de bois, 3 toldos de encerado para suar o açúcar. Os aprestos de cobre somavam 21 arrobas: 1 forno de farinha, 1 tacho grande de azeite, 1 caldeira, 2 tachas, 1 alambique, 4 tachos pequenos, 1 copo de cobre, 1 coco do mesmo, 1 "xicollateira". Foram encontrados também os seguintes utensílios: 70 fôrmas de purgar açúcar, 3 remunhóis, 2 escumadeiras, 2 esfriadeiras, 10 cochos do mel, garapa e milho, 1 pipa de cocho de guardar água fraca, 1 masseira de peneirar fubá, 1 tulha de quardar feijão, outra de arroz, outra de mamona, todos assoalhados, 1 caixão para farinha, outro de açúcar, 1 tronco, 1 tanque de botar aguardente, 14 cascos de barris, 8 gamelas, 5 bateias, 1 balança de pau, outra dita de pesar ouro com peso de meia libra, 2 grades de fazer telha, 1 eixó goucha, 1 martelo, 1 serra de mão, outra serra braçal com sua limatão, puxavante, torquês, 1 bigorna pequena, 1 martelo de ferrar, 3 dúzias de taboado de madeira para fazer roda nova, 2 alavancas, 15 foices, 16 enxadas. A fazenda possuía 18 escravos. O quintal possuía horta, árvores de espinho, bananal (Campos, 1995: 233-234).

Como nos demais espaços canavieiros, em Minas Gerais prevaleciam técnicas agrícolas rudimentares e exploração não sustentável dos recursos naturais. Graves impactos ecológicos decorriam da permanente expansão da fronteira agropecuária em detrimento da cobertura vegetal nativa. O desmatamento e incorporação de terras virgens compensavam a ausência de processos de recuperação da fertilidade dos solos, mormente através do recurso à adubação (Costa Filho, 1963: 309-319).

Tema recorrente nos relatos de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no século XIX, as técnicas agrícolas foram objeto de vários registros de Saint-Hilaire. A cobertura dos itinerários de viagem, amplitude das bases de informação diretas e indiretas, agudeza do espírito de observação e volume de anotações conferem posição de destaque aos apontamentos do naturalista francês sobre a temática ambiental, sobretudo o impacto de formas não sustentáveis de utilização dos recursos naturais. Saint-Hilaire, reiteradas vezes, sublinhou o atraso das práticas agrícolas e as conseqüências ecológicas.

Com exceção da província do Rio Grande do Sul, da de Missões e da província Cisplatina, não se fez uso, no Brasil meridional, nem do arado, nem de fertilizantes: todo o sistema de agricultura brasileira é baseado na destruição das florestas, e onde não há matas não existe lavoura. A experiência ensinou

> *aos brasileiros quais as espécies de árvores comuns nas matas que, preparadas para a cultura, dão colheitas mais lucrativas. Quando se faz a escolha de um terreno, não é ele revolvido; contenta-se em cortar, em altura conveniente, as árvores que o cobrem: operação geralmente confiada a escravos, e que a excessiva dureza das madeiras torna muitas vezes extremamente fatigante. É quando passa a estação das chuvas que se abatem as porções de matas que se desejam cultivar; dá-se aos galhos tempo para secar, e ateia-se o fogo antes que as chuvas recomecem. (...) Quando já se fizeram duas colheitas em um solo outrora coberto de matas virgens, deixa-se o terreno repousar um pouco; brotam aí árvores muito mais delgadas que as primeiras, e de natureza completamente diferente; deixam-se estas crescer durante cinco, seis ou sete anos, segundo as regiões; cortam-se, novamente, queimam-se em seguida, e faz-se a plantação nas cinzas. Depois de uma única colheita, deixa-se a terra repousar novamente; novas árvores aí tornam a crescer, e se continua da mesma maneira até que o solo fique inteiramente esgotado. (...) O agricultor, não mais podendo esperar ver nascer árvores sobre o seu terreno, diz que este está definitivamente perdido (é terra acabada); após fazer sete ou oito colheitas em um campo, e às vezes menos, ele o abandona, e queima outras matas, que em breve tem a mesma sorte das precedentes. (...) Desse modo, os agricultores terminam na província das Minas o que começaram os homens que iam à cata do ouro, a funesta destruição das matas. (...) Talvez existam alguns lugares particularmente favorecidos, tais como os arredores de Salgado, às margens do Rio São Francisco, onde mal se deixa repousar a terra, ela produz novamente com grande fecundidade; mas esses terrenos pertencem ao número das raríssimas exceções, e é preferível não citar nenhuma em um esboço que só deve apresentar alguns aspectos principais* (Saint-Hilaire, 1975: 90-93).

Sempre atento às técnicas agrícolas, Saint-Hilaire compendiou os processos agrícolas dos principais cultivos de Minas Gerais. Embora preocupado em registrar, ao longo dos relatos de viagem, as particularidades locais e regionais, as influências do clima, relevo e qualidade dos solos no desenvolvimento da agricultura, Saint-Hilaire nunca deixou de anotar impressão sintética, ou procedimentos e resultados médios válidos para o conjunto de Minas.

> *A cana-de-açúcar, que, dizem, esgota muito a terra, dá mal na encosta dos morros; desenvolve-se melhor nos terrenos planos e um pouco úmidos; e observou-se que ela é menos doce quando nasce em queimada de mata virgem do que quando é plantada na de capoeiras. Antes de se fazer uma plantação de cana, cavam-se longas valas de palmo e meio de profundidade, e deixa-se entre elas uma distância de dois ou três palmos. Nessas valas colocam-se, acerca de dois palmos e meio umas das outras, pedaços de cana com dois ou três nós ou mais, e, em seguida, cobrem-se as estacas com terra. Ao cabo de 15 a 18 meses a cana já está em condições de ser colhida; mas é necessário que, durante esse intervalo, a terra tenha sido sachada quatro ou cinco vezes. Nas regiões vizinhas de Vila Rica, Vila do Príncipe, etc., a cana só se desenvolve geralmente duas vezes, e, em alguns lugares mesmo, não produz mais que uma única. Cortam-na o mais perto possível do pé; em seguida tiram-lhe as folhas e transportam-na à moenda* (Saint-Hilaire, 1975: 107).

Trabalhadores polivalentes, organização artesanal do trabalho

A diversificada estrutura produtiva da fazenda mineira exigia ampla versatilidade dos trabalhadores rurais. Ao contrário dos espaços canavieiros fortemente especializados, os empregados livres e escravos dos engenhos mineiros deveriam estar habilitados para o exercício de múltiplas tarefas. Fora da safra da cana, dividiam-se em ocupações relativamente simples, como as da agricultura e pecuária, bem como em atividades complexas, como as das artes e ofícios. A pronunciada tendência à auto-suficiência da fazenda mineira pressupunha permanente formação profissional dos trabalhadores, nomeadamente dos novos escravos.

Em anúncios de escravos fugidos, publicados em periódicos mineiros da segunda metade do século XIX, eram comuns descrições de múltiplas habilidades ou aptidões profissionais de cativos evadidos de propriedades rurais.

> *Fugio no dia 14 de outubro de 1866 da fazenda da Pedra Branca no districto do Bom Successo, Termo de Oliveira, o escravo Gregorio, com os signaes seguintes: idade de 30 a 40 annos pouco mais ou menos, (...) trabalha bem em vallos, e olaria de telhas, e panelas de barro, sabe lavrar, e serrar madeiras, ajudante de ferreiro, tem costume de lidar com animaes, é carreiro e trabalha em fumo e todo o serviço de lavoura; (...) Quem o prender e levalo a casa de seu senhor abaixo asignado, ou der noticia certa será generozamente gratificado (...) Jose Carlos de Souza Candido* (Hemeroteca Pública Estadual, JOP 5, Constitucional, Ouro Preto, 1867, nº 25).

> *500$000 – ESCRAVO FUGIDO EM 27 DE AGOSTO DE 1882: Manoel, preto, natural de S. Francisco do Glória (Muriahé), 35 annos de idade, (...) Lavra e serra madeira, faz vallos, é carreiro, é prático e desembaraçado para qualquer serviço de lavoura, e sabe lidar com animaes. (...) Será gratificado com 500$000 quem o prender e levar á seu senhor, Dr. João Chrysòstomo Leopoldino de Magalhães, residente em S. Paulo do Muriahé* (Hemeroteca Pública Estadual, JOP 52, A Província de Minas, Ouro Preto, 1882, nº 118).

> *No dia 17 de Janeiro do corrente anno fugirão do abaixo assignado, de sua fazenda da Cachoeira, Freguezia de Barra Longa, os escravos seguintes: (...) Manoel, de côr fulla, 30 annos mais ou menos, com os seguintes signaes: estatura regular, bastante cheio de corpo, braços grossos, cabello corrido e costuma se pentear; tem bons dentes, pés regulares, trabalha de carpinteiro, ferreiro e é roceiro; (...) Quem deles dar noticias, ou prender em qualquer cadêa, ou entregar ao abaixo assignado em sua fazenda será bem gratificado. Fazenda da Cachoeira, freguezia da Barra Longa, 26 de Janeiro de 1884. Augusto Cezar de Oliveira Gomes* (Hemeroteca Pública Estadual, JOP 53, A Província de Minas, Ouro Preto, 1884, nº 191).

Anúncio do final da década de 1860 apresenta caso inequívoco da associação do fabrico de derivados da cana com o exercício de múltiplas outras atividades. Bernardino, escravo com eclética formação profissional, trazia, no próprio corpo, sinal de seu envolvimento com atividades agroaçucareiras. Além da moagem de cana, habilitara-se para o exercício de atividades agrícolas, incluindo o combate a formigas e derrubamento de matos, trabalhos em tropa, inclusive a ferração e atalhamento de animais, e serragem de madeira.

> *ESCRAVO FUGIDO: A 4 de Fevereiro de 1867 evadio-se da fazenda de S. João do Monte Alegre no Itabapuana, de Jacob Furtado de Mendonça o seu escravo Bernardino pardo, idade 38 annos, cheio de corpo, cabeça e corpo grandes, nariz regular, olhos pequenos, e tem o sestro quando está conversando virar os olhos como vêsgo, boca regular, bons dentes e um da frente de cima lascado, bastante barba; tem na phalange do dedo do meio da mão direita uma tortura occazionada de o moer no engenho, e na esquerda teve um panoriclo no dedo index que cahio a ponta, ficando a unha rombuda: he tropeiro, ferra, e atalha e sabe muito bem lidar com tropa, serra madeira, tira formigas, e he bom no serviço de rossa e bom derribador; uza de cachimbo. Quem delle der noticia certa ou levar á dita fazenda ou na Provincia de Minas na do Capitão José Rodrigues Lages no porto de S. Antonio, será bem gratificado, alem de pagar-se qualquer despêza* (Hemeroteca Pública Estadual, JOP 42, O Liberal de Minas, Ouro Preto, 1868, nº 49).

Nas unidades de produção com engenho de cana de Minas Gerais, a diversificação produtiva, consorciação de múltiplas atividades em complexo calendário agrícola, produção sazonal, longa entressafra canavieira e trabalhadores com eclética formação profissional eram traços que obstaculizavam a especialização e conformavam a superposição de divisões técnica e profissional do trabalho. Nos engenhos de

cana, predominava organização artesanal do trabalho, consoante a estrita dependência da capacidade individual e habilidades de polivalente trabalhador. Ao contrário dos espaços canavieiros voltados para mercados externos, em Minas a produção em base manufatureira somente poderia vigorar em minoritários grandes engenhos que se distinguiam por ocupar posição central em unidades produtivas diversificadas, assim como apresentar safras longas e programada destinação mercantil da produção.

No distrito de Nossa Senhora da Aparecida de Córregos, município de Vila do Príncipe, as atividades agroaçucareiras ocupavam posição secundária nas unidades produtivas, os engenhos não deveriam ser de grande porte, as safras eram curtas e reduzido número de trabalhadores, livres e escravos, empregava-se na fabricação de derivados da cana. Nesses engenhos, provavelmente, o trabalho organizava-se em bases artesanais.

> *Ha mais seis ingenhocas demuer canas com Bois em que fazem Rapaduras,e algum Assucar emalguns Mezes do anno, em que impregão os seus escravos, ou filhos. Não sedeclararão seus nomes narelação dos habitantes porser amaior labutação dos taes Proprietários na lavoura deroça, eplanta demantimentos. Nos moages seimpregão 4 a 6 escravos ou filhos* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 49, documento 10).

O alferes Francisco Luis Soares, proprietário de fazenda no distrito de Nossa Senhora da Saúde, município de Mariana, foi arrolado no Censo de 1831-32 como "fazendeiro, juiz de paz, engenho de cana e de socar". Além do cônjuge e três filhos menores de 10 anos, no fogo do alferes foram relacionados 3 mulheres livres e 33 escravos. Caso único nas listas nominativas de 1831-32 – que em geral apresentam elevado percentual de omissão da informação de ocupação para escravos –, para os cativos empregados no engenho de Francisco Luis Soares foram discriminadas funções específicas. Além de sete "roceiros" e sete "carreiros" foram arrolados quatro "moedores", dois "fornalheiros" e um "lambiqueiro". Dos 23 escravos do sexo masculino, apenas dois não estavam engajados em atividades diretamente associadas à produção de derivados da cana: um hortelão idoso e uma criança de menos de 1 ano de idade. As dez mulheres cativas distribuíam-se em atividades domésticas, incluindo a fiação e costura. Depreende-se que a especialização de parte dos escravos e a ausência de referência a outras atividades são fortes indícios da centralidade do cultivo e transformação da cana. Nesse engenho provavelmente o trabalho organizava-se em bases semimanufatureiras[78].

Outros espaços canavieiros orientados para mercados internos

O paradigma mineiro ou a produção de derivados da cana para o atendimento de mercados internos progressivamente foi se constituindo na forma espacialmente majoritária do Brasil setecentista. No Oitocentos, depois de um século de interiorização da cana, a produção de açúcar assente no latifúndio escravista monocultor e destinada a mercados externos respondia por parcela espacialmente menor do setor canavieiro brasileiro. À forte concentração espacial típica do litoral agroexportador, correspondia ampla desconcentração espacial peculiar ao interior voltado para o abastecimento de mercados internos. Considerada a vastíssima extensão territorial em que se espraiavam os engenhos e engenhocas de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e interior do Nordeste, era estreitíssima a faixa litorânea ocupada pelos engenhos do Nordeste, bem como pelos engenhos do baixo Vale do Rio Paraíba do Sul, no norte fluminense, e do Planalto Paulista. No século XIX, o paradigma mineiro era espacialmente hegemônico.

Da similaridade da formação econômica de Goiás e Mato Grosso em relação a Minas Gerais, resultou um mesmo padrão de desenvolvimento das atividades agroaçucareiras nos territórios do Centro-Oeste

78 Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 17, documento 18.

do Brasil[79]. De igual modo, a semelhança entre a formação econômica do interior nordestino e o norte de Minas definiu uma mesma estrutura de desenvolvimento da produção de derivados da cana na imensidão do grande sertão semi-árido[80]. Também se enquadrava no paradigma mineiro a produção orientada para o abastecimento interno do Rio de Janeiro e São Paulo, da mesma maneira que a do extremo norte e sul do Brasil[81].

Também na América espanhola, formaram-se espaços canavieiros orientados para mercados internos. Conquanto determinações geográficas, econômicas e sociais conformassem características peculiares às atividades agroaçucareiras dos países de colonização hispânica, traços estruturais definiam forte semelhança entre os espaços canavieiros latino-americanos desvinculados de mercados externos. O caso venezuelano destaca-se pelas aproximações com Minas Gerais. Histórica destinação para o abastecimento interno, desconcentração espacial dos engenhos, convivência de variados padrões técnicos, assimétrico processo de introdução de inovações nas diversas regiões canavieiras e produção de múltiplos derivados são inequívocos traços de similitude.

> *La caña de azúcar fue junto al tabaco, el cacao, el añil y el café, uno de los rubros agrícolas que constituyeron la base de la economía venezolana desde la segunda mitad del siglo XVIII hasta las primeras décadas del siglo XX. A diferencia de los otros cultivos mencionados, que en distintos momentos fueron punteros de un modelo económico agroexportador, el cultivo y procesamiento de la caña de azúcar estuvo orientado a la satisfacción del consumo local. (...) Como hemos señalado en un trabajo anterior, la introducción de la caña de azúcar en Venezuela ocurrió tempranamente y para finales del siglo XVI es culti-*

79 O desenvolvimento do cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Centro-Oeste brasileiro remonta ao século XVIII e apresenta evolução semelhante, conquanto em escala significativamente menor, ao espaço canavieiro de Minas Gerais. "As minas de Goiás foram o ponto de partida para o povoamento da capitania cuja capital ficava no arraial, hoje cidade histórica de Goiás. Além da mineração, o território, em grande parte uma área de cerrados, foi ocupado por criadores de gado vindos do Vale do São Francisco, que visavam ao abastecimento dos mineradores, e por pequenos produtores agrícolas, que faziam uma agricultura de alimentos. A grande distância do litoral e dos demais pontos povoados do país fez com que aí se desenvolvessem pequenos arraiais com vida própria e modesta, tendo como produtos comerciais apenas o ouro e o gado. Dentre os produtos cultivados nos seus vales úmidos, destacava-se a cana-de-açúcar, que era transformada em açúcar mascavo, em rapadura e em aguardente para o consumo local. Surgiram, desse modo, os primeiros engenhos, verdadeiras engenhocas que se multiplicaram e se mantiveram com uma produção inexpressiva (...) O antigo estado de Mato Grosso tem uma tradição canavieira bem diferente da dos demais estados brasileiros. Ele foi conquistado e povoado em virtude da mineração, o que fez com que a pequena povoação se concentrasse nos pontos onde ocorria o ouro ou diamantes, deixando grandes espaços vazios entre os arraiais. As grandes distâncias eram cobertas em lombos de burros ou em embarcações, o que dificultava o abastecimento e estimulava o desenvolvimento da agricultura de subsistência e da pecuária. Entre os produtos de subsistência, salientava-se o açúcar, daí os pequenos engenhos de madeira e movidos a tração animal, bem diferentes daqueles situados nas áreas de produção para exportação, próximas ao litoral, como os de Pernambuco e da Bahia. Os donos de engenho desenvolviam também outras culturas em suas propriedades, quase sempre muito extensas e adquiridas por meio da doação de sesmarias, e utilizavam a mão-de-obra escrava" (Andrade, 1994: 127-128 e 136-137).

80 "O extermínio das tribos indígenas e o desenvolvimento da cultura do algodão, a partir da segunda metade do século XVIII, provocaram o crescimento da população cearense e o conseqüente desenvolvimento das culturas alimentícias destinadas ao consumo local. Nesse período, procedeu-se à ocupação do Vale do Cariri, com a implantação de engenhos produtores de rapadura e de aguardente que dominaram o mercado devido à distância da costa. No Cariri, na Ibiapaba e em Baturité, a cultura da cana teve muita importância e deu origem a uma sociedade açucareira com características bem diversas daquelas das regiões em que dominava a cultura para a exportação. Nessas áreas, a cana ocupava os trechos que lhe eram mais favoráveis, deixando os outros espaços para as lavouras de subsistência, como a mandioca, o milho e o feijão, para o algodão, uma cultura comercial por excelência. Eram engenhos pequenos onde trabalhavam as famílias dos proprietários, dos agregados e uma pequena quantidade de escravos. Mesmo assim, o açúcar contribuiu para aumentar as diferenças de classe em proporções maiores do que a pecuária ou o algodão, pois, para implantar um engenho, era necessário dispor de algum capital. Os engenhos rapadureiros beneficiavam tanto a cana dos proprietários como a dos que não tinham condições de montar a própria indústria, mesmo modesta e geralmente movida a tração animal" (Andrade, 1994: 116-117).

81 "A cana-de-açúcar foi cultivada em terras catarinenses desde o período colonial, na área de povoamento açoriano, alimentando pequenas engenhocas produtoras de açúcar mascavo e de rapadura. (...) O Rio Grande do Sul não tem uma tradição açucareira, mas possui engenhos e engenhocas desde o período colonial, nos solos situados à retaguarda das restingas, entre as áreas de colonização italiana e alemã de um lado, e açoriana do outro" (Andrade, 1994: 145-146).

vada y procesada en varias regiones del país. A partir de entonces su cultivo se disemina y con él las técnicas de procesamiento o, para ser más exactos, los complejos tecnológicos que incluían los distintos procedimientos practicados durante la secuencia de obtención de azúcar, papelón (derivado semelhante a rapadura), *aguardiente y ron, los derivados que históricamente se fabricaron en los establecimientos cañeros de Venezuela. (...) A lo largo del siglo XIX, los establecimientos cañeros de Venezuela incorporaron los diversos adelantos técnicos que se conocían en la industria azucarera. Sin embargo, estas innovaciones siempre fueron de carácter parcial en lo que respecta a la cadena de producción de derivados de la caña de azúcar. (...) Estos procesos de cambio ocurrieron fundamentalmente en la región centro norte costera de Venezuela, aun cuando en otras regiones del país tuvieran lugar en menor cuantía. Por otra parte, junto al proceso de innovaciones técnicas y a la centralización de la producción en algunos establecimientos, siguieron operando las pequeñas unidades productivas, que utilizaban diversas tecnologías en las que coexistían distintos tipos de maquinarias, diferentes instrumentos y aparatos y variados procedimientos técnicos. Esta variabilidad tecnológica caracterizó tanto al centro del país como a otras regiones en las que históricamente habían prevalecido las unidades de producción de pequeña escala* (Molina, 2000: 304-306 e 315-316).

Síntese dos dois paradigmas de evolução histórica do setor canavieiro do Brasil, séculos XVI a XIX

No quadro a seguir, foram compendiadas as principais características dos dois paradigmas. Trata-se de proposta de sistematização com intuito de ressaltar as diferenças – quando não oposições – entre os atributos fundamentais dos espaços canavieiros do Brasil segundo a orientação da produção.

É provável que os traços imputados ao paradigma agroexportador, mais longevo e com maior projeção historiográfica, pareçam vincados por algum excesso na tentativa de síntese, vulneráveis, portanto, à crítica que ressalte a simplificação das características que lhes foram conferidas. Entretanto, sustenta-se que, para além das variações no tempo e espaço, todos os espaços canavieiros voltados para mercados externos apresentavam os mesmos atributos estruturais. As divergências limitavam-se a aspectos isolados, exceções a confirmar a unidade dos traços fundamentais.

No caso do paradigma mercados internos, vigente de fato apenas a partir do Setecentos e que até o momento despertou pequeno interesse relativo, a predominante tendência da historiografia à percepção reducionista de suas características provavelmente impedirá reparos de monta.

Com estas preliminares, pretende-se ressaltar as inerentes limitações do estabelecimento de propostas de sistematização que abarquem recortes temporais e espaciais amplos, embora se deva reconhecer que a história comparada se constitui em fecundo campo a permitir a demarcação de identidades, por oposição, desde que na análise dos temas ou objetos não se corra o risco de anacronismos históricos.

Como serão salientadas, as pronunciadas diferenças no ritmo e alcance das transformações ocorridas nas atividades agroaçucareiras do Brasil, na última quadra do século XIX e primeira metade do XX, foram, essencialmente, decorrências de evoluções históricas diferenciadas nos séculos XVI a XIX, portanto sintetizáveis no pertencimento aos paradigmas agroexportador ou produção para mercados internos.

Quadro 2 – Principais características dos dois paradigmas de evolução histórica do setor canavieiro do Brasil, séculos XVI a XIX

(continua)

Aspectos	Paradigma agroexportador	Paradigma mercados internos
Abrangência espacial	Zona da Mata do Nordeste, especialmente da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, norte fluminense, planalto e vale do Paraíba paulistas.	Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, agreste e sertão nordestinos, sul fluminense, litoral norte de São Paulo, extremo-norte e sul do Brasil e demais espaços econômicos excetuados os do paradigma agroexportador.
Nível de concentração espacial	Fortemente concentrada. A expansão da cultura e transformação da cana processava-se através da incorporação de novas áreas contíguas. A concentração era essencial às contingências da circulação, às determinações do capital mercantil, que controlava a exportação para mercados externos. A concentração também cumpria a função de nivelamento dos custos dos transportes até os portos exportadores.	Pronunciadamente desconcentrada. A expansão da produção de derivados da cana processava-se em sintonia com o crescimento demográfico e dispersão espacial da população pelo território. A desconcentração da produção era imposição de mercado consumidor espacialmente disperso e fracamente integrado. Os custos dos transportes para a produção interiorana tendiam a inviabilizar a constituição de fluxos mercantis em demanda de mercados distantes, salvo no caso de grandes centros urbanos.
Direção da produção	Mercados europeus. Direcionamento de parte da produção para mercados internos regionais em conjunturas internacionais desfavoráveis.	Autoconsumo e/ou para atendimento de mercados internos locais e regionais. Eventualmente parcela da produção era destinada a mercados externos.
Estrutura fundiária	Latifúndio. Matizada estrutura fundiária no caso das atividades que coexistiam com o engenho na qualidade de fornecedoras de matéria-prima ou no desenvolvimento de atividades complementares e/ou subsidiárias ao complexo canavieiro nuclear.	Estrutura fundiária relativamente desconcentrada. Provável predomínio de pequenas e médias propriedades. Latifúndio numericamente minoritário. A ausência da especialização produtiva dificulta o estabelecimento do grau de determinação do cultivo e transformação da cana na dimensão das propriedades.
Matéria-prima	Monocultura. O engenho tendia a produzir parte, variável no tempo e espaço, da matéria-prima a ser transformada, cabendo a outra parcela a fornecedores especializados no cultivo da cana. As relações entre senhores de engenho e lavradores de cana eram reguladas por múltiplos tipos de contrato.	A policultura era a forma predominante. Praticamente inexistia o fornecedor de matéria-prima. Em geral, a pequena escala de produção obstava a necessidade de suprimento adicional de cana. Entretanto, não deveria ser incomum o empréstimo não oneroso ou o aluguel das instalações industriais a pequenos cultivadores de cana.
Padrão técnico	Tendência à rápida atualização técnica em função da concorrência internacional em torno de preços e qualidade. As inovações técnicas concentravam-se nos pontos de estrangulamento da produção. Propensão para o nivelamento do padrão técnico e para a rápida difusão intra-regional de aperfeiçoamentos e inovações em equipamentos e processos técnicos produtivos. Em longo prazo, tendência à estagnação técnica em função da subordinação das colônias à divisão internacional do trabalho.	Tendência à defasagem técnica em função da praticamente inexistente concorrência em torno de preços e qualidade. Propensão à estagnação das técnicas. Desestímulo à inovação e lenta assimilação de progressos técnicos desenvolvidos externamente. Tendência ao desnivelamento técnico e à convivência de diferenciados padrões técnicos, determinados, em última instância, pela maior ou menor proximidade com relação aos espaços canavieiros tecnicamente mais avançados e/ou pela escala e direção da produção.
Trabalho	O escravismo estava na base das relações sociais de produção. Preponderavam os médios e grandes plantéis de escravo. Pronunciada dependência de regular suprimento de mão-de-obra importada: tráfico internacional de escravos até meados do século XIX; tráfico intra e interprovincial na segunda metade do século XIX. Superexploração do trabalho definida pelo ritmo da produção, jornada de trabalho e forma de subsistência dos trabalhadores. Trabalho livre em determinados estágios da produção: funções especializadas do setor industrial, controle do trabalho escravo e gerência da produção. Maior vigência de trabalho livre e menor dependência de mão-de-obra escrava nas propriedades exclusivamente fornecedoras de matéria-prima.	Menor dependência relativa do trabalho escravo, embora significativo segmento das unidades produtivas com engenho de cana estivesse estruturado no trabalho compulsório. Preponderavam os médios e pequenos plantéis de escravos. Menor dependência relativa de suprimentos externos de mão-de-obra cativa, em realidade de maior vigência da reprodução natural dos escravos. Diversidade das relações sociais de produção. Disseminada presença de produção camponesa, portanto estruturada no trabalho livre familiar e coadjuvada por eventual assalariamento. Provável menor exploração relativa do trabalho em função de ritmo de produção, jornada de trabalho e forma de subsistência dos trabalhadores menos adversas. Trabalho livre em determinados estágios da produção, provavelmente nas funções de controle do trabalho escravo e gerência da produção e em menor medida em funções especializadas do setor industrial.

Quadro 2 – Principais características dos dois paradigmas de evolução histórica do setor canavieiro do Brasil, séculos XVI a XIX

(conclusão)

Aspectos	Paradigma agroexportador	Paradigma mercados internos
Formas produtivas	Manufatura. Trabalho coletivo, cooperação, parcelarização das tarefas, especialização, superposição de variadas formas de divisão do trabalho, linha de produção, organização do espaço de trabalho, parcial alienação com relação ao processo produtivo.	O artesanato era a forma predominante, a manufatura, exceção. Incipientes formas de divisão do trabalho, baixa incidência de especialização, precário disciplinamento do espaço de trabalho, tendência do domínio completo do processo produtivo por parte do trabalhador.
Período da safra	Safras longas. Entressafra limitada aos meses de elevados níveis pluviométricos, decorrência das dificuldades no transporte e qualidade da matéria-prima, bem como na secagem do açúcar.	Larga preponderância de safras curtas e médias. Produção sazonal e geralmente consorciada com outros cultivos, inserida em complexo calendário agrícola. Longa entressafra canavieira.
Derivados	Açúcar. Normalmente com produção de aguardente para autoconsumo, a partir dos resíduos da limpeza do caldo e da purga do açúcar. Expansão da produção do destilado para atendimento de mercados internos em períodos de retração da produção de açúcar para o exterior.	Rapadura e Aguardente. O açúcar era o derivado espacialmente menos incidente e de menor volume de produção. Não eram incomuns as unidades que produziam os três derivados. Predominavam os pequenos e médios engenhos rapadureiros e aguardenteiros. Produção de aguardente a partir do caldo da cana e resíduos da purga.
Escala da produção	Grande escala de produção. A especialização pressupunha a máxima concentração dos fatores de produção na atividade agroaçucareira.	Pequena e média escalas de produção. Mesmo na safra, tarefas mínimas exigidas pelas demais atividades impediam total concentração dos fatores de produção no engenho de cana.
Estrutura de circulação e comercialização da produção	Concentrada no capital mercantil europeu que controlava a circulação e comercialização. Acumulação fundamentalmente exógena. Variável no tempo a rentabilidade para o produtor. Constante a drenagem para o exterior da maior parte do excedente. Inserção em divisão internacional do trabalho que transferia para os transportadores, refinadores e distribuidores do açúcar a maior parte da acumulação.	Desconcentrada, com múltiplas formas de circulação e comercialização. Predomínio da circulação realizada pelo próprio produtor no caso de fluxos de curta e média distâncias e presença ponderável de intermediários, capital mercantil português ou brasileiro, no caso de fluxos de longas distâncias. Complexa e desconcentrada estrutura de comercialização. Acumulação endógena. Provável pequena rentabilidade para produtores, intermediários e comerciantes.
Outras atividades produtivas	Monopólio dos fatores de produção pelo cultivo e transformação da cana-de-açúcar, unidade produtiva especializada. Presença de atividades subsidiárias e/ou complementares ao complexo açucareiro, supridoras, sobretudo, de matéria-prima, combustível e gêneros básicos de abastecimento.	A unidade típica, independente da escala da produção, era economicamente diversificada. Outros cultivos comerciais e de autoconsumo, múltiplas atividades de transformação agrícola, pecuária, siderurgia de pequenas forjas, ofícios manuais e mecânicos, mineração aurífera e extrativismo vegetal eram as principais atividades da típica fazenda mineira.

Fontes: Bibliografia referida.

O processo de modernização do setor canavieiro do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas[82]

Não se pode negar que a agroindústria evoluiu, no período estudado, de um sistema escravista de exploração da terra e da mão-de-obra para um patriarcalismo semicapitalista e, finalmente, para o capitalismo, em sua plenitude, dos dias atuais. Nesse caminhar, os progressos técnicos foram se realizando com implicações sobre a produção do território e sobre as relações de trabalho, provocando a extinção de grupos sociais e a elitização da riqueza; mas, à proporção que a riqueza se concentra e a tecnologia avança, novos problemas vão surgindo e novas implicações abrem perspectivas a novas mudanças. Nota-se como, após a extinção da escravidão legal, foram desaparecendo os agentes que detinham

82 O texto desta parte da subseção 1.1 é versão revista e atualizada de *Persistência do tradicional: o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil* (Godoy, 2001a).

> *algum controle sobre os meios de produção, como os lavradores de cana, os senhores de engenho e, agora, os fornecedores de cana; como os moradores e colonos foram proletarizados e como as usinas, antes propriedade de pessoas físicas, foram se transformando em sociedades anônimas familiares ou de grupos econômicos; como as áreas produtoras, por razões as mais diversas, foram se ampliando ou se transferindo, de acordo com as novas tecnologias agrícolas e com o jogo caprichoso do mercado. Em tudo isso, o Estado desempenhou sempre um papel tutelar, protetor, financiando os empreendimentos empresariais, subsidiando-os, implantando obras de infra-estrutura e reprimindo os movimentos chamados "camponeses" que em alguns momentos puseram em perigo o controle da terra e do homem ligado à lavoura e à indústria. Viu-se, ainda, a iniciativa privada agindo, pressionando o poder público e desenvolvendo iniciativas que lhe eram favoráveis. Assim, chegou-se ao estágio atual, que não é definitivo, que é apenas uma etapa, um processo em curso, e cujo fim não pode ser previsto. A instabilidade do momento atual tem provocado o ressurgimento de relações que se julgavam extintas – é verdade que em áreas periféricas, envelhecidas ou em povoamento –, como a utilização de trabalho sob coação, uma versão moderna da escravidão, e a aspiração do trabalhador rural, de voltar a dispor de pequenas áreas de terra para culturas de subsistência, formas consideradas inteiramente arcaicas mas que sobreviveram, como ideologia, nos meios de empresários e de trabalhadores. Então perguntaríamos: o que é arcaico e o que é moderno?* (Andrade, 1994: 9-10).

A agroindústria canavieira, a mais antiga e importante atividade de transformação rural do Brasil, passou por profunda metamorfose no século XX. Processo iniciado na última quadra da centúria anterior resultou no progressivo estabelecimento de realidade essencialmente nova. A modernização tecnológica esteve na base dessas mudanças, sempre legitimada por ideologia do progresso e comandada pelos grandes capitais agrário, industrial e comercial que controlavam o setor. Nos quadros de transformações políticas que alteraram o perfil do Estado brasileiro e conformaram políticas econômicas baseadas em uma outra estrutura institucional e recursos instrumentais distintos, a incisiva intervenção estatal no setor canavieiro brasileiro, a partir do início do quarto decênio do século XX, pautou-se pelo atendimento de interesses de classe. O Estado foi protagonista de transformações que produziram, para a grande maioria dos produtores e trabalhadores, o aprofundamento de secular processo de expropriação e pauperização. Todavia, a perversão da idéia de moderno, expressa em transformações econômicas e tecnológicas associadas à preservação ou deterioração de estruturas sociais arcaicas, possibilitou a sobrevivência e reprodução do tradicional. Interessava ao capital a manutenção de formas não-capitalistas como meio de ampliar a exploração do trabalho e maximizar o lucro.

Embora se contemple sucintamente o quadro geral da evolução histórica da agroindústria canavieira do Brasil no século XX, confere-se destaque à trajetória da gramínea em Minas Gerais. Como referido, no transcurso dos séculos XVIII e XIX, o cultivo e transformação da cana-de-açúcar em Minas desenvolveram características econômicas, sociais e culturais diferenciadas em relação aos espaços canavieiros do litoral. As distinções – às vezes quase que oposições – entre os paradigmas propostos determinaram, em larga medida, os desenvolvimentos ulteriores das atividades agroaçucareiras do Brasil. Portanto, o ritmo e alcance das transformações processadas no século XX estiveram condicionados pelo evolver dos espaços canavieiros nas centúrias anteriores.

O exame da modernização da agroindústria canavieira do Brasil no século XX será desenvolvido em três partes. Na primeira, objetiva-se a apresentação de síntese das transformações tecnológicas que resultaram na gradual perda de importância do artesanato e da manufatura como formas produtivas e no advento da grande indústria. A progressiva desestruturação de formas não-capitalistas de produção e a instauração da hegemonia do capital industrial monopolista serão focadas, especialmente, através do acompanhamento estatístico da evolução do número de engenhos e usinas. Também se discute a passagem da técnica, como forma predominante de geração de inovações nos equipamentos e processos produtivos, para a preponderância da tecnologia. Avalia-se o aprofundamento do processo de alienação do trabalhador, que atinge seu ponto mais dramático no momen-

to em que a produção industrial se torna forma hegemônica. Ainda serão contemplados fases e ritmos diferenciados da modernização da agroindústria da cana-de-açúcar, distinguindo-se a primeira modernização – da última quadra do século XIX às primeiras décadas do século XX, que atingiu quase exclusivamente os espaços voltados para o mercado externo – da segunda modernização – a partir da década de 1930 estendendo-se até o final do Novecentos, que alcançou praticamente todos os espaços canavieiros.

Na segunda, estuda-se a intervenção estatal na agroindústria da cana-de-açúcar, principalmente a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Examina-se, panoramicamente, as fases da história da autarquia e sua participação no processo de modernização. Perscruta-se a tese da continuidade da subordinação do Estado aos interesses do segmento hegemônico da agroindústria canavieira, especialmente através da análise do caráter conservador das transformações por que passa o setor. Também se enfatiza a importância de ideologia do progresso na legitimação da modernização. Por fim, dedica-se especial atenção às relações do IAA com a produção tradicional.

Na última parte, sintetiza-se o caráter da pequena produção da agropecuária brasileira e suas raízes históricas. Restringido o foco, contempla-se a pequena produção de derivados da cana-de-açúcar de Minas Gerais, suas características no final do século XX e as razões de permanências econômicas, técnicas, sociais e culturais. Aborda-se a sobrevivência do tradicional, notadamente no decurso do exame do alcance da modernização nos diversos espaços canavieiros. Investiga-se o relacionamento destas formas tradicionais com as hegemônicas formas modernas. Discute-se o caráter da modernidade brasileira no campo, suas contradições e limites.

Do artesanato à grande indústria, da técnica à tecnologia: as fases da modernização do setor canavieiro do Brasil

Discussões parlamentares na Assembléia Legislativa Provincial no final da década de 1870 deram início a importantes transformações no setor canavieiro de Minas Gerais. Legisladores e administradores provinciais convencidos da necessidade de modernização das atividades agroaçucareiras mobilizaram-se pelo estabelecimento de "engenhos centrais" em Minas. A decidida cobertura e o patrocínio do poder público, incentivando, subsidiando, financiando e protegendo foram condições essenciais para o surgimento do pioneiro Engenho Central Rio Branco em 1885 e de outras unidades desse tipo nos anos seguintes. Contudo, a experiência dos engenhos centrais em Minas foi efêmera: das cinco unidades estabelecidas, apenas duas sobreviveram e transformaram-se em usinas, as demais duraram poucos anos (Costa Filho, 1963: 357-390). No final do século XIX e início do XX, às tímidas iniciativas de modernização tecnológica em Minas Gerais correspondeu processo muito mais amplo e exitoso em outros espaços canavieiros do Brasil (Shikida, 1992: 59-90).

A modernização do setor era projeto concebido originalmente pelo governo imperial e objetivava o fortalecimento da posição do Brasil no mercado internacional do açúcar. Preconizavam-se mudanças econômicas e manutenção de estrutura social. Através de uma série de benefícios concedidos por lei[82], o Estado estimulou capitais nacionais e estrangeiros à implantação de engenhos centrais.

82 A distribuição dos fundos dos decretos imperiais que subsidiaram os engenhos centrais (1881, 1888 e 1889) revela pronunciada concentração nos espaços canavieiros com produção para mercados externos. Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte e Alagoas perfizeram 88% do capital garantido para 1881, 87% para 1888 e 84% para 1889. Enquanto somente para Pernambuco eram destinados 26,7%, 25,0% e 21,3%, respectivamente, Minas Gerais, com produção direcionada para o atendimento de mercados internos, estava fora da distribuição de 1881, recebeu 0,3% em 1888 e 3,0% em 1889 (Eisenberg, 1977: 115). Os dados confirmam que a primeira fase da modernização do setor, realizada entre o final do século XIX e início do XX e fortemente dependente de subsídios estatais, alcançou preferencialmente os espaços canavieiros voltados para mercados externos.

> *O Estado teve então a idéia de fazer concessões a grupos econômicos que se comprometessem a implantar fábricas mais modernas, utilizando a matéria-prima fornecida por senhores de engenho que desmontassem os seus bangüês. Os engenhos centrais, em tese, não podiam cultivar a cana, mas recebiam financiamento governamental, a juros baixos e com longos prazos de amortização e garantia de lucros sobre o capital empregado; também não podiam utilizar o trabalho escravo. Os senhores de engenho, especializados na produção da cana, podiam usar a força de trabalho escrava e, apesar de terem assumido o compromisso de fornecer as canas aos engenhos centrais, mantinham os seus bangüês em condições de serem ativados* (Andrade, 1994: 155).

A divisão do trabalho proposta pelos engenhos centrais visava à otimização do uso dos fatores produtivos. O agricultor estaria empenhado exclusivamente em investimentos na direção do aumento do rendimento agrícola, o proprietário do engenho central somente se interessaria pela modernização da unidade industrial. Os resultados seriam a redução do preço da matéria-prima e produto de melhor qualidade e mais competitivo. O mercado de trabalho também passaria por mudanças favoráveis aos fornecedores de cana e industriais.

> *Os engenhos centrais também estimulariam uma oferta de mão-de-obra mais barata. A mão-de-obra total demandada pelos agricultores declinaria devido ao número de trabalhadores dispensados pelo engenho e não readmitidos nos canaviais. De modo semelhante, cada proprietário de engenho central empregaria apenas o número suficiente de trabalhadores para a operação de seu engenho. Mais ainda, tanto o agricultor quanto o industrial empregariam parte do dinheiro poupado para promover progressos técnicos, que em muitos casos eram capital-intensivos e poupadores de trabalho. Os trabalhadores postos em ociosidade por estas mudanças passariam a fazer pressão sobre o nível salarial, forçando-os a baixar* (Eisenberg, 1977: 111-112).

Os engenhos centrais deveriam ser a expressão mais acabada da primeira modernização tecnológica da agroindústria da cana-de-açúcar. Essas grandes unidades, equipadas com máquinas modernas e que adotassem processos produtivos avançados, responderiam, como salientado, exclusivamente pela transformação da cana, o cultivo ficaria sob a responsabilidade dos fornecedores. A legislação que regulamentava o estabelecimento e funcionamento dos engenhos centrais, determinando a separação entre os setores agrícola e industrial, também deve ser entendida como tentativa de preservar a situação econômica e social dos proprietários de engenhos descapitalizados, portanto impedidos de investimentos, e/ou politicamente incapazes de beneficiarem-se de concessões e subsídios públicos.

> *Ora, o que se pretendia com o estabelecer na prática a divisão entre a plantação de cana e a fabricação de açúcar era defender o fornecedor da matéria-prima, fixá-lo à terra, garanti-lo na sua posição social, em suma, impedir o seu desaparecimento como classe ou camada social, evitar a decadência, proletarização ou êxodo de muitos rurícolas para as cidades* (Costa Filho, 1963: 389).

A experiência dos engenhos centrais em Minas Gerais teve pequena duração principalmente devido a problemas com o fornecimento de cana. Contudo, a transição para as usinas, a superação dos engenhos centrais, processou-se em todo o Brasil no final do século XIX e início da centúria seguinte.

> *Em razoável fração da literatura sobre este assunto (...) é ponto pacífico a causa principal deste fenômeno, isto é, o fornecimento inconstante de matéria-prima aos engenhos centrais, decorrente da separação entre as atividades agrícola e industrial, foi o fator determinante para o término da era dos engenhos centrais* (Shikida, 1992: 70).

O insucesso dos engenhos centrais fortaleceu a fórmula dos antigos engenhos, agora em escala ampliada, com a usina assumindo a maior parte da produção de matéria-prima e promovendo gradual absorção dos fornecedores independentes.

> *Assim, a usina representava um terceiro estágio de um processo dialético. Do século XVI ao fim do século XIX, os engenhos de cana tradicionais fabricaram açúcar quase exclusivamente com a cana cultivada em suas próprias terras. Então as contradições entre a demanda do mercado e a oferta brasileira exigiram a melhora do produto e a redução dos custos. A solução buscada através da especialização – com a implantação dos engenhos centrais – fracassou e, quase imediatamente, a dependência básica no referente à cana conduziu a nova integração vertical, realizada com a usina fazendo-se proprietária dos próprios canaviais e, gradualmente, absorvendo as plantações independentes. Realmente, a usina era uma reencarnação moderna do engenho tradicional, em escala mais complexa e muito maior* (Eisenberg, 1977: 124).

Os governos provinciais e, depois, estaduais participaram ativamente da primeira modernização da agroindústria canavieira. Durante a República Velha, com a decidida colaboração do Estado, o segmento mais dinâmico dos senhores de engenho mobilizou-se pela implantação de pequenas usinas.

> *Estes proprietários não dispunham de capital para adquirir maior quantidade de terras e por isso passaram a influenciar os proprietários mais pobres, parentes e amigos, a fim de que os mesmos vendessem as suas canas, ou parte das mesmas, às suas usinas. Utilizaram o poder político, sobretudo após a Proclamação da República, que fortaleceu o poder dos estados, para obter dos governos locais uma série de facilidades, ligadas a financiamentos para a construção de usinas e de estradas de ferro e isenções fiscais* (Andrade, 1994: 159).

Como referido, os poucos engenhos centrais mineiros que não tiveram duração efêmera transformaram-se, ainda no final do século XIX, em usinas. Contudo, a modernização das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais processou-se em ritmo muito mais lento do que a dos outros espaços canavieiros do Brasil. Em Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Rio de Janeiro, o tamanho da produção industrial de derivados da cana foi, na maior parte do século XX, muito superior à de Minas Gerais.

Fatores históricos de diversas naturezas determinaram esse descompasso do desenvolvimento das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais com relação aos outros espaços canavieiros do Brasil. Investigação da evolução comparada do setor em Minas e São Paulo constatou que as grandes transformações tecnológicas do final do século XIX e início do século XX – a curta fase dos engenhos centrais e os primórdios das usinas – constituíram momento fundamental a marcar definitivamente a diferenciação da trajetória da agroindústria nos dois estados[83].

Entretanto, são muito mais profundas as raízes históricas do descompasso entre o desenvolvimento industrial do setor em Minas Gerais com relação aos demais grandes espaços canavieiros do Brasil. O pertencimento a um ou outro dos propostos paradigmas para a evolução histórica do setor canavieiro do Brasil determinou múltiplos ritmos de implantação e desenvolvimento da grande indústria da cana-de-açúcar. Como salientado, Minas era o principal representante de paradigma que se distinguia – quando não se opunha – ao paradigma agroexportador. Embora destinando, com alguma regularidade, parte da

---

83 Shikida (1992: 141-145) considerou que diversas foram as razões a explicar essa evolução diferenciada. Condições naturais mais favoráveis (relevo, condições hídricas e térmicas), maior concentração econômica (mercado interno, mercado de trabalho, número e porte das usinas) e institucional, permanência de importante área produtora em São Paulo mesmo com o advento da cafeicultura ("quadrilátero do açúcar"), melhor solução do problema da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (colonos e assalariados em São Paulo, parceria em Minas), grande transferência de recursos da cafeicultura para a montagem de usinas (direcionamento também para a indústria, para o sistema financeiro e para os transportes), forte entrada de imigrantes estrangeiros (mercado de mão-de-obra, mercado consumidor e mercado de terras), ausência da concorrência entre atividades econômicas (em Minas, o café e a pecuária teriam competido com a cana por fatores de produção) e grande favorecimento decorrente das políticas do IAA que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das usinas em detrimento dos engenhos (a produção mineira, no período estudado pelo autor, baseava-se preponderantemente nas unidades tradicionais) são os fatores que determinaram a proeminência da agroindústria paulista em relação à mineira.

produção para mercados internos, o único espaço canavieiro importante de São Paulo apresentava, desde sua implantação na última quadra do Dezoito, estreita similitude com a produção do litoral nordestino e fluminense, portanto pertencia ao paradigma agroexportador.

A história da agroindústria da cana-de-açúcar do Brasil pode ser dividida, do ponto de vista da História da Técnica, em duas fases: a primeira, que se estende do início do século XVI até a última quadra do século XIX, é a do primado da técnica; a segunda, que compreende o final do Oitocentos e prolonga-se até a atualidade, é a do estabelecimento da hegemonia da tecnologia. Dessa forma, estabelece-se relação direta entre a modernização do setor canavieiro, que se realiza, não por coincidência, na segunda fase, e a vigência de nova modalidade de produção e transmissão do conhecimento técnico. A própria idéia de modernização ganha contornos muito mais nítidos, estando intrinsecamente associada a estágio, ou, como propôs Ortega Y Gasset (1963: IX-XL e 73-92), "estádio da técnica".

Antes de tentativa de síntese das características das duas fases, bem como do processo de passagem de uma forma de produção do conhecimento técnico para outra, é necessário definir os dois conceitos. Em *A Tecnologia e o trabalho na história*, Ruy Gama considerou "técnica e tecnologia como categorias distintas".

> *Técnica: conjunto de regras práticas para fazer coisas determinadas, envolvendo a habilidade do executor e transmitidas, verbalmente, pelo exemplo, no uso das mãos, dos instrumentos e ferramentas e das máquinas. Alarga-se freqüentemente o conceito para nele incluir o conjunto dos processos de uma ciência, arte ou ofício, para obtenção de um resultado determinado com o melhor rendimento possível. Tecnologia: estudo e conhecimento científico das operações técnicas ou da técnica. Compreende o estudo sistemático dos instrumentos, das ferramentas e das máquinas empregadas nos diversos ramos da técnica, dos gestos e dos tempos de trabalho e dos custos, dos materiais e da energia empregada. A tecnologia implica na aplicação dos métodos das ciências físicas e naturais e, como assinala (com propriedade, mas não com primazia) Alain Birou, também na comunicação desses conhecimentos pelo ensino técnico* (Gama, 1986: 30-31).

Ao estudar o ensino técnico profissionalizante, conferindo destaque ao caso brasileiro, e dar relevo a suas relações com o trabalho, Ruy Gama procurou demonstrar a estreita ligação entre a expansão de nova forma de produção e transmissão do conhecimento e a desarticulação da forma anterior.

> *Parece-me evidenciada, em seus aspectos essenciais, a vinculação do ensino técnico escolarizado com a superação do sistema corporativo medieval. A escola se propõe a substituir a oficina. A escola profissionalizante gratuita ocupando o espaço deixado pelo aprendizado nas oficinas, pago em dinheiro ou em tempo de "servidão" do aprendiz. É a partir desta escolarização que se abrem os caminhos para o desenvolvimento das técnicas em nível mais alto que o da tradição empírica e da transmissão pessoal e direta do saber fazer. É a partir daí que se pode falar, com propriedade, em tecnologia. Ela começa a se configurar num saber organizado e socializado, aliando a prática das artes antigas com os métodos da ciência moderna; corresponde a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e a novas relações de produção, em formações socioeconômicas determinadas* (Gama, 1986: 166).

Recusando perspectiva internalista para o estudo da História da Ciência, Ruy Gama estabeleceu relação direta entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e a forma de produção e transmissão do conhecimento técnico. Realçou o estreito vínculo da tecnologia com o capitalismo, especialmente em sua fase industrial e monopolista. Ao tratar da realidade brasileira, empolgado por aguda indignação, intentou desconstruir determinadas mistificações ideológicas indutoras de subalternidade e dependência.

> *Todas essas considerações servem, a meu ver, para mostrar o ser da tecnologia – o ser histórico –, que se transformou, na sua vinculação, com os modos de produção, e só integrado a eles tem significações. (...) A tecnologia deve ser entendida em suas relações históricas com a produção, na qual se integra, e com as teorias e métodos que, como ciência que é, aplica e realimenta. (...) A tecnologia, no sentido estrito de ciência da produção ou no sentido amplo que a identifica com o próprio trabalho e seus produtos materiais, não tem fronteiras no sentido de limites que privilegiam um lugar de geração. E nem é preciso adjetivá-la com atenuantes: tecnologia doce, tecnologia intermediária, tecnologia alternativa ou tecnologia adequada. Se entendida como ciência, não se lhe dêem qualificações que não se atribuem a nenhuma das ciências. Se prática, no sentido que se aplica às relações entre o homem e a natureza, também não cabem os adjetivos. Desconfio deles. Parecem querer dizer que chegamos atrasados ao banquete de Malthus, e que devamos por isso ficar com as migalhas. (...) As considerações que já fizemos acerca dos vínculos entre a tecnologia, como integrante das forças produtivas, e as relações de produção, não deixam dúvida de que não creio em independência tecnológica apoiada na exploração brutal do trabalho. Não devem deixar também dúvida de que a questão não é apenas do "discurso tecnológico" e de uma linguagem de venda de tecnologia aos países "em desenvolvimento". Não levamos a semântica a esse nível. Essas coisas têm base real e efetiva no próprio processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, que cria, para dela servir-se, uma linguagem mistificadora* (Gama, 1986: 176-179).

No caso específico da agroindústria da cana-de-açúcar brasileira, pode-se afirmar que, em boa parte do século XX, quase total era a dependência da importação de maquinário dos Estados Unidos e da Europa. É exatamente no espaço canavieiro com melhor perspectiva de modernização, sobretudo em função da disponibilidade de capitais e grande presença de imigrantes estrangeiros, que irá surgir a indústria nacional de equipamentos para usinas (Shikida, 1992: 87-88). Contudo, longo seria o processo de superação da ampla dependência da importação de bens de capital[84].

Importados ou nacionais, os equipamentos e processos técnicos das usinas brasileiras resultavam de pesquisa tecnológica. Eram tributários de transformações iniciadas no princípio do século XIX e que mudaram vertiginosamente a paisagem dos espaços canavieiros que estavam na vanguarda da produção mundial. O vapor havia alterado a matriz energética, um grande número de novos equipamentos complexificara sobremaneira as instalações industriais, a química passara a comandar processos técnicos, a escala de produção agigantara-se. O capital industrial assumira, definitivamente, a hegemonia no processo de acumulação.

Nesse cenário, a técnica estava inexoravelmente condenada a progressiva e irreversível exclusão do processo de geração de inovações. Restavam-lhe os domínios do tradicional, os espaços canavieiros onde o império da tecnologia penetraria tardiamente (Jambeiro, 1973: 157-163). Durante aproximadamente 300 anos, a técnica reinou quase que absoluta, respondendo pela lenta introdução de aperfeiçoamentos e inovações nos engenhos. Eram os tempos do predomínio do capital mercantil. Do século XIX em diante, especialmente a partir de sua segunda metade, a tecnologia acelerou assustadoramente o ritmo das transformações. O capital industrial buscou a maximização da produtividade com a mecanização crescente e a superexploração da força de trabalho das usinas.

A modernização tecnológica da agroindústria da cana-de-açúcar, que resultou na passagem de formas não-capitalistas de produção – artesanato e manufatura – para a hegemonia do capital – grande in-

84 A longeva revista *Brasil Açucareiro*, principal veículo de informação do IAA e editada regularmente durante toda a existência da autarquia, e o *Anuário Açucareiro*, repositório das informações estatísticas produzidas pelo IAA e também com longa vigência, são dois bons exemplos da importância das indústrias estrangeiras no fornecimento de maquinaria para as usinas brasileiras. O volume de anúncios e a variedade de anunciantes, representantes de indústrias estrangeiras de equipamentos, nas páginas das duas publicações oficiais do IAA não deixam dúvidas quanto à origem de parcela expressiva da maquinaria utilizada pelas usinas brasileiras em boa parte do século XX.

dústria –, aprofundou a alienação do trabalhador com relação à percepção e controle do processo de produção. Nos espaços canavieiros do paradigma agroexportador, onde prevaleceu a organização manufatureira da produção, a alienação do trabalhador já era realidade, ao menos parcial, desde o século XVI.

> *A manufatura do açúcar instalada pelos portugueses no Brasil revela, desde o primeiro século da colonização, suas características pioneiras quanto à divisão do trabalho na oficina. Essa forma de trabalho em "cooperação" implicava, desde o início, redução do trabalhador à condição de executor de tarefas simples e repetitivas, de tal sorte que nenhum homem sozinho fazia açúcar. O açúcar é fruto do trabalho coletivo. Essa alienação, tanto em termos de apropriação do fruto do trabalho como em termos da identificação do trabalhador com seu produto é perfeitamente adequada à escravidão. A simplificação das tarefas individuais chegava a tal nível que algumas delas podiam ser exercidas por boçais a cujo significado hoje corrente, de estúpido, se acrescenta, à época, o de negro recém-chegado da África, desconhecedor da língua do país e da disciplina da escravidão. A manufatura estupidificava o trabalho a ponto de este poder ser feito por indivíduos realmente estúpidos ou débeis mentais* (Gama, 1983: 338).

Nos espaços canavieiros do paradigma produção para mercados internos, a forma majoritária de produção, o artesanato, assegurava ao trabalhador a compreensão e controle do processo produtivo. Um mesmo indivíduo elaborava concretamente, ou detinha conhecimento e prática que lhe facultavam o poder de elaborar, rapadura, aguardente e açúcar. Se no Nordeste apenas os "mestres-de-açúcar" estavam habilitados a acompanhar e intervir em todo o processo de transformação (Gama, 1983: 74), em Minas Gerais o típico trabalhador de engenho de cana dominava integralmente todas as fases da produção. Esta importante distinção, articulada com aqueles aspectos sintetizados no cotejo entre os dois paradigmas, não era função de diferenciados padrões técnicos. Embora nos espaços canavieiros voltados para mercados externos, a atualização técnica, através do desenvolvimento ou incorporação de inovações e aperfeiçoamentos em equipamentos e processos industriais, ocorresse mais rapidamente, pode-se dizer que, até meados do século XIX, as operações básicas da fabricação de açúcar em todos os espaços canavieiros do Brasil eram fundamentalmente as mesmas. Por conseguinte, não era a maior ou menor complexidade das etapas industriais do fabrico do açúcar que determinavam a alienação do trabalhador, mas sim, a forma de organização da produção.

O advento da grande indústria, na forma de engenhos centrais e usinas, criou, gradualmente, verdadeiro abismo entre o trabalhador e os conhecimentos que lhe permitiam a compreensão do funcionamento de máquinas e o entendimento dos processos técnicos de fabricação do açúcar. Da mesma forma, a passagem da técnica à tecnologia representou a substituição dos agentes produtores de inovações e aperfeiçoamentos.

> *Enquanto a tecnologia* (técnica) *industrial focalizou-se no mundo visível das artes mecânicas, onde as linhas de causa e efeito constituíam matéria de observação direta, seus progressos tiveram origem inteiramente no trabalho de artesãos que, sem dúvida alguma, foram indivíduos mais imaginativos, engenhosos e persistentes do que a maioria dos seus contemporâneos, mas que em sentido algum se poderia considerar como cientistas cultos. (...) Por volta de 1875, a fronteira da tecnologia industrial do Ocidente começou a mudar do mundo visível de alavancas, engrenagens, mancais, eixos, polias e manivelas para o mundo invisível de átomos, magnetismo, fluxo de eléctrons, ondas eletromagnéticas, indutância, capacitância, ampères, volts, bactérias, vírus e genes. Como conseqüência disso, ocorreu mudança na causa principal dos progressos da tecnologia industrial do Ocidente. As novas fontes passaram a ser a interação entre o trabalho realizado, por um lado, por cientistas puros, funcionando no que equivalia a um setor autônomo próprio, buscando os conhecimentos em si e por si mesmos e financiados por donativos e subsídios não diretamente vinculados a valores econômicos, e, por outro, o trabalho de cientistas industriais que atuavam no setor econômico e eram financiados*

> *na base do valor econômico do que produziam. (...) O sistema de explicação científica baseava-se na postulação de entidades e processos que só podiam ser observados indiretamente, pelos seus efeitos, e compreendidos apenas por cientistas treinados. É importante entender bem por que essas entidades invisíveis da ciência podem ser mais úteis do que o bom senso de mecânicos e artesãos hábeis no desenho e manufatura de produtos industriais. (...) Obrigadas como estavam pelos testes experimentais a demonstrar a existência de suas entidades invisíveis, as explicações científicas provaram ser indicações confiáveis para o desenvolvimento comercial de novos processos e produtos. Ao contrário das invenções sem limites do mito e da fábula, elas não podiam ser ignoradas pelas empresas industriais, exceto ao risco de serem superadas pelas rivais. A compreensão e a aplicação da explicação científica, porém, exigiram anos de treinamento na teologia de um panteão invisível de entidades científicas. Essa exigência profissionalizou a ciência industrial e reduziu o papel da invenção pelo artífice* (Rosenberg, 1986: 258-259).

Desde a última quadra do século XX, nos espaços canavieiros voltados para mercados externos, muito mais acelerado foi o ritmo de substituição dos artífices que concebiam, fabricavam e mantinham os equipamentos dos engenhos por técnicos com formação profissional científica. Mercado externo extremamente competitivo impunha modernização tecnológica e conseqüente deslocamento dos antigos artesãos. Especialmente a partir da década de 1930, carpinteiros, ferreiros, caldeireiros e mecânicos especializados em engenhos de cana sobreviveriam apenas nos espaços canavieiros voltados para mercados internos. O incipiente desenvolvimento industrial brasileiro colocaria o país debaixo de estrutural dependência externa. Demorariam muitas décadas até que a produção de conhecimento científico e sua aplicação tecnológica no Brasil alcançassem posição de relevo no que se refere à agroindústria da cana-de-açúcar nacional (Symrecsányi, 1979).

O exame de apreciável volume de evidências quantitativas referentes à evolução do número de unidades tradicionais e modernas permite descortinar fases e ritmos da modernização do setor canavieiro do Brasil[85]. Os dados estatísticos são bastante esclarecedores de uma série de aspectos fundamentais das transformações que se processaram da última quadra do século XIX ao final da centúria seguinte.

Uma abordagem panorâmica desse universo de dados, principalmente a partir de 1920, sugere quatro períodos mais ou menos distintos: até 1930, predominou a produção dos engenhos, ainda que o processo de modernização estivesse bastante adiantado, principalmente do setor industrial da fabricação de açúcar, e o ritmo de crescimento da produção das usinas fosse muito maior do que o dos engenhos; o segundo período, de 1930 a 1950, foi marcado pela inversão de posições e culminou com a preponderância das usinas, respondendo os engenhos por menos de 20% da produção nacional ao final do período; os próximos 20 anos, de 1950 a 1970, representaram o último momento de expansão da produção artesanal e manufatureira dos engenhos, em cenário de quase que completo domínio do mercado de açúcar por parte da produção industrial das usinas; o último período, que se estendeu até o final do século XX, foi marcado pela aceleração do processo de desestruturação dos engenhos.

---

85 Os dados estatísticos foram recolhidos em uma série de fontes. As informações para o Brasil foram coligidas em: *Anuário Açucareiro*, do IAA, para 1942, 1953-56, 1956-60, 1960-66; *Anuário Estatístico do Brasil*, do IBGE, para 1936, 1937, 1938, 1939-40, 1941-45, 1946, 1947, 1948, 1952, 1957, 1958, 1959, 1960, 1962, 1965, 1970; *Censo Agrícola*, do IBGE, para 1940, 1950,1960; *Censo Agropecuário*, do IBGE, para 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96. Os dados para Minas Gerais foram coligidos em: *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836*, Arquivo Público Mineiro, diversas caixas do fundo Seção Provincial, Presidência da Província, SPPP1/6; inquéritos econômicos municipais referentes a 1851-52, 1855, Arquivo Público Mineiro, diversos códices do fundo Seção Provincial, CSP, especialmente os de números 570, 609, 654 e 956; *Recenseamento de 1920*, Minas Gerais, Agricultura; *Anuário Industrial de Minas Gerais* para 1938-39; *Anuário Estatístico de Minas Gerais* para 1922-25, 1949, 1950, 1952; *Censo Agrícola*, do IBGE, para 1940, 1950, 1960; *Censo Agropecuário*, do IBGE, para 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96.

Além da possibilidade de segmentação em períodos, a análise dos dados estatísticos conduz ao agrupamento dos estados produtores de derivados da cana segundo o ritmo daquelas transformações que resultaram, praticamente, na completa modernização de seus espaços canavieiros. Sinteticamente, podemos distinguir quatro grandes grupos: São Paulo, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro são os principais estados com antiga tradição na produção de derivados da cana-de-açúcar e históricos vínculos com a produção para mercados externos, caracterizando-se por processos relativamente muito mais acelerados de modernização, de expansão da produção e de extinção dos engenhos; Minas Gerais, Goiás e Ceará são os estados expoentes de um grupo que apresenta longeva tradição na cultura e transformação da cana-de-açúcar para atendimento de mercados internos, caracterizando-se por processos de modernização comparativamente mais lentos e/ou tardios, mantendo expressivo número de engenhos por tempo relativamente mais longo; Santa Catarina e Rio Grande do Sul conformam grupo peculiar por apresentarem histórico de envolvimento mais recente com a cultura da cana, grande expansão do número de engenhos no século XX e incipiente modernização das unidades artesanais; um último grupo, onde se destacam Paraná e Mato Grosso do Sul, é constituído por estados com fraca tradição canavieira, com expansão recente da produção industrial usineira e reduzido número de engenhos[86].

De modo geral, os dados disponíveis para Minas Gerais coadunam-se com a periodização sugerida. Contudo, o caso mineiro apresenta traços distintivos importantes. Até onde alcançam as evidências estatísticas, fica clara a posição de destaque de Minas no que se refere ao número de engenhos. Os dados indicam que o número de unidades no território mineiro sempre esteve entre os mais elevados do Brasil e, em alguns momentos, superou a soma dos demais estados.

O cotejo entre o número de engenhos de Pernambuco, o principal exportador de açúcar do Nordeste no século XIX (Eisenberg, 1977: 41), e Minas Gerais, a maior produção para o mercado interno, evidencia pronunciada diferença. Na mais alta estimativa para o período, foram encontradas em Pernambuco 2 mil unidades para 1883 (Eisenberg, 1977: 147). Em Minas Gerais, foram estimados 4.150 engenhos para 1836[87]. Portanto, quase 50 anos antes, o número de unidades em Minas era mais de 100% superior ao de Pernambuco. Em 1914, foram recenseados 2.788 engenhos em Pernambuco, compreendendo "500 plantações que produziam cana para usinas (fornecedores) e 646 engenhos no sertão", incluindo, assim, todas as unidades do estado (Eisenberg, 1977: 147). Dados do *Anuário estatístico de Minas Gerais* para 1923 contabilizaram 32.928 engenhos no estado. Separados por pequeno intervalo de nove anos, os mais remotos dados referentes ao número de unidades no século XX para os dois estados revelam que, em Minas, o número engenhos de cana era mais de 1.000% superior ao de Pernambuco.

Raros e incompletos são os dados estatísticos anteriores ao IAA e ao IBGE, sobretudo aqueles que permitem comparação entre os estados. Além disso, é fundamental considerar, inclusive para os dados mais recentes, os efeitos de sub-representação resultante da clandestinidade em que se encontrava e se encontra boa parte dos produtores, especialmente de aguardente.

Dados dos registros do IAA atestam a franca superioridade numérica de Minas Gerais: em 1941, eram 31.987 engenhos ou 50% do total de engenhos do Brasil; em 1951, os engenhos mineiros de açúcar/rapadura somavam 33.288 ou 50% do total, e os engenhos de aguardente totalizavam 2.229 ou 21%; em 1961, os engenhos de açúcar/rapadura de Minas perfaziam 28.888 ou 48% do total, e os engenhos de aguardente alcançavam 3.169 ou 22%.

Dados do IBGE também evidenciam a posição de destaque de Minas Gerais: em 1950, eram 39.406 engenhos ou 32% do total de engenhos do Brasil; em 1960, Minas somava 33.270 engenhos de açúcar e rapadura ou 37% do total e 2.108 engenhos de aguardente ou 21%; em 1970, os engenhos de açúcar e rapadura mineiros totalizavam 45.854 ou 34% do total, e os engenhos de aguardente perfaziam 1.513 ou

86 O estado da Bahia apresentou evolução diferenciada. Com antiga tradição na cultura e transformação da cana, que remonta ao início do século XVI, e longo histórico de produção para mercados externos, a Bahia passou por modernização relativamente mais lenta do que seus vizinhos ao norte, sobretudo Alagoas e Pernambuco. Ao mesmo tempo, conservou, em especial, no sertão, grande número de engenhos.

87 Os dados referentes à estimativa do número de engenhos para Minas Gerais em 1836 estão na subseção 4.3.

15%; em 1980, foram recenseados em Minas 19.137 engenhos de açúcar e rapadura ou 33% do total e 1.923 engenhos de aguardente ou 26%[88].

Quando focalizado o número de usinas, constata-se que a posição de Minas Gerais no cenário nacional sempre foi de segunda importância. Os registros do IAA corroboram a assertiva: em 1941, as 27 usinas de Minas correspondiam a 8% das usinas do Brasil; em 1951, as 34 usinas mineiras perfaziam 9% do total; em 1961, Minas Gerais possuía 33 usinas ou 9% das unidades do Brasil.

A participação relativa de engenhos e usinas na produção de açúcar talvez seja o principal aspecto a distinguir Minas Gerais de tradicionais grandes estados canavieiros do Brasil – Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. Em nenhum desses estados, a fabricação de açúcares – bruto e rapadura – em engenhos permaneceu por tanto tempo respondendo pela maior parte ou por parte expressiva da produção total como em Minas.

Na safra de 1937-38, os engenhos brasileiros respondiam por somente 35% da produção nacional de açúcares, Minas Gerais detinha 41% dessa produção de açúcares em engenhos e estes eram responsáveis por 85% da produção total do estado. Na safra de 1946-47, os engenhos brasileiros fabricavam apenas 26% dos açúcares, Minas detinha 30% da produção em engenhos, e estes ainda elaboravam 74% dos açúcares mineiros. Já na safra de 1960-61, os engenhos do Brasil forneciam somente 11% da produção nacional de açúcares; em Minas, estavam 25% dessa produção de açúcares de engenho, sendo que no estado 44% da produção ainda eram originários dessas unidades tradicionais. Por fim, na safra de 1970-71, restavam apenas 4% da produção nacional de açúcares nas mãos dos engenheiros de cana, Minas respondia por 33% dessa produção nacional de açúcares em engenho e suas unidades artesanais e semimanufatureiras detinham 24% da produção total do estado.

O estudo dos dados estatísticos de produção, especialmente a posição relativa ao longo do tempo de engenhos/usinas na fabricação de açúcares, evidencia a maior capacidade de sobrevivência das unidades tradicionais mineiras, sua melhor posição frente à concorrência do congênere industrial. Embora se tenha examinado detidamente apenas o caso de Minas Gerais, notadamente no que se refere às evidências estatísticas, considera-se a hipótese de que, nos demais espaços canavieiros voltados para mercados internos, tenha ocorrido processo semelhante ao mineiro. Dos dois resultados da modernização da agroindústria da cana-de-açúcar brasileira, pronunciadas transformações tecnológicas e econômicas combinadas com a preservação ou deterioração de correspondentes estruturas sociais, acredita-se que já avultam dados a demonstrar descompasso entre os espaços canavieiros no que se refere ao primeiro resultado.

Os espaços canavieiros historicamente voltados para mercados externos foram os principais beneficiários das duas fases do processo de modernização do setor. Na primeira, da última quadra do século XIX ao final da década de 1920, o Nordeste foi o mais favorecido (Eisenberg, 1977: 111-133); na segunda, a partir de 1930, São Paulo auferiu maiores benefícios (Shikida, 1992: 124-140). No Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro, transformações tecnológicas e econômicas promoveram acentuado recuo do número de unidades tradicionais e expansão das usinas.

> *Teria de acontecer o que aconteceu: a classe mais poderosa dos usineiros absorveu a dos banguezêiros e fornecedores de cana, dos quais imediatamente estes dependiam. Aliás esta luta já vinha de longe, desde que os engenhos centrais passaram a estender as suas terras e a ampliar a sua atividade até o cultivo do campo. Para tal fim utilizou o industrial das usinas de todos os recursos que a fome de terras impunha: a crônica registrou o quanto de solércia e mesmo violência teve de usar para impelir o antigo senhor de engenho a abandonar a sua propriedade e até a sua profissão. A resistência dos que permaneceram como fornecedores de cana foi inútil. Chegou a vez destes, expelidos igualmente, para ficarem só os prepostos da usina, peça apenas da nova engrenagem que se estabeleceu na zona dos canaviais* (Rabello, 1969: 166).

88 A referida subrepresentação das estatísticas oficiais pode ser ilustrada pela divergência dos dados para Minas Gerais do IAA (1961) comparados com os do IBGE (1960). O número de engenhos açucareiros e rapadureiros registrados no IAA é 13% menor do que os recenseados pelo IBGE e o de engenhos aguardenteiros é 50% maior. Somadas todas as unidades, o número de engenhos registrados no IAA é 9% menor do que os recenseados pelo IBGE.

Por outro lado, em Minas Gerais e demais espaços canavieiros com produção para mercados internos, uma série de fatores conjunturais e, principalmente, históricos retardaram e restringiram a modernização (Shikida, 1992: 124-140).

O Instituto do Açúcar e do Álcool: modernização econômica e tecnológica, preservação de estruturas sociais e a desagregação da pequena produção canavieira

Na segunda fase da modernização da agroindústria da cana-de-açúcar, a participação do Estado alcançou amplitude e complexidade inteiramente novas. Entretanto, o intervencionismo estatal na economia açucareira praticamente coincide com a própria história da atividade no Brasil.

> *A intervenção governamental na agroindústria canavieira tem uma longa história no Brasil, história essa que praticamente se confunde com a do próprio subsetor, o mais antigo e ainda um dos mais importantes ramos de atividades da economia nacional. Na verdade, o intervencionismo estatal na economia açucareira só não predominou durante o Império e nas primeiras décadas do regime republicano. Ele foi intenso durante todo o período colonial e voltou a acentuar-se depois da Revolução de 1930, quando passou a assumir suas atuais características, entre as quais figura com destaque o planejamento* (Szmrecsányi, 1979: 161-162).

Crises de superprodução, quedas acentuadas dos preços, dificuldades de exportação, defasagem das técnicas agrícolas e dos processos industriais, baixa produtividade dos fatores de produção (terra, trabalho e capital), descontrolada especulação de intermediários, pequeno consumo interno de açúcar (total e per capita) e migração de fatores produtivos para outras atividades (redução dos investimentos) são alguns dos principais aspectos a explicar a grave crise em que se encontrava o setor canavieiro nas primeiras décadas do século XX. A esta conjuntura extremamente desfavorável, somaram-se a mobilização dos grandes produtores nacionais – usineiros do Nordeste e Sudeste – e a mudança na orientação geral do Estado brasileiro pós-30, conformando quadro geral favorável e indutor de decidida intervenção estatal no setor canavieiro. Com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1933, intervenção e planejamento estatais passaram, progressivamente, a controlar todas as expressões da cultura e transformação da cana-de-açúcar no Brasil (Szmrecsányi, 1979: 163-178).

> *Foi assim que, através do decreto n. 22.789, de 01/06/1933, o governo federal acabou criando o Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA. A intervenção governamental, antes exercida em caráter provisório por órgãos de emergência, passou a ser definitiva e atribuída a um órgão permanente. Entidade de caráter autárquico, o instituto recebeu o encargo de dirigir, fomentar e controlar a produção de açúcar e de álcool em todo o país. Ele passou a responder, não apenas pela soma das atribuições dos órgãos que o precederam, mas por muitas outras que lhe foram sendo acrescidas com o correr dos anos. Foi, portanto, com o IAA que realmente teve início o processo de planejamento na agroindústria canavieira do Brasil* (Szmrecsányi, 1979: 177-178).

A evolução da atuação do IAA, as políticas planejadas, a implementação e os resultados alcançados confundem-se com a própria história do setor canavieiro do Brasil ao longo dos quase 60 anos de existência da autarquia. O saldo geral é a constatação do êxito total ou parcial do instituto em boa parte dos objetivos perseguidos. É inquestionável a profunda transformação por que passou a agroindústria da cana-de-açúcar, com imensa expansão da área cultivada e da produtividade agrícola, elevado crescimento da produção e produtividade industrial (açúcar e álcool), pronunciada ampliação do consumo, vigoroso processo de modernização (agrícola e industrial) e forte concentração industrial (Szmrecsányi, 1979: 443-513; Andrade, 1994: 221-240).

Assim, constata-se a indissociável participação do Estado na segunda e decisiva fase da modernização. Participação como protagonista de transformações que, de um lado, resultaram em exitosos índices econômicos e, de outro, favoreceram a preservação ou deterioração de índices sociais. A estes paradoxos não caberiam melhores definições do que "modernização conservadora", "modernização sem mudança" ou "modernização e pobreza".

Peter Eisenberg, ao reconstituir o desenvolvimento da indústria açucareira de Pernambuco, entre 1840 e 1910, portanto cobrindo o período imediatamente anterior e a primeira fase da modernização da agroindústria canavieira do Brasil, ressaltou a ambivalência da evolução desse espaço canavieiro. Embora acumulando longa trajetória de progressiva perda de importância no mercado mundial, o Nordeste era, na virada do Dezenove para o Vinte, a área do Brasil que mais se modernizou do ponto de vista tecnológico. Todavia, tratava-se de modernização parcial, que atingiu apenas minoritário número de unidades produtivas, não conseguiu reverter à posição relativa das exportações brasileiras e conservou intacta a estrutura social, mantendo ou agravando as pronunciadas desigualdades que lhe caracterizavam. A modernização conservadora do setor historicamente mais dinâmico do Nordeste provavelmente esteve na base da ulterior estagnação econômica e social que caracterizou a região no século XX.

> *No ocaso do século XIX duas crises perturbaram a economia açucareira do Brasil. Uma incidiu no mercado, quando a concorrência do açúcar de beterraba europeu tomou os clientes tradicionais do açúcar de cana. Outra foi a grave crise social interna desencadeada quando se procedeu a abolição da escravatura. Os senhores de engenho brasileiros tentaram enfrentar a crise de mercado com melhoramentos de capital e com a reorganização da produção – mas fracassaram. (...) Os senhores de engenho enfrentaram melhor a crise social. Foram bem sucedidos no transferir as perdas sofridas no mercado exportador para a força de trabalho, assim o fazendo na forma de um achatamento salarial e de mesquinhas condições de trabalho. Seus esforços, auxiliados pelos subsídios governamentais, perpetuaram seu domínio nas áreas açucareiras do Brasil. Portanto, a modernização – tomada com o sentido de avanço tecnológico e a abolição do trabalho compulsório – não produziu transformações reais* (Eisenberg, 1977: 235).

Manuel Correia de Andrade, ao sintetizar a evolução histórica das atividades agroaçucareiras do Brasil e discutir o quadro geral do setor no final do século XX – portanto, abarcando todo o período da segunda modernização –, salientou as contradições desse processo histórico. Por um lado, observou-se que quase todos os espaços canavieiros do Brasil chegaram ao final do Novecentos com a atividade modernizada do ponto de vista das transformações tecnológicas e econômicas. Por outro, constatou-se o agravamento das precárias condições de trabalho e existência dos trabalhadores direta e indiretamente envolvidos com o cultivo e transformação da cana e o acúmulo de enormes problemas ecológicos. A modernização conservadora da mais longeva e importante atividade de transformação rural do Brasil beneficiou, entre os agentes envolvidos no processo, os setores que, havia 500 anos, dominavam a atividade, associados com pequena elite comercial e industrial. Ao introduzir a terceira e mais importante parte de seu trabalho, Manuel Correia de Andrade apresenta o plano a ser desenvolvido, formula questões e identifica os atores a serem examinados. A natureza das questões formuladas, a forma como os atores são apresentados e a antecipação do significado da análise a ser empreendida não deixam dúvidas quanto ao que as páginas seguintes descortinarão.

> *Após uma visão da expansão da cultura da cana-de-açúcar no espaço geográfico brasileiro, atingindo quase todos os estados, é natural que surjam algumas indagações. Por que a cana-de-açúcar conquistou tantas terras a outras lavouras, à pecuária e áreas não aproveitadas? Quem se beneficiou desta expansão, ampliando negócios, propriedades e capitais, ocupando terras e se apropriando de capitais em benefício próprio ou de grupos econômicos? Como ocorreu esta expansão, quais os métodos utilizados e os capitais investidos em obras de infra-estrutura e em instrumentos de modernização que possibilitaram essa expansão? Para se responder a estas questões deve-se perguntar ainda: Qual o papel desempenhado pelo*

Estado, atendendo grupos de pressão e preocupações sociais, ao financiar, planejar e executar, aliado a grupos privados, uma política de consolidação e ampliação do setor? Torna-se necessária agora uma análise dos atores que dominaram ou que foram absorvidos pelo processo, classificados em quatro grandes grupos: os industriais – chamados usineiros – que, com firmas individuais ou organizados em sociedades anônimas, vêm, no último século, implantando usinas e destilarias pelo território nacional; os plantadores de cana, chamados geralmente de fornecedores, que se encarregaram da produção de matéria-prima e atuaram e ainda atuam ao lado dos industriais no crescimento da produção, mantendo com eles, ora relações amigáveis, ora conflituosas; os trabalhadores rurais, que constituem a força de trabalho, bastante submissos aos patrões até os anos 50, e organizados, após o período conformista, em sindicatos que estão entre os mais poderosos, tanto quanto ao número de sindicalizados como quanto à objetividade de sua ação; e finalmente o Estado, que orienta e subsidia a agroindústria. (...) A análise da presença e da ação desses grandes grupos dará uma visão dinâmica e dialética das estruturas sociais e do processo de transformação por que passa a agroindústria canavieira. Esse processo está, naturalmente, ligado à dinâmica da chamada "modernização", que, no caso em estudo, assim como na sociedade brasileira, de uma forma geral, faz-se muito mais nas técnicas utilizadas do que nas relações sociais. O que se observa, muitas vezes, é que a modernização e o uso de uma tecnologia mais eficiente provocam mais a degradação da questão social do que a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população (Andrade, 1994: 149-151).

As relações de usineiros e destiladores de álcool com o Estado sempre foram emblemáticas da natureza do liberalismo brasileiro. Nos momentos em que a deterioração das condições de trabalho e existência dos trabalhadores alcançava patamares críticos e o Estado intervinha, reduzindo a tensão com a proposição de medidas que atenuassem o nível de exploração da força de trabalho, os produtores bradavam contra a ingerência estatal e propunham deixar aos mecanismos de mercado a solução dos conflitos.

A propósito do aspecto social da agroindústria do açúcar, convém assinalar que com o Estatuto da Lavoura Canavieira procurou-se proteger o trabalhador. Mais uma vez a lei vinha disciplinar de cima para baixo uma situação que Barbosa Lima Sobrinho, então presidente do instituto, classificou de completo conformismo: era "como se não houvesse coisa alguma acima do humilde, do miserável padrão de vida do homem do campo". A grande inovação que o estatuto trouxe foi a obrigatoriedade de um contrato de trabalho que sempre tem sido o mais aleatório possível, não tanto por acarretar o desemprego entre as safras, mas por não depender de nenhuma espécie de vínculo. Agora, sob as vistas do Instituto do Açúcar do Álcool, a usina tinha que dar ao trabalhador condições mais estáveis à sua vida e à sua família: terra em que pudesse plantar e criar, salário irredutível, habitação, assistência médica e hospitalar, escola – tudo o que com facilidade se costuma prometer nas leis de benemerência. Mas por tal promessa de uma vida mais humana, o presidente do instituto sofreu tenaz campanha dos usineiros, que pretendiam o cargo para quem fizesse do Estatuto da Lavoura Canavieira uma lei apenas de adorno. Foi o que efetivamente ocorreu: "os serviços sociais" que algumas usinas criaram, para benefício do operário da parte industrial, eram descontados em folha de pagamento (Rabello, 1969: 167).

Por outro lado, nos momentos em que a conjuntura interna ou externa tornava-se desfavorável para o setor, os produtores mostravam-se lépidos em reivindicar a intervenção do Estado. Diante de reveses, como a perda de posição do produto brasileiro no mercado internacional, a estagnação e defasagem de equipamentos e processos técnicos, a queda e descontrole dos preços e a carência de capitais a financiar a produção, era imperativo que o Estado interviesse e que as margens de lucro fossem asseguradas ou ampliadas. Nas duas fases do processo de modernização, o recurso à proteção, subsídio e financiamento estatal foi uma constante.

A agroindústria canavieira, como toda a sociedade brasileira, atravessa um momento de crise, e os produtores de cana, de açúcar e de álcool exigem cada vez mais o apoio financeiro do governo federal, sob a alegação da importância da indústria para a manutenção do nível de empregos e do valor de impostos pa-

> *gos. Essas exigências não entrariam em choque com os princípios liberais que pregam a ineficiência do Estado e a concessão de toda liberdade à iniciativa privada? Poderia a agroindústria canavieira sobreviver sem a proteção estatal, que lhes concede crédito subsidiado, que controla os preços de seus produtos e que, até certo ponto, impede a guerra entre as regiões e estados produtores?* (Andrade, 1994: 239).

A proposição e efetivação da modernização do setor canavieiro tiveram em uma modalidade de ideologia do progresso importante recurso de propaganda e legitimação. A supressão do arcaico – dos velhos engenhos e engenhocas – e a promoção de modernizantes transformações tecnológicas – implantação de engenhos centrais e usinas – foram apresentadas como vitais para as atividades agroaçucareiras. Em Problemas de Governo, série de conferências realizadas entre 1926 e 1927, portanto na fase imediatamente anterior à criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, João Pandiá Calógeras apresentou eloqüente expressão desta perspectiva.

> *A solução dada ao problema da chamada superprodução de açúcar corresponde aos preconícios de Calógeras, constantes de Problemas de Governo. Nesse livro, o infatigável investigador de nossos magnos problemas aconselhava o extermínio dos bangüês e quebra-peitos, em beneficio das usinas modernamente instaladas, capazes de extrair de 12% a 15% de rendimento, donde aqueles só extraem de 4% a 6%. "Quem diz progresso – escreve Calógeras – diz eliminação do instituto, apparelho ou organismo antiguado, obsoleto e desperdiçador. E não ha escolher sinão entre as duas soluções: sanear, eliminando velharias para melhorar a base da producção, e permittir e alentar a competição no consumo estrangeiro; ou conservar banguês e quebra-peitos e assistir impassível á extincção da industria. Acabar com as anachronicas installações minusculas; transfomar seus donos em fornecedores de materia prima a uzinas maiores do que as actuaes, e verdadeiramente bem installadas, é dever que o progresso impõe"* (Amaral, 1940: 145-146).

Não foram poucos os investigadores do tema que perceberam a estreita associação de ideologia do progresso perversa e excludente e a atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool. Segundo estas avaliações, predominou amplamente a omissão ou responsabilidade direta da autarquia frente à preservação ou agravamento de problemas sociais e econômicos no setor canavieiro. Poucas foram as iniciativas no sentido de reverter ou minorar estas distorções. As intervenções nos níveis econômico, institucional e tecnológico do IAA tenderam a desconhecer a necessidade de contemplar pronunciadas distorções sociais. A posição do instituto no processo de expansão da produção industrial e retração da produção artesanal e manufatureira ilustra a que ponto chegou o comprometimento direto ou o deliberado desconhecimento frente a urgentes questões econômicas e sociais. Assim, poucos anos após sua criação, já surgiam avaliações que ressaltavam o alinhamento do Instituto do Açúcar e do Álcool com a produção industrial.

> *A política do Instituto do Açúcar e do Álcool vem contribuindo poderosamente para o predomínio da usina sobre o bangüê e o quebra-peito* (Amaral, 1940: 146).

Alguns anos mais tarde, quando ainda era possível acalentar otimismo quanto às possibilidades de sobrevivência do produtor tradicional, organizado em "usina cooperativista", reafirmava-se a posição tendenciosa do IAA.

> *A princípio o bangüê não encontrou ambiente para revigorar sua economia; foi até mesmo ameaçado de "morte brusca", quando a política do IAA visava dar todo apoio à grande indústria do açúcar em detrimento da pequena, que é a do bangüê. Sente-se, entretanto, a formidável força de reação do engenho, dos velhos engenhos que traziam nas origens de sua lavoura a tradição mais pura da economia nacional* (Diegués Júnior, 1949: 126).

Decorridas duas décadas, o discurso adquiriu expressivo caráter de denúncia. Reconstituiu-se a trajetória de direto envolvimento ou franca omissão do IAA com relação ao processo de desestruturação da pequena produção de derivados da cana-de-açúcar.

> *Já com os senhores de engenho das áreas do agreste e sertão, de solo úmido, a situação era completamente diferente. Isolados em pequenas propriedades, perdidos na vastidão do solo árido ou semi-árido do Nordeste, estes senhores de engenho tinham de permanecer chumbados à sua condição de produtores de rapadura ou de rapadura e aguardente ao mesmo tempo, sem outra proteção que não viesse dos próprios elementos da natureza e do preço que seu produto conseguia nos centros de consumo, sobretudo nas feiras das localidades do interior. A eles não chegava a assistência dos órgãos financiadores. O Instituto do Açúcar e do Álcool, dominado quase sempre por usineiros, requintava em desconhecer existência de uma classe produtora, que apesar de sua inferioridade técnica, ainda assim obtinha um montante considerável nos balanços comerciais e nos orçamentos dos estados nordestinos, sobretudo o do Ceará, com seus engenhos de rapadura instalados à maneira primitiva, na região do Cariri. Instigados por usineiros mais gananciosos do mercado, o Instituto do Açúcar e do Álcool chegava, algumas vezes a propor a proibição do fabrico da rapadura ou a limitação da capacidade produtora dos engenhos, no caso representada por "cargas" fixadas o seu tanto arbitrariamente. Via-se claramente que as usinas procuravam conquistar o mercado sertanejo na sua preferência pela rapadura em lugar do açúcar (...) Contra um produto de tão larga aceitação, desde velhos tempos, em áreas sobretudo sertanejas, os usineiros teriam de lutar com todas as suas forças, a fim de afastá-lo do mercado: o açúcar de usina teria de penetrar até onde a rapadura fazia parte dos hábitos alimentares do sertanejo. As tentativas que se fizeram no sentido da extinção dos engenhos de rapadura não têm outra explicação. Fora do raio de ação da agroindústria das usinas, os engenhos de rapadura teriam de bastar-se a si mesmos, ou a reduzir-se à sua expressão mais simples, como ainda hoje são encontrados em vários pontos do sertão nordestino. (...) Mas não seria sem conseqüência o combate surdo que vez por outra os usineiros assentados nos postos da direção do Instituto do Açúcar e do Álcool moviam contra os engenhos ou engenhocas de rapadura. Muitos deles, de fato, se extinguiram. Os da Zona do Agreste, por exemplo, são raríssimos. Outros transformaram-se em sítios produtores de cereais ou pequenas fazendas de gado leiteiro para a fabricação de queijos e manteiga. Quando próximas de alguma usina, continuaram a plantar cana na condição de fornecedores desta* (Rabello, 1969: 17-18).

Pouco depois, em 1973, descortinou-se exatamente o mesmo quadro. Passava-se de suspeito tratamento equânime, quando os produtos artesanal e industrial estiveram debaixo da mesma legislação, a deliberada omissão, quando a rapadura e o açúcar de engenho desapareceram das disposições legais.

> *O sistema de defesa do açúcar instaurou verdadeiro monopólio de fabricação em favor dos proprietários de usinas, cuja produção era significativa para a finalidade do IAA. Nas áreas de pequenos proprietários, os bangüezeiros e rapadureiros não tiveram a proteção do Instituto, apesar de estarem incluídos no seu campo de ação. O IAA pareceu desconhecer as necessidades da indústria rapadureira embora esta fosse muito importante para a economia local de inúmeros municípios brasileiros. Temendo, talvez, inicialmente, a concorrência da rapadura, consumida em grandes áreas do Sertão, os usineiros do IAA, na ânsia de conquistar mercado, limitaram a capacidade produtora dos engenhos que a fabricavam. Além disso, equiparando a rapadura ao açúcar, para fins legais, ficava ela em evidente desigualdade por ser uma indústria em pequena escala. (...) Baseado na coletânea de leis referentes ao açúcar, de Lycurgo Velloso, pode-se ver a evolução do interesse do IAA pela rapadura e pelo açúcar de engenho, interesse intenso no início, visando equiparar a rapadura ao açúcar de usina e, com isso, liquidá-la. Com o tempo, o interesse decaiu e a rapadura foi abandonada à sua sorte, talvez o meio mais rápido de se conseguir o seu fim, já que seus produtores são de poucos recursos* (Jambeiro, 1973: 41-42).

Final de século, mais de 20 anos depois, sintética avaliação da atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool reiterou as constatações anteriores.

> *A proteção dispensada às usinas e destilarias de álcool e a ampliação de crédito a elas fizeram com que o processo usineiro se intensificasse e, pouco a pouco, os primitivos engenhos bangüês fossem sendo desmontados, resistindo, por algum tempo, apenas aqueles localizados em áreas menos acessíveis e onde a produção destinava-se ao mercado local e sub-regional* (Andrade, 1994: 225).

Indiscutível a inevitabilidade do processo de modernização do setor canavieiro do Brasil. O crescimento da produção industrial de usinas e destilarias, em contexto de expansão do capitalismo, inexoravelmente estabeleceria poderosa concorrência com o congênere artesanal. A rapadura, o açúcar e a aguardente fabricados em engenhos não poderiam conservar eternamente a posição de domínio no mercado brasileiro. Entretanto, a desestruturação da produção tradicional foi decisivamente acelerada pela atuação do Estado, através de um modelo de modernização que beneficiou pequeno segmento e excluiu a grande maioria dos produtores.

O arcaico e o moderno: as relações da persistente produção tradicional de derivados da cana com o capital

Confere-se agora especial atenção ao caso de Minas Gerais, paradigma de espaço canavieiro voltado para mercados internos e com trajetória de modernização caracterizada por ritmo relativamente mais lento. Primeiro contempla-se, panoramicamente, a evolução da distribuição espacial dos engenhos mineiros de meados da década de 1830 a meados da década de 1990. Avaliam-se dados coligidos para 1836, 1923, 1939, 1975 e 1995. Em um segundo momento, coteja-se a distribuição por mesorregiões dos engenhos de 1922-25 com a dos engenhos de 1995-96[89].

A observação da evolução da distribuição espacial dos engenhos no transcurso de mais de 150 anos evidencia algumas características importantes da história da produção de derivados da cana em Minas: 1. a grande disseminação espacial por todo o território é traço marcante de qualquer um dos momentos analisados; 2. ainda que a cultura e transformação da cana sempre fizessem parte da paisagem de todas as regiões mineiras, acentuadas eram as variações quanto à distribuição relativa do número de engenhos; 3. no século XIX e princípio da centúria seguinte, havia ponderável simetria entre a distribuição da população e a distribuição dos engenhos, uma razoável correspondência entre o tamanho da população e o número de engenhos[90]; 4. na segunda metade do século XX, essa simetria foi completamente quebrada, quando outros fatores passaram a determinar a distribuição espacial dos engenhos; 5. no final do Novecentos, os engenhos mineiros estavam concentrados nas mesorregiões economicamente menos dinâmicas do estado.

A sobrevivência da produção tradicional nas mesorregiões com indicadores econômicos e sociais menos favoráveis sugere a divisão de Minas em dois grupos de mesorregiões, segundo a evolução do número de engenhos: de um lado, estão as mesorregiões relativamente mais dinâmicas do estado (grupo I), onde é nítida a tendência ao desaparecimento dos engenhos; de outro, estão as mesorregiões relativamente menos dinâmicas (grupo II), onde a produção tradicional deve ter sobrevida maior[91]. Do princípio para o final do século, observa-se marcante inversão na distribuição relativa dos engenhos de cana: em 1922-25, o grupo I detinha 70% dos engenhos; em 1995-96, o grupo II concentrava 67% dos engenhos.

---

89 Os referidos dados estatísticos para Minas Gerais foram integralmente relacionados em nota anterior, quando também foram enumerados os referentes ao Brasil.

90 Na subseção 4.1, essa correspondência é demonstrada quando do cotejo entre a distribuição regional do número relativo de engenhos e da população de Minas Gerais em meados da década de 1830.

91 A única mesorregião que apresenta comportamento incoerente com essa distribuição é a do Vale do Mucuri, que, apesar de certamente estar entre aquelas menos dinâmicas, parece ter passado por processo semelhante ao das mesorregiões mais dinâmicas. O número de engenhos e a posição relativa decresceram no período. Provavelmente dois fatores devem explicar esse comportamento: de um lado, a dimensão reduzida da mesorregião proposta pelo IBGE, o que certamente favoreceu distorções decorrentes da evolução da divisão municipal do estado (em 1923, encontravam-se no município de Teófilo Otoni 100% dos engenhos do Vale do Mucuri, município cuja área ultrapassava em muito os limites da mesorregião proposta); de outro, a presença de três destilarias industriais de álcool na mesorregião deve ter colaborado para uma desestruturação mais rápida dos engenhos.

Tabela 3 – Distribuição espacial dos engenhos de Minas Gerais, 1922-25 e 1995-96

Mesorregiões	Engenhos em 1922-25		Engenhos em 1995-96		Evolução do número de engenhos
	Nº	%	Nº	%	
Grupo I					
Campo das Vertentes	425	1,3	310	1,3	-27%
Central Mineira	1225	3,7	448	1,9	-63%
Metropolitana de Belo Horizonte	5079	15,4	2646	11,2	-48%
Oeste de Minas	1851	5,6	444	1,9	-76%
Sul/Sudoeste de Minas	3287	10,0	471	2,0	-86%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2820	8,6	592	2,5	-79%
Zona da Mata	8504	25,8	2956	12,5	-65%
Grupo II					
Jequitinhonha	2557	7,8	4037	17,1	+58%
Noroeste de Minas	505	1,5	710	3,0	+41%
Norte de Minas	3660	11,1	7111	30,1	+94%
Vale do Mucuri	804	2,4	535	2,3	-33%
Vale do Rio Doce	2211	6,7	3366	14,2	+52%
Minas Gerais	**32.928**	**100,0**	**23.626**	**100,0**	**-28%**

Fontes: Anuário Estatístico de Minas Gerais para 1922-25; Censo Agropecuário do IBGE para 1995-96.

A sobrevivência de formas camponesas de produção e a grande importância da pequena agricultura de subsistência são indícios de que o processo de transformação capitalista no campo ainda está longe de se completar no Brasil. Essas formas arcaicas, baseadas em relações de produção não-capitalistas, são expressões de longa duração.

Em *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, foram estudadas as principais características da produção de subsistência, como de resto, do conjunto da agricultura brasileira. Em cenário de acentuada concentração fundiária, em que a terra é fator produtivo de primeira importância – o caráter extensivo da agricultura brasileira sempre resultou em concentração da renda e da riqueza –, as pequenas propriedades apresentam as maiores taxas de área explorada (uso mais intensivo da terra) com produção de pequeno valor e renda baixíssima. Também é nas pequenas propriedades que o trabalho familiar não só predomina como se constitui na base da produção. A baixa renda e a impossibilidade de reprodução ampliada das unidades camponesas resultam na necessidade do assalariamento temporário, como forma de complementação da renda mínima para a sobrevivência da família, e na progressiva expropriação. A pequena propriedade – menos de 20% da área total – responde por 50% a 60% da produção da agricultura brasileira, 27% da criação bovina e mais de 50% da criação de pequenos animais. É também nas pequenas propriedades que os investimentos produtivos e a renda bruta por hectare são relativamente mais elevados. A baixa produtividade do trabalho e os parcos investimentos produtivos por pessoa ocupada são importantes fatores a explicar a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de reprodução das unidades camponesas (Graziano da Silva, 1980).

A maior parte dos atuais fabricantes mineiros de derivados da cana enquadra-se plenamente nas características acima delineadas. São formas camponesas de produção, baseadas no trabalho familiar; o produtor detém a propriedade da terra e os instrumentos e equipamentos de trabalho, produz diretamente porção significativa de sua subsistência e direciona excedentes para mercados locais.

No *Censo Agropecuário* do IBGE de 1995-96 foram registrados em Minas 14.817 engenhos rapadureiros, 343 engenhos de açúcar, 8.466 engenhos aguardenteiros, 956 engenhocas de garapa e 910 para a fa-

bricação de melado. Sobrepostos às informações que documentam a evolução do número de engenhos no transcurso do século XX, bem como aos resultados de pesquisas de campo realizadas no início da década de 1990[92], os dados do levantamento do IBGE indicam três realidades: 1. a fabricação de açúcar de engenho está praticamente extinta em Minas Gerais, ainda que as perspectivas abertas pela agricultura orgânica estimule pequeno crescimento da produção de açúcar mascavo – o "açúcar de fôrma" sobrevive quase exclusivamente na memória de antigos engenheiros de cana –; 2. a produção de rapadura está cada vez mais confinada às áreas com economia menos dinâmica do estado perdendo, a passos largos, espaço na dieta dos mineiros; 3. a aguardente é o único derivado que passa por processo de crescimento, estimulado pela constante expansão do consumo.

Na última década do século passado, a pequena produção de derivados da cana de Minas Gerais apresentava as seguintes características: convivência de equipamentos modernos com máquinas arcaicas, em quadro geral de substantiva sobrevivência de engenhos antigos ou de tipo antigo; técnicas agrícolas e processos industriais também caracterizados por permanências arcaicas lado a lado a procedimentos modernos; a especialização na produção de derivados da cana permanece como exceção (predominam amplamente as unidades com pauta produtiva diversificada); os engenhos de cana continuam funcionando parte do ano, portanto produção sazonal, e, em parcela expressiva dos casos, produzindo apenas para o consumo doméstico; a fabricação de aguardente persiste debaixo de legislação fiscal opressora, compelindo à clandestinidade a grande maioria dos engenhos aguardenteiros; em determinadas messoregiões do estado, é cada vez mais pronunciada a tendência à extinção da produção artesanal e semimanufatureira de derivados da cana; os engenhos antigos ou de tipo antigo sobrevivem nas messoregiões com economia menos dinâmica e fraca integração relativa (decorrente, sobretudo, de sistemas de transportes pouco desenvolvidos) e, nas mais dinâmicas, integradas e com sistemas de transporte mais desenvovidos, desaparecem em ritmo acelerado[93].

Percebem-se, na ainda relativamente vigorosa pequena produção de derivados da cana de Minas, traços seculares que deitam raízes históricas no século XVIII. Como salientado, já na implantação e primeiras décadas de funcionamento dos engenhos de cana, estavam configuradas características que distinguiriam o espaço canavieiro de Minas por quase 300 anos.

Resistindo a longo processo de desestruturação e revelando extraordinárias permanências e sobrevivências, eram encontrados no final do século XX, ainda em funcionamento, engenhos com variados tipos de equipamentos de moagem – moendas verticais e horizontais, de madeira e de ferro, com dois, três e cinco cilindros –, movimentados pelas mais diversas forças motrizes – manual, tração animal, energia hidráulica (roda d'água e turbina), motor a diesel, motor elétrico – e com múltiplos tipos de mecanismos de transmissão – direta ou com redutores de rotação e ampliação da força, com engrenagens de madeira ou de ferro e com sistemas de polias e correias. Ainda encontravam-se casos de associação de máquinas – acoplamento de sistema de pilagem ao eixo de transmissão da roda d'água ("monjoleiro"), adaptação com correias da roda de ralar mandioca ao eixo de transmissão da roda d'água, múltiplas máquinas hidráulicas movimentadas a partir de sistema único de canais de condução de água – e variados sistemas de tração animal – movimentados por bois, cavalos e bestas, utilizando uma a três juntas, com recursos de atrelagem variados. As fornalhas também eram de muitos tipos – individuais ou do

92 Na subseção 4.2, são descritos os marcos fundamentais das pesquisas de campo realizadas em 1992-93.

93 Conquanto, desde a década de 1960, observou-se a aceleração do processo de desintegração das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais, o alcance dessa transformação apresentou-se fortemente assimétrico, principalmente como decorrência dos desníveis econômicos regionais. A produção historiográfica referente à segunda metade do século XX registra o deslocamento da hegemonia do engenho para a usina, embora desconsidere os diferenciados ritmos e alcances regionais da modernização do setor. Ao analisar a economia de Minas nas décadas de 1960 e 1970, Clélio Campolina Diniz ressaltou a importância do desenvolvimento do sistema de transportes mineiro para a expansão da produção industrial: "No caso da indústria açucareira, assinala-se que vinha sofrendo considerável transformação. O grande número de engenhos produtores de açúcar 'mascavo' e rapadura desaparecia paulatinamente com a substituição do consumo pelo açúcar cristal. O processo acelerou-se com a melhoria do sistema de transportes, que facilitou a distribuição da produção e ao mesmo tempo eliminou as atividades de subsistência, incorporando-as ao mercado capitalista" (Diniz, 1981: 138).

tipo "trem da Jamaica", com ou sem chaminés, com aberturas internas ou externas – e construídas com diversos materiais – barro, tijolos, alvenaria. Os instrumentos e equipamentos de cozimento do caldo – tachos, tachas, caldeiras, escumadeiras, rominhóis –, os recipientes para o batimento do melado, os engradados para a enformação da rapadura, os recipientes para a fermentação do caldo, os alambiques para destilação, os recipientes para a armazenagem e o envelhecimento da aguardente – dornas, paróis, barris, tonéis –, também se apresentavam variadíssimos quanto ao tamanho, capacidade, formato e material. Além dessas inequívocas evidências materiais, as sobrevivências também se manifestavam nas técnicas agrícolas e nos processos industriais, em que uma infinidade de variações revelou importantes especificidades regionais.

Na base dessas pujantes continuidades, a direção da produção é fator fundamental. São históricas as preferenciais vinculações com mercados internos a Minas e, em medida bem menor, mercados internos vizinhos, especialmente o interior do Nordeste. As atividades agroaçucareiras de Minas Gerais surgiram e desenvolveram-se voltadas para o abastecimento desses mercados. Nos séculos XVIII, XIX e parte do século XX, as dificuldades da circulação, dos custos dos transportes, inviabilizavam a produção em grande escala. As distâncias eram longas; o mercado interno mineiro, ainda que de grandes proporções, era espacialmente desconcentrado. Os circuitos mercantis de derivados da cana tendiam a restringir-se a mercados locais. Os fluxos comerciais de longa distância praticamente se limitavam ao abastecimento do sertão nordestino, via Rio São Francisco, e o suprimento de grandes centros urbanos, como Diamantina e Ouro Preto. Assim, o típico engenho de cana mineiro estava inserido em fazenda diversificada, onde inexistia a especialização produtiva. Os fluxos comerciais de açúcar, rapadura e aguardente sempre foram preponderantemente de curta distância, com a venda local da parte excedente da produção.

A persistência da pequena produção de derivados da cana em Minas, assim como em outros espaços canavieiros do Brasil, deve ser entendida no quadro mais amplo da incompleta transformação (modernização) capitalista no campo.

> *A conclusão fundamental que deriva das constatações anteriores não é outra senão a relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura. Isso significa que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Longe disso, a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada artificialmente pelos subsídios estatais (Graziano da Silva, 1980: 227).*

Segundo Graziano da Silva (1980), a transformação parcial da agricultura brasileira decorre de quatro fatores. O principal meio de produção permanece sendo a terra; a grande produção é praticamente indissociável de grandes áreas. A geração de rendas elevadas depende do latifúndio; de modo geral, a agricultura brasileira é extensiva e pouco capitalizada. A propriedade da terra funciona como mediação para outras formas de riqueza na agricultura brasileira.

O segundo fator, a persistência e recriação da pequena produção, baseada em relações de produção não-capitalistas, impede o capital de concluir o processo de expropriação dos trabalhadores. A grande propriedade, associada ao capital comercial e industrial, retarda o desenvolvimento das forças produtivas. A especulação com a terra, reserva de valor, fortalece a pequena produção na forma de parcerias e arrendamentos. A ausente ou baixa lucratividade da produção comercial de alimentos recria a pequena produção camponesa, responsável pela produção dos gêneros agrícolas com preços relativamente baixos.

O Estado favorece a capitalização da grande propriedade. A política de modernização baseia-se no crédito rural subsidiado especialmente direcionado para o grande proprietário. A fixação de preços dos produtos agrícolas é orientada a beneficiar os produtos da grande exploração, enquanto o tabelamento dos alimentos básicos permanece em nível baixo.

> *Do exposto anteriormente e pela situação atual da agricultura brasileira, conclui-se que os resultados das políticas que visam o desenvolvimento do capitalismo no campo têm servido, na maioria das vezes, para a manutenção de um sistema latifundiário, no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma "modernização conservadora" que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado. A pequena exploração agrícola desenvolvida pelos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros não é atingida pela política governamental de modernização e, por outro lado, não consegue gerar um excedente que permita o aumento de seus meios de produção, mantendo-se com suas características de baixa produtividade* (Graziano da Silva, 1980: 232).

O elevado grau de exploração da mão-de-obra empregada define o quarto fator. As adversas condições em que se desenvolve a pequena produção induz à extrema pauperização, em contexto de violento processo de expropriação. O assalariamento eventual rebaixa salários e a subsistência do trabalhador é assegurada com alto grau de exploração da força de trabalho.

Nesse cenário, a sobrevivência da pequena produção de derivados da cana ganha sentido econômico na lógica do capital. As persistentes formas arcaicas não estabelecem relação de oposição com as formas modernas, ao contrário, associam-se simbioticamente, embora com evidente assimetria com relação aos benefícios auferidos por cada parte. Ao "rapadureiro" e "alambiqueiro" importa assegurar sua subsistência, mobilizando os recursos que lhe são possíveis e sabendo, quase que por um atavismo, que deve contar somente com suas forças e com a solidariedade daqueles que partilham das mesmas agruras.

> *Portanto, vê-se que há uma racionalidade latente nesse modo de produção, encoberta por uma aparente irracionalidade, mas é graças a ela que o engenho se integra no sistema. Assim, aquilo que aparentemente é tido apenas como uma "tradição", permanece porque integrado não apenas dentro de um sistema local e sim, e muito mais, porque implantado num sistema econômico global de grandes desequilíbrios; o desequilíbrio do sistema global torna racional, nas camadas inferiores rurais, a persistência do elemento tradicional. (...) Não se pode, portanto, separar um Brasil arcaico de um Brasil moderno: os produtores de rapaduras são atestados de que ambos estão de tal forma misturados, que formam um todo integrado (Jambeiro, 1973: 159-161).*

1.2 – Negócios das Minas

> *Vemos assim que, ao declinar o século XVIII, o panorama econômico da capitania das Minas Gerais era bem diferente do que se descortinava no início da centúria. O desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das manufaturas, conferindo à capitania elementos de auto-suficiência, permitiu-lhe dispensar os fornecimentos externos. (...) A agricultura e a pecuária mineiras desenvolveram-se a tal ponto que se tornaram capazes não só de abastecer os habitantes das Gerais, mas também as populações das capitanias vizinhas. Houve, no último quartel do século XVIII, uma inversão das correntes abastecedoras* (Zemella, 1990: 230-234).

O desenvolvimento histórico das atividades mercantis de Minas Gerais condicionou-se à peculiar natureza da economia e sociedade formadas em torno da extração aurífera. No começo, o imperativo do abastecimento de economia especializada definiu a função e o sentido originais: provimento do mercado interno mineiro com base em importações. Algumas décadas depois, a diversificação econômica e a progressiva substituição de importações redefiniram o sentido, sem alterar a função: atendimento do mercado interno de Minas Gerais fundamentalmente a partir da produção da própria capitania. No avançado do século e na passagem para o Oitocentos, o declínio da produção aurífera, redução da capacidade de importar e a reestruturação produtiva conservaram o sentido e desdobraram a função: atendimento dos mercados internos de Minas Gerais e Rio Janeiro fundamentado na produção da capitania, depois província. Às diversas configurações na função e sentido, corresponderam dois atributos invariáveis do comércio mineiro dos séculos XVIII e XIX: diversidade de agentes e formas mercantis e capacidade crescente de integrar os mercados regionais internos mineiros e de Minas com outros mercados do Brasil e do exterior.

Tropas e vendas no comércio de abastecimento do Setecentos

O comércio sempre ocupou posição destacada nas mais diversas leituras historiográficas da economia e sociedade mineira do século XVIII. Concomitante ao fascínio exercido pela mineração aurífera, sempre despontou o interesse em conhecer a forma de provimento de economia especializada e sociedade fortemente urbanizada. A imagem de extremada e contínua dependência do exterior, aplicável até o início da "decadência" das minas ou do fim do "ciclo do ouro", foi gradualmente substituída pela percepção de diversificação econômica iniciada nas primeiras décadas do Setecentos e que, sem questionar a centralidade da mineração até o terceiro quartel da centúria, impediu crise a projetar a economia de Minas Gerais, segundo propunha aquela imagem, em quadro de involução econômica e depopulação resultante da migração de fatores de produção para a nascente cafeicultura do Vale do Paraíba do Sul. À ruptura explicitada pela descontinuidade decorrente da excessiva dependência da mineração de ouro e diamantes na geração de renda, contrapôs-se a lentidão de transformações a suportar que atributos e processos configurados no século XVIII persistissem no Oitocentos.

Formação do mercado interno e processo de substituição de importações

O entendimento do comércio mineiro da primeira metade do Oitocentos vincula-se à compreensão de sua evolução na centúria anterior. O transbordamento para o século XIX de diversos processos originários do Setecentos imprimiu caráter de longa duração a traços essenciais das atividades mercantis de Minas Gerais.

A formação e o desenvolvimento de economia centrada na extração mineral de ouro e diamantes no interior do Brasil colonial determinaram duas formas, em parte superpostas, de provimento da subsis-

tência da população envolvida na mineração. Avaliação panorâmica sugere três etapas: 1. no final do século XVII e primeira quadra do século XVIII, preponderou o abastecimento realizado a partir do exterior de Minas Gerais; 2. ao longo das quadras intermediárias, o abastecimento dividiu-se entre fontes de provimento externas e internas; 3. na última quadra do Setecentos, o abastecimento de Minas assentava-se na produção interna. Essa gradual transformação ensejou amplo processo de substituição de importações (Zemella, 1990: 230-234; Maxwell, 1978: 112-113; Martins, 1982: 38).

A inversão do sentido preponderante do comércio exterior de Minas Gerais foi o principal resultado desse processo de substituição de importações. No começo do Dezoito, os fluxos mercantis conformavam movimento de caráter centrípeto, ou seja, a balança comercial era francamente desfavorável. Minas Gerais era grande importador de gêneros básicos de subsistência. No final do Setecentos, os fluxos mercantis configuravam movimento de caráter centrífugo, com balança comercial superavitária. De grande importadora, a capitania passara a principal exportadora de gêneros destinados ao abastecimento do mercado interno colonial (Zemella, 1990: 234; Lenharo, 1979: 58-59; Carrara, 1997: 34-35 e 187).

Na base dessa radical transformação do comércio de longa distância com o exterior, estavam mudanças não menos pronunciadas em estruturas internas de Minas Gerais. Grande crescimento demográfico (Lima Júnior, 1978: 35-41; Maxwell, 1978: 110; Carrara, 1997: 57-58; Paula, 2000: 34-35), largo processo de urbanização (Maxwell, 1978: 113 e 119; Paula, 2000: 34-48) e profunda reestruturação produtiva (Maxwell, 1978: 110-112; Paula, 2000: 63-65; Chaves, 1999: 37-43) modificaram a paisagem mineira. No final do período colonial, a expansão da fronteira era pouco determinada pelas atividades extrativas minerais. Ao contrário, agricultura, pecuária e a transformação de produtos da agropecuária respondiam pela ocupação de novos espaços, eram os mais importantes fatores econômicos de nova regionalização do território mineiro (Godoy, 1996).

Ao desenho da distribuição da população e atividades produtivas de Minas Gerais nos primórdios do Oitocentos, correspondia comércio com elevado grau de diferenciação. O desenvolvimento de mercados regionais conformava complexa rede mercantil interna, notadamente circuitos campo–cidade. A constituição de divisão regional do trabalho e o desenvolvimento de atividades com relativo grau de especialização potencializavam ligações comerciais inter-regionais (Carrara, 1997: 33-34; Chaves, 1999: 103-109).

Paralela à reestruturação produtiva da segunda metade do Setecentos, processou-se ampla diversificação dos investimentos dos setores capitalizados da economia de Minas Gerais. Parte dos capitais minerador e agropecuário foi convertida em capital mercantil. O crescimento das atividades comerciais internas e externas resultou parcialmente do desdobramento de mineradores e fazendeiros em tropeiros e negociantes (Lenharo, 1979: 75-76; Chaves, 1999: 40-41).

No processo de expansão do setor mercantil, os espaços meridionais de Minas ocuparam posição proeminente. Direcionadas para o abastecimento dos centros mineradores desde a primeira metade do Dezoito, essas regiões do sul da capitania desenvolveram, progressivamente, fortes vinculações comerciais com o mercado do Rio de Janeiro. A acumulação de capital no setor mercantil de abastecimento, interno e externo, permitiu posterior diversificação dos investimentos, mormente na aquisição de terras e no desenvolvimento de atividades agropecuárias. O povoamento e a exploração econômica dos territórios vazios que separavam os mercados meridionais de Minas do mercado da cidade do Rio de Janeiro realizaram-se a partir da projeção dessa acumulação mercantil (Lenharo, 1979: 29 e 32).

Comércio de abastecimento com base em importações

Embora sejam crescentes as evidências de que na primeira metade do século XVIII a economia de Minas Gerais alcançara expressiva diversificação (Guimarães, 1986: 15-27), constituindo-se em muito mais do que economia especializada, parece ser consensual que a posição nuclear da extração de ouro e diamantes determinava a necessidade, ao menos nas décadas iniciais, de o abastecimento da população mineradora estruturar-se preponderantemente a partir do exterior.

Mafalda Zemella, em pesquisa realizada na década de 1940, estabeleceu quadro circunstanciado dos principais mercados externos que abasteciam Minas Gerais no século XVIII (Zemella, 1990: 55-114). Conquanto faltem evidências estatísticas e marcos temporais que permitam precisa definição da participação relativa desses mercados na composição do abastecimento, considera-se indubitável o vigor do comércio de importação de Minas Gerais e as decorrentes alentadas perspectivas de acumulação mercantil que engendravam.

A origem paulista dos responsáveis pelos principais descobertos auríferos conferiu ao mercado de São Paulo a condição de primeira fonte abastecedora de Minas Gerais. A constituição de grande fluxo migratório e o caráter altamente especializado da economia mineira nos primeiros anos determinaram a elevação dos preços de gêneros básicos de abastecimento e o estímulo ao crescimento da produção paulista de alimentos e manufaturas (Zemella, 1990: 55-60).

A impossibilidade de atendimento das necessidades das zonas mineradoras exclusivamente a partir da produção do Planalto Paulista estimulou a expansão da criação de animais em direção aos espaços meridionais da Colônia. Agentes mercantis de São Paulo assumiram funções de intermediação do abastecimento de muares e gado vacum e cavalar do Rio Grande do Sul e províncias hispano-americanas (Zemella, 1990: 60-61).

No início do século XVIII, o porto de Santos respondia por parcela dos escravos e a maior parte das mercadorias européias com destino a Minas Gerais, representando outra vertente de importante comércio intermediado por mercadores paulistas (Zemella, 1990: 61-62).

Com a abertura de caminho que ligou o Rio de Janeiro diretamente a Minas Gerais, o abastecimento a partir de São Paulo foi progressivamente perdendo posição para o mercado carioca. Ainda na primeira metade do século XVIII, a praça da cidade do Rio de Janeiro assumiu posição proeminente no provimento de alimentos, escravos e mercadorias européias. Os comerciantes fluminenses passaram a deter a maior parte da acumulação mercantil proveniente do comércio com Minas Gerais (Zemella, 1990: 65-69).

O mercado baiano era outra importante base de abastecimento da população mineira no início do século XVIII. A praça da cidade de Salvador apresentava consideráveis vantagens como provedora de mercadorias européias, principalmente por deter a condição de principal porto da Colônia. Entretanto, a Bahia também se constituiu em importante fornecedora de alimentos, notadamente gado vacum criado no sertão (Zemella, 1990: 69-72).

Nos quadros da persistente preocupação com o descaminho do ouro, foram criadas restrições ao comércio de Minas com a Bahia. Excetuado o gado vacum, a Coroa procurou interditar as ligações comerciais realizadas com a capitania situada ao norte. A pequena efetividade da legislação restritiva resultou em vigoroso contrabando. Todavia, assim como no caso do comércio a partir de São Paulo, a abertura de comunicação direta com o Rio de Janeiro conduziu o comércio Bahia–Minas a progressiva perda de importância (Zemella, 1990: 72-81).

A intermediação de mercadorias produzidas fora da Colônia conformava parcela substantiva do comércio realizado por paulistas, cariocas e baianos. Manufaturas européias, escravos africanos e muares platinos respondiam por significativa parte dos fluxos mercantis que se dirigiam para Minas Gerais.

Agentes mercantis de Portugal não somente enviavam produtos nacionais para o Brasil, como também, através de mecanismos monopolistas, intermediavam o comércio de manufaturados e alimentos de diversas praças européias e de outras colônias do Império português. Os direitos alfandegários cobrados em Portugal e no Brasil, engrenagens fundamentais do sistema colonial, era um dos pilares das receitas da Metrópole (Zemella, 1990: 81-83).

Seja através do comércio legal, intermediado pela Metrópole, seja através do nada desprezível comércio de contrabando, realizado diretamente por agentes mercantis ingleses, franceses e holandeses, o largo fornecimento de mercadorias européias para o consumo das populações mineiras determinou a transferência de ponderável parcela da acumulação colonial para fora de Portugal (Zemella, 1990: 83-90).

Se o comércio de muares de origem platina ensejou vigorosa acumulação de capital em São Paulo, não menos possibilitou a expressiva transferência de recursos para a Espanha através de suas províncias

coloniais da bacia do Rio da Prata. A permanente expansão da demanda mineira por animais de tropa esteve na base do crescimento desse comércio de muares (Zemella, 1990: 90-97).

A formação e o desenvolvimento da economia do ouro em Minas Gerais geraram fortes reflexos no comércio de africanos para o Brasil. O pronunciado crescimento da demanda por escravos contribuiu para a elevação dos preços, a expansão de zonas agrícolas especializadas na produção de artigos utilizados no escambo por cativos e a ampliação do comércio intercolonial Brasil–África. Também cresceu o referido contrabando de mercadorias européias, que em parte se associava ao tráfico de escravos (Zemella, 1990: 97-114).

Ainda que reconheça a posição nuclear da mineração e não considere a possibilidade da auto-suficiência na produção de gêneros de subsistência antes do início do declínio da extração aurífera, Mafalda Zemella demarca os problemas do abastecimento de Minas Gerais a partir do exterior e admite o surgimento, progressivo, da agricultura e pecuária para o atendimento das populações especializadas nos trabalhos extrativos. Dessa forma, mesmo no período de crescimento da produção aurífera e de maior vigor da imposição de interesses monopolísticos e fiscais da Metrópole, o mercado de consumo mineiro, gradualmente, foi-se libertando da dependência externa (Zemella, 1990: 191-235).

Alguns atributos do comércio interno

O crescimento do comércio interno de Minas Gerais na segunda metade do Setecentos inscreve-se nos mencionados processos de substituição de importações e reestruturação produtiva. O declínio da produção aurífera repercutiu na capacidade de importar e acelerou o desenvolvimento da agricultura, pecuária e indústria de transformação rural. Os circuitos mercantis inter-regionais ganharam dinamismo com a consolidação da agropecuária orientada para o mercado interno. Minas Gerais, no final do Dezoito, não só se apresentava auto-suficiente em gêneros básicos de subsistência, como exportava excedentes para outras capitanias.

Cláudia Chaves, especialmente fundamentada em documentação de postos fiscais, realizou pesquisa no início da década de 1990 e delineou um ponderável conjunto de características do comércio interno de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII (Chaves, 1999).

A circulação interna de mercadorias realizava-se de forma desconcentrada, com a participação de grande número de agentes comerciais. À habitual participação direta ou indireta do fazendeiro na comercialização de sua produção, somava-se a presença de comerciantes com atuação de caráter especulativo. A desconcentração do mercado consumidor, associada ao limitado desenvolvimento dos transportes, impunha a diversificação das mercadorias do comércio interno de Minas Gerais. Excetuados os grandes pecuaristas, a tendência era da não-especialização mercantil (Chaves, 1999: 160-161).

Dada a ubiqüidade da produção de víveres em Minas Gerais, no comércio de média e longa distância estava praticamente ausente uma extensa relação de mercadorias (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, fubá, hortaliças, frutas, ovos, aves, azeite de mamona, entre outros). O abastecimento de mantimentos realizava-se localmente, portanto não detectável nos postos fiscais. Os próprios produtores ou atravessadores respondiam pelo comércio vicinal de víveres, mormente nas mais importantes vilas (Chaves, 1999: 91-94).

O comércio interno de média e longa distância da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII estruturava-se na circulação de mercadorias importadas e, principalmente, produzidas internamente. O arrefecimento das importações não impediu a manutenção de rede de distribuição de artigos europeus, sal e escravos. O aumento da importância da agricultura e pecuária ampliou os fluxos mercantis de gêneros da terra, sobretudo aqueles orientados para o abastecimento das populações dos principais centros urbanos.

Quadro 3 – Relação das principais mercadorias distribuídas por postos fiscais, Minas Gerais, segunda metade do século XVIII

Postos fiscais	Mercadorias
Paracatu (Santa Isabel, Nazareth, Santo Antônio, Olhos d'Água, São Luís)	Fumo, aguardente, toucinho, rapadura, açúcar, peixe, tecidos, algodão, couro, sola, carne seca, gado e sal
Serro Frio (Galheiro e Inhacica)	Gado vacum, rapadura, peixe, carne seca, toucinho, peixe seco, sal, sola e potros
Pitangui e Onça	Gado vacum, peixe, peixe seco, carne seca e potros
Minas Novas (Araçuaí, Itacambira, Jequitinhonha e Rio Pardo)	Sal, gado vacum, carne seca, aguardente, cargas de secos e molhados e escravos
Sete Lagoas	Gado vacum, potros e bestas, peixe seco, carne seca e cargas de secos e molhados
Caminho Novo, Mantiqueira e Ouro Fino	Cargas de secos e molhados, escravos, potros, algodão, aguardente, vinho, ferramentas, utensílios, pólvora e chumbo

Fonte: Chaves, 1999: 88 (Livros de registro da Delegacia Fiscal, Arquivo Púbico Mineiro).

Investigação de preços de mercados regionais mineiros (Mariana, 1716-24; Ouro Preto, 1752-78; Caeté, 1785-1808; Paracatu, 1744-53; Demarcação Diamantina, 1734-44 e 1774-85), com base em dados oficiais de almotaçarias municipais e arrematações de fornecimento de mantimentos para militares, revelou importantes aspectos da dinâmica do comércio do século XVIII. Os resultados apontaram para algumas variações espaciais de preços: 1. flutuações inter-regionais afirmaram a não-integração dos mercados regionais; 2. variações intra-regionais ressaltaram alterações na oferta decorrentes da sazonalidade safra/entressafra, assim como mudanças climáticas entre as safras; 3. divergências inter-capitanias (Minas Gerais–Rio de Janeiro) resultavam da "continentalidade a que estavam sujeitos os preços de mercadorias que a capitania importava". Do exame da dinâmica no tempo, sobressaiu a constatação da estabilidade e nível baixo dos preços ao longo da segunda metade do Setecentos (1750-1808), interpretada como resultante do desenvolvimento da agricultura e pecuária (Carrara, 1997: 73-99).

Tipologias de comerciantes e de formas de comércio

Classificar os agentes mercantis e as formas de organização do comércio no século XVIII pressupõe a hierarquização de múltiplos critérios de classificação. Magnitude da atividade, mobilidade ou fixidez, categoria do estabelecimento, origem e propriedade das mercadorias, nível de especialização ocupacional e natureza das mercadorias são os principais critérios que, isolados ou combinados, podem orientar a construção de tipologias de comerciantes e de formas de comércio.

Alternativa a esse quadro, um tanto quanto movediço, é a consideração de segmentações dadas ou sugeridas pelas próprias referências coetâneas, sobretudo as originárias de conjuntos e séries documentais.

Mafalda Zemella distinguiu três agentes mercantis segundo a natureza da mercadoria transportada: 1. tropeiros e a condução de tropas de muar para cargas em geral; 2. boiadeiros e a condução de boiadas; 3. comboieiros e a condução de escravos (Zemella, 1990: 139). Verificou três tipos de estabelecimentos e propôs caracterização segundo as mercadorias comercializadas: 1. loja e o comércio exclusivo de fazendas secas – "armarinhos, tecidos, enfim, artigos para indumentária, utilidades domésticas, perfumarias, etc."; 2. venda e o comércio de secos e molhados – "quase todos os artigos que se encontravam nas lojas, e mais os 'molhados', isto é, as bebidas, os comestíveis, as gulodices, etc."; 3. botica e o comércio de medicamentos (Zemella, 1990: 163-165).

Cláudia Chaves estabeleceu tipologia fundada na mobilidade ou fixação do comerciante: 1. comércio volante, compreendendo tropeiros, comboieiros, boiadeiros, atravessadores, mascates e negras de tabuleiro; 2. comércio fixo, abrangendo vendeiros, lojistas, comissários e taverneiros (Chaves, 1999: 49-61).

À associação dos pequenos vendeiros e ambulantes ao comércio varejista, não correspondia a vinculação da elite mercantil ao comércio atacadista. Muitos retalhistas estabelecidos nos principais centros urbanos da capitania também se envolviam no comércio grossista, abastecendo agentes mercantis volantes ou fixos (Furtado, 1999: 249-250 e 271-272).

Dos problemas decorrentes da consideração de qualquer sistema de classificação de comerciantes e das formas de comércio do século XVIII, sobressaem-se os riscos decorrentes da simplificação excessiva, da desconsideração da superposição de categorias e da própria fluidez do envolvimento em atividades mercantis (Furtado, 1999: 230-234).

Comerciantes eventuais – indivíduos com outras ocupações regulares e que se envolviam de forma indireta, uma única vez ou esporadicamente, em operações mercantis – compõem o complexo universo do comércio de Minas Gerais no século XVIII e dificultam a categorização de seus agentes (Furtado, 1999: 260-262).

Tropeiros, comboieiros, boiadeiros e mascates

Desde o início do Setecentos, foi-se estabelecendo ampla rede de apoio à circulação de mercadorias. A deficiência das vias e meios de transporte e morosidade dos deslocamentos impuseram a constituição de atividades de suporte aos viajantes (Zemella, 1990: 138). Ao longo dos principais caminhos, foram sendo concedidas sesmarias destinadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas que assegurassem o abastecimento das tropas em circulação (Guimarães, 1986: 12-13). Numerosos ranchos e vendas foram progressivamente construídos, proporcionando maior comodidade ao grande número de tropeiros que pernoitava nas estradas (Zemella, 1990: 134-135).

No comércio itinerante de longa distância, atuavam tropeiros, comboieiros, boiadeiros e mascates. Em geral, os três primeiros estavam adstritos ao transporte de mercadorias próprias ou de terceiros, com o objetivo de entrega ou venda em destino preestabelecido. Por outro lado, os mascates constituíam-se nos agentes mercantis itinerantes por excelência, tendiam a comercializar a varejo pequenas quantidades de mercadorias, adquiridas com recursos próprios ou com créditos cedidos por grandes comerciantes, e atuavam em variados espaços urbanos e rurais.

No decorrer do século XVIII, observou-se paulatina desconcentração da circulação de mercadorias em Minas Gerais, com a crescente entrada de novos agentes mercantis. Na segunda metade da centúria, estava consolidada a propensão de as grandes unidades rurais possuírem tropa própria e responderem pela colocação direta de seus excedentes no mercado, portanto sem intermediação (Chaves, 1999: 51-52).

Entre os agentes da circulação de longa distância, os boiadeiros distinguiam-se pelo elevado grau de especialização mercantil. Quase sempre limitados ao comércio de gado vacum, algumas vezes conduziam também outras criações e subprodutos da pecuária. O mesmo parece ter ocorrido apenas parcialmente no caso dos comboieiros, que, com exceção da maioria daqueles que freqüentavam o corredor Rio–Minas, poucas vezes transportavam exclusivamente escravos. Dessa forma, pode-se dizer que eram comboieiros propriamente ditos quase que somente os que partiam da cidade do Rio de Janeiro em demanda de mercados mineiros (Chaves, 1999: 52-55).

Tabela 4 – Composição percentual dos carregamentos de escravos em registros de fronteira, Minas Gerais, 1715-1775

Registro	Carregamentos de escravos e outras mercadorias					Carregamentos exclusivos de escravos
	Escravos e secos	Escravos e molhados	Escravos e cavalos	Escravos, secos, molhados e animais	Subtotal	
Rio das Mortes SP-MG, 1715-17	16,0	20,0	4,0	56,0	96,0	4,0
Rio Grande SP-MG, 1716-17	7,0	55,0	—	34,0	96,0	4,0
Minas Novas BA-MG, 1765-67	47,0	9,0	—	19,0	75,0	25,0
Caminho Novo RJ-MG, 1774-75	12,0	3,0	—	11,0	26,0	74,0

Fonte: Chaves, 1999: 54 (Livros 1, 17, 129 e 274 da Delegacia Fiscal, Arquivo Público Mineiro).

A extrema mobilidade e o contato com largos estratos sociais projetavam sobre os mascates o estigma de contrabandistas, ao menos em potencial. Dessa realidade ou suposição, resultou a permanente fiscalização de suas atividades, quando não a deliberada repressão. No final do século XVIII, a regulamentação e imposição de tributos à mascateação sugerem reorientação determinada pela ineficiência das medidas repressivas (Chaves, 1999: 56).

Presença feminina no pequeno comércio urbano

Talvez o principal atributo distintivo do pequeno comércio urbano de Minas Gerais no século XVIII fosse a larga participação de comerciantes do sexo feminino. Em estabelecimentos fixos ou no comércio ambulante, mulheres de baixos estratos sociais, livres e escravas, respondiam pelo provimento de gêneros básicos para as populações cativas, forras e livres pobres dos espaços urbanos mineradores (Figueiredo, 1993: 33-34).

A fatia do pequeno comércio controlada pelas mulheres cresceu ao longo do século XVIII em estreita correlação com o aumento da população feminina, ampliação do mercado consumidor e evolução da mineração. Na segunda metade da centúria, a progressiva quebra do forte desequilíbrio na composição por sexo da população, o crescimento do número de trabalhadores em atividades extrativas e a expansão da mineração de faiscação associada à crise do setor impulsionaram o desenvolvimento do pequeno comércio e o concomitante alargamento da participação de mulheres, sobretudo forras (Figueiredo, 1993: 56-58).

Tabela 5 – Evolução do número de vendas e participação feminina, Vila Rica e Mariana, 1716-96

Espaço	Ano	Vendas		
		Total	Administradas por mulheres	
			Nº	%
Vila Rica e suas freguesias	1716	190	10	5,3
	1746	370	138	37,3
	1773	697	482	69,2
Mariana e suas freguesias	1725	376	26	6,9
	1796	417	254	60,9

Fonte: Figueiredo, 1993: 55 (Registro de lançamento dos quintos de 1715, Censo de 1746, Licenças para estabelecimento de vendas de 1773, Matrícula de escravos e vendas de 1725, Registro de licenças e lojas de fazenda seca, ofícios mecânicos, cortes, padeiros de 1796).

Conquanto a destacada presença feminina no pequeno comércio fosse comum aos principais centros urbanos do Brasil colonial, bem como estivesse assegurada por legislação específica na Metrópole, avaliou-se que em Minas Gerais esse espaço de atuação da mulher tenha alcançado dimensão e repercussão social e econômica sem paralelo (Figueiredo, 1993: 34-38).

A participação feminina nessas atividades comerciais ensejou permanente preocupação da administração colonial. O estabelecimento ou trânsito em áreas de mineração, que concentravam grandes contingentes de escravos, despertou obsessiva atenção do Estado que tendeu a associar essa modalidade de comércio a uma série de ilícitos: "desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os quilombos" (Figueiredo, 1993: 43).

A ambigüidade marcou a relação do Estado ante os pequenos estabelecimentos mercantis e comércio ambulante. Restrições e repressão conviveram com a permanente tentativa de regulação e imposição de tributos (Figueiredo, 1993: 44-54 e 205-214).

Nos pequenos estabelecimentos comerciais, as camadas populares encontravam alimento, vestuário, instrumentos de trabalho e, ao mesmo tempo, pródigo espaço de sociabilidade. Ao lado do provimento das necessidades básicas, nas vendas realizava-se toda sorte de negócios lícitos e ilícitos. O consumo desregrado de bebidas alcoólicas estimulava desordens, a concentração de escravos facilitava ações de resistência ou rebeldia, a confluência de desclassificados sociais promovia manifestações culturais marginais (Figueiredo, 1993: 43-44).

As características do pequeno comércio urbano ensejavam a eventualidade da participação no setor e o surgimento de estabelecimentos clandestinos. As "vendas ocultas" funcionavam em espaços interditados e propendiam à associação com ilícitos (Figueiredo, 1993: 46 e 53-54).

Assim como nos pequenos estabelecimentos comerciais, as mulheres dominavam o comércio ambulante. As atividades das "negras de tabuleiro" tendiam a transcender a comercialização de comestíveis, apresentando forte associação com o consumo excessivo de aguardente por parte dos escravos e a prostituição. Na persistente perseguição ou tentativa de regular o comércio ambulante, o Estado encontrou grande dificuldade na dispersão espacial das "negras de tabuleiro" (Figueiredo, 1993: 60-71).

Elite mercantil e diversificação dos investimentos

Ainda que largas camadas sociais estivessem excluídas do mercado de consumo de bens de maior valor e preços relativamente elevados, a economia do ouro gerou renda suficiente para engendrar a constituição de elite mercantil com negócios sobremaneira lucrativos. Não eram incomuns redes comerciais com interesses que se ramificavam em grandes extensões territoriais, às vezes coordenadas a partir de comerciantes residentes na Metrópole. Ainda mais freqüente era a associação do comércio com a mineração e/ou agricultura e pecuária. A diversificação dos investimentos sugere múltiplas origens para o grande capital mercantil setecentista, assim como aponta para a conversão desse mesmo capital mercantil em capital agrário e minerador.

Júnia Furtado, com base em universo de inventários e testamentos, apurou algumas características da elite mercantil da primeira metade do século XVIII. Conquanto relativamente pequeno o número de documentos compulsados e com cobertura espacial restrita às comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas, foram constatados alguns atributos de longa duração para o grande comércio de Minas Gerais (Furtado, 1999).

A diversificação de atividades e investimentos dos comerciantes incluía larga concessão de crédito, tráfico de escravos, agropecuária e mineração. Propriedades rurais e lavras minerais foram arroladas com bastante freqüência nos inventários e testamentos (Furtado, 1999: 243-247). Estudo com base em inventários de escravistas da comarca do Serro Frio referentes à segunda metade do século XVIII revelou habitual associação do comércio com a agropecuária e a mineração (Meneses, 2000: 135-137).

A grande maioria dos comerciantes possuía escravos. Preponderavam as pequenas e médias posses, embora fosse significativo o número relativo de comerciantes proprietários de grandes plantéis. Entre esses grandes escravistas, predominava a referida associação do comércio com a agropecuária ou mineração, ou ainda com o tráfico de escravos (Furtado, 1999: 248-249).

Tabela 6 – Estrutura da posse de escravos de comerciantes, Minas Gerais, primeira metade do século XVIII

Presença de escravos e tamanho dos plantéis	Comerciantes	
	Nº	%
Sem informação	**3**	**3,2**
Sem escravos	**8**	**8,4**
Com escravos	**84**	**88,4**
de 1 a 5	41	43,2
de 6 a 20	26	27,4
de 20 a 60	4	4,2
mais de 60	8	8,4
sem especificação	5	5,3
Total	**95**	**100,0**

Fonte: Furtado, 1999: 249 (Inventários e testamentos das comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas).

Pronunciada origem portuguesa definia outro traço da elite mercantil de Minas Gerais. Ao mencionado universo de inventários e testamentos, foram agregados documentos de devassas de visitações eclesiásticas, também da primeira metade do século XVIII, que permitiram a Júnia Furtado constatar que o segmento mais lucrativo do comércio mineiro estava sob o controle de reinóis.

Tabela 7 – Origem dos comerciantes, Minas Gerais, primeira metade do século XVIII

Origem	Comerciantes	
	Nº	%
Portugueses	137	79,7
Brasileiros	20	11,6
Sem informação	15	8,7
Total	172	100,0

Fonte: Furtado, 1999: 237 (Inventários, testamentos e Devassas Eclesiásticas das comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas).

Formas creditícias e endividamento

O recurso ao crédito em Minas Gerais no século XVIII alcançou proporções impressionantes para uma sociedade com organização econômica centrada na extração aurífera. Para todos os estratos sociais, foram instituídas variadas formas de acesso ao crédito para a aquisição de mercadorias, serviços ou re-

cursos monetários. O largo crédito aberto a grandes escravistas mineradores convivia com o pequeno crédito cedido a homens pobres dos espaços urbanos.

Intricada rede de crédito espraiava-se pelo território mineiro, ramificava-se em praças mercantis de outras capitanias, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, e transpunha o Atlântico, alcançando a Metrópole e outras nações européias. O endividamento tornou-se fenômeno comum a ponto de determinar elevados patamares para as taxas de juros praticadas, compensação necessária para o alto risco da concessão de crédito. O recurso indiscriminado ao crédito, principalmente como decorrência de imperfeita avaliação das perspectivas de rentabilidade da atividade mineradora, engendrou quadro de insolvência generalizada e conseqüente insegurança econômica. Em meados do século começaram a surgir, de forma substantiva, restrições à concessão de crédito, especialmente a partir do momento em que o Estado estabeleceu legislação a fim de proteger de execução grandes escravistas mineradores (Zemella, 1990: 152-161).

Júnia Furtado constatou a elevada freqüência de dívidas ativas e passivas no referido universo de inventários e testamentos de comerciantes da primeira metade do século XVIII. Verificou, como Zemella, a existência de redes de crédito com ramificações pelo território mineiro e que alcançavam praças mercantis de outras capitanias e de Portugal. Parte desse crédito criava compromissos internos ao setor mercantil de Minas Gerais, notadamente entre grandes atacadistas e pequenos comerciantes, assim como compromissos externos, sobretudo entre a elite mercantil mineira e o grande capital comercial do Rio de Janeiro, Bahia e Portugal (Furtado, 1999: 122-132).

Cláudia Coimbra do Espírito Santo, com base em documentação judiciária do termo de Vila Rica, estudou forma limite de concessão de crédito no século XVIII. Mercadorias, serviços ou recursos monetários eram adquiridos apenas com o empenho da palavra por parte do devedor, dispensando qualquer documento escrito a comprovar a contração de dívida. O pequeno valor médio dos débitos e o predomínio de mercadorias como objeto das dívidas inscrevia essa modalidade de crédito nos quadros das relações mercantis acessíveis a baixos estratos sociais. Subjacente a essa prática creditícia, estava o pressuposto da validade da palavra empenhada e socialmente reconhecida, portanto meio eficiente para a formalização de dívida contraída. Entretanto, assim como no caso dos débitos inscritos em promissórias, essa modalidade de crédito gerou tensões entre credores e devedores. O não-reconhecimento das dívidas redundava na abertura de processos judiciais específicos – as "ações de almas" – que em geral resultavam na admissão da obrigação por parte do devedor (Espírito Santo, 2003: 42-49 e 58-75).

Tabela 8 – Valor e objeto das dívidas, processos de "ações de almas", termo de Vila Rica, 1730-70

Valor das dívidas (em réis)	Processos		Objeto das dívidas	Processos	
	Nº	%		Nº	%
Até 5$000	42	13,3	Créditos diversos	73	23,1
De 5$000,5 a 10$000	71	22,5	Fazenda seca	123	38,9
De 10$000,5 a 20$000	62	19,6	Mercadorias diversas	9	2,8
De 20$000,5 a 30$000	38	12,0	Molhados	43	13,6
De 30$000,5 a 40$000	25	7,9	Prestação de serviços	48	15,2
De 40$000,5 a 50$000	20	6,3	Outros	16	5,1
De 50$000,5 a 500$000	47	14,9	Sem informação	4	1,3
Mais de 500$000	4	1,3			
Sem informação	7	2,2			
Total	316	100,0	Total	316	100,0

Fonte: Espírito Santo, 2003: 65-67 (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Casa do Pilar, Ações Cíveis, vários códices).

Se o amplo recurso ao crédito no Setecentos é consenso historiográfico, por outro lado parece ser exíguo o conhecimento acumulado sobre práticas de escambo em Minas Gerais. É provável que a largueza com que se recorreu ao crédito encontrasse paralelo na vigência muito mais ampla de transações realizadas sem a mediação de moeda. Ao endividamento crescente que a vulgarização do crédito induzia, sobretudo nos espaços urbanos, deveria corresponder o expediente muito mais freqüente de evitar compromissos a serem saldados no futuro e a opção por operações fundadas no câmbio de excedentes, notadamente nos espaços rurais.

Crédito, endividamento e escambo impõem a relativização do suposto elevado nível de monetização da economia mineira. Em parte, relativizam a própria noção de que a grande disponibilidade de meio circulante foi indutora do desenvolvimento do comércio em Minas Gerais no século XVIII (Chaves, 1999: 38; Furtado, 1999: 197-198; Paula, 2000: 72-73). Da mesma forma que é incontrastável que a economia mineira permitiu ponderável acumulação mercantil (Chaves, 1999: 41-42), parece também indubitável que parcela substantiva da população esteve à margem ou precariamente inserida no mercado. Além disso, imprescindível considerar as transformações da segunda metade do Dezoito, especialmente o declínio progressivo da mineração, que repercutiram na disponibilidade de meio circulante e desenvolvimento das atividades comerciais (Carrara, 1997: 34; Chaves, 1999: 43-45).

Regulação das atividades mercantis: atravessadores e especuladores

A relação do Estado com o setor mercantil de Minas Gerais pode ser segmentada em três dimensões: 1. fiscalização das atividades comerciais em geral, especialmente orientada para o impedimento do descaminho do ouro; 2. repressão aos ilícitos associados ao pequeno comércio; 3. regulação do abastecimento dos centros mineradores, sobretudo inibição da ação de atravessadores e especuladores. Se nas duas primeiras dimensões sobressaía a preocupação direta com o contrabando e sonegação fiscal, na terceira a administração colonial intentava criar mecanismos que assegurassem o provimento dos mercados urbanos e, por decorrência, a continuidade da extração de ouro e diamantes.

Ao longo do Setecentos, o monopólio da oferta e a especulação com preços de gêneros alimentícios eram práticas que se combinavam na geração de desabastecimento e elevação do custo de vida nos principais centros urbanos de Minas Gerais. Durante todo o século XVIII, o Estado mobilizou-se na tentativa de coibir essas práticas, embora com resultados limitados (Chaves, 1999: 57-59; Silva, 2000: 95-96).

Na segunda metade do Dezoito, o mencionado crescimento dos fazendeiros que estabeleciam relação direta com o mercado consumidor resultou na restrição do campo de atuação de comerciantes especializados na intermediação. A constituição de tropas próprias conferia autonomia a parcela dos fazendeiros, perante açambarcadores e comissários, e permitia-lhes o gradual controle da circulação e comercialização. Entretanto, com o objetivo de obter melhores preços, também os produtores/tropeiros se envolviam em práticas especulativas, retendo estoques e buscando mercados com melhores expectativas de lucro (Chaves, 1999: 61-66).

Regularizar o abastecimento dos espaços mineradores, estabelecer normas para a comercialização de gêneros básicos e auferir receitas com a imposição de tributos às atividades comerciais foram os principais objetivos que orientaram a ação do Estado para o segmento do setor mercantil voltado para o provimento dos centros urbanos. Demarcação de espaços para o exercício de atividades comerciais, tabelamento de preços, licenciamentos para estabelecimentos comerciais, aferição de pesos e medidas, determinação de quotas de comercialização, repressão à especulação e punição de contraventores conformavam quadro em que fiscalismo e o imperativo do abastecimento combinavam-se na geração de tensões nos mercados urbanos de Minas Gerais no século XVIII (Chaves, 1999: 62-71; Silva, 2000: 97-117).

A herança do comércio colonial mineiro

Na passagem do século XVII ao XVIII, o imperativo do abastecimento dos centros mineradores. Na transição do Setecentos para o Oitocentos, a necessidade de provimento da maior e mais urbanizada população do Brasil. A formação e desenvolvimento do complexo mercantil de Minas Gerais geraram profundas repercussões econômicas, sociais, culturais e políticas. Nas conclusões da seminal pesquisa de Mafalda Zemella, foi apresentado quadro geral dos desdobramentos das atividades mercantis do período colonial mineiro.

Quadro 4 – Herança do comércio colonial de Minas Gerais

Crescimento da produção colonial orientada para o mercado interno.	– expansão da produção de gêneros da agricultura e pecuária; – desenvolvimento da indústria de transformação.
Estabelecimento de conexões mercantis entre os espaços econômicos coloniais.	– confluência de fluxos terrestres e marítimos para os espaços da mineração; – fortalecimento da unidade territorial brasileira.
Abertura de vias de comunicação e desenvolvimento dos transportes.	– conformação do tropeirismo como base da circulação mercantil interna; – surgimento dos principais caminhos do Brasil colonial.
Incremento das importações e desenvolvimento de cidades portuárias.	– atendimento de mercados consumidores com elevado poder aquisitivo; – ampliação do contrabando de mercadorias européias.
Intensificação do comércio atlântico de escravos africanos.	– atendimento da expressiva demanda da mineração por mão-de-obra cativa; – estímulo à produção de gêneros utilizados no escambo por escravos.
Crescimento demográfico decorrente de fluxos migratórios.	– participação de imigrantes no comércio de abastecimento.
Expansão da fronteira e efetiva ocupação do extremo sul da Colônia.	– comércio de muares para os espaços da mineração.
Ascensão da cidade do Rio de Janeiro a principal centro econômico e político.	– porto de entrada de mercadorias importadas destinadas a Minas Gerais.

Fonte: Zemella, 1990: 237-238.

O comércio do Oitocentos como fator de integração econômica e diferenciação regional

Reestruturação produtiva, substituição de importações e inversão do sentido do comércio externo: processos iniciados ou aprofundados na segunda metade do Setecentos estavam conclusos na primeira quadra do século XIX. Permanecia forte dependência externa no provimento de recursos não produzidos internamente, mormente escravos, sal e mercadorias européias. Alcançara-se quase completa independência no abastecimento de gêneros essenciais ao consumo básico, principalmente aqueles oriundos da agricultura, pecuária e indústria rural. Restavam consolidados ponderáveis fluxos de exportação, sobretudo para o abastecimento da província do Rio de Janeiro.

Embora essas transformações conformem consenso historiográfico, permanecem dissensões importantes com relação à dinâmica da economia mineira oitocentista. Aceita-se o crescimento econômico com base no escravismo e orientado para o mercado interno brasileiro, contudo discorda-se no tocante aos padrões de relacionamento dos espaços econômicos regionais de Minas Gerais. Concorda-se com a existência de significativos processos de acumulação interna, sem os quais não se poderia fazer frente às onerosas importações, porém diverge-se quanto à origem desses excedentes retidos em Minas Gerais.

Assim sendo, no setor mercantil deve estar a chave para o deslindamento da natureza da economia mineira do século XIX. Na dinâmica dos comércios interno e externo, encontrar-se-ia o conhecimento essencial à determinação do sentido do mais vasto e complexo sistema econômico regional do Brasil do Dezenove.

Entretanto, como se verá, trata-se de campo de estudo relativamente pouco explorado. Ao contrário da centúria anterior, são incipientes as informações acumuladas sobre aspectos básicos da estrutura e dinâmica mercantil de Minas Gerais no século XIX.

O setor mercantil nos quadros dos modelos de interpretação da economia mineira oitocentista

Crescimento e dinamismo econômico, vigoroso sistema escravista, expansão demográfica e alargamento da fronteira de ocupação são os atributos que lançaram as bases fundamentais para profícua discussão. Dessa larga consonância inicial, desdobraram-se distintos modelos de interpretação da economia de Minas Gerais do século XIX.

No modelo proposto por Roberto Martins, marco revisionista na historiografia brasileira, a diversificada estrutura produtiva e a orientação para autoconsumo ou para mercados intraprovinciais definem a "introversão da economia mineira" do Oitocentos. Exportava-se apenas parcela "residual" da produção da agricultura, pecuária e indústria rural. No curso do século XIX, observou-se "um acentuado declínio" das exportações, que sempre mantiveram valores *per capita* "extremamente baixos". A espacialmente restrita economia cafeeira, voltada para o mercado externo, "não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província". A peremptória rejeição da subordinação da economia de Minas a "uma espécie de divisão do trabalho dentro do Centro-Sul" sustenta-se na afirmação do pequeno significado das exportações no conjunto da produção provincial: "a razão de ser da economia mineira era a própria Minas". As típicas grandes unidades rurais caracterizavam-se pelo isolamento geográfico, diversificação produtiva, auto-suficiência, limitados vínculos com o mercado, decorrente independência ante oscilações e crises econômicas ou políticas externas e, no caso de algumas regiões, por encontrarem-se "parcialmente integradas na economia monetária". Pequenas propriedades rurais e fazendas de criação de gado, unidades que se afastavam ainda mais do "paradigma primário-exportador", completam o núcleo ou "essência da vida econômica de Minas" (Martins, 1982: 3-5 e 36-50).

Contrapondo-se às proposições de Martins, Robert Slenes formulou modelo estruturado na consideração de que "o centro dinâmico da economia de Minas se encontrava no setor exportador". A importância das atividades orientadas para mercados externos transcendia seus espaços regionais, gerando ponderáveis "efeitos multiplicadores" sobre os demais espaços econômicos. Estabeleceram-se vinculações de complementaridade, diretas e indiretas e em diversos níveis, entre os setores exportadores e as atividades voltadas para o abastecimento do mercado interno de Minas Gerais (Slenes, 1985: 16-21 e 52-62).

Clotilde Paiva propôs modelo alternativo às antitéticas visões de Martins e Slenes. Pronunciados contrastes regionais conciliavam propensões aparentemente antagônicas, permitiam que introversão e extroversão econômicas se combinassem na configuração de realidade complexa e heterogênea. Minas Gerais apresentava fortes vinculações com mercados externos e, ao mesmo tempo, vigoroso comércio interno. Pujantes fluxos mercantis interprovinciais conviviam com intricada trama de fluxos intra e inter-regionais. As relações entre setor exportador e atividades orientadas para o mercado interno caracterizavam-se pela interdependência, ainda que as vinculações com mercados externos abrissem maiores perspectivas de acumulação mercantil. Semi-especializações produtivas conformavam divisões intra e inter-regional do trabalho, expressas, sobretudo, na regular circulação de mercadorias para o abastecimento da vasta rede urbana e espaços econômicos orientados para mercados externos. Embora as uni-

dades camponesas de autoconsumo fossem numericamente majoritárias em toda a província, em alguns espaços regionais respondiam por parcela muito mais expressiva da produção, determinando maior isolamento em relação às demais regiões. A diversificada estrutura produtiva das grandes unidades rurais conferia-lhes elevado grau de autonomia e flexibilidade. Os fazendeiros, principais agentes econômicos da província, detinham ampla liberdade na determinação da distribuição de seus fatores produtivos e do sentido da produção (Paiva, 1996: 114-127 e Paiva e Godoy, 2001: 496-499 e 511-512).

O modelo de Martins afirma dinâmico comércio interno, sobrelevando-se os circuitos mercantis intra-regionais, e comércio externo pouco expressivo. No modelo de Slenes, os vigorosos fluxos externos de exportação são determinantes de fluxos internos inter-regionais. O modelo de Paiva propõe a convivência de dinâmicas mercantis internas e externas, interdependentes ou autônomas. No primeiro, destaca-se o comércio de curta distância; no segundo, ganha relevo o comércio de longa distância; e, no terceiro, ressalta-se equilíbrio em que sobressai o comércio de média distância.

Martins sugere uma miríade de unidades de produção não especializadas e independentes, focos de tênues irradiações mercantis. Slenes aponta para alguns poucos e luminosos corredores mercantis, alimentados por restritos espaços econômicos especializados, que, por sua vez, se constituíam em pontos de convergência daquelas unidades de produção não especializadas. Paiva superpõe as duas representações em síntese estruturada em contrastes regionais, resultando em imagem vincada por determinações de espacialidade complexa e diversa.

Foram pouco explorados os caminhos de investigação sugeridos por essas distintas leituras da dinâmica comercial de Minas Gerais. Duas pesquisas focalizaram espaços regionais (Lenharo, 1979; Graça Filho, 1998) e outras duas contemplaram o conjunto da província (Rodarte, 1995; Paiva, 1996).

Malha mercantil: circuitos intra-regionais, inter-regionais e interprovinciais

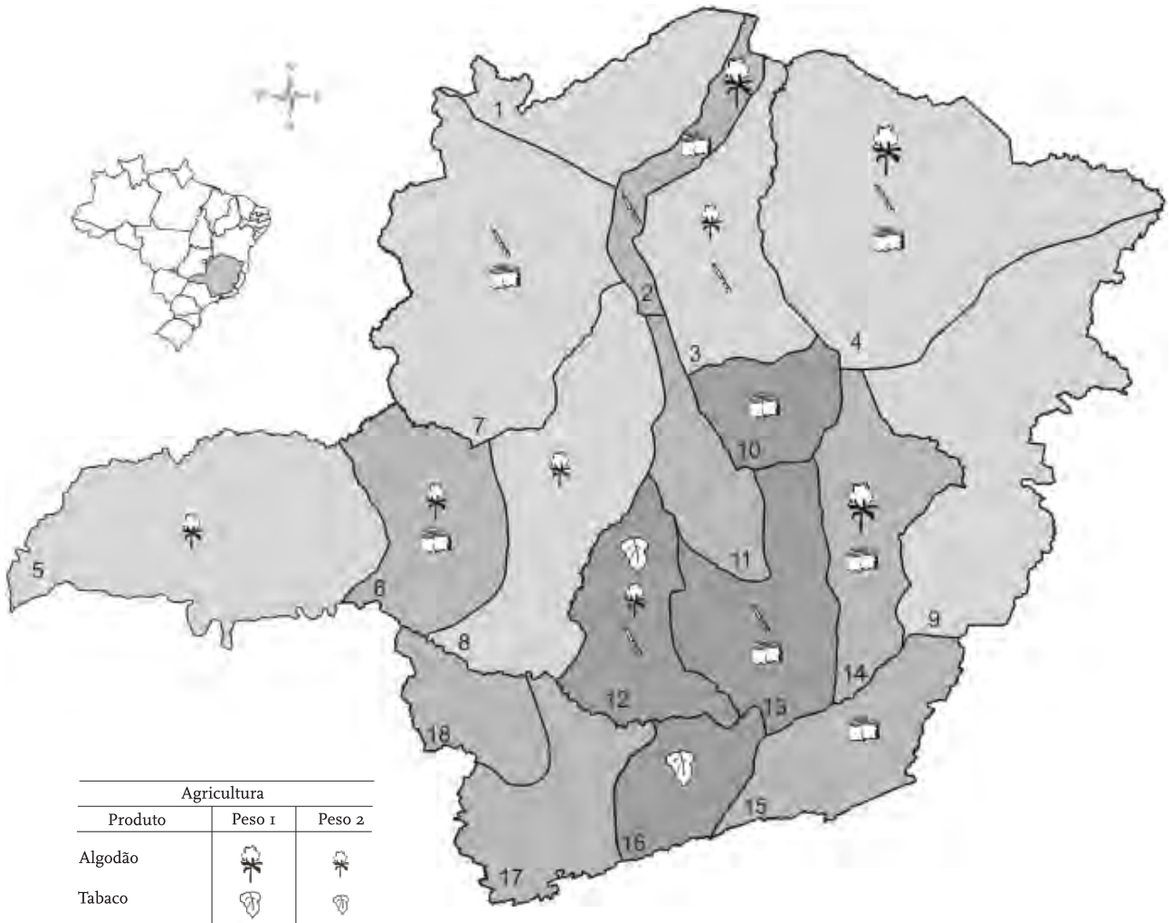
Larga base empírica informou a construção do modelo de Clotilde Paiva. O estudo da economia e sociedade de Minas Gerais na primeira metade do século XIX fundamentou-se, principalmente, em avultadas informações recolhidas em dois conjuntos documentais. As listas nominativas de 1831-32 conformaram banco de dados demográficos, e vastas impressões de viagem legadas por expressivo universo de estrangeiros compuseram banco de dados econômicos (Paiva, 1996: 47-86; Paiva e Godoy, 2001: 481-492).

Como referido, esse modelo traz a marca distintiva da permanente atenção com os contrastes regionais de Minas. Para tanto, foi adotada proposta de regionalização elaborada exclusivamente a partir de percepção coetânea do espaço (Paiva, 1996: 88-92; Paiva e Godoy, 2001: 485-489). A segmentação do território em regiões alicerçou-se exclusivamente em depoimentos de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais eram percebidas a partir de combinações específicas de múltiplos aspectos: geográficos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos (ver a subseção 2.2 para informações adicionais sobre a proposta de regionalização e a subseção 3.1 para a visualização de representação cartográfica da regionalização).

À segmentação do espaço, foi acrescentada a determinação do nível de desenvolvimento econômico das regiões. A mensuração da importância relativa das dinâmicas da produção e comércio regionais foi articulada com a avaliação da expressão provincial das regiões. A determinação do nível de desenvolvimento econômico fundamentou-se nessa combinação da magnitude regional com a posição relativa na economia provincial. Sem perder de vista a identidade única de cada região, o agrupamento nos níveis baixo, médio e alto permitiu aferir traços comuns ao desenvolvimento econômico dos espaços regionais (Paiva, 1996: 95-96 e 108-114).

Sempre referenciados na importância regional sobreposta à posição relativa na economia provincial, as atividades produtivas e os fluxos comerciais foram classificados em duas categorias. Os pesos 1 e 2 estabeleceram hierarquia interna para os gêneros da produção e as mercadorias do comércio (Paiva, 1996: 95-96 e 111-112).

A coleção de representações cartográficas que se seguem resume alentado volume de informações sobre a economia de Minas Gerais na primeira metade do século XIX (Paiva, 1996: 113-127).



Agricultura		
Produto	Peso 1	Peso 2
Algodão		
Tabaco		
Cana-de-açúcar		
Viveres		

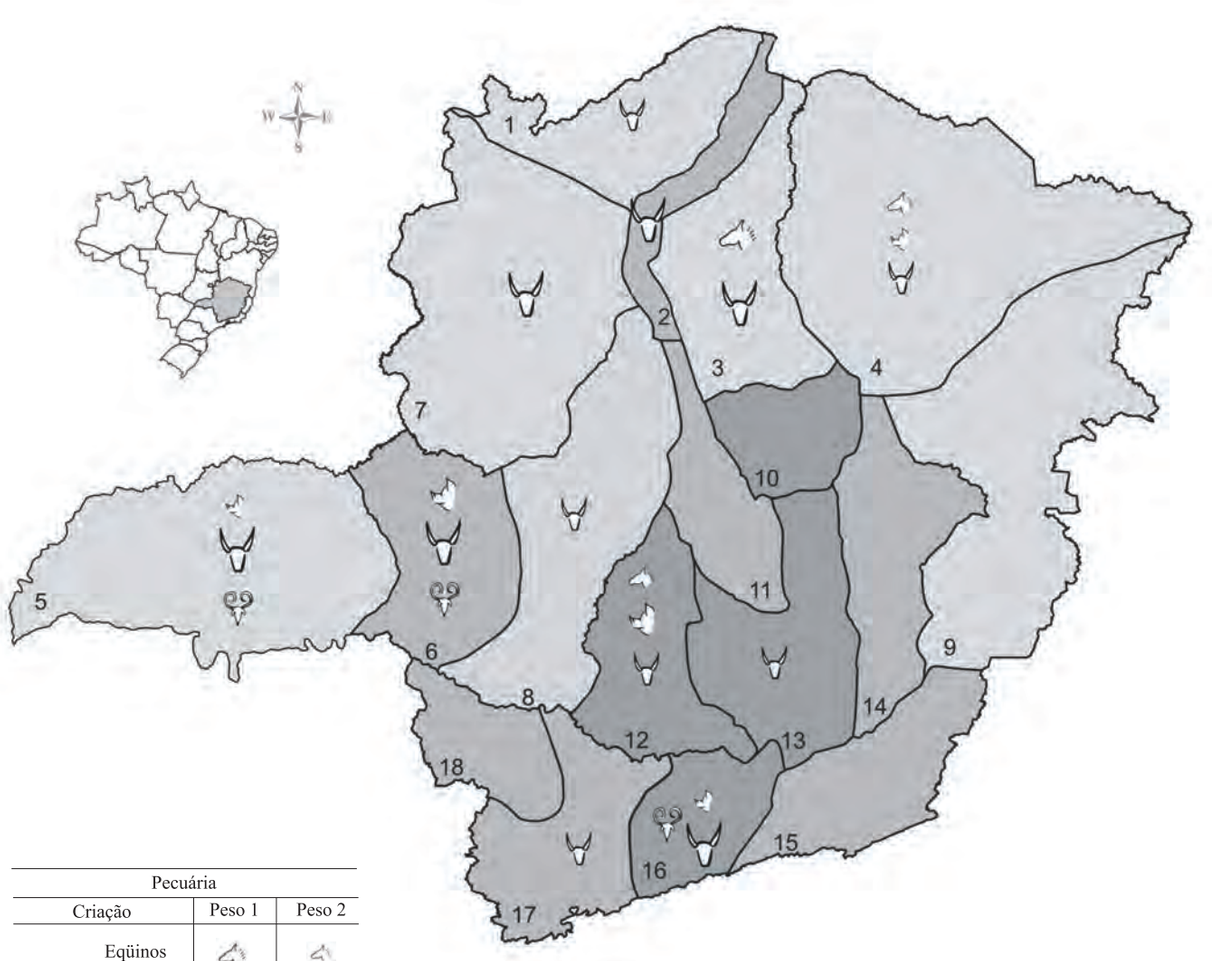
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 1 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – agricultura, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Pecuária		
Criação	Peso 1	Peso 2
Eqüinos		
Suínos		
Bovinos		
Outras criações		

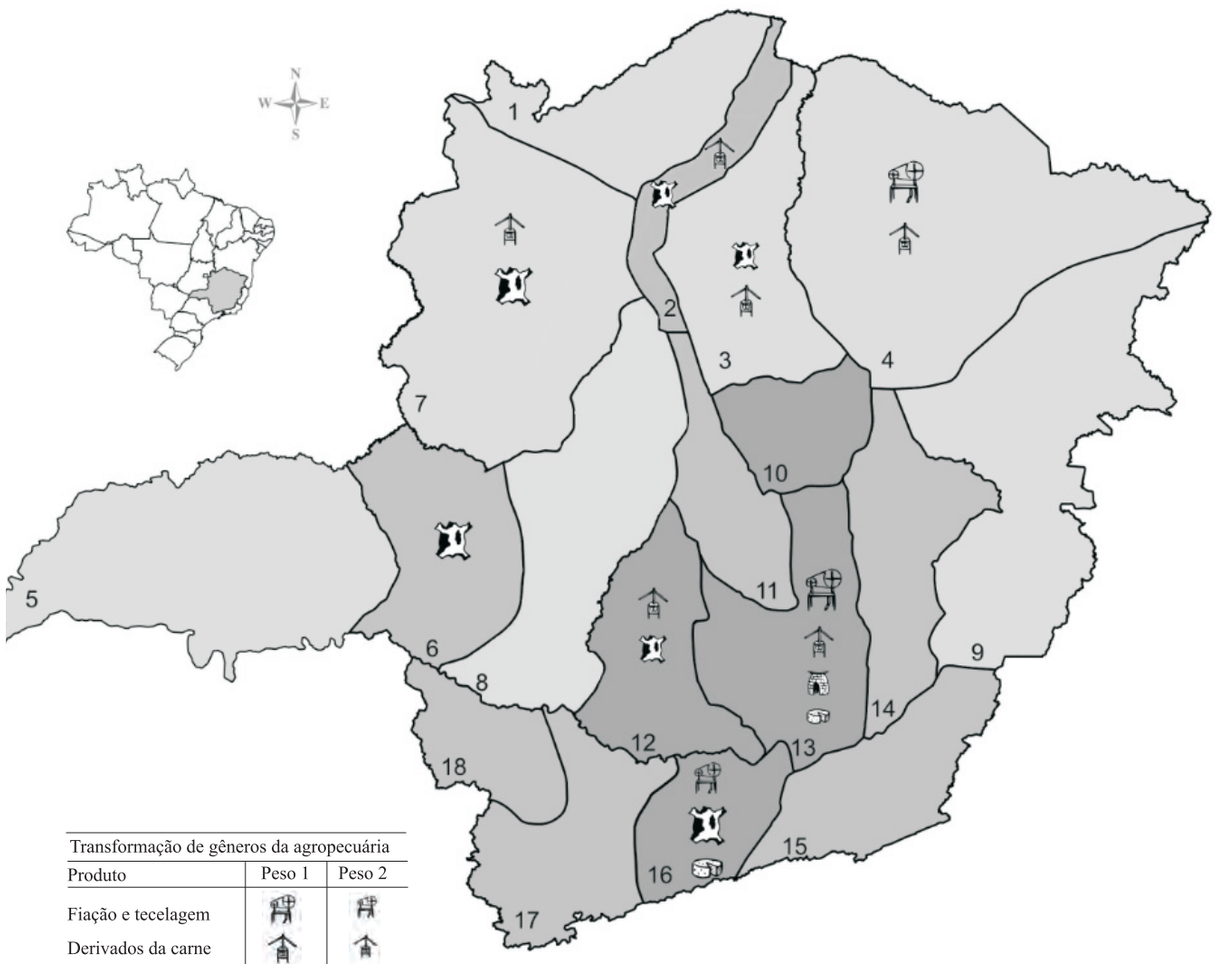
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 2 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – pecuária, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Transformação de gêneros da agropecuária		
Produto	Peso 1	Peso 2
Fiação e tecelagem		
Derivados da carne		
Doces		
Couros e toucinhos		
Queijos		

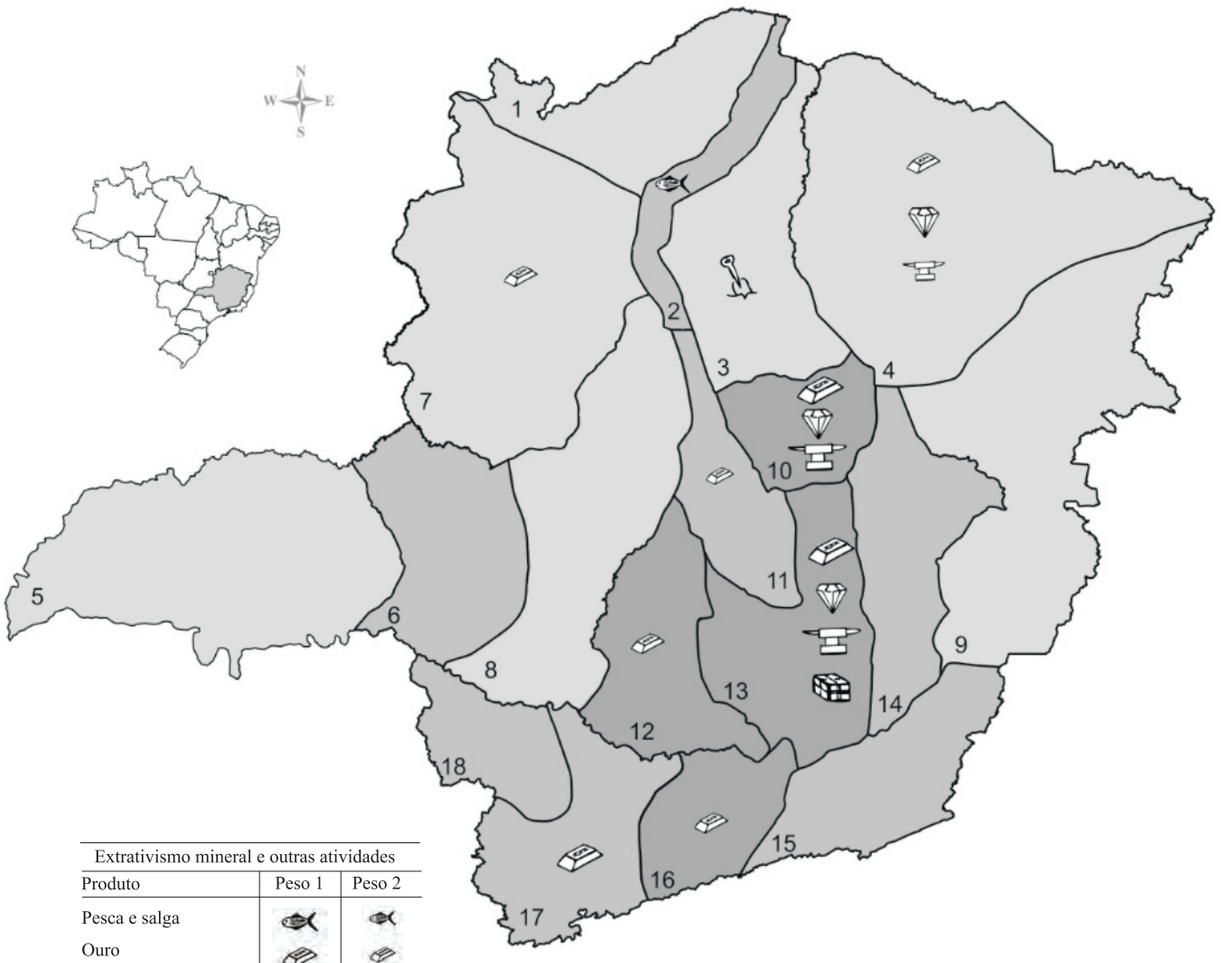
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 3 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – transformação de gêneros da agropecuária, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Extrativismo mineral e outras atividades		
Produto	Peso 1	Peso 2
Pesca e salga		
Ouro		
Diamante e pedras preciosas		
Salitre		
Siderurgia		
Metalurgia		

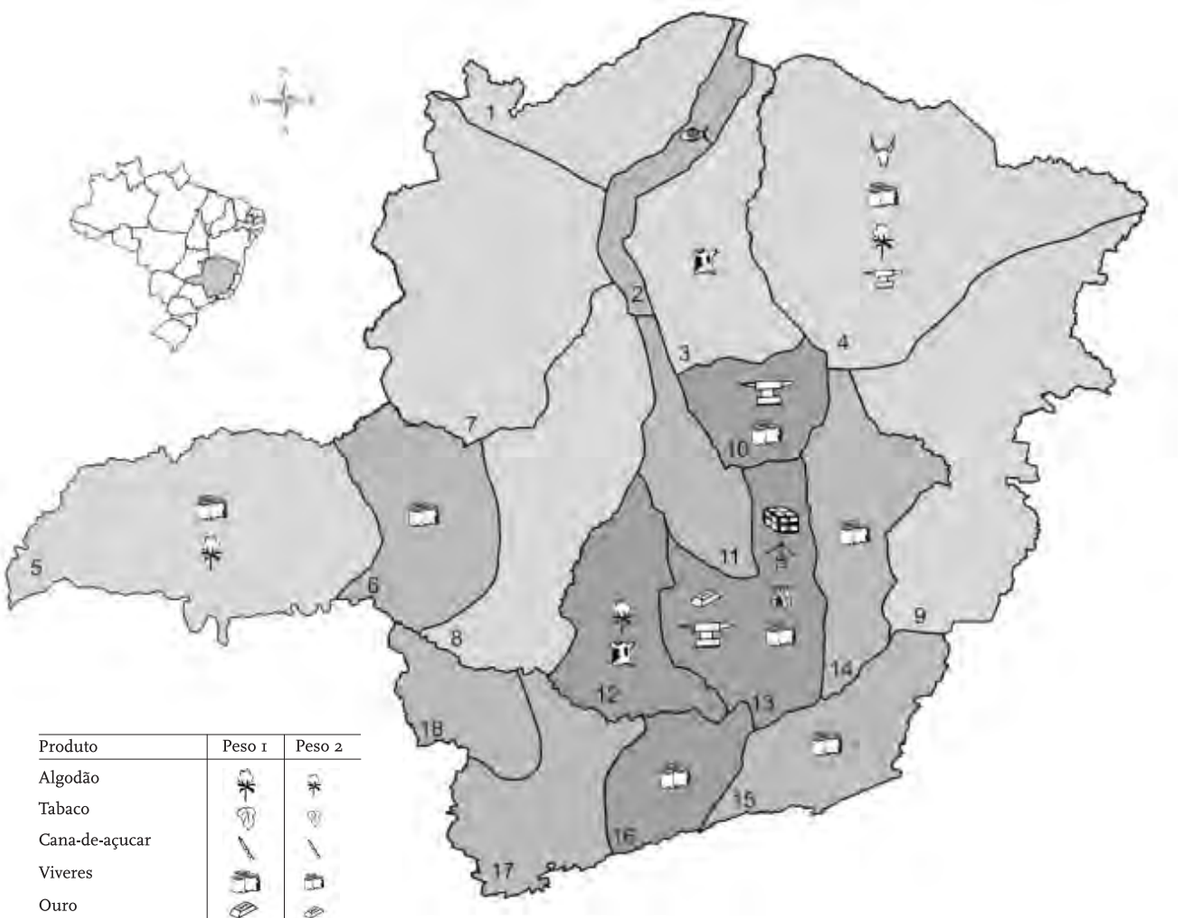
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 4 – Distribuição das principais atividades da produção regional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – extrativismo mineral e outras atividades, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Produto	Peso 1	Peso 2
Algodão		
Tabaco		
Cana-de-açucar		
Viveres		
Ouro		
Bovinos		
Pesca e salga		
Siderúrgica		
Manufaturas		
Derivados da cana		
Doces		
Couros e toucinhos		

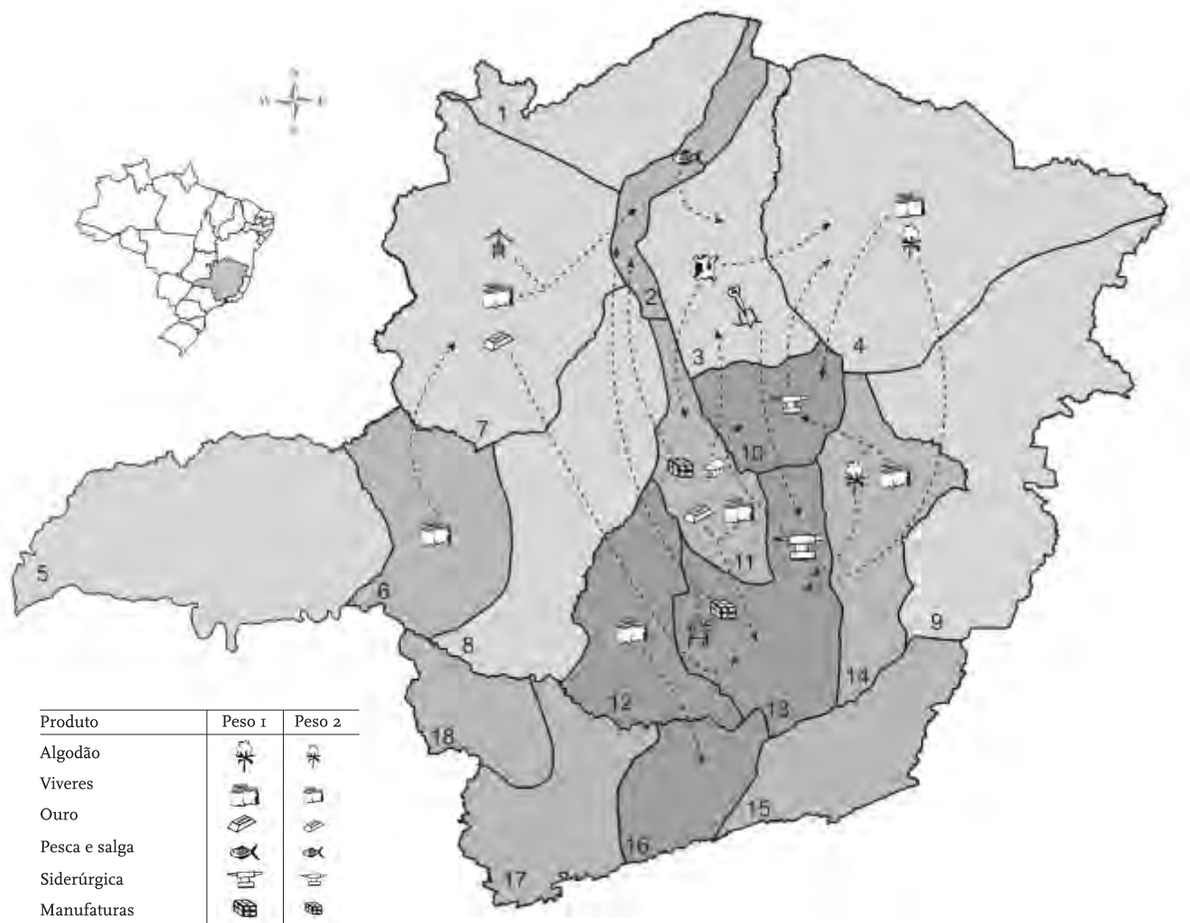
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 5 – Comércio intrarregional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Produto	Peso 1	Peso 2
Algodão		
Viveres		
Ouro		
Pesca e salga		
Siderúrgica		
Manufaturas		
Derivados da cana		
Couros e toucinhos		
Fiação e tecelagem		
Salitre		
Importados		

Níveis de desenvolvimento

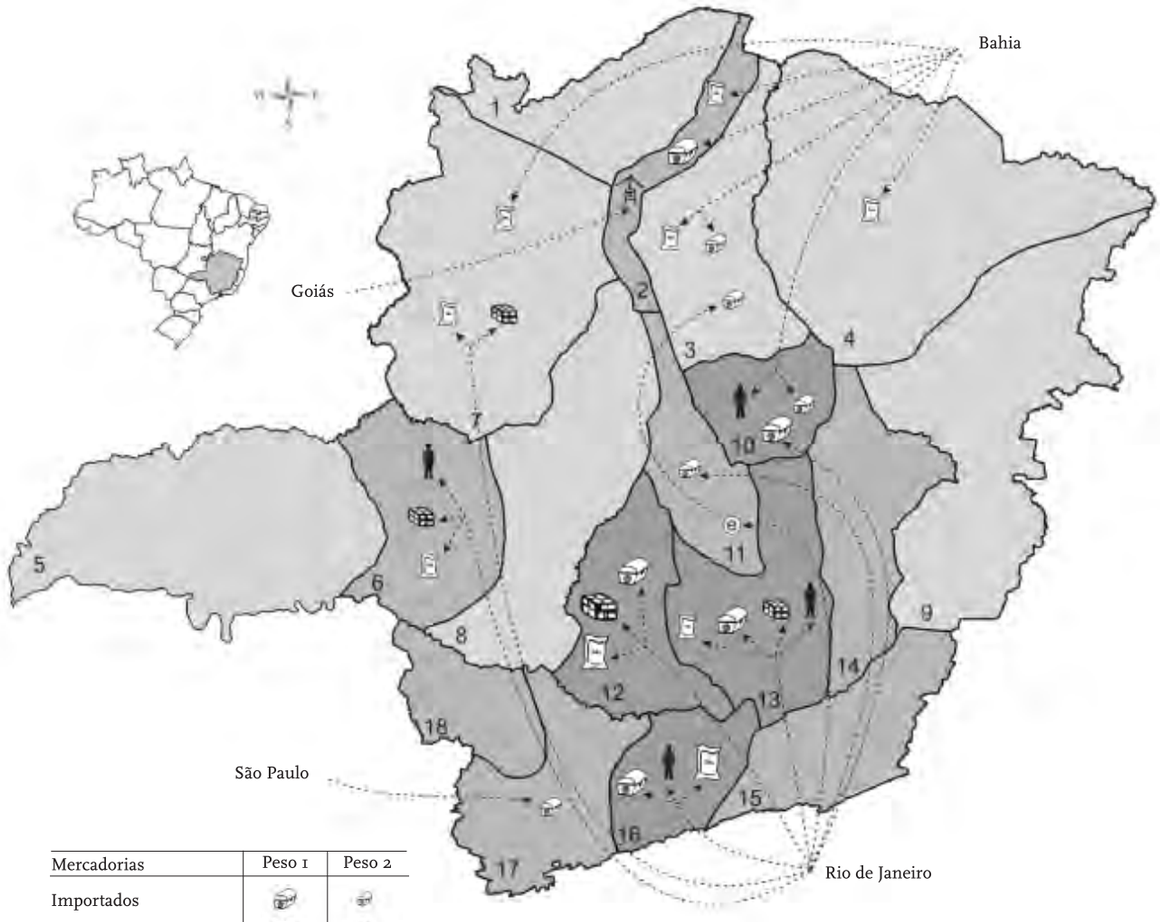
- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões

1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 6 – Comércio interregional segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Mercadorias	Peso 1	Peso 2
Importados		
Manufaturas		
Derivados da cana		
Sal		
Escravos		

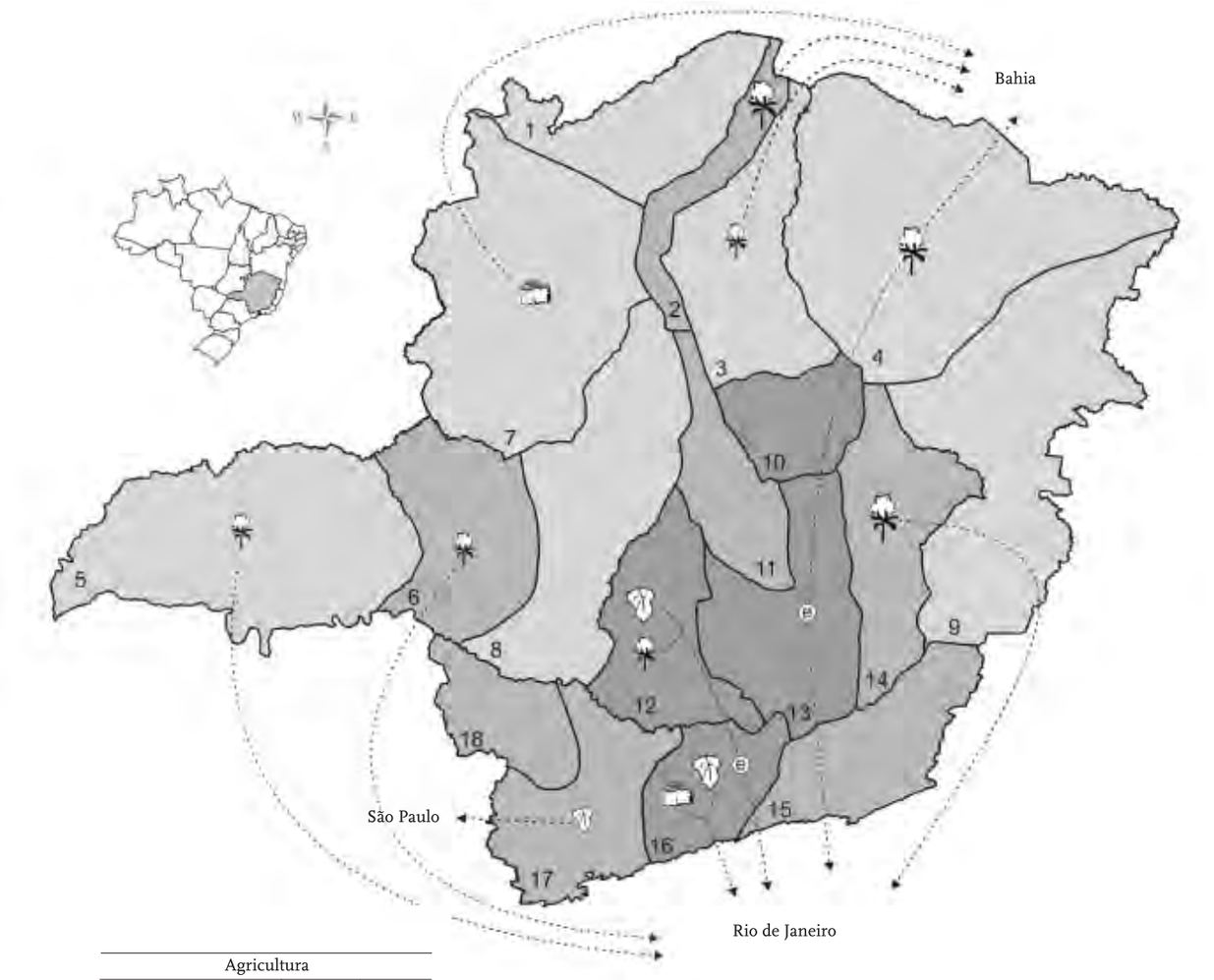
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 7 – Comércio interprovincial de importação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Agricultura		
Produto	Peso 1	Peso 2
Algodão		
Tabaco		
Viveres		

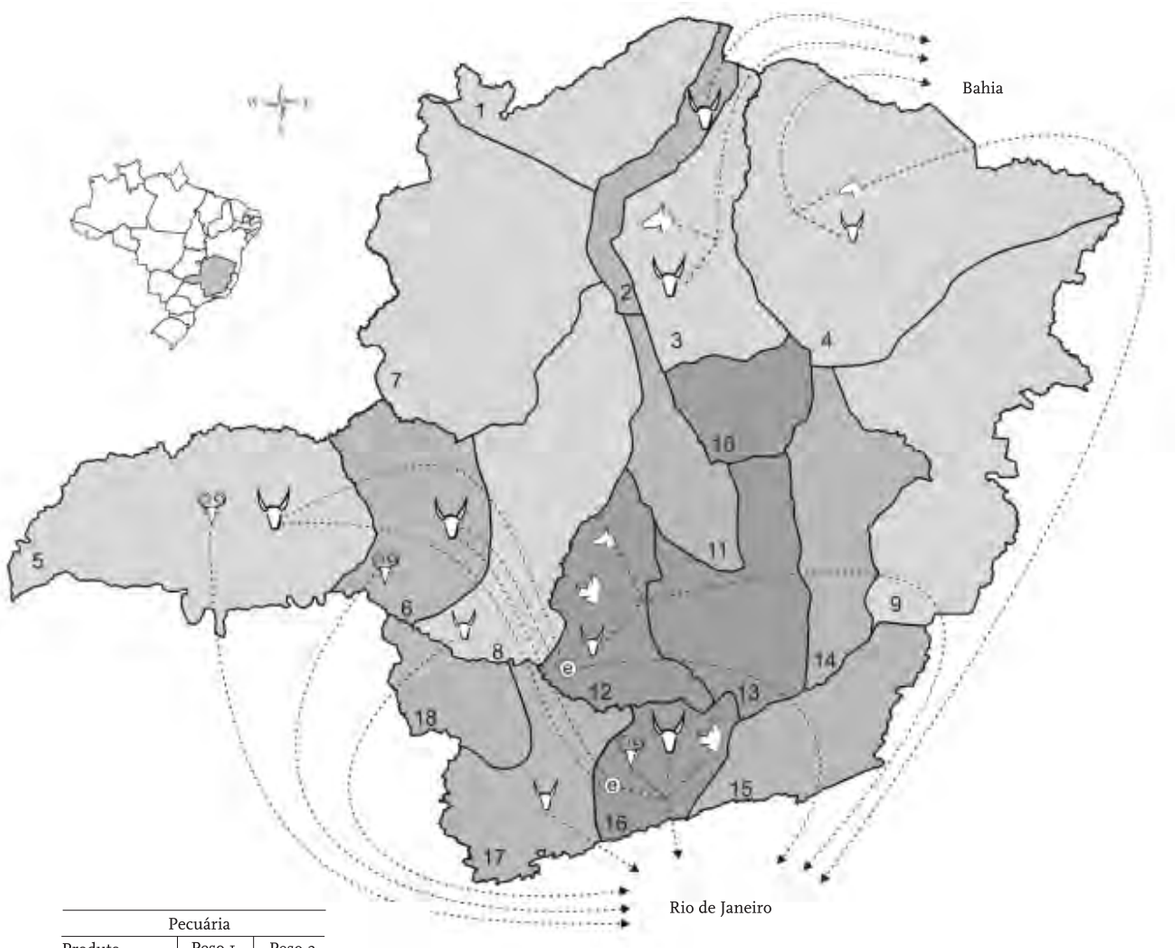
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 8 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – agricultura, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Pecuária		
Produto	Peso 1	Peso 2
Eqüinos		
Suínos		
Bovinos		
Outras criações		

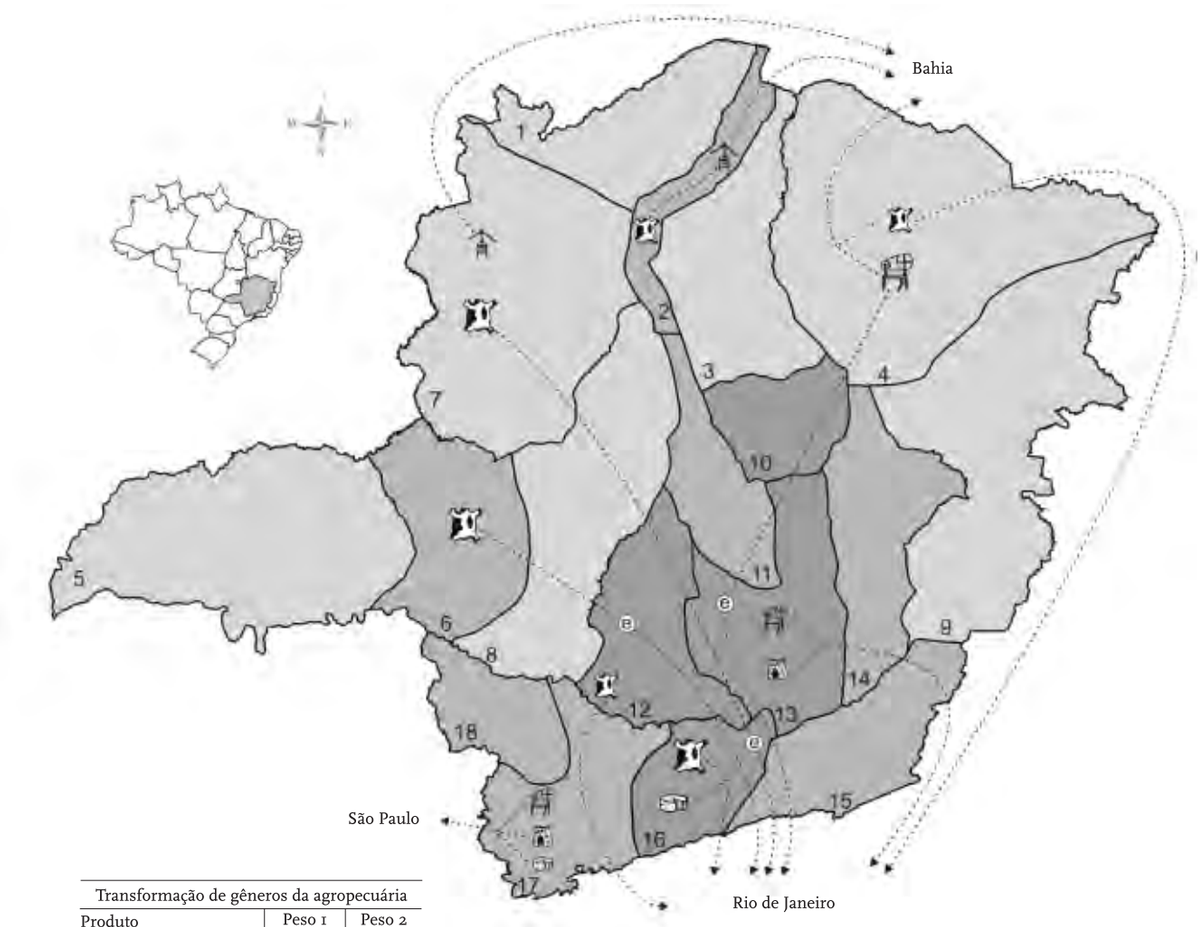
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 9 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – pecuária, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Transformação de gêneros da agropecuária		
Produto	Peso 1	Peso 2
Fiação e tecelagem		
Derivados da cana		
Doces		
Couros e toucinhos		
Queijos		

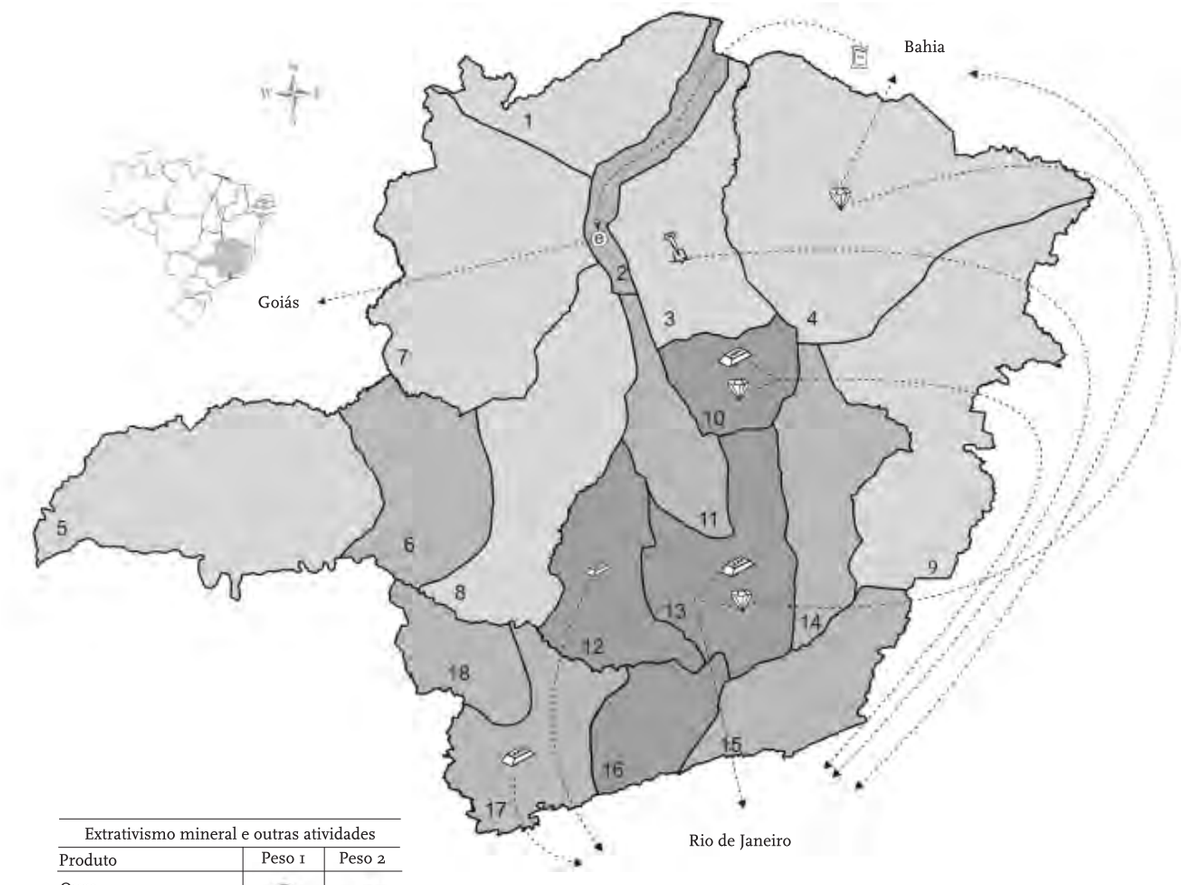
Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 10 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – transformação de gêneros da agropecuária, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.



Extrativismo mineral e outras atividades		
Produto	Peso 1	Peso 2
Ouro		
Diamante e pedras preciosas		
Salitre		
Sal		

Níveis de desenvolvimento

- Baixo
- Médio
- Alto

Regiões	
1 - Extremo Nordeste	10 - Diamantina
2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas
3 - Sertão	12 - Intermediária do Pitangui-Tamanduá
4 - Minas Novas	13 - Mineradora Central Oeste
5 - Triângulo	14 - Mineradora Central Leste
6 - Araxá	15 - Mata
7 - Paracatu	16 - Sudeste
8 - Sertão do Alto Rio São Francisco	17 - Sul Central
9 - Sertão do Rio Doce	18 - Sudoeste

Mapa 11 – Comércio interprovincial de exportação segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX – extrativismo mineral e outras atividades, Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata. DESENHO DE FONTES ICONOGRÁFICAS: Costa, Almir.

A distribuição espacial das atividades produtivas e dos fluxos comerciais põe em evidência os pronunciados contrastes regionais de Minas Gerais. A ubíqua produção de gêneros básicos de subsistência coexistia com espaços econômicos semi-especializados. A espacialmente majoritária produção camponesa inclinava-se para o autoconsumo e gerava excedentes eventuais normalmente comercializados em mercados locais. A produção escravista direcionava-se regularmente para o mercado, abastecia os principais centros urbanos, regiões com relativa especialização produtiva e mercados de outras províncias. Quase todas as atividades constantes nas representações cartográficas da produção regional atendiam, simultaneamente, a necessidades locais e mercados de curta, média e longa distâncias.

Entre os atributos da economia de Minas Gerais no século XIX, a tendência à diversificação da base produtiva ocupava lugar de destaque. Em geral, a típica grande unidade rural caracterizava-se pelo recurso ao trabalho escravo, variada pauta produtiva, auto-suficiência no provimento de necessidades básicas, independência de injunções externas e ampla flexibilidade na alocação dos fatores de produção. Propendia, portanto, a complexificação da agenda agrícola e a expansão dos investimentos, mormente no sentido de alargar a capacidade de beneficiar e transformar a produção da agricultura e pecuária. A força de trabalho recebia formação profissional que a habilitava ao desempenho de múltiplas atividades não especializadas e, ao mesmo tempo, ao atendimento de necessidades impostas por tarefas especializadas. A progressiva incorporação de atividades subsidiárias que reduziam a dependência de importações e dispensavam intermediários mercantis completava-se com a adaptação do consumo interno às restrições que o isolamento geográfico e o reduzido nível de capitalização impunham. Quase sempre em regime de semi-especialização, a combinação de fatores naturais com aspectos mercadológicos determinava a eleição de produto ou produtos a serem orientados para mercados externos.

As economias regionais tendiam a reproduzir as características da grande unidade rural. As atividades agropecuárias e os correspondentes setores de beneficiamento e transformação, voltados preferencialmente para o atendimento do mercado interno da província, estavam disseminados por quase todo o território, ainda que mais desenvolvidos em algumas regiões e sub-regiões. Em geral, a semi-especialização na produção de gêneros básicos de abastecimento estava orientada para suprir regiões ou sub-regiões que não conseguiam atender com recursos próprios a suas necessidades, na maior parte das vezes, em função de restrições naturais que impediam ou tornavam pouco produtivo o cultivo de determinados gêneros, como o algodão importado das regiões Mineradora Central Leste e de Minas Novas pela região Mineradora Central Oeste, ou que tinham sua economia por demais centrada na produção de um ou mais gêneros específicos para exportação, com insuficiente auto-abastecimento de gêneros básicos, como os víveres importados das regiões de Minas Novas e Mineradora Central Leste pela região Diamantina.

Também o setor de transformação se apresentava espacialmente desconcentrado, salvo no caso das restrições ao acesso a matérias-primas, como no caso da siderurgia, que se concentrava nas regiões centrais da província. As principais expressões dessas atividades de transformação eram a produção artesanal doméstica de fios e tecidos, as pequenas forjas que produziam ferramentas para os trabalhos agrícolas e de extração mineral e o grande número de ofícios manuais e mecânicos. Esses setores atendiam, sobretudo, às demandas do mercado interno de Minas Gerais.

Ao contrário da produção para mercados internos, as atividades agropecuárias direcionadas para o exterior da província propendiam a concentrar-se em sub-regiões. O nível de concentração espacial variava segundo o caráter da atividade econômica. A produção de tabaco, desenvolvida em pequenas sub-regiões, é exemplo de elevada concentração espacial. A face extensiva da criação de bovinos, atividade que se espraiava por imensas áreas, ilustra a baixa concentração espacial. Na primeira metade do século XIX, os principais gêneros exportados da agricultura eram tabaco e algodão; da pecuária, destacavam-se bovinos, suínos e eqüinos; da indústria rural, sobressaíam-se couro, queijos e toucinho; os tecidos, elaborados tanto em espaços urbanos como rurais, também constituíam importante item de exportação. Da produção mineral, que apresentava elevada concentração espacial, salientavam-se ouro, diamantes, pedras preciosas e salitre. Às províncias da Bahia e Rio de Janeiro, principalmente a capital do Império, destinavam-se quase todas as exportações de Minas Gerais.

A complexa trama do comércio interno da primeira metade do século XIX caracterizava-se por elevado nível de capilaridade dos fluxos, diversidade das mercadorias em circulação, desconcentração espacial dos pontos de comercialização e avultado número de agentes mercantis.

Vasta e heterogênea rede de fluxos comerciais articulava as regiões mineiras e ligava a província a mercados externos. Ainda que os grandes corredores de exportação se destacassem, as regiões estavam interligadas por uma miríade de fluxos mercantis secundários. O comércio de Minas Gerais segmentava-se em três tipos básicos de fluxos: interprovinciais, inter-regionais e intra-regionais. Os fluxos interprovinciais determinavam parcela dos fluxos inter e intra-regionais. A outra parte dos fluxos inter e intra-regionais possuía autonomia relativa, decorrência da existência de grande mercado interno, com expressivo nível de renda e desvinculado dos setores exportadores.

O comércio de tropas era responsável por quase toda a circulação interna e externa de mercadorias. Esses agentes mercantis dividiam-se em três grupos: unidades produtivas que possuíam seus próprios meios de transporte e realizavam diretamente as transações comerciais, empresários de transporte que alugavam suas tropas sem constituírem-se em intermediários, e negociantes possuidores de tropas que cumpriam a função de intermediação entre o produtor e o mercado.

As representações cartográficas do comércio interprovincial de importação e exportação atestam que Minas Gerais apresentava fortes vínculos com mercados externos. Ao grande número de pontos de origem, correspondia variada pauta de mercadorias exportadas. Embora em níveis diferenciados, dois terços das regiões mantinham regular comércio interprovincial.

Os variados padrões de relacionamento com mercados externos em grande medida estavam associados com o nível de desenvolvimento econômico das regiões: 1. excetuada a região de Diamantina, centrada na extração mineral, os demais espaços regionais com nível de desenvolvimento econômico alto (Mineradora Central Oeste, Intermediária de Pintagui-Tamanduá e Sudeste) relacionavam-se diretamente com o exterior da província e intermediavam expressiva parcela do comércio de exportação de outras regiões para o Rio de Janeiro; 2. determinados espaços regionais com nível de desenvolvimento médio ou baixo (Araxá, Triângulo, Paracatu, Minas Novas) e fortes vínculos com o mercado do Rio de Janeiro apresentavam a parcela mais expressiva do relacionamento com o exterior da província intermediada por agentes mercantis originários de regiões com nível de desenvolvimento econômico alto; 3. duas regiões centrais, de nível de desenvolvimento econômico médio (Médio-Baixo Rio das Velhas e Mineradora Central Leste), conquanto possuíssem atividades voltadas para mercados externos, fundamentavam sua produção comercial em gêneros para o abastecimento interno, notadamente daquelas regiões cuja produção estava precipuamente orientada para o exterior; 4. duas regiões do norte de Minas, de níveis de desenvolvimento econômico médio e baixo (Vale do Alto-Médio Rio São Francisco e Sertão), apresentavam comércio externo fortemente orientado para a Bahia, portanto pouco intermediado por regiões do centro e sul da província; 5. algumas regiões de nível de desenvolvimento econômico baixo (Extremo Noroeste, Sertão do Alto São Francisco e Sertão do Rio Doce) estavam quase que completamente à margem dos circuitos mercantis de importação e exportação, principalmente como decorrência da combinação de baixa densidade demográfica, frágil urbanização e presença de vastos espaços sub-regionais desocupados. O volume relativamente pequeno de informações sobre a economia de três regiões de nível de desenvolvimento econômico médio (Mata, Sul Central e Sudoeste) dificulta a determinação do padrão de relacionamento com mercados externos em que elas se enquadravam.

Aos distintos níveis de vinculação das regiões com mercados externos, correspondiam diferenciadas capacidades de importar, sobretudo escravos. O dinamismo do setor exportador determinava o vigor do setor importador. Entretanto, como salientado, a capacidade de importar de algumas regiões era deslocada pela presença de intermediários que se apropriavam de parte ponderável do excedente, transferindo apreciável parcela da acumulação para regiões que cumpriam a função de entrepostos.

Comarca do Rio das Mortes: associação entre capitais agropecuário e mercantil e o abastecimento do mercado do Rio de Janeiro

No curso das transformações que se processaram entre a segunda metade do século XVIII e a primeira quadra da centúria seguinte, os espaços meridionais de Minas Gerais alcançaram grande projeção econômica e demográfica. Pronunciada retração da mineração, redistribuição populacional, expansão da agricultura e pecuária, aprofundamento do processo de substituição de importações, mudança na direção do comércio externo e constituição de corredor de exportações em direção ao Rio de Janeiro são fatores essenciais à compreensão da ascensão das regiões que compunham a comarca do Rio das Mortes.

A proeminente posição do capital mercantil nessas transformações, bem como nos desenvolvimentos subseqüentes, justificou a realização de duas investigações históricas com substantivas coincidências nos recortes temporal, espacial e temático. Considerando "o abastecimento como uma temática política", Alcir Lenharo estudou as conexões entre a produção mercantil de subsistência da comarca do Rio das Mortes e o mercado do Rio de janeiro, no transcurso de processo que se iniciou em 1808 e conheceu ponto de inflexão em 1842, mormente a projeção política desses agentes mercantis no período regencial (Lenharo, 1979). Conquanto com recorte temporal mais longo, do início da Regência à abolição da escravidão, Afonso de Alencastro Graça Filho focalizou o termo de São João del-Rei, a mais importante unidade administrativa da comarca do Rio das Mortes, e estudou especialmente as articulações das "ocupações produtivas com o centro comercial atacadista sanjoanense" (Graça Filho, 1998).

As múltiplas articulações entre capitais agropecuário e mercantil orientados para o abastecimento do mercado interno conformam importante aspecto de convergência entre as duas investigações, embora matizada em percepções distintas.

Alcir Lenharo salientou a complementaridade entre a produção, circulação e comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno. Afirmou a tendência de os grandes proprietários rurais buscarem o controle da circulação e comercialização de suas produções, com a constituição de meios de transporte próprios e a montagem de estabelecimentos comerciais em espaços urbanos. Além de assegurar independência ante atravessadores, procuravam também se apropriar de parte do excedente de outros espaços produtivos, através da intermediação do comércio com o Rio de Janeiro. Esses traços definidores da identidade das grandes unidades rurais escravistas foram progressivamente forjados desde a segunda metade do século XVIII. A proeminência dos espaços meridionais no processo de reorganização da economia da capitania – resultante do declínio da mineração – consubstanciou a "integração do Centro-Sul" da Colônia, especialmente através do abastecimento do mercado do Rio de Janeiro (Lenharo, 1979: 36-37 e 73-74).

Alicerçado principalmente em dados de inventários *post-mortem* das elites rurais e mercantis do município de São João del-Rei, Afonso de Alencastro relativizou e qualificou a percepção de Lenharo. As atividades rurais e a posse de escravos alcançavam pouca expressão nos quadros dos investimentos dos grandes comerciantes. As atividades mercantis respondiam por parcela reduzida dos investimentos dos grandes fazendeiros. Se não era incomum que grandes produtores estivessem envolvidos com a circulação de mercadorias, por outro lado eram raros os que possuíam estabelecimentos comerciais. A maior parte da produção voltada para o abastecimento era intermediada tanto por grandes fazendeiros quanto por grandes comerciantes. Portanto, a transferência de substantiva parcela do excedente para atravessadores não beneficiava apenas a elite dos proprietários rurais (Graça Filho, 1998: 104, 119-121 e 170).

Estratégia mercantil comum aos grandes comerciantes sanjoanenses, o estabelecimento de casas de negócio na cidade do Rio de Janeiro ampliava a rentabilidade das operações de intermediação. Evitava-se o atravessador carioca no comércio de abastecimento da Corte, bem como na aquisição e distribuição de mercadorias importadas (Graça Filho, 1998: 95-100).

Tropas, boiadas e porcadas no corredor comercial Minas-Rio

Comerciantes atacadistas, produtores independentes, comissários e consignatários ombreavam-se nas rentáveis atividades de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Casas comerciais, notadamente de São João del-Rei, organizavam empresas de transporte destinadas à circulação de gêneros da produção regional ou de espaços econômicos do interior. "Centralizavam o fluxo de mercadorias de diferentes regiões" com destino ao mercado carioca e respondiam pela distribuição de gêneros europeus adquiridos no comércio de retorno com a Corte. Grandes fazendas, especialmente das regiões meridionais de Minas, aparelhavam tropas próprias e esquivavam-se da intermediação mercantil realizada pelos atacadistas. Colocavam diretamente sua produção no mercado, assim como mediavam parte do comércio de longa distância de bovinos. Comissários e consignatários estabeleciam-se "em pontos de entrada e saída do Rio de Janeiro" e assumiam as funções de concentrar as mercadorias chegadas do interior e negociá-las com revendedores da capital. Formavam estoques, controlavam a oferta e especulavam com preços, apropriando-se de parte expressiva do lucro do comércio de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro (Lenharo, 1979: 89-94).

A intermediação do comércio de bovinos, realizada pelas "grandes fazendas do Sul de Minas", compunha extensa e ramificada rede de abastecimento de carne para o mercado do Rio de Janeiro. Aos rebanhos criados nesses espaços meridionais, somava-se a produção de regiões interioranas adquirida por agentes especializados. Através da concessão de crédito, sobretudo para a aquisição de escravos, do endividamento e decorrente dependência, bem como da manipulação dos preços na compra e revenda, as fazendas invernistas apropriavam-se "da parte mais apreciável dos lucros" dos pecuaristas do interior (Lenharo, 1979: 99-102).

Dados recolhidos em *Registro de tropeiros vindos do interior*, para o mês de dezembro de 1829, permitem conhecer a composição segundo a condição social dos trabalhadores na circulação mercantil. Trata-se de tropeiros, boiadeiros e porqueiros que demandavam a cidade do Rio de Janeiro e passaram por registros fiscais. Conquanto predominassem os mineiros, parcela expressiva era oriunda de São Paulo. Pouco mais da metade desses trabalhadores estava engajada em tropas (54,9%), em torno de um quarto em porcadas (24,4%) e próximo de um quinto em boiadas (20,7%). Enquanto os boiadeiros e porqueiros respondiam por mais da metade dos trabalhadores livres na circulação (54,9%), os tropeiros somavam quase três quartos dos escravos (73,2%). Embora em todos os tipos de circulação mercantil preponderassem os livres, nas tropas os escravos perfaziam pouco menos da metade dos trabalhadores (46,5%), nas boiadas menos de um terço (31,9%) e nas porcadas apenas pouco mais de um décimo (11,2%). Ainda que faltem informações sobre o número de empresas e o volume de animais em circulação para cada tipo – dados necessários para o cálculo do número médio de trabalhadores por empresa e por lote de animais –, depreende-se que o recurso ao trabalho servil era menor na condução de animais como mercadorias do que na de animais como meio de transporte. Dada a referida complementaridade produção/circulação, talvez o grau de utilização de escravos na produção explique o maior ou menor emprego de cativos na circulação (Lenharo, 1979: 96-98).

Tabela 9 – Composição segundo a condição social dos trabalhadores na circulação mercantil, província do Rio de Janeiro, dezembro de 1829

Tipo de circulação mercantil	Trabalhadores								
	Livres			Escravos			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Tropas	129	45,1	53,5	112	73,2	46,5	241	54,9	100,0
Boiadas	62	21,7	68,1	29	19,0	31,9	91	20,7	100,0
Porcadas	95	33,2	88,8	12	7,8	11,2	107	24,4	100,0
Total	286	100,0	65,1	153	100,0	34,9	439	100,0	100,0

Fonte: Lenharo, 1979: 96-98 (Arquivo Nacional, códice 419, *Registro de tropeiros vindos do interior com tropas em geral e guias de registros*, 1829-1832).

Praça de São João del-Rei: controle do crédito e prestígio social; preços e conjunturas econômicas

No final da década de 1950, Francisco Iglésias anotou as prováveis primeiras impressões sobre a questão do crédito em Minas Gerais no século XIX. A ausência de estabelecimentos bancários criava sérias restrições ao financiamento da produção, aumentava o poder dos usurários e estimulava a busca de crédito na praça do Rio de Janeiro. Quarenta anos depois, Afonso de Alencastro realizou o primeiro estudo sistemático do tema e confirmou em parte ou integralmente as judiciosas assertivas de Iglésias.

> *O problema do crédito não encontrou pronta solução, pois Minas não contou com estabelecimentos bancários senão nos últimos anos. Para alguns presidentes essa falta constituiu motivo de cuidados. (...) O crédito territorial era reconhecido como necessidade, principalmente por causa da falta de espírito associativo. Sob o ângulo histórico, a questão é bem desconhecida na época da província. Mesmo sem casas especiais, adequadas ao serviço, sabe-se que sempre houve movimento de empréstimo, ainda na capitania. Impunha-se então uma figura que permanecerá no Império e até na República – a do agiota ou onzenário, muito compreensível em região com dificuldades financeiras de toda ordem. As operações de crédito e de câmbio eram comuns nas cidades mineiras (...) Lembraríamos, enfim, que a parte de Minas mais desenvolvida e de melhor comércio – a zona da Mata e o Sul – mantinha ligações íntimas com a província fluminense e com a Corte, que contavam com inúmeros e sólidos estabelecimentos bancários. O mineiro que mais usava o crédito, pelo contato freqüente com esses centros, pelos negócios comuns, aí fazia suas operações. Já devia ser quase regra para pessoas de certa categoria a visita ao Rio, que o mineiro ainda hoje não despreza. Quanto aos outros, prejudicavam-se na província, sem possibilidade de ampliação de sua modesta vida econômica, sem o aumento de perspectivas que as facilidades de crédito podem proporcionar* (Iglésias, 1958: 193-195).

Características do sistema de crédito do século XVIII persistiram na centúria seguinte. A concessão de empréstimos permaneceu controlada pela elite mercantil, embora coexistindo com outros agentes fornecedores de crédito. Somente na terceira quadra do Oitocentos, começariam a surgir as primeiras casas bancárias em Minas Gerais, principalmente nas regiões de economias mais dinâmicas (Graça Filho, 1998: 72-74 e 113-115).

A praça de São João del-Rei desempenhava função de "centro financeiro para uma ampla região de Minas Gerais". A origem desses recursos creditícios vinculava-se à "acumulação de excedentes na economia de subsistência" orientada para o abastecimento do mercado interno. Grandes comerciantes sanjoanenses concentravam a concessão de crédito – fonte de "poder e prestígio social", assim como de origem de redes de dependência econômica e social. Embora com base em universo relativamente pequeno de documentos, constatou-se que a participação relativa das dívidas ativas correspondia a quase 50% do total dos bens arrolados nos inventários dos grandes comerciantes (Graça Filho, 1998: 84, 90-91, 94 e 104).

Os elevados valores em dívidas ativas nos inventários podem ser considerados índice da "restrição de numerário em Minas". Para Afonso de Alencastro, a convivência de grandes dívidas ativas com significativas dívidas passivas indicia a existência de lucrativas práticas de conversão de débitos em créditos, o provável "repasse do crédito ou mercadorias por uma taxa de juros mais elevada". O exame da distribuição das dívidas e a constatação do grande número de pequenos devedores sugeriram que "o modelo paradigmático do crédito mercantil sanjoanense foi o da concessão de pequenos valores a inúmeras pessoas". Concentração da concessão de crédito e extenso e variado universo de devedores conferiam posição socialmente proeminente à elite mercantil de São João del-Rei. A quitação dos débitos tendia a efetivar-se progressivamente e reiterar laços de dependência (Graça Filho, 1998: 84-86 e 90-95).

Tabela 10 – Composição da fortuna de negociantes grossistas da praça de São João del-Rei, 1835-1891

Modalidades dos bens inventariados	Valor (em réis)	%
Imóvel urbano	346:918$744	7,87
Imóvel rural	63:115$679	1,43
Ouro	210$900	0,00
Jóias	20:934$835	0,47
Pertences	46:429$575	1,05
Comércio	174:789$939	3,96
Animais	15:080$000	0,34
Escravos	137:260$000	3,11
Lavoura	270$000	0,01
Ações	259:979$000	5,89
Apólices	909:922$000	20,63
Dívidas passivas	272:264$392	6,17
Dívidas ativas	2.065:376$667	46,83
Dinheiro	16:978$791	0,38
Aluguel	3:600$326	0,08
Dotes	77:639$054	1,76
Total	4.410:769$902	100,00

Fonte: Graça Filho, 1998: 102-103 (Museu Regional de São João del-Rei, 31 inventários *post-mortem*).

Conquanto o pequeno número de inventários distribuídos em largo período de tempo não permita o estabelecimento de ilações definitivas, sobressaem algumas tendências importantes. A referida predominância das operações de crédito refletidas nas dívidas ativas e passivas combinava-se com significativos investimentos em imóveis urbanos, apólices e ações. Como mencionado, a tendência de diversificação dos ativos não confluía de forma significativa para o setor rural, dada a pequena participação relativa das propriedades agropecuárias e dos escravos (Graça Filho, 1998: 102-108).

Ausência de crédito público, inexistência de "uma política financeira de amparo à lavoura" e juros excessivos cobrados pelos comerciantes usurários determinavam quadro bastante desfavorável ao financiamento da produção rural. Contribuía ainda, para o agravamento das dificuldades enfrentadas por agricultores e pecuaristas, a intermediação realizada pelos mesmos comerciantes, responsável pelo deslocamento da "maior parte dos excedentes" da produção para o setor mercantil (Graça Filho, 1988: 101 e 113-114).

O estudo de 171 registros de contratos de dívidas, para os anos 1831-40 e 1861-70, e das 515 dívidas passivas de 103 inventários de grandes fazendeiros, referentes ao período 1831-88, atestaram que o "controle da liquidez da economia do município de São João del-Rei estava enfeixado nas mãos do alto comércio" (Graça Filho, 1998: 115-117).

Tabela 11 – Registros de contratos de dívidas, São João del-Rei, 1831-40 e 1861-70

Credores	Valor (em réis)	%
Comerciantes	225:105$351	48,42
Fazendeiros	11:564$480	2,49
Outros	228:274$957	49,10
Total	464:944$788	100,00

Fonte: Graça Filho, 1998: 115-116 (Museu Regional de São João del-Rei, Escrituras de compra e venda dos Cartórios dos 1º e 2º Ofícios de Notas).

Tabela 12 – Dívidas passivas de grandes fazendeiros, São João del-Rei, 1831-88

Credores	Dívidas		
	Nº	Valor (em réis)	%
Comerciantes	128	191:509$910	27,7
Fazendeiros	28	57:383$836	8,3
Herdeiros	78	141:039$789	20,4
Doutores	26	26:963$489	3,9
Irmandades	53	4:839$600	0,7
Padres	25	13:136$058	1,9
Boticários	7	3:456$857	0,5
Jornais de escravos e libertos	6	1:382$743	0,2
Comerciantes e fazendeiros	3	1:382$743	0,2
Não identificados	161	250:276$489	36,2
Total	515	691:371$519	100,0

Fonte: Graça Filho, 1998: 116-117 (Museu Regional de São João del-Rei, 103 inventários *post-mortem*).

Inventários e testamentos também documentaram estratégias sociais voltadas para a perpetuação ou ampliação intrafamiliar da hegemonia conquistada no comércio atacadista e nas operações financeiras. Alianças matrimoniais e endogamia objetivavam a preservação da riqueza e prestígio social entre as famílias da elite mercantil de São João del-Rei (Graça Filho, 1998:76-81).

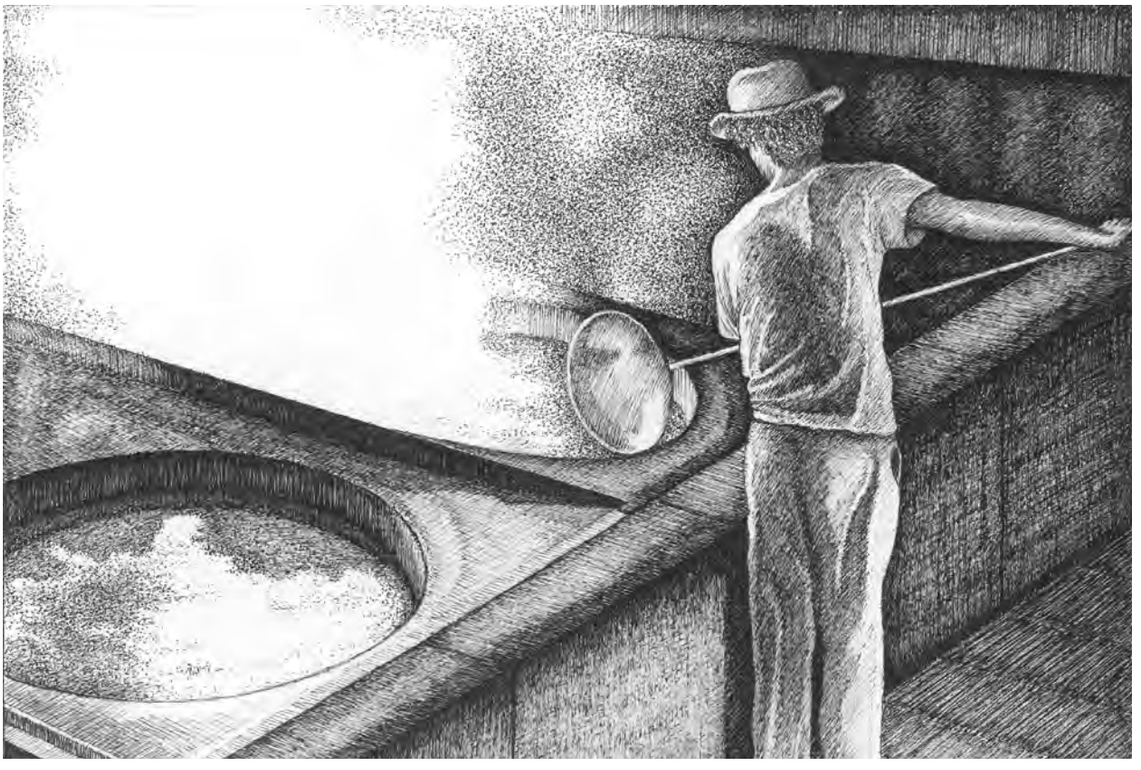
Livros de receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia, para o período 1814-1905, forneceram os dados para pioneira incursão no estudo da evolução dos preços na Minas oitocentista. Itens de consumo importados de outras províncias ou do exterior – como sal, farinha de trigo e bacalhau – apresentavam variações de preços determinadas por flutuações do mercado internacional e/ou conflitos políticos com repercussão na estabilidade do abastecimento. Preços de gêneros produzidos e consumidos localmente – como arroz, milho e feijão – caracterizavam-se por acentuadas oscilações em curtos intervalos de tempo, reflexos de "um mercado bastante instável e especulativo para os produtos de origem vegetal". Itens de consumo local, mas também destinados à exportação – como carne verde, toucinho e galinha – estavam debaixo da influência dos "preços praticados na praça do Rio de Janeiro". Para os produtos de origem animal, a simetria entre as variações dos preços locais e do Rio de Janeiro salientava uma relativa integração entre mercados do interior e do litoral. A percepção de conjunturas econômicas internas e independentes do mercado externo a determinar variações nos preços, assim como de concordâncias entre flutuações de preços das praças de São João del-Rei e Rio de Janeiro, evidenciou a existência de mercados provinciais e incipiente mercado interno brasileiro (Graça Filho, 1998: 173-186, 233-235 e 247).



Loja de padeiro. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1834). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

2

Fiscalismo e os Mapas de 1836



Escumação do caldo da cana. Município de Cambuquira, Minas Gerais. Fotografia de Marcelo Godoy (1993). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

2 – Fiscalismo e os Mapas de 1836

> *(...) não sefalando nas fabricas de aguardente e açucar, que se concervão no mesmo estado, tendo apenas algum fazendeiro as deixado dando por causa a impusição de quarenta mil reis sobre os Engenhos que he muito desigual, pois tanto paga o fasendeiro que possue cem escravo, como o que possue dois, e ultimamente por causa dos tresentos, e vinte reis sobre cada barril de aguardente (imposto Municipal, de alguns Municipios onde se extrai a mesma aguardente) que com quanto não paressa, cahe directamente sobre o Fabricante.*
> Joaquim Pedro Vidigal de Barros, presidente da Câmara de Piranga, 1855. Arquivo Público Mineiro, SP, códice 570.

Sem perder de vista o objetivo primacial de contextualizar e apresentar criticamente as fontes históricas que estão na base dos desenvolvimentos mais importantes da pesquisa, esta seção volta-se também para o estudo de longevo fiscalismo que imprimiu traços indeléveis na economia, sociedade e tradições culturais referentes à cana-de-açúcar em Minas Gerais.

A formação e evolução histórica das atividades agroaçucareiras mineiras nos séculos XVIII e XIX caracterizaram-se por específica relação com o Estado. Integrados em unidades produtivas diversificadas e inseridos nos quadros do abastecimento dos mercados mineradores, o cultivo e a transformação da cana receberam tratamento especial do Estado ao longo de todo o período colonial. Concorrente de pretensos monopólios comerciais, engrenagens do exclusivo metropolitano, os engenheiros de cana de Minas Gerais estiveram submetidos à política que os projetava na ilegalidade e, ao mesmo tempo, lhes imputava responsabilidades fiscais. Se na capitania imperou a contradição, na província exacerbou-se inclinação fiscalista. Os fabricantes de açúcar, rapadura e, sobretudo, aguardente descobriram-se, progressivamente, submetidos à legislação tributária que primava pelo excesso e irrealismo. As desmesuradas imposições fiscais a recair sobre a produção, circulação e comercialização de derivados da cana compuseram quadro em que a sonegação e clandestinidade pareciam vitais à viabilidade econômica do setor. Como discutido na seção anterior, o caráter do processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil – economicamente excludente e socialmente perverso – agravou as responsabilidades do Estado em relação às adversas condições de existência das atividades agroaçucareiras tradicionais.

Depois de breve inventário dos principais capítulos da tensa e contraditória relação da administração colonial com os engenheiros de cana do Setecentos, o desenvolvimento da subseção 2.1 volta-se para circunstanciada análise das políticas tributárias orientadas para o setor canavieiro no século XIX. Segmentadas segundo as esferas da produção, circulação e comercialização, as imposições fiscais que recaíam sobre as atividades agroaçucareiras são objeto de exame que busca, precipuamente, os seguintes objetivos: 1. origem dos impostos, notadamente a inserção em tradição fiscal que remonta ao século XVIII; 2. fórmulas tributárias, com o acompanhamento no tempo das variações nas alíquotas, base de contribuintes e na abrangência espaço-administrativa; 3. projeções de receita e o desempenho da arrecadação, inclusive a análise das alterações no tempo entre a expectativa e o efetivo recolhimento dos tributos; 4. avaliação do alcance das imposições em relação ao universo tributável, acompanhada do dimensionamento da sonegação e contrabando.

No transcurso da apreciação da evolução das políticas tributárias e, sobretudo, no balanço geral das relações do setor canavieiro de Minas Gerais com o Estado, são sobrelevados os atributos das atividades agroaçucareiras que permitiam o acionamento de mecanismos de esquivo à hipertrofiada carga fiscal que lhes era imposta. Constata-se que o irrealismo tributário forjava verdadeiro simulacro, aprofundava a distância entre as pretensões fiscais do Estado e o resultado de arrecadações longe de alcançar o potencial contributivo do setor.

A subseção 2.2 destina-se à apresentação dos Mapas de 1836, repertório documental que responde, como referido, pela base empírica fundamental da pesquisa[114]. A exposição e crítica da documentação segmentam-se na análise da origem legal, na apreciação dos aspectos que interferiram na elaboração e no acurado exame da estrutura formal e de conteúdo. A origem dos Mapas de 1836 desdobra-se no dispositivo legal que criou novo tributo incidente sobre os engenhos aguardenteiros e estabelecimentos comerciais, no regulamento que determinou a forma de lançamento dos contribuintes e arrecadação do imposto e na solicitação que ensejou a primeira apuração e registro de engenheiros e negociantes. Dentre os aspectos que interferiram na elaboração dos Mapas de 1836, salientam-se o caráter da circulação de informações entre o governo provincial e os municípios e distritos de paz, as vinculações político-administrativas e projeção social dos responsáveis pelo arrolamento, a vigência de secular cultura reativa ao tratamento diferenciado dispensado pelo Estado ao setor canavieiro e as idiossincrasias das autoridades e funcionários públicos locais. Na consideração da estrutura formal e de conteúdo, desponta circunstanciada análise da composição dos documentos e do padrão informativo de suas partes, notadamente os universos informativos referentes a engenhos e engenheiros, negociantes e casas de negócio.

Ao perquirir cada uma das variáveis ou informações pertinentes às atividades agroaçucareiras, mormente a produção de aguardente, e mercantis, sobretudo o comércio estabelecido, pretende-se a determinação da cobertura geral dos dados arrolados nos Mapas de 1836. Persegue-se crítica da documentação capaz do mais amplo mapeamento possível do potencial informativo específico a cada variável, inclusive com a discussão das prováveis motivações que estão na base dos diferenciados padrões informativos dos Mapas de 1836. Assim, apresenta-se não apenas a freqüência de cada variável, a permitir mensurar as possibilidades de tratamento estatístico, mas também são comentadas as variações para cada informação, a delimitar o alcance de abordagens que se prendem a aspectos não redutíveis a mensurações estatísticas.

Dessa panorâmica dos Mapas de 1836, resulta caracterização dos setores canavieiro e comercial da província em perfeita consonância com os desenvolvimentos da primeira seção. Tanto nos aspectos gerais, como nas particularidades, constata-se uma mesma convergência para atividades agroaçucareiras e mercantis fortemente vincadas por determinações estruturais definidas pelo caráter da economia de Minas Gerais, muitas delas resultantes de processos que remontam ao século XVIII. Alguns exemplos conspícuos: observa-se que quando a autoridade local informou sobre os derivados produzidos, e não apenas a vigência da fabricação de aguardente, a tendência era da combinação do açúcar/rapadura com o destilado, portanto a não-especialização em derivado único; apura-se que a irregular extensão da safra da cana associava-se com o destino da produção e, principalmente, a inserção em complexo calendário agrícola de unidades produtivas diversificadas; constata-se que a desconcentração mercantil permitia a convivência de grandes armazéns possuidores de avultados fundos com uma profusão de vendas sustentadas por precários aprovisionamentos; nota-se que a complexidade das atividades mercantis de Minas permitiam a coexistência de múltiplos regimes de comércio, em que o negociante eventual que se aventurava no varejo de molhados ombreava com o negociante profissional que controlava operações atacadistas que incluíam fazendas e espíritos importados.

Conquanto ao longo da apresentação das variáveis possam ser recolhidos tantos outros exemplos que, independente da freqüência da informação, reiteram direta ou indiretamente a caracterização geral exposta na primeira seção, também são abundantes dados subsidiários a aspectos dos setores canavieiro e mercantil da província que ainda não foram contemplados pela historiografia. Alguns exemplos expressivos: no capítulo da técnica pouco se sabe sobre os equipamentos e processos produtivos vigentes nas atividades agroaçucareiras da província; menos conhecida ainda é a composição dos custos operacionais dos engenhos de cana, mormente as despesas relativas à manutenção de equipamentos, geração de força motriz e aprovisionamento de combustível; também espera por pesquisas históricas a compo-

114 Os primeiros estudos com intenções de critica e contextualização dos Mapas de 1836, bem como exploração inicial dos dados dessa documentação fiscal, foram realizados no começo da década de 1990 (Paiva e Godoy, 1992).

sição dos estoques dos estabelecimentos mercantis do Oitocentos; faltam estudos sobre algumas modalidades de pequeno comércio, são restritos os conhecimentos tanto sobre o comércio clandestino urbano, como sobre as casas de negócio estabelecidas em propriedades rurais.

No transcurso das terceira e quarta seções, avança-se sobre parte dessas e outras lacunas historiográficas. Quanto às informações regularmente contempladas nos Mapas de 1836, portanto passíveis de tratamento estatístico, as subseções 3.1 e 4.1 examinam os resultados para as seguintes variáveis: número de engenhos, composição por sexo dos engenheiros, força motriz dos equipamentos de moagem, número de casas de negócio, composição por sexo dos negociantes, localização dos estabelecimentos comerciais, tipos de casas de negócio e modalidades de mercadorias comercializadas.

Encerra-se a subseção 2.2 com avaliação de representatividade que demonstra a impressionante boa cobertura dos Mapas de 1836 remanescentes. Concluem-se assim, as etapas preliminares que lançam as bases sobre as quais os desenvolvimentos subseqüentes sustentam-se.

2.1 – Políticas tributárias para o setor canavieiro[115]

> *Minha experiência é a seguinte. Nas cidades do Atlântico, a sobriedade é a regra, especialmente entre as pessoas instruídas, e o clima dificilmente permite que o abuso de estimulantes dure muito. No interior, porém, a dieta vegetal, a facilidade de se encontrar bebida barata e forte, a falta de estímulo e o exemplo de exilados, que encontram na garrafa seu melhor amigo, tornou as classes inferiores, como as regidas pela "Lei de Bebidas Alcoólicas de Maine", uma raça de grandes bebedores. (...) O mineiro já não pode vangloriar-se dessa agradável superioridade moral. É difícil contratar trabalhadores, livres ou escravos, que não se excedam habitualmente na bebida, e, se o "patrão" dá o exemplo, a indulgência ultrapassará todos os limites. O tropeiro e o barqueiro começam o dia com um gole "para espantar o diabo". Há um segundo "mata bicho", que, como diz a velha pilhéria, não há jeito de morrer. Depois de quebrar o jejum, às sete ou oito da manhã, um terceiro, com os homens sóbrios, segue o jantar, de meio-dia às duas horas, e, muitas vezes, a noite é passada pelos amigos com uma viola e um garrafão de cachaça. Em pequenos povoados, depois de um dia de feriado, vi cinco ou seis homens estendidos na estrada, e muitas vezes fui advertido no sentido de não fazer a tripulação de uma canoa atravessar corredeiras em manhã seguinte a uma noitada. Como os orientais, poucos homens aqui bebem moderadamente; os que bebem, bebem muito, e os que evitam o vício são inteiramente abstêmios. O consumo de bebidas espirituosas excede, acredito, ao da Escócia. Os brasileiros, que ficam escandalizados com a quantidade consumida, afirmam que a cachaça é usada em banhos. O governo deveria publicar as estatísticas relativas ao assunto, o que seria fácil, pois, em sua maior parte, as destilarias são tributadas, e a cachaça paga um imposto, quando entra nas cidades e vilas* (Burton, 1976: 332-333). *Os engenhos movidos à água pagam 40$000 por ano, ao passo que os movidos a bois pagam a metade daquela importância; os produtos de ambos, quando entram nas cidades, ainda pagam um imposto de 0$320 por barril de 30 garrafas. Será melhor para o povo, quando as circunstâncias permitirem, uma tributação muito mais pesada* (Burton, 1977: 23).

Em 1836, entra em vigor nova imposição fiscal a recair sobre o setor canavieiro de Minas Gerais. Durante quase meio século, esse imposto incidiu sobre a fabricação e comercialização de derivados da cana-de-açúcar, especialmente a aguardente. Embora o novo dispositivo reunisse princípios tributários inéditos e, no correr do século, demonstrasse surpreendente flexibilidade para assimilar diversos escalonamentos em faixas de imposto e a incorporação de múltiplas isenções fiscais, não representava alteração na essência do tratamento que o Estado até então dispensara ao setor. Se no Setecentos prevalecera aparente contradição, expressa na convivência entre a repressão ao livre desenvolvimento da atividade e uma série de tributos, no Oitocentos consolidou-se inequívoco fiscalismo.

No decorrer do século XIX, a evolução das políticas tributárias das administrações provinciais e municipais de Minas Gerais pertinentes a produção, circulação e comercialização de derivados da cana-de-açúcar revela a progressiva consolidação de exacerbada preocupação com o setor e a recorrente busca de máxima eficiência fiscal. Os resultados negativos das arrecadações, a expansão permanente do número de engenhos, o crescimento da produção de derivados da cana e o fortalecimento de mecanismos de corrupção e sonegação conformaram a contrapartida dos engenheiros de cana mineiros à voracidade e irrealismo da legislação tributária para o setor.

Século XVIII – Ilegalidade dos engenhos de cana e origens do fiscalismo[116]

A intervenção do Estado na produção de derivados da cana-de-açúcar iniciou-se precocemente em Minas Gerais. Bem antes de se alcançar a terceira década do século XVIII, a atividade não somente estava reconhecida pela administração portuguesa, como também, sofria os primeiros golpes de política que, ao longo de um século, não perderia suas feições opressivas.

A fabricação de derivados da cana para o atendimento do mercado interno estava inserida na imperiosa necessidade de abastecimento dos especializados espaços mineradores e no inevitável processo de progressiva substituição de importações. Todavia, com raras exceções, os altos funcionários da Coroa, responsáveis pela administração da capitania, não compreenderam a inevitabilidade de tal processo ou,

---

115 O texto dessa subseção é versão revista, atualizada e, em parte, resumida de *Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o Estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX* (Godoy, 2000a).

116 Esse tópico fundamenta-se, sobretudo, nos capítulos *Guerra dos Engenhos* (p. 103-108), *Tributação* (p. 135-144) e *Recrudescência* (p. 167-178) de *A cana-de-açúcar em Minas Gerais* (Costa Filho,1963).

enceguecidos pela lógica da relação exacerbadamente espoliadora entre Metrópole e Colônia, abdicaram da capacidade de compreensão.

A tensa relação entre o Estado e o setor canavieiro de Minas Gerais representa caso emblemático. Durante todo o período colonial, a política discricionária e repressiva adotada pela Metrópole com relação à atividade evidenciou acentuada miopia. Em geral, a avaliação da realidade, a proposição de formas de intervenção e os recursos mobilizados para sua efetivação estiveram marcados por contradições, hesitações, grande desinformação e resultados pouco expressivos.

Muitas foram as justificativas apresentadas, por administradores e pela própria Coroa, para coibir e perseguir os engenhos. A tese dominante era a de que os trabalhos nas fábricas de cana resultavam em substantivo desvio de mão-de-obra da mineração de ouro. Alegou-se, também, a inquietação com a redução dos benefícios auferidos no comércio de abastecimento e na concorrência sofrida pela aguardente do Reino. Valeu-se, ainda, de preocupação com a manutenção da ordem, supostamente ameaçada pelo consumo excessivo de aguardente por parte dos escravos. As razões para o impedimento da montagem de engenhos, ou novos engenhos, e para a produção de derivados da cana, sobretudo a aguardente, estavam direta ou indiretamente articuladas com o objetivo maior de preservação, a mais aprimorada possível, da relação de subordinação e dependência da Colônia ante a Metrópole. Os engenhos estabelecidos nas ricas terras minerais foram percebidos como uma ameaça ao funcionamento dos mecanismos do sistema colonial e a garantia do exclusivo metropolitano.

Quadro 5 – Sinopse da "Guerra dos Engenhos" em Minas Gerais, 1714-1827

Ano	Medida
1714	Iniciativa do então governador D. Brás Baltasar da Silveira, interdição da construção de novas unidades a partir dessa data, sob pena de demolição das fábricas e pagamento, por parte dos proprietários, de pesadas multas. As subseqüentes correspondências entre a alta administração da capitania e o rei resultaram na confirmação da proibição. Todavia, as evidências sugerem que pouco efeito teve a medida, com a proliferação das unidades transformadoras da cana.
1718	No governo do Conde de Assumar, a perseguição aos engenheiros recebeu novo impulso. Providências concretas foram tomadas para impedir o funcionamento das fábricas, chegando-se, em alguns casos, à demolição. Reconheceu-se a tolerância da justiça para com os infratores e decidiu-se pela necessidade de esclarecimento da situação de cada engenho, exigindo de seus proprietários as licenças para o funcionamento. Cogitou-se o desmantelamento de todas as unidades ilegais. As providências de D. Pedro de Almeida resultaram em apreensão e protestos em vários pontos da capitania. A efervescência chegou a mobilizar o Conselho Ultramarino, que discutiu o problema em 1719. Anos mais tarde, a questão ganhou novas feições, quando disputas em torno do controle do comércio da aguardente acabaram por exigir nova intervenção do Conselho Ultramarino, resultando na aprovação de medida que proibia o livre comércio dessa bebida nas áreas mineradoras.
1736	Em resposta a solicitação real, o governador Gomes Freire de Andrade relatou que, apesar das disposições anteriores, proliferavam os engenhos em Minas Gerais. Salientou, ao mesmo tempo, os inconvenientes da desativação dessas fábricas e sugeriu nova política para o setor. Propôs-se a extinção gradual dos engenhos, a interdição da construção de novas unidades e a edição de medidas punitivas para os contraventores. Três anos mais tarde, o mesmo governador, preocupado com o consumo desregrado de aguardente por parte dos escravos, baixou edital contra a presença das "negras de tabuleiro" nas lavras auríferas.
1743	Ordem régia determinou a não-concessão de novas licenças para a montagem de engenhos de aguardente, penalizando os contraventores com a perda dos escravos envolvidos no erguimento das fábricas. Impediu também a mudança, interna às propriedades rurais, da localização dos equipamentos para a transformação da cana. Determinou aos ouvidores maior eficácia no controle do surgimento de estabelecimentos irregulares. Definiu como prerrogativa exclusiva do rei a concessão de licença para a edificação de novas unidades.
1745	Gomes Freire de Andrade estendeu a interdição à montagem de novas fábricas de açúcar.
1768-73	D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco, além de procurar impedir a edificação de novas unidades, empenhou-se em reprimir os proprietários que se estabeleceram após a ordem de 1743.
1768-79	José João Teixeira Coelho afirmou, em suas *Instruções*, que ínfimos foram os resultados dos mais de 50 anos de perseguições e restrições. Segundo o magistrado português, rara era a fazenda que não possuía seu engenho de cana.
1775-80	D. Antônio de Noronha mostrou-se refratário às solicitações daqueles que tencionavam estabelecer novos engenhos.
1783-84	Correspondência entre o governador da capitania e a rainha culminou com a determinação para que se realizasse inquérito apurando o número efetivo de engenhos existentes em Minas Gerais e avaliasse a ineficácia das medidas anteriores.
1802	No princípio do século XIX, ainda vigorava a mesma política da centúria anterior. Alvará proibiu a construção de engenhos de açúcar em todo o Brasil, sem licença prévia do governo, ameaçando os recalcitrantes com a demolição de suas fábricas.
1827	Apesar de já não representarem obstáculos ao livre estabelecimento de unidades transformadoras da cana, as restrições sobreviveram até o final da terceira década do Dezenove. D. Pedro I tornou livre a construção de engenhos no Brasil, revogando as exigências de licenciamento, assim como todas as disposições em contrário.

Fonte: *A cana-de-açúcar em Minas Gerais* (Costa Filho, 1963).

A relação do Estado com as atividades agroaçucareiras mineiras durante o período colonial não se restringiu às políticas que buscavam coibir o livre exercício da atividade. Paradoxalmente, a Coroa também se preocupou em tributá-las na produção, circulação e comercialização. Essa ambígua convivência entre restrições e perseguições e o estabelecimento de imposições fiscais sugere que ao Estado faltava uma consciente orientação para o setor ou – hipótese mais plausível – que, reconhecendo a pouca eficácia de seus mecanismos de controle, tratou de assegurar suplementação da arrecadação com a criação de impostos.

Quadro 6 – Sinopse dos tributos incidentes sobre o setor canavieiro de Minas Gerais, século XVIII

Ano	Medida
1711	A recém-criada Câmara de Mariana solicitou o direito de cobrança de tributo que incidiria sobre os produtos dos engenhos do distrito da vila (meia pataca de ouro por barril de aguardente ou melado). Após pedir informações adicionais sobre a natureza do imposto, o rei concedeu, em 1716, por período de dez anos, o direito requerido. Imposição de tal natureza acabou, com o correr dos anos, generalizando-se por outras câmaras. Em 1801, quase 90 anos depois da iniciativa das autoridades de Mariana, a Câmara de Campanha criava tributo semelhante sobre a aguardente (um vintém de ouro de cada barril comprado nos engenhos).
1756-66	Cobrou-se o "subsídio voluntário" dos estabelecimentos que comercializavam "aguardente da terra", assim como dos proprietários que a vendessem a retalho dentro ou fora dos seus engenhos (1$200 réis por mês). Esse tributo, originalmente concebido com intuito de contribuir para a reconstrução de Lisboa, acabou renovado por mais dez anos, 1768 a 1778.
1772	Carta de lei real criou o "subsídio literário" com o objetivo de subvencionar os "mestres régios". Esse tributo era arrecadado pelas câmaras e enviado anualmente para a Junta da Administração da Real Fazenda. Incidia sobre a comercialização, sendo cobrado nos próprios engenhos (80 réis por barril de aguardente).
Além desses impostos, os engenheiros mineiros deveriam pagar regularmente os "dízimos" incidentes sobre a produção anual de derivados da cana.	

Fonte: *A cana-de-açúcar em Minas Gerais* (Costa Filho, 1963).

Século XIX – Evolução das políticas tributárias

Em 1827, com a abolição definitiva dos entraves legais à produção de derivados da cana, inaugurou-se fase em que o Estado passou a concentrar-se somente na questão tributária. Resolvida aquela situação ambígua, em que restrições e perseguições conviviam com a imposição de tributos à atividade, consolidou-se orientação exclusivamente fiscal.

Todavia, preservou-se o tratamento discriminatório dispensado ao setor. Ao longo de todo período provincial, a produção, circulação e comercialização de derivados da cana-de-açúcar estiveram debaixo de opressiva realidade tributária. As administrações municipais e provinciais buscaram, insistentemente, o aperfeiçoamento da legislação fiscal e do sistema de cobrança de impostos. Procurou-se, através de diversos expedientes, a maior arrecadação possível.

Tributos incidentes sobre a produção de derivados da cana

No século XIX, três foram as fases da evolução das políticas tributárias respeitantes à produção de derivados da cana-de-açúcar. Até 1836, os "dízimos"[117] ainda eram a única imposição. Os anos compreendidos entre 1836 e 1840 representaram fase de transição, em que o velho direito conviveu com novo im-

117 Contratos arrematados, os dízimos recaíam sobre a produção da agricultura e pecuária. Durante aproximadamente 60 anos, as arrematações foram realizadas em diversos lugares. A partir de 1765, a arrematação e administração dos dízimos passaram a ser responsabilidade da Junta da Fazenda de Minas Gerais (Vasconcelos, 1994: 105-107).

posto. De 1841 até o final do Império, vigorou sistema único de tributação sobre a produção, ainda que com inúmeras variações.

Principiada em 1704, a cobrança dos dízimos em Minas Gerais apresentou rendimentos crescentes até meados da década de 1740. Desse ponto em diante, o declínio da arrecadação foi progressivo, sendo que, em 1800, representava 70% do valor máximo apurado quase 60 anos antes[118].

No *Orçamento da Receita da Meza das Rendas Provinciaes de Minas Geraes para o Anno Financeiro do 1º de Julho de 1839 ao fim de Junho de 1840* (APM, SPFP3/1, caixa 7, documento 4), previu-se a arrecadação de cem contos de réis para o item "3 e 10% sobre cultura e criação ou dízimos". Esse tributo representava, em seu último ano de cobrança, 37% da receita total projetada. A tabela abaixo contém, para o último qüinqüênio de vigência desse secular imposto, os valores orçados e a participação na arrecadação total estimada.

Tabela 13 – Orçamento da receita dos dízimos para a província de Minas Gerais, 1835-40

Ano financeiro	Orçado (em réis)	% do total
1835-36	100:000$000	50
1836-37	100:000$000	53
1837-38	140:000$000	52
1838-39	100:000$000	28
1839-40	100:000$000	37

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Orçamentos da receita provincial, SPFP3/1, várias caixas.

As evidências reunidas indicam que, dos derivados da cana, apenas o açúcar e a rapadura figuravam dentre os gêneros sujeitos à cobrança dos dízimos. Até 1837, pagavam 5%; dessa data até 1840 as alíquotas foram de 3%. No orçamento da receita geral para 1837-38, o açúcar representava 7% do que se projetava arrecadar com os dízimos[119].

Depois de período de gestação, surge, em 1836, imposto que incidiria diretamente sobre as unidades produtivas que elaborassem derivados da cana. O tributo sobre os engenhos representou mudança na orientação fiscal para o setor. Essa nova imposição deveria substituir imposto que incidia sobre a comercialização, "20% sobre as aguardentes". No *Balanço da Receita Provincial de Minas Geraes, em o Anno Financeiro do 1º de Julho de 1834 ao fim de Junho de 1835* (APM, SPFP3/1, caixa 4, documento 26), no campo destinado à arrecadação dos "vinte por cento sobre as aguas ardentes", foi anotado:

> *O methodo de arrecadar-se esta renda não tem correspondido apezar das mais activas recomendações aos collectores. A necessidade de ser alterado foi ja reconhecida pela Ex.ma Presidencia, e Conselho Geral.*

O tributo sobre os engenhos sofreu diversas alterações no transcorrer de quase meio século de vigência. O quadro a seguir apresenta a maior parte da evolução das disposições referentes a essa imposição fiscal.

118 Dados dos rendimentos dos dízimos de 1704 a 1800 podem ser encontrados em *A devassa da devassa* (Maxwell, 1978).

119 A reconstituição segura dos dízimos arrecadados sobre a produção de derivados da cana, como de quaisquer outros gêneros, é tarefa aparentemente impossível. Reduzida e fragmentária é a documentação remanescente que discrimina os pagamentos efetuados pelos agricultores e criadores sobre suas produções anuais. Os orçamentos e balanços apresentam dados de arrecadação agregados e, na maior parte das vezes, incompletos. O montante arrecadado dentro do próprio ano financeiro parece ter sido sempre ínfimo, resultando em intermináveis cobranças que se diluíam pelos anos seguintes. Ainda em 1825, eram confeccionados quadros contendo devedores do dízimo referentes a anos remotos do século XVIII, como no caso da freguesia do Rio de Pedras (APM, SPFP3/1, caixa 1, documento 24). Em 1879, quase 40 anos após sua extinção, os dízimos ainda figuravam em quadros da dívida ativa da província de Minas Gerais (APM, SPFP3/1, caixa 12, documento 20).

Quadro 7 – Evolução das fórmulas tributárias do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836-1881

Derivados	Ano	Fórmulas tributárias	Isenções e reduções
aguardente	1836	engenho movido por força hidráulica = Rs. 40$000 engenho movido por tração animal = Rs. 20$000	isentos os engenhos que fabricavam apenas açúcar e/ou rapadura
	1840	sem alteração	isentos os engenhos que fabricavam apenas açúcar e/ou rapadura; pagavam a metade do tributo os proprietários que possuíssem até oito escravos com mais de 15 anos
aguardente, açúcar e rapadura	1846	aguardente = força hidráulica Rs. 40$000 e tração animal Rs. 20$000; açúcar/rapadura = força hidráulica Rs. 20$000 e tração animal Rs. 10$000; "engenhocas" de rapadura = Rs. 1$000	
	1849	sem alteração	isentos os pequenos engenhos movidos por um animal de tração e os engenhos manuais; isentos os proprietários com até 12 escravos ou que não possuíssem escravos do sexo masculino
	1850	sem alteração	isentos apenas os pequenos engenhos movidos por um animal de tração e os engenhos manuais
	1852	engenho movido por força hidráulica = Rs. 40$000 engenho movido por tração animal = Rs. 20$000	
	1864	sem alteração	isentos os engenhos movidos por animais que fabricavam somente açúcar e rapadura e cujos proprietários não possuíssem escravos; isentos os engenhos manuais
	1869	sem alteração	acrescenta mais um caso de isenção: os engenhos com produção de autoconsumo
	1872	aguardente = moendas de ferro e/ou força hidráulica Rs. 40$000, tração animal Rs. 20$000; açúcar e rapadura = moendas de ferro e/ou força hidráulica Rs. 20$000, tração animal Rs. 10$000	isentos os engenhos de tração animal que fabricavam exclusivamente açúcar e rapadura, quando os trabalhadores eram livres; isentos os engenhos manuais; isentos os engenhos com produção de autoconsumo
	1874	sem alteração	isentos apenas os pequenos engenhos manuais e os com produção de autoconsumo
	1881	aguardente = moenda de ferro ou madeira e força hidráulica Rs. 34$000, tração animal Rs. 17$000; açúcar e rapadura = moenda de ferro ou madeira e força hidráulica Rs. 17$000, tração animal Rs. 8$500	isentos apenas os pequenos engenhos manuais e os com produção de autoconsumo

Fonte: *A cana-de-açúcar em Minas Gerais* (Costa Filho, 1963).

De sua criação até a última alteração, o imposto sobre os engenhos sofreu modificações com intervalo médio de cinco anos. Em muitos casos, as mudanças ocorreram em lapso de tempo igual ou inferior a dois anos.

Originalmente esse tributo incidia sobre as unidades que fabricavam aguardente e, após completar dez anos de vigência, passou a englobar todos os engenhos que elaboravam derivados da cana. A historicidade das imposições sobre a aguardente e as justificativas de fundo moral estavam na base da inicialmente exclusividade dos engenhos aguardenteiros como alvo do imposto. A incorporação dos outros derivados parece ter resultado, ao menos em parte, da constatação de que a forma mais comum de esquivo do tributo era a negativa dos engenheiros em reconhecer a elaboração do destilado, apresentando-se como fabricantes de açúcar e/ou rapadura. O artigo 24º, capítulo II, item "Imposto sobre os Engenhos", da lei 275 de 1844, determinava aos coletores:

> *Não é motivo para serem isentos do lançamento os engenhos, allegarem seus proprietarios não terem intenção de fabricar aguardente no anno em que vão ser lançados, uma vez que tenhão alambique, ou que seja notorio que a sua fabrica se emprega habitualmente nessa industria. Ser-lhes-ha porem restituí da pela Mesa das Rendas a quantia que tiverem pago, justificando perante ella no fim do anno financeiro, não se terem no decurso d'elle empregado no fabrico da aguardente* (Livro da Lei Mineira, 1844, Tomo X, Parte 2º, Folha nº 2).

A força motriz do equipamento de moagem quase sempre definiu o valor do tributo. O pressuposto parece ter sido o de que os engenhos a tração animal eram mais "dispendiosos". Assim, na medida em que apresentavam custos de produção mais elevados, seria razoável que seus proprietários pagassem menor tributo. O diferencial de custos seria decorrente da necessidade de permanente reposição dos animais para a tração dos engenhos. O legislador parece ter desconsiderado que as despesas para montagem de engenho d'água eram, em geral, muito maiores e que os custos para a manutenção desses equipamentos (quase sempre mais complexos do que os movidos por tração animal) e do sistema de suprimento de água (represas, regos, canais e levadas) eram bastante onerosos. Talvez também subjazia tal escalonamento à noção de que os engenhos acionados por força hidráulica possuíam maior capacidade produtiva do que os movimentados por tração animal.

Na maior parte do período em que todos os proprietários deveriam pagar o imposto, as imposições sobre os aguardenteiros eram o dobro das que recaíam sobre os que fabricavam açúcar e rapadura. Nas décadas finais de vigência do imposto, o material das moendas (ferro ou madeira) também foi considerado na definição dos tributos, com maiores valores para as unidades mais modernas. Em Minas Gerais, os engenhos com moendas de ferro horizontais substituíram, progressivamente, no decorrer do Oitocentos, parte dos engenhos com moendas de madeira verticais. Essa mudança técnica processou-se, sobretudo, nas unidades maiores e com produção para o mercado[120].

As isenções e reduções incorporadas ao longo do período de vigência do tributo devem ser consideradas como tentativas de atenuar distorções de imposto que originalmente não levou em conta o porte das fábricas, o tamanho e composição da força de trabalho, o volume produzido e o destino da produção. A não-consideração dessas variáveis na determinação do tributo a ser pago resultava em pronunciados desequilíbrios. Os microengenhos, que funcionavam com base em trabalho familiar e produziam essencialmente para consumo doméstico, deveriam pagar tributos iguais às grandes fábricas, que se estruturavam em larga utilização de mão-de-obra escrava e com produção programada para o mercado. Em

120 Em 1863, a Câmara Municipal da cidade do Serro, em resposta a inquérito econômico provincial, relatou: "(...) em cumprimento da ordem de V. Ex.[cia] manifesta a Camara que a cultura do milho, feijão, arroz, canna de assucar, e a criação de gado suino neste municipio tem tido augmento na razão do progressivo augmento da população, e do consumo no municipio da Cidade de Diamantina; e que alem dos ditos generos cultiva-se, em menor escala, café, fumo, trigo, mandioca, e diversas especies de raizes tuberozas, de sorte que com quanto não se tenha aperfeiçoado o systema de cultura, e apenas o do fabrico dos effeitos da cana pelo emprego de cilindros de ferro, é certo que a lavoura neste municipio prospéra" (APM, SP, códice 1006).

fevereiro de 1855, assim observou Joaquim Pedro Vidigal de Barros, presidente da Câmara de Piranga, quando da resposta à circular do governo provincial de novembro do ano anterior:

> *Agricultura tem se conservado no estatu quo, e a causa será talvez a falta de introdução do methodo Eropeo, isto é de com o arado, e mais instrumentos deminuir trabalho forçado; a fabril tem se desenvolvido (...), não sefalando nas fabricas de aguardente e açucar, que se concervão no mesmo estado, tendo apenas algum fazendeiro as deixado dando por causa a impusição de quarenta mil reis sobre os Engenhos que he muito desigual, pois tanto paga o fasendeiro que possue cem escravo, como o que possue dois, e ultimamente por causa dos tresentos, e vinte reis sobre cada barril de aguardente (imposto Municipal, de alguns Municipios onde se extrai a mesma aguardente) que com quanto não paressa, cahe directamente sobre o Fabricante* (Arquivo Público Mineiro, SP, códice 570).

Joaquim Pedro Vidigal de Barros não só percebeu que a falta de equidade do tributo sobre os engenhos residia exatamente na desconsideração das desigualdades existentes entre os recursos dos engenheiros, como também, chamou atenção para o fato de que os impostos sobre a circulação (que serão analisados na seqüência) acabavam, na realidade, onerando o produtor.

Muitas foram as variações nas isenções e reduções, com vigências temporais igualmente diversas. Até 1869, buscou-se corrigir a nada equânime fórmula geral do tributo definindo isenções e reduções principalmente segundo o número de escravos que possuíam os engenheiros. Entendeu-se que o tamanho do plantel de cativos era índice do volume e destino da produção e, por decorrência, da capacidade de pagamento do proprietário, resultando, para alguns anos, na isenção de determinados escravistas. As "engenhocas" manuais ou tracionadas por um único animal também foram eximidas do imposto em alguns períodos. Algumas isenções exigiam condições combinadas: engenho a tração animal, fabricação exclusiva de açúcar e/ou rapadura e proprietário não-escravista.

No final da década de 1860, o destino da produção passou a figurar no capítulo das isenções. Inicialmente, definiu-se que todos os engenhos com produção de autoconsumo estavam excluídos do pagamento do imposto. Em um segundo momento, essa isenção limitou-se aos engenhos manuais.

Esses avanços e recuos nas estratégias tributárias resultavam da conjunção de uma série de fatores: reações de protesto dos engenheiros ante as imposições que lhes oneravam a produção, ação de mecanismos de sonegação e corrupção, ausência de orientação segura por parte de legisladores e administradores e insatisfatório desempenho da arrecadação quando da experimentação de novas fórmulas.

Dois anos depois de criado o imposto sobre os engenhos e casas de negócio, o presidente da província José Cesário de Miranda Ribeiro, em sua *Fala dirigida à Assembléia Legislativa* no ano de 1838, comentou a reação dos produtores ante o novo tributo:

> *As imposições sobre os engenhos, em que se fabrica agoa-ardente, e sobre as cazas, em que se ella vende, tem excitado muitos clamores (talvez pela novidade) e cerceado as rendas das camaras: como porem este genero de industria seja evidentemente nocivo à moral, e á saude publica, e os cultivadores da cana podem facilmente voltar-se para o fabrico do assucar, Vós resolvereis se estas imposições devem, ou não continuar da mesma forma.*

Poucos anos mais tarde, também os produtores de açúcar e rapadura seriam incluídos como contribuintes do imposto sobre os engenhos de cana, fato a demonstrar a insuficiência de argumentos de fundo moral como justificativas para a vigência do tributo.

Não poucas vezes, os presidentes da província abordaram a questão da ineficiência ou venalidade de parte dos agentes fiscais. O presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu observou, em *Fala à Assembléia Legislativa* no ano de 1835, que parte das rendas "escoa-se por entre as mãos de alguns Administradores, e Colletores". O presidente Manuel Dias de Toledo salientou, em 1836, também em sua *Fala à Assembléia Legislativa*, que "sem meios coercitivos, pelos quaes se obriguem os Agentes da Fazenda a prestarem as suas contas nos devidos tempos, e a recolherem nos Cofres Publicos quanto tiverem arre-

cadado, continuará o mesmo desleixo, que se nota em diversos Exactores". O presidente Bernardo Jacinto da Veiga, tratando dos obstáculos a uma melhor arrecadação, em sua *Fala dirigida à Assembléia Legislativa* no ano de 1839, anotou: "Entre os embaraços acima referidos deve tambem considerar-se a difficuldade de substituir-se os maos Collectores por outros, visto que em muitos lugares as pessoas mais idoneas não querem sujeitar-se aos onus de tal Emprego". Em 1854, no *Relatório que à Assembléia Legislativa apresentou o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos* encontra-se a advertência:

> *A falta de pessoal com as necessarias e indispensaveis habilitações para administrar as Colletorias e Recebedorias, tem prejudicado consideravelmente a arrecadação dos impostos á cargo d'estas Repartições subalternas. O diminuto honorario fixado para algumas Recebedorias, e difficuldades das distancias e os perigos á que se expõe os Collectores de alguns municipios, é uma causa permanente da falta de pessôas de confiança, e convenientemente abonada que se queirão encarregar de sua direção e fiscalização, do que tem resultado acharem-se na administração das primeiras algumas Praças do Corpo Policial sem fiança idonea e nas segundas alguns Officiaes do dito Corpo, como ultimo recurso de que se lança mão, como as de Paracatú e Uberaba.*

Os *Anais da Assembléia Legislativa Provincial* fornecem vasto e rico material para entender a complexidade da legislação tributária referente às atividades agroaçucareiras de Minas Gerais[121]. Faltava unanimidade, por parte dos deputados, quanto à orientação tributária a ser destinada ao setor. Não poucas vezes, a realidade parecia ser de declarado antagonismo entre os legisladores. Se uns propugnavam pela elevação dos tributos sobre os engenhos, outros questionavam os desequilíbrios de tais imposições, ressaltando intenções não confessadas a subjazer os impostos. Em sessão de 1858, quando se discutiam questões tributárias atinentes ao setor, grave denúncia foi apresentada:

> *Rebelando-se contra a emenda que mandava elevar o imposto sobre os engenhos de cana proporcionalmente pela metade do já existente, Fonseca Viana revela que o que se pretendia era privar os pequenos engenhos do fabrico de cana, favorecendo os proprietários das grandes fábricas do gênero. Era "uma injustiça, acrescenta, privar o pobre de ter um meio de vida ou ao menos doce para sua família"* (Costa Filho, 1963: 265).

Não poucos parlamentares intervinham com o intuito de alertar para a situação de opressão fiscal em que se encontravam os engenheiros de cana. Na sessão de 1877, foi anotada veemente observação de deputado provincial.

> *Agostinho Máximo Nogueira Penido censurou a comissão de fazenda dizendo ter ela andado "tão mal acerca de certos impostos!" Radical, declarou que não votaria por um só imposto, porque via o povo pagando-o injustamente. Viajando por diversos pontos da província ouvia queixas que deviam ter eco no coração de seus representantes. Diziam os queixosos que os impostos eram por demais vexatórios, que não tinham remédio senão fechar seus engenhos, acabar com a sua lavoura, porque se viam perseguidos pela fazenda pública, que é "pronta em exigir dos fracos, ao passo que dispensa uma bonomia admirável para com os fortes, tais clamores são procedentes"* (Costa Filho, 1963: 290).

Não somente nos embates entre legisladores residem as explicações para tantas alterações nas fórmulas tributárias desse que foi o principal tributo a incidir sobre as atividades agroaçucareiras da província de Minas Gerais. O exame das projeções de arrecadação e o resultado concreto para os cofres provinciais tornam patentes as dificuldades enfrentadas para lograr o êxito que se esperava. A complexa e muitas vezes

121 Miguel Costa Filho dedicou dois capítulos ao estudo dos debates parlamentares referentes ao setor canavieiro de Minas Gerais. Na *Assembléia Legislativa Provincial* (Costa Filho, 1963: 263-276) e *Outros Debates Parlamentares* (Costa Filho, 1963: 285-291), foram destinados a apresentar algumas discussões ocorridas na segunda metade do século XIX, especialmente no ano de 1858.

hermética documentação fazendária sugere que as constantes mudanças nas regras fiscais eram, em grande medida, resultantes da desfavorável realidade das arrecadações. Na tabela abaixo, são apresentados dados que possibilitam avaliar o desempenho da arrecadação do imposto sobre os engenhos[122].

Tabela 14 – Arrecadação do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836-1881

(continua)

Ano financeiro	Projeção da arrecadação	Arrecadação		Dívida ativa	
1836-37		no ano:	630$000	1839:	12:527$000
		nos anos posteriores, até 1845:	12:968$388	1845:	33:043$000
1837-38		no ano:	2:140$000	1839:	8:698$000
		nos anos posteriores, até 1845:	5:722$255	1845:	25:934$735
1838-39	32:000$000	no ano:	4:080$000	1845:	10:482$400
		nos anos posteriores, até 1845:	16:026$666		
1839-40	32:000$000	no ano:	610$000	1845:	2:537$317
		nos anos posteriores, até 1845:	11:506$068	1851:	528$938
1840-41	32:000$000	no ano:	1:040$000	1845:	2:602$000
		nos anos posteriores, até 1845:	10:044$117	1851:	585$000
1841-42	32:000$000	no ano:	4:190$000	1845:	2:177$000
		nos anos posteriores, até 1845:	10:369$000	1851:	580$000
1842-43	25:000$000	no ano:	1:042$000	1845:	1:850$000
		nos anos posteriores, até 1845:	14:706$160	1851:	820$000
1843-44	20:000$000	no ano:	7:801$718	1845:	4:720$000
		nos anos posteriores, até 1845:	9:400$457	1851:	2:550$000
				1879:	1:205$291
1844-45	20:000$000	no ano:	8:374$223	1845:	20:050$000
		referente aos anos anteriores:	22:412$689	1851:	9:742$000
				1879:	7:310$309
1845-46				1851:	5:770$000
				1879:	2:106$873
1846-47	20:000$000			1851:	11:808$000
				1879:	5:728$633
1847-48	30:000$000			1851:	22:192$470
				1879:	11:996$871
1848-49				1851:	12:550$078
1849-50			24:190$440	1851:	12:299$090
1850-51	30:000$000		28:390$323	1879:	17:522$000
1851-52	30:000$000			1879:	10:199$586
1852-53	30:000$000			1879:	9:138$572
1853-54				1879:	5:108$572

122 Essa tabela resulta de dados recolhidos em dezenas de orçamentos e balanços de receita de Minas Gerais. Foram consultados documentos impressos dos relatórios de presidentes e legislação do período e, principalmente, material manuscrito da fazenda provincial. Os dados referentes às projeções de arrecadação para os anos financeiros de 1875 a 1877 e 1878 a 1881 foram retirados do capítulo *Arrecadação Provincial* (Costa Filho, 1963: 321-325). Infelizmente, não foi possível aproveitar os dados de arrecadação apresentados por Miguel Costa Filho para o período 1836 a 1868, que preencheriam importantes lacunas da tabela. O autor enganou-se ao lançar como valores da arrecadação o que na realidade eram dados da dívida ativa provincial.

Tabela 14 – Arrecadação do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836-1881

(conclusão)

Ano financeiro	Projeção da arrecadação	Arrecadação	Dívida ativa
1854-55			1879: 6:158$572
1855-56			1879: 7:570$000
1856-57			1879: 6:150$000
1857-58			1879: 8:750$000
1858-59			1879: 8:406$000
1859-60			1879: 10:410$000
1860-61			1879: 10:355$000
1861-62			1879: 9:140$000
1862-63			1879: 7:320$000
1863-64	51:290$000	65:694$269	1864: 8:542$687 1879: 5:396$000
1864-65			1879: 4:388$890
1865-66	65:900$000		1879: 1:640$000
1866-67	65:600$000		1879: 1:408$890
1867-68	70:600$000	60:625$920	1868: 8:086$000 1879: 5:670$000
1868-69		62:617$760	1879: 5:510$000
1869-70		70:354$000	1879: 3:960$000
1870-71		65:810$000	1879: 4:200$000
1871-72		63:310$000	1879: 3:580$000
1872-73		81:560$000	1879: 3:100$000
1873-74		71:140$000	1879: 3:500$000
1874-75		73:780$000	1879: 2:170$000
1875-76	72:000$000	78:150$000	1879: 1:400$000
1876-77	60:000$000	70:343$000	1879: 1:630$000
1877-78	60:000$000	70:072$000	1879: 3:317$000
1878-79	70:000$000	73:218$500	
1879-80	74:000$000	79:079$500	
1880-81	72:854$000	73:358$000	

Fontes: Orçamentos e Balanços da Receita Provincial. Arquivo Público Mineiro, Relatórios de Presidentes da Província, vários anos; legislação provincial, vários anos; SPFP3/1, várias caixas. Valores em réis.

Os dados coligidos possibilitam a apreciação de quase 50 anos de vigência do tributo[123]. A análise dos orçamentos provinciais aponta para duas grandes fases na projeção das arrecadações do imposto sobre os engenhos. Até o início da década de 1850, as estimativas oscilaram entre 20 e 32 contos de réis, média

123 A partir de 1882, o tributo sobre os engenhos de cana passa a fazer parte do amplo "imposto sobre indústrias e profissões". Nos orçamentos e balanços da receita do período 1882-89, não foram discriminadas a estimativa e a arrecadação referentes aos engenhos, apenas relacionou-se o valor total para o referido imposto. Na *Fala que o Exm. Sr. Dr. Teófilo Ottoni dirigiu à Assembléia Provincial de Minas Gerais, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 24.ª Legislatura em o 1.º de Agosto de 1882*, foi informado que "os impostos sobre engenhos, casas de negocio, volumes portateis e outros passarão a denominar-se, pelo artigo 6 da lei n. 2815 – impostos de industria e profissões –, sendo expedido o regulamento n. 95, que foi enviado a todos os exactores, para o executarem, com as devidas instrucções".

de 28 contos. Segue-se período de transição, de dez anos, para o qual, infelizmente, faltam informações. A segunda fase, início da década de 1860 e decênio seguinte, compreende por volta de 20 anos, com projeções que variaram entre 51 e 74 contos de réis, média de 60 contos. Conclui-se, comparando as duas fases, que as expectativas de arrecadação melhoraram sobremaneira, provavelmente como resultado de grande ampliação da base de contribuintes. A sobreposição da evolução das variações nas fórmulas tributárias com as projeções de arrecadação desautoriza considerar esse acentuado crescimento como resultado da ampliação legal do número de contribuintes e sugere tratar-se de ampliação real do número de engenhos de Minas Gerais.

Também no capítulo da arrecadação, identificam-se dois grandes períodos, que praticamente coincidem com as fases das projeções dos orçamentos. Todavia, o que distingue um período do outro é mais a relação da arrecadação com a projeção do que os valores recolhidos pelos exatores. Até meados do século, a tendência foi dos resultados fiscais ficarem bastante aquém das estimativas de arrecadação. A partir do início da década de 1860, parece ter-se vivido fase de realismo fiscal, ao menos no que concerne às relações das projeções com as efetivas arrecadações do tributo sobre os engenhos. Entre 1875 e 1881, chega-se a apurar regularmente valores superiores aos esperados. Assim, as evidências são de uma fase cujos resultados da arrecadação foram bastante negativos e outra cujo êxito superou as expectativas.

Todavia, o estudo da contabilidade da Mesa das Rendas Provinciais complexifica-se sobremaneira quando focalizado o problema da dívida ativa. Constata-se que a maior parte da arrecadação, ao menos desse tributo, realizava-se nos anos posteriores ao de seu lançamento pelos coletores. Ano após ano, cresceu, descontroladamente, o débito dos engenheiros para com a fazenda provincial. Ainda na Tabela 14, foram lançadas, na segunda coluna, para o período 1836-44, não só a arrecadação do ano financeiro, como também os valores recolhidos, posteriormente, até o ano de 1846. Dos 115 contos de réis apurados no período, arrecadaram-se somente 19% no ano de lançamento. No exercício 1844-45, chegou-se a arrecadar como dívida ativa mais do que o orçado para o próprio ano.

Na terceira coluna da tabela, relacionaram-se os dados da dívida ativa por arrecadar. São os valores devidos pelos engenheiros encontrados em quatro documentos produzidos com o propósito de apurar a situação da dívida ativa da província nos anos de 1839, 1846, 1851 e 1879. Verifica-se que os débitos resistiam no tempo, permanecendo por muitos anos escriturados na contabilidade provincial. Entretanto, os indícios confirmam que ao menos parte das cobranças de fato realizava-se. Nos anos financeiros de 1843-44 e 1844-45, é possível acompanhar, com maior volume de informação, o processo de progressiva redução das dívidas.

Mas nem todos os débitos eram saldados. Na próxima tabela, pode-se observar que parte expressiva das dívidas acabava na condição de "incobrável". Segundo os dados recolhidos, um terço da dívida acumulada nos períodos 1836-50 e 1843-78 encontrava-se prescrito. O exame de apenas dois balanços da dívida ativa revela que quase 94 contos de réis não poderiam mais ser cobrados dos engenheiros. Os dados sugerem que a cada ano prescrevia parte da dívida, por razões que ainda estão por ser apuradas, e que parte do que permanecia na condição de débitos "cobráveis" em um ano poderia, em futuro próximo ou remoto, acabar prescrevendo.

Esses dois balanços da dívida ativa provincial não deixam dúvidas quanto à participação do imposto sobre os engenhos de cana nos débitos fiscais que se acumulavam ano após ano. Ainda que apresente decréscimo no transcorrer do século, a posição desse tributo foi de grande destaque. No balanço que compreende seus primeiros 14 anos de vigência, o imposto sobre os engenhos representava quase 50% de toda a dívida provincial; no segundo levantamento, que compreende 35 anos (1843-78), sua posição era de 35% de toda a dívida. Nos dois balanços, a parcela "cobrável" dos engenhos tinha importância relativa menor na dívida total do que aquela considerada "incobrável". Ao longo do século XIX, nenhum outro imposto apresentou posição de igual destaque nos quadros da dívida ativa. Na receita provincial de 1850-51, o imposto sobre os engenhos representava 8% da arrecadação total; na receita de 1877-78, alcançava apenas 3,2%. Apesar do já salientado problema das cobranças que se efetuavam posteriormente, parece que as evidências são de que esse tributo só lograva participação de destaque na contabilidade provincial quando esta era analisada a partir da dívida ativa.

Tabela 15 – Dívida ativa da província de Minas Gerais, 1851 e 1879

Dívida Ativa	1851		1879	
	Dívida 1836-50	%	Dívida 1843-78	%
Dívida ativa imposto sobre os engenhos	85:590$256	47	195:454$052	35
Dívida ativa total	182:388$798	100	554:810$921	100
Dívida ativa engenhos "cobrável"	57:060$171	46	130:302$706	32
Dívida ativa total "cobrável"	125:126$808	100	406:708$299	100
Dívida ativa engenhos "incobrável"	28:530$085	50	65:151$353	44
Dívida ativa total "incobrável"	57:261$990	100	148:102$622	100

Fontes: Arquivo Público Mineiro, SPFP3/1, caixa 10, documento 44, e caixa 12, documento 19. Valores em réis.

A tabela seguinte permitirá a apreciação do resultado da cobrança do imposto sobre os engenhos a partir de sua base de contribuintes. Confrontam-se dados extraídos do *Quadro das differentes collectorias, organisado em vista dos Balancetes do Anno Financeiro de 1844-45, com declaração do rendimento de cada imposto* (APM, SPFP3/1, caixa 9, documento 7) com o número de engenhos aguardenteiros constantes nos mapas elaborados pelos juízes de paz em 1836 e enviados à Presidência da Província.

A cobrança do imposto sobre os engenhos no exercício 1844-45 foi regulada pelo artigo 2º da Lei n.º 275 de 15 de abril de 1844. Em sua essência, essa disposição em nada diferia da que estabeleceu o tributo em 1836. As reduções surgidas em 1840 – aquelas que diminuíam pela metade o tributo dos proprietários que possuíssem até oito escravos com mais de 15 anos – não foram mencionadas na lei de 1844. Apenas os engenhos aguardenteiros pagariam o imposto escalonado segundo a força motriz: 20 mil réis para os de tração animal e 40 mil para força hidráulica[124].

A partir dos valores arrecadados em 1844-45, estimou-se o número de engenhos tributados. Lançado o número de engenhos aguardenteiros listados em 1836, projetou-se a arrecadação. Calculou-se o valor médio do tributo a ser pago da seguinte forma: nos Mapas de 1836, para cada engenho movido por força hidráulica, existiam três de tração animal (ver a subseção 2.2); logo, considerou-se que, para cada 100 mil réis arrecadados, 60 referiam-se a três engenhos de bois e 40 a um d'água; assim, foi definido em 25 mil réis o valor médio pago por engenho. O passo seguinte foi dividir a arrecadação de 1844-45 pelo valor médio do tributo e, procedimento inverso, multiplicar pelo mesmo valor o número de engenhos de 1836. Os municípios de 1844-45 foram agregados segundo a divisão administrativa de 1836.

124 A lei tratava também do funcionamento das coletorias municipais: período e forma de "matrícula" dos engenhos no "circulo da Collectoria", prazos para o envio do "lançamento" para a Mesa das Rendas Provinciais e orientações quanto aos procedimentos para se evitar o esquivo da cobrança. O exator deveria utilizar modelos previamente definidos para o registro de cada etapa de seu trabalho. O "Modelo n.º 2" destinava-se ao "Lançamento do Imposto sobre os Engenhos" ("nomes e residencia dos collectados", "data do lancamento", "natureza do motor do engenho", "importancia do lancamento", "annos aque corresponde o lancamento", "observacoes"). O "Modelo n.º 3" era o do recibo do pagamento do tributo (nome do contribuinte, ano financeiro a que se referia e o valor pago). O "Modelo n.º 4" estava reservado para o extrato mensal a ser enviado à Mesa das Rendas Provinciais. O "Modelo n.º 5" orientava a elaboração do "Balancete da Collectoria Municipal". O "Modelo n.º 6" destinava-se a "Matrícula D'Engenhos do Município" ("districtos", "nome do proprietário do engenho", "fazenda", "qualidade do motor", "nº de escravos ou jornaleiros", "fabrico a que se emprega", "observações").

Tabela 16 – Arrecadação do imposto sobre os engenhos, província de Minas Gerais, 1836 e 1844-45

Coletorias	Ano financeiro de 1844-45		Mapas de 1836 remanescentes	
	Arrecadação do imposto sobre os engenhos	Projeção do número de engenhos	Número de engenhos	Projeção da arrecadação do imposto sobre os engenhos
Aiuruoca	320$000	12.8	16	400$000
Araxá	190$000	7.6	21	525$000
Patrocínio	355$000	14.2		
Baependi	284$000	11.4	9	225$000
Barbacena	140$000	5.6	61	1:525$000
Campanha	840$000	33.6	83	2:075$000
Curvelo	360$000	14.4	47	1:175$000
Diamantina	———	0	11	275$000
Formigas/Montes Claros	"não enviou balancete"	———	19	475$000
Barra do Rio das Velhas	"não enviou balancete"	———		
Itabira	500$000	20.0	151	3:775$000
Santa Bárbara	880$000	35.2		
Jacuí	655$000	26.2	60	1:500$000
Januária	"não enviou balancete"	———	16	400$000
Lavras	340$000	13.6	81	2:025$000
Três Pontas	840$000	33.6		
Mariana	1:910$000	76.4	255	6:375$000
Piranga	1:817$000	72.9		
Minas Novas	370$000	14.8	73	1:825$000
Ouro Preto	140$000	5.6	11	275$000
Paracatu	50$000	2.0	4	100$000
Pitangui	1:260$000	50.4	138	3:450$000
Pomba	700$000	28.0	70	1:750$000
Presídio	530$000	21.2		
São João Nepomuceno	300$000	12.0		
Pouso Alegre	———	0	8	200$000
Caldas	570$000	22.8		
Jaguari	———	0		
Queluz	1:050$000	42.0	75	1:875$000
Bonfim	380$000	15.2		
Rio Pardo	130$000	5.2	54	1:350$000
Sabará	1:940$000	77.6	177	4:425$000
Caeté	740$000	29.6		
São João del-Rei	1:059$000	42.4	47	1:175$000
São José del-Rei	610$000	24.4	55	1:375$000
Oliveira	880$000	35.2		
São Romão	———	0	4	100$000
Serro	1:160$000	46.4	125	3:125$000
Conceição	800$000	32.0		
Tamanduá	220$000	8.8	90	2:250$000
Piumí	300$000	12.0		
Formiga	380$000	15.2		
Uberaba	"não enviou balancete"	———	40	1:000$000
Total	23:260$000	930.4	1.801	45:025$000

Fontes: Arquivo Público Mineiro, SPFP3/1, caixa 9, documento 7 e SPPP1/6, várias caixas. Valores em réis.

Se considerado que ao universo remanescente de 1836 faltam 122 mapas[125], o número de engenhos tributáveis estaria próximo de 2.500 e projetaria a arrecadação para mais de 62 contos de réis, e, se ponderado o fato de que oito anos separam os *Balancetes de 1844-45* dos Mapas de 1836, em realidade de crescimento constante do número de unidades transformadoras da cana, conclui-se que a cobrança do tributo no exercício 1844-45 não alcançou sequer a metade dos contribuintes em potencial. Além disso, as evidências são de que nem mesmo os 23 contos de réis chegaram à tesouraria da província. Na receita para o ano financeiro de 1844-45, consta a arrecadação de menos de 40% desse valor.

Arrecadação como a projetada pelos Mapas de 1836 só foi obtida na segunda metade do século XIX. Somente depois de quase 30 anos de vigência do tributo, quando o número de engenhos de Minas Gerais seguramente era muito maior e o imposto incidia também sobre as unidades que fabricavam açúcar e rapadura, foi que se logrou arrecadar valores comparáveis àqueles que deveriam ser obtidos na década de sua criação. Na *Fala dirigida à Assembléia* em 1843, o presidente da província, Francisco José de Sousa Soares de Andréia, reconhecia o fraco desempenho da arrecadação desse tributo e propunha penalidades aos sonegadores e exatores:

> *O imposto sobre os Engenhos de fabricar aguardente que he mal arrecadado, e seria conveniente admitir denuncias, ficando obrigados os contraventores a pagar o imposto à fazenda, e outra igual quantia ao denunciante. Os Collectores nestes casos tambem devem ser multados ou a favor do denunciante, ou da fazenda. Julgo melhor que o sejão a favor do denunciante.*

Nesse cenário, em que parece que a sonegação sempre superou em muito a arrecadação, os legisladores acabaram optando pela autorização da criação de impostos municipais também incidentes sobre as unidades produtivas com fabricação de derivados da cana. Diante da incapacidade de combater a evasão fiscal com a criação de mecanismos eficientes de arrecadação ou de adotar orientação tributária realista e pautada em justiça fiscal, curvaram-se os deputados provinciais às solicitações das câmaras municipais. Em 1871, o município da Prata recebia autorização para cobrar tributo dos engenhos de cana (4 mil réis para os que fabricassem aguardente e 2 mil para os demais). Em 1885, a Câmara de Curvelo passou a tributar os engenhos de aguardente: para proprietários sem escravos e com equipamentos movidos por tração animal, 10 mil réis se engenho de pau e 20 mil se engenho de ferro; para proprietários sem escravos e com equipamentos a força hidráulica, 25 mil réis se engenho de pau e 30 mil se engenho de ferro; para proprietários com escravos, o mesmo imposto segundo a força motriz e material da moenda mais um mil réis por escravo até o número de cem. "Antes e depois daquela, outras câmaras obtiveram concessão semelhante" (Costa Filho, 1963: 291). Assim, não seriam poucos os municípios em que os produtores de derivados da cana eram duplamente onerados com imposto a incidir sobre seus engenhos.

Tributos incidentes sobre a circulação de derivados da cana

As imposições sobre a circulação de derivados da cana produzidos em Minas Gerais surgem no século XIX. Os tributos dessa natureza no Dezoito limitaram-se às taxas incidentes sobre as pequenas exportações para fora da capitania.

---

125 O *Mappa demonstrativo do numero de Engenhos, em que se fabrica agoardente, Lojas de Fazenda seca, Armazens, e Tavernas, existentes na Provincia de Minas Geraes, e dos Impostos estabelecidos nos §§ 5º e 6º do Artigo 2º da Lei Provincial Nº 49* (APM, SPPP1/6, caixa 9, documento 50) indica a existência de 309 mapas recebidos pela Secretaria de Governo e 107 por receber, totalizando 416 distritos de paz. Desses 309 efetivamente recebidos foram localizados 297. Considerada a estimativa populacional para 1831/35 (ver Apêndice 3), dos 419 distritos de paz existentes na primeira metade da década de 1830 não remanesceram mapas de engenhos de cana e casas de negócio para 122 distritos.

Eram fundamentalmente dois os impostos que recaíam sobre os derivados em circulação: os tributos municipais (cobrados da aguardente que adentrava nas sedes) e os provinciais (arrecadados nas recebedorias localizadas nas fronteiras com outras províncias).

Tributos municipais

Pela Resolução nº 298, de 26 de março de 1846, a Assembléia Legislativa autorizou a "Camara Municipal da Cidade de Diamantina a arrecadar como renda Municipal a taxa de trezentos e vinte reis sobre cada um barril de aguardente de canna, ou restilo, que se vender no seu Municipio". Também permitiu à Câmara de Diamantina "expedir os Regulamentos necessarios para execução do Artigo antecedente, podendo impor aos contraventores a pena de prisão de até 8 dias, e multa até trinta mil reis". Tratava-se, ao que tudo indica, de taxa itinerária cobrada em barreiras instaladas nas entradas da cidade.

Com o decorrer dos anos, esse imposto generalizou-se pela província, constituindo-se em importante fonte de arrecadação para as municipalidades. Miguel Costa Filho documentou a criação do imposto em Minas Novas (1849) e Curral Del Rei (1851), bem como observou que "com o tempo, não só os impostos municipais sobre a aguardente foram-se estendendo a toda a província, chegando talvez a serem cobrados por todos ou quase todos os municípios, mas foram também se elevando" (Costa Filho, 1963: 329).

A Resolução nº 528, de 25 de setembro de 1851, tornou "extensivas ao Municipio do Ouro Preto as disposições dos artigos 1º, 2º, 3º da Resolução nº 298 de 26 de Março de 1846". Os tropeiros que conduziam aguardente com destino à capital da província passariam a pagar o mesmo tributo que era cobrado em Diamantina havia cinco anos.

Documentação remanescente das recebedorias do Taquaral e Cachoeira do Campo, localizadas em duas entradas da cidade de Ouro Preto, permite estudo mais detido desse tributo. Os documentos sobreviventes para esses dois postos fiscais estão longe de resumir o universo de registros realizados para o conjunto das recebedorias que recolhiam os tributos referentes à circulação de mercadorias com direção à capital da província. Muitas eram as estradas que partiam da antiga Vila Rica: ao sul, a estrada que, passando por Ouro Branco, demandava em direção ao Rio de Janeiro; ao norte, a estrada que, atingindo Antônio Pereira, rumava para Diamantina; a oeste, a estrada que, alcançando Cachoeira do Campo, seguia em direção a Sabará; a leste, a estrada que, após o Taquaral, dirigia-se para Mariana.

Sobreviveram alguns "cadernos" com os lançamentos diários dos tropeiros que pagaram o imposto pelos barris de aguardente transportados. Era o seguinte o padrão de recibo para a comprovação do pagamento do imposto: "Pagou o S.^{r} Manoel Fran.^{co} S.^{m} J.^{e} pelo imposto de 320 r.^{s} sobre 8 barris de aguardente que passou nesta Recebedoria na forma do Talão N.º 130 – 2$560" (APM, CMOP, códice 487a). Assim eram identificados os cadernos para o lançamento do tributo:

> *Este Caderno hade servir de Diario p.^{a} n'elle se lançar o rendimento do imposto de 320 r^{s} em cada um Barril de agoardente que entrar na Recebedoria do Taquaral em o corrente mez de Maio em diante, vai numerado e por mim rubricado. Ouro Preto 12 de Maio de 1854. O Presidente Manoel Dias de Toledo Ribas.* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/49, caixa 11, documento 2).

Mais completos e referentes à estrada por onde a entrada do destilado era muito maior, os registros da recebedoria do Taquaral cobrem parte de duas fases dessa imposição sobre a aguardente consumida pela população da capital: de 1853 a 1855, quando o tributo era de 320 réis por barril, e, de 1863 a 1865, quando passou a 500 réis.

Tabela 17 – Arrecadação do imposto sobre a aguardente, recebedoria do Taquaral, Ouro Preto, 1853-55 e 1863-65[1]

Ano	1853		1854		1855		1863		1864		1865	
Mês	N. de barris	Valor Arrecadado	N. de barris	Valor Arrecadado	N. de barris	Valor Arrecadado	N. de barris	Valor Arrecadado	N. de barris	Valor Arrecadado	N. de barris	Valor Arrecadado
Janeiro					720	229$400			815	407$500	714	357$000
Fevereiro					913	292$320			717	358$500	501,5	230$750
Março					683	226$320			636	318$000	786	393$000
Abril					1.187	380$000			508	254$000	520	260$000
Maio	755	239$680	870	289$660	733	234$560			635	315$500	777	390$500
Junho	969	309$440	972	311$040	1.202	388$480			567	283$500	717	358$500
Julho	1.369	438$080	1.162	387$840	1.185	379$200			857	428$500	908	462$000
Agosto			1.120	366$080	772	248$640	732	366$000	698	349$000	600	300$000
Setembro			931	303$680	1.127	360$640	550	275$000	851	425$500	698	349$000
Outubro			870	278$400			930	465$000	578	289$000	825	412$500
Novembro			1.162	371$840			756	378$000	625	312$500		
Dezembro			1.114	366$400			582,5	291$250	691	342$500		
Média	1.031	329$067	1.025	334$368	947	304$396	710	355$050	682	340$375	705	351$325
Total	3.093	987$200	8.201	2:674$940	8.522	2:739$560	3.550,5	1:775$250	8.178	4:084$500	7.046,5	3:513$250

Fontes: Arquivo Público Mineiro, CMOP 487A e SPPP1/49, caixa 11, vários documentos. Valores em réis.

Nota: (1) Foram encontrados pequenos erros no cálculo dos tributos, resultando em diferenças entre o número de barris lançado e os valores que deveriam ser recolhidos. Esses ligeiros equívocos tanto resultaram em indevida redução quanto aumento da arrecadação.

Do primeiro período para o segundo, processou-se acentuada redução nos volumes de aguardente que entraram pelo Taquaral, apesar de a arrecadação ter se elevado ligeiramente. Em 1853-55, as médias mensais eram de 991 barris para arrecadação de Rs. 320$085. As médias mensais de 1863-65 apresentaram redução de 30% no número de barris, declínio para 695, e crescimento de 8% na arrecadação, ascensão para Rs. 347$185. Elevado o imposto, reduziu-se à base tributada e praticamente inalterada ficou a arrecadação. Foi diminuído o consumo ou a sonegação aumentou? Como entender o decréscimo médio de 3.552 barris anuais no consumo de população em crescimento?

De qualquer forma, os valores arrecadados não deixam dúvidas quanto à importância desse imposto para as rendas municipais. Apenas na recebedoria do Taquaral, a arrecadação média anual no primeiro período alcançou mais de três contos e 800 mil réis e superou a quatro contos e 100 mil réis no segundo. Explica-se, assim, a rápida disseminação desse tributo pelos municípios da província. O controle da entrada da aguardente nas sedes municipais deveria ser tarefa relativamente menos complexa, dada a pequena dimensão dos centros urbanos. Entretanto, como se depreende do exame das variações ocorridas na recebedoria do Taquaral, não parece improvável que a sonegação fosse bastante expressiva e generalizada.

Em 1824-25, o Barão de Langsdorff registrou, em seu diário, o preço de vários gêneros em alguns mercados urbanos de Minas Gerais. O barril da aguardente em Presídio, na região da Mata, custava Rs. 1$280; em Santa Luzia, na região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, saía em média a Rs. 1$200; e, no atípico mercado do Tijuco, região Diamantina, alcançava a cifra de Rs. 2$240. Se considerado o valor de Santa Luzia, o mais próximo desses centros urbanos em relação a Ouro Preto, e considerados os 320 réis de imposto pagos no Taquaral, constata-se que essa imposição superava 25%. A ser correta a afirmativa do presidente da Câmara de Piranga de que o imposto sobre a circulação acabava onerando o produtor, conclui-se, então, que o tributo, quando pago, aumentava sobremaneira os custos de produção (Langsdorff, 1997: 34, 98 e 169-170).

A aguardente, porque era a única bebida produzida em larga escala em Minas Gerais e que, pelo tamanho da oferta e preço reduzido, era amplamente consumida por todos os estratos sociais, acabou sendo alvo daqueles que estavam sempre atentos a boas oportunidades de aumentar as rendas das municipalidades e, ao mesmo tempo, onerar itens de consumo considerados supérfluos e/ou danosos à saúde de seus adeptos.

O exame de debate ocorrido em 1858 na Assembléia Legislativa Provincial, quando da proposição da elevação do imposto sobre a aguardente que entrava em Diamantina, de 320 para 500 réis, reafirma a ausência de unanimidade entre os deputados mineiros. Para um, era "injusto, opressivo e inconstitucional" e "acarretaria o abandono da indústria dos municípios vizinhos" que abasteciam Diamantina; para outro, a fabricação de aguardente era "o trabalho mais fácil que empreendia o lavrador, certo de alcançar elevados lucros" e necessário seria "amparar a cultura dos gêneros de primeira necessidade, 'prejudicada pela funesta concorrência do fabrico de aguardente de cana'". Por fim, o aumento acabou aprovado (Costa Filho, 1963: 285-86).

Tributos sobre as exportações

Os impostos sobre as exportações para o exterior do território de Minas Gerais foram cobrados durante praticamente todo o período provincial. Incidiam sobre produtos da agricultura e pecuária, bem como sobre produtos transformados. Na documentação compulsada, esse tributo foi encontrado para o intervalo de 1838 a 1889, sendo que, até meados do século, os percentuais eram de 3% e 6%. Na segunda metade da centúria, foi criada alíquota exclusiva para o café; inicialmente 3,5%, depois 4%.

Enquanto a aguardente esteve isenta na maior parte do período provincial, as exportações de açúcar e rapadura, com exceção de breves interrupções, foram regularmente oneradas. Estes dois derivados estiveram quase sempre na pauta dos gêneros que pagavam 3%.

Na tabela a seguir foram reunidas informações retiradas de mapas com a arrecadação das recebedorias e, para os anos de 1821 e 1824, da documentação dos registros[126].

Tabela 18 – Arrecadação do imposto sobre as exportações, açúcar e rapadura, província de Minas Gerais, 1821-78

Ano	Recebedoria Localização	Açúcar			Rapadura		
		Quantidade Arrobas	Valor Arroba	Arrecadação 3%	Quantidade Unidades	Valor Unidade	Arrecadação 3%
1821	Malhada, divisa com Bahia	807	3$100	75$051	129.549	$110	427$511
1845-46	Morrinhos, divisa com Bahia	———	———	———	4.650	$040	5$580
1877-78	Pontal do Escuro, divisa com Bahia	75	3$500	7$875	157.935	$100	473$805
1824	Rio Preto, divisa com Rio de Janeiro	380	1$600	18$240	2.120	$050	3$180
1844-45	Rio Preto, divisa com Rio de Janeiro	1.225	1$500	55$125	350	$040	$420
1845-46	Rio Preto, divisa com Rio de Janeiro	1.513	1$500	68$085	———	———	———
1844-45	Minas Gerais	7.085	1$500	318$847	1.114	$040	1$337
1845-46	Minas Gerais	8.046	1$500	362$070	5.961	$040	7$153
1848-49	Minas Gerais	686	1$500	30$870	97.098	$040	116$518
1850-51	Minas Gerais	7.220	1$500	324$900	77.780	$040	93$336
1877-78	Minas Gerais	2.867	3$500	301$007	199.959	$100	599$877

Fontes: Arquivo Público Mineiro, SPFP3/1, caixas 10 e 12, e SPPP1/49, caixas 8 e 16. Valores em réis.

No Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, divisa com a Bahia, sempre funcionaram postos fiscais de fronteira, como no caso dos três constantes na tabela. Os principais fluxos comerciais do norte de Minas realizavam-se por meio da navegação fluvial. Apesar de fragmentários, os dados relacionados revelam fortes oscilações nas quantidades de açúcar e rapadura exportadas São Francisco abaixo. Observa-se que o número de arrobas de açúcar de 1821 não encontra paralelo nos anos posteriores. Constata-se que a quantidade de rapaduras de 1821 só foi superada mais de 50 anos depois.

Na divisa com o Rio de Janeiro encontravam-se os mais importantes postos fiscais de Minas Gerais. As relações mercantis com a província fluminense respondiam pelos mais expressivos fluxos de importação e exportação. São crescentes ao longo da primeira metade do século XIX as saídas de açúcar pela recebedoria do Rio Preto. Todavia, as exportações de rapadura decresceram, chegando a nem constar no mapa de saídas para 1845-46.

Os volumes de açúcar exportados pelo conjunto das recebedorias de Minas Gerais oscilaram significativamente no período de 1844 a 1878. É admissível conjecturar a existência de subregistro para as quantidades muito reduzidas de 1848-49, dada certa semelhança entre os volumes exportados nos anos anteriores e posteriores. Entretanto, falta explicação para a acentuada diferença entre 1850-51 e 1877-78.

126 Na tabela foram lançadas as quantidades de açúcar e rapadura que passaram pelas recebedorias e os respectivos tributos recolhidos. No caso dos registros de Malhada (1821) e Rio Preto (1824), estimou-se a arrecadação a partir dos valores unitários dos produtos. Respeitaram-se os valores da arroba de açúcar e da unidade de rapadura constantes nos próprios lançamentos: para 1821 e 1824 eram resultantes de avaliações regionais dos preços dos produtos; no caso das recebedorias, os valores eram únicos para todos os postos de fronteira, predeterminados em pautas do governo.

É vertiginoso o crescimento dos volumes totais de rapadura exportados de 1844-45 para 1848-49: mais de 8.600%. Aparentemente não existem alterações no comportamento do mercado que possam explicar mudanças tão abruptas em intervalo de tempo tão pequeno.

Tal qual as quantidades, foram permanentes e, muitas vezes, extremadas as flutuações nos valores arrecadados para a totalidade das recebedorias de Minas Gerais, assim como no caso específico dos postos fiscais do norte da província. As alterações nos valores da arroba de açúcar e unidade de rapadura, utilizados para o cálculo do tributo, também colaboraram, em boa parte das vezes, para acentuar as oscilações nos montantes de direitos recolhidos.

Essas bruscas variações resultavam, fundamentalmente, da larga vigência do contrabando. O descontrole com relação ao comércio ilegal, que não pagava os direitos de exportação, atingiu tal magnitude que foi sistematizado em representação cartográfica de 1866. O descaminho era não apenas conhecido, mas também, em parte, mapeado. No *Mappa das Collectorias e Recebedorias* foram localizadas as então 31 recebedorias existentes e o número de pontos de extravio para cada uma. Para 12 postos fiscais não foi indicado o número de rotas alternativas utilizadas pelos contrabandistas, provavelmente por desconhecimento ou falta de sistematização por parte das autoridades provinciais. Para as 19 outras recebedorias o descaminho variava de um até surpreendentes oito pontos por onde ocorria a evasão fiscal (APM, 439, MC.02.06).

Duas décadas antes da confecção do mapa que reconhecia o vigoroso contrabando realizado nas fronteiras de Minas Gerais, o presidente Quintiliano José da Silva, em sua *Fala dirigida à Assembléia Legislativa* no ano de 1845, mostrava-se otimista quanto ao futuro do imposto sobre as exportações, ainda que admitisse a vigência de comércio clandestino.

> *Os impostos de 3 e 6 por cento sobre os generos que se exportão da Provincia tem de alguma sorte correspondido ás esperanças fundadas sobre os mesmos, ao menos quanto á facilidade com que são arrecadados: não obstante é d'esperar que sejão ainda mais productivos, quando a vantagem proveniente de melhores estradas aconselhar a todos os exportadores, que se sujeitem antes a hum modico tributo, do que se exponhão a prejuizos maiores, a incommodos infalliveis nas Veredas quasi intransitáveis por onde saem evadir-se ao cumprimento de hum dever.*

Dado o reconhecimento oficial da disseminação espacial do contrabando, resta cogitar sobre o volume das exportações não tributadas. Ainda que a parcela da produção de derivados da cana que alcançava o exterior sempre tenha representado muito pouco no total da produção interna de Minas Gerais, parecem por demais reduzidas as quantidades exportadas constantes na documentação pública. Os indícios apontam para realidade em que as exportações de açúcar e rapadura que passavam pelos postos fiscais eram insignificantes diante daquelas que se evadiam do fisco.

Em 1824, o Barão de Langsdorff registrou produção de "3 mil arrobas de açúcar" em Pau de Cheiro, fazenda localizada em pleno sertão mineiro. Tratava-se de propriedade com pauta produtiva diversificada. O "principal produto comercial que sustenta a fazenda é a plantação de algodão", cujo rendimento era quase o dobro do que se obtinha no cultivo e transformação da cana (Langsdorff, 1997: 193-229). Como é possível que uma única propriedade, não especializada na elaboração de subprodutos da cana, produzisse, na primeira quadra do século XIX, quantidade de açúcar superior a todo o volume exportado pela província 50 anos depois?

Autoridade da Câmara de Januária, em resposta a circular da Presidência da Província, informava, em 1855, que seu município exportava anualmente "quatro centas e noventa e oito mil rapaduras" (*Relatório que à Assembléia Legislativa apresentou na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura o Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*). Januária era o principal porto mineiro do Rio São Francisco, mantinha regulares relações comerciais com o interior do Nordeste e a rapadura ocupava posição de destaque entre as mercadorias enviadas rio abaixo. Como considerar que as exportações de Januária fossem quase 150% maiores do que o volume total de rapaduras enviado para o exterior de Minas Gerais 20 anos depois?

Tributos incidentes sobre a comercialização de derivados da cana

É surpreendente a persistência do subsídio voluntário, ainda presente entre os itens da receita provincial no período de 1825 a 1832. Tributo surgido em 1756, incidia sobre os comerciantes de aguardente em geral e sobre os fabricantes que vendiam o destilado a varejo. No balanço da receita provincial de 1831-32 foi informado que do subsídio voluntário subsistia "ainda" a renda "que se cobra de cada taberna, que são 3$600 por anno" (APM, SPFP3/1, caixa 2, documento 14). Essa foi a última informação localizada para a longeva imposição setecentista.

Também teve vida longa o subsídio literário. Criado em 1772, figurou nas receitas de Minas Gerais até 1838. Originalmente era cobrado de cada barril de aguardente vendido nos engenhos. Em 1831-32, no mesmo documento acima citado, informava-se, no campo referente a esse tributo, que "do 1º de Julho de 1832 deve-se cobrar 20 por cento das agoas-ardentes vendidas em lojas, e tabernas; e nas fabricas, e alambiques da que se vender por miudo". Nos balanços da receita para os exercícios seguintes o subsídio literário sempre apareceu separado do imposto identificado como "20% sobre as aguardentes". O exame dos demonstrativos das rendas da província não permitiu definir as relações entre essas aparentemente distintas imposições[127].

Breve e agitada foi a existência do tributo dos "20% sobre as aguardentes". Nos seus sete anos de vigência sempre esteve acompanhado de observações sobre a exigüidade da arrecadação, assim como sobre a necessidade de mudança na forma de cobrança ou mesmo de substituição por outro imposto.

A Lei nº 49 de 1836, que instituiu novo imposto sobre os engenhos aguardenteiros, também estabeleceu tributo a incidir sobre todos os estabelecimentos que comercializavam aguardente, espíritos importados e fazenda seca. É muito provável que, entre os objetivos desse novo dispositivo legal, figurasse a reunião, em um único imposto, de velhas imposições setecentistas (subsídios voluntário e literário) e recente experiência fiscal pouco exitosa (20% sobre as aguardentes). É evidente a historicidade da opção pela reunião, em um mesmo tributo, das contribuições a serem pagas por produtores de aguardente e comerciantes de bebidas alcoólicas em geral. Desde o século XVIII, as imposições que oneravam aqueles que vendiam aguardente em estabelecimentos comerciais também incluíam os produtores que negociavam o destilado nos engenhos de cana.

As evidências são de que esse novo imposto vigorou até o final do Império. Foram mais de 50 anos que os estabelecimentos que comercializavam aguardente pagaram tributos escalonados segundo a localização espacial. Os valores eram ascendentes consoante o tamanho do centro urbano em que estava localizada a casa de negócio: 4 mil réis para os estabelecimentos em povoações com até 40 fogos ou em estradas, 6 mil réis nas povoações com mais de 40 fogos e 8 mil réis quando em vilas ou cidades.

Assim como na definição das contribuições a serem pagas pelos proprietários de engenhos aguardenteiros, o legislador entendeu que critério único (no caso, a dimensão do mercado consumidor local) era suficiente para determinar as faixas de tributo para as casas de negócio. Foram desconsideradas variáveis como o porte e capital dos estabelecimentos, quantidade e natureza das mercadorias comercializadas. Assim, um pequeno vendeiro de aguardente e molhados, estabelecido em vila, deveria pagar os mesmos 8 mil réis a serem cobrados de grande armazeneiro proprietário de empório que comercializava fazendas e espíritos importados, além de mercadorias de consumo conspícuo. Como no caso dos engenheiros, de nada adiantou o protesto dos negociantes quanto ao irrealismo e à injusta fórmula do tributo.

Nos Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836 remanescentes foram listados aproximadamente 5 mil estabelecimentos comerciais para 297 distritos. É muito provável que os 122 distritos cujos mapas não foram localizados elevariam o número de estabelecimentos para mais de 6.500. A arrecadação nesse caso não poderia ser inferior aos 34 contos de réis projetados pelo *Orçamento da Receita da Meza das Rendas Provinciaes para o Anno Financeiro do 1º de Julho de 1838 ao ultimo de Junho*

127 Estudo acurado e definitivo, que está por realizar-se, da permanência de antigas imposições fiscais setecentistas nas primeiras décadas do século XIX, muitas vezes transmutadas em novos impostos, é essencial para a perfeita compreensão da estrutura tributária do Oitocentos. "A província herdou da capitania uma tumultuária legislação fiscal. Não a corrigiu, talvez a tenha agravado" (Iglésias, 1958: p.181).

de 1839 (APM, SPFP3/1, caixa 6, documento 22), que tomava por base a existência de 5.800 estabelecimentos tributáveis. Todavia, os dados da tabela seguinte mostram que tal patamar de arrecadação só seria atingido quase 30 anos depois de criado o imposto.

Assim como no caso dos engenhos, a maior parte da cobrança realizava-se nos anos posteriores ao lançamento. Os negociantes, tal como os engenheiros, eram grandes freqüentadores dos quadros da dívida ativa provincial. Também como no caso dos débitos consignados para os engenhos, parte significativa da dívida das casas de negócio expirava no decurso dos anos que se seguiam ao lançamento dos contribuintes. Na sua *Fala dirigida à Assembléia Legislativa* em 1846, o presidente Quintiliano José da Silva observava:

> *Não obstante ter a Mesa das Rendas empregado todo o esforço para realizar a cobrança de toda a divida activa, ha a respeito de vários impostos impossibilidade de os conseguir. Por exemplo a cobranca de 8, 6, e 4$000 sobre as casas de negocio, não se realisará toda porque muitas casas que forão lançadas já desapparecerão.*

Na segunda metade do século XIX, operou-se acentuada elevação na arrecadação do imposto sobre as casas de negócio, chegando a ultrapassar a barreira dos cem contos de réis em meados da década de 1870. Acredita-se que alterações na fórmula tributária estejam na base do entendimento dessa abrupta elevação da arrecadação. Além de provável aumento nos valores das faixas de imposto, é preciso considerar também o crescimento da população e a correspondente expansão do comércio na segunda metade do Dezenove.

Tabela 19 – Arrecadação do imposto sobre as casas de negócio, província de Minas Gerais, 1836-78

Ano Financeiro	Arrecadação	Arrecadado nos Anos Posteriores		Por arrecadar	
1836-37	4:022$800	até 1845:	8:272$680	em 1845:	20:367$840
1837-38	3:975$260	até 1845:	3:235$869	em 1845:	15:753$100
1838-39	4:189$080	até 1845:	13:204$320	em 1845:	8:546$304
1839-40	1:496$000	até 1845:	13:989$600	em 1845:	3:704$682
1840-41	1:816$800	até 1845:	11:809$247	em 1845:	3:525$000
1841-42	3:685$916	até 1845:	10:952$031	em 1845:	3:628$969
1842-43	2:287$000	até 1845:	13:690$472	em 1845:	2:192$400
1843-44	7:024$000	até 1845:	10:916$446	em 1845:	4:288$500
1844-45	7:464$267			em 1845:	21:487$000
1849-50	18:785$440				
1850-51	19:017$249 11:851$556				
1863-64	38:354$961			em 1864:	4:951$265
1867-68	58:105$600				
1868-69	57:175$000				
1874-75	93:800$000				
1875-76	99:830$000				
1876-77	102:055$000				
1877-78	101:999$000				
1879-80	104:648$000				
1880-81	102:643$000				

Fontes: Orçamentos e Balanços da Receita Provincial. Arquivo Público Mineiro, Relatórios de Presidentes da Província, vários anos, e SPFP3/1, várias caixas. Valores em réis.

Opressão fiscal, sonegação e clandestinidade

No transcurso dos séculos XVIII e XIX, as reiteradas mudanças na orientação política do Estado para o setor canavieiro, especialmente no aspecto tributário, explicam-se, em larga medida, pelas próprias características das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais.

A desconcentração espacial da produção de derivados da cana exigia dos exatores fiscais trabalho redobrado no cumprimento de suas funções. Localizar e cobrar tributos de engenhos e engenhocas dispersos por grandes extensões territoriais eram tarefas que dificilmente alcançariam pleno êxito. A vasta dimensão das circunscrições municipais implicava, na maior parte das vezes, vários dias para cobrir a distância entre a sede e os distritos mais distantes.

O sentido da produção dos engenhos mineiros igualmente dificultava a ação dos coletores. Em realidade em que parcela substantiva das unidades produzia para autoconsumo ou gerava eventuais pequenos excedentes, a conveniente desativação temporária das fábricas criava situações embaraçosas para os agentes fiscais. Como cobrar o imposto de engenho cujo proprietário apresentava-o como desativado? A qualquer tempo, os predominantes pequenos equipamentos de moagem poderiam ser parcialmente desmontados com a finalidade de atestar desativação; os "cobres", em geral microalambiques ou tachas de tamanho reduzido, facilmente seriam ocultados quando assim desejasse o engenheiro. Restaria ao coletor apenas a informação de que ali, um dia, se produziu pequena quantidade de cachaça e/ou açúcar, mas, por razões que não faltariam ao sonegador, hoje nada fabricava.

As características do disperso mercado consumidor criavam toda ordem de obstáculo à cobrança de tributos sobre a circulação interna de subprodutos da cana. O aparato fiscalizador para tal propósito parece que simplesmente não existia. Como vigiar cada estrada ou caminho e impedir o contrabando? Como controlar diuturnamente cada entrada das sedes municipais que impunham taxas a aguardente? Como impedir que o consumidor buscasse diretamente, nos milhares de engenhos, a sua própria quota da apreciadíssima bebida?

Dificuldades adicionais eram criadas pelas características dos transportes. Vias e meios viários tradicionais comprometiam ou mesmo impediam o trabalho dos exatores, atrasavam sobremaneira a circulação de informações entre os postos fiscais internos e de fronteira com a capital da província, embaraçavam o cumprimento do cronograma traçado para a arrecadação dos tributos, colaborando para o crescimento daquelas intermináveis dívidas com o tesouro, favoreciam a desatualização das informações que serviriam de suporte para a ação dos coletores e facilitavam a constituição de incontrolável rede de caminhos alternativos, rotas e atalhos para o esquivo do fisco.

Unidades diversificadas com produção sazonal e atividades econômicas consorciadas possibilitavam, a qualquer tempo, a reprogramação da agenda produtiva no sentido de desativar os engenhos quando as imposições inviabilizavam a fabricação dos derivados. As safras em geral curtas das fábricas mineiras facilitavam enormemente a sonegação pela possibilidade de adequá-las a calendário que não coincidisse com as visitas dos coletores ou mesmo, em casos extremos, da alternativa da simples desativação provisória em ano que a fiscalização fosse mais rigorosa.

A complexa rede de fluxos comerciais de derivados da cana, em que atuavam milhares de tropeiros e barqueiros, criava dificuldade adicional para os agentes responsáveis pela cobrança de tributos sobre os derivados em circulação. Pontos de extravio deveriam existir em tal quantidade que seria impossível ao "dezenhador copista", que produziu o referido mapa de 1866, localizá-los em uma mesma carta.

Dispersos por centenas de centros urbanos e pelas principais estradas da província, os estabelecimentos que comercializavam os derivados da cana, principalmente a aguardente, encontravam meios variadíssimos para fugir do fisco. O pequeno porte, a exigüidade de mercadorias e a irregularidade ou eventualidade do funcionamento de parcela expressiva das casas de negócio constituíam fatores que dificultavam a cobrança das imposições devidas.

Se essa ampla e complexa conjunção de fatores representava dificuldade, de não pequena monta, a qualquer tentativa de implementar política tributária realista e pautada em justiça fiscal, o que esperar

de realidade marcada pela ambigüidade, instabilidade e irrealismo da orientação tributária? A opção pela descontrolada imposição de direitos sobre atividade secularmente discriminada e perseguida e que, ao mesmo tempo, apresentava características tão favoráveis à sonegação, só poderia resultar em arrecadação igualmente divorciada da realidade. Aos problemas fiscais específicos ao setor canavieiro, somavam-se as contradições do sistema tributário da província e a precariedade do aparato arrecadador:

> *Devia ser grande, realmente, o número de pessoas que não pagavam imposto: a extensão da província, as inumeráveis coletorias não providas de funcionários (observação que é freqüente em documentos oficiais), as nebulosidades e indecisões de um sistema tributário mal elaborado, o atrito de competências – a lei nunca foi clara na divisão de rendas –, tudo contribuía para esse estado de coisas* (Iglésias, 1958: 183).

A opressão fiscal do século XIX aprofundou e consolidou simulacro que começou a se forjar na centúria anterior. No Oitocentos, o Estado conduziu definitivamente grande parcela dos engenheiros mineiros para a clandestinidade, sobretudo aqueles que fabricavam aguardente. Foi elevada a carga tributária, provavelmente sabendo-se que os resultados efetivos estariam longe de alcançar sequer a maioria dos contribuintes em potencial.

No século XX, esse quadro ganhou cores ainda mais dramáticas. Como foi discutido na seção anterior, o processo de desestruturação da produção tradicional e de expansão da grande indústria contou com decisiva intervenção do Estado. Os engenheiros de cana do Novecentos passaram a ter que suportar não só o peso da carga fiscal, mas também a sofrer a concorrência do sempre protegido produto industrial.

No final do século XX, a produção de açúcares brutos estava praticamente desregulamentada. Não existiam tributos específicos a incidir sobre a cada vez mais inexpressiva fabricação de rapaduras e mascavados. Considerados como produtos da indústria rural artesanal, beneficiavam-se de regime tributário especial.

Em situação diversa encontrava-se a produção de aguardente de cana-de-açúcar, que estava submetida a dois regimes tributários: estadual e federal. No caso do destilado, em franca expansão da produção e consumo, persistia legislação fiscal insensível às pronunciadas diferenças entre os produtores. A fabricação tradicional de cachaça recebia tratamento tributário semelhante ao da grande produção industrial de aguardente. O resultado era a continuidade de reduzido percentual de engenhos de aguardente que funcionavam legalmente. A clandestinidade ainda era a condição da maior parte dos produtores artesanais. A sonegação, única saída diante de realidade fiscal que persistia em perpetrar injustiças.

2.2 – Origem, elaboração e estrutura dos Mapas de 1836[114]

Comprindo com a ordem de V Ex.ª remeto a rellação incluza, e não hirá organizada como devera, por me faltarem milhores conheçim.tos p.ª o puder fazer, o que V. Ex.ª me ade relevar – Reçebi a ordem de V. Ex.ª no dia 26 do corrente mes, eno dia 27 fiz a relação, seouver alguã demora sera por cauza do condutor (Francisco Cerqueira Carneiro, juiz de paz de Simão Pereira, Barbacena. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 5).

Acuzo A recepção do oficio de V. Ex.ca de 16 [...] pasçado no dia 12 do Corr.te Mes de Junho no qual me ordena Invie Sem perda de Tempo as Relacois constante do dito o Ficio aqual em Cluzo em vio Como Entendi enão Vai milhor por não vir mudellos e sendo Nesçeçario Reforma eu pronto Estou por que So Dezejo a sertar (João Aires Gomes, juiz de paz de Borda do Campo, Barbacena. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 25).

A sobrevivência da maior parte dos documentos elaborados em resposta à solicitação que objetivava reunir dados para o início da vigência de novo tributo a incidir sobre os setores canavieiro e comercial de Minas Gerais é lance de incomum boa fortuna para os historiadores que se debruçam sobre o Oitocentos. Conquanto tenha perdurado por quase meio século, somente para o primeiro ano fiscal remanesceram dados nominais que cobrem todas as regiões da província e contemplam a maioria das unidades administrativas distritais de Minas. Além da excepcional cobertura espacial, os Mapas de 1836 são insuperáveis se consideradas as condições debaixo das quais foram produzidos. Inexistia modelo ou formulário impresso para registro dos dados requeridos, em alguns aspectos faltava clareza ao ofício que determinava a apuração das informações e era expressivo, senão majoritário, o número de autoridades que desconhecia ou precariamente compreendia a finalidade dos mapas. O conjunto documental resultante da combinação dessas circunstâncias caracteriza-se pela heterogeneidade formal e diversidade de conteúdo.

Os dois extratos em epígrafe, registros da comum preocupação dos juizes de paz de Simão Pereira e Borda do Campo, distritos do município de Barbacena, são reveladores da inexistência de orientação que assegurasse resposta objetiva às determinações recebidas. O espaço aberto para leitura pessoal, subjetiva, das autoridades locais ensejou a incorporação de valiosos acréscimos que enriqueceram sobremaneira os dados solicitados. Tomada conjuntamente, a documentação de 1836 não só quase sempre atendeu ao propósito que justificava sua existência, mas também criou oportunidade para que os responsáveis por sua elaboração, em geral indivíduos pertencentes às elites locais, pudessem, segundo intenções diversas, adicionar informações que muito provavelmente não encontrariam lugar ou seriam consideradas inoportunas nos lançamentos de contribuintes dos anos subseqüentes. Em síntese, os Mapas de 1836 conformaram experiência inaugural a comportar excessos e omissões decorrentes da incipiência da nova realidade fiscal e, principalmente, das idiossincrasias e variado zelo dos funcioários públicos que os produziram.

114 No Apêndice 1 são apresentados os fac-símiles e as respectivas transcrições de 16 documentos considerados exemplares dos principais aspectos formais e de conteúdo dos Mapas de 1836. Todas as remissões a esses documentos ou reproduções de extratos de seus textos serão acompanhadas de referência ao número identificador dos respectivos fac-símile e transcrição, segundo relação aposta no quadro do referido apêndice. Nessa subseção será adotado critério especial para a indicação de localização dos documentos no Arquivo Público Mineiro. Para os extratos longos, aqueles com texto em itálico e brancos interlineares no início e final da transcrição, será informada a referência arquivística. Para os extratos curtos, aqueles entre aspas, ou para as simples menções a documentos nem sempre será informada a localização no Arquivo Público Mineiro.

Da solicitação à produção da documentação fiscal de 1836

Atendendo à circular da Presidência da Província, de 16 de junho de 1836, juizes de paz, inspetores de quarteirão e escrivães participaram do processo de apuração dos dados e elaboração dos Mapas dos Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio dos distritos de paz de Minas Gerais.

> *Haja Vm.ce de enviar a este Governo sem perda de tempo 1º - huã relação dos Engenhos desse Destricto, em que se fabricar aguardente, fazendo a mui clara distinção dos que são movidos por animaes, por agua, ou por outro motor tanto, ou menos dispendiozo 2º huã dita das Cazas, em que se vender aguardente simples ou beneficiada, com distinção tambem das que estão situadas nas Cidades ou Villas, nas Povoaçoens de mais de 40 fogos, nas outras menores, e nas estradas. 3º huã dita das Lojas de fazenda seca, e das cazas, ou armazens, em que se venderem quaes quer espiritos importados na Provincia com declaração dos nomes dos possuhidores de cada hum dos ditos estabelecimentos. Sendo muito urgente á necessidade de taes esclarecimentos eu espero que Vm.ce empregue todo o zêlo e actividade no cumprimento desta Ordem, tornando se alias responsavel por qual quer ommissão. Deos Guarde a V. M.ce Ouro Preto, Palacio do Governo em 16 de Junho de 1836. Antonio da Costa Pinto. Snr' Juiz de Paz do Districto da Cidade de Marianna. Identico a todos os Juizes de Paz da Prov* (Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, códice 149, páginas 143 verso e 144, 1836).

Conquanto as três centenas de mapas remanescentes reúnam substantivas evidências de que parcela dos funcionários públicos locais conhecia a finalidade fiscal dos dados levantados, o pequeno intervalo de tempo entre a lei que criou o imposto – 8 de abril de 1836 – e o referido ofício – produzido dois meses depois – autoriza cogitar que muitas autoridades distritais ainda não tivessem conhecimento do objetivo da solicitação. Embora fosse regular o envio de comunicações com as novas deliberações da Assembléia Legislativa Provincial para todas as circunscrições administrativas de Minas, não se deve descartar a possibilidade de que múltiplas ocorrências possam ter atrasado o acesso às deliberações mais recentes dos deputados provinciais. O artigo 2.º da Lei nº 49 determinava:

> *Art.2.º O Presidente da Provincia é authorisado á arrecadar no sobredito anno financeiro as seguintes imposições Provinciaes: á saber,*
>
> *(...)*
>
> *§ 5.º O Imposto de 20$000 réis nos Engenhos, em que se fabricar aguardente, sendo movidos por animaes; e de 40$000 réis, sendo movidos por agoa, ou outro motor, tanto ou menos dispendioso.*
>
> *§ 6.º O Imposto de 8$000 réis, que pagará cada Caza, em que se vender aguardente simples, ou beneficiada, sendo nas Cidades, ou Villas; de 6$000 réis, sendo nas Povoações de mais de 40 fogos; e de 4$000 réis nas outras Povoações, e nas Estradas.*
>
> *Esta dispozição comprehende as lojas de fazenda seca, e as cazas, em que se venderem quaesquer espiritos, importados na Província.*
>
> *(...)*
>
> *Mando portanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo na Imperial Cidade do Ouro Preto aos oito dias do mez de Abril do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e seis, Decimo quinto da Independencia e do Imperio. Manoel Dias de Toledo.*
>
> *Carta de Lei, que fixa as despezas Provinciaes para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1836 ao ultimo de Junho de 1837, e authoriza o Governo da Provincia á arrecadar as imposições nella declaradas. Antonio de Souza Braga a fez.*
>
> *Sellada na Secretaria do Governo da Provincia em 8 de Abril de 1836. Herculano Ferreira Penna*
>
> (Livro da Lei Mineira, 1836, Tomo II, Parte 1ª, Folha nº 5, p. 38-42).

O regulamento nº 7, de 28 de junho de 1836, estabeleceu as orientações que presidiriam os trabalhos dos exatores fiscais no cumprimento da Lei Provincial de nº 49. A cobrança do imposto incidente sobre os engenhos aguardenteiros e casas de negócio era atribuição dos coletores municipais. O regulamento estabelecia a forma de inscrição dos contribuintes e de escrituração do arrecadado. Definia o lapso entre lançamento e cobrança dos tributos, previa aditamentos para novos contribuintes e determinava a transferência da dívida fiscal nos casos de mudança na titularidade dos estabelecimentos lançados.

> *Antonio da Costa Pinto, Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes, ordena, que na execução do Artigo 2.º da Lei Provincial numero 49 de 8 de Abril do corrente anno se observe o seguinte*
>
> *REGULAMENTO*
>
> *Art. 1.º Os impostos especificados no Art. 2.º da Lei Provincial N.º 49 de 8 de Abril do corrente anno, quando não sejão arrematados, serão fiscalisados, lançados, e arrematados pelos Collectores, e Escrivães incumbidos da cobrança dos Impostos geraes.*
>
> *(...)*
>
> *Imposto de vinte, e quarenta mil réis nos Engenhos, conforme seus motores.*
>
> *Art. 31.º Para o expediente da cobrança deste imposto cada um dos Collectores terá um Livro, que servirá tanto para o lançamento, como para a Receita; fasendo-se aquelle na pagina direita, e esta na pagina esquerda, que lhe fica fronteira, conforme o modelo N.º 9.º.*
>
> *Imposto de oito, seis, e quatro mil réis nos Armazens, Tabernas, ou Botequins, e Lojas, collocadas em diversos lugares.*
>
> *Art. 32.º O mesmo Livro mencionado no Artigo antecedente servirá para o lançamento, e Receita deste variado imposto, procedendo-se em tudo da mesma maneira, e conforme o referido modelo N.º 9.º.*
>
> *Art. 33.º Não sendo possivel, que o lançamento, de que tratão os Artigos 31 e 32 seja começado no principio de Julho do corrente anno, os Collectores, logo que receberem este Regulamento, o farão sem perda de tempo, promovendo, e verificando, dentro do praso de 15 dias, o mais tardar, depois do lançamento, á cobrança dos impostos especificados em os referidos Artigos.*
>
> *Art. 34.º Depois do lançamento, e no decurso do anno, farão os Collectores os addicionamentos, que forem precisos, todas as vezes, que crescer o numero dos Collectados, de que tiverem noticia, a qual procuráõ por todos os meios á seu alcance.*
>
> *Art. 35.º Quando estes Engenhos, Armazens, Lojas, Cazas, e Tabernas passarem á outro proprietario depois de feito o lançamento, passará também o onus do pagamento, para se haver de quem quer que seja o dono de uns, e de outros* (Livro da Lei Mineira, 1836, Tomo 2º, Parte 2ª, Folha nº 1, Lei nº 49, Regulamento nº 7, p. 2-9).

O regulamento nº 7, em suas disposições gerais, definiu normas específicas para o trabalho dos coletores. A Mesa das Rendas Provinciais respondia pela administração geral das receitas de Minas Gerais. Toda a escrituração fiscal a ela subordinava-se. Origem e destino dos livros para registro da exação, cabia-lhe o acompanhamento e fiscalização geral das atividades dos coletores. O regulamento investia os agentes fiscais municipais de poder para solicitar a execução de devedores e recrutar assistentes para a arrecadação e fiscalização dos tributos, estipulava prazos para a prestação de contas dos rendimentos das coletorias, definia as atribuições de coletores e escrivães no cumprimento da legislação, assim como previa a responsabilização dos exatores que faltassem com a estrita prestação de contas. Aos coletores e escrivães, cabiam parcelas, variáveis segundo os tributos, dos recursos efetivamente arrecadados e depositados nos cofres da Mesa das Rendas Provinciais.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 60.º Todos os Livros, de que trata este Regulamento, que terão o numero de folhas, que parecer sufficiente para o fim, a que são destinados, serão abertos, numerados, rubricados, e encerrados pelo Inspector da Meza das Rendas Provinciaes, ou por qualquer Empregado da Repartição, a quem elle cometter este serviço.

Art. 61.º Os Collectores serão obrigados a prestar fiança, a qual será regulada pela Meza das Rendas Provinciaes, com attenção ás somas das cobranças, de que forem encarregados.

Art. 62.º Os Livros de Receita de todos os Impostos mencionados neste Regulamento servirão sómente por um anno, fixando-se a sua escripturação no ultimo dia de Junho.

(...)

Art. 64.º Os Collectores serão Fiscaes, e Agentes da Fazenda Provincial para requererem perante as Authoridades competentes, pelos meios legaes, e execução das dividas de qualquer dos sobreditos impostos, e o procedimento contra os extraviadores.

(...)

Art. 67.º Até o dia 5 de cada mez os Collectores entregarão nos Cofres da Meza das Rendas Provinciaes o produto do Rendimento de todos os impostos por elles recebidos no mez immediato antecedente, com especificação do que pertencer a cada Colleta, quando elles residirem na Capital da Provincia, ou dentro do espaço de dez legoas. Os outros Collectores, havendo attenção ás distancias, o que será regulado pela Meza das Rendas Provinciaes, farão a entrega até os dias 15 ou 30 do primeiro mez de cada trimestre.

Art. 68.º No principio do anno financeiro, e até o dia 30 de Julho, reguladas as distancias pela maneira prescrita no Artigo antecedente, os Collectores darão conta do anno findo na Meza das Rendas Provinciaes, á vista dos Livros da Receita, que ficarão em poder da mesma, dos exemplares dos Conhecimentos, que lhes tiverem restado, e das certidões, que devem apresentar dos Provedores, Juizes, e mais Empregados, por quem conste quanto se pagou do Sello das heranças, e legados no decurso do dito anno, segundo o que se mostrar dos Autos das Contas, e dos Inventarios.

Os livros de receita, que tiverem servido nos portos, e os Cadernos, ou quaesquer documentos findos, de que trata este Regulamento, são tambem indispensaveis para a tomada das Contas, devendo por isso ser appresentados neste acto pelos Collectores.

Art. 69.º Os Collectores poderão com o parecer dos Escrivães, ter os Agentes, que julgarem necessarios para melhor arrecadação e fiscalisação dos impostos Provinciaes, nomeando-os os Collectores, que ficarão por elles responsaveis.

Art. 70.º Os Collectores, Escrivães, e mais empregados das Collectorias são obrigados a fazer saber uns aos outros qualquer extravio de Imposto Provincial, de que tenhão noticia, afim de ser immediatamente acautellado, e perseguido na fórma da Lei o extraviador.

(...)

Art. 72.º Os Collectores são responsaveis pelos dinheiros, que recebem, e os Escrivães pelos prejuizos, que se seguirem á Fazenda Provincial dos erros, que cometterem na escripturação; e tanto uns, como outros pela falta de deligencia na arrecadação, e fiscalisação dos Impostos Provinciaes.

(...)

Art. 74.º O rendimento de cada imposto virá acompanhado de uma Certidão, d'onde conste a quantia, que se remette aos Cofres da Meza das Rendas Provinciaes, e de que é proveniente, tendo no fim uma declaração do que fica em divida, (se alguma quantia ficar) o mez ou quartel, a que ella pertence, e os termos, em que se acha a sua cobrança. A vista do conhecimento em fórma da entrega do rendimento nos Cofres da Meza das Rendas Provinciaes, o Escrivão assentará no fim do Termo da remessa, que fechou a conta do Livro de Receita, uma nota d'onde conste ter o Collector entrado com a quantia nos ditos Cofres, e se antes de fazer nova remessa, o Collector não apresentar o dito Conhecimento, o Escrivão dará imme-

diatamente parte desta falta ao Inspector da referida Meza, para mandar proceder contra o Collector, ou deliberar o que for mais justo.

Art. 75.º Pelo trabalho da fiscalisação, e cobrança dos 5, ou 10 por cento dos generos de creação, e produção, terao os Collectores dezeseis por cento, e os Escrivães seis por cento de tudo quanto entregarem nos Cofres Geraes da Fazenda Provincial; seis, e quatro por cento do que arrecadarem, e entregarem, dos Impostos sobre os Engenhos, Lojas, e Cazas, em que se fabricar, ou vender agoardente simples, ou beneficiada, ou qualquer outro espirito importado na provincia; trez, e dous por cento dos demais impostos Provinciaes, que arrecadarem, e effectivamente recolherem aos ditos Cofres Geraes, incluidas nestes por cento as despezas dos Livros, e do mais que necessario for para o expediente da arrecadação.

Art. 76.º O Inspector da Meza das Rendas Provinciaes fica obrigado a levar ao conhecimento do Presidente da Provincia, em representações motivadas, todos os incovenientes, e embaraços, que encontrar na execução do presente Regulamento, e propor-lhe todos os meios de refórma, que a pratica mostrar convenientes, para melhorar a fiscalisação, e arrecadação dos Impostos Provinciaes.

Art. 77.º Ficão revogadas quaesquer ordens, que forem contrarias á este Regulamento.

Palacio do Governo da Provincia de Minas Geraes no Ouro Preto aos 28 de Junho de 1836. Antonio da Costa Pinto (Livro da Lei Mineira, 1836, Tomo 2º, Parte 2ª, Folha nº 1º, Lei nº 49, Regulamento nº 7, p. 14-17).

O exame do texto do dispositivo legal, combinado com o ofício que solicitava os mapas, aparentemente não deixa margem para dúvidas quanto aos dados que deveriam ser declarados e que informariam, posteriormente, o trabalho dos exatores. Entretanto, acurada análise da documentação de 1836 evidencia que parcela substantiva das autoridades responsáveis pelos mapas não alcançou o necessário entendimento da solicitação e, provavelmente, desconhecia ou não compreendeu o texto da lei. Antônio Joze de Siqueira, juiz de paz de Santana do Rio de São João Acima (fac-símile 10), município de Pitangui, estava no reduzido grupo das autoridades que cientificaram o recebimento da legislação que estabeleceu o novo imposto sobre os engenhos e casas de negócio.

Cumprindo com a Ordem que recebi de V. Ex.ª dactada de 16 de Junho proximo passado, remeto as Relaçoens dos Engenhos de Cana que fabricão agoa ardente, edas Cazas de Negocios que vemdem espiritos importados na Provincia, e da terra, ea das lojas de fazenda seca; e aproveito esta ocazião p.ª certificar a V. Ex.ª que neste Curato recebeo o meu antecessor as Leis Mineiras des do N.º 1.º athe o n.º 26, Regulam.tos des do N.º 1.º athe o n.º 6 publicados em 1835; e eu tenho recebido o exemplar da Leis Nº 4.º de 10 de Junho de 1835 sobre o julgam.to dos Escravos, e Leis Mineiras des do N.º 27 athe o N.º 54, e Regulamento N.º 7, e Modellos athe os N.os 14. Deos guarde a V. Ex.ª como he mister. S.ta Anna 30 de Setembro de 1836 a.s (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 49).

Os Mapas de 1836 foram produzidos, como referido, em resposta à solicitação expedida pelo governo provincial em 16 de junho, portanto, 12 dias antes da promulgação das normas que orientariam a implementação da lei de 8 de abril, aquela que criou imposto incidente sobre os setores canavieiro e comercial. Assim, antes que o regulamento de 28 de junho pudesse disciplinar o lançamento dos coletados em livros apropriados, os juizes de paz apuraram e registraram, em documentos avulsos, listagens dos engenheiros e negociantes potencialmente contribuintes da nova imposição fiscal. A importância dos Mapas de 1836 também deve ser aquilatada tendo em vista que, se por um lado, remanesceram quase 100% desses documentos avulsos recebidos pela Secretaria de Governo (ver o tópico Representatividade dos Mapas de 1836), por outro, não foram localizados os mencionados livros das coletorias referentes a pouco menos de meio século de vigência do imposto sobre os engenhos de cana e casas de negócio.

Omissões e lacunas informativas

São bastante recorrentes os casos em que os dados solicitados foram parcialmente observados, sem nenhuma justificativa apresentada para as informações ausentes. A omissão mais grave foi a não-discriminação da localização dos estabelecimentos comerciais, requisito essencial à determinação do tributo a ser pago.

Bento Ribeiro da Silva, juiz de paz do distrito de Espírito Santo, município de Baependi, não informou o tamanho da povoação (com mais ou com menos de 40 fogos) e tampouco discriminou os estabelecimentos que estavam dentro e fora do núcleo urbano. A situação repetiu-se no distrito de Mendanha, município de Diamantina, com a ausência da informação do número de fogos e a não-indicação da localização dos 14 estabelecimentos comerciais arrolados. Outros exemplos: distrito de Caeté, município de Sabará; distrito de Rio Preto, município de Rio Pardo; distrito de Congonhas do Campo, município de Ouro Preto; distrito de São Francisco do Tejuco, município de Jacuí; distrito de São José do Chopotó, município de Mariana; distrito de Água Suja, município de Minas Novas. Como o imposto era escalonado segundo a localização, independente do tamanho do estabelecimento e das mercadorias comercializadas, conjectura-se sobre a orientação adotada na determinação do tributo a ser pago quando ausentes essas informações. Não é possível supor qualquer intencionalidade subjacente à omissão da localização das casas de negócio. Na maior parte das vezes em que faltou esse dado, tratava-se de distritos com pequenos núcleos urbanos, casos em que a estrita observação do ofício de 16 de junho asseguraria a inclusão de todos os estabelecimentos, independente da localização urbana ou rural (estradas), na menor faixa de tributo. Descartada a hipótese de ação consciente, colocam-se três prováveis causas: as omissões decorreriam daquele comentado desconhecimento da lei que criou o tributo, ou da incompreensão do texto legal, ou ainda da simples falta de zelo das autoridades locais.

Situação-limite foi registrada no distrito de Santa Rita da Meia Pataca, município de Rio Pomba. Por razão aparentemente inexplicável, não foram declarados os nomes dos proprietários dos "emgenhos, emais negocios, deseco e molhados". O juiz de paz Domingos Jozé de Souza Lima informou apenas o número de engenhos e estabelecimentos comerciais. É ainda mais difícil entender o padrão de omissão do mapa de São Sebastião da Ventania, município de Jacuí. Nesse caso, foram listados nominalmente os engenheiros e negociantes de fazenda seca e omitidos os nomes dos nove proprietários das "Cazas onde Se vende aguardente Senple". Outro exemplo de omissão seletiva foi observado no distrito de Senhor do Bonfim, município do Rio Pomba.

Se para as casas de negócio as omissões no tocante aos dados necessários à cobrança devem ter resultado em dificuldades para uma correta ação exatora, para os engenhos aguardenteiros observou-se o contrário. Apenas para parcela diminuta das fábricas tributáveis não foi discriminada a força motriz.

Acréscimos interessados e zelo diferenciado

O volume e diversidade das informações adicionadas aos dados exigidos pela portaria de junho e que ultrapassavam os termos da lei de abril complexificam a determinação das causas das omissões e o entendimento do processo de apuração e arrolamento de engenheiros e negociantes.

Conquanto a cobrança de tributos dos produtores de derivados da cana, notadamente a aguardente, e dos proprietários de estabelecimentos comerciais não representasse novidade, não existem registros anteriores da solicitação de dados da mesma natureza. O ineditismo da fórmula tributária, das variáveis determinantes das faixas de imposto, deve ter suscitado uma série de especulações e desencadeado múltiplas reações, inclusive naquelas autoridades e contribuintes preocupados com o esquivo ao fisco. Assim, foram incorporadas observações das mais variadas qualidades. Para os engenhos, foram informados dificuldades estruturais e operacionais, porte e capacidade produtiva das fábricas, desativações temporárias e definitivas, dados de produção, outras atividades econômicas consorciadas, destino da produção, força de trabalho, sazonalidade das atividades, processos técnicos, entre outros. Para as casas

de negócio, foram registrados o porte e fundos dos estabelecimentos, inatividade temporária ou definitiva, volumes comercializados, horário de funcionamento, formas de comercialização, entre outros.

Se, por um lado, não existem evidências incontrastáveis de que todas as autoridades locais tinham plena consciência da finalidade dos mapas que lhes eram exigidos, por outro, o histórico das imposições que recaíram sobre as atividades que eram alvo do levantamento indiciava o provável objetivo fiscal. Pequena deveria ser a distância entre a suspeição ou certeza de que novo tributo passaria a incidir sobre os produtores locais de aguardente e proprietários de estabelecimentos comerciais e a mobilização de recursos que parcial ou integralmente eximissem contribuintes em potencial.

O juiz de paz Joaquim Maximiano Gomes, do distrito de Boa Vista (fac-símile 09), município de Mariana, protagonizou caso emblemático de tentativa de esquivamento à nova imposição fiscal. Ao atender às solicitações do ofício de 16 de junho, essa autoridade local reconheceu-se na condição de contribuinte. Foram listados seus dois engenhos de cana, um a tração animal e outro a força hidráulica, que fabricavam aguardente, além de açúcar e rapadura. Parece que, no momento de assinar o documento a ser enviado à Presidência da Província, Joaquim Maximiano Gomes perpetrou interferência com o provável objetivo de alcançar vantagem pessoal. Na linha destinada às informações referentes a seus engenhos, foi acrescentada, após a conclusão da elaboração da tabela com os dados, palavra que desqualificava suas atividades agrícolas. A caligrafia e tonalidade de tinta dessa intercalação parecem distintas das do escrivão e coincidentes com a das assinaturas do juiz de paz (no princípio e final do documento), além disso, é clara a transposição do espaço delimitado da tabela. Na coluna de observações, acrescentou-se a palavra "poucas" à informação de que a fazenda com seus dois engenhos possuíam "forças". As evidências são de que "forças" significavam escravos. Com a declaração de que era possuidor de poucos cativos, Joaquim Maximiano Gomes intentava ter o imposto devido diminuído ou inteiramente isentado. Tudo indica que a coluna destinada às observações, acréscimo espontâneo e não previsto no ofício de 16 de junho, já estava programada para receber informações que atendessem aos objetivos de isenção ou abatimento fiscal. No Termo de Abertura, texto através do qual a autoridade local dirigia-se ao destinatário do documento, no caso o "Vice Prezidente Antonio da Costa Pinto", foi anotado: "(...) tendo a dizer que, da 1ª; 2ª; e 3ª Relação, queira se Dignar a ver as observaçoens de cada huma; eterei a saptisfação de que eu cumprisse com o meu dever". A intenção subjacente ao acréscimo torna-se inequívoca quando se verifica que, no Censo de 1831-32, Joaquim Maximiano Gomes figurava como proprietário de 21 escravos, plantel que o colocava na condição de possuidor de não poucas "forças" (APM, SPPP1/10, caixa 18, documento 1).

Dentre as observações adicionadas às informações requeridas, destacam-se pela diversidade aquelas referentes aos impedimentos e dificuldades operacionais dos engenhos. Nesse aspecto, ganha projeção a sofisticação dos expedientes utilizados na busca da isenção fiscal. Caetano Ferreira da Costa e Silva, juiz de paz suplente do distrito de Itajubá (fac-símile 02), município de Campanha, incorporou uma série de observações técnicas verossímeis para os engenhos arrolados. A inevitável impressão é de que, nesse distrito do sul da província, a produção de derivados da cana desenvolvia-se em pequena escala, alcançava resultados pouco satisfatórios ou senão prejuízos e caracterizava-se pela vigência de variegadas dificuldades operacionais. Problemas com o suprimento de combustível (lenha), perda excessiva de animais de tração (bois), força de trabalho insuficiente (escravos), matéria-prima distante ou escassa (cana-de-açúcar) e concorrência de outras atividades econômicas (fumo) compunham quadro desalentador. Entretanto, mais uma vez, o recenseamento populacional de 1831-32 descortina realidade bem distinta da apresentada em 1836. Os oito engenheiros relacionados como possuidores de poucos ou nenhum cativo eram médios ou grandes escravistas. A contradição entre as duas fontes é mais pronunciada no caso de Caetano Ferreira da Costa e Silva, que se distinguia pelo maior número de dificuldades em 1836 ("tem Emgenho p^{r} comprar essa fazd.^{a} p^{r} oras não tem trabalhado senão que com alguas Rapaduras p^{r} falta de plantação de canna etem adificuld.^{e} da canna lonje pocos captivos elhe morer m^{tos} Boiz efabricar mais fumos") combinado com plantel de escravos em 1831-32 (63 cativos) que lhe alçava à condição de membro da elite escravista da província (APM, MP, caixa 10, documento 6).

Antonio Pinto de Lara, juiz de paz do distrito da Lage, município de São José del-Rei, reuniu argumentos bastante convincentes a fundamentar proposta explícita de isenção fiscal para os engenhos de sua circunscrição administrativa. Entretanto, a esperada imparcialidade da autoridade municipal parece insustentável quando se constata que três dos nove engenheiros listados tinham seu sobrenome.

> *Todos estes Proprietarios não tem estes Ingenhos como baze de sua lavoura, pois se aplicão aplantação da cana he como asesorio, eoseos estabelecim^tos^ he acoltura do milho, feijão, e criaçoens, pois todos os tem fabricados em os Ingenhos de farinha a excessão do Q. M^e^ João Glz e D. Bernarda de Faria que já os acharão em separado, eo Alf.^es^ Joaq.^m^ Roiz' Chaves que fes sua Ingenhoca de Bois, eacho que alguns não porão duvida de disprezalos não fazendo nelles os tributos exigidos* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 4).

As informações espontaneamente relacionadas nos Mapas de 1836, ausentes do ofício de 16 de junho, não tinham apenas o caráter de tentativa de esquivamento ao fisco. Aspecto recorrente na documentação era a preocupação, aparentemente desinteressada, em informar sobre as características dos estabelecimentos comerciais e as implicações na efetivação da cobrança dos impostos. Não poucas vezes, objetivavam alertar as autoridades provinciais para a precariedade de parte das casas de negócio e a insuficiência de recursos de seus proprietários para o pagamento dos tributos. São exemplares as observações de Pedro Antônio Theodoro de Medeiros e Castro, juiz de paz do distrito de São João Nepomuceno (fac-símile 07), município de Lavras. As ponderações são especialmente relevantes por seu pretendido caráter universal, "pois he m.^to^ provavel que aconteça nos mais Districtos omesmo que neste".

> *OBSERVAÇÃO*
> *Todos os Taverneiros de dentro da Povoação que levão $ diante do nome não podem pagar o Imposto pois não possuem p.^a^ metade do mesmo, e alguã taverna ha que compra a agoa ard.^e^ nas outras ás garrafas p.^a^ permutarem pellos furtos que os escravos dos Lavradores fazem aseos Snr.^es^, disto se sustentão, ep.^a^ isso he que são conservadas, a experiencia de tres annos de Fiscal, e dois de Juiz de Paz me tem dado a conhecer omodo de viver de tais indeviduos, aparece aqui huma taverna aberta com l.^ça^ da Camara p.^r^q^e^ esta custa so quatro centos reis, afere fiado, evai durando emq.^to^ acha domno de Engenho a quem fintar, ese p.^r^ cazualid.^e^ o Afilador a acha na Cobrança ja a não acha o Colletor qd.^o^ procura pello Imposto da agoa ardente; no corrente anno ja se tem fechado algumas, eoutras se feixarão antes de acabar o anno; he p.^a^ dezejar que a Camara não conceda licença p.^a^ taverna aquem não apprezentar huma Nota do Colletor emque fassa constar que os Impostos Nacionaes estão seguros p.^r^ fiança, ou Obrigação abonada p.^a^ sepagar no tempo competente pois he m.^to^ provavel que aconteça nos mais Districtos omesmo que neste* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 39).

Afirmar a incapacidade de pagamento do imposto por parte dos negociantes talvez revelasse mais do que o entendimento da finalidade fiscal dos mapas requeridos, indiciaria também o conhecimento dos valores a serem pagos. Silvestre Albino da Fonceca, juiz de paz da vila de São José del-Rei, apresentou o problema dos pequenos negociantes sob ângulo distinto.

> *As Vendas Ex.^mo^ Snr̃ a maior parte dellas os seus fundos – são muito deminutos, e vendas há, que o seu fundo não chega a déz mil reis, e se os donos das mesmas se propom a tal modo de vida, hé porque' não tem meios para outro arranjo, e por isso querem ver se por este meio terão alguma ventura para sustentar suas familias; e quaes são emdigentes na Rellação - V. Ex.^a^ verá, pois vão com notta* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 48).

A referida "notta" assinala os fundos de 13 dos 31 vendeiros da vila. Variando de 6 a 30 mil réis (média de 13 mil réis), os fundos desses negociantes eram incompatíveis com o imposto que sobre eles recairia, no caso 8 mil réis.

O volume e variedade dos acréscimos às informações solicitadas sugerem muitas outras motivações. Assim, de um lado, estariam objetivos passíveis de rastreamento, como os dados acrescentados com a finalidade de sonegação ou as informações que alertavam para a incompatibilidade entre os tributos e a capacidade de pagamento dos contribuintes, de outro, uma série de propósitos de difícil determinação, possivelmente frutos do zelo diferenciado dos responsáveis pelos mapas. A Manoel Teixeira da Costa, juiz de paz de Fidalgo, município de Sabará, não restaram dúvidas quanto ao diligente cumprimento de seu dever.

> *Para cumprimento do que V. Ex.ca me ordenna no seu officio de 16 do corrente Junho, empreguei todo o zello, e atividade afim de organizar a relação que junta remetto com todas as declaraçoens, e distinçoens exigidas. E desta sorte me julgo izento de responsabilidade por qual quer omissão em que poderia incorrer inadvertidamente* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 10).

Outro fator que parece ter colaborado para a grande diferenciação entre os mapas é o do ineditismo da solicitação. O novo tributo estruturava-se na prestação de informações até então jamais solicitadas, e a inexistência de formulário-padrão para o arrolamento ampliou a margem para que cada autoridade local interpretasse de forma peculiar as orientações recebidas, assim como organizasse a seu critério os dados apurados. Nos termos de abertura dos documentos, são encontradas explicações que, antecipadamente, procuravam justificar eventuais incorreções, lacunas e excessos nos dados enviados.

> *Tendo de cumprir a Ordem de V. Ex.ca em data de 16 de Junho do Corr.e anno, em que me determina a remeça dessa Relação dos Engenhos deste Districto nas que seacha de fabricar Agoa-ardente p.a vender, ecom os quisitos que adevim esclarecer enconsequencia depois de intrar no Exame das circonstancias do País, eproceder a enumeração dos m.mos Collige em resultado aincluza contendo hum quadro demonstrativo do estado do Pais, que agora tenho ahonra fáser subir ao conhecim.to de V. Ex.cia que dignará relevar algua incoherencia, ou falta nascida, não da vontade, mas da falta de pratica, alem dam.s natural acanhades, ficando-me todavia o desar de não poder appresentar a V. Ex.cia hum quadro mais lizonjeiro, p.r que tal he o País que habito* (Nossa Senhora da Oliveira (fac-símile 11) – Rio Pardo. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 22).

Distribuição do ofício e envio dos mapas

A distribuição da portaria de 16 de junho a todos os distritos de paz da província obedeceu a critério difícil de ser recuperado. Os termos de abertura acusam o recebimento do ofício em datas que variam de junho a setembro de 1836. Em um mesmo município, foram registradas datas díspares, como é o caso de Barbacena. O juiz de paz de Santo Antônio da Bertioga, Severino Joze Affonço, recebeu o ofício menos de 15 dias após sua emissão.

> *Tenho A onra Remeter a V. Ex.a a relação das Cazas de Negocio de triminada no seu officio de 16 do Corente a qual não dei com mais brevidade p.r ter Recebido as Ordens de V. Ex.a no Dia 29* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 12).

Mariano Dutra de Moraes, juiz de paz de Espírito Santo, precisou esperar mais três meses para que o ofício chegasse a seu distrito.

> *Acuzo o Arecibimento do Oficio de V. Ex.ca datado de 16 de Junho de 1836 e arecebido em 29 de 7br.o noqual V. Ex.ca pede huma relacão das cazas de negocio / evendas / e dos emgenhos / dentro deste acompanha adita relação enão foi mais breve arelação p.r cauza da demora que teve oficio em caminho em não areceber* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 7, documento 9).

Diferentes linhas de correio e com distinta freqüência de envio de correspondência são explicações plausíveis para tão pronunciada discrepância entre as datas de recebimento do ofício de distritos pertencentes a um mesmo município. Entretanto, a ser considerado como universal o esquema de redistribuição do ofício evidenciado pelo juiz de paz de São Gonçalo do Rio Abaixo, município de Itabira, permanecem sem explicação as divergências de datas. Joze Gonçalvez Moreira revela a intermediação da vila de Itabira, para onde o ofício originalmente fora remetido pela Presidência da Província.

> *Acuzo orecebimento do Officio de V. Ex.ca datado de 16 de Junho do corrente nodia 23 de Agosto dirigido a mim pela Camara Municipal da Villa da Itabira (...)* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 28).

O exame das datas de fechamento dos documentos reitera a aparentemente inexplicável forma de organização da distribuição do ofício. Enquanto os distantes distritos de São João das Missões, município de Januária, e São José da Gorutuba, município de Rio Pardo, ultimavam seus mapas em agosto, os relativamente centrais distritos de Ponte Nova, município de Mariana, e Piedade do Paraopeba, município de Sabará, somente enviaram seus mapas em outubro.

> *Apezar daavançada idade comque me acho desetenta annoz eacompanhado dedores reumaticas, einabil p.a alida humana, com tudo, seria presto em executar as Ordens de V. Ex.a se não recebece o Oficio de V. Ex.a no dia 16 do Corr.te mes de Julho, com adata de 16 dejunho proximo paçado, com hum mes dedemora aqual fico indagando.* (Itatiaia – Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 45).

> *Accuso a recipção do Off.o de V. Ex.ca dactado de 16 de Junho/ com im menca demora/ me ordenando p.a sem perda de temppo em viar a V. Ex.ca (...) Brum.do 29 de Septembro d' 1836* (Brumado – Itabira. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 47).

Para alguns distritos, foram relacionados no termo de abertura fatores que determinaram o atraso do envio dos mapas, como a ausência da autoridade local responsável e a morosidade do trabalho dos inspetores de quarteirão.

> *Portanto apresento a V. Ex.a as sobreditas relações como mefoi determinado o que me não tem sido posivel cumprir pelo moroso expediente dos Inspectores de Quarteirões deste Destr.o* (Mariana – Ponte Nova. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 7, documento 3).

> *Comprindo oofição de V Ex.a datado em 16 de Junho do corente anno, tenho aonra desupplicar a V Ex.a meaja derelevar a demora aveda pella razão demeaxar auzente do Destrito quando chegado o d.o ofição, enão aver no Destrito Supplente juramentado que satisfizesse arequizicão de V Ex.a, aqual umildemente levo a prezença de V Ex.a aquem D.s G.e por m.tos annos* (Tamanduá – Bom Jesus da Pedra do Indaiá. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 50).

> *Tenho mais a informar á V. Ex.a que alguma demora que houve, foi motivada pela extenção do Destr.o e p.r isso os Inspectores demorárão as suas Listas* (Pouso Alto – Baependi. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 4).

Igualmente devem ser consideradas, como mais um fator explicativo do atraso no envio dos mapas, as dúvidas suscitadas pela nova fórmula tributária. A compreensão parcial ou distorcida do ofício de 16 de junho e da lei de 8 de abril pode ter ensejado ponderáveis atrasos na apuração dos dados, bem como na confecção e envio dos mapas. É exemplar o caso do distrito de Monteiros (fac-símiles 04 e 05), município de Curvelo. Em correspondência de 21 de julho, o juiz de paz Modesto José de Soiza acusou o recebimento do ofício e solicitou explicação sobre como proceder na apuração das informações concernen-

tes aos engenhos. Em 8 de agosto (passados mais de 15 dias), foi enviada resposta no mesmo documento em que fora pedido o esclarecimento. Dirimidas as dúvidas, o mapa foi remetido em 17 de setembro, quase 40 dias depois.

> *Sobre oque permita-me V. Ex.ca de lhe pedir hum esclarecim.to afim de com inteireza poder eu saptisfaser ao q.to V. Ex.ca me ordena, e vem a ser, que no Destr.o á muitos Engenhos, que não fabricão. agoa ard.e p.r não terem Alambique, eoutros que não os tendo na occazião das muagens os pedem emprestados ou alugão, efasem agoa ard.e deixando emoutras muagens deafazer p.r não acharem os alambiques, ou m.mo p.r que se aplicão afazer rapaduras, e ex ahi tem V. Ex.ca Engenhos, que ora fabricão agoa ard.e, eora não. Nestes Termos vou arrogar a V. Ex.a se digne detreminar-me se devo incluihir narelação só daquelles Engenhos que tiverem alambique, ecomelle fabrição agoa ard.e ou se todos elles com as circonstancias p.r V. Ex.ca or denado. (...) Monteiros 21 de Julho de 1836. (...) Uma vez que nos Engenhos se fabrica aguard.e, [estao?] ali Sujeitos ao imposto, e devem Ser incluidos na lista exigida- Quanto ao mais inteirado- Resp.do em 8 de Ag.to de 1836* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/18, caixa 104, documento 30).

Algumas autoridades locais, em cartas enviadas à Presidência da Província, confirmaram o recebimento do ofício de 16 de junho e prontificaram-se a atender a suas determinações em futura correspondência. Em 25 de julho, Domingos José Diniz Costa, juiz de paz de Santa Quitéria, município de Sabará, afirmou "que tudo passo a averiguar, e darei pronpta solucção"; 15 dias depois remeteu o mapa do distrito. Em 19 de julho, o juiz de paz do primeiro distrito de Minas Novas, Manoel Ferreira Coelho, comunicou que "fico intelligenciado detudo, epasso acumprir como V. Ex.ca medetermina"; passado um mês despachou nova correspondência com o mapa de seu distrito. Também a autoridade de Itabira do Campo, município de Ouro Preto, em carta de 6 de julho, acusou o recebimento do ofício e sublinhou que "de prez.e não posso responder a V. Ex.ca por não estar ao facto do exigido; passando a responder a V. Ex.ca logo que obtenha as informações necessarias"; compromisso cumprido 13 dias depois. No primeiro distrito de Piedade, município de Minas Novas, o juiz de paz Alexandre Gonçalves Mendes procedeu de forma semelhante, em 19 de julho registrou a chegada do ofício e anotou que "cumpre-me certificar a V. Exª, que passo a indagação do necessário para bem satisfazer á ordem de V. Ex.ª"; obrigação atendida 20 dias depois.

A preocupação em prontamente atender às solicitações do ofício de 16 de junho ensejou pelo menos dois casos de envio de complemento ao mapa de engenhos e casas de negócio. Antonio Mauricio de Castro, juiz de paz de Candeias, município de Tamanduá, recebeu o ofício em 10 de julho e no dia seguinte enviou o mapa de seu distrito. Entretanto, a rapidez da resposta custou à autoridade local a necessidade de remeter, uma semana depois, "a relação detres Engenhos mais, que estes não forão contemplados na relação que remeti o dia 11. do corrente, que por não estar eu ao facto destes, he que não forão contemplados com os que remetí". Joze de Souza Meirelles, juiz de paz de Favacho, município de Baependi, enviou o mapa de seu distrito em 7 de julho e, 13 dias depois, remeteu nova correspondência para informar que "Por esquicimento Meo não declarei, que neste Distr.o tem hua Venda, na estrada que vendem agoardente Simples, e cujo he de D. Anna Ferr.ª".

Provavelmente como decorrência de dilatada extensão territorial, alguns distritos foram divididos em duas subunidades administrativas. Assim, foram enviados ao governo provincial os mapas do primeiro e segundo distritos de Barreiras, Minas Novas, Penha e Piedade, município de Minas Novas; Santa Luzia, município de Sabará; e Tamanduá e Campo Belo, município de Tamanduá. No caso de Ouro Preto, capital da província, foram elaborados seis mapas: três receberam a designação de distritos (de Antônio Dias, da rua de São de José e das Cabeças) e outros três reportavam a "quarteirões" (do Rosário e dois do Ouro Preto).

Situação diversa foi observada para os distritos de Cambuí, município de Pouso Alegre, São Tiago, município de São José del-Rei, e São Bento do Tamanduá, município de Tamanduá, casos em que foi enviado mais de um mapa com dados de uma mesma unidade administrativa. O juiz de paz de São Tiago, Thomas de Aquino S. Payo, remeteu dois mapas com o mesmo conteúdo para o governo provincial,

o primeiro em 10 de agosto e o segundo dois dias depois. Os mesmos engenheiros e negociantes foram listados nos dois documentos, apenas divergiram os termos de abertura e o formato da listagem e da apresentação dos estabelecimentos comerciais e fábricas de cana. Joaquim da Silva Cardozo, juiz de paz de São Bento do Tamanduá, também enviou dois mapas, um em 26 de julho e outro em 6 de agosto. Entretanto, nesse caso os documentos apresentaram divergências que transcendem às do distrito de São José del-Rei: o mapa de agosto somou ao de julho mais três engenheiros e cinco negociantes. Em Cambuí, dois distintos juizes de paz protagonizaram o mesmo duplo envio de mapas, em 17 de julho e 7 de agosto. Os documentos também apresentaram as diferenças formais observadas anteriormente e divergiram na listagem de engenheiros e negociantes. Em meados de julho, Joaquim Ignacio Simoens listou um engenho e 15 casas de negócio. No princípio de agosto, Jose da Cunha Vasconçellos arrolou uma fábrica de cana e 21 estabelecimentos comerciais.

Funcionários públicos distritais

Na produção dos Mapas de 1836 podem ter participado três funcionários públicos: juiz de paz titular ou suplente, inspetor de quarteirão e escrivão. Quando todos presentes, o juiz de paz, responsável pelas informações remetidas à Presidência da Província, era coadjuvado pelos inspetores, incumbidos da apuração dos dados, e escrivães, encarregados de registrá-los. Todavia, raros são os documentos em que foi explicitada a atuação de inspetores e escrivães.

> *Com quanto eu conhecesse a urgencia de enviar semelhantes relaçoens para exacto cumprimento da ordem de V. Ex.ª a semelhante respeito, não me foi possivel, não só p.r qual apoucos dias se me enviarão os papeis na passagem d' [Vasa?]; como p.r que me erão precisos exclarecimentos dos Inspectores de Quarteirão* (Campanha – Campanha. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 37).

> *Certifico que por bem da Portaria do Senhor Juiz de Páz deste Districto com data devinte nove deste mes, fiz a Rellação retro esupra, não hindo dos Engenhos, e Armazêns, por não haverem neste Districto, deque dou fé epasso apresente. Districto do Caeté 30 de Junho de 1836 – O Escrivão Jozé Antonio Carolino da Silva* (Caeté – Sabará. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 9, documento 40).

Conquanto exíguos os casos de registro formal da coadjuvação de escrivães, as variações caligráficas claramente perceptíveis nos manuscritos são evidências inequívocas da atuação desses auxiliares dos juizes de paz. Para a grande maioria dos documentos, é possível distinguir duas caligrafias, a do escrivão, que respondeu por praticamente todo o texto, e a do juiz de paz, adstrita a assinatura e identificação de função (fac-símiles 01 a 16). Intervenções de funcionários do governo da província completam o universo das formas caligráficas presentes nos Mapas de 1836. Na capital provincial, foram acrescidas, normalmente a grafite, o município de origem do documento e o destino administrativo, a Secretaria de Governo.

No mapa de São João das Missões, município de Januária, foram listados três juizes de paz. Embora apenas Manoel da Costa Alcamî Ferreira tenha assinado o documento, a função pública também foi informada para dois prováveis parentes: Felizberto da Costa Alcamî e Antonio da Costa Alcamî Ferreira. O aparente excesso de autoridades distritais talvez se explique pela hegemonia dos Alcamî, responsáveis pela titularidade e suplência da principal função pública local.

Outras solicitações

Juntamente com a listagem dos engenhos aguardenteiros e das casas de negócio foram incorporadas, em parte dos documentos de 1836, respostas a outras solicitações. As mais incidentes diziam respeito à escrituração do imposto da sisa e meia-sisa, registros paroquiais de falecimentos de estrangeiros (franceses) e recrutamento militar.

Accuzo o recebimento de tres Off.os de V. Ex.ca com os feixos de 16 e 27 de Junho, e o ultimo de 22 de Julho, todos do corrente anno; no primeiro me determina V. Ex.ca a remessa das rellaçoens dos Emgenhos, Cazas emque se vendem agoa ardente simples, ou beneficiada, lojas de fazenda secca; e Cazas ou armazêns que se venderem espiritos importados da Provincia, tudo neste Districto; Em cumprimento ao que levo as mâos de V E.x.ca as rellaçoens 1.º 2.º e 3.º. O segundo off.o não posso responder a V. Ex.ca p.r ignorár se os Escrivaens tem, ou não tido L.os Competentes onde se vá lançar as Escrepturas p.a á arrecadação das Cizas, o que dárei as providencias que estiverem á meu alcance atál respeito. No 3º e ultimo me determina V. Ex.ca em consequencia do avizo da Secretarîa de Estado, dos negocios da Justiça, de 15 de Junho deste anno, emque Ordena a certidão de Óbito dos francezes falecidos neste Districto; Em Cumprimento ao que levo aprezença de V. Ex.ca a certidão do Parocho desta Freg.za Deos guarde a V. Ex.ca como fôr mister. Carmo do R.o Claro 13 d' 7br.o d'1836 (Carmo do Rio Claro – Jacuí. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 33).

Comprindo com a ordem de V Ex.a remeto a rellação incluza, e não hirá organizada como devera, por me faltarem milhores conheçim.tos p.a o puder fazer, o que V. Ex.a me ade relevar – Reçebi a ordem de V. Ex.a no dia 26 do corrente mes, eno dia 27 fiz a relação, seouver alguã demora sera por cauza do condutor, + - eu ja fis ver a V. Ex.a a razão porque este Districto não tem mandado os recrutas que lhe tocão dár foi hum tendo de dar tres, ainda faltão dois, tenho me afligido m.to com isto, tudo aqui são Guardas, só algu de fora que venha p.a este Districto hé que se pode recrutar, mas estes andão m.to esquivos, o Agente ainda não veio a este lugar; os sujeitos que tenho emcarregado desta deligençia tem comprido mal com o seu dever mostrando falta de zelo e atividade – este Districto está o maior desleixo Deos Guarde a V. Ex.a Districto de Simão Per.a 27 de Junho de 1836 (Simão Pereira – Barbacena. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 5).

Accuzo recebida a Portaria de V. Ex.a datada de 16 de Junho do Corr.e Em cumprimento da m.ma incluzas envio as rellaçoens exegidas pelo Ex.mo Governo. R.bi mais outra Portaria pela qual V. Ex.a me ordena, que eu examinase m.to escrupulozam.e, se os Escr.es deste Juizo tem lavrado escripturas de compras, ou vendas de quaisquer bens Sugeitos a Siza, ou meia Siza; o que passando a examinar não axei, e nem me consta, que o Escrivam tal couza tenha praticado; e vendo que esto não erá assás Sufficente para fiscalizar qualquer prejuizo das Vendas Publicas; julguei ser acertado, examinar todas as Cazas deste Arraial, quem a fizerão, e a quem se venderas, e q.tas vendas tem percorrido desde que se fizerão the o pr.e, reduzindo tudo em lista, a qual remeto a V. Ex.a huma, e outra do mesmo theór remeto ao Collector para affectuar a cobrança, pois todas as vendas inda não pagarão as Sizas; pela brevid.e que V. Ex.a me impóz não pude exigir os titulos das Vendas mencionadas na Rellação e por isso não lancei em muitas linhas o valor das compras. Em vista da prez.e lista verá V. Ex.a o grande prejuizo que soffre o Tezouro Publico, p.r senão manifestar ao Collector os Contractos Sugeitos a Siza, e meia Sirza, Parece-me Ex.mo S.r ser o meio eficáx para arrecadação das Sizas, e meias Sizas o modello que emvio a V. Ex.a, e axando o V. Ex.a vantajozo se digne a tomar em sua concideração (Coromandel – Araxá. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 58).

Estrutura informativa e gráfica dos Mapas de 1836

As características comuns dos suportes materiais dos documentos de 1836 sugerem uma mesma origem e indiciam a utilização de meios físicos padronizados para a correspondência oficial entre os distritos de paz e a administração provincial. Os Mapas de 1836 foram confeccionados, em sua grande maioria, em papel importado da Europa, em medida-padrão – páginas com aproximadamente 20 por 30 centímetros, constituído de trapo de algodão e/ou linho e com marca d'água do fabricante papeleiro ao centro. O habitual era os documentos serem compostos de oito páginas ou duas folhas duplas, na maior parte das vezes com três a quatro páginas escritas e quatro a cinco páginas em branco.

Os Mapas de 1836 são inteiramente manuscritos, salvo os carimbos apostos nas referências do destinatário da última página do documento (fac-símile 03). Com exceção de pequenas inserções a grafite (fac-símiles 01 a 16), quase sempre incorporações-padrão posteriores ao fechamento do documento e realizadas na repartição da administração provincial que recebeu os mapas, utilizou-se tinta ferrogálica na escrita dos documentos.

Da supracitada ausência de formulário-padrão para o arrolamento dos dados apurados, decorreu grande liberdade na confecção dos Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio. Conquanto panorâmica apreciação do conjunto da documentação revele orientação geral determinada pelo ofício de 16 de junho, o exame individual dos mapas evidencia múltiplos formatos de listagem. A tendência era de os documentos, quando completos, apresentarem-se divididos em cinco partes e na seguinte ordem: termo de abertura, relações de engenhos aguardenteiros, relações de casas de negócio, fechamento e destinatário (fac-símiles 01 e 03).

Termo de abertura

Ainda que com grande variação de conteúdo, os termos de abertura apresentaram algumas convenções universais aos Mapas de 1836 e, em parte, típica da correspondência oficial do período: 1. iniciavam com indicação do destinatário (o presidente ou vice-presidente da província); 2. acusavam o recebimento do ofício ou portaria de 16 de junho, com a presença ou não de outras solicitações; 3. discriminavam as informações requeridas, as listas de engenhos aguardenteiros e casas de negócio; 4. desejavam votos de proteção divina ao destinatário; 5. indicavam o local e data de fechamento do documento; 6. acresciam referência nominal ao destinatário; 7. terminavam com a assinatura da autoridade local responsável pelo documento, o juiz de paz do distrito (fac-símiles 03, 08, 13 e 14). Essas informações estavam parcial ou integralmente presentes na maior parte dos termos de abertura, sem que a elas estivessem reduzidas as considerações iniciais dos Mapas de 1836. Assim, foram registradas também observações sobre: 1. recebimento e envio de correspondência oficial, com freqüentes referências a impedimentos e justificativas para atrasos; 2. respostas a outras portarias, que em geral resumiam-se a sucintas declarações; 3. observações genéricas sobre engenheiros e negociantes e sobre engenhos e casas de negócio, especialmente avaliações panorâmicas do estado conjunto das atividades de transformação da cana e do comércio estabelecido no distrito; 4. uma série de informações menos freqüentes. O habitual era a primeira página do documento ser destinada exclusivamente ao termo de abertura. Essas considerações introdutórias tendiam a estar dispostas de forma a ocupar todo o espaço da página (fac-símiles 01 a 03, 05 a 11 e 13 a 16).

Listagens de engenheiros e negociantes

Orientado pelo ofício de 16 de junho, o arrolamento dos engenhos e das casas de negócio quase sempre esteve organizado em múltiplas listagens. O mais usual foi adotar segmentação em cinco relações e na seguinte ordem: engenhos movidos a energia hidráulica, engenhos a tração animal, vendas que comercializavam aguardente, lojas que vendiam fazendas secas e armazéns que negociavam espíritos importados (fac-símiles 6 e 7). A listagem, em separado, dos estabelecimentos em estradas e/ou em povoações menores existentes no território da circunscrição distrital foram os acréscimos mais freqüentes às cinco relações típicas. O padrão de arrolamento encontrava sua expressão completa quando se tratava de distritos com todos os tipos de engenho e casas de negócio. Todavia, eram majoritários os distritos em que faltavam uma ou mais dessas cinco relações, decorrência da ausência de engenhos e/ou casas de negócio com determinadas características. Não poucas vezes, sobretudo quando reduzido o número de engenheiros e negociantes, optava-se por um único texto, em que se fundiam as informações do termo de abertura e o arrolamento dos engenhos e casas de negócio. Nesses casos, uma página ou, quando muito, página e meia foi suficiente para todo o texto do documento.

A predominância da opção pelo arrolamento repartido ensejou variadíssimas formas de organização e apresentação das informações. Em por volta de 15% dos documentos, adotou-se a forma de texto, com o relacionamento dos dados requeridos pela portaria de 16 de junho em um ou mais parágrafos seqüenciados, em geral na mesma página do termo de abertura. O arrolamento na forma de texto esteve praticamente restrito a casos de reduzido número de engenhos e casas de negócio. Nesses documentos compactos, a referida segmentação obedeceu apenas em parte à observância da ordem de arrolamento, na medida em que as relações estavam fundidas em uma única unidade informativa (fac-símiles 3, 11 e12).

Mais de metade – cerca de 55% – dos mapas foi organizada na forma de listagens em que engenheiros e negociantes foram relacionados em linhas seqüenciadas. Uma linha para cada engenho e/ou para cada casa de negócio. Nesses casos, tendeu-se a observar a segmentação em cinco relações, muitas vezes independentes e cada uma com cabeçalho e fechamento próprios. Apesar de preponderar a adoção da mencionada ordem de arrolamento, não são raros os casos de mapas em que aos engenhos antecederam as casas de negócio; em que as vendas foram precedidas das lojas e armazéns. Em muitas relações, os engenheiros e negociantes foram numerados e, em alguns desses casos, foi acrescentada soma parcial para cada relação (fac-símiles 1, 5, 13 a 15).

Em aproximadamente 30% dos mapas, optou-se pela organização das relações na forma de tabelas. De singelas molduras a complexas tabelas, escrivães e juízes de paz aproveitaram-se da ausência de modelo de arrolamento e deram livre expansão à criatividade na apresentação das informações. Linhas simples e duplas, contínuas e tracejadas, distribuição simétrica e mesclada das células nas colunas e nas linhas, textos na horizontal e na vertical, de cima para baixo e de baixo para cima, textos na diagonal, textos alinhados à esquerda e à direita, textos centralizados, símbolos e sinais indicadores de repetição ou de ausência de informação, enfim, variados recursos gráficos que, para além de organizarem as informações, conferiam originalidade a sua apresentação (fac-símiles 6 a 10 e 16). Embora pouco freqüentes, alguns mapas foram organizados de forma híbrida: textos com tabelas, listagens com textos, tabelas com listagens ou mesmo as três formas em um mesmo documento (fac-símile 2).

Fechamento e destinatário

As últimas partes do documento caracterizavam-se por formato padronizado. O termo de fechamento, salvo exceções, limitava-se à identificação do local, data e assinatura do juiz de paz. Como referido, não eram incomuns casos com um fechamento para cada listagem ou relação. No destinatário, invariavelmente na última página, indicava-se o setor da administração pública a que se destinava o documento – Presidência da Província –, desejavam-se votos de proteção divina para o presidente ou vice-presidente, apunha-se o remetente – juiz de paz ou seu suplente – e discriminavam-se os locais de origem e destino – cidade de Ouro Preto, sede do governo (fac-símiles 1, 3, 4 e 10). Ao destinatário foi, posteriormente, acrescentado carimbo com indicação do município de origem da correspondência.

Variáveis solicitadas

Como salientado, os Mapas de 1836 foram confeccionados em atendimento a uma solicitação específica, o ofício de 16 de junho, com intuito de atender à efetivação de novo dispositivo fiscal, a lei de 18 de abril. Para o estrito cumprimento do ofício, bastaria às autoridades locais a listagem dos engenhos aguardenteiros segundo a força motriz e o arrolamento dos estabelecimentos comerciais que vendiam aguardente, fazendas secas e espíritos importados, segundo a localização. Portanto, uma variável para os engenhos e uma variável para as casas de negócio. Da superposição do texto do ofício ao da lei, deveria resultar o claro entendimento de que a força motriz dos engenhos aguardenteiros definia a faixa de tributo – 20 ou 40 mil réis –, e que a localização dos estabelecimentos que comercializavam bebidas alcoólicas e/ou fazendas secas determinava o valor do imposto – 4, 6 ou 8 mil réis. Seria ainda compreen-

sível a segmentação dos negociantes segundo o tipo de estabelecimento e natureza das mercadorias, dada a presença destas variáveis no ofício e lei, ainda que não definissem as faixas de tributo.

De modo geral, os mapas evidenciam que os funcionários locais compreenderam o ofício e prestaram as informações necessárias à posterior ação dos coletores fiscais. Não foi informado o nome de cerca de 1,5% dos engenheiros e 1% dos negociantes. Para menos de 2% dos engenhos, não foi declarada a força motriz. Para pouco mais de 15% das casas de negócio, não foi discriminada a localização. O tipo de estabelecimento comercial foi informado para aproximadamente 70% dos negociantes e as mercadorias comercializadas para mais de 97%. O maior percentual de informação para as mercadorias em relação à localização indicia a existência de considerável parcela dos mapas em que a compreensão do ofício estava distorcida no capítulo das casas de negócio[115].

Universo informativo para os engenhos aguardenteiros

Além dos nomes dos engenheiros e da força motriz dos engenhos – dados requeridos pela portaria de 16 de junho –, os responsáveis pelos Mapas de 1836 adicionaram, voluntariamente, amplo leque de informações. Solicitados ou acrescentados, esses dados podem ser organizados em campos temáticos. Embora a quantidade de casos para os acréscimos tenda a não ter significado estatístico, dada sua baixa freqüência, essas informações possuem inequívoca importância como subsídios para o estudo de vários aspectos do setor canavieiro da província de Minas Gerais. Na seqüência, serão apresentados 21 campos temáticos. Primeiro, os dois com as informações exigidas pelo ofício; depois, os 19 com dados adicionados espontaneamente pelos responsáveis pelos Mapas de 1836.

Nome dos engenheiros

Foram informados regularmente os nomes completos dos engenheiros. Prenomes e sobrenomes foram registrados integralmente ou abreviados. São pouco freqüentes os casos em que apenas os prenomes foram relacionados, tratando-se, em geral, de proprietários do sexo feminino. Na documentação do século XIX, o registro do nome de mulheres em documentos de caráter censitário tendia a efetivar-se com menor zelo do que a anotação do nome de homens, reflexo de desiguais posições ocupadas na estrutura socioeconômica do período.

Para a grande maioria das engenheiras, apôs-se, antecedendo ao nome, a distinção "dona". Reminiscência honorífica universalmente empregada para as mulheres de elevada extração social.

Aproximadamente 20% dos engenheiros foram arrolados com seus nomes precedidos de patentes militares. A grande maioria desses casos era composta de elevados títulos na Guarda Nacional, incontrastável sinal de pertencimento às elites locais.

A substantiva presença de clérigos proprietários de engenhos reiterava a histórica convivência em Minas Gerais da participação na hierarquia da Igreja Católica, ou o exercício de funções atinentes ao espírito, com a posse de consideráveis bens materiais, ou o envolvimento com questões materiais.

Herdeiros foram indicados como titulares de alguns engenhos, em geral casos em que foi relacionado o nome do falecido proprietário.

A presença de homônimos não é incomum na documentação, especialmente incidente para nomes compostos por típicos prenomes e sobrenomes portugueses.

115 Estas variáveis regularmente informadas ou com incidência estatisticamente relevante, acrescidas da dedutível variável sexo, serão objeto de estudos complementares nas subseções 3.1 e 4.1.

Força motriz dos engenhos

Tração animal

Os largamente predominantes engenhos movidos a tração animal – por volta de 77% dos casos – provavelmente utilizavam bois para movimentar os equipamentos de moagem. Nos Mapas de 1836, não foram encontradas referências à utilização de cavalares. Entretanto, os numerosos casos em que foi informado apenas se tratar de engenhos movidos por animais, sem a indicação de que eram bovinos, podem incluir equipamentos tracionados por eqüinos. No final do Oitocentos, o lexicógrafo Cândido de Figueiredo registrou, pela primeira vez, brasileirismo para o vocábulo "animal". A quarta acepção assim foi definida: "indivíduo da raça cavalar, exclusivamente" (Figueiredo, 1936: 177). Resta apurar a antiguidade do uso do termo como sinônimo das palavras cavalo e égua.

De qualquer forma, a utilização de cavalares não era possível no caso dos grandes engenhos, que exigiam a combinação da força de vários bois. Caetano Antunes Cintra, juiz de paz do Aterrado, município de Jacuí, documentou o avultado número de bois necessários para a tração dos dois engenhos de seu distrito, sendo que um era de sua propriedade e outro de provável parente.

> *1 do Cappitao Caetano Antunes Cintra o Cupa seis Escravos, e he tocado por Boiz em, que o Cuppa dezaseiz*
> *2 do Tenente João Felizardo Cintra, tocado por Boiz e o Cuppa dezaseiz Escravos, e Vinte, e quatro Boiz;*
> (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 9).

A autoridade local não propôs redução ou isenção de impostos e tampouco acrescentou qualquer observação que revelasse a intenção de desqualificar os engenhos aguardenteiros e suas produções. Assim, essa rara informação, acréscimo voluntário, parece ter sido incorporada a partir de propósito outro. Talvez uma real intenção em caracterizar os engenhos do distrito do Aterrado. No Censo de 1831-32, Caetano Antunes Cintra era proprietário de 21 escravos, sendo que apenas dez eram adultos e, destes, cinco mulheres; e o tenente João Felizardo Cintra de 22 escravos, sendo 21 adultos e, destes, apenas três mulheres (APM, SPPP1/10, caixa 14, documento 5). A composição dos dois plantéis e a típica diversidade produtiva das fazendas mineiras que possuíam engenhos explicam as diferenças entre o número total de cativos arrolados em 1831-32 e os efetivamente ocupados nos engenhos de cana segundo a documentação de 1836. Observadas essas combinadas informações, que ampliam a credibilidade do juiz de paz do Aterrado, pode-se considerar como consistentes os dados referentes ao emprego de bois. É provável que os engenhos do distrito do sudoeste de Minas exigissem, simultaneamente, oito bois para os trabalhos de moagem. Dois conjuntos de bois revezando-se no engenho de Caetano Antunes Cintra e três no de João Felizardo Cintra. O maior número de bois no engenho do segundo explica-se pelo também maior número de escravos empregados. Maior produção e jornada de trabalho mais longa implicavam em elevado número de horas diárias de moagem. A extensão para toda a província do padrão que vigia em Aterrado sinaliza para impressionante contingente de animais de tração empregado nos engenhos mineiros. Conquanto os pequenos engenhos pudessem utilizar cavalares e operassem, provavelmente, com jornada de trabalho relativamente reduzida e menor exigência de revezamento, ainda assim deveria ser avultada a necessidade de amansadores e treinadores de animais utilizados na tração dos engenhos de Minas.

Força hidráulica

Bem menos incidentes que os engenhos a tração animal, os engenhos d'água responderam por aproximadamente 22% dos casos listados. Na documentação de 1836, são exíguas as informações sobre a utilização de energia hidráulica. As declarações nos mapas estiveram limitadas a sucintas expressões como: "movido p.^{r} Agua", "emgenho de agoa", "tocado por Agoa", "movidos por artificio de Agoa".

Foram anotados quatro casos em que a moagem em engenho a tração animal complementava a moagem em engenho a força hidráulica. É provável que a insuficiência de recursos hídricos exigisse desses engenheiros a consorciação de forças motrizes.

Joaquim Maximiano Gomes, o supracitado juiz de paz de Boa Vista (fac-símile 09), município de Mariana, legou valiosas observações sobre duas unidades produtivas com duplo equipamento de moagem. Nesses casos, a autoridade distrital revelou incomum diligência e prestou informações que aparentemente não apresentam qualquer indício de tentativa de isenção ou abatimento fiscal para os engenheiros.

O padre Joze Francisco, proprietário de fazenda na "Perdição", possuía dois engenhos, um com "Movimentos De Animaes Vacum" e outro "De Agoa", cujos "Effeitos da Cana" eram "agoa ard.e assucar e rapaduras". Nas observações, foi incorporado o esclarecimento: "Tem 2 Engenhos no terreno formados 1 moe te o meio dia com agoa entancada, eoutro p.a atarde com animaes Vacum e tem forças". Trata-se de caso em que a utilização alternada dos engenhos segmentava a moagem em dois turnos diários. A água represada, provavelmente de um dia para o outro, era suficiente para o funcionamento apenas no período da manhã, transferida a moagem, no período da tarde, para o engenho a tração animal. Provavelmente tratava-se de grande produção de derivados da cana para o mercado: dispendioso equipamento de moagem, longa jornada de trabalho e mão-de-obra escrava. No Censo de 1831-32, o Padre Joze Francisco figura como proprietário de 24 escravos (APM, SPPP1/10, caixa 18, documento 1).

A fazenda na "Agoa Clara", de propriedade de João Pereira de Araújo, também trabalhava com dois engenhos, um a tração animal e outro a força hidráulica, e produzia açúcar, rapadura e aguardente. Porém, a alternância na utilização dos engenhos era estacional: "Tem forças move ambos, 1 na Seca, eoutro nas agoas por pouca". Novamente as evidências são de grande produção para o mercado: custoso equipamento de moagem, safra longa e força de trabalho escrava. No Censo de 1831-32, João Pereira de Araújo figura com o mesmo número de escravos do padre Joze Francisco (APM, SPPP1/10, caixa 18, documento 1).

Do incomum zelo de Joaquim Maximiano Gomes, nem sempre interessado como ficou demonstrado, resultou registro do único caso de engenho manual nos Mapas de 1836. O padre Francisco José de Santa Maria possuía engenho com "Movimentos Por braços de homens" e fazia "sómente rapaduras". A observação sobre as "poucas forças" conferia com seu plantel em 1831-32, quatro escravos (APM, SPPP1/10, caixa 18, documento 1).

Identificação e características dos engenheiros

Nos Mapas de 1836, foram relacionadas cinco denominações distintas para os titulares de engenhos. Apesar de presentes em apenas 10% dos casos, as designações permitem algumas observações.

A clássica identificação "senhor de engenho", fortemente associada aos grandes proprietários do litoral, especialmente do Nordeste, só foi registrada em dois distritos de Minas: São João das Missões, município de Januária, e João Gomes (fac-símile 01), município de Barbacena. Na localização espacial desses distritos talvez resida a única explicação plausível para aposição de "senhor" e "senhora de engenho" junto aos nomes dos engenheiros. Situados em regiões fronteiriças a duas províncias com longo histórico de envolvimento com a produção de derivados da cana e com vigência dessa designação, é possível que a distinção associada à propriedade de engenho tenha sido incorporada como resultado de uma comunicação sociocultural. Localizado na margem esquerda do São Francisco, o distrito de São João das Missões estava bem próximo da fronteira que separava Minas da Bahia e que, pouco tempo antes, divisava com Pernambuco. O Rio São Francisco sempre representou importante via de comunicação entre o litoral nordestino e o norte de Minas. O distrito de João Gomes estava localizado junto à estrada real que ligava a cidade do Rio de Janeiro a Ouro Preto e a relativa pequena distância do norte fluminense, o maior espaço canavieiro da província vizinha.

Três sinônimos responderam por nove de cada dez casos em que foram denominados os titulares dos engenhos. As formas genéricas "dono", "proprietário" e, principalmente, "possuidor" de engenho foram utilizadas em algumas dezenas de distritos.

A identificação "engenheiro" foi empregada apenas nos distritos de Betim, município de Sabará, e Alegres, município de Paracatu. Essa longeva forma de identificação, ainda vigente em Minas Gerais, foi recolhida pela primeira vez na última quadra do século XIX pelo lexicógrafo Antônio Joaquim de Macedo Soares, em cujas anotações sobre o vocábulo consta que "em Minas também temos ouvido engenheiro por fazendeiro de açúcar ou dono de engenho de cana" (Macedo Soares, 1954: 177).

Sobre as características dos engenheiros, a documentação de 1836 informa apenas o estado conjugal de algumas proprietárias – todas viúvas – e o cargo de juiz de paz, raramente explicitado, mas dedutível para número expressivo de casos. À declaração de viuvez da proprietária estava associado o nome de cônjuge falecido, titular anterior do engenho. A ascensão de mulheres à condição de proprietárias de grandes unidades rurais raramente estava dissociada da viuvez. Como salientado anteriormente, a coincidência da propriedade de engenho aguardenteiro com a ocupação do cargo de juiz de paz ensejou os mais exuberantes casos de proposição de isenção fiscal.

Identificação dos engenhos

As variantes "engenho" e "engenho de cana" responderam pela identificação de 98% das unidades de transformação da cana dos Mapas de 1836. Com claro intuito de assinalar a condição de aguardenteiros, Bento Joze Mariano, juiz de paz de Coromandel, município de Araxá, registrou a existência de quatro "Engenhos de Alambiques" em seu distrito. A designação "fábrica" foi adotada em quatro distritos, utilizada como sinônimo de engenho em dois deles e para identificar o fabrico da aguardente nos outros dois. Em Bom Retiro e Livramento, distrito de Barbacena, o juiz de paz Joaquim Urbano Ferreira da Silva listou os "Emgenhos com fabrico de Agoard.^{e}".

No Dezenove mineiro, o vocábulo engenho era empregado para designar múltiplos mecanismos utilizados em distintas atividades. Conquanto a designação apresentasse habitual associação com as unidades transformadoras da cana, também era empregada nas atividades de beneficiamento do algodão – engenho de descaroçar algodão ou descaroçador de algodão –, de trituração de minério de ferro e de limpeza de cereais – engenho de pilões –, de beneficiamento do milho – engenho de fubá ou moinho d'água –, na serração de madeira – engenho de serrar –, entre outras.

Apesar de pouco freqüentes, os casos em que as unidades transformadoras da cana foram identificadas como "engenhocas" apresentavam traços comuns. Caracterizavam-se pelo pequeno porte, utilização de tração animal e diminuta produção. A baixa incidência desses pequenos engenhos nos Mapas de 1836 talvez se explique por duas razões. Em primeiro lugar, a direção da produção. Quase que exclusivamente para o consumo doméstico, a produção das "engenhocas" tinha pouca ou nenhuma visibilidade nos mercados locais e, por decorrência, seus proprietários encontravam ampla vantagem no tocante ao acionamento de uma série de mecanismos de encobrimento das atividades e esquiva às autoridades locais e coletores municipais. Em segundo lugar, os derivados produzidos. A maior parte das engenhocas mineiras produzia exclusivamente rapadura, subproduto da cana isento das imposições de 1836. Miguel Costa Filho afirmou que "em Minas, ao que nos parece, os engenhos reputados grandes eram denominados, comumente, engenhos de cana, às vezes engenhos, apenas; os pequenos se chamavam engenhocas" (Costa Filho, 1963: 155).

> *Levo aprezença de V. Ex.^{a} a Relação dos Engenhos, e Cazas de Negocios, que á dentro dos lemites deste Destrito declarando a V. Ex.^{a}, que avendo mais tres Engenhocas movidas por Bois, emponto tão demenuto, que apenas fazem rapaduras, enão fabricão Agoas ardentes; p.^{r} isso me julgo despençado de as declarar* (Rio de São Francisco – Itabira. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 7, documento 5).

> *D. Felizarda Maria Francisca tem sua engenhoca onde fas com bois algum assucar, e dos rezedos alambica thé trinta barris de agoa ardente hé coiza insignificante e somentes para poupar a despeza do consumo de assucar, indispensavel a sua casa* (Curral Novo – Barbacena. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 2).

Vicente Serafim Ferr.ª Proprietario dehuma Fazenda que dista trez aquatro legoas desta Povoação tem humaengenhoca, quesemove por bois, onde fabrica alguma agoa ard.ᵉ notempo do Verão somente, eisto m.ᵐᵒ comcobres deemprestimo; eso tem hum escravo deid.ᵉ de 14 annos (Capelinha – Minas Novas. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 31).

Derivados da cana produzidos

O ofício de 16 de junho definiu com clareza os engenhos aguardenteiros ou que fabricavam aguardente como objeto do inventário solicitado. A lei de 8 de abril estabeleceu com objetividade a fabricação da aguardente como condição para a incidência do novo tributo. Entretanto, nem todas as autoridades locais parecem ter alcançado estas clareza e objetividade. Aproximadamente 7% dos engenhos relacionados nos Mapas de 1836 não fabricavam aguardente, dedicando-se exclusivamente à elaboração de rapadura e/ou açúcar. A princípio vislumbram-se três plausíveis razões para a listagem dessas unidades: incompreensão da portaria e lei, com a decorrente listagem de todos os engenhos, independente dos derivados produzidos; excesso de zelo e o rigoroso inventário de todas as unidades transformadoras da cana; tentativa de encobrimento de reconhecidos engenheiros aguardenteiros debaixo da definição de rapadureiros e/ou açucareiros.

Breve estudo desse universo de engenhos não-aguardenteiros conduziu à conclusão de que o entendimento distorcido do ofício de 16 de junho e da lei de 8 de abril e/ou o excesso de diligência na declaração dos engenhos eram as razões mais prováveis para a listagem de engenhos exclusivamente rapadureiros e/ou açucareiros. Esses engenhos foram listados em 35 distritos ou 12% do universo total. Nessas três dezenas e meia de distritos, foram arrolados 311 engenhos ou 16% de todos os engenhos relacionados em 1836. Entretanto – e aí reside forte evidência a desqualificar a terceira razão, a do encobrimento de engenhos aguardenteiros –, nesses distritos foram arrolados quase 60% de todos os engenhos de 1836 com produção mista (aguardente mais açúcar e/ou rapadura). Se a intenção fosse simplesmente o encobrimento da produção de aguardente o comportamento provável seria a listagem de engenhos rapadureiros e/ou açucareiros e a omissão da produção de aguardente. Não faria sentido a listagem de número relativamente tão elevado de engenhos mistos, sujeitos ao tributo assim como os exclusivamente aguardenteiros.

Apesar do amplo predomínio da designação "aguardente", foram relacionadas outras denominações para identificar a presença do fabrico do destilado da cana. "Cachaça" apareceu apenas em dois distritos. No mapa da vila de São Romão, essas duas designações foram utilizadas como sinônimos. No sumário do ofício de 16 de junho, apresentado no termo de abertura, mencionaram-se as "Cazas, emque sevenderem agoardente simples, ou beneficiada". No arrolamento dos estabelecimentos comerciais, registrou-se o "Mapa das Vendas de Caxaça Sinples, e benefeciadas". Muitas vezes a indicação dos engenhos que fabricavam aguardente foi substituída pela simples anotação da presença de "alambique". Antonio Francisco Sarzedas, juiz de paz de Sete Lagoas, município de Sabará, apresentou a "Relação dos Engenhos de Moagem e Distillaria do Destricto de Sette Lagoas". Em Andrequicé, distrito do município de Diamantina, foi anotado o único caso de produção de "Agoard.ᵉ de Cana Simples e Restillada".

Localização do engenho

Para pouco mais de um quarto dos engenhos foi declarada a localização. São aproximadamente cinco centenas de casos em que foi informado o nome da "fazenda" ou "lugar", ou ainda, com menor freqüência, da "fazenda" e "lugar" em que estava localizado o engenho. Também foram indicados casos isolados de engenhos estabelecidos em pequenas propriedades ("sítio", "chácara", "retiro"). Em pouquíssimos distritos foi declarado o nome do engenho. Em quatro mapas foram relacionados engenhos localizados no "arraial" e em dois mapas foram discriminados os engenhos situados nos "subúrbios" da sede distrital. O predomínio da informação de localização para as grandes fábricas explica-se, em parte,

pela própria associação entre a grande propriedade e a identificação dos "lugares" do rural. Os pequenos engenhos, ao contrário, tendiam a estar localizados em espaços identificados com acidentes geográficos ou mesmo com a mais proeminente fazenda da área. Engenhos no urbano ou suburbano sinalizam para possível indistinção entre campo e cidade, para a indiferenciação entre as atividades dos dois espaços.

Porte, produção e capacidade produtiva

Para cerca de duas centenas e meia de casos, as autoridades locais acrescentaram às informações solicitadas observações subjetivas sobre o porte das fábricas, tamanho da produção e capacidade produtiva dos engenhos. Três ordens de propósitos, associados ou isoladamente, explicam esses acréscimos. A portaria e a lei respondem pelo primeiro. A requisição da listagem dos engenhos aguardenteiros movidos por animais, água ou "por outro motor tanto ou menos dispendiozo", suscitou em ponderável número de juízes de paz a preocupação em estabelecer paralelo entre os custos de produção dos engenhos a tração animal e o dos movidos por força hidráulica. O segundo propósito, aparentemente desvinculado da avaliação do dispêndio comparado, inscreve-se naquele universo de dados adicionados como resultado de diligência excessiva dos recenseadores de engenhos. Entenderam ser relevante, ainda que não solicitado, incorporar observações sobre o tamanho, produção e capacidade produtiva das fábricas. O terceiro e último propósito faz parte daqueles variadíssimos estratagemas que visavam a desqualificar, às vezes por comparação, todos ou parte dos engenhos com o intuito de retirá-los da condição de tributáveis. Determinar o peso das intenções subjacentes a esses acréscimos exige exame particular de cada mapa de 1836 em que foram incorporadas.

Avizinham-se de um terço os casos em que foram acrescentados aos engenhos um ou mais dos seguintes atributos: existência de "forças" (escravos), relativo elevado potencial produtivo, grande magnitude da produção e porte comparativamente maior. Algumas das declarações atribuídas aos engenhos: "com possibilidades para conveniência", "que faz maior enterece", "he de maior estabelecimento", "de grande fabrica e rendozo", "tem forças e boa fabrica", "tem suficiente fabrica", "fabrica em boa dispozição".

Preponderaram os casos em que os engenhos foram caracterizados pela falta ou insuficiência de "forças", reduzida dimensão da fábrica, inexpressividade da produção e relativa baixa capacidade produtiva. Exemplos de observações conferidas aos engenhos: "de pouco rendimento ou quaze nenhum", "de ordinária tarefa", "com poco emterese", "em ponto muito pequeno", "fabrica m.^{to} diminuta", "com pouca ou insuficiente fabrica", "he de ínfimo estabelecimento", "fabrica pouco concideravel".

No capítulo das considerações sobre o dispêndio, comparado ou não, encontram-se, provavelmente, as mais relevantes e complexas informações desse campo temático. O cruzamento da força motriz com o dispêndio pode contribuir para a investigação dos requisitos socioeconômicos para o ingresso na atividade e subsidiar o estudo de importantes aspectos da produção. A comparação dos custos de produção dos engenhos a tração animal com os movidos a força hidráulica indicia a existência de níveis diferenciados de inversão na montagem e manutenção das unidades produtivas e suas conseqüências sobre o valor dos produtos. Também são diretas as repercussões sobre a difusão de técnicas, com o estabelecimento de diferenciados circuitos sociais e econômicos de acesso a conhecimentos especializados. A natureza empírica do conhecimento técnico necessário à montagem e manutenção dos engenhos determinava a propagação desses saberes apenas quando aplicados concretamente na realidade. Não possuir ou não trabalhar com determinados equipamentos reduzia significativamente a probabilidade da detenção dos conhecimentos para sua fabricação e manutenção.

Na documentação de 1836, falta homogeneidade às observações sobre o dispêndio comparado e inexiste relação direta entre a força motriz e os custos de produção, fatores que tornam complexo o estudo dessas variáveis. Muitas vezes, o dispêndio parece relacionar-se exclusivamente com o porte da fábrica: quanto maior, mais dispendiosa. Em outros tantos casos, o dispêndio é determinado pela força motriz,

embora com ausência de concordância entre os recenseadores de engenhos. Para uns, a força hidráulica era mais dispendiosa, "movido por bois pelo que fica menos dispendiozo", para outros, a tração animal implicava em maiores custos de produção, "o custeio destes mais despendioso do que os engenhos movidos por agoa".

Conquanto na documentação de 1836 sejam insuficientes os dados a permitir cálculo médio dos custos de produção comparados dos engenhos segundo a força motriz, são consideráveis as informações que contribuem para o conhecimento de variáveis que compunham os gastos na montagem, manutenção e operação das fábricas de cana. O juiz de paz Manoel Pereira de Abreu, do distrito de São Sebastião das Lages (fac-símile 14), município de São Romão, aventou a dependência dos engenhos d'água com relação à disponibilidade de profissionais especializados na montagem das máquinas e provimento dos recursos hídricos necessários. Foram listados quatro engenhos movidos por bois e anotado o potencial de conversão de dois deles para energia hidráulica, desde que superadas as limitações atinentes à ausência dos referidos profissionais especializados. Afinal, "os Engenhos puxado a Bois são despendiosos ede poca vantagem nem so pella caresa dos Bois como pelo poco expediente que da o Engenho".

Engenhos em construção

Menos de 1% dos engenhos listados estava em construção ou havia sido aprestado recentemente. As "fábricas novas" dividiam-se entre as que não haviam iniciado as atividades e as que já estavam em operação. Das muitas variantes, alguns exemplos: "Ingenhos desta mesma natureza principiados, que ainda não tem effeito"; "tem fabricado hum Engenho com o destino de destilar agoa ardente, que há de ser movido por Bois, que ainda se acha sem este exercício"; "Eng.º d'agoa não acabado"; "athé então não fabrica nada p.r ser o seu estabelecim.to moderno"; "Esta he principiante"; "boa fabrica e tudo novo". Informação ausente da lei que criou o tributo e da solicitação para o recenseamento dos engenhos aguardenteiros, esse acréscimo também pode ser considerado como expediente com objetivo de esquivamento fiscal, assim como, indício de expansão da atividade pela montagem de novas unidades de produção.

Forma de aquisição do engenho

Raros os casos em que se observou a aquisição de fazenda com engenho. Dois exemplos: "tem engenho por comprar essa fazenda ou trocar", "comprou esta fazenda a 3 anos com este engenho". Os relatos desses exíguos casos de transferência de imóvel rural com engenho de cana também são resultantes de voluntária decisão dos responsáveis pelos Mapas de 1836 em acrescentar dados não solicitados.

Engenhos desativados

Nos Mapas de 1836, foram arroladas sete dezenas de engenhos completamente desativados ou inativos na fabricação da aguardente. Pendências na partilha de bens de herança, ausência de manutenção, desprovimento de matéria-prima, dissolução de sociedade e falta de escravos foram as razões apresentadas para a desativação de fábricas de cana. São ilustrativos os seguintes casos: "sem exercício e em abandono"; "estando este já a annos em abandono"; "Há 4 An.s está parado, mas consta que em 1837 moerá"; "ha dous annos q' se ácha inutilizado"; "a mais de anno não moe, e perdeo a planta"; "e só muêo hu resto de canna que achou e da hi para cá não tem uzado"; "depois que a sociedade desmanchou nada tem muído"; "no presente não trabalha por falta de escravos"; "A 2 annos não tem Movimento por não ter plantado Canna"; " tem alambique porem so fazem algua rapaduras"; "tem Engenho, e lambique não moi por se achar em abandonno dos Erdeiros"; "tem alambique porem achase desconsertado, e quaze sem cana, não se fabricando ha muitos annos agua ardente"; "esta dando principio, as suas Plantaçons".

O predominante pequeno porte das fábricas, a preponderância da produção para consumo doméstico ou para atendimento de mercados vicinais, a flexibilidade dos calendários agrícola e industrial e a consorciação de múltiplas atividades econômicas nas unidades produtivas com cultivo e transformação da gramínea são fatores que facilitavam a desativação temporária dos engenhos de cana ou especificamente da produção da aguardente. A consideração dessas características e da possibilidade de recorrer a real ou aparente desativação, com o objetivo de sonegação fiscal, faziam oportunas as observações sobre a inatividade definitiva ou transitória de todo o engenho ou especificamente do alambique.

Dificuldades estruturais e operacionais

Conquanto pareça ser evidente a intenção subjacente à incorporação das observações reunidas nesse campo temático, ainda assim trata-se de raro inventário das prováveis limitações estruturais dos engenhos e dificuldades operacionais que afetavam a produção mineira de derivados da cana. Qualquer tentativa de sonegação fiscal fundada na apresentação de motivos por parte das autoridades locais só teria sentido e eficácia se verossímil, se razoável.

A mais incidente das limitações estruturais alegadas relacionava-se com a insuficiência de força de trabalho. A falta de escravos repercutia invariavelmente no tamanho da produção e largueza da safra. Alguns exemplos: "fabrica rapaduras, Assucar e Aguard.te de Canas, tudo em pequena quantid.e pela razão de não ter numero de escravos"; "moi de anno em anno por ter só oito escravos de Roça"; "com pouca frequencia em sua fabricação por falta de forças que pouco ou nada moim so alguma ves no anno". A carência de braços cativos afetava diretamente o suprimento de matéria-prima, dificuldade operacional apresentada repetidas vezes: "possuem piqueno numero de escravos; e por isso em proporção he tambem piqueno neste Destricto o laboratório em cana"; "prezentemente não trabalha por falta de canna".

Outra limitação estrutural que parece ter afetado parte dos engenhos d'água era a insuficiência e irregularidade dos recursos hídricos disponíveis. Nesse caso, como comentado alhures, aos engenheiros restava a alternativa de trabalhar com dois engenhos, um a força hidráulica e outro a tração animal. Ao problema da disponibilidade e perenidade de água, estava associado o da necessidade de profissionais especializados no represamento e condução da água para os engenhos, assim como na fabricação e manutenção dos equipamentos. Alguns casos: "pode ser movido por agoa a não ser a falta que é neste pais de carpinteiros e tiradores de agoa"; "pode ser movido por Agoa por ter abondancia della, mas a falta q.e á neste pais de Carpinteiros obsta"; " no Brejo do Ôlho d'Agua, do qual além da diminuta fábrica, a 7 annos, q' na sêca não brota o respectivo Ôlho d'Agua, servem-se d'outro Ôlho d'Agua de vizinhos moradôres"; "por ser esta diminuta he suprido p.lo de bois"; "tem forças move ambos, 1 na Seca, e outro nas agoas por pouca".

Também os engenhos movimentados por tração animal enfrentavam limitações atinentes à força motriz. As recorrentes alegações de grande mortalidade de bois muito provavelmente vinculavam-se ao excessivo esforço despendido na tração de equipamentos de moagem. Número demasiado de horas de trabalho, ausência ou insuficiência de revezamento e grande dimensão dos engenhos são fatores que sempre afetaram diretamente a expectativa de vida dos animais de tração.

Outras limitações estruturais e dificuldades operacionais relacionavam-se com a escassez de combustível (lenha) para as fornalhas, distância da matéria-prima (cana) e o conseqüente custo do trabalho de transporte para o engenho, escassez de madeira para a manutenção dos equipamentos e a longa distância dos mercados consumidores em realidade caracterizada por meios de transporte pouco eficientes e estradas precárias. O juiz de paz Manoel Jose Barbosa, distrito de Nossa Senhora da Oliveira (fac-símile 11), município do Rio Pardo, asseverou, entre outras dificuldades para a exportação dos excedentes da produção local, a limitação estrutural representada pela distância dos mercados.

> *Estes Engenhos a que segundo o custume do Sertão se dá o nome propriam.e tal de Engenhocra não offerecem ainda m.mo aos Proprietarios vantagem alguma p.r que citos em lugares sentrais, e despovuados, seos*

> *produtos não tem esportação alguma a excepção das dispendiosas conduções p.r cargar opeso, ou força dos animais, e sendo esta variavel conforme as circunstancias dostempos, e p.r outro lado não havendo Fabricas de braços sufficientes, fação engrossar essas produções vantagem algûa podem trazer como disse p.a o Proprietario, ep.a o Commercio, que presentem.e está como amortecido pello atrazam.to, que tem acarretado neste País, e vesinhos hua continuada serie de calamid.e como afome, peste, e ainstabelidade da moeda, da hí resulta hua irregularidade da parte dos Proprietarios, que conforme a exportação, que vão tendo os seos Generos, e efeitos, hum anno fabricão Agoa-ardente, outro rapaduras, e n'outro nada fas, p.r que ja então cançada a terra de sí nada produs* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 22).

Outras atividades consorciadas

A consorciação de múltiplas atividades econômicas era característica essencial da típica unidade agrícola de Minas Gerais. A produção de derivados da cana inscrevia-se no universo de atividades que compunham o diversificado calendário agrícola da fazenda mineira. Apesar de em número reduzido, os Mapas de 1836 registraram casos da convivência da fabricação de subprodutos da cana com a cultura de mantimentos, fumo, café e pecuárias bovina e suína.

> *Todos estes Proprietarios não tem estes Ingenhos como baze de sua lavoura, pois se aplicão aplantação da cana he como asesorio, eoseos estabelecim*tos *he acoltura do milho, feijão, e criaçoens (...)* (Lage – São José del-Rei. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 4).

Dados de produção

Em apenas dois distritos foram mencionados dados objetivos sobre a produção de aguardente. Objetividade relativa, pois se tratava de estimativas ou projeções. Ao contrário, em número ponderável de distritos – aproximadamente 5% dos engenhos de 1836 –, foram acrescidas observações subjetivas sobre o tamanho da produção de derivados. Predominaram informações que qualificaram como pequena a fabricação de aguardente, açúcar e rapadura.

Avaliadas em seu conjunto, as impressões sobre a dimensão da produção parecem inseridas naquele universo de estratégias de busca de isenção fiscal. Embora na portaria de 16 de junho e na lei de 8 de abril nada conste sobre a relação entre o tamanho da produção e a obrigação fiscal, algumas autoridades distritais intentaram eximir determinados engenhos do pagamento do tributo com base na pouca importância de suas produções.

Conquanto constem registros subjetivos sobre o volume de açúcar e rapadura produzidos, foram muito mais comuns as anotações relativas à aguardente. Para cada sete registros sobre o tamanho da produção do destilado, seis reportaram a pequena produção: "fabrica pouca aguardente"; "fabrica alguma agoa ard.e no tempo do verão somente"; "fabrica agoard.e com m.ta impossibilidade"; "em que se fabrica com pouco Exercicio"; "fabrica agoardente e isto coaze nada faz".

Também para os casos de engenhos que elaboravam os três derivados predominaram as observações sobre a pequena quantidade produzida: "so moi algum caro de cana p.a rapaduras asucar, caxasa, ese vende algua coiza he m.to poca"; "Faz Aguard.te Raspaduras, e Asucar, de tudo m.to pouca piquena quantidade".

Algumas vezes foram anotadas observações sobre o conjunto do setor canavieiro do distrito e a relação entre a produção e o consumo locais. São casos que atestam limitações ecológicas ao desenvolvimento da cana, insuficiência da produção no provimento dos mercados locais e fluxos mercantis intra e inter-regionais de importação de derivados da cana.

Há mais alguns Engenhos porem só fabrição rapaduras, e todos em pequena quantidade. Pois este Pais não da canã com am bundancia (Capivari – Baependi. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 12).

(...) etodos não sustentão o Destricto que só conta com seu Recursso nestes generos de Engenhos vindo do Piracatu (Santana da Barra do Espírito Santo – Araxá. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 35).

Nenhuma destas fabricas são efectivas, tanto assim que p[a] o consumo deste Destr.[o] vem mais de doze partes de outros Termos (Carmo de Baependi – Baependi. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 43).

Destino da produção

Incomuns os apontamentos sobre o destino da produção de derivados da cana – presentes em menos de 2% dos engenhos dos Mapas de 1836. Com exceção de dois casos isolados em que foi mencionada a produção para o mercado, todos os demais afirmaram a exclusividade do consumo doméstico como destino da produção. A aguardente respondeu pela grande maioria dos registros: "cultivão som.[te] p.[a] as despezas de caza"; "destila para o gasto de sua caza"; "e da qual agua ardente não vendem, p.[r] ser em ponto tão piqueno que não chega p.[a] consumo da fabrica dos emgenheiros". Também as informações desse campo temático deveriam estar subordinadas à busca de isenção fiscal. Em Simão Pereira, distrito de Barbacena, foi anotado caso único de comercialização de aguardente a varejo no próprio engenho.

Força de trabalho

Para pouco menos de 4% dos engenhos foi informada a condição social dos trabalhadores empregados no fabrico de derivados da cana. Excetuadas duas ou três fábricas que ajustavam camaradas ou jornaleiros livres, todos os demais casos referiram-se ao trabalho escravo. Não poucas vezes foi informado o tamanho do plantel ou o número de cativos especificamente empregados no engenho. A baixíssima incidência de informações sobre o trabalho livre coaduna-se com a supracitada recorrente menção à falta de braços escravos. Ainda que determinadas funções estivessem regularmente sob a responsabilidade de trabalhadores livres, notadamente as atinentes à supervisão, os Mapas de 1836 assinalaram dependência estrutural do cultivo e transformação da cana em relação ao trabalho escravo.

Calendário agrícola

Os pouquíssimos casos em que foi informado o período do ano em que funcionavam os engenhos revelam importantes distinções. Enquanto algumas fábricas de cana limitavam-se à estação seca, outras produziam o ano inteiro. A extensão da safra era indicador da direção da produção. Safras curtas combinavam com consumo doméstico, safras longas indiciavam geração de excedentes e produção para o mercado. Uma relativa igualdade no padrão técnico dos engenhos determinava o crescimento extensivo – a partir da ampliação do tamanho da fábrica, do número de trabalhadores, da jornada de trabalho e da duração da safra – como forma única de aumento da produção.

Matéria-prima

Igualmente pouco incidentes foram as observações sobre a matéria-prima. Limitadas a considerações subjetivas sobre o tamanho da área cultivada com cana-de-açúcar, em geral, associavam a direção da produção à quantidade de matéria-prima processável. Em caso isolado, foi anotado padrão para a medida de cana moída, determinado pelo número de carregamentos, em carros de boi, de matéria-prima processada.

Técnica: equipamentos e processos produtivos

Não obstante a baixíssima freqüência, os acréscimos respeitantes à técnica sinalizam para importantes aspectos da produção de derivados da cana em Minas Gerais. Se também nesse campo temático são identificáveis aqueles intentos de esquivamento aos tributos, nem por isso são inverossímeis as informações acrescentadas. As autoridades locais buscavam na realidade concreta da fabricação de subprodutos da cana elementos que sugerissem ou deliberadamente remetessem a um cenário de precariedade dos recursos técnicos disponíveis e/ou da pequena dimensão relativa dos estabelecimentos.

No tocante aos equipamentos, foram anotadas três modalidades de advertência. O transporte de aparelhos de destilação de um engenho para outro, a alternância do recurso a distintas forças motrizes e a extração do caldo da cana em equipamento utilizado em outra indústria de transformação rural.

> *O Emgenho do Fundão pertencente a Joaquim Ribeiro da Silva que possui outro Emgenho no Destrito de S.ta Rita mais que fabrica Aguard.e ora nhum ora n-otro com os m.mos cobres que conduz de hum pa outro* (São Gonçalo do Brumado – São João del-Rei. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 56).

> *Vicente Serafim Ferr.a Proprietario dehuma Fazenda que dista trez aquatro legoas desta Povoação tem humaengenhoca, quesemove por bois, onde fabrica alguma agoa ard.e notempo do Verão somente, eisto m.mo comcobres deemprestimo; eso tem hum escravo deid.e de 14 annos* (Capelinha – Minas Novas. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 31).

A mobilidade do aparelhamento de destilação de Joaquim Ribeiro da Silva permitiu-lhe economia na montagem do engenho. Provavelmente, trata-se de caso em que o transporte do equipamento era determinado pela disponibilidade de matéria-prima, o alambique permanecia no engenho em atividade. Bem distinto do caso de Vicente Serafim Ferreira, pequeno proprietário que não dispunha de recursos para aquisição de aparelhagem própria e somente produzia na entressafra, quando tinha acesso, por empréstimo, ao alambique de produtor inativo. A mobilidade dos alambiques deve ter-se constituído em poderoso recurso para a sonegação fiscal. O isolamento das fazendas – decorrência das grandes dificuldades de transporte –, as redes de solidariedade e comunicação entre fazendeiros e as relações de dependência e subordinação entre agregados e grandes proprietários – que ensejavam permanente intercâmbio e troca de informações – combinavam-se para a providencial antecipação à ação dos coletores. Não só deveria ser possível conhecer previamente a presença dos agentes arrecadadores, como efetivar as providências necessárias para o deslocamento ou ocultação dos alambiques. O aparelho de destilação era o testemunho material necessário para a comprovação da fabricação da aguardente e inscrição na condição de contribuintes.

> *Padre Joze Fr.co Tem 2 Engenhos no terreno formados 1 moe te o meio dia com agoa entancada, eoutro p.a atarde com animaes Vacum e tem forças* (Boa Vista (fac-símile 09) – Mariana. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 49).

> *Todos estes Proprietarios não tem estes Ingenhos como baze de sua lavoura, pois se aplicão aplantação da cana he como asesorio, eoseos estabelecimtos he acoltura do milho, feijão, e criaçoens, pois todos os tem fabricados em os Ingenhos de farinha a excessão do Q. Me João Glz e D. Bernarda de Faria que já os acharão em separado, eo Alf.es Joaq.m Roiz' Chaves que fes sua Ingenhoca de Bois, eacho que alguns não porão duvida de disprezalos não fazendo nelles os tributos exigidos* (Lage – São José del-Rei. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 4).

A consorciação de engenhos com forças motrizes distintas foi objeto de análise em outro campo temático. Já o caso do distrito da Lage merece cuidadoso exame. A ser merecedora de crédito a observação da autoridade local, trata-se de ocorrência provavelmente inédita nos anais da história da técnica da

transformação da cana-de-açúcar no Brasil. Em realidade caracterizada pela ampla difusão de conhecimentos técnicos que permitiam o acesso a montagem de engenhos de cana a largo segmento de produtores rurais, documenta-se o empréstimo de equipamento utilizado no fabrico de farinha para a extração do caldo da cana. Dado que foram listados nove engenhos em Lage, sendo apenas um movido a tração animal, e que se utilizava a força hidráulica em todos os seis casos com a moagem em engenho de farinha, pode-se supor que parcela dos engenhos d'água dos Mapas de 1836 nada mais eram do que moinhos de cereais. É mais surpreendente essa suposição quando se constata que esses seis engenheiros eram, segundo o Censo de 1831-32, escravistas possuidores de grandes plantéis (APM, SPPP1/10, caixa 41, documento 9). O caso do distrito da Lage seria evidência de impressionante retrocesso técnico ou da necessidade de revisão das noções correntes sobre o padrão técnico da transformação da cana em espaços canavieiros orientados para mercados internos. A extração do caldo da cana em moinhos de cereais faz parte da pré-história dos equipamentos especificamente concebidos para a moagem da gramínea (Ruy Gama, 1983: 91-95). Somente a incorporação de outras fontes e o acúmulo de novas evidências poderão determinar com segurança se o juiz de paz da Lage, Antônio Pinto de Lara, lançou mão da fantasia ou buscou na realidade justificativa à proposição de isenção fiscal para parte dos engenhos de seu distrito.

No concernente aos processos técnicos, foi observada a fabricação da aguardente a partir de quatro distintos estados do processamento da cana, ou seja, a fermentação e destilação a partir: 1. do suco da cana, inclusive aquela imprópria para o fabrico da rapadura e açúcar; 2. das impurezas separadas na limpeza do caldo, as "espumas" ou "escumas"; 3. do melado resultante da limpeza e redução do caldo; 4. dos resíduos da purga, o melaço que escorria das fôrmas. Os poucos casos documentados sugerem que a fabricação da aguardente realizava-se, normalmente, a partir da matéria-prima em seu estado mais simples ou previamente processada até o ponto de melado. Os resíduos da limpeza do caldo e da purga ocupariam posição secundária na fermentação e destilação dos engenhos de cana em geral ou posição central em parcela dos pequenos engenhos rapadureiros e açucareiros.

> *(...) que avendo neste Destrito dez e seis Emgenhos todos movidos por Bois nem hum delles se empregão em fazer agua ardente, a exsepsão de huma m.to piquena quantidade que quaze todos fazem para aproveitarem as espumas que estráem na factura das rapaduras, e esta é restilada em Allambiques, huns no todo de barro, e outros de cobre com o Capêllo do m.mo barro e da qual agua ardente não vendem, p.r ser em ponto tão piqueno que não chega p.a consumo da fabrica dos Emgenheiros* (Mucambo – Januária. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 49).

> *O Q Me João Glz' de Lara e Gois m.or na sua Fazd.a do Musquito. Tem seo Ingenho de Cana, ehe de agoa; asua maior aplicação he em rapaduras, asucar, efas caxasa do mel, escumas, e cana.*
> *O Cap.m Mor Gervazio Pera de Alvim mor na sua Fazda dos Camps. Tem seo Ingenho de Agoa asua Aplicação he em rapaduras, asucar, eso aproveita omel, ecana podre em caxasa* (Lage – São José del-Rei. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 4).

Conquanto dado isolado, merece destaque o informe sobre os materiais empregados na confecção do equipamento de destilação: inteiramente de barro ou com a panela de cobre e o capelo de barro. A ausência ou insuficiência de recursos interditava ou dificultava aos pequenos engenheiros a aquisição de cobre em sua forma bruta ou em obra e estimulava o recurso a materiais alternativos. O cobre era importante item do comércio de importação de Minas Gerais e a seu elevado valor na forma bruta era agregado o trabalho de especializados artífices urbanos: os caldeireiros (Godoy e Silva, 1996: 1818-1821). Os "cobres" – tachas/tachos, alambiques, reminhóis e espumadeiras – constituíam parcela ponderável do capital investido na montagem dos engenhos.

Sociedades, heranças, arrendamentos e proprietários de mais de um engenho

A propriedade conjunta de engenho não era incomum em 1836. Sócios ou herdeiros perfazem mais de uma centena de casos, aproximadamente 6% do universo. A associação sugere duas ou mais unidades agrícolas para uma única industrial. Talvez uma estratégia de compartilhamento de recursos econômicos na montagem da fábrica, com o conseqüente usufruto conjunto. Os processos de partilha em andamento também definiam a propriedade não-individual e, provavelmente, aumentavam a probabilidade de desativação temporária do engenho na ausência de unidade administrativa e fragmentação do plantel de escravos.

> *Não fui mais prompto p.r ser necessario examinar os Engenhos quefazem agoárdente, por haverem alguns que só fabricão rapaduras, e outros tambem assucar, e alguns que já fizerão agoárdente, hoje em poder de herdeiros, ep.r diminuhição deforçaz estão em abandono* (Contagem – Sabará. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 2).

Raros os casos de arrendamento de fazenda com engenho. Bem mais freqüentes eram os proprietários de mais de um engenho. Na maior parte das vezes, tratava-se de unidade agrícola com dois engenhos, como os referidos casos da utilização consorciada de distintas forças motrizes. A propriedade de mais de um engenho evidencia alguma especialização, produção de maior vulto e orientada para o mercado.

Universo informativo para as casas de negócio

O nome do negociante, o tipo de casa de negócio, as mercadorias comercializadas e a localização do estabelecimento eram as informações constantes na portaria de 16 de junho e na lei de 8 de abril. Entretanto, assim como no caso dos engenhos, foi acrescentada, voluntariamente, uma série de informações não solicitadas. Apesar de não possuírem significado estatístico, esses dados adicionais são relevantes para o estudo de múltiplos aspectos do comércio interno da província de Minas Gerais. Organizadas em 11 campos temáticos, a seguir serão apresentadas as informações relacionadas para as casas de negócio. Primeiro, aquelas solicitadas pelo ofício, depois, os dados acrescentados espontaneamente pelos responsáveis pelos Mapas de 1836.

Nome dos negociantes

Assim como no caso dos engenheiros, também foi informado regularmente o nome completo dos negociantes. Prenomes e sobrenomes foram registrados integralmente ou abreviados. Minoritários os casos em que apenas os prenomes foram relacionados, tratando-se, em geral, de proprietários do sexo feminino. As mesmas razões para omissão do nome das engenheiras são válidas para as negociantes.

A distinção "dona" é pouco freqüente entre as negociantes. A histórica participação de mulheres de baixa extração social no comércio estabelecido, combinada com o prestígio social relativamente menor das atividades mercantis ante as agrícolas, explica a pouca incidência dessa reminiscência honorífica. Da mesma forma, são pouco freqüentes os negociantes arrolados com seus nomes precedidos de patentes militares. A pequena participação na Guarda Nacional sinaliza para a posição secundária dos negociantes nos quadros das elites locais.

Raríssimos os clérigos proprietários de casas de negócio, talvez indício dos limites da tolerância da Igreja Católica com relação à participação de religiosos em questões materiais. É bem provável que no Oitocentos ainda perdurasse imagem negativa do comércio, resquícios da associação da atividade com a usura. Eram pouco freqüentes os herdeiros indicados como titulares de estabelecimentos comerciais.

A presença de homônimos não é incomum na documentação e, como para os engenheiros, especialmente incidentes no caso de nomes compostos por típicos prenomes e sobrenomes portugueses.

Tipo de estabelecimento comercial

Foi discriminado o tipo de estabelecimento comercial para quase 70% dos negociantes arrolados nos Mapas de 1836. "Venda", "taberna", "loja" e "armazém" são os tipos mais freqüentes. Raros estabelecimentos foram identificados como "botica", "casa de remédios" ou "casa de drogas", como "botequim" ou "bitácula" e como "rancho com venda". Também escassos os casos de "mascates". Parcela expressiva recebeu a designação genérica "negócio" ou "casa de negócio".

A natureza das mercadorias comercializadas tendia a definir o tipo de estabelecimento. Como será demonstrado na subseção 3.1, nos Mapas de 1836, as vendas e tabernas estavam associadas ao comércio de aguardente, as lojas negociavam fazendas secas e os armazéns apresentavam os espíritos importados como mercadorias típicas. Essas associações entre tipos de estabelecimentos e mercadorias específicas não eram exclusivas, o padrão dominante de casa de negócio em Minas Gerais caracterizava-se pela diversificação comercial.

No mapa do distrito de Gouveia, município de Diamantina, é bastante clara a relação entre os tipos de estabelecimento e as mercadorias comercializadas. Foi sugerida a associação de taverna com a comercialização de aguardente, de armazém com o negócio de bebidas/espíritos importados e das lojas com o comércio de fazendas secas. No cabeçalho da "Rellação das Cazas denegocios", foi declarado "que na Coluna que diz Taverna he aonde sevende Agoa ardente de Cana Simples e aonde diz Armazem, he aonde sevendem Vinhos e Agoa ardente e Genebra estrangeira". No resumo dos estabelecimentos comerciais foram relacionadas as "Lojas de Fazendas Secas", os "Armazens de molhados de generos Estrangeiros" e as "Tavernas de Agoas ardentes de Cana". Esses armazéns eram exatamente aqueles estabelecimentos que comercializavam vinho, aguardente e genebra estrangeira.

O exame da terminologia presente na Lei nº 49 de 8 de abril – que criou o tributo –, na portaria de 16 de junho – cujas solicitações deram origem aos Mapas de 1836 – e no regulamento nº 7 de 28 de junho, que estabeleceu as orientações para a exação fiscal, evidenciam a existência de três tipos de estabelecimento. Em todos os documentos foram mencionadas lojas, sendo que, na portaria e na lei, a elas foram associadas as fazendas secas. Armazéns foram citados na portaria e no regulamento, sendo que no primeiro caso a eles foram associados os espíritos importados. Se por um lado, em nenhum documento foram mencionadas vendas, por outro, o regulamento aludiu a tavernas e botequins.

Mercadorias comercializadas

Aguardente nacional

A aguardente era a mercadoria com maior freqüência nos estabelecimentos comerciais da província de Minas Gerais. Dois terços das casas de negócio comercializavam o destilado da cana. "Aguardente" foi a designação regularmente utilizada nos Mapas de 1836, não poucas vezes acompanhada de qualificativo: "aguardente da terra", "aguardente de cana", "aguardente brasileira", "aguardente do país". Em apenas 3% dos casos foi empregado o termo "cachaça".

Em parte substantiva da documentação foi acrescentada a discriminação do tipo de aguardente, "simples" ou "beneficiada". A lei que criou o tributo e a solicitação da qual resultaram os Mapas de 1836 foram diligentes em especificar que estariam sujeitos ao imposto os estabelecimentos que comercializassem a aguardente com ou sem beneficiamento. Múltiplas designações foram empregadas para registrar o comércio da aguardente resultante de algum processamento especial: "aguardente beneficiada", "aguardente composta", "aguardente artificial", "aguardente confeitada". Apenas o juiz de paz da cidade de Mariana, Gonçalo da Silva Lima, especificou a natureza do beneficiamento a que era submetida a aguardente.

> *Que obeneficio da agoard.ᵉ he de alguma droga, como canela, cravo, ou algua fructa, e assucar* (Mariana – Mariana. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 13).

Espíritos importados

Pouco mais de 10% das casas de negócio comercializavam "espíritos importados". Entre as "bebidas de fora" predominavam a "aguardente do reino" e o "vinho". Com pequena incidência, figuravam o "vinagre", os "licores" e a "genebra".

Fazenda seca

Em quase 15% dos estabelecimentos eram comercializadas "fazendas secas". Em nenhum dos Mapas de 1836 foram especificadas as mercadorias que compunham o universo das fazendas secas.

Fazenda molhada

Aproximadamente 10% das casas de negócio vendiam "fazendas molhadas". "Da terra" ou "de fora", os "molhados" deveriam compreender amplo leque de mercadorias. Excetuados os casos em que a procedência não foi discriminada, prevalecia grande equilíbrio entre os números relativos de estabelecimentos que negociavam apenas os "molhados do país", os que vendiam somente "molhados estrangeiros" e os que comercializavam tanto "molhados da terra" como "molhados importados". Assim como para as fazendas secas, em nenhum dos Mapas de 1836 foram explicitadas as mercadorias que compunham o universo das fazendas molhadas. À indefinição quanto ao caráter das fazendas molhadas agrega-se sua ausência dos textos do ofício de junho e da lei de abril, fatores suficientes a explicar sua relativa pequena incidência nos Mapas de 1836.

Gêneros da terra

Os gêneros básicos de abastecimento figuravam em cerca de 10% dos estabelecimentos comerciais. Para essa categoria de mercadorias foram utilizadas múltiplas designações nos Mapas de 1836: "efeitos da terra", "gêneros da roça", "gêneros da terra", "gêneros do país", "gêneros provinciais", "víveres da terra", "artigos da terra". A ausência nos textos da portaria de 16 de junho e da lei de 8 de abril explica a pequena incidência dos gêneros básicos de abastecimento na documentação de 1836. Os Mapas estão longe de refletir a ubiqüidade dos víveres, que seguramente eram comercializados na grande maioria das casas de negócio de Minas Gerais.

Gêneros de fora

Provavelmente nessa categoria estavam incluídas outras mercadorias importadas, excluídas as bebidas espirituosas. A relativa pequena freqüência – menos de 3% das casas de negócio – também encontra explicação na ausência dessa categoria nos textos do ofício e lei. Foram empregadas variadas designações: "armazém de fora", "efeitos de fora", "efeitos do reino", "gêneros de fora", "gêneros importados", "venda de fora", "venda da Europa", "artigos de fora". Nos Mapas de 1836, não foram explicitadas as mercadorias que compunham o universo dos gêneros de fora.

Outras mercadorias

Com baixíssima freqüência – aproximadamente 1% dos estabelecimentos – foram especificadas outras mercadorias que, na sua maior parte, poderiam ser enquadradas nas categorias apresentadas anteriormente: "drogas", "ferragens", "fumo", "mantimentos", "sal", "quinquilharias", "açúcar", "lenços", "remédios", "quitandas de forno", "banana", "rapaduras".

Localização dos estabelecimentos comerciais

A localização espacial era essencial para o cálculo do tributo a ser pago pelas casas de negócio. Entretanto, como observado alhures, essa informação foi omitida em parte ponderável dos Mapas de 1836. Aproximadamente 16% dos estabelecimentos foram arrolados sem nenhuma referência à localização espacial. Além disso, para cerca de 30% dos casos em que foi indicada a localização, faltou a discriminação do número de fogos do centro urbano, informação que definia, excetuadas cidades e vilas, o valor do tributo a ser pago.

Conquanto a lei de abril e a portaria de junho estabelecessem três faixas de imposto, segundo a localização, nos Mapas de 1836 foram registradas múltiplas referências espaciais. As categorias estipuladas eram: cidades e vilas (8$000 réis), povoações com mais de 40 fogos (6$000) e povoações com menos de 40 fogos e estradas (4$000). Nos Mapas de 1836, foram relacionadas várias referências espaciais passíveis de enquadramento nessas categorias e outras tantas que, por imprecisas, eram irredutíveis: "arrabalde", "arraial", "bairro", "caminho particular", "fazenda", "lugar", "lugarejo", "povoação", "roça", "subúrbio", "sítio", "rancho", "engenho".

Sentido da estrada

Da excessiva diligência de parcela expressiva dos responsáveis pelos Mapas de 1836 resultou a incorporação do sentido das estradas para algo em torno de 30% das casas de negócio situadas nesses espaços. Foram discriminadas quase oito dezenas de estradas, em geral identificadas pelos centros urbanos de origem e/ou destino. Alguns exemplos: "Na estrada q' vai desta Villa para Chapada e Gouveia", "Estrada do Rio de Janeiro", "estrada para o Arraial do Desterro", "Na Estrada Publica que atravessa das Dores para S. Francisco", "na Estrada que se segue de Ouro Preto para a Caxoeira do Campo", "Na estrada que segue da corte para a capital da Provincia", "na Estrada geral do Comércio para Costa do Rio de Janr.º", "na Estrada que da mesma Vila segue para o Arraial da Mutuca", "Estrada Publica q. vai da Capital da Provincia para a do Imperio", "beira istrada indo p.ª Sabará", "Estrada geral q' vem de Minas Novas p.ª V.ª de Rio Pardo".

Identificação e características dos negociantes

Nos Mapas de 1836, "negociante" era a mais freqüente denominação utilizada para identificar os proprietários de estabelecimentos comerciais. Bem menos incidentes eram os "vendedores", "vendeiros" e "taberneiros". Foi anotado apenas um "lojista". Nenhum caso de armazeneiro foi registrado.

Foram registrados alguns escravos e forros responsáveis por pequenos estabelecimentos. Também foram arrolados casos de agregados e arrendatários como titulares de casas de negócio. Eram igualmente raros os estabelecimentos entregues aos cuidados de "caixeiros" ou pertencentes, em regime de sociedade, a mais de um proprietário. Poucos juízes de paz eram negociantes. Para casos isolados, foram informados o estado conjugal e/ou a cor do comerciante.

Porte dos estabelecimentos comerciais

Também para as casas de negócio, foram adotadas estratégias que, provavelmente, visavam à redução ou isenção dos tributos devidos. O mais freqüente e, ao mesmo tempo, singelo desses expedientes foi a incorporação de observações sobre o porte dos estabelecimentos comerciais. De um lado, raros casos em que as subjetivas impressões indicavam tratar-se de grandes casas de negócio, de outro, número considerável em que eram avaliados como pequenos estabelecimentos: "Lojas e tabernas de redicolos empregos", "pequena loja", "em ponto muito pequeno", "de muito pouco porte pelas poucas forças de seus possuidores", "pequeno estabelecimento", "muito piqueno fundo", "de pessoas pobres e por isso de pequenos fundos".

As observações do juiz de paz Joze Rodriguez Valle sobre o porte das "Cazas emque Ce vende Agoá ardente neste Distrito do Esprt.º S.to do Piau", município de Barbacena, atenderam a propósito bem específico. Aqui o dimensionamento dos estabelecimentos comerciais estava inserido em preocupação com dupla licenciosidade, moral e legal.

> *Estes negocios São todos pequenos, que mais meparecem vadiacão emodos deemganar aos emcautos eaos pobres captivos; e são todos peçoas sans que com qualquer pequeno trabalho talvez fizecem mais enterece; ecenão ouver huma providencia sobre ttanta vadiacão estamos mal pois as leis, que temos sobrevadios nada hé, que aotempo, que detremino Favorece: Esta tola epiquena nota hé nacida dacervação dequem esta vendo eixperimentado continuam.te e todos estão Lecenciados cegundo adetreminçao das Posturas* (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 62).

Estabelecimentos comerciais inativos

Nos Mapas de 1836, foi arrolado pequeno número de casas de negócio inativas. Embora em apenas cinco distritos tenham sido relacionadas observações sobre estabelecimentos parcial ou completamente sem exercício, parece que não eram incomuns as casas de negócio com existência efêmera (ver as anteriormente comentadas observações do juiz de paz do distrito de São João Nepomuceno, município de Lavras). Na sede do município de Araxá, existiam sete lojas que comercializavam fazenda seca e dez que se encontravam desguarnecidas.

> *Os que tiverão negocios defazenda seca este anno de 1836, e estão parados p.r terem vendido o resto em [receita?] os seguintes (...)* (Araxá – Araxá. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 61).

O juiz de paz do distrito de São Sebastião, município de Mariana, Luis Gonsaga Gomes Pereira, assinalou o fechamento de casa de negócio em função da ausência de seu proprietário.

> *3. Cap.m Francisco Joze Cardozo, m.or dentro do m.mo, vende vinho, Agua ardente do Reino, e Genebra, e Fazenda Seca, á perto de dois mezes que seacha fechado este negocio p.r auzencia do m.mo, não sei secontinuará, ou não* (São Sebastião – Mariana. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 16).

Nos distritos de Santa Rita, município de Pouso Alegre, e Bonfim, município de Queluz, foram arrolados estabelecimentos completamente inativos.

> *(...) tendo adeclarar a V. Ex.a que neste Distrito prezentemente sefecharão sete Cazas em que sevendia agoardente de produção Brasileira, existindo só as constantes em a Relação N.º 2.a supra mencionada* (Bonfim – Queluz. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 30).

> *2.º Relacão das cazas em que sevendem agua Ard.e simples das que são cituadas nesta povoacão (...) 7 Mariana (Serádeira) teve negocio no principio do Anno e largou (...) 3º Relacão dos Almazeins de dentro desta Povoacão (...) 11 Antonio Jozé de Morais vendeo Molhados de fora e Agua ard.e simples e tinha sua Mascataria de Fazd.a seca e largou depois dos seis mezes inteirados neste corr.e anno (...) 14 o Cap.m Felis Jozé de Nor.a vendeo molhados de fora tres mezes deste Corr.e anno (...)* (Santa Rita – Pouso Alegre. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 11).

Origem das mercadorias comercializadas

A documentação de 1836 praticamente nada informa sobre a origem das mercadorias comercializadas. Somente em três Mapas foram incorporadas observações que permitem identificar a procedência de alguns gêneros negociados. Estas exíguas referências apontam a cidade do Rio de Janeiro como mer-

cado de origem dos espíritos importados por Minas Gerais, evidenciam a articulação entre a produção de gêneros básicos de abastecimento e o comércio urbano e revelam fluxos de derivados da cana partindo de espaços canavieiros paulistas em direção ao sul de Minas.

> *C. Fran.co Barb.a de Mathos Tem caza decomição devender só mentes os seus mantimtos de sua fazenda enão vende espiritos* (Santa Luzia – Sabará. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 41).

> *Relação do Engenho, em que seha- de fabricar agoa ardente: das cazas em que sevendem agoa ardente simples, situadas na Povoação deste Destricto, nos Bairros, e nas estradas: das lojas de fazenda seca, e das cazas em que sevendem espiritos importados na Provincia, sendo, que as m.mas agoas ardentes são importadas da Provincia de São Paulo para esta de Minas Geraes (...) Cazas em que sevendem espiritos importados do Rio de Janeiro, existentes dentro desta Povoação* (Soledade de Itajubá – Campanha. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 53).

Dados de comércio

São pouco expressivas as informações sobre os fundos dos estabelecimentos comerciais relacionados na documentação de 1836. Foram apresentados dados objetivos para número inferior a quatro dezenas de casas de negócio, arroladas em apenas sete distritos. Parece que esses acréscimos às informações da portaria de 16 de junho atendiam prioritariamente aos propósitos de advertir para a diminuta dimensão dos estabelecimentos e sugerir a redução ou isenção dos tributos devidos.

> *Loja de fazenda seca no Arr.al que tem 68 fogos habitados (...) 2 Jose Lucas Coelho negocio defazenda Seca molhados e cazaça, e os mais generos que terá de fundo hum conto dereis (...) 4 Manuel Ignacio Dias da Costa idem com fundo de 400$ rs* (Santana dos Ferros – Itabira. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 26).

> *Relação das Lojas deste Arraial, e seos proprietarios Os Seg.tes (...) O T.e Antonio Ferr.a de Oliveira, tem na sua Loja huns retalhos, que não chegarão a 400$000 r.s* (Chapada – Minas Novas. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 11).

> *3º Relacão dos Almazeins de dentro desta Povoacão (...) 10 Jozé Antonio de Brito vende vinho e más molhados de fora e Agua ard.e simples e dis que tem de emprego 50000$̃ (...) Declaracão das Cazas Em que sevendem Agua ardente simples e molhados nas estradas (...) 16 Fran.co Alz'. de Almd.a vende molhados de fora e Agua ard.e simples e dis que tem de emprego 30000 r.'* (Santa Rita – Pouso Alegre. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 11).

Provavelmente atendendo aos mesmos propósitos, foram acrescentadas, com muito maior freqüência, observações subjetivas sobre o volume de mercadorias comercializadas. Enquanto raros os casos em que se considerou significativo o estoque, relativamente numerosas foram as observações que ressaltaram a pequena quantidade de mercadorias. Alguns exemplos: "vende espíritos importados e fazenda seca em muita pequena quantidade", "vende em muito pequeno ponto bebidas importadas", "hum infimo surtimento de fazenda seca", "Vende sua garrafa de vinho em pequeno vulto", "vendem agoa-ardente simples e com pouca abundancia", "vendem-se effeitos da terra, e agoard.e simples em mui limittadas quantidades", "vende algua garrafa de vinho e caxasa em pequeno vulto".

Formas de comercialização

Vendas por atacado ou a varejo, negócios realizados regular ou eventualmente, estabelecimento em ponto público ou em residência, comércio fixo ou itinerante e vendas comissionadas são expressões das

variadas formas de comercialização registradas nos Mapas de 1836. Embora com pequena freqüência, para menos de 1% das casas de negócio, essas informações indiciam a complexidade do comércio da província de Minas Gerais.

Huma comissão que vende em groso Agoardentes, atacado, e Garafez de Luis Furtado de Soiza; seu Caxeiro nesta Villa, Antonio José da Costa (Tamanduá – Tamanduá. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 29).

Cazas dentro do Arraial em que se vendem tanto em Pipas, e Barris como em varejo. 1 „ Thomé Dias = Caixeiro de Fran.co Therezianno 2 „ Joze Venancio = Caixeiro de Antonio Joze de Carvalho 3 „ Sabastião Joze da Costa = Caixeiro de João Alves 4 „ Joaq.m Silverio = Caixeiro do Conde de Valença (Rio Preto – Barbacena. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 28).

(...) 3.º edos quaes assima Mencionados – João Mor.a de Sz.a tem Armazem que vende varejado como emtabernas molhados ou expiritos Sem cerem os da térra. e Jozé Jacinto da Costa tem loge de Fazendas Secas, que vende varejado, e Joaq.m da S.a e Souza pela mesma forma. maz costumão depois de certos peo ẽns neste Distr.º comduzirem para fora em mascatiaçoens das mesmas (Paraúna – Vila do Príncipe. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 23).

O Alf.es Fran.co Machado de Miranda Loge de Fazenda seca, e Vende a Caxasa que fâs em seu Emgenio touda embarrilada (Espírito Santo do Itapecerica – Pitangui. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 50).

(...) não vai a 2.a e a 3.a relação que determina amesma Portaria, por não haver Caza que venda Agoa_ardente neste Destr.º sim os embarcadiços continuadam.e vendem nos Portos de Caixoeir.a, Povoação, Extrema, Lages, e Pirapora (São Sebastião das Lages (fac-símile 14) – São Romão. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 19).

(...) e em Estrada tem trez asaber, 1.a de Adão Gonsalves de Carvalho que vende agoardente simples; 2.a a de Joze Francisco Alz'., 3.a a de Joze Dias Barboza, que ambos vendem agoardente simples: porem estes trez ultimos em algumas festas do anno, vendem p.r acazo alguma Garrafa de vinho (São Francisco do Onça – São João del-Rei. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 36).

Relasão Das lojes de Fazenda Seca Na povoasão do Calhao. O Capp.tt Joze de Sallis PereiraMorador; O Capp.tt Luis Alves Ferr.a Prado Negociante Volanti; Luis Pereira Franco Morador; Francisco Simoens de Miranda Barboza Volanti; Francisco Cardozo de Mello Morador; Francis Joze da Silva Volanti (Calhau – Minas Novas. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 6, documento 34).

(...) não há Loja alguã de Fazenda seca só - Manoel Ribr.º de Menezes tem huma pouca de Fazenda, humas vezes sai com ella a mascatiar, e outras esta parado na Freg.a ahonde tem a venda arendada (Simão Pereira – Barbacena. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 5).

Casas em que se vendem quotidianam.e generos da terra, e algumas vezes generos importado p.a Provincia. Fr.co Fulgencio; Ezequiel Fr.co Freire; Anastacio Inocencio do Reis (Itabira do Campo – Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 40).

Não tem esta Povoasão estabelesimento algum [fassa?] de Loja de Fazenda seca prezente mente a exsesão de Gomes Venseslao da Cunha, e Modesto Ordonhes da Cunha Lará estes mesmos fazem amaior parte doseu negocio em giros pellas Fazendas (Espírito Santo do Indaiá – Pitangui. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 6).

Por ser este lugar meramente Aggriculla não á nelle alguma Caza em que se venda agua ardente q.r simples, q.r beneficiada, e nem tão pouco á lojas de fazenda seca, apenas girão alguns Mascates da Povoação do Porto do Salgado dantes V.a Januaria: e tornando ao que respeita a dispozição de agua ardente simples, tenho a imformar a V. Ex.a que alguma m.to piq.na p.e é vendida neste Destrito p.r os Escravos de alguns proprietarios que a tem particullarm.e em suas senzallas (Mucambo – Januária. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 5, documento 49).

Ignacio Fran.co Alvarez, Loja de fazenda secca, e molhados do Reino, e da terra. Este sahio com a loja em fardada em tropa para as partes de S.to Antonio da Uberava (Candeias – Tamanduá. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 3, documento 3).

cazas denegocio no Arr.al de Curimataÿ só tem de porta Aberta Joaq.na Mar.a Norberta das Neves, esó vende em tempo de Festa Algum Barril de Aguard.e simplice, caza de Faz.da Ceca não Ha emtodo Dist.ro no Araial da Tabua Silverio Alves de Barros tem neg.co de Porta aberta vende Aguard.e efumo e as vezes Algu Baril devinho, Jose Lino de Azd.o vende deporta Aberta Aguard.e e as veses Algú Baril dev.o efumo enadamais e casas Particulares tanto em Arraiais como e Rossas comprão Alguns Barris de Aguard.e evendem emgarrafado he o que tenho aimformar a V. S. emandarão oque for Cervido (Curimataí – Diamantina. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 2, documento 39).

São emblemáticas as diligentes considerações de Joze Manoel da Silva, juiz de paz de Curimataí. Elas explicitam a existência de comércio não estabelecido em pontos públicos e, muito provavelmente, realizado de forma ilegal. O que deveria distinguir as referidas "casas Particulares" dos "neg^{co} de Porta aberta" era exatamente a ausência de ponto comercial público, a eventualidade do funcionamento e a pequena escala em que as transações eram realizadas. No caso do comércio itinerante, a ausência de ponto público não implicava necessariamente em irregularidade e reduzida escala das atividades mercantis.

O mapa do distrito de Itaverava, município de Queluz, não somente reitera a existência de atividades mercantis clandestinas, como também permite dimensionar sua importância nos quadros do comércio local. A importância numérica do comércio não estabelecido em pontos públicos é atestada pela listagem de 23 "Vendas o cultas" para 33 estabelecimentos regulares. Resta saber em que medida era representativa a realidade de Itaverava. O que parece indubitável é que, para além da já comentada efêmera existência de parte dos estabelecimentos licenciados (ver as anteriormente reproduzidas observações de Pedro Antônio Theodoro de Medeiros e Castro, juiz de paz do distrito de São João Nepomuceno, município de Lavras), havia ponderável segmento comercial clandestino.

Negociantes com duplo ou triplo arrolamento

Na documentação de 1836, são bastante comuns os casos em que um mesmo negociante foi arrolado mais de uma vez no mesmo mapa. O texto do ofício de 16 de junho, enviado a todos os distritos de paz da província, ensejou, no processo de apuração e arrolamento dos dados, a segmentação do comércio local. Da forma dominante de entendimento do ofício e, por conseqüência, de atendimento das solicitações resultou a separação dos estabelecimentos comerciais segundo o tipo e, principalmente, mercadorias comercializadas. No primeiro caso, em que os estabelecimentos foram segmentados em vendas, lojas, armazéns e outros tipos com menor incidência, são bem menos freqüentes os duplos ou triplos arrolamentos de um mesmo negociante. No segundo caso, em que os negociantes foram segmentados de acordo com as mercadorias comercializadas, quase sempre as mencionadas no ofício (aguardente simples ou beneficiada, fazenda seca e espíritos importados), são bem mais incidentes os duplos ou triplos arrolamentos de um mesmo negociante. Assim, é imprescindível considerar que, na grande maioria das vezes, estar arrolado mais de uma vez no mesmo mapa não significava ter mais de um estabelecimento comercial; ao contrário, tratava-se da inclusão de uma mesma casa de negócio em mais de um tipo de estabelecimento e, principalmente, da informação de que um mesmo estabelecimento comer-

cializava mais de uma das mercadorias constantes no ofício. Somente o estudo individualizado de cada mapa com duplo ou triplo arrolamento de negociantes, articulado com a análise do conjunto da documentação, permite posicionamento seguro quanto ao significado desses casos especiais. Recomenda-se, como critério geral, considerar apenas uma casa de negócio para cada negociante de um mesmo distrito. Dessa forma, seriam somadas, como válidas para o mesmo negociante, informações segmentadas em distintos tipos de estabelecimento e diferentes mercadorias.

A forma de apresentação das informações referentes aos estabelecimentos comerciais do distrito de Brumado, município de Queluz, constitui importante evidência a corroborar a proposição acima apresentada. Os negociantes foram relacionados em tabela na qual se destinaram colunas separadas para cada tipo de estabelecimento segundo as mercadorias comercializadas: "Lojas de fazendas"; "Casas em que se vendẽ agoa ard.ᵉ simples ou beneficiada"; "Casas ou Armazens em que se vende espiritos importados". Dos 22 negociantes arrolados, dez foram apresentados com comércio de apenas um tipo de mercadoria e 12 listados com dois ou três tipos. Em coluna específica, foi acrescentada para os primeiros a observação "simples" e para os demais "com hum so balcão" ou "em hum só armazem". As advertências não deixam dúvidas quanto à propriedade de um estabelecimento por negociante. Para todos em que foi assinalado mais de um tipo de mercadoria, acrescentou-se observação a indicar que eram comercializadas em casa de negócio única.

Na *Fala dirigida à Assembléia Legislativa* no ano de 1839, o presidente Bernardo Jacinto da Veiga informou sobre a existência de conflito na definição da forma de cobrança do tributo sobre as casas de negócio. O texto que esclareceu sobre a correta forma de calcular o imposto para os estabelecimentos comerciais que vendiam mais de um dos tipos de mercadorias constantes na lei (aguardente, fazenda seca e espíritos importados) sugere que eram comuns as casas de negócio diversificadas, assim como deveria ser habitual o duplo ou triplo lançamento fiscal desses estabelecimentos. Portanto, é perfeitamente compreensível a elevada freqüência do arrolamento, nos Mapas de 1836, de um mesmo negociante proprietário de um único estabelecimento, em mais de uma relação segundo as mercadorias comercializadas.

> *Tendo-se suscitado duvidas sobre a verdadeira intelligencia do paragrafo 6.º do Artigo 2.º da Lei Provincial n.º 49, que estabeleceo o imposto sobre as casas de negocio, resolvi declarar, que não sendo expresso no citado paragrafo o dever pagar uma só loja differentes quotas, por vender-se ahi fazenda seca conjunctamente com espiritos importados, não convinha tomar tal disposição em sentido tão amplo, mas sim que em quanto o contrario não fosse resolvido, pagasse sòmente uma imposição a loja, ou qualquer casa de negocio, onde se vendessem conjunctamente todos, ou alguns dos generos indicados. Já a Meza das Rendas Provinciaes tinha entendido, e mandado executar a Lei de diversa maneira, e convira por isso que fixeis o seu verdadeiro sentido.*

A solicitação do presidente para que a Assembléia Legislativa regulasse a forma de cobrança do tributo incidente sobre as casas de negócio foi plenamente atendida pelos legisladores. O estabelecimento que comercializasse ao mesmo tempo mais de uma das mercadorias contempladas pela lei pagaria o mesmo tributo daquele que negociasse um único tipo de gênero.

> *Art. 26.º Pagão 8$000 reis nas Cidades, e Villas; 6$000 reis nas Povoações de mais de quarenta fogos; 4$000 reis nas outras povoações, e nas estradas, as boticas, e bem assim as casas de negocio em que se vender conjuncta, ou separadamente na mesma loja fazenda secca, aguardente da terra, ou quaesquer outros espiritos importados na Provincia* (Livro da Lei Mineira, 1844, Tomo X, Parte 2ª, Folha nº 2, Lei nº 275, Regulamento nº 49).

Representatividade dos Mapas de 1836

A específica natureza fiscal e a extensão da base de contribuintes imprimem aos remanescentes dos Mapas de 1836 o caráter de conjunto, no sentido de unidade composta de vários documentos, e, ao mesmo tempo, definem a natureza eminentemente quantitativa dos dados. Segue-se a indispensável necessidade de análise da representatividade regional. Por avaliação da representatividade, entenda-se a superposição das circunscrições administrativas com mapas remanescentes ao universo completo das circunscrições existentes em Minas Gerais. Assim, afere-se o significado quantitativo da documentação sobrevivente.

Um dos principais atributos da economia e sociedade provinciais era a diversidade regional (Paiva e Godoy, 2002). As várias configurações da formação natural e a diferenciada evolução histórica do processo de ocupação do território imprimiram marcantes traços distintivos entre os múltiplos espaços de Minas Gerais (Godoy, 1996). Na primeira metade do século XIX, as características da organização econômica e os componentes sociodemográficos evidenciavam marcantes contrastes regionais (Paiva, 1996).

A segmentação do território provincial em unidades regionais é essencial à avaliação da representatividade, assim como a qualquer intenção de análise conjunta dos dados arrolados nos Mapas de 1836. Desconsiderar a diversidade regional como atributo indissociável de Minas implica em submeter-se a sérios riscos de perceber homogeneidade e padrões universais para realidade heterogênea e fortemente vincada por particularismos.

A proposta de regionalização adotada baseou-se exclusivamente na percepção do espaço de viajantes estrangeiros que percorreram quase todo o território de Minas Gerais na primeira metade do Dezenove. Do inter-relacionamento de fatores físiográficos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos logrou-se a divisão de Minas Gerais em 18 regiões. Embora os aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996)[116].

Dada a necessidade do conhecimento das circunscrições administrativas existentes no período como condição essencial para a avaliação da representatividade regional dos Mapas de 1836, foi adotada a Estimativa Populacional para 1831-35[117].

Na tabela a seguir são apresentados os resultados da sobreposição dos distritos e respectivas populações dos mapas remanescentes ao universo completo dos distritos e correspondentes populações existentes em Minas Gerais.

---

116 Em *Intrépidos viajantes e a construção do espaço, uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX* (Godoy, 1996), discute-se, sinteticamente, o caráter das viagens do Oitocentos (os fatores que intervieram na realização das viagens e as motivações que impulsionaram a produção dos relatos; a visão de mundo dos viajantes, o imaginário que compartilhavam e o instrumental de que se utilizaram na apreensão das realidades visitadas), avalia-se a forma dominante de utilização dos relatos de viagem pela historiografia sobre o período provincial mineiro (sugere-se uma nova proposta de trabalho com os depoimentos dos viajantes) e contempla-se uma série de lacunas no estudo destas fontes históricas, apreciam-se a cobertura temporal e a representatividade dos viajantes compulsados e examinam-se a técnica de leitura e a forma de organização das informações retiradas dos relatos de viagem, discutem-se o significado dos conceitos de espaço e região e as distorções usuais na relação dos historiadores com estas categorias. Introduzidos os aspectos mais importantes referentes a fontes, conceitos e metodologia, propõe-se regionalização para as Minas Gerais do século XIX, e são apresentadas as unidades regionais (analisa-se a combinação específica de aspectos de diversas naturezas, principalmente econômicos, que conferiam identidade a cada região). Às regiões, segue-se síntese das principais características da organização econômica da província de Minas Gerais. Os anexos adicionam relação circunstanciada das localidades visitadas pelos viajantes em cada região, mapas com a espacialização dos itinerários em Minas Gerais das 13 viagens contempladas e mapa com a espacialização da regionalização (são apresentadas a proposta original de regionalização e a resultante de alterações posteriores, "regionalização adaptada", que retificou algumas fronteiras, conferindo-lhes maior precisão geográfica e sintonia com divisões administrativas coevas, e redefiniu a distribuição regional de porções do território de Minas Gerais).

117 A descrição da Estimativa para 1831-35 está no Apêndice 3. Apresentam-se a origem, composição e limites dos dados, assim como são arroladas todas as circunscrições administrativas e as respectivas populações que compõem a Estimativa.

Tabela 20 – Distribuição regional dos distritos e população da Estimativa Populacional para 1831-35 e dos Mapas de 1836

Regiões	Distritos província		Distritos 1836		Distritos 1836/ distritos província	População província		População distritos 1836		População distritos 1836/ população província
	Nº	%	Nº	%		Habitantes	%	Habitantes	%	
Araxá	13	3,1	6	2,0	46,2	22.006	3,0	11.113	2,0	50,5
Diamantina	13	3,1	9	3,0	69,2	29.949	4,1	23.229	4,2	77,6
Extremo Noroeste	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	46	11,0	33	11,1	71,7	83.949	11,5	67.357	12,0	80,2
Mata	29	6,9	22	7,4	75,9	43.897	6,0	34.086	6,1	77,6
Minas Novas	26	6,2	17	5,7	65,4	60.800	8,3	41.330	7,4	68,0
Mineradora Central Leste	17	4,1	16	5,4	94,1	33.619	4,6	31.192	5,6	92,8
Mineradora Central Oeste	128	30,5	83	27,9	64,8	170.218	23,3	125.811	22,5	73,9
Paracatu	7	1,7	4	1,3	57,1	10.152	1,4	4.917	0,9	48,4
Sertão	4	1,0	2	0,7	50,0	8.726	1,2	4.541	0,8	52,0
Sertão do Alto Rio São Francisco	9	2,1	7	2,4	77,8	18.306	2,5	16.258	2,9	88,8
Sertão do Rio Doce	1	0,2	1	0,3	100,0	267	0,0	267	0,0	100,0
Sudeste	46	11,0	38	12,8	82,6	69.098	9,5	62.085	11,1	89,9
Sudoeste	12	2,9	10	3,4	83,3	27.716	3,8	23.395	4,2	84,4
Sul Central	37	8,8	31	10,4	83,8	90.588	12,4	73.147	13,1	80,7
Triângulo	3	0,7	3	1,0	100,0	10.287	1,4	10.287	1,8	100,0
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	12	2,9	3	1,0	25,0	14.160	1,9	2.728	0,5	19,3
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	16	3,8	12	4,0	75,0	37.040	5,1	27.600	4,9	74,5
Minas Gerais	419	100,0	297	100,0	70,9	730.778	100,0	559.343	100,0	76,5

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836, SPPP1/6, várias caixas e Paiva (1996).

Considerado o número de distritos é excelente a representatividade dos Mapas de 1836. A documentação remanescente cobre mais de 70% das circunscrições administrativas existentes em Minas Gerais. Entretanto, a representatividade das regiões é bastante variável. Enquanto sobreviveram os mapas referentes a apenas 46,2% dos distritos de Araxá, para o Triângulo, região contígua a oeste, remanesceram 100%. Ao passo que foram localizados os mapas de somente 25% dos distritos do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, para o Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, região contígua a sul, foram encontrados 75%. Apesar dessas acentuadas diferenças, a maior parte das regiões apresentou satisfatória representatividade. Para 13 regiões, em cujos territórios estavam 91% das circunscrições administrativas de Minas Gerais, o número de mapas remanescentes cobre mais de 60% dos distritos.

As variações na representatividade regional obedeceram, em certa medida, a padrão geográfico. As quatro regiões com menores números relativos de distritos, abaixo de 60%, estavam localizadas fora do centro e sul da província, distantes, portanto, da capital provincial. Este padrão geográfico sugere tendência de que nos distritos mais distantes maior era a possibilidade de não-recebimento do ofício que solicitava os Mapas de 1836, com a conseqüente não-apuração das informações requeridas, ou de maior dificuldade para remeter os mapas para a Secretaria de Governo, ou ainda de maior possibilidade de extravio dos mesmos no transporte para a capital provincial.

O exame de quadro geral com a discriminação dos mapas recebidos pela Secretaria de Governo confirma esta tendência. Este documento coevo traz balanço dos mapas recebidos e por receber, bem como calcula o número de contribuintes para cada categoria de engenho aguardenteiro e de estabelecimento comercial. A tabela a seguir permite avaliar aquele padrão geográfico que provavelmente influenciou a elaboração, envio e recebimento dos mapas[118].

Tabela 21 – Distribuição municipal dos Mapas de 1836 recebidos e por receber pela Secretaria de Governo e localizados e não localizados no Arquivo Público Mineiro

(continua)

Municípios	"Numero dos Mappas existentes na Secretaria"	"Ditos que faltão"	Total	% de mapas "que faltão" em relação ao total	Número de mapas localizados	Número de mapas não localizados	% de mapas não localizados em relação ao total	% de mapas localizados em relação aos existentes "na Secretaria"
Aiuruoca	10	1	11	9,1	10	1	9,1	100,0
Araxá	8	8	16	50,0	6	10	62,5	75,0
Baependi	7	0	7	0,0	6	1	14,3	85,7
Barbacena	22	4	26	15,4	24	2	7,7	109,1
Campanha	16	0	16	0,0	16	0	0,0	100,0
Curvelo	6	5	11	45,5	7	4	36,4	116,7
Diamantina	6	5	11	45,5	7	4	36,4	116,7
Itabira	17	3	20	15,0	17	3	15,0	100,0
Jacuí	10	3	13	23,1	10	3	23,1	100,0
Januária	1	4	5	80,0	2	3	60,0	200,0

118 A tabela a seguir apresenta o balanço dos mapas recebidos e por receber pela Secretaria de Governo, discriminados em *Mappa demonstrativo do numero de Engenhos, em que se fabrica agoardente, Lojas de Fazenda seca, Armazens, e Tavernas, existentes na Provincia de Minas Geraes, e dos Impostos estabelecidos nos §§ 5º e 6º do Artigo 2º da Lei Provincial Nº 49* (APM, SPPP1/6, caixa 9, documento 50). Embora não esteja datado, são inequívocos os indícios de que o balanço da Secretaria de Governo refere-se aos Mapas de 1836. Conquanto o imposto incidente sobre as unidades produtoras do destilado e sobre os estabelecimentos comerciais tenha vigido por quase 50 anos, somente foi localizado conjunto significativo de documentos referente ao primeiro ano de cobrança. Assim, pode-se dizer que os Mapas de 1836 remanescentes são consistentes com o *Mappa demonstrativo*.

Tabela 21 – Distribuição municipal dos Mapas de 1836 recebidos e por receber pela Secretaria de Governo e localizados e não localizados no Arquivo Público Mineiro

(conclusão)

Municípios	"Numero dos Mappas existentes na Secretaria"	"Ditos que faltão"	Total	% de mapas "que faltão" em relação ao total	Número de mapas localizados	Número de mapas não localizados	% de mapas não localizados em relação ao total	% de mapas localizados em relação aos existentes "na Secretaria"
Lavras	10	1	11	9,1	10	1	9,1	100,0
Mariana	23	10	33	30,3	23	10	30,3	100,0
Minas Novas	13	8	21	38,1	9	12	57,1	69,2
Montes Claros	4	8	12	66,7	2	10	83,3	50,0
Ouro Preto	16	2	18	11,1	14	4	22,2	87,5
Paracatu	2	4	6	66,7	3	3	50,0	150,0
Pitangui	13	5	18	27,8	13	5	27,8	100,0
Pouso Alegre	6	4	10	40,0	5	5	50,0	83,3
Queluz	14	3	17	17,6	14	3	17,6	100,0
Rio Pardo	8	0	8	0,0	8	0	0,0	100,0
Rio Pomba	10	4	14	28,6	10	4	28,6	100,0
Sabará	28	6	34	17,6	28	6	17,6	100,0
São João del-Rei	13	3	16	18,8	12	4	25,0	92,3
São José del-Rei	14	2	16	12,5	13	3	18,8	92,9
São Romão	3	1	4	25,0	2	2	50,0	66,7
Tamanduá	16	2	18	11,1	12	6	33,3	75,0
Uberaba	2	1	3	33,3	3	0	0,0	150,0
Vila do Príncipe	11	10	21	47,6	11	10	47,6	100,0
Minas Gerais	309	107	416	25,7	297	119	28,6	96,1

Fonte: Arquivo Público Mineiro: Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836, SPPP1/6, várias caixas.

Nota: No balanço da Secretaria de Governo, não foi relacionado o número de mapas "que faltão" para o município de Uberaba. Neste caso, considerou-se o número de distritos da Estimativa 1831-35, com o conseqüente lançamento da falta de um mapa para Uberaba.

No balanço da Secretaria de Governo (duas primeiras colunas), observa-se que dos dez municípios em que faltavam mapas para um terço ou mais de seus distritos, nove localizavam-se no norte ou extremo oeste de Minas Gerais. Por outro lado, dos 18 municípios em que faltava menos de um terço dos distritos, 16 localizavam-se no centro e sul da província. O quadro é praticamente o mesmo quando se focalizam os mapas remanescentes. Com um terço ou mais são 11 municípios, sendo que nove coincidem com o balanço da Secretaria; com menos de um terço são 17, coincidindo 16. Estas evidências confirmam a tendência de que os municípios/distritos distantes da capital provincial estavam mais sujeitos àqueles fatores que resultavam na não-elaboração local dos mapas ou não-recebimento dos mesmos na Secretaria do Governo.

Parece razoável supor que a distância em relação à sede do governo provincial fosse uma determinante no atendimento de solicitações oficiais em geral e não particular ao caso dos Mapas de 1836.

O cotejo entre os dados da Secretaria de Governo e os dos mapas remanescentes evidencia alteração no balanço que apontava a falta de um quarto dos documentos solicitados. Para seis municípios, o confronto entre o número de mapas remanescentes e o número recebido pela Secretaria atesta a entrada de

novos documentos. Pelo menos sete novos mapas chegaram a Ouro Preto depois da elaboração do balanço. O mesmo cotejo também revela não-sobrevivência de mapas referentes a dez municípios. No mínimo 19 mapas perderam-se entre o balanço da década de 1830 e os primeiros anos do século XXI. Para os demais 12 municípios, o número de mapas remanescentes é exatamente o mesmo do balanço da Secretaria, sendo impossível saber se referentes aos mesmos distritos.

Considerada a população dos distritos é ainda melhor a representatividade dos Mapas de 1836. As circunscrições administrativas com documentação remanescente respondiam por quase que 80% da população provincial. Embora permaneçam as variações regionais de representatividade, para dez regiões, o percentual para o tamanho da população dos distritos com mapas é maior do que o respectivo percentual para o número de distritos com mapas. A avaliação da representatividade tendo por base o tamanho da população reitera aquela determinante geográfica.

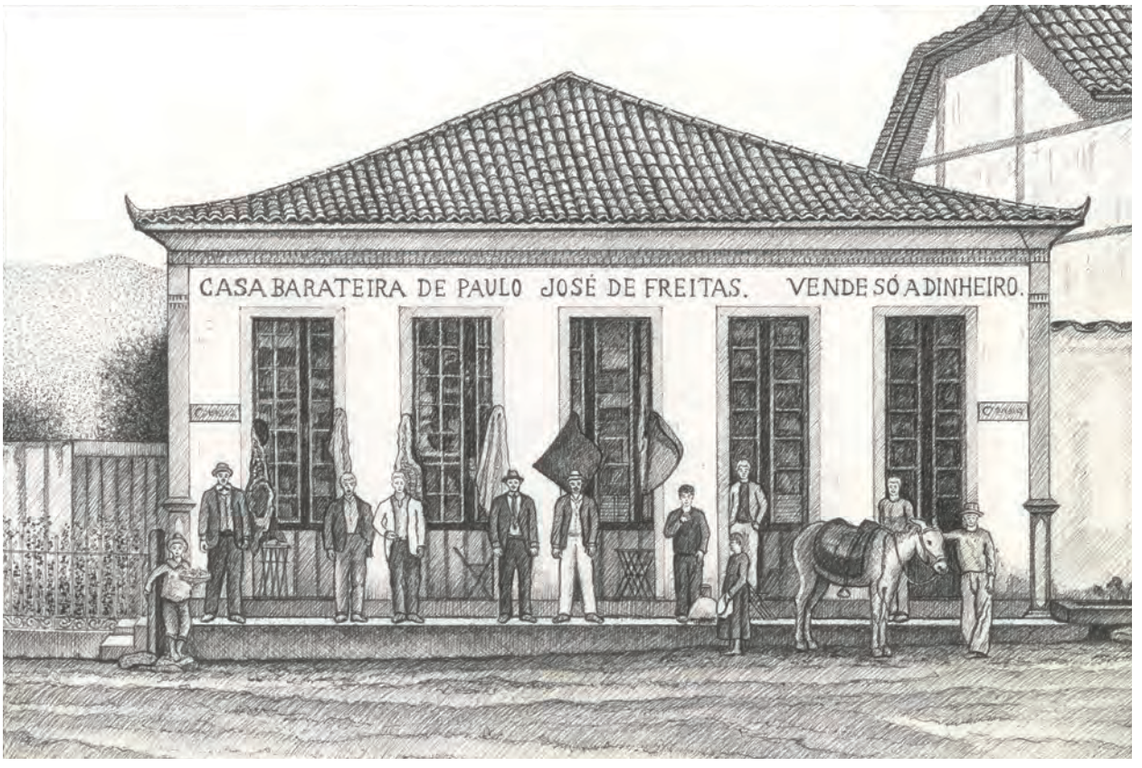
São duas as constatações que sintetizam a avaliação da representatividade regional dos Mapas de 1836. No conjunto, a documentação remanescente é satisfatoriamente representativa e na apreciação regional destacaram-se pronunciadas variações. Apenas a região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco apresenta representatividade seguramente comprometida e, como decorrência, a exigir atenção especial na utilização dos dados. Em situação intermediária estão as regiões de Araxá, Paracatu e Sertão, que, embora apresentem números relativos em torno de 50% para as duas variáveis analisadas (número de distritos e tamanho da população), merecem também alguma atenção.



Venda em Recife. RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca no Brasil* (1835). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

3

O complexo mercantil da província de Minas Gerais



Casa Barateira de Paulo José de Freitas. São João Del Rei. Fotografia de André Bello (1907). Acervo iconográfico do Arquivo Público Mineiro (notação: NCS-149). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

3 – O complexo mercantil da província de Minas Gerais

> *As Vendas Ex.^{mo} Snr. a maior parte dellas os seus fundos são muito deminutos, e vendas há, que o seu fundo não chega a déz mil reis, e se os donos das mesmas se propom a tal modo de vida, hé porque não tem meios para outro arranjo, e por isso querem ver se por este meio terão alguma ventura para sustentar suas familias; e quaes são emdigentes na Rellação V. Ex.^{a} verá, pois vão com notta* (Silvestre Albino da Fonceca, juiz de paz da vila de São José del-Rei, 1836. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 48).

> *Acha-se á venda na caza de negocio de Albino da Costa Guimarães e C.^{a}, com hospedaria no largo do Rozario, os seguintes objectos: um bom e muito commodo fugão de ferro, uma porção de cal branca; bem como talharim superior por preço de 560 rs. á libra, letria fina preço de 560 rs. á libra, camarões preço de 500 rs. á libra, mantega ingleza superior, preço de 1$280 á libra, vinho Lisboa, e passas etc., etc., tudo por preços muito rasoaveis* (*O Bom Senso*, Ouro Preto, 22/10/1855, nº 356. Hemeroteca Pública Estadual, JOP 09).

Na paisagem mercantil da província de Minas Gerais, salientava-se diversidade a permitir que vendas "deminutas" que mal sustentavam seus proprietários e famílias, cingindo-os a existência de "emdigentes", convivessem com casa de negócio associada a "hospedaria" e que comercializava produtos importados, como "mantega ingleza superior". Conquanto na segunda seção, quando da apresentação e crítica dos Mapas de 1836, tenham despontado os primeiros subsídios na direção da confirmação de conhecimentos históricos estabelecidos ou do vislumbre de evidências relativas a campos de investigação pouco ou ainda por explorar, considera-se que nesta terceira seção encontram-se as contribuições essenciais do núcleo temático comércio provincial.

Nas primeira e segunda seções, os desenvolvimentos atinentes às atividades mercantis sobrelevaram: 1. a especificidade da evolução histórica do comércio de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, notadamente a presença de permanências que perduraram às transformações que se processaram na economia mineira na segunda metade do Setecentos e início do Oitocentos; 2. a pronunciada diferenciação interna ao setor, sobretudo expressa na heterogênea composição dos agentes, empresas e formas mercantis; 3. as determinações sobre o comércio dos contrastes internos a Minas Gerais, especialmente nos níveis de complexidade e dinamismo das atividades mercantis regionais.

A subseção 3.1 fundamenta-se em larga base empírica quantitativa e busca apreender alguns atributos estatisticamente mensuráveis do comércio e dos comerciantes de Minas Gerais na década de 1830. Fontes censitárias e fiscais permitem exploração incisiva de variados aspectos da identidade dos agentes e empresas mercantis segmentados segundo as esferas de atuação: circulação ou comercialização. Consideradas múltiplas variáveis econômicas e sociodemográficas e ponderadas as determinações decorrentes de diferenciados níveis de desenvolvimento regional e de centralidade urbana, objetiva-se a composição de quadro a ressaltar a complexidade e diversidade do comércio provincial.

Informações preponderantemente impressionistas, recolhidas em relatos de viajantes estrangeiros, compõem a base empírica da subseção 3.2. A antologia de extratos coletada na literatura de viagem contempla não poucos aspectos da dinâmica comercial que dificilmente suportariam mensuração estatística. Considerada a pouca atenção despertada em outros observadores contemporâneos, é improvável que as impressões de estrangeiros sobre o comércio provincial possam ser substituídas por outras fontes históricas coevas. Sobressai imagem de atividades mercantis cingidas por eclética composição dos agentes comerciais, mercado consumidor desconcentrado, intricada e dinâmica circulação de mercadorias em capilarizada rede de caminhos, heterogêneos padrões de consumo, variadas formas de comércio e pronunciadas diferenças regionais de preços em realidade de mercado interno incipientemente integrado.

Se em geral as impressões do estrangeiro suprem a ausência do olhar sobre si mesmo, no caso de atividades que pressupunham a reiteração ou inovação de padrões de reprodução social mediados pelo mercado, apresenta-se a alternativa de o conhecimento também se estruturar em auto-imagem que se

moldava a interesses e conveniências necessários ao êxito profissional. Em outra antologia, os anúncios de jornais, para além de robustecer com novas informações aspectos contemplados pelos depoimentos dos viajantes estrangeiros, incorporam dados sobre a dinâmica mercantil vinculados a auto-representação dos negociantes, sobretudo as formas de exercício profissional e as relações com os consumidores. Assim, na subseção 3.3 são ressaltados os significados da identificação dos estabelecimentos, mormente a forte associação com os nomes dos proprietários, a diferenciação mercantil que engendrava casas de negócio especializadas, a origem das mercadorias e o padrão empório dominante, os sistemas de vendas como estratégias de convencimento, os múltiplos recursos de publicidade e a vigência de concorrência entre estabelecimentos de mercados urbanos crescentemente complexos.

Articular os resultados essenciais das três subseções precedentes e estabelecer as conexões fundamentais com os desenvolvimentos das primeiras duas seções são os objetivos primordiais das últimas considerações que fecham essa terceira seção. Trata-se de uma síntese que busca evidenciar traços estruturais condicionadores do evolver do setor mercantil de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, que destaca importantes atributos conformadores da identidade de agentes e empresas comerciais no Oitocentos, que sobreleva a dinâmica mercantil em variadas manifestações das práticas comerciais e que ressalta contrastes regionais a imprimir diferenciadas configurações no desenvolvimento do setor mercantil mineiro do Dezenove.

3.1 – Negociantes e tropeiros em um território de contrastes[114]

José Gonçalves Moreira; branco; 60 anos; casado; *lavrador, mineiro, criador, negociante com tropa no caminho do R. J. e juiz suplente de paz;* chefe do fogo 69 da lista nominativa do *Distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo, filial da Freguesia de Santa Bárbara, Termo de Caeté, Comarca de Sabará,* elaborada em 8 de novembro de 1831. (Censo de 1831-32. Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 12, documento 3).

Joana Caetana; negra mina; 40 anos; viúva; *fiadeira e de negócio de molhados;* chefe do fogo 11 do primeiro quarteirão da lista nominativa dos distritos de *Itacambira, Brejo das Almas, Cabeceira do Rio Verde, Olhos D´Água,* município do Rio Pardo, elaborada em 1 de março de 1832. (Censo de 1831-32. Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 4, documento 5).

Joaquim Francisco de Souza; pardo; 70 anos; casado; *negócio de venda, gêneros da terra;* chefe do fogo 159 da lista nominativa do *Distrito da Matriz de Santa Luzia,* município de Sabará, elaborada em 25 de novembro de 1831. (Censo de 1831-32. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 35, documento 19).

Entre as fontes históricas pertinentes ao Oitocentos mineiro, o Censo de 1831-32 é, muito provavelmente, o mais vasto repositório de Josés, Joanas, Joaquins e centenas de outros antropônimos. Imprescindível universo de dados para os objetivos da pesquisa, sobretudo quando associados aos Mapas de 1836, o Censo de 1831-32 responde pela principal base empírica dessa subseção. Conquanto nos desenvolvimentos subseqüentes a opção é sempre pelos traços estatisticamente relevantes, registra-se em epígrafe três exemplos a lembrar que, por detrás dos números explorados em múltiplas combinações e segundo diversos ângulos de abordagem, estão homens e mulheres com individualidades inconfundíveis, ainda que protagonistas de uma história aparentemente única e com um mesmo sentido.

A longevidade do debate sobre a natureza da formação econômica da província de Minas Gerais é índice da complexidade do processo de transição da forma de organização da economia do ouro até a constituição de uma outra estrutura produtiva no Oitocentos. A contenda principal gravita em torno do caráter dessa estrutura produtiva e dos padrões de relacionamento comerciais internos e externos[115]. Em assim sendo, no setor mercantil está a chave para o deslindamento dessa pendência historiográfica. Não que se queira acreditar na possibilidade do estabelecimento de consenso definitivo e absoluto, tarefa inalcançável em matéria de conhecimento histórico. Mas sim, na desejável consolidação de empiricamente bem sustentados caminhos interpretativos, passaportes para a superação de quadro ainda excessivamente movediço.

A presente subseção, assim como as duas subseções seguintes, intenta incorporar subsídios que possam colaborar para a reversão desse quadro de incertezas, sobretudo se comparada a exigüidade do que se conhece da estrutura e dinâmica do comércio mineiro provincial[116] aos progressos alcançados para o Setecentos. Se não são tão poucos os estudos regionais[117], ainda que concentrados no exame de elites mercantis, raras e panorâmicas são as investigações que abarcaram todo o território mineiro[118].

---

114 O texto da primeira parte da subseção 3.1 é versão revista e adaptada de *Negociantes e tropeiros em um território de contrastes, o setor comercial de Minas Gerais no século XIX* (Godoy, Rodarte e Paiva, 2003).

115 São três, fundamentalmente, os modelos disponíveis para o entendimento do caráter da economia mineira oitocentista: Martins (1982); Slenes (1985); Paiva (1996).

116 "Poder-se-á lembrar que não dedicamos um capítulo ao estudo do comércio, dos preços, do capital e dos salários, bem como à política do trabalho, com as suas complexidades – assuntos que ocupam largo espaço nos livros modernos de política econômica. Quanto à primeira parte, a falta de material suficiente para o seu esclarecimento é que nos impediu o seu estudo" (Iglésias, 1958: 60). A admissão de Iglésias da impossibilidade de estudo do comércio com base nos relatórios de presidentes de província é bastante reveladora das dificuldades que enfrentam aqueles que se debruçam sobre o tema. Trata-se de campo de investigação que nem mesmo as autoridades máximas da província consideraram com atenção proporcional a sua importância.

117 Dentre esses, destacam-se o pioneiro trabalho de Alcir Lenharo (1979) e o mais recente estudo de Afonso de Alencastro Graça Filho (1998).

118 Salvo omissão, trata-se de apenas duas iniciativas: Rodarte (1995); Paiva (1996).

Os tópicos iniciais da primeira parte dessa subseção são destinados à apresentação das fontes e procedimentos metodológicos. Na seqüência, os tópicos voltados para a exposição e análise dos resultados, na seguinte ordem: atributos sociodemográficos dos comerciantes; atributos sociodemográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões; atributos sociodemográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos de paz; características dos domicílios dos comerciantes; estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais; estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais; negociantes dos Mapas de 1836 reconstituídos no Censo de 1831-32, outras variáveis para o estudo de atributos sociodemográficos e características dos domicílios. Por último, resumo dos principais resultados.

A segunda parte dessa subseção responde pela apresentação e análise dos resultados referentes às informações regularmente contempladas nos Mapas de 1836, portanto passíveis de tratamento estatístico: número de casas de negócio, composição por sexo dos negociantes, localização dos estabelecimentos comerciais, tipos de casas de negócio e modalidades de mercadorias comercializadas. Com esses resultados, completa-se a análise dos dados dos Mapas de 1836, iniciada na subseção 2.2, referente ao comércio provincial.

As atividades mercantis na década de 1830, um estudo exploratório com base em fontes censitárias e fiscais

Nesta parte, afere-se a posição relativa da população em atividades comerciais. São traçadas as características sociodemográficas dos comerciantes, em geral, e de negociantes e tropeiros, em particular. Dentre os variados elementos que conferiam identidade ao comércio em relação aos outros setores ocupacionais, são destacados as características da participação feminina em atividades mercantis, o nível de associação entre comércio e escravismo, a formação e maturidade profissional, as perspectivas socioeconômicas de acesso à atividade comercial e as relações entre ciclo vital, formação profissional e acumulação de capital para ingresso em atividades mercantis.

Também se dimensiona a posição relativa da população em atividades comerciais segundo o desenvolvimento regional e a centralidade urbana. Perscrutam-se os atributos dos agentes mercantis segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões e o nível de centralidade dos distritos. Estabelece-se associação entre desenvolvimento regional e centralidade urbana e as características das atividades comerciais.

Na seqüência, adentra-se no domicílio, nas unidades econômicas com comerciantes. São coligidos novos dados a conferir identidade ao comércio ante os demais setores ocupacionais. Nunca se descura das especificidades das esferas do comércio: circulação e comercialização. São segmentados os fogos segundo a posição relativa das atividades comerciais. Estudam-se a posse de escravos, índice de acumulação mercantil, e o nível de associação entre comércio e escravismo. Examinam-se a estrutura ocupacional, especialmente a posição relativa das atividades mercantis na unidade econômica, e as características da associação do comércio com outras atividades.

Por fim, com a incorporação das variáveis "localização espacial", "tipo de estabelecimento" e "mercadoria comercializada", empreende-se nova rodada de estudo das características sociodemográficas dos comerciantes e de suas unidades domiciliares.

As fontes: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836

O Censo de 1831-32, organizado sob a forma de "listas nominativas de habitantes", é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional para o período provincial mineiro, além de ser o maior conjunto de informações nominais de natureza censitária remanescente para o período imperial brasileiro.

As unidades espaciais de informação do Censo de 1831-32 eram os "distritos de paz", divididos em "fogos" ou famílias. Foram relacionados para cada indivíduo recenseado o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação socioeconômica foram informados para parcela da população. A representatividade e cobertura das listas remanescentes de 1831-32 são bastante satisfatórias, compreendem aproximadamente 55% da população e distritos então existentes em Minas Gerais[119].

Documentação fiscal, os *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836* conformam as mais extensas e detalhadas relações nominais de proprietários de engenhos de cana e estabelecimentos comerciais do Oitocentos mineiro, assim como, provavelmente, as fontes com maiores cobertura espacial e número de informantes para o estudo dos setores canavieiro e comércio estabelecido do período imperial brasileiro.

Como referido na subseção 2.2, para os engenhos foram informados regularmente o nome e sobrenome dos engenheiros bem como a força motriz dos equipamentos de moagem. Para as casas de negócio, foram relacionados com regularidade o nome e sobrenome dos negociantes, localização espacial do estabelecimento, tipo de casa de negócio e mercadorias comercializadas. Além dessas informações, os responsáveis pelos Mapas de 1836 acrescentaram, de forma irregular, uma miríade de informações não solicitadas. A representatividade e cobertura dos Mapas de 1836 remanescentes são excepcionais, abarcam aproximadamente 71% dos distritos e a população correspondente supera 76%.

A informação de ocupação no Censo de 1831-32

A diversidade, complexidade e cobertura da informação de ocupação do Censo de 1831-32 demandam redobrada preocupação metodológica. O desafio de entender o significado e classificar as ocupações normalmente é atendido pelos pesquisadores. Mensurar a qualidade da informação de ocupação e definir metodologia para o tratamento da não-informação de ocupação, conquanto indispensáveis à utilização criteriosa e segura da documentação, freqüentemente são negligenciadas pelos investigadores.

Não avaliar a qualidade e não considerar a cobertura dessa variável sociodemográfica e econômica, problemas superpostos, podem conduzir o usuário do Censo de 1831-32, assim como de outros censos nominais do período, a resultados tanto mais distorcidos quanto menor for a unidade espacial analisada. O fato de a informação de ocupação alcançar aproximadamente 40% da população recenseada em 1831-32 impõe o estudo da não-informação de ocupação. É imperioso conhecer as características da população não coberta e ponderar o impacto dessa altíssima omissão na estrutura ocupacional. Entretanto, para além de entender o sentido da não-informação, faz-se necessário mensurar a qualidade da informação de ocupação.

Com o propósito de conhecer as características da população sem dados ocupacionais e a qualidade da informação de ocupação, foi desenvolvida metodologia para a classificação das listas nominativas. Tendo por base múltiplos critérios – que contemplaram a maior parte das variáveis do Censo de 1831-32 –, estabeleceu-se escala de pontuação que permitiu aferir a posição relativa de cada lista. Assim, foi possível recortar o Censo de 1831-32 e constituir amostra composta de listas em que a informação de ocupação não somente é abrangente, mas também de boa qualidade. A amostra foi elaborada debaixo de rigorosa avaliação de cobertura espacial e representatividade[120] (Godoy, 2003).

Entre sinônimos, variantes vocabulares, ocupações simples e associadas foram relacionadas milhares de designações em 1831-32. Sistematizadas e classificadas, as ocupações foram reunidas em mais de 800 unidades ocupacionais. Para o estudo da estrutura ocupacional, procedeu-se a setorização desse

119 Apresentação detalhada do Censo de 1831-32 encontra-se em Paiva (1996: 54-75).

120 A amostra é composta de 60 distritos, ou 24,8% das listas remanescentes para 1831-32, e 113.903 indivíduos, ou 27,9% da população total. Da amostra, foram excluídas 28.470 crianças de 0 a 9 anos, ou 25%. A não-informação para esse segmento da população é de 92,2%, contra 17,4% para a população acima de 9 anos.

amplo universo de ocupações (Godoy, 2003). No quadro seguinte, estão relacionados os setores e respectivos subsetores.

Quadro 8 – Classificação das ocupações do Censo de 1831-32 em setores e subsetores

Setores e subsetores	Setores e subsetores
AGROPECUÁRIA	SERVIÇO DOMÉSTICO
Agricultura	FUNÇÕES PÚBLICAS
Agroindústria	Civis
Pecuária	Militares
Atividades agrícolas em geral	Igreja
MINERAÇÃO	OUTROS SETORES
ATIVIDADES MANUAIS E MECÂNICAS	Extrativismo
Artífices em madeira	Assalariados
Artífices em metais	Controle do trabalho escravo
Artífices em couros e peles	Educação
Artífices em barro	Saúde
Artífices em fibras	Transportes
Artífices em fiação e tecelagem	Outras atividades
Artífices em tecidos	DESOCUPADOS
Artífices em edificações	Deficientes, enfermos e idosos
Outros artífices	Indigentes
COMÉRCIO	Sem ocupação
Comércio fixo	ASSOCIAÇÕES OCUPACIONAIS
Comércio de tropas	

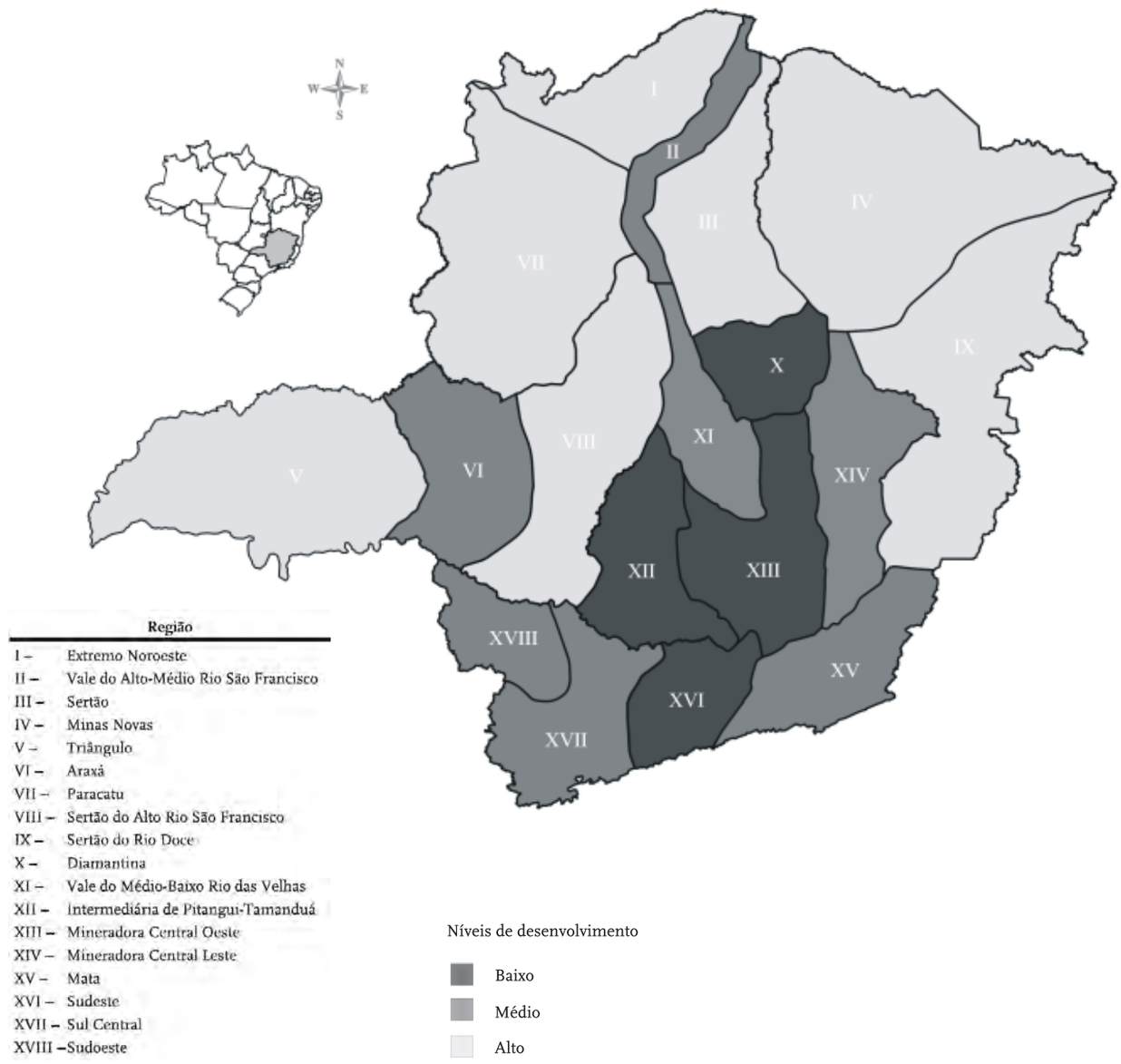
Para os resultados que incluem a variável ocupação foram definidos os setores agropecuária, mineração, atividades manuais e mecânicas e comércio. Os demais restam reunidos na categoria outros setores, inclusive serviço doméstico, funções públicas, desocupados e associações ocupacionais. Apenas para o comércio são apresentados regularmente os resultados para os subsetores fixo (esfera da comercialização), que inclui ambulantes urbanos, e de tropas (esfera da circulação).

Para o estudo da estrutura ocupacional, são apresentados quase todos os setores, excetuadas as funções públicas e associações ocupacionais, que foram incluídas na categoria outros setores. Além dos subsetores do comércio, são destacados alguns subsetores das atividades manuais e mecânicas. Os setores assalariados, educação e transportes também são apresentados como categorias separadas.

O espaço: regionalização da província de Minas Gerais, níveis de desenvolvimento econômico das regiões e níveis de centralidade urbana

A proposta de regionalização adotada foi elaborada exclusivamente com base na percepção do espaço de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Como referido na seção 1, a divisão do espaço de Minas Gerais em 18 regiões fundamentou-se na combinação ou relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos. Embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996).

A classificação das regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico estruturou-se na mensuração da importância da dinâmica da produção e comércio internos às unidades regionais articulada com a avaliação da expressão provincial das regiões. Assim, a determinação do nível de desenvolvimento econômico estruturou-se na combinação da magnitude regional com a posição relativa na economia provincial. Como categorias analíticas, foram propostos três níveis de desenvolvimento econômico: baixo, médio e alto (Paiva, 1996: 113-127).



Mapa 12 – Regionalização da província de Minas Gerais

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

O estudo da rede urbana da província de Minas Gerais no século XIX realizou-se com base em duas teorias da economia regional: a dos lugares centrais e a de sistemas de cidades. O emprego do método *Ward* de análise de *cluster*, utilizando dados de profissão extraídos de documentos censitários das décadas de 1830 (censos de 1831-32 e 1838-40) e 1870 (Censo do Império de 1872), permitiu apontar a conformação da rede urbana nesses dois períodos. A análise de *cluster* possibilitou construir, para cada período, quatro grupamentos hierárquicos de localidades segundo as *funções centrais* que detinham (níveis de centralidade), ou seja, pela concentração de atividades indicativas de localidades centrais, caracterizadas pela maior densidade econômico-urbana e área de influência (Rodarte, 1999).

Atributos sociodemográficos dos comerciantes

No princípio da década de 1830, dos grandes setores ocupacionais de Minas Gerais, o comércio era o que menos empregava (2,9%), superado, inclusive, pela mineração, que experimentava longo processo de retração. Para cada indivíduo ocupado em atividades comerciais, correspondiam, aproximadamente, 13 na agropecuária e 14 em atividades manuais e mecânicas.

Duas hipóteses talvez expliquem a pouca expressão relativa do setor comercial de Minas como empregador:

1. a escassez de meio circulante[121], larga vigência de escambo[122] e a ubiqüidade da produção de gêneros básicos de subsistência[123] combinavam-se para restringir as oportunidades do pequeno comércio, cuja renda provavelmente encontrava-se próxima dos limites da subsistência; conformava-se, assim, forte desestímulo, senão impedimento, à entrada de novos indivíduos nas pequenas atividades comerciais, dada a necessidade de concorrer por restrito mercado;
2. no caso do grande comércio, que respondia por mercadorias importadas (aquelas que ultrapassavam a pauta produtiva local e/ou regional), a perspectiva de entrada no setor e apurar elevada renda estava franqueada apenas a indivíduos com capital suficiente para constituição e manu-

121 A historiografia mineira dos períodos colonial e imperial considera o arrolamento de dívidas ativas em inventários, particularmente de comerciantes, um índice da escassez de meio circulante em Minas Gerais. "A presença de grandes valores em dívida ativa fora freqüente nos inventários dos grandes negociantes sanjoanenses até fins do Império, podendo ser visto como uma evidência da restrição de numerário em Minas" (Graça Filho, 1998: 84). Considerada a situação de São João del-Rei, talvez o principal centro mercantil da província, pode-se aquilatar qual não era a situação do conjunto de Minas Gerais. Ver subseção 1.2.

122 Em 1875, de passagem por Januária, o mais importante centro urbano da região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, James Wells observou o quanto era generalizada a prática de escambo no interior do país. "Há ainda as lojas do sapateiro, do funileiro, do alfaiate e outros negócios de uma cidade pequena. Muitas transações são efetuadas na praia macia e lamacenta e consistem em grande parte de escambo, como em quase todas as cidades do interior do Brasil" (Wells, 1995: 314 - vol. 1). Ver subseção 3.2.

123 "As atividades agropecuárias e os correspondentes setores de beneficiamento e transformação, voltados preferencialmente para o atendimento do mercado interno da província, estavam disseminados por quase todo o território, ainda que mais desenvolvidos em algumas regiões ou sub-regiões. A semi-especialização na produção de gêneros básicos de abastecimento estava orientada, em geral, para suprir regiões ou sub-regiões que não conseguiam atender com recursos próprios a suas necessidades, na maior parte das vezes em função de restrições naturais que impediam ou tornavam pouco produtivo o cultivo de determinados gêneros, como o algodão importado de Minas Novas e da Mineradora Central Leste pela Mineradora Central Oeste, ou que tinham sua economia por demais centrada na produção de um ou mais gêneros específicos para exportação, com insuficiente auto-abastecimento de gêneros básicos, como os víveres importados de Minas Novas e Mineradora Central Leste pela região Diamantina" (Paiva e Godoy, 2001: 498). Ver subseção 1.2.

tenção de grande estabelecimento; poucos tinham acesso à rede de crédito[124], à inserção em circuitos comerciais de longa distância e conexões com agentes e representantes na cidade do Rio de Janeiro[125], origem da grande maioria das mercadorias importadas pelas casas de negócio de Minas Gerais.

Na mais populosa província do Império, o capital mercantil tendia à desconcentração espacial, embora vincado por pronunciados contrastes regionais e reduzida capacidade relativa de criação de oportunidades econômicas *vis-à-vis* outros setores ocupacionais.

De cada três indivíduos ocupados no comércio provincial, dois estavam na esfera da comercialização e um na da circulação. Essa relação confirma a desconcentração espacial e de capital do setor e a decorrente necessidade de avultado número de agentes na circulação mercantil. Eram, aproximadamente, 18 comerciantes, entre estabelecidos e em tropa, para cada mil habitantes, incluída a população com menos de 10 anos. Algo em torno de um comerciante para cada 50 habitantes.

A distribuição da população empregada por setor segundo a condição social evidencia certa proporcionalidade entre a participação de livres e escravos. A agropecuária e as atividades manuais e mecânicas respondiam pelos maiores contingentes absolutos e relativos de livres e cativos, embora as atividades agrícolas fossem muito mais escravistas (45,3%) do que o artesanato (21,2%). A mineração e comércio perfaziam os menores contingentes absolutos e relativos de livres e escravos, conquanto a extração mineral fosse a menor empregadora de indivíduos livres e o mais escravista dos setores (68,9%) e o comércio, ao contrário, o maior empregador relativo de livres (88,9%) e o menos escravista dos setores[126].

Entretanto, o comércio de tropa apresentava expressiva participação de escravos (30,3%)[127] e o comércio estabelecido era atividade praticamente exclusiva de indivíduos livres (97,2%). Os dados sugerem que era inconveniente o emprego de cativos em transações que envolviam dinheiro, possível reflexo da precariedade dos procedimentos contábeis da maior parte das casas de negócio. Também parece correto supor que as atividades do comércio estabelecido fossem relativamente menos exigentes de trabalho que pressupusesse considerável dispêndio de esforço físico. Ao contrário, nas casas de negócio de médio e, principalmente, grande porte é quase certo que fosse imprescindível a presença de específica categoria ocupacional: assalariado regular, detentor de conhecimentos incomuns e capaz de desempenhar atividades

124 Assim se referiu Iglésias à questão do crédito em Minas Gerais no século XIX: "O problema do crédito não encontrou pronta solução, pois Minas não contou com estabelecimentos bancários senão nos últimos anos. Para alguns presidentes essa falta constituiu motivo de cuidados. (...) O crédito territorial era reconhecido como necessidade, principalmente por causa da falta de espírito associativo. Sob o ângulo histórico, a questão é bem desconhecida na época da província. Mesmo sem casas especiais, adequadas ao serviço, sabe-se que sempre houve movimento de empréstimo, ainda na capitania. Impunha-se então uma figura que permanecerá no Império e até na República – a do agiota ou onzenário, muito compreensível em região com dificuldades financeiras de toda ordem. As operações de crédito e de câmbio eram comuns nas cidades mineiras (...) Lembraríamos, enfim, que a parte de Minas mais desenvolvida e de melhor comércio – a Zona da Mata e o Sul – mantinha ligações íntimas com a província fluminense e com a Corte, que contavam com inúmeros e sólidos estabelecimentos bancários. O mineiro que mais usava o crédito, pelo contato freqüente com esses centros, pelos negócios comuns, aí fazia suas operações. Já devia ser quase regra para pessoas de certa categoria a visita ao Rio, que o mineiro ainda hoje não despreza. Quanto aos outros, prejudicavam-se na província, sem possibilidade de ampliação de sua modesta vida econômica, sem o aumento de perspectivas que as facilidades de crédito podem proporcionar" (Iglésias, 1958: 193-195). Ver subseção 1.2.

125 As ligações comerciais de São João del-Rei com a cidade do Rio de Janeiro evidenciavam o quanto deveria ser difícil a inserção independente no mercado de importação ante as vantagens relativas que gozava a elite mercantil de Minas na Corte. "Os grandes negociantes, além de seus estabelecimentos em São João del-Rei, fundaram casas com parentes e filhos na Corte com o propósito de facilitar a intermediação entre as duas regiões, evitando o atravessador carioca. As casas localizadas no Rio de Janeiro recebiam os produtos mineiros e enviavam as mercadorias importadas, as chamadas fazendas secas e molhadas" (Graça Filho, 1998: 95). Ver subseção 1.2.

126 Em censo de Vila Rica, para 1804, de 191 indivíduos listados no comércio, apenas 15 eram escravos, ou 7,9% (Costa e Luna, 1982: 77).

127 Dados recolhidos em documentação de registros indicaram proporção de escravos em tropa bastante próxima da apurada no Censo de 1831-32. Em 1829, de 439 empregados na circulação, 153 (34,7%) eram escravos (Lenharo, 1979: 97-98). Ver subseção 1.2.

relativamente sofisticadas como, por exemplo, a escrituração da contabilidade do estabelecimento. Esse profissional também poderia ser recrutado entre os familiares do comerciante e sua presença tanto mais necessária se fazia quanto menos constante fosse o comparecimento do proprietário[128].

A significativa presença de escravos na circulação reforça a tese da interdição da presença de cativos em atividades que pressupunham o trato direto e regular com dinheiro. Nas tropas, os escravos respondiam pelos cotidianos trabalhos de condução e cuidado dos animais, carregamento e descarregamento das mercadorias nos ranchos e outras tarefas diárias[129]. Portanto, tarefas que exigiam considerável dispêndio de esforço físico. O desempenho dessas atividades, muitas das vezes com trabalhadores livres ombreando com escravos, tendia a estar sob direta supervisão dos arrieiros responsáveis e/ou proprietários das tropas.

Tabela 22 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Agropecuária	14.089	30,3	54,7	11.686	48,7	45,3	25.775	36,6	100,0
Mineração	728	1,6	31,1	1.615	6,7	68,9	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	22.822	49,1	78,8	6.146	25,6	21,2	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.800	3,9	88,9	225	0,9	11,1	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.374	3,0	97,2	40	0,2	2,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	426	0,9	69,7	185	0,8	30,3	611	0,9	100,0
Outros setores	7.034	15,1	62,0	4.316	18,0	38,0	11.350	16,1	100,0
Total	46.473	100,0	66,0	23.988	100,0	34,0	70.461	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Excetuadas as atividades manuais e mecânicas, os principais setores ocupacionais caracterizavam-se por acentuado predomínio de homens na composição segundo o sexo. O amplo contingente de fiadeiras, tecedeiras, costureiras e rendeiras explica o elevado percentual de mulheres entre os artífices (76,2%). Em Minas Gerais, aproximadamente dois terços dos homens estavam engajados em atividades agrícolas e por volta de três quartos das mulheres empregavam-se em atividades artesanais. Considerados apenas os indivíduos cativos, nota-se que a mineração ainda era importante empregadora de escravos do sexo masculino (10%).

128 No século XVIII, parece ter sido comum o recurso a funcionários assalariados no comércio, ao menos nos grandes estabelecimentos. "O caixeiro deveria ser de interira confiança do senhor, representando seus interesses em sua ausência. Normalmente, eram recrutados de forma corporativa entre familiares mais pobres, ou compadres" (Furtado, 1999: 252).

129 Os relatos de viagem do Oitocentos são pródigos em descrições da forma de se viajar e dos estabelecimentos de estrada de Minas Gerais. As tropas foram objeto de incontáveis observações, desde a composição social dos tropeiros aos mais comezinhos aspectos da rotina diária. "O nº 2 é o rancho, que representa o *traveller's bungalow*, mas ao qual faltam o catre, a cadeira e a mesa. Essencialmente, é um telheiro comprido, tendo, às vezes, na frente, uma varanda de postes de madeira ou colunas de tijolo, e, outras vezes, com paredes externas e mesmo com compartimentos internos, formados de taipa, isto é, armações de madeira cheias de barro. Ali, os tropeiros descarregam os animais, que são soltos no pasto, enquanto seus donos acendem uma fogueira, penduram um caldeirão, à moda cigana, em um tripé de paus, estendem no chão, para servir de cama, os couros que servem para proteger as cargas, e fazem uma espécie de biombo com as selas, cangalhas e jacás. Um poeta brasileiro descreve o rancho: 'E por grupos apinhados, em seu centro estão arreios, sacos, couros e bruacas' (Bacharel Teixeira). Só mesmo um tropeiro conseguiria dormir em tais lugares: formigam, por toda parte, terríveis insetos parasitos que penetram na carne e fazem seu lar entre as unhas das pessoas" (Burton, 1976: 100-101). Ver subseção 3.2.

Entre os homens livres o comércio alcançava a mais alta participação relativa (6,9%), quase a metade do número relativo de artífices e mais do que o dobro de mineradores na mesma categoria. O comércio de Minas Gerais era atividade eminentemente masculina[130] e desempenhada por indivíduos livres[131].

As mulheres estavam praticamente restritas ao comércio estabelecido. Confirma-se, assim, a histórica presença feminina no comércio, notadamente urbano. Às mulheres, provavelmente, cabia parte do pequeno comércio de víveres e aguardente, o segmento menos capitalizado e rentável do setor[132]. Entre os escravos no comércio fixo, dois terços eram mulheres, provavelmente ambulantes[133] e pequenas vendeiras[134]. O caráter do trabalho nas tropas interditava a participação de mulheres. Ao requisito de força física para o desempenho das atividades, somava-se a itinerância a tornar inconveniente para a mulher, sobretudo livre, o convívio íntimo que os ranchos de beira de estrada impunham[135].

---

130 Dados do referido censo de Vila Rica indicaram que entre os 191 indivíduos listados no comércio, 81 eram mulheres, ou 42,4% (Costa e Luna, 1982:77). A elevada participação feminina no comércio de Ouro Preto provavelmente era reflexo da secular presença de mulheres nos principais centros urbanos da capitania.

131 No século XVIII, a participação das mulheres em atividades mercantis estava praticamente restrita ao pequeno comércio. Com base em universo relativamente pequeno de inventários e testamentos, constatou-se que a elite mercantil de Ouro Preto, Sabará e Mariana era composta em sua grande maioria por homens (92,7%). Os resultados do estudo de devassas eclesiásticas mostraram que os homens respondiam por todos os comerciantes que testemunhavam e, entre os réus que tinham atividades comerciais, as mulheres perfaziam parcela minoritária (20%). Em censo da comarca do Serro do Frio, de 1736, a maior parte das vendas (80%) era propriedade de mulheres. "Os setores mais lucrativos do comércio mineiro encontravam-se, então, praticamente nas mãos de homens ou de suas viúvas; já as mulheres escravas e forras dominavam os setores marginais do pequeno comércio de comestíveis e bebidas" (Furtado, 1999: 236-237). Ver subseção 1.2.

132 Embora persistam divergências quanto à extensão da participação de mulheres no comércio setecentista, é consensual o reconhecimento da importância da presença feminina no pequeno comércio urbano. "Neste sentido, sendo o pequeno comércio atividade essencialmente feminina nas Minas Gerais durante o século XVIII – assim como em outras regiões coloniais da América Portuguesa –, o presente capítulo se ocupa desta modalidade de participação social, envolvendo mulheres pobres de variada cor e condição na função de vendeiras (executando transações comerciais em pequenos estabelecimentos fixos) ou na de 'negras de tabuleiro' (estas responsáveis pelo comércio ambulante)" (Figueiredo, 1993: 33). Com base em documentação fiscal de Vila Rica e Vila do Carmo (Mariana), para vários anos do século XVIII, constatou-se o vigoroso crescimento da participação feminina no pequeno comércio. De 190 vendas na vila e freguesias de Vila Rica, em 1716, as mulheres respondiam por 5,3%; em 1773, para o mesmo espaço, eram 697 vendas, destas cabiam às mulheres 69,2%. Em Mariana, observou-se evolução semelhante, de 376 vendas na vila e freguesias, em 1725, pertenciam a mulheres 6,9%; em 1796, para o mesmo espaço, eram 417 vendas, sendo que as mulheres eram proprietárias de 60,9%. Na base desse crescimento da participação feminina no pequeno comércio estava o aumento da população feminina da capitania e a expansão das alforrias como resultado da crise da mineração (Figueiredo, 1993: 55-56). Ver subseção 1.2.

133 "Responsável pela distribuição de gêneros de consumo ligeiro, o comércio ambulante também representou papel importante no abastecimento das populações mineiras. (...) Era ocupado predominantemente por mulheres pobres que mereceram a denominação genérica já referida de 'negras de tabuleiro' nos infindáveis documentos oficiais que se encarregavam de sua repressão nas Minas Gerais. Negras ou mulatas, forras ou escravas, vendiam variados gêneros comestíveis, tais como pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, banana, fumo e bebidas" (Figueiredo, 1993: 42). Ver subseção 1.2.

134 O comércio estabelecido aos cuidados de escravos é fenômeno que remonta ao Setecentos. "Usualmente os comerciantes abriam vendas nos morros e deixavam o negócio ser administrado por escravas, pagando aos senhores jornais por seu serviço e, assim, viviam livremente sem o controle dos senhores, ou também podiam ser negras forras as proprietárias desses estabelecimentos" (Furtado, 1999: 256).

135 Enquanto no século XIX a participação de mulheres escravas em tropas era nula e as tropeiras livres não alcançavam sequer 1% dos casos, para o século XVIII, a presença feminina na circulação era um pouco mais expressiva. Somadas as mulheres que passaram por seis registros fiscais na segunda metade do Setecentos, a participação feminina perfazia 2%. "Um número reduzido, mas constante, de mulheres também freqüentava os postos fiscais conduzindo mercadorias. Elas nunca eram encarregadas e transportavam suas próprias cargas. Mesmo quando eram provenientes de fazendas pertencentes a grandes produtores, elas comercializavam por conta própria, o que nos faz deduzir tratar-se de agregadas. Eram mulheres brancas, pardas ou negras forras. Transportavam gêneros diversos em carregamentos – se comparados com os demais – médios ou pequenos, podendo viajar sozinhas ou acompanhadas. A atividade destas mulheres é muito semelhante à dos tropeiros devido às características dos carregamentos" (Chaves, 1999: 116-117).

Tabela 23 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Livres									
Agropecuária	12.670	55,0	89,9	1.418	6,0	10,1	14.089	30,3	100,0
Mineração	662	2,9	90,9	66	0,3	9,1	728	1,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.445	15,0	15,1	19.377	82,6	84,9	22.822	49,1	100,0
Comércio	1.600	6,9	88,9	200	0,9	11,1	1.800	3,9	100,0
Comércio fixo	1.177	5,1	85,7	197	0,8	14,3	1.374	3,0	100,0
Comércio tropa	423	1,8	99,3	3	0,0	0,7	426	0,9	100,0
Outros setores	4.650	20,2	66,1	2.384	10,2	33,9	7.034	15,1	100,0
Total	23.027	100,0	49,5	23.445	100,0	50,4	46.473	100,0	100,0
Escravos									
Agropecuária	10.947	72,7	93,7	737	8,3	6,3	11.686	48,7	100,0
Mineração	1.503	10,0	93,1	112	1,3	6,9	1.615	6,7	100,0
Atividades manuais e mecânicas	858	5,7	14,0	5.288	59,2	86,0	6.146	25,6	100,0
Comércio	199	1,3	88,4	26	0,3	11,6	225	0,9	100,0
Comércio fixo	14	0,1	35,0	26	0,3	65,0	40	0,2	100,0
Comércio tropa	185	1,2	100,0	0	0,0	0,0	185	0,8	100,0
Outros setores	1.553	10,3	36,0	2.763	31,0	64,0	4.316	18,0	100,0
Total	15.060	100,0	62,8	8.926	100,0	37,2	23.988	100,0	100,0
População total									
Agropecuária	23.617	62,0	91,6	2.155	6,7	8,4	25.775	36,6	100,0
Mineração	2.165	5,7	92,4	178	0,5	7,6	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.303	11,3	14,9	24.665	76,2	85,1	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.799	4,7	88,8	226	0,7	11,2	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.191	3,1	84,2	223	0,7	15,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	608	1,6	99,5	3	0,0	0,5	611	0,9	100,0
Outros setores	6.203	16,3	54,7	5.147	15,9	45,3	11.350	16,1	100,0
Total	38.087	100,0	54,1	32.371	100,0	45,9	70.461	100,0	100,0

(*) Inclui três casos de não-informação de sexo.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

As atividades manuais e mecânicas eram as maiores empregadoras de crianças entre os grandes setores. A relativamente precoce iniciação profissional no artesanato explica-se pela menor exigência de dispêndio de força física e pequena complexidade de determinadas tarefas. O comércio era o menor empregador de crianças. A iniciação profissional em atividades mercantis tendia a realizar-se mais tarde talvez pela exigência, no caso das casas de negócio, de atributos intelectuais e maturidade para assumir responsabilidade por mister que envolvia regular contato com dinheiro, assim como, no caso das tropas, vigor para o desempenho de tarefas que implicavam em grande dispêndio de esforço físico. Na faixa idade produtiva I, observa-se equilíbrio entre os setores, embora o comércio apresente o menor número relativo. Na faixa que, muito provavelmente, se encontrava acima da expectativa média de vida da população de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, o comércio respondia por destacado número relativo. Na idade produtiva II, a freqüência de comerciantes era por volta de 30% maior do que na agropecuária e mineração e 40% mais elevada do que nas atividades manuais e mecânicas. À iniciação profissional relativamente tardia, somava-se, provavelmente, a exigência da formação de capital para a entrada no setor. O acúmulo de pecúlio em outras atividades devia ser condição para o ingresso no comércio. Entre os idosos, destaca-se a mineração, talvez decorrência do elevado número de indivíduos que buscava na faiscação de ouro precário recurso de sobrevivência.

A distribuição de negociantes e tropeiros[136] pelas grandes faixas revela importante distinção na composição etária dos comércios fixo e de tropa. Enquanto dois terços dos tropeiros concentravam-se na faixa idade produtiva I – seguramente aquela que reunia os indivíduos na plenitude do vigor físico –, mais da metade dos negociantes distribuíam-se pelas faixas idade produtiva II e idosos, reiterando a tese de que a entrada no setor pressupunha acumulação prévia. A tendência de maior absorção de indivíduos jovens por parte do comércio de tropa decorria da menor complexidade dos trabalhos concernentes ao transporte de mercadorias, da exigência de responsabilidade relativamente menor, da presença de permanente supervisão por parte dos proprietários de tropa e/ou de seus prepostos e da mencionada maior necessidade de dispêndio de esforço físico. O comércio fixo, ao contrário, tendia a absorver indivíduos mais maduros, portanto aptos a assumir maiores responsabilidades e que, provavelmente, poderiam trabalhar sem supervisão. O caráter coletivo do trabalho em tropa permitia o aprendizado no próprio transcurso das viagens, com os neófitos debaixo de regular acompanhamento e assumindo funções menos complexas.

A distribuição relativa da população livre pelas grandes faixas etárias pouco diverge da distribuição da população total, salvo o caso da mineração. Quase dois terços dos indivíduos livres em extração mineral estavam na terceira e quarta faixas. Entre os idosos, o número relativo da mineração era por volta de 75% maior do que o da agropecuária, 120% mais alto do que o do comércio e 180% superior ao das atividades manuais e mecânicas. Portanto, forte indício da importância da faiscação em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

É essencialmente a mesma a distribuição relativa da população escrava pelas grandes faixas etárias se comparada com a da população total. Entretanto, para todos os setores observa-se a maior participação relativa na faixa idade produtiva I e menor nas duas últimas faixas. A vigorosa importação de escravos – seletiva quanto à idade – e a menor expectativa de vida da população cativa em face da livre estão na base dessa concentração na segunda faixa.

136 A designação negociante será utilizada exclusivamente para os casos que remetem ao comércio fixo ou estabelecido, em oposição ao vocábulo tropeiro, associado ao comércio de tropas. Para as duas formas de comércio, tratadas conjuntamente, utilizar-se-á comerciante.

Tabela 24 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e faixa etária, Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Crianças 10 a 14 anos		Idade produtiva I 15 a 34 anos		Idade produtiva II 35 a 59 anos		Idosos 60 anos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Livres										
Agropecuária	1.356	9,6	6.470	45,9	4.728	33,6	1.535	10,9	14.089	100,0
Mineração	36	4,9	255	35,0	297	40,8	140	19,2	728	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.964	13,0	11.620	50,9	6.662	29,2	1.576	6,9	22.822	100,0
Comércio	63	3,5	854	47,4	729	40,5	154	8,6	1.800	100,0
Comércio fixo	43	3,1	571	41,6	617	44,9	143	10,4	1.374	100,0
Comércio tropa	20	4,7	283	66,4	112	26,3	11	2,6	426	100,0
Outros setores	1.220	17,3	3.031	43,1	1.978	28,1	805	11,4	7.034	100,0
Total	5.639	12,1	22.230	47,8	14.394	31,0	4.210	9,1	46.473	100,0
Escravos										
Agropecuária	1.140	9,8	7.053	60,4	2.862	24,5	631	5,4	11.686	100,0
Mineração	119	7,4	995	61,6	414	25,6	87	5,4	1.615	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.090	17,7	3.715	60,4	1.182	19,2	159	2,6	6.146	100,0
Comércio	7	3,1	161	71,6	50	22,2	7	3,1	225	100,0
Comércio fixo	2	5,0	26	65,0	9	22,5	3	7,5	40	100,0
Comércio tropa	5	2,7	135	73,0	41	22,2	4	2,2	185	100,0
Outros setores	420	9,7	2.411	55,9	1.277	29,6	208	4,8	4.316	100,0
Total	2.776	11,6	14.335	59,8	5.785	24,1	1.092	4,6	23.988	100,0
População total										
Agropecuária	2.496	9,7	13.523	52,5	7.590	29,4	2.166	8,4	25.775	100,0
Mineração	155	6,6	1.250	53,4	711	30,3	227	9,7	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.054	14,0	15.335	52,9	7.844	27,1	1.735	6,0	28.968	100,0
Comércio	70	3,5	1.015	50,1	779	38,5	161	8,0	2.025	100,0
Comércio fixo	45	3,2	597	42,2	626	44,3	146	10,3	1.414	100,0
Comércio tropa	25	4,1	418	68,4	153	25,0	15	2,5	611	100,0
Outros setores	1.640	14,4	5.442	47,9	3.255	28,7	1.013	8,9	11.350	100,0
Total	8.415	11,9	36.565	51,9	20.179	28,6	5.302	7,5	70.461	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A idade média dos indivíduos empregados no comércio era a mais elevada entre os principais setores ocupacionais (35,7), decorrência da referida tendência de ingresso relativamente tardio nas atividades mercantis. As mulheres respondiam pela maior parte da diferença entre a média total do comércio e a dos demais setores. Para além da necessidade de acumulação de capital para entrada no setor, no caso das comerciantes somava-se o fenômeno universal de ascensão feminina à chefia dos domicílios através da viuvez (Godoy, 2000b).

Para os escravos, observa-se reduzidas diferenças entre as idades médias para os setores, excetuada a participação feminina no comércio (33,8). A destacada posição nas atividades mercantis talvez decorresse da histórica presença da mulher escrava no pequeno comércio estabelecido e ambulante. No caso das médias para os livres ganha evidência a mineração, que respondia pelas maiores idades médias para homens e mulheres, muito provavelmente como decorrência da importância da faiscação no século XIX.

Segmentado, o comércio fixo apresentava idades médias superiores ao comércio de tropa[137], confirmando aquelas diferenças observadas no tocante à distribuição pelas faixas etárias. As médias de negociantes e tropeiros eram bem menos divergentes para escravos do que para livres.

Tabela 25 – Idade média da população por setor ocupacional, condição e sexo, Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agropecuária	33,7	43,8	34,7	29,8	29,9	29,8	31,9	39,0	32,5
Mineração	40,2	46,8	40,8	30,1	28,0	29,9	33,2	35,0	33,3
Atividades manuais e mecânicas	35,8	30,4	31,2	28,9	25,6	26,1	34,5	29,3	30,1
Comércio	35,4	45,3	36,5	28,5	33,8	29,1	34,6	44,0	35,7
Comércio fixo	37,4	45,4	38,5	24,6	33,8	30,5	37,2	44,1	38,3
Comércio tropa	29,9	38,7	30,0	28,8	—	28,8	29,6	38,7	29,6
Outros setores	30,5	37,2	32,8	29,1	31,5	30,7	30,2	34,2	32,0
Total	33,7	32,0	32,9	29,7	27,9	29,0	32,1	30,9	31,5

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A presença de indivíduos brancos no comércio não encontrava paralelo nos demais setores (44,5%), evidência de restrições econômicas e sociais ao acesso às atividades mercantis de Minas Gerais. Também era expressivo o contingente de mestiços no comércio, somente inferior ao das atividades manuais e mecânicas. O comércio, pequeno empregador de escravos, apresentava a menor participação relativa de crioulos somados a africanos (16,1%) entre os grandes setores ocupacionais. Esse perfil diverge diametralmente do observado para a mineração. Na extração mineral, o contingente de brancos e mestiços alcançava apenas 18,7%. Quanto mais pronunciada a dependência de trabalho escravo, mais elevada era a participação relativa de africanos e crioulos (Paiva, 1996: 99).

137 Com base na referida documentação de registros fiscais de fronteira, Alcir Lenharo anotou impressão sobre a idade dos tropeiros: "pelo que pude levantar, ocorre uma incidência maior de tropeiros de 20 a 25 anos de idade" (Lenharo, 1979: 95). A percepção subjetiva do autor não diverge de forma significativa da idade média verificada para homens livres e escravos em tropas (29,9 e 28,8).

Focalizada apenas a população livre, constata-se a pequena importância relativa de crioulos somados a africanos em todos os setores, excetuada a mineração. No caso dos africanos livres, portanto necessariamente alforriados, o número relativo da extração mineral era de 400 a 800% maior do que o observado para os demais setores. As evidências são de que a faiscação de ouro se constituía em importante opção de sobrevivência para os ex-escravos do setor.

Apreciada somente a população escrava, percebe-se certa simetria entre os setores na composição segundo a cor/origem, excetuadas as atividades manuais e mecânicas. Apenas entre os artífices, o percentual de crioulos superava o de africanos, além da participação relativa de mestiços ser muito maior do que nos demais setores ocupacionais. A elevada presença de crioulos e mestiços pode indiciar maior necessidade de indivíduos aculturados no processo de formação profissional em atividades manuais e mecânicas. Por outro lado, na agropecuária, mineração e comércio (de tropa) preponderava a exigência de indivíduos fisicamente mais vigorosos, passando a segundo plano a necessidade de escravos aculturados.

Segmentado o comércio, percebe-se que brancos e mestiços respondiam por mais de 90% dos negociantes e crioulos e africanos respondiam por mais de um terço dos tropeiros. É provável que a maior presença de brancos nas casas de negócio resultasse da combinação da histórica participação de portugueses no setor[138] com as elevadas possibilidades de acumulação no grande comércio. O maior contingente de crioulos e africanos nas tropas explica-se pela necessidade de trabalho escravo, especialmente nas grandes caravanas de muares.

Tabela 26 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e cor/origem, Minas Gerais, 1831-32

(continua)

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Livres										
Agropecuária	6.494	46,1	985	7,0	237	1,7	6.309	44,8	14.089	100,0
Mineração	116	15,9	274	37,6	64	8,8	263	36,1	728	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.662	33,6	3.005	13,2	239	1,0	11.886	52,1	22.822	100,0
Comércio	902	50,1	97	5,4	23	1,3	768	42,7	1.800	100,0
Comércio fixo	715	52,0	61	4,4	19	1,4	569	41,4	1.374	100,0
Comércio tropa	187	43,9	36	8,5	4	0,9	199	46,7	426	100,0
Outros setores	2.010	28,6	1.169	16,6	190	2,7	3.624	51,5	7.034	100,0
Total	17.184	37,0	5.530	11,9	753	1,6	22.850	49,2	46.473	100,0

138 Com base no mesmo universo de inventários, testamentos e devassas eclesiásticas anteriormente referidos, constataram-se o largo predomínio de portugueses (79,6%) e a pequena participação de brasileiros (11,6%) entre os comerciantes. "Nas Minas setecentistas, havia uma predominância de portugueses no trato mercantil, tendência que permanecerá na Corte até meados do século XIX. Como os portugueses dominavam o comércio fixo de lojas e por grosso, isso indicava que as fatias mais lucrativas dos negócios estavam nas suas mãos, que compunham a elite mercantil estabelecida nas Minas" (Furtado, 1999: 237). Também estruturado em informações recolhidas em inventários, neste caso para o século XIX, apurou-se que, dos 31 maiores comerciantes de São João del-Rei, para 23 foi informada a nacionalidade, destes 11 (47,8%) eram portugueses (Graça Filho, 1998: 104). Ver subseção 1.2.

Tabela 26 – Distribuição da população por setor ocupacional, condição e cor/origem, Minas Gerais, 1831-32

(conclusão)

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravos										
Agropecuária			3.750	32,1	7.165	61,3	765	6,5	11.686	100,0
Mineração			351	21,7	1.205	74,6	59	3,7	1.615	100,0
Atividades manuais e mecânicas			3.275	53,3	1.845	30,0	1.022	16,6	6.146	100,0
Comércio			62	27,6	144	64,0	19	8,4	225	100,0
Comércio fixo			16	40,0	20	50,0	4	10,0	40	100,0
Comércio tropa			46	24,9	124	67,0	15	8,1	185	100,0
Outros setores			1.999	46,3	1.892	43,8	424	9,8	4.316	100,0
Total			9.437	39,3	12.251	51,1	2.289	9,5	23.988	100,0
População total										
Agropecuária	6.494	25,2	4.735	18,4	7.402	28,7	7.074	27,4	25.775	100,0
Mineração	116	5,0	625	26,7	1.269	54,2	322	13,7	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.662	26,4	6.280	21,7	2.084	7,2	12.908	44,6	28.968	100,0
Comércio	902	44,5	159	7,9	167	8,2	787	38,9	2.025	100,0
Comércio fixo	715	50,6	77	5,4	39	2,8	573	40,5	1.414	100,0
Comércio tropa	187	30,6	82	13,4	128	20,9	214	35,0	611	100,0
Outros setores	2.010	17,7	3.168	27,9	2.082	18,3	4.048	35,7	11.350	100,0
Total	17.184	24,4	14.967	21,2	13.004	18,5	25.139	35,7	70.461	100,0

(*) Inclui 167 casos de não-informação de cor/origem.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

As anteriormente comentadas elevadas idades médias e participações relativas de indivíduos livres e brancos no comércio elucidam a maior proporção de casados nas atividades mercantis *vis-à-vis* os demais principais setores ocupacionais de Minas Gerais. No século XIX, a possibilidade de contração de matrimônio estava fortemente condicionada pela condição social e cor/origem dos indivíduos.

Em sintonia com esses condicionantes, as idades médias mais baixas e a maior participação de escravos nas tropas esclarecem o menor percentual de indivíduos casados entre os tropeiros frente os negociantes. Além disso, também é preciso considerar a existência de distinções espaciais no exercício das atividades mercantis. Enquanto o negociante tendia a se fixar e criar raízes, facilitando a adoção de vínculo matrimonial, o tropeiro passava a maior parte do tempo nas estradas, muitas vezes em viagens de longo curso, dificultando ou retardando a fixação, criação de vínculos afetivos duradouros e contração de matrimônio[139].

139 Também no século XVIII, os comerciantes de tropas tendiam a não ser casados. "Eram geralmente solteiros, o que facilitava sua itinerância, mas dava-lhes a posição de desenraizados" (Furtado, 1999: 268).

Tabela 27 – Distribuição da população por setor ocupacional e estado conjugal, Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Solteiro		Casado		Viúvo		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agropecuária	14.766	57,3	9.444	36,6	1.033	4,0	25.775	100,0
Mineração	1.758	75,0	447	19,1	60	2,6	2.343	100,0
Atividades manuais e mecânicas	15.924	55,0	10.611	36,6	1.673	5,8	28.968	100,0
Comércio	968	47,8	922	45,5	109	5,4	2.025	100,0
Comércio fixo	565	40,0	731	51,7	100	7,1	1.414	100,0
Comércio tropa	403	66,0	191	31,3	9	1,5	611	100,0
Outros setores	7.089	62,5	3.033	26,7	475	4,2	11.350	100,0
Total	40.505	57,5	24.457	34,7	3.350	4,8	70.461	100,0

(*) Inclui 2.149 casos de não-informação do estado conjugal.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Atributos sociodemográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões[140]

Quanto mais elevado era o nível de desenvolvimento econômico das regiões de Minas Gerais maior o dinamismo das atividades mercantis. As regiões com NDE baixo respondiam por 14% da população provincial e apenas 5,6% dos indivíduos empregados no comércio. As regiões com NDE médio perfaziam 35,5% da população e percentual semelhante para o comércio (31,7%). As regiões com NDE alto compreendiam metade da população (50,5%) e quase dois terços dos indivíduos em atividades mercantis (62,7%).

A participação relativa do comércio na estrutura ocupacional era 50% maior nas regiões com NDE alto em relação às com NDE médio (3,6% e 2,4%) e quase duas vezes maior em relação às com NDE baixo (3,6% e 1,3%). O número de comerciantes por mil habitantes decrescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo (22,1%, 15,9% e 7,1%). Algo em torno de um negociante para cada 45 habitantes nas regiões com NDE alto, um para 65 nas regiões com NDE médio e um para 140 nas regiões com NDE baixo. Essas pronunciadas discrepâncias explicam-se pela interferência regionalmente diferenciada daqueles fatores anteriormente mencionados: escassez de meio circulante, larga vigência de escambo e ubiqüidade da produção de gêneros básicos de subsistência. Portanto, as restrições à expansão das atividades mercantis, notadamente o pequeno comércio, mantinham estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões.

140 "De um modo geral, podemos admitir que a adoção dos 'níveis de desenvolvimento' como categorias analíticas mostrou-se pertinente. As informações dos viajantes revelaram os três grupos de regiões que, apesar das distinções entre seus componentes apresentaram um conjunto mínimo de elementos que as aproximavam. É importante lembrar que o agrupamento foi recurso analítico e não desconsiderou as especificidades de cada região. A caracterização econômica das regiões que integravam cada nível apontou para uma certa divisão do trabalho nos níveis inter e intra-regionais, que se revelou mais intensa quando associada ou relacionada a alguma produção voltada para os mercados externos, ou a núcleos urbanos de regiões tidas como desenvolvidas. Os setores mais dinâmicos da economia eram aqueles voltados para os mercados externos à província. A influência destes setores se espalhava pelos demais segmentos da organização econômica, inclusive pelas áreas vizinhas. Ainda que estes segmentos mantivessem relações independentes dos setores mais dinâmicos, eram as funções complementares e de apoio a estes que explicariam a existência dos setores menos dinâmicos da economia" (Paiva, 1996: 159).

O comércio fixo preponderava nas regiões de todos os níveis de desenvolvimento econômico em relação ao comércio de tropa. Entretanto, o comércio de tropa era muito mais vigoroso nas regiões com NDE alto em face das regiões com NDE médio e baixo (37%, 21,5% e 2,7%). Mais de três quartos dos agentes mercantis de Minas Gerais envolvidos com a circulação de mercadorias eram originários das regiões com NDE alto. A insignificante presença de tropeiros nas regiões com NDE baixo (0,5%) e a relativamente pequena participação nas regiões com NDE médio (22,6%) constituem robusta evidência de que agentes da circulação das regiões com NDE alto (76,9%) controlavam significativa parcela das atividades de importação e exportação das regiões com NDE médio e baixo[141].

Dado o fato anteriormente constatado de que a grande maioria dos escravos em atividades mercantis estava no comércio de tropa e que esses cativos tendiam a concentrar-se nas maiores caravanas de muares, responsáveis pelos fluxos comerciais inter-regionais e interprovinciais, ganha maior consistência a tese de que as regiões com NDE alto controlavam significativa parcela do comércio externo das regiões com NDE médio e baixo. A presença de escravos no comércio era tanto mais expressiva quanto maior o nível de desenvolvimento econômico das regiões (13,3%, 8,6% e 0,9%).

Tabela 28 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE), Minas Gerais, 1831-32

(continua)

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Regiões NDE alto									
Agropecuária	5.344	23,8	45,9	6.296	47,4	54,1	11.640	32,6	100,0
Mineração	634	2,8	38,2	1.024	7,7	61,8	1.658	4,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	12.142	54,2	78,2	3.380	25,5	21,8	15.522	43,5	100,0
Comércio	1.100	4,9	86,7	169	1,3	13,3	1.269	3,6	100,0
Comércio fixo	771	3,4	96,5	28	0,2	3,5	799	2,2	100,0
Comércio tropa	329	1,5	70,0	141	1,1	30,0	470	1,3	100,0
Outros setores	3.188	14,2	57,0	2.404	18,1	43,0	5.592	15,7	100,0
Total	22.408	100,0	62,8	13.273	100,0	37,2	35.681	100,0	100,0

141 Alcir Lenharo analisou o caso particular do controle da circulação exercido por agentes mercantis da porção meridional de Minas, notadamente no âmbito do comércio de gado, e a transferência de excedentes regionais. "Da mesma forma, as grandes propriedades do Sul de Minas apresentavam-se também como estâncias, fazendas intermediárias que, além de se dedicarem à produção, especializavam-se na busca do excedente regional para revendê-lo nos mercados consumidores. Este esquema era responsável pela apropriação da parte mais significativa do excedente produzido regionalmente, ensejando a formação de grandes casas comerciais, até mesmo no Rio de Janeiro, que cresciam auto-sustentadas pelo capital proveniente das fazendas estancieiras" (Lenharo, 1979: 37). Outras conexões mercantis conformavam corredores de exportação em que intermediários controlavam a circulação e retinham a maior parte do lucro. "Nosso estudo mostrou que o maior nível de desenvolvimento estava associado, principalmente, às relações comerciais de Minas com o Rio de Janeiro. No entanto, esta associação nem sempre se dava de forma direta com os locais onde se produzia para exportar. Havia um grupo de comerciantes que intermediava esta relação, na maioria das vezes de forma desfavorável para o produtor. Os viajantes apontam para a presença do comerciante de entreposto, atribuem a este agente econômico um papel dinâmico dentro da sociedade e sugerem-nos que este pode ser o caminho para entender o século XIX mineiro" (Paiva, 1996: 118). Ver subseção 1.2.

Tabela 28 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE), Minas Gerais, 1831-32

(conclusão)

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Regiões NDE médio									
Agropecuária	5.804	33,6	55,9	4.585	49,9	44,1	10.389	39,3	100,0
Mineração	93	0,5	13,6	591	6,4	86,4	684	2,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	8.607	49,9	79,1	2.276	24,8	20,9	10.883	41,1	100,0
Comércio	588	3,4	91,4	55	0,6	8,6	643	2,4	100,0
Comércio fixo	494	2,9	97,8	11	0,1	2,2	505	1,9	100,0
Comércio tropa	94	0,5	68,1	44	0,5	31,9	138	0,5	100,0
Outros setores	2.170	12,6	56,4	1.679	18,3	43,6	3.849	14,6	100,0
Total	17.262	100,0	65,3	9.186	100,0	34,7	26.448	100,0	100,0
Regiões NDE baixo									
Agropecuária	2.941	43,2	78,5	805	52,6	21,5	3.746	45,0	100,0
Mineração	1	0,0	100,0	0	0,0	0,0	1	0,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.073	30,5	80,9	490	32,0	19,1	2.563	30,8	100,0
Comércio	112	1,6	99,1	1	0,1	0,9	113	1,4	100,0
Comércio fixo	109	1,6	99,1	1	0,1	0,9	110	1,3	100,0
Comércio tropa	3	0,0	100,0	0	0,0	0,0	3	0,0	100,0
Outros setores	1.676	24,6	87,8	233	15,2	12,2	1.909	22,9	100,0
Total	6.803	100,0	81,6	1.529	100,0	18,4	8.332	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A participação feminina em atividades comerciais guardava estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões. Quanto maior o dinamismo econômico, mais expressiva a presença de mulheres no comércio. As regiões com NDE médio apresentavam contingente feminino no comércio 29,6% maior do que as com NDE baixo. O número relativo de mulheres em atividades comerciais nas regiões com NDE alto era 35,9% mais elevado do que nas com NDE médio. Enquanto as regiões com NDE médio e baixo respondiam juntas por menos de um terço das comerciantes de Minas Gerais, as regiões com NDE alto perfaziam quase três quartos.

Considerado apenas o comércio fixo, subsetor em que a presença feminina era historicamente importante, mais acentuadas eram as variações entre os níveis de desenvolvimento econômico. O mais pujante processo de urbanização e a mais extensa e complexa rede urbana das regiões com NDE alto (Paiva, 1996: 117) permitiram maior florescimento das atividades mercantis desempenhadas por mulheres. Nas regiões com NDE alto, a participação feminina no comércio estabelecido era 70,4% maior do que nas regiões com NDE médio e 168,5% mais elevada do que nas regiões com NDE baixo.

Tabela 29 – Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE), Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Regiões NDE alto									
Agropecuária	10.975	56,0	94,3	664	4,1	5,7	11.640	32,6	100,0
Mineração	1.496	7,6	90,2	162	1,0	9,8	1.658	4,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.501	12,8	16,1	13.021	81,0	83,9	15.522	43,5	100,0
Comércio	1.110	5,7	87,5	159	1,0	12,5	1.269	3,6	100,0
Comércio fixo	642	3,3	80,4	157	1,0	19,6	799	2,2	100,0
Comércio tropa	468	2,4	99,6	2	0,0	0,4	470	1,3	100,0
Outros setores	3.531	18,0	63,1	2.061	12,8	36,9	5.592	15,7	100,0
Total	19.613	100,0	55,0	16.067	100,0	45,0	35.681	100,0	100,0
Regiões NDE médio									
Agropecuária	9.156	66,2	88,1	1.231	9,8	11,8	10.389	39,3	100,0
Mineração	668	4,8	97,7	16	0,1	2,3	684	2,6	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.433	10,4	13,2	9.450	75,0	86,8	10.883	41,1	100,0
Comércio	584	4,2	90,8	59	0,5	9,2	643	2,4	100,0
Comércio fixo	447	3,2	88,5	58	0,5	11,5	505	1,9	100,0
Comércio tropa	137	1,0	99,3	1	0,0	0,7	138	0,5	100,0
Outros setores	1.997	14,4	51,9	1.852	14,7	48,1	3.849	14,6	100,0
Total	13.838	100,0	52,3	12.608	100,0	47,7	26.448	100,0	100,0
Regiões NDE baixo									
Agropecuária	3.486	75,2	93,1	260	7,0	6,9	3.746	45,0	100,0
Mineração	1	0,0	100,0	0	0,0	0,0	1	0,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	369	8,0	14,4	2.194	59,4	85,6	2.563	30,8	100,0
Comércio	105	2,3	92,9	8	0,2	7,1	113	1,4	100,0
Comércio fixo	102	2,2	92,7	8	0,2	7,3	110	1,3	100,0
Comércio tropa	3	0,1	100,0	0	0,0	0,0	3	0,0	100,0
Outros setores	675	14,6	35,4	1.234	33,4	64,6	1.909	22,9	100,0
Total	4.636	100,0	55,6	3.696	100,0	44,4	8.332	100,0	100,0

(*) Inclui três casos de não-informação de sexo.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A composição dos comerciantes pela cor/origem variava segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões de Minas Gerais. Enquanto a participação de indivíduos brancos no comércio crescia das regiões com NDE alto para as com NDE baixo (40,1%, 51,6% e 54%), movimento oposto observava-se para crioulos somados a africanos: decréscimo das regiões com NDE alto para as com NDE baixo (19,8%, 11% e 3,6%). Essas variações ganham sentido se considerados dois fatores: 1. dado o relativo equilíbrio entre os percentuais de mestiços para todos os níveis de desenvolvimento econômico, quanto maior fosse a pre-

sença de escravos, menor seria a participação de brancos na composição segundo a cor/origem; logo, o anteriormente verificado decréscimo da participação de escravos entre comerciantes das regiões com NDE alto para as com NDE baixo refletia na participação de brancos na composição por cor/origem; 2. o maior vigor do pequeno comércio urbano e de estrada nas regiões com NDE alto em relação às com NDE médio e baixo abria maiores oportunidades para o estabelecimento de diminutas casas de negócio, unidades comerciais acessíveis a indivíduos de poucos recursos, inclusive africanos e crioulos livres.

Tabela 30 – Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, regiões por nível de desenvolvimento econômico (NDE), Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Regiões NDE alto										
Agropecuária	2.377	20,4	2.309	19,8	4.294	36,9	2.604	22,4	11.640	100,0
Mineração	81	4,9	476	28,7	813	49,0	277	16,7	1.658	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.198	20,6	3.888	25,0	1.228	7,9	7.198	46,4	15.522	100,0
Comércio	509	40,1	124	9,8	127	10,0	507	40,0	1.269	100,0
Comércio fixo	369	46,2	56	7,0	29	3,6	343	42,9	799	100,0
Comércio tropa	140	29,8	68	14,5	98	20,9	164	34,9	470	100,0
Outros setores	850	15,2	1.690	30,2	1.293	23,1	1.734	31,0	5.592	100,0
Total	7.015	19,7	8.487	23,8	7.755	21,7	12.320	34,5	35.681	100,0
Regiões NDE médio										
Agropecuária	3.073	29,6	1.823	17,5	2.744	26,4	2.747	26,4	10.389	100,0
Mineração	35	5,1	148	21,6	456	66,7	45	6,6	684	100,0
Atividades manuais e mecânicas	3.603	33,1	1.933	17,8	745	6,8	4.596	42,2	10.883	100,0
Comércio	332	51,6	33	5,1	38	5,9	234	36,4	643	100,0
Comércio fixo	286	56,6	19	3,8	9	1,8	185	36,6	505	100,0
Comércio tropa	46	33,3	14	10,1	29	21,0	49	35,5	138	100,0
Outros setores	754	19,6	1.096	28,5	713	18,5	1.283	33,3	3.849	100,0
Total	7.797	29,5	5.033	19,0	4.696	17,8	8.905	33,7	26.448	100,0
Regiões NDE baixo										
Agropecuária	1.044	27,9	603	16,1	364	9,7	1.723	46,0	3.746	100,0
Mineração		0,0	1	100,0		0,0		0,0	1	100,0
Atividades manuais e mecânicas	861	33,6	459	17,9	111	4,3	1.114	43,5	2.563	100,0
Comércio	61	54,0	2	1,8	2	1,8	46	40,7	113	100,0
Comércio fixo	60	54,5	2	1,8	1	0,9	45	40,9	110	100,0
Comércio tropa	1	33,3		0,0	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Outros setores	406	21,3	382	20,0	76	4,0	1.031	54,0	1.909	100,0
Total	2.372	28,5	1.447	17,4	553	6,6	3.914	47,0	8.332	100,0

(*) Inclui 167 casos de não-informação de cor/origem.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Não foram observadas distinções relevantes na estrutura etária dos comerciantes agrupados em regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico. Constataram-se variações estaticamente pouco expressivas em relação às características gerais válidas para o setor comercial. As diferenças na estrutura etária da população total das regiões agrupadas segundo o nível de desenvolvimento econômico parecem não afetar em grau substantivo o padrão geral da composição por grandes faixas etárias dos indivíduos em atividades mercantis de Minas Gerais. Também para a composição segundo o estado conjugal, não se verificaram distinções estatisticamente relevantes entre os comerciantes agrupados em regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico.

Atributos sociodemográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos de paz

Não era linear a relação entre a proporção de comerciantes na população total e o nível de centralidade, embora nos distritos com NC alto a participação do comércio fosse maior do que nos distritos com NC médio e baixo (3,4%, 2,6% e 3%). A maior expressão da participação relativa das atividades mercantis nos distritos com NC baixo em relação aos com NC médio decorria da mais elevada proporção de tropeiros nas localidades com NC baixo, visto que a participação relativa do comércio estabelecido era mais alta nas localidades com NC médio.

Conquanto fosse semelhante a participação relativa do comércio na estrutura ocupacional dos três níveis de centralidade, são observáveis pronunciadas distinções na composição segundo a natureza das atividades mercantis (circulação ou comercialização). Nos distritos com NC alto, os tropeiros perfaziam apenas 17,5% dos comerciantes; nos com NC médio, respondiam por 27,7%; e, nos distritos com NC baixo, totalizavam 38,6%. Dado que quanto maior o nível de centralidade menor a participação relativa do comércio de tropas, conclui-se que o comércio fixo era índice mais sensível da posição relativa dos distritos na hierarquia de centralidade da província de Minas Gerais.

Sugere-se a hipótese de que parcela considerável dos proprietários de caravanas de muares – tropeiros ou empresários de tropa – tendia a fixar residência em distritos com NC médio e, principalmente, baixo, desde que geograficamente próximos de distritos com NC alto, cujos espaços urbanos coincidiam com a origem e destino dos principais fluxos comerciais, notadamente os de longa distância. À pequena dimensão relativa da área rural e maior concorrência pela utilização da terra que caracterizava os distritos com NC alto, correspondia a maior disponibilidade de pastos para criação de muares nas áreas rurais dos distritos com NC médio e, principalmente, baixo.

A composição dos comerciantes por condição reafirma a posição relativa dos distritos segundo o nível de centralidade. A tendência geral do comércio de tropa empregar mais escravos do que o comércio fixo refletia no maior percentual de cativos nas atividades mercantis dos distritos com NC baixo (11,6%) *vis-à-vis* os distritos com NC médio (9,9%) e na semelhança com relação ao percentual dos distritos com NC alto (12,1%). Entretanto, verifica-se que quanto maior o nível de centralidade mais elevada era a participação relativa de escravos nas casas de negócio (5,6%, 1,9% e 1,7%) e tropas (42,9%, 30,6% e 27,2%). Infere-se que a capacidade e necessidade dos comerciantes de Minas Gerais adquirirem escravos articulavam-se com o nível de centralidade dos distritos em que atuavam.

Aventa-se a hipótese de que nos distritos com NC alto era mais pronunciada a concentração relativa de grandes casas de negócio, com maior número médio de empregados por estabelecimento e decorrente necessidade de trabalho escravo (atividades menos complexas que exigiam maior dispêndio de esforço físico). Também nos distritos com NC alto eram mais amplas as oportunidades de alocar escravos no comércio ambulante urbano ("escravos ao ganho"), assim como maior a concentração relativa de grandes tropas, responsáveis pela circulação em longas distâncias (comércio inter-regional e interprovincial) com elevado emprego relativo de cativos. Nos distritos com NC médio e baixo, eram menores a presença de estabelecimentos comerciais de grande porte e as oportunidades para o comércio ambulante, além de concentrarem as tropas de pequeno e médio porte, responsáveis pela circulação em curtas e médias distâncias (comércio inter-regional e intra-regional) com menor emprego relativo de cativos.

Tabela 31 – Distribuição da população por setor ocupacional e condição, distritos por nível de centralidade (NC), Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Distritos NC alto									
Agropecuária	1.564	18,2	45,9	1.843	33,7	54,1	3.407	24,2	100,0
Mineração	220	2,6	24,2	690	12,6	75,8	910	6,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.934	57,3	78,9	1.320	24,1	21,1	6.254	44,4	100,0
Comércio	421	4,9	87,9	58	1,1	12,1	479	3,4	100,0
Comércio fixo	373	4,3	94,4	22	0,4	5,6	395	2,8	100,0
Comércio tropa	48	0,6	57,1	36	0,7	42,9	84	0,6	100,0
Outros setores	1.466	17	48,4	1.565	28,6	51,6	3.031	21,5	100,0
Total	8.605	100,0	61,1	5.476	100,0	38,9	14.081	100,0	100,0
Distritos NC médio									
Agropecuária	4.795	30,9	61,1	3.059	45,8	38,9	7.854	35,4	100,0
Mineração	302	1,9	38,5	482	7,2	61,5	784	3,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	7.026	45,3	80,3	1.723	25,8	19,7	8.749	39,5	100,0
Comércio	521	3,4	90,1	57	0,9	9,9	578	2,6	100,0
Comércio fixo	410	2,6	98,1	8	0,1	1,9	418	1,9	100,0
Comércio tropa	111	0,7	69,4	49	0,7	30,6	160	0,7	100,0
Outros setores	2.860	18,4	67,9	1.351	20,2	32,1	4.211	19,0	100,0
Total	15.504	100,0	69,9	6.672	100,0	30,1	22.176	100,0	100,0
Distritos NC baixo									
Agropecuária	7.059	34,3	52,2	6.476	57,7	47,8	13.535	42,5	100,0
Mineração	206	1,0	31,7	443	3,9	68,3	649	2,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	10.438	50,7	77,9	2.969	26,4	22,1	13.407	42,1	100,0
Comércio	842	4,1	88,4	110	1,0	11,6	952	3,0	100,0
Comércio fixo	575	2,8	98,3	10	0,1	1,7	585	1,8	100,0
Comércio tropa	267	1,3	72,8	100	0,9	27,2	367	1,2	100,0
Outros setores	2.051	10,0	62,5	1.233	11,0	37,5	3.284	10,3	100,0
Total	20.596	100,0	64,7	11.231	100,0	35,3	31.827	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Ainda que os comerciantes do sexo masculino fossem majoritários em todos os níveis de centralidade, nota-se que a participação relativa das mulheres no comércio era pronunciadamente menor nos distritos com NC baixo (8%). Já a diferença entre o percentual de comerciantes do sexo feminino nos distritos com NC médio (14,7%) em relação aos com NC alto (12,9%) era de pequena expressão. Uma hipótese plausível sustenta-se nas determinações do nível de urbanização relativo dos distritos de Minas Gerais. Considerada a perfeita coincidência entre o nível de centralidade e o grau de urbanização, aventa-se a tese de que, nos distritos com NC baixo, o vigor reduzido do urbano restringia o espaço para o comércio estabelecido, que tendia à concentração, e diminuía as oportunidades para as mulheres, historicamente associadas ao pequeno comércio. Nos distritos com NC médio e alto, portanto com maior grau

de urbanização, mais amplas seriam as oportunidades para as atividades mercantis desempenhadas por mulheres. Essa relação entre grau de urbanização e vigor da participação das mulheres no comércio não era linear. Nos distritos com NC alto, portanto maior pujança relativa do urbano, a presença feminina no comércio reduzia-se em relação aos distritos com NC médio em função da maior incidência de grandes casas de negócio – expressão de concentração mercantil (distinta da vigente nos distritos com NC baixo), que tendiam a reduzir a participação relativa do pequeno comércio (aguardente e molhados).

Tabela 32 – Distribuição da população por setor ocupacional e sexo, distritos por nível de centralidade (NC), Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Homens			Mulheres			Total*		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Distritos NC alto									
Agropecuária	3.064	41,7	89,9	342	5,1	10,0	3.407	24,2	100,0
Mineração	872	11,9	95,8	38	0,6	4,2	910	6,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.216	16,5	19,4	5.038	74,9	80,6	6.254	44,4	100,0
Comércio	417	5,7	87,1	62	0,9	12,9	479	3,4	100,0
Comércio fixo	333	4,5	84,3	62	0,9	15,7	395	2,8	100,0
Comércio tropa	84	1,1	100,0	0	0,0	0,0	84	0,6	100,0
Outros setores	1.781	24,2	58,8	1.250	18,6	41,2	3.031	21,5	100,0
Total	7.350	100,0	52,2	6.730	100,0	47,8	14.081	100,0	100,0
Distritos NC médio									
Agropecuária	7.203	59,3	91,7	650	6,5	8,3	7.854	35,4	100,0
Mineração	709	5,8	90,4	75	0,7	9,6	784	3,5	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.571	12,9	18,0	7.178	71,6	82,0	8.749	39,5	100,0
Comércio	493	4,1	85,3	85	0,8	14,7	578	2,6	100,0
Comércio fixo	336	2,8	80,4	82	0,8	19,6	418	1,9	100,0
Comércio tropa	157	1,3	98,1	3	0,0	1,9	160	0,7	100,0
Outros setores	2.173	17,9	51,6	2.038	20,3	48,4	4.211	19,0	100,0
Total	12.149	100,0	54,8	10.026	100,0	45,2	22.176	100,0	100,0
Distritos NC baixo									
Agropecuária	12.427	71,6	91,8	1.107	7,6	8,2	13.535	42,5	100,0
Mineração	584	3,4	90,0	65	0,4	10,0	649	2,0	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.458	8,4	10,9	11.949	82,6	89,1	13.407	42,1	100,0
Comércio	876	5,0	92,0	76	0,5	8,0	952	3,0	100,0
Comércio fixo	509	2,9	87,0	76	0,5	13,0	585	1,8	100,0
Comércio tropa	367	2,1	100,0	0	0,0	0,0	367	1,2	100,0
Outros setores	2.010	11,6	61,2	1.274	8,8	38,8	3.284	10,3	100,0
Total	17.355	100,0	54,5	14.471	100,0	45,5	31.827	100,0	100,0

(*) Inclui três casos de não-informação de sexo.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Percebe-se estreita correlação entre o nível de centralidade dos distritos de Minas Gerais e a composição dos comerciantes pelas grandes faixas etárias. A participação de crianças no comércio decrescia à medida que diminuía o nível de centralidade (5%, 3,6% e 2,4%). Crianças livres, como atesta a Tabela 24. Provavelmente, quanto maior a centralidade mais elevada a presença relativa de grandes estabelecimentos, aqueles que funcionavam com número dilatado de funcionários e abriam a possibilidade de precoce formação profissional supervisionada. Nessas grandes casas de negócio, devia vigorar incipiente divisão etária do trabalho, com os pequenos caixeiros respondendo por parte das atividades mercantis[142].

A participação de idosos no comércio decrescia à medida que diminuía o nível de centralidade (10,4%, 8,3% e 6,4%). Aventa-se hipótese de dois padrões de reprodução do comércio em Minas Gerais: 1. em grandes centros urbanos (distritos com NC alto e médio), a dilatada dimensão relativa do mercado consumidor abriria maiores possibilidades de expansão do número de estabelecimentos em padrão intrafamiliar – parentes, sobretudo filhos, iniciavam-se na atividade mercantil nos estabelecimentos matrizes e, posteriormente, abriam estabelecimentos próprios subordinados, filiais, ou independentes –; 2. em pequenos centros urbanos (distritos com NC médio e baixo), a reduzida dimensão relativa do mercado consumidor restringiria a possibilidade de expansão no padrão dos grandes centros urbanos e, como conseqüência, comerciantes adultos e idosos eram freqüentemente substituídos por outros adultos, mais jovens, que adentravam tardiamente na atividade. Quanto menores a complexidade e magnitude das atividades comerciais, mais rápida e tardia a habilitação profissional.

Quanto menor fosse o nível de centralidade, maior seria a participação de comerciantes na grande faixa etária idade produtiva I (43,8%, 47,8% e 54,8%). Quanto menor fosse o nível de centralidade, menor seria a participação de comerciantes na grande faixa etária idade produtiva II (40,7%, 40,3% e 36,3%). Esses resultados combinam com as hipóteses apresentadas para crianças e idosos, na medida em que evidenciam a tendência dos comerciantes de pequenos centros urbanos (distritos com NC médio e baixo) em iniciar mais tarde e sair mais cedo das atividades mercantis. Assim como os comerciantes dos grandes centros urbanos (distritos com NC alto e médio) tendiam à iniciação relativamente precoce e maior tempo de permanência em atividades mercantis. Essas ilações permanecem válidas mesmo quando examinado apenas o comércio estabelecido, que empregava reduzidos números absoluto e relativo de escravos, portanto subsetor livre da possível influência que o seletivo tráfico de escravos poderia ocasionar na estrutura etária.

Tabela 33 – Distribuição da população por setor ocupacional e faixa etária, distritos por nível de centralidade (NC), Minas Gerais, 1831-32

(continua)

Setor ocupacional	Crianças 10 a 14 anos		Idade produtiva I 15 a 34 anos		Idade produtiva II 35 a 59 anos		Idosos 60 anos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Distritos NC alto										
Agropecuária	334	9,8	1.699	49,9	1.016	29,8	358	10,5	3.407	100,0
Mineração	66	7,3	525	57,7	255	28,0	64	7,0	910	100,0
Atividades manuais e mecânicas	861	13,8	3.262	52,2	1.710	27,3	421	6,7	6.254	100,0
Comércio	24	5,0	210	43,8	195	40,7	50	10,4	479	100,0
Comércio fixo	21	5,3	153	38,7	175	44,3	46	11,6	395	100,0
Comércio tropa	3	3,6	57	67,9	20	23,8	4	4,8	84	100,0
Outros setores	480	15,8	1.427	47,1	878	29,0	246	8,1	3.031	100,0
Total	1.765	12,5	7.123	50,6	4.054	28,8	1.139	8,1	14.081	100,0

142 No Setecentos, parece ter vigorado a prática de iniciação profissional no interior do próprio estabelecimento comercial. "Entretanto, durante o século XVIII nas Minas, o aprendizado dos negócios continuava a se fazer prioritariamente dentro da própria casa comercial, o que geralmente levava os proprietários a darem a preferência a caixeiros jovens, que iam aos poucos sendo treinados" (Furtado, 1999: 114).

Tabela 33 – Distribuição da população por setor ocupacional e faixa etária, distritos por nível de centralidade (NC), Minas Gerais, 1831-32

(conclusão)

Setor ocupacional	Crianças 10 a 14 anos		Idade produtiva I 15 a 34 anos		Idade produtiva II 35 a 59 anos		Idosos 60 anos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Distritos NC médio										
Agropecuária	743	9,5	4.040	51,4	2.382	30,3	689	8,8	7.854	100,0
Mineração	61	7,8	336	42,9	287	36,6	100	12,8	784	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.195	13,7	4.540	51,9	2.448	28,0	566	6,5	8.749	100,0
Comércio	21	3,6	276	47,8	233	40,3	48	8,3	578	100,0
Comércio fixo	15	3,6	167	40,0	192	45,9	44	10,5	418	100,0
Comércio tropa	6	3,8	109	68,1	41	25,6	4	2,5	160	100,0
Outros setores	645	15,3	2.000	47,5	1.139	27,0	427	10,1	4.211	100,0
Total	2.665	12,0	11.192	50,5	6.489	29,3	1.830	8,3	22.176	100,0
Distritos NC baixo										
Agropecuária	1.314	9,7	7.316	54,1	3.891	28,7	1.014	7,5	13.535	100,0
Mineração	28	4,3	389	59,9	169	26,0	63	9,7	649	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.875	14,0	7.239	54,0	3.587	26,8	706	5,3	13.407	100,0
Comércio	23	2,4	522	54,8	346	36,3	61	6,4	952	100,0
Comércio fixo	7	1,2	270	46,2	254	43,4	54	9,2	585	100,0
Comércio tropa	16	4,4	252	68,7	92	25,1	7	1,9	367	100,0
Outros setores	311	9,5	1.649	50,2	1.024	31,2	300	9,1	3.284	100,0
Total	3.551	11,2	17.115	53,8	9.017	28,3	2.144	6,7	31.827	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A composição por cor/origem dos comerciantes segundo os níveis de centralidade coaduna-se com a hipótese apresentada de que o nível de centralidade correlacionava-se com o grau de urbanização, patamar de concentração das atividades mercantis, vigor do pequeno comércio e participação de mulheres no setor. Desde o século XVIII, mulheres de baixa extração socioeconômica – portanto não-brancas – participavam do pequeno comércio urbano estabelecido e ambulante de Minas Gerais[143].

A participação relativa de comerciantes brancos nos distritos com NC baixo (48,6%) superava a dos distritos com NC médio e alto (39,8% e 42%). Por outro lado, a proporção de comerciantes mestiços nos distritos com NC médio e alto (42% e 41,8%) sobrepujava a dos distritos com NC baixo (35,4%). Sugere-se a hipótese de que essas distinções explicam-se, ao menos em parte, pela maior presença relativa de mulheres no comércio dos distritos com NC médio e alto. Essa tese ganha mais robustez quando examinado o subsetor comércio fixo. Dada a pequena participação de escravos no comércio estabelecido (Ta-

143 O comércio do século XVIII pode ser segmentado em três subsetores: "Existiam, por conseguinte, dois universos distintos de comerciantes nas Minas. Uma camada de homens, brancos e portugueses, dedicados particularmente ao comércio atacadista e varejista, geralmente possuindo estabelecimentos fixos. (...) No outro extremo, estavam os pequenos comerciantes de comestíveis a varejo, estabelecidos em venda e tavernas nos morros e nos serviços minerais. Eram com freqüência mulheres, muitas negras, escravas ou forras. (...) Os comerciantes volantes gravitavam entre os dois mundos, anteriormente apontados. Eram na sua maioria brancos e livres, geralmente submetidos a um grande comerciante, que dava-lhes créditos para comprar mercadorias, ou os colocava a seu serviço, transportando carregações" (Furtado, 1999: 238-239).

bela 22), os negociantes crioulos e africanos nesse subsetor muito provavelmente eram livres e, segundo a hipótese aventada, do sexo feminino. A participação de crioulos somados a africanos no comércio estabelecido dos distritos com NC médio e alto (9,1% e 10,4%) era bem mais significativa do que nos distritos com NC baixo (6,1%).

Tabela 34 – Distribuição da população por setor ocupacional e cor/origem, distritos por nível de centralidade (NC), Minas Gerais, 1831-32

Setor ocupacional	Branco		Crioulo		Africano		Mestiço		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Distritos NC alto										
Agropecuária	655	19,2	861	25,3	1.115	32,7	774	22,7	3.407	100,0
Mineração	41	4,5	188	20,7	571	62,7	110	12,1	910	100,0
Atividades manuais e mecânicas	1.095	17,5	1.628	26,0	452	7,2	3.076	49,2	6.254	100,0
Comércio	201	42,0	45	9,4	31	6,5	200	41,8	479	100,0
Comércio fixo	190	48,1	28	7,1	13	3,3	162	41,0	395	100,0
Comércio tropa	11	13,1	17	20,2	18	21,4	38	45,2	84	100,0
Outros setores	441	14,5	1.016	33,5	748	24,7	825	27,2	3.031	100,0
Total	2.433	17,3	3.738	26,5	2.917	20,7	4.985	35,4	14.081	100,0
Distritos NC médio										
Agropecuária	1.788	22,8	1.489	19,0	1.754	22,3	2.781	35,4	7.854	100,0
Mineração	45	5,7	258	32,9	359	45,8	111	14,2	784	100,0
Atividades manuais e mecânicas	2.207	25,2	1.875	21,4	554	6,3	4.086	46,7	8.749	100,0
Comércio	230	39,8	48	8,3	50	8,7	243	42,0	578	100,0
Comércio fixo	198	47,4	25	6,0	13	3,1	175	41,9	418	100,0
Comércio tropa	32	20,0	23	14,4	37	23,1	68	42,5	160	100,0
Outros setores	715	17,0	1.034	24,6	663	15,7	1.765	41,9	4.211	100,0
Total	4.985	22,5	4.704	21,2	3.380	15,2	8.986	40,5	22.176	100,0
Distritos NC baixo										
Agropecuária	3.787	28,0	2.160	16,0	4.416	32,6	3.149	23,3	13.535	100,0
Mineração	30	4,6	179	27,6	339	52,2	101	15,6	649	100,0
Atividades manuais e mecânicas	4.214	31,4	2.637	19,7	1.064	7,9	5.489	40,9	13.407	100,0
Comércio	463	48,6	65	6,8	86	9,0	337	35,4	952	100,0
Comércio fixo	319	54,5	23	3,9	13	2,2	229	39,1	585	100,0
Comércio tropa	144	39,2	42	11,4	73	19,9	108	29,4	367	100,0
Outros setores	611	18,6	939	28,6	639	19,5	1.094	33,3	3.284	100,0
Total	9.105	28,6	5.980	18,8	6.544	20,6	10.170	32,0	31.827	100,0

(*) Inclui 167 casos de não-informação de cor/origem.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Para a composição segundo o estado conjugal, não foram verificadas distinções estatisticamente relevantes entre os comerciantes agrupados em distritos segundo o nível de centralidade.

Características dos domicílios dos comerciantes

Em primeiro lugar, algumas definições e pressupostos. Os historiadores que utilizam listas nominativas de habitantes como fontes para o estudo do século XIX consideram que o primeiro indivíduo listado no fogo ou domicílio era o chefe e que os demais a ele subordinavam-se, como parentes, agregados e escravos. Essa definição raramente entra em contradição com os dados dos censos nominais oitocentistas, ao menos os de Minas Gerais. Como decorrência, convencionou-se que a ocupação do chefe era a atividade nuclear do domicílio, sendo que as demais ocupações exercidas pelos não-chefes tinham o caráter de subordinadas e associadas ou subsidiárias. Portanto, define-se o setor econômico central do domicílio a partir da ocupação do chefe. Considera-se também que, em listas nominativas, a regra é o fogo ou domicílio coincidir com a unidade de trabalho ou econômica. As exceções tendem a não ter significado estatístico suficiente para comprometer a regra.

Pouco menos de três quintos dos comerciantes chefiavam seus domicílios. Excluídos os escravos em atividades mercantis, os comerciantes chefes eram quase dois terços. Essa elevada proporção evidencia que as atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades de trabalho ou econômicas na qual se inseriam os comerciantes. O percentual de cônjuges dos chefes que também se dedicavam às atividades mercantis era bastante reduzido: apenas 3,6% dos cônjuges dos 803 chefes comerciantes casados foram listados com ocupação comercial. Verifica-se que a mulher tendia muita mais à participação independente em atividades mercantis do que subordinada aos seus cônjuges. Dos 1.170 chefes comerciantes, 133 eram mulheres, quase quatro vezes mais do que os 29 casos de cônjuges comerciantes.

Considerado o comércio nas suas expressões fixo e de tropas, sobressaem importantes distinções. Excluídos os escravos em atividades mercantis, 71,9% dos negociantes chefiavam seus domicílios contra apenas 44,4% dos tropeiros. Assim, constata-se a tendência a maior independência do comércio estabelecido e maior propensão de o comércio de tropas estar subordinado a outras atividades. Conquanto fosse mais expressivo o número de tropeiros livres não-chefes, foi listado um único caso de cônjuge em tropa, ou somente 0,7% dos 143 tropeiros casados, contra 4,4% dos 634 negociantes casados[144]. A itinerância, com todas suas implicações, constituía-se em poderoso fator a afastar mulheres das tropas, sobretudo aquelas de elevada extração socioeconômica. No caso dos filhos, não se observa a interferência da natureza da atividade para o ingresso no comércio, dado que o percentual de filhos em tropa não era muito diferente do correspondente para o comércio fixo[145].

Tabela 35 – Distribuição dos comerciantes segundo a posição no fogo, Minas Gerais, 1831-32

Posição no fogo	Comércio fixo			Comércio de tropa			Comércio		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Chefe	981	69,9	83,8	189	30,9	16,2	1.170	58,1	100,0
Não-chefe livre	383	27,3	61,8	237	38,8	38,2	620	30,8	100,0
Cônjuge do chefe	28	2,0	96,6	1	0,2	3,4	29	1,4	100,0
Filho do chefe	50	3,6	73,5	18	2,9	26,5	68	3,4	100,0
Outros livres	305	21,7	58,3	218	35,7	41,7	523	26,0	100,0
Escravo	40	2,8	17,8	185	30,3	82,2	225	11,2	100,0
Total	1.404	100,0	69,7	611	100,0	30,3	2.015	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Excluídos dez casos de não-informação da posição no fogo.

144 Embora sem apresentar evidências estatísticas, afirmou-se relevante presença de mulheres em tropas no século XIX: "Como dado complementar, não é incomum que o tropeiro apareça acompanhado de sua mulher" (Lenharo, 1979: 95).

145 Alcir Lenharo, com base em depoimentos de Saint-Hilaire e documentação de registros fiscais, sublinhou a composição familiar de parte das tropas de propriedades agrícolas do que convencionou chamar de Sul de Minas. "De fato, os proprietários da região tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus próprios filhos. Essas empresas constituíam, portanto, uma extensão de suas bases familiares, fundamentadas no trabalho dos filhos" (Lenharo, 1979: 94-95).

Com o objetivo de estudar as várias posições relativas do comércio nas unidades domiciliares ou de trabalho, propõe-se a seguinte tipologia:

Tipo I – Fogos com comerciante chefe, acompanhado ou não de não-chefe(s) livre(s) e/ou escravo(s) comerciante(s): comércio atividade nuclear do domicílio;

Tipo II – Fogos com não-chefe(s) livre(s) comerciante(s), acompanhado ou não de escravo(s) comerciante(s): comércio atividade subordinada e associada;

Tipo III – Fogos com escravo(s) comerciante(s): comércio atividade subsidiária;

Tipo IV – Fogos sem comerciantes.

A distribuição dos fogos com comércio reitera a avaliação geral quanto à posição relativa das atividades mercantis realizada a partir da distribuição dos comerciantes. De fato, as atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades de trabalho ou econômicas. Quase três quartos dos fogos com comércio eram chefiados por comerciantes. Consideradas em separado as formas de comércio, constata-se que mais de quatro quintos dos fogos com comércio fixo eram chefiados por negociantes, contra pouco mais da metade dos fogos com comércio de tropa chefiados por tropeiros. Resta confirmada a tendência a maior independência do comércio estabelecido e maior propensão do comércio de tropas estar subordinado a outras atividades. Nos casos em que no mesmo fogo conviviam negociantes e tropeiros, o percentual de fogos chefiados por comerciantes alcançou posição intermediária, pouco mais de três quintos dos casos.

Tabela 36 – Distribuição dos fogos com comércio segundo a posição dos comerciantes no domicílio, Minas Gerais, 1831-32

Fogos com comerciante	Fogos com comércio fixo		Fogos com comércio de tropa		Fogos com comércio fixo e de tropas		Total de fogos com comerciantes	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tipo I – chefe no comércio	953	80,3	184	52,3	33	63,5	1.170	73,5
Tipo II e III – chefe em outro setor ocupacional	234	19,7	168	47,7	19	36,5	421	26,5
Total – fogos com comerciante	1.187	100,0	352	100,0	52	100,0	1.591	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais

Somados todos os fogos com comércio (tipos I, II e III), 56,6% dos comerciantes estavam em unidades escravistas[146]. Portanto, mais de 80% acima do percentual de fogos escravistas para toda a província de Minas Gerais (31,3%) ou quase o dobro da proporção para os fogos sem comerciantes (28,8%). Esses números indicam que as atividades mercantis faziam parte do núcleo dinâmico da economia mineira do século XIX. Considerados apenas os fogos chefiados por comerciantes, portanto unidades em que o comércio era a atividade central, pouco muda o percentual de domicílios escravistas (53,1%).

Embora, como foi constatado, as atividades mercantis fossem pouco empregadoras de escravos, o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos, o principal índice de riqueza e acumulação na

146 Ainda com base no mencionado universo de testamentos e inventários, verificou-se, para a primeira metade do século XVIII, que eram escravistas 88,4% dos comerciantes (Furtado, 1999: 248-249). Há que se considerar com cuidado a comparação com o percentual encontrado para a década de 1830 (56,6%), dada à natureza da documentação utilizada para o Dezoito, que tendia a excluir, ao menos, parcela dos pequenos negociantes. De qualquer forma, constata-se a longevidade da associação comércio e escravismo. Ver subseção 1.2.

primeira metade do Oitocentos. Conclui-se que ampla era a tendência de diversificação dos investimentos por parte dos comerciantes, que adquiriam escravos a serem empregados, preponderantemente, em outras atividades[147]. Nos fogos tipo II, comércio posição subordinada e associada, o percentual de domicílios escravistas era ainda mais elevado (61%), reiteração do dinamismo econômico associado à atividade comercial.

A forte associação do exercício de atividades comerciais e a geração de renda para aquisição de escravos confirma-se também pela constatação de que, se por um lado, os fogos com comerciantes (tipos I, II e III) respondiam por 8,9% do total de domicílios da província, por outro, perfaziam 16,2% das unidades escravistas ou 82% mais.

Essa associação, direta ou indireta, de comércio e escravismo fica definitivamente comprovada quando se verifica que o número relativo de fogos chefiados por negociantes com escravos (52,6%) era maior do que o correspondente para tropeiros (50,5%). O negociante, pequeno empregador de cativos em sua atividade, tendia, mais freqüentemente, a possuir escravos do que o tropeiro, que utilizava regularmente força de trabalho cativa nas tropas. Mesmo quando o comércio estava subordinado ou associado a outras atividades, a proporção de domicílios escravistas era maior entre negociantes (63,4%) do que entre tropeiros (53,1%).

Os dados da Tabela 37 igualmente permitem fortalecer algumas características das formas do comércio oitocentista. Em apenas 2,7% dos fogos escravistas com comércio estabelecido, os cativos exerciam atividades mercantis sem supervisão e/ou coordenação direta de negociantes livres. Esse reduzido percentual pode estar influenciado pela maior não-informação de ocupação para escravos *vis-à-vis* livres nas listas nominativas do século XIX. Assim, o comércio ambulante de "escravos ao ganho", característico dos grandes centros urbanos, deve estar sub-representado no Censo de 1831-32. Situação diversa observa-se para os cativos tropeiros. Em 19,9% dos fogos escravistas com comércio de tropas, os cativos trabalhavam, aparentemente, sem supervisão e/ou coordenação direta de tropeiros livres. Eram, ao que tudo indica, pequenas tropas de muares aos cuidados de escravos, talvez feitorizados também por escravos, incumbidas de realizar pequenas viagens entre grandes unidades agrícolas e centros urbanos regionais de Minas Gerais[148].

Por último, salienta-se a elevada proporção de fogos escravistas quando no mesmo domicílio conviviam negociantes e tropeiros (84,6%). É muito provável que essas 44 unidades pertencessem a grandes proprietários agrícolas, que possuíam tropa própria e mantinham comércio estabelecido em centros urbanos de expressão regional,[149] e/ou a elite mercantil de Minas Gerais, comerciantes que controlavam extensa rede de relações mercantis, proprietários de empórios comerciais e tropas que realizavam comércio de importação

147 A associação do comércio com outras atividades, notadamente da agropecuária, foi analisada por Lenharo no estudo da produção agrícola mercantil das regiões meridionais de Minas. "Conforme foi apresentado no transcorrer desta introdução, não é raro que o próprio setor mercantil ensejasse a acumulação de capitais necessários à ampliação dos negócios, como a compra de terras e o investimento na produção agrícola. No caso do povoamento de larga faixa situada entre o sul de Minas e a Capital, comerciantes da comarca do Rio das Mortes, particularmente de São João del-Rei, e comerciantes do Rio de Janeiro penetraram pelos dois flancos na região, convertendo-se nos seus principais proprietários. Dedicaram-se à produção de gêneros de subsistência, açúcar e, depois, o café" (Lenharo, 1979: 32).

148 Para a segunda metade do Dezoito, foram registrados casos de tropas conduzidas exclusivamente por escravos. "Os fazendeiros ou fazendeiras – estas em número reduzido – também costumavam enviar escravos ou escravas na condução de mercadorias, as quais geralmente eram rapaduras, toucinho ou subprodutos do gado vacum, sempre em pequenas quantidades, o que faz supor que viajavam sozinhos. Raramente transportavam gado e quando o faziam era uma ou duas cabeças no máximo, e geralmente levavam outras mercadorias junto" (Chaves, 1999: 115-116).

149 O surgimento de unidades agrícolas com tropa própria remonta ao século XVIII. "Como vimos no primeiro capítulo, da aproximação entre estas duas atividades surgiu um novo ator social: o tropeiro/proprietário de terra. Estes agentes comerciais predominaram no mercado mineiro, a partir da segunda metade do século XVIII. (...) Os fazendeiros passaram cada vez mais a transportar e comercializar os seus produtos no mercado local com suas próprias tropas, criando uma relação mais direta com a população mineradora" (Chaves, 1999: 65-66). No Oitocentos, parece ter-se generalizado o controle, associado e sem intermediários, da produção, circulação e comercialização da produção agrícola, ao menos no caso dos grandes proprietários. "Merece já ser destacado o seu caráter de complementaridade descrito por Saint-Hilaire, que facultava à propriedade sul-mineira de subsistência reduzir os custos e ampliar sua rentabilidade. Isto se devia em grande parte ao fato de que as próprias famílias proprietárias convertiam-se elas mesmas em comercializadoras de sua produção através de tropas e das casas urbanas de comércio" (Lenharo, 1979: 36-37). Ver subseção 1.2.

de mercadorias estrangeiras via praça da cidade do Rio de Janeiro, distribuíam importados no interior de Minas e incumbiam-se também de exportações de gêneros agrícolas para o exterior da província[150].

Tabela 37 – Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e presença de escravos, Minas Gerais, 1831-32

Tipos de fogo	Sem escravo			Com escravo			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Minas Gerais									
Tipo I – chefe	549	4,5	46,9	621	11,1	53,1	1.170	6,6	100,0
Tipo II – não-chefe livre	141	1,1	39,0	221	4,0	61,0	362	2,0	100,0
Tipo III – escravo				59	1,1	100,0	59	0,3	100,0
Tipo IV – sem comerciantes	11.573	94,4	71,2	4.688	83,9	28,8	16.261	91,1	100,0
Total	12.263	100,0	68,7	5.590	100,0	31,3	17.852	100,0	100,0
Comércio fixo									
Tipo I – chefe	452	85,1	47,4	501	76,4	52,6	953	80,3	100,0
Tipo II – não-chefe livre	79	14,9	36,6	137	20,9	63,4	216	18,2	100,0
Tipo III – escravo				18	2,7	100,0	18	1,5	100,0
Total	531	100,0	44,7	656	100,0	55,3	1.187	100,0	100,0
Comércio de tropa									
Tipo I – chefe	91	60,3	49,5	93	46,3	50,5	184	52,3	100,0
Tipo II – não-chefe livre	60	39,7	46,9	68	33,8	53,1	128	36,4	100,0
Tipo III – escravo				40	19,9	100,0	40	11,4	100,0
Total	151	100,0	42,9	201	100,0	57,1	352	100,0	100,0
Comércio fixo e de tropa									
Total	8	100,0	15,4	44	100,0	84,6	52	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A distribuição dos fogos com escravos pelas faixas da posse permite mensurar relevantes traços da vigência do trabalho compulsório em unidades com atividades mercantis de Minas Gerais. Quando o comércio era a atividade nuclear do fogo (tipo I), os pequenos plantéis respondiam por mais de três quintos das posses. Quando estava subordinado ou associado e com presença de livres na atividade (tipo II), os médios e grandes plantéis perfaziam pouco menos de dois terços das posses. Quando o comércio era atividade subsidiária e com presença exclusiva de escravos na atividade (tipo III), os grandes e muito grandes plantéis totalizavam mais de três quintos das posses[151]. Comparadas essas distribuições com a composição provincial da propriedade de escravos, percebe-se que a distribuição dos fogos chefiados por comerciantes (tipo I) era bem próxima à distribuição de todos os fogos de Minas Gerais.

Nas unidades de trabalho ou econômicas em que o comércio fixo ocupava posição central, repetia-se o padrão de largo predomínio das pequenas e médias posses (94,2%). Ao que parece, o reduzido emprego de escravos nas casas de negócio e a tendência à diversificação dos investimentos combinavam com posses me-

150 A participação de comerciantes nas duas modalidades de comércio – fixo e de tropas – e a constituição de redes de distribuição de mercadorias importadas também não eram incomuns no século XVIII. "Apesar de alguns comerciantes, como viandantes ou tropeiros, se dedicarem, particularmente, ao comércio volante, não tinham a exclusividade sobre a atividade. Em geral, quando os grandes comerciantes abriam estabelecimentos nas áreas urbanas, também enviavam mercadorias para o interior, utilizando agentes" (Furtado, 1999: 231).

151 Para o referido universo de inventários e testamentos da primeira metade do século XVIII, a distribuição dos comerciantes escravistas por faixas da posse é a seguinte: até 5 escravos, 48,8%; de 6 a 20, 31,0%; de 20 a 60, 4,8%; acima de 60 escravos, 9,5% (Furtado, 1999: 248-249). Ver a subseção 1.2.

nores. Era um pouco distinto o quadro para as unidades em que o comércio de tropa era a atividade nuclear. Conquanto também predominassem as pequenas e médias posses, as propriedades maiores respondiam por número relativo bem mais significativo. Os plantéis grandes e muito grandes dos fogos chefiados por tropeiros perfaziam 17,3% das posses contra apenas 5,8% para os fogos chefiados por negociantes, ou 198,3% a mais. A freqüente utilização de trabalho escravo nas tropas, principalmente as maiores, explica essa diferença.

Para os fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas ou associadas, com presença de livres (tipo II), a composição dos plantéis por faixas da posse dos domicílios com negociantes era semelhante a dos fogos com tropeiros. Porém, quando o comércio ocupava posição subsidiária e os únicos comerciantes do domicílio eram escravos (tipo III), a composição dos plantéis por faixas da posse dos fogos com negociantes era bem distinta à das unidades com tropeiros. Enquanto em 73,7% dos domicílios com negociantes escravos, os plantéis eram pequenos e médios, 80% dos fogos com tropeiros escravos apresentavam posses grandes e muito grandes. No primeiro caso, talvez predominassem domicílios em centros urbanos e os escravos negociantes trabalhavam como ambulantes para senhores rentistas. No segundo, é provável que os cativos tropeiros vivessem em grandes unidades agrícolas que possuíam tropa própria.

Os plantéis das unidades econômicas em que conviviam negociantes e tropeiros apresentavam distribuição pelas faixas da posse condizente com a proposição que sugere tratar-se de grandes proprietários agrícolas ou membros da elite mercantil de Minas Gerais. Concentração nas posses médias e grandes (68,2%), a segunda menor participação relativa dos pequenos plantéis, apenas acima dos fogos tipo III do comércio de tropa, e a segunda maior proporção de muito grandes plantéis, também superada pelos fogos tipo III do comércio de tropa.

Tabela 38 – Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos proprietários de escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831-32

Tipos de fogo	Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 49 escravos		Muito grande 50 escravos e mais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Minas Gerais										
Tipo I – chefe	375	60,4	191	30,8	51	8,2	4	0,6	621	100,0
Tipo II – não-chefe livre	67	30,3	73	33,0	72	32,6	9	4,1	221	100,0
Tipo III – escravo	9	15,3	13	22,0	33	55,9	4	6,8	59	100,0
Tipo IV – sem comerciantes	2.518	53,7	1.484	31,7	652	13,9	34	0,7	4.688	100,0
Total	2.969	53,1	1.761	31,5	808	14,5	51	0,9	5.589	100,0
Comércio fixo										
Tipo I – chefe	314	62,7	158	31,5	28	5,6	1	0,2	501	100,0
Tipo II – não-chefe livre	42	30,7	47	34,3	46	33,6	2	1,5	137	100,0
Tipo III – escravo	6	31,6	8	42,1	4	21,1	1	5,3	19	100,0
Total	362	55,2	213	32,5	78	11,9	3	0,5	656	100,0
Comércio de tropa										
Tipo I – chefe	54	58,1	23	24,7	14	15,1	2	2,2	93	100,0
Tipo II – não-chefe livre	22	32,4	22	32,4	20	29,4	4	5,9	68	100,0
Tipo III – escravo	3	7,5	5	12,5	28	70,0	4	10,0	40	100,0
Total	79	39,3	50	24,9	62	30,8	10	5,0	201	100,0
Comércio fixo e de tropa										
Total	10	22,7	14	31,8	16	36,4	4	9,1	44	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

A distribuição dos escravos pelas faixas da posse tende a ser a melhor forma de mensurar o nível de concentração da propriedade de cativos. Enquanto os 46% de médios e grandes senhores de escravos da província (Tabela 38) detinham 74% de todos os cativos, os 53,1% de pequenos senhores (Tabela 38) respondiam por apenas 14,4% dos escravos. Soma-se a esse quadro o restrito acesso à propriedade de cativos: em apenas 31,3% dos fogos (Tabela 37) foram listados escravos; portanto, em mais de dois terços dos domicílios não se recorria ao trabalho compulsório. A base socioeconômica da escravidão em Minas Gerais fundava-se em parcela minoritária da população e a distribuição dos escravos caracterizava-se pela concentração em posses médias e grandes.

Assim como na distribuição dos proprietários, os fogos de tipo I apresentavam distribuição dos escravos pelas faixas da posse próxima à da província, excetuadas as pequenas propriedades de cativos, por volta de 50% maior nos fogos chefiados por comerciantes.

A composição dos plantéis dos demais fogos com comerciantes – tipos II e III – caracterizava-se por posse de escravos bem mais concentrada. À reduzida presença de escravos em pequenos e médios plantéis correspondia elevada concentração nas grandes e muito grandes posses. Nos fogos tipo II, os 30,3% de escravistas de menores posses (Tabela 38) respondiam por apenas 4,3% dos escravos contra os 4,1% de escravistas de maiores posses (Tabela 38), que perfaziam 25,8% dos cativos. Mais de 90% dos escravos dos fogos tipo III estavam concentrados nas faixas das grandes e muito grandes posses.

Segmentado o comércio, observam-se importantes distinções entre suas formas fixo e de tropa. A posse de escravos estava muito mais concentrada nos fogos chefiados por tropeiros se comparados aos chefiados por negociantes. Enquanto os 94,2% de pequenos e médios senhores negociantes (Tabela 38) possuíam 75,2% dos escravos, os 82,8% de pequenos e médios senhores tropeiros (Tabela 38) detinham apenas 30,3% dos cativos. Somente 17,3% dos grandes e muito grandes escravistas tropeiros (Tabela 38) respondiam por 69,6% de todos os cativos. Esses resultados reiteram as observações sobre a distribuição dos proprietários pelas faixas da posse. Negociantes raramente adquiriam escravos para o trabalho no comércio: compravam escravos como forma de diversificação dos investimentos e alocava-os em outras atividades. Tropeiros, especialmente os proprietários de grandes tropas, tinham necessidade, regular, de adquirir escravos; provavelmente concentravam seus investimentos em animais de tropa e força de trabalho.

Assim como na distribuição dos escravistas pelas faixas da posse, a composição dos escravos pelos tamanhos de plantéis dos fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas, com presença de livres (tipo II), era semelhante entre unidades com negociantes e fogos com tropeiros. Para os fogos tipo III – comércio atividade subsidiária e todos comerciantes escravos – também permanece a diferença observada na distribuição dos escravistas pelas faixas da posse, ou seja, maior concentração de escravos nas terceira e quarta faixas para os fogos com tropeiros cativos do que para os fogos com escravos negociantes.

A hipótese de que os fogos com convivência de negociantes e tropeiros faziam parte das grandes propriedades agrícolas e elite mercantil de Minas Gerais é fortalecida pela distribuição dos escravos pelas faixas da posse. Para essas unidades, foram observadas a mais elevada proporção de cativos na última faixa (41,6%) e a maior concentração da posse.

As médias totais de escravos por fogo reafirmam as considerações até aqui desenvolvidas. A média de escravos por domicílio chefiado por comerciantes (5,0)[152] estava próxima da média provincial (6,3). As médias dos fogos tipos II e III (13,1 e 19,9) eram muito mais altas e resultantes da maior participação relativa de grandes unidades escravistas agrícolas. Nesses tipos II e III, era mais freqüente a típica fazenda mineira, com pauta produtiva diversificada, tropa própria e estabelecimento comercial na sede rural e/ou em estradas próximas, ou ainda em centros urbanos de expressão regional.

152 Em 1804, para dois distritos da região Mineradora Central, foram apuradas médias de escravos por comerciante bem menores do que a média geral para os chefes comerciantes de 1831-32. Em São Caetano, distrito de Mariana, eram 3,9 escravos por comerciante; em Vila Rica, 2,9 (Luna, 1982: 42).

Todos os tipos do comércio fixo apresentavam menor média de escravos ante os tipos do comércio de tropas. De acordo com o comentado anteriormente, as médias dos tipos I e III tendiam a maior divergência em face das médias do tipo II. A média de escravos nos fogos chefiados por tropeiros era 100% maior do que a dos domicílios chefiados por negociantes, assim como a média de cativos em fogos com tropeiros exclusivamente escravos superava em mais de 150% a dos domicílios com negociantes unicamente cativos. A regular utilização de escravos como tropeiros e a maior freqüência de tropas em grandes unidades agrícolas escravistas são as razões fundamentais a explicar as acentuadas diferenças. A média de escravos nos fogos com tropeiros livres não-chefes era menos de 30% superior a dos correspondentes fogos com negociantes livres não-chefes. A média de escravos nos fogos com negociantes e tropeiros (18,3) superava largamente a média geral dos fogos com apenas tropeiros (13,3) e, principalmente, negociantes (5,6).

Tabela 39 – Distribuição dos fogos segundo a posição dos comerciantes no domicílio e dos escravos pelas faixas da posse, Minas Gerais, 1831-32

Tipos de fogo	Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 49 escravos		Muito grande 50 escravos e mais		Total		Média de escravos
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Minas Gerais											
Tipo I – chefe	676	21,8	1.129	36,5	848	27,4	444	14,3	3.097	100,0	5,0
Tipo II – não-chefe livre	123	4,3	497	17,2	1.527	52,8	745	25,8	2.892	100,0	13,1
Tipo III – escravo	19	1,5	90	7,2	829	66,1	317	25,3	1.255	100,0	19,1
Tipo IV – sem comerciantes	4.396	15,2	9.329	32,3	12.462	43,1	2.705	9,4	28.892	100,0	6,0
Total	5.214	14,4	11.045	30,6	15.666	43,4	4.211	11,7	36.136	100,0	6,3
Comércio fixo											
Tipo I – chefe	563	28,1	945	47,1	428	21,3	71	3,5	2.007	100,0	4,0
Tipo II – não-chefe livre	82	5,4	313	20,7	930	61,6	184	12,2	1.509	100,0	11,0
Tipo III – escravo	12	4,9	50	20,5	107	43,9	75	30,7	244	100,0	9,4
Total	657	17,5	1.308	34,8	1.465	39,0	330	8,8	3.760	100,0	5,6
Comércio de tropa											
Tipo I – chefe	97	13,0	129	17,3	238	32,0	280	37,6	744	100,0	8,0
Tipo II – não-chefe livre	34	3,6	160	16,8	440	46,2	318	33,4	952	100,0	14,0
Tipo III – escravo	7	0,7	40	4,1	692	70,5	242	24,7	981	100,0	24,4
Total	138	5,2	329	12,3	1.370	51,2	840	31,4	2.677	100,0	13,3
Comércio fixo e de tropa											
Total	23	2,9	79	9,8	369	45,7	336	41,6	807	100,0	18,3

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais

A leitura da tabela referente à estrutura ocupacional assenta-se no pressuposto de que a distribuição dos indivíduos pelos setores e subsetores ocupacionais indicia a posição relativa das atividades econômicas no fogo. Quanto maior o percentual de indivíduos em uma atividade, maior era sua importância

na unidade de trabalho ou econômica. A ocupação do chefe do fogo define a atividade nuclear do domicílio e as ocupações dos demais indivíduos informam sobre as atividades subordinadas ou associadas, ou ainda subsidiárias à atividade nuclear.

Nos fogos chefiados por comerciantes (tipo I), as atividades mercantis ocupavam 29,7% dos indivíduos, contra 12,1% para os fogos com livres não-chefes no comércio (tipo II) e 8% para os fogos com comerciantes exclusivamente escravos (tipo III). Enquanto os negociantes respondiam por percentual mais de duas vezes superior ao dos tropeiros (22,8% para 6,9%) nos fogos em que o comércio era atividade nuclear, naqueles em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas havia relativo equilíbrio entre a presença de negociantes e tropeiros (6,8% e 5,4%) e nos que o comércio era atividade subsidiária a relação invertia-se: duas vezes mais tropeiros do que negociantes (6% e 2%). Assim, nos fogos tipo I, predominava o comércio estabelecido; nos fogos tipo II, havia equilíbrio entre as duas formas; e, nos fogos tipo III, preponderava o comércio de tropas.

Quando o comércio era a atividade central do fogo (tipo I), quatro setores respondiam pela ocupação de quase 90% dos indivíduos: atividades manuais e mecânicas (32,8%)[153], comércio (29,7%), agropecuária (16,5%) e serviço doméstico (10,5%).

Embora as atividades manuais e mecânicas nas unidades chefiadas por comerciantes (32,8%) apresentassem participação relativa bem inferior a dos fogos sem comerciantes (42,4%), considerados apenas os não-chefes livres empregados no setor o quadro era diverso, com mais artífices nos fogos tipo I (64,9%) *vis-à-vis* os fogos tipo IV (62,5%). Conquanto, nos fogos chefiados por comerciantes, a fiação e tecelagem ocupassem a maior parte dos indivíduos livres em atividades artesanais (34,9%), destacavam-se os artífices em couros (1,7%) e, sobretudo, tecidos (25,9%). Para esses grupos, que se caracterizavam pelo predomínio do exercício urbano dos ofícios (Godoy, 2000b), os percentuais eram superiores aos correspondentes para os tipos II e III e, no caso dos artífices livres em tecidos, também superavam o tipo IV.

A pequena participação relativa da agropecuária – que não alcançava a metade do percentual correspondente para os fogos sem comerciantes (38,6%) – estava relacionada com a mencionada larga predominância de indivíduos no comércio fixo em face do de tropas para os fogos em que as atividades mercantis eram centrais.

A hegemonia do comércio estabelecido, quando as atividades mercantis eram nucleares, determinava a maior concentração dos fogos em espaços urbanos e elevava consideravelmente a proporção de indivíduos em serviços domésticos. Nos fogos tipo I, a participação relativa desse setor (10,5%) era quase o dobro da correspondente para os fogos tipo IV (5,4%). A vigência de cultura material mais complexa e sofisticada nos centros urbanos implicava no maior emprego de trabalhadores especializados em tarefas domésticas. A reduzida importância da mineração nos fogos tipo I (1,9%) também parece vincular-se à localização espacial eminentemente urbana. No século XIX, a extração mineral tinha perdido o caráter de atividade urbana, tendendo a concentrar-se nos espaços suburbanos, onde predominava a faiscação individual, e rural, onde se realizavam trabalhos de extração coletivos.

O assalariamento era muito mais comum nos fogos em que o comércio ocupava posição central (3,6%) do que nos domicílios em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas (1,7%) ou eram subsidiárias (1,1%). O trabalho a jornal, que tendia a ser eventual e irregular (Libby, 1988: 92-96), era fenômeno muito mais urbano do que rural (Rodarte, 1999: 96). Como no Censo de 1831-32 raramente foi informado o setor em que trabalhavam os "jornaleiros", resta saber se os assalariados dos fogos tipo I estavam empregados no comércio e viviam agregados aos domicílios em que trabalhavam, ou se exerciam outras atividades fora dos fogos que habitavam.

153 Somados os dados de todos os tipos de fogo, com e sem comerciantes, a fiação e tecelagem e os trabalhos em tecidos perfaziam 87,8% dos artífices. Destes, eram mulheres mais de 95% (Godoy, 2000b). Além do emprego quase exclusivo de mulheres, a produção de fios e tecidos e os trabalhos de costura e renda caracterizavam-se pelo exercício doméstico e organização artesanal do trabalho (Libby, 1988). Os alfaiates, que faziam parte do grupo ocupacional artífices em tecidos, somavam pouco mais de 15%.

Situação oposta observa-se com relação aos transportes realizados por carros-de-boi, muito mais freqüentes no espaço rural, ainda que importantes na circulação de produtos agrícolas para o abastecimento de centros urbanos. Assim, observa-se a reduzida participação relativa para os fogos tipo I (0,3%) ante os de tipo II (1,1%) e, especialmente, tipo III (2,4%). Cabe indagar quais as relações entre a circulação em carros, sob a responsabilidade dos "carreiros", e a circulação em tropas.

O percentual de desocupados nos fogos com comerciantes (0,7%, 0,9% e 0,8%) eram mais baixos do que o correspondente para os fogos sem comerciantes (1,2%). Para os fogos centrados em atividades mercantis (tipo I), foi registrado o nível mais baixo de desocupação. A verificada tendência em diversificar investimentos e a convivência do comércio com outras atividades talvez fossem fatores decisivos na redução da participação dos desocupados, conseqüência do maior leque de oportunidades de trabalho para indivíduos normalmente inativos.

O setor educação, composto fundamentalmente por estudantes, era muito mais expressivo nos fogos com comerciantes livres (2,4% e 1,9%) se comparados com os domicílios com apenas escravos em atividades mercantis (1%) ou sem comerciantes (1%). A concentração das famílias dos comerciantes em espaços urbanos facilitava o acesso a estabelecimentos de ensino públicos, assim como a contratação de professores particulares. Além disso, as atividades mercantis pressupunham o desenvolvimento de habilidades mínimas de leitura e o domínio das operações matemáticas básicas[154]. Como foi observado, era traço característico do comércio estabelecido a iniciação profissional relativamente mais tarde, provável decorrência da necessidade de prévia aquisição de formação escolar fundamental.

Quando o comércio era atividade subordinada e associada (tipo II), três setores respondiam pela ocupação de pouco menos de 80% dos indivíduos do fogo: atividades manuais e mecânicas (35,6%), agropecuária (30,1%) e comércio (12,1%). Como no caso dos fogos chefiados por comerciantes, as atividades manuais e mecânicas apresentavam participação inferior aos domicílios sem indivíduos no comércio. O relativo equilíbrio entre as formas comércio fixo e de tropas (6,8% e 5,4%) explica a maior importância da agropecuária e confirma a significativa incidência dos fogos tipo II em espaços rurais. As atividades comerciais apresentavam posição relativa bem menos significativa ante a dos fogos tipo I e, muito provavelmente, eram exercidas de forma dependente das atividades agrícolas. A localização rural de parte significativa desses fogos reduzia a expressão dos trabalhadores em serviços domésticos (5,9%) e ampliava a participação dos mineradores (3,4%).

Nos fogos em que o comércio ocupava posição subsidiária (tipo III), a estrutura ocupacional apresentava-se concentrada em cinco setores que juntos respondiam por mais de 90% dos indivíduos: agropecuária (38,8%), atividades manuais e mecânicas (27,4%), mineração (9,4%), serviço doméstico (8,5%) e comércio (8%)[155]. Nesses fogos, as atividades agrícolas alcançavam a maior participação, superando, inclusive, os fogos sem comerciantes. O comércio ocupava clara posição subsidiária. Dos escravos em atividades mercantis, três quartos eram tropeiros. Da diversificação produtiva, típica da grande fazenda mineira oitocentista, resultava a redução da participação das atividades manuais e mecânicas – a menor entre todos os tipos –, a significativa proporção de ocupados na mineração – quase três vezes maior do que nos fogos sem comerciantes e do tipo II – e significativo número de trabalha-

154 Adotada como índice de alfabetização para os comerciantes do século XVIII, a capacidade de assinar possibilitou aferir que "por causa da importância da palavra escrita para a condução do comércio, o índice de alfabetização entre os homens de negócio era bastante alto, o que não era comum na sociedade colonial" (Furtado, 1999: 109).

155 Na segunda metade do século XVIII, na comarca do Serro Frio, parece ter prevalecido entre grandes proprietários rurais padrão de associação da agropecuária com outras atividades, inclusive o comércio. "As especificidades da região de que falo, me remetem a considerar alguns fatores básicos indicados pelas fontes trabalhadas e que nos revelam uma produção de alimentos diversificada e vigorosa. O primeiro desses fatores é o caráter misto da produção econômica geral. Proprietários de terras e escravos, em sua maioria, tinham várias atividades econômicas como fontes complementares de suas rendas. Essas atividades se associavam em diversas composições, mas geralmente, agricultura, mineração e comércio eram as principais. Os ofícios artesanais, tinham, igualmente, grande importância e, na Demarcação Diamantina, se destacava o aluguel de mão-de-obra escrava para a Real Extração de Diamantes – o monopólio régio de exploração desse mineral" (Meneses, 2000: 136).

dores especializados em atividades domésticas – que só teriam expressão no mundo rural tratando-se da elite agrária da província.

O exame das ocupações dos chefes de fogo realça as distintas configurações dos domicílios com comerciantes. Nos fogos tipo II (comércio atividade subordinada e associada), mais de três quartos dos chefes estavam na agropecuária (38,3%) e em atividades manuais e mecânicas (37,4%). Quando as atividades agrícolas ocupavam posição central, era provável o predomínio do comércio de tropas na forma de empresa de transportes e/ou orientada para a circulação da produção agrícola da própria unidade[156]. No caso do predomínio das atividades manuais e mecânicas, talvez fosse majoritário o comércio estabelecido urbano, atividade associada aos trabalhos dos artífices. Assim, propõe-se que, nos fogos tipo II, conviviam, não exclusivamente, dois padrões de unidades de trabalho com estrutura ocupacional diversificada: em grandes unidades agrícolas escravistas, o comércio subordinava-se à centralidade da agropecuária; em pequenos fogos urbanos escravistas e não-escravistas, outras atividades, notadamente o artesanato, associavam-se ao comércio na composição da renda familiar.

Nos fogos em que o comércio era atividade subsidiária (tipo III), mais da metade dos chefes estava na agropecuária (54,4%). O percentual de chefes em atividades manuais e mecânicas (14%) não chegava à metade do correspondente para os fogos tipo II (37,4%). Nos fogos tipo III, predominava o comércio de tropas – meio para a circulação dos excedentes das grandes unidades agrícolas de Minas Gerais, sobretudo fluxos intra e inter-regionais.

A estrutura ocupacional dos indivíduos não-chefes livres revela outras características dos fogos com comerciantes. Nas unidades em que o comércio era atividade nuclear, a presença de livres não-chefes em atividades mercantis era relativamente pequena (11%). Para cada cem chefes comerciantes, correspondiam, em média, 16 comerciantes livres não-chefes. Por outro lado, as atividades manuais e mecânicas ocupavam dilatado número relativo de livres não-chefes (64,9%), quase um artífice para cada chefe comerciante. Esses dados sugerem o predomínio de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, com um único negociante, ou de tropas diminutas, poucas mulas para um único tropeiro[157]. Parece que era comum os trabalhos têxteis domésticos, desenvolvidos por mulheres, combinarem-se com atividades mercantis, desempenhadas por homens, na geração da renda das famílias de pequenos comerciantes.

Nos fogos tipo II (comércio atividade subordinada e associada), era distinta a estrutura ocupacional dos livres não-chefes. Embora as atividades manuais e mecânicas também respondessem pela ocupação da maior parte dos livres não-chefes (44,9%), o comércio apresentava percentual bastante expressivo (29,3%). Conquanto, como ressaltado anteriormente, a agropecuária fosse central na maior parte dessas

156 Na circulação interna de mercadorias em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, as tropas cumpriam a função de escoamento da produção das grandes unidades agrícolas. "O fazendeiro e dono das mercadorias raramente fazia ele próprio estas viagens e nem sempre mandava um mesmo encarregado, pois temos, entre os principais fazendeiros, referências a diversos encarregados saindo de uma mesma fazenda em viagens distintas. Estes homens eram brancos ou pardos – nunca aparecia referência a um negro forro como encarregado" (Chaves, 1999: 115). Ver subseção 1.2.

157 Estas pequenas tropas eram utilizadas na circulação vicinal, realizada pelo próprio produtor. O pequeno comércio de gêneros básicos de abastecimento também foi observado para o século XVIII. "Estas mercadorias, quando não caíam em mãos de atravessadores, eram comercializadas pelos próprios roceiros ou sitiantes, os quais empreendiam pequenas viagens até a vila ou arraial mais próximo. Sobre estas mercadorias, varejadas nas ruas e praças pelos próprios produtores, não incidia nenhum imposto" (Chaves, 1999: 94). Estudo de legislação referente ao abastecimento das cidades mineradoras no século XVIII evidenciou a importância do produtor rural que transportava, por conta própria, mercadorias de sua produção agrícola e vendia, sem intermediários, nos centros urbanos. "Uma outra estratégia utilizada pelas autoridades para atrair os pequenos produtores de alimentos foi a de, em determinados momentos, permitir uma liberalização relativa do mercado de gêneros alimentícios básicos. Relativa, porque privilegiava apenas os roceiros que vendiam diretamente sua produção e seus condutores de mantimentos – mantendo de fora os comissários –, e apenas dentro dos limites dos centros urbanos localizados nas proximidades das roças. Tal medida dificultava a ação dos atravessadores e estimulava a dinâmica do mercado em nível local, pois muitos roceiros achavam mais interessante conduzirem eles próprios sua produção aos centros urbanos do que vendê-la aos comissários e atravessadores" (Silva, 2000: 109-110). Ver subseção 1.2.

unidades, apenas pequeno número relativo de livres não-chefes estava no setor (10,6%). Essas evidências reiteram a associação do comércio com a agropecuária nos fogos tipo II.

Quando apenas escravos empregavam-se no comércio (tipo III), as atividades manuais e mecânicas alcançavam maior projeção entre os livres não-chefes (56,9%), assim como a agropecuária (15,5%). A maior freqüência de unidades escravistas, bem como médias acentuadamente mais elevadas de escravos por proprietário nos fogos tipo II e III em face dos tipo I (tabelas 37 e 39), sugerem distinta a natureza dos trabalhos têxteis desempenhados por livres não-chefes quando o comércio não era atividade central, notadamente a contribuição para a renda das unidades econômicas.

A distribuição dos escravos pelos setores permite aferir o grau de especialização das unidades econômicas e o nível de diversificação dos investimentos. Independente da posição do comércio no fogo, a maior parte dos cativos era empregada na agropecuária[158]. Entre os tipos I, II e III eram pequenas as diferenças nas proporções de escravos em atividades agrícolas (35,3%, 42,9% e 40,8%). Mesmo quando o comércio era atividade nuclear, mais de um terço dos cativos estava ocupado na agropecuária. Nesse caso, na base dessa opção de investimento, talvez estivesse à busca de segurança ante as incertezas e flutuações inerentes à atividade comercial, sujeita que estava a oscilações conjunturais e, concomitantemente, forma de assegurar prestígio social e político, historicamente vinculado à posse da terra e dissociado do exercício de atividades mercantis[159]. Também se deve considerar que o vigor da agropecuária, especialmente quando associada ao grande comércio, pode indiciar a origem econômica do comerciante ou a atividade que lhe permitiu acumulação prévia para o ingresso no setor mercantil.

Outro traço comum aos fogos escravistas com comerciantes era o emprego de cativos na mineração. Quanto mais urbanos os domicílios (tipo I), menor o percentual de escravos na extração mineral (3,9%); quanto mais estruturados na exploração agrária (tipo III), maior a proporção de cativos mineradores (10,7%). Embora os dados não informem sobre a natureza dessas atividades extrativas, pode-se conjecturar que, no caso dos fogos centrados no comércio, com maior concentração em espaços urbanos, a tendência era do emprego de escravos em pequenas faiscações nos subúrbios das cidades; ao passo que, no caso dos fogos em que o comércio era atividade subordinada e associada ou subsidiária, com elevada incidência em espaços rurais, maior era a propensão de explorações coletivas e com técnicas extrativas mais complexas.

---

158 O padrão de investimento dos grandes comerciantes de São João del-Rei não inclinava-se para as atividades agrícolas. "Do quadro acima podemos tirar algumas conclusões. A primeira é a de que o grande negociante pode ser também um fazendeiro, pelo menos 12 deles eram proprietários de imóveis rurais. Em contrapartida, o investimento de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disso que os negociantes de grosso trato não eram grandes fazendeiros e nem aplicaram a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos" (Graça Filho, 1998: 104). Resta dimensionar em que medida o grande comerciante sanjoanense era exemplar do grande comerciante mineiro do século XIX. Ver subseção 1.2.

159 Em Minas Gerais, no século XVIII, às atividades mercantis estava associada imagem negativa decorrente do suposto envolvimento de comerciantes com o contrabando, prática de preços extorsivos, especulação com gêneros de abastecimento e detenção de privilégios fiscais (Zemella, 1990: 166-167). A diversificação dos investimentos, sobretudo na mineração e agropecuária, constituía-se em meio de que se valiam os comerciantes na busca de outra inserção social. "Cinqüenta e oito (61,1%) comerciantes deixaram em seu legado bens de raiz, como ranchos, fazendas, lojas, casas de moradas, lavras minerais e escravos. Desta forma, diversificavam seus investimentos e partilhavam dos valores que identificavam a elite proprietária colonial" (Furtado, 1999: 246). No Dezenove persistiu o intento dos comerciantes de, sendo possível, desvincularem-se do mundo das atividades mercantis. "Dá-se aqui, em especial no nível da identificação social, o mascaramento dessa categoria 'menor' – o tropeiro – escamoteada pela categoria proprietário rural. Interessante notar que os políticos representantes do setor abastecedor, quando em etapa de ascensão social e política, apresentavam-se apenas como proprietários, geralmente escudados também por títulos acadêmicos ou eclesiásticos. O tropeiro e comerciante, que muitos eram ou tinham sido, por ser tomado como categoria social menos nobre, passavam, sub-repticiamente, nos registros da memória histórica, para o ocultamento" (Lenharo, 1979: 32). Ver subseção 1.2.

Havia relativo equilíbrio no percentual de escravos artífices dos fogos com atividade comercial (25,2%, 28,5% e 24,4%). Para todos os três tipos, o emprego de cativos em atividades manuais e mecânicas só era percentualmente superado pelo o ocupado na agropecuária. Dessa forma, parece certo que os artífices dessas unidades, ainda que envolvidos em atividades subsidiárias e voltadas para o autoprovimento de necessidades internas aos domicílios, também participavam ativamente na geração de renda. A fabricação de tecidos e vestuário absorvia a grande maioria dos escravos do setor artesanal para todos os tipos de fogos com comércio. Assim, é razoável supor que parcela significativa da grande quantidade de fios, tecidos e indumentária produzida em Minas Gerais (Libby, 1988: 186-214) e, em parte, exportada (Martins e Martins, 1984: 117), originasse de unidades econômicas com atividades mercantis. Na comparação dos percentuais para os grupos, segundo a matéria-prima empregada, dos fogos com comércio perante os sem comerciantes, sobrelevam-se os percentuais referentes aos artífices em metais, couros e tecidos. Para os três grupos ocupacionais, os fogos tipo I apresentavam maior participação relativa *vis-à-vis* os tipos II e III. A predominância do exercício urbano dos ofícios que compunham esses grupos (Godoy, 2000b) explica a maior concentração nos fogos centrados no comércio.

Da reduzida presença de escravos comerciantes (5,1%) nos fogos em que o comércio era atividade nuclear, resultava relação em que para cada cem chefes comerciantes correspondiam, em média, nove cativos comerciantes. Portanto, menor do que a média observada para os livres não-chefes. Reafirma-se a tendência geral do exercício individual do comércio. Considerados em separado os subsetores comércio fixo e de tropa, constata-se que o trabalho solitário de negociantes era muito mais comum do que o de tropeiros. Para cada cem chefes negociantes correspondiam, em média, 13 comerciantes livres não-chefes e 2 escravos. Para cada cem chefes tropeiros correspondiam, em média, 32 comerciantes livres não-chefes e 48 escravos.

Nos fogos em que o comércio ocupava posição subordinada e associada, era reduzidíssima a participação de escravos comerciantes (1,7%). Os tropeiros e, sobretudo, negociantes livres dos fogos tipo II raramente ombreavam com escravos na mesma atividade. Nos fogos do tipo III, a participação de escravos em atividades mercantis alcançava o maior percentual (9,6%). Nessas grandes unidades agrícolas o comércio, sobretudo de tropas, perfazia significativa parcela da força de trabalho cativa.

Em todos os tipos de fogos com comerciantes, era considerável o número relativo de escravos em serviços domésticos. Contudo, nas unidades em que o comércio era atividade nuclear, os cativos no setor (22,4%) eram mais do que o dobro ante os demais fogos com comerciantes (9,7% e 9,6%). Como salientado, a localização em grandes centros urbanos de parte significativa dos fogos centrados em atividades mercantis e o correlato usufruto de padrão de consumo mais sofisticado ampliavam a necessidade de trabalhadores para afazeres domésticos. Conclui-se que os comerciantes urbanos de Minas Gerais tinham por hábito realizar consideráveis investimentos em escravos domésticos, provavelmente com o intuito de tornar a existência material relativamente mais confortável perante o padrão dominante nos espaços rurais.

A observação de que o assalariamento era mais comum nos fogos centrados no comércio também se aplicava aos escravos. Os cativos submetidos a alguma modalidade de trabalho remunerado dos fogos tipo I (4,6%) superavam largamente os dos fogos tipos II e III (0,6% e 1%). Eram escravos que realizavam trabalhos fora de seu domicílio e recebiam diárias ou cativos alugados, por prazos mais longos, e que viviam e trabalhavam no fogo de quem os alugava. Em ambos os casos, o beneficiário da renda gerada era o escravista rentista. A prática de alugar escravos, comum em alguns setores da economia mineira do século XIX (Libby, 1988: 92-96), parece que também era habitual entre os comerciantes. Permanece a dúvida se esses comerciantes eram locadores ou locatários.

Tabela 40 – Distribuição da população por setor ocupacional, posição no domicílio e tipo de fogo com comerciante, Minas Gerais, 1831-32

(continua)

Setor ocupacional	Posição no domicílio															
	Chefe de fogo				Livre não-chefe				Escravo				Total*			
	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV
Agropecuária		132	31	8.166	80	157	18	5.185	731	874	363	9.720	811	1.163	412	23.381
		38,3%	54,4%	51,6%	4,7%	10,6%	15,5%	20,8%	35,3%	42,9%	40,8%	51,1%	16,5%	30,1%	38,8%	38,6%
Mineração		13	3	386	11	10	2	301	81	107	95	1.334	92	130	100	2.021
		3,8%	5,3%	2,4%	0,7%	0,7%	1,7%	1,2%	3,9%	5,3%	10,7%	7,0%	1,9%	3,4%	9,4%	3,3%
Atividades manuais e mecânicas		129	8	5.060	1.094	666	66	15.558	522	581	217	4.846	1.616	1.376	291	25.678
		37,4%	14,0%	32,0%	64,9%	44,9%	56,9%	62,5%	25,2%	28,5%	24,4%	25,5%	32,8%	35,6%	27,4%	42,4%
Artífices em madeira		7	1	552	13	16	2	224	9	22	11	128	22	45	14	913
		2,0%	1,8%	3,5%	0,8%	1,1%	1,7%	0,9%	0,4%	1,1%	1,2%	0,7%	0,4%	1,2%	1,3%	1,5%
Artífices em metais		10		455	15	15	6	277	24	23	10	167	39	48	16	907
		2,9%		2,9%	0,9%	1,0%	5,2%	1,1%	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%	0,8%	1,2%	1,5%	1,5%
Artífices em couros		5	2	416	29	13	1	310	34	18	8	109	63	36	11	843
		1,4%	3,5%	2,6%	1,7%	0,9%	0,9%	1,2%	1,6%	0,9%	0,9%	0,6%	1,3%	0,9%	1,0%	1,4%
Artífices em tecidos		38	3	918	436	255	44	3.599	135	104	43	567	571	397	90	5.211
		11,0%	5,3%	5,8%	25,9%	17,2%	37,9%	14,5%	6,5%	5,1%	4,8%	3,0%	11,6%	10,3%	8,5%	8,6%
Fiação e tecelagem		65	2	2.460	588	354	13	10.967	304	401	142	3.801	892	820	157	17.285
		18,8%	3,5%	15,5%	34,9%	23,9%	11,2%	44,0%	14,7%	19,7%	16,0%	20,0%	18,1%	21,2%	14,8%	28,5%
Outros Artífices		4		259	13	13		181	16	13	3	74	29	30	3	519
		1,2%		1,6%	0,8%	0,9%		0,7%	0,8%	0,6%	0,3%	0,4%	0,6%	0,8%	0,3%	0,9%

Tabela 40 – Distribuição da população por setor ocupacional, posição no domicílio e tipo de fogo com comerciante, Minas Gerais, 1831-32

(conclusão)

Setor ocupacional	Posição no domicílio															
	Chefe de fogo				Livre não-chefe				Escravo				Total*			
	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV
Comércio	1.170				185	435			106	34	85		1.461	469	85	
	100,0%				11,0%	29,3%			5,1%	1,7%	9,6%		29,7%	12,1%	8,0%	
Comércio fixo	981				124	259			16	3	21		1.121	262	21	
	83,8%				7,4%	17,5%			0,8%	0,1%	2,4%		22,8%	6,8%	2,0%	
Comércio tropa	189				61	176			90	31	64		340	207	64	
	16,2%				3,6%	11,9%			4,4%	1,5%	7,2%		6,9%	5,4%	6,0%	
Serviço doméstico		3	1	114	55	26	4	715	463	198	85	2.270	519	228	90	3.259
		0,9%	1,8%	0,7%	3,3%	1,8%	3,4%	2,9%	22,4%	9,7%	9,6%	11,9%	10,5%	5,9%	8,5%	5,4%
Assalariados		11	1	1.001	80	42	2	1.488	95	13	9	225	175	66	12	2.783
		3,2%	1,8%	6,3%	4,7%	2,8%	1,7%	6,0%	4,6%	0,6%	1,0%	1,2%	3,6%	1,7%	1,1%	4,6%
Educação		1		22	119	71	11	567				3	119	72	11	617
		0,3%		0,1%	7,1%	4,8%	9,5%	2,3%				0,0%	2,4%	1,9%	1,0%	1,0%
Transportes		3		105	2	13		106	13	27	25	158	15	43	25	369
		0,9%		0,7%	0,1%	0,9%		0,4%	0,6%	1,3%	2,8%	0,8%	0,3%	1,1%	2,4%	0,6%
Outros setores		48	13	780	31	45	8	502	53	191	6	410	84	284	27	1.720
		13,9%	22,8%	4,9%	1,8%	3,0%	6,9%	2,0%	2,6%	9,4%	0,7%	2,2%	1,7%	7,3%	2,5%	2,8%
Desocupados		5		199	29	19	5	475	4	12	4	53	33	36	9	734
		1,4%		1,3%	1,7%	1,3%	4,3%	1,9%	0,2%	0,6%	0,4%	0,3%	0,7%	0,9%	0,8%	1,2%
Total	1.170	345	57	15.833	1.686	1.484	116	24.897	2.068	2.037	889	19.019	4.925	3.867	1.062	60.562
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Inclui 815 casos de não-informação da variável posição no fogo.

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Negociantes dos Mapas de 1836 reconstituídos no Censo de 1831-32, outras variáveis para o estudo de atributos sociodemográficos e características dos domicílios

Com o objetivo de incorporar as variáveis espaço (localização da casa de negócio: urbano ou rural/estrada), tipo de estabelecimento comercial e mercadorias comercializadas, dados presentes nos Mapas de 1836, procedeu-se à reconstituição de negociantes da documentação fiscal de 1836 no Censo de 1831-32. O universo reconstituído, conquanto restrito a alguns distritos, mostrou-se suficiente para revelar outros atributos sociodemográficos de negociantes e características de seus domicílios[160].

Das três variáveis incorporadas, a segmentação urbano/rural foi a que revelou distinções menos pronunciadas, às vezes irrelevantes. Entretanto, a Tabela 41 reitera noção amplamente discutida no transcurso da análise dos dados apresentados anteriormente. A inequívoca concentração do comércio estabelecido no urbano (75,3%)[161] afirma a importante função mercantil das cidades mineiras do Oitocentos, sobretudo considerando-se que aproximadamente dois terços da população provincial viviam no rural (Godoy, 2000b).

A distribuição dos negociantes segundo o sexo mostrou-se proporcional à distribuição das casas de negócio. Três quartos dos homens e das mulheres atuavam no urbano. Esse resultado em parte diverge das noções correntes sobre a inserção feminina em atividades comerciais no século XVIII. A forte inserção da mulher no pequeno comércio urbano do Setecentos parece ter-se transmutado em presença espacialmente indistinta no século XIX. As mulheres respondiam por percentual praticamente idêntico dos negociantes dos espaços urbano e rural (10% e 10,6%). No Dezenove, a redução da importância de algumas atividades econômicas desenvolvidas no urbano, notadamente a mineração, resultou no deslocamento de parte ponderável do pequeno comércio para espaços não-urbanos e a conseqüente diminuição relativa de mulheres no comércio das cidades. Essa suposição ganha maior robustez se destacada a natureza da amostra reconstituída, composta apenas de distritos sedes municipais e/ou de expressão regional, localidades que reuniam maiores oportunidades para a vigência do tipo de comércio que no Dezoito contava com apreciável participação feminina. De qualquer forma, as evidências são de que parcela ponderável das casas de negócio no rural, sobretudo em estradas, estava aos cuidados de mulheres.

O cruzamento das variáveis espaço e idade também não patenteou traços distintivos relevantes. Apenas para a faixa idade produtiva I observa-se alguma diferença significativa, com maior proporção de negociantes no urbano (34,8% e 30,3%).

Para variável cor/origem foram percebidas diferenças importantes. No urbano, a proporção de negociantes mestiços e negros (crioulos e africanos) era bem mais significativa do que no rural. O percentual de negociantes crioulos nas cidades (7,6%) era mais do que o dobro do correspondente para o campo (3%). Conquanto fossem casos exíguos, os negociantes africanos atuavam apenas no urbano. Também os mestiços eram mais incidentes nas cidades (46% e 39,4%). A maior proporção de negociantes mestiços e negros no urbano devia estar associada ao maior vigor do pequeno comércio.

A pequena diferença entre a proporção de negociantes casados do urbano ante o rural (64,5% e 59,1%) talvez resultasse do efeito que a distância da cidade produzia no ânimo de parte dos negociantes estabelecidos em estradas em formalizar vínculos consensuais. Também devem ser consideradas eventuais maiores pressões sociorreligiosas sobre aqueles que viviam próximos dos templos e, principalmente, dos eclesiásticos.

Conquanto os negociantes escravistas fossem um pouco mais incidentes no urbano (57,8% e 53%), o tamanho médio dos plantéis dos negociantes do rural era significativamente maior (4,8 e 12,3). Da confluência desses dados, compõe-se quadro em que predominavam as pequenas e médias posses entre os negociantes escravistas das cidades e prevaleciam os médios e grandes plantéis entre os do rural. A provável

160 Foram reconstituídos os negociantes de oito distritos de 1836 nas respectivas listas nominativas do Censo de 1831-32, a saber: Pomba, Barbacena, Campanha, Mariana, Formiga, Araxá, Santa Luzia e Diamantina. Para cada negociante de 1836, correspondeu um fogo em 1831-32, embora um pequeno número de negociantes reconstituídos não fosse chefe de fogo em 1831-32. Dada a existência de casos de não-informação para as variáveis de 1836 (espaço, tipo de estabelecimento e mercadoria), para cada tabela analisada corresponde um número de negociantes distinto.

161 Esse resultado coaduna-se perfeitamente com a distribuição de todas as casas de negócio com informação de localização espacial dos Mapas de 1836. Para 4.259 estabelecimentos comerciais, verificou-se concentração de 75,1% em espaços urbanos. Ver segunda parte desta subseção.

associação do comércio com atividades agrícolas explica o elevado tamanho médio das posses dos negociantes estabelecidos no campo. Os viajantes estrangeiros do Dezenove mencionaram, de forma recorrente, a existência de considerável número de casas de negócio ao longo das estradas mais movimentadas que cortavam grandes propriedades rurais. Segundo esses relatos, era comum que fazendeiros estabelecessem pontos de venda ao longo das estradas com o intuito de comercializar parte de sua produção agrícola e, ao mesmo tempo, cobrar pelo acesso a instalações de hospedagem e pastos para animais[162].

Tabela 41 – Distribuição dos negociantes pelos espaços urbano e rural, segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

Variáveis	Urbano			Rural			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Sexo									
Homem	181	90,0	75,4	59	89,4	24,6	240	89,9	100,0
Mulher	20	10,0	74,1	7	10,6	25,9	27	10,1	100,0
Total	201	100,0	75,3	66	100,0	24,7	267	100,0	100,0
Faixa etária									
Idade produtiva I – 15 a 34 anos	70	34,8	77,8	20	30,3	22,2	90	33,7	100,0
Idade produtiva II – 35 a 59 anos	105	52,2	73,4	38	57,6	26,6	143	53,6	100,0
Idosos – 60 e mais	26	12,9	76,5	8	12,1	23,5	34	12,7	100,0
Total	201	100,0	75,3	66	100,0	24,7	267	100,0	100,0
Cor/origem[1]									
Branco	90	45,5	70,3	38	57,6	29,7	128	48,5	100,0
Crioulo	15	7,6	88,2	2	3,0	11,8	17	6,4	100,0
Africano	2	1,0	100,0				2	0,8	100,0
Mestiço	91	46,0	77,8	26	39,4	22,2	117	44,3	100,0
Total	198	100,0	75,0	66	100,0	25,0	264	100,0	100,0
Estado conjugal[2]									
Solteiro	56	28,0	72,7	21	31,8	27,3	77	28,9	100,0
Casado	129	64,5	76,8	39	59,1	23,2	168	63,2	100,0
Viúvo	15	7,5	71,4	6	9,1	28,6	21	7,9	100,0
Total	200	100,0	75,2	66	100,0	24,8	266	100,0	100,0
Estrutura da posse de escravos									
Fogos sem escravos	84	42,2	73,0	31	47,0	27,0	115	43,4	100,0
Fogos com escravos	115	57,8	76,6	35	53,0	23,3	150	55,6	100,0
Total	199	100,0	75,1	66	100,0	24,9	265	100,0	100,0
Tamanho médio dos plantéis		4,8			12,3			6,6	

(1) Excluídos três casos de não-informação da variável cor.
(2) Excluído um caso de não-informação da variável estado conjugal.

Fonte: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6 e 1/10 e MP, diversas caixas.

162 Aos pesquisadores do tema, é comum estabelecer nos relatos de viajantes estrangeiros o suporte para a caracterização do comércio de estradas, como é o caso em tela: "Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado. Produção, venda e atendimento a homens e animais constituíam um conjunto de ofertas que permitiam a seus proprietários converter o comércio à beira de estrada numa prática lucrativa, apesar da precariedade de suas bases de organização. O consumo de milho era, em particular, o negócio mais atraente, a ponto de levar os fornecedores a colocar em disposição ranchos, mantimentos para o pessoal das tropas e pastagens para os animais, a fim de garantir para si clientela" (Lenharo, 1979: 77).

A composição da amostra de reconstituídos – a eleição de negociantes estabelecidos em distritos sedes municipais e/ou de expressão regional – colaborou para a maior incidência relativa de armazéns e lojas[163]. Ainda assim, na amostra preponderam as vendas (54,6%), seguidas das lojas (23,2%) e armazéns (22,2%).

Com exceção de caso isolado de armazeneira, todas as mulheres negociantes eram proprietárias de vendas (94,7%). Como se verificará no estudo da estrutura da posse de escravos segundo o tipo de casa de negócio e em outras evidências, as vendas respondiam pelo pequeno comércio estabelecido. Nesse sentido, os dados coincidem com a caracterização da atuação da mulher no comércio do Setecentos. Também no século XIX, a presença feminina em atividades mercantis estava restrita ao comércio de molhados e aguardente em vendas, salvo quando a viuvez ascendia a cônjuge à chefia de casa de negócio de maior porte[164].

Enquanto mais da metade dos armazeneiros concentrava-se na faixa etária idade produtiva II, pouco menos de três quintos dos lojistas estavam na faixa idade produtiva I. Essa constatação talvez se explique por divergência no ciclo vital desses negociantes relativamente abastados. A provável entrada tardia no comércio de armazém, *vis-à-vis* o de loja, decorria da necessidade de maior acumulação prévia de capital. A estrutura etária dos vendeiros parece que resultava de outra lógica. O elevado percentual na faixa idade produtiva II (49,5%) era acompanhado de concentração na faixa dos idosos (20,8%) significativamente maior do que a correspondente para lojistas e armazeneiros (2,3% e 9,8%). Mais de 80% dos negociantes idosos eram proprietários de vendas. Entre os vendeiros devia preponderar amplo segmento de indivíduos que adentravam tardiamente na atividade comercial – mais porque o pequeno comércio representava alternativa de sobrevivência para parte daqueles que já não podiam dedicar-se a atividades que exigiam grande dispêndio de esforço físico e menos por imposição de acumulação prévia de capital para a entrada no setor comercial[165].

O resultado do cruzamento da cor/origem com o tipo de estabelecimento coaduna-se com o da interseção com a localização espacial. A maior concentração de negociantes mestiços e negros (crioulos e africanos) no urbano combina com os percentuais de vendeiros não-brancos. O pequeno comércio das vendas respondia por 91,7% dos negociantes crioulos, por todos os negociantes africanos e 70,7% dos negociantes mestiços. Menos de um terço dos proprietários de vendas era de brancos. Parece restar definitivamente consolidada importante associação, conquanto não exclusiva, do pequeno comércio com o urbano. Diversa era a situação dos estabelecimentos comerciais de maior porte: armazeneiros e lojistas eram preponderantemente brancos (70,7% e 69%), os mestiços respondiam por menos de um terço dos proprietários de armazéns e lojas. Essa composição indicia forte restrição socioeconômica para o acesso ao comércio de grandes estabelecimentos comerciais.

O referido descompasso no ciclo vital de lojistas e armazeneiros confirma-se na composição segundo o estado conjugal. A maior proporção de casados entre os negociantes de armazéns (60%) combina

---

163 É a seguinte a distribuição de todas as casas de negócio dos Mapas de 1836 com especificação de tipo: 138 armazéns, 546 lojas 1.317 vendas e 179 tabernas. Ver segunda parte desta subseção.

164 A referida armazeneira vivia na cidade de Mariana. Dona Rosa Maria de Sena, branca, viúva e com 60 anos de idade, não era escravista. Seu domicílio era composto por mais 11 indivíduos livres, sendo cinco agregados (Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 2, documento 17).

165 A diferenciação de tipos de estabelecimento comercial segundo o aporte de recursos necessários para entrada no setor mercantil também foi proposta para o século XVIII, embora em outros termos. "A maior diferenciação entre as lojas e as vendas parece ter sido pela magnitude e localização do estabelecimento comercial e nem tanto pelos estoques que vendia. As lojas eram estabelecimentos de maior porte, que exigiam capitais mais vultosos, geralmente estabelecidas no perímetro urbano, pertenciam à elite comercial, vendiam a retalho ou a grosso e faziam conexões com a área rural e o interior da capitania. As vendas eram freqüentemente localizadas nos morros e serviam para a venda de alimentos e bebidas alcoólicas, quase sempre para escravos empregados na mineração, eram dirigidas pelos estratos mais baixos da comunidade de comerciantes, muitas vezes mulheres escravas" (Furtado, 1999: 241). Ver subseção 1.2.

com a concentração na faixa idade produtiva II. A menor participação de casados entre os negociantes de lojas (51%) coaduna-se com a concentração na faixa idade produtiva I. Também para os vendeiros, as variáveis idade e estado conjugal apresentam-se coerentes. A pequena incidência de solteiros (27,7%), menor do que entre lojistas e armazeneiros, e o elevado número relativo de casados (62,4%) e viúvos (9,9%) combinam com a concentração desses pequenos negociantes nas faixas etárias idade produtiva II e idosos. Quase 80% dos viúvos eram vendeiros. Resta robustecida a proposição de que parcela considerável dos proprietários de venda ingressava tardiamente no setor comercial. Constata-se que a relativa baixa extração socioeconômica dos vendeiros não impedia que a formalização das uniões consensuais alcançasse percentuais mais elevados do que os correspondentes para armazeneiros e lojistas. A associação do pequeno comércio com o urbano seguramente está na base desse fenômeno, dada a vigência das referidas maiores pressões sociorreligiosas pela formalização das uniões nas cidades.

O elevado percentual de fogos escravistas entre lojistas (92,9%) e armazeneiros (82,9%) e o relativamente reduzido número de vendeiros proprietários de escravos (37,6%) reafirmam a heterogeneidade da extração socioeconômica dos negociantes mineiros do século XIX. As médias de cativos por escravista também patenteiam a diversidade e revelam importante traço do grande comércio de Minas Gerais. A média de escravos por armazeneiro (12,5) era mais do que o dobro da correspondente para lojistas (6). Propõe-se a hipótese de que o absenteísmo devia ser bastante comum entre os grandes negociantes de Minas Gerais. Parcela expressiva da elite mercantil mantinha fortes vínculos com o mundo rural. Eram negociantes escravistas de grandes plantéis que possuíam fazendas com diversificada pauta produtiva e dividiam sua existência entre a sociabilidade da cidade e sólidas raízes agrárias[166]. Esses negociantes foram relacionados nos Mapas de 1836 com casas de negócio no urbano e, no Censo de 1831-32, foram listados como chefes de fogos rurais[167]. A diferença entre as médias também está de acordo com a proposição de ciclos vitais distintos entre armazeneiros e lojistas. A entrada relativamente tardia no comércio como proprietário de armazém, evidenciada pela estrutura etária e composição segundo o estado conjugal, coaduna-se com as maiores posses de escravos e robustece a tese da necessidade de elevada acumulação prévia de capital para o ingresso no setor. Parte do grande capital mercantil de Minas Gerais tinha origem agrária.

Tabela 42 – Distribuição dos negociantes pelos tipos de estabelecimento comercial, segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

(continua)

Variáveis	Armazén			Loja			Venda			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Sexo												
Homem	40	97,6	24,1	43	100,0	25,9	83	82,2	50,0	166	89,7	100,0
Mulher	1	2,4	5,3				18	17,8	94,7	19	10,3	100,0
Total	41	100,0	22,2	43	100,0	23,2	101	100,0	54,6	185	100,0	100,0

166 O absenteísmo de comerciantes, a entrega de casas de negócio aos cuidados de prepostos, parece ter sido fenômeno relativamente normal no século XVIII. "Vários dos proprietários de estabelecimentos comerciais não cuidavam pessoalmente de seus estabelecimentos e tinham empregados ou escravos a seu serviço. Havia lojas que eram dirigidas por seus donos, características do pequeno e médio comércio a varejo, mas grandes comerciantes ou agricultores também as possuíam, nestes casos eram seus funcionários que se encarregavam dos negócios" (Furtado, 1999, 251).

167 No século XVIII, a associação do comércio com atividades agrícolas não era incomum. Parte dos gêneros básicos de subsistência era produzida pelo próprio comerciante (Furtado, 1999: 246).

Tabela 42 – Distribuição dos negociantes pelos tipos de estabelecimento comercial, segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

(conclusão)

Variáveis	Armazén			Loja			Venda			Total		
	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨	Nº	%⇩	%⇨
Faixa etária												
Idade produtiva I – 15 a 34 anos	16	39,0	22,5	25	58,1	35,2	30	29,7	42,3	71	38,4	100,0
Idade produtiva II – 35 a 59 anos	21	51,2	23,9	17	39,5	19,3	50	49,5	56,8	88	47,6	100,0
Idosos – 60 e mais	4	9,8	15,4	1	2,3	3,8	21	20,8	80,8	26	14,1	100,0
Total	41	100,0	22,2	43	100,0	23,2	101	100,0	54,6	185	100,0	100,0
Cor/origem[1]												
Branco	29	70,7	33,7	29	69,0	33,7	28	28,3	32,6	86	47,3	100,0
Crioulo	1	2,4	8,3				11	11,1	91,7	12	6,6	100,0
Africano							2	2,0	100,0	2	1,1	100,0
Mestiço	11	26,8	13,4	13	31,0	15,9	58	58,6	70,7	82	45,1	100,0
Total	41	100,0	22,5	42	100,0	23,1	99	100,0	54,4	182	100,0	100,0
Estado conjugal[2]												
Solteiro	14	35,0	22,6	20	46,5	32,3	28	27,7	45,2	62	33,7	100,0
Casado	24	60,0	22,0	22	51,2	20,2	63	62,4	57,8	109	59,2	100,0
Viúvo	2	5,0	15,4	1	2,3	7,7	10	9,9	76,9	13	7,1	100,0
Total	40	100,0	21,7	43	100,0	23,4	101	100,0	54,9	184	100,0	100,0
Estrutura da posse de escravos												
Fogos sem escravos	7	17,1	9,6	3	7,1	4,1	63	62,4	86,3	73	39,7	100,0
Fogos com escravos	34	82,9	30,6	39	92,9	35,1	38	37,6	34,2	111	60,3	100,0
Total	41	100,0	22,3	42	100,0	22,8	101	100,0	54,9	184	100,0	100,0
Tamanho médio dos plantéis		12,5			6,0			3,2			6,9	

(1) Excluídos três casos de não-informação da variável cor.
(2) Excluído um caso de não-informação da variável estado conjugal.

Fonte: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6 e 1/10 e MP, diversas caixas.

O empório era o padrão de estabelecimento comercial de Minas Gerais no século XIX. Os depoimentos dos viajantes são pródigos em descrições das mercadorias comercializadas pelas casas de negócio. Excetuados os diminutos estabelecimentos, numericamente bastante freqüentes, mas não majoritários, as casas comerciais caracterizavam-se pela miscelânea de mercadorias[168]. Dessa forma, a análise dos resultados da segmentação dos negociantes pelas mercadorias comercializadas não se po-

168 Nas impressões dos viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no século XIX, são abundantes as descrições sobre o universo de mercadorias comercializadas nas casas de negócio. Predominava o padrão empório, a oferta de gêneros de diversas naturezas. "Todavia, esse trabalho de Pirapora não era uma vida de solidão como nas seções, pois fazíamos pequenas pausas em nossas vidas para uma visita ocasional um ao outro e eu freqüentemente recebia visitas muito impertinentes de meus vizinhos da vila, que tinham curiosidade acerca de tudo, eram extremamente desinteressantes e quase não tinham informações a dar. O visitante mais freqüente era um senhor Araújo, o único negociante da

derá realizar sem redobrada atenção. Em nenhuma hipótese se deve considerar o comércio exclusivo de aguardente, ou espíritos importados, ou fazenda seca. Embora os dados dos Mapas de 1836 sugiram forte associação de vendas com aguardente, armazéns com espíritos importados e, principalmente, lojas com fazenda seca, essas associações não eram exclusivas. Na documentação fiscal de 1836, é grande o número de armazéns que comercializavam aguardente e/ou fazenda seca e maior ainda o de lojas que negociavam aguardente e/ou espíritos importados. Bem menos freqüentes os casos de vendas que comercializavam espíritos importados e fazenda seca[169]. Essas injunções estão presentes nos dados referentes à segmentação dos negociantes reconstituídos pelas mercadorias comercializadas.

Mesmo considerada a não-exclusividade no comércio das mercadorias analisadas, observa-se a pronunciada associação das mulheres com a comercialização de aguardente (13,2%), se comparada com a presença feminina no comércio de espíritos importados (2,9%) e fazenda seca (3,8%). As mulheres negociantes estavam associadas às vendas e a comercialização de aguardente.

A articulação vendas/aguardente confirma-se, ao menos em parte, no exame da composição dos negociantes segundo a estrutura etária cruzada com as mercadorias comercializadas; sobretudo a proporção mais baixa de negociantes de aguardente na faixa etária idade produtiva I (28,8%), se comparada com a de negociantes de espíritos importados (50%) e fazenda seca (50,9%). As articulações armazém/espíritos importados e loja/fazenda seca não encontram consistência e também não estabelecem contradição com a distribuição pelas grandes faixas etárias.

Da interseção da cor/origem com as mercadorias comercializadas, resulta o fortalecimento das associações com os tipos de estabelecimentos. A pronunciada concentração de brancos entre os negociantes de espíritos importados (61,8%) e fazenda seca (69,8%) coaduna-se com a larga predominância de brancos entre os armazeneiros e lojistas. A expressiva participação de indivíduos mestiços e negros entre os negociantes de aguardente (51,9%) combina com a preponderância de não-brancos entre os vendeiros.

O cruzamento do estado conjugal com as mercadorias comercializadas não confirma as ilações da interseção estado conjugal e tipos de estabelecimento. Contudo, não estabelece contradição. No primeiro caso, as divergências entre os números relativos são pouco expressivas; no segundo, observam-se inequívocas tendências. O quadro para os negociantes de aguardente é o que melhor define associação com tipo de estabelecimento. Como, para os vendeiros, constata-se que entre os negociantes de aguardente maiores eram os percentuais de casados (64,9%) e, principalmente, viúvos (8,5%), bem como menor o de solteiros (26,5%).

A estrutura da posse de escravos segundo as mercadorias comercializadas, em parte, coaduna-se com a segundo os tipos de estabelecimento. Os negociantes de aguardente eram os menos escravistas (52,8%) se comparados aos negociantes de espíritos importados e fazenda seca (76,5% e 92,5%). Todavia, as médias de escravos por mercadoria comercializada são dissonantes das médias por tipo de estabelecimento. Ao que parece, essa variável, assim como a idade e o estado conjugal, estava mais sujeita ao efeito da presença de negociantes que comercializavam mais de um tipo de mercadoria.

---

vila (mercador, negociante, dono de loja, a palavra se aplica a tudo da mesma forma). Ele era um homem alto, magro, forte, branco-amorenado, de cerca de 40 anos de idade e possuía um armazém muito pequenino na vila, com o qual supria as necessidades extrínsecas do lugar, consistindo principalmente em cachaça, fumo, violões, estampas coloridas, botas, esporas, ferraduras para burros e cavalos, pregos, chapéus de palha, lenços e xales espalhafatosos. Ele era o homem da vila e tido como rico, em um lugar onde 500 libras em espécie tornam um homem muito rico" (Wells, 1995: 274 - vol. 1). Ver subseção 3.2.

169 Os dados de 1836 divergem da caracterização de tipos de estabelecimento proposta por Mafalda Zemella, portanto válida para o século XVIII: "Nas lojas, vendiam-se apenas 'fazendas secas', isto é, armarinhos, tecidos, enfim, artigos para indumentária, utilidades domésticas, perfumarias, etc. Nas vendas, vendiam-se quase todos os artigos que se encontravam nas lojas, e mais os 'molhados', isto é, as bebidas, os comestíveis, as gulodices, etc." (Zemella, 1990: 163). Ver subseção 1.2.

Tabela 43 – Distribuição dos negociantes segundo as mercadorias comercializadas, por múltiplas variáveis, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

Variáveis	Aguardente		Espíritos importados		Fazenda seca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sexo						
Homem	184	86,8	33	97,1	51	96,2
Mulher	28	13,2	1	2,9	2	3,8
Total	212	100,0	34	100,0	53	100,0
Faixa etária						
Idade produtiva I – 15 a 34 anos	61	28,8	17	50,0	27	50,9
Idade produtiva II – 35 a 59 anos	122	57,5	12	35,3	22	41,5
Idosos – 60 e mais	29	13,7	5	14,7	4	7,5
Total	212	100,0	34	100,0	53	100,0
Cor/origem[1]						
Branco	101	48,1	21	61,8	37	69,8
Crioulo	15	7,1				
Africano	2	1,0	1	2,9		
Mestiço	92	43,8	12	35,3	16	30,2
Total	210	100,0	34	100,0	53	100,0
Estado conjugal[2]						
Solteiro	56	26,5	10	30,3	17	32,1
Casado	137	64,9	21	63,6	34	64,2
Viúvo	18	8,5	2	6,1	2	3,8
Total	211	100,0	33	100,0	53	100,0
Estrutura da posse de escravos						
Fogos sem escravos	100	47,2	8	23,5	4	7,5
Fogos com escravos	112	52,8	26	76,5	49	92,5
Total	212	100,0	34	100,0	53	100,0
Tamanho médio dos plantéis	7,0		4,9		6,7	

(1) Excluídos dois casos de não-informação da variável cor para negociantes de aguardente.
(2) Excluído um caso de não-informação da variável estado conjugal para negociantes de aguardente e espíritos importados.
Fonte: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6 e 1/10 e MP, diversas caixas.

Nas tabelas seguintes, articulam-se as variáveis localização espacial, tipo de estabelecimento e mercadoria comercializada com a posição dos indivíduos no fogo e com a setorização ocupacional. Esses resultados devem ser examinados com cautela. Se, para os chefes de fogo, o nível de informação de ocupação é bastante satisfatório, para os livres não-chefes e, sobretudo, escravos, a não-informação alcança percentuais elevados. Sendo assim, na seqüência serão examinados apenas os resultados para os chefes de domicílio.

Como nas tabelas anteriores, a segmentação dos negociantes pela localização espacial não resultou em distinções pronunciadas. As estruturas ocupacionais dos fogos dos negociantes do urbano e do rural apresentaram divergências relevantes apenas para o setor agropecuário. Em ambos os espaços, os chefes concentravam-se no comércio (55,4% e 55,6%) e atividades manuais e mecânicas (24,4% e 15,9%), cabendo à mineração números relativos bastante reduzidos (2,6% e 3,2%). Como ressaltado, eram importantes as distinções no caso da agropecuária: para cada chefe de domicílio em atividades agrícolas no urbano (5,2%) correspondiam mais de dois no rural (12,7%). Assim, no caso dos espaços urbanos, quando o comércio estabelecido não era a atividade nuclear do fogo, os negociantes estavam inseridos em unidades centradas em atividades manuais e mecânicas e, em proporção bem menor, na agropecuária e mineração. Para os espaços rurais, o quadro era semelhante, com exceção da maior importância relativa dos casos em que o comércio estabelecido estava inserido em unidades centradas na agropecuária. Em comum aos dois espaços, o fato de o comércio estabelecido ser atividade subordinada e associada em pouco menos da metade dos fogos, resultado que diverge do encontrado na Tabela 36.

Tabela 44 – Distribuição dos negociantes pelos espaços urbano e rural, segundo a posição no fogo e setor ocupacional, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

Localização espacial	Setor ocupacional											
	Agropecuária		Mineração		Atividades manuais e mecânicas		Comércio		Outros setores		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbano												
Chefe de fogo	10	5,2	5	2,6	47	24,4	107	55,4	24	12,4	193	100,0
Livre não-chefe	1	0,5	2	1,0	115	56,4	44	21,6	42	20,6	204	100,0
Escravo	61	26,6	1	0,4	82	35,8	7	3,1	78	34,1	229	100,0
Total	72	11,5	8	1,3	244	39,0	158	25,2	144	23,0	626	100,0
Rural												
Chefe de fogo	8	12,7	2	3,2	10	15,9	35	55,6	8	12,7	63	100,0
Livre não-chefe	5	9,1			33	60,0	13	23,6	4	7,3	55	100,0
Escravo	7	50,0			6	42,9			1	7,1	14	100,0
Total	20	15,2	2	1,5	49	37,1	48	36,4	13	9,8	132	100,0

Fonte: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6 e 1/10 e MP, diversas caixas.

A estrutura ocupacional dos fogos segundo o tipo de estabelecimento comercial revela pronunciadas distinções entre as unidades com armazéns e lojas em face das com vendas. Os chefes armazeneiros e lojistas respondiam pela grande maioria dos domicílios (84,6% e 78,6%), ao passo que os chefes vendeiros perfaziam menos da metade dos fogos (44,8%). Fica patente a maior tendência dos fogos dos grandes negociantes estarem centrados no comércio e a maior propensão dos domicílios dos pequenos negociantes centrarem-se em outras atividades. Os chefes em atividades manuais e mecânicas somavam um terço dos fogos com vendas contra pequenos percentuais para os com armazéns (5,1%) e lojas (4,8%). Para 7,3% dos fogos com vendas chefiados por mineradores não correspondia caso algum para os fogos com armazéns e lojas. Os fogos com chefes na agropecuária eram pouco expressivos entre aqueles com armazém (2,6%) e vendas (3,1%) e algo importante entre

os com lojas (9,5%). Desses resultados, conclui-se que armazéns e lojas pertenciam a negociantes que estruturavam suas atividades no exercício do comércio, embora diversificassem seus investimentos na forma de aquisição de escravos a serem alocados em outras atividades. As vendas dividiam-se entre negociantes independentes e inseridos em domicílios centrados em outras atividades, notadamente o artesanato.

Tabela 45 – Distribuição dos negociantes pelos tipos de estabelecimento, segundo a posição no fogo e setor ocupacional, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

Localização espacial	Setor ocupacional											
	Agropecuária		Mineração		Atividades manuais e mecânicas		Comércio		Outros setores		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Armazém												
Chefe de fogo	1	2,6			2	5,1	33	84,6	3	7,7	39	100,0
Livre não-chefe					6	24,0	17	68,0	2	8,0	25	100,0
Escravo	6	50,0			3	25,0			3	25,0	12	100,0
Total	7	9,2			11	14,5	50	65,8	8	10,5	76	100,0
Loja												
Chefe de fogo	4	9,5			2	4,8	33	78,6	3	7,1	42	100,0
Livre não-chefe					12	29,3	22	53,7	7	17,1	41	100,0
Escravo	35	36,5			24	25,0	5	5,2	32	33,3	96	100,0
Total	39	21,8			38	21,2	60	33,5	42	23,5	179	100,0
Venda												
Chefe de fogo	3	3,1	7	7,3	32	33,3	43	44,8	11	11,5	96	100,0
Livre não-chefe	1	1,0	2	1,9	71	68,3	10	9,6	20	19,2	104	100,0
Escravo			1	4,0	10	40,0	2	8,0	12	48,0	25	100,0
Total	4	1,8	10	4,4	113	50,2	55	24,4	43	19,1	225	100,0

Fonte: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6 e 1/10 e MP, diversas caixas.

A maioria dos fogos com comercialização de aguardente (52,2%), espíritos importados (62,5%) e fazenda seca (76,5%) estava centrada em atividades mercantis. No entanto, as diferenças entre os percentuais reiteram a associação da aguardente com o pequeno comércio e a decorrente maior tendência de outras atividades ocuparem posição central na unidade. Os números relativos pertinentes aos chefes em atividades manuais e mecânicas são inversamente proporcionais aos do comércio: nos fogos com comercialização de aguardente (23,9%) bem mais significativos do que nos domicílios com comércio de espíritos importados (12,5%) e fazenda seca (5,9%). Considerada a pequena expressão dos chefes na agropecuária (7,3%) e mineração (3,9%), conclui-se que a aguardente, quando não era comercializada em fogos em que as atividades mercantis ocupavam posição nuclear, tendia a ser negociada em domicílios em que o comércio estava consorciado com o artesanato.

Tabela 46 – Distribuição dos negociantes segundo as mercadorias comercializadas, pela posição no fogo e setor ocupacional, Minas Gerais, 1831-32 e 1836

Localização espacial	Setor ocupacional											
	Agropecuária		Mineração		Atividades manuais e mecânicas		Comércio		Outros setores		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aguardente												
Chefe de fogo	15	7,3	8	3,9	49	23,9	107	52,2	26	12,7	205	100,0
Livre não-chefe	9	4,1	2	0,9	134	60,6	33	14,9	43	19,5	221	100,0
Escravo	45	26,0	3	1,7	60	34,7	1	0,6	64	37,0	173	100,0
Total	69	11,5	13	2,2	243	40,6	141	23,5	133	22,2	599	100,0
Espíritos importados												
Chefe de fogo	3	9,4			4	12,5	20	62,5	5	15,6	32	100,0
Livre não-chefe					9	42,9	10	47,6	2	9,5	21	100,0
Escravo	16	35,6			23	51,1			6	13,3	45	100,0
Total	19	19,4			36	36,7	30	30,6	13	13,3	98	100,0
Fazenda seca												
Chefe de fogo	4	7,8			3	5,9	39	76,5	5	9,8	51	100,0
Livre não-chefe	1	1,1			25	26,6	22	23,4	46	48,9	94	100,0
Escravo	35	18,4	27	14,2	63	33,2	6	3,2	59	31,1	190	100,0
Total	40	11,9	27	8,1	91	27,2	67	20,0	110	32,8	335	100,0

Fonte: Censo de 1831-32 e Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6 e 1/10 e MP, diversas caixas.

Resumo dos resultados

Atributos sociodemográficos dos comerciantes

No princípio da década de 1830, dos grandes setores ocupacionais de Minas Gerais, o comércio era o que menos empregava. De cada três indivíduos ocupados no comércio, dois estavam na comercialização e um na circulação. O comércio era o maior empregador relativo de indivíduos livres e o menos escravista dos setores, embora no comércio de tropa fosse significativa a participação de escravos perante praticamente exclusiva atuação de livres no comércio estabelecido. O comércio de Minas Gerais era atividade eminentemente masculina. As mulheres estavam quase que exclusivamente restritas ao comércio estabelecido. Entre os grandes setores, o comércio era o menor empregador de crianças, apresentava a maior participação de indivíduos em faixa de idade produtiva avançada e a mais elevada idade média. As tropas tendiam a absorver indivíduos mais jovens do que as casas de negócio. A presença de indivíduos brancos no comércio não encontrava paralelo nos demais setores, o contingente de mestiços também era significativo e a participação de crioulos e africanos bastante reduzida. Brancos e mestiços respondiam pela grande maioria dos negociantes, e crioulos e africanos eram expressivos entre os tropeiros. No comércio, estava a maior proporção de casados *vis-à-vis* os demais principais setores ocupacionais de Minas Gerais. Os casados entre os tropeiros eram significativamente menos incidentes do que entre os negociantes.

Atributos sociodemográficos dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões

Quanto mais elevado o nível de desenvolvimento econômico das regiões, maior o dinamismo das atividades mercantis. O comércio fixo preponderava nas regiões de todos os níveis de desenvolvimento econômico em relação ao comércio de tropa. Entretanto, o de tropa era muito mais vigoroso nas regiões com NDE alto em face das regiões com NDE médio e baixo. A presença de escravos no comércio era tanto mais expressiva quanto maior o nível de desenvolvimento econômico das regiões. A participação feminina em atividades comerciais guardava estreita relação com o nível de desenvolvimento econômico das regiões: quanto maior o dinamismo econômico, mais expressiva a presença de mulheres no comércio. A participação de indivíduos brancos no comércio crescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo, e a presença de crioulos e africanos decrescia das regiões com NDE alto para as regiões com NDE baixo.

Atributos sociodemográficos dos comerciantes segundo o nível de centralidade dos distritos de paz

Não era linear a relação entre a proporção de comerciantes na população total e o nível de centralidade, embora nos distritos com NC alto a participação do comércio fosse maior do que nos distritos com NC médio e baixo. Quanto maior o nível de centralidade, menor a participação relativa do comércio de tropas ante o fixo. Entretanto, quanto maior o nível de centralidade, mais elevada era a participação relativa de escravos nas casas de negócio e em tropas. Ainda que os comerciantes do sexo masculino fossem majoritários em todos os níveis de centralidade, a participação relativa das mulheres no comércio era pronunciadamente menor nos distritos com NC baixo. Era estreita a correlação entre o nível de centralidade dos distritos de Minas Gerais e a composição dos comerciantes pelas grandes faixas etárias. A participação de crianças, idosos e indivíduos em faixa de idade produtiva avançada decresciam à medida que diminuía o nível de centralidade. Quanto menor fosse o nível de centralidade, maior seria a participação de comerciantes em faixa de idade produtiva jovem. A participação de comerciantes brancos nos distritos com NC baixo superava a dos distritos com NC médio e alto. Por outro lado, a proporção de comerciantes mestiços nos distritos com NC médio e alto sobrepujava a dos distritos com NC baixo. A participação de crioulos somados a africanos no comércio estabelecido dos distritos com NC médio e alto era bem mais significativa do que nos distritos com NC baixo.

Características dos domicílios dos comerciantes

As atividades mercantis em Minas Gerais tendiam a ocupar posição nuclear nas unidades econômicas. Consideradas em separado as formas do comércio, a grande maioria das unidades com comércio fixo era chefiada por negociantes contra pouco mais da metade dos fogos com comércio de tropa chefiada por tropeiros.

Estrutura da posse de escravos segundo os tipos de unidades comerciais

A maior parte dos fogos com comércio era escravista. Considerados apenas os fogos chefiados por comerciantes, portanto unidades em que o comércio era a atividade central, mais da metade dos domicílios era escravista. Embora as atividades mercantis fossem pouco empregadoras de escravos, o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos. O número relativo de fogos chefiados por negociantes escravistas era maior do que o correspondente para tropeiros. Quando o comércio era a atividade nuclear do fogo, os pequenos plantéis respondiam pela maior parte das posses. Quando estava subordinado ou associado e com presença de livres na atividade, predominavam os médios e grandes plantéis. Quando o comércio era atividade subsidiária e com presença exclusiva de escravos na atividade, eram hegemônicos os grandes e muito grandes plantéis. Nas unidades de trabalho ou econômicas em que o comércio fixo ocupava posição central, repetia-se o padrão de largo predomínio das pequenas e médias posses. Conquanto também predominassem as pequenas e médias posses nos fogos com comércio de tropa, as propriedades maiores eram bem mais significativas. Nos fogos com atividades mercantis, a posse de escravos apresentava-se com elevado nível de concentração, embora a propriedade de cativos nos fogos centrados no comércio fosse bem menos concentrada.

Segmentado o comércio, observam-se importantes distinções entre suas formas fixo e de tropa. A posse de escravos estava muito mais concentrada nos fogos chefiados por tropeiros se comparados aos

chefiados por negociantes. A média de escravos por domicílio chefiado por comerciante era próxima da média provincial e bem menor do que as médias dos fogos em que as atividades mercantis não eram centrais. O comércio fixo apresentava média de escravos menor do que o comércio de tropas.

Estrutura ocupacional segundo os tipos de unidades comerciais

Nos fogos chefiados por comerciantes, as atividades mercantis empregavam muito mais do que nos demais fogos com comércio. Nos fogos em que o comércio era atividade nuclear, os negociantes eram muito mais freqüentes do que os tropeiros. Nos fogos em que as atividades mercantis estavam subordinadas e associadas, havia relativo equilíbrio entre a presença de negociantes e tropeiros, e, nos fogos em que o comércio era atividade subsidiária, os tropeiros eram muito mais incidentes do que os negociantes.

Quando o comércio era a atividade central do fogo, a estrutura ocupacional caracterizava-se pelo predomínio de, na seguinte ordem: atividades manuais e mecânicas, comércio, agropecuária e serviço doméstico. Quando o comércio era atividade subordinada e associada, a estrutura ocupacional caracterizava-se pelo predomínio de, na seguinte ordem: atividades manuais e mecânicas, agropecuária e comércio. Nos fogos em que o comércio ocupava posição subsidiária a estrutura ocupacional apresentava-se concentrada em cinco setores, na seguinte ordem: agropecuária, atividades manuais e mecânicas, mineração, serviço doméstico e comércio. O assalariamento era muito mais comum nos fogos em que o comércio ocupava posição central perante os demais domicílios com comércio. Os estudantes eram muito mais expressivos nos fogos com comerciantes livres se comparados com os domicílios com apenas escravos em atividades mercantis. Nos fogos em que o comércio era atividade subordinada e associada, a grande maioria dos chefes estava na agropecuária e em atividades manuais e mecânicas. Nos fogos em que o comércio era atividade subsidiária, mais da metade dos chefes estava na agropecuária.

Nas unidades em que o comércio era atividade nuclear, a presença de livres não-chefes em atividades mercantis era relativamente pequena. Por outro lado, as atividades manuais e mecânicas ocupavam dilatado número relativo de livres não-chefes. Nos fogos em que o comércio era atividade subordinada e associada, embora as atividades manuais e mecânicas também respondessem pela ocupação da maior parte dos livres não-chefes, o comércio apresentava percentual bastante expressivo. Quando apenas escravos eram empregados em atividades mercantis, as atividades manuais e mecânicas e agropecuária alcançavam maior projeção entre os livres não-chefes.

Independente da posição do comércio no fogo, a maior parte dos cativos era empregada na agropecuária e em atividades manuais e mecânicas. Outro traço comum aos fogos escravistas com comerciantes era o emprego de cativos na mineração como assalariados ("jornaleiros") e, em proporção bem maior, atividades domésticas. A participação de escravos no comércio era expressiva nos fogos centrados em atividades mercantis e bem mais significativa nos domicílios em que o comércio era atividade subsidiária.

Negociantes dos Mapas de 1836 reconstituídos no Censo de 1831-32, outras variáveis para o estudo de atributos sociodemográficos e características dos domicílios

O comércio estabelecido estava fortemente concentrado em espaços urbanos. Independente do sexo, a maior parte dos negociantes estava no urbano. No urbano, a proporção de negociantes mestiços e negros (crioulos e africanos) era bem mais significativa do que no rural. Era pequena a diferença entre a proporção de negociantes casados do urbano e do rural. Conquanto os negociantes escravistas fossem um pouco mais incidentes no urbano, o tamanho médio dos plantéis dos negociantes do rural era significativamente maior. Nos espaços urbanos, quando o comércio estabelecido não era a atividade nuclear do fogo, os negociantes estavam inseridos em unidades centradas em atividades manuais e mecânicas e, em proporção bem menor, na agropecuária e mineração. Para os espaços rurais, o quadro era semelhante, com exceção da maior importância dos casos em que o comércio estabelecido estava inserido em unidades centradas na agropecuária.

Quase todas as mulheres negociantes eram proprietárias de vendas. Armazéns e lojas eram de propriedade quase que exclusiva de homens. Enquanto a maior parte dos armazeneiros concentrava-se em faixa de idade produtiva mais avançada, a grande maioria dos lojistas estava em faixa de idade produtiva mais jovem. Os vendeiros concentravam-se na faixa de idade produtiva mais avançada e entre os idosos. A maior parte

dos vendeiros era mestiço ou negro. Armazeneiros e lojistas eram preponderantemente brancos. Predominavam os casados entre todos os tipos de estabelecimento, embora a proporção de solteiros entre os vendeiros fosse bem menor do que entre armazeneiros e lojistas. Enquanto a grande maioria dos lojistas e armazeneiros era escravista, a maior parte dos vendeiros não possuía escravos. Os chefes armazeneiros e lojistas respondiam pela grande maioria dos domicílios com armazém e loja, ao passo que os chefes vendeiros perfaziam menos da metade dos fogos com venda. Os armazéns e lojas pertenciam a negociantes que estruturavam suas atividades no exercício do comércio, embora diversificassem seus investimentos na forma de aquisição de escravos a serem alocados em outras atividades. As vendas dividiam-se entre negociantes independentes e inseridos em domicílios centrados em outras atividades, notadamente o artesanato.

As mulheres estavam fortemente associadas com a comercialização de aguardente. A articulação vendas e comércio de aguardente confirmou-se com a baixa incidência de negociantes de aguardente na faixa de idade produtiva mais jovem. À pronunciada concentração de brancos entre os negociantes de espíritos importados e fazenda seca, correspondia a expressiva participação de indivíduos mestiços e negros entre os negociantes de aguardente. Como para os vendeiros, constatou-se que, entre os negociantes de aguardente, maiores eram os percentuais de casados e viúvos. Os negociantes de aguardente eram os menos escravistas se comparados aos negociantes de espíritos importados e fazenda seca. A maioria dos fogos com comercialização de aguardente, espíritos importados e fazenda seca estava centrada em atividades mercantis, no entanto, era bem mais comum a associação da aguardente com o pequeno comércio e a decorrente maior tendência de outras atividades ocuparem posição central na unidade. A aguardente, quando não era comercializada em fogos em que as atividades mercantis ocupavam posição nuclear, tendia a ser negociada em domicílios em que o comércio estava consorciado com o artesanato.

Ainda os Mapas de 1836 e o comércio estabelecido[170]

Com base nos Mapas de 1836 remanescentes, foram estimados 6.596 estabelecimentos comerciais para Minas Gerais em meados da década de 1830. Para cada mil habitantes, correspondiam 9,1 casas de negócio ou algo em torno de um estabelecimento comercial para cada cem habitantes. Considerando que a documentação fiscal de 1836 não contemplou as comentadas casas de negócio irregulares ou clandestinas, que deveriam avultar a número ponderável, bem como as onipresentes lojas de artífices, disseminadas pelos centros urbanos de toda a província, não parece improvável que Minas Gerais detivesse a maior quantidade de estabelecimentos comerciais do Brasil no início do Oitocentos.

A distribuição espacial das casas de negócio revela forte concentração regional. Em cinco regiões contíguas do centro e sul da província (Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste, Sul Central, Sudeste e Mata), com níveis de desenvolvimento econômico alto e médio, estavam mais de três quartos dos estabelecimentos comerciais de Minas Gerais (75,1%), embora a população correspondente não alcançasse dois terços dos habitantes da província (62,7%). Essa elevada concentração explica-se por fatores históricos que remetem ao século XVIII e coaduna-se com os referidos diferenciados níveis regionais de desenvolvimento econômico (ver subseção 1.2). As regiões com NDE alto respondiam por quase metade da população (48,3%) e concentravam pouco menos de três quintos das casas de negócio (56,4%). Nas regiões com NDE médio, estava pouco mais de um terço da população (36,8%) e quase a mesma proporção de estabelecimentos comerciais (37,2%). Já as regiões com NDE baixo detinham bem menos de um quinto da população (14,9%) e respondiam por muito menos do que um décimo das casas de negócio (6,3%). Reafirma-se a estreita conexão entre o vigor das atividades mercantis e o nível de desenvolvimento econômico regional.

Constata-se a inexistência de relação direta entre as distribuições espaciais da população e dos estabelecimentos comerciais. As regiões de Minas Novas e Mineradora Central Oeste são bons exemplos da combinação de múltiplos determinantes na definição do vigor do comércio regional. O tamanho e características da rede urbana, a densidade populacional e as formas de exploração econômica dominantes nessas

170 Parcela dos dados apresentados nesta parte da subseção 3.1 foi divulgada, em versão preliminar, no texto *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana: aguardente, escravidão, mercado interno e diversificação produtiva da fazenda mineira oitocentista* (Godoy, 2001b).

regiões estavam intimamente correlacionadas com o grau de desenvolvimento das atividades mercantis. Na região do nordeste de Minas, que detinha a quinta maior população regional (8,3%), o percentual de estabelecimentos comerciais (3,4%) era bem inferior à participação relativa da população. A rede urbana da região de Minas Novas era relativamente pequena e espacialmente desconcentrada se comparada com as regiões que detinham percentual semelhante de população; além disso, os núcleos urbanos estavam longe de possuir os mesmos níveis de articulação inter-regional e interprovincial presentes nas cidades do centro e sul de Minas Gerais. Igualmente colaborava para a menor incidência do comércio estabelecido a dispersão populacional a definir baixa densidade demográfica e a espacialmente dominante forma de exploração econômica, a pecuária extensiva. Na região Mineradora Central Oeste, detentora da maior população regional (23,3%), o percentual de casas de negócio (30,5%) era expressivamente superior à participação relativa da população. Além de apresentar a maior e mais adensada rede urbana e os maiores níveis de articulação inter-regional e interprovincial de Minas Gerais, a região Mineradora Central Oeste respondia por elevada densidade populacional relativa e formas de exploração econômica que dinamizavam as atividades mercantis regionais (ver subseção 1.2).

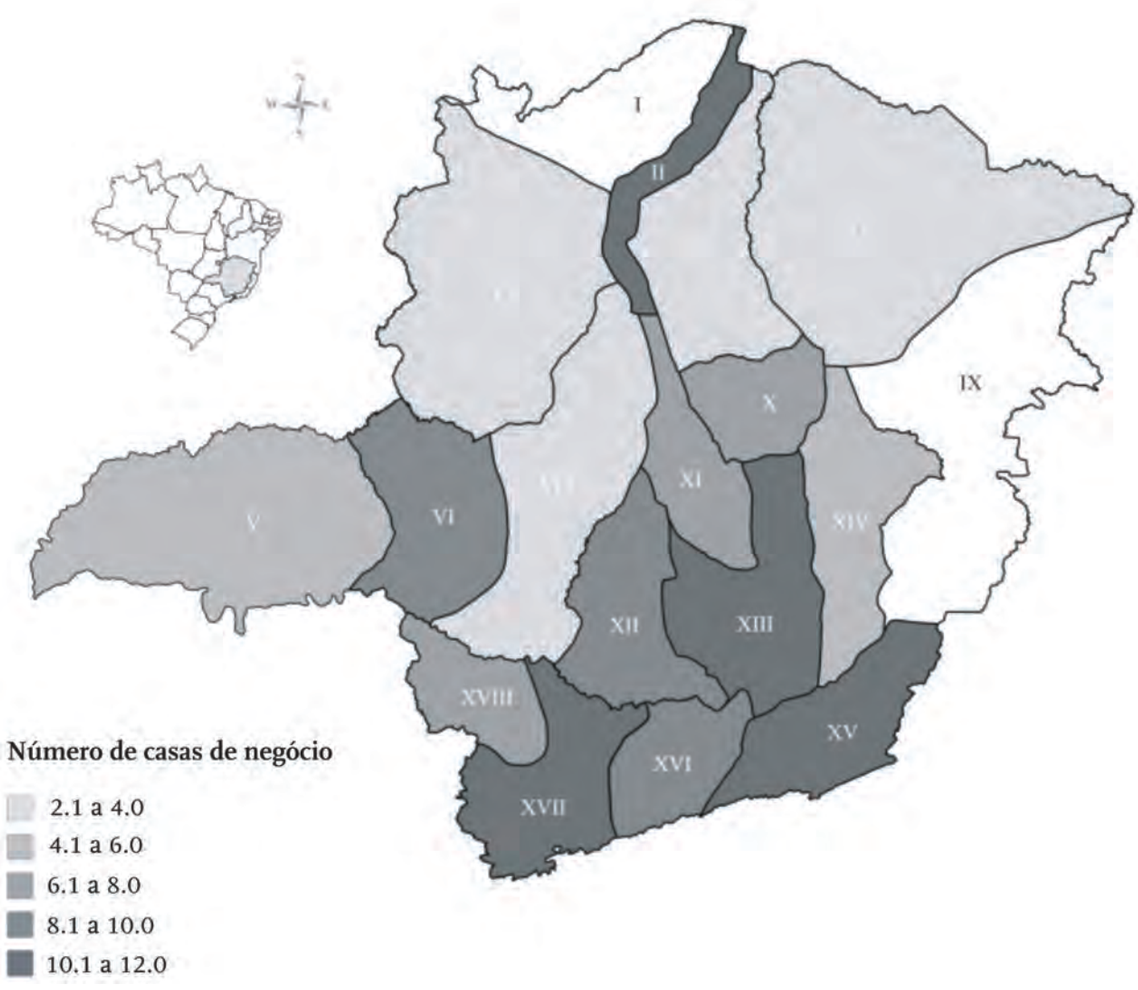
O cruzamento do tamanho da população com o número de casas de negócio reitera a associação entre nível de desenvolvimento econômico e dinamismo comercial regional. Todas as sete regiões com número de estabelecimentos comerciais por mil habitantes igual ou acima da média provincial (9,1) apresentavam NDE alto ou médio. Por outro lado, as quatro regiões com as menores médias de casas de negócio por mil habitantes apresentavam NDE baixo.

Tabela 47 – Casas de negócio nos Mapas de 1836, estimativa dos estabelecimentos comerciais e número médio de casas de negócio por mil habitantes, Minas Gerais

Regiões	Nº de casas de negócio dos Mapas de 1836	População dos distritos com mapas remanescentes	População dos distritos da Estimativa Populacional 1831-35		Estimativa do número de casas de negócio		Nº de casas de negócio por mil habitantes
			Nº	%	Nº	%	
Araxá	101	11.113	22.006	3,0	200	3,0	9,1
Diamantina	169	23.229	29.949	4,1	218	3,3	7,3
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	653	67.357	83.949	11,5	814	12,3	9,7
Mata	383	34.086	43.897	6,0	493	7,5	11,2
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	178	27.600	37.040	5,1	239	3,6	6,4
Mineradora Central Leste	150	31.192	33.619	4,6	162	2,5	4,8
Mineradora Central Oeste	1.485	125.811	170.218	23,3	2.009	30,5	11,8
Minas Novas	152	41.330	60.800	8,3	224	3,4	3,7
Paracatu	13	4.917	10.152	1,4	27	0,4	2,6
Sertão do Alto Rio São Francisco	61	16.258	18.306	2,5	69	1,0	3,8
Sul Central	802	73.147	90.588	12,4	993	15,1	11,0
Sertão	15	4.541	8.726	1,2	29	0,4	3,3
Sertão do Rio Doce[1]	13	267	267	0,0	13	0,2	—
Sudeste	614	62.085	69.098	9,5	683	10,4	9,9
Sudoeste	174	23.395	27.716	3,8	206	3,1	7,4
Triângulo	55	10.287	10.287	1,4	55	0,8	5,3
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	31	2.728	14.160	1,9	161	2,4	11,4
Minas Gerais	5.049	559.343	730.778	100,0	6.596	100,0	9,1

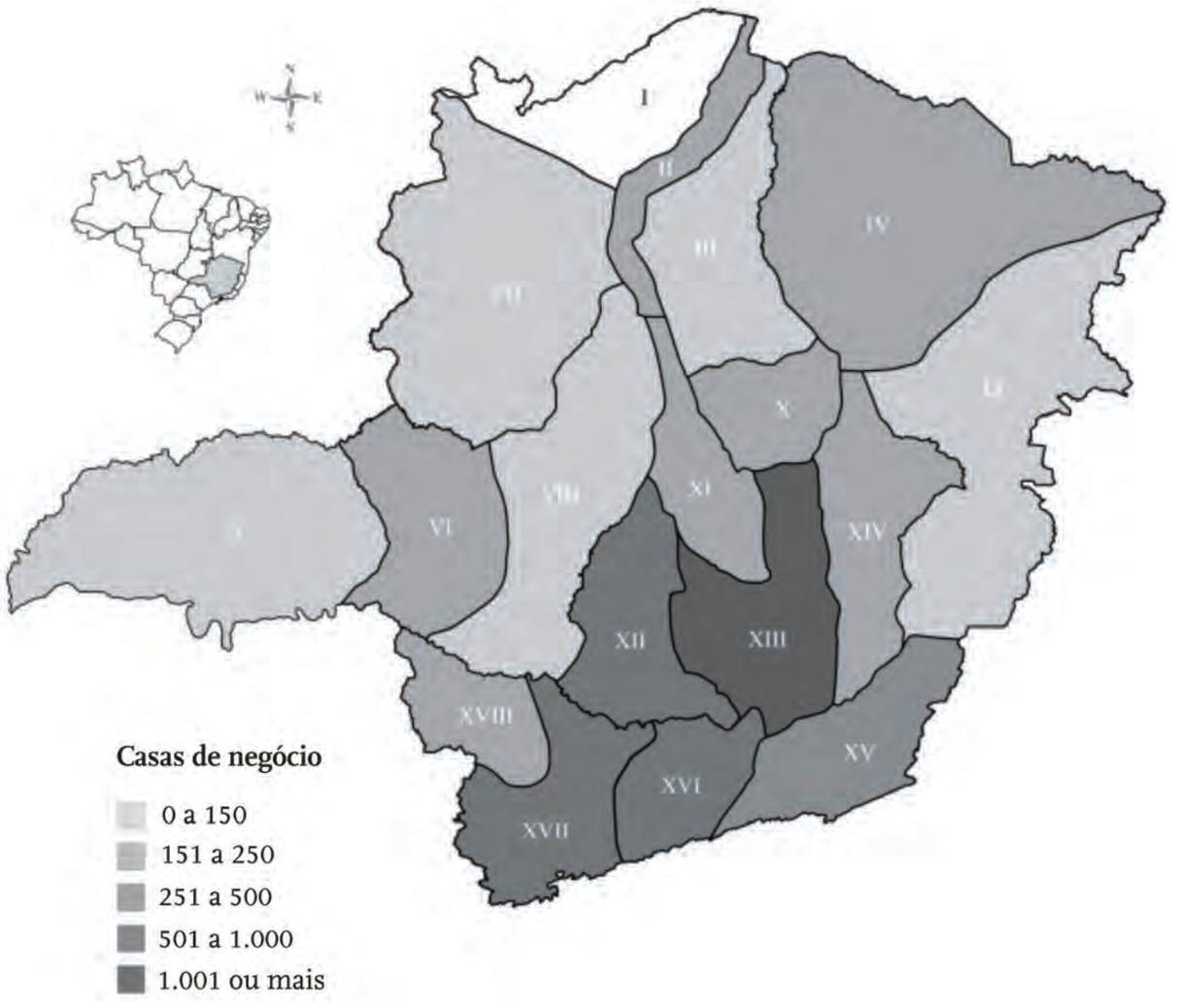
(1) A população apresentada para a região do Sertão do Rio Doce refere-se a uma única localidade. O distrito de Cuieté, isolado em meio à Mata Atlântica que cobria toda a região, não representava a forma majoritária de ocupação. O Sertão do Rio Doce era território predominantemente ocupado por índios. Os colonos brancos estavam restritos às fronteiras do extremo-oeste da região. Assim, considerou-se inoportuno o cálculo do número de estabelecimentos comerciais por mil habitantes para a região do Sertão do Rio Doce.

Fonte: Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6, diversas caixas e Estimativa Populacional para 1831-35 (ver apêndice 3).



Mapa 13 – Número médio regional de casas de negócio por 1.000 habitantes, Minas Gerais, 1836

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.



Mapa 14 – Estimativa regional do número de casas de negócio, Minas Gerais, 1836

Fonte: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

As freqüências simples e os cruzamentos das variáveis regularmente informadas nos Mapas de 1836 estão em consonância com os resultados apurados na primeira parte desta subseção, assim como confirmam traços históricos do setor comercial, delineados no panorama apresentado na subseção 1.2. Mais do que corroborar características de longa duração das atividades mercantis mineiras, os dados com significado estatístico da documentação fiscal de 1836 permitem dirimir algumas dúvidas sobre o caráter dos tipos de estabelecimento comercial de Minas Gerais.

A grande maioria dos negociantes era do sexo masculino (84,1%). As casas de negócio estavam fortemente concentradas em espaços urbanos (75,1%). Predominavam os estabelecimentos de pequeno porte, ou vendas (38% ou 60,4%, excluídos os casos genéricos ou indeterminados: "casas de negócio" e "outros tipos"). Para cada armazém arrolado, foram listadas quase dez vendas; para cada loja, correspondiam mais de duas vendas. Entre as modalidades de mercadorias referidas na lei que criou o tributo sobre os estabelecimentos comerciais e no ofício que determinou a elaboração dos Mapas de 1836, a aguardente foi a mais freqüentemente arrolada (69,7%). Para cada casa de negócio que comercializava espíritos importados ou fazenda seca correspondiam mais ou menos cinco que vendiam aguardente.

Tabela 48 – Distribuição dos negociantes/casas de negócio segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, Mapas de 1836

Variáveis		Negociante/Casa de Negócio	
		Nº	%
Sexo[1]	homem	4.188	84,1
	mulher	792	15,9
	total	4.980	100,0
Localização[2]	urbano	3.198	75,1
	rural	1.061	24,9
	total	4.259	100,0
Tipo de estabelecimento[3]	armazém	138	4,0
	loja	546	15,8
	venda	1.317	38,0
	taberna	179	5,2
	casa de negócio	962	27,8
	outros tipos	323	9,3
	total	3.465	100,0
Mercadoria[4]	aguardente	3.517	69,7
	espírito importado	650	12,9
	fazenda seca	776	15,4

(1) 69 casos de não-informação da variável sexo;
(2) 790 casos de não-informação da variável localização;
(3) 1.584 casos de não-informação da variável tipo de estabelecimento;
(4) número de estabelecimentos com comercialização de cada modalidade de mercadoria, inclusive os casos em que uma mesma casa de negócio comercializava mais de um tipo de mercadoria.

Fonte: Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6, diversas caixas.

Conquanto com participação francamente minoritária, os negociantes do sexo feminino apresentavam características peculiares. As mulheres em atividades mercantis eram mais freqüentes em espaços urbanos (16,6% ou 77,2% das casas de negócio pertencentes a proprietários do sexo feminino), quase sempre possuíam pequenos estabelecimentos comerciais ou vendas (21,6% ou 90,3% das casas de negócio pertencentes a proprietários do sexo feminino), e comercializavam preponderantemente aguardente (18,1% ou quase 20 vezes mais do que vendiam espíritos importados e pouco menos de 40 vezes mais do que negociavam fazenda seca).

Tabela 49 – Distribuição dos negociantes segundo o sexo, por múltiplas variáveis, Minas Gerais, Mapas de 1836

Variáveis	Homem		Mulher		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Localização[1]						
Urbano	2.629	83,4	522	16,6	3.151	100,0
Rural	887	85,2	154	14,8	1.041	100,0
Tipo de estabelecimento[2]						
Armazém	133	96,4	5	3,6	138	100,0
Loja	536	98,2	10	1,8	546	100,0
Venda	1.011	78,4	278	21,6	1.289	100,0
Taverna	145	90,6	15	9,4	160	100,0
Mercadoria[3]						
Aguardente	2.829	81,9	625	18,1	3.454	100,0
Espírito importado	615	94,9	33	5,1	648	100,0
Fazenda seca	758	97,9	16	2,1	774	100,0

(1) 857 casos de não-informação das variáveis localização e/ou sexo.
(2) 1.647 casos de não-informação das variáveis tipo de estabelecimento e/ou localização. 1.269 casas de negócio e outros tipos de estabelecimentos.
(3) 63 casos de não-informação da variável sexo para os estabelecimentos com comércio de aguardente. 2 casos de não-informação da variável sexo para os estabelecimentos com comércio de espíritos importados. 2 casos de não-informação da variável sexo para os estabelecimentos com comércio de fazenda seca.

Fonte: Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6, diversas caixas.

Os Mapas de 1836 apontam para pronunciada associação de armazéns e lojas com espaços urbanos (92,3% e 95,5%) e ponderável freqüência de vendas e tabernas em espaços rurais (34,9% e 28%). Mercadorias importadas e/ou de consumo conspícuo, como os espíritos importados e as fazendas secas, eram preponderantemente comercializadas nas cidades (84,3% e 93,9%), da mesma forma que itens da dieta básica, como a aguardente, distribuíam-se proporcionalmente pelos espaços urbano (70,7% para 75,1% estabelecimentos nas cidades – Tabela 48) e rural (29,3% para 24,9% estabelecimentos no campo – Tabela 48).

Tabela 50 – Distribuição das casas de negócio segundo a localização, por múltiplas variáveis, Minas Gerais, Mapas de 1836

Variáveis	Urbano		Rural		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tipo de estabelecimento[1]						
Armazém	96	92,3	8	7,7	104	100,0
Loja	382	95,5	18	4,5	400	100,0
Venda	699	65,1	374	34,9	1.073	100,0
Taverna	103	72,0	40	28,0	143	100,0
Mercadoria[2]						
Aguardente	2.186	70,7	907	29,3	3.093	100,0
Espírito importado	484	84,3	90	15,7	574	100,0
Fazenda seca	552	93,9	36	6,1	588	100,0

(1) 2.130 casos de não-informação das variáveis tipo de estabelecimento e/ou localização. 821 casas de negócio e 265 outros tipos de estabelecimentos. Excluídos 113 casos referentes aos distritos da região de Diamantina em função de atípica distribuição espacial dos estabelecimentos segundo o tipo.
(2) 424 casos de não-informação da variável localização para os estabelecimentos com comércio de aguardente. 76 casos de não-informação da variável localização para os estabelecimentos com comércio de espíritos importados. 188 casos de não-informação da variável localização para os estabelecimentos com comércio de fazenda seca.

Fonte: Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6, diversas caixas.

Do cruzamento dos tipos de estabelecimento com as modalidades de mercadorias, resulta a determinação de diferenciados graus de especialização das casas de negócio segundo a natureza de seus estoques. Armazéns freqüentemente comercializavam aguardente (52,2%) e espíritos importados (56,5%) e raramente vendiam fazenda seca (4,3%). As lojas, que eram o mais diversificado tipo de estabelecimento, quase sempre negociavam fazenda seca (76,9%) e às vezes comercializavam aguardente (21,8%) e espíritos importados (25,1%). As vendas, que eram o mais especializado tipo de casa de negócio, na maioria dos casos, negociavam aguardente (72,4%) e com pouquíssima freqüência comercializavam espíritos importados (2,7%) e fazenda seca (0,9%). As tabernas apresentavam estoques semelhantes aos das vendas, com largo predomínio do comércio de aguardente (82,7%) e raros negócios em fazenda seca (0,6%), embora fosse relativamente bem mais comum a presença de espíritos importados entre suas mercadorias (11,2%).

Tabela 51 – Distribuição das casas de negócio segundo a comercialização de múltiplas mercadorias, por tipo de estabelecimento, Minas Gerais, Mapas de 1836

Tipo de estabelecimento	Comércio de aguardente				Comércio de espíritos importados				Comércio de fazenda seca			
	Com		Sem		Com		Sem		Com		Sem	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Armazém	72	52,2	66	47,8	78	56,5	60	43,5	6	4,3	132	95,7
Loja	119	21,8	427	78,2	137	25,1	409	74,9	420	76,9	126	23,1
Venda	953	72,4	364	27,6	35	2,7	1.282	97,3	12	0,9	1.305	99,1
Taverna	148	82,7	31	17,3	20	11,2	159	88,8	1	0,6	178	99,4

Fonte: Mapas de 1836, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/6, diversas caixas. 1.584 casos de não-informação da variável tipo de estabelecimento. 1.285 casas de negócio e outros tipos de estabelecimentos.

3.2 – A visão do outro: uma antologia de extratos de literatura de viagem sobre o comércio provincial[171]

As vendas são aí, é verdade, bastante numerosas; algumas garrafas de aguardente de cana, algumas peças de vasilhame de barro, um pouco de fumo, porém, constituem ordinariamente quase todo o sortimento dessas casas de negócio; é uma felicidade quando se pode encontrar uma dúzia de bananas ou uns queijos (Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 43).

As lojas dessa aldeia são providas de toda sorte de panos; nelas se encontram também chapéus, comestíveis, quinquilharia, louças, vidros e mesmo grande quantidade de artigos de luxo, que causam admiração sejam procurados a uma tão grande distância do litoral (Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, p. 29).

A literatura de viagem do Oitocentos ocupa posição de destaque entre as fontes para o estudo de Minas Gerais. Os relatos são em avultado número e apresentam largas cobertura espacial e amplitude temporal. Os viajantes são de variadas nacionalidades e trajetórias profissionais, além de se apresentarem com diferentes motivações pessoais e compromissos institucionais. Em síntese, a combinação da abrangência dos relatos com a diversidade dos viajantes permite amplo cotejo entre os depoimentos, conferindo-lhes consistência e erigindo-os à condição de fontes fundamentais.

Os depoimentos dos viajantes estrangeiros são pródigos em descrições e impressões sobre o comércio provincial de Minas Gerais. Foram selecionados 64 extratos em 12 relatos de viagem. Para a primeira metade do século XIX, foram compulsados os depoimentos de Mawe, Saint-Hilaire, Spix & Martius, Pohl, Langsdorff e Gardner. Para a segunda metade da centúria, Burton e Wells. Dada a natureza da documentação fiscal de 1836, que contemplou quase exclusivamente o comércio estabelecido, foram consideradas apenas parcialmente informações relativas à circulação de mercadorias, notadamente dados sobre tropas e tropeiros.

Os extratos apostos como epígrafe são emblemáticos das passagens recolhidas nos relatos de viagem, são indiciadores de comércio dinâmico e espacialmente diferenciado. Distintas configurações regionais, expressas em diversidade econômica e demográfica, implicavam na pluralidade dos ritmos de desenvolvimento das atividades mercantis e em heterogêneos padrões de consumo. O limitado desenvolvimento dos transportes, determinante da morosidade dos deslocamentos, impunha a constituição de vasta rede de apoio aos viajantes em trânsito. Produção espacialmente desconcentrada, combinada com complexa rede de cidades e disperso mercado consumidor, definia constante crescimento do número de estabelecimentos comerciais urbanos e pressupunha a existência de entrepostos de distribuição de mercadorias, principalmente as importadas. Intricada rede de fluxos comerciais intra-regionais, inter-regionais e interprovinciais assegurava o provimento das necessidades de consumo internas e viabilizavam vigorosas exportações para outras províncias. A especialização mercantil era exceção, predominavam as casas de negócio diversificadas e forte era a tendência de associação do comércio com outras atividades. A combinação de históricas e arraigadas práticas mercantis com a escassez de meio circulante determinava a generalização das vendas a crédito. Estreita era a relação entre acumulação mercantil e ascensão social. Para além de lugar de transações comerciais, as casas de negócio constituíam-se em espaços de sociabilidade.

171 Nesta subseção adota-se específico sistema de referência para as fontes. Excetuadas as passagens em epígrafe, todos os extratos serão acompanhados da indicação do nome do viajante, nome do relato de viagem, página e, quando pertinente, o tempo (ano) e espaço – referência específica (centro urbano, estrada, fazenda, estabelecimento comercial e/ou de alojamento de estrada) acompanhada da região de Minas Gerais – em que foi registrada a impressão de viagem.

Os buliçosos ranchos e vendas de beira de estrada
O sonolento comércio dos pequenos centros urbanos

No século XIX, a maior parte das estradas de Minas Gerais era transitável apenas por cavalos e muares. Eram relativamente poucos os trechos carroçáveis. A navegação fluvial de expressão estava praticamente restrita ao Rio São Francisco e as ferrovias alcançariam alguma importância somente no último quartel do período. Lentidão dos deslocamentos e dependência de ampla rede de apoio eram, por decorrência, traços distintivos da circulação de mercadorias. Nas estradas, notadamente as de grande fluxo, uma miríade de ranchos e vendas assegurava pouso e alimentação para animais e viajantes. Nos arraiais, pequenos centros urbanos disseminados por todo o território, estabelecimentos comerciais diversificados garantiam o provimento das necessidades básicas das populações locais e dos viageiros em trânsito.

O pernoite em ranchos e vendas de beira de estrada foi experiência comum a todos os viajantes estrangeiros que percorreram a província de Minas Gerais no Oitocentos. As impressões registradas nos relatos foram – para estes como para todos os demais temas que serão tratados na seqüência – variadas segundo a amplitude dos aspectos observados e a sensibilidade na descrição das experiências pessoais. Também intervinham expectativas e parâmetros externos e/ou subjetivos que, sobrepostos ao que era divisado, imprimiram não poucas vezes uma dada orientação aos depoimentos.

No relato de viagem do comerciante inglês John Mawe foi recolhida o que talvez seja a primeira tentativa de definição de um tipo específico de estabelecimento comercial: a venda de estrada. Situada ao longo dos caminhos, foi apresentada como diversificada e associada ao fornecimento de hospedagem para viajantes.

> *Dá-se esse nome a uma espécie de loja de regatão, onde se vendem vários artigos, tais como cachaça, milho e, algumas vezes, açúcar. Seus donos têm a pretensão de que elas correspondam a uma hospedaria, mas são desprovidas das coisas necessárias; os viajantes que trazem consigo camas e trem de cozinha preferem sempre pousar em algum rancho, mesmo numa cocheira. Estar ao abrigo da chuva e do orvalho é tudo quanto se pode esperar de hospedarias deste país* [John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil,* p. 111 - nota 57 (1809)].

Entre o final de 1816 e o início de 1822, Auguste de Saint-Hilaire percorreu praticamente todas as regiões do território de Minas Gerais. Dos depoimentos do naturalista francês, foram selecionados quatro extratos que tipificam a venda e o rancho de beira de estrada. Espacialmente contíguos, esses profusos estabelecimentos cumpriam funções associadas de hospedagem, guarda provisória de mercadorias e provimento de víveres para os viajantes e animais em trânsito. Saint-Hilaire ressaltou a articulação entre atividades agrícolas e comércio de estrada, a construção de ranchos e vendas pelos proprietários de terras cortadas pelos principais caminhos. Anotou o predomínio dos estabelecimentos desguarnecidos, com exíguo estoque de mercadorias. Observou traço negativo do caráter dos vendeiros, resultado do contato regular com tropeiros. Registrou ainda, a freqüência de determinados artífices estabelecidos junto às vendas.

> *Pela primeira vez, desde o começo de minha estada no Brasil, dormi em um rancho. Dá-se esse nome a alpendres mais ou menos vastos destinados a abrigar os viajantes e suas bagagens. Encontramo-lo, geralmente, no interior do Brasil, à margem das estradas chamadas reais, e são numerosos na que eu então percorria. São os habitantes, cujas terras estão próximas à estrada, que os fazem construir. Não se paga hospedagem, mas ao pé do rancho há uma venda em que o proprietário vende o milho que serve de alimento aos animais dos itinerantes; indeniza-se, assim, amplamente da despesa que fez para levantar o rancho; e citaram-me o nome de proprietários que possuem até cinco ranchos à beira da estrada* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 40 (1816)].

Se os estabelecimentos de certa importância são raros à margem da estrada, freqüentemente, pelos menos, passa-se diante de alguma choupana; mas, é preciso que se saiba, os habitantes dessas mesquinhas choças estão bem longe de ter essa amável polidez que distingue os do interior da província de Minas; não se observa entre eles mais que uma apatia estúpida ou curiosidade grosseira. O viajante, em geral, não encontra nessa estrada o menor recurso. As vendas são aí, é verdade, bastante numerosas; algumas garrafas de aguardente de cana, algumas peças de vasilhame de barro, um pouco de fumo, porém, constituem ordinariamente quase todo o sortimento dessas casas de negócio; é uma felicidade quando se pode encontrar uma dúzia de bananas ou uns queijos. (...) Encontram-se nessa estrada muito poucos artesãos especializados; excetuam-se, no entanto, os correeiros e ferradores, que, realmente mais necessários que quaisquer outros artífices, se tornaram bastante numerosos. Uma venda e a tenda de um ferrador acompanham quase todos os ranchos [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 43 (1816, estrada Rio de Janeiro – Vila Rica, região da Mata)].

Achamos o rancho do Marmelo bastante grande e bem conservado enquanto que a venda vizinha era muito pequena e muito mal provida. Esse contraste, que é muito comum, origina-se de que os tropeiros – que costumam transportar consigo as provisões e são de uma sobriedade extrema – ligam-se muito menos à venda que ao rancho. O proprietário, que, por seu lado, quer vender seu milho, procura atrair fregueses tratando bem do rancho e o abastecimento da venda, de que pouco há a esperar, fica geralmente por conta do homem pobre encarregado de vender o milho [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 52 (1816, estrada Rio de Janeiro – Vila Rica, região da Mata)].

Na estrada, muito movimentada, que atravessa a região que venho descrever, de Congonhas a São João del-Rei, o modo de viajar é o mesmo do caminho do Rio de Janeiro a Vila Rica. Não se vai pedir hospedagem aos proprietários das habitações, como acontece nas regiões pouco freqüentadas por viajantes, mas, de distância em distância, encontram-se ranchos e vendas, sendo aí que se pára. Esses ranchos, desprovidos de todas as comodidades, são quase sempre mantidos por homens de uma classe muito inferior, que suas relações com os tropeiros tornam pouco honestos, mas que, contudo, o são mais que as pessoas da mesma classe em França há uns 15 ou 20 anos [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil,* p. 100-101 (1818, estrada Congonhas do Campo – São João del-Rei, região Mineradora Central Oeste)].

Das impressões de campo do diretor da, provavelmente, mais importante expedição estrangeira do século XIX brasileiro, foram destacadas quatro passagens com referência aos estabelecimentos de estrada. As anotações do Barão Georg Heinrich von Langsdorff reiteraram a abundância das vendas e ranchos e enfatizaram a precariedade das acomodações e o desprovimento de mercadorias de parte dos estabelecimentos em que pousou a expedição.

Queríamos ficar aqui, pois nossos animais estavam mal-alimentados, mas é difícil imaginar a pobreza e a miséria das pessoas que vivem aqui. Havia uma venda miserável, mas nela não havia quase nada a não ser algum vinho, nem sequer farinha de milho. Não havia quartos, enfim, nenhuma possibilidade de ficarmos aqui [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 15 (1824, Matias Barbosa, estrada real Rio de Janeiro – Vila Rica, região da Mata)].

A região é mais ampla, aberta e mais cultivada. De meia em meia hora, achava-se uma cabana, um rancho ou uma venda. (...) Há pobreza em todo lugar. O viajante é sempre enganado, além de não poder adquirir nada com dinheiro, nem sequer os mantimentos mais comuns. Há alguns dias, pudemos comprar, aqui e ali, um pouco mais de feijão e milho. Leite não se acha em lugar nenhum; ovos, raramente. A cachaça está mais de duas vezes mais cara do que no Rio – a garrafa custa 160 réis (um franco). Em muitos lugares, não se acha nem aguardente. A garrafa custa 1,5 pataca. Neste ano, houve total escassez de feijão. O saco de milho custa quatro patacas [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 18-19 (1824, estrada real Rio de Janeiro – Vila Rica, região da Mata)].

Meia légua à frente, está a fazenda do capitão-mor de Barbacena e, mais um quarto de légua, Bom Retiro, uma venda e uma capela do mesmo proprietário. Chegamos a esse local por volta de quatro horas da tarde. Queríamos ir até a fazenda da senhora dona Ana, conhecida por sua hospitalidade, mas nossos animais não podiam continuar. Assim, ficamos em Bom Retiro, em cuja venda achamos aguardente; mas lá não havia nem milho, nem pasto, nem outra coisa qualquer [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 58 (1824, venda do Bom Retiro, próximo a Barbacena, região Sudeste)].

Aqui também não havia leite. Minha programação para hoje era percorrer 6,5 léguas até Ventania, um lugar com apenas uma casa e uma venda, onde fui muito bem recebido. No caminho, via-se pobreza por todo lado. Foi difícil conseguir que me dessem café-da-manhã em Ribeirão; na venda não havia nem mesmo farinha de milho. Um vizinho deu-me quiabo com um pouco de carne e angu (fubá com água fervente); com muito sacrifício, consegui um pouco de capim para a minha mula [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 352 (1825, venda de Ribeirão, próximo a Queluz, região Mineradora Central Oeste)].

Breve extrato recolhido no relato de viagem de George Gardner, naturalista inglês que esteve em Minas Gerais em 1840, acrescenta às impressões dos viajantes que lhe antecederam informações sobre outro tipo de rancho com venda conjugada. A presença desses estabelecimentos dentro de importantes áreas urbanas e a cobrança pelo alojamento são dados até então não registrados.

Como não havia qualquer estalagem, instalei-me no rancho público, grande casa bem construída e destinada expressamente à acomodação das tropas que vão e vêm, só podendo entrar aí três a um tempo. Pela acomodação o proprietário cobra quatro vinténs (cerca de dois pence) por noite a cada tropeiro. Junto do rancho, tem ele uma venda grande para fornecer provisões e milho e subentende-se que os tropeiros aí comprem o que precisam para si, seus homens e as mulas [George Gardner, *Viagem ao Interior do Brasil,* p. 214 (1840, cidade do Serro, região de Diamantina)].

Decorridas quase seis décadas desde a primeira impressão sobre os estabelecimentos de beira de estrada, Richard Francis Burton, possivelmente o mais prolífero viajante do Oitocentos, propôs tipologia para as formas de hospedagem do Brasil. Foi dado destaque à definição dos tipos nº 2 (rancho) e nº 3 (venda). A caracterização do rancho primou pela riqueza de detalhes, com ênfase para a organização espacial interna e materiais construtivos do estabelecimento, bem como para os procedimentos básicos da rotina de seus principais usuários, os tropeiros. Sobre as vendas realçaram-se a diversidade e distribuição espacial das mercadorias, a disposição interna dos equipamentos e móveis e as condições de hospedagem. A definição apresentada para esses estabelecimentos comerciais não se referiu apenas aos localizados nas margens das estradas, incluiu também as vendas situadas em espaços urbanos.

Apresentamos nossa carta ao senhor Meireles, que condescendeu em nos mandar apear, pois, de outro modo, permaneceríamos montados. Uma "pitoresca e suja" turba de tropeiros apareceu à porta e olhava-nos como se tivéssemos vindo daquelas "partes de fora" que Virgílio descreve. O estabelecimento era a combinação comum da terceira ou quarta fases assumidas pela hospitalidade venal, em uma terra onde um de cada dois cavalheiros monta uma casa de comércio. O nº 1 é o pouso, um mero terreno de acampamento, cujo proprietário não se importa que os tropeiros ali dêem água aos seus animais e amarrem-nos em estacas. No primeiro quartel deste século, os viajantes freqüentemente eram condenados a passar as noites à "la belle étoile" naqueles germens de acomodação, que, agora, se tornaram populosas aldeias e cidades. O nº 2 é o rancho, que representa o "traveller's bungalow", mas ao qual faltam o catre, a cadeira e a mesa. Essencialmente, é um telheiro comprido, tendo, às vezes, na frente, uma varanda de postes de madeira ou colunas de tijolo, e, outras vezes, com paredes externas e mesmo com compartimentos internos, formados de taipa, isto é, armações de madeira cheias de barro. Ali, os tropeiros descarregam os animais, que são soltos no pasto, enquanto seus donos acendem uma fogueira, penduram um caldeirão, à

moda cigana, em um tripé de paus, estendem no chão, para servir de cama, os couros que servem para proteger as cargas, e fazem uma espécie de biombo com as selas, cangalhas e jacás. Um poeta brasileiro descreve o rancho: "E por grupos apinhados / Em seu centro estão arreios, / Sacos, couros e bruacas" (Bacharel Teixeira). Só mesmo um tropeiro conseguiria dormir em tais lugares: formigam, por toda parte, terríveis insetos parasitos que penetram na carne e fazem seu lar entre as unhas das pessoas. O nº 3 é a venda, progresso indiscutível, mas não de todo respeitável. Fui uma vez censurado, por confessar ter gozado os extremos opostos da fazenda e da venda. Esta corresponderia à "pulperia" das colônias hispano-americanas, ao "emporium" de aldeia da Inglaterra, combinado com a "grocery" (mercearia) e a "public house" (botequim); vende de tudo, desde alho e livro de missa até cachaça, doces e velas; às vezes, é dupla, com um lado para secos e outro para molhados. Um balcão, sobre o qual se embalança uma grosseira balança, divide-a no sentido do comprimento. Entre ele e a porta, ficam tamboretes, caixas e barris virados para baixo. O freguês cumprimenta o dono, levando a mão ao chapéu, e o dono convida-o para sentar-se. Atrás do balcão, é o espaço sagrado que leva ao "gineceu". As prateleiras de madeira sem verniz estão cheias de latas, canecas e outros recipientes e, em ambos os lados, garrafas cheias e vazias, em pé ou deitadas. No chão, há sacos de sal, barris abertos com rapadura e feijão, um caixote ou dois com milho, pilhas de toucinho e carne salgada, a popular "carne seca", uma corda de fumo preto enrolada em uma estaca e garrafas e garrafões de cachaça. As mercadorias são guarda-chuvas, ferraduras, chapéus, espelhos, cintos, facas, garruchas, espingardas baratas, munição e linha de costura – na verdade tudo de que podem precisar homens ou mulheres rústicos. A venda tem, em geral, um quarto onde os viajantes podem se acomodar, com uma gamela para abluções, um catre, uma mesa de pernas compridas e um banco baixo. O nº 4 é a estalagem ou hospedaria, em uma das quais nos hospedaremos em Mariana; e o nº 5, finalmente, é o hotel, mais pretensioso, com o qual o leitor já travou conhecimento em Barbacena [Richard Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, p. 100-101 (1867, Barroso)].

Excetuadas as grandes cidades e vilas de expressão regional e as localidades com função de entreposto comercial, as atividades mercantis das várias centenas de centros urbanos de Minas Gerais eram irregularmente dinâmicas e fundamentalmente dependentes das periódicas presenças das populações rurais de seu entorno. Quando se afastavam das estradas principais e percorriam regiões com menor densidade populacional, os viajantes recorriam a unidades agrícolas ou ao comércio urbano para o provimento de suas necessidades de abastecimento. A ausência de ranchos e vendas de margem de estrada impunha o pernoite em fazendas ou arraiais.

Saint-Hilaire percebeu a irregularidade do funcionamento do comércio urbano. Embora os negociantes constituíssem parte da população permanente dos arraiais, as atividades mercantis somente conheciam algum dinamismo nos dias de ofício religioso.

Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem na cidade, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos –, as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da província de Minas [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, p. 130 (1819, arraial de Araxá, região de Araxá)].

Como sempre, as casas do arraial pertencem a fazendeiros que só aparecem ali aos domingos. Os únicos habitantes permanentes de Patrocínio são alguns artesãos, dois ou três modestos comerciantes, os vagabundos e as prostitutas [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, p. 137 (1819, arraial de Patrocínio, região de Araxá)].

Construíram-na à ribanceira direita, um pouco acima de seu leito, e compõe-se de cerca de 80 casas. Constituem elas três ruas, cuja principal é bastante larga e paralela ao rio. A igreja paroquial ergue-se na extremidade mais elevada dessa rua, é pequena, sem sino e nada oferece de notável. Vêem-se além dela

> *uma capela e outra igreja, recentemente construída pela irmandade do Rosário e colocada num morro que domina toda a cidade. Como quase todas as aglomerações de Minas, parece muito pouco habitada nos dias úteis. Torna-se, porém, provavelmente muito mais movimentada nos domingos e feriados. Prova de que nem sempre vive tão deserta quanto hoje é o fato de possuir algumas lojas bem regularmente sortidas, vendas e até mesmo uma farmácia. (...) Segundo o que me disse o cura, as conjeturas que formava ontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas, aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca* [Auguste de Saint-Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo,* p. 53-54 (1822, Aiuruoca, região Sudeste)].

Em passagem recolhida em *Os diários de Langsdorff,* a presença de estabelecimentos guarnecidos no pequeno arraial de Paraúna indica que o comércio dos arraiais contava com fornecedores regulares e atendia a demandas local e externa. Fazendeiros das circunvizinhanças e viajantes em trânsito encontravam vendas providas de gêneros básicos de abastecimento e produtos importados.

> *Encontramos vinho bom e aguardente, inclusive mantimentos de vários tipos, em algumas vendas que existem aqui. Na aldeia, encontramos galinha e leite à vontade* [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 266 (1824, Paraúna, região Mineradora Central Oeste)].

Mesmo em alguns centros urbanos de importância intermediária, os estabelecimentos comerciais funcionavam em sincronismo com a irregular vitalidade proporcionada pela presença de forasteiros e o afluxo de população rural circunvizinha. Do relato de viagem do engenheiro inglês James W. Wells foi extraída passagem que documenta a letargia do comércio estabelecido de Barbacena. O encalhe de mercadorias importadas e de qualidade evidencia certo irrealismo de expectativas de consumo conspícuo.

> *No meio-tempo, havíamos "feito" a cidade e suas vizinhanças, pelo menos no que nos interessava de suas igrejas, suas ruas de pedras redondas e sulcos de rodas, casas silenciosas e armazéns sonolentos, dos montes e vales da redondeza. Em um dos armazéns, no entanto, adquirimos algumas caixas de excelente Edinburgh Ale, que o proprietário não podia vender como cerveja inglesa porque o rótulo se fora: arrematamos o lote por 6 mil-réis a dúzia (cerca de 12 xelins), menos que a metade do preço usual* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 91-92 (1873, Barbacena, região Sudeste)].

O predomínio do modelo empório
A freqüente associação do comércio com a prestação de serviço de alojamento

A pequena dimensão e a diversificação das mercadorias comercializadas, atributos da grande maioria dos estabelecimentos comerciais, eram imposições do espacialmente desconcentrado mercado consumidor de Minas Gerais. O pequeno empório de secos e molhados era o modelo dominante. Conquanto grandes armazéns e casas especializadas não fossem incomuns, predominavam os estabelecimentos de porte modesto e com diversificado estoque de mercadorias. Ainda que em graus diferenciados de provimento, o habitual era as casas de negócio comercializarem gêneros básicos de abastecimento (os molhados) associados a variadíssima gama de mercadorias secas.

A referida morosidade dos deslocamentos e a considerável população em trânsito exigiam extensa rede de estabelecimentos de alojamento, especialmente nas estradas mais movimentadas. Como salientado, o indispensável abastecimento dos viajantes estimulava a proliferação dos estabelecimentos comerciais. A combinação das duas necessidades forjou a típica associação entre o comércio e a prestação de serviço de alojamento.

Referindo-se a vendas de margem de estrada ou reportando-se a estabelecimentos mercantis urbanos, em todos os relatos de viagem encontram-se genéricas ou detalhadas descrições das mercadorias comercializadas. Da mesma forma, os tipos de alojamento, consorciados ou não com casas de negócio, foram objetos de constantes observações.

Saint-Hilaire, em viagem por regiões setentrionais de Minas, constatou a vigência do estabelecimento de tipo empório. Mesmo em importantes centros regionais, como Vila do Príncipe e Minas Novas, era comum a simultânea comercialização de secos e molhados.

> *Há, nesta cidade, duas estalagens, e umas 12 ou 15 lojas, umas de comestíveis, outras de quinquilharias, louça, tecidos quase todos ingleses etc. Muitas vezes, como sucede igualmente em muitos outros lugares, o mesmo mercador vende simultaneamente bebidas e tecidos* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 146 (1817, Vila do Príncipe, região Diamantina)].

> *Não vi, aliás, na capital de Minas Novas, outras lojas além de tabernas quase desguarnecidas, em que se vendem, além da cachaça, alguns comestíveis e poucos artigos de indumentária* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 223 (1817, Vila do Fanado, região de Minas Novas)].

Os alemães Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius observaram o mesmo padrão de diversificação em casa de negócio de localidade de fronteira. O isolamento geográfico combinado à pequena dimensão do povoado impunha o consórcio de mercadorias em um mesmo estabelecimento.

> *O povoado consiste em poucas casas habitadas, na maioria por pretos e mulatos. Mesmo neste lugarejo remoto, notam-se ainda vestígios de costumes e civilização européia: a venda era abastecida não só de alguns dos mais necessários gêneros (toicinho, açúcar, cachaça, fubá), mas também de chitas, rendas, utensílios de ferro e outros artigos* [Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, *Viagem pelo Brasil,* vol. 1, p. 219 (1818, povoado de Barra do Bacalhau, região Mineradora Central Oeste)].

Nos principais centros urbanos da província de Minas Gerais, o consumo sofisticado permitia a existência de estabelecimentos com amplo sortimento de mercadorias importadas. Gardner comparou a diversidade de artigos das casas de negócio de Diamantina à encontrada na cidade do Rio de Janeiro e avaliou como pouco expressiva a diferença de preços entre os importados comercializados no interior em relação aos vendidos no litoral.

> *Muitas das lojas são bem iguais no aspecto às do Rio de Janeiro e sortidas mais ou menos dos mesmos artigos e a diferença de preços raramente excede a 20%. Todas as mercadorias européias, com exceção de umas poucas da Bahia, vêm do Rio no lombo das mulas, que chegam diariamente em tropas, às vezes de cem cabeças* [George Gardner, *Viagem ao Interior do Brasil,* p. 208 (1840, cidade de Diamantina, região de Diamantina)].

No terceiro quartel do Dezenove, ainda prevalecia tendência de diversificação dos estabelecimentos comerciais. Nos relatos de viagem de Richard Burton são encontradas passagens que reiteram o modelo empório. Na anteriormente reproduzida tipologia de estabelecimentos de hospedagem, as vendas foram caracterizadas pela ampla diversidade de mercadorias: "vende de tudo". Secos e molhados continuavam sendo comercializados nas casas de negócio de estrada.

> *Depois de Saudade, a região se mostra deserta. Além de algumas vendas isoladas, que vendem secos e molhados, feijão, farinha e os outros gêneros de primeira necessidade, só vimos duas casas de fazenda, pertencentes ao fazendeiro conhecido por Mirandão e a seu genro* [Richard Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho,* p. 66 (1867, estrada Rio de Janeiro – Ouro Preto, próximo ao povoado de Chapéu d'Uvas, região da Mata)].

Da mesma forma, nas impressões de viagem de James Wells foram registrados estabelecimentos diversificados. Os gêneros básicos de abastecimento eram negociados juntamente com artigos transformados, de procedência nacional ou importados.

> *Como a maior parte das vendas de beira de estrada, essa possuía o estoque habitual de cerveja, sempre vendida como cerveja inglesa; mas em geral o único material ânglico aí são as garrafas. Neste caso, as cápsulas verdes de metal ortodoxas estavam ausentes e as rolhas simplesmente amarradas com um barbante. Os rótulos exibiam a marca registrada em forma de pirâmide vermelha da Bass e os nomes de engarrafadores conhecidos; mas a cerveja é nacional e péssima, apesar de pedirem três xelins por ela. A cachaça nativa atenuada com limão, água e açúcar é muito mais barata, mais gostosa, mais saudável e refrescante* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 119 (1873, estrada próxima a Capela Nova de Betim, região Mineradora Central Oeste)].

> *Todavia, esse trabalho de Pirapora não era uma vida de solidão como nas seções, pois fazíamos pequenas pausas em nossas vidas para uma visita ocasional um ao outro e eu freqüentemente recebia visitas muito impertinentes de meus vizinhos da vila, que tinham curiosidade acerca de tudo, eram extremamente desinteressantes e quase não tinham informações a dar. O visitante mais freqüente era um senhor Araújo, o único negociante da vila (mercador, negociante, dono de loja, a palavra se aplica a tudo da mesma forma). Ele era um homem alto, magro, forte, branco-amorenado, de cerca de 40 anos de idade e possuía um armazém muito pequenino na vila, com o qual supria as necessidades extrínsecas do lugar, consistindo principalmente em cachaça, fumo, violões, estampas coloridas, botas, esporas, ferraduras para burros e cavalos, pregos, chapéus de palha, lenços e xales espalhafatosos. Ele era* **o** *homem da vila e tido como rico, em um lugar onde 500 libras em espécie tornam um homem muito rico* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 274 (1874, vila de Pirapora, região do Sertão do Alto São Francisco)].

> *Guaicuí ou Manga, como ele é habitualmente chamado, é um pequeno vilarejo composto de um ajuntamento esparso de cerca de 50 casas e casebres de pau-a-pique e duas vendinhas, contendo as mercadorias de maior demanda, como morim e estampados de Manchester, vinho português, cerveja inglesa, holandas, cachaça, fósforos suecos, açúcar, carne-seca, porco salgado, feijão, farinha, milho, ferragens, cerâmica etc.* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 279 (1875, vilarejo de Guaicuí, região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco)].

Nos relatos de viagem, são escassas as referências a casas de negócio especializadas. Saint-Hilaire registrou estabelecimentos em Diamantina que se distinguiam pelo comércio de toucinho e carne-seca, casas em Sabará que vendiam exclusivamente toucinho, botica em Formiga e farmácia em Aiuruoca. Burton anotou a existência de botica em Santa Ana das Traíras. Wells destacou armazéns de mercadorias secas em Betim.

> *Existe em Sabará um grande número de tabernas, alguma lojas de comestíveis e fazendas; e, na rua chamada do Fogo, há várias casas onde se vende exclusivamente o toucinho* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil,* p. 76 (1818, Sabará, região Mineradora Central Oeste)].

> *Há em Formiga várias lojas e algumas vendas muito mal providas. Uma placa bastante visível, encimada pelas armas de Portugal, indicava a casa onde se vendiam indulgências da Santa Cruzada. A loja mais bem abastecida pareceu-me a do boticário. Quem exercia essa profissão era também um padre, que preparava ele próprio os remédios e vendia-os, sem deixar de dizer a missa um único dia* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco,* p. 91 (1819, arraial de Formiga, região Intermediária de Pitangui-Tamanduá)].

A hospedagem em alojamentos conjugados a estabelecimento comercial foi experiência habitual aos viajantes estrangeiros do século XIX. Para a primeira metade da centúria foram selecionados dois extratos.

> *Depois de uma caminhada de quatro léguas, abriu-se a montanha e achamo-nos no meio dos campos abertos e à vista da Serra de Capanema diante do arraial de Santo Antônio de Casa Branca, onde nos proporcionava bom pouso para a noite uma venda, bem sortida, por estar perto da capital* [Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, *Viagem pelo Brasil,* vol. 2, p. 17 (1818, arraial de Santo Antônio de Casa Branca, região Mineradora Central Oeste)].

> *Fomos surpreendidos por forte aguaceiro; tivemos de atravessar várias vezes o riacho bastante cheio antes de atingirmos o arraial de Cocais, que fica sobre uma colina rodeada de serras. Acampamos na péssima estalagem deste lugar, que alcançamos depois de uma jornada de duas léguas e três quartos. Na estalagem, antes uma venda com alguns quartos, encontramos alguma proteção contra a chuva, que já nos encharcara até os ossos. Víveres aqui não havia e só o que se podia obter era cachaça* [Johann Emanuel Pohl, *Viagem no interior do Brasil,* p. 378 (1820, arraial de Cocais, região Mineradora Central Oeste)].

Para a segunda metade do Oitocentos foram recolhidas várias passagens, incluindo a tipologia de estabelecimentos de hospedagem proposta por Burton – "A venda tem, em geral, um quarto onde os viajantes podem se acomodar, com uma gamela para abluções, um catre, uma mesa de pernas compridas e um banco baixo". Nas impressões de viagem de James Wells, foram localizados extratos que tipificam a conexão do comércio com alojamento para viajantes. Quase sempre espirituoso em suas observações, o engenheiro inglês primou na descrição do aspecto físico dos estabelecimentos e na caracterização de proprietários e usuários.

> *À tarde, durante uma chuva pesada, chegamos a Chapéu d'Uvas, a 20 milhas de Juiz de Fora e nossa pousada para aquele dia; um povoado de uma única rua longa e larga, com casas de adobe dos dois lados. E que rua e que domicílio da sujeira, decadência e pobreza é esse lugarejo! As casas variam daquelas com fachadas caiadas, portas pintadas e janelas sem vidraças e cobertura de telhas, até choupanas com cobertura de varas trançadas e sapê, todas estão manchadas de barro e chuvas e a massa caiada descascou aqui e ali na maioria das casas, deixando exposto o adobe marrom-avermelhado e a estrutura de madeira; um mar de lama líquida forma a rua, estendendo-se das frentes das casas de um lado às do outro lado da rua; chapinhados por esse atoleiro, mergulhados até as cilhas dos animais, em direção à porta da venda, no alto da qual está escrito "Hotel d'Aguiar" (pronunciado Ortle); os animais ficam na lama e nós temos de pular de seus ombros para dentro da porta aberta do hotel. Lá, encontramos um armazém de aldeia de dois cômodos – molhados em um, secos no outro. Um odor penetrante da mistura de bacalhau seco, carne-seca e querosene saúda-nos. Ao fundo, diante do balcão, há alguns camponeses vestidos com calças e camisas de algodão, paletós de algodão listrados e chapéus de palha estragados, pés descalços envoltos em barro e enormes esporas. Explicamos ao respeitável proprietário nosso desejo de pernoitar ali. Ele responde com uma cortesia: "Pois não, meu senhor, faça o favor de entrar", abrindo ao mesmo tempo uma porta numa extremidade da venda. Entramos e achamos tudo em conformidade com o resto do estabelecimento: o chão de madeira está atapetado de barro seco e molhado, depositado pelos pés enlameados de todos os que entram (vassouras, sabão e água, espanadores e capachos são evidentemente desconhecidos); as paredes foram um dia brancas de caiação e enfeitadas de painéis em vermelho, azul e verde, agora, eras de poeira e teias de aranha cobrem-na e escondem seu antigo esplendor; garridos festões de teias pendem do forro outrora verde de treliça; uma longa mesa nua ocupa o centro do cômodo e encostados nas paredes há um sofá de couro, cadeiras de madeira e bancos, sobre os quais estão jogados as selas e os arreios dos poucos homens presentes, além de vários utensílios domésticos; as janelas abertas, sem vidraças, dão para o mar de lama lá fora. Uns poucos cômodos sem janelas (denominados "alcovas") ficam além do salão, cada um equipado com duas camas de madeira e mais nada, exceto o barro sobre o chão; a mim e a meu companheiro é indicado um como sendo o nosso* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 73-74 (1873, povoado de Chapéu d'Uvas, região da Mata)].

No fim da tarde chegamos à Mantiqueira, uma casa de dois andares, com uma venda contígua e construções anexas, situada em um vale profundo na base da Serra da Mantiqueira. (...) Este lugar é uma hospedaria, ou seja, uma casa onde um homem e um animal podem ser acomodados. (...) Logo antes de escurecer, sugeri que saíssemos para inspecionar o que a venda ali perto tinha a oferecer. O proprietário (um português gordo do tipo Sancho Pança) recebeu-nos jovialmente, tomou nossas mãos carinhosamente em suas patas grandes, macias e gordurosas e disse-nos que os ingleses eram "homens e muito bons homens". Depois de examinar os estoques limitados de suas odoríferas mercadorias, avistamos algumas garrafas de gargalo longo em uma prateleira afastada. Inquirindo o que eram elas, ele disse que continham vinho, mas não sabia dizer de que qualidade; já as havia encontrado lá quando tomara posse da venda de um defunto 'compadre', mas elas não tinham rótulos e estavam "muito sujas" e ninguém queria comprá-las; ele não achava que eram próprias para "cavalheiros". Trazendo-as para baixo, descobrimos que eram garrafas de vinho Burgundy, espessamente revestidas de sujeira e teias de aranha; os rótulos tinham sido há muito devorados pelas baratas. Abrimos a garrafa: resultado, um buquê e sabor de primeira. Chambertin, por tudo o que é sagrado! "Quanto é?" "Oh! o que quiserem, digamos um mil-réis" (dois xelins). Desnecessário dizer que compramos o lote todo. Não é de modo algum infreqüente encontrarem-se finos vinhos raros em uma venda perdida à beira da estrada; como foram dar lá é um mistério, mas a aquisição, como descobríamos com alegria, era um fato [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 77-79 (1873, Mantiqueira, pouso na estrada União e Indústria, região da Mata)].

Neotim é uma curiosidade neste vale de casas velhas, pobreza e decadência, pois aqui tudo é novo; não há mais de uma dúzia de casas, mas elas são todas modernas. A venda é uma casinha de adobe caiada, razoavelmente limpa, com portas verde-claras e telhado vermelho; e o único quarto, muito simplesmente mobiliado com uma cama, cadeira, mesa e lavatório de ferro, é limpo e arrumado. O hospedeiro é um homem jovial, de voz poderosa e aparência saudável, de uns 40 anos, (...) Meu anfitrião conta-me que é um imenso prazer para ele encontrar um homem civilizado, alguém com quem conversar, alguém do velho mundo lá fora, a vida é tão tediosa, enterrado neste mato inculto etc. E no entanto ele parece bastante próspero e cercado de confortos; seu pessoal doméstico compõe-se de várias negras, suas crianças e dois ou três homens; seu negócio é um armazém-geral, uma hospedaria de estrada e um entreposto para todo tipo de produção local [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 116-117 (1873, povoado de Neotim, próximo a Betim, região Mineradora Central Oeste)].

No devido tempo, chegamos a Bagre, um vilarejo em forma de praça quadrada, situado no cimo de um largo platô arredondado. Encontrei um "hotel" mantido por um italiano, um senhor Pedro Pinto, compreendendo, é claro, a indefectível venda, ou armazém-geral de aldeia [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 212 (1874, vilarejo do Bagre, região Intermediária de Pitangui-Tamanduá)].

A geografia das casas de negócio
A organização espacial interna dos estabelecimentos comerciais

Situadas nas margens das estradas mais movimentadas ou nas áreas centrais das cidades, as casas de negócio concentravam-se nos espaços de maior afluxo de consumidores. Os mercados públicos urbanos eram raros. As ruas do comércio não eram comuns. A pequena dimensão da grande maioria das cidades e o correspondente atendimento restrito a populações vicinais inviabilizavam a constituição de espaços especializados para atividades mercantis. Internamente, os estabelecimentos comerciais tendiam a um padrão único de organização espacial de móveis, equipamentos e mercadorias.

No final da segunda década do século XIX, Saint-Hilaire descreveu o atípico sistema de abastecimento de Diamantina. A pronunciada especialização econômica do distrito dos diamantes e as condições adversas dos solos da região geravam dependência externa no tocante ao provimento de gêneros de primeira necessidade. O viajante francês refere-se ao mercado público de Diamantina como o único de Minas Gerais.

> *Os víveres que aí são consumidos, tanto pelos habitantes da aldeia como pelos negros empregados na pesquisa dos diamantes, vêm de 10, 15, 20 e 25 léguas de distância, principalmente de Rio Vermelho, Penha, Araçuaí etc. e sobretudo de Peçanha, e pode-se dizer com segurança que é a existência de Tijuco e por conseqüência a extração de diamantes que entretêm uma ligeira abastança entre os agricultores dessas diferentes povoações. Incessantemente vêem-se chegar a Tijuco caravanas de burros carregados de mercadorias e víveres. Há na localidade três hospedarias onde param os tropeiros, mas os grãos, a farinha de milho e a mandioca não podem ser vendidos senão em uma delas, situada na praça da Intendência. A frente dessa hospedaria forma uma galeria onde são depositadas as mercadorias de que se trata e que pode ser considerada como uma espécie de mercado. É mesmo o único que existe em toda a província. Certas casas dedicam-se especialmente à venda do toucinho e da carne-seca* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil,* p. 30 (1817, arraial do Tijuco, região de Diamantina)].

Seja na pequena povoação de Santa Ana das Traíras, seja na grande cidade de Diamantina, os estabelecimentos comerciais tendiam a concentrar-se nos espaços centrais. No primeiro depoimento de Richard Burton, divisa-se casa de negócio diversificada – "duplo armazém", que provavelmente comercializava secos e molhados, e sugere-se acumulação mercantil refletida na distinção da residência do negociante – "sua casa era a melhor do arraial, uma casa comprida, tendo em frente alguns arbustos; naturalmente, tinha uma loja". No segundo, constata-se que, 50 anos depois da visita de Saint-Hilaire, Diamantina possuía três mercados, dois públicos e um privado.

> *A praça principal da localidade tem duas capelas, Santa Ana e Rosário, alguns coqueiros novos e algumas vendas, especialmente o duplo armazém do senhor Totó (isto é, Antonico ou Antônio) Rodrigues de Lima e a botica do professor primário que, embora seu pai se chamasse Custódio Amâncio, preferiu denominar-se Emanuel Confúcio de Zoroastro. As casas, dentro do "toque do sino", são umas 200 a 300, todas térreas e muito modestas. A única coisa que parece florescer é a cabra; o cabrito parece aqui, ao contrário do que acontece em Minas e São Paulo, a carne predileta. Nosso amável guia apresentou-nos a vários homens de prol da terra, que nos convidaram a passar o dia lá. O senhor Antônio Gomes de Oliveira, parente do coronel Domingos, ofereceu-nos um almoço, no qual foi servida uma boa cerveja forte inglesa. Sua casa era a melhor do arraial, uma casa comprida, tendo em frente alguns arbustos; naturalmente, tinha uma loja* [Richard Burton, *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico,* p. 61 (1867, navegando o Rio das Velhas abaixo, povoação de Santa Ana das Traíras, região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas)].

> *Estamos no coração da cidade, no centro comercial. À esquerda do largo, fica a Intendência do Sousa Reis [nota 7. Há duas outras intendências: a de Sebastião Picada e a do Lage; esta última tem cinco armazéns.]. "Intendência" significa, aqui, um amplo barracão para depósito de mercadorias, o embrião de um "sotto borgo" de Pisa. A Intendência de Sousa Reis é de propriedade particular e, sob a ampla varanda, há lojas que vendem de tudo, desde farinha de trigo até rapé, que seja necessário a uma região atrasada* [Richard Burton, *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico,* p. 88 (1867, cidade de Diamantina, região de Diamantina)].

Foram reunidas cinco passagens com informações sobre o arranjo interno dos estabelecimentos comerciais de Minas Gerais no século XIX. Mercadorias em prateleiras, dependuradas, em caixotes, barris e sacos. Os proprietários atrás de balcões, sobre os quais estavam rústicas balanças. Os fregueses assentados em tamboretes, caixas e barris ou simplesmente em pé, encostados nas paredes ou ainda

agachados. Toscas divisórias a separar secos e molhados. Uma profusão de odores, cores e volumes a indiciar a diversidade de artigos em exposição. Aos dois extratos reproduzidos anteriormente – a caracterização da venda de Burton e a descrição do "Hotel d'Aguiar" de Wells –, acrescentam-se duas passagens de Saint-Hilaire e mais um extrato de Wells.

> *As vendas não são, como as nossas tabernas, consagradas unicamente ao comércio de bebidas alcoólicas; encontram-se nelas, além dessas, toda a espécie de comestíveis. As mercadorias estão arrumadas sobre prateleiras alinhadas sobre as paredes ou dependuradas dos vigamentos. Como em todas as lojas, o mercador posta-se por trás de um balcão voltado para a porta e é sobre ele que distribui aos bebedores a aguardente chamada cachaça, cujo sabor detestável tem algo do cobre e da fumaça* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 40 (1816)].

> *Muitas vezes, como sucede igualmente em muitos outros lugares, o mesmo mercador vende simultaneamente bebidas e tecidos; nesse caso, porém, a loja é dividida por um tabique em que existe uma porta de comunicação, e, por esse motivo, as mercadorias secas não se acham misturadas às líquidas* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 146-147 (1817, Vila do Príncipe, região de Diamantina)].

> *As lojas dos comerciantes são todas abertas para a rua. A venda, ou armazém, tem, de um lado, tecidos de algodão e mercadorias congêneres; do outro, cerâmica e a miscelânea de estoques odoríferos de uns secos e molhados, servindo também de loja de bebidas e bar para a discussão de política e qualquer outra conversa* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 314 (1875, Januária, região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco)].

Vendas e tabernas: espaços de sociabilidade

As casas de negócio também se constituíam em espaços de lazer, de troca de idéias, de comércios paralelos. O consumo de bebidas espirituosas catalisava discussões, estimulava a expressão de talentos pessoais, proporcionava momentos de alienação. A reunião de indivíduos de distintos estratos sociais, de livres e escravos, viabilizava a realização de transações nem sempre lícitas. A presença de itinerantes, inclusive viajantes estrangeiros, ensejava a prostituição e constrangia a circulação de "mulheres de família". Foram reproduzidas passagens extraídas dos depoimentos de Saint-Hilaire, Langsdorff e Wells.

> *Não se encontra nas vendas um só assento, e, por conseguinte, se é obrigado a ficar em pé. É lá que os escravos passam uma parte dos momentos de liberdade que se lhes concedem e dos que podem furtar a seus senhores; é para lá que levam o produto de seus roubos, dos quais os proprietários das vendas não foram talvez os menores cúmplices; é aí que eles acabam de corromper-se, comunicando reciprocamente seus vícios, e que esquecem, na embriaguez, a escravidão e suas misérias. Nada se pode comparar ao ruído confuso e discordante que reina nas vendas muito freqüentadas: uns riem, outros discutem; todos falam com loquacidade: este aqui, sem ligar ao que se passa em redor, dança sapateando; aquele outro, encostado indolentemente à parede, canta com voz afinada uma canção bárbara, acompanhando-se de um instrumento mais bárbaro ainda* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 40 (1816)].

> *O caminho oferecia pouco conforto: é difícil encontrar até os mantimentos mais comuns e, quando se encontram, só a preços incomuns. Os hospedeiros tentam, de todas as formas, enganar os viajantes. Em todas as vendas, havia prostitutas. Quando se lhes pergunta que tipo de atividade fazem, elas respondem, sem rodeios, que estão ali para entreter os viajantes. À noite, seja na venda ou entre os tropeiros, ouvem-se sempre pessoas tocando violão, às vezes bem, às vezes mal. Enquanto isso, aquelas moças, na sua atividade profissional, tentam seduzir os viajantes. Elas dançam danças obscenas, cantam canções de baixo calão, deixam*

que se lhes sirva vinho ou cachaça, fumam tabaco para, logo em seguida, através de outro talento, se mostrarem simpáticas e prestativas [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 21-22 (1824, Borda do Campo, estrada real Rio de Janeiro—Vila Rica, região da Mata)].

Fizemos o percurso até Pau de Cheiro em bom tempo. Aqui há uma venda e um rancho. Como o tempo está muito seco e quente, resolvemos ficar aqui hoje, em parte por causa das mulas, em parte por nossa causa. Felizmente, havíamos trazido alguma provisão; do contrário, pouca coisa teríamos encontrado aqui, a não ser uma aguardente de ótima qualidade, forte e pura, sem aquele ressaibo desagradável da cachaça.Tivemos que mandar buscar numa fazenda vizinha, onde havia também grande criação de cavalos, feno e milho para os nossos animais.Seguindo a velha tradição, na venda, todas as mulheres escondiam-se, enquanto que, na fazenda, pelo contrário, os pais não permitiam que as filhas se escondessem [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 192 (1824, fazenda Pau de Cheiro, estrada Lagoa Santa—Tijuco, região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas).]

Perto do hotel, a estrada faz um declive agudo em direção ao vale lá embaixo, mergulhado em lodo, atravessado por um riacho que se cruza por uma excelente ponte e depois segue através de uma baixada larga, passando por muitas casas grandes, fazendas, casebres e ranchos de tropeiros, todos engastados em meio às árvores e ao mato. Por três ou quatro milhas debatemo-nos na lama funda, que requeria toda a nossa energia para mantermo-nos nas selas, enquanto os animais afundavam, escorregavam e chapinhavam nas valas e caldeirões profundos; e o ar estava extremamente abafado, úmido e quente. Muitas tropas de mulas e carros de bois estavam acampados nesses arredores da cidade; em muitos casos os homens celebravam sua chegada com batuques (fandangos) nos casebres e vendas à beira do caminho, mesmo a horas tão matutinas [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 92 (1873, Barbacena, região Sudeste)].

As casas de negócio e suas relações com os espaços urbano e rural

A necessidade de provimento de estoques de gêneros básicos de abastecimento definia estreita relação entre casas de negócio, urbanas ou em estradas, e unidades agrícolas, habitualmente vicinais. Como referido, em geral a venda de estrada estava situada nas terras de seu proprietário e parte das mercadorias era produzida no local, em especial o milho utilizado para a alimentação dos animais em trânsito. Também era significativa a dependência das casas de negócio urbanas em relação ao entorno rural. Provavelmente, como resultado da conveniência em controlar, sem intermediários, a comercialização da produção agrícola, assim como diversificar investimentos, era comum grandes fazendeiros possuírem casas de negócio em centros urbanos.

Saint-Hilaire parece ter sido o viajante estrangeiro que melhor compreendeu a singularidade de Minas Gerais no tocante às relações entre os espaços urbano e rural. A desconcentração espacial da população, distribuída por vasto território, resultava de longo processo histórico, intimamente relacionado à forma de organização da economia mineira no século XVIII. A vasta rede de cidades de Minas era produto de herança setecentista, do vigor da economia do ouro em semear centros urbanos, combinada com secular tendência ruralizante, imposição de processo de substituição de importações e da progressiva retração da mineração. O específico caráter da urbanização do Dezoito projetou-se na centúria seguinte e consolidou o modelo mineiro. Saint-Hilaire, em passagem lapidar, destacou a participação do comércio na formação de centros urbanos.

Perto do Rio de Janeiro as terras subdividiram-se mais do que em qualquer outro ponto do Brasil e, quando em dado distrito há número suficiente de habitantes, forma-se uma paróquia. Como as vendas estão dispersas à margem dos caminhos, cada proprietário tem sempre alguma igreja ao alcance. Não havia, pois, razão para que um grupo de casas se edificasse em torno da capela mais do que em outro lugar. Não

> *se dá o mesmo em Minas. Ali, as habitações muito distam umas das outras e a igreja, onde quer que a colocassem, ficaria sempre muito afastada da maioria dos paroquianos. Além da moradia habitual, cada proprietário rural quis ter perto do templo uma casa onde a família pudesse descansar da longa caminhada a que era obrigada para assistir ao serviço divino, receber os amigos ou tratar de negócios no único dia em que se ajuntam os moradores. Os mercadores, taberneiros, operários procuraram acercar-se do lugar onde se reuniam os sitiantes e assim nasceu a maioria das aldeias* [Auguste de Saint-Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo,* p. 15-16 (1822)].

Em dois extratos reproduzidos anteriormente, Saint-Hilaire ressaltou as conexões habituais entre os estabelecimentos comerciais de estrada e os proprietários das terras que eram cortadas pelos caminhos. Na seguinte passagem, o naturalista francês, a partir de caso concreto, afirmou a freqüente associação entre a grande exploração agrícola e o comércio estabelecido em centros urbanos.

> *A duas léguas da fazenda de S. Elói, encontrei o pequeno povoado de Bonfim, que se compõe de uma igreja e uma quarentena de casas dispostas quase sem nenhuma ordem. Com exceção de uma delas, que pertencia ao senhor Verciani, todas estavam fechadas e presumo que tivessem por proprietários agricultores que, certamente, a elas só vinham aos domingos. Na sua casa do Bomfim, o senhor Versiani mantinha uma loja em que se encontravam quinquilharias, artigos de mercearia e fazendas; um empregado era encarregado de vender essas mercadorias por conta do dono. Grande número de lavradores ricos segue esse exemplo. Permanece em suas fazendas e tem nas povoações vizinhas casas de negócio em que mantém agentes* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 325 (1817, povoação de Bonfim, região do Sertão)].

Duas décadas depois, Gardner também esteve em Bonfim e reiterou as informações de Saint-Hilaire. Como será salientado alhures, o comércio estabelecido local constituía-se em importante fonte de acumulação.

> *A principal casa de comércio da aldeia pertencia, como 20 anos antes, ao tempo em que a visitou mister Auguste de Saint-Hilaire, ao coronel Pedro José Versiani, proprietário de uma grande fazenda, a umas duas léguas de distância, onde reside, estando a loja entregue a pessoa de sua confiança, prática bem comum entre os ricos fazendeiros desta província* [George Gardner, *Viagem ao interior do Brasil,* p. 197 (1840, povoação de Bonfim, região do Sertão)].

As formas do comércio: itinerante, varejista e atacadista

Nas Minas oitocentistas, a dispersão espacial do mercado consumidor e o limitado desenvolvimento dos transportes dificultavam a eficiente distribuição de mercadorias, notadamente as importadas, e comprometiam a capacidade dos estabelecimentos comerciais em atenderem as necessidades locais. Os centros urbanos de menor dimensão apresentavam maior dependência da vigência do pequeno comércio itinerante, da circulação de mascates.

> *Imediatamente depois, achamo-nos no arraial de Itambé, necessitando grandemente de um abrigo. O precário rancho destinado à guarda da carga era aberto de todos os lados e, com as chuvas constantes não era de grande serventia. Após muitos pedidos de informação, indicaram-me, afinal, para hospedagem, uma igreja inacabada e um morador do arraial, compadecendo-se de mim, cedeu-me um quarto para meu alojamento. Todavia, mal nos instalamos na improvisada morada, fomos assaltados e assediados por toda a população para que lhe vendêssemos miudezas. Tinham-nos tomado por negociantes e não se dissuadiram dessa ilusão enquanto não abri os meus baús para demonstrar-lhes seu engano* [Johann Emanuel Pohl, *Viagem no interior do Brasil,* p. 369 (1820, arraial de Itambé, região Mineradora Central Oeste)].

A desconcentração espacial do mercado consumidor, a predominância das casas de negócio de pequena dimensão, a escassez de meio circulante e a ubiqüidade da produção de gêneros de primeira necessidade constituíam-se nos principais fatores a explicar o pouco vigor do comércio estabelecido atacadista. Até mesmo nas fazendas era possível a aquisição, sem intermediários, de artigos básicos de abastecimento.

> *Encontrei em Vila Rica um negociante francês que para aqui viera estabelecer-se momentaneamente e que parecia muito satisfeito de ter tomado essa deliberação. Fizera de Vila Rica ponto central de onde se estendia até São João del-Rei, pretendendo ir até ao Serro Frio. Ele era obrigado a vender a varejo para poder achar compradores para suas mercadorias, no que não fazia senão imitar os comerciantes da região, entre os quais não se encontra um só que venda exclusivamente por atacado. O senhor Lezan, é assim o nome desse compatriota, era o primeiro comerciante francês que aparecia nesta região* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil,* p. 86 (1818, Vila Rica, região Mineradora Central Oeste)].

> *Depois de uma hora, chegamos à fazenda da Carreira Comprida, da família Fonseca, que fornece mantimentos e restilo* [Richard Burton, *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico,* p. 23 (1867, navegando o Rio das Velhas abaixo, próximo a Santa Luzia, região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas)].

> *Há ainda as lojas do sapateiro, do funileiro, do alfaiate e outros negócios de uma cidade pequena. Muitas transações são efetuadas na praia macia e lamacenta e consistem em grande parte de escambo, como em quase todas as cidades do interior do Brasil* [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 314 (1875, Januária, região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco)].

As exportações provinciais e o comércio de retorno
Os sortidos e guarnecidos entrepostos de distribuição de importados

À extensa pauta de exportações mineiras, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro, correspondia não menos largo rol de mercadorias importadas. O comércio de retorno assegurava o provimento dos grandes entrepostos de distribuição de artigos não produzidos em Minas, principalmente os de origem européia. Ouro Preto e São João del-Rei eram exemplos, provavelmente os mais exuberantes, desses entrepostos que cumpriam a função de distribuição de importados para a vasta rede de cidades de Minas Gerais. Nesses centros urbanos, concentravam-se os grandes estabelecimentos comerciais atacadistas, fornecedores dos pequenos negociantes do interior.

Foram reproduzidas algumas passagens que atestam o dinamismo do comércio interprovincial, com especial destaque para as relações com a praça da cidade do Rio de Janeiro. Os extratos evidenciam a existência de agentes que reuniam a produção excedente do interior, enviavam para mercados externos e adquiriam em troca mercadorias que seriam cambiadas por novos excedentes internos destinados à exportação.

> *Vêem-se na povoação uma hospedaria, várias vendas e, enfim, algumas lojas em que se vendem fazendas e quinquilharias. (...) Os artigos de fabricação européia, os vinhos etc., que se vendem em Formigas para o consumo do próprio local e de uma parte do Sertão, vêm principalmente da Bahia, porque é a essa praça que a região fornece maior quantidade de mercadorias. Importam-se também vários objetos europeus do Rio de Janeiro, em troca do salitre, e de Santa Luzia, lugar de entreposto, em troca de peles* [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 326-327 (1817, povoação de Formigas, região do Sertão)].

Apesar da indigência que o aspecto de Formiga sugere, parece que há gente bastante abastada nos seus arredores e no próprio arraial. Situada à entrada do sertão, Formiga faz um bom comércio com essa região. Seus negociantes mantêm contato direto com o Rio de Janeiro e vendem no interior do sertão o sal, o ferro e outras mercadorias que mandam buscar na capital, recebendo em troca couros, peles de veado, algodão e gado. (...) Dedicando-se a região a um comércio ativo e sendo ela passagem obrigatória de todas as caravanas que vêm de Goiás ou do sertão, as mercadorias são vendidas ali facilmente e por um preço bastante alto [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, p. 91 (1819, arraial de Formiga, região Intermediária de Pitangui-Tamanduá)].

Quanto é aqui animado o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de 50 mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá da capital, anualmente, levando toicinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor de seus produtos trazem de volta mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores etc. [Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, *Viagem pelo Brasil*, vol. 1, p. 195 (1818, São João del-Rei, região Sudeste)].

Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João del-Rei; por Minas Novas, para a Bahia; por São Romão, Tejuco, Malhada, para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante 70 léguas. Quase todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região (algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro etc.), para a capital e voltam, trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro etc. [Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, *Viagem pelo Brasil*, vol. 1, p. 205 (1818, Vila Rica, região Mineradora Central Oeste)].

Apesar da estrada execrável, há um trânsito contínuo e volumoso de exportação do interior de rapadura (tijolos de açúcar comprimido), cachaça, milho, feijão, farinha, couro, tabaco etc. e uma importação de retorno que consiste principalmente em sal, além de ferragens, ferro, louça, produtos de Manchester, secos e molhados, entre os quais figura uma grande quantidade de óleo de parafina [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*, vol. 1, p. 92 (1873, Barbacena, região Sudeste)].

Em Minas Gerais, os principais negociantes distribuidores de importados estavam estabelecidos nas grandes cidades e nos centros urbanos com localização estratégica. As mercadorias adquiridas no exterior, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, eram reunidas em casas de negócio que comercializavam tanto no varejo como no atacado. Atendiam a demanda da população local e vicinal e proviam pequenos comerciantes do interior. A vitalidade dos entrepostos era determinada pela rede de distribuição de importados, que se espraiava por largas extensões do território mineiro e, não poucas vezes, alcançava outras províncias.

Poucos habitantes, excetuados os lojistas, têm ocupação, mas estes são muitos numerosos. Os tecidos de lã inglesa não eram caros; o melhor pano custava de 30s. a 35s. a jarda; casacos etc. eram quase tão baratos quanto na Inglaterra. Os tecidos de algodão comum, estampados, de 1s. 6d. a 2s. a jarda; chapéus, lenços, casimiras e peças de Manchester, muito comuns. Esse lugar parecia ser depósito de mercadorias e artigos ingleses de todas as espécies, com exceção da louça, dos fiambres e da manteiga, muito caros por causa dos perigos do transporte. O vinho comum de Figueiras custava 3s. 6d.a garrafa. As lojas em que se vendiam os produtos do país eram pouco numerosas e pobres; existiam muitos alfaiates, sapateiros, latoeiros, ferrageiros, alguns ferreiros e muitos seleiros [John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil*, p. 123 (1809, Vila Rica, região Mineradora Central Oeste)].

Os comerciantes, muitos dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendeiros das pequenas vilas da comarca de Rio das Mortes e das comarcas mais distantes têm certeza de encontrar numa mesma casa em São João, quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que, se fossem ao Rio de Janeiro perderiam muito tempo, fariam despesas consideráveis e, menos conhecidos, não gozariam do mesmo crédito [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil,* p. 111 (1818, São João del-Rei, região Sudeste)].

O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se até além do Rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro, mas, também, com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e toicinho; este é empregado em vez de manteiga e banha e constitui grande artigo de comércio da província [Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, *Viagem pelo Brasil,* vol. 1, p. 205-206 (1818, Vila Rica, região Mineradora Central Oeste)].

Estamos em pleno sertão e, no entanto – é difícil de acreditar –, encontramos aqui o maior entreposto desde que deixamos o Rio de Janeiro. Um depósito de vinho, de ferro e materiais e um grande armazém de panos, chitas, tecidos de linho, além de um grande estoque de mercadorias que se podem conseguir aqui, como algodão, espremedor, descaroçador, couros, peles, solas e salitre [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 179 (1824, Lagoa Santa, região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas)].

Os habitantes da vila e da região circunvizinha são, sem dúvida, extremamente pobres; não há mesmo qualquer exportação de produções excedentes, já que quase a totalidade do que se produz é consumido no local; certas mercadorias são importadas de Barbacena, tais como morim para lençóis, estampas baratas, xales espalhafatosos, pólvora, balas de revólver, sal, algumas ferragens, bacalhau salgado, vinho, mas o que intriga é de onde sai o dinheiro para pagar por elas. Todos os artigos de produção local são baratos, frangos gordos custam cerca de 8d e ovos 1d a dúzia; milho e legumes são extremamente baratos, assim como os peixes de rio, quando os há [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 110-111 (1873, Vila de São José do Paraopeba, região Mineradora Central Oeste)].

Heterogeneidade dos padrões de consumo
Os grandes centros urbanos e o consumo conspícuo

As impressões de viagem são reveladoras de dois contrastes fundamentais do mercado consumidor de Minas Gerais. Os pequenos e médios centros urbanos tendiam exclusivamente à parcimônia, a generalização de modesto padrão de consumo de produtos e serviços. Nas grandes cidades, o predominante padrão de consumo pouco sofisticado convivia com vigoroso consumo conspícuo de produtos e serviços. O segundo contraste opunha, no geral, os padrões de consumo urbano e rural. No campo vigorava a sobriedade, a rusticidade e a inclinação para o necessário. Na cidade, especialmente a grande, a parcimônia e a simplicidade conviviam com o luxo, a sofisticação e a inclinação para o supérfluo.

O comerciante John Mawe anotou a ausência de mercadorias sofisticadas em Minas Novas, centro regional de relativa importância. Saint-Hilaire e Langsdorff impressionaram-se com a indigência de estabelecimentos próximos de grandes centros comerciais.

O comércio do Rio de Janeiro com Minas Novas consiste principalmente em negros, ferro, sal, tecidos de lã, chapéus, panos de algodão estampados, quinquilharia, armas, alguns objetos de fantasia, um pouco de vinho e de óleo, peixe salgado e manteiga. Poucos objetos de luxo penetram nesses afastados rincões, cujos habitantes só adquirem o que é absolutamente necessário [John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil,* p. 164 (1809, Minas Novas, região de Minas Novas)].

Para aqui chegarmos, seguimos quase sempre as cumeadas e gozamos de larga vista. Não descobrimos, porém, habitação alguma. À beira do caminho apenas vimos uma casinhola onde uma pobre mulher vende aguardente de cana e algumas miseráveis provisões [Auguste de Saint-Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo,* p. 45].

No estabelecimento em que nos encontrávamos, não podíamos comprar o mínimo necessário, nem por todo dinheiro do mundo. É realmente estranho e incompreensível como as pessoas vivem aqui no campo. Não há vinho, nem galinha, nem sequer sal, aguardente, milho ou toucinho na taberna e em nenhum outro lugar, de forma que fui obrigado, logo após a minha chegada, a mandar alguém ir buscar milho para os animais, que, desde ontem à noite, estão sem comer milho, isto é, aveia [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 50 (1824, fazenda do Pombal, próximo a Barbacena, região Sudeste)].

Três viajantes ressaltaram a sofisticação do consumo de Diamantina. A expressiva quantidade de artigos importados nos estabelecimentos surpreendia pelo fato de a cidade não desempenhar função de entreposto de distribuição para centros menores. Spix e Martius anotaram o largo provimento de mercadorias de luxo das casas de negócio de São João del-Rei.

As lojas estão abarrotadas de mercadorias de fábricas inglesas, assim como presuntos, queijo, manteiga, cerveja e outros produtos de consumo. Animais carregados deles chegam muitas vezes da Bahia e do Rio de Janeiro. Os negociantes queixam-se de que os tecidos de algodão são de má qualidade e desbotam quando lavados [John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil,* p. 158 (1809, Tijuco, região de Diamantina)].

As lojas dessa aldeia são providas de toda sorte de panos; nelas se encontram também chapéus, comestíveis, quinquilharia, louças, vidros e mesmo grande quantidade de artigos de luxo, que causa admiração sejam procurados a uma tão grande distância do litoral. Essas mercadorias são quase todas de fabricação inglesa (1817) e são vendidas em geral por preços muito módicos, tendo-se em vista a distância e a dificuldade de transportes [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil,* p. 29-30 (1817, arraial do Tijuco, região de Diamantina)].

É costume local (pois certamente nada se pode esperar da economia) que as mulheres dos primeiros funcionários do Estado e comerciantes fiquem em casa. Em suas visitas costumeiras, elas usam sapatos sem meias, o que é estranho aos olhos europeus. Mas, como eu já havia tido essa primeira impressão, estranhava ao ver as damas nos bailes com sapatos finos, sapatilhas de seda e meias de seda francesas finas. Era difícil de acreditar que, numa vila a pelo menos 150 léguas da capital, pudéssemos estar vendo no mínimo 30 a 40 damas. O vestuário era muito rico, à moda francesa, com vestidos riquíssimos de seda, cetim, musselinas bordadas em prata ou ouro indiano, rendas francesas, toques francesas com penas de avestruz, pedras preciosas, correntes de ouro, penteados etc. O tipo de roupa dessas senhoras poderia ser usado em qualquer baile da Corte ou nos círculos mais importantes da Europa. Os homens vestiam, da mesma forma, calças curtas com meias de seda branca, fivelas douradas e um pequeno sabre de visita, usado em Portugal e Rio de Janeiro, com 1,5 palmo de comprimento (o mesmo que os oficiais da Marinha inglesa costumam usar) [Georg Heinrich von Langsdorff, *Os diários de Langsdorff,* vol. 1, p. 280 (1824, Tijuco, região de Diamantina)].

O estrangeiro vê-se, com prazer, em uma pequena cidade comercial, sobretudo depois das tão longas privações da viagem no interior. Ruas calçadas, belas igrejas guarnecidas com pinturas de artistas nacionais, lojas fornecidas de todos os artigos de luxo e do comércio europeu, muitas oficinas etc. indicam a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão, é considerado entre os mais animados do Brasil [Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, *Viagem pelo Brasil,* vol. 1, p. 194 (1818, São João del-Rei, região Sudeste)].

Mercados regionais e a diferenciação dos preços

Os copiosos dados registrados nos relatos de viagem sobre preços de gêneros agrícolas, de produtos da indústria de transformação provincial e de artigos importados permitem aferir a existência de consideráveis contrastes regionais em Minas Gerais. Os viajantes perceberam que as diferenças nos preços de artigos da produção interna resultavam de debilidades regionais no autoprovimento de gêneros da produção da agricultura e pecuária, da agroindústria e da indústria de transformação de produtos não-agrícolas. Os custos de transporte, agregados às mercadorias do comércio inter-regional de média e longa distância, e a presença de intermediários repercutiam nos preços, incidindo especialmente nos mercados sujeitos a regulares importações. No caso dos artigos importados, a distância das praças comerciais fornecedoras era a principal determinante de distinções regionais nos preços.

Os preços recolhidos por Langsdorff para quatro mercados urbanos refletem contrastes regionais internos da província de Minas Gerais. A série possui lacunas e contempla fundamentalmente dados para gêneros de produção interna. Avaliados dez itens com informação para os quatro mercados, todos referentes a artigos produzidos internamente, atesta-se os em geral mais elevados preços para o mercado de Diamantina, decorrência da grande dependência de abastecimento externo, e os preços na maior parte das vezes mais baixos para Presídio, provavelmente como conseqüência de abastecimento quase que inteiramente realizado a partir de espaço rural vicinal. A comparação dos preços dos poucos artigos importados por São João del-Rei, Santa Luzia e Diamantina corrobora o peso das distâncias – quase sempre vencidas em estradas precárias e no lombo de muares – na determinação dos preços. Considerando que a praça da cidade do Rio de Janeiro provia de importados a todos os três mercados, verifica-se que os preços tendiam a elevar-se do sul para o norte de Minas Gerais. Portanto, na maior parte das vezes mais caros em Diamantina do que em Santa Luzia e sempre mais baratos em São João del-Rei em relação às outras duas localidades.

Quadro 9 – Preços de gêneros de produção interna e importados, Minas Gerais, 1824

(continua)

Gêneros	**São João del-Rei** Região Sudeste	**Presídio** Região da Mata	**Santa Luzia** Região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	**Diamantina** Região Diamantina
açúcar branco (arroba)	1$200	1$800	1$280 a 1$500	1$920 a 2$240
açúcar mascavo (arroba)	$900	—	1$050 a 1$200	1$280 a 1$500
aguardente (barril de oito medidas)	—	1$280	—	—
aguardente do reino (garrafa)	—	—	$675 a $750	$730
algodão com caroço (arroba)	—	—	$900 a 1$000	1$200 a 1$500
arroz (alqueire)	1$500	$960	1$200 a 1$800	2$400
azeite de mamona (garrafa)	$450	—	—	—
azeite de mamona (barril)	—	—	1$500 a 1$800	1$200 a 1$280
azeite doce	—	—	$900 a 1$280	$750
bacalhau	—	—	—	7$200
cachaça (barril de oito medidas)	1$280 a 1$920	—	$900 a 1$500	2$240
café (arroba)	—	—	3$000 a 3$200	3$000 a 3$600
cal (alqueire)	—	—	$225	—
carne de gado (libra)	$030	—	—	—
carne de porco		—	$300 a $375	$300
carne de porco fresca (traseiro)	$750	—	—	—
carne de vaca (arroba)	—	$750	$600	$800

Quadro 9 – Preços de gêneros de produção interna e importados, Minas Gerais, 1824

(conclusão)

Gêneros	São João del-Rei Região Sudeste	Presídio Região da Mata	Santa Luzia Região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	Diamantina Região Diamantina
carne-seca	—	—	—	2$400
chumbo miúdo	—	—	—	$225
cravo (cento)	—	—	—	$640 a $750
farinha de mandioca (alqueire)	$900	$750	$900	1$500
farinha de milho (alqueire)	$750 a $800	$480	$600 a $900	$750 a $900
farinha de trigo (saca)	—	—	6$000 a 9$000	9$600
feijão (alqueire)	$450 a $640	$640	$900	1$500
ferradura de cavalo	—	—	—	$188
ferro (arroba)	—	—	—	4$824
ferro mineiro	—	—	1$500	2$400
frango	$100	$040 a $060	$075	$113
fubá (alqueire)	—	$320	—	—
fumo (arroba)	2$100	—	2$000 a 4$000	—
galinha	$240	$120	$150 a $225	$188
lâmpadas (dúzia)	$300	—	—	—
lombo de porco	$240	$450	$150 a $188	$450
manta de Minas Novas	—	—	—	$600 a $640
milho (alqueire)	$480 a $560	$320	$600 a $900	$750 A $900
ovos (dúzia)	$120	—	$075	$113
pano de algodão tecido	—	—	$100 a $105	$100 a $150
pão (libra)	$107	—	—	—
peixe fresco	—	—	—	$080
poaia (libra)	—	$800 a 1$000	—	—
pólvora	—	—	$300 a $450	$375 a $450
pólvora (libra)	4$000	—	—	—
queijo (dúzia)	—	—	1$350 a 1$500	2$100
rapadura (carga - 64 rapaduras)	—	1$800	—	—
restilo (barril)	—	—	2$000 a 2$700	3$600
sabão ordinário	—	—	—	$750
sabão primeira sorte	—	—	$900	1$280
sal (alqueire)	3$000	—	—	6$000
salitre	—	—	4$000	2$400 a 3$000
sola	—	—	$960 a 1$000	$960 a 1$280
toucinho (arroba)	1$920 a 2$000	1$500	1$650 a 1$950	2$400 a 3$000
vela de sebo (dúzia)	—	—	$375 a $450	$375
vinagre (garrafa)	—	—	—	$375
vinagre de cana (barril)	—	—	$750 a 1$200	—
vinho de Figueira (garrafa)	$300 a $320	—	$375 a $450	$413 a $450
vinho do Porto (garrafa)	$480 a $560	—	$600 a $750	$600 a $640

Fonte: *Os diários de Langsdorff*, vol. 1, p. 34, 98, 169-170 e 308.

O crédito e a formação de redes de dependência econômica
Acumulação mercantil e prestígio social

Os depoimentos dos viajantes estrangeiros afirmam enraizada e disseminada prática de venda a crédito em Minas Gerais no século XIX. Sobretudo nas áreas de mineração, o comércio a prazo funcionava como um mecanismo de transferência de renda e de acumulação mercantil. A escassez de meio circulante também desempenhava importante papel no reforço da venda a crédito. Os relatos de viagem são igualmente pródigos em passagens que associam a acumulação mercantil com prestígio social. Os principais negociantes locais tendiam a ocupar posição de destaque nas comunidades do interior de Minas.

Mawe e Gardner salientaram as usuais práticas de venda a crédito na região de Diamantina e a transferência de renda da administração diamantina e dos mineradores para o setor mercantil. É perfeitamente plausível estender para o resto de Minas Gerais as observações de Gardner sobre as desfavoráveis condições em que os mineradores operavam com relação aos comerciantes que lhes proviam de gêneros básicos de subsistência. Ademais, tratava-se de práticas seculares, identificáveis nos albores da mineração setecentista.

> *Há no Tijuco nove ou dez negociantes principais, que são freqüentemente credores da administração e dos oficiais que dela fazem parte. Estes negociantes recebem, na verdade, em troca de mercadorias inglesas, quase todo o dinheiro que passa pelas mãos das pessoas empregadas nas minas. Os oficiais são pagos uma vez por ano. Chega efetivamente de Vila Rica uma soma de 300 mil cruzados, à qual cumpre acrescentar 60 a 100 mil mais, encontrados nas minas do distrito. A maior parte desse dinheiro, chegando às mãos dos negociantes, é logo empregada de uma maneira contrária aos interesses do governo. É difícil imaginar pior política que a de conceder tão grandes vencimentos em lugar de tantas tentações* [John Mawe; *Viagens ao interior do Brasil,* p. 172 (1809, Tijuco, região de Diamantina)].

> *A maioria dos habitantes de Diamantina que são senhores de alguns escravos emprega-os nas lavagens que se fazem de preferência nos lugares onde o cascalho está perto da superfície e próximo do leito das pequenas correntes de água da montanha, tão comuns na localidade adjacente. Muitos pretos forros também trabalham por conta própria, obtendo assim precário meio de vida. Os que se empenham nessas aventuras são em geral gente muito imprevidente, pois mesmo os que dirigem os mais vastos serviços, como chamam as lavras, às vezes se afundam em dívidas depois de exaurida uma rica mina e antes que encontrem outro sítio produtivo. Afirmou-me um dos maiores mineiros do distrito que a excitação produzida por esse gênero de vida é semelhante à do jogador: quem nela entra, nunca mais a deixa. O distrito onde pratica essa curiosa espécie de indústria está abrangido no espaço de 14 léguas quadradas e fica abaixo da realidade dizer que 10 mil indivíduos vivem inteiramente do produto do ouro e diamante extraídos do solo. Mas não são tanto os mineiros, e sim os lojistas, quem leva a maior parte dos lucros dessa indústria, negociando todos mais ou menos em diamante e ouro em pó, que recebem dos mineiros em troca do suprimento necessário a eles e a seus escravos. Raro é encontrar um mineiro que não esteja devendo a um negociante, a quem é obrigado a entregar em pagamento o produto de suas lavras por preço inferior ao que obteria se tivesse as vantagens de oferecê-lo, em mercado livre, a quem mais desse. A vida do negociante, embora menos excitante que a do mineiro, é também menos sujeita a riscos: o negociante logo enriquece, ao passo que o pobre mineiro luta com a pobreza, tendo em esperanças que raro se realizam sua maior fonte de felicidade* [George Gardner, *Viagem ao interior do Brasil,* p. 209 (1840, região de Diamantina)].

Saint-Hilaire deslindou formas de acumulação mercantil e ressaltou a função do crédito no estabelecimento de redes de dependência econômica. Sempre detendo informações referentes à centúria anterior, o viajante francês estava habilitado a estabelecer conexões entre a realidade observada e suas possíveis raízes históricas, como no caso do crédito comercial.

É como donos de vendas que muitos portugueses europeus de classe baixa começaram suas fortunas. Esses homens, que geralmente se distinguem por uma extrema economia, aproveitam-se da espécie de renúncia que caracteriza os americanos, e enriquecem-se às suas custas, afetando desprezá-los. Mas os bens desses parcimoniosos europeus são muito freqüentemente dissipados por seus descendentes que, nascidos na América, adquirem os hábitos e o espírito de sua pátria; e assim se verifica o provérbio repetido pelos brasileiros: o pai taberneiro, o filho cavalheiro, o neto mendicante [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 40 (1816)].

No entanto, é preciso que se diga, um obstáculo opõe-se ao bem estar dos habitantes dessa região: é o costume que há de vender-se tudo a crédito. Os cavalos, os escravos compram-se a prazo de vários anos; o vendedor, que corre risco, não quer desfazer-se de sua mercadoria senão por preços superiores ao seu valor real; o comprador deixa-se seduzir por esperanças enganadoras; impaciente de possuir, não se preocupa com o futuro e concorda sem dificuldade com o preço que lhe pedem; mas muitas vezes o escravo ou os animais morrem antes que o novo proprietário tenha deles retirado o menor proveito, e é obrigado a entregar o que possui quando chega o momento de saldar sua dívida. Em cada povoação existe, geralmente, um homem rico, que vende assim mercadorias a crédito a todos os seus vizinhos e que, por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família e esse domínio é tanto mais prejudicial, visto que aquele que o exerce é freqüentemente um aventureiro sem educação, que enriqueceu por processos vergonhosos. Não devemos pensar, aliás, que o costume de vender a longo prazo seja peculiar ao termo de Minas Novas. Entre os primeiros habitantes da província de Minas, deve ter havido grande número de aventureiros sem fortuna. Por ocasião dos descobrimentos, o ouro era tão comum nos arredores de Vila Rica e alhures que com trabalho fácil se estava seguro de poder enriquecer em pouco tempo. Os mineradores que haviam já trabalhado e possuíam alguma coisa não deveriam pôr dificuldades em vender a prazos muito longos aos recém-vindos ou aos que por qualquer circunstância tinham-se tornado menos felizes, sabendo bem que os devedores nada podiam fazer perder a seus credores. Essa é, provavelmente, a origem dos longos créditos que se concedem aos compradores na província das Minas [Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* p. 291-292 (1817, região de Minas Novas)].

James Wells, em inúmeras passagens como a reproduzida a seguir, salientou a destacada condição econômica dos grandes comerciantes locais. Em outros extratos, anteriormente reproduzidos, à prosperidade econômica estava associado o prestígio social.

Há diversas vendas e armazéns de secos e molhados e ranchos abertos para tropas de mula. (...) Há dois ou três armazéns de mercadorias secas de bom tamanho, de propriedade de brasileiros brancos ou portugueses; esses homens são bastante prósperos – quer dizer, em comparação com seus vizinhos [James W. Wells, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão,* vol. 1, p. 122 e 124 (1873, capela nova de Betim, região Mineradora Central Oeste)].

3.3 – Os negociantes apresentam-se ao mercado consumidor, o comércio nos periódicos oitocentistas[172]

O NEGOCIANTE E O FREGUEZ

Astuto negociante,
Lá por uma, ou outra vez,
Um calculado presente
Endereça ao bom freguez.

Tem por fim com este engodo
Captar a gratidão
D'aquelle de quem depende,
D'aquelle que dá-lhe a mão.

Vae nelle assim despertando
Da gratidão o ardor
Por mimos, que já pagara
Por triplicado valor.

(Ouro Preto, *Diário de Minas*, 11/07/1874, nº 285).

Entre as muitas virtualidades dos periódicos mineiros do século XIX, é provável que nas seções de anúncios encontre-se o maior potencial para pesquisa que pressuponha fontes seriadas. Se considerados como um único grande conjunto documental, os jornais oitocentistas apresentam largas cobertura espacial e amplitude temporal. Das muitas temáticas e seções, os anúncios distinguiam-se por regularidade não encontrada nas demais unidades de informação dos periódicos.

Na conformação da identidade do urbano do Oitocentos, as atividades comerciais ocupavam posição de destaque. Em Minas Gerais, o desenvolvimento do comércio, em geral acompanhado da prestação de serviços especializados e de incipiente setor de transformação, era fator decisivo a distinguir a cidade do campo. O dilatado espaço ocupado pelos estabelecimentos comerciais nas seções de anúncios dos jornais refletia a importância do setor e indiciava a magnitude do processo em curso de diferenciação do urbano.

O negociante oitocentista somente endereçaria mimos a freguês regular, consumidor contumaz. As relações tendiam a ser pessoais, fortemente marcadas por traços de fidelidade de uma parte e de solicitude de outra. O lucro assumia a forma de engodo, a acumulação mercantil poderia pressupor familiaridade ou, não poucas vezes, amizade. Conquanto de modo geral aparentem certa timidez no uso de recursos de persuasão publicitária, excessiva objetividade na descrição e simplicidade na utilização de recursos gráficos, os anúncios oferecem farto material para o conhecimento de muitos aspectos do mundo do comércio mineiro do Dezenove.

Tempo, espaço, orientação editorial e longevidade dos jornais

Foram selecionados 61 anúncios de estabelecimentos comerciais, recolhidos em 21 jornais do período provincial. A grande maioria das propagandas refere-se à segunda metade da centúria, distribuída de forma equilibrada pelas décadas de 1850 a 1880. Das sete localidades contempladas, Ouro Preto, capital da província, respondeu por quase 60% dos anúncios escolhidos, Campanha por pouco menos de um quarto, Diamantina não alcançou a décima parte e as demais cidades somaram 10%. Os jornais eram editados em sedes municipais, importantes centros regionais. Excetuada a cidade de Montes Claros, na região do Sertão, todas as demais se localizavam em regiões economicamente dinâmicas. A Mineradora Central Oeste totalizou quase 60% das propagandas selecionadas, a Sul Central respondeu por uma quarta parte e as regiões Sudeste, Diamantina, Mata e Sertão pelos casos restantes.

172 Nesta subseção, adota-se específico sistema de referência para as fontes. Para cada anúncio de jornal, são informados o nome do estabelecimento e/ou do proprietário, nome do jornal, o local de impressão, data da veiculação do anúncio e o número do jornal. As imagens dos anúncios reproduzidas nesta subseção não necessariamente coincidem, quanto ao tamanho, com os originais. Muitas das propagandas selecionadas foram publicadas originalmente em página inteira, em jornais de grande formato, assim como não são poucos os casos de anúncios que foram divulgados em tamanho de fonte diminuto.

No universo de jornais em que foram recolhidos os anúncios, constatou-se que o alinhamento político e/ou partidário era fator determinante da orientação editorial. Veículos de informação da administração pública, como o ouro-pretano *Correio Oficial de Minas*, órgão do governo provincial, conviviam com gazetas de oposição, como o campanhense *Colombo,* órgão republicano e abolicionista.

Os nomes dos periódicos remetiam a referências geográficas, a espaços regionais, como o montes-clarense *Correio do Norte* e o pouso-alegrense *Valle-Sapucah*; identificavam espaços locais, como o jornal *Leopoldinense*, folha de cidade da região da Mata; e tencionavam fixar imagem de isenção informativa, como o são-joanense *O Amigo da Verdade*.

As diversas periodicidades dos jornais mineiros do Dezenove dificultam precisa determinação de longevidade a partir dos exemplares remanescentes. Diários, hebdomadários, quinzenários ou ainda em edições com intervalos irregulares, as evidências são de periódicos com tempo de existência muito variável. Há indícios que os jornais da capital eram mais longevos; nas demais cidades, tendiam a trajetórias de curta duração. O *Colombo*, folha de Campanha, figura como notável exceção: foram recolhidos anúncios em intervalo que cobre os anos de 1873 a 1881.

Representatividade, circulação e freqüência dos anúncios

Os anúncios selecionados são representativos do comércio estabelecido nas cidades. Contemplam negociantes de centros urbanos de importância regional e, em menor proporção, de pequenas localidades. Os primeiros eram anunciantes locais, sediados em cidades com periódicos próprios, os segundos veiculavam propagandas nos jornais de cidades pólos de suas regiões. Os custos dos anúncios deviam representar importante interdição para os proprietários de casas de negócio de pequeno porte dos espaços urbanos, assim como para os negociantes com estabelecimentos de estrada, praticamente excluindo-os dos periódicos do século XIX.

A presença de anunciantes de pequenas cidades em jornais de centros de importância regional evidencia circulação dos periódicos fora dos espaços urbanos em que eram editados e/ou a percepção por parte desses negociantes vicinais da possibilidade de projeção de seus estabelecimentos para além dos mercados consumidores locais. A veiculação, em jornal de Ouro Preto, da propaganda de negociante e hospedeiro de Congonhas do Sabará, localidade distante quase 15 léguas, revela a ampla área de influência dos periódicos da capital provincial.

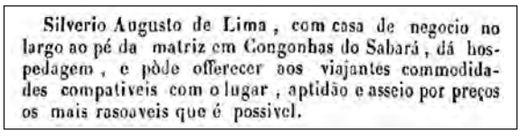
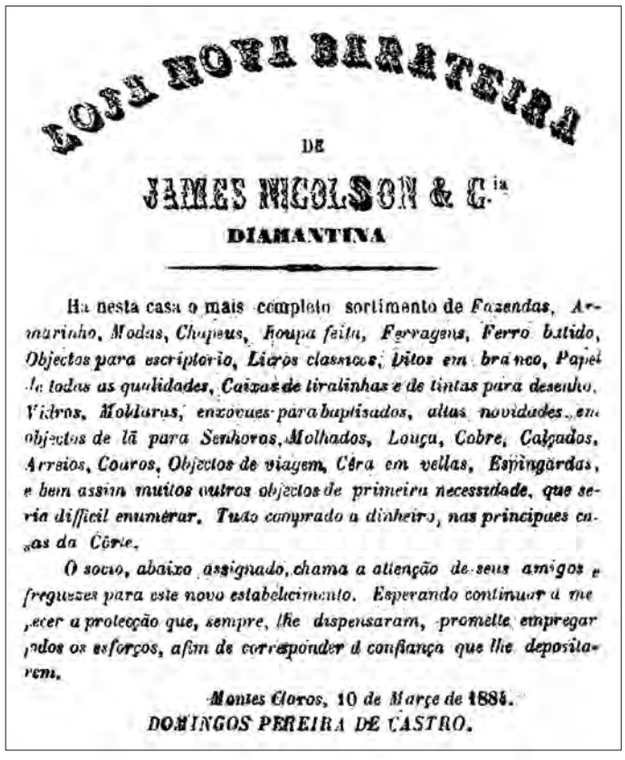

Silverio Augusto de Lima, com casa de negocio no largo ao pé da matriz em Congonhas do Sabará, dá hospedagem, e póde offerecer aos viajantes commodidades compativeis com o lugar, aptidão e asseio por preços os mais rasoaveis que é possivel.

Figura 38 – Silverio Augusto de Lima; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 14/05/1855, nº 314.

Os anúncios sugerem que centros regionais de dilatada importância projetavam sua ascendência sobre as áreas de influência de centros regionais de menor expressão. Em meados da década de 1880, a "Loja Nova Barateira", de Diamantina, anunciava em jornal da cidade de Montes Claros. O sócio-proprietário Domingos Ferreira de Castro, provável representante comercial local, conferiu destaque ao nome do consócio James Nicolson, descreveu a variedade e origem das mercadorias do estabelecimento, apelou à fidelidade de seus clientes e prometeu atendimento condigno.

Redes de estabelecimentos também indiciavam circulação espacialmente ampliada dos jornais. Foram documentados anúncios de duas casas comerciais concorrentes que divulgaram, simultaneamente, seus estabelecimentos matrizes, localizados em centro regional, e suas filiais, situadas em localidades vizinhas (Figuras 95 e 96). As propagandas foram veiculadas em periódico de Campanha, com indicação das cidades em que estavam estabelecidas as sucursais.

Foram encontradas evidências de atípica circulação dos órgãos de informação oficiais. Para além da área de influência da cidade de Ouro Preto, periódicos da capital deviam alcançar espaços subordinados a outros centros regionais, mas que regularmente recebiam as folhas oficiais. Ilustrativa é a rogativa de dois irmãos farmacêuticos de Muriaé, cidade a quase 40 léguas de Ouro Preto e próxima à divisa de Minas Gerais com o norte fluminense, para que seus clientes continuassem a freqüentar o estabelecimento especializado. O anúncio divulgado no *Diário de Minas* só poderia dirigir-se a consumidores locais ou das circunvizinhanças, especialmente tratando-se de mercadorias destinadas ao atendimento de necessidades específicas e não regulares.



LOJA NOVA BARATEIRA

DE

JAMES NICOLSON & C.ia

DIAMANTINA

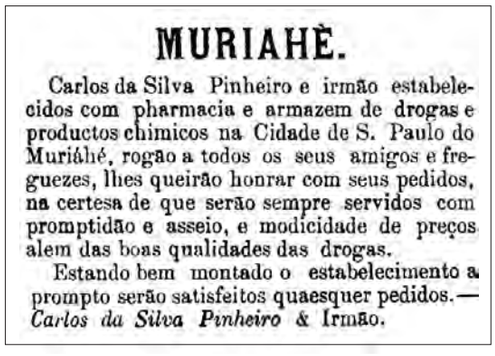
Ha nesta casa o mais completo sortimento de *Fazendas, Armarinho, Modas, Chapeus, Roupa feita, Ferragens, Ferro batido, Objectos para escriptorio, Livros classicos, Livros em branco, Papel de todas as qualidades, Caixas de tiralinhas e de tintas para desenho, Vidros, Molduras, enxovaes para baptisados, altas novidades em objectos de lã para Senhoras, Molhados, Louça, Cobre, Calçados, Arreios, Couros, Objectos de viagem, Cêra em vellas, Espingardas,* e bem assim muitos outros objectos de primeira necessidade, que seria difficil enumerar. Tudo comprado a dinheiro, nas principaes casas da Côrte.

O socio, abaixo assignado, chama a attenção de seus amigos e freguezes para este novo estabelecimento. Esperando continuar a merecer a protecção que, sempre, lhe dispensaram, promette empregar todos os esforços, afim de corresponder á confiança que lhe depositarem.

Montes Claros, 10 de Março de 1884.

DOMINGOS PEREIRA DE CASTRO.

Figura 39 – Loja Nova Barateira; *Correio do Norte*, Montes Claros, 23/03/1884, nº 5.



MURIAHÈ.

Carlos da Silva Pinheiro e irmão estabelecidos com pharmacia e armazem de drogas e productos chimicos na Cidade de S. Paulo do Muriáhé, rogão a todos os seus amigos e freguezes, lhes queirão honrar com seus pedidos, na certesa de que serão sempre servidos com promptidão e asseio, e modicidade de preços alem das boas qualidades das drogas.

Estando bem montado o estabelecimento a prompto serão satisfeitos quaesquer pedidos.— *Carlos da Silva Pinheiro* & Irmão.

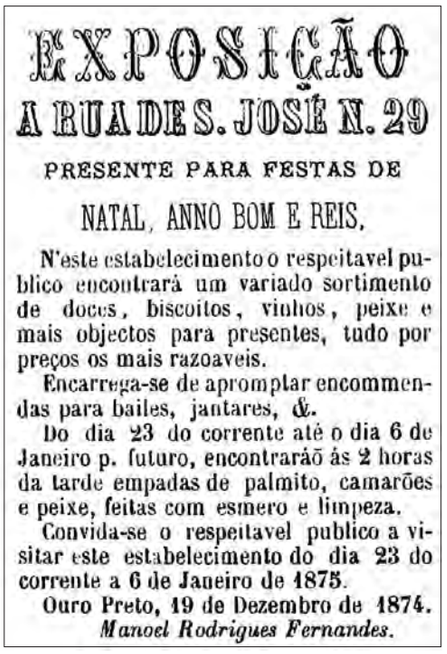
Figura 40 – Carlos da Silva Pinheiro; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 08/01/1867, nº 159.

Parte expressiva dos anunciantes comprava pacote para inserções em vários números seguidos do mesmo jornal. Da mesma forma, não eram incomuns anúncios descontínuos. Às vezes a propaganda de estabelecimento comercial ganhava divulgação em diversos números não seqüenciados do mesmo periódico. Também foram registrados casos de anunciantes que divulgaram seus estabelecimentos em jornais distintos, embora da mesma cidade.

Os nomes das casas de negócio

No período provincial, apenas um em cada três estabelecimentos comerciais possuía identificação não exclusivamente resumida ao nome do proprietário. Os nomes das casas de negócio remetiam também a dimensão e/ou natureza do estoque (como "Grande Empório"), modicidade dos preços (como "Barateza" ou "Barateira"), intenção de apresentar-se como estabelecimento moderno (como "Açougue Progresso" ou "Paris na América"), entre outras remissões.

A identificação raramente estava dissociada do nome do proprietário. No anúncio da "Exposição" foi dado destaque ao endereço do estabelecimento, embora o nome do proprietário figure no fechamento do texto. Raro anúncio associado a festividades sazonais, essa propaganda foi orientada para mercadorias de consumo irregular, notadamente comestíveis e bebidas sofisticadas. Na publicidade do "Hotel Alliança" era estreita a ligação com o nome do proprietário. Além dos muitos serviços oferecidos, funcionava, anexa ao hotel, diversificada casa comercial.



EXPOSIÇÃO
A RUA DE S. JOSÉ N. 29
PRESENTE PARA FESTAS DE
NATAL, ANNO BOM E REIS.

N'este estabelecimento o respeitavel publico encontrará um variado sortimento de doces, biscoitos, vinhos, peixe e mais objectos para presentes, tudo por preços os mais razoaveis.

Encarrega-se de apromptar encommendas para bailes, jantares, &.

Do dia 23 do corrente até o dia 6 de Janeiro p. futuro, encontrarão ás 2 horas da tarde empadas de palmito, camarões e peixe, feitas com esmero e limpeza.

Convida-se o respeitavel publico a visitar este estabelecimento do dia 23 do corrente a 6 de Janeiro de 1875.

Ouro Preto, 19 de Dezembro de 1874.
Manoel Rodrigues Fernandes.

Figura 41 – Exposição; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 20/12/1874, nº 384.



Queluz de Minas

HOTEL ALLIANÇA
DE
ANTONIO FRANCISCO BAIÃO

Bem montado estabelecimento, tendo apropriadas acommodações para familias e escoteiros; carro proprio para conducção dos Srs. viajantes da estação para o hotel e vice-versa; excellentes pastos para animaes, etc. Annexo ao hotel uma casa commercial de fazendas, ferragens, armarinhos, roupa feita, calçado, louça e chapéos, e onde se compra e vende generos do paiz,

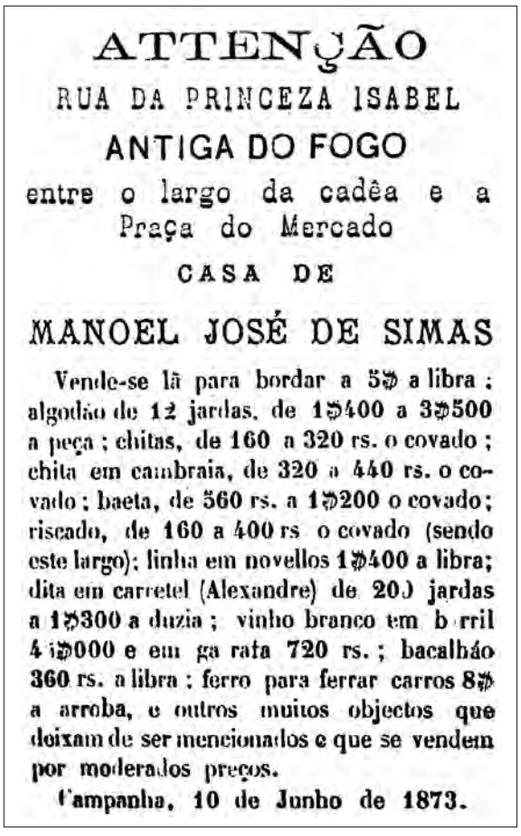
Figura 42 – Hotel Allianç; *A Província de Minas*, Ouro Preto, 14/08/1884, nº 219.

Os nomes dos proprietários das casas de negócio

Em menos de 10% dos anúncios recolhidos o nome do proprietário não figura no texto publicitário. A regular associação do negociante à casa de negócio ressalta o caráter pessoal das relações de consumo. O prestígio do proprietário era a principal garantia de idoneidade do estabelecimento. A tradição, expressa no longevo envolvimento do negociante com a atividade, atestava a confiabilidade da casa de negócio. A propaganda fortemente vincada pelo pessoal é índice do incipiente desenvolvimento da publicidade, da modesta mobilização de recursos mais sofisticados de convencimento e indução ao consumo.

A recorrente presença do nome do negociante nos anúncios, boa parte das vezes em posição de destaque conferida por recursos gráficos e de diagramação, seguiu dois padrões fundamentais: no primeiro, o nome do proprietário era aposto no cabeçalho do anúncio, podendo estar associado ao nome do estabelecimento e/ou ao endereço e, com menor freqüência, ao nome da localidade; no segundo padrão, o nome era relacionado ao final da propaganda, algumas vezes acompanhado do endereço e, em número menor de casos, do nome da localidade e/ou data.

Rua da Princesa Izabel, rua do Fogo, largo da Cadeia, praça do Mercado, estas típicas referências toponímicas do Oitocentos indicavam a localização da Casa de Manoel José de Simas. Ao estabelecimento de secos e molhados,



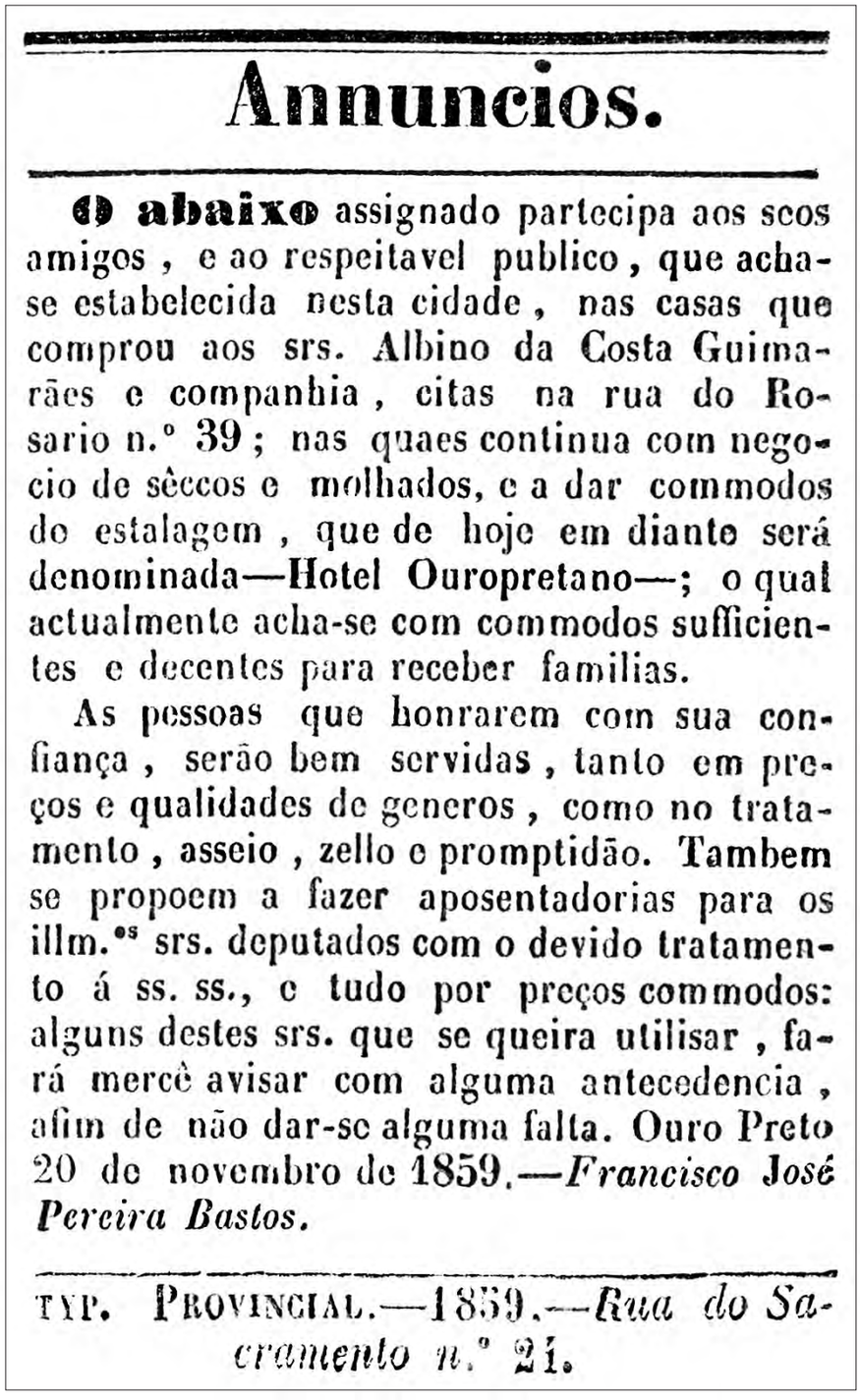
ATTENÇÃO
RUA DA PRINCEZA ISABEL
ANTIGA DO FOGO
entre o largo da cadêa e a Praça do Mercado
CASA DE
MANOEL JOSÉ DE SIMAS

Vende-se lã para bordar a 5$ a libra; algodão de 12 jardas, de 1$400 a 3$500 a peça; chitas, de 160 a 320 rs. o covado; chita em cambraia, de 320 a 440 rs. o covado; baeta, de 560 rs. a 1$200 o covado; riscado, de 160 a 400 rs o covado (sendo este largo); linha em novellos 1$400 a libra; dita em carretel (Alexandre) de 200 jardas a 1$300 a duzia; vinho branco em b rril 4 $000 e em ga rafa 720 rs.; bacalhão 360 rs. a libra; ferro para ferrar carros 8$ a arroba, e outros muitos objectos que deixam de ser mencionados e que se vendem por moderados preços.

Campanha, 10 de Junho de 1873.

Figura 43 – Manoel José de Simas; *Colombo*, Campanha, 15/06/1873, nº 23.

estava intimamente associado o nome do proprietário. Trata-se de exemplo do referido primeiro padrão. Para o segundo, elegeu-se a propaganda do "Hotel Ouropretano". Conquanto o nome do negociante figurasse ao final, juntamente com o nome da localidade e data, era indissociável do estabelecimento, a se considerar as palavras iniciais do anúncio: "o abaixo assignado partecipa...". Mais um caso de comércio e hospedagem associados, foi dado destaque à qualidade do atendimento e honestidade dos preços. Também chama a atenção a mensagem especificamente dirigida aos parlamentares provinciais de passagem pela capital, que foram instados a fazer uso dos serviços do hotel.



Annuncios.

O abaixo assignado partecipa aos seos amigos, e ao respeitavel publico, que acha-se estabelecida nesta cidade, nas casas que comprou aos srs. Albino da Costa Guimarães e companhia, citas na rua do Rosario n.° 39; nas quaes continua com negocio de sêccos e molhados, e a dar commodos do estalagem, que de hoje em diante será denominada—**Hotel Ouropretano**—; o qual actualmente acha-se com commodos sufficientes e decentes para receber familias.

As pessoas que honrarem com sua confiança, serão bem servidas, tanto em preços e qualidades de generos, como no tratamento, asseio, zello e promptidão. Tambem se propoem a fazer aposentadorias para os illm.^{os} srs. deputados com o devido tratamento á ss. ss., e tudo por preços commodos: alguns destes srs. que se queira utilisar, fará mercê avisar com alguma antecedencia, afim de não dar-se alguma falta. Ouro Preto 20 de novembro de 1859.—*Francisco José Pereira Bastos.*

TYP. PROVINCIAL.—1859.—*Rua do Sacramento n.° 21.*

Figura 44 – Hotel Ouropretano; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 21/11/1858, nº 300.

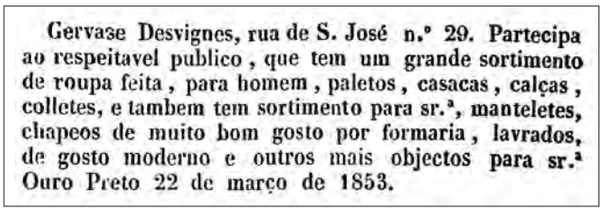
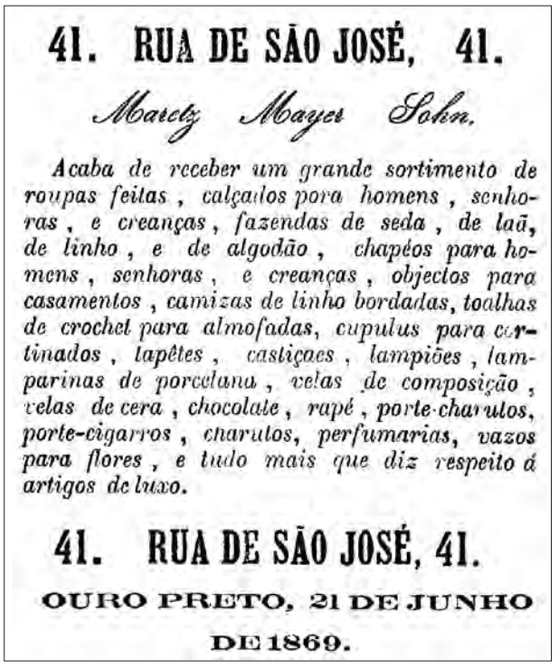

Gervase Desvignes, rua de S. José n.º 29. Partecipa ao respeitavel publico, que tem um grande sortimento de roupa feita, para homem, paletos, casacas, calças, colletes, e tambem tem sortimento para sr.ª, manteletes, chapeos de muito bom gosto por formaria, lavrados, de gosto moderno e outros mais objectos para sr.ª Ouro Preto 22 de março de 1853.

Figura 45 – Gervase Desvignes; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 18/04/1853, nº 120.

Do nome dos anunciantes depreende-se importante participação de estrangeiros no comércio estabelecido de Minas Gerais, mesmo não considerando os negociantes portugueses. A histórica presença lusitana em atividades mercantis é de difícil, senão impossível, determinação a partir dos nomes dos proprietários anunciantes. Em 1853, Gervase Desvignes apresentou sua loja de fazendas secas "ao respeitavel publico" de Ouro Preto. Treze anos depois, outro estrangeiro, Maretz Mayer Sohn, anunciava "grande sortimento" de mercadorias no mesmo mercado consumidor. Ambos os estabelecimentos localizavam-se na rua de São José, números 29 e 41 respectivamente. Notável, ainda, o comum apelo ao consumo conspícuo, expresso na oferta de artigos "de muito bom gosto", de "gosto moderno" e "de luxo".


41. RUA DE SÃO JOSÉ, 41.

Maretz Mayer Sohn.

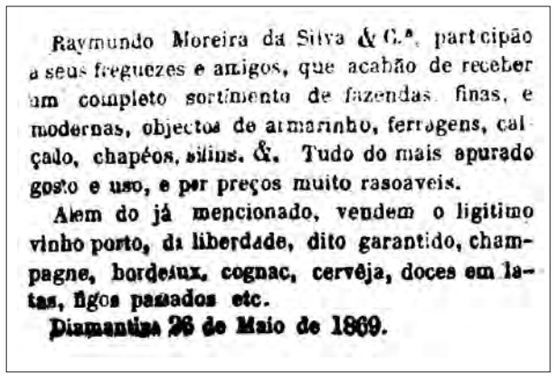
Acaba de receber um grande sortimento de roupas feitas, calçados para homens, senhoras, e creanças, fazendas de seda, de laã, de linho, e de algodão, chapéos para homens, senhoras, e creanças, objectos para casamentos, camizas de linho bordadas, toalhas de crochet para almofadas, cupulus para cortinados, tapêtes, castiçaes, lampiões, lamparinas de porcelana, velas de composição, velas de cera, chocolate, rapé, porte-charutos, porte-cigarros, charutos, perfumarias, vazos para flores, e tudo mais que diz respeito á artigos de luxo.

41. RUA DE SÃO JOSÉ, 41.

OURO PRETO, 21 DE JUNHO DE 1869.

Figura 46 – Maretz Mayer Sohn; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 24/07/1869, n.º 131

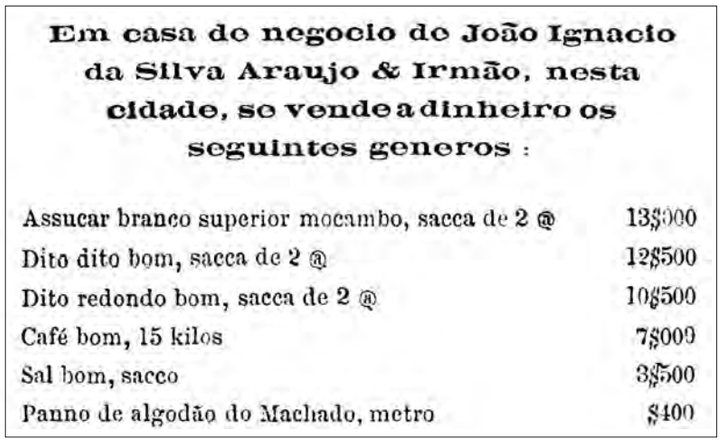
As sociedades comerciais eram bastante incidentes no período provincial mineiro. Em cerca de um quarto dos anúncios foi explicitada a associação de negociantes, notadamente casos de sócios com parentesco familiar. No final da década de 1860, Raymundo Moreira da Silva e C.ª veicularam propaganda de diversificado estabelecimento comercial em jornal diamantinense. No começo da década de 1880, João Ignacio da Silva Araujo e irmão publicaram relação de preços de mercadorias em periódico campanhense.


Raymundo Moreira da Silva & C.ª, participão a seus freguezes e amigos, que acabão de receber um completo sortimento de fazendas finas, e modernas, objectos de armarinho, ferragens, calçado, chapéos, sitins, &. Tudo do mais apurado gosto e uso, e por preços muito rasoaveis.

Alem do já mencionado, vendem o ligitimo vinho porto, da liberdade, dito garantido, champagne, bordeaux, cognac, cervêja, doces em latas, figos passados etc.

Diamantina 26 de Maio de 1869.

Figura 47 – Raymundo Moreira da Silva; *O Jequitinhonha*, Diamantina, 20/06/1869, nº 43.



Em casa do negocio do João Ignacio da Silva Araujo & Irmão, nesta cidade, se vende a dinheiro os seguintes generos :

Assucar branco superior mocambo, sacca de 2 @	13$000
Dito dito bom, sacca de 2 @	12$500
Dito redondo bom, sacca de 2 @	10$500
Café bom, 15 kilos	7$000
Sal bom, sacco	3$500
Panno de algodão do Machado, metro	$400

Figura 48 – João Ignacio da Silva Araujo; *Colombo,* Campanha, 08/01/1881, nº 262.

Casas de negócio especializadas

Em aproximadamente metade dos anúncios recolhidos foi empregada designação a identificar o tipo de estabelecimento comercial. Parte substantiva refere-se a tipos genéricos ou que não definem, a partir da análise dos dados dos próprios anúncios, uma modalidade específica de estabelecimento segundo a natureza das mercadorias comercializadas. São armazéns, casas de negócio, lojas, empórios e negócios. A outra parte é composta de estabelecimentos especializados.

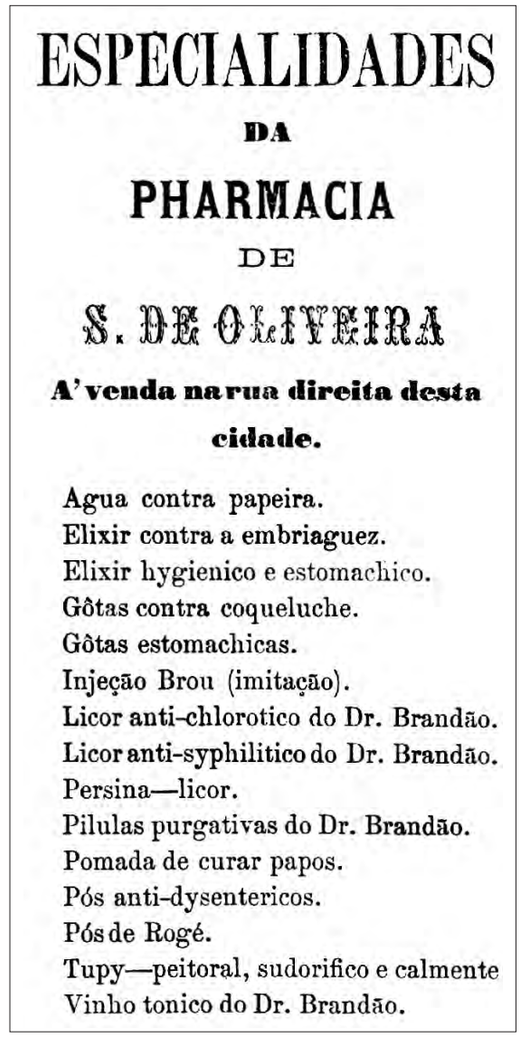
As propagandas de boticas e farmácias autorizam afirmar que ao menos parte do comércio de medicamentos de Minas Gerais era realizada por estabelecimentos especializados, exclusivamente voltados para a comercialização de drogas prontas ou manipuladas, nacionais e importadas. No anúncio da botica de Saturnino Dias Pereira foi conferido destaque à manipulação de remédios e venda de tinturas homeopáticas. Na publicidade da Pharmacia de S. de Oliveira optou-se pelo arrolamento de medicamentos e respectivas indicações. Estabelecimentos campanhenses, localizavam-se no mesmo logradouro público, embora as propagandas fossem veiculadas em intervalo de cerca de 20 anos.



BOTICA.

Na botica de Saturnino Dias Pereira de Oliveira na rua Direita n. 20 vendem-se muitas drogas e remedios manipulados por preço commodo ; e tambem boticas homœopathicas com doze dos principaes medicamentos em tinturas a 12$800 rs.

Figura 49 – Saturnino Dias Pereira; *O Sul de Minas,* Campanha, 31/03/1860, nº 37.



ESPECIALIDADES

DA

PHARMACIA

DE

S. DE OLIVEIRA

A' venda na rua direita desta cidade.

Agua contra papeira.
Elixir contra a embriaguez.
Elixir hygienico e estomachico.
Gôtas contra coqueluche.
Gôtas estomachicas.
Injeção Brou (imitação).
Licor anti-chlorotico do Dr. Brandão.
Licor anti-syphilitico do Dr. Brandão.
Persina—licor.
Pilulas purgativas do Dr. Brandão.
Pomada de curar papos.
Pós anti-dysentericos.
Pós de Rogé.
Tupy—peitoral, sudorifico e calmente
Vinho tonico do Dr. Brandão.

Figura 50 – S. de Oliveira; *Colombo,* Campanha, 08/02/1878, nº 105.



Açougue do Progresso

O proprietario deste importante estabelecimento, o unico neste genero que existe na capital, participa aos seus dignos e honrados freguezes que tem sempre carne verde e seca de primeira qualidade, e gado excellente em magnificas pastagens.

Convida, pois, a seus amigos para examinarem e verão que não faltamos a verdade. Venham vêr para acreditar. Tudo nesta casa é bom e barato, garantindo muito aceio e promptidão em servir aquelles que nos honrarem com sua confiança.

17 RUA DE S. JOSE 17

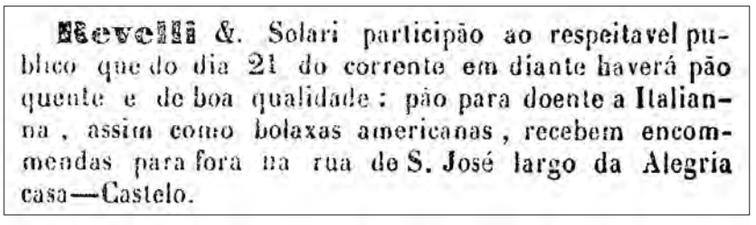
Ouro Preto, 2 de Junho de 1887.

FRANCISCO PEREIRA DA ROCHA.

Figura 51 – Açougue Progresso; *Minas Ativa*, Ouro Preto, 12/06/1887, nº 11.

Outra modalidade de estabelecimento especializado, os açougues comercializavam exclusivamente carnes verdes e secas. Para este tipo de casa de negócio, foram recolhidos dois anúncios veiculados em jornais de Ouro Preto, ambos do final da década de 1880. Asseio, boa qualidade dos produtos, módicos preços e solícito atendimento foram os recursos de convencimento mobilizados pelos anunciantes. Sendo verdadeira a afirmação da inexistência de concorrência, presente na propaganda do "Açougue Progresso", é lícito considerar que este tipo de estabelecimento especializado era pouco freqüente em Minas Gerais. Apenas um açougue na capital provincial é forte indício de que a comercialização de carnes era majoritariamente realizada em estabelecimentos não especializados e/ou fora das casas de negócio. A provável efêmera existência do açougue de Oliveira e Soares (Figura 85), inaugurado pouco mais de um ano antes da veiculação da propaganda do "Açougue Progresso", sinaliza para a possível inviabilidade econômica deste tipo de estabelecimento comercial.

No período provincial mineiro, também não eram comuns as padarias e estabelecimentos congêneres. A especialização na fabricação e comercialização de pães e artigos de confeitaria só faria sentido nas grandes cidades. A relativamente alta perecibilidade dos artigos da indústria da panificação impunha a necessidade de mercado consumidor suficientemente concentrado em espaços urbanos. Foram selecionadas duas propagandas divulgadas na cidade de Ouro Preto: uma no final da década de 1850 e outra em meados da década de 1870. O pressuposto do consumo quase imediato e, por decorrência, da existência de clientela regular, fica evidente na promessa de Revelli e Solari de que seria encontrado pão quente em seu estabelecimento. No mesmo anúncio, a imposição do pronto consumo ganha reforço na disposição em aceitar encomendas. A publicidade da "Nova Padaria" sugere estabelecimento mais sofisticado e com maior habilitação para o preparo dos produtos atinentes ao ramo comercial. Ao assinalar o trabalho de oficial panificador, Vitorino Moreira Coelho talvez tenha intentado conferir definitiva feição de casa especializada a seu estabelecimento. No final do terceiro quartel do Dezenove, ao menos na capital provincial, já existia algum consumo regular de artigos de padaria e confeitaria, suficiente para sustentar caprichosa oferta de pães a Provença, francês, a Bismarck e Napoleão.



Revelli & Solari participão ao respeitavel publico que do dia 21 do corrente em diante haverá pão quente e de boa qualidade: pão para doente a Italianna, assim como bolaxas americanas, recebem encommendas para fora na rua de S. José largo da Alegria casa—Castelo.

Figura 52 – Revelli e Solari; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 25/05/1858, nº 143.



NOVA PADARIA

AO

LARGO DO ROZARIO.

N. 14.

Neste novo estabelecimento se encontra tudo quanto é concorrente a este genero de negocio, a saber:

Pão de Provneça, de 60 e 120 reis.
Dito francez.
« a Bismarck.
« Napoleão.
« doce de 60 e de 80 reis.

Rosca de barão de 40 e de 80 rs., biscoutinhos de todas as qualidades, a 800 reis a libra.

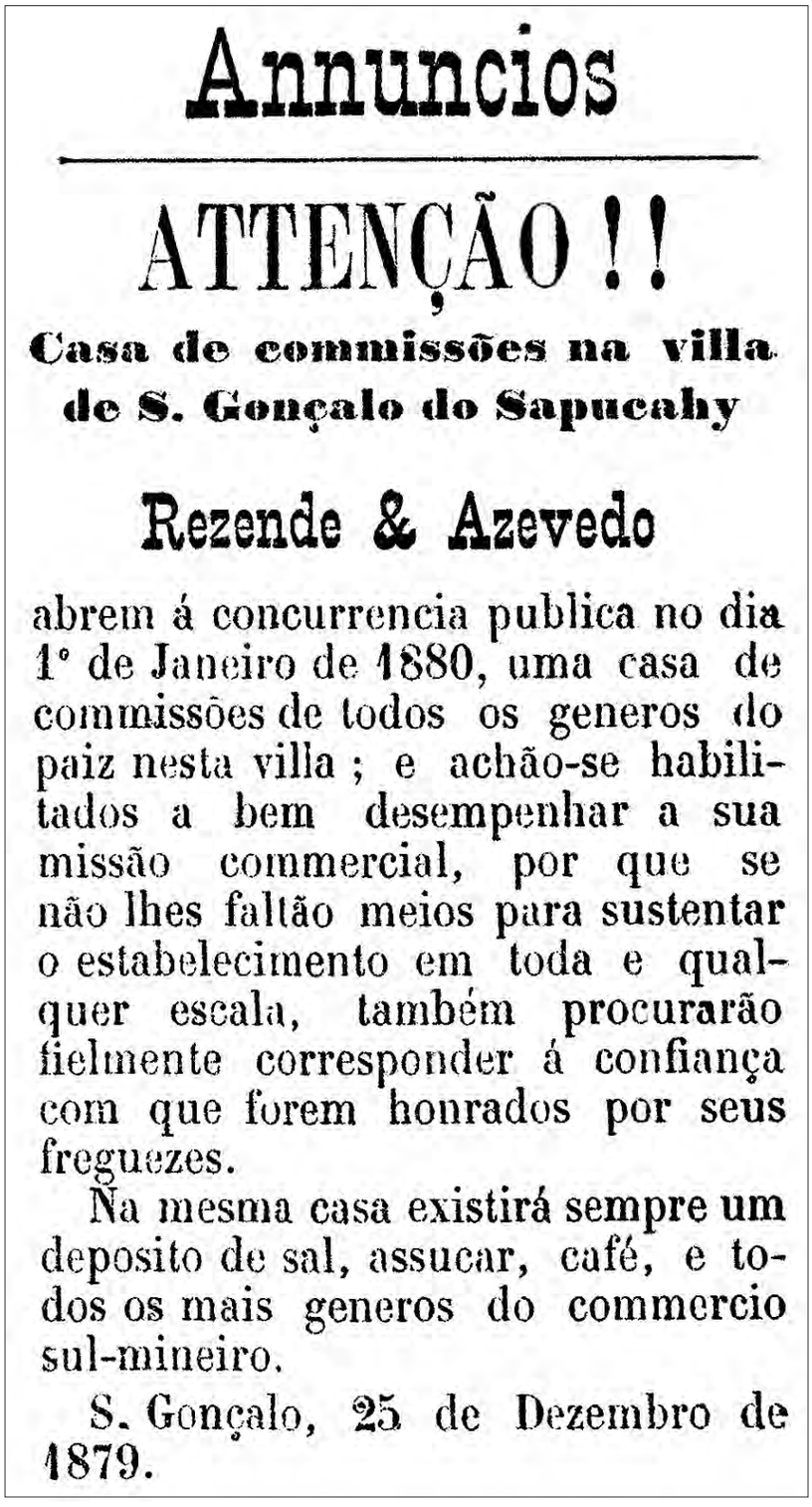
Tambem se apromptão assados e doces a gosto, sendo tudo isto feito pelo 1.º artista que tem vindo a esta capital no artigo padaria, Antonio dos Santos Montenegro.

O proprietario.

Vitorino Moreira Coelho.

Figura 53 – Vitorino Moreira Coelho; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 19/10/1874, nº 129.

A intermediação comercial ensejava a existência de casas de comissões encarregadas de negociar produtos da agricultura, pecuária e indústria rural. Rezende e Azevedo, com atividade em próspera região agrícola da província, divulgaram propaganda de estabelecimento em São Gonçalo do Sapucaí. Especializados na compra e venda de "generos do paiz", apresentavam-se habilitados à "missão commercial" remunerada com a retenção de parte do lucro do produtor rural.



Annuncios

ATTENÇÃO !!

Casa de commissões na villa de S. Gonçalo do Sapucahy

Rezende & Azevedo

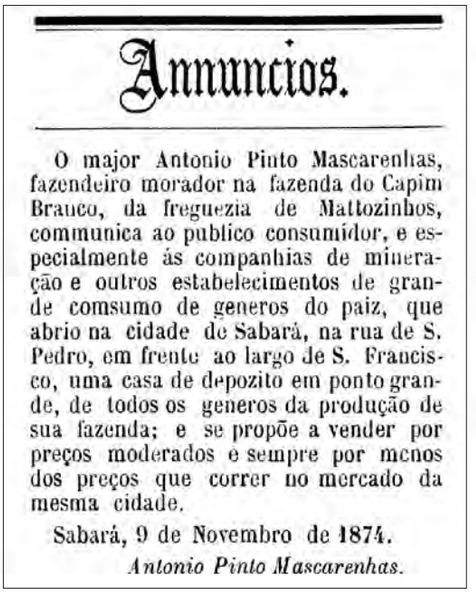
abrem á concurrencia publica no dia 1° de Janeiro de 1880, uma casa de commissões de todos os generos do paiz nesta villa ; e achão-se habilitados a bem desempenhar a sua missão commercial, por que se não lhes faltão meios para sustentar o estabelecimento em toda e qualquer escala, também procurarão fielmente corresponder á confiança com que forem honrados por seus freguezes.

Na mesma casa existirá sempre um deposito de sal, assucar, café, e todos os mais generos do commercio sul-mineiro.

S. Gonçalo, 25 de Dezembro de 1879.

Figura 54 – Rezende e Azevedo; *Colombo*, Campanha, 01/01/1880, nº 201.

Nas páginas da imprensa mineira provincial também foram divulgados, como alternativa aos intermediários, depósitos de gêneros agrícolas de propriedade de produtores rurais. Apesar de localizado em outro centro regional, o estabelecimento de Antonio Pinto Mascarenhas foi anunciado em jornal de Ouro Preto. Fazendeiro em localidade próxima a Sabará, o major oferecia "todos os generos da produção de sua fazenda" e prometia preços inferiores à concorrência.



Annuncios.

O major Antonio Pinto Mascarenhas, fazendeiro morador na fazenda do Capim Branco, da freguezia de Mattozinhos, communica ao publico consumidor, e especialmente ás companhias de mineração e outros estabelecimentos de grande comsumo de generos do paiz, que abrio na cidade de Sabará, na rua de S. Pedro, em frente ao largo de S. Francisco, uma casa de depozito em ponto grande, de todos os generos da produção de sua fazenda; e se propõe a vender por preços moderados e sempre por menos dos preços que correr no mercado da mesma cidade.

Sabará, 9 de Novembro de 1874.

Antonio Pinto Mascarenhas.

Figura 55 – Antonio Pinto Mascarenhas; *Diário de Minas,* Ouro Preto, 04/12/1874, nº 371.



MACHADO

Muita attenção

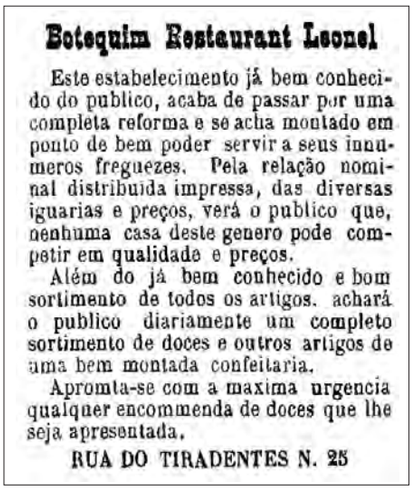
Silverio Garcia Lopes

participa a seus amigos e freguezes que acha-se com grande sortimento de molhados de sua fabrica recentemente montada e já conhecida no paiz

Acceita pedidos para qualquer quantidade de licores diversos e cerveja nacional; e garantindo a bôa qualidade desses generos, espera a protecção dos srs, negociantes dos logares visinhos.

Figura 56 – Silverio Garcia Lopes; *Colombo,* Campanha, 02/10/1880, nº 246.

A fabricação de bebidas e a prestação de serviços no setor de alimentação pronta eram outros tipos especializados de casas de negócio. Em cidade do sudoeste de Minas, Silverio Garcia Lopes fabricava e vendia "molhados", ou espíritos nacionais. Provavelmente trabalhava no varejo e atacado, embora a propaganda estivesse especialmente dirigida aos "negociantes dos logares visinhos". A veiculação da publicidade em jornal campanhense reitera a mencionada circulação dos periódicos para além dos espaços urbanos em que eram editados. O "Botequim Restaurant Leonel", casa ouro-pretana, representava setor comercial orientado para o fornecimento de refeições. O nome do estabelecimento sugere a associação de bar, local de venda de bebidas e pequenas refeições, com restaurante, espaço voltado para o fornecimento de refeições completas. O texto do anúncio menciona também "uma bem montada confeitaria", alargando ainda mais o espectro de serviços ofertados.



Botequim Restaurant Leonel

Este estabelecimento já bem conhecido do publico, acaba de passar por uma completa reforma e se acha montado em ponto de bem poder servir a seus innumeros freguezes. Pela relação nominal distribuida impressa, das diversas iguarias e preços, verá o publico que, nenhuma casa deste genero pode competir em qualidade e preços.

Além do já bem conhecido e bom sortimento de todos os artigos, achará o publico diariamente um completo sortimento de doces e outros artigos de uma bem montada confeitaria.

Apromta-se com a maxima urgencia qualquer encommenda de doces que lhe seja apresentada,

RUA DO TIRADENTES N. 25

Figura 57 – Botequim Restaurant Leonel; *O Movimento,* Ouro Preto, 11/03/1889, nº 8.

Nos periódicos também figurava a típica associação oitocentista do comércio estabelecido com a prestação de serviço de alojamento. Independente da localização do estabelecimento, todos os proprietários de casa de pasto, hospedaria e hotel anunciaram a existência de casa de negócio anexa. Seja na capital provincial – como no caso do "Hotel Ouropretano" (Figura 44) –, seja em cidade de importância regional menor – como no caso do "Hotel Alliança" de Queluz –, ao estabelecimento de hospedagem estava agregada casa comercial com larga e diversificada pauta de mercadorias (Figura 42). O permanente trânsito de tropas e viajantes que animava a pequena localidade de São José do Picu, na divisa de Minas Gerais com São Paulo e Rio de Janeiro, movimentava o estabelecimento de José Antonio da Silva Midões. Embora tenha focalizado uma série de produtos disponíveis em sua "caza de negocio", o anunciante Albino da Costa Guimarães não deixou de mencionar a hospedaria anexa.

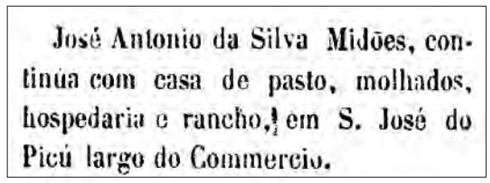

José Antonio da Silva Midões, continúa com casa de pasto, molhados, hospedaria e rancho, em S. José do Picú largo do Commercio.

Figura 58 – José Antonio da Silva Midões; *O Sul de Minas*, Campanha, 15/04/1860, nº 39.

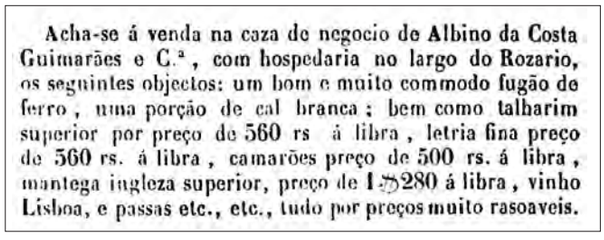
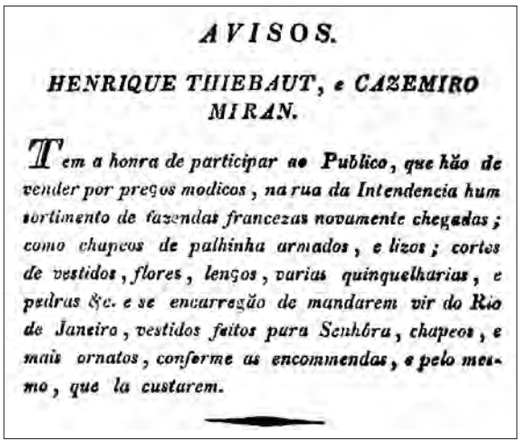

Acha-se á venda na caza de negocio de Albino da Costa Guimarães e C.ª, com hospedaria no largo do Rozario, os seguintes objectos: um bom e muito commodo fugão de ferro, uma porção de cal branca; bem como talharim superior por preço de 560 rs á libra, letria fina preço de 560 rs. á libra, camarões preço de 500 rs. á libra, mantega ingleza superior, preço de 1$280 á libra, vinho Lisboa, e passas etc., etc., tudo por preços muito rasoaveis.

Figura 59 – Albino da Costa Guimarães; *O Bom Senso*, Ouro Preto, 22/10/1855, nº 356.

Origem das mercadorias

Em aproximadamente um terço dos anúncios selecionados foi informada a origem de pelo menos parte das mercadorias comercializadas. Excetuados poucos casos de artigos produzidos em Minas Gerais, as referências de procedência indicaram a cidade do Rio de Janeiro. Algumas vezes explicitou-se origem européia. Do exame da descrição das mercadorias e das informações sobre procedência depreende-se quadro geral a dividir o universo de artigos comercializados em duas grandes categorias. Na primeira, estava a base do estoque das casas de negócio, compreendendo os gêneros produzidos em Minas, notadamente produtos da agricultura, pecuária, indústria de transformação rural e do artesanato em geral. O incipiente setor fabril mineiro também fornecia artigos para o comércio estabelecido, especialmente no último quartel do século (Figura 97). Na segunda categoria, estavam os importados, mercadorias procedentes da cidade do Rio de Janeiro, produzidas na capital imperial ou de origem européia. Nesta categoria, figuravam todos os gêneros primários não produzidos em Minas e, sobretudo, manufaturados. A primeira categoria compreendia, fundamentalmente, os gêneros do consumo básico; a segunda, conquanto abarcasse artigos de consumo cotidiano, era em larga medida formada por mercadorias voltadas para o consumo conspícuo.

Poucos anúncios informaram sobre as conexões comerciais que asseguravam o suprimento de importados. Entretanto, os dados apurados permitem entrever esquemas mercantis que possibilitavam importação regular a partir da cidade do Rio de Janeiro. Agentes das grandes casas comerciais de Minas encarregavam-se de adquirir mercadorias na Corte, provavelmente em condições excepcionais proporcionadas por longevas vinculações com importadores fluminenses. A reiterada menção nos anúncios de mercadorias recentemente chegadas ou que brevemente chegariam da capital imperial indica ativo comércio de importação intermediado por entrepostos regionais internos. Na vasta rede de cidades de Minas Gerais, o pequeno comércio, numericamente preponderante, dependia da intermediação mercantil realizada pelas grandes casas de negócio que mantinham freqüentes contatos com a cidade do Rio de Janeiro. Nestes destacados estabelecimentos, às habituais vendas a varejo somavam-se operações no atacado que garantiriam o suprimento de uma miríade de pequenos comerciantes.



AVISOS.

HENRIQUE THIEBAUT, e CAZEMIRO MIRAN.

Tem a honra de participar ao Publico, que hão de vender por preços modicos, na rua da Intendencia hum sortimento de fazendas francezas novamente chegadas; como chapeos de palhinha armados, e lizos; cortes de vestidos, flores, lenços, varias quinquelharias, e pedras &c. e se encarregão de mandarem vir do Rio de Janeiro, vestidos feitos para Senhóra, chapeos, e mais ornatos, conforme as encommendas, e pelo mesmo, que lá custarem.

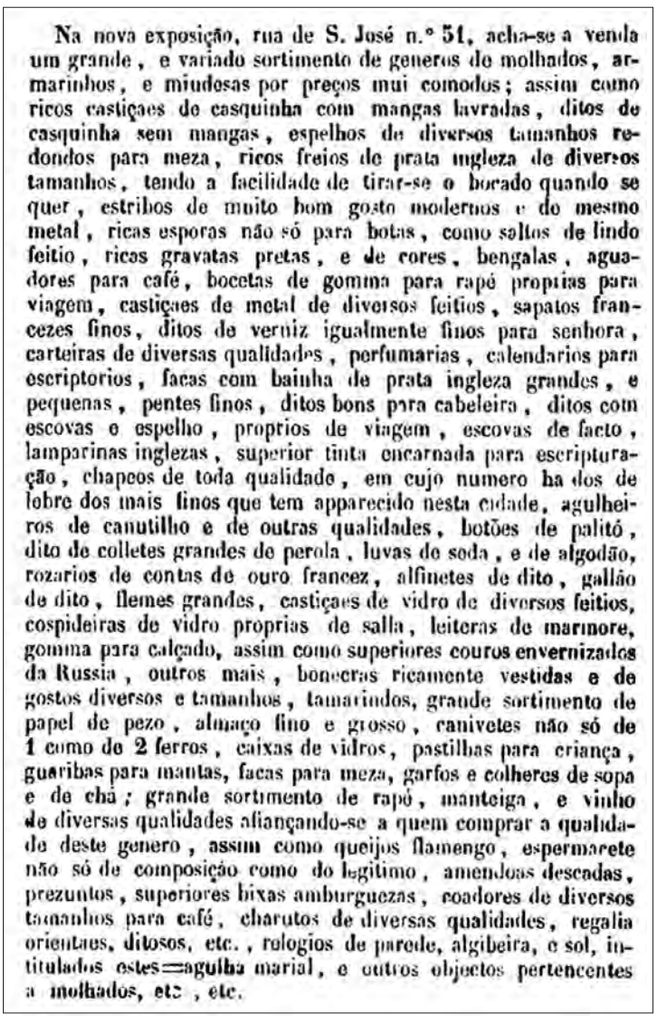
Figura 60 – Henrique Thiebaut e Cazemiro Miran; *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 03/06/1829, nº 9.

A publicidade veiculada por Henrique Thiebaut e Cazemiro Miran, no final da década de 1820, em jornal de São João del-Rei, permite entrever alguns aspectos do comércio de importação. As mercadorias recentemente recebidas eram compostas de fazendas francesas adquiridas na cidade do Rio de Janeiro, muito provavelmente artigos de luxo destinados ao consumo conspícuo. Além das mercadorias discriminadas, os negociantes dispunham-se a atender encomendas e prometiam sustentar preço equivalente ao corrente na Corte. Tal compromisso somente seria honrado se os proprietários gozassem de condições privilegiadas no mercado da capital imperial. Condições capazes de não somente cobrirem os custos do transporte, mas também assegurar compensadora margem de lucro.

O padrão empório

A diversificação do estoque de mercadorias era traço marcante do comércio estabelecido de Minas Gerais. No século XIX, predominava o padrão empório, a casa de negócio não especializada que comercializava secos e molhados. Nos anúncios recolhidos, se excluídos os numericamente minoritários estabelecimentos especializados (boticas, açougues, padarias, entre outros), a venda de molhados (alimentação em geral e bebidas espirituosas) estava presente em por volta de 70% dos casos, a de secos (tecidos em geral e vestuário: roupas feitas, chapéus, calçados, roupas de cama, mesa e banho) em aproximadamente 80% e a combinação de secos e molhados respondia por algo em torno de 60% dos casos. Era rara a comercialização exclusiva de secos e/ou molhados; a tendência era estarem acompanhados de uma miríade de outras mercadorias.

Em edição do jornal *O Bom Senso*, de 1856, foi publicado anúncio emblemático do padrão empório dominante no comércio estabelecido de Minas Gerais. A talvez excessiva preocupação em descrever o estoque de mercadorias ofertadas resultou em extensa e variadíssima relação dos artigos à venda na "Nova Exposição". Impressiona a convivência do diverso, a possibilidade de, em um mesmo estabelecimento, serem negociados "ricos castiçaes de casquinha com mangas lavradas" e "espermacete não só de composição

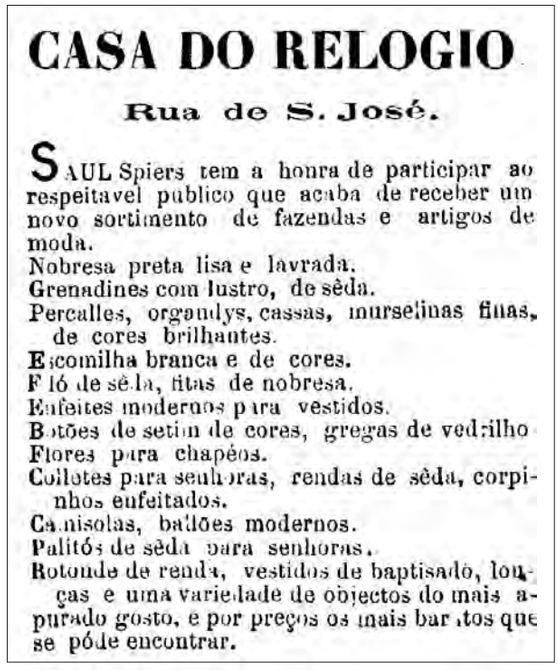


Na nova exposição, rua de S. José n.° 51, acha-se a venda um grande, e variado sortimento de generos de molhados, armarinhos, e miudesas por preços mui comodos; assim como ricos castiçaes de casquinha com mangas lavradas, ditos de casquinha sem mangas, espelhos de diversos tamanhos redondos para meza, ricos freios de prata ingleza de diversos tamanhos, tendo a facilidade de tirar-se o borado quando se quer, estribos de muito bom gosto modernos e do mesmo metal, ricas esporas não só para botas, como saltos de lindo feitio, ricas gravatas pretas, e de cores, bengalas, aguadores para café, bocetas de gomma para rapé proprias para viagem, castiçaes de metal de diversos feitios, sapatos francezes finos, ditos de verniz igualmente finos para senhora, carteiras de diversas qualidades, perfumarias, calendarios para escriptorios, facas com bainha de prata ingleza grandes, e pequenas, pentes finos, ditos bons para cabeleira, ditos com escovas e espelho, proprios de viagem, escovas de facto, lamparinas inglezas, superior tinta encarnada para escripturação, chapeos de toda qualidade, em cujo numero ha dos de lebre dos mais finos que tem apparecido nesta cidade, agulheiros de canutilho e de outras qualidades, botões de palitó, dito de colletes grandes de perola, luvas de soda, e de algodão, rozarios de contas de ouro francez, alfinetes de dito, gallão de dito, flemes grandes, castiçaes de vidro de diversos feitios, cospideiras de vidro proprias de salla, leiteras de marmore, gomma para calçado, assim como superiores couros envernizados da Russia, outros mais, bonecras ricamente vestidas e de gostos diversos e tamanhos, tamarindos, grande sortimento de papel de pezo, almaço fino e grosso, canivetes não só de 1 como de 2 ferros, caixas de vidros, pastilhas para criança, guaribas para mantas, facas para meza, garfos e colheres de sopa e de chá; grande sortimento de rapé, manteiga, e vinho de diversas qualidades afiançando-se a quem comprar a qualidade deste genero, assim como queijos flamengo, espermacete não só de composição como do legitimo, amendoas descadas, prezuntos, superiores bixas amburguezas, coadores de diversos tamanhos para café, charutos de diversas qualidades, regalia orientaes, ditosos, etc., relogios de parede, algibeira, e sol, intitulados estes=aguilha marial, e outros objectos pertencentes a molhados, etc, etc.

Figura 61 – Nova Exposição; O Bom Senso, *Ouro Preto*, 24/01/1856, nº 377.

como do legitimo", "bocetas de gomma para rapé proprias para viagem" e "tamarindos", "cospideiras de vidro proprias de salla" e "vinho de diversas qualidades". A ênfase dada às mercadorias de consumo conspícuo permite reconhecer conexões mercantis que alcançavam espaços longínquos: "ricos freios de prata ingleza", "sapatos francezes finos", "superiores couros envernizados da Russia", "queijos flamengo", "superiores bixas amburguezas", "regalia orientaes". Os artigos não comestíveis ultrapassavam o universo convencional dos secos. As mercadorias voltadas para a alimentação contemplavam gêneros de inequívoca sofisticação, nada habituais na dieta do consumidor comum.

No empório, os quase sempre presentes secos e molhados poderiam estar acompanhados de utensílios e equipamentos domésticos, perfumarias, ferragens, armas brancas e de fogo, papelaria e livraria, ferramentas e equipamentos agrícolas, instrumentos musicais, brinquedos, tabacaria, medicamentos, fogos de artifício, miudezas e quinquilharias. Em um mesmo estabelecimento, conviviam prosaicas mercadorias de consumo geral com artigos de luxo ao alcance de consumidores privilegiados. O empório facultava estreita aproximação entre o consumo cotidiano, o provimento do indispensável, e o consumo conspícuo, a aquisição do prescindível. Na publicidade do primeiro caso, bastaria enumerar a oferta, quando muito ressaltar condições especiais de acesso, como, por exemplo, preços de oportunidade. Na do segundo, seria de bom alvitre relacionar atributos da mercadoria, apelar para o bom gosto, para a possibilidade de distinção. O consumo básico era o giro do nacional, de mercadorias conhecidas e inapelavelmente obrigatórias, faria parte do universo das necessidades culturalmente estabelecidas. O consumo conspícuo sustentava-se com importados, novidades bem fora do espectro do indispensável, o universo que ao capital interessava arraigar como novas necessidades.



CASA DO RELOGIO

Rua de S. José.

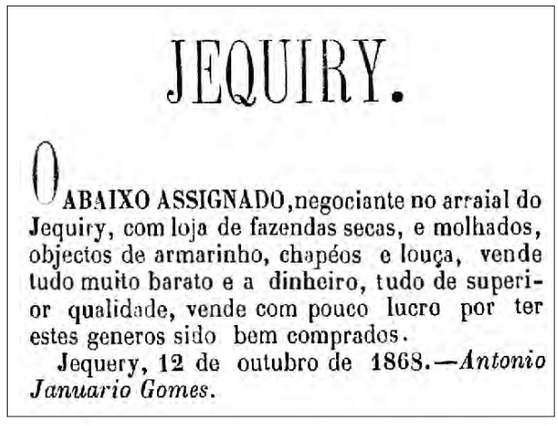
SAUL Spiers tem a honra de participar ao respeitavel publico que acaba de receber um novo sortimento de fazendas e artigos de moda.
Nobresa preta lisa e lavrada.
Grenadines com lustro, de sêda.
Percalles, organdys, cassas, murselinas finas, de cores brilhantes.
Escomilha branca e de cores.
Fló de sêda, fitas de nobresa.
Enfeites modernos para vestidos.
Botões de setim de cores, gregas de vedrilho
Flores para chapéos.
Colletes para senhoras, rendas de sêda, corpinhos enfeitados.
Camisolas, baldões modernos.
Palitós de sêda para senhoras.
Rotonde de renda, vestidos de baptisado, louças e uma variedade de objectos do mais apurado gosto, e por preços os mais baratos que se póde encontrar.

Figura 62 – Casa do Relogio; *Noticiador de Minas,* Ouro Preto, 24/04/1869, n.º 100.

Em Ouro Preto, na comercial rua de São José, funcionou a "Casa do Relógio" de Saul Spiers. O anúncio é do final da década de 1860 e focaliza recém-chegado "sortimento de fazendas e artigos de moda". As mercadorias seguramente não eram de consumo popular, as fazendas descritas destinavam-se a consumidores de poder aquisitivo relativamente elevado. A "moda" e o "apurado gosto" eram códigos distintivos que não combinavam com a vulgarização, com o acesso irrestrito. Além de exigir, naturalmente, a condição de letrados, a propaganda das casas de negócio nos jornais pressupunha, ao menos em parte, consumidores pertencentes a estratos sociais integrados em padrão de consumo relativamente sofisticado.

Sistemas de venda

Em apreciável parcela dos anúncios foram informadas específicas formas de comercialização. De caráter eventual, como as liquidações, ou permanente, como o atendimento de encomendas, os sistemas de venda refletiam importantes aspectos do funcionamento do comércio estabelecido.



JEQUIRY.

O ABAIXO ASSIGNADO, negociante no arraial do Jequiry, com loja de fazendas secas, e molhados, objectos de armarinho, chapéos e louça, vende tudo muito barato e a dinheiro, tudo de superior qualidade, vende com pouco lucro por ter estes generos sido bem comprados.

Jequery, 12 de outubro de 1868.—*Antonio Januario Gomes.*

Figura 63 – Antonio Januario Gomes; *Noticiador de Minas,* Ouro Preto, 22/10/1868, nº 26.

A explicitação de regra comercial que estipulava vendas exclusivamente a dinheiro indicia realidade caracterizada pela escassez de numerário e disseminada prática de escambo. Essa constatação é robustecida pelo fato dos negociantes que anunciavam nos jornais pertencerem, em sua grande maioria, à elite do comércio estabelecido. Se nas grandes casas de negócio vigiam formas alternativas de pagamento – a eventual recusa a meios não monetários habitualmente alcançava lugar de destaque nos anúncios –, é muito provável que nos demais estabelecimentos a venda a dinheiro fosse ainda menos incidente.

O *slogan* "vender barato para vender muito, vender a dinheiro para vender barato" é emblemático de estratégia adotada por casas de negócio que recusavam outras formas de pagamento: redução dos preços compensada pela expectativa de ampliação da entrada de recursos e aceleração na recomposição dos estoques. Os anúncios não permitem aferir o resultado desse estratagema, ainda que sua difusão sugira bom êxito. Em 1868, o sistema estava definido no anúncio de Antonio Januario Gomes, comerciante da localidade de Jequeri, que "vende tudo muito barato e a dinheiro, tudo de superior qualidade, vende com pouco lucro por ter estes generos sido bem comprados". Em 1879, o anúncio da casa campanhense "Barateza Sem Igual" (Figura 96) dava destaque ao comentado *slogan* que, quase dez anos depois, era reproduzido no anúncio da "Casa da Estrella", estabelecimento da localidade de Três Corações do Rio Verde.



CAMPANHA

CASA DA ESTRELLA

TRES CORAÇÕES DO RIO VERDE

OS proprietarios da acreditada casa da Estrella — tendo comprado na côrte a dinheiro e em primeira mão um grande e explendido sortimento de fazendas de todas as qualidades, Louças, modas, chapéos, calçados para homens, senhoras e crianças, meias de todas as qualidades perfumarias dos melhores autores e uma infinidade de miudezas de armarinho que seria longo enumerar; ferramentas para a lavoura, e para todos os officios; vinhos, cervejas e Licôres de diversas marcas; esperam merecer de seus amigos e freguezes, e do publico em geral, a mesma confiança que lhes têm dispensado.

O systema da CASA DA ESTRELLA é sempre o mesmo: **Vender barato para vender muito.**

Vender a dinheiro para vende barato.

LUIZ ALVES & Cia.

Figura 64 – Casa da Estrella; *A Conjuração*, Campanha, 22/05/1888, nº 70.

A persistência de práticas comerciais tradicionais, resultantes, ao menos em parte, da continuidade de restrições de meio circulante, está perfeitamente ilustrada em dois anúncios da década de 1880. A mensagem não deixa espaço de negociação a consumidor que, por conveniência ou por falta de alternativa, buscava outras formas de pagamento: "vendas só a dinheiro". Os anúncios são ainda mais reveladores da dificuldade para o definitivo estabelecimento do dinheiro como único meio de troca se considerado que se referiam a casas de negócio localizadas em duas das economicamente mais dinâmicas regiões de Minas Gerais: Sudeste e Mineradora Central Oeste.


GUSTAVO GONÇALVES LOPES

acaba de receber

Um grande e variado sortimento de fazendas, ferragens, armarinhos, chapéos, calçados, roupas feitas, perfumarias, objectos de moda, louças, couros, tintas e molhados.

VENDAS SÓ A DINHEIRO

Figura 65 – Gustavo Gonçalves Lopes; *Valle-Sapucah*, Pouso Alegre, 13/02/1886, nº 19.


CASA DA BARATEZA

DE

Freitas Diniz & Comp.

Grande e variado sortimento de fazendas, modas, armarinho, roupa feita, calçado, chapéos, molhados, etc.

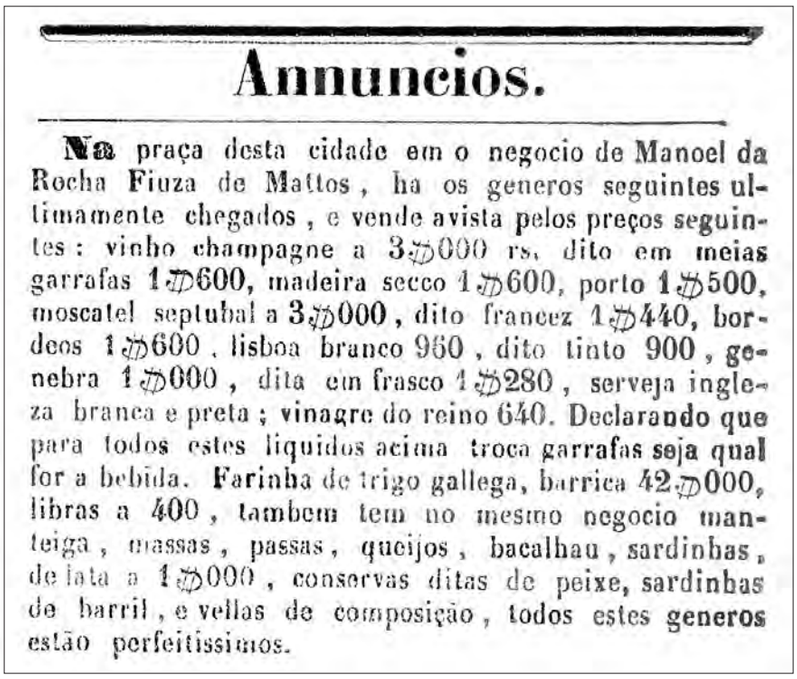
VENDAS SO' A' DINHEIRO

RUA DE S. JOSÉ N. 17

OURO PRETO

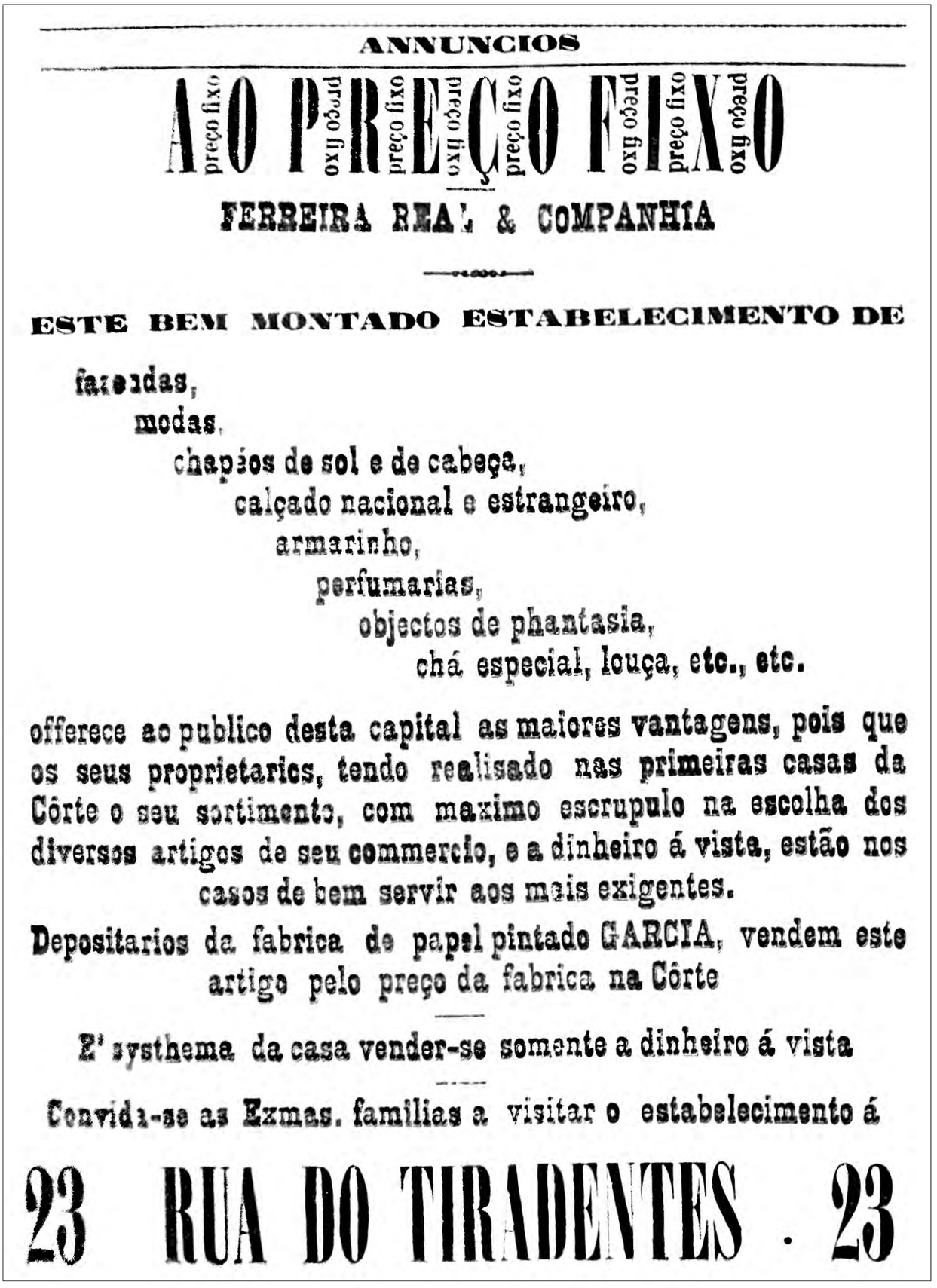
Figura 66 – Casa da Barateza; *A Província de Minas*, Ouro Preto, 22/02/1883, nº 140.

Comunicar a chegada de novas mercadorias era recurso bastante comum nos anúncios das casas de negócio de Minas Gerais. Em 1858, Manoel da Rocha Fiuza de Mattos comprou publicidade em folha da capital provincial para não somente divulgar o recebimento de novos artigos importados da Europa, bem como para informar seus respectivos preços. As vendas seriam efetuadas à vista, condição que deveria ser tanto mais necessária quanto mais dependente de moeda fosse a reposição de estoques. Mais de 30 anos depois, anúncio da casa "Ao Preço Fixo", diversificado estabelecimento ouro-pretano, comunicava que "é systema da casa vender-se somente a dinheiro á vista". A explícita recusa da venda a prazo é evidência de que o crédito ao consumidor devia ser prática habitual.


Annuncios.

Na praça desta cidade em o negocio de Manoel da Rocha Fiuza de Mattos, ha os generos seguintes ultimamente chegados, e vende avista pelos preços seguintes: vinho champagne a 3$000 rs. dito em meias garrafas 1$600, madeira secco 1$600, porto 1$500, moscatel septubal a 3$000, dito francez 1$440, bordeos 1$600, lisboa branco 960, dito tinto 900, genebra 1$000, dita em frasco 1$280, serveja ingleza branca e preta; vinagre do reino 640. Declarando que para todos estes liquidos acima troca garrafas seja qual for a bebida. Farinha de trigo gallega, barrica 42$000, libras a 400, tambem tem no mesmo negocio manteiga, massas, passas, queijos, bacalhau, sardinhas, de lata a 1$000, conservas ditas de peixe, sardinhas de barril, e vellas de composição, todos estes generos estão perfeitissimos.

Figura 67 – Manoel da Rocha Fiuza de Mattos; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 08/07/1858, nº 157.



ANNUNCIOS

AO PREÇO FIXO

FERREIRA REAL & COMPANHIA

ESTE BEM MONTADO ESTABELECIMENTO DE

fazendas,
modas,
chapéos de sol e de cabeça,
calçado nacional e estrangeiro,
armarinho,
perfumarias,
objectos de phantasia,
chá especial, louça, etc., etc.

offerece ao publico desta capital as maiores vantagens, pois que os seus proprietarios, tendo realisado nas primeiras casas da Côrte o seu sortimento, com maximo escrupulo na escolha dos diversos artigos de seu commercio, e a dinheiro á vista, estão nos casos de bem servir aos mais exigentes.

Depositarios da fabrica de papel pintado GARCIA, vendem este artigo pelo preço da fabrica na Côrte

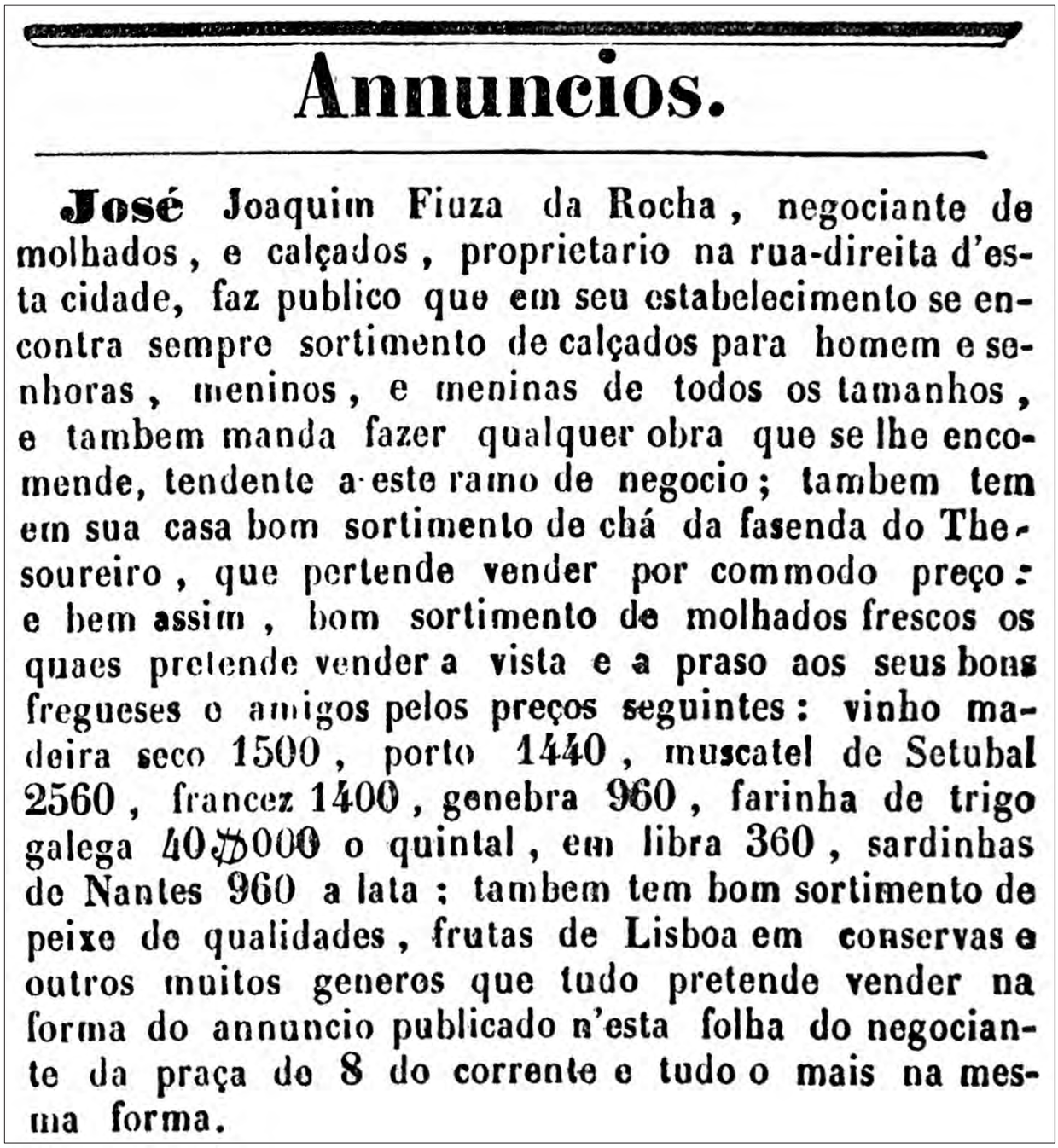
E' systhema da casa vender-se somente a dinheiro á vista

Convida-se as Exmas. familias a visitar o estabelecimento á

23 RUA DO TIRADENTES . 23

Figura 68 – Ao Preço Fixo; *O Movimento*, Ouro Preto, 06/09/1889, nº 33.

Uma semana após a divulgação do anúncio do provável parente e concorrente Manoel da Rocha Fiuza de Mattos (Figura 67), o negociante José Joaquim Fiuza da Rocha anunciava, no mesmo jornal, propaganda com características e conteúdo aproximados. Todavia, as mercadorias foram apresentadas com preços sempre menores, além de ofertadas para vendas "a vista e a prazo". Portanto, preços inferiores e crédito ao consumidor conformavam estratégias para disputa de mercado.



Annuncios.

José Joaquim Fiuza da Rocha, negociante de molhados, e calçados, proprietario na rua-direita d'esta cidade, faz publico que em seu estabelecimento se encontra sempre sortimento de calçados para homem e senhoras, meninos, e meninas de todos os tamanhos, e tambem manda fazer qualquer obra que se lhe encomende, tendente a este ramo de negocio; tambem tem em sua casa bom sortimento de chá da fasenda do Thesoureiro, que pertende vender por commodo preço: e bem assim, bom sortimento de molhados frescos os quaes pretende vender a vista e a praso aos seus bons fregueses e amigos pelos preços seguintes: vinho madeira seco 1500, porto 1440, muscatel de Setubal 2560, francez 1400, genebra 960, farinha de trigo galega 40$000 o quintal, em libra 360, sardinhas de Nantes 960 a lata; tambem tem bom sortimento de peixe de qualidades, frutas de Lisboa em conservas e outros muitos generos que tudo pretende vender na forma do annuncio publicado n'esta folha do negociante da praça de 8 do corrente e tudo o mais na mesma forma.

Figura 69 – José Joaquim Fiuza da Rocha; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 15/07/1858, nº 159.

Santa Maria da Itabira

Senhor redactor. — Em primeiro logar venho ás columnas do seu muito digno e conceituado jornal, para agradecer aos meus numerosos parentes, amigos, e fregueses, o bom acolhimento que me dispensarão em suas casas durante onze annos que viajei como mascate de fasendas, e outros artigos concernentes a esse ramo de negocio.

Em segundo logar, para communicar-lhes que tenho fixado a minha residencia n'este arraial, onde terei muito prazer em receber suas ordens promettendo-lhes cumpril-as da melhor forma que me fôr possivel.

Em terceiro para communicar-lhes que brevemente receberei um bonito sortimento de fazendas, roupas feitas, ferragem, chapéos, louças, molhados e calçados; artigos estes comprados nas principaes casas da Côrte, e em boas condições, estando portanto na altura de bem servir-lhes, se quizerem conceder-me a graça de honrar-me com sua freguesia e valiosa proteção.

As vendas a dinheiro a vista farei-as com grande reducção de preços. Para as vendas a prazo as contas serão fixadas de quatro em quatro mezes; de 1.° de janeiro, a 31 de maio, de 1.° de junho a 31 de agosto, de 1.° de setembro a 31 de dezembro.

Os generos do paiz serão vendidos só a dinheiro a vista.

Esperando ser bem attendido e aceito o meu systema de commercio, mais uma vez prometto-lhes muito zelo e promptidão em executar suas ordens.

8 de maio de 1889.

JOAQUIM LOURENÇO DE GODOY MONTEIRO.

Figura 70 – Joaquim Lourenço de Godoy Monteiro; *O Movimento*, Ouro Preto, 01/06/1889, nº 20.

Preços diferenciados para compras à vista, crédito com prazos predeterminados e segmentação das mercadorias consoante a forma de pagamento compunham o "systema de commercio" de Joaquim Lourenço de Godoy Monteiro. Ex-mascate de fazendas, havia se estabelecido recentemente na pequena Santa Maria de Itabira, localidade a mais de 15 léguas de distância da capital provincial. A veiculação de anúncio em jornal da capital reitera a mencionada circulação de periódicos por largas extensões territoriais. Em anúncio publicado quase 40 anos antes, Silverio Pereira da Silva Lagoa, com diversificada casa de negócio em Ouro Preto, também declarou operar no varejo e atacado. No mesmo estabelecimento comercializava medicamentos, livros de direito, molhados, adornos domésticos e rapé.

—Em caza de Silverio Pereira da Silva Lagôa, rua de S. José n. 51, desta cidade, chegou a pouco do Rio de Janeiro um grande sortimento de molhados, drogas, louça, vidros, ricos castiçaes de casquinha com mangas de vidro, e sem ellas, rapê de muita boa qualidade, tanto da fabrica de Meuron e comp., como da do novo arêa preta de João José da Rocha e comp., alem de outros muitos objectos que se vendem a varejo, e attacado tanto para esta cidade, como para fóra, e por preços os mais commodos possiveis. Tambem se vendem codigos do processo criminal de primeira instancia à réis 2$560. As pessoas que quizerem honrar á mesma caza com suas encommendas podem à ella dirigir-se na certesa de que serão immediatamente, e com todo o zelo servidos. Na mesma caza espera-se uma porção de codigos do commercio, que tambem serão vendidos por preços rasoaveis.

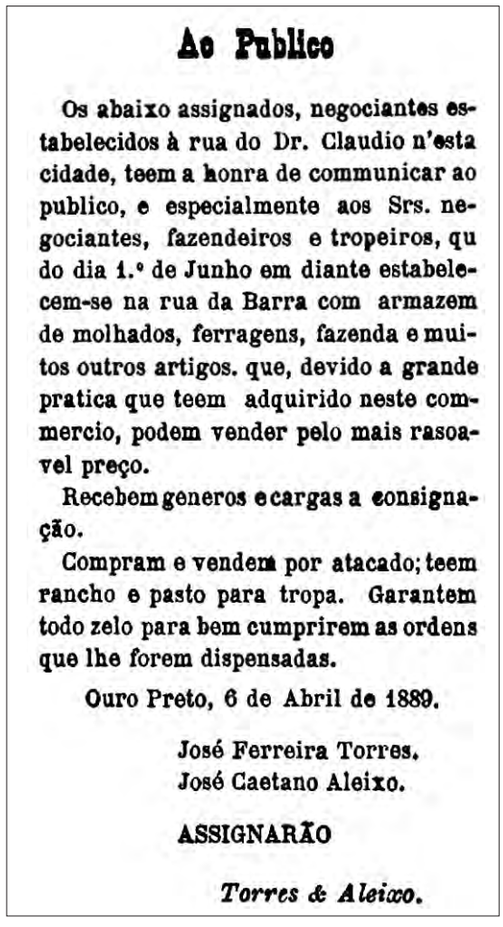
Figura 71 – Silverio Pereira da Silva Lagoa; *O Conciliador*, Ouro Preto, 07/02/1851, nº 178.

Também eram utilizados títulos de crédito como forma de pagamento. Em 1829, Luiz Morek John não somente se propunha a vender por "preços modicos", como também aceitava "nottas". Conquanto estabelecido em Ouro Preto, o anúncio foi divulgado em jornal de São João del-Rei, evidência de que os comerciantes, em especial os de grosso trato, detinham ampliada percepção de oportunidades de negócio. Vendas consignadas foram documentadas em propaganda de estabelecimento de negociantes associados da capital provincial. Em 1889, Torres e Aleixo possuíam diversificada casa de negócio atacadista, "com rancho e pasto para tropa".

AVISOS.

☞ LUIZ MOREK JOHN, tem a honra de participar ao Publico, que vende por preços modicos em sua casa na I. C. do Ouro-Preto Praça d'Alegria, toda a qualidade de fazendas proprias para o consumo da terra por atacados, e aceita em pagamento nottas, e todos os generos pelos preços que se convencionarem.

Figura 72 – Luiz Morek John; *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 17/07/1829, nº 21.



Ao Publico

Os abaixo assignados, negociantes estabelecidos à rua do Dr. Claudio n'esta cidade, teem a honra de communicar ao publico, e especialmente aos Srs. negociantes, fazendeiros e tropeiros, qu do dia 1.º de Junho em diante estabelecem-se na rua da Barra com armazem de molhados, ferragens, fazenda e muitos outros artigos. que, devido a grande pratica que teem adquirido neste commercio, podem vender pelo mais rasoavel preço.

Recebem generos e cargas a consignação.

Compram e vendem por atacado; teem rancho e pasto para tropa. Garantem todo zelo para bem cumprirem as ordens que lhe forem dispensadas.

Ouro Preto, 6 de Abril de 1889.

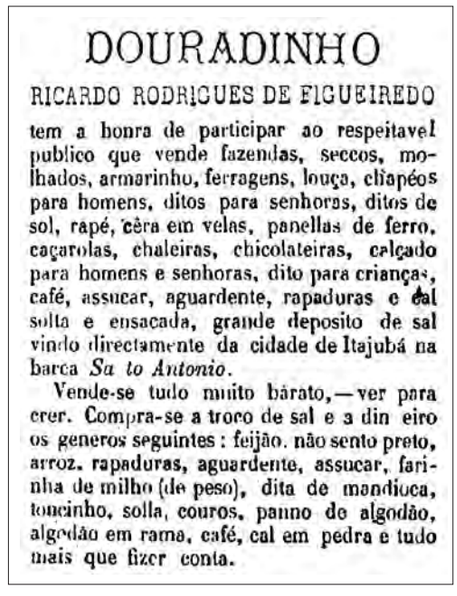
José Ferreira Torres.
José Caetano Aleixo.

ASSIGNARÃO

Torres & Aleixo.

Figura 73 – Torres e Aleixo; *O Movimento*, Ouro Preto, 22/07/1889, nº 27.

A composição dos estoques de molhados da terra dependia de suprimentos realizados, principalmente, com base na aquisição de parte da produção agrícola local e vicinal. Em 1873, Ricardo Rodrigues de Figueiredo informou, em publicidade veiculada na cidade de Campanha, a intenção de comprar gêneros simples e transformados da agricultura e pecuária, assim como a disposição de pagá-los a "troco de sal e a dinheiro". Portanto, explícita menção de escambo de mercadorias. Os produtores rurais poderiam trocar os excedentes pelo indispensável tempero culinário e insumo para a criação de gado.



DOURADINHO

RICARDO RODRIGUES DE FIGUEIREDO

tem a honra de participar ao respeitavel publico que vende fazendas, seccos, molhados, armarinho, ferragens, louça, chapéos para homens, ditos para senhoras, ditos de sol, rapé, cêra em velas, panellas de ferro, caçarolas, chaleiras, chicolateiras, calçado para homens e senhoras, dito para crianças, café, assucar, aguardente, rapaduras e sal solta e ensacada, grande deposito de sal vindo directamente da cidade de Itajubá na barca *Sa to Antonio*.

Vende-se tudo muito bárato,—ver para crer. Compra-se a troco de sal e a din eiro os generos seguintes: feijão. não sento preto, arroz. rapaduras, aguardente, assucar, farinha de milho (de peso), dita de mandioca, toncinho, solla, couros, panno do algodão, algodão em rama, café, cal em pedra e tudo mais que fizer conta.

Figura 74 – Ricardo Rodrigues de Figueiredo; *Colombo*, Campanha, 27/07/1873, nº 29.

No século XIX, as casas de negócio recorriam a promoções, principalmente redução dos preços das mercadorias, como estratégias publicitárias. Liquidações e queimas objetivavam sensibilizar os consumidores para oportunidade de aquisição de artigos nacionais e importados a preços compensadores. A "Loja Barateira" (Figura 81) promoveu "queima á dinheiro" de variadas mercadorias compradas na cidade do Rio de Janeiro. A "Paris na América" realizou grande liquidação de roupas feitas. Esse estabelecimento leopoldinense, especializado em vestuário, anunciou reduções de preços que giravam em torno de 30%.



PARIS NA AMERICA

GRANDE LIQUIDAÇÃO DE ROUPAS FEITAS

Os proprietarios deste estabelecimento fazem sciente ao respeitavel publico leopoldinense que de hoje até o dia 25 do corrente, terá lugar a liquidação de todos os artigos de seu negocio, por preços muito rasoaveis, como se vê pela tabella abaixo:

Sobretudos de 35$ por 25$000.
Ditos de 30$ por 20$000.
Fraques de casemira preta e de côr de 35$ por 24$000.
Ditos diagonal de 35$ por 24$000.
Paletots de casemira preta e de diagonal de 25$ por 18$000.
Jaquetões (panno piloto) de 25$ por 18$000.
Ditos de brim branco a Rink de 5$500 e 6$000.

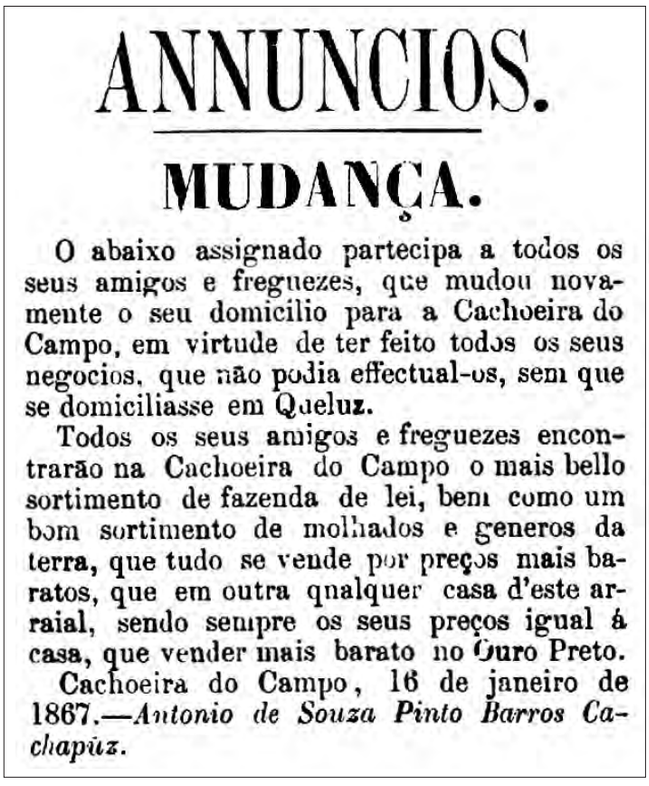
Grande sortimento de calças de todas as qualidades, camisas brancas, ditas de côr, meias, etc. etc.

Grande e bonito sortimento de guardas-chuvas para homens e senhoras.

Até o dia 25 do corrente mez---SÓ!

Figura 75 – Paris na America; *O Leopoldinense,* Leopoldina, 07/11/1880, nº 51.

A declaração da prática de preços baixos era dos mais incidentes recursos publicitários utilizados nos anúncios. Como salientado anteriormente, o recorrente destaque conferido à modicidade dos preços poderia incidir, inclusive, no nome dos estabelecimentos. Anunciante da década de 1860, Antonio de Souza Pinto Barros Cachapuz, negociante de Cachoeira do Campo, assumiu compromisso público de praticar os menores preços locais e nunca superiores aos mais baixos do mercado da vizinha cidade de Ouro Preto.



ANNUNCIOS.

MUDANÇA.

O abaixo assignado partecipa a todos os seus amigos e freguezes, que mudou novamente o seu domicilio para a Cachoeira do Campo, em virtude de ter feito todos os seus negocios, que não podia effectual-os, sem que se domiciliasse em Queluz.

Todos os seus amigos e freguezes encontrarão na Cachoeira do Campo o mais bello sortimento de fazenda de lei, bem como um bom sortimento de molhados e generos da terra, que tudo se vende por preços mais baratos, que em outra qualquer casa d'este arraial, sendo sempre os seus preços igual á casa, que vender mais barato no Ouro Preto.

Cachoeira do Campo, 16 de janeiro de 1867.—*Antonio de Souza Pinto Barros Cachapuz.*

Figura 76 – Antonio de Souza Pinto Barros Cachapuz; *Diário de Minas,* Ouro Preto, 24/01/1867, nº 169.

Não era incomum as grandes casas de negócio oitocentistas atenderem a encomendas, principalmente mercadorias adquiridas na praça da cidade do Rio de Janeiro. Além de responder por quase todo suprimento de mercadorias européias importadas por Minas Gerais, a capital imperial exportava para o interior significativa quantidade de produtos de sua indústria de transformação urbana. Como decorrência, as casas comerciais de maior expressão mantinham estreitas relações com a Corte, estando habilitadas a atender solicitações de compra. A aquisição de mercadorias na cidade do Rio de Janeiro não era monopólio dos estabelecimentos comerciais localizados nos grandes centros urbanos de Minas. Os anúncios revelam que também casas de negócio de localidades de pequena expressão sustentavam comércio regular com a capital fluminense e, por conseqüência, estavam em condições de atender a encomendas. Caso exemplar, João Eustaquio da Costa, comerciante de modesto distrito do município de Alfenas, prontificava-se a atender a "quaesquer emcommendas, sem comissão alguma". Em anúncio publicado em periódico de importante centro regional, o negociante sul-mineiro realçou a longeva atuação no setor comercial e descreveu o variado estoque de mercadorias que conferia a feição de empório a seu estabelecimento.

A necessidade de fazer frente a solicitações urgentes compelia farmácias e boticas a prestação de especial atendimento 24 horas. Veiculado em jornal de Ouro Preto, no final da década de 1850, anúncio de farmacêutico credenciado da localidade de Oliveira informava o bom sortimento e superior qualidade das drogas do estabelecimento, do mesmo modo que enfatizava a modicidade dos preços e a disposição de atendimento dia e noite.

GRANDE
estabelecimento
DE
João Eustaquio da Costa.

CARMO DA ESCARAMUÇA.

MUNICIPIO DE ALFENAS.

Neste importante estabelecimento, fundado pelo actual proprietario em 1852, existe constantemente completo e variadissimo sortimento de fazendas de seda, linho, lã e algodão ; roupas feitas para todos os misteres ; ferragens, armarinho, miudezas e objectos de modas : sortimento de chapéos para homem, senhora e criança ; chapéos de sol e de chuva ; calçado de todas as qualidades para homens, senhoras e crianças : completo sortimento de louça, crystaes, vidros e bandejas ; ferro batido em obras para todos os uzos ; cobre em chapa e utensilios ; arreios e muitos outros objectos.

Grande deposito de generos secos e molhados, sal assucar, aguardente, panno de algodão, fumo, café e todos os mais generos que constituem um grande estabelecimento de generos nacionaes e estrangeiros.

Sendo todas as compras deste estabelecimento feitas á dinheiro, em casas de primeira ordem no Rio de Janeiro, está o proprietario nas condições de vender com reaes vantagens a seus freguezes, para os quaes se incumbe de quaesquer emcommendas, sem commissão alguma.

Vendas a vontade do comprador.

Figura 77 – João Eustaquio da Costa; *Colombo*, Campanha, 01/01/1879, nº 150.

Annuncios.

Marcilino Rodrigues Tito, pharmaceutico approvado, e com carta passada pelo exm. governo desta provincia, acha-se estabellecido na villa da Oliveira com uma botica sortida de todas as drogas de primeira qualidade ; e na mesma tem sempre grande numero de bixas amburguezas para alugar, e vender.

As pessoas que o honrarem com sua confiança encontrarão no annuciante o maior zelo, e promptidão ; podendo ser procurado a qualquer hora do dia ou da noite. Promette igualmente ser o mais comedido nos preços.

Figura 78 – Marcilino Rodrigues Tito; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 05/08/1858, nº 165.

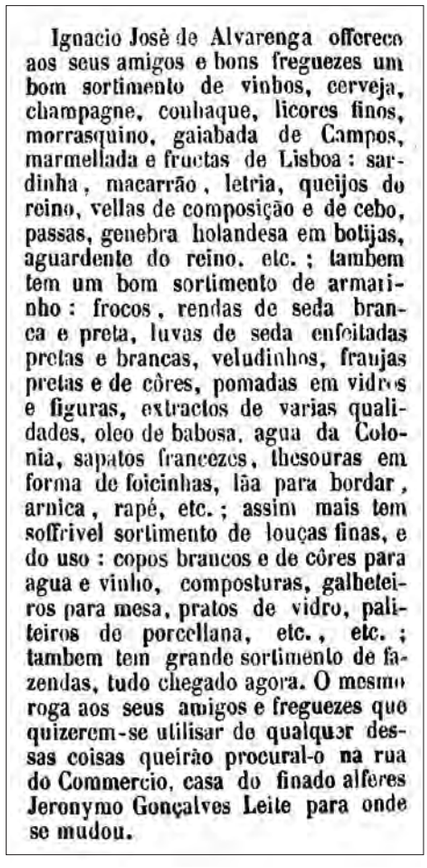
Recursos de publicidade

A propaganda de estabelecimentos comerciais nos jornais mineiros oitocentistas estruturava-se, fundamentalmente, em cinco modalidades de recursos de convencimento: preços regular ou oportunamente reduzidos, diversidade e qualidade das mercadorias, confiabilidade do estabelecimento e solicitude do atendimento, objetividade informativa e recursos gráficos.

Afiançar preços módicos foi procedimento recorrente nos anúncios das casas de negócio. Os preços baixos, quando justificados, eram resultantes de privilegiadas condições de aquisição das mercadorias, da necessidade de substituição dos estoques a partir do recebimento de novos lotes de artigos recentemente comprados ou ainda da adoção de sistema de venda exclusivamente à vista e a dinheiro. A publicidade fundava-se em preços regularmente reduzidos ou realçava oportunidade ensejada por promoção que conjunturalmente promovia baixa nos preços.

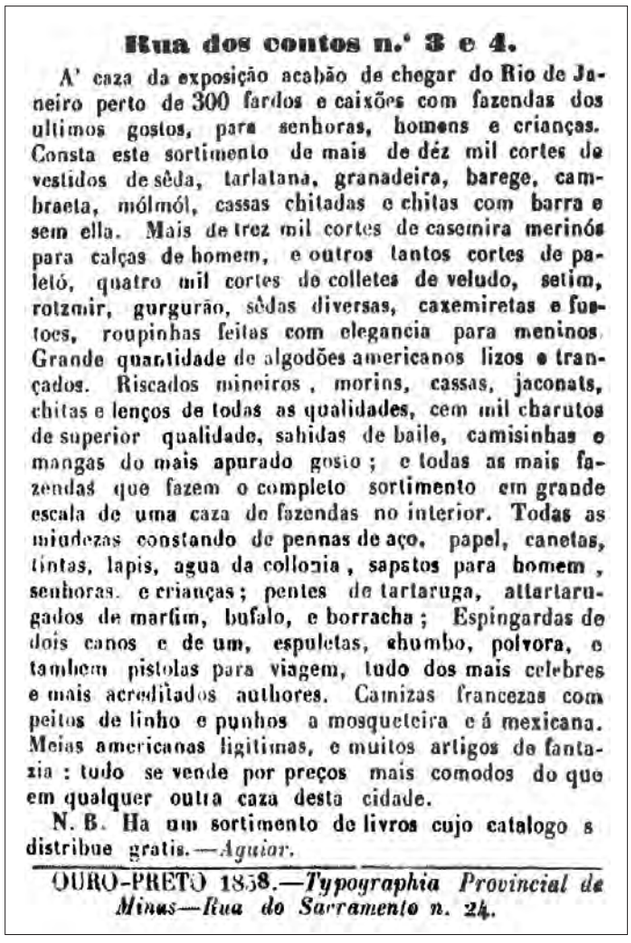
Longas descrições de variadas mercadorias ou sintéticas apresentações de ecléticos sortimentos de artigos foram habituais recursos de propaganda nos anúncios dos estabelecimentos mercantis. O predomínio do padrão empório conferia grande importância à diversificação dos estoques. A especialização comercial abarcava restrito universo de mercadorias (medicamentos, carnes, pães, entre outras).

O sortimento de Ignacio José de Alvarenga, comerciante campanhense, é ilustrativo do elevado nível de diversificação vigente em parte considerável das casas de negócio da província de Minas Gerais. Aos "amigos e bons freguezes", foi ofertada longa relação de molhados, armarinho, utensílios domésticos, perfumarias e fazendas secas. Também exemplar é a longuíssima descrição da "Caza da Exposição", estabelecimento ouro-pretano que assegurava praticar preços sem concorrência local. O estoque de mercadorias recentemente chegadas da cidade do Rio de Janeiro era composto de fazendas secas, tabacaria, papelaria e livraria, armas e munições e perfumaria.



Ignacio José de Alvarenga offereco aos seus amigos e bons freguezes um bom sortimento de vinhos, cerveja, champagne, conhaque, licores finos, morrasquino, gaiabada de Campos, marmellada e fructas de Lisboa: sardinha, macarrão, letria, queijos do reino, vellas de composição e de cebo, passas, genebra holandesa em botijas, aguardente do reino, etc.; tambem tem um bom sortimento de armarinho: frocos, rendas de seda branca e preta, luvas de seda enfeitadas pretas e brancas, veludinhos, franjas pretas e de côres, pomadas em vidros e figuras, extractos de varias qualidades, oleo de babosa, agua da Colonia, sapatos francezes, thesouras em forma de foicinhas, lãa para bordar, arnica, rapé, etc.; assim mais tem soffrivel sortimento de louças finas, e do uso: copos brancos e de côres para agua e vinho, composturas, galheteiros para mesa, pratos de vidro, paliteiros de porcellana, etc., etc.; tambem tem grande sortimento de fazendas, tudo chegado agora. O mesmo roga aos seus amigos e freguezes que quizerem-se utilisar de qualquer dessas coisas queirão procural-o na rua do Commercio, casa do finado alferes Jeronymo Gonçalves Leite para onde se mudou.

Figura 79 – Ignacio José de Alvarenga;
O Sul de Minas, Campanha, 04/02/1860, nº 29.



Rua dos contos n.' 3 e 4.

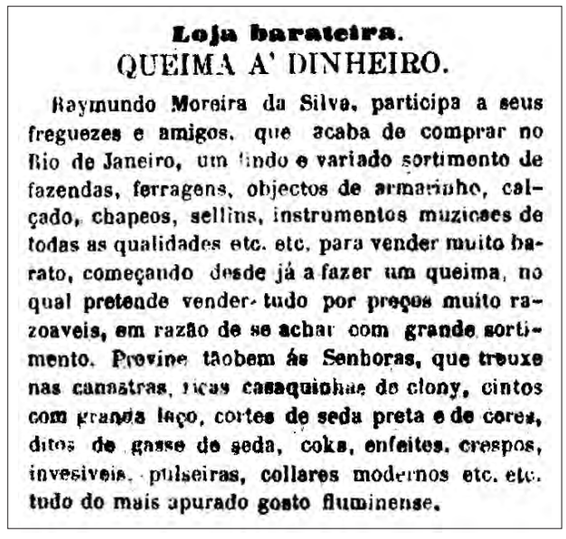
A' caza da exposição acabão de chegar do Rio de Janeiro perto de 300 fardos e caixões com fazendas dos ultimos gostos, para senhoras, homens e crianças. Consta este sortimento de mais de déz mil cortes de vestidos de sêda, tarlatana, granadeira, barege, cambraeta, mólmól, cassas chitadas e chitas com barra e sem ella. Mais de trez mil cortes de casemira merinós para calças de homem, e outros tantos cortes de paletó, quatro mil cortes de colletes de veludo, setim, rotzmir, gurgurão, sêdas diversas, caxemiretas e fustoes, roupinhas feitas com elegancia para meninos. Grande quantidade de algodões americanos lizos e trançados. Riscados mineiros, morins, cassas, jaconats, chitas e lenços de todas as qualidades, cem mil charutos de superior qualidade, sahidas de baile, camisinhas e mangas do mais apurado gosto; e todas as mais fazendas que fazem o completo sortimento em grande escala de uma caza de fazendas no interior. Todas as miudezas constando de pennas de aço, papel, canetas, tintas, lapis, agua da colloia, sapatos para homem, senhoras, e crianças; pentes de tartaruga, attartarugados de marfim, bufalo, e borracha; Espingardas de dois canos e de um, espuletas, chumbo, polvora, e tambem pistolas para viagem, tudo dos mais celebres e mais acreditados authores. Camizas francezas com peitos de linho e punhos a mosqueteira e á mexicana. Meias americanas ligitimas, e muitos artigos de fantazia: tudo se vende por preços mais comodos do que em qualquer outra caza desta cidade.

N. B. Ha um sortimento de livros cujo catalogo s distribue gratis.—*Aguiar.*

OURO-PRETO 1858.—*Typographia Provincial de Minas—Rua do Sacramento n. 24.*

Figura 80 – Caza da Exposição; *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 18/02/1858, nº 113.

Associada à diversidade dos estoques, os anunciantes buscavam diferenciar-se com a divulgação da existência de agentes comerciais na cidade do Rio de Janeiro, principal fornecedora de artigos importados. O acesso direto ou intermediado ao mercado da Corte habilitava a oferta de mercadorias exclusivas, portanto inexistentes na concorrência, e de artigos de atualidade incontrastável, por conseguinte, expressão do moderno (Figura 97). Em 1869, em periódico diamantinense, então recentemente posto em circulação, a "Loja Barateira" anunciou a realização de "queima á dinheiro" de variadas mercadorias adquiridas na cidade do Rio de Janeiro. Os artigos destinados especificamente ao consumo feminino receberam eloqüente adjetivação: "tudo do mais apurado gosto fluminense".



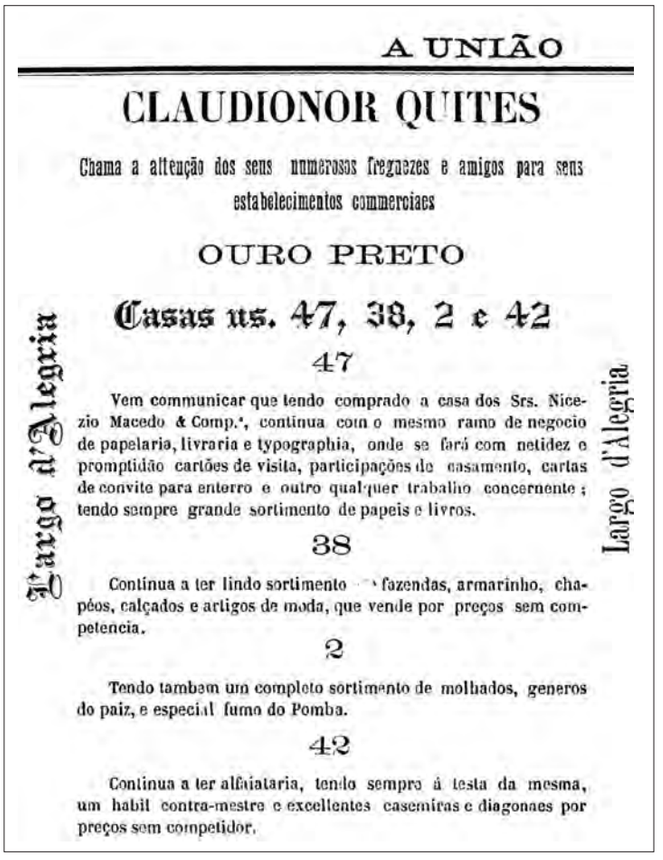
Loja barateira.

QUEIMA A' DINHEIRO.

Raymundo Moreira da Silva, participa a seus freguezes e amigos, que acaba de comprar no Rio de Janeiro, um lindo e variado sortimento de fazendas, ferragens, objectos de armarinho, calçado, chapeos, sellins, instrumentos muzicaes de todas as qualidades etc. etc. para vender muito barato, começando desde já a fazer um queima, no qual pretende vender tudo por preços muito razoaveis, em razão de se achar com grande sortimento. Provine tambem ás Senhoras, que trouxe nas cannastras, ricas casaquinhas de clony, cintos com grande laço, cortes de seda preta e de cores, ditos de gasse de seda, coks, enfeites, crespos, invesiveis, pulseiras, collares modernos etc. etc. tudo do mais apurado gosto fluminense.

Figura 81 – Loja Barateira; *O Jequitinhonha*, Diamantina, 19/12/1869, nº 8.

Entre as características atribuídas às mercadorias, a publicidade dos estabelecimentos comerciais buscou, permanentemente, realçar a boa qualidade dos artigos ofertados. Comerciante da capital provincial, Claudionor Quites enfatizou a qualidade ou quantidade de mercadorias a venda em suas casas comerciais: "grande sortimento de papeis e livros"; "lindo sortimento de fazendas, armarinho, chapéus, calçados e artigos da moda"; "completo sortimento de molhados, generos do paiz"; "excellentes casemiras e diagonais".



A UNIÃO

CLAUDIONOR QUITES

Chama a attenção dos seus numerosos freguezes e amigos para seus estabelecimentos commerciaes

OURO PRETO

Casas ns. 47, 38, 2 e 42

Largo d'Alegria

47

Vem communicar que tendo comprado a casa dos Srs. Nicezio Macedo & Comp.ª, continua com o mesmo ramo de negocio de papelaria, livraria e typographia, onde se fará com netidez e promptidão cartões de visita, participações de casamento, cartas de convite para enterro e outro qualquer trabalho concernente; tendo sempre grande sortimento de papeis e livros.

Largo d'Alegria

38

Continua a ter lindo sortimento de fazendas, armarinho, chapéos, calçados e artigos de moda, que vende por preços sem competencia.

2

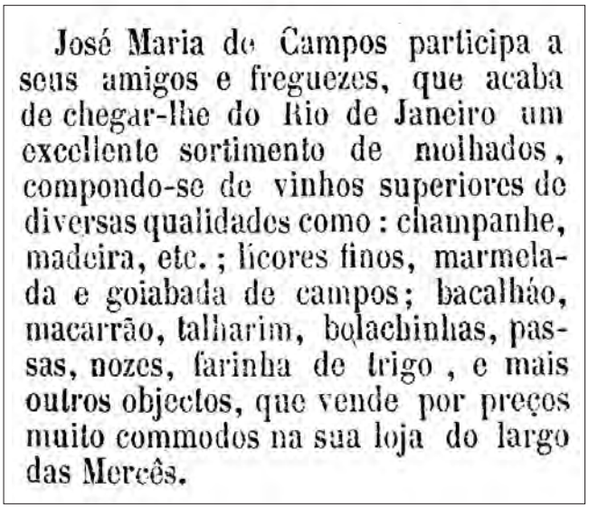
Tendo tambem um completo sortimento de molhados, generos do paiz, e especial fumo do Pomba.

42

Continua a ter alfaiataria, tendo sempre á testa da mesma, um habil contra-mestre e excellentes casemiras e diagonaes por preços sem competidor.

Figura 82 – Claudionor Quites; *A União*, Ouro Preto, 23/03/1889, nº 242.

Ainda no tocante às mercadorias, a informação de procedência era recurso publicitário bastante comum. Freqüentemente adotava-se estratégia persuasória de pôr em relevo a origem carioca dos artigos comercializados. Como referido alhures, pelo porto da cidade do Rio de Janeiro entrava a grande maioria das mercadorias estrangeiras negociadas em Minas Gerais. A procedência européia dos artigos ofertados foi explicitada em considerável número de anúncios. Em meados do Dezenove, José Maria de Campos anunciava aos "amigos e freguezes" de Campanha o recebimento de partida de mercadorias oriundas da Corte. Uma década e meia depois, Soares e Vasques asseguravam aos "amigos e freguezes" de Ouro Preto a qualidade de suas mercadorias "por terem vindo directamente da Europa".



José Maria de Campos participa a seus amigos e freguezes, que acaba de chegar-lhe do Rio de Janeiro um excellente sortimento de molhados, compondo-se de vinhos superiores de diversas qualidades como: champanhe, madeira, etc.; licores finos, marmelada e goiabada de campos; bacalhão, macarrão, talharim, bolachinhas, passas, nozes, farinha de trigo, e mais outros objectos, que vende por preços muito commodos na sua loja do largo das Mercês.

Figura 83 – José Maria de Campos; *O Sul de Minas*, Campanha, 26/11/1859, nº 19.



APROVEITEM.

SOARES & VASQUES,

NEGOCIANTES RESIDENTES NA

19 RUA DE S. JOSÉ. 19

Participão a seus amigos e freguezes que acabão de receber um lindo e variado sortimento de fazendas, fantasias, armarinho, molhados das melhores qualidades, por terem vindo directamente da Europa, e bem assim polainas de couro da Russia, botinas para senhoras a custo de 5:000 cada par; sendo de gosto os enfeitos das mesmas.

Outrosim, tem em seu estabelecimento todo o necessario para um viajante, isto é, botas de couro da Russia, mallas inglezas, capas impermeaveis de gomma & &.

Vendem mais—tabellas do systema metrico, o que ha de mais perfeito n'esse ramo de sciencia.

Ouro Preto, 15 de Dezembro de 1873.

Figura 84 – Soares e Vasques; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 03/02/1874, nº 199.



ATTENÇÃO

OLIVEIRA & SOARES abrem nesta cidade, no dia 1.º de Março proximo futuro, na embocadura da praça da independencia, ao lado do paço da assemblea provincial, sahida para Marianna, um bem aceiado açougue de carne verde de gado, de primeira sorte, recentemente chegado do norte da provincia e invernado nas melhores pastagens do municipio de Marianna.

E, para que sejão bem succedidos na empreza, que ora vão incetar, solicitão de seus amigos e patricios todo o apoio e protecção possivel.

Os preços são:

Por kilo de carne sem osso	400 rs.
» » » » com »	320 »

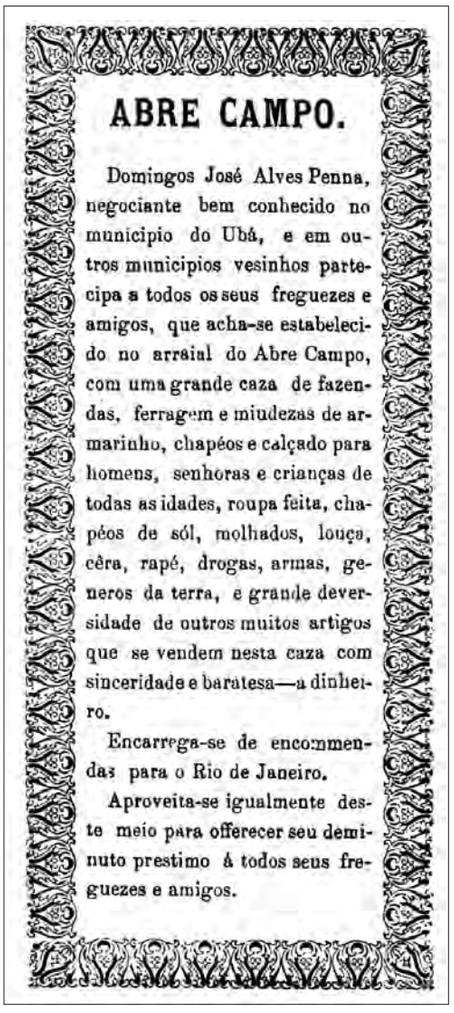
Ouro Preto, 26 de Fevereiro de 1885.

Roberto Soares d'Oliveira.

Antonio Augusto de Carvalho Oliveira.

Figura 85 – Oliveira e Soares; *O Vinte de Agosto*, Ouro Preto, 01/03/1886, nº 61.

Conquanto para mercadorias da produção interna fossem raras as referências de procedência, praticamente restritas que eram a artigos da indústria manufatureira mineira, em alguns casos foi ressaltada a origem de gêneros da agricultura e pecuária, simples e transformados. O apelo à reconhecida qualidade de mercadorias da produção regional mineira evidencia comércio interno de longa distância. Oliveira e Soares, em anúncio de 1885, comunicavam para breve a abertura de açougue na capital provincial e destacavam que seriam supridos de "carne verde de gado, de primeira sorte, recentemente chegado do norte da provincia e invernado nas melhores pastagens do municipio de Marianna".



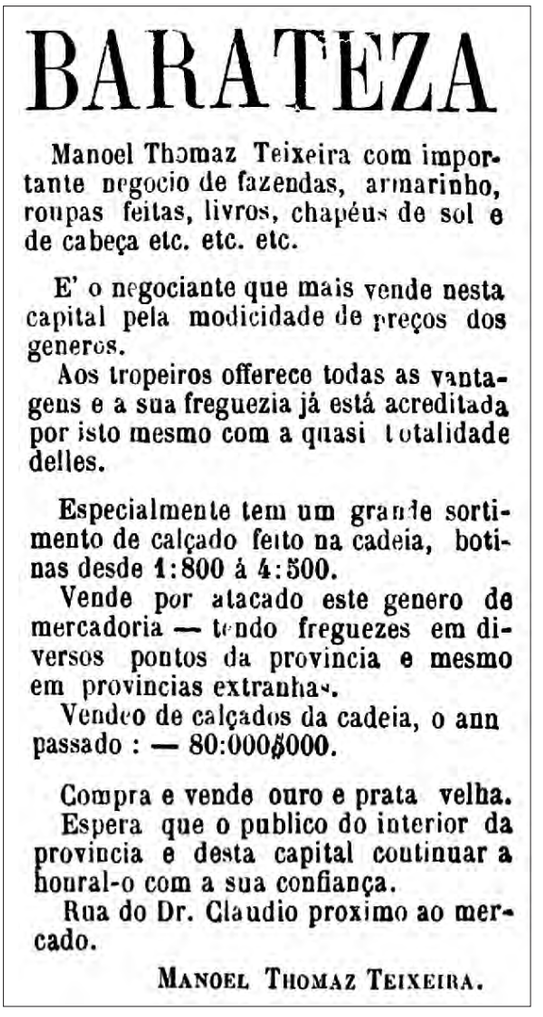
ABRE CAMPO.

Domingos José Alves Penna, negociante bem conhecido no municipio do Ubá, e em outros municipios vesinhos partecipa a todos os seus freguezes e amigos, que acha-se estabelecido no arraial do Abre Campo, com uma grande caza de fazendas, ferragem e miudezas de armarinho, chapéos e calçado para homens, senhoras e crianças de todas as idades, roupa feita, chapéos de sól, molhados, louça, cêra, rapé, drogas, armas, generos da terra, e grande deversidade de outros muitos artigos que se vendem nesta caza com sinceridade e baratesa—a dinheiro.

Encarrega-se de encommendas para o Rio de Janeiro.

Aproveita-se igualmente deste meio para offerecer seu deminuto prestimo á todos seus freguezes e amigos.

Figura 86 – Domingos José Alves Penna; *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 10/08/1870, nº 220.



BARATEZA

Manoel Thomaz Teixeira com importante negocio de fazendas, armarinho, roupas feitas, livros, chapéus de sol e de cabeça etc. etc. etc.

E' o negociante que mais vende nesta capital pela modicidade de preços dos generos.

Aos tropeiros offerece todas as vantagens e a sua freguezia já está acreditada por isto mesmo com a quasi totalidade delles.

Especialmente tem um grande sortimento de calçado feito na cadeia, botinas desde 1:800 á 4:500.

Vende por atacado este genero de mercadoria — tendo freguezes em diversos pontos da provincia e mesmo em provincias extranhas.

Vendeo de calçados da cadeia, o ann passado : — 80:000$000.

Compra e vende ouro e prata velha.

Espera que o publico do interior da provincia e desta capital coutinuar a honral-o com a sua confiança.

Rua do Dr. Claudio proximo ao mercado.

MANOEL THOMAZ TEIXEIRA.

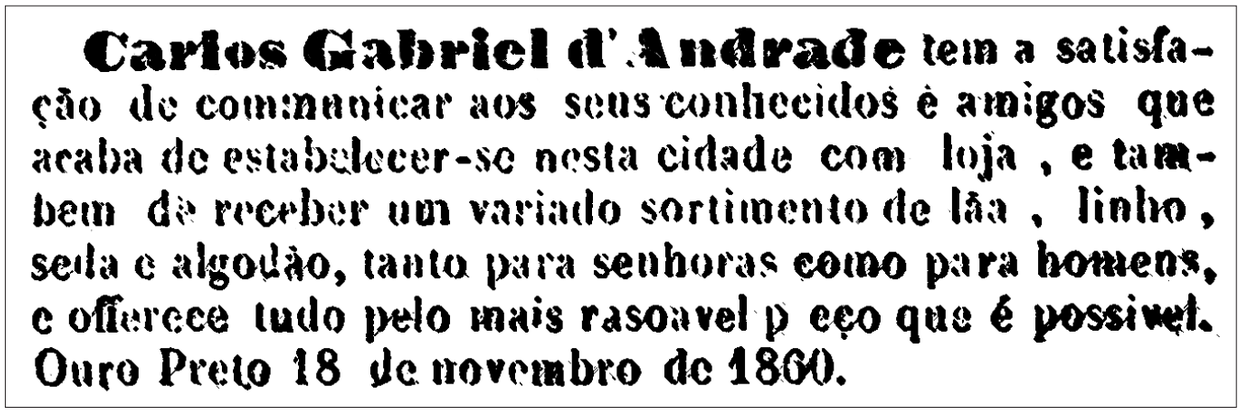
Figura 87 – Barateza; *O Movimento*, Ouro Preto, 02/03/1889, nº 7.

O prestígio pessoal do negociante e sua tradição de envolvimento com a atividade comercial foram recursos de convencimento repetidas vezes mobilizados na propaganda das casas de negócio. Aos anunciantes interessava realçar o caráter pessoal das relações de consumo. Os vendedores deveriam assegurar honestidade no exercício da atividade mercantil, fazer-se merecedores de confiança. Os compradores responderiam com fidelidade, comportamento a transmutá-los em fregueses e amigos.

Em publicidade veiculada em jornal de Ouro Preto, no ano de 1870, foram utilizados vários expedientes com o objetivo de assinalar a experiência, prestígio, honestidade e solicitude de proprietário de casa de negócio. Domingos Alves Penna, "estabelecido" na localidade de Abre Campo, apresentava-se como conhecido em considerável extensão territorial ("municipio do Ubá, e em outros municipios vesinhos"), prontificava-se a vender largo e diversificado estoque de mercadorias "com sinceridade e baratesa", aceitava encomendas para a cidade do Rio de Janeiro e prometia solicitude no atendimento a seus "freguezes e amigos". Pouco menos de 20 anos depois, em propaganda divulgada noutro periódico da capital provincial, foram mobilizados diversos meios com o intuito de pôr em relevo os mesmos atributos do comerciante de Abre Campo. O proprietário da casa "Barateza", Manoel Thomaz Teixeira, afirmava ser o mais concorrido comerciante de Ouro Preto em função da "modicidade de preços" que praticava, enfatizava o prestígio adquirido junto aos tropeiros como resultado das "vantagens" que lhes eram concedidas, informava possuir clientela em amplíssima extensão territorial e instava seus fregueses a "continuar a honral-o com a sua confiança".

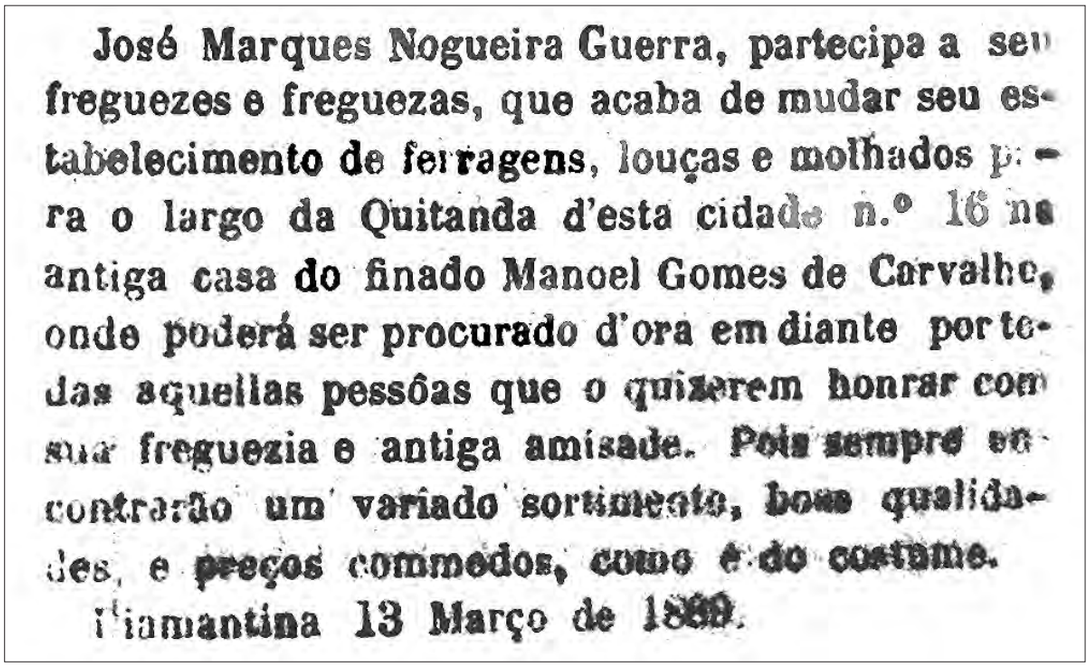
A pessoalidade das relações de consumo determinava indissociável vinculação entre proprietário e estabelecimento. O comentado fato da identificação das casas de negócio raramente estar dissociada do nome do proprietário sugere que o absenteísmo era prática pouco habitual no comércio estabelecido de Minas Gerais. Entretanto, as informações constantes nos anúncios são insuficientes para sustentar, de forma definitiva, imagem em que o comerciante-proprietário defrontava-se diretamente com o consumidor. Assim, pode-se afirmar que, o mais provável, era a relação não intermediada entre o dono da casa de negócio e o freguês; o negociante postava-se atrás dos típicos balcões e atendia diretamente a sua clientela.

Nas propagandas predominou o tratamento pessoal dispensado aos consumidores. Foram freqüentes os recursos a tentar persuadi-los de que receberiam atendimento personalizado. Em 1860, o negociante ouro-pretano Carlos Gabriel d'Andrade publicou anúncio para "communicar aos seus conhecidos e amigos" seu recente estabelecimento na cidade. Quase dez anos depois, o comerciante diamantinense José Marques Nogueira Guerra dirigiu propaganda "a seus freguezes e freguezas", informou mudança de endereço e instou a procurar seu estabelecimento "todas aquellas pessôas que o quizerem honrar com sua freguezia e antiga amisade".



Carlos Gabriel d'Andrade tem a satisfação de communicar aos seus conhecidos e amigos que acaba de estabelecer-se nesta cidade com loja, e tambem de receber um variado sortimento de lãa, linho, seda e algodão, tanto para senhoras como para homens, e offerece tudo pelo mais rasoavel preço que é possivel.
Ouro Preto 18 de novembro de 1860.

Figura 88 – Carlos Gabriel d'Andrade; *O Bem Público*, Ouro Preto, 22/11/1860, nº 40.

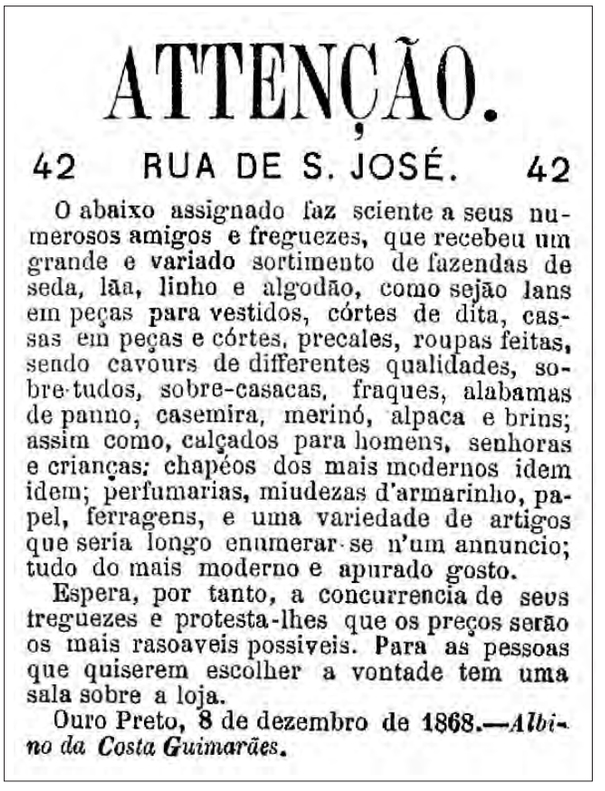


José Marques Nogueira Guerra, partecipa a seu freguezes e freguezas, que acaba de mudar seu estabelecimento de ferragens, louças e molhados para o largo da Quitanda d'esta cidade n.º 16 na antiga casa do finado Manoel Gomes de Carvalho, onde poderá ser procurado d'ora em diante por todas aquellas pessôas que o quizerem honrar com sua freguezia e antiga amisade. Pois sempre encontrarão um variado sortimento, boas qualidades, e preços commodos, como é do costume.
Diamantina 13 Março de 1869.

Figura 89 – José Marques Nogueira Guerra; *O Jequitinhonha*, Diamantina, 02/05/1869, nº 36.

As características das instalações comerciais foram pouco ou quase nada consideradas nas propagandas das casas de negócio. Divisão interna, mobiliário, equipamentos, disposição das mercadorias e outros aspectos correlatos estavam ausentes dos anúncios. As exíguas referências encontradas permitem divisar apenas traços do interior dos estabelecimentos mercantis. No final da década de 1860, publicidade de loja comercial anunciou o recebimento de novas mercadorias, "tudo do mais moderno e apurado gosto", assegurou a prática de preços honestos e advertiu que "para as pessoas que quiserem escolher a vontade tem uma sala sobre a loja".

Através dos anúncios recolhidos é possível entrever alguns momentos da trajetória do negociante Albino da Costa Guimarães. Em 1855, no jornal *O Bom Senso*, divulgava sua "caza de negocio com hospedaria no largo do Rozario", cidade de Ouro Preto (Figura 59). Três anos depois, na seção de anúncios do *Correio Oficial de Minas*, Francisco José Pereira Bastos declarava "que acha-se estabelecido nesta cidade, nas casas que comprou aos srs. Albino da Costa Guimarães e companhia, citas na rua do Rosario" (Figura 44). Decorridos mais dez anos, no periódico *O Noticiador de Minas*, figurava como proprietário de diversificado estabelecimento comercial, agora na rua de São José (Figura 90). As passagens do exercício do comércio associado com a prestação de serviço de alojamento para a exclusiva dedicação às atividades mercantis, do marginal largo do Rosário para a central e comercial rua de São José, são evidências de que Albino da Costa Guimarães ascendeu à posição de maior relevo no setor mercantil local.



ATTENÇÃO.

42 RUA DE S. JOSÉ. 42

O abaixo assignado faz sciente a seus numerosos amigos e freguezes, que recebeu um grande e variado sortimento de fazendas de seda, lãa, linho e algodão, como sejão lans em peças para vestidos, córtes de dita, cassas em peças e córtes, precales, roupas feitas, sendo cavours de differentes qualidades, sobre-tudos, sobre-casacas, fraques, alabamas de panno, casemira, merinó, alpaca e brins; assim como, calçados para homens, senhoras e crianças; chapéos dos mais modernos idem idem; perfumarias, miudezas d'armarinho, papel, ferragens, e uma variedade de artigos que seria longo enumerar-se n'um annuncio; tudo do mais moderno e apurado gosto.

Espera, por tanto, a concurrencia de seus freguezes e protesta-lhes que os preços serão os mais rasoaveis possiveis. Para as pessoas que quiserem escolher a vontade tem uma sala sobre a loja.

Ouro Preto, 8 de dezembro de 1868.—*Albino da Costa Guimarães.*

Figura 90 – Albino da Costa Guimarães;
O Noticiador de Minas, Ouro Preto, 15/12/1868, nº 47.



TOUCINHO.

TOUCINHO. Theophilo M. C. Drumond, da Itabira, tem na cidade de Marianna um deposito de cerca de 400 arrobas de toucinho de boa qualidade, a venda á cargo de seo empregado João Teixeira da Fonseca Sobrinho, e o annuncia por este meio, afim de que as pessoas, que carecerem, vão alli se supprir mediante o preço ajustado com o vendedor. TOUCINHO.

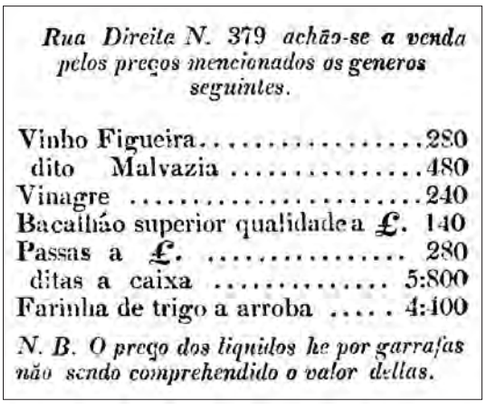
TOUCINHO.

Figura 91 – Theophilo M. C. Drumond;
Diário de Minas, Ouro Preto, 30/04/1874, nº 247.

Avaliação conjunta dos anúncios selecionados revela a preferência pela objetividade, pelo destaque conferido ao detalhe ou, em outros termos, a hegemônica opção pela propaganda estruturada na informação. Em raros casos, foi dada orientação que primasse pela persuasão subjetiva, por técnicas que destacassem mensagens gerais ou, posto de outra forma, por propaganda com forte caráter de convencimento. O anúncio de Theophilo M. C. Drumond é exemplo de objetividade informativa. Veiculado no final do terceiro quartel do Oitocentos, em jornal de Ouro Preto, conferiu exclusivo destaque à divulgação da existência de depósito de toucinho em Mariana. A propaganda de Manoel Rodrigues Fernandes é ilustrativa da convivência da informação objetiva com apelos subjetivos. Difundida no mesmo ano e jornal, utilizou recursos para atrair a atenção dos consumidores e instá-los a comparecer ao estabelecimento, assim como descreveu mercadorias recebidas.



Figura 92 – Manoel Rodrigues Fernandes; *Diário de Minas*, Ouro Preto, 16/06/1874, nº 271.


Rua Direita N. 379 achão-se a venda pelos preços mencionados os generos seguintes.

Vinho Figueira.....280
dito Malvazia.....480
Vinagre.....240
Bacalhão superior qualidade a £. 140
Passas a £. 280
ditas a caixa 5:800
Farinha de trigo a arroba 4:100

N. B. O preço dos liquidos he por garrafas não sendo comprehendido o valor dellas.

Figura 93 – Rua Direita nº 379; *O Amigo da Verdade,* São João del-Rei, 12/06/1829, nº 11.

Também foram utilizados recursos gráficos como estratégia publicitária. Variados tipos e tamanhos de fontes, negritos e itálicos, molduras, desenhos e o tamanho do anúncio combinavam-se a definir múltiplas composições gráficas para as propagandas das casas de negócio. Publicidades com várias e sofisticadas fontes, como a da "Exposição" e a de Claudionor Quites (Figuras 41 e 82), dividiam espaço com anúncios com fonte única e simples, como a de José Maria de Campos e a de Ignacio José de Alvarenga (Figuras 83 e 79). Textos com itálicos e negritos, como o da "Loja Nova Barateira" e o de Albino da Costa Guimarães (Figuras 39 e 90), conviviam com mensagens com caracteres simples, como a de José Marques Nogueira Guerra e a de Raymundo Moreira da Silva (Figuras 89 e 47). Propagandas com molduras e/ou desenhos, como a de Domingos José Alves Penna e a do "Açougue do Progresso" (Figuras 86 e 51), coexistiam com anúncios completamente despojados de recursos iconográficos, como da "Loja Barateira" e o de José Antonio da Silva Midões (Figuras 81 e 58). Publicidades de página inteira, como a de Lemos e Lemos e a da "Barateza Sem Igual" (Figuras 95 e 96), conviviam com anúncios que ocuparam modestos espaços, como o de Gervase Desvignes e o de Silverio Augusto de Lima (Figuras 45 e 38).

Para além de identificação geográfica, a informação da localização do estabelecimento na planta das cidades pode também ser considerada estratégia publicitária. O processo de complexificação do urbano, muito mais evidente na segunda metade da centúria, gerou diferenciações e hierarquias espaciais. A expansão da malha urbana consolidava o centro comercial e definia os espaços periféricos e secundários. Anúncio do final da década de 1830, publicado em periódico de São João del-Rei, limitou-se a informar o endereço de casa de negócio, sem nenhuma referência ao nome do proprietário ou do estabelecimento. Propaganda de 1867, veiculada em jornal de Ouro Preto, conferiu inusitado destaque para a localização de casa comercial. O endereço "Rua de S. José 37" emoldurou texto em que também não foram informados os nomes do proprietário e estabelecimento.


37. RUA DE S. JOSÉ 37.

Neste estabelecimento encontra o respeitavel publico um completo sortimento de fazendas de lã, linho, seda e algodão, bem como chapéos de todas as qualidades tanto para homens como para senhoras e meninos.

Tudo por preços muito diminutos.

37. RUA DE S. JOSÉ 37.

Figura 94 – Rua de S. José 37; *Constitucional,* Ouro Preto, 25/05/1867, nº 39.

Concorrências

Casas de negócio travaram competições nas páginas dos periódicos mineiros oitocentistas. A disputa por mercados consumidores de grandes centros urbanos estimulava a veiculação de propagandas com variados recursos de persuasão, diversificadas estratégias que objetivavam a suplantação dos rivais comerciais.

Em março de 1879, os leitores do campanhense *Colombo* depararam-se com anúncios de página inteira dos, provavelmente, mais importantes estabelecimentos comerciais da cidade. No primeiro dia do mês, o "grande estabelecimento" de Lemos e Lemos divulgou publicidade em que foram utilizados sofisticados recursos tipográficos. Vários tipos e tamanhos de fontes, moldura e desenhos conferiam destaques a informações apresentadas de forma segmentada. Endereço, estoque de mercadorias e sistema de venda foram combinados na promoção de três casas de negócio associadas, duas matrizes em Campanha e uma filial em Mutuca. Do exame conjunto da propaganda, sobressai a ênfase conferida à dimensão da rede de estabelecimentos e, acessoriamente, à prática de preços sem competição e existência de agentes na cidade do Rio de Janeiro, que viabilizavam o atendimento de encomendas. No dia 15, foi a vez da "Barateza Sem Igual" ocupar a



4 COLOMBO

GRANDE ESTABELECIMENTO

DE

LEMOS & LEMOS

RUA DA PRINCEZA ISABEL

ESQUINA DA RUA DA MISERICORDIA

CIDADE DA CAMPANHA.

Completo e variadissimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçados chapéos, etc., etc.

TANTO EM GROSSO COMO EM RETALHOS.

RUA DO CONDE D'EU

ESQUINA DA RUA DA MISERICORDIA

sortimento de seccos e molhados, e generos do paiz, sob a gerencia de Bernardo Ferreira Rodrigues.

Na importante freguezia da Mutuca tem os annunciantes uma casa filial onde vendem os mesmos GENEROS DE COMMERCIO pelos preços da casa Matriz.

Sendo todas as compras feitas á dinheiro a vista, podem por isso fazer vantagem sobre outra qualquer casa, nos preços dos generos de seu negocio; em consequencia, são os seus preços — incompetiveis.

Os annunciantes têm agentes especiaes encarregados de fazer compras na praça do Rio de Janeiro, e acham-se portanto habilitados para satisfazerem quaesquer encommendas com a maxima brevidade.

CAMPANHA. — Typographia do Colombo. — MINAS-GERAES.

Figura 95 – Lemos e Lemos; *Colombo*, Campanha, 01/03/1879, nº 159.

última página do longevo periódico sul-mineiro. Da mesma forma que o concorrente, A. A. Marques Irmãos optaram por requintes tipográficos. Fontes de tipos e tamanhos diversos, moldura e desenhos compunham publicidade também marcada pela segmentação das informações. Embora igual o tripé informativo (endereço, estoque de mercadorias e sistema de venda), a alma da propaganda nesse caso era o compromisso em praticar preços sem concorrência. Enquanto no primeiro anúncio a propaganda prima pela objetividade informativa, no segundo foram empregados recursos a orientar a atenção, ao menos em parte, para mensagem geral reiterativa. Sem abrir mão da informação objetiva, os irmãos Marques apelaram para o convencimento estruturado em diferencial já enunciado no nome do estabelecimento e que contamina toda a propaganda, como no *slogan* que definia o sistema de venda. Em síntese, a concorrência comercial em Campanha opunha dois grandes empórios, ambos com ligações permanentes com a praça do Rio de Janeiro, vendas no varejo e atacado, filiais em localidades vizinhas e disposição de investimento em propaganda de jornal como forma de disputar mercado regional.



4 COLOMBO

BARATEZA SEM IGUAL

VENDAS POR ATA- CADO E A VAREJO

A. A. MARQUES IRMÃOS

BAEPENDY CAMPANHA

LARGO DA MATRIZ AO PÉ DA EGREJA.

Os proprietarios destes grandes estabelecimentos de fazendas, modas, calçados, chapeos, roupa feita, ferragens, armarinho, molhados, seccos, artigos de viagem, de escriptorio, sedas e lãs pretas, gorgurões, cinzy e grenadinas para Semana Santa etc. etc; convidão seus amigos e freguezes, a visitar seus armazens para ver os gostos e PREÇOS SEM RIVAES, do immenso sortimento que acabão de receber, parte vindo em directura de fabricas européas, e parte comprada SEM INTERMEDIARIO nas casas importadoras do Rio de Janeiro, o que os habilita a sustentar em seus preços uma

BARATEZA SEM IGUAL

O SEU SYSTEMA É O SEGUINTE:

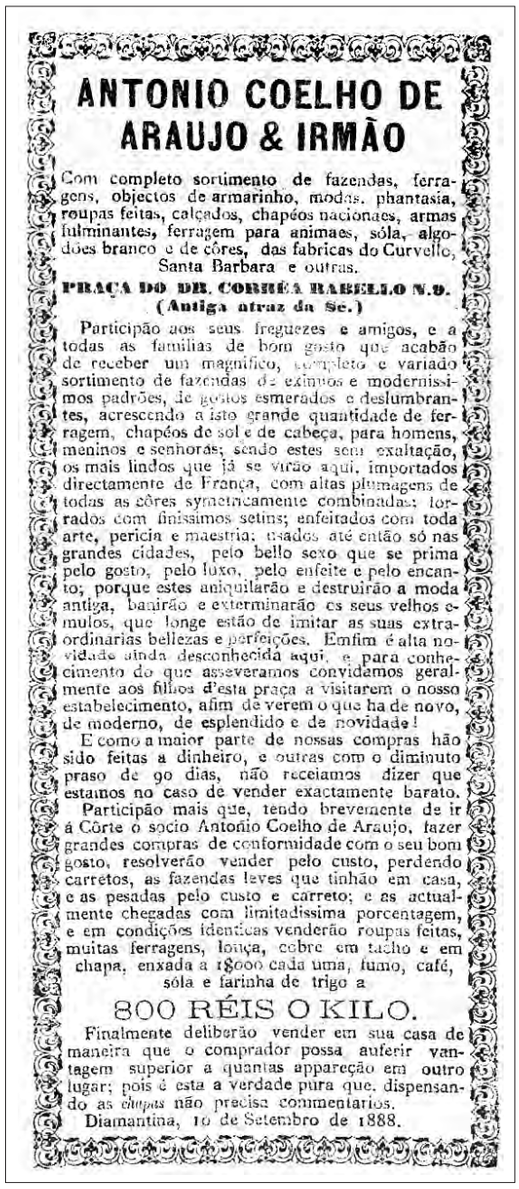
Vender barato para vender muito

Vender a dinheiro para vender barato.

CAMPANHA. — Typographia do Colombo. — MINAS-GERAES.

Figura 96 – Barateza Sem Igual; *Colombo*, Campanha, 15/03/1879, nº 161.

Em outubro de 1888, dois estabelecimentos concorrentes publicaram anúncios nas páginas do jornal diamantinense *Propaganda*. As publicidades dessas casas de negócio apresentaram muitos pontos em comum: descrição de diversificado estoque de mercadorias (a indicar padrão empório), presença de agentes comerciais na cidade do Rio de Janeiro, promoção com redução de preços tendo em vista a previsão de recebimento de novas partidas de importados, habitual prática de preços reduzidos em função de condições favoráveis de aquisição das mercadorias, ênfase na qualidade e novidade dos artigos adquiridos e apresentação com os mesmos recursos gráficos. O tradicional consumo conspícuo de Diamantina ensejava a oferta de artigos sofisticados, notadamente vestuário, e estimulava concorrência em torno da atualidade e atributos modernos das mercadorias. No "Grande Emporio do Norte", os consumidores encontrariam "um magnifico sortimento de fazendas modernissimas de lã, linho e seda", "uma infinidade de artigos que não são conhecidos ainda nesta cidade". No estabelecimento de Antonio Coelho de Araujo e irmão, os diamantinenses teriam acesso a um "magnifico, completo e variado sortimento de fazendas de eximios e modernissimos padrões, de gostos esmerados e deslumbrantes", "alta novidade ainda desconhecida aqui".



ANTONIO COELHO DE ARAUJO & IRMÃO

Com completo sortimento de fazendas, ferragens, objectos de armarinho, modas, phantasia, roupas feitas, calçados, chapéos nacionaes, armas fulminantes, ferragem para animaes, sóla, algodões branco e de côres, das fabricas do Curvello, Santa Barbara e outras.

PRAÇA DO DR. CORRÊA RABELLO N.9.
(Antiga atraz da Sé.)

Participão aos seus freguezes e amigos, e a todas as familias de bom gosto que acabão de receber um magnifico, completo e variado sortimento de fazendas de eximios e modernissimos padrões, de gostos esmerados e deslumbrantes, acrescendo a isto grande quantidade de ferragem, chapéos de sol e de cabeça, para homens, meninos e senhoras; sendo estes sem exaltação, os mais lindos que já se virão aqui, importados directamente de França, com altas plumagens de todas as côres symetricamente combinadas: forrados com finissimos setins; enfeitados com toda arte, pericia e maestria; usados até então só nas grandes cidades, pelo bello sexo que se prima pelo gosto, pelo luxo, pelo enfeite e pelo encanto; porque estes aniquilarão e destruirão a moda antiga, banirão e exterminarão os seus velhos emulos, que longe estão de imitar as suas extraordinarias bellezas e perfeições. Emfim é alta novidade ainda desconhecida aqui, e para conhecimento do que asseveramos convidamos geralmente aos filhos d'esta praça a visitarem o nosso estabelecimento, afim de verem o que ha de novo, de moderno, de esplendido e de novidade!

E como a maior parte de nossas compras hão sido feitas a dinheiro, e outras com o diminuto praso de 90 dias, não receiamos dizer que estamos no caso de vender exactamente barato.

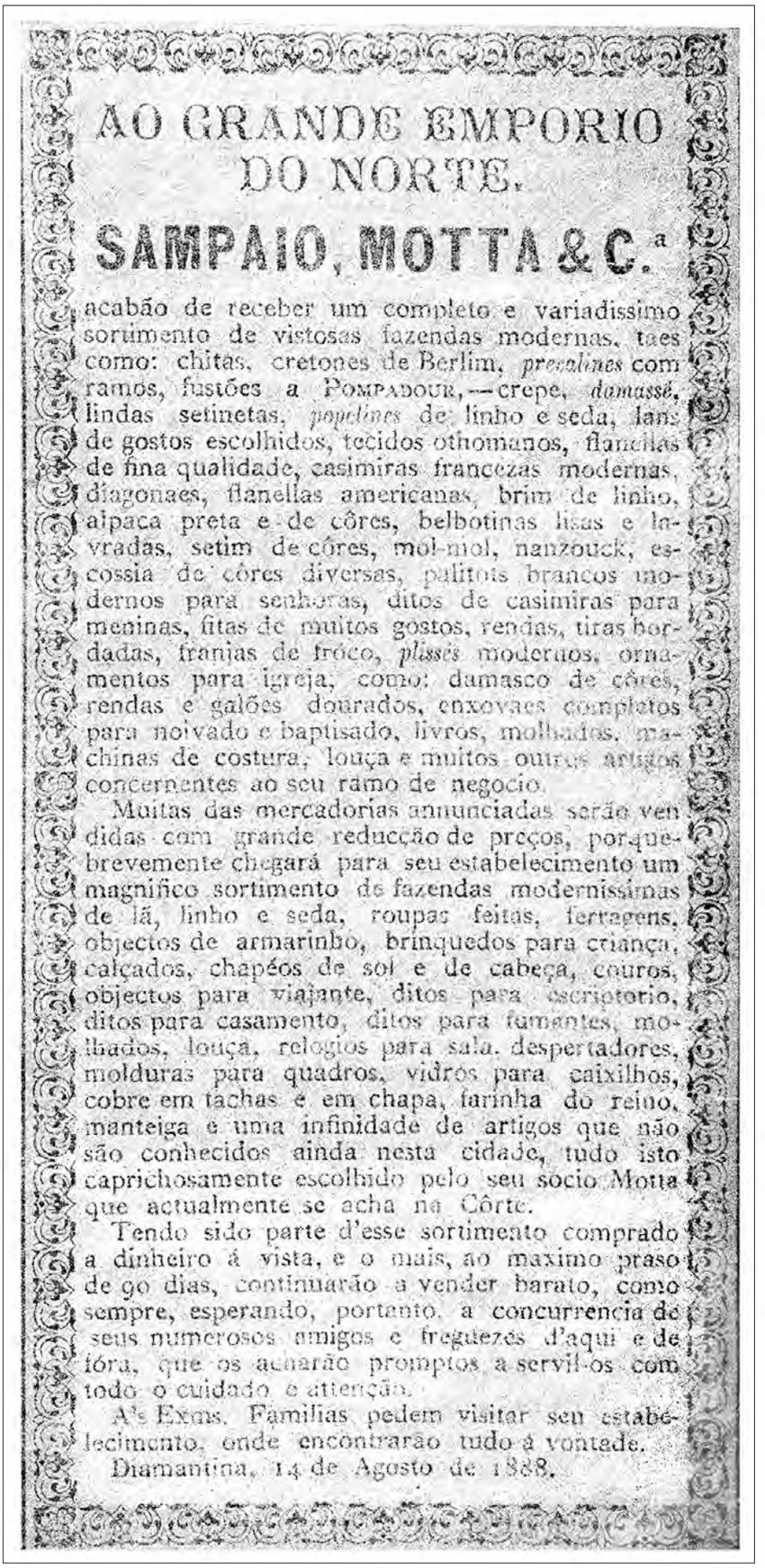
Participão mais que, tendo brevemente de ir á Côrte o socio Antonio Coelho de Araujo, fazer grandes compras de conformidade com o seu bom gosto, resolverão vender pelo custo, perdendo carretos, as fazendas leves que tinhão em casa, e as pesadas pelo custo e carreto; e as actualmente chegadas com limitadissima porcentagem, e em condições identicas venderão roupas feitas, muitas ferragens, louça, cobre em tacho e em chapa, enxada a 1$000 cada uma, fumo, café, sóla e farinha de trigo a

800 RÉIS O KILO.

Finalmente deliberão vender em sua casa de maneira que o comprador possa auferir vantagem superior a quantas appareção em outro lugar; pois é esta a verdade pura que, dispensando as *chapas* não precisa commentarios.

Diamantina, 10 de Setembro de 1888.

Figura 97 – Antonio Coelho de Araujo; *Propaganda*, Diamantina, 02/10/1888, nº 12.



AO GRANDE EMPORIO
DO NORTE.

SAMPAIO, MOTTA & C.ª

acabão de receber um completo e variadissimo sortimento de vistosas fazendas modernas, taes como: chitas, cretones de Berlim, *percalines* com ramos, fustões a POMPADOUR, — crepe, *damassé*, lindas setinetas, *popelines* de linho e seda, lans de gostos escolhidos, tecidos othomanos, flanellas de fina qualidade, casimiras francezas modernas, diagonaes, flanellas americanas, brim de linho, alpaca preta e de côres, belbotinas lisas e lavradas, setim de côres, mol-mol, nanzouck, escossia de côres diversas, palitots brancos modernos para senhoras, ditos de casimiras para meninas, fitas de muitos gostos, rendas, tiras bordadas, franjas de fróco, *plissés* modernos, ornamentos para igreja, como: damasco de côres, rendas e galões dourados, enxovaes completos para noivado e baptisado, livros, molhados, machinas de costura, louça e muitos outros artigos concernentes ao seu ramo de negocio.

Muitas das mercadorias annunciadas serão vendidas com grande reducção de preços, porque brevemente chegará para seu estabelecimento um magnifico sortimento de fazendas modernissimas de lã, linho e seda, roupas feitas, ferragens, objectos de armarinho, brinquedos para criança, calçados, chapéos de sol e de cabeça, couros, objectos para viajante, ditos para escriptorio, ditos para casamento, ditos para fumantes, molhados, louça, relogios para sala, despertadores, molduras para quadros, vidros para caixilhos, cobre em tachas e em chapa, farinha do reino, manteiga e uma infinidade de artigos que não são conhecidos ainda nesta cidade, tudo isto caprichosamente escolhido pelo seu socio Motta que actualmente se acha na Côrte.

Tendo sido parte d'esse sortimento comprado a dinheiro á vista, e o mais, ao maximo praso de 90 dias, continuarão a vender barato, como sempre, esperando, portanto, a concurrencia de seus numerosos amigos e freguezes d'aqui e de fóra, que os acharão promptos a servil-os com todo o cuidado e attenção.

A's Exmas. Familias pedem visitar seu estabelecimento, onde encontrarão tudo á vontade.

Diamantina, 14 de Agosto de 1888.

Figura 98 – Grande Emporio do Norte; *Propaganda,* Diamantina, 06/10/1888, nº 9.

O complexo mercantil da província de Minas Gerais, uma síntese

Consideradas conjuntamente, as contribuições essenciais desse núcleo temático da pesquisa convergem para imagem plural do comércio provincial. A evolução histórica da economia mineira, da centralidade da extração aurífera, nas primeiras décadas do século XVIII, à diversificação produtiva, que no início do século XIX apresentava-se consolidada, pode ser apreendida segundo tendência a crescente diferenciação, perfeitamente refletida nas atividades mercantis. O desenvolvimento da agropecuária redefiniu a inicial excessiva especialização na mineração de ouro. A expansão da fronteira e o alargamento da ocupação de espaços rurais contrapuseram-se, progressivamente, à original pronunciada concentração populacional em espaços urbanos. A larga e irrestrita dependência do abastecimento a partir de mercados externos foi substituída, gradativamente, por provimento baseado na produção interna. A divisão entre territórios ocupados, ou as "minas", e territórios desocupados, ou os "sertões", transmudou-se, no transcurso de longo processo de diferenciação espacial, em múltiplos contrastes estruturantes de complexa regionalização. Na primeira metade do Oitocentos, o universo de atividades mercantis de Minas Gerais apresentava-se duplamente determinado pela justaposição dessas transformações econômicas e espaciais.

A força dessas condicionantes históricas manifesta-se na própria associação entre a tributação incidente sobre a produção de derivados da cana, particularmente a aguardente, e a que recaía sobre o comércio estabelecido em geral. A secular tradição fiscal na qual estavam inscritos os Mapas de 1836 refletia os referidos processos de diversificação econômica (se considerada a imposição de tributos, desde o início do século XVIII, sobre essa atividade de transformação agrícola interna), de alargamento dos territórios ocupados (se observada, ao longo do Setecentos, a expansão da fronteira a contrapor o rural agrícola dos engenhos de cana ao urbano minerador), de reversão da dependência do abastecimento externo (se reconhecida a vigência de atividade que afrontou, por mais de um centúria, o desejado monopólio da aguardente do reino) e de conformação de espacialidade complexa (se destacada, no transcurso do Dezoito, a lenta, mas definitiva, constituição de divisão regional do trabalho, assente na complementaridade e interdependência entre atividades da agropecuária, com destaque para cultivo e transformação da cana, e a extração aurífera). Dessa forma, mais do que se encontrarem em específica imposição fiscal da década de 1830, as atividades agroaçucareiras e o comércio, os dois núcleos temáticos da pesquisa, são indissociáveis de longa trajetória histórica.

No estudo de atributos sociodemográficos dos comerciantes com atuação na terceira década do século XIX constatou-se a continuidade, ampliada em novos traços, sobretudo àqueles decorrentes de determinações espaciais, de diversidade que caracterizou os agentes mercantis desde a centúria anterior. A pluralidade de perfis encontrou suas expressões mais marcantes nas diferenças entre negociantes estabelecidos e tropeiros na circulação, nas distinções entre homens e mulheres em atividades mercantis e nas divergentes características dos comerciantes segundo o nível de desenvolvimento econômico das regiões em que atuavam ou de centralidade urbana dos distritos a que pertenciam.

Assim sendo, em realidade de transportes intensivos no emprego de mão-de-obra, constatou-se a necessidade de grande número de comerciantes na circulação tendo em vista a permanência, ou melhor, aprofundamento da desconcentração espacial do mercado consumidor de Minas Gerais. A natureza do mercado interno e o ônus dos transportes também continuaram combinando-se com a incipiência dos procedimentos contábeis para restringir a participação de escravos no setor, seja por abrir poucas oportunidades de emprego no comércio em geral, seja pela inconveniência de mancípios em atividades que lhes permitiriam evasão de recursos manipulados no exercício profissional. Cativos somente seriam utilizados de forma significativa na circulação, dadas as necessidades impostas por atividades, muitas das vezes, exigentes da reunião de ponderável número de trabalhadores e que requeriam, invariavelmente, dispêndio de força física. Da composição segundo a condição social menos exclusivista das tropas perante as casas de negócio, resultou grande parte das características divergentes entre tropeiros e negociantes. Na circulação a participação relativa de homens, de crioulos e africanos, de jovens e de solteiros era bem mais expressiva do que na comercialização. O maior peso de mulheres nas atividades

mercantis estabelecidas reiterava a histórica vinculação feminina com o pequeno comércio. A elevada participação de brancos nas casas de negócio ainda decorria, ao menos parcialmente, da larga presença de portugueses no comércio fixo.

A superposição de atributos sociodemográficos aos contrastes definidos pela espacialidade revelaram características não discerníveis no Setecentos. A diferenciação espacial que começou a ganhar feições mais nítidas na segunda metade do século XVIII estava consolidada na primeira metade do século XIX e expressava-se em distintos níveis de desenvolvimento econômico regional. A malha urbana que se constituiu no Dezoito evoluiu para hierarquizada rede de cidades no Oitocentos a refletir diferenciadas densidades econômico-urbanas e amplitudes de área de influência. Verificou-se que essas configurações espaciais condicionavam o desenvolvimento das atividades mercantis de Minas Gerais e imprimiam variações nas características dos agentes mercantis e de suas formas de atuação. A estreita correlação entre o nível de desenvolvimento econômico regional e o dinamismo do comércio pode ser aquilatada no vigor da presença de escravos, na importância do tropeirismo e no grau de participação feminina em atividades mercantis. A associação direta entre comércio e escravismo era muita mais vigorosa nas regiões com maior dinamismo econômico, resultado de circulação mercantil que não apenas respondia pelas necessidades das atividades comerciais internas, mas também desempenhava decisiva intermediação mercantil a subordinar as regiões economicamente menos desenvolvidas, com a apropriação de parcela apreciável de suas renda e capacidade de acumular. O comércio de tropas das regiões com nível de desenvolvimento econômico alto assumia importância destacada dada a necessidade de responder também pela circulação de ponderável parte das exportações e importações das regiões com nível de desenvolvimento econômico médio e baixo. Da mesma forma, as atividades mercantis estabelecidas, notadamente o pequeno comércio urbano exercido por mulheres, estavam debaixo das determinações decorrentes do nível de desenvolvimento econômico. Nas regiões mais dinâmicas, os relativamente elevados padrões de urbanização refletidos na grande ocorrência de cidades com nível de centralidade alto criavam maiores oportunidades para a presença feminina no comércio.

Dos agentes para as empresas mercantis, observou-se que na década de 1830 a exígua participação direta de escravos nas casas de negócio combinava-se com o exercício preponderantemente individual de atividades comerciais estabelecidas. Desde o século XVIII, a desconcentração mercantil manifestava-se na pulverização do comércio fixo em uma miríade de pequenos e médios estabelecimentos e na participação minoritária das grandes casas de negócio. À posição central do comércio estabelecido nas unidades econômicas correspondia elevada participação subordinada ou subsidiária do comércio itinerante em fazendas diversificadas. Conquanto no Setecentos a intermediação realizada por atravessadores e especuladores tenha alcançado importância suficiente para suscitar a intervenção do Estado, preocupado com o desabastecimento e alta descontrolada dos preços nos espaços urbanos, verificou-se a tendência crescente de constituição de tropas de muares pelas grandes unidades produtivas rurais com intuito de independência ante intermediários. Embora a historiografia tenha conferido ênfase no estudo dessas unidades nos espaços meridionais da capitania, depois província, sobejam evidências de que a inserção do comércio itinerante em grandes unidades da agropecuária era fenômeno comum a toda Minas Gerais e, não poucas vezes, completava-se com o desdobramento do fazendeiro em comerciante estabelecido, dada a também habitual presença de casas de negócio de potentados rurais em centros urbanos regionais.

Não obstante as atividades mercantis mineiras fossem pouco empregadoras de cativos, o estudo da estrutura da posse de escravos revelou que o setor gerava renda suficiente para ponderável aquisição de cativos. A maior parte das unidades econômicas com presença de atividades comerciais era escravista. Entre as unidades em que o comércio era a atividade nuclear, a maioria possuía cativos. Insofismável índice de riqueza na primeira metade do século XIX, a elevada freqüência de comerciantes escravistas na década de 1830 reiterava o secular potencial de acumulação do setor mercantil de Minas Gerais. Ainda que mais incidentes as pequenas e médias posses de escravos, verificou-se a permanência de padrão delineado no século XVIII e que se caracterizava pela inclinação dos comerciantes à diversificação de seus investimentos, incluindo a aquisição de cativos a serem alocados em outras atividades. Tropeiros adqui-

riam regularmente escravos a serem empregados na circulação mercantil. Negociantes compravam habitualmente cativos destinados à agropecuária, ao artesanato e aos serviços domésticos.

O exame da estrutura ocupacional evidenciou que, como na centúria anterior, a associação do comércio com atividades da agropecuária atendia, ao mesmo tempo, a objetivos estritamente pecuniários e ao anseio de projeção social e desvinculação de imagem negativa ainda vigente com relação ao universo mercantil. A associação com atividades manuais e mecânicas resultava da generalizada importância do trabalho artesanal exercido por mulheres livres e escravas, inclusive com a geração de renda, em muitos casos, complementar a proveniente do comércio e, ao mesmo tempo, do vigor das artes e ofícios no urbano, espaço preferencial para a vigência de atividades mercantis. Embora em menor escala, não era incomum a associação do comércio com a mineração, provavelmente com a redundante faiscação que permitia a incorporação de pequenas rendas adicionais geradas por escravos.

A inequívoca função mercantil das cidades da província aparecia refletida na relativamente maior presença de assalariados, estudantes e, principalmente, empregados domésticos nos domicílios dos comerciantes perante os domicílios sem atividades mercantis. O incipiente mercado de trabalho livre de Minas Gerais, nas suas multifacetadas formas de assalariamento, era fenômeno mais urbano do que rural. O restrito acesso à formação escolar pública ou à iniciação particular nos rudimentos de disciplinas escolares também se apresentava com mais vigor nas cidades do que no campo. Nos espaços urbanos, vicejava vida material mais complexa e sofisticada do que nos espaços rurais, estímulo ao maior desenvolvimento de atividades domésticas e a prestação de serviços em geral. Historicamente associados ao urbano, os comerciantes usufruíam cultura material em geral distinta da pertinente a rusticidade que predominava na vida no campo.

Superpostas fontes demográficas e fiscais da década de 1830, foram reunidos novos dados a corroborar a longeva especificidade da participação feminina em atividades mercantis de Minas Gerais. Praticamente adstritas ao pequeno comércio das vendas, as mulheres raramente eram proprietárias de armazéns e lojas. Fortemente vinculadas ao comércio de aguardente, as negociantes apenas excepcionalmente comercializavam espíritos importados e fazenda seca. Universo praticamente restrito a negociantes do sexo masculino, as lojas e armazéns compunham a elite dos estabelecimentos comerciais. Enquanto os vendeiros normalmente não possuíam cativos, lojistas e armazeneiros quase sempre eram escravistas. A heterogênea extração socioeconômica dos negociantes do Dezenove era continuidade da igualmente diversa composição dos agentes mercantis do Dezoito. Os minoritários armazéns e lojas – empresas de homens, brancos, escravistas, com estoques em que estavam incluídas mercadorias de maior valor agregado, inclusive importados – quase sempre se localizavam em espaços urbanos e se constituíam na atividade central de seus proprietários. As majoritárias vendas – empresas de homens e mulheres, brancos, mestiços e negros (crioulos e africanos), não escravistas, com estoque em que predominava o comércio de aguardente e raramente incluía mercadorias de consumo conspícuo – distribuíam-se pelos espaços urbanos e rurais e habitualmente faziam parte de unidades econômicas em que o comércio estava consorciado ao artesanato.

Nenhuma outra porção do território da Colônia, depois Império, desenvolveu o tropeirismo na escala e complexidade de Minas Gerais. A extensa e intricada malha viária que progressivamente foi se formando exigia vasta rede de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços de estrada que, juntamente com os congêneres dos centros urbanos cortados pelas vias de comunicação, atendiam às necessidades da vultosa circulação de pessoas, mercadorias e informações. Freqüentadores regulares das estradas mineiras do Oitocentos, viajantes estrangeiros legaram insuperáveis descrições dessas atividades de apoio. Até o advento das ferrovias, que substituíram parcialmente os transportes tradicionais a partir da década de 1870, as tropas de muares respondiam quase que exclusivamente pela circulação em Minas. Vendas e ranchos de beira de estrada e pequenos empórios de arraiais e vilas forneciam o necessário aprovisionamento para animais de transporte e tropeiros, assim como alojavam sob amplos telheiros ou em modestas alcovas os viajantes em geral. Como no Setecentos, os estabelecimentos comerciais, que, além de secos e molhados, também serviam pequenas refeições e bebidas espirituosas, mormente a aguardente, constituíam-se em espaços de sociabilidades.

Depoimentos de viajantes estrangeiros e anúncios em periódicos convergem para o padrão empório das casas comerciais da província de Minas Gerais. Permanência da centúria anterior, a diversificação de mercadorias resultava da aludida desconcentração espacial do mercado consumidor e do ônus dos transportes. A tendência era do estabelecimento em cada centro urbano, independente do tamanho, de ao menos uma casa de negócio com amplo e eclético aprovisionamento do essencial e, freqüentemente, artigos do universo do supérfluo. Conquanto atendesse os transeuntes, esse comércio espacialmente pulverizado sustentava-se com o consumo das modestas populações urbanas e, sobretudo, das populações rurais vicinais. Se as principais cidades mineiras, mormente na segunda metade do século XIX, conheceram inovadores hábitos de consumo, decorrentes do crescimento do volume de mercadorias importadas e da introdução de amplo leque de novos artigos, na maior parte dos centros urbanos prevaleceu padrão de consumo caracterizado pela simplicidade ou parcimônia. Expressão de transformações em curso, a diferenciação do comércio urbano, com o surgimento de estabelecimentos especializados, pressupunha crescimento demográfico e o arraigamento de novas necessidades de consumo. Se, por um lado, o pequeno empório permaneceu cingido às necessidades básicas e modestas aspirações da grande maioria dos mineiros, por outro, o grande empório inclinou-se, gradualmente, às necessidades conspícuas e de distinção de setores da população detentores de elevado poder aquisitivo e afinidade cultural com padrões alienígenas de consumo.

Consoante a historiografia temática do período provincial, relatos de viagem e anúncios de jornais sobrelevaram a estreita conexão mercantil de Minas com a cidade do Rio de Janeiro. Ao crescimento da importância demográfica e econômica da capital da Colônia, depois do Império, sobretudo a partir da transferência da Corte em 1808, correspondeu a dinamização das relações comerciais Minas-Rio. Não somente foram avultando as exportações mineiras de gêneros básicos de abastecimento, mas também expandiram as importações de mercadorias européias e artigos da indústria de transformação carioca. Nos extratos da literatura de viagem, recolheram-se exuberantes evidências do caráter complementar dessas relações, a presença de elite mercantil que concentrava e intermediava parcela substantiva das exportações mineiras e igualmente respondia por porção significativa das importações e posterior distribuição pelo interior. Nas propagandas dos periódicos, reuniram-se dados inequívocos da estreita dependência de Minas com relação ao mercado da cidade do Rio de Janeiro no que se refere à amplíssima gama de mercadorias importadas da Europa ou manufaturadas nas oficinas e fábricas cariocas. Nos anúncios eram recorrentes as referências à origem fluminense das mercadorias, a presença de representantes e agentes comerciais na Corte e a regular chegada de novos artigos diretamente da cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, o grosso do comércio provincial girava em torno de gêneros básicos de abastecimento produzidos internamente. Os estoques dos majoritários pequenos estabelecimentos e parte do aprovisionamento das grandes casas de negócio dependiam da produção da agropecuária, da indústria de transformação rural e das atividades artesanais disseminadas por todo o território mineiro. Nos relatos de viagem, sobejam descrições desses gêneros da terra de consumo diário, presentes em toda sorte de estabelecimento comercial. Nos anúncios de casas de negócio (predominantemente empresas de grande porte), ao lado dos gêneros de fora, figuravam mercadorias mineiras de origem local ou regional.

A vigorosa circulação de mercadorias da produção interna de Minas e de origem européia, que sustentou uma miríade de fluxos mercantis intra-regionais, inter-regionais e interprovinciais, não alterou substantivamente a incipiente integração dos mercados regionais mineiros, nem tão pouco colaborou decisivamente para a reversão da ausência de um mercado nacional unificado no século XIX. Os preços recolhidos nos relatos de viagem sinalizaram para divisão regional do trabalho, assente na dependência de algumas regiões de provimento de gêneros de abastecimento provenientes de regiões vizinhas ou distantes. A precariedade das comunicações em geral, os custos dos transportes e a presença de intermediários respondiam pela diferenciação dos preços. Essas evidências revelaram a permanência de flutuações de preços observadas para o século XVIII e que foram consideradas como resultantes, no caso da produção interna, de alterações na oferta decorrentes da sazonalidade safra/entressafra e de mudanças climáticas intersafras. Da mesma forma se coadunaram com oscilações de preços observadas em

município sul-mineiro, no século XIX, e que foram atribuídas à ação de especuladores e flutuações da praça da cidade do Rio de Janeiro, mercado concorrente no consumo de parte da produção interna de Minas Gerais.

Viajantes estrangeiros e negociantes com anúncios em jornais forneceram amplos subsídios para a compreensão das formas do comércio mineiro do Oitocentos. Aludidas características da economia provincial, mormente a desconcentração espacial do mercado consumidor, limitado desenvolvimento dos transportes, escassez de meio circulante e a ubiqüidade da produção de gêneros de primeira necessidade, determinaram multifacetadas configurações das atividades mercantis de Minas Gerais. A impossibilidade de exclusiva atuação no comércio grossista impunha a obrigatoriedade do giro retalhista mesmo para grandes negociantes. As limitações do comércio fixo em atender a necessidades que transcendessem o universo das exigências imediatas e culturalmente estabelecidas abriam amplo espaço para o comércio itinerante realizado por mascates, muita das vezes portadores de novidades e disseminadores de novos hábitos de consumo. Nas disputas travadas em mercados de grandes centros urbanos, arregimentavam-se múltiplos recursos para sensibilizar potenciais fregueses e vencer a concorrência. Preços regular ou oportunamente reduzidos, diversidade e qualidade das mercadorias, confiabilidade do estabelecimento assente na tradição e integridade profissional do proprietário, solicitude no atendimento e localização em privilegiados espaços do urbano foram alguns dos recursos mobilizados e que indiciam as vastas possibilidades de diferenciação das casas de negócio. No século XIX, as relações entre comerciantes e consumidores mineiros estavam fortemente impregnadas por marcos de pessoalidade e vínculos de fidelidade, traços que lhes emprestavam ilimitada flexibilidade de adaptação consoante conjunturas, oportunidades e necessidades originárias das idiossincrasias daqueles que se defrontavam dos dois lados dos balcões das casas de negócio.

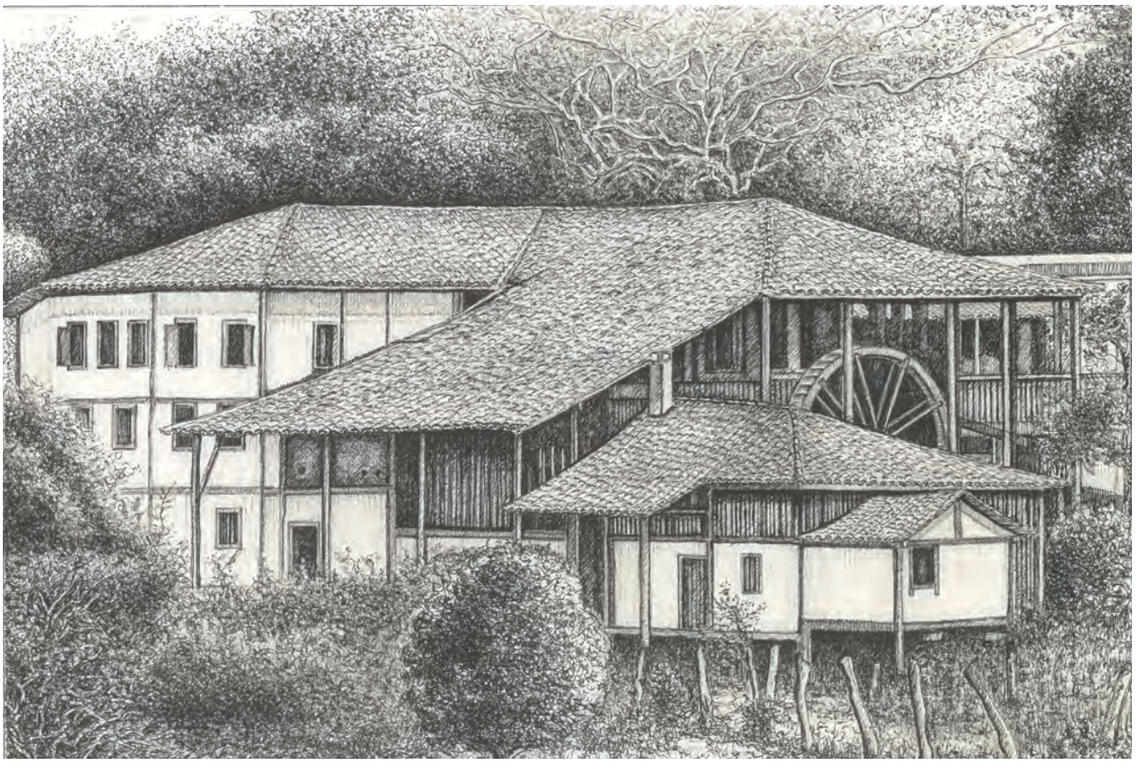
Longeva característica da economia de Minas Gerais, o generalizado recurso a operações creditícias era essencial às atividades mercantis da província. Combinada com disseminadas práticas de escambo, a larga vigência do crédito indiciava a escassez de meio circulante. Como no Setecentos, pequenos e grandes devedores originavam-se de múltiplas modalidades de crédito na forma de mercadorias, serviços e dinheiro. A adoção de elevadas taxas de juros e a imperfeita avaliação da capacidade de endividamento engendravam redes de dependência socioeconômica entre grandes comerciantes credores e amplo universo de devedores. Nos anúncios de jornal, a recorrente restrição à aceitação de formas de pagamento não monetárias e a reiterada proposição de condições especiais de venda associadas ao pagamento em dinheiro evidenciam que a falta de numerário e a prática de escambo alcançavam grandes proporções. Se a elite dos negociantes encontrava dificuldade para a venda a dinheiro, é muito provável que o comércio estabelecido de Minas estivesse imerso em outras formas de pagamento.



Engenho de Pau em processo de moagem. Fazenda das Poções. Município de Salinas, Minas Gerais. Fotografia de Marcelo Godoy (1993). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

4

As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais



Sede e engenho da Fazenda Ribeirão. Município de Dom Joaquim, Minas Gerais. Fotografia de Marcelo Godoy (1993). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

4 – As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais

MODA DO ENGENHO

1
Vinha vinu di viagi
Passei numa rancharia,
Ajustei cum fazendêru
Pra trabaiá noiti i dia.
Só si vissi u tantu
Di cana qui êli muía.
Trinta carru pur semana
Cincu carrada pur dia.

2
Êssi homi era duenti
Não pudia trabaiá,
Êli tinha duas fia
Qui não deixava eu pará.
Uma cuava café
Ôtra ia me chamá:
– Môçu levanta ligêru
Qui o café póde isfriá.

3
Eu levantava da cama,
Eu oiei num vi ninguém,
Eu peguei oitu boi
I disci lá pru ingém.
Inchi a tacha piquena.
Inchi a grande tamém,
Ganhava oitenta mil réis
Passaru meu ganhu a cem.

4
Eu bibia u café
I não pudia pitá,
A moça tocava us boi
Ingém pegava chiá.
Eu pua um fêxi di cana,
Ela pua ôtru di lá,
Quanu u bagaçu topava
U ingém pegava istralá.

5
U véi gritava lá dentu
Pra muê mais divagá,
Si fô inu dêsse jeitu,
Meu ingém podi quebrá.
A balança du ingém
É feita di jacarandá,
A ponti di aruêra
Muenda di jatobá.

6
A moça tocava us boi
Anti da vorta fechá,
Garapa déce nu côchu
Qui a gente pódi nadá.
Bagaçu suja, eu acarregu,
Ingém é pra mim lavá
U véi mais essas moça
Mi mata di trabaiá,
U casamento que é bão
U véi não qué mi falá.

7
Passei a mão nu facão
Disci pru canaviá,
Cortava duas carrada
In anti du sol entrá.
Cum pôcu u carru chegava,
Eu judava carregá,
Cana sôrta na istêra
Picada sem amarrá.

8
U côchu di formentu
Tá lá pra mim lambicá,
A cachaça que eu lambicu
Não precisa graduá,
Lévu um pôcu lá dentu,
Dá pru véi ispremintá,
Juganu a pinga pra cima
Di forti ixala nu á.

9
Vô mimbora dessa terra
Aqui num posso morá,
Vô começanu a durmi
U véi manda chamá.
Eu tô mortu di cansadu
Êlis num deixa eu discançá.
Eu falo em i simbora
As moça não qué deixá.

10
Vô dá u nomi du homi
Da fazenda i du lugá,
Êli chama Juca Quitu
Sobrenomi di Amará.
Êli móra nu ri das véia,
Vertenti du Corumbá
Pertu di dona Olaa
Fazenda du Maratá.

11
Chamei as conta u véi,
Às quatu hora da tardi
As moça vêi di lá di dentu
Pidinu pur caridadi:
– Omentu mais u seu ganhu
Qu'issu é qui é sua vontadi:
Pru meu pai ocê fais farta,
Pra nóis ocê fais sôdadi.

Atribuída ao cantador popular goiano Randolfo Antônio de Sousa. Recolhida, em 1941, pelo folclorista José A. Teixeira e publicada em Folclore Goiano. Reproduzida por Joaquim Ribeiro em Folclore do açúcar (1977: 164-166).

As civilizações da cana-de-açúcar do interior forjaram-se a partir do processo de interiorização da colonização, iniciado no final do Seiscentos, e desenvolveram-se, no transcurso dos séculos seguintes, intimamente associadas com a formação do mercado interno brasileiro. Canaviais e engenhos disseminaram-se em perfeita sintonia com a expansão da fronteira de ocupação e com o crescimento populacional. Cingidas exclusivamente a determinações internas, as atividades agroaçucareiras do interior moldaram-se aos ritmos regionais de desenvolvimento econômico e revelaram plasticidade técnica e sociocultural ao se adaptarem às necessidades e possibilidades de universo rural com pronunciados contrastes na distribuição de renda e riqueza. Se no litoral a condição de senhor de engenho significava invariavelmente poder econômico e distinção social, no interior a condição de engenheiro de cana representava, para uns, a dilatação da dignidade alcançada com o autoprovimento das necessidades essenciais, para outros, a expansão da renda com a incorporação de novos gêneros destinados a mercados locais e regionais. Nos espaços canavieiros do litoral, que estiveram debaixo de estreita dependência do grande capital mercantil, a modernização econômica e tecnológica transformou completamente a paisagem e os grandes engenhos foram

substituídos pelas usinas. Nos espaços canavieiros do interior, imunes a determinações externas, a lentidão e o alcance limitado da modernização permitiram a persistência dos pequenos engenhos.

O engenho de Juca Quitu, nas vertentes do Rio das Velhas junto ao Rio Corumbá, Planalto Goiano, é caso emblemático de um tipo de configuração que as atividades agroaçucareiras tradicionais adquiriram no interior do Brasil. Produção camponesa a absorver na faina do engenho toda a família, reservando, inclusive, as tarefas de mestrear àquele que a idade impedia a labuta e a experiência recomendava a posição de supervisão, e a incorporar trabalhador que se ajustava para o trabalho sazonal da fabricação de açúcares e destilados. O engenho de pau, fabricado com madeiras nobres, ocupava dois moedores e um tocador, homem e mulheres ombreados na acerba tarefa de extrair a garapa em equipamento que representou inovação técnica no início do século XVII, marco inaugural das máquinas especificamente concebidas com o intuito de extração do caldo da cana. O trabalhador, posto que não-especializado, desempenhava todas as tarefas, dominava integralmente o processo produtivo, conquanto ao proprietário fosse reservada função inteiramente dependente de habilidade adquirida através da transmissão oral de conhecimentos e do empirismo inerente a repetidos anos de trabalho prático.

A "Moda do Engenho" goiana da primeira metade do século passado, provavelmente criação da década de 1930, revela, especificidades regionais à parte, dados técnicos perfeitamente consistentes com depoimentos e registros iconográficos recolhidos em Minas Gerais no final do século XX. O carro de boi a transportar carradas de cana, as quatro parelhas de boi a movimentar o engenho, o jogo de tachas a definir especialização técnica de equipamentos, os feixes de cana passados e repassados no ruidoso engenho de cana que informa ao proprietário o ritmo adequado de moagem a não danificar a máquina moedora, o cocho repleto de caldo da cana a indiciar o bagaço acumulado que espera transporte, a limpeza do engenho obrigação do final da jornada, o facão a decepar as canas que picadas e soltas são aparadas pela esteira do carro de boi, a garapa fermentada no cocho aguardando a alambicada e a graduação alcoólica que o olfato treinado mede no ar são códigos de um universo com dimensões econômica, técnica, social e cultural reiteradas por tradições seculares.

Continuidade dos desenvolvimentos das duas primeiras seções, objetiva-se com esta quarta seção: 1. consolidar características estruturais do setor canavieiro da província; 2. demonstrar a longevidade de padrões técnicos associados a traços econômicos, sociais e culturais respeitantes ao setor canavieiro de Minas Gerais; 3. construir amplo painel das persistentes atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras; 4. projetar o espaço canavieiro de Minas à proeminente posição de destaque no último século de hegemonia das formas tradicionais de elaboração de derivados da cana-de-açúcar, tornando evidente a necessidade de revisão na História Econômica do Brasil.

Na subseção 4.1, os Mapas de 1836 e o Censo de 1831-32 são articulados para reafirmar a diferenciação na distribuição regional das atividades agroaçucareiras, inclusive com a segmentação das regiões segundo a capacidade de autoprovimento de derivados da cana. Engenheiros de 1836, reconstituídos em 1831-32, põem em evidência atributos sociodemográficos dos proprietários de unidades produtivas com engenho de cana e sustentam robusta demonstração da forte associação entre atividades agroaçucareiras e escravidão. Por fim, os Mapas de 1836 permitem que a força motriz dos engenhos seja analisada segundo determinações geográficas regionais.

Com a incorporação, na subseção 4.2, de rico acervo de depoimentos orais e registros iconográficos, recolhidos no começo da década de 1990, alargam-se as possibilidades de entendimento do caráter de longa duração das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais. Mais do que demonstrar longevidade, as memórias oral e visual, pertencentes ao universo das fontes não-escritas, fornecem sensível quadro da atual pequena produção de derivados da cana.

Ponto culminante da trajetória de pesquisa, na subseção 4.3, debruça-se mais uma vez sobre os Mapas de 1836, conjugados com o Censo de 1831-32, e elaboram-se estimativas que alçam o espaço canavieiro de Minas Gerais à posição de destaque considerando alguns indicadores fundamentais: número de engenhos, escravos empregados e tamanho da produção. Para além de verificar posição proeminente, constata-se que a produção mineira de rapadura, açúcar e aguardente, orientada para o atendimento de mercados internos, superou, por uma centúria, a produção de derivados da cana dos grandes espaços canavieiros voltados para mercados externos.

4.1 Atributos econômicos e sociodemográficos de engenhos e engenheiros[173]

Capitão Manuel de Medeiros Costa; branco; 64 anos; casado; *lavrador, criador e fábrica de engenho de cana;* proprietário de 12 escravos; chefe do primeiro fogo do quarto quarteirão da lista nominativa do *Distrito e Curato de Nossa Senhora da Abadia, Termo da Vila de Pitangui,* elaborada em 10 de janeiro de 1832. (Censo de 1831-32. Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 3, documento 3).

Secretário Mor Antônio Pedro de Azeredo Dantas; branco; 50 anos; solteiro; *agricultor com engenho de cana de moer com águas, fábricas de aguardentes e açúcar e engenho de serrar madeiras;* proprietário de 84 escravos; chefe do fogo 102 da lista nominativa do *Distrito da Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição da Noruega, da Freguesia da Itaverava e Termo da Real Vila de Queluz,* elaborada em 26 de setembro de 1831. (Censo de 1831-32. Arquivo Público Mineiro, SPPP1/10, caixa 33, documento 1).

Dona Coleta Ferreira Pinto; branca; 60 anos; viúva; *engenho, cultura, mineração e criação;* proprietária de 114 escravos; chefe do fogo 326 da lista nominativa do *Distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo, filial da Freguesia de Santa Bárbara, Termo de Caeté, Comarca de Sabará,* elaborada em 8 de novembro de 1831. (Censo de 1831-32. Arquivo Público Mineiro, MP, caixa 12, documento 3).

Assim como no estudo da mesma natureza para o comércio provincial, objetiva-se com essa subseção o exame de uma série de atributos passíveis de mensuração estatística. Conquanto partícipes de uma história cingida por sentido maior – que no transcurso dessa seção se buscará ressaltar –, os engenheiros mineiros apostos como epígrafe não permitem olvidar, assim como na subseção 3.1, a dimensão pessoal, portanto singular, própria a cada um daqueles que conformam o objeto primacial da pesquisa.

Como salientado nas primeiras duas seções, mormente nas subseções 1.1 e 2.2, para a construção da identidade das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais, é imprescindível considerar em destaque o século XIX. A importância do Oitocentos explica-se pela projeção alcançada pelo setor canavieiro da província e, por decorrência, das fontes históricas remanescentes. Como demonstrado, nesse universo de fontes, os Mapas de 1836 constituem repositório inexcedível de dados. Os desenvolvimentos dessa subseção dividem-se entre o estudo das variáveis dos Mapas de 1836 que possuem significado estatístico e, principalmente, o exame de algumas características de engenhos e engenheiros resultantes do cruzamento da documentação fiscal de 1836 com o Censo de 1831-32[174].

Distribuição regional dos engenhos de cana

Sem desconsiderar os diferentes níveis regionais de representatividade dos mapas remanescentes (ver subseção 2.2), o exame da distribuição espacial dos 1.935 engenhos listados nos Mapas de 1836[175] revela que, em seis regiões contíguas do centro e sul (Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Minerado-

173 Os dados apresentados nesta subseção foram divulgados, em versão preliminar, no texto *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana: aguardente, escravidão, mercado interno e diversificação produtiva da fazenda mineira oitocentista* (Godoy, 2001b).

174 A localização de expressiva parcela dos engenheiros dos Mapas de 1836 no Censo de 1831-32 ampliou sobremaneira as possibilidades de conhecimento das características das unidades produtivas com cultivo e transformação da cana-de-açúcar. Foram localizados os fogos ou domicílios de 800 engenheiros, ou 41% dos proprietários de engenho arrolados nos Mapas de 1836.

175 Apesar de os Mapas de 1836 pretenderem o inventário dos engenhos aguardenteiros da província, tendo em vista sua finalidade fiscal, ainda assim possibilitam o estudo da distribuição espacial do cultivo e transformação da cana-de-açúcar em geral. Como referido nas primeiras seções, em Minas Gerais nem todos os engenhos especializaram-se na fabricação de um único derivado. Na própria documentação de 1836, encontram-se inúmeras e variadas evidências de que a elaboração consorciada da aguardente com a rapadura e/ou açúcar era muito freqüente nas unidades econômicas com transformação da cana-de-açúcar. Dessa forma, pode-se considerar que os dados da tabela 52 refletem a distribuição espacial do conjunto dos engenhos mineiros. Outro pressuposto, amplamente confirmado pelas fontes compulsadas em geral e também discutido anteriormente, é de que, em todas as regiões, as minoritárias unidades com algum grau de especialização conviviam com as preponderantes unidades em que o cultivo e a transformação da cana dividia espaço com inúmeras outras atividades. Dessa

ra Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste e Sul Central), estavam concentrados 73% das unidades econômicas com transformação da cana-de-açúcar de Minas Gerais.

O cruzamento do número de engenhos com as respectivas populações das regiões possibilita melhor qualificação da distribuição espacial. A relação do número de habitantes por engenho sugere agrupamento das regiões em três níveis. No nível intermediário, estavam as regiões em que o número de engenhos por mil habitantes era igual ou próximo de 3,5 (3,1 a 3,7), portanto, em torno da quantidade média provincial (Minas Novas, Paracatu, Sertão do Rio Doce, Mineradora Central Oeste e Mata). Destacava-se, nesse grupo, a região Mineradora Central Oeste, detentora de quase um quarto de todos os engenhos de cana de Minas Gerais. No nível inferior, encontravam-se as regiões com número de engenhos por mil habitantes inferior a 3,0 (0,8 a 2,9), portanto, bem abaixo da quantidade média provincial (Sertão do Alto São Francisco, Araxá, Diamantina, Sudeste, Sul Central e Sudoeste). Diamantina apresentava a menor proporção entre todas as regiões desse grupo, com menos de um engenho por mil habitantes. No nível superior, situavam-se as regiões com número de engenhos por mil habitantes igual ou superior a 4,0 (4,0 a 9,0), portanto, bem acima da quantidade média provincial (Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, Sertão, Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, Triângulo, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Mineradora Central Leste). Na região Mineradora Central Leste encontrava-se a maior proporção desse grupo: quase 160% superior à média provincial.

Do relacionamento do número relativo de engenhos com o respectivo percentual de população[176], constata-se que, em sete regiões, que perfaziam 55% da população provincial e 57% dos engenhos, as diferenças não alcançavam 20%: Minas Novas, Paracatu, Triângulo, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste, Mata e Sudoeste. Eram regiões em que o número relativo de engenhos estava bem próximo do percentual correspondente de população. Apesar da presença de fatores naturais adversos (geadas), no Sudoeste o número relativo de engenhos era apenas 17% inferior ao de população. Por outro lado, no Triângulo e na Intermediária de Pitangui-Tamanduá deparamo-nos com fraca especialização regional na produção de derivados da cana, casos com número relativo de engenhos somente 16% superior ao de população. Portanto, nesse grupo estavam regiões provavelmente auto-suficientes em derivados da cana, ou com pequenas necessidades de importação, ou ainda com capacidade para exportar algum excedente[177].

Em cinco regiões, que perfaziam 33% da população provincial e 18% dos engenhos, a diferença era pronunciadamente negativa: Sertão do Alto São Francisco, Araxá, Diamantina, Sudeste e Sul Central. Portanto, casos em que o número relativo de engenhos estava bem abaixo do percentual correspondente de população. Múltiplos fatores explicam essas diferenças. No Sudeste (-55%) e no Sul Central (-28%), decorriam de fatores naturais adversos (geadas). Em Diamantina, às dificuldades impostas por solos em geral impróprios para a agricultura somava-se histórica especialização na mineração diamantífera, resultando na mais negativa relação engenho–população (-76%). No Sertão do Alto São Francisco, a incipiência da ocupação e a prevalência de grandes vazios demográficos, características de zona de fronteira, concorriam para o pouco desenvolvimento da atividade (-35%). Na Região de Araxá, também em processo de colonização, a especialização na criação de bovinos determinava estrutura produtiva em que a agricultura ocupava papel secundário (-45%). Logo, nesse grupo estavam regiões muito provavelmente dependentes de suprimentos externos de derivados da cana.

---

forma, parece improvável cenário em que a produção média regional dos engenhos de cana fosse por demais diferenciada. Considera-se, portanto, o número de engenhos dos Mapas de 1836 como uma boa medida da magnitude regional da atividade.

176 Esse relacionamento considera o pressuposto – amplamente discutido anteriormente e que será robustecido na subseção 4.3 – da auto-suficiência de Minas Gerais no provimento de suas necessidades internas de derivados da cana. Assim, regiões com deficiência na produção de aguardente, açúcar e rapadura eram abastecidas por regiões que produziam para além de suas necessidades. A também examinada circulação interna de derivados da cana (fluxos intra e inter-regionais) assegurava a independência da província frente a outros espaços canavieiros.

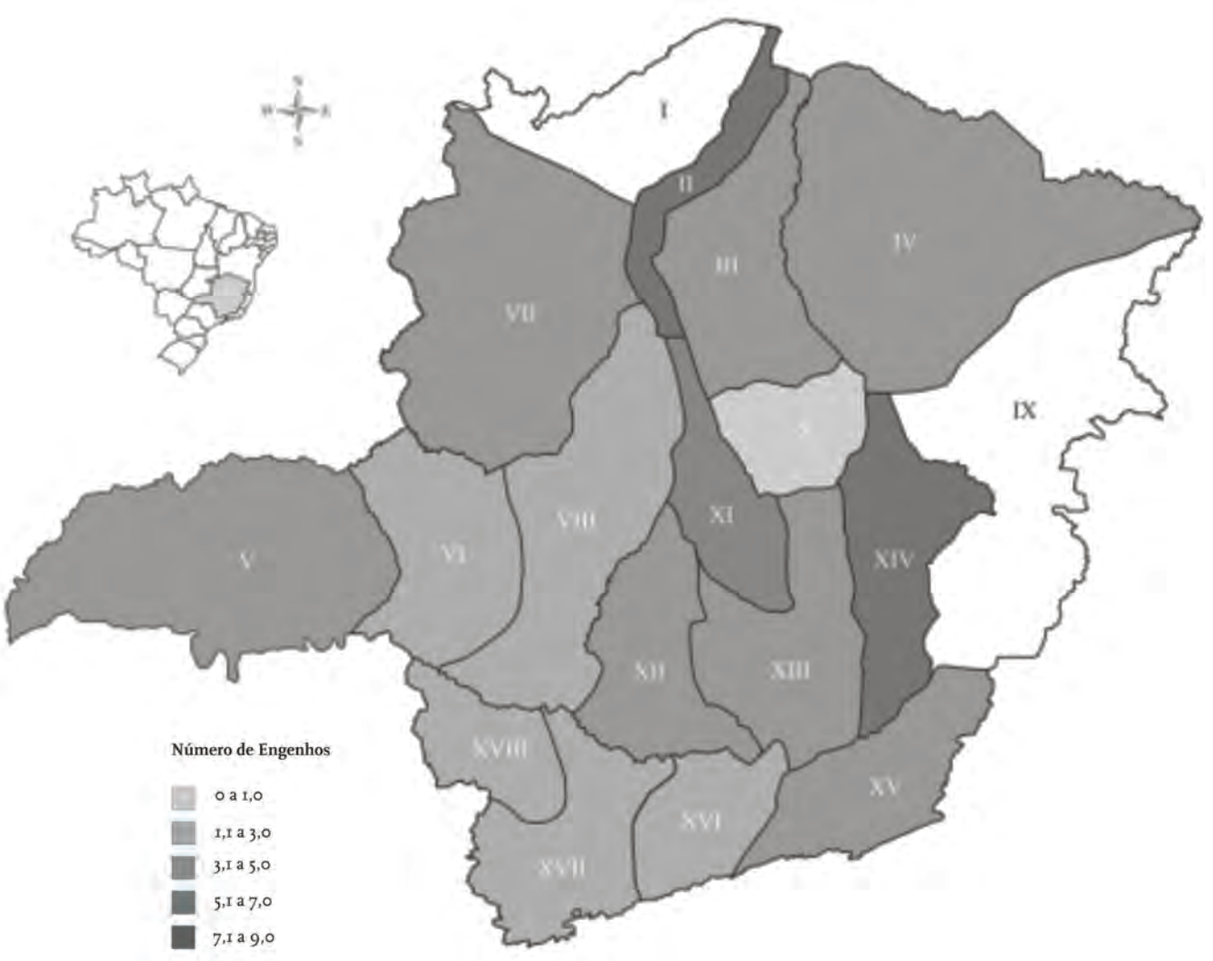
177 Esta ilação, assim como as sugeridas para os outros dois grupos definidos pelo relacionamento entre o número relativo de engenhos e o percentual de população, pressupõe a mesma capacidade produtiva média de derivados para as unidades agrícolas com cultivo e transformação da cana de todas as regiões. Em outros termos, considera-se a mesma quantidade média de rapadura, açúcar e aguardente produzida em engenhos de cana de todos os espaços regionais. Este pressuposto coaduna-se com as características históricas do setor canavieiro tradicional de Minas Gerais, discutidas nas seções anteriores, e que, acredita-se, resultarão robustecidas nessa seção.

Em quatro regiões, que perfaziam 12% da população provincial e 25% dos engenhos, era destacadamente positiva a diferença do percentual de engenhos em relação ao percentual correspondente de população: Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, Sertão, Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas e Mineradora Central Leste. Portanto, casos em que o número relativo de engenhos estava bem acima do percentual correspondente de população. Assim sendo, eram regiões que detinham algum nível de especialização na produção de derivados da cana. Fraca no Sertão (+25%), média no Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas (+58%) e forte especialização no Vale do Alto-Médio Rio São Francisco (+120%) e, principalmente, na Mineradora Central Leste, em que a relação engenho–população era a mais positiva (+159%). Conseqüentemente, nesse grupo estavam regiões que muito provavelmente exportavam regularmente, para outras regiões de Minas e/ou províncias, excedentes programados de derivados da cana.

Tabela 52 – Engenhos nos Mapas de 1836, número médio de engenhos por mil habitantes, relação entre o percentual de engenhos e o percentual da população regional, Minas Gerais

Regiões	Engenhos dos Mapas de 1836		População dos distritos com mapas remanescentes		Número de engenhos por mil habitantes	100 – [(% de engenhos/% da população) x 100]	Observações
	Nº	%	Nº	%			
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	22	1,1	2.728	0,5	8,1	+120	forte semi-especialização regional na produção de derivados da cana-de-açúcar
Sertão	19	1,0	4.541	0,8	4,2	+25	fraca semi-especialização regional na produção de derivados da cana-de-açúcar
Minas Novas	127	6,6	41.330	7,4	3,1	-11	
Paracatu	15	0,8	4.917	0,9	3,1	-11	
Sertão do Alto São Francisco	33	1,7	14.569	2,6	2,3	-35	região de fronteira
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	152	7,9	27.840	5,0	5,5	+58	média semi-especialização regional na produção de derivados da cana-de-açúcar
Sertão do Rio Doce	1	0,1	267	0,0	3,7	——	
Triângulo	43	2,2	10.287	1,9	4,2	+16	fraca semi-especialização regional na produção de derivados da cana-de-açúcar
Araxá	22	1,1	11.113	2,0	2,0	-45	região de fronteira, semi-especialização regional na criação de bovinos
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	270	14,0	67.357	12,1	4,0	+16	fraca semi-especialização regional na produção de derivados da cana-de-açúcar
Diamantina	19	1,0	22.510	4,1	0,8	-76	semi-especialização regional na mineração diamantífera, fatores naturais adversos
Mineradora Central Leste	280	14,5	31.192	5,6	9,0	+159	forte semi-especialização regional na produção de derivados da cana-de-açúcar
Mineradora Central Oeste	469	24,2	125.476	22,6	3,7	+7	
Mata	116	6,0	32.896	5,9	3,5	+2	
Sudeste	97	5,0	62.085	11,2	1,6	-55	fatores naturais adversos
Sul Central	183	9,5	73.147	13,2	2,5	-28	fatores naturais adversos
Sudoeste	67	3,5	23.395	4,2	2,9	-17	fatores naturais adversos
Minas Gerais	1.935	100,0	555.650	100,0	3,5	——	

Fonte: Arquivo Público Mineiro: Mapas de 1836 e Censo de 1831-32.



Mapa 15 – Número médio regional de engenhos por 1.000 habitantes, Minas Gerais, 1836

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

Atributos sociodemográficos dos engenheiros de cana

O referido cruzamento dos Mapas de 1836 com o Censo de 1831-32 possibilitou a reconstituição de significativo universo de proprietários de engenho. Os nomes dos engenheiros de 1836 permitiram a localização de seus respectivos fogos nas listas nominativas de 1831-32. Na seqüência, são analisados alguns atributos dos proprietários de engenho de cana.

Os engenheiros mineiros da década de 1830 eram preponderantemente do sexo masculino (86,1%). Essa larga dominância dos homens entre os proprietários de engenho de cana ganha mais evidência se considerado que, em Minas Gerais, no começo da década de 1830[178], as mulheres respondiam por 51% da população livre, 47% da população total e chefiavam 27% dos domicílios. Dada a natureza da documentação de 1836, que imputava responsabilidade fiscal aos proprietários de engenhos aguardenteiros segundo a força motriz dos equipamentos de moagem e nada previa no tocante à condição social dos trabalhadores, ao tamanho da fábrica e a destinação da produção, torna-se impossível aquilatar estatisticamente as características sociodemográficas da mão-de-obra empregada nas atividades de cultivo e transformação da cana. As esparsas evidências disponíveis, analisadas na subseção 2.2, apenas reafirmaram a histórica grande diferenciação interna ao setor, que abrigava pequenos e grandes produtores. Ainda assim, propõe-se a hipótese de heterogênea composição segundo o sexo dos trabalhadores nos engenhos de Minas Gerais. Considera-se, sobretudo no caso das unidades camponesas, vigorosa participação feminina nas atividades produtivas das unidades econômicas com produção de derivados da cana. O estudo das unidades tradicionais em funcionamento no final do século XX (ver a subseção 4.2) afirma a indispensável presença das mulheres em quase todas as etapas do cultivo e transformação da cana de expressiva parcela dos engenhos.

Os proprietários de engenho eram predominantemente brancos (88,4%). Tendo em vista que os brancos perfaziam apenas 27% da população provincial, não ultrapassavam 40% da população livre e, principalmente, chefiavam somente 40% dos domicílios de Minas Gerais, atesta-se que a condição de engenheiro de cana era pouco acessível a indivíduos mestiços e negros (crioulos e africanos). Entretanto, não deve ser olvidada a existência de milhares de engenhocas manuais não arroladas na documentação de 1836, que tendiam a pertencer a indivíduos de baixos estratos sociais e destinavam-se exclusivamente à moagem de cana para consumo do caldo *in natura* ou para ínfima produção de derivados, também de autoconsumo (ver as subseções 2.2 e 4.2).

Os engenheiros eram adultos ou idosos, sendo que 85,5% tinham 35 anos ou mais. Em Minas Gerais, a soma dos indivíduos nas faixas etárias "idade produtiva II" e "idosos" perfazia apenas 25% da população e alcançava 70% dos chefes de domicílio. Conclui-se que a montagem ou aquisição de engenho de cana realizava-se, sobretudo, na maturidade ou velhice. Verifica-se assim, que a inserção no setor canavieiro da província, especificamente em seu segmento mais importante e sujeito ao pagamento de tributos, estava fortemente associada ao ciclo de vida dos engenheiros. Impunha-se a necessária acumulação prévia de recursos para fazer frente aos custos da construção das instalações, montagem ou compra dos equipamentos e ferramentas e aquisição de escravos e/ou pagamento de salários a trabalhadores livres.

O estado conjugal confirma a assertiva anterior: a montagem ou aquisição de engenho de cana estava associada, na grande maioria dos casos, à maturidade de seus proprietários. Enquanto em Minas Gerais casados e viúvos somavam 39% da população e perfaziam 77% dos chefes de domicílio, entre os engenheiros eram quase 90%. Portanto, verifica-se, para parcela da população mineira, relativa coincidência entre o momento em que se atingia situação econômica a permitir assumir as responsabilidades da contração de matrimônio, constituição e provimento de família, com o que franqueava a montagem ou aquisição de engenho de cana.

178 Todos os valores relativos e os números absolutos para a população total de Minas Gerais, apresentados ao longo desta subseção, são referentes ao Censo de 1831-32 e encontram-se em Godoy (2000b).

As mulheres propendiam a tornar-se proprietárias de engenho de cana em situação específica. A grande maioria ascendia à chefia de suas unidades quando da morte dos cônjuges (55,6%). Em aproximadamente um terço dos engenhos chefiados por mulheres (37%), os maridos estavam ausentes e suas cônjuges foram listadas encabeçando os fogos. Pequena parcela das mulheres era de solteiras (7,4%), portanto, casos que independiam de laço matrimonial, ainda que não se possa descartar a grande possibilidade de terem herdado engenho de seus pais antes de se casarem. Em síntese, as mulheres raramente tornavam-se proprietárias de engenho antes da morte de seus cônjuges. Talvez o quadro fosse bastante distinto se considerada a propriedade feminina de engenhocas – pequenos equipamentos que, como referido, quase sempre se destinavam à produção de autoconsumo e, portanto, eram muito mais acessíveis a indivíduos com poucos recursos, independente do sexo.

Tabela 53 – Distribuição dos proprietários de engenho segundo múltiplas variáveis, Minas Gerais, Censo de 1831-32 e Mapas de 1836

Variáveis		Engenheiros	
		Nº	%
Sexo[1]	homem	1596	86,1
	mulher	257	13,9
	total	1853	100,0
Cor/origem[2]	branco	702	88,4
	mestiço	86	10,8
	crioulo	5	0,6
	africano	1	0,1
	total	794	100,0
Faixas etárias[3]	crianças – 0 a 14	3	0,4
	idade produtiva I – 15 a 34	113	14,1
	idade produtiva II – 35 a 59	511	64,1
	idosos – 60 anos ou mais	171	21,4
	total	798	100,0
Estado conjugal[4]	solteiro	91	11,5
	casado	605	76,3
	viúvo	97	12,2
	total	793	100,0
Estado conjugal das mulheres[5]	solteiro	8	7,4
	casado	40	37,0
	viúvo	60	55,6
	total	108	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro. (1) dados dos Mapas de 1836. (2, 3, 4, 5) dados do Censo de 1831-32. Excluídos 82 casos de não-informação da variável sexo. Excluídos seis casos de não-informação da variável cor/origem. Excluídos dois casos de não-informação da variável idade. Excluídos sete casos de não-informação da variável estado conjugal.

Estrutura da posse de escravos do setor canavieiro

Enquanto em Minas Gerais, para cada dez indivíduos livres, existiam cinco escravos ou dois livres para cada cativo, nos fogos com engenho de cana, o quadro era bastante diverso, sendo que para cada dez livres existiam 31 escravos ou três cativos para cada livre. A média de escravos nos fogos com enge-

nho (21,4) era quase 1.000% maior do que a média provincial (2,1). Esses dados revelam que, em Minas Gerais, vigorava forte associação entre produção de derivados da cana e escravidão.

Ainda que com diferença relativamente menos acentuada, também a média de livres nos fogos com engenho era superior à correspondente média provincial. Em Minas Gerais, 4,3 livres por fogo, nas unidades onde a cana era cultivada e transformada alcançava 6,8. Portanto, 58% maior do que a média provincial. Famílias dos chefes de fogo mais extensas e grande presença de agregados são as principais razões dessa expressiva diferença.

Apesar de sempre em patamares bem superiores ao da província (2,1), bastante diferenciadas eram as médias regionais de escravos nos fogos com engenho. Na região Sudeste (39,3), as unidades produtivas com engenho de cana apresentavam número médio de cativos quase cinco vezes maior do que as da região de Minas Novas (6,8). Tomando como referencial a média provincial de escravos nos fogos com engenho (21,4), pode-se dividir as regiões em três grupos: Mata, Mineradora Central Oeste e, especialmente, Sudeste com médias superiores à provincial; cinco regiões com médias próximas à provincial, variando até no máximo dois pontos percentuais para mais ou para menos; e seis regiões com médias inferiores à provincial.

As médias regionais de livres nos fogos com engenho de cana variavam muito menos do que as de escravos. A mais alta, Sertão do Alto São Francisco (7,8), era 63% maior do que a mais baixa, Minas Novas (4,8).

Tabela 54 – Médias de livres, escravos e total dos fogos com engenho, Minas Gerais, Censo de 1831-32

Regiões	Número de fogos	Média de indivíduos no fogo					
		Livres		Escravos		Total	
		Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média
Araxá	15	92	6,1	160	10,7	252	16,8
Diamantina	5	26	5,2	73	14,6	99	19,8
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	125	812	6,5	2.515	20,1	3.327	26,6
Mata	25	165	6,6	649	26,0	814	32,6
Médio-Baixo Rio das Velhas	67	459	6,9	1.490	22,2	1.949	29,1
Mineradora Central Leste	121	814	6,7	1.750	14,5	2.564	21,2
Mineradora Central Oeste	212	1.571	7,4	5.349	25,2	6.920	32,6
Minas Novas	4	19	4,8	27	6,8	46	11,6
Paracatu	—	—	—	—	—	—	—
Sertão do Alto São Francisco	5	39	7,8	89	17,8	128	25,6
Sul Central	109	725	6,7	2.153	19,8	2.878	26,5
Sertão	17	90	5,3	352	20,7	442	26,0
Sertão do Rio Doce	—	—	—	—	—	—	—
Sudeste	40	262	6,6	1.573	39,3	1.835	45,9
Sudoeste	40	279	7,0	809	20,2	1.088	27,2
Triângulo	15	96	6,4	112	7,5	208	13,9
Vale do Alto-Médio São Francisco	—	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais	800	5.449	6,8	17.101	21,4	22.550	28,2

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP1/10 e MP, diversas caixas. Não foram localizados engenheiros de 1836 nas respectivas listas nominativas das regiões de Paracatu, Sertão do Rio Doce e Vale do Alto-Médio São Francisco. Não existiam distritos de paz no Extremo Noroeste; tratava-se de região de fronteira com baixíssima densidade populacional, inexistência de centros urbanos e que tinha na pecuária extensiva a única atividade econômica de alguma expressão.

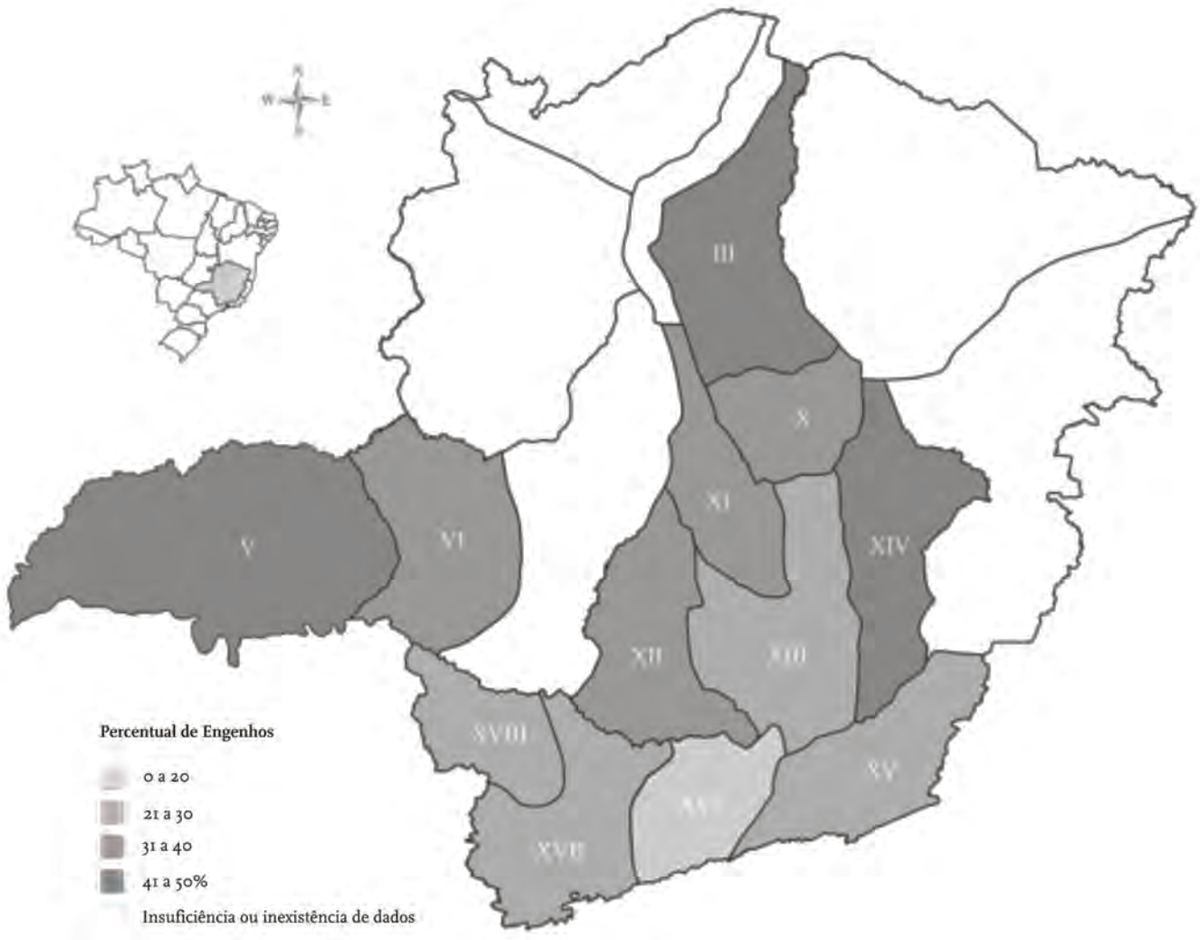
A associação entre produção de derivados da cana e escravidão mostra-se ainda mais vigorosa quando se constata que os escravos estavam ausentes de apenas 4% dos fogos com engenho. No conjunto da província o percentual de fogos sem escravos era de 68%, os cativos estavam ausentes de mais de dois terços dos quase 65 mil domicílios de Minas Gerais. Também era bastante divergente a distribuição pelas faixas da posse dos plantéis provinciais em relação às unidades com engenhos de cana. Enquanto eram pequenos ou médios 85% dos plantéis mineiros, 63,8% dos plantéis dos fogos com engenho eram grandes ou muito grandes. Os pequenos escravistas respondiam por 52% das posses mineiras, ao passo que os engenheiros nesta faixa eram 85% menos incidentes. Os muito grandes escravistas perfaziam 2% das posses da província, por outro lado, os engenheiros nesta faixa eram 765% mais freqüentes.

Presença de escravos em praticamente todas as unidades produtivas com engenhos, elevado tamanho médio das posses e larga predominância dos grandes e muito grandes plantéis são fatores a evidenciar que em Minas Gerais era pronunciada a associação entre cultivo e transformação da cana-de-açúcar e escravidão. Não obstante, as diferenças regionais eram pronunciadas. Enquanto na região do Triângulo 20% dos engenhos encontravam-se em unidades sem escravos, na região da Mata a elaboração dos derivados jamais se realizava em propriedades sem cativos. Da mesma forma, regiões contíguas podiam apresentar grandes variações, como no caso da Mineradora Central Leste, onde as pequenas e médias posses com engenhos eram 80% mais freqüentes do que na vizinha Mineradora Central Oeste. Poucos também não eram os casos de extremadas distinções na composição dos plantéis segundo o tamanho, perfeitamente ilustrados com a oposição entre as regiões do Sertão e Sudeste. Na região situada no norte de Minas, as pequenas e médias posses respondiam por 47% dos plantéis, contra apenas 5% para a região localizada no sul da província. Por outro lado, no Sudeste as grandes e muito grandes posses perfaziam 95% dos plantéis, contra somente 41,2% para o Sertão.

Tabela 55 – Estrutura da posse de escravos dos fogos com engenho, Minas Gerais, 1831-32

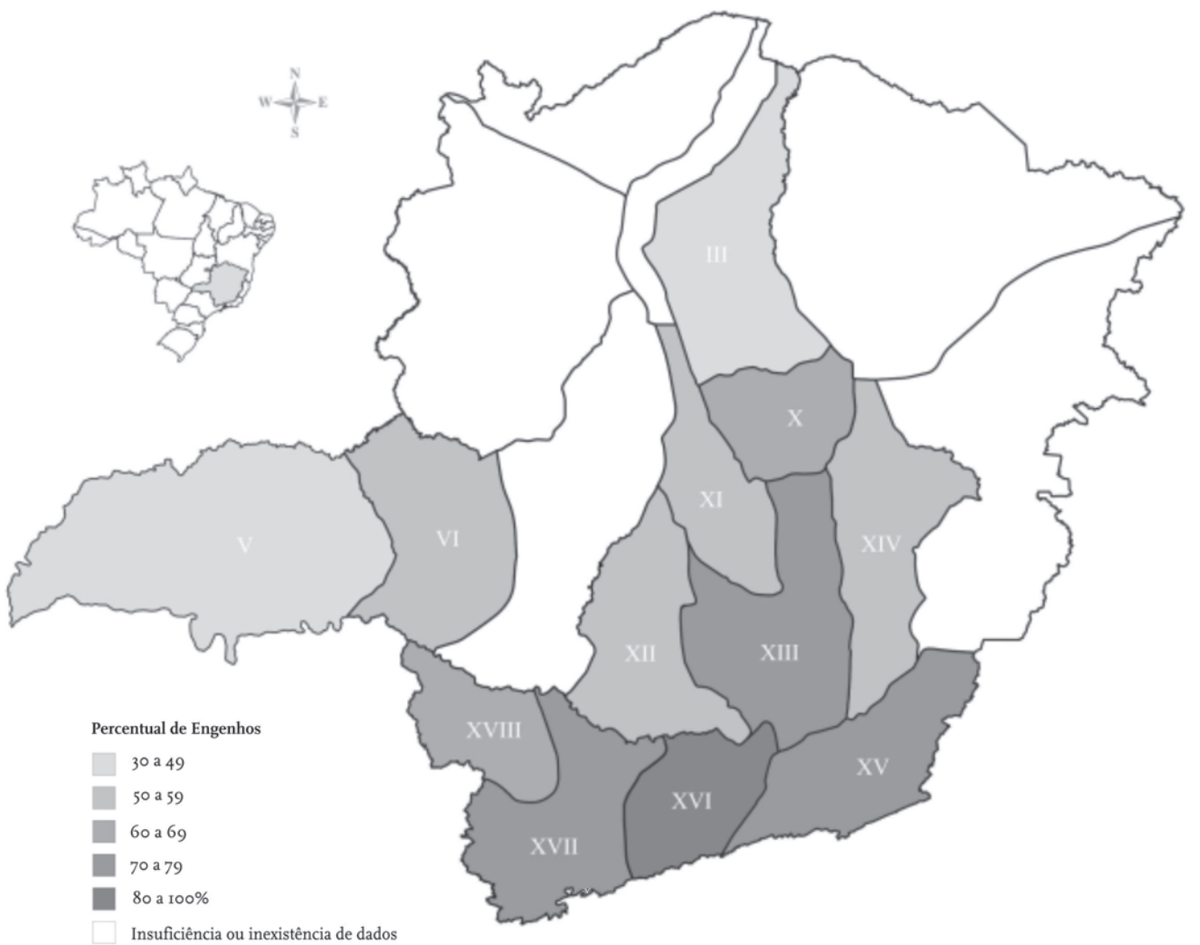
Regiões	Sem escravos		Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 35 escravos		Muito grande 36 ou mais escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Araxá	1	6,7	1	6,7	5	33,3	8	53,3	0	0,0	15	100
Diamantina	0	0,0	0	0,0	2	40,0	3	60,0	0	0,0	5	100
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	5	4,0	15	12,0	34	27,2	47	37,6	24	19,2	125	100
Mata	0	0,0	1	4,0	6	24,0	16	64,0	2	8,0	25	100
Médio-Baixo Rio das Velhas	4	6,0	2	3,0	24	35,8	24	35,8	13	19,4	67	100
Mineradora Central Leste	6	5,0	16	13,2	38	31,4	52	43,0	9	7,4	121	100
Mineradora Central Oeste	9	4,2	13	6,1	40	18,9	107	50,5	43	20,3	212	100
Minas Novas	0	0,0	2	50,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	4	100
Sertão do Alto São Francisco	0	0,0	1	20,0	0	0,0	3	60,0	1	20,0	5	100
Sul Central	4	3,7	4	3,7	21	19,3	66	60,6	14	12,8	109	100
Sertão	2	11,8	4	23,5	4	23,5	5	29,4	2	11,8	17	100
Sudeste	0	0,0	0	0,0	2	5,0	20	50,0	18	45,0	40	100
Sudoeste	1	2,5	1	2,5	11	27,5	21	52,5	6	15,0	40	100
Triângulo	3	20,0	3	20,0	4	26,7	5	33,3	0	0,0	15	100
Minas Gerais	35	4,4	63	7,9	192	24,0	378	47,3	132	16,5	800	100

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP1/10 e MP, diversas caixas.



Mapa 16 – Engenhos de cana com plantéis de 1 a 10 escravos, Minas Gerais, 1831-32

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.



Mapa 17 – Engenhos de cana com plantéis de mais de 10 escravos, Minas Gerais, 1831-32

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

Estrutura ocupacional dos proprietários de engenho

Considerado o pressuposto de que a ocupação do chefe propendia a indicar a atividade central do fogo, aquela da qual provinha, ao menos, a parte mais expressiva da renda, pode-se afirmar que o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar estavam inseridos, na maioria dos casos, em unidades produtivas centradas na agropecuária. Enquanto 49% dos chefes da província foram arrolados na agropecuária, os chefes de unidades com engenhos alcançavam 85%. Por outro lado, para todos os demais setores ocupacionais, os números relativos para as unidades com engenho de cana eram bem inferiores aos da província. Assim, enquanto 3,2% dos fogos de Minas Gerais eram chefiados por indivíduos ocupados na mineração, nos fogos com engenho eram apenas 0,4%. Para as atividades manuais e mecânicas a distância era ainda maior, 27,5% na província e 2,5% nos fogos com engenho. No comércio permanecia a desigualdade, 7,7% para 3,6%. Apenas nas funções públicas, que, aliás, seguramente eram exceções àquele pressuposto que associa a ocupação relacionada para o chefe com a atividade central da unidade, os percentuais não diferiam, 1,4% tanto para a província como para os fogos com engenho de cana.

Dos 663 chefes setorizados na agropecuária, 161 foram arrolados com ocupação que revelava a propriedade de engenho de cana e quase sempre associada com a agricultura e/ou pecuária. Portanto, pelo menos 21% de todos os chefes de fogo com engenho encontravam-se em unidades onde o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar deveriam ser a principal ou uma das principais atividades.

Tabela 56 – Estrutura ocupacional dos chefes dos fogos com engenho, Minas Gerais, Censo de 1831-32

Setores ocupacionais	Engenheiros	
	Nº	%
agropecuária	663	85,4
mineração	3	0,4
atividades manuais e mecânicas	20	2,6
comércio	28	3,6
serviço doméstico	2	0,3
funções públicas	11	1,4
outras atividades	5	0,6
associações ocupacionais	44	5,7
total	776	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP1/10 e MP, diversas caixas. Excluídos 24 casos de não informação da variável ocupação.

Força motriz dos engenhos

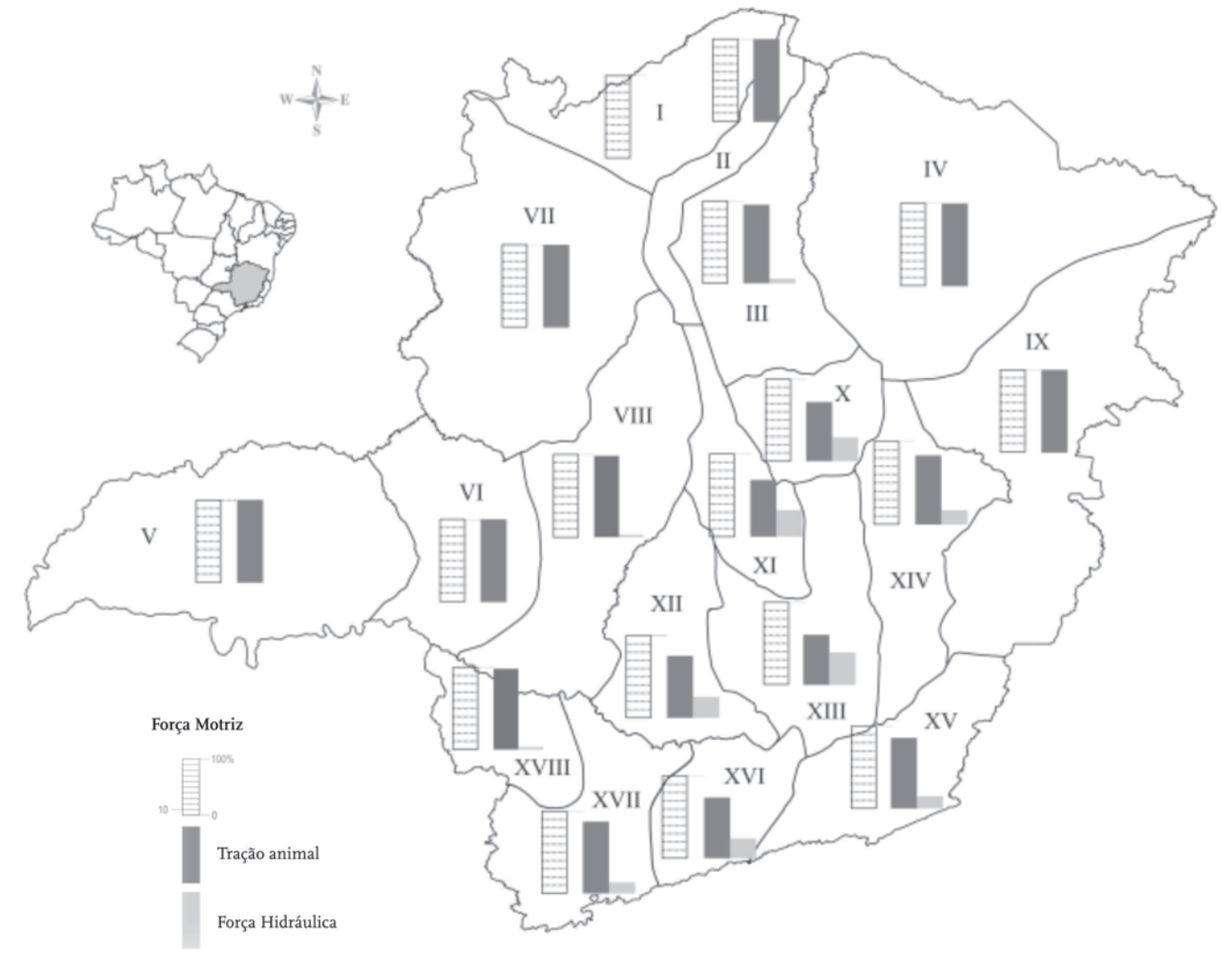
Direta era a relação entre o relevo, a hidrografia e a força motriz dos engenhos de cana de Minas Gerais. A incidência de engenhos movidos por força hidráulica era diretamente proporcional ao grau de desnivelamento do relevo e a disponibilidade de recursos hídricos. Cinco regiões contíguas do centro e sul (Diamantina, Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, Intermediária de Pitangui-Ta-

manduá, Mineradora Central Oeste e Sudeste), com topografia acidentada e territórios localizados nas mais capilarizadas bacias hidrográficas de Minas Gerais, apresentavam de um quarto a dois quintos de seus engenhos movidos por rodas d'água. Em três regiões (Mineradora Central Leste, Mata, Sul Central), vizinhas do grupo anterior, o percentual de engenhos hidráulicos estava em torno de 15%. Nas demais nove regiões, os equipamentos de moagem eram tracionados exclusivamente ou quase exclusivamente por animais. No primeiro grupo de regiões, estavam 78% dos engenhos d'água e 44% dos engenhos de tração animal da província; no segundo, 21 e 33% respectivamente; e, no terceiro, apenas 1% dos movidos por força hidráulica e 23% dos tracionados por animais. Os dados sugerem que em Minas Gerais a definição da força motriz a acionar o engenho de cana estava condicionada, essencialmente, pelas condições topográficas do terreno e pela quantidade de água disponível. Os custos diferenciados para a montagem de engenho d'água ou de tração animal só entravam no universo das cogitações dos engenheiros de determinadas regiões mineiras.

Tabela 57 – Distribuição regional dos engenhos de cana segundo a força motriz, Minas Gerais, 1836

Região	Força hidráulica		Tração animal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Araxá	0	0,0	17	100,0	17	100,0
Diamantina	4	28,6	10	71,4	14	100,0
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	67	25,2	199	74,8	266	100,0
Mata	17	14,7	99	85,3	116	100,0
Médio-Baixo Rio das Velhas	48	32,2	101	67,8	149	100,0
Mineradora Central Leste	48	17,2	231	82,8	279	100,0
Mineradora Central Oeste	181	39,3	280	60,7	461	100,0
Minas Novas	0	0,0	127	100,0	127	100,0
Paracatu	0	0,0	15	100,0	15	100,0
Sertão do Alto São Francisco	1	3,0	32	97,0	33	100,0
Sul Central	24	13,3	157	86,7	181	100,0
Sertão	1	5,3	18	94,7	19	100,0
Sertão do Rio Doce	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Sudeste	26	26,8	71	73,2	97	100,0
Sudoeste	2	3,0	65	97,0	67	100,0
Triângulo	0	0,0	43	100,0	43	100,0
Vale do Alto-Médio São Francisco	0	0,0	22	100,0	22	100,0
Minas Gerais	419	22,0	1488	78,0	1907	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6, diversas caixas. Excluídos 28 casos: dois propriedades com dois engenhos (um a tração animal e outro movido a força hidráulica), um engenho manual e 25 engenhos sem informação da força motriz.



Mapa 18 – Força motriz dos engenhos de cana, Minas Gerais, 1836

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

4.2 – Presente e passado iluminam-se com luz recíproca, iconografia e oralidade de uma atividade de longa duração

> *Foi primeiro a boi. Aquele mesmo engenho. Mas depois foi a água, e depois foi a diesel, hoje é elétrico. Foi ele que (...) se não foi meu triavô, né? Porque foi assentado primeiro não é aqui. Meu triavô era João Viera de Alcântara, português, bandeirante. E daí que veio meu bisavô, Francisco Lino Fiúza, é de Dores. Daí veio meu avô, Ricardo Lino de Souza. Daí passou tudo pro meu pai. (...) Só fazia açúcar e cachaça do melaço que escorria do açúcar, só! Nossa senhora! Vendia muito. Fazia 600, 800, 1000 arrobas. Aqui mesmo vendia, vendia em Martinho Campos mesmo. No tempo do meu bisavô, descia pra Morro Velho, Sabará, Três Corações, Campanha (...) O primeiro alambique que foi montado aqui tá lá debaixo do pau. É de cobre de fazer casco de navio! Aquilo tem um dedo de grossura assim, ó! Com 200 anos trabalhando, nunca furou o fundo. Aquele era que meu bisavô largou aí* (Guilhermino Lino da Costa, Martinho Campos, setembro de 1993).

A longevidade das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais não apenas pode ser aferida por insofismáveis evidências estatísticas[179], mas também por exuberantes sobrevivências técnicas associadas a permanências econômicas, sociais e culturais. A natureza desse objeto de investigação recusa, sob pena de lamentável insensibilidade histórica, abordagem circunscrita a registros objetivos contabililizados em institutos públicos. Ao Estado promotor da modernização tecnológica interessava, mormente a partir da década de 1930, o estreito acompanhamento da evolução das transformações que promoveriam o desenvolvimento industrial e superariam estruturas arcaicas, então entendidas no sentido pejorativo de "antiquadas, anacrônicas e obsoletas". Assim, departamentos estatísticos estaduais e autarquias federais, notadamente o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), regularmente acompanharam o evolver de indicadores e variáveis que pertencem ao universo da memória escrita. Contudo, para além da mensuração da participação relativa das atividades agroaçucareiras tradicionais, especialmente no tocante ao tamanho da produção, pouco ou quase nada se realizou. Em geral, desconsiderou-se o significado das mencionadas sobrevivências de padrões técnicos associados a permanências econômicas, sociais e culturais referentes à produção artesanal e manufatureira dos engenhos, que persistiu ao lado da grande indústria usineira. O empirismo e dependência da transmissão não-escrita de conhecimentos, que caracterizam esses persistentes padrões técnicos, seriam desprezados ou, não poucas vezes, condenados por tecnocracia cooptada pela ilusão do caráter libertador de modernização insensível a estruturas econômicas e sociais profundamente desiguais. Excetuados raros estudos empreendidos por pesquisadores isolados, quando muito coordenados por comum interesse acadêmico, constata-se a indigência dos conhecimentos disponíveis sobre esses aspectos da temática. Adentrar no universo da memória não-escrita pertinente às atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais significa reunir subsídios para a reversão dessa lacuna historiográfica.

No começo da década de 1990, foram realizadas pesquisas de campo com o objetivo de produzir fontes orais e iconográficas que permitissem o estudo dos engenhos mineiros remanescentes[180]. Ainda no transcurso do recolhimento dos depoimentos e da efetivação dos registros fotográficos, constatou-se a

179 Nas subseções 1.1 e 4.3 é apresentado substantivo universo de dados estatísticos a fundamentar o acompanhamento das transformações que culminaram, na segunda metade do século XX, na quase que completa hegemonia da produção industrial de derivados da cana-de-açúcar e a desestruturação das atividades agroaçucareiras tradicionais. Conquanto reduzida a pequena expressão, a produção artesanal continua figurando em recentes registros estatísticos das atividades de transformação rural do Brasil (IBGE, 1995).

180 O acompanhamento da evolução da distribuição espacial dos engenhos mineiros em três distintos momentos (1836, *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio*; 1922-25, *Anuário Estatístico de Minas Gerais;* 1995-96, *Censo Agropecuário*), sugeriu municípios com maiores possibilidades de incidência de engenhos antigos ou de tipo antigo. A EMATER-MG colaborou decisivamente. A partir de características previamente fornecidas, os prestimosos técnicos e extensionistas sugeriram os engenhos a serem visitados e intermediaram o contato com os produtores rurais. Foi visitada mais de meia centena de propriedades em municípios de diversas regiões do estado e recolhido alentado volume de depoimentos orais e registros fotográficos.

pertinência da hipótese que fundamentara a incursão no campo das "fontes vivas". Antes mesmo que desdobramentos da pesquisa realizassem a necessária confrontação com outras evidências empíricas, não restavam dúvidas quanto à atipicidade da vigência temporal do cultivo e transformação da cana-de-açúcar em Minas Gerais. A riqueza da memória oral, combinada com a força de registros visuais relativos ao universo das atividades agroaçucareiras tradicionais, revelou perfeito enquadramento no conceito de "longa duração" formulado por Fernand Braudel (1978: 41-78). A permanência de padrões técnicos e traços econômicos, sociais e culturais arcaicos, aqui entendidos no sentido de originários de épocas remotas, conformavam amplo campo de observação e pesquisa. Assim, restava legitimada metodologia que propunha o estudo do passado também e decisivamente a partir do presente.

As pesquisas de campo representaram a possibilidade da observação e registro diretos, sem mediações, de sobrevivências e permanências de realidades históricas seculares e consubstanciaram a proposição braudeliana de que "presente e passado iluminam-se com luz recíproca". O objeto apresenta-se por inteiro e sem intermediários, ampliam-se as responsabilidades do historiador na tarefa de interrogar as fontes, mormente diferenciar continuidades e persistências de rupturas e transformações. Para além da constatação de coincidências entre passado e presente, torna-se possível o manejo do conhecimento excedente que as "fontes vivas" do presente proporcionam no sentido de preencher lacunas e insuficiências inerentes ao conhecimento do passado exclusivamente fundado em "documentos mortos".

A produção de derivados da cana é, por um conjunto de fatores, a mais rica permanência de amplo universo de atividades rurais de transformação que preservou os referidos padrões técnicos e traços econômicos, sociais e culturais arcaicos. No final de século XX, os engenhos ainda estavam disseminados por quase todo território mineiro, embora com marcantes concentrações regionais. A grande quantidade e diversidade de equipamentos antigos, sobrevivências do Setecentos e Oitocentos, e de tipo antigo, soluções técnicas dos séculos XVII a XIX, atestavam clara continuidade. A larga predominância de processos produtivos tradicionais, inclusive em parcela considerável dos engenhos que funcionavam com equipamentos relativamente modernos, afirmavam inequívoca permanência. Além dessas exuberantes expressões materiais, destacava-se o vultoso número de engenheiros de cana herdeiros de tradições familiares que recuavam aos séculos XVIII e XIX, integrantes de famílias com longevos vínculos com a fabricação de derivados da cana.

O tempo do universo econômico, social, técnico e cultural das atividades agroaçucareiras tradicionais ainda não se esvaneceu e permite a sobreposição dos "testemunhos vivos" de engenhos e engenheiros do presente aos "testemunhos mortos" das fontes históricas do passado. As instalações, equipamentos e ferramentas, tangíveis evidências materiais, podem ser combinados com o registro do fazer proporcionado pela fotografia e pela memória oral. As máquinas de extração do caldo da cana, os cochos de fermentação, os alambiques, tachas e tachos, as escumadeiras e rominhóis, as fôrmas para a cristalização ou purga são documentos passíveis de identificação e datação técnica. O registro iconográfico constitui importante fator de preservação desses documentos marcados por objetiva materialidade. Os depoimentos dos engenheiros a contemplar aspectos econômicos, técnicos, sociais e culturais correspondem a "manual de instrução" que possibilita a compreensão dos processos produtivos e relações sociais e culturais que compõem as atividades agroaçucareiras tradicionais. O registro da memória oral preserva esses documentos imateriais e de caráter impressionista.

A vigência temporal do objeto de investigação enseja que o historiador fotógrafo e oralista produza fontes[181]. Reconhece a fortuna que representa para a pesquisa histórica a persistência no Brasil de formas produtivas, de relações sociais, de padrões técnicos e de traços culturais arcaicos. Aceita convite

181 Reflexão sobre o estatuto do historiador-fotógrafo pode ser encontrada em Godoy (2001c). Segue resumo do texto: "sempre pautado pelos recortes espacial, Minas Gerais, e temporal, séculos XVIII a XX, por opção temática, História do Açúcar, assim como por objeto de investigação, produção de derivados da cana-de-açúcar em uma economia voltada para o atendimento de mercados internos, este ensaio intenta refletir sobre a fotografia, em geral, e a fotografia como fonte para a História da Técnica do Açúcar, em particular. O estatuto da fotografia, o valor documental dos re-

que reiteradas vezes foi consignado, como na observação de um dos mais eminentes historiadores brasileiros.

> *Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei de visu os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado (Prado Júnior, 1945: p. 8)*

Dinossauros de madeira e ferro fundido: os centenários engenhos de cana de Minas Gerais[182]

Se a metáfora "dinossauro" habitualmente inclina-se para emprego eivado de sentido pejorativo, sobretudo quando evoca a "força da tradição" cristalizada em traços arcaicos que persistem no tempo, para os historiadores reveste-se sempre de conteúdo outro e normalmente ausente da percepção própria ao senso comum. Assim, "dinossauros" são portadores de densidade temporal que lhes conferem incomum condição de objetos privilegiados de estudo[183].

Os resultados obtidos do cotejo entre fontes históricas separadas por intervalo de dois séculos e meio, documentos do códice Costa Matoso de 1750 e fotografias e depoimentos orais do final do século XX, demonstraram a pertinência de metodologia de pesquisa histórica e confirmaram a atipicidade do objeto investigado.

Para o estabelecimento do cotejo com as descrições de Caetano da Costa Matoso, foram selecionados depoimentos de produtores que, no início da década de 1990, ainda trabalhavam ou detinham memória do tempo em que trabalharam com o tipo de engenho descrito pelo cronista setecentista, "engenho de entrosas" ou "engenho de pau", assim como os depoimentos com informações sobre a fabricação de "açúcar de fôrma", atividade praticamente extinta e que foi objeto de especial atenção de Costa Matoso. No quadro seguinte, estão relacionados os nomes dos entrevistados, o município em que atuam ou atuaram como engenheiros de cana e a data de recolhimento do depoimento.

---

gistros visuais e suas relações com os registros escritos são alguns dos aspectos abordados. Da eleição do assunto e produção de documentos fotográficos à recepção e interpretação da informação visual, busca-se, permanentemente, síntese geral acompanhada de discussão de caso concreto. São também contempladas as relações de complementaridade entre imagens fotográficas e fontes orais. Por último, com o reconhecimento da específica vigência temporal do objeto, atividade de longa duração, dimensiona-se a importância da fotografia para proposta metodológica de estudo do passado também e decisivamente a partir do presente".

182 O texto da primeira parte da subseção 4.2 é versão revista e adaptada de *Dinossauros de madeira e ferro fundido: os centenários engenhos de cana de Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX* (Godoy, 1999).

183 A associação das atividades agroaçucareiras tradicionais, especialmente os equipamentos empregados na extração do caldo da cana-de-açúcar, com essas entidades pré-históricas foi originalmente proposta em 1993, quando do IV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Naquela que era oportunidade inaugural de socialização de resultados preliminares das primeiras pesquisas de campo realizadas no interior de Minas Gerais (Godoy, 1993), foi registrada a associação proposta pelo professor Ewaldo Mello de Carvalho (UFMG) e que se apresentou, imediatamente, como imagem sensível ao caráter do objeto de investigação que a todos despertava grande interesse.

Quadro 10 – Depoimentos orais selecionados para o cotejo com as crônicas de Costa Matoso

Entrevistado	Município	Data do depoimento
Abraão Ângelo da Guarda Silveira	Oliveira	Agosto 1993
Adão José Virgínio	Salinas	Agosto 1993
André Pereira Dias	Turmalina	Agosto 1993
Antônio Soares da Silva	Minas Novas	Agosto 1993
Augusto Silveira Neto	Oliveira	Agosto 1993
Emília Cordeiro Barbosa Lima	Minas Novas	Agosto 1993
Guilhermino Lino da Costa	Martinho Campos	Setembro 1993
Hailê Nunes da Silva	Dom Joaquim	Agosto 1992
João Magno Thomás de Figueiredo	Dom Joaquim	Agosto 1992
João Martins Soares (Zinho)	Divinópolis	Setembro 1993
Joaquim Ferreira da Cruz	Brasília de Minas	Fevereiro 1993
José Antônio Barroso (Zequinha)	Minas Novas	Agosto 1993
Moisés Fernandes de Oliveira	Salinas	Agosto 1993
Vicente Faleiro de Morais	Carmópolis	Agosto 1993
Vicente Fernando de Araújo	Turmalina	Agosto 1993
Vicente Ferreira dos Santos	Turmalina	Agosto 1993

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

O ouvidor Caetano da Costa Matoso legou preciosas observações sobre a produção de derivados da cana-de-açúcar em Minas Gerais (Costa Matoso, 1999: 769-777, documentos 110 e 111). Surpreende o detalhismo das descrições sobre variados aspectos de uma atividade praticamente ilegal. No Setecentos mineiro, os engenhos e engenheiros de cana foram considerados concorrentes do lucrativo comércio de aguardente do reino que abastecia as áreas mineradoras, responsabilizados pelo desvio de mão-de-obra escrava da extração do ouro e denunciados como colaboradores para o perigoso consumo desregrado de bebidas alcoólicas por parte dos cativos (ver a subseção 2.1).

Em colônia em que a grande lavoura canavieira, completamente enquadrada na lógica do exclusivo metropolitano, era objeto de atenção incomparavelmente maior, qual seria a razão de tanta minúcia no relato de produção voltada para o mercado interno? Talvez o intento do ouvidor estivesse associado à busca em reunir informações sobre atividade praticamente ignorada no seu funcionamento, alvo que era de perseguições ou de rigorosas restrições legais, com o objetivo de subsidiar a administração colonial.

É notável o valor dos documentos do códice para a história da cana-de-açúcar em Minas Gerais. A crônica de Costa Matoso, ao menos na parte que trata da produção de derivados da cana, é raridade dentro da documentação pública dos períodos colonial e imperial mineiros. Os estudiosos do tema provavelmente só encontrarão descrições tão minuciosas na literatura de viagem do século XIX, sobretudo a referente à primeira metade da centúria.

Com o objetivo de estabelecer comparação com os depoimentos orais e registros fotográficos, os documentos do códice foram reduzidos às menores unidades de informação possíveis. No quadro seguinte, são apresentados os seis grandes grupos temáticos em que essas unidades foram classificadas.

Quadro 11 – Temário dos documentos do códice Costa Matoso relativos ao cultivo e transformação da cana-de-açúcar

Matéria-prima:	aspectos morfológicos da planta cana-de-açúcar e informações sobre seu ciclo de desenvolvimento.
Cultivo:	dados sobre técnicas de cultivo e preparação do solo; capina; maturação da cana; corte e preparação da cana para a moagem; relação entre a qualidade do solo e a adaptação, desenvolvimento e produtividade da cana; transporte para a moagem; informações sobre as condições de solo e técnicas de cultivo nas zonas produtoras do litoral, dados sobre as formas de divisão da produção de matéria-prima entre engenhos e lavradores de cana.
Engenho:	informações sobre os equipamentos de moer cana; forças motrizes utilizadas e porte dos engenhos; geração e transmissão da força motriz; descrição dos equipamentos de moagem, identificação dos componentes; descrição do funcionamento dos equipamentos.
Moagem:	descrição da operação de moagem da cana; capacidade extrativa de caldo; acidentes nos engenhos; condução do caldo para a fermentação ou cozimento.
Açúcar:	técnica de elaboração do açúcar; descrição dos equipamentos e utensílios empregados no cozimento e purga; descrição do cozimento do caldo: limpeza e evaporação; descrição da purga: cristalização, purificação e destino dos resíduos; descrição da secagem e redução do açúcar, tipos de açúcares; identificação das zonas produtoras de açúcar do Brasil.
Aguardente:	técnica de elaboração da aguardente; descrição dos equipamentos utilizados; descrição da fermentação do caldo; descrição da destilação; armazenagem e comercialização; consumo de aguardente, composição social dos consumidores; aplicações medicinais da aguardente; avaliação da rentabilidade da produção e comercialização.

Na seqüência, são apresentados os resultados da superposição dos dois conjuntos de informações. Confrontam-se dados separados por intervalo de tempo próximo a 250 anos. Emparelha-se a produção de açúcar e aguardente de meados do século XVIII com a do final do século XX. Os resultados são impressionantes. Com exceção daqueles aspectos particulares ao Dezoito, inevitavelmente conjunturais e naturalmente mutáveis, as demais informações revelam espantosa coincidência, ou continuidade, entre passado e presente.

As informações foram sistematizas em quadros segmentados em campos: 1. identificação da natureza das informações; 2. unidades de informação do códice Costa Matoso (1750); 3. extratos dos depoimentos orais dos engenheiros de cana e dos registros iconográficos (1992-93); 4. comentários que analisam as coincidências, variações e divergências entre os dados dos séculos XVIII e XX; 5. comentário geral sobre o potencial dos depoimentos orais e registros iconográficos em preencher lacunas e/ou suprir insuficiências do códice Costa Matoso.

Quadro 12 – Matéria-prima

NATUREZA DA INFORMAÇÃO: Descrição morfológica da planta cana-de-açúcar cultivada no Brasil; comparação com as canas de Portugal; considerações sobre o ciclo de desenvolvimento da cana.
COSTA MATOSO (1750): *O açúcar procede de umas canas que vulgarmente lhes chamam de açúcar. Estas canas são bem apropriadas às nossas canas de Portugal, com que se compõem as parreiras e latadas, na cor e no feitio, que é o mesmo; a folha é muito áspera – e tão áspera que corta –, é mais estreita, não cresce tanto como as nossas, mas no geral é de seis, sete palmos, mas já se tem visto de doze, que se apanham tivesse a sua satisfação. Crescem bem, que a melhor terra há ser varga e alguma coisa úmida. Têm estas canas os seus gomos muito mais perto ou juntos uns dos outros, que a maior distância que têm algumas é meio palmo, que o comum é muito menos. São as nossas canas vãs ou ocas por dentro; estas são maciças e cheias de um âmago claro e muito sumarento, e desta umidade, que não é pouca, se faz todo o fruto que se tira desta planta da cana. (...) A cana de que se faz uma e outra coisa é pelo modo e feitio de caniço do Reino, crescendo à proporção da qualidade da terra em altura de 5 até 12 e 15 palmos. (...) E logo que esta cana tem dois ou três palmos, é doce o suco, e se planta ou na mesma parte onde se corta, se é terra boa, ou em diversa Tem folhas pelo feitio das canas do Reino, ainda que mais pequenas; tem grossura pouco mais que a de milho, tendo a casca como a do milho.*
ENGENHEIROS DE CANA (1992-93) E COMENTÁRIOS: Até o final do século XVIII cultivou-se uma única espécie de cana no Brasil, normalmente denominada "cana-de-açúcar" ou "cana crioula". Outras variedades começaram a ser plantadas no país a partir do século XIX. Das dezenas de variedades cultivadas ou mencionadas pelos engenheiros de cana algumas certamente são canas antigas, remanescentes do século XIX. A "caiana", que hoje é quase que exclusivamente cana de quintal, não sendo utilizada pelos engenhos, é caso inequívoco de cana do Oitocentos. A "java", ainda largamente cultivada, tudo indica que também é cana do século XIX. É pequena a probabilidade de sobrevivência da cana descrita por Costa Matoso. Mesmo que essa primitiva cana ainda fosse cultivada em Minas, seria extremamente difícil sua precisa e segura localização. Os principais obstáculos são: as designações que identificam as variedades apresentam grandes variações regionais, cresce constantemente o número de canas híbridas e as canas antigas são cada vez mais substituídas por variedades modernas. Portanto, parece difícil, se não impossível, a comparação das características morfológicas dessa cana do Dezoito com canas da mesma variedade cultivadas no final do século XX. Para um histórico das variedades cultivadas no Brasil sugere-se Sant'Ana (1970).

Quadro 13 – Cultivo

(continua)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Locais mais apropriados para o cultivo	*Cresce bem, que a melhor terra há de ser varga e alguma coisa úmida.*	*Se é dum lugar mais seco, ela dá mais fraca. Se é dum lugar que tem mais umidade, ela sai melhor.* ADÃO, SALINAS *Aqui pelo menos, a gente planta é nas grotas, né? Nas vargens, que são uma terra mais fértil, dá pra produzir mais.* HAILÊ, DOM JOAQUIM	Os depoimentos coincidem quanto à necessidade de terra mais úmida não só para o pleno desenvolvimento da cana como para sustentar o maior número de "socas".
Tempo necessário para a maturação da cana; interferência da qualidade do solo	*Para verdadeiramente esta cana estar capaz de se cortar, plante-se em que tempo for, há de passar dois janeiros por ela, só se a terra é tão boa que puxa muito.*	*Uai, aqui nessas terras nossas, ela pra ficar boa mesmo é dois anos, mas até ano e meio a gente corta.* ZINHO, DIVINÓPOLIS	Segundo os entrevistados a maturação da cana no primeiro corte oscila de um a dois anos. Os depoimentos apontam variações climáticas, qualidade do solo e variedades cultivadas como fatores que determinam o tempo de maturação. Em geral o corte se realiza 18 a 24 meses após o plantio.
Parte da cana utilizada no plantio	*O que se planta desta cana são os olhos; também se planta a mesma cana assim mesmo inteira.*	*Eu planto o olho. Nós usamos plantar muito é o olho, mas planta a cana também. Quando falta o olho, a cana mais verde um pouco, também você pode plantar que ela nasce muito bem. Tem que ser picada, né? Num pode ser muito não. Tem que ser pedaço assim, de 30, 20, 40 centímetros.* HAILÊ, DOM JOAQUIM	A maior parte dos produtores planta a "ponta" ou "olho" da cana, a parte que sobra do corte; contudo, muitos relataram o cultivo com partes da cana inteira.
Preparo da terra e plantio; utilização de arado ou enxada	*O modo de a plantar é depois da terra limpa e queimada, e se é assente varga que se lhe pode meter arado, assim que este a vai abrindo o rego na terra assim se vai botando à terra os olhos, pelo comprimento do rego, a cana deitada, ou se abrem a terra com as enxadas, (...)*	*Eu coloco os boi e venho com o arado, mudo o ponto do arado, você tá vendo? Prá bem fundo, aí volta pra cá outra vez, fica o rego pronto! Agora você vem com uma cana inteiriça e vai colocando ó ... essa é a fileira. E quando é enxadão, você abre a cova separada.* JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS *Usa cova. O lugar que pode a gente ara, né? Faz o risco e coloco os olhos de cana, né?* MOISÉS, SALINAS	A forma de plantio mais usual é a abertura de covas com enxada. Os produtores relacionam uma série de vantagens dessa forma de cultivo. Todavia, não foram poucos os relatos de utilização de arado, que depende das condições topográficas do terreno. Surpreendente a referência de Costa Matoso à utilização de arado em Minas no século XVIII (ver o tópico *Economia canavieira mineira, paradigma mercados internos,* subtópico *Diversidade de padrões técnicos e a tendência à estagnação,* da subseção 1.1)
Capinas	*(...) e daí a dois meses ou mais se limpa e depois se lhe tira a folha velha.*	*Uns dois meses depois que planta é a primeira capina, depois tem a segunda daí a seis meses. Conforme o primeiro corte, até três, né? Porque a cana leva dois anos pra dá o primeiro corte, depois cê cortando uma vez, no outro ano tem cana outra vez.* HAILÊ, DOM JOAQUIM	A maior parte das entrevistas indica a prática de duas capinas anuais. São minoritários os casos de uma ou mais de duas capinas. A época e número das capinas variam segundo uma série de fatores: índice pluviométrico, qualidade do terreno, se primeiro corte ou se "soqueira", e variedade cultivada.

Quadro 13 – Cultivo

(conclusão)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Qualidade do solo e necessidade de renovação da plantação; várzeas	*Nestas Minas, todo o ano ou todos os anos, é preciso plantar assim a cana, senão perde-se, porque não são as terras tão boas que a possam sustentar que da raiz que fica na terra torne a rebentar, de sorte que fique basta como já tinha estado. Só sim se apanha alguma varga que, como é terra assente, ainda a conserva alguns anos sem se plantar.*	*Que eu plantei essa cana aí deve ter mais ou menos uns oito anos. (...) Uai! Ela vai durando, né? Porque ela não acaba não, sabe? Enquanto estiver lá sem criação comer, ela fica lá direto dando cana, né? Porque a cana se capinar ela dá, se não capinar ela dá assim ... (...) Tem uns tipos de terra que a cana não sai, ela morre, porque é seco demais, sabe? Terra seca não dá, ela não tem umidade nenhuma, não é? Então, ela morre. Não garante a soca não. O melhor pra sair cana é nas vazante, né? Puxando pro lado da água, né? Tem que ter umidade, né?* EMÍLIA, MINAS NOVAS *Dessa cana que chegou aqui hoje que é do meu pai desde que eu me criei de moleque, com a idade de 10 anos. Ajudei meu pai a carpir essa cana aí, eu com idade de 10 anos. Hoje eu estou com 34 anos. Tá num terreno úmido e baixo, na beira dum corguinho.* VICENTE, TURMALINA	Não foi encontrado produtor que tenha necessidade de renovação anual de seu canavial. É grande a variação do número de "socas", casos de duas a três "socas" convivem com canaviais de mais de dez anos. O trato cultural, a qualidade do solo e a variedade cultivada são os fatores apontados como determinantes da longevidade das plantações.
Descrição do corte da cana; desfolhamento; destino do "olho"	*Para se fazer esta bebida, se corta a cana na roça, e se desfolha, e se corta o olho com um palmo de cana, pouco mais ou menos, e ali fica; (...)*	*Se for para cachaça, pelo menos, se há intenção de plantar, tira o olho da cana, né?* JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM *Passa só o facão e corta, deixa a paia lá. Tem de tirar a folha, a paia seca.* VICENTE FERNANDO, TURMALINA	No corte da cana invariavelmente é preciso retirar a palha seca e separar a "ponta" ou "olho", que pode ser utilizado no plantio ou para a alimentação de criação.
Preparação e transporte da cana para o engenho	*(...) e a cana se faz em feixes amarrando-se com a sua mesma palha, e se carrega em carro para o engenho, (...)*	*Bom, lá a gente corta e carrega o carro-de-boi, né? E traz pro engenho.* ADÃO , SALINAS *Porque aqui antigamente era por carro-de-boi, era 64 feixes de cana. Hoje esses carros pequenos que está tendo aí é mais ou menos uns 40 feixes de cana, nessa média. Lá eram dois carros de 64 feixes de cana. Um feixe de cana, aproximadamente, dependendo da cana tinha uns que vinham com 15 canas, outros vinham com 20.* JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM	O transporte da cana em carros de boi é cada vez menos comum. Ainda assim, foi encontrado, sobretudo em regiões mais pobres ou no caso de pequenos produtores, a utilização desse antigo meio de transporte. Utiliza-se também o transporte no lombo de burro ou cavalo, recurso de produtores muito pobres ou que produzem em áreas de relevo muito acidentado.
COMENTÁRIO GERAL: As principais lacunas que podem ser preenchidas pelos depoimentos orais em relação ao códice são: tamanho da área cultivada com cana e relação dessa com a área destinada a outros cultivos; preparo da cana para moagem, essencial nos engenhos de cilindros de madeira verticais; fatores climáticos intervenientes no desenvolvimento e adaptação da cana; número de trabalhadores e condições de trabalho no corte e transporte da cana.			

Quadro 14 – Engenho

(continua)

NATUREZA DA INFORMAÇÃO: Preparação dos engenhos para a safra do açúcar, reparos.

COSTA MATOSO 1750: *Primeiro que o senhor de engenho entre a fazer a sua safra do açúcar, prepara o seu engenho, que sempre há o que consertar, porque são fábricas muito grandes.*

ENGENHEIROS DE CANA (1992-93) E COMENTÁRIOS: Os "engenhos de pau" requerem constantes reparos. Alguns engenheiros são também carpinteiros ou "quebra-galhos" no ofício e respondem pela manutenção dos equipamentos de moagem. Seu Joaquim, município de Brasília de Minas, afirma que não troca seu "engenho de pau" por engenho de ferro. Sua condição de carpinteiro o habilita a realizar os reparos que sua máquina venha a exigir: *Eu não disponho desse não! Sabe porquê? Porque esse aí quebra um dente, eu ponho; quebra uma aspa, eu ponho; quebra uma manjarra, eu ponho. Então aconteceu que o engenho de ferro vai que dá trabalho porque se quebra uma peça eu tenho que procurar na cidade, onde eles podem preparar pra mim.*

Para as grandes fábricas remanescentes, engenhos do século XIX ou do início da centúria seguinte, a manutenção é problema de maior complexidade. Movidos à água, com maquinismos bem mais complexos e instalações e depósitos avultados, essas fábricas estão sendo progressivamente desativadas ou transformadas, com a passagem para energia elétrica na maior parte dos casos. Os elevados custos de manutenção, a falta de madeira de construção apropriada e de profissionais especializados, ou "carpinteiros de engenho", ainda são agravados pelo problema, bastante comum, de acentuada redução da quantidade de água.

O engenho de João Magno, município de Dom Joaquim, é bastante ilustrativo. A roda está seriamente danificada e a quantidade de água tem sido insuficiente: *Ver se eu consigo um motor elétrico, né? Tirar roda d'água, porque não tem hoje carapina pra poder construir uma roda daquela, não tem madeira, nem quem saiba fazer por aqui. (...) Não, agora acabou. Tem uns quatro ou cinco anos que eu não faço cachaça por causa de água. (...) Nossa Senhora! Eu, se eu ganhar na sena, eu vou buscar água onde é que tiver, esta madeira, lá prá Bahia, não sei de onde for e fazer ela toda de roda d'água e fazer até produzir. É muito bonita tocada a água, né?*

Realizar os reparos mencionados por Costa Matoso implica na existência de profissionais especializados, capazes não só de cuidar da manutenção regular dos engenhos de cana, mas, também, substituí-los quando necessário. O grande número de toda sorte de máquinas de madeira, empregadas nas diversificadas atividades agropecuárias de transformação e na mineração, sustentou, desde o início da ocupação de Minas Gerais, amplo universo de artífices. A substituição da madeira como matéria-prima na fabricação desses equipamentos coincide com o lento e progressivo desaparecimento dos carapinas rurais. Hoje o processo de extinção desses profissionais se encontra bastante avançado, além disso, é alarmante a falta da própria matéria-prima. Em alguns lugares, as madeiras apropriadas para a estrutura dos engenhos, para as moendas, rodas d'água e transmissões parecem se extinguir mais rápido do que os próprios carapinas.

NATUREZA DA INFORMAÇÃO: Descrição das moendas: material, medidas, posição; sistema de entrosas; descrição do funcionamento do engenho: articulação dos cilindros e transmissão da força motriz.

COSTA MATOSO (1750): *O engenho em que se mói a cana, essencial são as moendas São estas três paus que terão de grosso oito até dez palmos e de altura cinco ou seis, e todos três estão em pé, tão bem unidos e direitos que lhes mal cabe uma faca flamenga. Cada um destes paus tem uma dentadura à roda no meio de cada pau, de sorte que todos têm estes dentes e todos têm, entre dente e dente, vão, ou buraco, por onde se metem entre uns e outros. E estão estes dentes tão fixos e seguros que sendo as três moendas como três dedos em pé direitos e quando o engenho quer moer, anda a rodar à moenda do meio, e com aqueles dentes andando, a do meio faz andar às duas de fora; (...)*

ENGENHEIROS DE CANA (1992-93) E COMENTÁRIOS: As Figuras 106, 107 e 108 (apresentadas na próxima parte dessa subseção) são de "engenho de pau" do município de Salinas. Adão e sua esposa são os moedores, um de cada lado do engenho, sua filha está tocando os bois. O engenho é essencialmente o mesmo da descrição, porém, de porte menor. É fácil observar os três cilindros verticais de madeira, os dentes entrosados a meia altura e distinguir o cilindro mestre que recebe a força e transmite para os cilindros laterais. É possível ainda visualizar a operação de moagem, o sincronismo da introdução da cana dos dois lados, o volume de canas moídas de cada vez, a necessidade, na introdução das canas, de sustentá-las e penetrá-las ao mesmo tempo, o tamanho padronizado das canas. Podem ser notadas também a bica de madeira que conduz o caldo para a tacha e a forma de atrelar os bois ao engenho.

O "engenho de pau" foi o primeiro equipamento desenvolvido especificamente para a moagem da cana. Inovação técnica do princípio do século XVII, era a única máquina disponível nos primeiros cem anos da produção de derivados da cana em Minas Gerais. No século XIX surgiram as primeiras moendas horizontais de ferro, representando novo avanço técnico. Acurado estudo da evolução dos equipamentos de moagem pode ser encontrado em Gama (1983).

Quadro 14 – Engenho

(conclusão)

NATUREZA DA INFORMAÇÃO: Roda d'água; transmissões: eixo, "rodete" e "bolandeira"; cilindro mestre (material, medidas, formato); transmissão da força entre os cilindros; estrutura: assentamento das moendas; descrição do funcionamento.

COSTA MATOSO 1750: *Compõe-se de uma grande [roda] que faz voltar a água e de um pau anexo que sai do centro dela, na ponta do qual há um rodete com seus dentes, nos quais pegam pela parte de cima os dentes de outra roda grande, a que chamam bolandeira, no meio da qual entra o pescoço de uma moenda que tem de comprido quatro ou cinco palmos e de largo o mesmo, ou menos, sendo o feitio dela redondo e chapeada em roda com chapas de ferro pregadas no alto, por cima das quais, em roda, ficam uns dentes que saem do mesmo pau, nos quais se metem outros dentes, do mesmo feitio, de duas moendas mais, da mesma forma, que lhe ficam ao lado, as quais andam por impulso dos dentes da moenda do meio, segurando-se as duas dos lados, pela parte de cima, em duas travessas, e pela parte de baixo tem seus aguilhões de ferro, de peso de três e mais arrobas, com espigões que entram nas ditas moendas e sobre que andam, ficando fora delas um palmo do dito ferro, que assenta em outro ferro por baixo, tendo das bandas cada uma seu bronze, com o qual ficam seguras para andar, sentadas todas três sobre um pau de grande grossura, a que chamam mesa.*

ENGENHEIROS DE CANA (1992-93) E COMENTÁRIOS: É muito provável que o engenho dessa segunda descrição de Costa Matoso esteja extinto. Moendas verticais de madeira movidas à água já deviam ser raras no final do século XIX e início da centúria seguinte. O custo de montagem de engenhos d'água sempre foi bem mais elevado do que os de tração animal, tornando-os praticamente inacessíveis a indivíduos de poucos recursos. As moendas de ferro horizontais, difundidas a partir do século XIX, devem ter substituído os cilindros de madeira daquelas unidades maiores, cujos proprietários podiam arcar não só com os custos de sua aquisição, mas também proceder às adaptações necessárias a sua instalação. As vantagens que esta inovação incorporava, sobretudo economia de trabalho e grande crescimento da produção e produtividade, acabaram por tornar anacrônico o antigo equipamento, ao menos para aquelas unidades maiores e que produziam para o mercado.

Contudo, as "bolandeiras" sobreviveram. Os engenhos de tração animal com cilindros horizontais de ferro tiveram que conservá-las. Neles essas rodas que trabalham na horizontal são necessárias, ainda que em outro sistema de transmissão. Esses engenhos ainda são encontrados, alguns remanescentes do século XIX. Ver as Figuras 110 e 111 apresentadas na próxima parte dessa subseção.

As Figuras 114 e 115 (apresentadas na próxima parte dessa subseção) são de engenho movido a água com moendas horizontais de ferro. Pertencente a João Magno, município de Dom Joaquim, esse equipamento da primeira metade do século XX é bastante semelhante aos engenhos d'água do século XIX. Quase todo de madeira, com os cilindros e suas engrenagens de ferro fundido, apresenta sistema de geração e transmissão de força típico daquele período: roda d'água, eixo de transmissão ligando a roda ao "rodete" menor, "rodete" maior engrenado no menor (redução da rotação e ampliação da força), eixo de transmissão ligando o "rodete" maior ao cilindro mestre, sistema de pilões acoplado ao eixo que liga a roda d'água ao "rodete" menor.

Independente da força motriz, essa segunda descrição traz como novidade à preocupação do magistrado em identificar e nomear um número maior de peças do assentamento dos cilindros e estrutura do engenho. Assim, reunindo as duas descrições foram anotadas: "moendas, dentadura, dentes, travessa, guilhões, espigões e mesa". Todas essas designações ainda são utilizadas, com exceção dos "guilhões e espigões". Por outro lado, os entrevistados identificam e nomeiam número muito maior de partes do engenho. Antônio, de Minas Novas, menciona: "moendas, contagem/dentadura, tabuado/mesa, virgens/pés, tear, barras, ponte, aparadeira, troncos, castelo/chumaceiras, agulha, aspa, guia, manjarra, aspinha, pião, macaco, mastro do engenho, panca, macetes, dente, testeiro".

COMENTÁRIO GERAL: Costa Matoso pouco informa com relação à utilização de rodas d'água. Os depoimentos orais abordam detalhadamente uma série de elementos relativos ao represamento e condução da água para as rodas, utilização de recursos hídricos em múltiplas máquinas e por várias propriedades, histórico da disponibilidade de água; informam sobre os materiais, medidas e custos de aquisição das rodas d'água e transmissões; tratam também dos trabalhos e custos de conservação do sistema de suprimento de água para o engenho e da manutenção dos equipamentos.

Sobre a utilização de tração animal, não fosse brevíssima e, tudo indica, equivocada referência, o silêncio do códice seria total. Costa Matoso limita-se a dizer que "há engenhos que os faz moer a água e outros, bestas, e estes são pobres". Essa dicotomia, definida ou caracterizada a partir da força motriz empregada, não encontra confirmação na literatura especializada e fontes primárias. Muitas eram as regiões mineiras que não dispunham de rede hídrica capaz de suprir as necessidades de seus produtores, resultando em número elevado de engenheiros abastados e que produziam para o mercado utilizando engenhos de tração animal. Talvez o correto é afirmar que os engenhos pobres eram movidos por tração animal. Ver o tópico Força motriz dos engenhos da subseção 4.1. Contudo, não se pode olvidar que a crônica de Costa Matoso é de meados do século XVIII, momento em que a extração mineral se constituía no núcleo dinâmico da economia de Minas, com o decorrente vigoroso processo de urbanização por ela engendrada e impulsionada, e respondia por acentuada concentração demográfica nos espaços da mineração ou a ela contíguos. Somente a desconcentração econômica e populacional intensificada a partir da irreversível retração da economia do ouro sustentou a progressiva incorporação de outros espaços do território de Minas Gerais. A este movimento centrífugo correspondeu a disseminação do cultivo e transformação da cana-de-açúcar por toda a capitania, em especial em espaços regionais em que a ausência de recursos hídricos abundantes impedia a utilização da energia hidráulica e impunha a tração animal como força motriz praticamente exclusiva. Se elaborasse sua crônica no final do Setecentos, Costa Matoso certamente não estabeleceria a força motriz como medida da importância dos engenhos, ou da capacidade produtiva das máquinas de moer cana.

Quadro 15 – Moagem

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Capacidade extrativa de caldo	*(...) e ali se mói, de sorte que fica aquele bagaço numa palha tão seca sem nenhuma umidade, (...)*	*Tira, porque lá a gente tem que passar quatro, cinco, seis vezes; agora o bagaço seca, sabe?* JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS	Os donos de "engenho de pau" avaliam que suas máquinas podem extrair todo ou quase todo caldo da cana.
Identificação do caldo da cana e transporte para os cochos de fermentação ou recipientes de cozimento	*(...) e de donde se mói vai aquele caldo, que cá lhe chamam garapa, por uma bica de pau a cair dentro de uns cochos de pau, (...) que toda tem escorrido para baixo e daí vai pela bica a cair nas caldeiras, que já estão no fogo.*	*Tem uma bica debaixo das moendas, que apara pra uma bica mais larga, aí ela sai noutras bica que desce direto, que você tem um desvio, uma bica que você vira prum lado ou pro outro, ou vai pros cocho de garapa pra fermentação, ou senão vai pra tacha.* HAILÊ, DOM JOAQUIM	O transporte do caldo é, em geral, através de tubulação de PVC. Já nos engenhos mais antigos é comum a utilização de bicas de madeira. Universal é a designação "garapa", sempre empregada como sinônimo de caldo de cana.
Acidentes nas moendas	*(...) aqueles andam com tanta violência que já tem havido moendas que levaram corpos de pessoas inteiras, mas quando chegam a passar saem moídos.*	*(...) por isso que ele vendeu o engenho, o filho dele perdeu um braço.* AUGUSTO, OLIVEIRA *Já aconteceu uma vez, meu menino que morreu aí mesmo, né? A aspa pegou, o pau era alto. Então, ela pegou assim e apertou a cabeça dele, matou ele, né?* EMÍLIA, MINAS NOVAS	São muitos os relatos de acidentes em engenho. Mais comum os casos de esmagamento de braços e mãos nas moendas e menos comuns, porém mais dramáticos, os acidentes na estrutura do engenho.
Número de passagens das canas, capacidade extrativa de caldo	*(...) e assim que vão moendo se lhe mete a cana, e como estão tão juntas assim se vai espremendo a cana, que, passando-a três ou quatro vezes, fica aquele bagaço sem substância de umidade, (...)*	*Passa umas dez vezes mais ou menos. Fica torrado o bagaço, o engenho que é bom mesmo, quando o senhor termina, joga o bagaço lá, você pode riscar o fósforo que ele pega fogo.* ADÃO, SALINAS *Passa quatro, cinco vez, seis vez. Com quatro, cinco vez tá seca.* JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS	Grande a variação no número de passagens da cana nos "engenhos de pau". Passagens relativamente rápidas, quatro a cinco vezes, e passagens demoradas, 30 a 40 vezes ou 15 a 30 minutos passando o mesmo molho ou feixe de cana.
Descrição da moagem da cana	*Por entre as ditas moendas, ou por da do meio, se metem por um deles a cana, que com violência e união de uma e outra moenda se vai logo ralando e continuando a passar-se pelo outro lado até que, com efeito, estile dela todo o sumo que tem (...)*	*(...) que nós com quatro molho de cana, né? Não pode moer com três que falta a cana procê por do outro lado, né? Então cê tem que moer com quatro que dá certinho. Quando um tá saindo, a outra tá entrando do outro lado, tá entendendo? Assim quando sai pra cá, o outro já põe daqui pra lá, assim dá tudo certinho, até a gente terminar.* ADÃO, SALINAS	Desde o século XVII que a operação de moagem da cana nos "engenhos de pau" é essencialmente a mesma. Os entrevistados são unânimes em reconhecer que a extração do caldo nessas máquinas é processo moroso e que requer grande dispêndio de energia por parte dos moedores.
Destino do bagaço	*(...) e o bagaço que fica se deita fora.*	*(...) aí quando seca, você vê que num tá correndo mais a garapa, aí agora, joga aquele bagaço fora.* ANTÔNIO, MINAS NOVAS	O bagaço tem vários destinos: combustível, adubo, alimentação de criação, ou simplesmente jogado fora.

COMENTÁRIO GERAL: As ausências mais importantes do códice e que são contempladas pelos depoimentos: número de canas passadas de cada vez; produtividade do engenho, capacidade de extração de caldo por hora e dia; número de horas e presença de intervalos no funcionamento do engenho; número de trabalhadores e condições de trabalho na moagem.

Quadro 16 – Açúcar

(continua)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Quantidade de açúcar produzida em Minas	*Nestas Minas, já hoje se faz muito açúcar, (...)*	*Já teve muita tradição. Inclusive, nessa época que meu pai fazia duzentas cargas de rapadura, cento e cinqüenta, ele fazia muita, falava arroba, é muitas arroba de açúcar.* VICENTE, TURMALINA	A maior parte dos entrevistados guarda apenas memória da produção de açúcar por antepassados. Alguns deixaram de elaborar o açúcar há muitos anos. Poucos permanecem produzindo, quase sempre para exclusivo consumo doméstico.
Época de corte da cana, qualidade da matéria-prima e limpeza da cana para a produção de açúcar	*(...) e tanto em povoado como cá não se corta cana para açúcar senão no tempo seco, e há de ser a cana boa [e] limpa.*	*Mas isso, moagem de cana é coisa assim do mês de julho ao mês de outubro. É porque é a região mais seca, então precisa de lenha seca e açúcar também, essa coisa, tem que mexer com o tempo enxuto, né? E também é a época que a cana tá, que nós falamos, cana madura. Porque na época das água a cana tem muita água e tem pouco doce.* ABRAÃO, OLIVEIRA	Em geral a safra da cana não se inicia antes de maio e não termina depois de outubro. Poucos são os produtores que trabalham fora desse período, que coincide com o período mais seco do ano.
Cozimento do caldo: número de caldeiras, passagem do caldo pelas caldeiras, possibilidade de fluxo contínuo de garapa, funções de cada caldeira	*Mas os engenhos que fazem açúcar de sorte são prevenidos de muitas caldeiras que nunca aquele pára, porque vai passando de cheias para as outras, não para as desocupar, mas que se faz porque se escumam em umas e em outras ainda, até vai passando de caldeira a caldeira a purificar, porque o que se faz em umas não se faz noutras, e cada uma tem o seu mister.*	*Agora, o da fornalha, são três tachas que a gente funciona com ela, na primeira tacha você faz a garapa, que é pra fazer a limpeza dela, não é? Ela vai fervendo, fervendo, fervendo, e quando solta aquela escuma, aí você tem que fazer limpeza, né? Feita àquela limpeza você joga ela pra frente; vem à outra fria pra aquele local, e ela vai ser tirada na última tacha; (...) Você pega aquela casca da bananeira e faz uma bica de uma tacha pra outra se ir conduzindo o líquido.* AUGUSTO, OLIVEIRA	A produção de açúcar e rapadura apresenta grande variação no número de recipientes de cozimento utilizados. É possível produzir ambos os derivados com apenas uma única tacha. O número de tachas tende a ser indicador da magnitude da produção. A utilização de várias caldeiras ou tachas acaba por impor a especialização de cada recipiente.
Limpeza do caldo: evaporação e escumação; destino da escuma	*E quando se quer fazer açúcar, em lugar de ir a calda para o cocho, se encaminha para uma caldeira de cobre, onde fervendo com fogo ativo por baixo vai juntando por cima uma escuma, que se lhe vai tirando com uma escumadeira grande e se lança fora.*	*Aqui nós fala é tacheira, né? Aquela menina, essa neta minha mesmo que taí comigo, é uma das tacheira que labuta com garapa aí. Agora, tem a escumadeira, uma cuia de escumar o tacho. O tacho quando dá fervura, abaixa aquela fervura dele, com bastante fogo que tiver debaixo dele, aquela espuma vai encostando assim pro lado, encostando assim, fora da garapa e a fervura no meio. Agora, você leva a escumadeira e roda ali, e apanha aquela espuma toda e despeja ali.* ANTÔNIO, MINAS NOVAS	Controlar a temperatura nas diversas etapas de cozimento é tarefa que exige o pleno domínio da técnica de limpeza e evaporação do caldo. Os depoimentos afirmam a importância central da eficiente limpeza do caldo para resultado satisfatório na fabricação de açúcar. Em geral, as escumas são aproveitadas na criação de animais, sobretudo porcos.

Quadro 16 – Açúcar

(continua)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Cozimento, purificação; coagem; pontos do melado e melaço	*E com o muito ferver se vai purificando de sorte esta calda, que fica em ponto de melado ou ponto fino; estando nele se vai passando por um pano, de sorte que fica coado de algum agraço que possa ter, e assim se vai logo deitando em outra caldeira mais pequena a que chamam tacha, e ali com fogo se vai apurando, de sorte que fica em ponto muito mais grosso que o de melaço, (...)*	*O melado é o seguinte: pela fervura a gente já vai conhecendo. Então tem a escumadeira, enfia a escumadeira lá, dá um banadozinho nela e faz ela assim, então quando o pingo ficar aquele trem paralelo, sabe? Então se quiser o melado grosso, tá no ponto de tirar melado. Que é o melaço grosso, o pingo fica parado assim ó, a uma distância assim ó, ele não pinga gota, ele fica aquele negócio comprido ali na parte da escumadeira. Então se é o melado mais ralo, o pingo tá rápido, pingou mais rápido. E se tá aquele negócio, parou assim, tá custando a pingar, é o melado grosso, isso tira do jeito que quiser. O açúcar, no caso de fazer o açúcar de fôrma, aí já se tira na cuia: pega a cuia, põe a água e pega aquelas pazinhas, dá um banado nela, né? E joga na água. O Senhor faz assim começou a juntar uma puxazinha, o senhor pegou com dedo, tá aquela puxa mole mas ela não dá pra pegar, sai assim desmanchando, é ponto de açúcar. Fez assim ó, juntou aquelas bolinha, fala assim: juntou chumbinho, é ponto de açúcar de fôrma.* ABRAÃO, OLIVEIRA	São muitos os pontos de cozimento do caldo, na seguinte ordem: melado ou melaço, "açúcar de fôrma", rapadura, "açúcar de cocho". Diversos são os procedimentos para identificar o ponto correto de cozimento do caldo segundo o derivado a ser produzido. Conhecimento empírico, a determinação do ponto é também tarefa que requer o pleno domínio da técnica de limpeza e apuração do caldo da cana.
Transporte para as fôrmas; reminhol	*(...) e daqui se tira com uma colher grande a que chamam reminhol, (...)*	*Tem o que eles chama de rominhol, negócio de cobre pra tirar o melado lá dentro, espécie de panela com um cabo comprido, é uma concha grande, eles chama de rominhol aqui.* HAILÊ, DOM JOAQUIM	O reminhol ou rominhol, de cobre ou de cabaça, também é utilizado no controle da fervura do melado, evitando o transbordamento para fora das tachas.
Descrição das fôrmas: material, medidas, formato e furos; suportes das fôrmas	*E depois de purificada aquela calda e já em ponto, se bota em umas fôrmas de pau (e também se fazem de barro) do feitio de um barril, de sorte que tendo três, ou pouco mais ou menos, palmos de boca, vai acabar em modo de funil para baixo, e neste fundo é tapada com tábua, e esta tábua é furada com cinco ou seis furos de verruma força. Estão estas fôrmas, que têm de altura três, quatro, palmos, como não têm assento que as segure por ser quase agudo, estão metidas em uns buracos, cujos estão feitos em umas tábuas grossas, que [estão?] altas do chão palmo e meio por não chegar o fundo da fôrma ao chão, (...)*	*A fôrma é feita de tábua. Fazia assim ó, e assim ía colocando, né? Agora era por baixo um tábua assim furada, agora ia esgotando o mel com o barro, com a friagem do barro, ia esgotando o mel, daqui um pouco ficava o açúcar perfeito.* ADÃO, SALINAS *Dependendo do tamanho da fôrma, porque tem gente que às vezes faz numa forminha pequena. Um cocho mais ou menos dessa largura, lá você finca um mourão lá, outro lá, outro no meio, outro de cá, outro de cá e vai colocando os paus a pique assim, sabe? Tudo dentro do cocho, e aquele melado que vai correndo, vai correndo dentro do cocho. Você pode botar quantas toneladas quisesse por ali dentro.* ZEQUINHA, MINAS NOVAS	Não foram encontradas as fôrmas descritas por Costa Matoso; não foram encontradas fôrmas "do feitio de um barril". De vários tamanhos, capacidades e formatos são as fôrmas descritas pelos entrevistados, todas de madeira e com furos no fundo. Foi anotado mais de um registro de utilização de balaio como fôrma para a purga do açúcar. Os suportes descritos por Costa Matoso, os "tendais", foram encontrados em antiga fábrica de Martinho Campos.

Quadro 16 – Açúcar

(continua)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Enchimento das fôrmas; temperatura da calda; início da cristalização	*(...) e ali se bota aquela calda, que quando vai já vai meio fria, que logo coalha e não tem lugar de sair por aqueles buracos.*	*E aí, que esfriou um pouco, põe na fôrma. A fôrma toda tapadinhazinha, porque senão vaza, né? Porque tá assim meio morno, meio quente, já tá açucarando. Aí, já pode por o material já morno, ou ainda bem esperto, e depois que aquilo passou um tempinho fica tudo açucarado, já pode bambear e bater a cunha, aí vai correr o melaço do pingo.* ABRAÃO, OLIVEIRA	Alguns produtores deixam o melado por algum tempo no cocho antes de levá-lo à fôrma. Esse tempo é variado, de horas a dias. Todos que adotam esse procedimento técnico consideram imprescindível a pré-cristalização do melado no cocho.
Cristalização; cobertura das fôrmas: material, consistência e função; escorrimento do melaço	*Enche-se esta fôrma, mas sempre dois, três, dedos de pau, e depois que está bem coalhado, cobre-se este açúcar de barro amassado, que não seja muito mole nem muito duro, e este barro é o que faz este açúcar ficar branco, e sem barro não fica branco; tem então certo limite de dias para estar este barro, que tirado o barro já o açúcar está capaz de se tirar da fôrma. Servem aqueles buracos do fundo de ralo para aquele açúcar destilar um melado ou melaço, e deste que daqui se estila das fôrmas é do que lá vai.*	*Você espalhou aquele açucarado dela ali na fôrma, porque o açucarado é vermelho, num alveja não. Ali agora, pra ela alvejar forra ela por cima de moinha de bagaço que tira assim aquele barro feito da terra molhada, massa ele bem massadinho, chega e bate o barro em cima daquela moinha ali, por cima daquele melado ali. Ali agora você deixa ali, né? Ali agora, com pouco pega destilando naqueles furozinho que tem nas fôrma, ele vai destilando e quando aquele barro que foi posto por cima daquela moinha, em cima daquele melado açucarado, quando ele secar ele trinca todo, no ele trincar agora você pode meter um negócio qualquer ali, tira aqueles tampo de barro, pra jogar fora. Tá o açúcar também limpinha ali debaixo, né? A friagem daquele barro da terra, bem machucado, bem massadinho, é que faz com que ele estilar aquele melado azedo, né?* ANTÔNIO, MINAS NOVAS	Uma parcela dos produtores forra internamente as fôrmas com bagaço ou folha de bananeira. Alguns não colocam o barro diretamente sobre o açúcar, interpõem camada de moinha de bagaço. É comum a utilização de barro específico: barro de telha, ou terra de formigueiro, ou barro mais argiloso.
Assentamento das fôrmas no suporte; escorrimento do melaço; condução (bicas) do melaço para o reservatório (pipas)	*Todas estas fôrmas estão em ordem por aqueles buracos das tábuas, e por baixo dos fundos das fôrmas estão várias bicas, que como são as fôrmas muitas não pode ser uma a bica só, mas estas que estão aparando o melaço vão todas cair em uma que está posta, de sorte que vai o melaço cair em uma pipa, e cheia aquela se põem outras.*	*O tamanho da fôrma de açúcar é sobre o depósito que você tem pra por ela pra receber o melaço. Porque você tem que por nelas, pareado assim, uma espécie de uma, um depósito corrente, pra você aproveitar depois o melado; por uma lata, um tanque ali debaixo pra aproveitar o melado.* AUGUSTO, OLIVEIRA *A hora que ela açucara, você vai e vai pra fôrma. A fôrma são umas tábuas assim ó, são duas tábuas de madeira com esteirinha de taquara no fundo, você põe ela ali, tem uma bica por baixo pra aparar o melado.* HAILÊ, DOM JOAQUIM	Sob as fôrmas é colocada rede de bicas que aparam o resíduo da purga do açúcar. São bicas de madeira ou bambu que conduzem o melaço para reservatório.

Quadro 16 – Açúcar

(conclusão)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Destino do melaço	*Deste melaço se faz também cachaça, ou aguardente, que esta é a que verdadeiramente é cachaça.*	*Só fazia açúcar e cachaça do melaço que escorria do açúcar, só!* GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS *Daquilo que escorria dali a gente aproveitava pra fazer cachaça, pra tratar de porco.* ZEQUINHA, MINAS NOVAS	O melaço quase sempre se destina à produção de aguardente. Em alguns casos é utilizado na alimentação de criação.
Identificação do resíduo da purga, uso medicinal	*Deste melaço – que cá o seu nome é mel de tanque – se curam os [tersóis] com outras misturas, mas o mel de tanque é o principal, e muita gente tem sarado.*	*Daí depois que acabava de escorrer o melaço, que é o tal melado de tanque.* GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS	Nenhum dos produtores mencionou a utilização medicinal do resíduo da purga.
Tempo de purga, trabalhador responsável pelo controle do tempo de purga, retirada da cobertura	*Daquelas fôrmas, depois que o mestre vê que o barro tem o tempo necessário e que está capaz de se tirar, se tira, (...) e está nesta fôrma 15 ou 20 dias, (...)*	*Então coloca a massa dentro e aí acerta ela e coloca terra, barro por cima, sabe? E aí deixa 15 dias.* EMÍLIA, MINAS NOVAS *Ih! Isso aí fica 30 dias, 40, até mais às vezes, o necessário, é no mínimo 20 dias. Pode ficar até 40.* GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS	O tempo de purga varia enormemente de um produtor para outro. Em alguns engenhos dura de seis a 15 dias, em outros flutua de 20 a 60, existem casos que alcançam 90 dias.
Capacidade das fôrmas segundo os tipos de açúcares; posição dos açúcares nas fôrmas	*(...) e há fôrma que dá duas arrobas e mais, mas o comum são fôrmas que dão quarenta até cinquenta libras de açúcar branco, que de certa altura da fôrma para o fundo é mascavado, que é o mais pesado, por isso vai para o fundo, e por esta razão escorre aquele melaço, (...)*	*Fazia seiscentas, oitocentas arroba, até mil arroba de açúcar, fazia aqui. Nós fazia açúcar branquim mesmo! Três tipos. Tem o branco, tem o redondo, que é o médio e o preto. Mas o preto não é o pretinho também não.* GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS	A purga pode ser um único processo, que resulta em tipos distintos de açúcares, segundo a posição na fôrma; ou progressiva, quando apenas o açúcar branco vai sendo retirado da fôrma e a cobertura de barro é renovada, resultando em um único tipo de açúcar.
Secagem; pulverização	*(...) e tirado daqui o açúcar anda alguns dias a secar ao sol. (...) e assim nas fôrmas se põe a secar ao sol por alguns dias, no fim dos quais o tiram das fôrmas em que se acha unido e duro e depois o fazem em caras, o que tem na fôrma largueza para elas, e o mais quebram e fazem em pó, como dele se usa.*	*Não fica empedrado porque pra secar você quebra ele. No sol. Você leva aquela tabuleta, aquelas plaqueta, põe no sol e vai num pano, igual faz com polvilho, mesma coisa, né? Aí você quebra ele, tem um macetizinho, você vai até ele ficar na finura que você quer. Se for um sol desse sol quente, que é o sol das águas, um sol quente, de julho, agosto, com dois dias de sol tá seco.* AUGUSTO, OLIVEIRA	Na primeira descrição de Costa Matoso o açúcar é retirado das fôrmas e colocado a secar; na segunda é levado a secar dentro da fôrma, sendo retirado após a secagem, quando é cortado e pulverizado. Os depoimentos coincidem com a 1ª descrição quanto ao momento de retirada da fôrma e com a 2ª quanto à necessidade de pulverização.

COMENTÁRIO GERAL: As entrevistas preenchem as seguintes lacunas do códice: tipos de fornalhas empregadas (material, formato, medidas), número de bocas de alimentação das fornalhas, combustível utilizado (origem, consumo, histórico da disponibilidade), controle da temperatura; trabalhadores especializados no fabrico e reparo dos recipientes de cozimento e dos utensílios; capacidade e medidas dos recipientes de cozimento; agentes empregados na aglutinação das impurezas e purificação do caldo; número de trabalhadores e condições de trabalho no cozimento do caldo e purga

Quadro 17 – Aguardente

(continua)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Período do ano em que se fabrica aguardente; identificação da aguardente	*E o maior fruto que nestas Minas se tira da cana é todo o ano por redondo fazer-se aguardente dela, a que vulgarmente chamam cachaça, mas o seu nome verdadeiro é aguardente de cana.*	*Porque a rapadura só é mexida na época da seca. Agora, pra produzir cachaça não, você pode emendar com as águas também, né?* AUGUSTO, OLIVEIRA *É pinga, é cachaça, é aguardente, né?* GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS *É a cachaça, pinga, aguardente, aquele trem.* JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM	Assim como no caso do açúcar e da rapadura, a maior parte dos produtores fabrica a aguardente nos meses secos do ano, entre maio e outubro. Contudo, não são incomuns alambiques que trabalham quase que o ano inteiro. A identificação predominante entre os produtores é "cachaça", o termo "aguardente" é pouco utilizado, já a designação "pinga" é bem mais comum.
Diferença no tratamento do caldo na produção de açúcar e na de aguardente	*E muito cheias as caldeiras, pára o engenho, porque este caldo não há de ser azedo como é o da cachaça.*	*Pra pinga pode ficar até 10 dias cortada. Pra rapadura o bom é cortar num dia e moer no outro. Se guardar ela azeda, né? Só pra cachaça, a cachaça não tem problema, porque tem que azedar mesmo.* ZINHO, DIVINÓPOLIS *A moenda também a gente lava, né? Todo dia não, porque a fermentação é justamente do azedo, né?* ZEQUINHA, MINAS NOVAS	A cana e seu caldo recebem tratamento diferenciado segundo o derivado a ser produzido. Açúcar e rapadura exigem cana recentemente cortada e o caldo deve ser conduzido diretamente para as tachas. Já a aguardente não necessita dos mesmos cuidados, podendo a cana ser cortada com antecedência maior.
Descrição dos cochos de fermentação	*(...) uns cochos de pau, que são ou de tábuas ou de pau inteiriço do tamanho de uma caixa de açúcar em tudo, no comprimento, largura e altura; (...)*	*Conforme que enchesse o depósito dos cochos, vão supor que hoje iria lambicar dois cochos ali, mais ou menos 1.500 litros, então, acabava aquele ia moendo outro, aí dava tempo de moer três mil litros de garapa.* JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM	É de madeira a grande maioria dos cochos de fermentação e variáveis quanto ao formato. A capacidade de caldo é variadíssima, foram encontrados cochos de 80 a 1.500 litros. Não é rara a utilização de grandes troncos escavados como cochos.
Fermentação do caldo; tempo de fermentação	*(...) e como estas vasilhas já andam [avolumadas?], cheios um ou mais, conforme é a posse do lavrador, ferve aquela garapa, ou caldo, que ajunta a escuma a uma banda, ou se está muito cheio bota por fora ou lha tiram, e depois de parar esta fervura (...) onde estando o dito sumo 24 horas, mais ou menos, ferve a dita calda e se azeda, (...)*	*Ali no mínimo é 24 horas, né? Pra poder a garapa tá no ponto de transformar em cachaça. Isto depende muito, sabe? Porque tem umas época, igual agora mesmo: nós tamos começando os fermento lá, sabe? Aí ele demora mais tempo. Tem uma época do ano, às vezes que o fermento já tá firmado, já faz um certo tempo que ele tá funcionando, às vezes ele gasta aí oito horas, doze horas, pra chegar o ponto de levar pro alambique. A garapa, assim que você mói nos cocho, ela fica fervendo, né? É, soltando aquelas bolha e fica efervescente, né? E quando ela tá no ponto, ela fica paradinha, quietinha, limpinha, aí ela tá no ponto de ir. Enquanto ela tá efervescente ali, ela não pode ir pro alambique.* ZEQUINHA, MINAS NOVAS	Costa Matoso quase nada informa sobre o processo de fermentação. Limita-se a vaga referência à presença de fermento nos cochos e o tempo necessário para a fermentação do caldo. Por outro lado, os entrevistados fornecem detalhadas informações sobre essa fundamental etapa da elaboração da aguardente. Com raras exceções, afirma-se a necessidade de 24 horas para a fermentação do caldo.

Quadro 17 – Aguardente

(conclusão)

Natureza da Informação	Costa Matoso 1750	Engenheiros de Cana 1992-93	Comentários
Destilação, número e tamanho dos alambiques	*(...) se bota aquele caldo, ou garapa, em um alambique ou mais a estilar, (...) e daí se lança em um alambique de maior ou menor grandeza, onde com o fogo por baixo ferve, até que destila a aguardente, (...)*	*Vai ser fermentado o caldo, depois ele é parado, né? Do fermento, ele já vai direto para a panela também do alambique. E ali vai chegando fogo, também, aos poucos. Não pode chegar assim de uma vez. Vai esquentando, esquentando, quando ele começa soltar um tipo de evaporação, aí você desce o capêlo em cima da boca da fornalha. Todo vedado. Alí você passa um pouquinho de um betume, de um angu, pelo menos, nas beiradinhas, para não escapar e daí vai só aumentando a caloria. Com fogo, não pode deixar diminuir. Aí começa a pingar, que eles fala que o primeiro é o zinavre, que corre do alambique. Aí você tira um litro, pelo menos, e joga fora. Enquanto ele estiver meio azulado, você joga fora. Depois vem a cachaça de cabeça, né? Sai aí mais ou menos uns dois litros dela friinha, é a cachaça de cabeça que fala. E dessa hora em diante, você vai só chegando o fogo. Não pode chegar de uma vez. E quando ele está começando correr a cachaça de cabeça você solta a água da torneira lá, que vai em cima do capêlo, para esfriar a cachaça, né? Que ela não pode sair, se não sai gosto sapecado. Aquele gosto ruim. Aí corre enquanto tiver cachaça, taca o graduador, ela caiu para 19 grau, pelo menos, aí já é água fraca.* JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM	Assim como a fermentação, o processo de destilação pouca atenção recebeu do em geral arguto magistrado. A crônica apenas informa que o caldo é destilado em um ou mais alambiques de tamanhos variados. Vasto é o universo de informações que as entrevistas fornecem com relação à destilação. Quanto ao tamanho e número de alambiques utilizados pelos produtores a variação é de grandes proporções. Fábricas com muitos alambiques convivem com pequenos produtores possuidores de apenas um pequeno alambique. A capacidade dos alambiques varia enormemente. Foram encontradas panelas com capacidade que varia de 80 a 1.500 litros de garapa.
Armazenamento da aguardente	*(...) e dali sai a dita aguardente que dali vai para as pipas.*	*Guardava em tonel de madeira Bom, normalmente todo mundo tem é o carvalho, né? É, porque o bálsamo ela fica amarelinha assim e fica forte pra diabo.* AUGUSTO, OLIVEIRA *A cachaça é no parol. Acho que são dez a onze mil litros.* JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM	Os entrevistados utilizam variados recipientes de madeira para a armazenagem e envelhecimento da aguardente: tonel, parol, dorna e barril.

COMENTÁRIO GERAL: O códice não traz uma série de informações: tipos de fornalhas empregadas (material, formato, medidas), combustível utilizado (origem, consumo diário, histórico da disponibilidade), controle da temperatura das fornalhas; relação caldo fermentado e aguardente destilada, formação do fermento (composição, tempo de formação), processo de fermentação (influência de fatores climáticos); alambiques (material, formato, capacidade), formas de resfriamento dos alambiques, tempo de destilação, composição do destilado (graduação alcoólica), destino do resíduo da destilação; número de trabalhadores e condições de trabalho na fermentação e destilação.

Além das lacunas assinaladas, os depoimentos orais contemplam aspectos que ultrapassam completamente a crônica de Costa Matoso. Alguns exemplos: a posição relativa da produção de derivados da cana no conjunto da unidade produtiva, a renda gerada com essa atividade comparada com a gerada pelas demais atividades econômicas; a posição da fabricação de derivados da cana no calendário agrícola, as relações de consorciação com as outras atividades; arquitetura dos engenhos e suas relações com a utilização dos recursos naturais, com o gerenciamento e controle do trabalho, com a otimização da produção e economia de trabalho; os aspectos sociais e demográficos que caracterizam os produtores; características fundiárias como o tamanho da propriedade, área cultivada com cana, áreas destinadas

às outras atividades, reservas florestais; histórico do envolvimento da família com a produção de derivados da cana, atividades produtivas dos antepassados; origem e composição da força de trabalho, dos trabalhadores de todas as etapas da elaboração dos derivados da cana e das demais atividades da unidade produtiva.

A fabricação de rapadura é a ausência mais surpreendente no texto setecentista. Dados de documentação pública do início do século XIX, final do período colonial, revelam que a produção de rapaduras em Minas Gerais era atividade de grande magnitude. Além de suprir o mercado mineiro, exportavam-se grandes quantidades de rapadura para o sertão do Nordeste (ver a subseção 4.3).

Em 1822, o administrador do Registro de Malhada, localizado no rio São Francisco, norte de Minas, enviava relatório informando que "nos 6 meses de agoas de outubro a março de 1821 a 1822" o número de rapaduras exportadas "para Pernambuco, Rio São Francisco abaixo", era de 82.735, equivalente a 9:928$200 réis, ou 35% de toda a exportação registrada no período (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/49, caixa 16, doc. 9).

Em 1867, percorrendo o Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, região do norte de Minas, Richard Burton, por duas vezes, revelou forma peculiar de medição da capacidade de carga de embarcações que percorriam o rio, sugerindo grande comércio de rapaduras.

> *Em Manga, vimos pela primeira vez a "barca"(...) o comprimento médio é de uns 15 metros por 5 de largura, calando 1,1 ou 1,6 metros quando carregada, e podendo transportar 400 arrobas, calculadas em rapaduras, cada uma de dois quilos, aproximadamente. (...) Estava encostada uma boa barca trazendo a bandeira imperial. Sua tripulação, incluindo o piloto, era de sete homens, e a tonelagem de 4.000 a 5.000 rapaduras, ou seja 10.000 a 12.500 quilos de peso (Burton, 1977: 171 e 199).*

Depoimentos de viajantes estrangeiros do início do Oitocentos não deixam dúvidas quanto à importância da rapadura nos hábitos alimentares dos mineiros. O açúcar na forma de rapadura fazia parte da dieta dos habitantes de todas as regiões de Minas Gerais. Em 1816, próximo a Queluz, Saint-Hilaire anotou algumas observações sobre a produção e consumo de rapadura.

> *O Padre Anastácio, como muitos outros proprietários da província, não fabricava açúcar mascavo, e se contentava de fazer o que chamam no país rapaduras. São tijolos que podem ter de cinco a seis polegadas de comprimento e são bastante grossos; sua cor, gosto e cheiro são mais ou menos os do açúcar queimado das nossas refinarias, mas o gosto do xarope se faz sentir mais fortemente. Para fabricar rapaduras, não se põe água alcalina no caldo; faz-se este ferver bastante para que não escorra nenhum melaço, e vertem-no em moldes dos quais se pode facilmente retirar as rapaduras resfriadas. As crianças, negros e tropeiros adoram essa espécie de açúcar e consomem-na em quantidades prodigiosas (Saint-Hilaire, 1976: 65).*

As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais no final do Novecentos: uma viagem por imagens e depoimentos orais

Os resultados da confrontação das fontes orais e iconográficas do final do século XX com os documentos do códice de meados do século XVIII consolidaram metodologia de pesquisa e franquearam a possibilidade de sobejo alargamento do estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais.

O ensaio dessa subseção representa a primeira exploração coordenada da íntegra dos dois grandes conjuntos documentais produzidos nas pesquisas de campo. Sintetizam o potencial dos depoimentos e fotografias em revelar múltiplos aspectos dos universos econômico, técnico, social e cultural das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais. Conquanto se destine especial atenção a equipamentos e processos técnicos, despontam relevantes informações sobre formas produtivas, relações sociais

de produção, divisão do trabalho, configurações na consorciação de múltiplas atividades econômicas, destinação da produção e relações com o mercado, padrões de consumo, expressões de sociabilidade, tradições orais na transmissão de conhecimentos técnicos, formas de apropriação de recursos naturais, percepção do processo de modernização e o impacto sobre as atividades tradicionais, dentre outros muitos aspectos.

Embora, em muitos casos, as imagens por si só apresentem exuberantes evidências técnicas que remetem aos séculos XVII, XVIII e XIX, foram regularmente incorporados extratos das entrevistas que reiteram ou ampliam esta remissão ao passado. A longevidade da vinculação familiar com a produção de derivados da cana, patente para a maioria dos engenheiros, deve ser considerada como fator a conferir lastro histórico aos depoimentos.

Orientada por proposta de história oral temática, a forma de recolhimento dos depoimentos esteve permanentemente pautada por questionário básico. Como decorrência, não é difícil depreender o caráter orientado, segmentado e recortado da narrativa dos engenheiros. Ainda assim, foi possível, não sem cuidadoso trabalho de edição, construir módulos temáticos associados às fotografias. Textualizou-se parcialmente as transcrições, eliminando as repetições excessivas e corrigindo quase toda a ortografia.

Nem sempre foi observada a coincidência entre o registro fotográfico e os extratos das entrevistas. Privilegiou-se a qualidade técnica e a amplitude documental na seleção das fotografias. Considerou-se a longevidade do envolvimento com a atividade do engenheiro, a extensão e qualidade informativa, as referências espaciais e as características do discurso do depoente na seleção dos extratos das entrevistas.

Por tratar-se do mais importantes equipamentos dos engenhos de cana e constituir-se nas mais exuberantes sobrevivências materiais, aos registros que documentam as máquinas de moagem foram incorporadas informações sobre a datação do padrão técnico, características gerais das unidades produtivas e observações atinentes a uma série de aspectos particulares aos engenhos documentados.

Alguns depoimentos selecionados coincidem com extratos eleitos para o cotejo com o códice Costa Matoso. Trata-se de passagens com forte conteúdo documental, portanto emblemáticas dos aspectos que se pretende ressaltar.

No quadro seguinte foram relacionados os nomes de todos colaboradores ou entrevistados, os municípios em que desenvolvem ou desenvolveram atividades de cultivo e transformação da cana-de-açúcar e a data do recolhimento dos depoimentos.

Quadro 18 – Depoimentos orais pertinentes ao ensaio sobre as atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais no final do século XX

(continua)

Entrevistado	Município	Data do depoimento
Abraão Ângelo da Guarda Silveira	Oliveira	Agosto 1993
Adão José Virgínio	Salinas	Agosto 1993
Afonso Ligório Junior (Juninho)	Martinho Campos	Setembro 1993
Alarico Augusto Gomes	Jequeri	Setembro 1993
Albino Rodrigues de Jesus	Turmalina	Agosto 1993
Alexandre Ribeiro da silva	Brasília de Minas	Fevereiro 1993
Alípio Soares de Oliveira (Quim)	Conceição	Setembro 1993
André Pereira Dias	Turmalina	Agosto 1993
Anísio Santiago	Salinas	Agosto 1993
Antônio Eustáquio Rodrigues	Salinas	Agosto 1993
Antônio Soares da Silva	Minas Novas	Agosto 1993

Quadro 18 – Depoimentos orais pertinentes ao ensaio sobre as atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais no final do século XX

(conclusão)

Entrevistado	Município	Data do depoimento
Antônio Vertelo	Dom Joaquim	Agosto 1992
Aristeu Barbosa	Divinópolis	Setembro 1993
Augusto Silveira Neto	Oliveira	Agosto 1993
Crispiano de Souza Freire	Januária	Fevereiro 1993
Dierval Rabelo Costa	Carmópolis	Agosto 1993
Emília Cordeiro Barbosa Lima	Minas Novas	Agosto 1993
Eustáquio, Toninho e Sílvio (picheleiros)	Minas Novas	Agosto 1993
Francisco Valinhas Valinhas	Divinópolis	Setembro 1993
Gabriel José Santos da Silva	Raul Soares	Setembro 1993
Geraldo Magela da Silva (filho de Rodolfo da Silva)	Carmópolis	Agosto 1993
Gilberto Mariano Fragoso	Raul Soares	Agosto 1992
Guilhermino Lino da Costa	Martinho Campos	Setembro 1993
Hailê Nunes da Silva	Dom Joaquim	Agosto 1992
João Magno Thomás de Figueiredo	Dom Joaquim	Agosto 1992
João Martins Soares (Zinho)	Divinópolis	Setembro 1993
Joaquim Ferreira da Cruz	Brasília de Minas	Fevereiro 1993
Joaquim Generoso	Dom Joaquim	Fevereiro 1993
José Antônio Barroso (Zequinha)	Minas Novas	Agosto 1993
José Costa e Antônio da Costa	Cambuquira	Agosto 1993
José de Abreu Machado (Zé Bilico)	Raul Soares	Setembro 1993
José Raspante (Zezinho)	Raul Soares	Agosto 1992
José Rodrigues Pereira	Brasília de Minas	Fevereiro 1993
Maria Assunção Tomás	Dom Joaquim	Agosto 1992
Maria Conceição Serafim	Januária	Fevereiro 1993
Maurílio José de Souza (Murilo)	Raul Soares	Setembro 1993
Moisés Fernandes de Oliveira	Salinas	Agosto 1993
Murilo Borges	Cambuquira	Agosto 1993
Nilson de Souza (filho de Maurílio José de Souza)	Raul Soares	Agosto 1992
Pedro Barboza Rezende	Raul Soares	Agosto 1992
Rodolfo da Silva	Carmópolis	Agosto 1993
Ronaldo Antônio de Abreu	Conceição	Setembro 1993
Sabino Pinto Souza	Salinas	Agosto 1993
Sebastião Cupertino Pereira	Raul Soares	Setembro 1993
Sebastião Rodrigues de Oliveira	Cambuquira	Agosto 1993
Vicente Faleiro de Morais	Carmópolis	Agosto 1993
Vicente Fernando de Araújo	Turmalina	Agosto 1993
Vicente Ferreira dos Santos	Turmalina	Agosto 1993

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

Organização espacial dos complexos canavieiros tradicionais

Importante traço distintivo do setor, a heterogênea base técnica sempre foi fator condicionante das múltiplas formas de organização espacial dos complexos canavieiros de Minas Gerais. Invariavelmente, na definição da força motriz e do tipo de equipamento de moagem e no dimensionamento da escala das instalações industriais, intervinham determinações geográficas combinadas com a capacidade de investimento e com a projeção do grau de destinação comercial da produção.



Figura 99 – Sede e engenho da Fazenda Ribeirão, município de Dom Joaquim

Remonta ao século XVIII a utilização da energia hidráulica nos engenhos canavieiros de Minas Gerais. No Oitocentos, os engenhos d'água estavam concentrados em parte do território provincial, especialmente nas regiões com relevo mais acidentado e maior disponibilidade de recursos hídricos. Além das necessárias condições físicas, a montagem de grandes engenhos d'água pressupunha capacidade de investimento. Os custos elevados, expressos principalmente na captação e regularização do fornecimento de água, disponibilidade de considerável quantidade de madeira e presença de oficiais carpinteiros especializados, restringiam à elite dos engenheiros de cana mineiros o acesso à montagem dessas grandes unidades produtivas. Uma sobrevivência oitocentista, a Fazenda Ribeirão ilustra o segmento economicamente mais dinâmico do setor canavieiro mineiro. Semi-especialização produtiva, safras longas, força de trabalho escrava, divisão técnica do trabalho e produção para mercados locais e interregionais eram, muito provavelmente, seus principais atributos. Conquanto situadas a centenas de léguas dos espaços canavieiros agroexportadores, onde o cultivo e transformação da gramínea estruturavam-se no latifúndio, escravidão, monocultura e estreita vinculação com mercados externos, as grandes fábricas de cana de Minas Gerais eram, no tocante a instalações, aparelhagem e processos técnicos, similares às unidades agroexportadoras do Nordeste

brasileiro, Norte fluminense e planalto paulista. Na Fazenda Ribeirão, a conjugação de fábrica e residência do proprietário atesta a posição de destaque do cultivo e transformação da cana. Na vista geral da sede e do engenho estão documentados o aqueduto de madeira para a condução da água até a roda, o imenso telheiro que abriga a fábrica e os três andares da residência. A inclinação do telheiro evidencia a utilização da gravidade como recurso para economia de trabalho no transporte do caldo da moagem para a cozinha do engenho. As informações recolhidas com o atual proprietário (1993), Hailê Nunes da Silva, remetem para mais de meio século de produção de açúcar, rapadura e aguardente.

Isso aqui eles falam 200 a 300 anos que já tem isso aqui! (...) A água? Vem desse ribeirão, vem lá de cima, uma distância de uns quatro quilômetros quase. A água foi tirada pelos escravos, ainda. Tem um rego, né? O açude lá é todo de madeira. HAILÊ, DOM JOAQUIM



Figura 100 – Engenho da Fazenda Cachoeira, município de Dom Joaquim

Embora a montagem da fábrica remonte à década de 1940, o equipamento de moagem da Fazenda Cachoeira é adaptação de antigo engenho de tração animal. Situado bem próximo da sede da fazenda, a escolha do local para edificação das instalações do engenho esteve condicionada pela presença de água e pela construção em níveis com o objetivo de economizar trabalho no transporte do caldo da cana. A vista geral da fábrica documenta o aqueduto de madeira para condução da água, a roda hidráulica, os três níveis da construção e o amplo telheiro que abriga todas as etapas dos fabricos da rapadura e da aguardente. Segundo o depoimento do proprietário (1992), João Magno, são oitocentistas as origens do envolvimento familiar com a produção de derivados da cana. Insuficiência de água e dificuldades com a manutenção dos equipamentos levaram o engenho à desativação.

Eu acho que quem está interessado, um trem assim, tem que tentar comprar. Igual tem lá, pelo menos. Eu vou ter que passar ele todo pra motor. Já fiz requerimento à Cemig. Ver se eu consigo um motor elétrico, né? Tirar roda d'água, porque não tem hoje carapina pra poder construir uma roda daquela, não tem madeira, nem quem saiba fazer por aqui. Tentei, arrumei madeira pra poder colocar lá, mas carapina aqui, nenhum sabe fazer uma roda daquela não. (...) Não, agora acabou. Tem uns quatro ou cinco anos que eu não faço cachaça por causa de água. (...) Ah, porque tava sem condição de mexer por causa exatamente do que tá lá, né? Podia estar fabricando aí, um engenho daquele parado, né? Podia estar fabricando, mas com a falta de água, esta roda, pelo menos, não é fácil. (...) Nossa Senhora! Se eu ganhar na sena, eu vou fazer, buscar água onde é que tiver, esta madeira, lá pra Bahia, não sei de onde for e fazer ela toda de roda d'água e fazer... e até rodar... até produzir! Eu tava querendo voltar pra lá só porque tem aquela roda ali, né? É muito bonita, tocada a água! Dava gosto. JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM

A falta de profissionais especializados e a progressiva diminuição do volume de água são fatores de primeira importância na desativação dos remanescentes dos grandes engenhos d'água de Minas Gerais. Conquanto em referência isolada, acréscimo voluntário do espírito de observação do juiz de paz do remoto distrito de São Sebastião das Lages, município de São Romão, a documentação de 1836 registrou a importância dos carpinteiros de engenho e vantagens comparadas dos engenhos d'água em relação aos engenhos de bois:

1º de Thomas da Con.^{cam} Araujo movido p.^{r} Bois tem suficiente fabrica e principia afaser Agoard.^{e} este anno; este Engenho pode ser movido por Agoa por ter abondancia della, mas afalta q.^{e} á neste pais de Carpinteiros obsta.
2º de Manoel Per.^{a} de Abreu é movido p.^{r} Bois tem suficiente fabrica e principia afaser agoard.^{e} este anno; este Engenho pode ser movido p.^{r} agoa anão ser a falta que é neste pais de Carpinteiros etiradores de agoas.
(...)
Os Engenhos puxado a Bois são despendiosos ede poca vantagem nem so pella caresa dos Bois como pelo poco expediente que da o Engenho (Arquivo Público Mineiro, SPPP1/6, caixa 4, documento 19).

Com custos de montagem bem mais modestos e independência em relação a topografia e abundância de recursos hídricos, os engenhos de tração animal proliferaram rapidamente pelo território de Minas Gerais. Nos séculos XVIII e XIX, os grandes engenheiros de cana das regiões com escassos recursos hídricos e os pequenos e médios engenheiros em geral encontravam na tração animal a solução técnica possível. A não-sobrevivência do engenho de bois das grandes fazendas oitocentistas resultou de sua relativa baixa produtividade. No século XX, o engenheiro com recursos adotou outras fontes de energia e abandonou definitivamente a tração animal. O engenho e a "tenda de rapadura" da Fazenda São Lourenço tipificam sobrevivência centenária. Com moendas verticais ou horizontais, de madeira ou de ferro fundido, movimentados por bois ou cavalos, os engenhos de tração animal sobreviveram apenas em unidades camponesas baseadas no trabalho familiar, na produção de autoconsumo, na fabricação quase

que exclusiva de rapaduras e na geração de pequenos excedentes comercializados em mercados locais. O caso documentado reúne os elementos típicos: o engenho assentado ao ar livre, em geral debaixo ou próximo de árvore frondosa, garantia de momentos de refresco para homens e animais; a curta distância, o pequeno telheiro que abriga a cozinha, rústica cobertura para os não menos toscos equipamentos; o canavial circundando a clareira do engenho, imposição do exíguo tamanho da gleba, facilidade para o trabalho de transporte da matéria-prima. Joaquim Ferreira da Cruz, proprietário da Fazenda São Lourenço, trabalha há mais de meio século na fabricação de rapaduras.



Figura 101 – Engenho e "tenda de rapadura" da Fazenda São Lourenço, município de Brasília de Minas

Eu ia comprar um engenho de ferro e não conseguia! E a dona ali comprou um engenho de ferro, então eu tive notícia que ela ia pôr fogo no engenho, sabe? Então fui lá e falei com ela: "Se a Sra. vai queimar o engenho, me vende ele!" Aí me vendeu ele baratinho, por cem cruzeiro naquele tempo, né? Quase que eu paguei só o transporte de lá pra cá! (...) Eu aprendi fazer rapadura... aqui tem uma tal de Dalina velha, que tinha um engenho aqui, e desde d'eu criança de 10 anos comecei trabalhar mais ela, tocando boi em redor de engenho. Então eu passei tocando boi ao redor de engenho, depois peguei carreando madeira, depois peguei tomar conta do pé de engenho pra moer... e aí continua, até hoje eu vou levando aí. JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS



Figura 102 – "Tenda de rapadura" e engenho da Fazenda dos Poções, município de Salinas

A organização espacial dos pequenos engenhos rapadureiros do Norte de Minas é fundamentalmente a mesma. Nesta figura, a modesta "tenda" está em primeiro plano e o engenho assentado debaixo de exuberante mangueira. A safra da cana coincide com os meses mais secos do ano, com período de sensível diminuição dos afazeres referentes às demais atividades agrícolas, especialmente as culturas de mantimentos. Na época da seca, os trabalhos de moagem e fabricação de rapaduras assumem posição de destaque em parcela expressiva das comunidades camponesas do Vale do Jequitinhonha. Além do engenheiro e sua família, diretamente envolvidos em todas as etapas do fabrico, não é incomum a presença de parentes, vizinhos e amigos a oferecerem pequenos préstimos, a observarem a faina dos que trabalham, a prosearem sobre os mais diversos temas. A fábrica de cana, principalmente a "cozinha", transforma-se em privilegiado espaço de sociabilidade. Adão José Virgínio vive na diminuta gleba de seu sogro, com quem aprendeu o ofício de rapadureiro.

A fazenda aqui não é minha, é dele aí: do meu sogro. Eu trabalho com ele, né? Eu moro com ele, trabalho com ele aqui, eu sou trabalhador dele. (...) Porque minha moaginha é fraca, né? Eu moo pouquinho mesmo por semana. (...) Mas eu começo moer desde o mês de abril, daí a gente começa limpar a tenda e... a gente termina final de setembro, a gente pára com a moagem. Agora quem tem a profissão direto, que nem eu tenho um primo aqui embaixo, ele só mexe com isso, direto, seja as água, seja a seca. Ele só mexe com moagem de cana, né? Mexe por profissão mesmo com moagem. (...) O que eu gabo aqui é minha moaginha. Abaixo de Deus é a cana mesmo, então cana é a que mais dá renda, é a cana! Ela dá muito mais renda do que o milho e o feijão! (...) Eu prefiro a moagem. S'eu tivesse condições de mexer com a moagem, eu mexia com a moagem. Não tocava a lavoura de milho, feijão... eu mexia só com a moage! (...) É porque quando ele comprou aqui ele mexia com isso, desde quando de criança, ele já mexia com moage, né? Ele desde menino ele trabalhava moendo cana. Ele comprou esse terreno aqui foi com dinheiro de cana, com a moage. Então, quando ele mudou pra aqui, havia esse pé de manga já, né? Já tinha... vi ele novo! (...) Eu aprendi por causa dele aqui, que mexia desde criança, né? Então eu casei com a filha dele. Ele mexia com isso, eu aprendi e gostei! (...) Isso aí eu dou explicação pra qualquer um, da moage eu entendo graças a Deus! ADÃO, SALINAS

Força motriz e base técnica dos engenhos

Nos séculos XVIII e XIX, as fontes de energia e o padrão técnico dos equipamentos de moagem estavam, em larga medida, correlacionados à direção da produção. A forma, intensidade e regularidade das relações com mercados locais e regionais determinavam a necessidade e capacidade de atualização técnica. A longevidade de padrões técnicos arcaicos, ainda vigentes no setor canavieiro de Minas Gerais, explica-se, fundamentalmente, pela permanência de relações sociais de propriedade e produção não-capitalistas.



Figura 103 – "Engenhoca", município de Oliveira

Em Minas Gerais, o engenho manual sempre foi o mais acessível equipamento para extração do caldo da cana. O caráter rústico, a relativa simplicidade de materiais e conhecimentos técnicos necessários a sua elaboração, a singeleza da operação de moagem e a modesta quantidade de matéria-prima processada possibilitavam a largo espectro de proprietários e trabalhadores rurais o acesso a essa máquina. Elaborada inteiramente em madeira, a "engenhoca" é composta de um par de cilindros horizontais e requer dois moedores. De aplicação quase exclusivamente doméstica, sempre se destinou a pequenas extrações de caldo para uso diário. Embora de operação simples, a moagem em engenhos manuais implica em grande dispêndio de energia. "Arrebenta-peito", denominação corrente para a "engenhoca", é distintivo do pronunciado esforço físico associado a sua operação. A esta restrição operacional somaram-se o surgimento de máquinas similares de ferro e a sensível redução de profissionais habilitados para sua construção como fatores determinantes do progressivo desaparecimento das "engenhocas" das áreas rurais de Minas Gerais. No final do século XX, poucos eram os exemplares remanescentes.

Inclusive nós também já tivemos lá em casa a chamada engenhoca. Que não é... é de pau, mas não é engenho de pau. Engenhoca tração a arroz e feijão. Eu já toquei muito. Duas pessoas, uma de cada lado. Você puxa com a mão e toca com o pé. Rebenta-peito pra nós aqui. (...) Arrebenta-peito era para fazer melado. ABRAÃO, OLIVEIRA

Ah, não! Aquilo é coisinha mínima, né? Mas é mesmo pra fazer garapa, né? Só pra tomar assim às vezes, eu mesmo tenho um moço que mora nos meus terrenos que tem uma engenhoca lá. ZEQUINHA, MINAS NOVAS

Aquele de madeira, antigo, chama engenhoca. É um de cada lado, põe a cana ali, faz um caldinho-de-cana e toma, faz até café com aquilo. Fazia, né? Agora, por causa de que... mas ainda usa pra alguma beirada, um cantão do mundo ainda, né? MURILO, CAMBUQUIRA

Agora, tem um mais primitivo, que era manual. Aquilo que eles chamam de descaroçador. Eu acho que isso é uma adaptação do descaroçador de algodão, do primitivo descaroçador de algodão. Que aquilo usa geralmente pra tirar um caldo de uma cana pra beber, pra produção de rapadura. É caseiro. No terreiro assim, movido a mão e as moendas aí são finas. JOSÉ RODRIGUES, BRASÍLIA DE MINAS

Engenhoca é engenho tocado a braço de homem. Chama rebenta-peito. Rebenta-peito porque põe a cana nele e um de um lado e o outro do outro lado; e um toca para cá e o outro toca para lá. Tá doido, aquilo mata qualquer um, chama rebenta-peito. GERALDO, CARMÓPOLIS

A gente chegava na casa do coisinho e falava: vamos lá pra beber café? Cortava cana, passava na engenhoca e punha pra ferver, mas ô cafezinho bão! ZINHO, DIVINÓPOLIS

Os colonos todos tinham na casa deles. Os carpinteiros da fazenda faziam pra cada um deles pra fazer garapa. (...) O dele era o último que tinha aí, de engenhoca. Rebenta-peito. Depois que criou aqueles engenhozinho de ferro, manual, todo mundo acabou com sua engenhoca, né? AUGUSTO, OLIVEIRA

Somente no século XVII surge o primeiro equipamento especificamente desenvolvido para extração do suco da cana-de-açúcar. De origem controvertida, o "engenho de entrosas" ou "engenho de pau", revolucionou a produção de açúcar. Economizou trabalho, aumentou a produção, expandiu enormemente a produtividade e transferiu o ponto de estrangulamento da produção, que passou da moagem para a cozinha. No século XIX, com novo desenvolvimento técnico, o engenho vertical de madeira foi progressivamente substituído pelo engenho horizontal com cilindros de ferro. A sobrevivência deste primitivo equipamento de moagem só foi possível em espaços canavieiros com vigência de produção camponesa. A histórica introversão da produção mineira de derivados da cana também é fator essencial ao entendimento da permanência de equipamentos e técnicas arcaicas. Nos 300 anos da fabricação de açúcar, rapadura e aguardente nos engenhos de Minas Gerais, a produção esteve orientada fundamentalmente para o consumo doméstico e/ou para o abastecimento do mercado interno mineiro. Dispersão populacional, limitado desenvolvimento dos transportes, ausência de integração dos mercados regionais, desconcentração espacial da produção e profundas desigualdades regionais impeliram à introversão e reiteraram a estagnação técnica. Conquanto os remanescentes ainda em operação estejam praticamente restritos aos territórios mais setentrionais de Minas, o "engenho de pau" está presente na memória de engenheiros de cana de diversas regiões do estado. Esse registro fotográfico documenta típico "engenho de pau" do Alto Jequitinhonha.

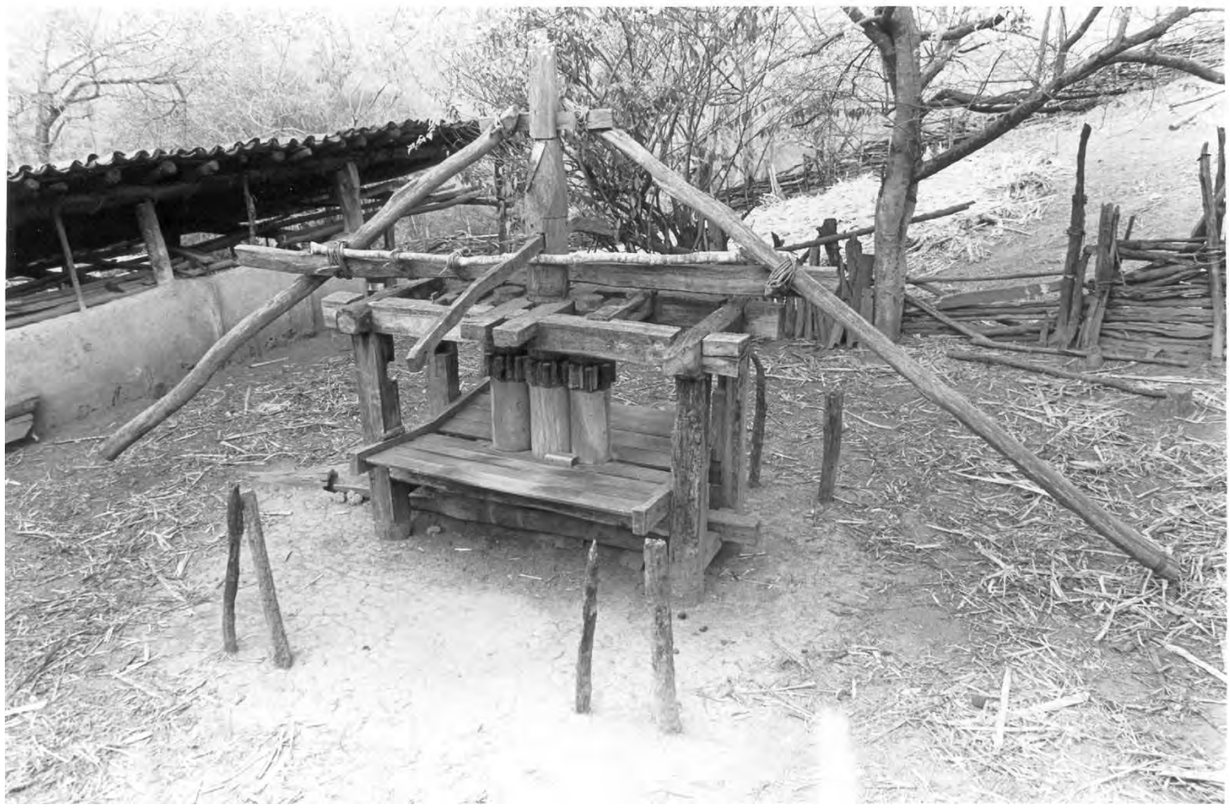


Figura 104 – "Engenho de pau", município de Minas Novas

Esse negócio de cana no município é uma tradição. Meu pai, na época d'eu novinho, eu lembro, sabe? Ele fazia até 200 cargas de rapadura, sabe? É, é uma coisa que sempre produziu assim, sem trabalho, né? E o povo produzia mesmo. Na época, naquela época, eu era novinho, então era com aquele engenho de pau. Engenho de pau, tocado a boi. Quatro, seis junta de boi. Não, num ajudava porque eu era novo. Ajudava assim, mexendo com cana, sabe? É, ajudava a carregar, a puxar animal pra carregar a cana. VICENTE FERREIRA, TURMALINA

Demais! Com três moenda e o bicho numa zoeira danada. Um punha cana de cá, outro de lá, voltava ela pra trás. Tudo isso eu conheci. GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS

Uai, eu conheço! Tem engenho de pau, não é? Que nós já usamos e largamos pra comprar esse, pra colocar esse de ferro, que é melhor. Seca mais... e dá menos trabalho. O outro de pau era só quebrando pau e dando problema direto, né? EMÍLIA, MINAS NOVAS

Já vi aquele. Acabou, mas tem uma pessoa que faz aqui pra nós; já vi um. Um compadre meu, vizinho nosso, ele mesmo fez, três moendinhas em pé. Ele mesmo fez os dentinhos e nós pegava os meninos e rodava ele. Era o trem mais bão do mundo. Acabou. ZINHO, DIVINÓPOLIS

Conheci. Todo de pau. Que eu mesmo, eu... é a engenhoca que eu tinha era todo o engenho de pau. Tive daquele engenho de pau. Eu possuí aquele engenho uns cinco ano, mas tá com uns... já tá com uns 35 ano que eu possuí este engenho. Ah, aquilo acabou, aquilo acabou assim na... Queimou aquilo. Nada, não tem nada por aqui mais. Mais ou menos uma faixa de uns 35 ano que eu não vejo mais. Ah, porque achei que o engenho de... porque aquilo dá trabalho, você tem que passar a primeira vez e voltar a segunda, sabe? Pra secar. Gasta duas pessoas. Um daqui põe a cana, o de lá volta o bagaço na outra moenda, cê torna a voltar o bagaço pra lá e de lá joga fora. É só três vez dá pra secar, cê tem que torcer... que dá um trabalho, tem que torcer aquele bagaço e passar ele pra lá. MURILO, RAUL SOARES

Eu mexia com um engenho de pau aí, mas era de pai, né? Tá lá ainda, de mostra. Tá ali do outro lado, em cima. Desde criança que nós mexe lá. ALBINO, TURMALINA

Ah, muito. Inclusive possuí, uai! Eu não possuí, mas meu pai. Era de pau. Do meu avô inicial era de pau. Engenho de pau. Bom, o do meu pai deixou de existir em 56. Existia sim. Porque, geralmente, na região a pessoa assim, mais pobre, que não pode possuir, que não podia possuir engenho de ferro, eu possuía engenho de pau e geralmente no engenho de pau eu não produzia garapa, eu não produzia rapadura e nem açúcar. Eu só produzia a garapa para fazer o melado e coar o café. ABRAÃO, OLIVEIRA

Ah! Já engenho de pau. Eu criei na roça e desde menino nós fabricava rapadura! Tinha engenho a pau, tocado a boi, punha quatro boi pra puxar eles, sabe? Duas junta que se fala: dois adiante, dois mais atrás. Dois, um dum lado, outro do outro. Tempo da minha mãe. Lá embaixo na beira do rio que eu morava lá! Aí, dois homens pra moer: um pegando cana dum lado e outro do outro. Uai, esse de pau era ruim (...) Ah! O engenho de pau... sei lá, moço, engenho de pau, vou até falar: hoje em dia não posso nem explicar, que eu não tô por dentro de engenho de pau, tá com muito tempo que deixei disso. Vou te contar. Quando meu pai morreu, eu fiquei com dois anos. Eu tô com 58 anos; eu sou de 1937. Quando meu pai morreu eu tinha dois anos, já tinha esse engenho, cê tem que eu nem sei de quem é que foi, trem antigo, foi até acabar lá. Quando foi isso, outro dia, nós pegou e jogou fora pra lá, não valia nada. Ninguém queria. Uai! Fazer, faz, mas ninguém não quer nem! Se ocê falar de engenho de pau aqui, eles nem quer saber disso mais. Tem muita gente que faz. Uai! Se procurar pra fazer aí, tem muito carapina que faz! Pessoa que trabalha em madeira, faz! Acha quem faz! Só tem que ninguém quer! VICENTE FERNANDO, TURMALINA



Figura 105 – Detalhe das moendas de "engenho de pau", município de Minas Novas

Essa fotografia documenta detalhes das moendas: os três cilindros verticais, os dentes entrosados a meia altura, o cilindro mestre central que recebe a força e transmite para os cilindros laterais, dentes para reposição e os macetes para fixação dos dentes. Os "engenhos de pau" são produto do trabalho de carapinas especializados, que também cuidam da manutenção dessas máquinas inteiramente confeccionadas em madeira. A nomenclatura que identifica as peças do "engenho de pau" testemunha rico universo técnico-cultural. A etimologia das palavras remete para relações sociais e com o meio natural, quase sempre acepções não recolhidas pelos dicionários da língua portuguesa.

É moenda, né? (...) É dentadura de engenho. (...) É, tem a contage, mas a contage é pra colocar os dente, né? É sim. Ali agora, se não for contado, não dá certo pra poder rodar, né? Dá desencontrado um do outro, não roda. (...) Aqui é tabuado. (...) Uns trata de mesa de engenho, tabuado de engenho. (...) Essa daqui é a virgem, né? Conhece como a virgem de engenho. Quatro pé do engenho, né? As virgem. (...) Em cima uns trata ele o tear do engenho. (...) É as barra, né? (...) Essa debaixo é aparadeira, aonde as moendas tá sentada em cima é ponte. (...) Esse daqui é tronco, né? (...) Chumaceira. (...) Agulha, né? (...) É a aspa. (...) É manjarra. (...) É aspinha. (...) Tem, aqui por baixo ainda tem peça que ainda não falou. Aí, ó! Daqui a moenda senta em cima dele, em riba da ponte, chama pião. Pião de engenho. (...) Tem o macaco. (...) Castelo, sim. (...) Chama é cipó curraleiro, né? (...) É mastro do engenho. (...) É isso mesmo! Ela é que domina a chumaceira, pra poder garantir a força do engenho, a panca, né? (...) É macete, né? Pra dá os furo na dentadura, bate o formão. E aqui pra dá esses furo na aspa também é com eles. Bate o formão e com eles pra tirar cavaca fora, né? Se esse dente aqui querer sair, tem que dar uma pancada com aquele macete, sabe? É com aquele macete ali pra modo de chegar ele pro lugar, né? (...) Sim, aqui é agulha do tabuado, né? (...) Trava do lado, e do outro, chama testeiro. No meu conhecimento que eu ouvia falar, chama isso aí é testeiro de engenho, né? É sim. É o tear com o testeiro. Com o testeiro é que abraça o travamento do engenho. ANTÔNIO, MINAS NOVAS

Os "engenhos de pau" em operação no final do século XX foram dimensionados para o trabalho camponês, para a pequena produção de autoconsumo e com geração de modestos excedentes comercializados em mercados locais. No século XIX, a dimensão desses equipamentos era determinada, fundamentalmente, pela disponibilidade de mão-de-obra e pela direção da produção. Os grandes "engenhos de pau" com geração programada de expressivos excedentes, comercializados em mercados regionais, eram operados por dilatado contingente de trabalhadores – escravos, na maior parte do século – e requeriam avultado número de animais de tração. Longas jornadas pressupunham turnos de trabalho, implicavam em revezamento dos animais empregados e demandavam regular fornecimento de grande quantidade de matéria-prima. Da combinação do escravismo com incipiente divisão do trabalho resultava específica distribuição dos trabalhadores nas diversas etapas do cultivo e transformação da cana-de-açúcar. A condição social, o sexo e a idade eram variáveis que se somavam à habilitação profissional na determinação dos postos de trabalho. Algumas unidades produtivas do Dezenove funcionavam com dois equipamentos de moagem. Em geral associavam engenho d'água a engenho de tração animal, o segundo como alternativa para períodos de baixos índices pluviométricos ou em casos em que os recursos hídricos disponíveis permitiam a moagem em apenas parte do dia. Nesta figura e nas seguintes foi documentado "engenho de pau" em funcionamento. O trabalho é realizado por família camponesa: o pai e a mãe são os "jogadores de cana", a filha toca os bois. Na operação de moagem é essencial a prévia preparação das canas, que devem ser cortadas sempre do mesmo tamanho e ter as pontas chanfradas. São indispensáveis o sincronismo na introdução das canas dos dois lados do engenho, a proporção no volume de canas moídas de cada vez e a necessidade de combinar os esforços de sustentar e, ao mesmo tempo, introduzir as canas nas moendas. Também é imprescindível a organização do espaço de trabalho, com a separação das canas por moer (depositadas nos "picadores") das canas moídas (o bagaço). A extração do caldo da cana em "engenho de pau" implica em morosidade, grande dispêndio de trabalho, elevado desgaste físico dos trabalhadores e baixa produtividade.

Não, não é difícil. É uma coisa simples; pra aprender é a coisa mais simples. Que nós com quatro molho de cana, né? Não pode moer com três que falta a cana procê por do outro lado, né? Então cê tem que moer com quatro que dá certinho. Quando uma tá saindo, a outra tá entrando do outro lado. Assim, quando cai pra cá, o outro já põe daqui pra lá, assim dá tudo certinho, até a gente terminar. Cada um moedor trabalha com dois molho de cana. (...) Passa umas 10 vezes mais ou menos. (...) Fica o bagaço seco. Sai todo o caldo. (...) Fica torrado o bagaço, pode terminar. O engenho que é bom mesmo, quando termina, joga o bagaço lá, cê pode riscar o fósforo que ele pega fogo. (...) Uso boi porque é o boi que agüenta puxar o engenho. Já é apropriado, faz apropriado pra puxar com boi mesmo. Ele dá conta de puxar o engenho, de carregar a cana da roça, a lenha, tudo é feito no boi. (...) Aqui gente chega com o boi no engenho, marrado os dois boi e agora apronta eles e encanga. Depois encangado, agora põe a tiradeira, né? É amarrada na corrente e na manjarra, né? Aí agora a gente passa a chaveia lá, aí amarra a guia, pronto, aí agora pode trabalhar. (...) Precisa de um tocador. A menina tocando e dois moendo no engenho, na moedora, e um tocando os boi. Bom, quando os bois aprende tocar, assim puxa o engenho sem tocar; não precisa, né? Mas, quando é esses aí precisa tocar. (...) Bom, lá a gente corta e carrega o carro de boi, né? E traz pro engenho. A gente traz, se é engenho de madeira, né? Na comparação de pau, aí é aparada, a gente apara a cana de metro em metro. Chanfrada, e aí coloca no engenho. (...) Nos dia de moage eu pego das seis às sete da noite, né?
ADÃO, SALINAS



Figura 106 – "Engenho de pau", município de Salinas



Figura 107 – "Engenho de pau", município de Salinas

Tira, porque lá a gente tem que passar quatro, cinco, seis vez. Agora o bagaço seca, sabe? Fica pouco, pode tirar de lá e levar pro fogo que queima, sabe? Pro gado! faz a ração pro gado, né? Então é próximo à seca, sabe? Que eu cuido mais aqui é na seca, de agosto pra setembro é tempo de pasto seco, então eu deixo pra começar nessa época por causa do gado! Pra tratar do gado, eu proveito o caldo pra fazer a rapadura e já o bagaço e o olho é pro gado! (...) Depende da cana, sabe? Que a cana quando é uma cana mais grossa, ela produz mais garapa, tá vendo? Quando a cana é fina, mais fraca a garapa, é menos! Então o caldo é a cana que resolve, né? (...) Que eu pego duas hora da madrugada, três hora, tem vez que pego quatro hora, cinco hora, o dia clareando, né? Mas quando eu pego três hora, eu tiro oito tacho de garapa num dia só! Mói até quatro hora da tarde, cinco hora da tarde, termina de noite, né? (...) Na hora que o boi puxou lá, cê vai levar a cana, cê fica dum lado e outro do outro; um recebe; outro entrega de lado, tá vendo? (...) Aquilo lá, mais de 50 canas! Umas 40... 30. Agora, depois que ela seca, que ela quebra, põe até 50. (...) Aqui, o ano passado mesmo, tinha um rapazinho que foi beber garapa aí, quando ele foi com a cuia, os boi de lá jogou ele lá no pé de pau, né? Eu não deixo! Eu tenho o máximo cuidado, mas tem hora que tá entretido lá cevando a cana, e eles vai passando e não vê, eles pega! (...) Agora pra tocar quase não precisa não. Menino toca, menino gosta muito de tá atrás de gado, mas quase nem precisa, né? Pôs aí, tocô, vai embora! Tanto faz de dia, como de noite, o batido é direto. (...) Então, os dois boi aí, cê pode levantar de madrugada e pôr eles no engenho e pronto! Agora cê roda direto! (...) Esse aí ó, usa eles no engenho, usa no arado, usa no carroção, puxando carroção, né? Enche de madeira, de pedra, de tijolo, do que pôr. Puxo no arado, eu trabalho com ele sozinho aqui. (...) É só no ombro, lá vai cortando e já puxando pra cá tudo no ombro. Essa marimbomdada que tem aqui ó, quando é na época não precisa, só pra lamber aí as safra de mel eles carreia cana. (...) Tira lá, despaia ela bem despaiadinha, traz pra cá, vai chanfrar, um metro mais ou menos de tamanho, né? Os pedaços. Enche o picador, agora vai cevar. JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS

Algumas vezes, até secar o bagaço, né? Ele vai passando uma vez e outra, uma vez e outra, aí quando seca, você vê que num tá correndo mais a garapa, vê que já tá pouquinho, num correndo mais, aí agora joga aquele bagaço fora e torna outra vez, né? É de muito trabalho mesmo. (...) Se sobrar, é coisíssima pouca, né? É apurado mesmo; o engenho ele apura ela, né? (...) Aí é duas pessoa que têm prática, tá bom, que já tem assim um tipo de curiosidade, dá pra modo de poder jogar também. Mas já tem aquelas pessoa que já baseou, né? Que trabalha desobrigado. Agora, menino assim, pra criança menor, deixa muita cana cair no chão. Ela não tem força pra poder alcançar aquele tabuado, pra jogar. (...) Pode ser algumas, num conta, é punhado, né? Pegou na hora assim, pode jogar, ele pega tudo, né? Não sendo muito grossona, passa tudo assim, num instantinho. Agora, essas mais grossa, tem que jogar ali numa base de umas 15, 20, né? Pra ele ir machucando ela, no apurar pra secar já vai aumentando ali, põe uma, duas pra ir acabando de quebrar e agora seca 50 a mais, quer dizer, em cada parcela que joga, né? (...) É, pega lá na manjarra, a atiradeira tem um rabicho, marra lá na manjarra, agora a canga, agora põe os bois, um de lá, outro de cá assim, e coloca a canga, e ali agora, aquela atiradeira ali, chama é camueiro a laçada. Camueiro sim, a laçada que tem na canga, de pôr a atiradeira. Tem agora a chaveia de colocar ali, pra segurar ela na canga, né? Chama chaveia, né? E agora, na canga, os negócio que segura ali, abrocha no pescoço do boi, pra abrochar é canzil, né? (...) Usa quatro, usa até seis, na comparação, quer dizer, que o comum de trabalhar nesse engenhozinho assim é sempre um, sendo um boi assim de mais peso, é uma junta só. (...) Antigamente, tinha muito boi. Hoje acabou. Mas eu conheci... trabalhava num engenho que tinha aqui, de minha vó, eles trabalhava com três junta, duas junta numa manjarra e uma na outra ali, tinha muito menino pra ajudar, bastante menino também pra espantar eles, né? (...) Quer dizer, que uma junta só faz uma diária assim, de umas oito, 10 carga de rapadura, muito folgado até, né? Pra poder tratar deles, tratar de encher a barriga deles bem cheia, eles trabalha desenvolvido também, né? Maneirando a cana aqui, não aumentando a cana, uma junta toca até muito bem. Mas é querer fazer uma diária melhor, é com as duas junta mesmo, porque tem que aumentar a cana no engenho mais também, pra dá uma renda melhor na garapa, né? (...) É treinado, é no engenho mesmo. Ali agora, tendo um que já é manso, treinado assim, manso, pode trazer um outro bravo. Tem que treinar, pra trabalhar no engenho tem que treinar ele. É, tem vez que dá trabalho, tem vez que não dá, que uns de muita pirraça, não dá pra pegar serviço mesmo. (...) A raça melhor pra trabalhar em engenho, pra nós, é o pé duro mesmo, né? É o gadinho, é o gadinho pé duro, né? (...) Criança é pra espantar boi assim, já tendo assim, já tendo tamanhozinho que já dá pra espantar, ajuda, né? (...) Agora não tá tendo horário certo. De primeiro, pegava assim na base de três horas, outra hora, quatro. Quando, às vez, aumentava bem cana no engenho, que tinha assim os boi com uma farturazinha assim, pegava assim na base de uma hora, hora e meia, de jeito que até duas hora pegava e tirava uma diariazinha melhor. Tirava umas oito tachada, tinha vez que tirava até nove. Mas de uns ano pra cá firmou de seis, sete, outra hora cinco. (...) É só de outubro pra trás, né? Quando entrava novembro, que as água já tava, labutava com a roça. Começava ali de junho, tinha vez que começava mês de maio, que quando a cana é mais aumentada. E às vez o ano assim, de pouca chuva, aquela vez já começa até do mês de maio, né? Maio, junho, tudo é época de labutar com cana. ANTÔNIO, MINAS NOVAS



Figura 108 – "Engenho de pau", município de Salinas

Os engenhos com três moendas horizontais de ferro surgiram no século XIX. Até então, apenas alguns engenhos utilizavam o ferro na forma de chapas afixadas aos cilindros verticais de madeira. A inovação na moagem coadunava-se aos progressos técnicos que, desde o século XVIII, foram sendo introduzidos na aparelhagem de cozimento, nas fornalhas e na purga do açúcar. Assim como no surgimento do "engenho de entrosas", o engenho com moendas horizontais de ferro representou economia de trabalho, ampliou a capacidade produtiva e aumentou a produtividade. Reduziu-se à metade o número de trabalhadores na moagem, alcançou-se grande aceleração no ritmo de extração do caldo da cana, obteve-se pronunciado crescimento do volume de cana processada e dilatou-se a eficiência na extração do suco da cana. A introdução das moendas horizontais de ferro nos engenhos de tração animal impôs o empréstimo de recursos técnicos dos engenhos com moendas verticais movidos a energia hidráulica. A transmissão da força do eixo vertical movimentado pelos animais para o eixo horizontal acoplado à moenda mestra horizontal tornou necessária a utilização de sistema de engrenagens. A "bolandeira", até então componente essencial aos engenhos hidráulicos com moendas verticais, foi adaptada aos engenhos tracionados por animais com moendas horizontais. Dessa forma, no Oitocentos processou-se peculiar transferência técnica entre equipamentos empregados em uma mesma atividade. A "bolandeira" que parecia indissociável dos engenhos d'água passou a ser característica dos novos engenhos movidos por bois. Por tratar-se de inovação técnica recente, é muito provável que a grande maioria dos engenhos de tração animal listados nos Mapas de 1836 ainda fosse do tipo "engenho de entrosas" ou "engenho de pau". Entretanto, como testemunham registros fotográficos recolhidos no antigo município de Abadia, hoje Martinho Campos, não deviam ser incomuns os engenhos que empregavam o novo equipamento de moagem. A primeira figura documenta inscrição gravada na estrutura de engenho com "bolandeira" – "Ŷ. F. E. P. 29 D. 9BR.^{O} D. 1832", prováveis data de assentamento e iniciais do proprietário e/ou construtor – e atesta a precocidade da introdução dessa inovação técnica em Minas e a longevidade de sua vigência. Trata-se de 170 anos de atividade de uma máquina quase inteiramente de madeira. As figuras seguintes documentam, em ângulos distintos, o secular equipamento. Percebem-se peças de apurado acabamento, como a "manjarra" e a estrutura, assim como componentes que não resistiram ao uso e à ação do tempo e foram substituídas por peças já sem o mesmo apuro na confecção, como a própria "bolandeira" e alguns travamentos da estrutura das moendas. A rotação da "manjarra" coloca em movimento o eixo maior (vertical) acoplado à "bolandeira", esta se engrena na roda menor, o "rodete", que por sua vez transmite o movimento, através do eixo menor (horizontal), à "moenda mestra".



Figura 109 – Inscrição em engenho com "bolandeira", município de Martinho Campos



Figura 110 – Engenho com "bolandeira", município de Martinho Campos



Figura 111 – Engenho com "bolandeira", município de Martinho Campos



Figura 112 – Cruzeiro de engenho d'água, Fazenda Três Córregos, município de Oliveira.

Outra impressionante inscrição – "22 9BR.O 1881 M. J. R." – foi gravada em cruzeiro que encima engenho d'água do município de Oliveira e documenta provável data de assentamento e iniciais do proprietário e/ou construtor. Equipamento do final do Dezenove, apresenta estrutura inteiramente de madeira, cilindros e engrenagens de ferro, eixo de transmissão e roda d'água também de ferro. A utilização da energia hidráulica nos engenhos mineiros dos séculos XVIII e XIX sempre esteve associada à disponibilidade de recursos hídricos, topografia e capacidade de investimento dos engenheiros de cana. Todavia, no final do Oitocentos, os melhoramentos nos transportes, notadamente a penetração das ferrovias, possibilitaram pronunciada redução dos custos para aquisição de equipamentos importados de siderúrgicas mineiras, da cidade do Rio de Janeiro e também do exterior. O ferro bruto ou em obras, artigo de custo elevado até a primeira metade do século XIX, difundiu-se crescentemente nas duas últimas quadras da centúria. Os engenhos parcial ou inteiramente de ferro representaram parcela substantiva dos equipamentos agrícolas adquiridos pelos produtores de Minas Gerais do final do Dezenove e primeira metade do século seguinte. O depoimento recolhido com o proprietário da Fazenda Três Córregos (1993), Augusto Silveira Neto, encerra importantes informações sobre as atividades do engenho, a história da fazenda e impressões sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro na segunda metade do século XX.

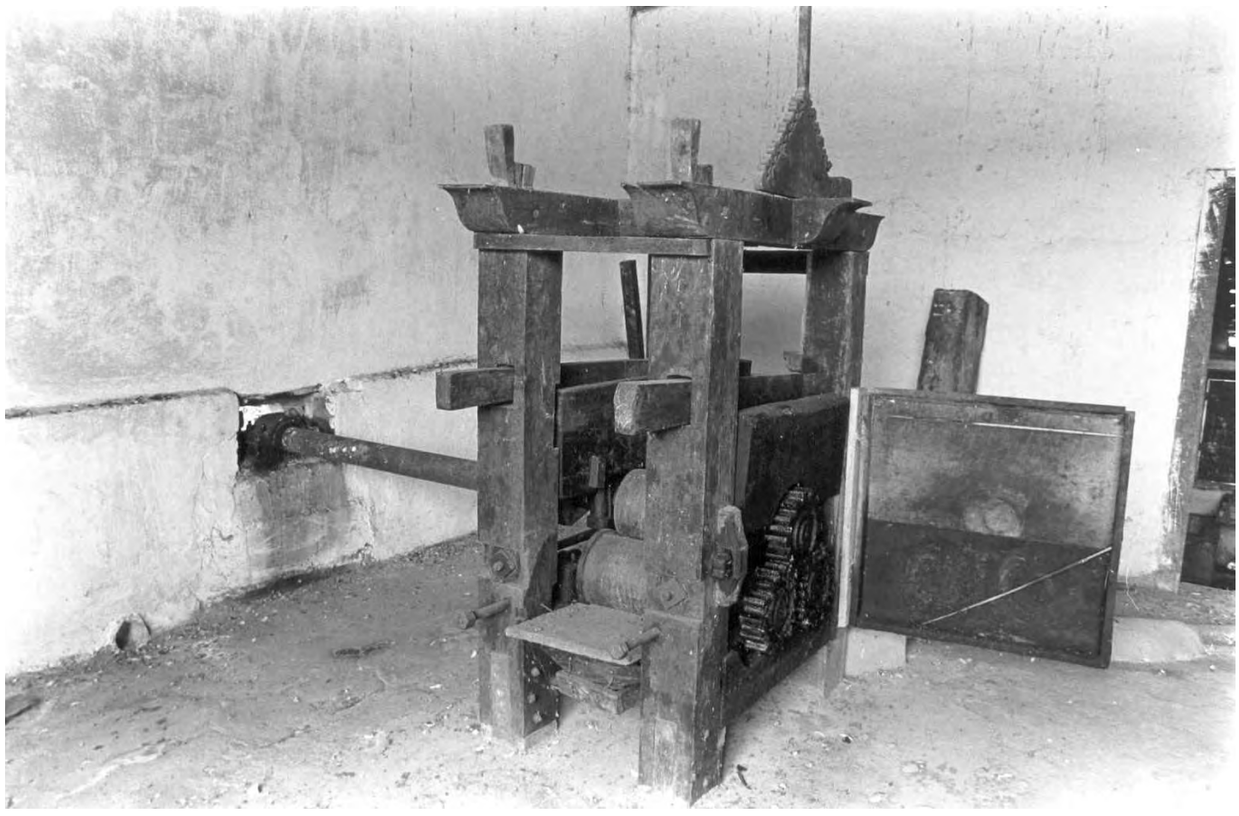


Figura 113 – Engenho d´água, Fazenda Três Córregos, munípio de Oliveira

Isso depende da qualidade da cana, porque se a cana é muito grossa, como existia quatro qualidade de cana na época que eu mexia com engenho, então tinha cana que você tem que abrir um bocadinho a moenda, porque no bater pra ela pegar ela estourava e ficava aqueles toco perigoso do moedor botar a mão. Muita gente perdeu mão enrolado na moenda por causa disso. (...) Onde eu comprei o sujeito perdeu um braço. Por isso que ele vendeu o engenho, o filho dele perdeu um braço. (...) De boi tem, em pé, na fazenda dos meus antepassado era moenda em pé. A moenda era de ferro, mas o manejo de controlar ela era de madeira. (...) Acontece o seguinte, que a em pé quando você vai moer, aquela gaveta de receber a cana ela pega só por baixo, e ela para moer, a moenda em pé sobe, vai subindo a cana. A moenda em pé larga porque quando ela vai subindo a outra vai folgando, embaixo, e aí a garapa acompanha o bagaço. Então a deitada é de maior aproveitamento do líquido. (...) A água no engenho d'água ela não precisa de regulagem da água não. Quanto mais água cai mais ele move. O que tem que regular é exatamente essa quantidade do aperto das moendas com a recepção de cana, porque se ela vai dar mais volta por minuto você põe mais cana; aí é a prática do engenheiro, né? Mas aí ele tem que botar mais cana. A cana é que vai segurar ele. Pra ele pesar, pra gastar mais água, encher quatro ou cinco canudos daqueles. (...) Exatamente isso, é de acordo com a grossura da cana. Se ela é cana média põe quatro canas, se ela é cana grossa põe três canas, se é uma gigante, antiga que tinha, muito grossa, essa põe duas canas só, que é pra dar tempo do engenho, no encher ele... o meu é regulado pra encher com quatro caçamba daquela. Então se você põe mais, tem que regular, encher cinco, ele vai gastar seis caçamba daquela pra dar peso pra virar a roda. (...) Que isso! Vendi umas 10 vaca pra comprar esse engenho. (...) A roda eu fiz ela aqui, eu mesmo com o oficial da fazenda que fizemos a roda. Eu levei lá na Itaúna, a fôrma que nós fizemos aqui de madeira para fazer aquelas gavetilha, sabe? E aqueles arco também, aquela ... porque lá tem uma espécie de uma tesoura, né? Então aquela tesoura eu levei, e lá na Itaúna eles fizeram para mim, eu trouxe e montei. (...) Eu tinha aquilo como um biscate da seca, eu não tinha outra atividade na seca, então usava a cana pra isso, pra renda da fazenda. Depois não, depois veio o café, veio pra café e o engenho foi ficando abandonado, abandonado porque o café me tomou o tempo total. (...) Quando eu montei esse engenho, a água que eu tinha, quando eu cons-

truí essa fazenda aqui, que eu vim pra aqui era mato, não tinha nada, tudo foi eu que fiz. Então a primeira coisa que eu fiz foi fazer essa coisa de artifício ali de engenho, moinho. Eu liguei três águas que pus o nome na fazenda de Três Córregos por causa disso. Então são três águas que eu reuni elas pra fazer volume, e esse volume só deu 40 litros por segundo. Então ali comportaria uma roda de mais de oito metros, mais de oito metros de círculo, e eu não pude pôr a roda de oito metros de círculo, que seria uma produção maior, porque a queda era só de quatro metros e meio, e o volume de água era de 40 litros, que só dava pra queda de quatro metros e meio, de cinco metros. (...) Eu construí isso aqui gastando 26 anos, com três oficial, mais eu, quatro. Trabalhando de pedreiro e carapina pra fazer essa obra que vocês viram aí. Então eu já tô superado, minha parcela de sacrifício pra nação eu já dei, chega! (...) Na época que eu fiz era pra três coisas, três objetivos, era a luz da casa, uma usina de corrente contínua, um moinho e um engenho. Só que a água não era suficiente pra mover tudo em um tempo só. Então, cada hora que você precisava do engenho, lá vai o engenho; precisa do moinho, lá vai o moinho; precisa da usina à noite, lá vai a usina. (...) Porque eu tinha um engenho pequenininho, de cavalo, não é? Depois é que eu passei esse engenho d'água. Engenho de cavalo, mas só pro gasto, era coisa muito insignificante. Só rapadura. Esse engenho de cavalo era de uma tacha só. (...) Porque o mau do engenho é que o engenho exige demais da gente, quer dizer, você tem que inteirar o dia com a noite. Então hoje, pra tocar com mão-de-obra, ninguém quer trabalhar mais depois de quatro horas, acabou, ué! (...) Eu entreguei pros filho, eu tô com muito pouco interesse por fazenda, fazenda ficou muito difícil através da mão-de-obra. Quer dizer, essas leis criadas para o setor rural, ela prejudicou muito a produção, porque é muito desigual. Não há uma compensação de você ter um empregado, o chamado bóia-fria, que ocê trazia da cidade, pra ocê ter o colono, que é o que nasce junto com a mão-de-obra, junto com o dia. Então, essa dificuldade transformou a vida rural num sacrilégio, não há interesse de ser mais nada, não há interesse de produzir. A produção não acompanha a despesa. Então vem todo mundo desanimando. (...) Havia uma descarga de tudo o que você produzia, vendia. Quer dizer, havia um mercado. O assalariado tinha condição de comer melhor, de beber melhor, então ele consumia mais. Hoje o sujeito nem tem condições de consumir, uai! O que que ele vai consumir? Hoje nem a classe média não senta num bar pra beber. O que que tá bom, interessante hoje? É cachaça. Por quê? Porque custa dois cruzeiros a dose. Você vê que tem bar em Oliveira, tem aqueles boteco de Oliveira, de fundo rua, que vende 700 litros de cachaça por dia! (...) Houve um monopólio que o governo criou, de proibir as pequenas e médias indústrias, a produzir fosse o que fosse. Em 45. No término do Governo Getúlio Vargas. Em benefício das grandes indústrias, das usinas açucareiras. (...) Trancou. Nunca mais veio destrancar. Nós destrancamos por conta própria. Pregaram uma placa de ferro e com os dados: "lacrado pelo Exército Nacional" e com as datas assim. Aí no ano seguinte arrebentei. Então, os que eram registrados, o que tinha aquilo em ordem, foi lacrado. Agora, os que era clandestino ficou sem conhecimento, continuou funcionando. (...) Toda vida foi assim. A política com o setor rural toda vida foi assim. (...) Ah, o meu trabalho quase que normalmente era de pôr cana no engenho, pra equilibrar o manejo do engenho, pra não estragar. E quem me substituía, que de quatro em quatro horas nós substituía, trocava, né? Porque o trem é meio cansativo, então entrava um outro que já morreu, desses meus empregado, que iniciaram comigo aqui já morreram tudo, que a minha base fundamental era um terrereiro de café, um engenheiro e um carreiro; eu tinha cinco carro de boi, funcionava a fazenda só com carro de boi, e então os chefe morreram tudo. (...) Colono era o morador da fazenda. É o agregado. Vinte e nove famílias. Sessenta e oito pessoas que trabalhavam. Fora disso ainda tinha os contrato de bóia-fria, né? (...) Eu toda vida achei que o mais penoso era o carreiro, que o carreiro tinha que vir mais cedo, era o que começava mais cedo. Existia por carreiro uma espécie de fiscalização própria da indústria. Quer dizer, se você tá industrializando uma coisa, o que que vai fazer falta pra ela continuar? É a matéria-prima. Então a matéria-prima era cabível a ele, ele não podia deixar faltar cana no engenho. Então ele era o mais apertado, que ele tinha que sair cedo, pra não faltar cana, ele tinha que dar quatro viagens de cana por dia e isso hoje, no mundo de hoje, com empregado de hoje, não dá uma. A distância que um homem daquele carregava um carro e trazia pro engenho quatro vezes, hoje ocê não acha um pra trazer mais de uma vez! Quer dizer, tudo isso é que demoliu, acabou com essa vontade de você ter... como é que você vai ter? De que maneira? Aonde o sujeito fazia quatro, hoje faz um! (...) Eu cheguei uma época que eu tinha uns 70 meeiro lá do Morro do Ferro. No arraial. Então produzia muito arroz, muito feijão, muito milho. O povo era trabalhador, hoje ninguém quer trabalhar

mais. (...) Os meus colonos vieram dos meus antepassado, é origem de família. Os outros também é gente que veio de fora, gente que veio da Bahia, veio lá de Pernambuco. São gente que veio de lugar que dá lástima, né? O sujeito não tinha vida, não comia mais, veio caçar uma maneira de sobrevivência. Como vem hoje, essa turma que vem lá de Governador Valadares, lá debaixo, de Teófilo Otoni, vem apanhar café aqui nessa nossa região, vem contratado por quatro meses, depois vai embora. Agora, aqueles que gostou do patrão, que gostou e que arranjou a moradia, fica. (...) De 60 a 70 foi a maior produtividade que eu tive. De 70 pra frente veio caindo, caindo. Aí de 80 pra cá é nada. AUGUSTO, OLIVEIRA

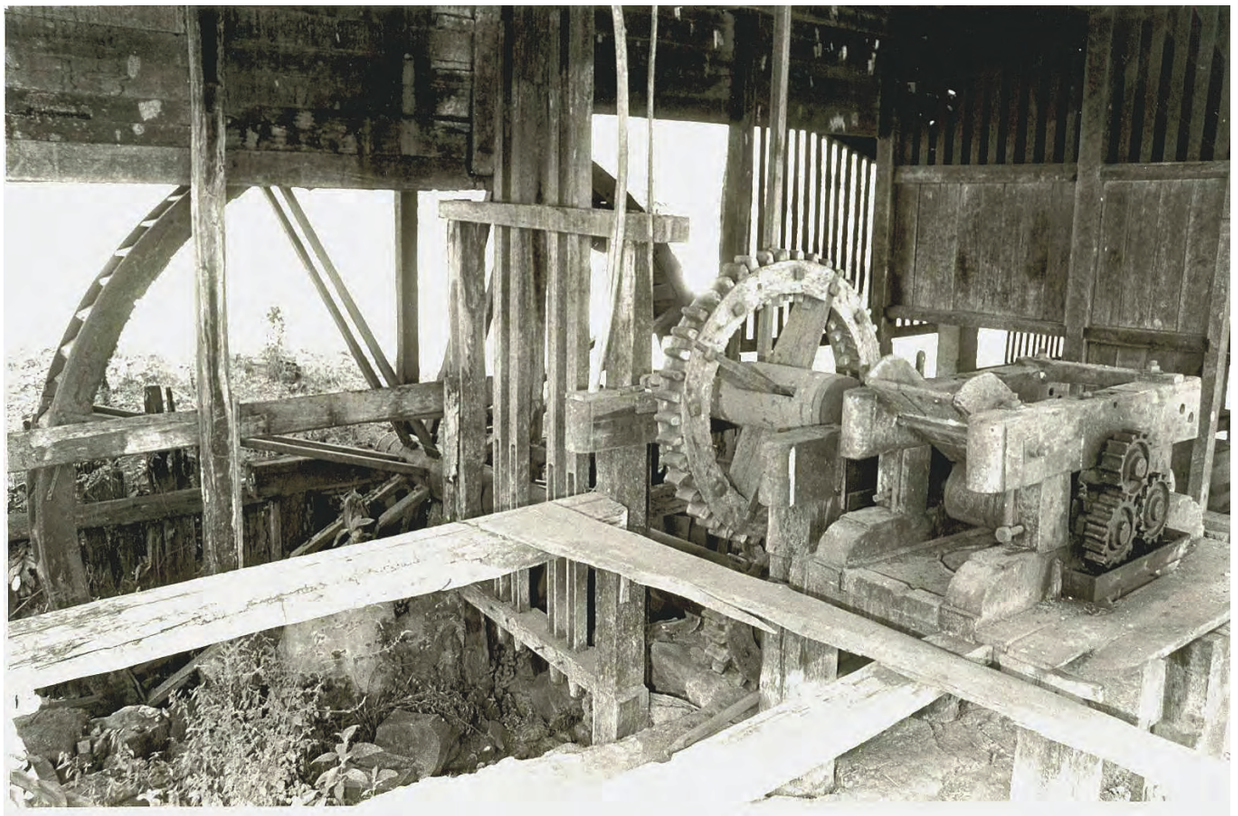


Figura 114 – Engenho d'água, Fazenda Cachoeira, município de Dom Joaquim

A datação do padrão técnico do engenho d'água da Fazenda Cachoeira (ver vista geral, Figura 100) remete ao Oitocentos. Ferro apenas nos cilindros horizontais, roda d'água, transmissões e estrutura das moendas inteiramente de madeira. À roda d'água (de sete metros de diâmetro), está conectado o grande eixo de madeira no qual foi acoplada uma roda dentada ou o "rodete" menor (um metro de diâmetro), que se engrena em outra roda dentada ou o "rodete" maior (com 1,7 metro de diâmetro) do qual parte o pequeno eixo que se liga à moenda menor ou "mestra" (0,4 metro de largura), que se engrena a outras duas moendas ou "quebradeira" e "secadeira" (0,45 metro de largura cada uma). A transmissão indireta, mediada pelos "rodetes", cumpre a função de reduzir a velocidade de rotação e ampliar a força gerada pela roda hidráulica. No longo eixo de transmissão, entre a roda d'água e o "rodete de baixo", foram adaptados quatro pilões. Pequenas pás engastadas no eixo acionavam o jogo de pilões ou "monjoleiro" que processava grande quantidade de grãos depositados em cochos apropriados. Duas máquinas propulsionadas pela mesma fonte de energia.

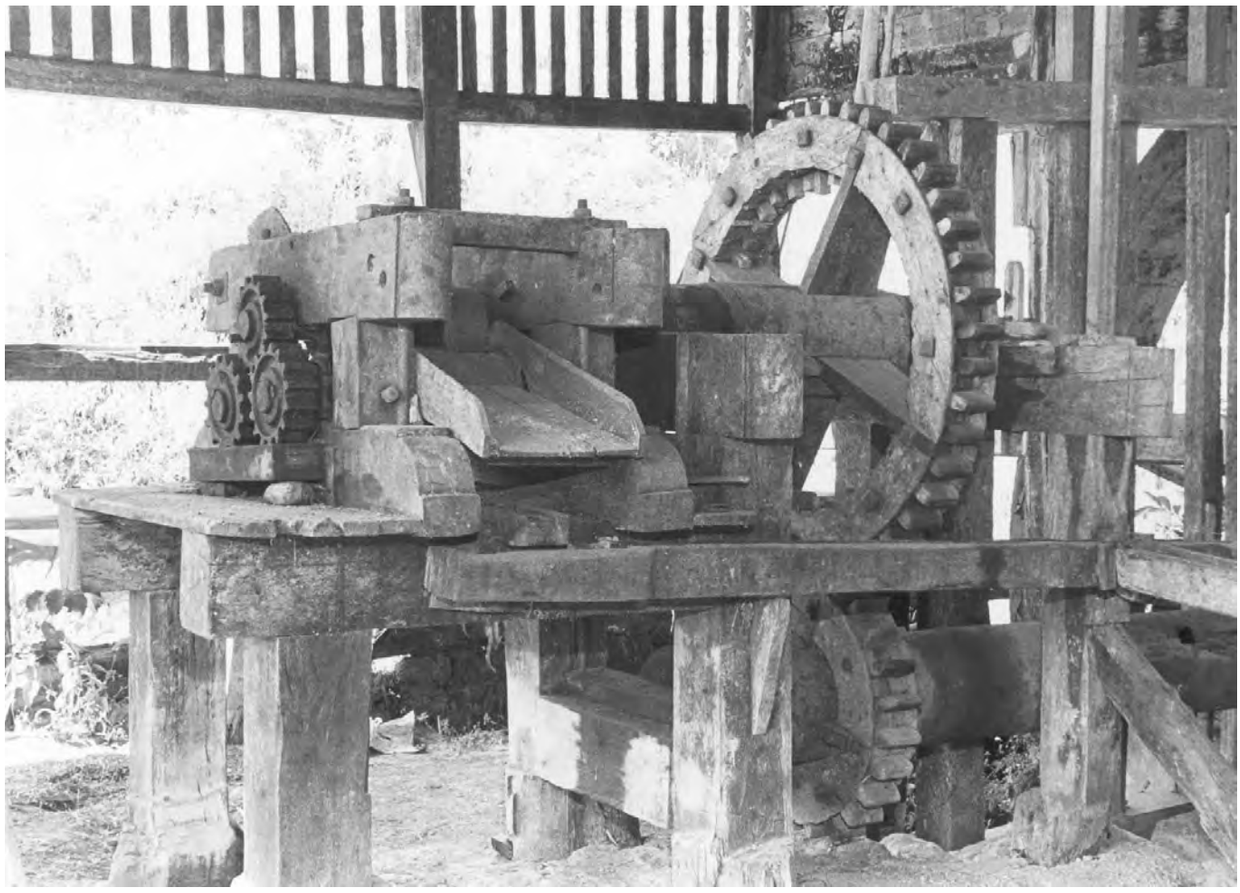


Figura 115 – Detalhe da moenda e "rodetes" de engenho d'água, Fazenda Cachoeira, município de Dom Joaquim

Quando o engenho estava normal, trabalhando tudo direitinho, ali corria mais ou menos uns 500 a 800 litros de garapa por hora. (...) Ali tem as regulagens, né? E conforme a gente vai apertando, seca ou deixa mais. Quando é época da seca deixa mal passado um pouco e o gado aproveita também um pouco o bagaço, né? (...) Ali tem o aguião, que trabalha endentado já naquela roda pra poder... que é tocada a água, né? Pra tocar a primeira, que é a mestra. Ela é que toca as outras pelos rodetes, aqueles de dente, que você viu lá. E ali que toca as três. Ali tem a grande que é onde a água toca, aquela média. E a média tocando embaixo. É o tipo de uma redução, né? Ela vem naquele eixo, pega a pequena embaixo e pega outra grande já em cima, que toca as moendas. (...) Ali passa, deve passar de 15 a 20 canas de uma vez. Ela é larga. Ali, logo quando arrumou aquele engenho, quando tinha água, a roda perfeita que podia soltar água, jogava era os feixes de cana de uma vez. (...) Essa moenda eu não sei onde foi fabricada não. Esse engenho que está ali era com boi, aqui de uma fazenda que tinha aqui em cima. Aí meu pai comprou na mão de um moço, e assentou lá em casa. Ela era tocada com boi. Acho que era quatro ou seis bois pra puxar aquilo ali, aquele engenho. Era muito pesado. (...) Ali tem os mancais. Onde é que trabalha as cabeças das moendas. Então aquilo ali com um certo tempo vai gastando. Aí você leva pra tornar fundir outros mancais de bronze. (...) Tem que lubrificar. Aqueles rodetes por fora tem um cochinho com água e azeite ali; no ele trabalhar ele mesmo vai molhando ali. E onde é que trabalha os mancais de fora, aí já são com graxa, ou mesmo com o próprio azeite. (...) Água, quando solta ali, abre toda, né? Aí vai todo o excesso de água que tiver lá. Se tiver com muita rotação o engenho, diminui um pouco a água. Não deixa vir tanta água. Lá tem um registro, lá em cima. Ali controla o tanto que sai de água. (...) Não sei se vocês chegaram a ver aqueles varões que tá lá. Tá no engenho, ao lado da moenda. Tinha uns cocho lá embaixo, era dois cocho e duas moenda batendo pra limpar café, limpar arroz. A própria roda. Aquele rodetizinho pequeno, dali tirava três dentes ou quatro daquilo ali e já rodava livre, as moendas não rodava, né? E ali já tocava as hastes.
JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM

Conquanto a maior parte dos engenhos oitocentistas mineiros produzisse para atender às necessidades domésticas e de mercados locais, não eram poucas as unidades que respondiam por fluxos comerciais de média e longa distância, interregionais e interprovinciais. O engenho da Fazenda Ribeirão (ver vista geral, figura 99), uma sobrevivência do século XIX, seguramente estava incluído nesse segmento que exportava derivados da cana para mercados distantes. O padrão técnico em muito se assemelha ao da Fazenda Cachoeira (ver figuras anteriores). Apenas os cilindros horizontais são de ferro. Roda d'água, transmissões e estrutura das moendas foram confeccionadas em madeira. À roda d'água (de 5,6 metros de diâmetro), está conectado um eixo de madeira no qual foi acoplada uma roda dentada ou o "rodete" menor (1,7 metro de diâmetro), que se engrena em outra roda dentada ou o "rodete" maior (de 2,4 metros de diâmetro) do qual parte outro eixo que se liga à "moenda mestra" (0,42 metro de largura), que se engrena às "moendas quebradeira e secadeira" (com 0,48 metro de largura cada uma). O sistema de transmissão, também indireto, neste caso com os "rodetes" engrenados na horizontal, cumpre a função de reduzir a velocidade de rotação e ampliar a força gerada pela roda hidráulica. A varanda interna da sede permite a supervisão e controle das atividades de moagem e fabricação dos derivados. Nesta figura, está documentada uma das extremidades da varanda que circunda o setor de moagem, sendo possível visualizar a passagem que dá acesso a outra varanda que se projeta sobre o setor de processamento do caldo e fabricação de rapaduras, açúcar e aguardente. No período em que a fazenda empregava força de trabalho escrava, a proximidade do senhor estreitava o controle sobre as atividades e impunha maior disciplina ao trabalho. Entretanto, esse convívio íntimo representava ampliação da exposição do escravista e de sua família a eventuais rebeliões ou agressões individuais de cativos submetidos a maior vigilância e níveis relativamente mais elevados de cobrança de eficiência.

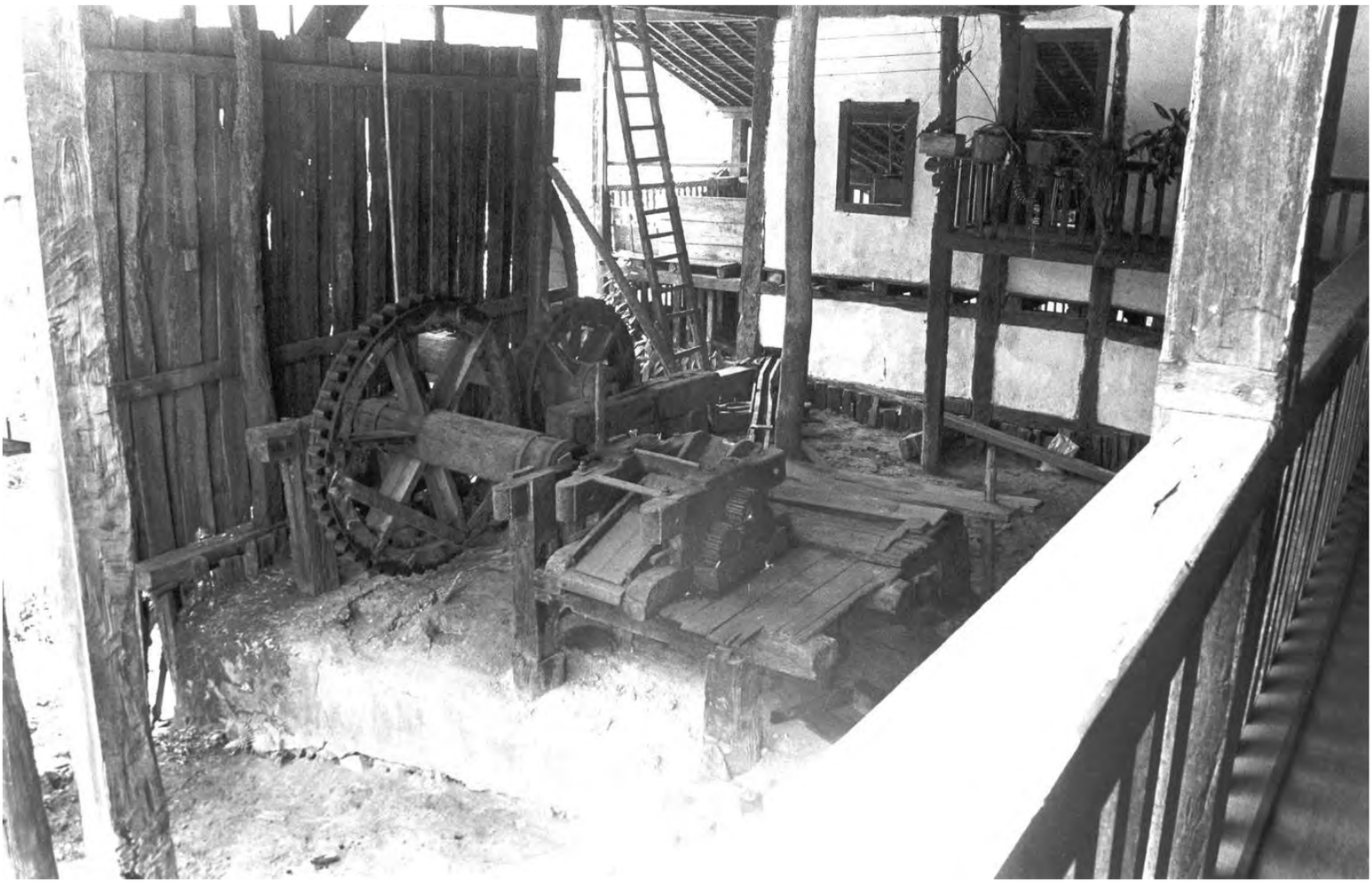


Figura 116 – Engenho d'água, Fazenda Ribeirão, município de Dom Joaquim

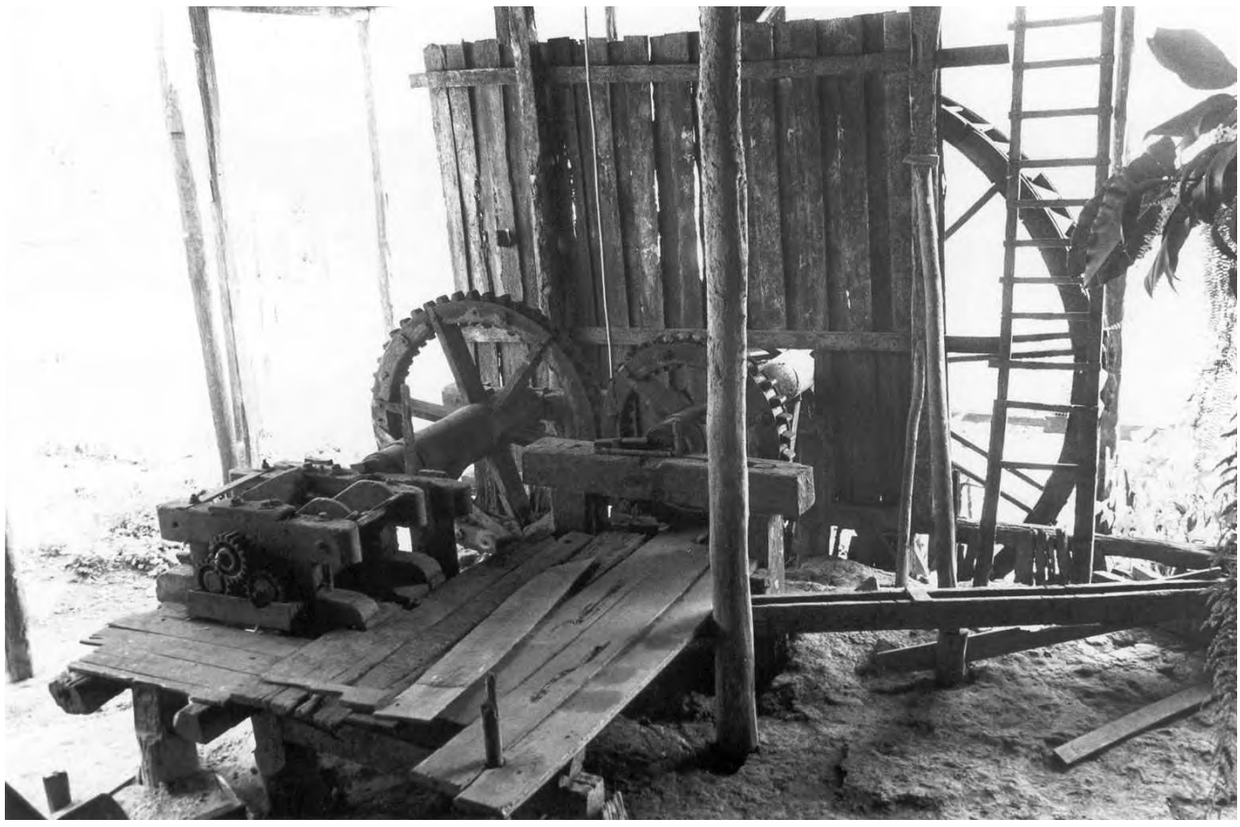


Figura 117 – Engenho d'água, Fazenda Ribeirão, município de Dom Joaquim

A gente moía de seis a oito horas. A gente tirava mais ou menos uns 5 mil litros por dia. Por hora, uns 600 a 800 litros mais ou menos. Quando tem muita água, tem que ter duas pessoas pra pôr cana no engenho. Esse engenho aproveita tudo, o bagaço dele sai completamente seco. (...) Ocê solta, a água entra, toca aquela roda grande, a roda grande tem aquelas engrenagens... do outro lado tem uma redução, né? Pra ela ter mais força e rodar devagar um pouco. São três moendas, três cilindros. A primeira mais aberta um pouco pra pegar a cana, a outra é que na saída, é que seca, porque tira o caldo todo da cana. Ela passa uma vez só, ela entra e sai, entra dum lado e sai do outro. São três moendas. Nesse engenho são necessárias duas pessoas tocando. É só colocar a cana, mais um pra tirar o bagaço, apanhar o bagaço no chão. São três pessoas. (...) Depende da grossura da cana, que cana dá umas mais grossas. Tem vez que dá três, quatro, outra hora cê põe 10, até 10 duma vez. Depende da qualidade da cana e da grossura também. Tem as canas mais duras, mais macias. (...) Eu levantava era uma hora da manhã. A gente levantava pra lambicar, porque pra moer a gente pegava depois que clareava. Começava lambicar uma hora da manhã, aí eu começava, depois chegava o lambiqueiro às cinco horas. Ele passava a lambicar e eu começava a moer cana, mais uns dois rapazes. A gente moía de cinco até às duas horas no máximo. Tinha intervalo pro almoço, intervalo pra tomar café. Às vezes tinha intervalo pra esperar, porque às vez a gente moía mais depressa, porque desocupava o cocho pra pôr a garapa, né? (...) A gente sempre começava em maio até outubro, mas quando tinha sobra de cana, costumava emendar uma época com outra. (...) Sai o eixo, na parte de cá cês viram que tem uma roda de madeira, que é uma engrenagem de madeira, né? Menor, e do outro lado tem outra engrenagem de madeira maior, que é pra reduzir a velocidade e ter mais força e aí sai o outro eixo que é pra tocar a moenda. O controle da velocidade se dá por essas duas engrenagens e pela quantidade de água também. (...) Contando com tudo, tem que trabalhar mais três no engenho, mais um no alambique, mais uns quatro cortando cana, mais pra puxar. Nessa base, mais ou menos que gasta. Agora, pra produzir muita cachaça igual a gente produzia, gastava mais de 10 pessoas no canavial, ou mais. Aqui de moer aqui, é três, é dois pra pôr cana e um pra puxar bagaço. (...) Tem que saber pôr a cana direito pro engenho andar sempre numa velocidade normal, nem andando depressa demais, nem devagar demais, senão não dá produção. (...) Acho que é por causa da administração, né? Porque dali de cima você olha o alambique, você olha a tacha. Uma pessoa só dá para olhar tudo, né? De cá de cima, arranjar os funcionários. (...) Da época que nós estamos aqui, nós vendíamos no Serro, vendíamos em Diamantina, em Belo Horizonte. Cachaça nós vendíamos muito lá. HAILÊ, DOM JOAQUIM

Rapadura, do canavial ao mercado

No transcorrer do século XX, processou-se acentuada retração no consumo de açúcar bruto em Minas Gerais. Da radical redistribuição espacial dos engenhos, resultou, no fim do período, forte concentração nas regiões economicamente menos dinâmicas do estado (ver a subseção 1.1.2). Da pronunciada redução no tamanho da produção de açúcares de engenho (branco, mascavados e rapadura), resultou, no final da centúria, o completo domínio do congênere industrial (ver a subseção 1.1.2). No início do século XXI, o setor canavieiro tradicional de Minas Gerais – que durante o Oitocentos e início do século passado respondeu pelas maiores produções de açúcar e aguardente do Brasil (ver subseção 4.3) – está reduzido à pequena produção camponesa de rapaduras e variadas formas de produção comercial do destilado da cana. No caso da rapadura, as instalações, os equipamentos e utensílios, processos técnicos, formas produtivas e relações sociais de produção ainda são, essencialmente, os mesmos do século XIX. A transmissão oral de conhecimentos técnicos e o forte caráter empírico dos processos produtivos conferem autoridade aos depoimentos dos engenheiros de cana e definem a memória oral como fonte privilegiada para o estudo da história do setor canavieiro tradicional.



Figura 118 – Corte da cana, município de Salinas

Deve ter mais ou menos umas 15 cargas de mula plantadas. (...) A gente abre a cova no chão. Com a enxada. E aí coloca a muda dentro, né? E tampa. Cova funda. A gente anda assim, no compasso assim, sabe? E vai colocando as mudas. Aí é só capinar, não é? Uai! A gente capina duas vezes, nas águas: capina, por exemplo, agora em outubro e, em janeiro, outra capina e pronto. (...) A gente planta aqui é em novembro. Uai! Mês de julho já dá pra colher. Já dá pra colher com um ano. (...) Que eu plantei essa cana aí deve ter mais ou menos uns oito anos. (...) Uai! Ela vai durando, né? Porque ela não acaba não, sabe? Enquanto estiver lá sem criação comer, ela fica lá direto dando cana. Porque a cana se capinar ela dá, se não capinar ela dá. (...) Uai! Tem que ser com uma terra melhor Tem uns tipos de terra que a cana não sai, ela morre, porque é seco demais, sabe? Terra seca não dá, ela não tem umidade nenhuma, não é? Então, ela morre! Não garante a soca não. É puxando pro lado da água, né? Tem que ter umidade. (...) Uai! É que ela empendôa, né? É que ela está madura Empendôa tudo. Se a cana empendoa, ela atrapalha o ponto! Não pode aproveitar o olho porque o olho atrapalha, não dá rapadura. Pra pinga é bom porque pode cortar de qualquer jeito que dá, né? Só rapadura é que não dá. A rapadura é mais nojenta, né? Pra mexer. (...) Uai! Você vê: a gente corta ela em julho, quando for mês de julho do ano que vem, ela está dando moagem de novo! (...) Uai! É mês de plantar? É novembro! É o tempo das águas, né? No-

vembro, dezembro, janeiro, até fevereiro. Porque tem chuva. Chuva que é bom, uai! Cria tudo. Na hora que chove, dá um sol, cria tudo. (...) Ah! Cana java, a melhor cana é a java. É porque ela dá mais garapa e atura, né? Dá mais soca, sai mais, dá mais grossa e dá bastante garapa! Uai! Tanto faz, ter a cana serenadeira E tem a cana java, todas as duas dão rapadura boa. (...) Não pode plantar em quintal que tem sal, não é? Ou então de vazante assim de quintal, ela não dá rapadura não, tem sal, não é? Dá pinga. Pra pinga qualquer lugar. (...) Corta de facão. Aqui nós móis tudo é sem queimar! Tira o olho pros bois, não é? E traz a cana; traz a cana e os olho: os olho pros bois, a cana pra moer. Tem que cortar chanfrada e tirar a palha, né? Pra não sujar muito o engenho (...) Não dá muito serviço. Plantou ela, pode deixar lá, a criação não entrando pra comer ela cria lá, dá sem capinar, né? A gente colhe ela sem capinar. Mas se puder capinar é bom, porque ela sai melhor. Mas às vezes a gente não pode capinar, então deixa ela lá no mato que ela dá. Eu mesmo tenho uma cana aí, que eu não capinei e vou moer ela. Está num mato que eu vou ter que cortar de foice. Sabe porque eu não capinei? Porque ficava muito caro, não é? E a cana estava muito palhada, então ia gastar muito dinheiro pra pagar camarada pra capinar ela, então eu larguei ela no mato. (...) Uai! Hoje dá menos. No tempo do meu pai dava muita cana, sabe? Porque o terreno de antigamente parece que era melhor, não é? Não sei. Porque o tempo muda. O tempo mesmo, o tipo do tempo, muda. Porque no tempo que era meu pai, ele plantava muita cana e fazia muito açúcar, muita rapadura, né? E dava muita cana. E hoje a gente planta e não está saindo; não está saindo não! Dá mais serviço. Mesmo a terra, parece que enfraqueceu, não é? EMÍLIA, MINAS NOVAS



Figura 119 – Transporte da cana em lombo de animal, município de Turmalina

Porque cavalo sempre é mais fraco, não agüenta assim ... porque a gente já mexe com pouco animal. Então, tendo um animal pra puxar cana, a gente já fica com dó de pôr ele ali pra trabalhar também, né? ALBINO, TURMALINA

Transportar é o menino mesmo que puxa, o que tá ajudando cá no engenho vai lá e puxa. ZÉ BILICO, RAUL SOARES

Ah, no animal, né? Burro. E os terreno também é muito acidentado, né? É justamente por causa disso... olha lá, como é que ocê entra com carro de boi ou com caminhão ou com um trator num terreno daquele? Não tem jeito, tem que ser num burro mesmo! ZEQUINHA, MINAS NOVAS



Figura 120 – Transporte da cana em carro de boi, município de Carmópolis

Trazia de carro de boi. Em época de safra nós trabalhava com seis carros de boi. DIERVAL, CARMÓPOLIS

Não, um feixe de cana, o carrinho de boi dele é bem pequenininho, né? Pequeno, né? Porque aqui, antigamente, era por carro de boi, era 64 feixes de cana. Hoje, esses carros pequenos que está tendo aí, é mais ou menos uns 40 feixes de cana, nessa média. Lá eram dois carros de 64 feixes de cana. Um feixe de cana, aproximadamente, dependendo da cana, tinha uns que vinham com 15 canas, outros vinham com 20. JOÃO MAGNO, DOM JOAQUIM

Punha três cortando, um homem com um menino carreando, cinco, dois lá em baixo, sete. Então movimentava com umas sete pessoas. Eu gostava mais, no tempo do papai, o meu serviço mais era carrear, né? Eu gostava muito. O menino, ele é pra ficar na frente do boi, pra não deixar correr, assim, né? Na hora de encher o carro de cana, o boi fica pastando, então ele fica ôa, ôa, pra gente encher, né? E aquela era a minha paixão, era mexer com carro. Até hoje eu ainda tenho carro de boi. Tenho o boi assim, igualzinho, pra puxar capim pras vacas ali, eu não tenho trator, né? Até hoje eu gosto de tirar leite. No tempo do papai, eu que tirava leite, carreava, eu não tinha paz pra fazer outra coisa. ZINHO, DIVINÓPOLIS

Ah, conduzir a cana é o chamado candeeiro. Era menino. Então, me lembro muito, eu era menino de sete anos e, aqui na casa do meu irmão, na casa do meu pai, nós éramos quatro irmão: o irmão mais velho, que era responsável pelo carro, todo mundo diz: carreiro. E ia o outro irmão mais velho do que eu que era o candeeiro. Então ele tinha uma, ele tava com umas feridazinha no pé, e naquela época seca, muita poeira, de pé no chão e essa coisa, deu íngua nele. No outro dia ele falou assim: "agora que" ... e o meu irmão chama Isac e eu chamo Abraão... quando no outro dia meu pai falou assim: "agora vai o Abraão porque o Isac tá de íngua", né? Eu fui e chegando lá, a gente, o engenho era cá embaixo, a fazenda do meu avô era lá em cima, já de tardinha, encostou os carros de boi lá, eram quatro, cinco carros de boi, tudo aquilo enfileirado, era uma beleza naquele tempo, né? E deixava os carro lá e ia soltar os boi lá no curral. Logo que meu avô viu que o menino que tava era eu, pequenininho, veio incomodado perguntar meu irmão: "Aí Chiquito, o que que houve com o menino?" Aí ele falou assim: "Não, vovô, não houve nada não, é porque ele tá com íngua, não pôde vir, veio o Abraão no lugar dele". Eu tinha sete pra oito anos. ABRAÃO, OLIVEIRA



Figura 121 – Abastecimento da fornalha com bagaço de cana, município de Cambuquira

Sempre foi aquele tipo, desde do tempo de meu avô é aquele tipo de fornalha. Tem um cinzeiro. Duas tachas. Só o reboque por fora que é cimento. Tijolo e barro. (...) Bagaço e lenha, né? Uai, o bagaço lá eu gasto um terço de bagaço, eu gasto mais é lenha. Dois terço de lenha. Maior parte é lenha. Não, isso aí eu compro. O meu terreno não tem mais lenha, tá todo destocado. Pra pegar é o bagaço e depois põe a lenha, então a hora que o melado já tá quase dando ponto, não pode pôr lenha que eu sapeco a tacha, aí eu tenho que usar o bagaço. Foguinho de bagaço que é leve. (...) Ah! Tenho comprado é de pouco tempo pra cá, porque isso aqui no meu aqui eu mesmo tirava, enquanto tinha lenha, que fui tirando, destocando, tirando, destocando, então amontoava a lenha tudo aqui, a lenha era mesmo gasto meu mesmo, não fazia carvão, não vendia, nem nada, só uso mesmo aqui. Acabou. (...) Essa quem fez pra mim foi um pedreiro, hoje ele tá morando na Barragem, aqui em cima, um tal de Geraldinho, mas era de Divinópolis, morava em Divinópolis, mudou pra cá, então ele fez ela pra mim. É fornalha mesmo de engenho. (...) Essa fornalha também já tá com 16 anos também. Anda rachando, tem até que dar nela um conserto, agora. (...) A cinza eu jogo no quintal, não faço nada. Não, aqui sempre eu aproveito ela é pra fazer sabão, né? Decoada, faz a decoada. (...) Até a garapa engrossar, a hora que engrossa vai sempre forte, a hora que ela tá fervendo, que vê que o melado já é melado e já vai dar ponto, aí a gente abranda o fogo, já passa pôr só bagaço, que a água ali não pode jogar, porque se jogar água ali os trilho enverga tudo. Controla no olho, então a hora que dá ponto, abafa um bocado da caloria com o bagaço verde, já joga o bagaço verde, já não utiliza ele seco, né? Abafa a caloria com o bagaço verde, aí refresca tudo. ARISTEU, DIVINÓPOLIS

Alambique fogo direto. Porque o fogo é direto no fundo do alambique, nós não temos caldeira. Porque quando a gente tem a caldeira, trabalha uma serpentina dentro do alambique. Pro aquecimento, né? (...) Toda madrugada a gente tira a cinza, né? (...) Só bagaço. Ela nem trabalha direito com outro... com lenha por exemplo, ela não ferve direito. Eu nunca usei lenha. Mas aqui é preciso a gente até fechar a entrada de ar lá, sabe? Se não a combustão é até violenta demais. Tem muito oxigênio, porque o negócio é grande, tem a entrada, tem a boca de fogo lá debaixo. Tem chaminé. E tem as grelhas pras cinzas. São de ferro. (...) A reserva que eu tenho hoje, dá pro resto da safra. Aqueles montões, aqueles montões de bagaço, aquilo só molha por cima. No princípio, com o engenho pequeno, faltava mesmo por causa do bagaço sair mais úmido, né? Ano passado mesmo, com esse engenho, faltou, por causa da chuva, né? Quando falta o bagaço, o bambu, o bambu gigante, que a gente fala, um grosso, ele queima melhor do que a lenha naquele alambique. Lenha não dá certo ali. É própria pra bagaço A fornalha econômica que eles falam, né? (...) Nós controlamos. Tem um termômetro dentro do alambique. Há uns cinco anos. Antes era no olho, né? Pelo grau da cachaça, não pode sair muito quente. Eu tenho dois alambiques, acho que de acordo com o formato dele; um destila a 84 graus (porque teoricamente é 80), mas o outro destila a 92. Esse que destila, que começa com 84, ele vai até 87, né? E o outro de 92 vai a 95, até mais. Ah, a hora que começa a sair água fraca a gente já tá tirando o fogo. Mantém aquilo ali... a gente vai pôr fogo de acordo, pouquinho de bagaço, né? ALARICO, JEQUERI

Bagaço é só na hora que está acendendo o fogo e na hora que está tirando a tacha. Aí a gente usa mais bagaço, né? Porque o bagaço ele não dá alimentação direto. É fogo instantâneo. É rápido. Você põe o bagaço lá, com um segundo... só se ficar um direto jogando, né? ANTÔNIO, DOM JOAQUIM

Usa lenha, bagaço, usa tudo, o que tiver na frente nós pega. O melhor é o bagaço, porque ele sai o fogo mais depressa. Tem que ficar um lá pondo bagaço o tempo todo. Nós usa mais é bagaço. É bagaço e bambu. Todo mundo usa é bagaço, bambu e lenha, mistura, né? ZEZINHO, RAUL SOARES



Figura 122 – Preparação de lixívia com a casca da mutumba, município de Turmalina.

A gente põe assim uma baba de uma pau que chama mutamba. Pega a casca dela e põe dentro de uma vasilha e ela tem uma baba. Ali a gente põe que ajuda a limpar a garapa mais ligeiro! ALEXANDRE, BRASÍLIA DE MINAS

A casca do pau de mutamba. Sempre usei. Meu avô usava. Eu aprendi com meu avô. A mutamba por aqui tá ficando escassa também, que eles acabam tirando os mato todo. No meu terreno não tem nenhuma, eu tenho que buscar no terreno dos outros. Você tira a casca e bate ela. Depois vai lavando ela na água até a água virar uma baba só. Pego na região. Ela solta em qualquer época. Sempre soltando a casca. Porque ali, a que não põe mutamba ela sai mais morena a rapadura, e se põe mutamba a rapadura sai mais clara. Uai! Os engenhos que tenho ido aqui todo mundo usa. ARISTEU, DIVINÓPOLIS

Num é todo mundo não. Ó, uns joga e fala assim: "Ah, alimpa melhor, alimpa melhor". Outros já avalia, acha que num alimpa tanto. Mais eu acho que limpa melhor mesmo. Agora, só que tem um detalhe: a rapadura que põe mutamba, pra guardar ela nas água ela tem menos potência, resistência pra agüentar, e a que não põe agüenta bem mais forte. VICENTE FERREIRA, TURMALINA

Porque o mutambo geralmente ele tem uma coloração assim vermelha, então quem vai fazer a rapadura tem que procurar fazer o mais clara possível, porque a rapadura clara o povo compra, rapadura escura ninguém não quer, né? Então o carrapicho é o seguinte: corta eles em gominhos assim... mais ou menos de 20 centímetros, pega uma gamela de madeira, tudo limpinho, lava e amaceta ele, põe de molho. Aí ele ficando de molho, pode fazer no mesmo dia, mas o bom é de véspera. É fica aquela água gomosa, aquela espécie de uma geléia, então começou a abrir fervura, joga aquela geléia lá e dá uma mexida, mas isso o senhor nota que aquela escuma encardida, aquele pozinho da cana, aquilo junta tudo e ele sai tudo, aquela geléia sai tudo também na escuma, aquilo bóia tudo, sai tudo. Bom, eu não usava não, eu sabia mas não usava, depois eu fui fazer experiência, vi que deu certo, eu uso. Bicarbonato, já usamos bicarbonato, mas bicarbonato fica escuro, faz escurecer. ABRAÃO, OLIVEIRA



Figura 123 – Escumação do caldo, município de Cambuquira

Ali vai pra primeira tacha, põe o fogo. Ela vai chiando, vai chiando, chiando, quando vê, a escuma engrossa cinco, seis, até oito centímetro. Tem uma peça que chama escumadeira. A gente pega ela, ela tem um cabo, que nem um cabo de enxada, e tira tudo. Aquela limpeza... faz aquela limpeza. Na primeira tacha. Ela chama aquela impureza que dá a garapa, sai toda ali. É escuma, aquilo que tira ali chama escuma, né? MURILO, CAMBUQUIRA.

A escuma a gente dá a porco, dá a galinha, dá a cachorro, né? Tudo enche a barriga! Tudo fica a barriga cheia! É muito importância a moagem, não é? E vai misturando; aí quando vai subindo aquela sujeira, a gente vai apanhando e colocando na vasilha, né? Pra dar as criações. Aí tira com a escumadeira. EMÍLIA, MINAS NOVAS

A escuma nós fazia aguardente. O melado e a escuma fazia aguardente. Não jogava nada fora. Só num pode pôr quente, porque se pôr quente cozinha o fermento, né? DIERVAL, CARMÓPOLIS



Figura 124 – Escumação do caldo, município de Turmalina



Figura 125 – Engrossamento do melado, município de Salinas

Ela vai só reduzindo, ela vai secando a água lá, vai apurando o doce. Tem um negócio que chama ruminhol. Cabaça. Daí começa apurar e vai apurando. Só engrossando. Se a fornalha for boa pra ferver, numa hora apura. Uma hora apura, desce. Aí vai secando a água, ela vai virando melado. Aí vai dando o ponto, dá o ponto da rapadura tem que descer. MURILO, CAMBUQUIRA

É, costuma ser, porque é um serviço mais de mulher. Num é qualquer um que faz não. Por conta da limpeza. Tem que ter um pouco de experiência. Se na hora que tá pra ele fazer a lim-

peza, ele afoba e ele num dá conta... então mistura, e se mistura a rapadura num sai boa. Ah! Ele é bem complicado. Ele num pode descuidar horas nenhuma, sabe? Se ele tirar as vista qualquer tanto, quando ele olha, volta com o sentido lá no tacho, já tá derramando. VICENTE FERREIRA, TURMALINA

Depois que ela tá em melado, quer dizer, melado fino, 40 minutos sai. Ela não pode demorar, porque se você demorar a tirar a rapadura, ela preteia, fica de cor escura. Então, ela tem que ter uma caloria suficiente, manter um fogo combinado, que não seja um excesso e nem pouco, pra poder ela sair o mais rápido possível. É exatamente nessa hora, que você conhece pelo ponto, pelo pulo que ele dá. Porque ele começa a fazer um gargarejozinho e aí começa a pular. Se ele pula muito alto, ele tá ralo. Ele vai diminuindo, diminuindo, diminuindo, diminuindo até ficar numa altura que ele dá só aquela fervura dentro da tacha. Ele já não pula mais. Aí nessa hora é que vai fazer a puxa. AUGUSTO, OLIVEIRA



Figura 126 – Tirada do ponto, a "puxa", município de Salinas

O melado é o seguinte: pela fervura a gente já vai conhecendo. Então tem a escumadeira, enfia a escumadeira lá, dá um banadozinho nela e faz ela assim, então quando o pingo ficar aquele trem paralelo, sabe? Porque quando pinga gotinha, uma gotinha, tá ralo, e quando tá custoso de pingar, vai ficando aquele negócio comprido. Então fica... se quiser o melado grosso, tá no ponto de tirar melado. Que é o melaço grosso, o pingo fica parado assim ó, a uma distância assim ó, ele não pinga gota, ele fica aquele negócio comprido ali na parte da escumadeira. Então se é o melado mais ralo, o pingo tá rápido, pingou mais rápido. E se tá aquele negócio, parou assim, tá custando a pingar, é o melado grosso, isso tira do jeito que quiser. O açúcar, no caso de fazer o açúcar de fôrma, aí já se tira na cuia. Pega a cuia, põe a água e pega aquelas pazinhas, dá um banado nela, né? E joga na água. Faz assim, começou a juntar uma puxazinha, pegou com dedo, tá aquela puxa mole, mas ela não dá pra pegar, pega, mas não sai... sai assim desmanchando, é ponto de açúcar. Fez assim ó, juntou aquelas bolinhas, fala assim: "juntou chumbinho", é ponto de açúcar, açúcar de fôrma. Aí então vem a rapadura. Aí não pode errar não, né? Mas mesmo se errar eu sei corrigir. Então é o seguinte: vem a rapadura, isso varia de cana pra cana. Como se fala: a cana tá "boa de ponto" ou tá "ruim de ponto". Então é o seguinte: se a cana tiver ruim de ponto, tem que tirar o "ponto apertado", que nós fala "ponto apertado" é a puxa dura, né? Então tira-se a puxa dura, então jogou ali, mesmo processo do açúcar na cuia com água fria. Jogou ali, tirou aquela bola, pegou, tá aquela puxa dura. A gente usa muito jogar numa lata, jogou

numa lata aquilo é mesmo que jogar uma pedra: é a rapadura. Agora se errou o ponto, porque aí se errar o ponto, ela vai subir na fôrma. Que aí se errar, o ponto já passou pra açúcar batido. Agora se errou o ponto, então jogou lá na esfriadeira, tá batendo, tá batendo, tá batendo, ela começou a espumar, começou a espumar, o ponto tá errado, é açúcar batido. Joga-se um pouquinho d'água. Uma agüinha limpa, ela volta, pode mexer é rapadura do mesmo jeito. Agora, como eu disse, o ponto de açúcar. Na hora de ferver também conhece, porque o ponto de rapadura começa aquela escuma, começa já ferver escumando. É a rapadura. E se quer tirar açúcar batido, então deixa mais um pouquinho, tira a puxa dura, mas durí ssima. São quatro pontos. ABRAÃO, OLIVEIRA



Figura 127 – Transporte do melado, município de Turmalina

O melado tem que bater bem, não é? Principalmente na hora que põe lá na canoa. Aquilo que eles falam canoa, não é? Ali que a hora que põe... aliás, esfriadeira também. Pôs ali, vai mexendo assim, a hora que ele vai esfriando aí agita mais. Onde acelera mais, ele clareia. Você pôs na canoa e não bateu, ele queima, não é? Depois dele lá na canoa, ele sapeca. Ele cresce e a rapadura fica fofa por dentro, fica uma rapadura leve. SEBASTIÃO, RAUL SOARES

Queima, se ocê não bater o doce, jogar lá no gamelão, ele queima. É o calor que ele tá, ele chega quente, cê tem que bater pra esfriar. Pra esfriar e clarear também. Se bater demais o doce afina demais. É, tem uma hora que ele dá o ponto de açucarar, essa hora cê tem que deixar ele quieto. Ali quando cê ver que ele começou granar, aí cê pára um pouquinho, ele granou cê pode bater que ele não tem problema mais, tem que esperar a grana. Aí ele grana, engrossa, cê viu que ele tá numa medida, cê leva pra fôrma, também tem que ter ponto ali na fôrma. VICENTE, CARMÓPOLIS

Bate no sentido de geléia, né? Uma pessoa só bate. O cocho um pouco inclinado, você bate, ela volta. Ela dá o ponto, e ela dando o ponto você tem que tirar ela do cocho, senão ela não sai mais, ela endurece pra colocar na fôrma. Porque ela clareia e pesa muito a colher. No sentido de pesar que você sente que ela precisa sair. RONALDO, CONCEIÇÃO

Você tem que bater e dar um prazozinho pra ela dar essa açucarzinha aqui. Deixa descansar um pouco, aí ela começa dar aquela areiazinha por cima, e você continua. No bater você vê que está pesada, você viu que ela pesou, ela vai engrossando, você abrevia e põe na fôrma, né? Na hora que você põe ela no gamelão, se você não mexer, é uma mexida pra não queimar, é só... porque se você deixar ela quieta no gamelão, ela sozinha queima lá, né? Ela queima toda. Você deixa ela esfriar um pouco e depois tem a batida, mas pode parar um tiquinho, né? ZINHO, DIVINÓPOLIS

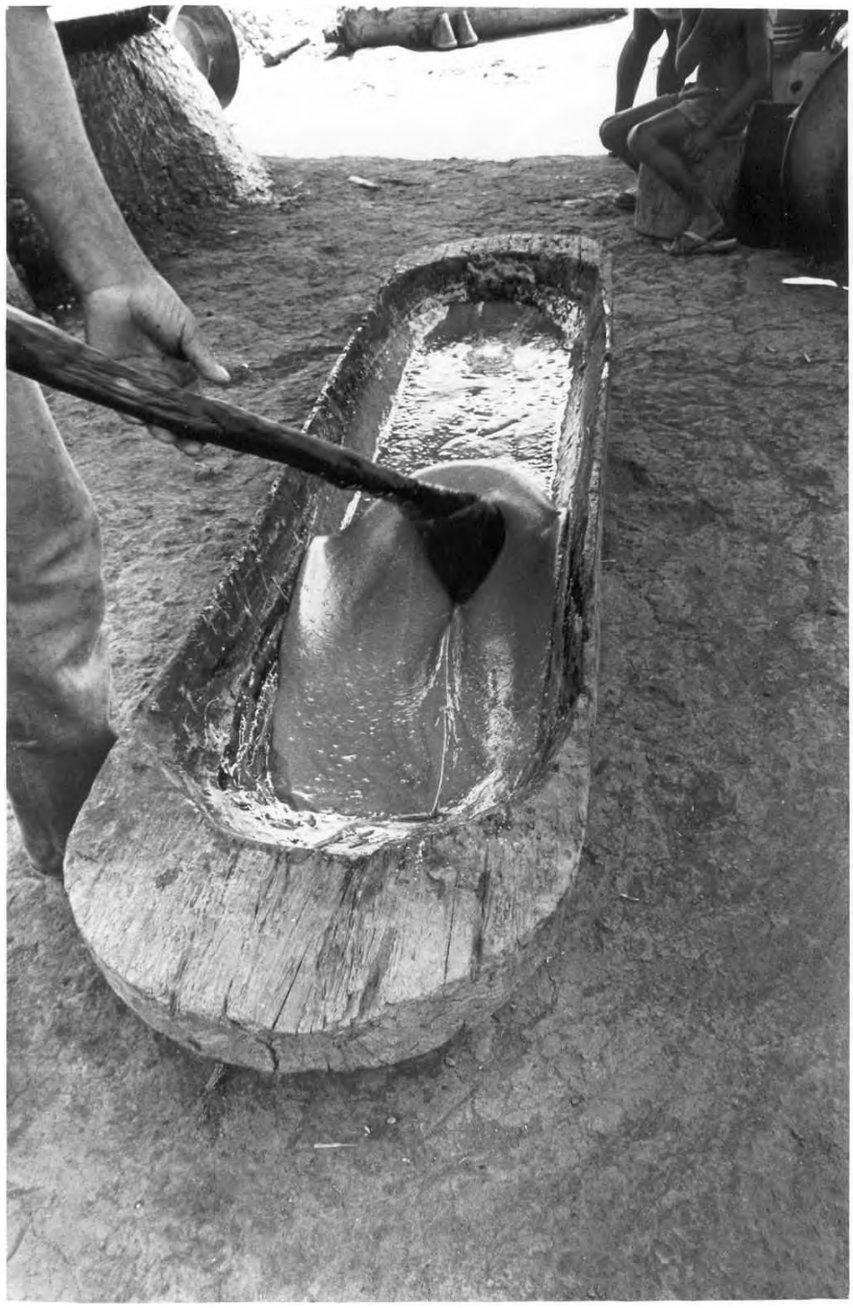


Figura 128 – Batimento do melado, município de Turmalina



Figura 129 – Enchimento da fôrma, município de Salinas

Porque ali, jogou ali na esfriadeira, tem que ir batendo e batendo, e também tem o ponto certo de enformar, porque se der bobeira não enforma mais, fica aquela, aquele... ela endurece tudo lá. (...) Gasta pelo menos três pra fazer rapadura, porque na hora de tirar, o tacheiro tira, põe na vasilha, joga na esfriadeira, um tem que ficar mexendo, né? E o outro ali já preparando a fôrma, ela tem que ser molhada, bem lavadinha; tá seca, tem que molhar ela, porque se colocar nela seca, agarra tudo; e na hora de enformar é um rapando, outro enformando, ajudando, tem que ser rápido. (...) Tá açucarando, tá açucarando, que a hora que joga ali aquele melado assim, com tom vermelho, aquele trem grosso, viscoso, né? E depois começa a açucarar na beira da esfriadeira. E mesmo no bater ele vai clareando, mudando de cor, né? E vê que tá açucarado, açucarou, pode enformar. É rápido, isso varia muito de cana pra cana. E de ponto também, né? Porque se tirar o ponto brando demora mais, tirou o ponto apertado demora menos. Só tem o seguinte: se tiver chovendo muito, de assim chuva forte, a rapadura ela endurece, mais logo ela já começa dar assim uma aparência que tá mole, sabe? O senhor passa assim o dedo nela, ela tá riscando, ela não tá sequinha. Isso é conseqüência da umidade do tempo. Mas se for chuva rápida também, acontecer isso, abrir o sol, dois, três dias ela volta no normal, agora se continuar chovendo perdeu a rapadura, ela vai azedar. (...) Sessenta e quatro é o que nós chamamos de uma carga. Antigamente ninguém comprava uma rapadura. O comerciante não comprava 10, 20 rapaduras: "eu quero uma carga". Era 64 rapaduras. Então, minha fôrma, eu já fiz esse capricho, "vou fazer fôrma pra uma carga", que, se o senhor chegar aí nesse comércio, hoje em dia, falar em carga de rapadura, ninguém sabe. Bom, aquela rapadura minha foi projetada pra um quilo. Ah, geralmente, lá do meu pai era quilo e 400, quilo e 300 gramas, né? A minha eu fiz pra um quilo, porque hoje em dia a gente pega a perder muito dinheiro com os outros, não é perder dinheiro, perder material, porque o povo pegou mania de fazer rapadura pequena; a gente faz rapadura uma maior pra vender eles quer pagar o mesmo preço da pequena, então eu peguei abandonei a fôrma de quilo e 400 e quis fazer aquela de um quilo, mas ela sai mais um pouquinho, é um quilo cem, um quilo e 50. ABRAÃO, OLIVEIRA

Aí bate, ele chega num ponto, aí vai pra fôrma da rapadura. Cê despeja lá na fôrma e sai as rapaduras, né? Então, ali na beirada, ela vai secando, vai secando, engrossa o melado um pouquinho, a gente sabe que tá na hora. (...) É quando suporta, que a mão da gente não vai queimar, aí pode tirar ela, já pode tirar aquelas peças de madeira que tá lá, que chama grade, né? Cabe oito dúzias, dá 96 rapaduras, é isso? Oito dúzias? Tudo é madeira. Tamanho dela deve ser nove, 10 centímetro por 12, por aí, cada folha daquela, cada rapadura. O peso de cada uma é meio quilo. Quatrocentas gramas, de 400 a 500 gramas. MURILO, CAMBUQUIRA

Leva pra massera, vai bate, com pouco tá bom de pôr na fôrma! A grade toda de madeira, tem as cabeceiras, tem as tabuletas de repartir, né? Dividir as rapaduras. As rapaduras são de dois quilos e meio. JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS

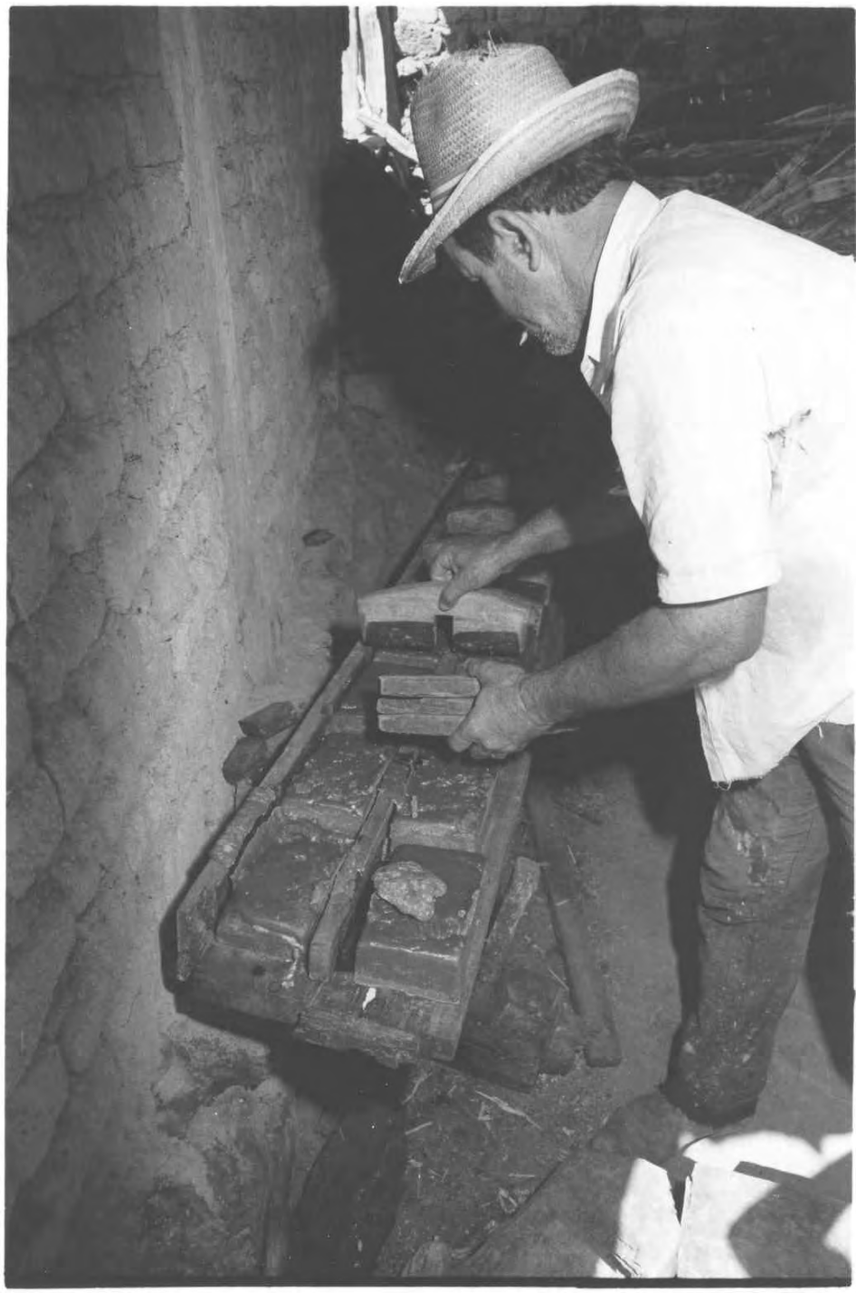


Figura 130 – Desenformação, município de Carmópolis



Figura 131 – Embalagem da rapadura, município de Cambuquira

Embalada com palha e taboa. É porque ela mela, né? Embala pra saí também, o povo não compra. JOSÉ E ANTÔNIO DA COSTA, CAMBUQUIRA

Tem os caixão próprio pra guardar, né? A gente vai embalando elas com... uma hora com casca de milho, outra com casca de banana, pra conservar, pra não melar, sabe? E encaixota ela toda, tampa bem tampadinha, bem cobertinha. JOAQUIM, BRASÍLIA DE MINAS

Pra você ter conserva de rapadura é só dentro do açúcar. Açúcar de engenho. Embala com folha de banana também, banana seca, né? Mas aí já é pra condução, já é pra viagem, né? Guardo dentro dos caixotão. Tinha aqueles caixotão grande e você ia pondo uma camada de açúcar, uma camada de rapadura, outra de açúcar em cima, aí fica anos. Você punha uma lata debaixo, enchia d'água, o pé dele ficava dentro da vasilha d'água, que é pra formiga não invadir. AUGUSTO, OLIVEIRA

Ponho ela na fumaça. É apeada lá na fumaça. Conserva ela. A hora que pegar as água, se ela for de ponto ruim, ela derrete, e lá na fumaça conserva. ZÉ BILICO, RAUL SOARES

Faz um jirau de pau, forra de palha de cana e põe as rapadura em cima. Lá no quarto da cozinha. MARIA, JANUÁRIA

Embalo ela com uma palha de banana, ou palha de cana mesmo, da mesma cana. A gente faz, né? Fabrica, daí a gente já leva pra casa, já põe no balaio, arruma num balaio bem arrumadim. Leva pra feira. Bom, pra consumo ninguém tá guardando mais. Antigamente, o povo fazia um jirau em cima do fogão, né? Fazia um jirau, punha 10 cargas, 20 cargas, até 30 cargas de rapadura. Aí ficava aí uns cinco meses, depois levava pra feira. Nós não estamos usando; ninguém mais usa isso! Que hoje o povo quer é da hora, né? Quentinho na hora, né? ADÃO, SALINAS.

Guarda no sote. É em cima do fogão de lenha, aonde a fumaça bate para conservar ela. Meu irmão mesmo, que a esses tempos, ele fez umas 40, 50 carga. Guarda em cima do sote, tapa bem tapadim, de modo bicho num entrar, né? Ela fica preta. Mas acontece que ela conserva beleza. Inclusive, quem tem costume, acha até o café dela melhor de que quando ela tá nova. Põe ela juntinha lá no sote e só tapar ela, né? VICENTE FERREIRA, TURMALINA



Figura 132 – Embalagem da rapadura, município de Cambuquira

Saio com o cargueiro de rapadura, rodo meio mundo e num vendo ela! A gente num pode ficar com ela no jirau pra poder esperar o preço, nós é fraco, né? Então, tem que fazer e vender. Mas ninguém tá querendo rapadura não! Sempre eu falo, o pessoal agora enricou, num quer rapadura, só quer açúcar, e eu preciso de comer outras coisas também. Então, eu sou obrigado sair vendendo ela, né? CRISPIANO, JANUÁRIA



Figura 133 – Comercialização da rapadura, Mercado Municipal de Turmalina

Até hoje nunca tive desse problema não. Sempre o que eu faço em um dia, no mesmo dia eu vendo. Às vezes fica dois dias porque eu não tenho tempo de vender. (...) A rapadura é o seguinte: depende do consumidor. Tem uns que compram pra comer, esses gostam da rapadura macia, sabe? Agora, quem compra pra fazer pé-de-moleque, já gosta de um ponto forte. Também eu não vivo só disso, né? Eu mexo com um punhado de coisas. Mas hoje o negócio meu principal é a rapadura. (...) Você sai pra vender um dia, você vendeu bem, você não vê rapadura no mercado, está faltando. Corre a produzir. Agora se você foi e voltou com a carga pra trás, pára aí, dá um tempo. Você sabe que o mercado é isso aí! Agora a rapadura de uns tempos pra cá melhorou muito as vendas. Não sei se o pessoal está consumindo mais ou se foi a produção que está menos. Eu não sei, porque seis anos atrás era difícil de vender. A gente saía e vendia pouca rapadura. Hoje não, hoje aqui a produção que tem vende tudo. Não tem problema de sobrar mercadoria. SEBASTIÃO, CAMBUQUIRA



Figura 134 – Comercialização da rapadura, Mercado Municipal de Salinas

Vende nada, que a gente faz pouca, né? Porque eu acho que não compensa, né? Que sempre a gente faz rapadura só da sobra da cana, pra não perder a cana. Aqui nós vendemos a 50 cruzeiro a carga, 64 rapaduras a carga. Sempre nós fizemos assim, vende aqui é a carga. Dá lucro nada. A gente faz só pra aproveitar mesmo, né? Nós faz mais pra fazenda, faz assim: faz a rapadura e vende ela e compra açúcar. Aqui quase não produz, muito pouco, né? Só produz pra casa mesmo. Cada vez mais vai diminuindo até acabar. Aqui, por exemplo, eu nem tô querendo mexer com isso mais, com engenho mais. A gente faz de acordo com as encomenda da gente e a gente faz. Dá muito trabalho e não dá lucro. Nós só vendemos para quem interessa guardar ela pra despesa mesmo. A última vez eu fiz só para um freguês nosso que encomendou aqui, seis cargas, né? Aí nós fizemos uma quantidade e paramos. PEDRO, RAUL SOARES

Depende das feiras, porque aqui pra nós, Salinas, o dia que os aposentado começa a receber, no princípio do mês, né? Aí corre dinheiro, né? Por que o dinheiro corre mesmo, né? Então duas feiras são boas, já a terceira, a quarta feira, não presta. O dinheiro parou. Aí fica atrasado, tem hora que a gente leva e nem vende. (...) Não tem exportação pra fora, se tivesse exportação era bom pra gente. O negócio ia melhorar. Se tivesse, vendia mais, uai! Não dava conta de fabricar. Aqui, teve uma época aqui, que a gente não dava conta de fabricar, o que fabricasse era pouco, tinha exportação pra fora, hoje não tem! Quando tá bom a gente esforça mais, mas quando tá menos a gente não pode. Que nem agora mesmo. Vamos supor: s'eu tivesse condições de fazer 10 cargas de rapadura, eu não fazia 10 cargas, porque não tem saída, não tem transporte pra fora, né? Não tem comprador de fora. ADÃO, SALINAS

Açúcar de engenho, crepúsculo de um derivado

O açúcar branco de engenho, derivado resultante do mais custoso e complexo processo técnico tradicional de transformação da cana-de-açúcar, está muito próximo da extinção em Minas Gerais. A impossibilidade de concorrer com a qualidade, custos de produção e preço do congênere industrial tornou economicamente inviável a fabricação artesanal ou manufatureira de açúcar branco. Excetuados raríssimos casos em que são produzidas diminutas quantidades para consumo exclusivamente doméstico, o "açúcar de fôrma" persiste apenas na memória de engenheiros com longevos vínculos com o cultivo e transformação da cana. Nas últimas décadas, o crescimento da demanda por produtos naturais e a formalização da agricultura orgânica revigoraram a fabricação de açúcares não purgados, os mascavos de cocho.



Figura 135 – "Tendal" e fôrmas de açúcar, município de Martinho Campos

Muito açúcar. Só fazia açúcar e cachaça do melaço que escorria do açúcar, só! Aqui rapadura nunca fez não. Não, porque o movimento aqui sempre é grande. Nós moía... teve ocasião de nós moer nove carrado de cana por dia aqui, pra fazer rapadura de nove carrado de cana? Cê tá é doido! Ôcê não dava conta. Agora, o açúcar não, cê ia moendo e jogando dentro das fôrma, daí depois que acabava de escorrer o mela-

ço, que é o tal melado de tanque, aí a secadeira, era aí, secava o açúcar tudo. Fazia 600, 800 arrobas, até mil arrobas de açúcar, fazia aqui. Nós fazia açúcar branquim mesmo! (...) Agora, aqui o açúcar, punha a massa, é tudo arroiado com palha por baixo. É tudo arroiado, é todo furado. Agora, ali depois que aquela massa do fundo grana, fica dura, aí ocê tira a rolha de palha e pega terra de formigueiro e faz um barro e tem que ser ao menos uma grossura de barro assim em cima. É, um dedo mas assim em pé, né? Agora, se ocê quiser que ele clareia mais, aí tem um processo. A hora que o barro começa a secar, ocê vai dando uma umidade nele todo dia, pra aquela umidade limpar a massa, né? Faz uma barrela com bosta de boi, passa por riba daquilo e o açúcar fica branquinho. Vai umedecendo. Isso aí fica 30 dias, 40, até mais às vezes. Aí tirou o barro. Tem que secar tudo. Três tipos. Tem o branco, tem o redondo (que é o médio) e o preto. Mas o preto não é pretinho também não. (...) É café, uai! Ah, é o melhor café que existe! E mesmo saúde, pra saúde. Porque ali tem fermento. O açúcar cristal, não tem nada. O açúcar cristal tem ácido sulfúrico e soda, pra cristalizar. Eu falo mesmo, porque eu sei! Todo era pra café, né? Agora, o branco era pra fazer um biscoito, era pra fazer um doce, pra fazer um pão-de-ló. Pra fazer pão-de-ló não tem nenhum igual esse. Nem o açúcar de turbina, que é o que existia na usina, aqui é turbina. O que moía hoje secava amanhã, não é igual não. (...) Nossa Senhora! Vendia muito. Fazia 600, 800, mil arroba. Vendia. Aqui mesmo vendia, vendia em Martinho Campos mesmo. No tempo do meu bisavô, descia pra Morro Velho, Sabará, Três Coração... Campanha, isso foi só uma vez, mas não quis mais não, é longe demais. Era tempo do cativeiro. Meu pai lembra demais do tempo de cativeiro, uai! Agora, os negro, escravatura dos negro aqui, é hoje. Porque meu bisavô nunca aceitou aqui nem um tronco pra prender negro. Nunca aceitou. O que eles comiam dentro da cozinha, eles comiam na roça. E o dia de sábado era pra eles trabalhar pra eles, não pagava a renda. Dava pra eles trabalhar pra eles. Uai! Meu bisavô dava aquilo pra eles plantar de graça, né? Era dele. Não era deles não, era dele. Ele facultava pra eles trabalhar pra eles. Quando o homem deu a liberdade, teve escravo daqui que vendeu o que tinha aqui e comprou fazenda no Abaeté. Era escravo desse jeito. (...) Quando ele viu que morria, o meu bisavô, ele chamou meu pai dentro de um quarto e falou pra ele: "Ô, Chiquinho, vou te pedir uma coisa, você não manda nenhum dos meus negro embora daqui, viu? Nunca. Mas o que sair ocê não deixa voltar não." Que que é... meu bisavô tem muito mais de cem anos que ele tá enterrado. (...) Fazia e secava tudo. Tem uns caixão aqui dentro, depositava tudo aí, né? Ah, retira ele, cavaca e põe no forno, põe numa secadeira de madeira, numa mesona, com os macete de bater ele, tá ali, ocê quer ver? Tá ali, tá tudo guardado, maceta tudo, esparrama, ocê junta ele, torna a macetar tudo, torna a esparramar, aí ele fica fininho. Guarda no caixão de madeira. Não pode tomar corrente de ar. (...) Não, aqui do meu tempo não! Do meu tempo, meu pai vendia aqui na rua, né? Agora, do tempo de meu bisavô é carro, carro que pega boi. Ensacado. Ah, o carro é tudo tordado de couro, ensaiotado de capim, não entra água de jeito nenhum. Tolda com o couro do boi, ou então da vaca, sei lá o que for. E daí dali pra baixo, às vezes arruma um saiote de sapé assim, e o couro vem corrido do saiote de sapé. A água escorre, não entra água de jeito nenhum. Ah, pois eles levavam pra Morro Velho, levava pra Sabará, tudo desse jeito, uai! Levava açúcar, levava toicinho, comprava freio pra cavalo e ferramenta, que aqui não existia, sal, trazia essas coisa. (...) Toda vida é do melado. Toda vida é do melado. Mas a safra era pequetita, era aí uns 3 mil litro. Não consumia tudo não. Vendia, né? Também. Não podia beber pra ficar bêbado. Eles dançavam todo dia na senzala e no dia de sábado eles dançavam é dentro da sala dele. Brincavam ali dentro da sala. (...) Ah, porque a mercadoria que nós fazia ficou defasada de preço. Que o cristal tomou conta, ele não é igual ao nosso produto não! GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS

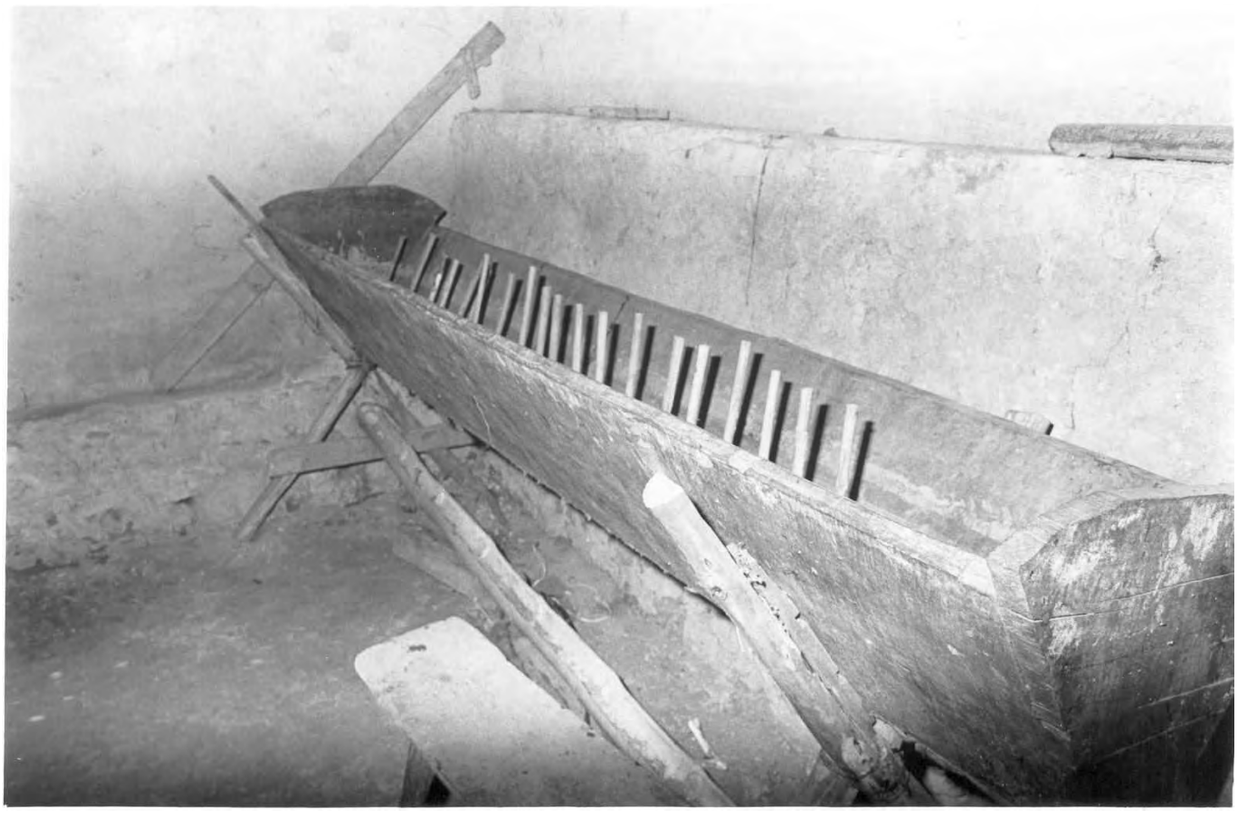


Figura 136 – Fôrma de açúcar, munípio de Carmópolis

O açúcar é diferente da rapadura, né? O ponto é mais brando. E não dá puxa não. Só a hora que começa a juntar, antes da puxa. E aí se joga ele no gamelão, como se diz, não é? Joga lá, esfria ele. A hora que ele granou, num pode bater muito não, tem que esperar ele vir com boa grana, pra granar, e aí põe na fôrma. Todos tampado ali, mais ou menos de sete centímetro um do outro. Enche toda, né? Encheu, depois tá tudo tapado, põe o forro ali. Um pano, põe barro e deixa. Pode pôr bagaço, mas o pano eu acho melhor porque ele separa a impureza de cima, não é? E o bagaço pode travessar, não é? Põe o barro. Um barro que seja liguento. Porque um barro, se... na espécie de terra, dá mais problema, né? Ele liga, depois que ocê arrancar, cê arranca os pedaços de tijolo. De vez em quando molha. Um pouco ali pra ele conservar. Ah, mais ou menos 60 dias. Tira o barro. De uma certa distância pra baixo ele é um açúcar mais escuro e mais meloso. O de cima fica clarinho. A gente separa, né? Separa as qualidades. Umas duas só. Do meio pra baixo Usa também, ela fica mais escura, e coisa, mas fica só numa mistura, né? Fica molhada, aí cê vai secar, agarra no pano, essa coisa toda. A de cima fica bem sequinha. (...) O melado escorre na bica. Tira os pauzinho com umas 36 horas por aí. Aí começa a cair o melado. Ah, o melado sendo bem cuidado lá, serve pra alimentação, né? O melado meio esquisito, mais forte, tem um pouquinho de azedume, né? (...) Ah, aprendi assim, o meu pai por exemplo, explicação aí dele, que a gente também já fez lá... Ele aprendeu assim, mais ou menos, não é? Por um, por idéia, né? (...) Agora ninguém tá fazendo não. Mas já fez muito, que aqui o Geraldo Franklin, na Paciência, ele sempre usou açúcar, nunca gastou açúcar de fora e nem rapadura. (...) Depois é que no secar a gente quebra ele todo e mói. VICENTE, CARMÓPOLIS

Aguardente, da fermentação ao envelhecimento

No último quartel do século XX, a expansão do consumo de destilado da cana representou decisivo estímulo para vigoroso crescimento do número de engenhos aguardenteiros e do tamanho da produção de cachaça de Minas Gerais. Conquanto esta favorável conjuntura tenha atraído ponderável número de neófitos – produtores com pouca ou nenhuma tradição familiar no fabrico do destilado – também são discerníveis, para a maior parte do atual setor aguardenteiro artesanal, aquelas características que o aproximam do século XIX e colocam em evidência a memória oral como fonte histórica para o estudo do setor.



Figura 137 – Fermentação do caldo da cana, município de Turmalina

O meu fermento é feito com fubá fininho. Farelinho de arroz, a metade do fubá, né? Por exemplo, 20 litros de fubá, 10 de farelinho, um farelinho que tem muita proteína, aquele roxinho, né? Tem a fôrma ali de fazer o fermento, uma coisa de ferro, né? Você vai colocando garapa... hoje, por exemplo, se gastou 20 litros de garapa, amanhã você põe 40, você vai sempre dobrando, 80, 160, até o fermento ficar bom. E junto com o fubá ali, a gente põe caldo de limão ou laranja azeda. Dois litros que eu ponho pra cada dorna de fermentação. Por cada... que nós chamamos de pé-de-cuba, que é aquele tanto que dá. Eu ponho 20 litros de fubá e 10 de farelo de arroz. Ali eu formo o fermento, aquilo é pra um tonelzinho daquele, que pega 800 litros de garapa. O fermento é formado em mais ou menos cinco dias. A vasilha, o recipiente deve ser muito bem higienizado, que é importante, né? Então eu procuro higienizar antes mesmo. Eu queimo álcool ali dentro, sabe? A higienização ela forma menos bactéria, né? Madeira tem as ranhura, tem as juntazinha, né? Quando dá infecção, a gente tem que limpar ali tudo. Se der problema no meio da safra, a gente tem que eliminar o fermento mesmo, né? Quando você vê que ele tá formado ali, com cinco dias, você pode botar a garapa até em cima. Cada dorna cabe 800 litros. O fermento ocupa 20%. Nós temos ali o pesa-xarope, que é o sacarômetro, você mede: quando aquilo tá a zero grau mesmo, o fermento tá depositado. Você conhece também, porque se tiver trabalhando ali, o fermento, aí ele desce. Tem que tá paradinho igual água, né? Um bom fermento é 24 horas. Eu já ouvi dizer que tem gente que faz fermento com mandioca, né? ALARICO, JEQUERI



Figura 138 – Fermentação do caldo da cana, município de Conceição do Mato Dentro

Muito grande o acompanhamento no sistema de iniciação da fermentação, porque você tem que iniciar a fermentação em pequena quantidade, pelo menos o tipo que a gente usa que é o tipo natural, que é garapa com fubá, então você leva aí uma média de seis a oito dias para ter a fermentação ideal. Para o fermento estar pronto para você poder encher os cochos. E depois dessa fermentação estar nessa condição, sendo acompanhado de seis a oito dias, sendo aumentado com fubá, com garapa e também tendo o acompanhamento da fermentação, do processo de fermentação, vai dar uma média, depois do cocho cheio, que é uma alambicada normal, a média de 16 a 20 horas. Depois da fermentação já em funcionamento não dá pra interromper a fermentação. Sempre quando tirar a garapa, colocar outra imediato, para não interromper o processo. O fermento ele decanta, fica no fundo. O normal é ter um limite de tiragem, pelo menos no meu caso eu tenho uma mangueira, que ela tem um suporte. Onze centímetros no cocho. Ela tem o suporte de 11 centímetros, que a mangueira começa destes 11 centímetros pra cima. A cana, ela deve ter um corte bastante recente, para que não esteja azeda, é você ter também o capricho com o fermento. O melhor cocho de fermentação é de madeira, porque a madeira já guarda a fermentação ao passo que qualquer outro tipo de material não guarda a fermentação. QUIM, CONCEIÇÃO

Chama pesa-xarope. Ali cai a água e garapa, aí cê vai fazendo a medição. Para fazer em torno de 8% a 9% de sacarose para a garapa. Tem muita gente que tem dificuldade na fermentação até hoje por isso, porque se não usa colocar água, a fermentação não suporta mais do que 20, 25 dias, ela acaba. Quando começamos nós tivemos um prejuízo muito grande por isso. Cê costumava moer um monte de cana ali e não fazia nada, a fermentação não suportava, não fermentava. Acabava tudo. Cê punha no alambique, não produzia nada. A preparação do fermento é lenta, né? A gente pega o fubá, molha com a própria garapa e todo dia você vai adicionando garapa. E a própria garapa já tem a bactéria, né? Da fermentação. Então o que a gente faz é fazer com que ela reproduza. Cê vai adicionando garapa, né? À medida que ela vai funcionando, cê vai aumentando. Vai até chegar no limite. Uns 20 dias, 30. Dependendo da temperatura. Só fubá e garapa. A gente pode adicionar farelinho de arroz, que por sinal é muito bom para fermentação também. (...) Ele decanta. E quando a garapa tá fermentada ele fica mais pesado do que a garapa, então ele desce todo, tem um cano ali acima do fundo; o fermento fica abaixo do cano, ela acima. A fermentação é em torno de 20, 24 horas. A temperatura não é controlada. A garapa não pode ter excesso de caloria quando vai entrar na fermentação, né? E quando ela entra também muito fria ela demora mais a fermentar. A temperatura é em torno de 30, 33 graus. Se sobe muito a fermentação também prejudica, porque quando sobe muito, a garapa em fermentação aquece muito, eleva e mata muita bactéria. Baixa temperatura ela demora a desenvolver. Quando ele passa a não chegar nas 20 horas, 24 horas, não chegou ainda na hora de lambicar ou também passa a cair a produção, passa a produzir muito menos, aí o fermento tá doente. Cê tem que jogar fora, lavar o cocho todo, desinfetar e botar outro. GABRIEL, RAUL SOARES



Figura 139 – "Alambique de capelo", município de Martinho Campos

Mas eu vou te contar, o alambique que meu... o primeiro alambique que foi montado aqui, tá lá debaixo do pau. Agora, o Jeremias, que é um caldeireiro, afinal ele é tudo, ele é lanterneiro, ele mexe com tudo, ele falou que da parte dele pra baixo... que ele faz assim, né? Daquela parte que faz assim pra baixo, que aquele cobre daquele alambique é de cobre de fazer casco de navio! Até hoje ocê pode meter o pau nele, do jeito que você quiser. Aquilo tem um dedo de grossura assim, ó! Nunca furou! Com 200 anos trabalhando, nunca furou o fundo. Aquele era que meu bisavô largou aí, é aquele. Ele acabou por cima, aí nós fomos e compramos esse e tirou ele. Depois mandou reformar, tá prontinho! (...) Outra coisa que eu vou te contar, eu não trabalho com serpentina. Já trabalhei, a serpentina tem um defeito muito grande. A fumaça que escapole ali, aquilo é acidez do fermento que lá vai embora. Agora, você pára de lambicar, aquele resto fica dentro da serpentina, quando é no outro dia você solta pra lambicar, aquela porcaria vai saindo dali. Agora, a serpentina pega aquilo tudo. É o tal negócio que eu tô falando, a porcaria fica lá dentro do cano. (...) Bom, o alambique de coluna tem uma coisa, às vezes o alambique dá de vomitar, se a coluna é alta, ainda segura aquilo, mas prejudica a qualidade da pinga. Eu já trabalhei com aquela porcaria. GUILHERMINO, MARTINHO CAMPOS

É capelo. Porque a serpentina você não areia ela nem no dia que você faz ela, você num areia ela, e como é que vai sair essa cachaça cheia de cobre pra lá? Quando você vai pra registrar ela, eles num registra, porque tem cobre! ANÍSIO, SALINAS



Figura 140 – "Alambiques de coluna", município de Salinas

Tem dois tipos: tem o alambique que faz cachaça que chama coluna e tem o alambique comum, que é de capelo. O meu é de capelo. O alambique são duas partes, uma é a panela e a outra é o capelo. A única coisa que a cachaça tem diferença é da cachaça do alambique para a coluna. A cachaça do alambique é muito melhor que de coluna. Que a coluna sai álcool primeiro, né? É por isso que a cachaça da coluna não fica tão boa. HAILÊ, DOM JOAQUIM

Eu até queria fazer um alambique de serpentina, mas eu ainda vou fazer. É muito bom o alambique, mas nós não tem ele ainda não, mas é muito bom alambique de serpentina, aproveita mais, diz que rende até mais na cachaça. (...) Aquele chama alambique de capelo. Coluna que eles fala pra nós aqui é a mesma serpentina, não? Tem a coluna na serpentina, lá em riba de pôr água, não? É outro alambique? Que eu já vi alambique de serpentina assim: um que tem os cano que passa dentro de uma caixa. E tem um que tem uma água lá em riba na coluna. É esse que é o de coluna? Pois eu conheço esse alambique! Mas eu entendi tudo de serpentina. VICENTE FERNANDO, TURMALINA

Não uso serpentina não, só capelo! Aquele trem não dá certo, não. Dá zinabre demais. Meu pai é que fez aquilo lá, não gostou não. Dava zinabre demais. FRANCISCO, DIVINÓPOLIS



Figura 141 – Destilação do caldo fermentado em "alambiques de capelo", município de Salinas

O fermento do alambique começa a ferver, então à medida que vai fervendo, ele vai começando dar evaporação, né? Começa a evaporação pequena até chegar a ferver e dar evaporação total, que corre ela quente; então no processo dela começar a ferver ali no alambique, aí começa dar uns pingos frios. Quando ela começa a correr, ela começa a correr mais graduada, o grau mais alto, à medida que ela vai correndo, ela vai enfraquecendo. (...) A regra do alambique é 20%, todo alambique é 20%, tirar 20% da carga. (...) A gente começa no mês de maio e vai até outubro, seis meses. (...) Uma hora já começa a correr. Corre até três horas. No mínimo, a lambicada, que seja o tamanho que for o alambique, é quatro a cinco horas. (...) Ela sai com 55 GL, mais ou menos, na base de 23, 24, de 23 a 24 para trás. Aí depois a outra começa a correr, ela sai com 79, 75 GL, 73, 70. A gente deixa correr tudo junto, à medida que ela vai correndo, ela vai temperando e enfraquecendo até chegar o grau. A gente tira ela aqui na base de 19, de 19 e meio; só que o nosso alambique é capelo, ele dá pinga quente e a pinga quente é mais forte; a gente tira ela com 21, 22, ela cai pra 19 a 19 e meio. O resto é água fraca. JUNINHO, MARTINHO CAMPOS

É a fumaça que sai lá do bico do capelo! Se tiver saindo bastante fumaça, a vaporização tá muita. Porque o fogo é muito e a cachaça, cê sabe né? E o calor é que vai lá em riba e a água esfria que corre a cachaça. Então quando começa a esquentar que cê pôs o fogo que esquenta, quando começar a fumaça a sair, cê tem que pôr a água, já é cachaça, uai! Quando começar a minguar, que ela tá correndo pouca, cê tem que pôr mais lenha por baixo. A hora que pega fervura, pega a ferver, aí não gasta muito lenha não. Diminui, que se pôr demais também, chama vomitar. Aí a garapa misturada com a cachaça. Não pode, tem que ter o controle. (...) Ah! Encheu a panela lá, pode pôr o capelo. (...) Isso aí eu não sei não, isso depende o tanto de fogo que põe. Se for uma lenha boa é mais ligeiro. Uma hora e começa a pingar. (...) Eles fala assim aqui é "cabeça da cachaça". Uai, mistura na... deixa correr lá e vai caindo a fraca no meio pra poder regular ela. A água fraca apara e torna por dentro do alambique no outro dia. (...) O segredo é que tem gente que não sabe o regulamento da cachaça. Às vezes pega correr demais... que a cachaça ali, enquanto tiver garapa dentro do alambique, se ocê pôr fogo ela corre! Até secar ele vai correndo. Sabe como é que eu olho a cachaça? Eu só passo, chega a mão debaixo da cachaça e cheiro a cachaça. Enquanto ela

queimar, cê cheira ela, ela queimar no nariz... a hora que parar de queimar cê pode tirar que ela tá toda regulada no carote. Cê pode tirar ela controlada, basta cê pegar ela e vai correndo, esteja forte, quando ela começa a enfraquecer, cê pega e cheira aqui a hora que ela queimar, tiver queimando, parou de queimar cê pode tirar. (...) Ah! Nós começa é cedo, na base assim de cinco horas, seis horas. Acaba cedo, quando trabalha assim o dia todo, acaba assim a base de cinco hora, quatro horas. (...) Se o fermento trabalhar bom, ela rende mais. Agora se o fermento tiver ruim, que não pára direito, não cortar a garapa direito, aí a cachaça já míngua mais, o gosto não é bom não! Depende do fermento! VICENTE FERNANDO, TURMALINA

Quase todo o bagaço vai pra fornalha, o resto vai para lavoura. Todo mundo usa bagaço. Ah, não tem que controlar não, se tiver saindo a cachaça cê põe bagaço. O bagaço ajuda muito. Dura menos o fogo, mas é mais quente. Tem que tá sempre colocando lá. GILBERTO, RAUL SOARES

Mas a cachaça feita com bagaço, a comparação que eu tirei, não fica muito boa. O bagaço você coloca um pouquinho dá aquele fogo de uma vez, aumenta a fervura demais e pode correr o risco também do que eles chamam de o alambique vomitar, é quando você põe muito fogo, em vez de sair só o vapor, sai a garapa azeda. Compromete a qualidade sua toda do parol aqui. Porque antes de virar a cachaça no parol, eu viro naquela pipa. Depois que ela tá cheia eu enfio o dedo lá dentro e dou uma provadinha, se tiver com o gosto bom, eu viro lá dentro, porque pode ser que os meninos erram lá, e vomita lá e eles não vê, o parol pode tá quase cheio, se você vira 50 litros de pinga lá dentro... Nossa Senhora! Estraga tudo. (...) Aqui com 30 dias a gente começa a vender. O parol custa encher, porque o povo bebe. (...) Tem o ambiente ali, quando eu comprei o parol, eles me disseram que se ficar num lugar escuro... tem que ser escuro, não pode ser cimentado o chão, que ele fica mais úmido, né? Tem que ser essa telha de barro, uma telha mais fresca. Tem quatro anos que eu fabrico cachaça. Dois anos eu fiz colocando nessas pipas, as tais pipas de plástico. Então, o que que acontecia? Eu tinha aí umas 15 pipas, cada uma tinha um gosto diferente. Uma do cantinho lá tava mais verde um pouquinho. A de cá tava meio grau a mais

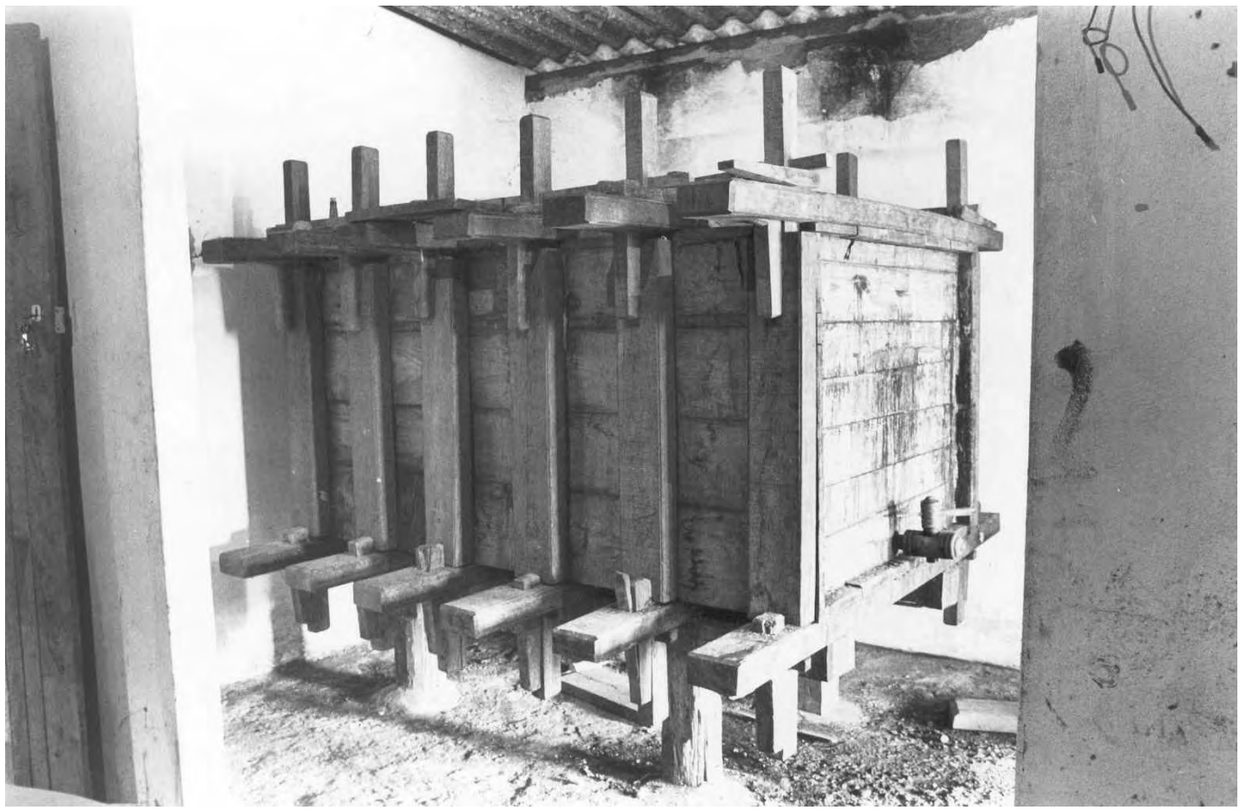


Figura 142 – "Parol" para armazenagem e envelhecimento da aguardente de cana, município de Martinho Campos

um pouquinho. Quer dizer, tudo saía do mesmo alambique. Costumava, às vezes, vendia uma pipa de cachaça pra uma pessoa, ela tornava a comprar de novo, falava assim: "Mas essa pinga tá mais fraca um pouquinho". E isso é difícil controlar mesmo. Você só consegue fazer esse controle ou pode ser num parol de madeira ou numa vasilha maior. O parol é importante na qualidade da cachaça. JOAQUIM, DOM JOAQUIM

Eu tinha um tanque de madeira. Eu peguei e vendi, um carote de madeira. Dava serviço demais! Quebra demais! Se ocê enche ele, ele desce. Se ocê for tirar ele, dá prejuízo de muito líquido que ele vai só inchando e perdendo. Se vai só perdendo. Então nós põe em carote de plástico. VICENTE FERNANDO, TURMALINA

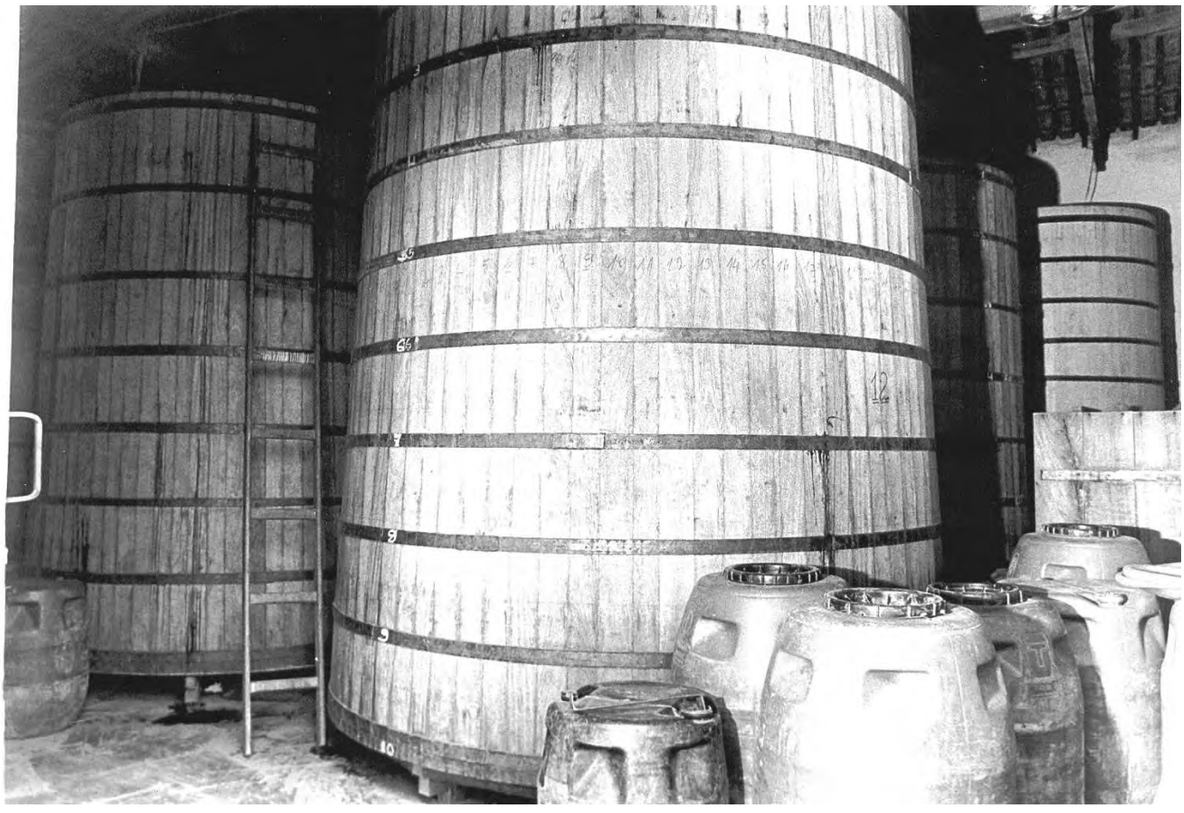


Figura 143 – Dorna para armazenagem e envelhecimento da aguardente de cana, município de Salinas

O conceito de cachaça boa, na nossa região aqui, era cachaça que era armazenada, que ficava uma cachaça envelhecida. Ela era produzida num ano e comercializada no outro. Isso ficava em tonéis, geralmente de umburana, que hoje chama de cerejeira. Dava uma coloração pardacenta e melhorava o sabor da cachaça. E esse tonel aqui tem o nome de dorna. Era armazenada em dornas. Varia muito: de mil a 30 mil litros. Tinha também os carpinteiros especialistas em fazer dorna. E não é qualquer um que sabe. Agora, hoje não se faz isso mais, por alguns motivos. Primeiro deles, porque embora a cachaça pegue uma coloração e fica melhor, mas ela pega uma coloração que muita gente não gosta. Porque ela pega uma coloração pardacenta. Mas ela pega um sabor muito melhor, uma cachaça bem melhor. Agora, um outro inconveniente é que ela perde muito em quantidade, você põe 30 mil litros, em um ano você colhe o quê? Vinte mil e pouco, que ela evapora, porque aquilo não veda totalmente. As laterais e o fundo, a umidade faz com que a madeira dilate e feche. Mas a parte de cima não está tocando, tendo quebra muito grande de quantidade. E também tem o fator econômico, o sujeito fica doido pra fabricar a pinga e receber o dinheiro dela, vender, comercializar. Dificilmente a cachaça fica seis meses sem comercializar. Quando fica, é exatamente alguns, nessa época, por exemplo, não dá preço, o sujeito guarda a ca-

chaça. No fim da safra já, dificilmente ele guarda a safra toda, no fim da safra ele guarda e vende agora em janeiro, fevereiro, que é o pico do preço. Guarda em tonéis de plástico. Aqueles que vêm com azeitona. JOSÉ RODRIGUES, BRASÍLIA DE MINAS

Fabricação e manutenção de equipamentos

Da indústria rural tradicional de Minas Gerais, a transformação da cana-de-açúcar sempre foi o setor que mais demandou recursos econômicos para a fabricação e manutenção de equipamentos e instalações industriais. Além do concurso de profissionais especializados, a montagem e manutenção de engenhos de cana sempre pressupuseram disponibilidade de madeiras nobres (notadamente para os equipamentos de moagem e para os sistemas de geração e transmissão de energia), cobre importado (especialmente para a confecção de recipientes para o cozimento e destilação do caldo da cana), ferro manufaturado (principalmente para os cilindros das moendas) e materiais para construção (sobretudo tijolos e telhas de barro e madeiras para edificação). A formação e atividade profissional de carapinas de engenho e de caldeireiros sempre estiveram assentes na transmissão oral de conhecimentos e no exercício exclusivamente empírico do ofício.

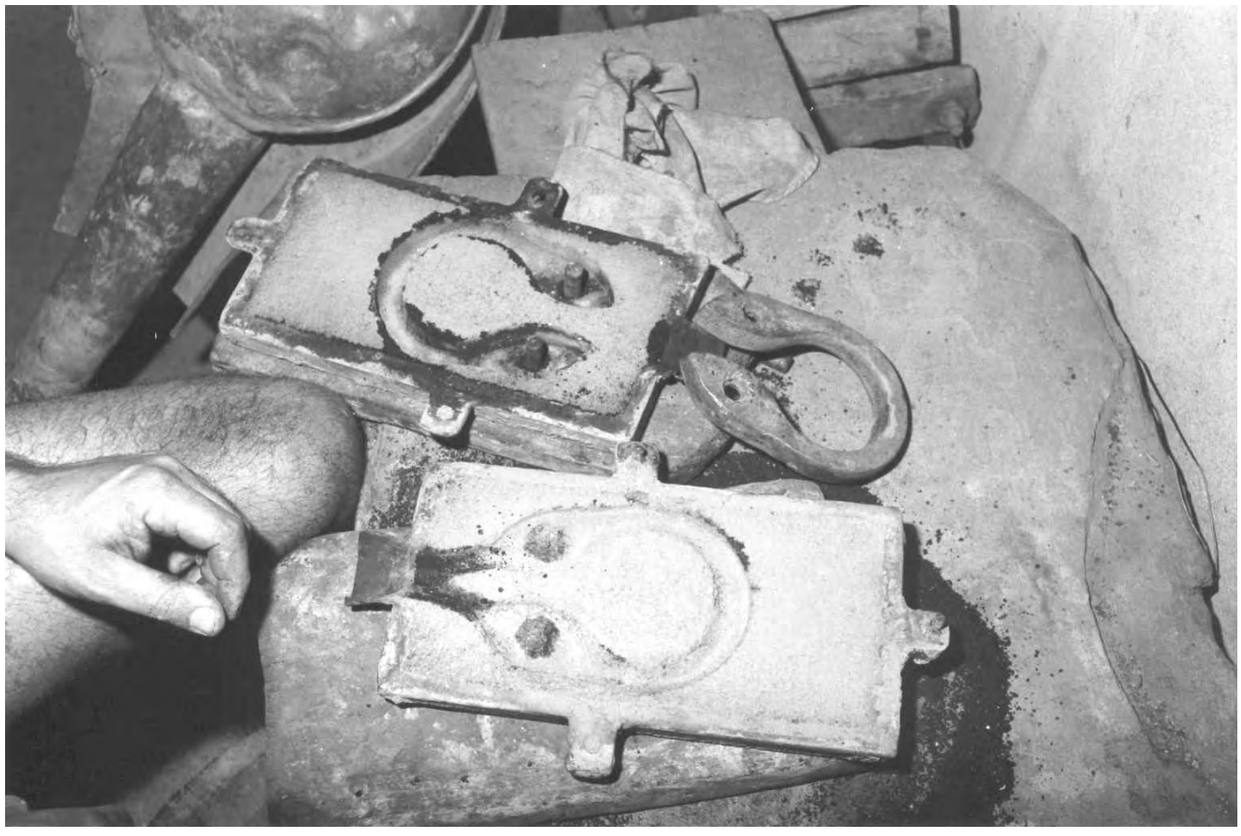


Figura 144 – Fabricação de peças e equipamentos para engenhos de cana, preparação de fôrma de alça de tacho, município de Minas Novas

O que a gente faz mais aqui é tacho, alambique, né? Mesmo aquele conjunto de tacha pra preparar açúcar mascavo também. É cobre, o zinco, o bronze, né? Os tachos são de cobre e as alças são de bronze. Os alambiques são todos de cobre, quer dizer, tem alguma parte que é de bronze também. No caso são umas franjas que têm pra unir a coluna, é utilizado essas franja e são parafusada, né? Aí é de bronze, ou senão de ferro! Um anel com diversos furo assim, pra unir a panela à parte de cima, onde que vai o tirante, pra pegar na

serpentina. A alça do tacho, ela sendo de ferro, ela enferruja muito rápido e o bronze não acaba, né? O bronze a gente costuma preparar com um metal amarelo, zinco, né? E uma parte de cobre. E aí a gente coloca o cobre justamente para dar mais uma composição, pra ele ficar mais resistente. A oficina aqui chama tenda de picheleiros. No caso nosso também é fundição. Nós mexemos com uma parte de fundidura também, né? Mexe com fundição de bronze pra fazer as peças, no caso de alça, de mancais, pra reposição de peça de engenho, né? (...) O processo é feito dessa forma aqui, meu irmão tá preparando a fôrma aí. A areia preta ela é comprimida. Aí tem carvão, né? Moído. Tem açúcar, tem barro branco e azeite. Tudo aqui da região mesmo e a gente prepara ela, né? (...) Só serve para uma vez! Depois de feito ali, tem que moldar outra vez. (...) Produção desses mancais de engenho, todos os tipos dele. Tanto faz os antigos, que hoje tá tendo uma dificuldade grande aqui, porque tinha muito desses engenho tocado a bois, né? Como não existe mais peça pra eles, a não ser em Itaúna, que cê vai lá com a peça e pede o cara pra fundir. Agora a gente faz esse tipo de serviço aqui. (...) O tipo de fundição nossa aqui é só com metal, né? Metal não ferroso. Fazemos a solda de estanho, né? Que, no caso do capelo, tem uma parte que é soldada com estanho, solda do próprio cobre. Pra zinco também, tem uma solda que a gente faz de zinco. EUSTÁQUIO, TONINHO E SÍLVIO, MINAS NOVAS



Figura 145 – Fabricação de peças e equipamentos para engenhos de cana, enchimento da fôrma com bronze fundido, município de Minas Novas

Pra fazer a fôrma, o molde feito na areia, e aí depois de feito o molde, aí a gente parte pro cadinho, pra derreter o material, né? Resto de bronze, esse negócio. Dependendo do teor de bronze, aí a gente coloca mais umas parte de zinco e cobre também pra ficar mais resistente, né? O cadinho é de grafite. Isso aqui a gente costuma tratar é de um fogão comum. Porém com uma ventoinha ali pra manter o fogo aceso, né? A chama pra derreter o metal lá. Vai girando ali, então vai soprando, né? Vai movimentando e vai dando ar aqui. Vai derretendo, vai esquentando ali o cadinho, então o material vai derretendo! A gente coloca uns tijolos assim, monta aqui, coloca

ele no meio, vai reformando o carvão à medida que vai gastando. E enche de carvão e põe o cadinho no meio. O fole não é apropriado pra esse tipo de serviço, né? No caso aqui, o fole pra nós aqui serviria pra aprontar ferramenta, mas como o serviço é pouco, então pra nós não compensa não. Depois de derretido o metal, chega um ponto ali que a gente vê mais ou menos, como diz a experiência. Mais ou menos a temperatura, que cê não tem termômetro pra medir, aí a gente despeja lá na fôrma. Com cinco minutos, 10 minutos já tá pronto pra tirar. De cinco a 10 minutos cê já pode desenformar. Corre o risco de ocê acertar a fundição, como de perder a fundição também, né? (...) Terra comum mesmo pra não grudar a peça e ficar mais fácil pra soltar. É a mesma coisa dum óleo pra não deixar ligar a peça no molde, né? EUSTÁQUIO, TONINHO E SÍLVIO, MINAS NOVAS

O cobre já compramos ele laminado, né? Em forma de disco e chapa. O tacho é só martelo, na forma artesanal. Toda vida ele foi feito dessa forma. Aprendemos o ofício com nosso pai. Ele trabalhou com o ofício bem uns 45 anos. Ele aprendeu com um cunhado dele, da região de Grão Mogol. Esse negócio de pinga veio desenvolver foi agora, né? Porque a rapadura não tava compensando, então o pessoal partiu pra pinga, pra fazer pinga. Aí começamos a fazer os alambiques. Inclusive pra essas comunidade aí acho que nesse período de dois anos já fizemos bem uns 40 alambique, 50 alambique. E tacho foi feito mais porque nós tomamos o serviço da igreja. É porque a igreja tá influenciando bastante nessas comunidade aí, que tá

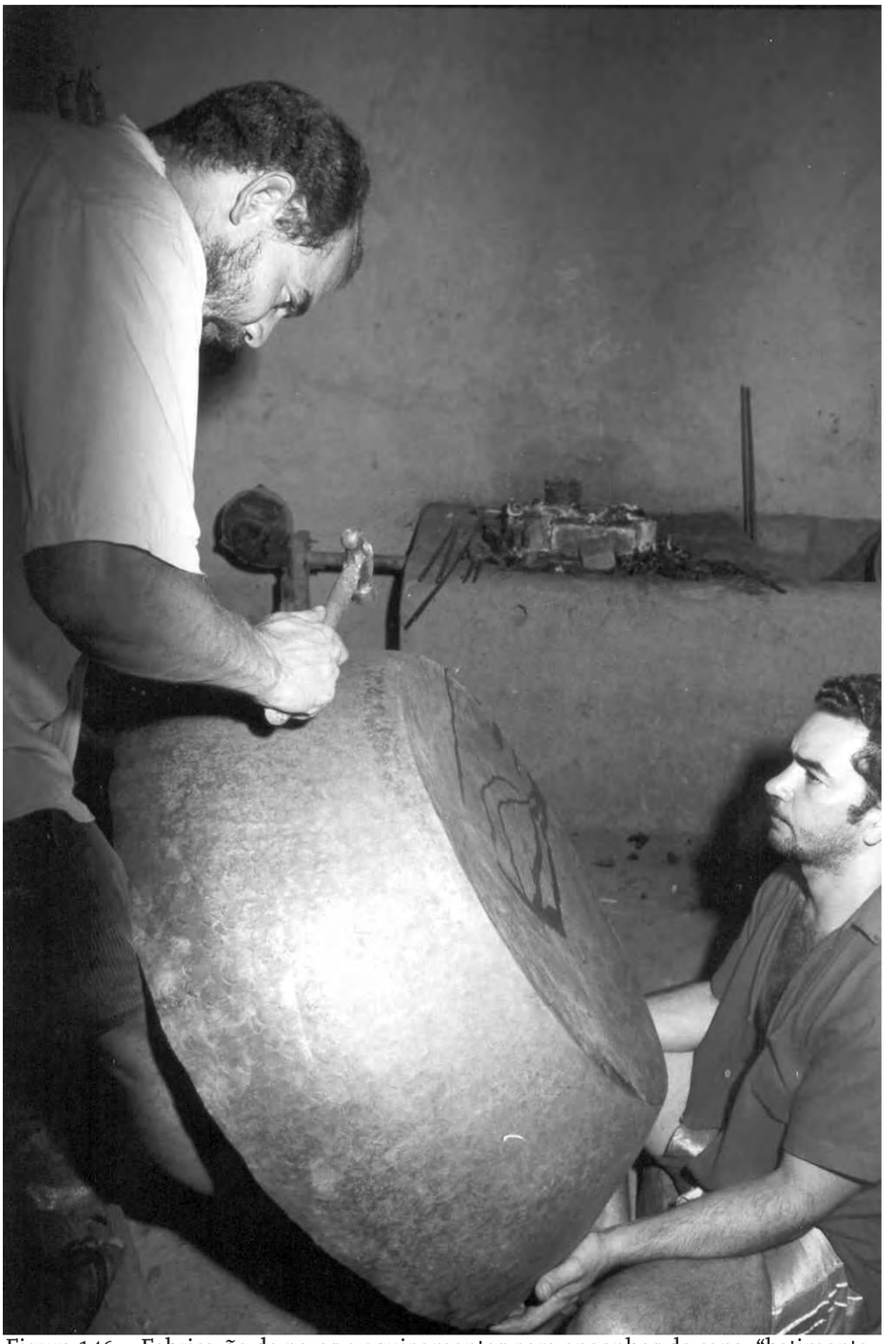


Figura 146 – Fabricação de peças e equipamentos para engenhos de cana, "batimento do cobre" e "levantamento do tacho", município de Minas Novas

ajudando o pessoal, né? Agora no nosso caso a gente tem muito serviço por causa do meu pai mesmo, né? É muito conhecida a tradição. De outros municípios, inclusive o município de Berilo, de Virgem da Lapa, Capelinha, Santa Maria do Suassuí, Turmalina... é a região toda, porque em termo de fundição, eu acho que aqui na região não têm outras pessoas. Cobre 18. O tacho dura uma faixa de 15 anos, 20 anos. Um alambique desse aqui é feito pra durar 15 anos também. Esse cobre é 16. (...) Isso aí é um século praticamente. Tem tacho aí que a família vem passando de pai pra filho aí. Isso demora 60, 70 anos. Cê vê e as pessoas já tão velha e foram dos avós, né? (...) Primeiro a gente tem esses disco aí, tira o centro. Disco de cobre laminado, a gente tira o centro dele e tem mais ou menos uma medida que a gente usa pra fazer o fundo, né? Aí começa a levantar, começa a bater o martelo, e vai levantando. Aí faz o centro dele e começa a levantar, eu sei a medida ali na estaca, ali cê vai batendo nele. Terminou, chegou até na beirada do disco, aí queima ele. A gente acende uma fogueira ali, queima ele, né? Pra amolecer um pouco o cobre, que, depois que cê bate o martelo ali, ele endurece. Então aí cê tem que queimar ele, pra ele voltar de novo ao normal, né? Porque cê queimando ele volta ao normal, fica mais mole, aí cê começa tudo de novo. Levanta, começa do início dele. Do início cê começa de novo a levantar ele de novo com um martelo ali na estaca, cê vai batendo e ele vai formando, né? Vai fechando. Volta na estaca zero de novo. Depois de feito isso, umas cinco rodadas, depois do tacho tá na posição dele; aí cê dá uma lavada nele e começa a bater de novo, dá uma martelada em cima do outro, pra polir, né? Geralmente cê levanta com um martelo, com um tipo de martelo mais pesado e pra polir cê usa outro martelo, pra ficar certinho o cobre, não ficar com ruga. A dobra é feita inclusive pra não trincar. Aquilo geralmente a gente usa o ferro, o vergalhão, e faz um anel e coloca a dobra do disco lá em cima. Depois fica fechado. Cobre aquele anel na beirada, cê fecha ele. O risco que cê corre é de furar um disco desse aí, como é caro, então cê tem que ter muito cuidado com ele, né? Outro dia mesmo, eu furei um aqui. Aí perde, porque a gente solda. Coloca outro disco novo, né? Aquela peça que cortou ela na estaca, ali cê encosta ela do lado. Não pode passar pro cliente uma coisa que cê dá cinco anos de garantia, né? (...) O alambique geralmente é um tacho junto com outro. Primeiro eu faço uma parte, que seria um tacho, o fundo da panela. Segundo eu faço uma outra parte que eles chamam de céu, a parte superior da panela, onde que vai o capelo ou a coluna, né? Ali a gente faz um buraco, na parte de cima dele faz um buraco por onde vai sair o vapor; vai passar o vapor pra coluna, então daquela coluna vai sair um tirante que é um cano. As franjas, isso no caso de alambique de serpentina, né? Aí é soldado um tubo em cima da coluna, que dá saída pra um cano que liga na serpentina. A gente coloca uma bomba também, uma saída, né? É um cano, pra dar descarga na parte de baixo da panela. O de capelo, a diferença é que não tem a serpentina e toda vez que cê vai abastecer ela, se ocê não quiser colocar um lugar e carregar do lado, cê tem que tirar o capelo. O capelo é feito por peças. A diferença do de serpentina, da panela, é que cê coloca as franjas. O de capelo não tem necessidade de se colocar as franjas, o capelo é encaixado, ele tem um peso suficiente pro vapor não jogar ele pra cima, né? O capelo é feito uma coluna, é feito também por partes. É feita uma corredeira, que é soldada no tubo, né? Nesse tubo é feita uma corredeira. É soldada uma corredeira, um disco, cê também faz um buraco nele, pra soldar ali, pra ficar o buraco do tubo ligado nessa corredeira, aí cê faz o céu dele, que é o coco, eles chamam de "coco". Depois cê faz a paradeira, que é onde vai receber a água que é despejada no coco, e é feito o bico aqui. Aquela alça é justamente pra tirar o capelo. Esse disco aí é colocado pra água não passar, a água que corre ali na paradeira, é para ela não cair e misturar com a pinga. EUSTÁQUIO, TONINHO E SÍLVIO, MINAS NOVAS

Engenheiros de cana, trajetórias canavieiras

Embora o recolhimento dos depoimentos tenha-se orientado por proposta de história oral temática, emergem das pautadas e recortadas narrativas informações que permitem, ao menos, esboços de trajetórias de vida, de trajetórias canavieiras. Os depoimentos dos engenheiros revelam longevas vinculações familiares com a atividade, como na lembrança de Seu Rodolfo do tempo em que seu pai produzia e comercializava grande quantidade de rapaduras; ressaltam episódios indelevelmente registrados na memória, como na recordação de Seu André da venda de sua última vaca, que fornecia o leite consumido pelas crianças, tendo em vista a necessidade de adquirir novo engenho; evidenciam a consciência do forte caráter pessoal associado à transmissão do conhecimento necessário à reprodução do tradicional, como na preocupação de Seu Antônio, carapina de engenho, com a possibilidade de que na sua ausência esteja inviabilizada a construção e manutenção de equipamentos de moagem.

Cachaça eu nunca fiz não. Eu que trabalhava lá nas tacha. A rapadura tem as fôrmas, açúcar também é na fôrma. Papai fazia muita rapadura, viu? E moía o mês inteirinho! Vendia, levava pra São João Batista, levava pro Cláudio. (...) Era de boi. Boi ou animal. Puxa com boi, puxa com animal. De primeiro eu fazia de madrugada bruta, quando o dia amanhecia tinha uma carga de rapadura feita. Ah, os filhos. E tinha um camarada que morava junto a mim que era um colosso. Fazia pra vender: São João Batista, Passatempo. (...) Se tirasse mais brando, corria muito melado e ele ficava clarinho. Tinha a fôrma, ela era aberta, forrada na hora de pôr a massa, né? Enchia aquilo e deixava uns 15 dias, o melado ia saindo pra baixo, ficava branco. Fazia pra gastar e vender. Ih! Se eu apanhasse o açúcar e a rapadura que eu fiz, eu era o homem mais rico desse mundo! (...) Enquanto eu tava novo, né? Depois eu larguei aquilo, pus os menino lá. E hoje até eu dei pra aquele filho. Dei tudo. No engenho eu não tô indo há muito tempo. A casa tem 13 cômodo. Quando eu casei, a moça tinha casa lá. Mas era de pau-a-pique, trapalhada, e eu desmanchei e fiz aquilo tudo lá. Ih! Tem muitos anos. Só de casado eu tenho 50 anos. Eu nasci em 25 de fevereiro de 1900. Tô com 93 anos e meio. (...) Mas isso aqui de primeiro, quem saísse daqui não podia falar que era de Carmópolis. Nesse tempo era Japão. Se falasse que era do Japão não ganhava pousada. Porque isso aqui eles mataram gente à revelia! Isso foi ruim! Tinha uma velha lá, muito velhinha, né? E faltou o pão. Ela tava na rua, o pão chegou. Ela disse: "graças a Deus, o pão já veio". Aí ficou aqui com o nome de Japão. Mas mataram aí à revelia. De Japão passou pra Carmópolis. Tinha muito homem bão aí, mas já morreu tudo. (...) Eu bebia uma pinguinha todo dia. Que eu fiquei viúvo e esses dois rapaz era uma teima comigo, viu? Eu tinha que ir pra lá todo dia, de noite, pra nós jogar. Ali pelas nove e meia, dez horas, parava o jogo. Já vinha com um aperitivo no copo e tira-gosto pra mim. Eu mandava o cavalo pra casa. E ainda ia na casa de uma rapariga que morava no que é meu, viu? Às nove e meia, dez horas, eu ainda passava lá. O meu cavalo ficou tão treinado, que na encruzilhada ele já pedia pra ir pra lá. (...) Às vez ficava um mês, dois mês moendo sem parar. (...) Deus me livre! Nunca fiquei tonto não! Bebia era uma coisinha assim. (...) Graças a Deus eu tive uma amizade doida, meu filho! E tanto que eu girava nas fazendas, comprando gado. O meu filho saía pra comprar as criação, chegava lá: "Ah, eu não trouxe dinheiro não". "Você é filho de quem?" "Fulano de tal." "Então, leva esse gado todo." Tive muito bom nome, graças a Deus, e tenho até hoje. (...) Mas tenho muita saudade de morar lá. Aquele filho que o senhor achou lá, o Geraldo, aquilo é bão demais! Lá tem o Geraldo, tem o Pedro, tem o Paulo, tem o Helvécio. (...) Vendia carradas de rapadura lá pra São João Batista. Trazia pra aqui, levava pro Cláudio. Como é que dava o ponto? Na água fria. Puxa-puxa. Quando a cana era muito boa, o puxa-puxa virava uma pedra. Ninguém fazia rapadura melhor do que eu. Tinha só a escumadeira. Quando começava a ferver, espumava. Tem gente que põe até azeite nas tacha pra limpar rapadura. A gente não punha nada não. Limpava a espuma bem limpinha, só isso. A espuma dava pros porco. O bagaço queimava. Cozinhava doce com ele também. Ia queimando ele, cozinhando doce. E gastando dentro de casa também, como lenha, viu? (...) Fazia tijolo, tinha olaria, e a lenha era toda comprada. Lá tem o meu filho que tá fazendo tijolo lá. Do lado de lá do rio. O barro de lá é especial. Barro de telha. A telha que eu fazia lá, já foi telha minha pra muita cidade. Podia pôr a telha de costa e subir em cima dela que ela não quebrava. (...) Eu tive muitas tachas; acabava, eu comprava outra. Aqui tinha quem fazia tacho. Chamava João Folheiro. Do cobre ele fazia tudo. A gente comprava a barra de cobre, dava ele, ele furava um buraco no chão e ia fazendo a tacha, batendo, batendo, ele puxava a tacha. A fôrma de rapadura, essa é que carapina faz. (...) Um dia eu tava moendo, com a mula puxando o engenho, e eu fui tocar ela, quando eu cheguei perto ela foi e meteu o pé aqui. Ficou um caroço. Eu peguei, fui lá dentro, a patroa fez uma água de sal bem quente, ensopou um pano e colocou. Daí 10 minuto eu tava no engenho outra vez. A mula até não era minha, era do João Leão, me emprestou. RODOLFO, CARMÓPOLIS

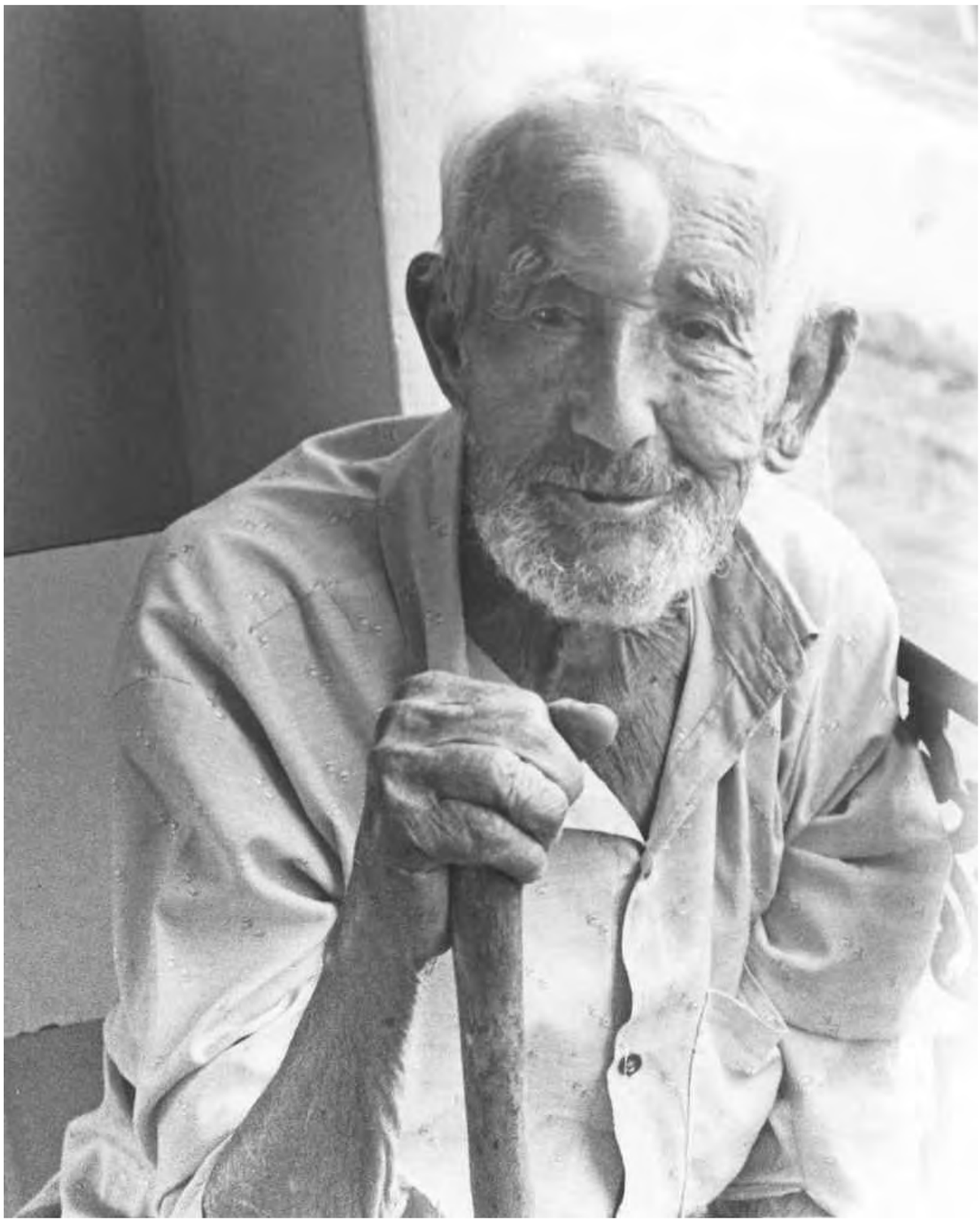


Figura 147 – Seu Rodolfo, município de Carmópolis

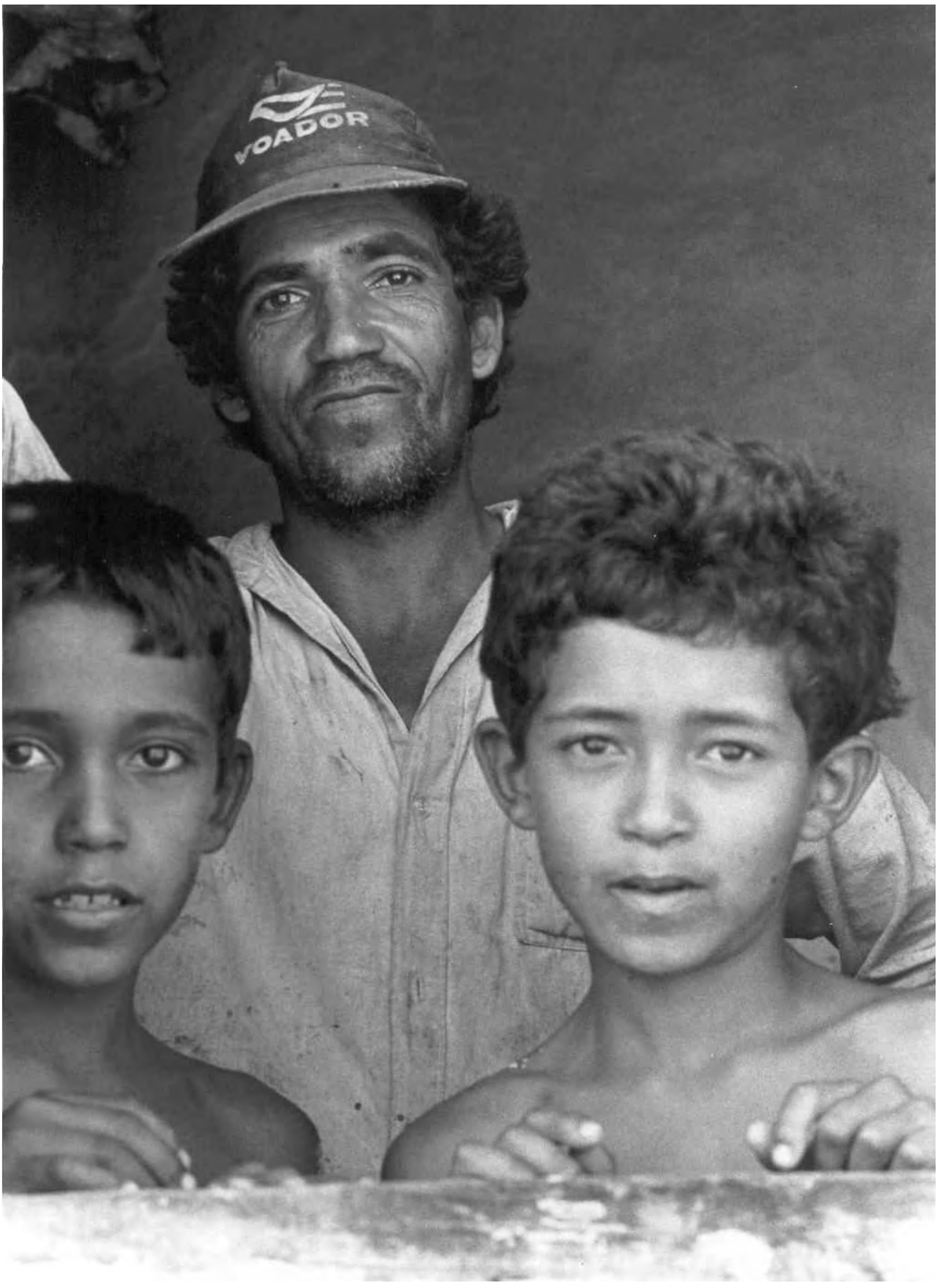


Figura 148 – Seu André e meninos, município de Turmalina

Esse que tá trabalhando aqui tem uns sete anos que eu tô trabalhando com ele, mas desde menino trabalho com esse engenho de madeira. Esse aqui é o meu primeiro. Eu trabalhava no engenho do meu pai. Esse dele, que ele usou 23 anos, depois esse dele acabou, aí o velho morreu também, eu fiz esse aí. Quem fez foi carpinteiro mesmo da zona rural. Eu vendi minha última vaca que eu tinha de dar leite as crianças para mim comprar esse engenho aí. O do meu pai acabou, porque o dele ficou velho, acabou, então ele ficou uns três anos parado. Eu decidi comprar esse para mim, o ramo era esse, né? Esse meu aqui tem a possibilidade de durar mais uns 15 anos. A gente espera que, às vezes, melhora as situações, mas se não tiver outro meio de... uma outra máquina que tenha... e que possa trabalhar com mais facilidade. A gente trabalha com esse é porque não tem outro jeito. (...) Nenhum aí não é meu, só pego os bois de contrato para amansar. Só tenho um cavalo aí de serviço. Todo ano eu trabalho com boi diferente, porque todo ano eu amanso. Pego ali por contrato de dois anos, três anos. Venceu, pego outros. É só amansar. Primeiro ano ele dá trabalho, e mais dois ano, né? Para tirar tudo daquilo que ele deu. Aí eu entrego. Se põem um boi aí que ele dá trabalho, a garapa não rende, prejudica sim. Mas a gente não tem condições de comprar boi para a gente ter o boi próprio, então a gente tem que levar é dessa maneira. (...) Nunca tive tacho não. Ano passado é que eu consegui comprar aquela ali. Eu comprei o cobre e mandei fazer em Turmalina. Ah! Eu fui lá em Poços de Caldas, vendi rapaduras lá em Poços de Caldas. Com esse dinheiro que eu consegui lá, eu passei em Belo Horizonte e já trouxe o cobre já. Eu levei umas quatro cargas. Antes eu alugava tacho. Em torno aí de duas rapaduras por dia. O tacho do meu pai deve ter durado uns cem anos. Remendou e quando ele acabou também, a gente achou que não compensava mais remendar, aí teve que encostar ele. (...) Uns dois hectares de cana. Planto arroz, feijão, milho, mandioca... Que vende é a cana, o resto é só para casa. O terreno de cana sempre teve cana, desde a época de meu pai. Tem umas parte que enfraquece, aí a gente arranca a cana e renova a planta de novo. Ah! Eu sempre fui agarrado na cana, porque a cana ela é a que segura mais, então muitas vezes a gente planta o milho aí, se o tempo não for bom, ele não dá nada. E a cana se plantou uma vez, né? Todo ano é só capinar, ela renova. (...) Umas 50, 60 carga por ano. Ah! O dinheiro que apura é só mesmo pra manutenção da alimentação da casa. É, maioria é pra vender. No mercado, eu vendo! Ah! Eu vendo 40, cem assim por dia. Eu boto no lombo dum animal aqui e levo. Um animal leva uma carga, 40 rapaduras. Bom, se eu tiver dois animal, boto dois animal aí, levo duas cargas. No lombo de burro eu levo aqui para a sede do Campo Alegre. De lá a gente põe no carro, pega o caminhão. Sempre a gente troca, né? Troca em troca de feijão, alimentação para casa. (...) Criação eu não tenho não, só tenho uns porquinhos. (...) Ah! Minha terra deve dá aí uns três alqueires, né? (...) A única coisa que eu gostaria de mudar é ter um engenho movido a diesel, ou elétrico, para não usar boi, né? Que é uma das coisas que vai chegar um tempo que a gente enfrenta dificuldades e não consegue, então... (...) Começa moer em janeiro e vai até novembro. Nem todo ano, que esse ano eu tô querendo moer as canas tudo. Eu moendo tudo, aí eu só vou começar moer mês de junho, pro ano que vem. (...) Aqui, o problema da gente mesmo é falta de transporte, né? Pra a gente comercializar fora, nas grandes cidades. E apoio das entidades, né? Pra gente desenvolver na agricultura. (...) Cada vez menos engenho. Uai, porque vai acabando e o pessoal não tem condições de fazer outro, muitas vez, né? As dificuldades, né? Planta cana aí é só para despesa, não pra comercializar, não compensa, então vai só diminuindo. Eu acredito que, do jeito que eu tô vendo aí, nós vão enfrentar uma crise daqui mais um tempo, né? Que o produtor de cana tá só diminuindo. ANDRÉ, TURMALINA

E de parar mesmo uma hora pra mim poder decorar, né? Porque já fiz, já preparei pra alguns mesmo, né? Esse daqui foi Roberto mesmo que me ajudou a normalizar ele. Mas aqui eu fiz esse engenho ali pra Geraldo Leite, faz um, pra José Antonio Ramos, dois, pra Altino Pires, três... num dou conta não, é bastante, né? É, mais ou menos uns 40, 50, né? Já fiz pros outro. O primeiro foi o nosso ali em cima, quer dizer numa capoeirinha, quando morava lá em cima. Eu aprendi foi com Zé de Assis e João Linido. É, mais ou menos, eles me deu alguma luzinha e o resto foi Deus é que me deu a luz de continuar com eles, né? É, sempre eu vou arrumar pra eles, né? Agora, lá vai aparecendo alguns que já dá pra arrumar eles também. Aí nos meio já tem alguns mais novo que arruma, mas... até deles eu não sei a hora que Deus me tirar, o que

que eles vão arrumar, porque até deles é eu ir legalizar pra eles, né? (...) É, quer dizer que assim que nem aqui só tem duas espécie de madeira, tem arco e moreira. Essa moenda do meio é pau de arco, né? E essas duas de banda é dessa qualidade dessa daqui, moreira. (...) Esse travamento é de aroeira, né? Aroeira e sucupira. Que nem aqui é sucupira, agora esse travamento aí de cima ele é todo de aroeira. Manjarra é de Catuá. A aspa, sucupira, né, Roberto? Não! A aspa, essa daí... que a de sucupira quebrou, que é aquele pedaço que tá ali assim, esse daqui é de arco, de pau de arco. Essa aparadeira que tá aí debaixo é de aroeira também, né? O cocho é de pau de óleo, né? Esses banquinho é de pau de óleo também, um de pau de óleo, outro de tamburi. A engenhoca é dessa qualidade também, é de pau de arco. A gangorra é de sucupira. Sucupiruçu. A fôrma de rapadura é de pau de óleo também. As tábuas da fôrma de açúcar é de pau de bálsamo, né? A rebecazinha fiz sim. De gameleira branca. O mais difícil de fazer é mesmo o engenho, né? É porque ele gasta muito desconto, como fala, pro fulano preparar ele. Ele gasta nível no começar, gasta prumo, gasta... pra tornear esses negócio aí é com diamante, né? Diamante é um toco de ferro, é um toquinho de ferro assim, com uma ponta de... a gente põe... num tá lá aqueles dois toco ali assim, ó! É colocado um no outro, quer dizer, ela nivela eles ali, coloca, faz um piãozinho na proa dela e coloca nesses torno e ali agora, existe um banquinho, tem até ali em cima, naquele coisa ali, existe um banquinho pra modo de o fulano pôr o pé ali e outro tocar ela, pra tornear. A torneação. Dá esses risco nela e depois agora vai fazer com aquela enxó, agora vai limpando elas, né? Até brilhar tudo igualinho. Ali agora, vai contando, de compasso, quer dizer, que ali até ficar a grossura que der embaixo, no pé dela, tem que dar ali, tem que dar daquele tamborzinho pra cima. Agora, quando é serragem pra tirar a contagem pra poder colocar a dentadura, já é nova contagem de compasso, né? (...) É construção de alguma casinha também, roda de ralar mandioca... é tudo... a casa mesmo desse menino ali... tá bom, não as porta, acho que foi Amâncio que fez ... mas os portal, quase tudo, acho que fui eu, né? (...) É formão, serrote, é algumas coisa... plaina, a gente tem... pra montar a porta começa do nível pra desempenar, ali agora, quer dizer, que numa comparação, passa a regra, iguala as tábuas e vem com a juntora, passa pra poder desmanchar aqueles calo que a gente corta com outra ferramenta menor, passa a juntora, depois da juntora a enxó, depois da enxó quer dizer que tem o cantil... tudo eu trabalho com eles em porta. Martelo, esquadro, compasso, metro. (...) Alguns amigos também tem trazido essa madeira pra gente resolver servicinho pra eles mesmo, uma mesa, esses negócio assim. Aquela mesinha mesmo que tá lá na varanda fui eu. Agora, depois que eu perdi minha vista, é que eu fiz aquela mesinha, né? (...) Sei derrubar. É, tudo eu já mexi. Hoje é que a força não sei se dará mais, mas derrubo, lavra a madeira, a gente puxando, chega cá eu desempeno ela. Já ajudei serrar também, ensinei, já ensinei alguns serrar, eu não serrava assim por profissão de serrar, porque o fogo e a força já tá muito estragada, mas sei de um modo de desempenar madeira pra poder serrar também, né? (...) Tá bom, tem de outro tipo, desses engenho mesmo, tem alguns tipo, né? Até que esse no caso, eu falando, como eu ia dizer que falando os tipo, quer dizer que esse daqui, é tipo de... pra nós falar assim, pra conhecimento nosso de cá, esse é de prisinta inteira, né? Essa serragem com a cunha e os dentes, falhado assim. Tem desses de meia prisinta também e às vez é pegado de baixo em cima, assim. Tem de gingibe. Que os antigo, que os de meu conhecimento, que eu vi primeiro, gingibe. Desses aí, não chegou nem ocasião de aprontar, de preparar nenhum, né? De gingibe é que os dentes, quer dizer que é broquiado assim. Os dentes é colocado na moenda, mas tem broquiação na moenda e nos dentes também, o modo dele é diferente desses daqui. Ele é despontadinho assim pra cima, espécie daquelas engrenagem de ferro mesmo, né? É vários tipo, é três tipo. E eu se eu for fazer dele, hoje assim, não garante que aprontará de gingibe, mas se for um acaso de achar um pra me ajudar... tenho certeza, que, com fé em Deus, eu conseguia preparar o gingibe também e meia prisinta e de prisinta inteira, é desse, né? Desde que eu peguei trabalhando com eles, eu trabalhei o primeiro de meia prisinta, eu fiz acho que uns três. E depois, descobrimos que esse de prisinta inteira, esse é mais fácil pra poder inventar, nós tão usando é só desses agora, né? (...) É, eu nasci, quer dizer, que vendo os velho mexendo e com eles é que eu aprendi mexer. É, de modo que aqui mesmo, é onde eu aprendi, quer dizer que trabalhar com servicinho de engenho era onde era a casa de minha avó aqui nessa viradinha ali. ANTÔNIO, MINAS NOVAS



Figura 149 – Seu Antônio, município de Salinas

4.3 – Um século de proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais[184]

> *Parece ter havido uma circulação apreciável de produtos dos engenhos de Minas dentro da própria capitania, desde pelo menos os últimos decênios do século XVIII. (...) Com o avançar do tempo, já na centúria seguinte, é natural que esse intercâmbio haja aumentado, crescendo a população provincial, tornando-se maior a quantidade dos engenhos. (...) De maneira geral, mantiveram-se e desenvolveram-se aquelas correntes mercantis nascidas nos tempos coloniais. Já da época imperial, existem depoimentos que provam ou comprovam a existência de outros movimentos comerciais relativamente intensos entre diversas regiões mineiras, com certeza iniciados ainda no século anterior. (...) Mas, em face das informações de que dispomos sobre essa indústria, em geral, de seu ulterior desenvolvimento ainda no século XVIII e especialmente no seguinte, de seu crescimento vertiginoso, da espécie e quantidade de seus produtos, das provas concretas que ainda existem, em particular nos sertões e outras regiões do Estado, sentimo-nos inclinados a sugerir, como traços principais, característicos, da economia canavieira em Minas Gerais, desde ainda os tempos coloniais, acentuando-se no Império e mais visivelmente na República: 1) o pequeno engenho, ou o microengenho; 2) a multiplicidade destes. (...) Quanto a nós, esse microengenho, nascido no século XVIII, numa sociedade em formação, tumultuada pelos régulos, violentada pelas autoridades públicas, marcada pela ambição, pela ilegalidade, por transgressões de toda espécie, e cuja economia instável não permitia repouso, tranqüilidade, paz a ninguém, esse microengenho é como um símbolo. Símbolo de pobreza, de humildade e de constância. Sobejo de uma antiga prosperidade, resto de uma riqueza fugaz ou ilusória, ele avassalou as célebres Minas Gerais, cresceu, multiplicou-se, apequenou-se talvez, para reproduzir-se aos milhares, dezenas de milhares, como se fossem cardumes de peixes, no oceano, miríades de estrelas no firmamento* (Costa Filho, 1963: 199, 202, 348-349 e 355-356).

Os resultados das pesquisas de Miguel Costa Filho sobre A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais são pródigos em dados empíricos, permitiram o estabelecimento de larga base de conhecimentos históricos e, principalmente, propuseram importantes campos de reflexão e pertinentes hipóteses. Entre as inumeráveis contribuições ao estudo do tema, encontram-se as evidências documentais e as cogitações em torno dos comércios intra e inter-regional de derivados e das características dos engenhos de cana mineiros. Costa Filho identificou no século XVIII a origem dos fluxos mercantis e localizou na centúria seguinte o crescimento e complexificação do comércio interno de derivados da cana. Constatou a ubiqüidade do pequeno engenho e sua tendência para multiplicar-se. Apenas faltaram-lhe os dados a permitir conhecimento mais incisivo da natureza das unidades produtivas com cultivo e transformação da cana-de-açúcar ou, ao menos, de sua fração mais dinâmica. A ausência desses dados contribuiu decisivamente para o encobrimento da natureza escravista da mais importante expressão da produção mineira de derivados da cana e sugeriu pobreza onde havia uma economia vigorosa, diversificada, independente de condicionamentos externos e com insuspeitada longevidade.

Minas Gerais foi, durante o século XIX e início da centúria seguinte, o mais importante espaço canavieiro do Brasil. Para a década de 1830, estima-se a existência em Minas Gerais de quase 4.150 unidades produtivas com transformação da cana-de-açúcar. Provavelmente, a soma de todos os engenhos do litoral nordestino, do norte fluminense e do Planalto Paulista, as principais regiões produtoras de açúcar para mercados externos, não alcançava a metade do número de engenhos mineiros. Para este mesmo período, estima-se que aproximadamente 40% da força de trabalho escrava de Minas, mais de 85 mil cativos, era empregada, sazonalmente, na fabricação de açúcar, rapadura e aguardente. É grande a probabilidade de que em nenhum outro espaço canavieiro, em qualquer período da história do Brasil escravista, tenha sido empregado contingente desta magnitude. Ainda para a quarta década do Oitocentos, estima-se que Minas Gerais produzia em torno de 33.200 toneladas de açúcar e rapadura e mais de 22 milhões de litros de aguardente. As informações

184 O texto dessa subseção é versão revista, adaptada e significativamente ampliada de *Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da província de Minas Gerais* (Godoy, 2002).

disponíveis indicam que a produção paulista de açúcar não superava 8.500 toneladas e a de Pernambuco estava em torno de 27 mil. As exportações de açúcar da Bahia não perfaziam 30 mil toneladas, as do Rio de Janeiro não alcançavam 17 mil e as províncias de Alagoas e Sergipe exportavam juntas menos de 6 mil toneladas.

Estas evidências estatísticas são especialmente surpreendentes se considerados os atributos fundamentais da economia canavieira da província de Minas Gerais: desconcentração espacial da produção, diversificada base técnica, variadas configurações no tamanho e composição da força de trabalho empregada, múltiplas escalas de produção, sazonalidade, consorciação do cultivo e transformação da cana com outras atividades econômicas e, especialmente, produção para o mercado interno (ver subseção 1.1). No século XIX, a elaboração de derivados da cana em Minas Gerais estava fundamentalmente condicionada pelas características do mercado interno provincial. A desconcentração espacial da população, a complexidade da rede urbana, o grau de desenvolvimento dos transportes, a estrutura de circulação de mercadorias, a dispersão dos pontos de comercialização e o arcabouço fiscal eram fatores que intervinham nas decisões econômicas dos fazendeiros-engenheiros de Minas Gerais.

Estimativa do número de engenhos de cana

Os Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836[185] forneceram os dados que permitiram a construção de estimativa regionalizada do número de engenhos de cana da província de Minas Gerais[186].

A Lei de 8 de abril de 1836 estabeleceu, de forma objetiva, a fabricação de aguardente como condição para a incidência do novo tributo. O Ofício de 16 de junho de 1836, enviado aos distritos de paz, definiu com clareza os engenhos aguardenteiros ou que fabricavam aguardente como objeto do inventário solicitado. Entretanto, nem todas as autoridades locais parecem ter alcançado tanta objetividade e tanta clareza. Aproximadamente 7% dos engenhos relacionados nos Mapas de 1836 não fabricavam aguardente: dedicavam-se exclusivamente à elaboração de rapadura e/ou açúcar. A princípio, vislumbram-se três plausíveis razões para o arrolamento destas unidades: 1. incompreensão da portaria e da lei, com a decorrente listagem de todos os engenhos, independente dos derivados produzidos; 2. excesso de zelo e o rigoroso inventário de todas as unidades transformadoras da cana; 3. tentativa de encobrimento de reconhecido engenheiro aguardenteiro, apresentado como exclusivamente rapadureiro e/ou açucareiro[187].

Breve estudo desse universo de engenhos não-aguardenteiros conduziu à conclusão de que o entendimento distorcido do ofício de 16 de junho e da lei de 8 de abril e/ou o excesso de diligência na declaração dos engenhos são as razões mais prováveis para o arrolamento de engenhos exclusivamente rapadureiros e/ou açucareiros. Esses engenhos foram listados em 35 distritos, ou 12% dos mapas remanescentes, que distribuíam-se por 12 das 16 regiões de Minas Gerais com efetiva ocupação. Nesses 35 distritos foram arrolados 311 engenhos, ou 16% de todos os engenhos relacionados na documentação de 1836. Entretanto, e aí reside forte evidência a desqualificar a terceira razão – a do encobrimento de engenhos aguardenteiros –, nesses distritos foram arrolados quase 60% de todos os engenhos de 1836 com produção mista, ou seja, aguardente mais açúcar e/ou rapadura. Se a intenção fosse simplesmente ocultar a produção de aguardente, não teria sido listado número relativamente tão elevado de engenhos que fabricavam múltiplos derivados. A natural decorrência desta

185 Em 1836, foi criado novo tributo para o setor canavieiro de Minas Gerais. Os referidos mapas cumpriram o objetivo de inventariar o universo de contribuintes da província. Para a contextualização e apresentação dos Mapas de 1836, ver subseção 2.2.

186 A proposta de regionalização adotada encontra-se em Godoy (1996) e foi discutida na subseção 3.1.

187 Os textos da Lei e Ofício foram reproduzidos e analisados na subseção 2.2.

constatação é o estabelecimento da confiabilidade dos dados arrolados nesses mapas atípicos, apenas frutos do mencionado entendimento distorcido e do referido excesso de diligência.

A distribuição dos 311 engenhos segundo os derivados fabricados evidencia o equilíbrio entre as fábricas que produziam aguardente em relação às que elaboravam rapadura e/ou açúcar. Os engenhos de produção mista eram aproximadamente 50% menos incidentes do que os especializados, sejam os exclusivamente aguardenteiros, sejam os unicamente rapadureiros e/ou açucareiros. Considerados em separado, pouco mais de dois terços dos engenhos que fabricavam aguardente eram exclusivamente produtores do destilado.

Tabela 58 – Distribuição dos engenhos segundo os derivados fabricados, Mapas de 1836 selecionados, Minas Gerais

Derivados fabricados	Engenhos		Engenhos aguardenteiros	
	Nº	%	Nº	%
Rapadura e/ou açúcar	126	40,5	—	—
Aguardente	126	40,5	126	68,1
Aguardente e rapadura e/ou açúcar	59	19,0	59	31,9
Total	311	100,0	185	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP1/6, diversas caixas.

Se dos 1.935 engenhos arrolados nos 297 Mapas de 1836 remanescentes[188] forem subtraídos os 134 engenhos não aguardenteiros (126 rapadureiros e/ou açucareiros, mais 8 casos indefinidos), resultam 1.801 unidades que efetivamente produziam o destilado da cana. Considerada a mesma proporção encontrada para os documentos com engenhos produtores de todos os derivados, dividiam-se estas unidades em 1.225 (68%) exclusivamente aguardenteiras e 576 (32%) que, além do destilado, produziam rapadura e/ou açúcar. Ainda com base na distribuição verificada para os documentos com arrolamento de todos os engenhos de cana, deveriam ser acrescentadas ao universo de engenhos dos distritos com documentação remanescente mais 1.225 unidades rapadureiras e/ou açucareiras e que não fabricavam aguardente (destas foram relacionados somente aqueles 126 casos). Assim, para os 297 distritos que compõem os Mapas de 1836, e que representavam 70% do total de distritos existentes em Minas Gerais, existiriam 3.026 engenhos de cana.

Na inexistência de dados que permitissem conhecer as diversas configurações regionais relativas à proporção de engenhos, segundo os derivados fabricados, adotou-se a proporção encontrada para os 311 engenhos que, como referido acima, distribuíam-se por 35 distritos de 12 distintas regiões. Dessa forma, considerou-se que, em todas as regiões de Minas Gerais, 40,5% dos engenhos fabricavam exclusivamente aguardente, 40,5% elaboravam somente rapadura e/ou açúcar e 19% produziam os três derivados da cana ou pelo menos o destilado e um tipo de açúcar (rapadura ou açúcar).

Com estes dados para os 297 distritos com Mapas de 1836 remanescentes, foi estimado o número de engenhos para os restantes 122 distritos de paz, totalizando o número de unidades produtivas com cultivo e transformação da cana dos 419 distritos existentes em Minas Gerais na primeira metade da década de 1830[189]. As estimativas regionais foram elaboradas tendo por base o número de engenhos aguardenteiros de 1836, os respectivos números estimados de engenhos rapadureiros e/ou açucareiros e de engenhos mistos, o número de distritos cobertos pelos mapas sobreviventes e o número total de distritos. Portanto, a

188 A distribuição regional dos 1.935 engenhos arrolados nos 297 Mapas de 1836 remanescentes encontra-se na Tabela 52, na subseção 4.1.

189 A descrição da Estimativa para 1831-35 está no Apêndice 3. Apresentam-se a origem, composição e limites dos dados, assim como são arroladas todas as circunscrições administrativas e as respectivas populações que compõem a Estimativa.

partir desse ponto foram necessários os seguintes procedimentos, que permitiram estimar o número de engenhos de cada região de Minas Gerais e, por decorrência, do conjunto da província:

1. Foram segmentados pelas 18 regiões de Minas Gerais os 1.801 engenhos exclusivamente aguardenteiros relacionados nos Mapas de 1836, sendo que para a região Extremo Noroeste não foi arrolada nenhuma unidade.
2. Com base na distribuição apresentada na tabela anterior (58), foram separados para cada região os engenhos exclusivamente aguardenteiros dos engenhos que fabricavam o destilado e também rapadura e/ou açúcar; ou seja, 68% dos engenhos foram considerados exclusivamente produtores de aguardente e os 32% restantes entendidos aguardenteiros e também rapadureiros e/ou açucareiros; exemplo: na região Mineradora Central Oeste, onde foram listados 410 engenhos aguardenteiros, considerou-se que, destes, 279 (68%) eram fabricantes de aguardente e 131 (32%) eram fábricas que combinavam a produção do destilado com a elaboração de rapadura e/ou açúcar.
3. Também fundamentado na distribuição verificada na tabela anterior (58), para cada região foram acrescentados como engenhos exclusivamente rapadureiros e aguardenteiros o mesmo número de unidades apuradas como unicamente aguardenteiras; exemplo: na região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas foram listados 140 engenhos aguardenteiros e considerou-se que, destes, 95 eram fabricantes de aguardente e 45 combinavam a produção do destilado com a elaboração de rapadura e/ou açúcar; somaram-se mais 95 engenhos que produziriam exclusivamente rapadura e/ou açúcar, totalizando 235 unidades com cultivo e transformação da cana.
4. Realizados estes procedimentos para todas as regiões, obteve-se a distribuição regional do número de engenhos segundo os derivados da cana-de-açúcar produzidos para os 297 distritos com Mapas de 1836 remanescentes; o próximo passo foi estabelecer o número de engenhos segundo os derivados produzidos para os 419 distritos de paz existentes em Minas Gerais na primeira metade da década de 1830; para tanto, calculou-se o número médio de engenhos por distrito e segundo os derivados produzidos para cada região, com base nos dados disponíveis para os distritos com mapas remanescentes e, em seguida, multiplicou-se esse número médio pelo número total de distritos existentes; exemplo: na região Sudeste foram listados 91 engenhos aguardenteiros nos 38 distritos com Mapas de 1836 remanescentes, sendo que 62 foram considerados exclusivamente fabricantes do destilado e 29 definidos como fábricas que combinavam a elaboração da aguardente com a produção de rapadura e/ou açúcar, e acrescentados mais 62 engenhos unicamente rapadureiros e/ou açucareiros, totalizando 153 unidades com cultivo e transformação da cana; para encontrar o número de engenhos segundo os derivados produzidos para os 46 distritos existentes na região, procedeu-se da seguinte forma:

   a. tomou-se a média de 1,63 engenho exclusivamente aguardenteiro por distrito e multiplicou-se essa média pelos 46 distritos, resultando em 75 unidades que fabricavam apenas aguardente;
   b. considerou-se a média de 0,76 engenho com produção mista por distrito e multiplicou-se a média considerada pelos mesmos 46 distritos, resultando em 35 unidades que fabricavam aguardente e também rapadura e/ou açúcar;
   c. como no caso dos engenhos exclusivamente aguardenteiros, tomou-se a média de 1,63 engenho unicamente rapadureiro e/ou açucareiro por distrito, multiplicando-se a média pelos 46 distritos, resultando em 75 unidades que fabricavam apenas rapadura e/ou açúcar;
   d. a soma das três modalidades de engenhos, segundo o derivado da cana produzido, resultou em 185 unidades com cultivo e transformação da cana, para os 46 distritos existentes na região Sudeste na primeira metade da década de 1830.

A tabela a seguir apresenta estimativa regionalizada dos engenhos de cana de Minas Gerais, elaborada com base nos dados dos Mapas de 1836. Foram estimadas 4.150 unidades com cultivo e

transformação da cana, número que se coaduna com o cálculo apresentado pelo presidente da província em 1845:

> *Em 1845, o presidente da província, baseado nos dados que lhe foram enviados por autoridades com exercício nos municípios, calculava haver em Minas Gerais cerca de 5 mil engenhos. Somando os algarismos que tinha em mão, Quintiliano José da Silva encontrou 4.429 engenhos. Não tendo respondido 14 municípios, e achando que somariam no mínimo 571, Quintiliano arredondou para 5 mil a totalidade dos engenhos de cana de Minas Gerais* (Costa Filho, 1963: 193).

Entretanto, o exame do texto da *Fala dirigida à Assembléia Legislativa*, em fevereiro de 1846, sugere que o número de engenhos provavelmente era muito maior do que o estimado por Quintiliano José da Silva.

> *Pela relação dos engenhos que exigi dos delegados de Polícia se conhece que só em 28 Muncipios, que ja se achão lançados no Mappa, se contão 4:429 engenhos: nos 14 que faltão devem pelo menos haver 571, e por isso creio que não exagero, quando conto haver na Provincia pelo menos 5:000 Engenhos* (Silva, 1846: 112).

O presidente declara ter dados para 28 dos 42 municípios da província. Faltavam portanto informações para um terço das municipalidades. Se os 4.429 engenhos contabilizados forem divididos pelos respectivos 28 municípios, resultará média de 158 unidades produtivas com cultivo e transformação da cana por município. Se considerada a mesma média para os 14 municípios que não enviaram a "relação dos engenhos", resultam mais 2.212 unidades. Somados aos dados "lançados no Mappa", referidos por Quintiliano, a província de Minas Gerais apresentaria 6.641 engenhos de cana. Estas evidências sugerem duas interpretações não excludentes.

A primeira explicação é de que entre 1836 e 1845, portanto em intervalo inferior a dez anos, processou-se acelerada expansão do número de engenhos de cana da província. Em 1836, os 28 municípios de Minas Gerais apresentavam média de 148 engenhos, totalizando 4.150 unidades. Entre meados da década de 1830 e meados do decênio seguinte, foram criados 14 novos municípios. Entretanto o ritmo acentuado de crescimento do número de unidades produtivas com cultivo e transformação da cana-de-açúcar permitiu substantiva elevação do número médio de engenhos por municipalidade, ou 158 engenhos para 42 municípios, totalizando 6.641 unidades.

A segunda interpretação baseia-se na suposição de que, em 1836, ano de criação do novo imposto incidente sobre as atividades agroaçucareiras, as autoridades da província responsáveis pelo arrolamento dos engenhos, inclusive aquelas que listaram todas as unidades, independente dos derivados fabricados, não incluíram os microengenhos, por não produzirem aguardente ou pela insignificância da produção de aguardente ou de outros derivados. Com quase dez anos de vigência do imposto, em 1845 a realidade era outra. Não somente as autoridades municipais provavelmente detinham conhecimento mais refinado das atividades agroaçucareiras locais, mas, sobretudo, são fortes as evidências de que o referido "Mappa" mencionado por Quintiliano resultava de intenção que se traduziria imediatamente depois em alteração significativa na base de contribuintes do tributo sobre os engenhos de cana. Em 1846, a fórmula tributária foi alterada, não somente com a inclusão dos engenhos que fabricavam rapadura e açúcar, mas também com alíquota específica para "engenhocas" de rapadura (ver Quadro 7, subseção 2.1).

A distribuição dos engenhos de cana apresentada na Tabela 59 e no Mapa 18 revela forte concentração regional. A região Mineradora Central Oeste detinha mais de um quarto dos engenhos. Outra quarta parte estava localizada nas regiões Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Mineradora

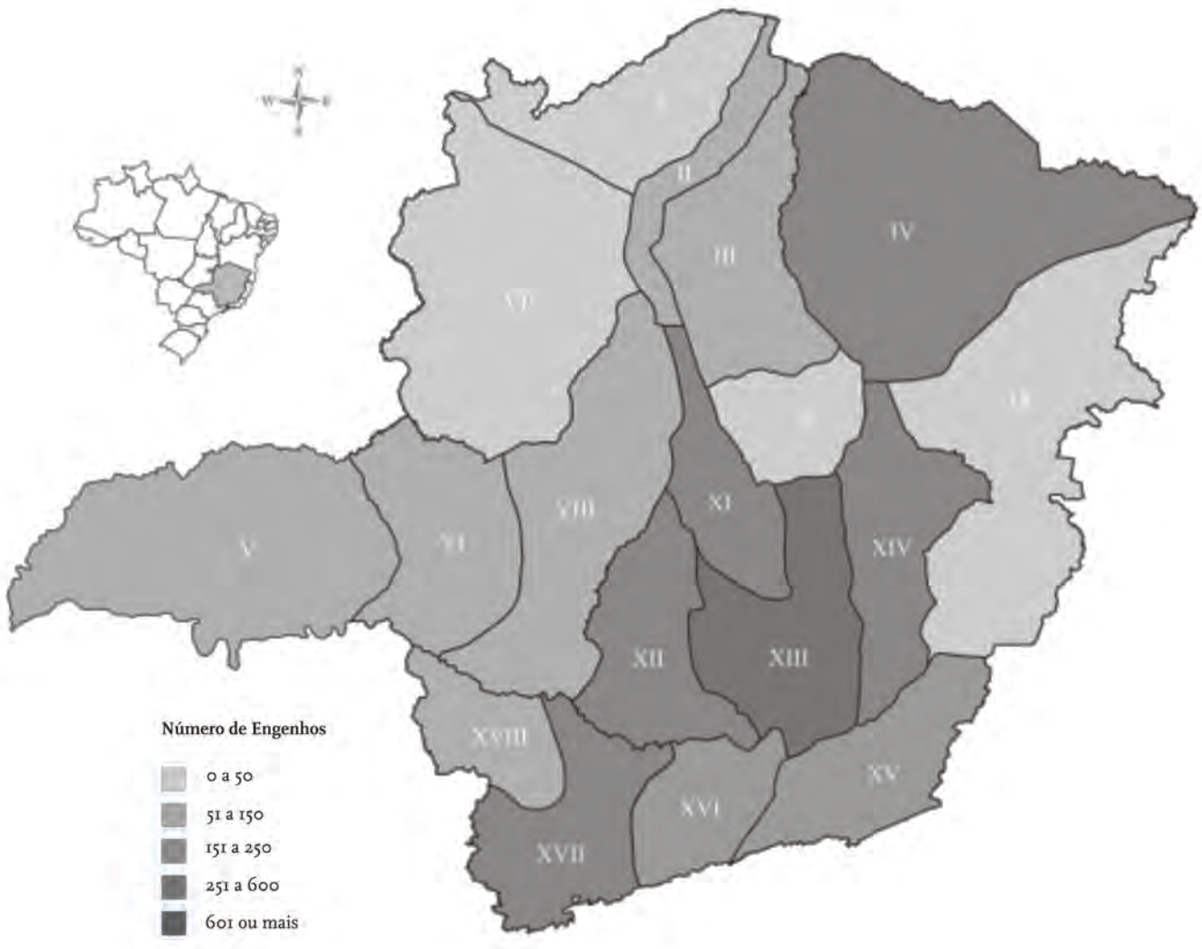
Central Leste. As quatro regiões meridionais (Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste) perfaziam um quinto dos engenhos. Assim, sete regiões contíguas do centro e sul da província respondiam por quase três quartos das unidades com cultivo e transformação da cana. Excluídas as regiões de Minas Novas e do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, com percentuais relativamente expressivos, as demais nove regiões do leste, norte e oeste de Minas Gerais respondiam por pouco mais de 10% dos engenhos.

Em síntese, as unidades produtivas com atividades agroaçucareiras estavam concentradas nos espaços regionais mais populosos (ver Tabela 20, subseção 2.2) e de ocupação mais antiga, excetuada a região de Diamantina (ver subseção 4.1). Reafirma-se, portanto, histórica correlação entre determinantes demográficas e o desenvolvimento das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais. Esta correspondência será rompida apenas no avançado do século XX, quando o processo de modernização tecnológica reduziu significativamente a importância da produção tradicional de derivados da cana ante a produção industrial (ver subseção 1.1.2).

Tabela 59 – Estimativa regional do número de engenhos de cana, Minas Gerais, 1836

Regiões	Engenhos aguardenteiros	Engenhos rapadureiros e/ou açucareiros	Engenhos aguardenteiros e rapadureiros e/ou açucareiros	Total de engenhos	
				Nº	%
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	44	44	20	108	2,6
Sertão	26	26	12	64	1,5
Minas Novas	137	137	65	339	8,2
Triângulo	27	27	13	67	1,6
Araxá	31	31	15	76	1,8
Paracatu	10	10	4	24	0,6
Sertão do Alto São Francisco	29	29	14	71	1,7
Sertão do Rio Doce	1	1	0	2	0,0
Diamantina	15	15	7	36	0,9
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	127	127	60	314	7,6
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	241	241	113	595	14,3
Mineradora Central Oeste	430	430	202	1.062	25,6
Mineradora Central Leste	202	202	95	500	12,0
Mata	97	97	46	239	5,8
Sudeste	75	75	35	185	4,5
Sul Central	140	140	66	347	8,4
Sudoeste	49	49	23	121	2,9
Minas Gerais	1.680	1.680	790	4.150	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP1/6, diversas caixas.



Mapa 19 – Estimativa regional do número de Engenhos de Cana, Minas Gerais, 1836

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

Muito provavelmente, durante todo o século XIX e primeiras décadas da centúria seguinte (ver último tópico dessa subseção), a soma de todos os engenhos do litoral nordestino, do norte fluminense e do Planalto Paulista – os principais espaços canavieiros com produção para mercados externos – não alcançava a metade do número de engenhos mineiros – o mais importante espaço canavieiro com produção para o mercado interno.

Peter L. Eisenberg estimou que, em 1844, existiam 712 engenhos na Zona da Mata e Agreste de Pernambuco. Em 1914, no Sertão pernambucano funcionavam 23% dos engenhos do estado. Considerado o mesmo percentual para 1844, aos 712 engenhos da Mata e Agreste, somam-se 213 do sertão e totalizam-se 925 engenhos de cana para toda a província (Eisenberg, 1977: 147).

Moacir Medeiros de Sant'Anna, fundamentado em dados recolhidos em *Fala do Presidente da Província*, registrou a existência de 316 engenhos em Alagoas para o ano de 1849 (Sant'Anna, 1970: 230).

Luiz R. B. Mott apurou, com base em diversas fontes, dados do número de engenhos de cana de Sergipe para vários anos dos séculos XVII, XVIII e, principalmente, XIX. Em 1838, a província de Sergipe possuía 445 engenhos (Mott, 1986: 136).

Kátia M. Queirós Mattoso referiu-se a "ensaio sobre a fabricação do açúcar" em que foram arrolados 603 engenhos para a Bahia em 1833 (Mattoso, 1992: 462).

Eulália Maria L. Lobo reproduziu estatística de Sebastião Ferreira Soares, para o ano de 1852, que discriminou o número de engenhos dos 20 municípios da província do Rio de Janeiro. Eram 788 fábricas de cana, sendo que mais da metade localizava-se no município de Campos (Lobo, 1978: 265).

Maria Thereza S. Petrone segmentou o cultivo e transformação da cana em São Paulo em várias áreas produtoras. No litoral, o número total de engenhos estava próximo de 130, incluindo Santos, litoral norte e litoral sul. No "caminho para o Rio de Janeiro", existiam "28 engenhos e 164 destilarias" em 1836. Para o "quadrilátero do açúcar", os dados são apresentados repartidos em várias áreas: em 1836, Itu possuía 98 engenhos; Campinas contabilizava "93 engenhos e 93 destilarias"; Piracicaba figurava com 78 engenhos; Porto Feliz somava 76 engenhos; Jundiaí "contava 29 engenhos de açúcar com destilação de aguardente e duas destilarias"; em Mogi Mirim, funcionavam 35 engenhos; Capivari possuía 52 engenhos; em Sorocaba, "eram 11 os engenhos de cana e duas as destilarias"; Itapetinga contava com dez engenhos (Petrone, 1968: 37-53).

O quadro a seguir permite a comparação entre Minas Gerais e os dados compilados para as demais províncias. A soma de todos os engenhos de cana – inclusive as unidades que produziam para o mercado interno – das seis províncias tradicionalmente associadas com o cultivo e transformação da cana não alcançava o número de engenhos de Minas Gerais. Importante ressaltar a significativa divergência entre os anos de referência dos dados, sendo que apenas o número de engenhos baianos refere-se a ano anterior ao dos engenhos mineiros. Se possível fosse equalizar os dados para um mesmo ano de referência, certamente que ainda maior seria a diferença entre o número de engenhos de Minas e os de Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e Sergipe.

Quadro 19 – Número de engenhos de cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836-1852

Espaço canavieiro	Ano	Número de engenhos
Minas Gerais	1836	4.150
Pernambuco	1844	925
Alagoas	1849	316
Sergipe	1838	445
Bahia	1833	603
Rio de Janeiro	1852	788
São Paulo	1836	901

Fonte: Pernambuco, Eisenberg (1977: 147); Alagoas, Sant'Anna (1970: 230); Sergipe, Mott (1986: 136); Bahia, Mattoso (1992: 462); Rio de Janeiro, Lobo (1978: 265); São Paulo, Petrone (1968: 37-53).

Estimativa do número de escravos empregados no setor canavieiro

Demonstrado na subseção 4.1 o caráter escravista da produção de derivados da cana em Minas Gerais, estima-se agora o número de escravos empregados no setor canavieiro da província.

A estimativa fundamenta-se no cruzamento do número médio de escravos dos fogos com engenhos, segundo o Censo de 1831-32 (ver subseção 4.1, especialmente a Tabela 54), com o número de engenhos estimado com base nos Mapas de 1836.

Um problema aparentemente insolúvel para os pesquisadores da estrutura da posse de escravos é o da criteriosa determinação do número efetivo de cativos diretamente alocados na atividade produtiva principal da unidade econômica, do número de escravos integrados em funções subsidiárias ou complementares à atividade nuclear, do número de cativos que desempenhavam ocupações completamente independentes em relação à atividade central e do número de escravos domésticos. No Brasil, os censos populacionais nominais dos períodos colonial e imperial, séculos XVIII e XIX, tendiam a não listar a ocupação específica dos escravos, limitando-se, na maior parte das vezes, ao arrolamento da ocupação do chefe do domicílio e, com menor freqüência, de alguns de seus familiares e de outros indivíduos livres. Apenas a diligência isolada de algumas autoridades locais, coadjuvadas por eficientes prepostos, rompeu com a tendência de não informar a ocupação dos escravos.

Constrangidos por esta limitação da principal fonte para o estudo da estrutura da posse de escravos, os pesquisadores do tema tendem a considerar as características apuradas para a totalidade do plantel como válidas para a atividade principal da unidade produtiva. Em outros termos, pressupõem que todos os escravos estavam vinculados, direta ou indiretamente, à atividade central. Não são poucos os riscos que decorrem desse procedimento aparentemente inevitável, principalmente no caso de unidades econômicas com produção diversificada. A especialização produtiva do engenho de cana do litoral nordestino, da extração aurífera de Minas ou da fazenda de café do Sudeste era numericamente exceção no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A maior parte das unidades produtivas apresentava atributos distintos daqueles válidos para a grande lavoura exportadora ou grande unidade de extração mineral. Nestes casos, a maioria dos escravos ocupava-se em atividades não especializadas, ou desempenhava múltiplas funções que pressupunham ampla habilitação profissional. Mesmo nas unidades especializadas na produção para mercados externos, a divisão e especialização do trabalho não eram exclusivamente determinadas pelas exigências da atividade nuclear.

O caráter da economia canavieira de Minas Gerais impôs a tentativa de dimensionar o grau de mobilização da força de trabalho escrava no período da safra da cana. Considerada a diversificação econômica das unidades produtivas com atividades agroaçucareiras e a sazonalidade da elaboração dos derivados da cana, restava conhecer por quanto tempo e em que medida o trabalho escravo era concentrado na fabricação de aguardente, rapadura e açúcar. As evidências qualitativas até o momento reunidas afirmam significativa variação no tamanho da safra dos engenhos mineiros. Em parte das fazendas com cultivo e transformação da cana, a fabricação dos derivados era atividade restrita a poucos meses do ano; em outro extremo, os engenhos com safra longa funcionavam durante quase todo o ano. Todavia, a safra do engenho médio de Minas devia girar em torno de seis meses (ver a subseção 1.1).

Com relação ao grau de mobilização da força de trabalho escrava, os dados disponíveis são bem mais objetivos. Em parte significativa das listas nominativas que compõem o Censo de 1831-32 foi anexada a "Relação de Fábricas" do distrito[190]. O cruzamento da informação do número de escravos empregados em 289 engenhos de cana, relacionados nas "Relações de Fábricas", com os respectivos plantéis de seus

190 Das 230 listas nominativas de 1831-32, 109 (47%) foram acompanhadas das "Relações de Fábricas". Transformação da cana-de-açúcar, serrarias de madeira, beneficiamento do fumo, fiação e tecelagem, curtumes de couro e solas, caieiras, fundições de ferro, selarias, olarias, chapelarias, lavras auríferas, fabricação de azeite de mamona, transformação da mandioca, queijarias e uma série de ofícios manuais e mecânicos compõem os tipos de fábricas arrolados. O exame dos termos de abertura das listas nominativas e a própria observação do conteúdo das "Relações de Fábricas" indicaram que as informações solicitadas eram o nome do proprietário, sua nacionalidade, a natureza do estabelecimento e o número de trabalhadores livres e escravos empregados. Entretanto, bastante diferenciadas foram as formas encontradas para arrolar as informações, o que su-

proprietários, arrolados no corpo da respectiva lista nominativa, permitiu conhecer a parcela da força de trabalho cativa efetivamente empregada na fabricação de derivados da cana. Em outros termos, procedeu-se à verificação da participação relativa dos escravos discriminados como trabalhadores no engenho de cana no conjunto dos cativos relacionados no plantel do proprietário da unidade produtiva com cultivo e transformação da cana.

O resultado geral desta justaposição de dados indicou elevada participação média dos escravos nas atividades agroaçucareiras. Na safra da cana, quase 90% da força de trabalho cativa era alocada na elaboração de aguardente, rapadura e açúcar. A avaliação dos dados segmentados segundo o percentual de comprometimento dos escravos com a fabricação de derivados da cana revela níveis diferenciados, inclusive com ponderável número de casos em que o engenheiro provavelmente recorria ao aluguel de cativos. Os variados níveis de alocação da força de trabalho escrava nas atividades do engenho de cana reafirmaram característica fundamental do setor canavieiro de Minas Gerais, ou seja, múltiplas posições relativas do cultivo e transformação da cana na fazenda mineira, variando de atividade subsidiária a principal atividade econômica. Sugerem, portanto, diversas formas de inserção da produção no mercado, variando de produção de autoconsumo e eventual geração de excedentes à semi-especialização com regular produção para o mercado.

Em síntese, para efeito da construção da estimativa do número de escravos empregados no setor canavieiro, será considerado que a safra da cana mobilizava todos os cativos dos plantéis das unidades produtivas com atividades agroaçucareiras. Ou seja, nos meses do ano em que se elaboravam os derivados da cana, o conjunto da escravaria destas unidades envolvia-se, direta ou indiretamente, com as atividades do engenho. Mesmo crianças e idosos engajavam-se em misteres pouco exigentes de habilitação profissional e/ou que requeriam relativo baixo dispêndio de esforço físico. Ainda que outras atividades demandassem a realização de tarefas mínimas de manutenção, posto que a diversificação econômica era traço fundamental da identidade destas unidades produtivas, pelo menos parte do tempo de trabalho dos escravos destinava-se às múltiplas e complexas funções pertinentes à elaboração de aguardente, rapadura e açúcar. Em assim sendo, neste aspecto, pelo menos na safra da cana, o espaço canavieiro de Minas Gerais apresentava feição semelhante à dos espaços canavieiros voltados para mercados externos: parcial ou exclusiva mobilização dos trabalhadores cativos em torno das atividades de cultivo e transformação da cana-de-açúcar.

Tabela 60 – Participação da força de trabalho escrava na fabricação de derivados da cana, Censo de 1831-32 e Relações de Fábricas, Minas Gerais, 1831-32

Percentual dos escravos empregados na fabricação de derivados da cana	Engenhos		Percentual médio de escravos empregados na fabricação de derivados da cana
	Nº	%	
10 a 49	31	10,7	34,5
50 a 99	139	48,1	73,1
100	83	28,7	100,0
+ de 100	36	12,5	167,2
——	289	100,0	87,3

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP1/10 e MP, diversas caixas.

gere a inexistência de modelo previamente determinado. Também se observou certa irregularidade no atendimento destas supostas orientações, com apreciável número de documentos em que foi omitida parte das informações. Para além dos dados regulares sobre as fábricas e seus proprietários, foram encontradas, quase sempre de forma isolada, variadas observações adicionais. No caso da transformação da cana-de-açúcar, indicou-se a força motriz do equipamento de moagem, os derivados produzidos, outras atividades consorciadas com os trabalhos no engenho, o destino da produção, o calendário agrícola, a posição relativa da transformação da cana na unidade produtiva, a época da safra e dados de produção. Entre todas as atividades integrantes do universo de fábricas, a transformação da cana-de-açúcar era de longe a mais incidente. Dos 109 documentos com "Relações de Fábricas", em 78 (72%) foram relacionados engenhos de cana.

Assim, a partir desse ponto, adotou-se o seguinte procedimento, que permitiu estimar o número de escravos empregados em atividades agroaçucareiras de cada região de Minas Gerais e, por decorrência, do conjunto da província. Multiplicou-se, para cada região, o número estimado de engenhos de cana pelo número médio de escravos. Dois exemplos: 1) para a região do Sertão do Alto São Francisco, foram multiplicados os 71 engenhos estimados (ver a Tabela 59) pela média de 17,8 escravos por engenho (ver a Tabela 54) e obteve-se a estimativa de 1.264 escravos; 2) para a região da Mata, foram multiplicados os 239 engenhos estimados (ver a Tabela 59) pela média de 26 escravos por engenho (ver a Tabela 54) e obteve-se a estimativa de 6.214 escravos.

O exame da tabela e mapa seguintes, que apresentam a estimativa regionalizada do número de escravos empregados no setor canavieiro de Minas Gerais, evidencia a assimetria entre a distribuição relativa dos cativos e a distribuição relativa dos engenhos, decorrência dos contrastes entre as médias regionais de escravos por engenho (ver a Tabela 54). Dessa forma, algumas regiões que apresentavam elevado percentual de engenhos perfaziam número relativo de cativos bem menos significativo. Como era o caso de Minas Novas, que detinha 8,2% dos engenhos de Minas Gerais e apenas 2,7% dos escravos empregados no setor canavieiro. Ou o contrário, algumas regiões com percentual pouco expressivo de engenhos e significativa participação relativa de cativos. O caso do Sudeste era exemplar: 4,5% dos engenhos e 8,5% dos escravos.

Para além dessas assimetrias, a estimativa do número de escravos empregados em atividades agroaçucareiras revela que, em meados da década de 1830, a elaboração de derivados da cana em Minas Gerais mobilizava mais de um terço da força de trabalho cativa do maior plantel escravista do Brasil (Martins, 1982). Conquanto atividade sazonal, a fabricação de aguardente, rapadura e açúcar requeria mais de 85 mil escravos do universo de aproximadamente 238 mil cativos da província (Paiva e Godoy, 2001).

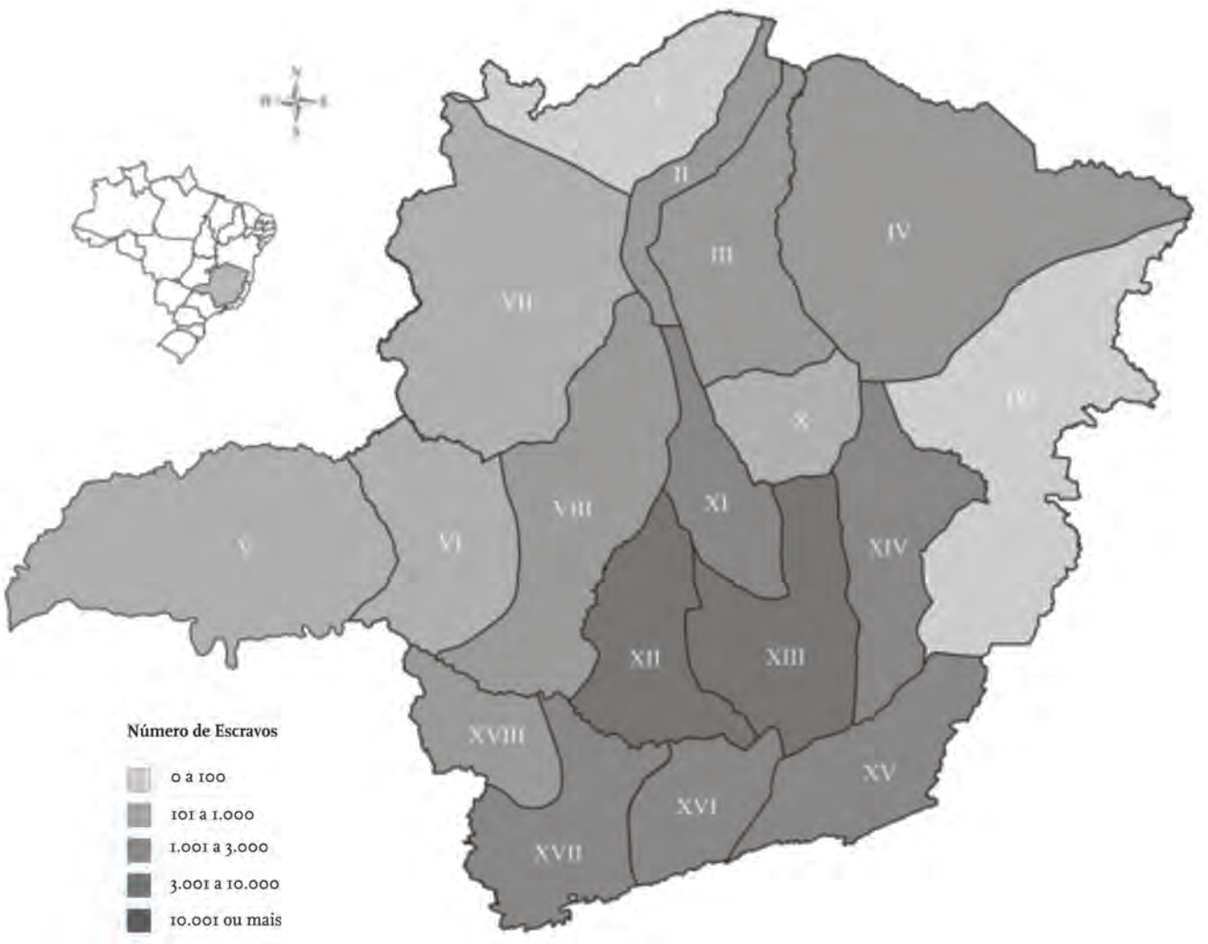
Reafirma-se a forte conexão entre a produção de derivados da cana e a utilização de trabalho escravo. Voltadas exclusivamente para o mercado interno e inseridas em expressiva parcela das diversificadas fazendas mineiras, as atividades agroaçucareiras respondiam em larga medida pelo dinamismo da economia escravista de Minas Gerais.

Tabela 61 – Estimativa regional do número de escravos empregados nos engenhos, Minas Gerais, 1836

Regiões	Engenhos de cana	Número médio de escravos por engenho de cana (ver Tabela 54)*	Número de escravos empregados nos engenhos de cana	
			Nº	%
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	108	20,7	2.236	2,6
Sertão	64	20,7	1.325	1,6
Minas Novas	339	6,8	2.305	2,7
Triângulo	67	7,5	503	0,6
Araxá	76	10,7	813	1,0
Paracatu	24	10,7	257	0,3
Sertão do Alto São Francisco	71	17,8	1.264	1,5
Sertão do Rio Doce	2	14,5	29	0,0
Diamantina	36	14,6	526	0,6
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	314	22,2	6.971	8,2
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	595	20,1	11.960	14,1
Mineradora Central Oeste	1.062	25,2	26.762	31,5
Mineradora Central Leste	500	14,5	7.250	8,5
Mata	239	26,0	6.214	7,3
Sudeste	185	39,3	7.271	8,5
Sul Central	347	19,8	6.871	8,1
Sudoeste	121	20,2	2.444	2,9
Minas Gerais	4.150	20,5	85.075	100,0

(*) A inexistência de dados para três regiões foi resolvida com a adoção de média de regiões vizinhas que guardavam algumas características semelhantes (ver Godoy, 1996). Para Paracatu, foi utilizada a média de Araxá; para o Sertão do Rio Doce, a da Mineradora Central Leste; para o Vale do Alto-Médio São Francisco, a do Sertão.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, MP, SPPP 1/10 e SPPP 1/6, diversas caixas.



Mapa 20 – Estimativa regional do número de escravos empregados nos engenhos de cana, Minas Gerais, 1836

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

Diante do tamanho da força de trabalho escrava das atividades agroaçucareiras da província de Minas Gerais, é grande a probabilidade de que em nenhum outro espaço canavieiro, em qualquer período da história do Brasil que se considere, tenha sido empregado contingente de cativos da mesma magnitude do estimado para Minas na década de 1830. Com a finalidade de corroborar esta assertiva, empreendeu-se a comparação com dados coevos disponíveis para os grandes espaços canavieiros brasileiros voltados para mercados externos.

Parece perder importância o anteriormente mencionado problema da determinação do número efetivo de escravos empregados nas atividades direta ou indiretamente correlacionadas com o cultivo e transformação da cana, quando a realidade das fontes disponíveis sequer permite conhecer diretamente o tamanho médio dos plantéis de cativos das unidades canavieiras. Para o Oitocentos, nos estudos que contemplaram os grandes espaços canavieiros voltados para mercados externos, são escassas as evidências que permitam conhecer esta elementar característica da posse de escravos: o tamanho dos plantéis.

Talvez a falta de dados explique a ausência de estudo da estrutura da posse de escravos para Pernambuco no século XIX. Eisenberg apresenta duas médias de escravos por engenho, uma para o princípio da década de 1840 e outra para o início do decênio seguinte. Os números são discrepantes. Para o período 1840-45, foi apurada média de 55 escravos em universo de 331 engenhos. No período 1850-55, o número médio, para 532 engenhos, estava reduzido a 20 cativos, queda de mais de 60% em apenas uma década (Eisenberg, 1977: 169). Considerados os 925 engenhos estimados para 1844 (Quadro 19) e adotada a primeira e maior média (55), resulta contingente de 50.875 escravos trabalhando no setor canavieiro de Pernambuco[191]. Oito anos antes, o número de cativos empregados em Minas Gerais era 67% maior.

A situação de Pernambuco se repete para Sergipe. Josué Modesto P. Subrinho apresenta média de 55,4 escravos por engenho para o ano de 1851 e 21,1 para 1857-58 (Subrinho, 2000: 95-98)[192]. Aplicada a maior média de cativos (55,4) para os 445 engenhos de 1838, o plantel de Sergipe seria de 24.653 escravos. Na ausência de dados para Alagoas, adota-se o mesmo tamanho médio da província vizinha. Assim, em 1849, os 316 engenhos de Alagoas empregariam 17.506 escravos. A escravaria das duas pequenas províncias somava 42.159 cativos. Era 102% maior o contingente de escravos no setor canavieiro de Minas Gerais.

Parece ser de Stuart B. Schwartz o primeiro estudo da estrutura da posse de escravos a contemplar substantivo universo de unidades econômicas com cultivo e transformação da cana-de-açúcar. Restritos ao Recôncavo Baiano, os dados de 1816-17 referiam-se a cerca de "23% dos escravos da capitania". Com relação ao setor canavieiro baiano, os 165 engenhos listados representavam "mais de dois terços dos 240 engenhos do Recôncavo e de quase a metade dos 340 da capitania". Dessa forma, Schwartz calculou que o número médio de escravos por engenho era de 65,5 (Schwartz, 1988: 356-368). Considerada esta média do Recôncavo para todo o espaço canavieiro baiano, em 1833, os 603 engenhos da

191 É muito provável que Eisenberg tenha chegado a estas médias considerando exclusivamente os engenhos do Agreste e Zona da Mata, faltando-lhe dados para as unidades do Sertão. Portanto, a adoção de média geral obtida com base nos grandes plantéis dos engenhos economicamente mais dinâmicos da Mata e Agreste tende a pronunciada superestimação do número de escravos empregados no setor canavieiro de toda a província.

192 Estas abruptas quedas no número médio de escravos em Pernambuco e Sergipe sugerem efeito inicial do fechamento do tráfico internacional de cativos. A prevalência de regime demográfico marcado pela incapacidade de reposição ou crescimento da população escrava através da reprodução natural e, por decorrência, a estrutural dependência de regulares novas importações de escravos da África, combinou-se com a provável impossibilidade de pôr imediatamente em movimento o tráfico intraprovincial, a deslocar escravos de espaços regionais e setores econômicos menos dinâmicos em direção às grandes unidades agroexportadoras do litoral. Nestes termos, o resultado seria o rápido decréscimo do tamanho dos plantéis. Também é preciso considerar os efeitos da transferência inter-regional de escravos, a crescente demanda de novos cativos sustentada pela dinâmica da expansão cafeeira. Assim, o fechamento do tráfico internacional de escravos teria, ao menos na década de 1850, afetado profundamente o tamanho da força de trabalho dos engenhos nordestinos.

província empregariam 39.497 escravos[193]. Os engenhos de Minas Gerais ocupavam força de trabalho escrava 115% maior.

Para o Rio de Janeiro, foi adotada a posse média encontrada por Iraci del Nero da Costa, em estudo dos engenhos e engenhocas arrolados na Relação do Marquês de Lavradio de 1788. A posse média dos engenhos produtores de açúcar e aguardente era de 36 escravos e a das engenhocas que elaboravam aguardente era de 10,8 cativos (Costa, 1988: 111-113). Adotada a posse média de 36 escravos por engenho de 1778 para os 788 engenhos computados para 1852, obteve-se contingente de 28.368 cativos. Na província de Minas Gerais, era 200% maior o número de escravos empregados no setor canavieiro.

Em 1834, nos engenhos do município de Campinas, trabalhavam em média 37 escravos. Tratava-se da mais importante área canavieira de São Paulo, responsável pelas maiores produções de açúcar e aguardente da província (Petrone, 1968: 26-53 e 113). Considerada esta média para os 821 engenhos existentes em 1836, resulta contingente de 30.377 escravos no setor canavieiro paulista[194]. O setor canavieiro de Minas Gerais ocupava plantel de cativos 180% maior.

O quadro na seqüência resume os dados referentes ao tamanho dos plantéis escravistas empregados nas unidades produtivas com cultivo e transformação da cana de Minas Gerais e das tradicionais províncias canavieiras do Brasil. Mesmo desconsiderada a provável pronunciada superestimação dos dados de Pernambuco, Bahia e São Paulo, assim como a substantiva diferença de período dos dados para o Rio de Janeiro (1852), Alagoas (1849) e Pernambuco (1844), Minas Gerais (1836) apresentava plantel de escravos equivalente a 45% da soma dos plantéis das demais províncias canavieiras.

Quadro 20 – Número de escravos empregados nos engenhos de cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836-1852

Espaço canavieiro	Ano	Número de escravos
Minas Gerais	1836	85.075
Pernambuco	1844	50.875
Alagoas	1849	17.506
Sergipe	1838	24.653
Bahia	1833	39.497
Rio de janeiro	1852	28.368
São Paulo	1836	30.377

Fonte: Pernambuco, Eisenberg (1977: 169); Alagoas e Sergipe, Subrinho (2000: 95-98); Bahia, Schwartz (1988: 356-368); Rio de Janeiro, Costa (1988: 111-113); São Paulo, Petrone (1968: 26-53 e 113).

Estimativa da produção de açúcar, rapadura e aguardente

Dentre as acerbas dificuldades que se interpõem ao conhecimento da estrutura e dinâmica do mercado interno pré-capitalista do Brasil, o dimensionamento da magnitude das atividades de subsistência certamente ocupa lugar de destaque. Se muito se avançou no entendimento das características gerais da produção de alimentos para o abastecimento de espaços urbanos e da grande lavoura especializada, pouco se

193 Assim como no caso de Pernambuco, a adoção de média geral tende a acentuada superestimação do número de escravos empregados no setor canavieiro de toda a província. O Recôncavo era a região economicamente mais dinâmica e escravista da Bahia. Os engenhos do Agreste e, especialmente, do Sertão seguramente apresentavam estruturas da posse de escravos muito distintas.

194 A adoção desta média implica franca superestimação do plantel escravista do setor canavieiro de São Paulo. As regiões produtoras do litoral, Vale do Paraíba paulista e municípios do planalto localizados fora do Quadrilátero do Açúcar certamente possuíam média bem mais modesta de cativos por unidade produtiva.

sabe sobre o tamanho dessa produção orientada para o mercado interno. Ao contrário da agroexportação, cujos dados estatísticos disponíveis permitem aproximações suficientemente seguras da evolução da produção no tempo e segundo os espaços de origem, para as atividades voltadas para o mercado interno, parecem inexistir ou não terem sobrevivido informações quantitativas diretas que subsidiem o conhecimento da distribuição espacial e o acompanhamento da trajetória no tempo da produção.

O caso da província de Minas Gerais – certamente o maior espaço de produção e consumo do mercado interno brasileiro – não constitui exceção neste quadro geral. A inexistência ou a não-sobrevivência de dados que possibilitem conhecer o tamanho da produção da agropecuária e do setor de transformação rural talvez configure em um dos principais óbices ao refinamento da compreensão do caráter da economia mineira provincial. Demonstrado o dinamismo da organização econômica de Minas Gerais, especialmente expresso no vigor da escravidão, e reconhecida a importância do mercado interno provincial, principalmente por sua magnitude, resta conhecer alguns aspectos essenciais da produção de subsistência de gêneros da agropecuária[195].

O estágio presente do conhecimento das fontes históricas para o estudo do mercado interno da província de Minas Gerais apresenta as seguintes características: 1. o predomínio de esparsas e incompletas informações permite apenas a aferição parcial e indireta do tamanho da produção e da direção dos fluxos locais e regionais de gêneros de abastecimento; 2. dados para alguns anos e para parte dos postos fiscais de fronteira são insuficientes para a avaliação do comportamento no tempo das exportações e importações e com cobertura que alcance a totalidade do comércio externo provincial; 3. exíguas e subjetivas impressões conformam frágil imagem do consumo interno.

Estas aludidas dificuldades documentais permeiam o estudo da produção e comercialização de derivados da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais. São descontínuos e muito lacunosos os poucos registros nominais dos dízimos – o único tributo sobre a produção mercantilizada da agropecuária e que vigorou somente até o final da década de 1830. Os recenseamentos nominais da população provincial não documentaram a produção dos domicílios, conquanto registraram para parte expressiva dos fogos a ocupação de seus habitantes. Da tributação incidente sobre a circulação interna, arrecadação em geral da esfera municipal e que esteve limitada a poucos gêneros da produção da agropecuária e do setor de transformação rural, remanesceram dados locais isolados e incompletos. Os inquéritos provinciais – solicitações do governo a autoridades municipais sobre múltiplos temas – raramente forneceram informes objetivos sobre a produção e comércio locais. As perspectivas de estudo de documentação contábil do comércio estabelecido e de longa distância, combinada com a exploração dos lançamentos de ativos e passivos registrados em inventários, deverão consolidar redes de vinculação comercial, especialmente as de longa distância, sem permitir, contudo, a mensuração do tamanho e destino da produção agrícola interna. Enfim, são grandes os desafios para uma consistente estimativa da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais.

Calambau

Na "Rellação das Fabricas de Engenho de Cana de Santo Antônio do Calambau", pequeno distrito do município de Mariana, foram recolhidos dados fundamentais à proposição de estimativa do tamanho e distribuição espacial da produção de derivados da cana-de-açúcar da província de Minas Gerais.

Às informações que deveriam compor a relação de fábricas, o juiz de paz Antonio Liberato Jose Carneiro de Miranda acrescentou, voluntariamente, dados relativos à parte da produção agrícola distrital. Foi informada, para o ano de 1831, a produção de derivados da cana, de fumo beneficiado e de café, muito provavelmente gêneros exportados para fora do distrito. Nada foi registrado sobre a produção de man-

195 Como referido na subseção 1.2, os principais expoentes do debate em torno da natureza da economia de Minas Gerais no século XIX são: Martins (1982), Slenes (1985) e Paiva (1996).

timentos (milho, feijão, arroz e mandioca), gêneros cultivados em todo o território provincial e que faziam parte da dieta básica da população.

Os dados consignados pelo juiz de paz ganham especial importância quando se constata a surpreendente similitude entre as características do microcosmo dos engenhos de cana de Calambau em relação ao conjunto do setor canavieiro provincial. Antônio Liberato tinha autoridade para tratar do assunto; afinal, era proprietário do provavelmente maior engenho de cana do distrito. O exame de múltiplos aspectos da estrutura da posse de escravos, da força motriz dos engenhos, das características dos engenheiros, de alguns elementos da organização econômica das fazendas e da direção da produção evidenciou que os dados de Calambau eram representativos do setor canavieiro provincial[196].

Na seqüência, apresenta-se reprodução integral da relação de fábricas de Santo Antônio do Calambau. No quadro com a transcrição paleográfica das "fábricas de engenho", foram acrescentadas três colunas: as duas primeiras para o lançamento do número de indivíduos livres e escravos listados nos respectivos fogos da lista nominativa; a terceira para observações sobre o processo de reconstituição dos engenheiros da relação de fábricas na lista nominativa. Também foi aposta linha para a totalização do número de trabalhadores livres e escravos segundo a relação de fábricas e segundo os correspondentes fogos da lista nominativa. Estas colunas e linha estão destacadas com realce cinza.

Quadro 21 – *Rellação das Fabricas de Engenho de cana que há no Destrito da Capella de Santo Antonio do Calambão Freguezia de Guarapiranga, Termo da Lial Cidade de Marianna a 7 de Janeiro de 1832*

(continua)

N.° deFabricas	*Nomes*	*N.° de Escravos empregados*	*N.° de Libertos Empregados*	*Engenhos de cana*	**Censo 1831-32**		**Observações**
					Escravos	**Livres**	
1	*Alferes Antonio Liberato Joze Carneiro de Miranda; Joze Carneiro de Miranda; Francisco Carneiro de Miranda*	*45*		*Movido por Agua*	53	13	A família Carneiro de Miranda, pai e dois filhos, foi arrolada nos quatro primeiros fogos.
2	*Manoel Correia Borges*	*5*	*4*	*Por Bois*	5	7	
3	*Joze Correia dos Santos*	*2*	*2*	*Por Bois*	2	9	
4	*Anacleto Gonçalvez da Costa*	*9*	*3*	*Por Bois*	12	10	
5	*João Antonio Barboza*	*4*	*2*	*Por Bois*	4	6	
6	*D. Anna Jacintta de Jezus*	*22*		*Por Agoa*	27	6	
7	*Capitam Domingos D' Oliveira*	*8*		*Por Agoa*	18	3	
8	*Capitam Alvarez Pereira*	*19*	*2*	*Por Bois*	22	9	
9	*G. M.r Antonio Alvarez Ferreira*	*32*		*Por Bois*	40	5	
10	*Francisco Menezes Cardozo*	*9*	*3*	*Por Agoa*	8	13	
11	*D. Francisca D' Oliveira*	*18*		*Por Agoa*	23	3	
12	*D. Maria Benedita*	*26*		*Por Agoa*	34	3	
13	*Domingos de Moura*	*17*		*Por Bois*	18	5	
14	*Alferes Antonio Fernandez*	*7*	*5*	*Por Bois*	9	14	

196 Os dados para o conjunto do setor canavieiro de Minas Gerais – aqui confrontados com os pertinentes a Calambau – foram apresentados e discutidos na subseção 4.1.

Quadro 21 – *Rellação das Fabricas de Engenho de cana que há no Destrito da Capella de Santo Antonio do Calambão Freguezia de Guarapiranga, Termo da Lial Cidade de Marianna a 7 de Janeiro de 1832*

(conclusão)

N.° deFabricas	*Nomes*	*N.° de Escravos empregados*	*N.° de Libertos Empregados*	*Engenhos de cana*	Censo 1831-32		Observações
					Escravos	Livres	
15	*Joze Joaquim de Souza; Francisco Antonio de Souza*	*7*	*3*	*Por Bois*	7	5	Arrolados no mesmo fogo, os sobrenomes sugerem que eram irmãos.
16	*D. Anna Quiteria*	*16*	*2*	*Por Bois*	20	8	
17	*Alferes Manoel Lopes*	*15*	*4*	*Por Bois*	9	9	
18	*Antonio Gonçalves da Costa; Serafim Dias; Estanislão Dias*	*15*	*7*	*Por Bois*	21	15	Somados os indivíduos arrolados nos três respectivos fogos.
19	*D. Maria Joana*	*19*	*2*	*Por Bois*	25	10	
20	*D. Anna Maria do Carmo*	*5*	*2*	*Por Bois*	6	1	
21	*Antonio Joze de Carvalho*	*13*		*Movido por Bois*	13	1	
	TOTAL	313	41		376	155	

Neste Destricto se fes no anno de 1831 o seguinte:

Assucar	*2.000 arrobas de assucar*
Agoardente de Cana	*3.860 Barris*
Rapaduras	*720 Cargas*

Tambem se fez:

Tabaco de corda ou fumo	*300 rolos*
Cafe colhido no mesmo anno	*1:560 arrobas*

Todos os Empregados nestes generos são Nacionais

Antonio Liberato Jose Carneiro de Miranda
Juiz de Paz

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/10, caixa 18, doc. 3. Este documento foi originalmente anexado a lista nominativa de Santo Antônio do Calambau.

No Censo de 1831-32 foram arrolados 1.406 habitantes no distrito de Calambau. A composição da população segundo a condição social apresentava diferença não muito pronunciada em relação à do conjunto da província. Enquanto os escravos respondiam por 38,3% da população de Calambau, para Minas Gerais, alcançavam 33,1% (ver subseção 3.1). De qualquer forma, a diferença de pouco mais de 15% sugere uma economia local dinâmica e com importantes vínculos com mercados externos ao distrito.

A localização geográfica deve ter se constituído em fator fundamental ao desenvolvimento econômico de Calambau. Situado no Vale do Alto Rio Doce, sub-região agrícola da região Mineradora Central Oeste, o distrito de Calambau compreendia fértil território de Mata Atlântica. A relativa curta distância da sede municipal, Mariana, e da capital, Ouro Preto, franqueava dois grandes mercados urbanos para a produção agrícola de gêneros básicos de abastecimento. A relativa proximidade do principal corredor de exportação para o exterior da província, a estrada real que ligava a cidade do Rio de Janeiro ao centro de Minas Gerais, facilitava a constituição de fluxos comerciais de longa distância. O volume de café produzido sugere vinculações mercantis interprovinciais. O termo de abertura da lista nominativa para o ano de 1838 relaciona as principais distâncias de Santo Antônio do Calambau.

> *Mappa Popular do Distr.° do Santo Antonio do Calambaõ Freguezia de Guarapiranga, Municipio da Cidade Marianna Comarca do Ouro Preto, Confina a Leste com o Destricto de S. Joze do Barrozo na distancia de 3 Legoas ao Norte com a da Tapera em distancia de hua Legoa, ecom o Pinhr.° na distancia de 2 Legoas, ao Oeste com a Matriz de Guara piranga na distancia de 2 Legoas ao Sul com o Destricto de Bras Pires, e da Conceiçao do Turvo, aquelle na distancia de hua Legoa, eeste na distancia de 2 Legoas*

dista da Cabeça do Termo 11 Legoas, e da Comarca 13 Legoas, a 13 de Agosto de 1838 (Arquivo Público Mineiro: MP, caixa 2, doc. 10).

Aproximadamente um quarto dos engenhos de cana de Minas Gerais estava localizado na Mineradora Central Oeste. Em Calambau, funcionavam pouco menos de 2% dos engenhos da região e 0,5% dos engenhos da província. Panorâmico cotejo entre o número de habitantes e o número de engenhos revela que a Mineradora Central Oeste não pertencia ao grupo de regiões que provavelmente apresentavam algum grau de especialização no cultivo e transformação da cana e eram exportadoras líquidas de derivados, tampouco pertencia ao grupo de regiões com probabilidade de serem importadoras líquidas de subprodutos da cana em função de organização econômica especializada em outras atividades e/ou com a presença de fatores naturais adversos ao desenvolvimento da gramínea (ver subseção 4.1). Assim, constata-se que a Mineradora Central Oeste pertencia a grupo de regiões cujas características de seus setores canavieiros estavam próximos da média dos atributos gerais do conjunto da economia canavieira provincial. Portanto, a localização é fator francamente favorável à demonstração da representatividade do setor canavieiro do distrito de Calambau.

Em nenhuma outra região da província de Minas Gerais utilizou-se a força hidráulica para a movimentação de engenhos de cana como na Mineradora Central Oeste. Quase 40% dos equipamentos de moagem desta região eram movimentados por energia hidráulica, ao passo que apenas 22% dos engenhos de Minas eram acionados por esta força motriz. Ainda que localizado na Mineradora Central Oeste, o distrito de Calambau apresentava percentual de engenhos d'água mais próximo daquele referente à província (28,6%). Também neste aspecto, Calambau afirma-se como representativo do conjunto do setor canavieiro.

Tabela 62 – Distribuição dos engenhos de Calambau, da região Mineradora Central Oeste e de Minas Gerais segundo a força motriz, 1836

Espaços	Força motriz					
	Força hidráulica		Tração animal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Calambau	6	28,6	15	71,4	21	100,0
Mineradora Central Oeste	181	39,3	280	60,7	461	100,0
Minas Gerais	419	22,0	1.488	78,0	1.907	100,0

Fontes: Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6, diversas caixas e SPPP 1/10, caixa 18, doc. 3.

As características dos engenheiros de Calambau coincidiam ou pouco diferiam daquelas válidas para o conjunto dos engenheiros de Minas Gerais. Predominavam largamente os homens, embora em Calambau as engenheiras fossem relativamente mais numerosas do que na província. Razões conjunturais explicariam a elevada participação relativa das mulheres na chefia das unidades agrícolas com engenho do pequeno distrito do Alto Rio Doce, dado que cinco das seis engenheiras eram viúvas, estado conjugal que se coadunava com a típica forma de ascensão feminina à condição de chefe de fogo. Os dados de Calambau confirmam o amplo predomínio de engenheiros brancos – não há registros de não-brancos. Na distribuição pelas grandes faixas etárias, consideradas as ligeiras diferenças percentuais, pode-se dizer que os dados relativos de Calambau coincidiam com os de Minas Gerais. No tocante ao estado conjugal, também parece correto afirmar que os dados de Calambau confirmam os da província, apesar das consideráveis diferenças nos números relativos. Aquela comentada maior presença conjuntural de mulheres engenheiras em Calambau explica a principal divergência em relação aos percentuais da província.

Tabela 63 – Distribuição dos proprietários de engenho de Calambau e de Minas Gerais segundo variáveis demográficas, 1831-32 e 1836

Variáveis demográficas	Calambau		Minas Gerais	
	Nº	%	Nº	%
Sexo				
Homens	15	71,4	1.596	86,1
Mulheres	6	28,6	257	13,9
Total	21	100,0	1.853	100,0
Cor/origem				
Brancos	21	100,0	702	88,4
Pardos, Crioulos, Pretos, Outros	0	0	92	11,6
Total	21	100,0	794	100,0
Faixa etária				
Crianças – 0 a 14	0	0	3	0,4
Adultos – 15 a 59	16	76,2	624	78,2
Idosos – 60 ou mais	5	23,8	171	21,4
Total	21	100,0	798	100,0
Estado conjugal				
Solteiro	4	19,1	91	11,5
Casado	11	52,3	605	76,3
Viúvo	6	28,6	97	12,2
Total	21	100,0	793	100,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6, SPPP1/10 e MP, diversas caixas.

Segundo a relação de fábricas de Santo Antônio do Calambau, acima reproduzida, os engenhos do distrito marianense podem ser divididos em dois grupos segundo o tamanho da posse de escravos e a proporção de trabalhadores livres. Conquanto a força de trabalho escrava fosse a base da produção em todas as fábricas de cana, nota-se evidente segmentação entre aquelas quase que exclusivamente escravistas (primeiro grupo) e outras em que o trabalho cativo dividia espaço com o livre (segundo grupo). A tendência era de, quanto menor o plantel de escravos, maior o emprego de trabalhadores livres na produção, possivelmente mão-de-obra familiar (segundo grupo). Na mesma medida, nos casos das grandes posses era pouco significativo ou inexistente o trabalho livre (primeiro grupo). A estrutura da posse de escravos de Calambau guardava grandes semelhanças com a dos engenheiros em geral e acentuadas divergências com a provincial.

Tabela 64 – Estrutura da posse de escravos de Calambau, dos fogos com engenho e de Minas Gerais, 1831-32

Espaços	Faixas da posse de escravos									
	Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 35 escravos		Muito grande 36 ou mais escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Calambau: fogos com engenho	1	4,8	7	33,3	11	52,4	2	9,5	21	100,0
Minas Gerais: fogos com engenho	63	8,2	192	25,1	378	49,4	132	17,3	765	100,0
Minas Gerais: todos os fogos	10.578	51,5	6.714	32,7	3.031	14,8	202	1,0	20.525	100,0

Fonte: Censo de 1831-32, Arquivo Público Mineiro: SPPP1/10 e MP, diversas caixas.

Enquanto o escravismo provincial caracterizava-se pela ampla predominância das pequenas e médias posses, que respondiam por quase 85% dos plantéis, as unidades com engenho de cana distinguiam-se pela pronunciada participação das grandes e muito grandes posses, que perfaziam 62% dos plantéis de Calambau e 66,7% de Minas Gerais. As médias de 21,4 escravos por plantel nos fogos com engenho e 17,9 para Calambau superavam largamente a média provincial para todos os fogos, 6,6 escravos. Também nos números relativos de fogos com escravos observavam-se grandes divergências. Na província, não foram arrolados escravos em 68% dos fogos, o percentual correspondente para os fogos com engenho não alcançava 5% e em Calambau inexistiam engenheiros não escravistas.

Os dados de Calambau também eram semelhantes aos dos engenhos em geral se considerada a participação relativa dos escravos nas fábricas de cana. No pequeno distrito de Mariana, 83,2 dos escravos das fazendas com engenho de cana eram sazonalmente empregados na fabricação de açúcar, rapadura e aguardente; para os 289 engenhos anteriormente examinados, o percentual correspondente era de 87,3.

O resultado geral do amplo cotejo entre as características do microcosmo canavieiro de Calambau e os atributos do setor canavieiro provincial é a constatação da representatividade dos dados arrolados pelo zeloso juiz de paz e engenheiro Antonio Liberato Jose Carneiro de Miranda. Assim sendo, na seqüência estima-se a produção regionalizada de derivados da cana de Minas Gerais com base nos dados de Calambau e na estimativa do número de escravos empregados em atividades agroaçucareiras.

Estimativa

No quadro seguinte, são apresentadas, para o ano de 1831, as produções médias de açúcar, rapadura e aguardente por engenho e por escravo de Calambau. Dividiu-se a produção distrital de cada derivado pelo conjunto de unidades com cultivo e transformação da cana de Calambau e pelo número total de cativos empregados nos engenhos do distrito.

Quadro 22 – Produção média por engenho e por escravo, Santo Antônio do Calambau, Minas Gerais, 1831

Unidade de produção	Açúcar		Rapadura			Aguardente	
	Arrobas	Quilos	Cargas	Unidades	Quilos	Barris	Litros
Engenho	95,2	1.429	34,3	2.194	4.388	183,8	3.860
Escravo	6,4	95,8	2,3	147,2	294,4	12,3	259,0

Fonte: Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/10, caixa 18, doc. 3. Arroba = 15 quilos; Carga = 64 unidades; Barril = 21 litros; Rapadura = 2 quilos. A determinação destes pesos e medidas baseou-se em ampla consulta a léxicos dos séculos XVIII e XIX, em informações coligidas na literatura de viagem do Oitocentos, em pesquisa em dicionários dos séculos XX e XXI e em depoimentos orais de produtores de derivados da cana recolhidos na década de 1990. Para a determinação da unidade de medida de peso (arroba) e quantidade que compõe a unidade de transporte (carga de rapadura), os dados reunidos são majoritariamente convergentes. Para a determinação da unidade de medida de líquidos (barril) e peso do açúcar bruto em barra (rapadura), as informações pesquisadas são relativamente divergentes. Nestes casos, fez-se opção por dados coevos e coerentes. Dois exemplos: A) uma carga de 64 rapaduras de dois quilos é perfeitamente compatível com o peso atribuído à capacidade de transporte de uma mula (120 quilos); B) a soma do peso bruto de quatro barris de 21 litros com o peso dos aprestos para o acondicionamento destes recipientes para transporte é compatível com a carga suportada por uma mula.

Do relacionamento entre a produção média dos derivados resultam as seguintes constatações: 1. Para cada quilo de açúcar elaborado, eram preparados três quilos de rapadura; 2. Para cada quilo de açúcar/rapadura produzido, eram fabricados dois terços de litro de aguardente; 3. Para cada arroba de açúcar purgada, eram enformadas 23 rapaduras e destilados dois barris de aguardente. Em consonância com a histórica composição da produção mineira de derivados da cana, verifica-se a maior magnitude da produção de rapadura e aguardente e a posição relativamente bem menos expressiva da produção de açúcar.

Tendo em vista a mencionada representatividade dos dados de Calambau que foram utilizados na elaboração de estimativa da produção provincial de derivados da cana, estabeleceu-se o cotejo da produ-

ção média de derivados por engenho do distrito marianense com dados da mesma natureza para três momentos da evolução das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais no século XX: 1920, 1960 e 1995. Esta comparação somente encontra sentido se aceito o pressuposto de que a base técnica da produção tradicional manteve-se fundamentalmente inalterada no transcurso dos séculos XIX e XX (ver subseção 4.2). Dessa forma, acredita-se que outras variáveis é que responderão, no essencial, pelas eventuais divergências entre as médias de produção, segundo derivados.

Em 1920, 21.158 engenhos elaboravam 122.980 toneladas de açúcar (açúcar e rapadura), ou 5.812 quilos por engenho; 3.022 engenhos produziam 35.098 mil litros de aguardente, ou 11.614 litros por engenho (*Carteira Estatística de Minas Geraes,* 1929: 299). Comparados com os dados de Calambau, a produção média de açúcar (açúcar e rapadura) em 1920 era praticamente a mesma e a de aguardente 201% maior.

Em 1960, 1.233 engenhos fabricavam 3.917 toneladas de açúcar, ou 3.177 quilos por engenho; 32.037 engenhos elaboravam 74.488 toneladas de rapadura, ou 2.325 quilos por engenho; 2.108 engenhos produziam 23.140 mil litros de aguardente, ou 10.977 litros por engenho (IBGE, *Censo Agrícola*, 1960)[197]. Comparados com os dados de Calambau, a produção média de açúcar em 1960 era 122% maior, a de rapadura 47% menor, a de açúcar e rapadura somados[198] 59% menor e a de aguardente 184% maior.

Em 1995, 343 engenhos elaboravam 675 toneladas de açúcar, ou 1.968 quilos por engenho; 14.817 engenhos fabricavam 17.004 toneladas de rapadura, ou 1.147 quilos por engenho; 8.466 engenhos produziam 44.665 mil litros de aguardente, ou 5.275 litros por engenho (IBGE, *Censo Agropecuário*, 1995). Comparados com os dados de Calambau, a produção média de açúcar em 1995 era 38% maior, a de rapadura 74% menor, a de açúcar e rapadura somados[199] 80% menor e a de aguardente 37% maior.

No transcurso de quase um século (entre 1831 e 1920), a média da produção de açucares de engenho manteve-se praticamente a mesma, passando de 5.817 quilos para 5.812 quilos. Enquanto a produção mineira era majoritariamente artesanal, posto que em 1920 as usinas fabricavam apenas 6,1% do açúcar do estado (ver Tabela 70), e respondia pelo atendimento quase que exclusivo do mercado interno de Minas, visto que uma série de fatores inviabilizava a importação de derivados da cana, notadamente os elevados custos dos transportes, prevaleceu padrão histórico de crescimento do setor sempre em estreita correlação com variáveis geográficas e demográficas (ver a subseção 1.1). A grande semelhança entre a média de produção de açúcar por engenho de 1831 e a média do estado de Minas de 1920 deve ser interpretada como importante dado a robustecer a pertinência em se considerar o microcosmo de Calambau como representativo das atividades agroaçucareiras da província de Minas Gerais.

Consoante a evolução da participação relativa da produção industrial no cômputo geral da produção de açúcar mineira, entre as décadas de 1920 e 1950 avançou substantivamente a modernização tecnológica das atividades agroaçucareiras do estado, com as usinas respondendo em 1960 por 56% da produção mineira de açúcar (ver a subseção 1.1). Debaixo da concorrência interna do congênere industrial e externa de crescentes importações de açúcar de outros estados, desestruturou-se o referido padrão his-

---

197 O *Censo Agrícola de 1960* segmentou os dados da "transformação e beneficiamento nos estabelecimentos agropecuários" de derivados da cana-de-açúcar em duas faixas: "produção total" e "produção em escala industrial". Para os estabelecimentos produtores de açúcar e rapadura considerou-se na segunda faixa a produção superior a 12 toneladas. Para os estabelecimentos produtores de aguardente considerou-se na segunda faixa a produção excedente a 20 mil litros. Na comparação com os dados de Calambau não foi incluída esta faixa de "produção em escala industrial". Entretanto, vale consignar que a incorporação destes estabelecimentos e suas respectivas produções não alteraria as tendências observadas, ou de produção média muito mais elevada de açúcar e aguardente e significativamente menor de rapadura e de açúcar e rapadura somados.

198 Para o cálculo da produção de açúcar em suas diversas formas, ou açúcar e rapadura somados, desconsiderou-se a possibilidade de unidades mistas, ou que fabricassem açúcar e rapadura. Assim, dividiu-se a soma da produção de açúcar e rapadura pelo número de engenhos açucareiros e rapadureiros somados.

199 Assim como para os dados de 1960, para o cálculo da produção de açúcar em suas diversas formas, ou açúcar e rapadura somados, desconsiderou-se a possibilidade de unidades mistas, ou que fabricassem açúcar e rapadura. Assim, dividiu-se a produção de açúcar e rapadura somada pelo número de engenhos açucareiros e rapadureiros somados.

tórico de desenvolvimento da produção tradicional. Destas transformações decorreu a significativa queda na produção média de açúcar por engenho entre 1920 e 1960, de 5.812 quilos para 2.357 quilos, ou redução de 59%. A produção média de açúcar por engenho de 1995, 1.166 quilos, ou 50% inferior a média de 1960, evidencia estágio avançado de perda de dinamismo econômico das atividades agroaçucareiras tradicionais.

Histórico problema fiscal (ver subseção 2.1) dificulta sobremaneira a compreensão da evolução da produção média de aguardente por engenho. Apenas elevada clandestinidade parece explicar o pequeno crescimento do número de engenhos que fabricavam o destilado, de 1836 (2.480, ver Tabela 59) para 1920 (3.022), ou 21,9%, comparado com a pronunciada expansão dos engenhos que produziam açúcar e rapadura no mesmo período, de 2.480 em 1836 (Tabela 59) para 21.158 em 1920, crescimento de 753%. Em 1960 o número de engenhos aguardenteiros (2.108) não apenas decresceu se comparado com 1920, como se apresentava 15% menor do que o de 1836. Diante desse quadro, é razoável supor que a atitude historicamente estabelecida dos produtores de aguardente em se esquivarem dos recenseadores, confundidos com exatores ou a eles associados (ver subseção 2.1), foi muito mais eficiente para os proprietários de engenhos menores e com pequena produção anual de aguardente e, por conseqüência, elevou substantivamente a participação relativa dos engenhos maiores e com grande produção anual de aguardente, afetando sobremaneira a produção média de aguardente por engenho em 1920 e 1960.

Os dados de 1995 se coadunam perfeitamente com a suposição acima apresentada, visto que o crescimento acentuado do número de engenhos aguardenteiros, mais de 300% em relação a 1960, resultou em produção média de aguardente por engenho sobremaneira menor (5.275) e não muito distante da encontrada para 1836 (3.860), ou 36,7% maior. Ao contrário da produção e consumo de açúcares de engenho em Minas Gerais, com tendência declinante desde meados do século XX, a produção e consumo de aguardente de engenho em Minas encontravam-se em franca expansão no final do Novecentos (ver subseção 1.1).

O desejável passo seguinte na construção da estimativa da produção provincial de derivados da cana seria conhecer a produção média regional dos trabalhadores dos engenhos. Até o momento, para a primeira metade do século XIX, as evidências disponíveis para outras regiões de Minas estão longe de alcançar a objetividade e representatividade dos dados de Calambau. São, em geral, impressões subjetivas de viajantes estrangeiros, na maior parte das vezes fundadas na observação de unidade produtiva isolada ou fruto de especulação, sem qualquer explicitação das fontes que permita a necessária avaliação de sua consistência e representatividade[200]. Diante destas limitações, optou-se por aplicar a produção média de Calambau a todas as regiões de Minas Gerais. Em Minas, algumas variáveis fundamentais à determinação da produção média dos trabalhadores em engenhos eram regionalmente semelhantes, como os equipamentos e processos técnicos das etapas agrícola e industrial, o tamanho das safras e a formação profissional dos trabalhadores. Os desníveis técnicos e diferenças quanto à extensão da safra eram fenômenos de natureza local, muito mais resultado da combinação de específica gestão empresarial, particular disponibilidade de recursos econômicos e favoráveis condições de mercado do que de configurações regionais distintas.

Na tabela e mapa seguintes são apresentadas as estimativas regionais da produção e produção *per capita* de derivados da cana. A produção regional foi calculada com a multiplicação do número de escravos empregados nos engenhos (Tabela 61) pelas produções médias de Calambau (Quadro 21). Um exemplo: foram multiplicados os 1.264 escravos da região do Alto São Francisco pelas produções médias de derivados por escravo de Calambau (95,8 quilos de açúcar, 294,4 quilos de rapadura e 259,0 litros de aguardente – Quadro 21) e obteve-se produção regional de 121,1 toneladas de açúcar, 372,1 toneladas de rapadura e 327,4 mil litros de aguardente.

200 Estas restrições encontradas para Minas Gerais parecem ser válidas também para os espaços regionais historicamente identificados com o cultivo e transformação da cana. Todos os dados de produção para Pernambuco, apresentados por Eisenberg, para a primeira metade do século XIX, foram recolhidos em relatos de viajantes estrangeiros (Eisenberg, 1977: 78). Da mesma forma, Petrone confere destaque às impressões de Saint-Hilaire sobre a produção dos engenhos paulistas na primeira metade do Oitocentos (Petrone, 1968: 111/114).

Com a mensuração da produção *per capita* objetiva-se o robustecimento das evidências de distintas capacidades regionais no atendimento das necessidades de consumo de derivados da cana e, por decorrência, a segmentação das regiões em: 1. auto-suficientes; 2. dependentes de suprimentos externos; 3. geradoras de excedentes exportáveis (ver a subseção 4.1, em especial comparar os mapas 14 e 20). A produção *per capita* resultou da divisão da produção das regiões pelas respectivas populações regionais (Tabela 20). Um exemplo: foi dividida a produção de 221 mil quilos de açúcar da região de Minas Novas pela respectiva população de 60.800 habitantes e obteve-se a produção *per capita* de 3,6 quilos; o mesmo procedimento foi adotado para a produção de 679 mil quilos de rapadura, que resultou em 11,2 quilos por habitante; para a produção de 899 mil quilos de açúcar e rapadura somados, que perfez 14,8 quilos; e para a produção de 597 mil litros de aguardente, que alcançou 9,8 litros por habitante.

As acentuadas divergências nos valores referentes à produção *per capita* confirmam aqueles desníveis no tocante à participação relativa da produção canavieira nos quadros das economias regionais (ver a subseção 4.1). Os maiores valores regionais de produção *per capita*, aqueles que estavam acima da produção *per capita* provincial, provavelmente indiciam aquelas regiões cuja produção excedia as necessidades de consumo de derivados da cana de suas populações. Ao contrário, os menores valores regionais de produção *per capita*, aqueles que estavam abaixo da produção *per capita* provincial, devem assinalar aquelas regiões incapazes de atender as necessidades de consumo de derivados da cana de suas populações.

Assim considerado, são discerníveis grupos de regiões segundo a capacidade de autoprovimento de derivados da cana-de-açúcar. As regiões do extremo e meio oeste de Minas (Triângulo, Araxá, Paracatu e Sertão do Alto São Francisco) eram dependentes de importações que provavelmente se realizavam a partir de áreas produtoras do sul da província de Goiás e de regiões centrais de Minas (Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas). O nordeste (Minas Novas) e parte do leste de Minas (Sertão do Rio Doce) também dependiam de provimentos externos, provavelmente atendidos pela produção do sul da província da Bahia e das regiões do Sertão e Mineradora Central Leste. Diamantina constituía-se em caso a parte, na medida que condições naturais adversas e histórica especialização na mineração impunham grande dependência de importações externas, provavelmente originadas das regiões Mineradoras Central Leste e Oeste, assim como do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas. As regiões do sul de Minas (Sudeste, Sul Central e Sudoeste), também como decorrência de adversidades naturais, embora menos dramáticas do que as de Diamantina, igualmente dependiam de importações de derivados, provavelmente supridas pelas áreas produtoras do planalto e Vale do Paraíba paulistas, assim como de regiões centrais de Minas (Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Mineradora Central Oeste).

As regiões com produção *per capita* acima da produção *per capita* provincial além de responderem pelos acima referidos fluxos inter-regionais de exportação, também possivelmente seriam responsáveis pelos principais fluxos interprovinciais de exportação de derivados da cana. Eram dois os principais corredores de exportação de açúcar, rapadura e aguardente. Do Vale do Alto-Médio São Francisco e do Sertão originavam-se os derivados enviados para o interior do Nordeste, via Rio São Francisco. Da Mata e das Mineradoras Central Leste e Oeste partiam os derivados exportados para o Rio de Janeiro (ver o tópico seguinte: comércio externo de derivados da cana).

Os fluxos intra-regionais completam este quadro geral da circulação de derivados da cana de Minas Gerais. O provimento da complexa rede urbana da província estruturava-se em uma miríade de pequenos fluxos campo-cidade.

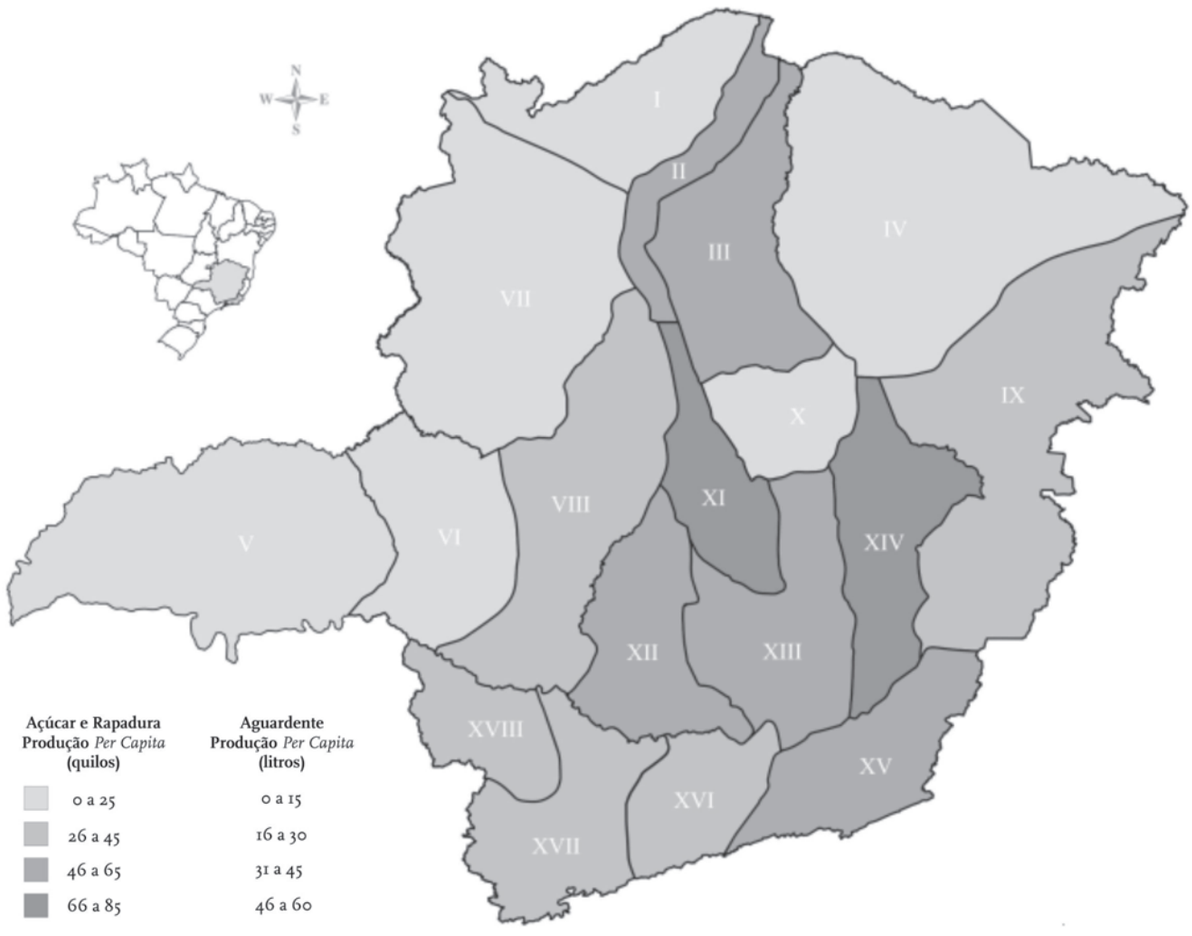
Três pressupostos, em parte aqui mesmo demonstrados, subjazem estas ilações sobre a circulação de derivados da cana. A província de Minas Gerais era auto-suficiente em açúcar, rapadura e aguardente ou, quando muito, pequena exportadora líquida de subprodutos da cana. À ubiqüidade da produção de derivados da cana correspondiam indiferenciados hábitos de consumo de açúcar, rapadura e aguardente, ainda que variações *per capita* de consumo resultassem de flutuações da oferta e oscilações dos preços. O complemento das necessidades de consumo de determinadas regiões realizava-se a partir de, em geral, desconcentrados fluxos comerciais inter-regionais e/ou interprovinciais.

A articulação da posição relativa das regiões nas representações cartográficas do número de engenhos, do número de escravos e da produção *per capita* (mapas 18, 19 e 20) evidencia a elevada acuidade e consistência das estimativas propostas. Algumas regiões apresentaram comportamento homogêneo, como a Mineradora Central Leste, que respondia por menos de 5% da população provincial, encontrava-se entre aquelas de segunda importância em número de engenhos e número de escravos e perfazia a maior produção *per capita* de Minas Gerais; ou a região de Diamantina, que detinha percentual de população semelhante à Mineradora Central Leste, posicionando-se, contudo, entre aquelas regiões de quinta importância em número de engenhos, quarta importância no número de escravos e perfazia a menor produção *per capita* da província. Outras regiões mostraram comportamento heterogêneo, como Minas Novas, que estava entre as cinco mais populosas regiões de Minas (8%), encontrava-se entre aquelas regiões de segunda importância no número de engenhos, terceira importância no número de escravos e quarta importância na produção *per capita*; ou o Sertão, que estava entre as cinco menos populosas regiões de Minas (1%), posicionava-se em quarta importância no número de engenhos, terceira importância no número de escravos e segunda importância na produção *per capita*. Os diferentes comportamentos destas quatro regiões contíguas atestam a sensibilidade das estimativas em aferir a diversidade regional das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais.

Tabela 65 – Estimativa regional da produção e produção *per capita* de derivados da cana, Minas Gerais, 1836

Regiões	Açúcar		Rapadura		Açúcar e rapadura		Aguardente	
	Produção (toneladas)	Produção *per capita* (quilos)	Produção (toneladas)	Produção *per capita* (quilos)	Produção (toneladas)	Produção *per capita* (quilos)	Produção (mil litros)	Produção *per capita* (litros)
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	214	15,1	658	46,5	872	61,6	579	40,9
Sertão	127	14,5	390	44,7	517	59,2	343	39,3
Minas Novas	221	3,6	679	11,2	899	14,8	597	9,8
Triângulo	48	4,7	148	14,4	196	19,1	130	12,7
Araxá	78	3,5	239	10,9	317	14,4	211	9,6
Paracatu	25	2,4	76	7,5	100	9,9	67	6,6
Sertão do Alto São Francisco	121	6,6	372	20,3	493	26,9	327	17,9
Sertão do Rio Doce	3	10,4	9	32,0	11	42,4	8	28,1
Diamantina	50	1,7	155	5,2	205	6,9	136	4,5
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	668	18,0	2.052	55,4	2.720	73,4	1.805	48,7
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	1.146	13,6	3.521	41,9	4.667	55,6	3.098	36,9
Mineradora Central Oeste	2.564	15,1	7.879	46,3	10.443	61,3	6.931	40,7
Mineradora Central Leste	695	20,7	2.134	63,5	2.829	84,1	1.878	55,9
Mata	595	13,6	1.829	41,7	2.425	55,2	1.609	36,7
Sudeste	697	10,1	2.141	31,0	2.837	41,1	1.883	27,3
Sul Central	658	7,3	2.023	22,3	2.681	29,6	1.780	19,6
Sudoeste	234	8,4	720	26,0	954	34,4	633	22,8
Minas Gerais	8.143	11,1	25.024	34,2	33.167	45,4	22.015	30,1

Fonte: Arquivo Público Mineiro, MP, SPPP 1/10 e SPPP 1/6, diversas caixas.



Mapa 21 – Estimativa regional da produção *per capita* de derivados da cana, Minas Gerais, 1836

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: Godoy, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço. Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". Texto para Discussão nº 109. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1996. CARTOGRAFIA: Santos, Ivan Sergei Matos B. e Amorim, Alisson Luiz Prata.

Em 1836, a quantidade de açúcar produzida em Minas Gerais era equivalente à de São Paulo, bem superior à de Alagoas e Sergipe e pequena ante a de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Minas Gerais fabricava algo em torno de 10% das exportações brasileiras de açúcar em meados da década de 1830.

A rapadura não tinha expressão na pauta produtiva dos engenhos do litoral do Nordeste e das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. A fabricação de açúcar na forma de tijolos somente alcançava significado no Sertão nordestino. Ainda assim, em volume que parece ter sido insuficiente para o provimento das rarefeitas populações sertanejas, dadas as grandes quantidades de rapadura exportadas, via Rio São Francisco, de Minas Gerais para o interior da Bahia e Pernambuco. Desta forma, a inexistência de dados sobre a produção de rapaduras nos tradicionais espaços canavieiros provavelmente reflete o pequeno volume produzido[201].

Considerado o açúcar em todas as suas formas, a província de Minas Gerais ocupava a posição de maior produtora do Brasil na década de 1830. As 33.167 toneladas de açúcar purgado e de açúcar bruto na forma de rapaduras superavam largamente a produção de Alagoas, Sergipe e São Paulo somadas, eram o dobro da produção do Rio de Janeiro e ultrapassavam em alguns milhares de toneladas a produção de Pernambuco e da Bahia.

Os engenhos do litoral nordestino, do norte fluminense e do Planalto Paulista eram, em sua grande maioria, especializados na fabricação de açúcar. Nestas unidades, a tendência era da produção de aguardente ter pequena importância frente à de açúcar. Somente em áreas específicas, como o litoral sul do Rio de Janeiro e o litoral norte de São Paulo, a aguardente ocupava posição de destaque na pauta produtiva dos engenhos de cana. Em Minas Gerais, ao contrário, a fabricação de aguardente realizava-se em número de engenhos igual ao em que se fabricavam açúcar e/ou rapadura, sendo que em aproximadamente 20% das unidades elaborava-se ao mesmo tempo o destilado e açúcar e/ou rapadura (Tabela 58). Além disso, em Minas o volume de aguardente produzido rivalizava com o de açúcar/rapadura. O resultado destas distintas configurações era a grande distância entre a quantidade de aguardente produzida em Minas e a produção do destilado nos demais espaços canavieiros. Os dados encontrados para outras províncias corroboram esta assertiva. A produção mineira era infinitamente maior do que a de São Paulo e superava largamente as exportações da Bahia e Rio de Janeiro.

Quadro 23 – Produção e exportação de derivados da cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836-1857

Espaço canavieiro	Ano	Açúcar		Rapadura		Aguardente	
		Produção (toneladas)	Exportação (toneladas)	Produção (toneladas)	Exportação (toneladas)	Produção (mil litros)	Exportação (mil litros)
Minas Gerais	1836	8.143	—	25.024	—	22.015	—
Pernambuco	1836-40	26.743	—	—	—	—	—
Alagoas	1839-44	—	2.247	—	—	—	—
Sergipe	1852-57	—	3.739	—	—	—	—
Bahia	1839-40	—	29.708	—	—	—	—
Bahia	1839-50	—		—	66	—	3.300
Rio de Janeiro	1833-40	—		—	—	—	2.086
Rio de Janeiro	1836	—	16.312	—	—	—	—
São Paulo	1836	8.411		—	—	108	—
Brasil	1835-36	—	82.624	—	—	—	—

Fonte: Pernambuco, Eisenberg (1977: 44). Alagoas, Sergipe e Bahia, Burlamaque (1862). Rio de Janeiro, Lobo (1978: 94). São Paulo, Petrone (1968: 26-53). Brasil, IBGE (1941). Os dados são referentes a produção ou exportação anual para os anos isolados ou a média anual para os intervalos de mais de um ano.

201 Minas Gerais exportava para o Sertão nordestino, entre os anos 1816-22, via Rio São Francisco, média anual de 193 toneladas de rapadura, quase que 200% a mais do que as 66 toneladas exportadas anualmente por toda a província da Bahia nas décadas de 1840 e 1850 (ver subseção 2.1).

Comércio externo de derivados da cana

A referida auto-suficiência de Minas Gerais no provimento de açúcares e destilados da cana, assegurada por complexa malha de circuitos mercantis internos, não excluía a existência de ponderáveis fluxos interprovinciais de importação e, principalmente, exportação de derivados da cana. Conquanto em termos absolutos as quantidades movimentadas no comércio externo fossem significativas, confrontadas com a estimativa da produção interna, portanto em termos relativos, não alcançavam expressão relevante.

Minas Gerais enviava regularmente açúcar, rapadura e aguardente para províncias vizinhas. Todavia, eram inexpressivas as quantidades exportadas frente o volume da produção provincial. O Rio São Francisco e os caminhos para o Rio de Janeiro eram os dois principais corredores de exportação de derivados da cana. Na primeira metade do século XIX, as remessas de açúcar para o exterior de Minas nunca alcançaram 2% da produção provincial de 1836 e as de rapadura jamais chegaram a 1%. Nos mapas das exportações provinciais não constam lançamentos de saídas de aguardente; entretanto, na documentação de alguns postos fiscais de fronteira figuram registros regulares de exportações do destilado. Embora seja muito provável que o contrabando se realizasse em escala apreciável (ver a subseção 2.1), ainda assim a insignificância relativa da soma das exportações legais e clandestinas reafirmaria característica estrutural do setor canavieiro: produção para mercados internos a Minas Gerais.

Quadro 24 – Exportações de derivados da cana-de-açúcar, Minas Gerais, 1842-1851

Minas Gerais	Açúcar		Rapadura	
	Exportação (toneladas)	Percentual em relação a produção de 1836	Exportação (toneladas)	Percentual em relação a produçãode 1836
1842-43	30	0,4	8	0,0
1844-45	106	1,3	2	0,0
1845-46	121	1,5	12	0,0
1848-49	10	0,1	194	0,8
1849-50	24	0,3	156	0,6
1850-51	108	1,3	156	0,6

Fonte: Arquivo Público Mineiro – SPFP 3/1, diversas caixas; Jacob (1911).

Também eram inexpressivos os fluxos interprovinciais de importação de açúcar, rapadura e aguardente. Apenas no sul de Minas Gerais deveriam ser regulares as entradas de derivados da cana. Os dados disponíveis se referem às importações realizadas através da Recebedoria de Campanha de Toledo, localizada a distância relativamente pequena de Campinas, o mais importante município açucareiro de São Paulo. Os registros de importação cobrem, com lacunas, os anos 1824 a 1832, portanto coincidentes com período de ascensão da produção paulista de açúcar. A média anual importada não alcança, para nenhum dos três derivados, sequer a 0,1% da produção mineira de 1836.

Quadro 25 – Importações de derivados da cana-de-açúcar, Recebedoria de Campanha de Toledo, Minas Gerais, 1824-1832

Período	Aguardente (mil litros)	Açúcar (toneladas)	Rapadura (toneladas)
Primeiro trimestre 1824	0	0,3	0
Segundo trimestre 1824	2,4	1,2	0
Terceiro trimestre 1824	0,8	0,8	0
Quarto trimestre 1824	0,3	1,1	0,4
Primeiro trimestre 1825	0,8	0,9	0
Segundo trimestre 1825	1,4	2,2	0,6
Primeiro trimestre 1826	1,0	1,0	0
Quarto trimestre 1826	1,5	1,3	3,8
Primeiro trimestre 1827	0,9	1,3	0,3
Segundo trimestre 1827	1,0	0,1	3,6
Terceiro trimestre 1827	0,6	1,4	0,3
Quarto trimestre 1829	1,7	2,5	0,9
Primeiro trimestre 1830	0,9	0,8	0
Terceiro trimestre 1830	0,8	0,5	2,3
Quarto trimestre 1830	1,0	1,9	0
Primeiro trimestre 1831	0,7	1,8	0
Segundo trimestre 1831	0,1	0,6	0
Terceiro trimestre 1831	0,5	0,8	0,9
Quarto trimestre 1831	0,7	1,7	1,4
Primeiro trimestre 1832	1,2	1,1	0,0
Segundo trimestre 1832	1,1	0,5	2,8
Média trimestral 1824-32	1,0	1,1	1,6
Média anual 1824-32	3,9	4,5	6,3

Fonte: Arquivo Público Mineiro – SPPP 1/49, caixa 13, doc. 01 a 22.

Comércio interno de derivados da cana

Pouco se conhece sobre a circulação e comercialização interna de produtos agrícolas em Minas Gerais no século XIX. Excetuados estudos locais e regionais, parcos são os conhecimentos sobre os fluxos mercantis de víveres e a rede de estabelecimentos que comercializavam os gêneros básicos de abastecimento. São especialmente escassas as informações sobre as articulações comerciais inter-regionais[202].

À circulação e à comercialização soma-se o consumo como capítulo também pouco conhecido da história de Minas Gerais no Oitocentos. Evidências documentais esparsas e subjetivas parecem constituir o maior desafio para aqueles que aceitarem o instigante desafio de pesquisar o tema do consumo de gêneros básicos de abastecimento. É bem provável que inexistam dados estatísticos completos e seriados a permitir o dimensionamento de padrões quantitativos de consumo.

202 Exceções notáveis a este quadro geral são dois estudos que focalizaram, panoramicamente, o conjunto do comércio provincial na primeira metade do século XIX. Ver Rodarte (1995) e Paiva (1996).

Para o caso específico dos derivados da cana, o quadro não é muito distinto. A circulação, comercialização e consumo de açúcar, rapadura e aguardente também são temas que aguardam por pesquisas que pretendam ultrapassar os escassos e imprecisos conhecimentos disponíveis.

Na subseção 2.1, com base em documentação fiscal, foram apresentados dados referentes às importações de aguardente realizadas pela cidade de Ouro Preto no começo da segunda metade do século XIX.

Os dados da entrada de aguardente pela Recebedoria do Taquaral permitem aproximação do consumo *per capita* de Ouro Preto. Considerados os dois períodos analisados na subseção 2.1, foram importados em 47 meses 38.591 barris ou 810.411 litros de aguardente. A média mensal de 821 barris ou 17.241 litros de aguardente dividida por população de 13.567 habitantes (Silva, 1997) projeta consumo *per capita* mensal de 1,27 litro e anual de 15,27 litros de aguardente por ouro-pretano. Dado que a cobrança do oneroso tributo (algo em torno de 25% do valor do barril de aguardente, ver a subseção 2.1) inviabilizava a possibilidade de a capital provincial funcionar como entreposto de reexportação, pode-se afirmar com segurança que a aguardente destinava-se ao consumo da população de Ouro Preto. Além disso, esta projeção de consumo fundamenta-se em apenas um dos quatro postos fiscais que controlavam a entrada do destilado na capital e não considera o provavelmente elevado contrabando. Dessa forma, é razoável supor consumo *per capita* muito mais elevado. Se a produção provincial voltava-se quase exclusivamente para o consumo interno da própria província, como os dados do comércio interprovincial atestam, o provável consumo *per capita* anual de aguardente que a estimativa da produção *per capita* de 1836 sinaliza, 30,1 litros por habitante (Tabela 65), é perfeitamente compatível com o sugerido pelos dados da Recebedoria do Taquaral.

Na subseção 3.1, apurou-se que nos Mapas de 1836 remanescentes foram arroladas 5.049 casas de negócio para 297 distritos de paz. A partir desses dados foram estimados 6.596 estabelecimentos para os 419 distritos existentes na primeira metade da década de 1830. Nos Mapas de 1836 a aguardente da terra figurava como o mais freqüente item de comércio. Enquanto os espíritos importados (vinho, aguardente do reino, licores, genebra, *etc.*) eram vendidos em 12,9% das casas de negócio, a aguardente de Minas estava presente em 69,7%. A ampla disseminação espacial do comércio estabelecido de aguardente coadunava-se com a ubíqua fabricação do destilado e sustentava difundido consumo. Na média provincial, cada mil habitantes eram atendidos por aproximadamente 10 casas de negócio, sendo que a aguardente estava presente em quase 70% destes estabelecimentos.

Assim como no caso da aguardente, os dados do comércio interprovincial de derivados da cana autorizam considerar que a produção mineira de açúcar e rapadura destinava-se quase exclusivamente ao consumo interno da própria província. Desta forma, pode-se tomar a produção *per capita* como uma boa aproximação do consumo *per capita* e, como desdobramento, estabelecer cotejo com dados de consumo para outros períodos.

Na década de 1920, segundo o *Diagnóstico da Economia Mineira*[203], Minas Gerais apresentava consumo *per capita* de açúcar acima da média nacional.

> *Deve-se atentar para o fato de que, naquela época, era relativamente alto o consumo mineiro de açúcar per capita, de 25 kg/ano, que superava a média nacional (22,2 kg)* (*Diagnóstico da Economia Mineira,* 1968, volume V: 304).

Segundo dados do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1940 o consumo *per capita* de açúcar de "todos os tipos" de Minas Gerais era de 26,1 quilos, sendo que o consumo de "tipos de usina" respondia por 8,8

---

203 O *Diagnóstico da Economia Mineira*, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, compreendeu "ampla análise da economia mineira, através da qual se procurou captar, numa perspectiva histórica e comparativa, sua verdadeira situação nos seus aspectos globais e setoriais". O *Diagnóstico* "refletia a inquietação de um conjunto de pessoas imbuídas da ideologia 'desenvolvimentista', como forma de buscar caminhos para a superação do atraso econômico de Minas Gerais e de projetar a instituição na qual trabalhavam" (Diniz, 1981: 156).

quilos, ou 33,7%, e o de "tipos de engenho" perfazia 17,3 quilos, ou 66,3%. (*Anuário Açucareiro*, 1942: 147-148). Estes dados reafirmam a relativa lentidão do processo de modernização tecnológica das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais (ver o próximo tópico e também a subseção 1.1). Na avaliação retrospectiva do *Diagnóstico da Economia Mineira*, o desenvolvimento do setor canavieiro de Minas nos primeiros decênios do século XX esteve fortemente condicionado pela persistência de problemas estruturais que, ao final da década de 1930, impediam que o estado acelerasse a expansão da produção industrial de açúcar.

> *O ponto de estrangulamento do setor era, já a essa altura, a diminuta escala das usinas. A precariedade das redes de viação e disseminação geográfica do mercado constituiu razão da estrutura artesanal no setor açucareiro, manifestada pelo grande número de engenhos. A constância desses mesmos fatores só permitiu que se alcançasse o estádio industrial em níveis modestos* (*Diagnóstico da Economia Mineira,* 1968, volume V: 305).

No início da década de 1960, também segundo o *Diagnóstico da Economia Mineira*, o consumo *per capita* de "açúcar tipo usina" de Minas Gerais era substantivamente menor do que dos estados do Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo.

> *O consumo per capita de açúcar em Minas Gerais em relação aos principais estados da região Centro-Sul é baixo (29,3 kg/hab. em 1962) enquanto no Rio e São Paulo este foi de 43,3 e 70,4 kg/hab. respectivamente* (*Diagnóstico da Economia Mineira,* 1968, volume V: 313).

Os dados de "consumo aparente *per capita*" das décadas de 1950 e 1960, publicados pelo Serviço de Estatística e Cadastro do Instituto do Açúcar e do Álcool, já não incluíam os "tipos de engenho". Entretanto, o *Censo Agrícola de 1960*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contemplou a produção de açúcar em estabelecimentos rurais. Considerada a muito provável inexpressividade das exportações mineiras de açúcares não-industriais, pode-se afirmar que as 95.078 toneladas de açúcar e rapadura produzidas em engenhos representavam consumo adicional de 8,8 quilos por habitante (*Censo Agrícola*, 1960: 73-75). Dessa forma, o consumo *per capita* de Minas Gerais em 1960 passaria de 29,3 para 38,1 quilos.

Os dados apresentados sugerem relativa estabilidade do nível de consumo de açúcar na primeira metade do século XX e tendência de crescimento a partir da segunda metade da centúria. Este movimento parece em perfeita sintonia com a aceleração da participação do açúcar de usina na produção mineira, que passa de 26% na safra de 1946-47 para 56% na safra de 1960-61 e alcança 76% na safra de 1970-71 (ver subseção 1.1). Em outros termos, entre o final da década de 1940 e o início do decênio de 1970, processa-se completa inversão na posição relativa da produção industrial ante a dos engenhos.

Confrontado com o provável consumo *per capita* de açúcar de 1836, 45,4 quilos (Tabela 65), os dados do século XX sugerem importantes transformações no espaço canavieiro de Minas Gerais. Sem perder de vista as distintas condicionantes do consumo de açúcar industrial ante o açúcar de engenho, acredita-se que a evolução histórica da economia mineira e as conseqüências do processo de modernização tecnológica do setor canavieiro do Brasil determinaram a desestruturação das bases de padrão de consumo que provavelmente perdurou mais ou menos inalterado até a passagem do século XIX para a centúria seguinte. No Oitocentos devem ter prevalecido níveis muito elevados de consumo de açúcares em Minas Gerais, notadamente de rapadura, determinados por abundante oferta e dieta alimentar básica limitada à produção regional. A redução do consumo no Novecentos resultou de descompasso entre o crescimento da produção e a expansão demográfica regional, bem como de mudanças na dieta alimentar, em grande medida resultantes da expressão crescente do consumo de produtos importados de outros estados. Incapaz de atender à demanda interna, a rapadura e o açúcar

de engenho passaram a conviver, e depois a sofrer a concorrência da produção usineira regional e de outros estados.

De qualquer forma, o relativamente elevado consumo por habitante sugerido pelos dados de 1836 deve ser entendido a partir de enquadramento histórico de longo prazo e, principalmente, segundo os atributos fundamentais, e praticamente imutáveis, da produção canavieira tradicional de Minas Gerais.

Por fim, não é ocioso lembrar que o consumo de 45,4 quilos de açúcares de engenho por habitante, sobretudo rapaduras, está bem aquém do que um século depois era entendido como o nível de consumo básico de açúcar industrial. Em 1940, Luís Amaral ao criticar a orientação do Instituto do Açúcar e do Álcool ante o que considerava um falso problema, a suposta superprodução de açúcar das décadas de 1920-30, apresentou estimativa do que considerava o consumo *per capita* mínimo de açúcar.

> *Considerando-se que cada pessoa necessita de um mínimo de 50 kilos de assucar por anno, conclue-se que nunca houve superproducção de assucar no Brasil, mas, sim, formidável subconsumo* (Amaral, 1940: 142-143).

Depreende-se que a produção interna de Minas Gerais no século XIX atendia satisfatoriamente à necessidade básica de açúcar de sua população e, também, que talvez se possa afirmar a precocidade de Minas em apresentar níveis de consumo de derivados da cana entendidos como pertinentes apenas a sociedades de base urbano-industrial.

Um século de proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais

A modernização do setor canavieiro do Brasil caracterizou-se pela relativa lentidão do crescimento da produção industrial, pela longevidade e persistência da produção artesanal e manufatureira, pela assimetria espacial das transformações tecnológicas e pelo caráter conservador expresso na manutenção ou deterioração de estruturas sociais desiguais (ver a subseção 1.1). O surgimento das unidades industriais, engenhos centrais e usinas, na segunda metade do Oitocentos, especialmente no último quartel do século, iniciou processo que se estenderia por longo período histórico. Apenas no final da década de 1920, mais de 50 anos depois da montagem das primeiras unidades industriais, as usinas superaram os engenhos na produção de açúcar. Ainda na safra 1941-42, as unidades artesanais e manufatureiras respondiam por um terço da produção brasileira de açúcar.

A tabela seguinte permite acompanhar, safra a safra, os últimos anos em que a produção dos engenhos superou a das usinas. Dois significativos impulsos na participação relativa da produção industrial de açúcar são observáveis entre as safras de 1926-27 e 1927-28, quando cresceu 24,4%, e entre as safras de 1933-34 e 1934-35, quando cresceu 23,5%. O segundo impulso vincula-se à criação, em junho de 1933, do Instituto do Açúcar e do Álcool. Já na primeira safra após o início da sistemática intervenção do Estado no setor, 1934-35, a produção industrial de açúcar cresceu 23,1% e a produção artesanal decresceu 28,3%, sem que a produção total sofresse alteração substantiva. De meados da década de 1920 até a criação do IAA, os engenhos perderam posição relativa conquanto respondessem ainda, no início da década de 1930, por quase metade da produção de açúcar. De meados da década de 1930 ao início da década de 1940, consolida-se distribuição em que às usinas cabia dois terços da produção. Sem perder de vista as fortes oscilações que se processam no período; enquanto a produção industrial em 1941-42 era 162% maior do que a de 1925-26, a produção artesanal manteve-se praticamente inalterada, com decréscimo de 2,3%. Depreende-se que a modernização tecnológica em curso recebeu impulso decisivo com a criação do IAA (ver subseção 1.1).

Tabela 66 – Produção de açúcar em usinas e engenhos, Brasil, 1925-26 - 1941-42

Safras	Usinas		Engenhos		Produção total (toneladas)
	Produção (toneladas)	%	Produção (toneladas)	%	
1925-26	316.924	42,3	432.437	57,7	749.362
1926-27	376.702	40,5	552.847	59,5	929.549
1927-28	419.553	50,4	412.613	49,6	832.166
1928-29	480.024	51,0	461.975	49,0	941.999
1929-30	648.242	55,1	527.834	44,9	1.176.076
1930-31	495.369	48,6	524.400	51,4	1.019.769
1931-32	549.417	53,5	478.100	46,5	1.027.517
1932-33	524.747	53,8	451.453	46,2	976.200
1933-34	542.975	54,5	453.151	45,5	996.126
1934-35	668.161	67,3	325.122	32,7	993.282
1935-36	710.465	66,2	363.547	33,8	1.074.012
1936-37	573.013	63,7	326.786	36,3	899.799
1937-38	654.432	65,1	350.130	34,9	1.004.563
1938-39	762.163	69,3	338.221	30,7	1.100.384
1939-40	864.374	73,4	313.543	26,6	1.177.917
1940-41	810.710	68,0	381.570	32,0	1.192.280
1941-42	830.345	66,3	422.570	33,7	1.252.915

Fonte: *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1942.

Embora as estimativas apresentadas refiram-se a meados da década de 1830, são fortes as evidências de que a posição de proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais tenha se constituído nos decênios anteriores. Salienta-se a histórica simetria entre crescimento demográfico e expansão da produção de derivados da cana (ver a subseção 1.1). No transcurso dos séculos XVIII e XIX, o mercado de Minas consumia quase exclusivamente a produção interna, assim como era inexpressiva a parcela da produção que se destinava a mercados externos (ver tópico anterior). A desconcentração populacional e elevados custos dos transportes tendiam a esvaziar a importância das inovações técnicas sobre a produtividade e produção (ver a subseção 1.1). Sob as determinações desses fatores, o ritmo de expansão do número de engenhos, da força de trabalho empregada e da produção caracterizava-se pela ausência de oscilações. Depreende-se que a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais resultou de processo de crescimento regular e em perfeita consonância com as exigências do mercado interno da capitania, depois província. Nestes termos, não é improvável que ulteriores investigações históricas reúnam dados a sustentar que Minas Gerais possuía a mais dinâmica economia canavieira do país bem antes da década de 1830.

Mesmo que ainda faltem evidências diretas e conclusivas a determinar o momento em que as atividades agroaçucareiras mineiras assumiram importância incontrastável, não parece restar dúvida que no último século de hegemonia das formas tradicionais de fabricação de açúcar o espaço canavieiro de Minas Gerais ocupou posição proeminente. Somente com o estabelecimento progressivo dos engenhos centrais e usinas e o correspondente crescimento da produção industrial, foi gradativamente diminuindo a distância entre Minas e os demais grandes espaços canavieiros do Brasil. O ritmo relativamente muito mais lento de modernização do cultivo e transformação da cana na província, depois estado, de Minas Gerais foi responsável pela perda de secular liderança na produção brasileira de açúcar. Enquanto em São Paulo, Rio de Janeiro e grandes espaços canavieiros do Nordeste a produção industrial superou a artesanal e a manufatureira já nas primeiras décadas do século XX, em Minas Gerais os engenhos responderam pela maior parte da produção de derivados da cana até o início da década de 1950 (ver subseção 1.1).

Os dados apresentados na tabela seguinte permitem acompanhar, entre o final da década de 1930 e início do decênio seguinte, a evolução da distribuição relativa da produção de açúcar em usinas e enge-

nhos por estados e para o Brasil. As unidades industriais respondiam, em média, por mais de dois terços do açúcar fabricado no país, ou 68,4%. Dentre os grandes espaços canavieiros do Brasil, apenas em Minas Gerais a produção industrial ainda era pouco expressiva ante a artesanal e manufatureira. A produção tradicional estava reduzida a posição quase insignificante no Rio de Janeiro e em Sergipe, médias de 5,3% e 6,5% respectivamente. Em Pernambuco e São Paulo os engenhos ainda sustentavam participação algo importante, 11,9% e 13,3% respectivamente. Em Alagoas a produção artesanal e manufatureira alcançava quase que um quarto da produção, ou média de 23,6%. Na Bahia, conquanto superados pelas usinas, os engenhos perfaziam quase que metade da produção, ou média de 46,7%. Como referido, em Minas Gerais a produção tradicional não apenas era majoritária, como respondia por mais de quatro quintos da produção do estado, ou 83,2% em média.

Tabela 67 – Produção de açúcar em usinas e engenhos por estado, Brasil, 1937-38 - 1941-42

Estados		1937-38		1938-39		1939-40		1940-41		1941-42	
		Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Pernambuco	Usinas	184.810	85,7	298.474	89,8	312.955	89,7	279.445	87,0	271.932	88,1
	Engenhos	30.914	14,3	34.084	10,2	35.901	10,3	41.840	13,0	36.607	11,9
	Total	215.724	100,0	332.557	100,0	348.856	100,0	321.284	100,0	308.540	100,0
Alagoas	Usinas	54.094	71,8	95.327	80,8	109.062	80,1	86.661	74,1	81.915	75,1
	Engenhos	21.195	28,2	22.677	19,2	27.103	19,9	30.323	25,9	27.170	24,9
	Total	75.289	100,0	118.004	100,0	136.165	100,0	116.984	100,0	109.085	100,0
Sergipe	Usinas	31.474	90,3	37.709	90,5	50.600	94,2	50.873	95,6	45.965	96,9
	Engenhos	3.372	9,7	3.968	9,5	3.125	5,8	2.341	4,4	1.476	3,1
	Total	34.846	100,0	41.677	100,0	53.725	100,0	53.214	100,0	47.440	100,0
Bahia	Usinas	48.077	49,8	34.092	48,8	50.933	68,1	44.218	53,1	39.679	46,9
	Engenhos	48.397	50,2	35.813	51,2	23.870	31,9	39.128	46,9	44.979	53,1
	Total	96.473	100,0	69.905	100,0	74.803	100,0	83.347	100,0	84.658	100,0
Rio de Janeiro	Usinas	150.838	94,7	121.422	95,3	138.487	95,1	149.890	94,7	190.775	93,7
	Engenhos	8.418	5,3	5.934	4,7	7.124	4,9	8.471	5,3	12.738	6,3
	Total	159.255	100,0	127.356	100,0	145.611	100,0	158.360	100,0	203.513	100,0
São Paulo	Usinas	144.526	85,7	131.911	88,6	147.844	87,6	139.812	85,5	135.142	86,0
	Engenhos	24.049	14,3	16.952	11,4	20.879	12,4	23.694	14,5	22.028	14,0
	Total	168.575	100,0	148.862	100,0	168.722	100,0	163.506	100,0	157.170	100,0
Minas Gerais	Usinas	24.841	14,7	19.694	12,7	23.062	16,8	31.920	20,9	32.256	18,8
	Engenhos	143.692	85,3	134.935	87,3	113.839	83,2	120.613	79,1	139.513	81,2
	Total	168.533	100,0	154.629	100,0	136.901	100,0	152.533	100,0	171.769	100,0
Outros estados	Usinas	15.773	18,4	23.534	21,9	31.432	27,8	27.891	19,5	32.682	19,1
	Engenhos	70.094	81,6	83.858	78,1	81.703	72,2	115.160	80,5	138.059	80,9
	Total	85.867	100,0	107.392	100,0	113.135	100,0	143.051	100,0	170.741	100,0
Brasil	Usinas	654.432	65,1	762.163	69,3	864.374	73,4	810.710	68,0	830.345	66,3
	Engenhos	350.130	34,9	338.221	30,7	313.543	26,6	381.570	32,0	422.570	33,7
	Total	1.004.563	100,0	1.100.384	100,0	1.177.917	100,0	1.192.280	100,0	1.252.915	100,0

Fonte: *Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1942.

O relacionamento dos dados das Tabelas 66 e 67 reafirma a estreita conexão entre a liderança do espaço canavieiro de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, que perdurou até o início da centúria seguinte, e o relativo atraso da modernização tecnológica das atividades agroaçucareiras do Brasil, que se constituiu em importante fator para a progressiva exclusão do açúcar brasileiro do mercado internacional no transcurso do mesmo período (ver a subseção 1.1).

São muitas as evidências da posição proeminente das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais no início do século XX. As tabelas seguintes, 68 a 71, referem-se ao ano de 1920 e possibilitam a comparação de vários dados respeitantes aos espaços canavieiros regionais do Brasil.

Segundo os dados da Tabela 68, Minas Gerais respondia por quase um terço da área cultivada com cana-de-açúcar do Brasil (30,1%). A soma da extensão territorial destinada ao cultivo da cana dos quatro principais espaços canavieiros do Nordeste (Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas) era inferior à mineira. Da mesma forma, a soma da área cultivada dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo não alcançava a metade da mineira.

Também conforme a Tabela 68, estava em Minas Gerais quase um terço dos produtores de cana-de-açúcar do Brasil (30,7%). Os quatro mais importantes espaços canavieiros do Nordeste somavam número de produtores que correspondia à metade do existente em Minas. Os estados do Rio de Janeiro (9,0%) e de São Paulo (10,2%) alcançavam participação relativa inferior a um terço da mineira.

Ainda com base nos dados da Tabela 68, eram regionalmente muito variáveis os níveis de produtividade de cana-de-açúcar por unidade de área cultivada, assim como muito diversa a média de cana por unidade de produção. Enquanto em Minas Gerais a produção média de cana por hectare era de 13,5 toneladas, a de Pernambuco perfazia 30,7 toneladas e a do estado do Rio de Janeiro alcançava 72,1 toneladas por hectare. Enquanto em Minas a quantidade média de cana cultivada por produtor era de 73,3 toneladas, a do estado do Rio de Janeiro montava a 229,2 toneladas e a de Pernambuco chegava a 493,6 toneladas por produtor. Ainda assim, a produção de cana-de-açúcar de Minas Gerais representava mais de um quinto da produção nacional (20,1%) e superava a de todos os grandes espaços canavieiros do Brasil.

Tabela 68 – Área, produtores e produção de cana-de-açúcar por estado, Brasil, 1920

Estados	Área		Produtores		Produção	
	Hectares	%	Número	%	Toneladas	%
Alagoas	31.638	7,6	1.412	1,9	686.107	8,2
Amazonas	7.261	1,8	327	0,4	48.759	0,6
Bahia	29.997	7,2	6.860	9,1	563.877	6,7
Ceará	14.986	3,6	2.221	3,0	229.076	2,7
Distrito Federal	1.296	0,3	399	0,5	17.537	0,2
Espírito Santo	11.497	2,8	3.266	4,4	103.507	1,2
Goiás	6.265	1,5	2.914	3,9	117.552	1,4
Maranhão	2.851	0,7	678	0,9	48.012	0,6
Mato Grosso	1.638	0,4	427	0,6	33.582	0,4
Minas Gerais	124.993	30,1	23.050	30,7	1.690.381	20,1
Pará	8.131	2,0	881	1,2	87.815	1,0
Paraíba	8.436	2,0	584	0,8	191.809	2,3
Paraná	7.159	1,7	1.406	1,9	75.917	0,9
Pernambuco	46.389	11,2	2.922	3,9	1.422.192	16,9
Piauí	6.224	1,5	1.111	1,5	103.021	1,2
Rio de Janeiro	21.508	5,2	6.763	9,0	1.550.315	18,5
Rio Grande do Norte	3.592	0,9	274	0,4	85.579	1,0
Rio Grande do Sul	8.069	1,9	1.487	2,0	77.676	0,9
Santa Catarina	25.576	6,2	9.300	12,4	245.520	2,9
São Paulo	30.219	7,3	7.639	10,2	666.450	7,9
Sergipe	13.732	3,3	587	0,8	309.473	3,7
Território do Acre	3.121	0,8	482	0,6	37.442	0,4
Brasil	414.578	100,0	74.990	100,0	8.391.600	100,0

Fonte: *Carteira Estatistica de Minas Geraes*, 1929: 294 e 297.

Os dados da Tabela 69 reafirmam a relativa lentidão do processo de modernização tecnológica de Minas Gerais ante os demais grandes espaços canavieiros do Brasil (ver Tabela 67 e subseção 1.1). Enquanto Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo somavam mais de 90% das unidades industriais do país, em Minas estavam apenas 2,1% das usinas brasileiras. Em contrapartida, a soma das unidades tradicionais dos espaços canavieiros acima mencionados não perfazia a participação relativa dos engenhos de Minas Gerais (36,1%). Somadas usinas e engenhos, nenhum estado brasileiro apresentava número de proprietários de unidades transformadoras da cana-de-açúcar que rivalizasse com o de Minas.

Tabela 69 – Usinas e engenhos por estado, Brasil, 1920

Estados	Usinas		Engenhos		Total
	Número	%	Número	%	
Alagoas	15	6,4	794	1,4	809
Amazonas	—	0,0	222	0,4	222
Bahia	20	8,6	3.957	6,8	3.977
Ceará	1	0,4	1.942	3,3	1.943
Distrito Federal	—	0,0	15	0,0	15
Espírito Santo	2	0,9	2.717	4,6	2.719
Goiás	—	0,0	2.211	3,8	2.211
Maranhão	1	0,4	591	1,0	592
Mato Grosso	6	2,6	400	0,7	406
Minas Gerais	5	2,1	21.158	36,1	21.163
Pará	—	0,0	399	0,7	399
Paraíba	2	0,9	490	0,8	492
Paraná	—	0,0	1.025	1,8	1.025
Pernambuco	54	23,2	1.745	3,0	1.799
Piauí	1	0,4	1.084	1,9	1.085
Rio de Janeiro	42	18,0	3.690	6,3	3.732
Rio Grande do Norte	—	0,0	171	0,3	171
Rio Grande do Sul	—	0,0	1.304	2,2	1.304
Santa Catarina	2	0,9	7.551	12,9	7.553
São Paulo	12	5,2	6.289	10,7	6.301
Sergipe	70	30,0	334	0,6	404
Território do Acre	—	0,0	447	0,8	447
Brasil	233	100,0	58.536	100,0	58.769

Fonte: *Carteira Estatistica de Minas Geraes*, 1929: 316.

A Tabela 70 reúne evidências que reafirmam a assimetria do processo de modernização tecnológica das atividades agroaçucareiras do Brasil. Em 1920, entre os grandes espaços canavieiros do país, apenas em Minas Gerais a produção industrial de açúcar ainda era pouco expressiva (6,1%). Em Alagoas as usinas produziam mais de um quinto do açúcar (21,1%), em Sergipe perfaziam um terço (35,1%), em São Paulo quase alcançavam metade da produção (45,7%), na Bahia praticamente respondiam por metade do açúcar fabricado (49,7%), no Rio de Janeiro as usinas estavam próximas de atingir três quintos da produção (56,1%) e em Pernambuco já beiravam dois terços do açúcar fabricado (64,6%). A soma da participação relativa destes estados perfazia 93,9% da produção brasileira de açúcar de usina. Mesmo diante da posição de atraso relativo no processo de modernização, a produção açucareira de Minas Gerais era inferior apenas à de Pernambuco e superava largamente a dos demais grandes espaços canavieiros.

Como referido anteriormente, são imprecisos, irregulares e, muitas vezes, inconsistentes os dados sobre produção de derivados da cana para o século XIX. Embora apenas com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1933, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1937, ganhou regularidade o recolhimento e divulgação de dados estatísticos sobre a produção agroaçucareira do Brasil e

unidades federadas, algumas iniciativas do início do século XX lograram apurar de forma ampla e sistemática informações para o setor. Para 1920 foram realizados dois levantamentos. A Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura respondeu pelos dados apresentados nas tabelas 68 a 71, e o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura apurou informações distintas.

Na monografia *O Assucar*, publicada em 1933, pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, foram divulgados dados do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas que divergem significativamente dos apresentados na Tabela 70. Segundo esta seção do Ministério da Agricultura, em 1920 o Brasil produziu 850.565 toneladas de "açúcar de todos os tipos", portanto 155.303 toneladas a mais do que os dados apurados pela Diretoria de Estatística do mesmo Ministério. A distribuição regional destes dados colocava a produção mineira (180 mil toneladas) muito próxima da pernambucana (186 mil toneladas). Minas respondia por 21,2% do açúcar fabricado no país, enquanto Pernambuco perfazia 21,9%. A produção dos demais tradicionais grandes espaços canavieiros estava assim distribuída: São Paulo 130 mil toneladas (15,3%), Alagoas 68.690 toneladas (8,1%), Rio de Janeiro 57.510 toneladas (6,8%), Bahia 48 mil (5,6%) e Sergipe 33 mil (3,9%). Conquanto se desconheça a metodologia que presidiu o recolhimento das informações pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, as divergências com relação aos dados da Tabela 70 parecem decorrentes, em parte, da inclusão de parcela da produção tradicional omitida pela Diretoria de Estatística (*O Assucar*, 1933: 46-47).

Tabela 70 – Produção de açúcar em usinas e engenhos por estado, Brasil, 1920

Estados	Usinas			Engenhos			Total	
	Toneladas	%↓	%→	Toneladas	%↓	%→	Toneladas	%↓
Alagoas	15.323	6,4	20,6	59.131	13,0	79,4	74.454	10,7
Amazonas	—	—	—	2.274	0,5	100,0	2.274	0,3
Bahia	23.557	9,8	49,6	23.949	5,3	50,4	47.507	6,8
Ceará	60	0,0	0,4	14.500	3,2	99,6	14.560	2,1
Distrito Federal	—	—	—	10	0,0	100,0	10	0,0
Espírito Santo	800	0,3	10,5	6.787	1,5	89,5	7.588	1,1
Goiás	—	—	—	6.771	1,5	100,0	6.771	1,0
Maranhão	68	0,0	1,6	4.114	0,9	98,4	4.182	0,6
Mato Grosso	1.278	0,5	37,1	2.171	0,5	62,9	3.450	0,5
Minas Gerais	8.026	3,3	6,1	122.981	27,0	93,9	131.007	18,8
Pará	—	—	—	3.259	0,7	100,0	3.259	0,5
Paraíba	3.394	1,4	15,2	18.995	4,2	84,8	22.388	3,2
Paraná	—	—	—	3.252	0,7	100,0	3.252	0,5
Pernambuco	91.358	38,1	64,6	50.125	11,0	35,4	141.482	20,3
Piauí	180	0,1	2,2	8.137	1,8	97,8	8.317	1,2
Rio de Janeiro	57.120	23,8	56,1	44.686	9,8	43,9	101.806	14,6
Rio Grande do Norte	—	—	—	7.560	1,7	100,0	7.560	1,1
Rio Grande do Sul	—	—	—	4.438	1,0	100,0	4.438	0,6
Santa Catarina	471	0,2	2,9	15.903	3,5	97,1	16.374	2,4
São Paulo	25.759	10,7	45,7	30.614	6,7	54,3	56.374	8,1
Sergipe	12.345	5,1	35,1	22.873	5,0	64,9	35.218	5,1
Território do Acre	—	—	—	2.993	0,7	100,0	2.993	0,4
Brasil	239.739	100,0	34,5	455.523	100,0	65,5	695.262	100,0

Fonte: *Carteira Estatistica de Minas Geraes*, 1929: 316.

Em 1920, a aguardente era o mais importante subproduto da cana-de-açúcar depois do açúcar, cabendo à produção de álcool participação muito menos expressiva. Segundo a Tabela 71, Minas Gerais era o maior fabricante nacional do destilado, com mais de um quinto da produção (20,8%). Dos grandes espaços canavieiros tradicionais, apenas os estados de São Paulo (17,6%) e Rio de Janeiro (14,8%) apresenta-

vam participação relativa que pudesse rivalizar com a mineira. A soma da produção dos quatro grandes estados canavieiros do Nordeste (Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe) não era muito maior do que a de Minas Gerais, alcançando pouco menos de um quarto da aguardente fabricada no Brasil (24,3%). Como no caso da produção de açúcar, dentre os principais espaços canavieiros do país, apenas em Minas Gerais a produção industrial do destilado ainda era pouco expressiva (1,2%). No estado de São Paulo as usinas e destilarias produziam mais de um décimo da aguardente (10,1%), em Sergipe perfaziam mais de um sétimo (14,5%), em Pernambuco superavam um quinto da produção (21,4%), em Alagoas quase atingiam um terço do destilado fabricado (32,4%), no estado do Rio de Janeiro não estava distante da metade da produção (44,4%) e na Bahia fornecia praticamente dois terços da aguardente fabricada (66,2%). A soma da participação relativa destes estados perfazia 90,5% da produção brasileira de aguardente em usinas e destilarias.

Tabela 71 – Produção de aguardente em usinas/destilarias e engenhos por estado, Brasil, 1920

Estados	Usinas e Destilarias			Engenhos			Total	
	Mil Litros	%↓	%→	Mil Litros	%↓	%→	Mil Litros	%↓
Alagoas	1.608	5,1	32,4	3.361	2,4	67,6	4.969	2,9
Amazonas	—	—	—	1.929	1,4	100,0	1.929	1,1
Bahia	8.522	27,0	66,2	4.351	3,1	33,8	12.874	7,6
Ceará	713	2,3	21,3	2.633	1,9	78,7	3.346	2,0
Distrito Federal	—	—	—	61	0,0	100,0	61	0,0
Espírito Santo	153	0,5	7,5	1.879	1,4	92,5	2.032	1,2
Goiás	4	0,0	0,1	3.311	2,4	99,9	3.315	1,9
Maranhão	10	0,0	0,5	1.891	1,4	99,5	1.901	1,1
Mato Grosso	656	2,1	39,4	1.008	0,7	60,6	1.664	1,0
Minas Gerais	430	1,4	1,2	35.098	25,3	98,8	35.528	20,8
Pará	—	—	—	7.278	5,2	100,0	7.278	4,3
Paraíba	453	1,4	21,8	1.627	1,2	78,2	2.080	1,2
Paraná	25	0,1	0,6	4.236	3,0	99,4	4.261	2,5
Pernambuco	2.398	7,6	21,4	8.830	6,4	78,6	11.228	6,6
Piauí	30	0,1	1,6	1.858	1,3	98,4	1.888	1,1
Rio de Janeiro	11.227	35,6	44,4	14.070	10,1	55,6	25.297	14,8
Rio Grande do Norte	—	—	—	1.161	0,8	100,0	1.161	0,7
Rio Grande do Sul	259	0,8	6,0	4.035	2,9	94,0	4.294	2,5
Santa Catarina	220	0,7	7,4	2.733	2,0	92,6	2.953	1,7
São Paulo	3.039	9,6	10,1	26.938	19,4	89,9	29.977	17,6
Sergipe	1.781	5,6	14,5	10.495	7,6	85,5	12.276	7,2
Território do Acre	—	—	—	145	0,1	100,0	145	0,1
Brasil	31.526	100,0	18,5	138.927	100,0	81,5	170.455	100,0

Fonte: *Carteira Estatistica de Minas Geraes*, 1929: 317.

Do conjunto de evidências apresentadas nas tabelas 68 a 71, depreende-se a posição proeminente das atividades agroaçucareiras de Minas Gerais no início do século XX. Da comparação entre os grandes espaços canavieiros regionais resultou a constatação de que Minas ocupava posição de liderança na maior parte das variáveis analisadas: área cultivada com cana-de-açúcar, número de produtores de cana, produção de cana-de-açúcar, número de engenhos, número total de unidades transformadoras da cana, produção de açúcar em engenhos, produção de aguardente em engenhos, produção total de aguardente. Nas variáveis respeitantes exclusivamente à produção industrial, o desempenho de Minas Gerais era inexpressivo: número de usinas, produção de açúcar em usinas e produção de aguardente em usinas e destilarias. Na produção total de açúcar, Minas ocupava a segunda posição.

As atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais, uma síntese

Oito movimentos compuseram esse núcleo temático da pesquisa: 1. a história comparada mostrou-se essencial na construção da identidade, por oposição, dos espaços canavieiros orientados para o mercado interno; 2. desdobramento histórico, as transformações econômicas e tecnológicas da modernização do setor canavieiro apresentaram-se condicionadas, no ritmo e alcance, pelas distintas configurações do evolver dos espaços canavieiros segundo a direção da produção; 3. o confronto entre tradição fiscalista e a natureza das atividades agroaçucareiras voltadas para o abastecimento interno explicaram a gestação de longeva e pronunciada ilegalidade; 4. examinado em seu potencial informativo, o principal conjunto documental da pesquisa robusteceu a individualidade do setor canavieiro de Minas Gerais; 5. os Mapas de 1836 e o Censo de 1831-32 enriqueceram a caracterização do setor canavieiro provincial e introduziram vigorosa associação entre escravismo e a fabricação de derivados da cana; 6. do confronto de documentos escritos coloniais com fontes orais e iconográficas produzidas no final do século XX restou demonstrada a longa duração das atividades agroaçucareiras mineiras que se implantaram no início do Setecentos e persistiam no final do Novecentos em múltiplas dimensões econômicas, técnicas, sociais e culturais; 7. partindo-se daquela demonstração, apresentou-se ensaio que objetivou panorama a contemplar essas dimensões; 8. com apoio nos desenvolvimentos antecedentes, formularam-se estimativas que não somente elevaram Minas Gerais à liderança da produção nacional de derivados da cana no século XIX e início da centúria seguinte, como também: A. completaram a identidade dos espaços canavieiros do paradigma mercados internos; B. ampliaram a inteligibilidade do quadro histórico imediatamente anterior e do próprio evolver do processo de modernização; C. alargaram a compreensão da excessiva preocupação fiscal do Estado em relação ao setor canavieiro voltado para o abastecimento interno e da correspondente inclinação dos produtores para uma expansão com a menor visibilidade possível; D. dilataram a consistência dos principais atributos revelados pelos Mapas de 1836 e pelo Censo de 1831-32, mormente a estreita dependência do escravismo; E. forneceram a conexão entre as expressões setecentistas e atuais das atividades agroaçucareiras tradicionais, sobretudo ao destacar padrão de crescimento marcado pela elasticidade ante as transformações na distribuição e tamanho da população.

No primeiro movimento, a proposição de dois paradigmas de cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Novo Mundo, mais do que demarcar o objeto de investigação, definiu atributos estruturais da produção de derivados da cana para mercados internos. Em consonância com o grau de desenvolvimento e com a projeção histórica alcançada, foram eleitos os espaços canavieiros nordestino e mineiro como exemplares dos dois paradigmas.

Compendiaram-se as características do Nordeste açucareiro que conformaram estrutura assente na produção em larga escala, organizada em bases manufatureiras, apropriadora de vastas extensões de terras, empregadora de volumoso contingente de trabalhadores escravos, orientada para mercados externos e subordinada às determinações do capital mercantil. Sintetizaram-se os atributos da Minas Gerais canavieira que consolidaram estrutura fundada na produção desconcentrada e espacialmente dispersa em variadas configurações fundiárias, preponderantemente organizada em bases artesanais, consorciada com largo espectro de outras atividades produtivas, empregadora de escravos e livres em múltiplas combinações, voltada para o abastecimento do mercado interno e independente de injunções externas.

A lógica da exploração colonial e a força das determinações do capital mercantil definiram as conjunturas e a periodização da economia canavieira nordestina. O complexo açucareiro inclinou-se para a especialização produtiva e estimulou o desenvolvimento de setores complementares e subsidiários. No Nordeste, a escala de produção impôs organização manufatureira estruturada na cooperação, divisão técnica e especialização do trabalho. Os calendários agrícola e industrial convergiam para safras longas. Nos engenhos nordestinos, o crescimento extensivo da produção resultava de estagnação das técnicas agrícolas e lenta incorporação de inovações técnicas no setor industrial. A larga necessidade de mão-de-obra inicialmente sustentou-se da exploração do trabalho indígena e, na virada do Seiscentos para o Setecentos, adotou definitivamente o trabalho do negro africano. A economia açucareira do Nor-

deste fundamentou-se em relações sociais de produção escravistas, com crescente diferenciação do trabalhador resultante da complexificação da divisão e especialização do trabalho. A hegemonia da grande produção, consoante as determinações do capital mercantil, criou restrições à pequena produção e erigiu hierarquia a permitir a inserção subordinada de empreendedores menores. A rentabilidade dos negócios do açúcar dependeu de condicionamentos internos (custos de produção, grau de endividamento dos produtores e fatores naturais) e externos (flutuações da demanda, concorrência intercolonial e variações dos preços). Os outros espaços agroexportadores das Américas, notadamente Rio de Janeiro, São Paulo e as Antilhas, compartilharam das mesmas características estruturais do Nordeste.

Fatores estritamente internos conformaram os períodos da economia canavieira de Minas Gerais e sobrelevaram a persistência da produção tradicional. A interiorização da cana-de-açúcar vinculou-se ao movimento de interiorização da colonização. Em Minas, a íntima associação com o abastecimento do mercado interno em expansão e com o processo de substituição de importações definiu um sentido da produção que jamais se alterou. A produção de derivados da cana sempre esteve integrada em unidades produtivas diversificadas, em regime de sazonalidade inscrito em complexo calendário agrícola. A consorciação de múltiplas atividades impediu a especialização produtiva, quando muito possibilitou semi-especialização resultante de posição hegemônica na pauta produtiva das fazendas mineiras. Consoante traços estruturais da demografia e economia de Minas, engenhos e engenhocas disseminaram-se pelo território na mais perfeita simetria possível com a distribuição da população. A desconcentração da produção era imposição da dispersão demográfica ou dos mercados consumidores e do ônus dos transportes. Os reduzidos custos de montagem de pequenas unidades transformadoras da cana e arraigados hábitos de consumo de açúcares e destilados estimularam crescimento constante do número de unidades produtivas e do tamanho da produção. Os circuitos mercantis internos de derivados da cana de Minas Gerais eram especialmente sustentados por vigorosa rede urbana a ensejar fluxos comerciais de média e longa distância. Ausência de determinações externas, a impor a regular incorporação de inovações nos equipamentos e técnicas produtivas, e a predominância da produção voltada para o autoconsumo ou para mercados locais estabeleceram a coexistência de diversos padrões técnicos e a progressiva estagnação e defasagem ante os espaços canavieiros orientados para o exterior. Engenhos de pequeno, médio e grande porte alinhavam-se em distintas posições quanto aos padrões técnicos e ao ritmo e alcance da introdução de inovações. Minas Gerais criou o típico trabalhador rural polivalente, capaz de ampla versatilidade diante das exigências das multifacetadas atividades de fazendas diversificadas. O trabalhador em atividades agroaçucareiras apresentava ampliada formação que combinava com uma realidade em que se superpunham divisões técnica e profissional do trabalho, com predomínio de organização artesanal do trabalho baseada na estrita dependência da capacidade individual e habilidades de versátil trabalhador. Os outros espaços canavieiros voltados para mercados internos fundamentavam-se nas mesmas características estruturais de Minas Gerais.

O estudo do processo de modernização do setor canavieiro do Brasil, para além de ressaltar ritmo e alcance diferenciados da passagem da produção artesanal e manufatureira dos engenhos para a produção da grande indústria usineira, salientou as conexões dos referidos paradigmas com a persistência de atividades agroaçucareiras tradicionais. Esse segundo movimento apresentou de forma sintética os principais desenvolvimentos do processo de modernização no Brasil e procurou salientar a especificidade do caso de Minas Gerais.

Dividida em duas fases, a modernização do setor canavieiro do Brasil caracterizou-se por transformações econômicas e tecnológicas combinadas com a preservação ou deterioração de estruturas sociais desiguais. A primeira fase beneficiou sobretudo os espaços canavieiros tradicionalmente orientados para mercados externos; a segunda contemplou, ainda que assimetricamente, todos os espaços canavieiros. O Estado desempenhou papel determinante nas duas fases, embora a intervenção posterior a 1930 tenha ganhado caráter sistemático e regular, assim como ampliado os objetivos das transformações pretendidas. Como referido, mostraram-se bastante diferenciados o ritmo e o alcance da modernização, conquanto se tenha logrado a hegemonia da produção industrial em todos os espaços canavieiros. Da técnica a tecnologia, as transformações por que passou o setor aprofundaram a alienação do trabalhador

inserido em sistema de inovações comandado pelo capital industrial. O principal organismo de intervenção do Estado, o Instituto do Açúcar e do Álcool, inclinou-se para decidida promoção da indústria sucroalcooleira e a omissão ou responsabilidade direta pela manutenção ou agravamento de problemas econômicos e sociais decorrentes da desestruturação das atividades agroaçucareiras tradicionais. A incompleta modernização do setor canavieiro do Brasil permitiu o estabelecimento da convivência do arcaico com o moderno, que se mostrou tanto mais vigorosa quanto mais distante do paradigma mercados externos. A relativamente pujante persistência de atividades agroaçucareiras tradicionais em Minas Gerais está em conformidade com evolver histórico pautado pelo atendimento do mercado interno mineiro.

A investigação do padrão de relacionamento do Estado com o setor canavieiro de Minas Gerais, desenvolvida no terceiro movimento, não só sobrelevou a excessiva preocupação tributária a desdobrar-se em fiscalismo, como também colocou em relevo a constituição de simulacro em que a sonegação e clandestinidade eram respostas ao irrealismo e injustiça fiscal.

À ambigüidade que marcou o período colonial, expressa na convivência entre a repressão ao livre desenvolvimento e a imposição de tributos, seguiu-se inequívoco fiscalismo a caracterizar a relação do Estado com o setor canavieiro da província. A ilegalidade dos engenhos e a tensa relação entre a Coroa e os engenheiros no Setecentos devem ser compreendidas nos quadros da imposição da primazia dos interesses metropolitanos e da subordinação da Colônia. A opressiva realidade fiscal do Oitocentos ensejou a constituição de estrutura tributária em que conviviam impostos a incidir sobre a produção, circulação e comercialização de derivados da cana. O potencial contributivo do setor canavieiro seduzia administradores municipais e provinciais ávidos por receitas que, no caso da aguardente, encontravam amplo campo de justificação em princípios de fundo moral. Entretanto, o exame da implementação da política fiscal revelou grande distância entre as projeções e as efetivas arrecadações, ou entre a real capacidade contributiva e os impostos recolhidos. No Dezenove, a incapacidade ou desinteresse do Estado em corrigir distorções tributárias, mormente as respeitantes ao peso da carga fiscal e a ausência de eqüidade socioeconômico na determinação das responsabilidades dos contribuintes, aprofundaram simulacro que começou a ser forjado no Dezoito e que conduziu a elevados patamares de sonegação e predomínio da produção clandestina, notadamente na fabricação de destilados.

No quarto e quinto movimentos, baseados na exploração dos dados dos Mapas de 1836 e do Censo de 1831-32, não apenas foram confirmados alguns traços gerais apresentados na caracterização geral do espaço canavieiro de Minas em contraposição ao do Nordeste, como igualmente assomaram novos atributos a serem, em parte, confirmados nos últimos e decisivos movimentos da pesquisa.

A destacada freqüência de certas categorias sociais, como mulheres identificadas com o distintivo "dona", ou como homens com altas patentes da Guarda Nacional, indiciaram que a propriedade de engenhos em Minas estava reservada, ao menos no que se refere às grandes unidades, a indivíduos de elevados estratos sociais. O largo predomínio de engenheiros brancos e a majoritária proporção de grandes e muito grandes posses de escravos entre as unidades com transformação da cana confirmaram a existência de restrições socioeconômicas para a inserção no segmento mais dinâmico do setor canavieiro. Dada a necessidade de acúmulo prévio de recursos, essa inserção realizava-se em estreita consonância com ciclo vital a revelar-se na preponderância de engenheiros adultos ou idosos e casados ou viúvos. A forte associação entre as atividades agroaçucareiras de Minas Gerais e a escravidão manifestou-se principalmente na exigüidade dos casos de unidades sem presença de cativos e no elevado tamanho médio das posses de escravos. Considerado o porte médio dos engenhos mineiros, o predomínio da utilização da tração animal na geração de energia implicava o emprego de imenso contingente de bois. A incidência de engenhos movidos por energia hidráulica era diretamente proporcional ao grau de desnivelamento do relevo e à disponibilidade de recursos hídricos. Embora na referida dependência do braço escravo se encontrasse a mais habitual limitação para o desenvolvimento da produção de derivados da cana, outras dificuldades estruturais e operacionais podiam obstar o prosseguimento das atividades dos engenhos, mormente a insuficiência ou irregularidade de recursos hídricos, a grande necessidade de animais de tração, a irregularidade no provimento de matéria-prima, o elevado consumo de combustível, a

dependência de profissionais habilitados para a manutenção dos equipamentos e instalações e os custos dos transportes a inviabilizar a colocação do produto em mercados regionais. A diferenciação dos espaços canavieiros regionais de Minas Gerais indiciou três grupos: regiões que eram auto-suficientes em derivados da cana, regiões que dependiam de importações para completar produção insuficiente e regiões com excedentes exportados para os espaços regionais dependentes de suprimentos adicionais. No último grupo, a semi-especialização regional na fabricação de derivados da cana assegurava o abastecimento do mercado interno de Minas Gerais e a independência de importações a partir de espaços canavieiros de outras províncias.

Oralidade e iconografia atestaram definitivamente a longevidade das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais, que despontaram amoldadas ao conceito de "longa duração" e passíveis de investigação segundo método fundado na proposição de que "presente e passado iluminam-se com luz recíproca". O sexto movimento realizou a confrontação de documentos do setecentista códice Costa Matoso com depoimentos e fotografias do final do Novecentos e demonstrou a pertinência da aplicação do conceito e do método braudelianos. O sétimo movimento voltou-se para ensaio que revelou múltiplos aspectos econômicos, técnicos, sociais e culturais das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais na última década do século passado.

As múltiplas formas de organização espacial dos complexos canavieiros e as variadas configurações da força motriz e base técnica dos equipamentos de moagem evidenciaram plasticidade. A heterogeneidade de padrões técnicos expressou a convivência de determinações geográficas associadas à disponibilidade de recursos para investimento. A regularidade e intensidade das relações com o mercado estabeleceram o alcance da atualização de equipamentos e processos produtivos. As técnicas atinentes à elaboração da rapadura, do açúcar de engenho e da aguardente artesanal, bem como da fabricação e manutenção de equipamentos de engenho, eram persistências asseguradas pela transmissão oral de conhecimentos e pelo vigoroso caráter empírico dos processos produtivos. Em trajetórias canavieiras de engenheiros de cana se encontrava inestimável acervo a iluminar a história das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais.

No último movimento, com a elaboração das estimativas que elevaram o espaço canavieiro de Minas Gerais a posição proeminente, no último século de hegemonia das formas tradicionais de fabricação de derivados da cana, estabeleceu-se o necessário elo entre a proposição de padrões ou paradigmas históricos diferenciados de evolução do cultivo e transformação da cana-de-açúcar no Brasil, no transcurso de meados do século XVI ao final do século XIX, e a modernização econômica e tecnológica que efetivou, a partir do final do Oitocentos, em também diferenciados ritmo e alcance, o predomínio da grande indústria sucroalcooleira. As estimativas além de conferirem definitiva visibilidade histórica a um amplo segmento das atividades agroaçucareiras do Brasil, no período anterior e no transcurso da modernização, também esclareceram parte do próprio processo que, não por completo, levou a desestruturação das formas tradicionais de elaboração de derivados da cana.

Percorrida longa trajetória de pesquisa, é tempo de reportar às origens, proceder a balanço capaz de aferir se a motivação nascida de exuberantes evidências empíricas e de intuição despertada por dispersos indícios fornecidos por traços históricos gerais corresponderam às expectativas suscitadas. Avaliar em que medida os Mapas de 1836 confirmaram a suspeita de setor canavieiro com destacada posição na economia provincial. Aquilatar até que ponto mostrou-se procedente o pressentimento da incomum vigência temporal das atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerias.

Panorâmica avaliação não deixa dúvidas quanto à superação de todas as expectativas. Mais do que constatar a importância do setor canavieiro na economia provincial, demonstrou-se a proeminente posição na economia açucareira do Brasil oitocentista. Para além de vislumbrar atípica vigência temporal, comprovou-se a vigorosa persistência de universo econômico, técnico, social e cultural pertinente às atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais.

Se convincentes os resultados alcançados, faz-se inevitável reconhecer que eles revestem-se de significados transcendentes. Desdobramentos naturais, é preciso sobrelevar os subsídios que fornecem para o redimensionamento de alguns capítulos da história econômica do Brasil: 1. a história da produção de

derivados da cana-de-açúcar deve ser considerada segundo dois distintos paradigmas definidos pela direção da produção; 2. o processo de modernização do setor canavieiro do Brasil precisa ser entendido como heterogêneo e cingido pela trajetória histórica dos espaços canavieiros; 3. na relação do Estado com atividades do mercado interno não se podem descurar da dimensão fiscal e suas conseqüências, especialmente o enraizamento e naturalização da desobediência civil expressa na sonegação e clandestinidade; 4. ao espaço canavieiro de Minas Gerais, é imprescindível destinar posição outra, ao menos no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais; 5. do estudo do mercado interno pré-capitalista brasileiro, portanto antes da emergência hegemônica do modo de produção capitalista, devem sobressair atividades produtivas dinâmicas, escravistas e importantes nos pródromos do processo de integração dos mercados regionais e formação de mercado interno capitalista; 6. o significado da persistência da pequena produção tradicional de derivados da cana, mormente sua configuração camponesa, não será apreendido integralmente se negligenciada sua condição de mais um estágio de longo percurso histórico; 7. o reconhecimento do distintivo caráter de longa duração de atividades produtivas rurais representa o alargamento das possibilidades de fontes documentais e, principalmente, a incorporação de metodologia de pesquisa histórica fundada na proposição de que "presente e passado iluminam-se com luz recíproca".

Fontes e referências bibliográficas

Fontes arquivísticas manuscritas e impressas

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial

SP, códice 149 – Secretaria do Governo Provincial, Registro de ofícios dirigidos pelo governo aos juizes da província, 1836, páginas 143 verso e 144, circular solicitando a listagem de engenhos aguardenteiros e casas de negócio.

SP, códice 570 – resposta de autoridade do município de Piranga, em 6/2/1855, a circular do governo provincial sobre o estado da economia local, de 11/11/1854.

SP, códices 570, 609, 610, 654, 657, 955, 956 – respostas de autoridades de diversos municípios de Minas Gerais, para vários anos das décadas de 1850 e 1860, a circulares do governo provincial sobre o estado da economia local.

SP, códice 1006 – resposta da Câmara Municipal do Serro, em 18/01/1863, a circular do governo provincial sobre o estado da economia local, de 10/11/1862.

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Fazenda Provincial

SPFP3/1, caixa 1, documento 24 – devedores do dízimo, freguesia do Rio das Pedras, 1768-1825.

SPFP3/1, caixa 2, documento 14 – receita provincial para o exercício 1831-32.

SPFP3/1, caixa 3, documento 12 – *Orçamento da Receita Provincial da Thesouraria da Fazenda Nacional da Provincia de Minas Geraes, para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1835, á fim de Junho de 1836.*

SPFP3/1, caixa 4, documento 15 – *Orçamento da Receita Provincial da Thesouraria da Fazenda Nacional da Provincia de Minas Geraes para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1836, á fim de Junho de 1837.*

SPFP3/1, caixa 4, documento 26 – *Balanço da Receita Provincial de Minas Geraes, em o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1834 ao fim de Junho de 1835.*

SPFP3/1, caixa 4, documento 32 – *Orçamento da Receita Provincial da Thezouraria da Fazenda Publica de Minas Geraes para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1837 a fim de Junho de 1838.*

SPFP3/1, caixa 6, documento 3 – *Balanço da Receita Provincial da Meza das Rendas Provinciaes de Minas Geraes, em o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1836 ao fim de Junho de 1837 acompanhado da Tabella Explicativa dos Rendimentos.*

SPFP3/1, caixa 6, documento 22 – *Orçamento da Receita da Meza das Rendas Provinciaes para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1838 ao ultimo de Junho de 1839.*

SPFP3/1, caixa 7, documento 4 – *Orçamento da Receita da Meza das Rendas Provinciaes de Minas Geraes para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1839 ao fim de Junho de 1840.*

SPFP3/1, caixa 7, documento 6 – *Quadro da Divida Activa Provincial Liquidada até o fim do Anno Financeiro de 1838 á 1839, extrahida da contas, que ora se achão tomadas aos collectores parciaes.*

SPFP3/1, caixa 8, documento 42 – *Orçamento da Receita da Meza das Rendas Provinciaes de Minas Geraes para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1846 ao fim de Junho de 1847.*

SPFP3/1, caixa 8, documento 46 – *Balanço da Receita da Meza das Rendas Provinciaes de Minas Geraes, em o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1844 ao fim de Junho de 1845, acompanhada da Tabela Explicativa das Repartições por onde foi arrecada, e dos annos a que pertence.*

SPFP3/1, caixa 9, documento 7 – *Quadro das differentes collectorias, organisado em vista dos Balancetes do Anno Financeiro de 1844-45, com declaração do rendimento de cada imposto.*

SPFP3/1, caixa 9, documento 11 – *Quadro da Divida Activa Provincial, liquidada ate fim de Junho de 1845.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 1 – *Mappa dos Generos Exportados e Importados pelas diversas Recebedorias da Provincia de Minas Geraes em o Anno Financeiro de 1844 a 1845.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 4 – *Tabella da Receita cobrada por conta dos Orçamentos votados do 1° de Julho de 1836 ao último de Junho de 1845.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 15 – *Mapa dos Generos Exportados e Importados pelas diversas Recebedorias da Provincia de Minas Geraes, em o Anno Financeiro de 1845 a 1846.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 18 – *Orçamento da Receita da Meza das Rendas Provinciaes de Minas Geraes para o Anno Financeiro do 1° de Julho de 1847 ao fim de Junho de 1848.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 30 – *Conta dos Generos Exportados pelas Recebedorias da Provincia nos exercicios de 1848 a 1849 e 1850 a 1851.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 31 – *Tabella comparativa da Receita da Meza das Rendas Provinciaes de Minas arrecadada nos Exercicios de 1849 a 1850 e 1850 a 1851.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 35 – *Orçamento da Receita da Mesa das Rendas Provinciaes de Minas Geraes para o Exercicio do 1° de Julho de 1851 ao fim de Junho de 1852 – Artigo 2° da Lei N° 467 de Abril de 1850.*

SPFP3/1, caixa 10, documento 44 – *Orçamento da Receita Provincial de Minas Geraes para o Exercicio de 1852 a 1853. Artigo 3.° da Lei 510. Quadro da Divida Activa Provincial Liquidada até o fim do Exercicio de 1849 a 1850. Artigo 2.° da Lei N.° 431 de 19 de Outobro de 1848.*

SPFP3/1, caixa 11, documento 5 – *Tabella da Receita da Meza da Rendas Provinciaes de Minas Geraes, carregada nos Primeiros Doze Mezes do exercício de 1850 á 1851 – Art. 2° da Lei N° 467 de 26 de abril de 1850.*

SPFP3/1, caixa 11, documento 56 – *Orçamento da Receita Provincial de Minas Geraes para o exercicio de 1866 a 1867 – Lei N° 1215 de 22 de Agosto de 1864. Tabella Explicativa da Receita da Mesa das Rendas Provinciaes de Minas Geraes arrecadada no Exercicio de 1863 a 1864, organisada em virtude da 1° Parte do Artigo 59 do Regulamento N° 25 – Artigos 2° e 3° da Lei N° 1.145.*

SPFP3/1, caixa 12, documento 8 – *Balanço Geral da Receita e Despesa effectuadas pela Thesouraria Provincial de Minas Geraes no Exercicio de 1874 a 1875.*

SPFP3/1, caixa 12, documento 11 – *Tabella explicativa dos Direitos de Exportação com declaração dos generos e importancia arrecadada nas Recebedorias da Provincia durante o Exercicio de 1877 á 1878.*

SPFP3/1, caixa 12, documento 19 – *Tabella da Divida Activa da Provincia de Minas Geraes no Exercício de 1877 á 1878, organisada de conformidade com o Artigo 5° do Regulamento N° 86 de Julho de 1879.*

SPFP3/1, caixa 12, documento 20 – *Tabella da Receita Provincial de Minas Geraes, no Exercício de 1877 á 1878, organisada de conformidade com o Artigo 5° do Regulamento N° 86 de 12 de Julho de 1879.*

SPFP3/1, caixa 12, documento 23-24 – *Quadro comparativo da Renda Arrecadada nos ultimos tres exercicios liquidados, e a média correspondente. Segunda Secção da Directoria da Fazenda Provincial 2 de Setembro de 1879.*

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Presidência da Província

SPPP1/6, caixa 1, documento 62 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836; documento 34 – Censo de 1831-32.

SPPP1/6, caixa 2, documentos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/6, caixa 3, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/6, caixa 4, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/6, caixa 5, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/6, caixa 6, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/6, caixa 7, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/6, caixa 9, documentos 40, 49, 50, 54 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/10, caixa 5, documento 35 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 6, documento 13 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 7, documento 56 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 10, documentos 1, 2 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 11, documentos 7 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 13, documento 56 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 14, documentos 1, 3, 4, 5 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 17, documentos 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 18, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 22, documentos 3, 4 – Censo de 1831-32; documento 20 – Censo de 1838-40.

SPPP1/10, caixa 33, documentos 1, 2, 3, 4, 5 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 35, documentos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 40, documentos 1, 2 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 41, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 ,15, 16, 17, 18 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 42, documento 1 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 46, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 49, documentos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 – Censo de 1831-32.

SPPP1/10, caixa 95, documento 10 – Censo de 1831-32.

SPPP1/18, caixa 87, documento 29 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/18, caixa 92, documento 20 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/18, caixa 104, documento 30 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/18, caixa 134, documentos 40, 47 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/18, caixa 153, documento 1 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/18, caixa 178, documentos 21, 25 – Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836.

SPPP1/49, caixa 8, documentos 3, 4, 5, 6 – *Mapas da Exportação dos Produtos e Manufacturas da Provincia de Minas Geraes pelo Registro do Rio Preto*, 1824.

SPPP1/49, caixa 11, documentos 2, 3, 4, 5, 6 – cadernos com o lançamento do imposto sobre a circulação de aguardente, recebedoria do Taquaral, Ouro Preto.

SPPP1/49, caixa 13, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 – Mapas das importações e exportações da província de Minas Gerais para a de São Paulo, 1824-32.

SPPP1/49, caixa 16, documentos 7, 8, 9 – *Mapas da importação dos productos e manufacturas que sahiram da Capitania de Minas Geraes pelo Registro da Malhada*, 1821.

Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mapas de População

MP, caixa 1, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 2, documentos 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 25, 26 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 3, documentos 1, 2, 3, 16, 20 – Censo de 1831-32; documento 17 – Censo de 1838-40.

MP, caixa 4, documentos 5, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 33 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 5, documentos 1, 8, 13, 14, 15, 19, 24, 25, 32, 33 – Censo de 1831-32; documento 27 – Censo de 1838-40.

MP, caixa 6, documentos 4, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18,19, 20, 28 – Censo de 1831-32; documentos 10, 12 – Censo de 1838-40.

MP, caixa 7, documentos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 29 – Censo de 1831-32; documento 19 – Censo de 1838-40.

MP, caixa 8, documentos 21, 22 – Censo de 1831-32; documento 33 – Censo de 1838-40.

MP, caixa 9, documentos 1, 2, 3, 4, 6, 20 – Censo de 1831-32; documento 15 – Censo de 1838-40.

MP, caixa 10, documentos 2, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 11, documentos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 25, 26, 27, 31, 32, 33 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 12, documentos 1, 3, 4, 5, 9, 12 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 13, documentos 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 – Censo de 1831-32.

MP, caixa 14, documento 1 – Censo de 1831-32.

Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Caeté

CMC, códice 15 – lista nominativa do Censo de 1831-32.

CMC, códice 16 – lista nominativa do Censo de 1831-32.

Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto

CMOP, códice 487a – cadernos com o lançamento do imposto sobre a circulação de aguardente, recebedorias do Taquaral e Cachoeira do Campo, Ouro Preto.

Arquivo Público Mineiro, Acervo Cartográfico

439, MC.02.06 – *Mappa das Collectorias, Recebedorias e seos estravios. Linhas de Correios e suas ramificações da Província de Minas Geraes. Ouro Preto: Mapa coordenado pela carta Geográphica da Província de Minas Geraes e documentos obtidos nas respectivas repartições por João R. Duarte, Dezenhador Copista da Directoria Geral de Obras Públicas sob a immediata inspecção do Sr. Eng.° Aroeira, em junho de 1866.*

Hemeroteca Pública Estadual, Jornais do século XIX

JORNAIS AVULSOS, JA

JA 04, *A Conjuração*, Campanha, 1888, n° 70.
JA 08, *O Jequitinhonha*, Diamantina, 1869, n^{os} 8, 36 e 43.
JA 08, *Propaganda*, Diamantina, 1888, n^{os} 9 e 12.
JA 08, *Valle-Sapucah*, Pouso Alegre, 1886, n° 19.
JA 26, *O Leopoldinense*, Leopoldina, 1880, n° 51.
JA 43, *Colombo*, Campanha, 1873, n^{os} 23 e 29.
JA 44, *Colombo*, Campanha, 1878, n° 105.
JA 45, *Colombo*, Campanha, 1879, n^{os} 150, 159 e 161.
JA 46, *Colombo*, Campanha, 1880, n^{os} 201 e 246.
JA 47, *Colombo*, Campanha, 1881, n° 262.
JA 50, *O Sul de Minas*, Campanha, 1859, n° 19; 1860, n^{os} 29, 37 e 39.
JA 74, *Correio do Norte*, Montes Claros, 1884, n° 5.
JA 76, *O Amigo da Verdade*, São João del-Rei, 1829, n^{os} 9, 11 e 21.

Jornais de Ouro Preto, JOP

JOP 05, *Constitucional*, Ouro Preto, 1867, n^{os} 25 e 39.
JOP 08, *O Conciliador*, Ouro Preto, 1851, n° 178.
JOP 09, *O Bom Senso*, Ouro Preto, 1853, n° 120; 1855, n^{os} 314 e 356.
JOP 10, *O Bom Senso*, Ouro Preto, 1856, n° 377.
JOP 13, *O Bem Público*, Ouro Preto, 1860, n° 40.
JOP 16, *Correio Oficial de Minas*, Ouro Preto, 1858, n^{os} 113, 143,157, 159, 165 e 300.
JOP 18, *Diário de Minas*, Ouro Preto, 1867, n^{os} 159 e 169.
JOP 22, *Diário de Minas*, Ouro Preto, 1874, n^{os} 129, 199, 247, 271, 285, 371 e 384.
JOP 36, *O Vinte de Agosto*, Ouro Preto, 1886, n° 61.
JOP 41, *A União*, Ouro Preto, 1889, n° 242.
JOP 42, *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 1868, n^{os} 26 e 47.
JOP 42, *O Liberal de Minas*, Ouro Preto, 1868, n° 49.
JOP 43, *Noticiador de Minas*, Ouro Preto, 1869, n^{os} 100 e 131; 1870, n° 220.
JOP 52, *A Província de Minas*, Ouro Preto, 1882, n° 118.
JOP 52, *A Província de Minas*, Ouro Preto, 1883, n° 140.
JOP 53, *A Província de Minas*, Ouro Preto, 1884, n° 191.
JOP 54, *A Província de Minas*, Ouro Preto, 1884, n° 219.
JOP 59, *O Movimento*, Ouro Preto, 1889, n^{os} 7, 8 e 20.
JOP 60, *O Movimento*, Ouro Preto, 1889, n^{os} 27 e 33.
JOP 68, *Minas Ativa*, Ouro Preto, 1887, n° 11.

Legislação

LIVRO DA LEI MINEIRA, 1836, Tomo II, Parte 1ª, Folha n° 5. Lei n° 49, 8/4/1836. Parte 2ª, Folha n° 1. Lei n° 49, Regulamento n° 7, 28/6/1836.

LIVRO DA LEI MINEIRA, 1844, Tomo X, Parte 2°, Folha n° 2. Lei n° 275, Regulamento n° 49, 15/4/1844. *Capítulo I - Dos Impostos, sua arrecadação, fiscalização, e escripturação. Capítulo II - Das Collectorias Municipaes.*

LIVRO DA LEI MINEIRA, 1846, Tomo XII, Parte 1ª, Folha n° 6. Resolução n° 298, 25/3/1846.

LIVRO DA LEI MINEIRA, 1851, Tomo XVIII, Parte 1ª, Folha n° 11. Resolução n° 528, 25/10/1851.

Relatórios de Presidentes da Província

ABREU, Antônio Paulino Limpo de. *Fala à Assembléia Legislativa*, 1/2/1835. Ouro Preto: Tipografia Patrícia do Universal, 1835.

ANDRÉIA, Francisco José de Sousa Soares de. *Fala dirigida à Assembléia*, 17/5/1843. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1843.

AZEVEDO, Pedro Vicente de. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais por ocasião de sua instalação em 9 de Setembro de 1875 pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província*. Ouro Preto: Tipografia J. F. de Paula Castro, 1875. *Appenso n.4. Relatorio da Inspectoria da Thesouraria Provincial de Minas. Balanço Geral de 1873 a 1874.*

BELÉM, Francisco Leite da Costa. *Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da Sessão Ordinária de 1874 o Vice-Presidente Francisco Leite da Costa Belém*, 1/10/1874. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1874. *Thesouraria Provincial.*

BENEVIDES, José Maria Correia de Sá e. *Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial apresentou na sessão ordinária de 1869 o presidente José Maria Correia de Sá e Benevides*, 29/8/1869. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1869. *Tabella da Receita Provincial de Minas Geraes no exercicio de 1867 a 1868, organisada de conformidade com o Art. 55, Capitulo 5° do Regulamento n. 52 de 30 de Janeiro de 1866. Receita escripturada pela Thesouraria provincial de Minas Geraes de Julho de 1868 a Junho de 1869, pertencente ao exercicio de 1868 a 1869.*

CHAVES, Antônio Gonçalves. *Fala que o Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2.ª Sessão da 24.ª Legislatura em 2 de Agosto de 1883*. Ouro Preto, Tipografia do Liberal Mineiro, 1884. *Annexo A – Directoria da Fazenda Provincial. N.14 - Tabella comparativa da renda arrecadada nos tres ultimos exercicios definitivamente liquidados, e media correspondente, organisada em virtude do art. 5.° paragrapho 9.° do Regulamento n. 86.*

OTTONI, Teófilo. *Fala que o Exm. Sr. Dr. Teófilo Ottoni dirigiu à Assembléia Provincial de Minas Gerais, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 24.ª Legislatura em o 1.° de Agosto de 1882*. Ouro Preto: Tipografia de Carlos Andrade, 1882.

RIBEIRO, José Cesário de Miranda. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa*, 1/2/1838. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1838.

SILVA, Quintiliano José da. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa*, 8/2/1845. Ouro Preto, Tipografia do Imparcial, 1845.

SILVA, Quintiliano José da. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa*, 3/2/1846. Ouro Preto, Tipografia do Imparcial, 1846.

TOLEDO, Manuel Dias de. *Fala à Assembléia Legislativa*, 1/2/1836. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1836.

VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de. *Relatório que à Assembléia Legislativa apresentou o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*, 25/3/1854. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854.

VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de. *Relatório que à Assembléia Legislativa apresentou na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura o Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*, 25/3/1855. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855.

VEIGA, Bernardo Jacinto da. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa*, 1/2/1839. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1839.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.). *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868.

AMARAL, Luís. *História geral da agricultura brasileira, no tríplice aspecto político-social-econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939-40.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

ANDREONI, João Antônio (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Reprodução fac-similar da edição Princeps de 1711. Recife: Museu do Açúcar, 1969.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS para os anos de 1922-25, 1949, 1950, 1952. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, vários anos.

ANUÁRIO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS para 1938-39. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1941.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Diagnóstico da Economia Mineira*. Belo Horizonte: 1968. Volume V.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saterb, 1971.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1986.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BURLAMAQUE, F. L. C. *Monographia da canna d' assucar*. Rio de Janeiro: Typ. de N. C. Vianna e Filhos, 1862.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

CAMPOS, Maria Verônica. "Os engenhos de cana na Comarca do Rio das Velhas, século XVIII". *Anais do VII Seminário sobre a economia mineira*, p. 219-237. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995.

CANABRAVA, Alice P. *O açúcar nas Antilhas, 1697-1755*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674 - 1807)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997. Tese de doutorado.

CARTEIRA ESTATISTICA DE MINAS GERAES (EDIÇÃO DE 1929). Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

CASTRO, Antônio Barros de. "Brasil, 1610: mudanças técnicas e conflitos sociais". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10(3), p. 679-712. Rio de Janeiro: 1980.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.

COSTA MATOSO, Caetano. *Códice Costa Matoso: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero da e LUNA, Francisco Vidal. "Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX". Em: *Minas colonial: economia e sociedade*, p. 57-77. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1982.

COSTA, Iraci del Nero da. "Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)". *Revista do IEB*. São Paulo: IEB-USP, (28): 111-113, 1988.

COSTA, Joaquim Ribeiro da. *Toponímia de Minas Gerais, com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

CUNHA MATOS, Raimundo José. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, n°. 3, 1979.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1949.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra - Unicamp, 1977.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. Inclui mapa de *Parte da nova carta da capitania de Minas Gerais, levantada por W. L. von Eschwege*.

ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. *A economia da palavra: ações de alma nas Minas setecentistas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. Dissertação de mestrado.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Hamilton. *Açúcar e álcool, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1971.

FIGUEIREDO, Antônio Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa e Rio de Janeiro: Livraria Bertrand e W. M. Jackson, 1936, 5° edição (1ª edição 1899).

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: Hucitec - Unesp, 1988.

FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS e INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. *Estado de Minas Gerais, Mapa geopolítico*. Belo Horizonte: Fundação CETEC/IGA, 1994.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS e ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. Belo Horizonte: CETEC/IGA e Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GAMA, Ruy. *A tecnologia e o trabalho na História*. São Paulo: Nobel - EDUSP, 1986.

GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GARDNER, George. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Volume IV. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Engenhos do dezenove: a agroindústria da cana-de-açúcar em Minas Gerais". *Anais do IV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, p. 125-132. São Paulo: Fapemig - Anna Blume - Nova Stella, 1993.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX". *Texto para discussão n°.109*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

GODOY, Marcelo M. e SILVA, Leonardo V. da. "As artes manuais e mecânicas na Província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais". *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, vol. 3, p. 1805-1830. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Dinossauros de madeira e ferro fundido: os centenários engenhos de cana de Minas Gerais (séculos XVIII, XIX e XX)". *Varia Historia*, n° 21, p. 307-331. Belo Horizonte: Departamento de História, Fafich/UFMG, 1999. Também em: *Anais do Seminário Internacional História e Tecnologia do Açúcar*, p. 275-300. Funchal, Região Autônoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o Estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX". *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*, p. 213-256. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2000a. Também em: *Anais da XVII Jornadas de Historia Economica, CD-ROM*. Tucuman: Facultad de Ciencias Economicas da Universidad Nacional de Tucuman, Asociacion Argentina de Historia Economica, 2000.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Uma província artesã: o universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do Oitocentos". *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP, CD-ROM*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000b.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Persistência do tradicional: o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil". São Paulo: FFLCH/USP, 2001a. Monografia desenvolvida como quesito de conclusão da disciplina *Ciência e ideologia: dimensões sociais e políticas das idéias de conhecimento e progresso*, ministrada por Gildo Magalhães dos Santos. Também apresentado em: *I Encontro de Pós-Graduação em História Econômica* da ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica). Araraquara: setembro de 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. "No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana: aguardente, escravidão, mercado interno e diversificação produtiva da fazenda mineira oitocentista". Em: *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*, p. 351-430. Trabalhos apresentados no I Seminário de História Quantitativa e Serial, Ouro Preto, 2000. Goiânia: Anpuh/MG, 2001b.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Imagens de permanências: uma reflexão em torno do estatuto da fotografia, em geral, e da fotografia de uma atividade de longa duração, em particular: o caso da pequena produção de derivados da cana-de-açúcar de Minas Gerais (séculos XVIII a XX)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2001c. Monografia desenvolvida como quesito de conclusão da disciplina *História e retórica da imagem*, ministrada por Marcos Antônio Silva.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais". Em: *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, CD-ROM*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002. Também em: *História do Açúcar - Rotas e Mercados*, p. 463-507. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. *A informação de ocupação nos censos nominais da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003. Relatório de pesquisa.

GODOY, Marcelo Magalhães, RODARTE, Mário Marcos Sampaio e PAIVA, Clotilde Andrade. "Negociantes e tropeiros em um território de contrastes, o setor comercial de Minas Gerais no século XIX". *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas - ABPHE, CD-ROM*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Tese de doutorado.

GRAZIANO DA SILVA, José. (coord.) *Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980

GUIMARÃES, Carlos Magno. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". *Revista do Departamento de História*, p. 7-36. Belo Horizonte, Fafich/UFMG, 1986.

HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. Inclui *Carta da província brasileira de Minas Gerais, por H. G. F. Halfeld e Friedrich Wagner*.

HASTINGS, Charles. *A year in Brazil*. London: 1886. Inclui *Mapa das províncias de Minas Gerais e Espírito Santo*.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Anuário estatístico do Brasil* para os anos de 1936, 1937, 1938, 1939-40, 1941-45, 1946, 1947, 1948, 1952, 1957, 1958, 1959, 1960, 1962, 1965 e 1970. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo Agrícola* para os anos de 1940, 1950 e 1960. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo Agropecuário* para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-96. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Unidades territoriais dos níveis distrito e município, Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, *Anuário Açucareiro* para os anos de 1942, 1953-56, 1956-60 e 1960-66. Rio de Janeiro: IAA, vários anos.

JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XX° Século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C., 1911.

JAMBEIRO, Marusia de Brito. *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: IEB/USP, 1973.

LANGSDORFF, Georg H. von. *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUNA, Francisco Vidal. "Estrutura da posse de escravos". Em: *Minas colonial: economia e sociedade*, p. 31-55. São Paulo: FIPE e Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco Vidal. "São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades, 1777-1829". *Estudos Econômicos 28 (1)*: 99-169, janeiro-março, 1998.

MARCONDES, Renato Leite. "O evolver demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780 - 1840)". *Estudos Econômicos 25 (2)*: 235-270, maio-agosto, 1995.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. "Revisitando a província – comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35". *Anais do V Seminário sobre a economia mineira*, p. 13-29. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1990.

MARTINS, Roberto B. e MARTINS, Maria do Carmo Salazar. "As exportações de Minas Gerais no século XIX". Em: *Revista Brasileira de Estudos Políticos, n° 58*. Belo Horizonte: 1984.

MARTINS, Roberto Borges. "A economia escravista de Minas Gerais no século XIX". *Texto para discussão N°. 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. "Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio, século XVIII". *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, p. 123-146. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.

MOLINA, Luis E. "Agua, vapor y bueyes: las técnicas de la caña de azúcar en Venezuela en el siglo XIX. *Anais do Seminário Internacional História e Tecnologia do Açúcar*, p. 301-319. Funchal, Região Autônoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.

MOTTA, José Flávio e NOZOE, Nelson. "Cafeicultura e acumulação". *Estudos Econômicos 24 (2)*: 253-320, maio-agosto, 1994.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DO CEDEPLAR. Acervo de depoimentos orais e registros iconográficos sobre atividades agroaçucareiras tradicionais de Minas Gerais. Todas as fotografias reproduzidas são de autoria de Marcelo Magalhães Godoy, exceto a figura 101, de Ronaldo F. Silva. Todos os desenhos (bico-de-pena) apostos na capa e entradas das seções são reproduções de Almir Costa. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG.

O ASSUCAR. Secretaria da Agricultura. Departamento de Estatística e Publicidade. Belo Horizonte: Oficina Grafica da Estatística, 1933.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditação da técnica: vicissitudes das ciências, cacofonia na física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. "Engenhos e casas de negócio na Minas oitocentista". *Anais do VI Seminário sobre a economia mineira*, p. 29-52. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1992.

PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. "Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX". Em: Silva, Francisco Carlos Teixeira; Mattos, Hebe Maria; Fragoso, João (orgs.) *Escritos sobre história e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*, p. 479-515. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Tese de doutorado.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

RABELLO, Sylvio. *Cana-de-açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - MEC, 1969.

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore do açúcar*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *A Pertinácia das Minas que não se esgotaram*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O setor exportador e comércio em Minas Gerais, pelos viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995. Monografia de bacharelado.

ROSENBERG, Nathan. *A história da riqueza do ocidente*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool e Museu do Açúcar, 1970.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550 - 1835)*. São Paulo: Companhia das Letras - CNPq, 1988.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1924.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *A evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais de 1705 a 1955*. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, 1992. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Flávio Marcus da. "Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII". *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira*, p. 95-121. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA, José Manuel Azevedo e. *A Madeira e a construção do mundo Atlântico (séculos XV - XVII)*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

SIMONSEN, Roberto C. *Historia econômica do Brasil, 1500 - 1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (1ª edição 1937).

SLENES, Robert W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX". *Cadernos IFCH Nº. 17*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1985.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: INL, 1954-55 (1ª edição 1888).

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

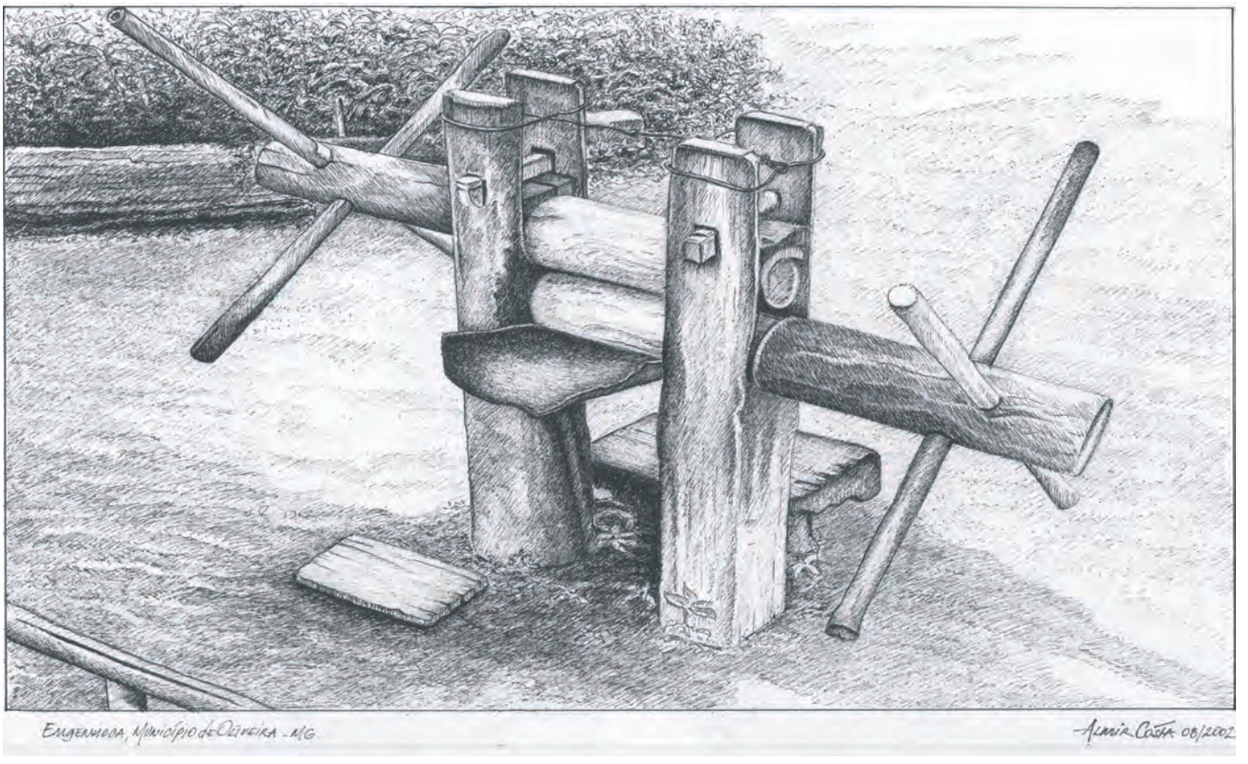
SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850 – 1930*. Aracaju: Funcaju, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec - Unicamp, 1979.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1990.



Engenhoca manual. Fazenda Três Córregos. Município de Oliveira, Minas Gerais. Fotografia de Marcelo M. Godoy (1993). Reprodução em bico-de-pena, por Almir Costa (2003).

Os Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836 estão na origem da conformação de linha de investigação e se constituíram em base empírica essencial a sustentar a demonstração da validade dos resultados principais da pesquisa que resultou em tese. *Os Mapas* compreendem *corpus* extenso, complexo e original. Desconhece-se a existência de documentação nominal semelhante, quanto à cobertura e representatividade dos dados, para todo o período pré-industrial brasileiro. Outrossim, a originalidade decorre da excepcional possibilidade de cruzamento com outras fontes estatísticas coevas, dada a sobrevivência de dois grandes conjuntos de *listas nominativas de população,* para o início e o final da década de 1830, a permitir a sobreposição e composição de considerável universo de variáveis econômicas e sócio-demográficas. Ao conjunto empírico forte da década de 1830, com os *Mapas* a desempenhar a função de núcleo da identidade e integração do dilatado universo de dados compendiados, foram acrescentadas outras fontes primárias, que cobrem o século e meio seguinte, a permitir abordagem que perseguiu a compreensão de estruturas da mais vigorosa indústria rural de transformação do Brasil oitocentista, bem como do caráter de *longa duração* que a produção para mercados internos ensejou.

Dar a conhecer uma tese acadêmica, cujos resultados ganharam ampla divulgação prévia, ainda que de forma fragmentária e apenas parcial, e foram submetidos à ampla crítica dos pares, daqueles que compuseram a banca examinadora e outros tantos no âmbito de eventos científicos e conselhos editoriais, constitui o primeiro objetivo do livro que aqui se apresenta. O segundo objetivo do livro é a ampla divulgação crítica dos mencionados *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casas de Negócio de 1836,* documentação que, afirma-se mais uma vez, se credencia perfeitamente a atestado de relevância.

ISBN 978-85-60500-09-3
9 788560 500093

UFMG Cedeplar

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS